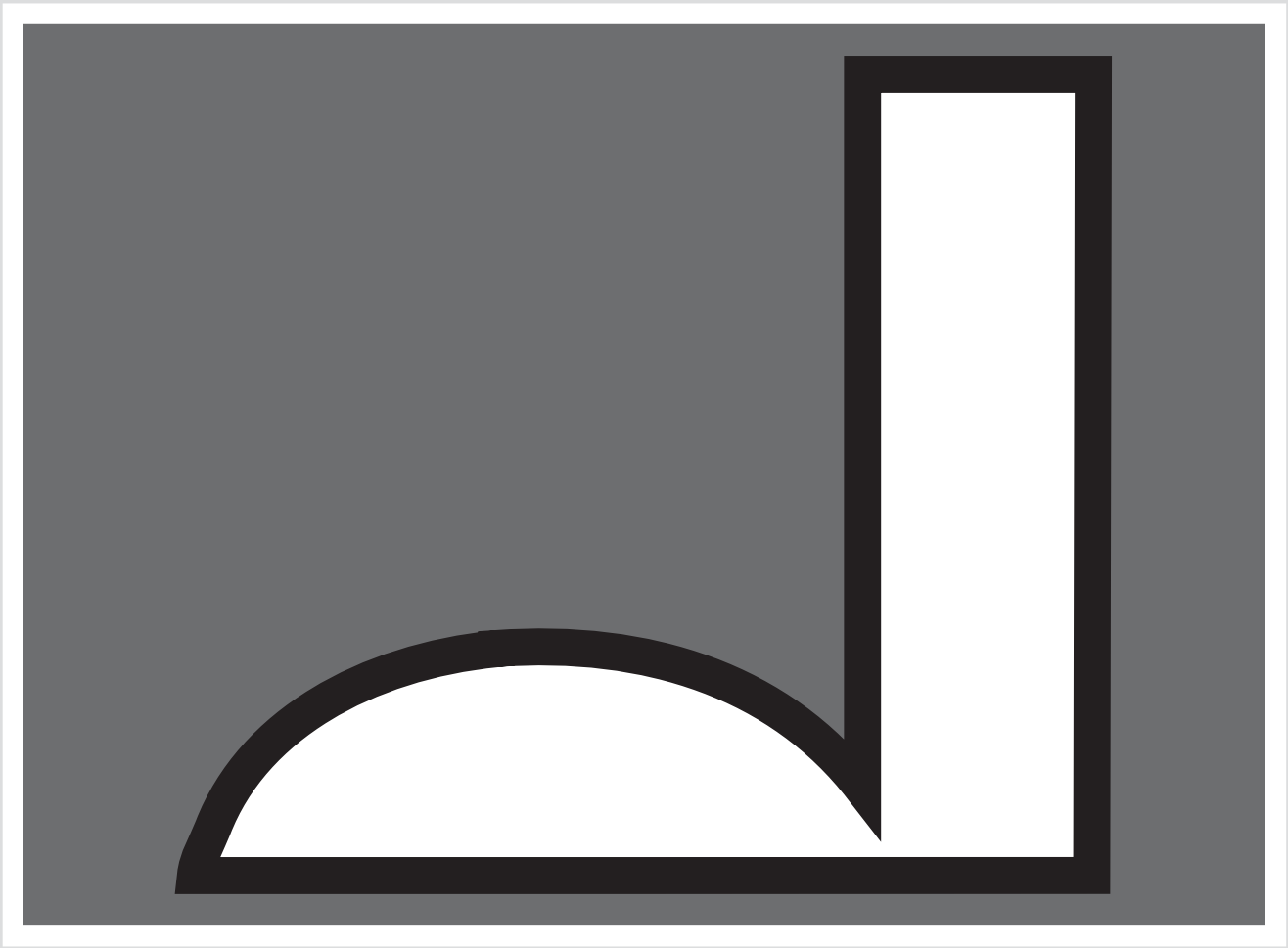
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA

Atas de Comissões Permanentes do Senado Federal

ANO LXVII – SUP. "A" AO Nº 207 – TERÇA-FEIRA, 18 DE DEZEMBRO DE 2012 – BRASÍLIA - DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
José Sarney - (PMDB-AP)
1ª VICE-PRESIDENTE
Anibal Diniz- (PT-AC)(8,9)
2º VICE-PRESIDENTE
Waldemir Moka - (PMDB-MS)(3,4)
1º SECRETÁRIO
Cícero Lucena - (PSDB-PB)
2º SECRETÁRIO
João Ribeiro - (PR-TO)2
3º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
4º SECRETÁRIO
Ciro Nogueira - (PP-PI)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)(1,5,6,7)
2º - João Durval - (P DT-BA)
3ª - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)
4ª - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV) - 26

Líder
Renan Calheiros - PMDB

.....

Líder do PMDB - 20

Renan Calheiros

Vice-Líderes do PMDB
Vital do Rêgo
Romero Jucá (40)
Sérgio Souza (20)
Waldemir Moka
Ricardo Ferraço
Casildo Maldaner

Líder do PP - 5

Francisco Dornelles

Vice-Líder do PP
Ana Amélia (12)

Líder do PV - 1

Paulo Davim

Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL) - 14

Líder
Gim - PTB (56)

Vice-Líderes
Blairo Maggi (19,51)
Alfredo Nascimento (41)
João Vicente Claudino
Eduardo Amorim (17,47,48)

.....

Líder do PTB - 6

Gim (56)

Vice-Líderes do PTB
João Vicente Claudino
Mozarildo Cavalcanti (57)

Líder do PR - 6

Blairo Maggi (19,51)

Vice-Líderes do PR
Alfredo Nascimento (41)
Vicentinho Alves (42,54)

Líder do PSC - 1

Eduardo Amorim (17,47,48)

Líder do PPL - 1

João Costa

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 24

Líder
Walter Pinheiro - PT (22,24)

Vice-Líderes
Acir Gurgacz (49,55)
Lídice da Mata (29,39)
Inácio Arruda
Eduardo Lopes (37,44)

.....

Líder do PT - 12

Walter Pinheiro (22,24)

Vice-Líderes do PT
Wellington Dias (28)
Lindbergh Farias (27)
Ana Rita (25)
Anibal Diniz (26)

Líder do PDT - 5

Acir Gurgacz (49,55)

Vice-Líder do PDT
Pedro Taques (21)

Líder do PSB - 4

Lídice da Mata (29,39)

Vice-Líder do PSB
Antonio Carlos Valadares (30)

Líder do PC DO B - 2

Inácio Arruda

Líder do PRB - 1

Eduardo Lopes (37,44)

Governo

Líder
Eduardo Braga - PMDB (38)

Vice-Líderes
Gim (56)
Benedito de Lira
Lídice da Mata (29,39)
Jorge Viana
Vital do Rêgo

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 14

Líder
Jayme Campos - DEM (23)

Vice-Líderes
Cyro Miranda (35)
Flexa Ribeiro (7,34)
Lúcia Vânia (31)
Mário Couto (33)
Paulo Bauer (5,32)

.....

Líder do PSDB - 10

Alvaro Dias

Vice-Líderes do PSDB
Aloysio Nunes Ferreira (6)
Paulo Bauer (5,32)
Flexa Ribeiro (7,34)

Líder do DEM - 4

José Agripino (2,10,14,45,46)

Vice-Líder do DEM
Jayme Campos (23)

PSD - 2

Líder
Marco Antônio Costa - PSD (53)

Vice-Líder
Sérgio Petecão

PSOL - 1

Líder
Randolfe Rodrigues - PSOL (18)

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

EXPEDIENTE

Doris Marize Romariz Peixoto
Diretora-Geral do Senado Federal
Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Diretor da Subsecretaria Industrial

Claudia Lyra Nascimento
Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal
Maria Amália Figueiredo da Luz
Diretora da Secretaria de Ata
Zuleide Spinola Costa da Cunha
Diretora da Secretaria de Taquigrafia

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATA

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA

1.1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES

1.1.1 – Comissão de Assuntos Econômicos – CAE

Ata da 50ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de novembro de 2012 005

Ata da 51ª Reunião, Ordinária, realizada em 13 de novembro de 2012 014

Ata da 52ª Reunião, Ordinária, realizada em 20 de novembro de 2012 033

Ata da 53ª Reunião, Conjunta, realizada em 20 de novembro de 2012 049

1.1.2 – Comissão de Assuntos Sociais – CAS

Ata da 42ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de novembro de 2012..... 079

Ata da 43ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de novembro de 2012..... 101

Ata da 44ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de novembro de 2012..... 121

1.1.3 – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ

Ata da 40ª Reunião, Ordinária, realizada em 31 de outubro de 2012 128

Ata da 41ª Reunião, Ordinária, realizada em 7 de novembro de 2012..... 140

Ata da 42ª Reunião, Ordinária, realizada em 14 de novembro de 2012..... 160

Ata da 43ª Reunião, Ordinária, realizada em 21 de novembro de 2012..... 180

Ata da 44ª Reunião, Ordinária, realizada em 28 de novembro de 2012..... 188

Ata da 45ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de novembro de 2012..... 238

Ata da 46ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de novembro de 2012..... 242

Ata da 47ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de dezembro de 2012..... 244

1.1.4 – Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE

Ata da 50ª Reunião, Ordinária, realizada em 20 de novembro de 2012..... 273

Ata da 51ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de novembro de 2012..... 284

Ata da 52ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de novembro de 2012..... 311

Ata da 53ª Reunião, Ordinária, realizada em 27 de novembro de 2012..... 333

Ata da 54ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de novembro de 2012..... 347

Ata da 55ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de novembro de 2012..... 364

1.1.5 – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA

Ata da 45ª Reunião, Ordinária, realizada em 13 de novembro de 2012..... 367

Ata da 46ª Reunião, Ordinária, realizada em 20 de novembro de 2012..... 378

1.1.6 – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH

Ata da 59ª Reunião, Extraordinária, realizada em 31 de outubro de 2012 387

Ata da 60ª Reunião, Extraordinária, realizada em 1º de novembro de 2012 423

Ata da 61ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de novembro de 2012..... 457

Ata da 62ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de novembro de 2012..... 486

Ata da 63ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de novembro de 2012..... 517

1.1.7 – Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI

Ata da 29ª Reunião, Extraordinária, realizada em 31 de outubro de 2012 539

Ata da 30ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de novembro de 2012..... 545

Ata da 31ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de novembro de 2012..... 562

Ata da 32ª Reunião, Conjunta, realizada em 20 de novembro de 2012(realizada em conjunto com a 53ª reunião da CAE) **(Publicada no item 1.1.1)**

Ata da 33ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de novembro de 2012..... 566

Ata da 34ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de novembro de 2012..... 570
Ata da 35ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de novembro de 2012..... 574

1.1.8 – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA

Ata da 26ª Reunião, Extraordinária, realizada em 1º de novembro de 2012 578
Ata da 27ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de novembro de 2012..... 603
Ata da 28ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de novembro de 2012..... 627
Ata da 29ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de novembro de 2012..... 642

1.1.9 – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT

Ata da 29ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de novembro de 2012..... 670
Ata da 30ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de novembro de 2012..... 695
Ata da 31ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de dezembro de 2012..... 697

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA QUINQUAGÉSIMA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 7 DE NOVEMBRO DE 2012, ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e cinquenta e quatro minutos do dia sete de novembro do ano de dois mil e doze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Delcídio do Amaral, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, José Pimentel, Lindbergh Farias, Vanessa Grazziotin, Walter Pinheiro, Tomás Correia, Francisco Dornelles, Ivo Cassol, Sérgio Souza, Ana Amélia, Waldemir Moka, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, José Agripino, Aécio Neves, Paulo Bauer, Lúcia Vânia, Armando Monteiro, Gim e Cidinho Santos, e, ainda, do Senador João Costa. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa, Acir Gurgacz, Lídice da Mata, Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Aloysio Nunes Ferreira, Jayme Campos, João Vicente Claudino, Antonio Russo, tendo falta justificada em virtude de se encontrar licenciado para tratamento de saúde, João Ribeiro e Marco Antônio Costa. A Presidência declara aberta a Reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura da Ata da 49ª Reunião, que é dada como aprovada. Em seguida, dá início à apreciação das Matérias constantes da pauta. **Item 1**– Mensagem (SF) nº 95 de 2012, não terminativa, de autoria da Presidente da República, que "solicita autorização para contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado de Minas Gerais e a Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD, no valor de até 300.0000.000,00 EUR (trezentos milhões de euros), de principal, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do 'Programa de Apoio aos Investimentos em Infraestrutura de Serviços Básicos do Estado de Minas Gerais – CRC-CEMIG'", tendo como Relator o Senador Flexa Ribeiro, que oferece relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. Após a leitura do relatório, usa da palavra o Senador Aécio Neves. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do PRS apresentado. Aprova, também, a apresentação do Requerimento de Urgência para a Matéria. **Item 2**– Mensagem (SF) nº 96 de 2012, não terminativa, de autoria da Presidente da República, que "solicita autorização para contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado do Rio de Janeiro e a Corporação Andina de Fomento – CAF, no valor de até US$ 200,000,000.00 (duzentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do 'Programa de Obras Complementares do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro'", tendo como Relator o Senador Sérgio Souza, que oferece relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. Após a leitura do relatório, usam da palavra os Senadores Aécio Neves e Flexa Ribeiro. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do PRS apresentado. Aprova, também, a apresentação do Requerimento de Urgência para a Matéria. **Item 3**– Mensagem (SF) nº 97 de 2012, não terminativa, de autoria da Presidente da República, que "propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado do Tocantins e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor de até US$ 300,000,000.00 (trezentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos são destinados a financiamento parcial o 'Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável – PDRIS'", tendo como Relator o Senador Aécio Neves, que oferece relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. Após a leitura do relatório, usa da palavra o Senador João Costa. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do PRS apresentado. Aprova, também, a apresentação do Requerimento de Urgência para a Matéria. É apreciada, ainda, a seguinte matéria extrapauta. **Item 4**– Projeto de Resolução do Senado de autoria da Comissão de Assuntos Econômicos, que "altera a redação do art. 2º da Resolução nº 58 de 2012, que autoriza o Estado de Minas Gerais a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o banco Credit Suisse AG, no valor de até US$ 1.300.000.000,00 (um bilhão e trezentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), para financiar parcialmente o 'Programa de Reestruturação da Dívida CRC-CEMIG'". Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova a apresentação, proposta pelo Senador Aécio Neves, do Projeto de Resolução. Aprova, também, a apresentação de Requerimento de Urgência para o Projeto. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e trinta e três minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada,

será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Delcídio do Amaral,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Declaro aberta a 50ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 49ª Reunião.

Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

O item 1 ainda está sendo discutido pela Consultoria do Senado e pelo nosso membro titular da Comissão de Assuntos Econômicos, Dr. Eduardo Luiz Godard, do Tesouro Nacional. Portanto, eu vou começar pelo item 2 da pauta.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 96, de 2012
– Não Terminativo –

Solicita autorização para contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado do Rio de Janeiro e a Corporação Andina de Fomento – CAF, no valor de até US$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Obras Complementares do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro".

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Sérgio Souza
Relatório: Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta.

De acordo com a Resolução nº 43/01 do Senado Federal, encontra-se presente para acompanhar a apreciação da matéria o Sr. Eduardo Luiz Godard, Gerente de Responsabilidades Financeiras da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, representante do Tesouro Nacional, e a Srª Virgínia Escobar Villagra – que já está se tornando um membro, também, efetivo aqui da Comissão de Assuntos Econômicos –, Subsecretária de Finanças da Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro.

Com a palavra o Senador Sérgio Souza, Relator do projeto; projeto esse que o Senador Dornelles insistiu muito para que votássemos.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente…

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Ligou várias vezes, preocupado novamente com o Rio de Janeiro, Estado que ele representa com muita dignidade. E o Senador Aécio também, até por ser um assíduo frequentador, também, do Estado do Rio de Janeiro.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, Senador Dornelles, Senadores e Senadoras aqui presentes, senhoras e senhores, o Rio de Janeiro mais uma vez traz a esta Casa um projeto de interesse daquele Estado que eu tenho a honra de ser o Relator.

Passo ao relatório, Sr. Presidente.

A Presidente da República encaminha ao Senado Federal pedido de autorização do Estado do Rio de Janeiro para contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com a Corporação Andina de Fomento (CAF).

Os recursos do empréstimo pretendido destinam-se a financiar o Programa de Obras Complementares do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro, que visa promover a interligação das rodovias federais BR-116, BR-40 e BR-493 e circundar a cidade do Rio de Janeiro.

O programa irá contribuir para a reestruturação espacial e urbana da periferia metropolitana, por meio da implantação de infraestrutura viária, interligando importantes equipamentos de infraestrutura logística e industrial, tais como: o Porto de Itaguaí, o complexo petroquímico de Itaboraí, da Comperj, e a Refinaria de Duque de Caxias, a Reduc, além de atrair parte significativa do tráfego de cargas da região metropolitana do Rio de Janeiro.

O empréstimo foi credenciado pelo Banco Central do Brasil e as suas condições financeiras inseridas no sistema de Registro de Operações Financeiras (ROF) sob o número TA625707. Ele será contratado com taxa de juros baseada na Libor, acrescida de *spread* que pode variar de 1,80% ao ano a 2,60% ao ano.

De acordo com cálculos da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), o custo efetivo médio do empréstimo será de 3,91% ao ano, flutuante conforme a variação da LIBOR, considerado aceitável pela Secretaria, dado o custo atual médio de captação do Tesouro Nacional, em dólar, no mercado internacional.

Vale destacar que os recursos totais a serem alocados no programa alcançam investimentos totais de US$334 milhões, sendo que estão previstas con-

trapartidas de recursos do Estado no montante de US$134 milhões.

Passo, então, Sr. Presidente, à análise.

A análise da presente operação de credito externo fundamenta-se no art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, e visa verificar o cumprimento das determinações das Resoluções nºs 40 e 43, de 2001, e 48, de 2007, todas do Senado Federal, e da Lei de Responsabilidade Fiscal. Essas são as normas que regulam os limites e condições para a contratação de operações de crédito internas e externas, inclusive concessão de garantia, no âmbito dos três níveis de governo.

De acordo com o Parecer nº 1.528, de 25 de setembro de 2012, da Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios da STN, o Estado do Rio de Janeiro cumpre os limites e demais condições definidas pelas referidas resoluções. Portanto, atende aos requisitos mínimos previstos no art. 32 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Mediante declaração do Chefe do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro e de parecer jurídico, enviados à STN, é afirmado que as ações para o referido programa estão previstas na Lei 6.126, de 2011, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2012-2015.

É atestado também que o orçamento previsto para o exercício financeiro de 2012 contempla dotações para o Programa objeto da operação. Há declaração do Governo do Estado informando que o ingresso de recursos relativos à operação, bem como dos necessários à contrapartida estadual e aos encargos da operação de crédito, está previsto e contemplado, sendo as dotações suplementadas na ocorrência de eventuais acréscimos.

Ademais, a STN informa que o Estado cumpre com as metas e os compromissos assumidos no Programa de Ajuste e Reestruturação Fiscal, em conformidade com o disposto na Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, sendo que a operação pretendida não implica violação do seu acordo de refinanciamento firmado com a União.

Com vistas à concessão da garantia da União, submetida ao que determina o art. 40 da LRF e aos limites e condições previstos nos arts. 9º e 10 da Resolução do Senado Federal nº 48, de 2007, examina-se, em seguida, a situação de adimplência do Estado em relação à União e as contragarantias oferecidas.

Nesse contexto, de imediato cabe destacar que a Lei Estadual nº 6.017, de 10 de agosto de 2011, autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo com a CAF e a vincular, como contragarantias à garantia da União, as parcelas necessárias e suficientes das receitas a que se referem os arts. 155, 157 e 159, na forma do §4º do art. 167, todos da Constituição Federal, e outras garantias em direito admitidas.

Nos termos do estudo sobre o comprometimento das transferências federais e receitas próprias do Estado do Rio de Janeiro, a STN conclui que as contragarantias oferecidas pelo Estado são consideradas suficientes caso a União venha a honrar compromisso na condição de garantidora da operação.

Vale enfatizar que a Resolução nº 41, de 2009, que alterou a Resolução nº 48, de 2007, possibilita a comprovação de adimplência do ente garantido, tanto tributária e financeira, como da prestação de contas de recursos recebidos da União, por ocasião da assinatura do contrato.

Por sua vez, em decorrência de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a Ação Cautelar nº 231, e de Ação Civil Pública Ordinária nº 720, o Estado do Rio de Janeiro encontra-se adimplente em relação aos financiamentos e refinanciamentos concedidos pela União ou garantias por ela honradas.

Ademais, o Estado está adimplente com as instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.

Conforme o Relatório de Gestão Fiscal da União para o primeiro quadrimestre de 2012, existe margem em seus limites para a concessão de sua garantia, estabelecidos pelo Senado Federal, na forma do art. 9º da Resolução nº 48, de 2007.

A STN procede ainda a uma avaliação própria acerca da capacidade de pagamento do empréstimo pelo Estado. Ela é aferida nos termos da Portaria do Ministério da Fazenda nº 89, de 1997, e serve de parâmetro para efeito da concessão de garantia da União. Assim, de acordo com análise consignada na Nota nº 787, de 28 de setembro de 2012, da Coordenação-Geral das Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios da STN, o Estado do Rio de Janeiro foi classificado na categoria "C", não dispondo de recursos suficientes para fazer frente à totalidade dos encargos de sua dívida, incluída a operação pretendida. Portanto, de acordo com essa avaliação, o risco de crédito do Estado é alto e indicativo de uma situação fiscal insuficiente, o que, em princípio, levaria a denegação da garantia solicitada.

Todavia, nos termos da Portaria nº 306, de 2012, pode o Ministério da Fazenda conceder, excepcionalidade, a solicitação, desde que sejam atendidos os pressupostos que a condiciona. E assim foi procedido, entendendo o Ministério da Fazenda, ao acatar sugestão da STN, de que: a) o Estado ofereceu contragarantias suficientes e idôneas; b) o projeto está em consonância com a estratégia do Governo Federal, uma vez que foi aprovado pela Cofiex e destina-se à

implantação de infraestrutura viária no entorno da região metropolitana do Rio de Janeiro; e c) o referido Programa prevê recursos de contrapartida da ordem de US$ 134.000.000,00 ao longo do período de quatro anos de liberação. Assim, a presente operação de crédito foi considerada elegível, em caráter de excepcional, para fins de concessão de garantia da União, nos termos do art. 11 da mencionada Portaria.

A propósito, é de se notar que, em manifestações sobre situações análogas em outros Estados e Municípios, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional tem enfatizado que a decisão quanto à concessão de excepcionalidade, prevista na referida Portaria, enquadra-se inteiramente no âmbito de analise de conveniência.

Em suma, a Secretaria do Tesouro Nacional, Sr. Presidente, entendeu que o Estado do Rio de Janeiro apresenta capacidade financeira suficiente para contratar a operação em exame e, fundamentada nos parâmetros que utiliza para avaliar o risco da União na concessão da garantia solicitada, manifestou-se favoravelmente à sua concessão.

Conclui-se, assim, que estão satisfeitos os limites e condições estabelecidos pelas referidas Resoluções do Senado Federal que tratam da matéria, assim como as exigências e condições para a prestação de garantia pela União, contidas no art. 40 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Passo, então, Sr. Presidente, ao voto, que é pela aprovação do pedido de autorização ao Estado do Rio de Janeiro, para contratar a operação de crédito externo nos termos do projeto de resolução seguinte, que já foi distribuído aos Srs. Parlamentares membros desta Comissão.

É o relatório e o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Sérgio Souza.

A matéria está em discussão.

Não havendo nenhum Senador ou Senadora…

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Sr. Presidente, apenas para fazer o registro aqui.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Aécio Neves.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Cumprimentando, mais uma vez, o Senador Sérgio Souza e meu companheiro de Bancada, Senador Dornelles, porque sabe V. Exª que sou o quarto Senador.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Quarto Senador pela Bancada do Rio de Janeiro.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Senador honorário da Bancada do Rio de Janeiro, e, obviamente, V. Exª hoje é *pole position* para ser o quinto Senador do Rio de Janeiro. Por isso, os pleitos do Rio de Janeiro caminham sempre com a celeridade muito grande, para nossa alegria nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – É porque o Senador Dornelles tem me convocado, Senador Aécio, muitas vezes lá para conversar com ele sobre assuntos econômicos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – E O Senador Dornelles tem ido muito a Campo Grande também.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, eu gostaria de me inscrever. Pode ser o sexto. Já é o segundo projeto que relato do Estado do Rio de janeiro. Ainda hoje, recebi a visita do nosso Vice-Governador, Pezão.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pezão!

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Pezão, que esteve aqui no Congresso Nacional, também, visitando os senhores, membros desta Comissão. Gostaria de dizer que o Pezão está fazendo um belo trabalho em favor do Rio de Janeiro, como também o nosso Governador Sérgio Cabral.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Aécio e Senador Sérgio Souza.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Eu acho que o Estado do Rio de Janeiro é o segundo Estado de todos brasileiros. Mas V. Exª já se colocou como quinto Senador do Estado do Rio. O Estado tem como quarto Senador o Senador Aécio, que, aliás, é o quarto Senador de todos os Estados da Federação brasileira. Não é só do Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – É, ele é quarto Senador de outros Estados também.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – De todos os Estados brasileiros. V. Exª é do Pará também. V. Exª não se esqueça do Estado do Pará.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com muita honra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Porque V. Exª tem raízes profundas no Estado do Pará, no Município de Tucuruí, onde V. Exª nos ajudou a construir a barragem de Tucuruí, e, agora, V. Exª está nos ajudando a construir Belo Monte.

Então, eu quero parabenizar o Governador Sérgio Cabral, parabenizar o Relator, Senador Sérgio Souza, Senador Dornelles, que é um competente e permanen-

temente atuante Senador pelo Estado do Rio de Janeiro; está aqui defendendo todos os cariocas, no sentido de dar ao Governador Sérgio Cabral os instrumentos para continuar trabalhando pela Cidade Maravilhosa.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Flexa.

Gostaria de registrar aqui o esforço do Rio de Janeiro, através de seus Senadores, Senador Aécio, e através, também, do Pezão, figura sempre muito presente aqui. O número de financiamentos que nós temos aprovado, Senador Dornelles, que é o Líder da Bancada do Rio aqui no Senado Federal e nosso Líder também aqui... O Rio de Janeiro tem tido um desempenho extremamente forte aqui na Comissão de Assuntos Econômicos, nessas operações de financiamento de empréstimos externos.

Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Só para parabenizar também o Senador Lindbergh e o Senador Crivella.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Lindbergh e Crivella.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Senador Crivella está cuidando da pesca do Brasil, como Ministro da Pesca.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Flexa, V. Exª é o Relator do item 1 de Minas Gerais. O Senador Aécio Neves está aqui angustiado.

Portanto, em votação o relatório do Senador Sérgio Souza.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da CAE, favorável nos termos do PRS apresentado.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Gostaria de requerer a V. Exª que fosse deliberada também a urgência necessária para que possamos votá-la, o mais rápido possível, no plenário do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, em votação apresentação do requerimento de urgência proposto pelo Senador Sérgio Souza.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com a apresentação do requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a matéria, a apresentação do requerimento de urgência para a matéria.

Segue diretamente, em caráter de urgência, para o plenário do Senado Federal.

Vamos votar ao item 1 da pauta, que agora já é o relatório pronto e distribuído, relatório do competente Senador Flexa.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 95, de 2012
– Não Terminativo –

Solicita autorização para contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado de Minas Gerais e a Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD, no valor de até 300.0000.000,00 EUR (trezentos milhões de euros), de principal, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Apoio aos Investimentos em Infraestrutura de Serviços Básicos do Estado de Minas Gerais – CRC-CEMIG".

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta.

De acordo com a Resolução nº 43/01, do Senado Federal, encontram-se presentes para acompanhar apreciação da matéria o Sr. Eduardo Luiz Godard, gerente de responsabilidade financeira, da Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda, representando o Tesouro Nacional e o Sr. Pedro Meneguetti, Secretário Adjunto da Fazenda do Estado de Minas Gerais.

Seja muito bem vindo, cumprimentando o Governador Anastasia e todo povo de Minas Gerais. Parabenizando-os também por mais essa iniciativa.

Com a palavra o Relator Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente Delcídio do Amaral, Srs. Senadores, é submetida à apreciação do Senado Federal a Mensagem nº 95, de 2012, da Presidente da República, que solicita autorização para que seja contratada operação de crédito externo, com garantia da União, entre o Estado de Minas Gerais e a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), no valor total de até trezentos milhões de euros.

As operações de crédito interno e externo dos Estados e Municípios subordinam-se à observância das condições e exigências estipuladas pelas Resoluções nos 40 e 43, de 2001, do Senado Federal. As operações de crédito externo são sujeitas a autorização específica do Senado Federal, nos termos do art. 28 da Resolução nº 43, de 2001.

Por sua vez, a concessão de garantias pela União subordina-se ao cumprimento dos limites estabeleci-

dos e também são sujeitas a autorização específica do Senado Federal.

Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do Programa de Apoio aos Investimentos em Infraestrutura de Serviços Básicos do Estado de Minas Gerais (CRC-Cemig).

O objetivo geral do programa é ampliar as condições para avançar na carteira de investimentos públicos que atendam às necessidades básicas do cidadão mineiro, priorizando as áreas de infraestrutura diretamente relacionadas à redução das desigualdades e o crescimento econômico sustentável.

O propósito é também a reestruturação de parte da dívida CRC/Cemig, para que o Estado possa ampliar sua capacidade fiscal, possibilitando novos investimentos.

A operação pretendida será realizada na modalidade de empréstimo com taxa fixa, a ser definida na data da assinatura do contrato, mais comissões. Segundo a Secretaria do Tesouro Nacional, a taxa cobrada pela Agência Francesa de Desenvolvimento estaria em 3,46% em 11 de outubro do corrente.

Análise, Sr. Presidente.

A operação destina-se ao financiamento parcial do Programa de Apoio aos Investimentos em Infraestrutura de Serviços Básicos do Estado de Minas Gerais (CRC-Cemig).

A Secretaria do Tesouro Nacional emitiu o Parecer declarando nada ter a opor à concessão da garantia pleiteada, desde que, previamente à assinatura dos contratos, sejam atendidas duas condições: a formalização do contrato de contragarantia e a verificação da adimplência do Ente com a União e suas entidades controladas.

A Secretaria do Tesouro Nacional informa que o Mutuário atendeu aos requisitos mínimos para a contratação, previstos na Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal.

Os investimentos previstos no programa constam da lei do Plano Plurianual de Ação Governamental do Estado de Minas Gerais para o período 2012-2015.

Ademais, a lei estadual autoriza o Poder Executivo a contratar operações de crédito destinadas a reestruturar a dívida CRC-CEMIG e a celebrar contrato de contragarantia.

De acordo com as informações contidas no Relatório da Gestão Fiscal da União, para o segundo quadrimestre de 2012, há margem para a concessão da pleiteada garantia da União, dentro do limite estabelecido na resolução do Senado Federal.

As garantias oferecidas pelo Estado de Minas Gerais são suficientes para ressarcir a União, caso esta venha a honrar compromissos na condição de garantidora.

O Estado de Minas Gerais encontra-se adimplente em relação às instituições do sistema financeiro nacional, conforme consulta realizada em 11 de outubro do corrente.

Ademais, o Estado, na consulta realizada em 2 de janeiro, não apresentava pendências referente aos financiamentos e refinanciamentos concedidos pela União.

A verificação da adimplência financeira, em face da Administração Pública Federal e suas entidades controladas e de recursos dela recebidos, poderá ser feita mediante consulta ao Cadastro Único de Convênio (CaUC), por ocasião da assinatura do contrato.

Em relação ao cumprimento da Emenda Constitucional nº 62, de 2009, relativa a pagamento de precatórios, a Secretaria do Tesouro Nacional esclarece que restou frustrada a tentativa de verificação da adimplência, pois as emissões de certidões e as consultas ao Cadastro de Entidades Devedoras e Inadimplentes (CEDIn) foram suspensas.

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) emitiu parecer.

No exame das cláusulas da minuta contratual, concluiu que elas são admissíveis e estão de acordo com a legislação brasileira. Em especial, foi observado o disposto que veda disposição contratual de natureza política, atentatória à soberania nacional e à ordem pública, ou contrária à Constituição e às leis brasileiras, bem como que implique compensação automática de débitos e créditos.

Voto, Sr. Presidente.

Em conclusão, o pleito encaminhado pelo Estado de Minas Gerais encontra-se de acordo com o que preceituam as resoluções do Senado Federal e a Lei de Responsabilidade Fiscal, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação pretendida, nos termos do projeto de resolução que apresentamos.

Sr. Presidente Francisco Dornelles, quero apenas fazer uma correção na leitura resumida do parecer que fiz, que foi distribuído e que está nas mãos dos Srs. Senadores.

No art. 2º, inciso IX: comissão de compromisso, 0,5%. Onde se lê aa é a.a., ao ano. É só essa correção que está sendo feita para ser redistribuído à Secretaria.

Esse é o voto, Sr. Presidente, favorável à contratação do empréstimo por parte do Estado de Minas Gerais com os meus parabéns ao Governador Anastasia, à sua equipe, ao Senador Aécio Neves e aos Senadores de Minas Gerais.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Cumprimento o Senador Flexa Ribeiro por seu brilhante relatório.

A matéria está em discussão.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Sr. Presidente, apenas para de público agradecer, mais uma vez, o Senador Flexa e os demais pares desta Comissão pela compreensão da importância desse financiamento para o Estado de Minas Gerais. Esses financiamentos que temos discutido nesta Comissão, não apenas em relação a Minas mas agora há pouco em relação ao Rio de Janeiro e, em seguida, ao Estado de Tocantins, vêm se transformando em instrumentos essenciais à garantia de investimentos por parte dos Estados brasileiros.

Na verdade, são os Estados que vêm ocupando uma lacuna de ausência de investimentos relevantes em várias áreas por parte do Governo Federal. Os Estados têm complementado essa diminuição do fluxo de investimentos, em relação, inclusive, ao PAC, este ano, estamos tendo o pior desempenho se comparado com todos os últimos 4 anos. Portanto, os Estados têm feito um esforço muito grande, obviamente com a cooperação da União, que é a avalista final desses financiamentos.

Agradeço, portanto, ao Senador Flexa. É uma feliz coincidência que registro o momento da aprovação desse importante financiamento, quando preside esta Comissão o Senador Dornelles, filho das melhores origens e dos melhores valores do Estado de Minas Gerais. Ele, que é e sempre será o primeiro dos Senadores do seu Estado de origem, o Estado de Minas Gerais.

Agradeço a V. Exª a deferência de presidir esta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Muito obrigado, Senador Aécio Neves. Parabéns pelas suas palavras.

Em votação o relatório do Senador Flexa Ribeiro, com a correção por ele indicada.

Os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CAE, favorável nos termos do PRS apresentado.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Solicito a V. Exª que requeira também a urgência urgentíssima, para que possamos votá-la rapidamente em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Em votação apresentação de requerimento do Senador Aécio Neves, o requerimento de urgência.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o regime de urgência.

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 97, de 2012
– Não Terminativo –

Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado do Tocantins e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor de até US$ 300,000,000.00 (trezentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos são destinados a financiamento parcial o "Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável – PDRIS".

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Aécio Neves

Relatório: Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta.

Com a palavra o Relator.

Encontra-se presente, para acompanhar a apreciação da matéria, o Dr. Eduardo Luiz Godard, Gerente de Responsabilidade Financeira da Secretaria da Fazenda, o Sr. Flávio Peixoto da Silveira, Secretário de Estado do Tocantins, e o Sr. Alexandre Ubaldo Monteiro Barbosa, Secretário de Infraestrutura do Estado de Tocantins.

Com a palavra o Relator Aécio Neves.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Sr. Presidente, antes de iniciar a leitura do meu relatório, gostaria de fazer uma solicitação à V. Exª, já que encaminhei à Mesa um pedido de votação extrapauta, um projeto de resolução que, na verdade, sugere uma nova redação a um projeto aprovado recentemente por esta Casa. Precisaria ficar mais claro nas suas definições.

Solicitaria, então, já que este é o terceiro e último item da pauta, que, em seguida à votação deste projeto, V. Exª pudesse incluir extrapauta esse projeto já encaminhado à Mesa desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Certamente a solicitação de V. Exª será atendida.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Passo, portanto, à leitura do relatório, que faço com enorme prazer, saudando, aqui, todos os Srs. Senadores, na figura do Senador João Costa, representante do Estado de Tocantins nesta Casa.

Com a Mensagem nº 97, de 05 de novembro de 2012, a Senhora Presidente da República propõe ao Senado Federal que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado do Tocantins

e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird).

Os recursos da operação de crédito, no valor de até US$300.000.000,00 (trezentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), destinam-se a financiar parcialmente o Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável.

O pedido está instruído com os documentos pertinentes, entre os quais se destacam: a exposição de motivos; os pareceres favoráveis da Procuradoria-Geral do Estado do Tocantins e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional; o parecer técnico da Secretaria do Planejamento e demais documentos necessários à aprovação desse pedido de financiamento.

A liberação dos recursos da operação de crédito está prevista para o período 2012 a 2017, com amortizações em 40 parcelas semestrais e custo efetivo médio estimado em 3,9% ao ano.

Como sabemos, as operações de crédito interno e externo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios estão sujeitas à observância das condições e exigências estabelecidas pelas Resoluções nºs 40 e 43, de 2001, e nº 48, de 2007, todas do Senado Federal, bem como das disposições constantes da Lei Complementar nº 101, de 2000 – a Lei de Responsabilidade Fiscal.

De fato, é preciso aqui relembrar que o Estado do Tocantins cumpre todos os limites de endividamento, e, com o presente empréstimo, o montante global de operações contratadas em um exercício, relativamente à receita corrente líquida, varia de 7,04% em 2012 para 2,01% em 2017. Por outro lado, o comprometimento da Receita Corrente Líquida com o serviço de suas dívidas decresce da média de 5,2%, entre 2012-2014, para 0,18%, em 2037.

Por fim, a dívida consolidada do Estado em relação à sua Receita Corrente Líquida situa-se em 0,46% – aqui ressalto que é dado raro hoje no Brasil e cumprimento aqui, de público, o Governador Siqueira Campos –, portanto bem abaixo do limite máximo de 2% fixado pelo Senado Federal, o que abre oportunidade para novos pedidos de financiamento do Estado de Tocantins.

A Lei Estadual nº 2.271, de 29 de dezembro de 2009, autoriza o Poder Executivo a contratar a operação de crédito externo, no valor acima mencionado e a vincular suas receitas tributárias e as oriundas de transferências constitucionais como contragarantias à União.

A Secretaria do Tesouro Nacional considera que as contragarantias oferecidas são suficientes para ressarcir a União, caso esta venha a honrar compromissos na condição de garantidora da operação em exame.

Por outro lado, a Secretaria do Tesouro Nacional registra que a União dispõe de margem para a concessão da garantia solicitada, conforme relatório de gestão fiscal da União para o 2º quadrimestre de 2012.

Do ponto de vista orçamentário, ressalte-se que o projeto em tela está inserido no Plano Plurianual do Estado para o período 2012-2015, aprovado pela Lei nº 2.538, de dezembro de 2011.

Registre-se também que o Tribunal de Contas do Estado do Tocantins informa que em 2009, em 2010 e em 2011, as despesas com pessoal no âmbito dos três poderes situam dentro limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Em suma, a Secretaria do Tesouro Nacional manifesta-se favoravelmente à contratação da operação de crédito com a garantia da União, desde que previamente à assinatura do contrato de empréstimo sejam verificados, pelo Ministério da Fazenda: a adimplência do Estado com a União, e a formalização do respectivo contrato de contrapartida.

Conclui-se, assim, que são observados os limites e condições estabelecidos pelas resoluções do Senado Federal que tratam da matéria, assim como as exigências e condições para a prestação de garantia pela União, contidas no art. 40 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Quanto ao mérito, a Secretaria do Tesouro informa que o Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável abrangerá a melhoria da eficiência da gestão pública; a promoção e fortalecimento do sistema produtivo; a conservação e uso sustentável dos recursos naturais e a melhoria da eficiência do sistema de transportes. E, para alcançar os objetivos, o projeto está estruturado em três componentes: melhoria do transporte rural; eficiência nos serviços públicos; e gerenciamento do projeto.

Ressalte-se, por fim, que o projeto contará com investimentos totais de US$375 milhões, sendo US$300 milhões financiados pelo BIRD e o restante proveniente de contrapartida estadual, previstos para serem desembolsados entre 2012 e 2017.

Voto, portanto, Sr. Presidente.

Ante o exposto, voto favoravelmente à autorização para a contratação da operação de crédito externo solicitada pelo Estado do Tocantins, com a garantia da República Federativa do Brasil, nos termos do distribuído aos senhores.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Em votação o relatório do Senador Aécio Neves.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o relatório do Senador Aécio Neves.

Os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, gostaria só de pedir urgência para encaminhamento ao plenário.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Aprovado o relatório. Passa-se a constituir parecer nos termos do PRE apresentado.

Concedido e aprovado o requerimento de urgência para o referido parecer.

O SR. JOÃO COSTA (Bloco/PPL – TO) – Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

Em meu nome, em nome do Senador Vicentinho Alves, do Governador Siqueira Campos, dos representantes do Tocantins nesta Comissão, secretários Alexandre Ubaldo e Flávio Peixoto, agradecemos o voto de confiança que o Senado tem dado ao Tocantins e espero, num futuro próximo, estar aqui para mostrar ao Senado o bem e a melhoria que os recursos fizeram ao Estado do Tocantins, à população tocantinense.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Em votação, apresentação do requerimento de urgência proposto pelo Senador Flexa Ribeiro.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovada a apresentação do requerimento de urgência.

ITEM 4

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº DE 2012

Altera a redação do art. 2º da Resolução nº 58 de 2012, que autoriza o Estado de Minas Gerais a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o banco Credit Suisse AG*, no valor de até US$1.300.000.000,00 (um bilhão e trezentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), para financiar parcialmente o "Pograma de Reestruturação da Dívida CRC-CEMIG".*

Autoria: Comissão de Assuntos Econômicos

A iniciativa é do Senador Aécio Neves, a quem concedo a palavra.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Sr. Presidente, a solicitação que trago aos ilustres membros desta Comissão, na verdade, é uma sugestão de redação para um projeto de resolução aprovado recentemente nesta Comissão.

Trata-se de alteração na redação do art. 2º da Resolução nº 58, de 2012, que autoriza o Estado de Minas Gerais a contratar operação de crédito externo, com a garantia da União, com o Banco Credit Suisse, no valor de até US$1,3 bilhão, para financiar parcialmente o programa de reestruturação da dívida CRC-Cemig.

Na verdade, a necessidade dessa alteração de redação se dá para que a resolução aprovada por esta Comissão e pelo Senado Federal fique mais clara e mais precisa quanto ao prazo que o Banco Credit Suisse terá para efetuar o desembolso e quanto aos juros da operação de crédito externo. Isso não havia ficado suficientemente claro na primeira aprovação – e aqui as nossas escusas aos Srs. Senadores.

Não há, portanto, Sr. Presidente, alteração de mérito, de prazo, de destinação e, tampouco, de valores, mas somente de redação. E me fixo especificamente no art. 2º, nos seus incisos VII, VIII e IX, que falam do prazo de carência de até 72 meses; da amortização, em dez parcelas anuais, a serem pagas após o prazo de carência; e dos juros a serem fixados na assinatura do contrato, que serão equivalentes a rentabilidade implícita da *Brazil Global Notes*, da *Global Bonds Brazil 21* e da *Global Bonds Brazil 24*, mais o *spread* de 2,5% ao ano. Portanto, essa sugestão de redação corrige uma lacuna que ficou clara na aprovação do último texto.

Solicito, mais uma vez, a compreensão dos Srs. Senadores para que possamos aprovar essa correção.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Em discussão a apresentação do PRS proposto pelo Senador Aécio Neves.

Os senhores que concordam com a apresentação permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Em votação a apresentação do PRS.

Os Senadores que concordam com a apresentação permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovada a apresentação desse PRS, a matéria vai ao plenário do Senado Federal.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Eu gostaria de solicitar a V. Exª a urgência para que ele possa ser também...

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Em votação a apresentação do requerimento de urgência proposto pelo Senador Aécio Neves.

Os Senadores que concordam com a apresentação permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovada a apresentação do requerimento de urgência.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Minas penhorada agradece, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 14 horas e 54 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 33 minutos.)

ATA DA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 2012, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e quarenta e três minutos do dia treze de novembro do ano de dois mil e doze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Delcídio do Amaral, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, José Pimentel, Humberto Costa, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Walter Pinheiro, Anibal Diniz, Wellington Dias, Inácio Arruda, Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Tomás Correia, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Benedito de Lira, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, José Agripino, Armando Monteiro e Cidinho Santos. Deixam de comparecer os Senadores Lindbergh Farias, Acir Gurgacz, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles, Ivo Cassol, Aloysio Nunes Ferreira, Jayme Campos, João Vicente Claudino, Antonio Russo, tendo falta justificada em virtude de se encontrar licenciado para tratamento de saúde, João Ribeiro e Marco Antônio Costa. A Presidência declara aberta a Reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura da Ata da 50ª Reunião, que é dada como aprovada. Em seguida, comunica aos Membros que a Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento: Aviso nº 69 de 2012, de 30 de outubro de 2012, do Banco Central do Brasil, encaminhando, em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.069/95, o demonstrativo das emissões do Real referentes ao terceiro trimestre de 2012, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas, bem como o relatório da execução da programação monetária; Aviso nº 70 de 2012, de 31 de outubro de 2012, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 4º da Resolução do Senado Federal nº 20/04, relatório sobre as emissões externas de títulos da República, no período de 1º de julho a 30 de setembro de 2012; Ofício nº 4005/ 2012-EXPPGJ, de 18 de outubro de 2012, do Ministério Público do Estado de São Paulo, encaminhando pedido de mudança da legislação vigente acerca da facilidade de abertura de templos religiosos; e carta de um cidadão, de 22 de outubro de 2012, contendo manifestações acerca do PL nº 4434 de 2008, em tramitação na Câmara dos Deputados (Projeto de Lei do Senado nº 58 de 2003, na origem). Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular. A Presidência dá início à apreciação das Matérias constantes da pauta. **Item 1**– Projeto de Lei do Senado nº 425 de 2011, não terminativo, de autoria do Senador Casildo Maldaner, que "determina medidas para esclarecer os consumidores acerca dos tributos que incidem sobre mercadorias e serviços, em conformidade com o disposto no § 5º do art. 150 da Constituição Federal", tendo como Relator o Senador Anibal Diniz, que oferece relatório contrário ao Projeto. Após a leitura do relatório, usam da palavra os Senadores Casildo Maldaner, Tomás Correia, Flexa Ribeiro e José Pimentel. A Matéria é retirada de pauta. **Item 2**– Projeto de Lei do Senado nº 645 de 2011, não terminativo, de autoria da Comissão de Assuntos Sociais, que "dispõe sobre benefícios fiscais na área do imposto de renda concedidos a serviços de saúde para prevenção e tratamento de cânceres", tendo como Relator o Senador Waldemir Moka, que oferece relatório pela prejudicialidade do Projeto. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator. **Item 3**– Projeto de Lei do Senado nº 150 de 2008, não terminativo, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que "altera a Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997, e a Lei nº 10.169, de 29 de dezembro de 2000, para permitir o protesto da Certidão da Dívida Ativa (CDA)", tendo como Relator o Senador Tomás Correia, que oferece relatório contrário ao Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, contrário ao Projeto. **Item 4**– Projeto de Lei do Senado nº 56 de 2012, não terminativo, de autoria do Senador Pedro Taques, que "institui normas relacionadas à responsabilização na contratação de obras públicas e dá outras providências", tendo como Relator o Senador Tomás Correia, que oferece relatório favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 a 7 que apresenta. Após a leitura do relatório, usa da palavra o Senador Armando Monteiro, que solicita vista da Matéria. O Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, concede Vista ao Senador Armando Monteiro, nos termos regimentais. **Item 5**– Projeto de Lei do Senado nº 206 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Marconi Perillo, que "cria o Fundo do Entorno do Distrito Federal (FEDF), e dá outras providências", tendo como Relator o Senador Ricardo Ferraço, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. O Presidente da Comissão designa o Senador Casildo Maldaner Relator "ad hoc" da Matéria. Após a leitura do relatório pelo Relator "ad hoc", usa da palavra o Senador Flexa Ribeiro, que solicita vista da Matéria. O Presidente da Comissão concede Vista ao Senador Flexa Ribeiro, nos termos regimentais. **Item 6**– Projeto de Lei do Senado nº 566 de 2011, terminativo, de autoria do Senador Blairo Maggi, que "altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução das doações a instituições públicas de ensino superior, da base

de cálculo do imposto de renda da pessoa física", tendo como Relator o Senador Roberto Requião, que oferece relatório pela aprovação do Projeto, da Emenda nº 1-CE nos termos da Subemenda que apresenta e da Emenda nº 2-CE. O Presidente da Comissão designa o Senador Eduardo Braga Relator "ad hoc" da Matéria. Após a leitura do relatório pelo Relator "ad hoc", encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto, a Emenda nº 1-CE, nos termos da Subemenda nº 1-CAE e a Emenda nº 2-CE-CAE por quatorze votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. **Item 7**– Projeto de Lei do Senado nº 230 de 2011, terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que "altera o art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir que seja deduzido da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Física o valor da contribuição previdenciária oficial paga em nome de dependente sem rendimentos próprios", tendo como Relator o Senador Sérgio Souza, que oferece relatório pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 1 e 2-CAS. O Presidente da Comissão designa o Senador Romero Jucá Relator "ad hoc" da Matéria. Após a leitura do relatório pelo Relator "ad hoc", encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto e as Emendas nºs 1 e 2-CAS-CAE por treze votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. **Item 8**– Projeto de Lei do Senado nº 632 de 2007, terminativo, de autoria do Senador Francisco Dornelles, que "estende os benefícios fiscais da Lei nº 11.529, de 22 de outubro de 2007, aos setores exportadores que especifica", tendo como Relator o Senador Flexa Ribeiro, que oferece relatório pela prejudicialidade do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova a Declaração de Prejudicialidade do Projeto por treze votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. **Item 9**– Projeto de Lei do Senado nº 300 de 2005, terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que "acrescenta parágrafos ao art. 6º da Lei nº 10.820, de 2003, determinando que a taxa de juros cobrada sobre empréstimos consignados em folha não excedam em 05 pontos percentuais ao ano a taxa básica da economia (taxa Selic)", tendo como Relator o Senador Luiz Henrique, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator, para reexame. **Item 10**– Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 39 de 2012, de iniciativa dos Senadores Eduardo Braga e José Pimentel, que "requer seja convidado o Senhor Márcio Zimmermann, Ministro de Estado Interino de Minas e Energia, para debater, em reunião conjunta com a Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI, as condições atuais do Sistema Elétrico Brasileiro, tendo em vista os recorrentes problemas de falhas no fornecimento de energia, com a ocorrência de apagões em diversas regiões brasileiras". Anunciada a Matéria, usam da palavra os Senadores Eduardo Braga, Ana Amélia e Flexa Ribeiro. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 39 de 2012-CAE. Foram, ainda, lidos e serão apreciados posteriormente os Requerimentos nº 41 a 44 de 2012. O Requerimento n° 41 de 2012, de iniciativa dos Senadores José Pimentel e Walter Pinheiro, requer a realização de audiência pública para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 103 de 2012, que "aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências", com a presença dos seguintes gestores públicos: Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação – Consed; Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais da Educação – Undime; Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior – Andifes; e Presidente do Conselho Nacional dos Institutos Federais de Educação – Conifes. O Requerimento n° 42 de 2012, de iniciativa dos Senadores José Pimentel e Walter Pinheiro, requer a realização de audiência pública para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 103 de 2012, que "aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências", com a presença do Sr. Aloizio Mercadante, Ministro de Estado da Educação. O Requerimento n° 43 de 2012, de iniciativa do Senador Inácio Arruda, requer a realização de audiência pública para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 103 de 2012, que "aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências", incluindo entre os debatedores os presidentes das seguintes entidades: União Nacional dos Estudantes – UNE; União Brasileira de Estudantes Secundaristas – Ubes; e Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC. E o Requerimento n° 44/2012, de iniciativa da Senadora Ana Amélia, requer a realização de audiência pública com o objetivo de esclarecer as razões para os altos preços dos veículos automotores no País e discutir medidas para a solução desse problema, com a participação das seguintes autoridades e convidados: representante da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda (SEAE/MF); representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC); representante da 3ª Câmara (Consumidor e Ordem Econômica) do Ministério Público Federal (MPF); representante da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea); representante do Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores (Sindipeças); e do Sr. Joel Leite, jornalista do Boletim Autoinforme. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e doze minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada,

será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Delcídio do Amaral,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Declaro aberta a 51ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da 50ª Reunião.

Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A Ata está aprovada, Senador Anibal Diniz, e será publicada no *Diário do Senado Federal.*

Comunico aos membros que esta Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento.

Aviso do Banco Central do Brasil.

Aviso nº 69, de 2012, de 30 de outubro de 2012, do Banco Central do Brasil, encaminhando, em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.069/95, o demonstrativo das emissões do real referentes ao terceiro trimestre de 2012, as razões dela determinantes e a posição das reservas internacionais a ela vinculadas, bem como o Relatório da Execução da Programação Monetária.

Aviso do Ministério da Fazenda.

Aviso nº 70, de 2012, de 31 de outubro de 2012, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 4º da Resolução do Senado Federal nº 20/04, relatório sobre as emissões externas de títulos da República no período de 1º de julho a 30 de setembro de 2012.

Outros documentos.

Ofício nº 4.005, de 2012, de 18 de outubro de 2012, do Ministério Público do Estado de São Paulo, encaminhando pedido de mudança da legislação vigente acerca da facilidade de abertura de templos religiosos.

Carta de um cidadão, em 22 de outubro de 2012, contendo manifestações acerca do PL nº 4.434, de 2008, em tramitação na Câmara dos Deputados (Projeto de Lei do Senado nº 58, de 2003, na origem).

Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

Vamos começar agora a pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 425, de 2011
– Não Terminativo –

Determina medidas para esclarecer os consumidores acerca dos tributos que incidem sobre mercadorias e serviços, em conformidade com o disposto no § 5º do art. 150 da Constituição Federal.

Autoria: Senador Casildo Maldaner
Relatoria: Senador Anibal Diniz
Relatório: Contrário ao Projeto.
Observações:
1. A Matéria será apreciada pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle em decisão terminativa.

Com a palavra o Relator, Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Bom dia, Senador Delcídio. Muito obrigado pela oportunidade.

Vamos ao relatório.

O Projeto de Lei do Senado nº 425, de 2011, de autoria do eminente Senador Casildo Maldaner, é um projeto inteiramente meritório no que diz respeito ao que traria de transparência para o consumidor, em relação aos valores embutidos nos serviços e nos produtos adquiridos ou contratados, quanto aos tributos que estão sendo pagos.

Quanto mais transparência, melhor. A intenção do Senador Casildo Maldaner é muito legítima e meritória no que diz respeito a esse aspecto da transparência que traria ao consumidor quanto ao que está pagando pelo valor em si do produto e ao que está pagando a mais em termos de impostos que incidem sobre esses produtos, sejam impostos federais, estaduais ou municipais.

Entretanto, ainda que meritório e bem intencionado, a lei resultante desse projeto seria inexequível. É impossível jogar sobre o varejista a obrigação de obter transparência do emaranhado de incidências tributárias que ocorrem ao longo da cadeia produtiva e de circulação, onerando o produto.

Cada comerciante varejista precisaria montar gigantesca e cara estrutura contábil-econômica para tentar a proeza de apurar o montante total dos tributos indiretos incidentes sobre os produtos e, mesmo assim, estaria provavelmente passando ao consumidor informações inexatas ou distorcidas para não assumir o risco da penalidade cominada por omissão.

Note-se que o próprio projeto exclui da informação o pertinente a dois importantíssimos impostos que incidem sobre o produto final: o Imposto de Importação e o Imposto sobre Produtos Industrializados. Verifica-se que o próprio autor conforma-se à impossibilidade de, na ponta do varejo, destacar a sua incidência sobre o produto final.

Que falar, então, das contribuições sociais, de complexa legislação, ora em cascata, ora sob um pretenso e nebuloso regime de não cumulatividade, umas incidindo sobre as outras, umas com alíquotas percen-

tuais, outras com alíquotas em espécie, isenções, créditos presumidos e regimes especiais os mais diversos?

Com relação ao ICMS, podemos mencionar outra dificuldade de cunho operacional, praticamente intransponível, haja vista que a ampla maioria das cadeias produtivas, atualmente, está sujeita ao regime de Substituição Tributária, isto é, a responsabilidade pelo ICMS devido em relação às operações ou prestações de serviços é atribuída a outro contribuinte, no caso o Contribuinte Substituto, o qual é eleito para efetuar a retenção e/ou o recolhimento do imposto e que, na maioria dos casos, está localizado em outros Estados da Federação.

Por fim, note-se que o art. 150, § 5º, da Constituição Federal, que se pretende regulamentar com o projeto sob exame, é mais restritivo quanto ao que se deve informar ao consumidor, pois fala em "impostos" (espécie) e não em "tributos" (gênero), como entendeu o autor.

Provavelmente a intenção do autor de abranger as contribuições decorreu da circunstância de que, atualmente, elas têm igual ou mais peso na tributação dos bens e serviços do que os próprios impostos. Todavia, isso não elide o fato de que o comando constitucional se refere a "impostos", especificamente.

Por um lado, não haveria impedimento para agregar, na informação, os valores relativos às contribuições, desde que isso fosse viável. Por outro lado, a retirada, pura e simples, das contribuições tornaria irrelevante a informação (dado o seu peso) e não contribuiria para viabilizar a apuração fidedigna dos impostos incidentes sobre bens e serviços.

Além disso, de ver que o comando constitucional diz que a lei determinará medidas para que os consumidores sejam esclarecidos acerca dos impostos que incidam sobre mercadorias e serviços, mas isso não significa que a informação deva ser fornecida em cada compra. A reiterada tentativa (revelada neste e em outros projetos em tramitação) de fazer constar a informação no próprio documento de compra vem, certamente, do que se observa em outros países que, todavia, contam com sistema tributário mais simples que o sistema brasileiro.

A determinação constitucional poderia ser convenientemente atendida pelo que consta do art. 4º do projeto, isto é, atribuição ao Poder Executivo da obrigação de montar e operar um sistema de apuração e divulgação da carga tributária incidente sobre uma lista abrangente dos principais produtos consumidos pela população.

Infelizmente, entretanto, a iniciativa de lei nesse sentido estaria reservada ao próprio Poder Executivo, a quem cabe propor e dispor sobre sua estrutura, funcionamento e atribuições.

Diante de todo esse exposto, Sr. Presidente, voto pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 425, de 2011, por sua inexequibilidade, em que pese reconhecer o mérito da matéria proposta pelo eminente Senador Casildo Maldaner.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Anibal Diniz.

A matéria está em discussão.

Senador Casildo Maldaner, autor do projeto.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente e nobres colegas, respeito imensamente o Relator desta matéria, Senador Anibal Diniz, mas eu vou manter a minha posição manifestada na proposta de minha autoria por razões, Sr. Presidente, nobres colegas, que não vêm de hoje.

Essa proposta foi feita no limiar do ano passado, mas já vem de mais tempo. Trata-se de uma questão que a sociedade vem cobrando a todo instante. Quanto se paga? Quanto o consumidor está recolhendo de impostos? Quanto está embutido ao se adquirir um produto? Por exemplo, quanto incide de imposto sobre um produto de R$100,00? Quanto o consumidor recolhe: R$20,00, R$30,00, R$40,00, R$60,00? É um direito dele saber quanto vale o produto sem os encargos, sem os impostos, e ter essa noção, Sr. Presidente, nobres colegas.

Ao consumidor, no art. 150 da Constituição, é assegurado conhecer... O §5º do art. 150 da Carta Magna estabelece:

> *Art. 150. .....*
> *.....*
> *§5º. A lei determinará medidas para que os consumidores sejam esclarecidos acerca dos impostos que incidem sobre mercadorias e serviços.*

O §5º da Constituição Federal diz que a lei determinará que os consumidores tenham esse conhecimento.

Eu reconheço ser um emaranhado um pouco difícil. Diz o eminente Relator que isso pode deixar os senhores contadores das empresas conturbados para esclarecerem esses dados. Aliás, não cabe aos contadores esclarecer isso, não cabe às empresas, mas, sim, à Fazenda, ao Governo, que os criou. "Quem pariu Mateus que o embale." O Governo tem que encontrar maneiras, assim como a Fazenda conseguiu criar esses impostos, de esclarecer o consumidor. Que baixe normas para ver como a contabilidade vai reger isso; como vai imprimir os blocos; como vai dizer que o produto vale tanto e os impostos sobre o produto vão ser

x. Quem criou isso que ponha a massa cinzenta para trabalhar. Acho que esse é o espírito.

E eu queria fazer mais um registro, Sr. Presidente, nobres colegas. Não bastasse essa proposta, a Consultoria da Casa, depois de idas e vindas no ano passado, depois de muitas reuniões, chegou à conclusão de que esse é um direito assegurado ao consumidor. Precisamos encontrar fórmulas para isso.

Não bastasse isso, neste exercício, depois, vários Srs. Senadores, como o Senador Capiberibe, Angela Portela, Randolfe Rodrigues, apresentaram um projeto similar, e pediram que eu subscrevesse essa proposta. E eu não me neguei a subscrever, já que eu tinha um tramitando na Casa nessa linha. A ementa do nosso projeto é idêntica à do projeto apresentado este ano por esses três colegas.

E tem mais: a proposta apresentada pelos três colegas neste exercício foi votada nesta Comissão, aqui na CAE. Já se votou na CAE, há questão de um mês, e foi aprovada por esta Comissão com o mesmo espírito, Sr. Presidente, nobres colegas. E está agendada para ser votada hoje na Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor, com relator já conhecido e a favor, também, dessa proposta.

Então, se nós hoje derrubarmos essa proposta aqui, com o maior respeito ao Relator, nós estaremos nos contradizendo, num ínterim de 30, 40 dias. Eu faço um apelo aos nobres colegas. Sem demérito nenhum ao eminente Senador Anibal Diniz, porque naturalmente há alguma orientação nesse sentido de que se criam dificuldades, reconheço, precisamos esclarecer os consumidores, porque é um direito do consumidor.

Por isso, eu faço aqui um apelo para nós não nos contradizermos, para nós levarmos nessa sintonia, já que na CMA também, hoje, na mesma matéria, os colegas aqui vão votar com parecer favorável, porque esta Comissão, há questão de 30, 40 dias, já votou favoravelmente. É o apelo que faço aos nobres colegas, pedindo desculpas ao eminente Senador Anibal Diniz, mas é uma questão, eu diria, até de coerência em relação a essa matéria.

São as considerações que faço, Sr. Presidente, a V. Exª e aos eminentes colegas em relação a essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral**.** Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Casildo Maldaner.

Eu vou passar a palavra para o Senador Tomás Correia e registrar aqui, Senador, a presença do Deputado Estadual de Rondônia, Lebrão; a Prefeita de São Francisco, a Gislaine, e Vice-Prefeito Wellington; e o Prefeito de Urupá, Sérgio. Muito bem-vindos à Comissão de Assuntos Econômicos. São de um Estado que o Senador Tomás Correia representa com muita competência e muita dignidade.

Com a palavra, o Senador Tomás Correia.

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO) – Obrigado pela visita, Deputado Lebrão, Prefeita de São Francisco, Prefeito de Urupá e Vice-Prefeito.

Sr. Presidente, o projeto do Senador Casildo Maldaner é muito importante. É um projeto que vem esclarecer, vem aclarar, de forma definitiva, o que o cidadão paga de tributos e o que paga pela mercadoria que compra. Essa é uma informação importantíssima para o cidadão.

Com todo o respeito ao voto, ao parecer do ilustre Senador Anibal Diniz, bem fundamentado e bem instruído, eu gostaria de me inteirar melhor desse projeto.

Por essa razão, Sr. Presidente, eu gostaria de pedir vista do projeto do Senador Casildo Maldaner.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, pedido de vistas do Senador Tomás Correia.

Senador Flexa Ribeiro.

Eu queria pedir para os Senadores e Senadoras que se encontram nos seus gabinetes – nós temos vários projetos aqui que vão ser votados em caráter terminativo – que, se puderem, venham ao plenário da Comissão de Assuntos Econômicos. Seria muito importante.

Senador Flexa, do nosso querido Estado do Pará.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Senador Delcídio do Amaral, que preside esta Comissão de Assuntos Econômicos, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, eu queria pedir ao nobre Senador Tomás Correia que, se possível, retirasse o pedido de vista, porque eu quero fazer um apelo ao Senador Anibal no sentido de ouvir do Plenário, Sr. Presidente, que retire de pauta esse projeto, porque, como disse o Senador Casildo, tem o mesmo objeto do Projeto de Lei do Senado nº 76, de 2012, de autoria dos Senadores João Capiberibe, Randolfe Rodrigues, Casildo Maldaner e Angela Portela, projeto este que já está em fase terminativa na CMA.

Então, acho que é questão de economia processual. Nós estamos iniciando um projeto aqui que está em fase terminativa, do qual o Senador Casildo Maldaner é autor, coautor e que já está na CMA. Então, o que proponho ao Relator? Que nós retirássemos de pauta, fizéssemos o apensamento, no plenário, deste Projeto de nº 425 ao Projeto nº 76, já que eles têm o mesmo objeto, a ementa é a mesma, a redação é idêntica.

Nós temos aqui um parecer do Senador Anibal pela rejeição num projeto que já tramitou aqui e está em fase terminativa na CMA. Aí, fica até, Senador Anibal, desculpe-me, difícil entender, pois o projeto já

passou aqui na CAE, esse 76, e estamos agora legislando sobre o mesmo tema, com o parecer diferente.

Então, o bom senso nos leva a propor que retiremos de pauta o 425, apensemos este projeto ao 76 e vamos discutir, Senador Maldaner, de forma terminativa, lá na CMA, o projeto de autoria de quatro Senadores que já se encontra na Comissão de Meio Ambiente.

Isso é o que eu proponho.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Anibal Diniz com a palavra.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Eu queria tirar uma dúvida também com o Senador Casildo. Considerando as palavras do Senador Flexa Ribeiro, que a matéria que já tramitou nesta Casa se encontra em caráter terminativo na Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle, também é assinada pelo Senador Casildo Maldaner e tem o mesmo teor, eu considero que, neste caso, o voto teria que ser, ainda assim, pela prejudicialidade da matéria que está em tramitação aqui, uma vez que há outra em estágio mais avançado que delibera sobre o mesmo assunto. De qualquer maneira, seria sem prejuízo para a intenção do Senador Casildo, uma vez que há uma matéria mais adiantada versando sobre o mesmo assunto.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Prejudicialidade.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Quero só fazer um registro, Senador Anibal. Acho que prejudicialidade, pelas orientações da Secretaria, é só quando já existe a lei e não quando existe um projeto que tramita ainda nas Comissões do Senado.

Portanto, acho mais pertinente a retirada de pauta, se o Senador Tomás Correia concordar, porque ele pediu vistas, até para que a gente faça uma avaliação e depois, se esse for o entendimento, faça o apensamento a esse projeto que está tramitando na Comissão de Meio Ambiente.

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Tomás Correia.

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO) – Concordo plenamente. Acho que a intenção é aproveitar o projeto naquilo que for possível. Então, sou favorável e desisto do pedido de vista para que o projeto possa seguir da forma como V. Exª está propondo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Anibal.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Perfeitamente. Em concordância, então, com o Senador Flexa Ribeiro e com o Senador Casildo, retiro de pauta a matéria e a gente faz um entendimento com o Relator, na Comissão de Meio Ambiente, para que seja feito um relatório único sobre o assunto.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Casildo.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Quero agradecer a compreensão, a colaboração do Senador Flexa Ribeiro, a solidariedade do Senador Tomás, que havia pedido vistas, e também do eminente Relator Anibal Diniz, que entendeu que, como essa matéria já foi votada aqui e tramita na CMA, se o melhor caminho é fazer o apensamento, não sendo possível a prejudicialidade, já que ainda não é lei, acho que é a melhor saída para nós todos nesta Comissão.

Agradeço a compreensão de todos.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Casildo.

Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, se pudesse formalizar já o requerimento de apensamento, seria importante para incluir na Ordem do Dia do plenário e, em seguida, votarmos...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Seria apresentado no plenário do Senado o requerimento.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – No plenário do Senado.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Perfeitamente, Senador Flexa. Portanto...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Tenho um requerimento de audiências públicas para discutir o Plano Nacional de Educação. Como há uma resolução desta Comissão de que, para que seja feita a leitura para incluir na Ordem do Dia da semana seguinte é preciso que o autor esteja presente, se V. Exª pudesse fazer a leitura, eu ficaria muito grato.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Nós faremos a leitura, Senador Pimentel. Já se encontra aqui sobre a mesa o requerimento de V. Exª, dois requerimentos de V. Exª e um da Senadora Ana Amélia. Nós os leremos para atender exatamente a liturgia da Comissão de Assuntos Econômicos.

Portanto, uma vez tendo havido entendimento com relação ao item 1, o apensamento, Senador Flexa, quanto ao item 2, o Relator solicita a retirada de pauta.

Passamos, então, ao item 3.

E volto a insistir com os Senadores e Senadoras que, se puderem, venham à Comissão de Assuntos Econômicos, porque temos mais dois itens não terminativos e depois votaremos os itens terminativos.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 150, de 2008
– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997, e a Lei nº 10.169, de 29 de dezembro de 2000, para permitir o protesto da Certidão da Dívida Ativa (CDA).

Autoria: Senador Demóstenes Torres.

Relatoria: Senador Tomás Correia.

Relatório: Pela rejeição do Projeto.

Observações:

1. A Matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Com a palavra o Relator, Senador Tomás Correia.

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Projeto de Lei do Senado nº 150, de 2008, do Senador Demóstenes Torres, para permitir o protesto da Certidão da Dívida Ativa.

Aqui há considerações sobre a tramitação, sobre a competência da Comissão.

A matéria já está distribuída aos Srs. Senadores, vou, então, Sr. Presidente, diretamente à análise do projeto.

No que se refere aos arts. 1º e 2º do PLS em análise, que alteram a Lei nº 9.492, de 1997 (Lei de Protestos), não há vício de constitucionalidade, pois a União é competente para legislar sobre direito comercial etc., etc.

Faz algumas referências também à questão da constitucionalidade, juridicidade e à parte mais técnica, do ponto de vista da tramitação na Casa.

Vamos, então, ao mérito, Sr. Presidente.

No mérito, verifica-se que se trata de questão polêmica tanto na doutrina quanto na jurisprudência.

Entretanto, ao analisar as normas jurídicas existentes sobre o tema, verifica-se que o legislador não faz, em nenhuma hipótese, menção à necessidade de se apresentar a Certidão de Dívida Ativa (CDA) ao Cartório de Protestos. Ressalto que o Fisco, uma vez tendo inscrito regularmente o débito na Dívida Ativa, não precisa fazer prova de mais nada, bastando iniciar o procedimento de cobrança, previsto na Lei nº 6.830, de 2008 (Lei das Execuções Fiscais). Deste modo, a possibilidade da CDA não encontra respaldo em nosso ordenamento jurídico.

O Superior Tribunal de Justiça (STJ), em reiteradas decisões, já proferiu entendimento no sentido de que não há necessidade de protesto prévio do título emitido pela Fazenda Pública.

De acordo com o ilustre jurista Kiyoshi Harada:

> *O protesto extrajudicial de certidão de dívida ativa, a exemplo da exigência de certidão negativa para realização das mais diversas atividades, constitui sanção política condenada por nada menos que três súmulas do Supremo Tribunal Federal.*

Há na doutrina entendimento de que somente é possível a cobrança da dívida ativa, pela Fazenda Pública, através da execução fiscal. Nesse sentido é o entendimento do Prof. Hugo de Brito Machado.

O crédito tributário não precisa do protesto para ter liquidez e certeza, pois estas decorrem da própria lei. Assim, é indiscutível que a Fazenda Púbica não precisa protestar seu título para que se configure em mora o contribuinte, senão vejamos o art. 204 do Código Tributário Nacional:

> *Art. 204. A dívida regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída.*
> *Parágrafo único. A presunção a que se refere este artigo é relativa e pode ser ilidida por prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo ou do terceiro a que aproveite.*

Além disso, Sr. Presidente, há o interesse público primário do Estado, que é a necessidade do prosseguimento da atividade econômica do contribuinte. Mesmo se considerado o interesse imediato no recebimento de créditos tributários por meio de protesto, sérias desvantagens decorreriam para a Fazenda Pública se o contribuinte não puder dar andamento a sua atividade. Vale ressaltar, conforme demonstrado em diversas decisões jurisprudenciais, que não é interesse do Fisco a falência do devedor, bem como os demais efeitos decorrentes do protesto.

Assim, o Fisco ao protestar extrajudicialmente o contribuinte, poderá inviabilizar todas as suas atividades empresariais, implicando em insuportável restrição à liberdade econômica e profissional, além de obrigá-lo a cumprir exigência sem a possibilidade de questioná-la.

Por fim, cabe relembrar que quando o contribuinte é executado pela Fazenda Pública, ele tem a oportunidade de opor embargos e demonstrar eventual invalidade ou ilegalidade do débito. Portanto, embora louvável a iniciativa do ilustre autor da matéria, entendo

que o meio adequado para a cobrança da Certidão de Dívida Ativa continua sendo a execução fiscal.

Ante o exposto, Sr. Presidente, voto pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 150, de 2008.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Tomás Correia.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo Senador e Senadora que queiram discutir, em votação o relatório do Senador Tomás Correia.

Os Senadores e Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE contrário ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Item 4 da pauta.

Eu volto a pedir aos Senadores e Senadoras: depois do item 4, são todos os projetos terminativos, Senador Eduardo Braga, e nós estamos por um Senador só para iniciar a votação em caráter terminativo.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 56, de 2012
– Não Terminativo –

Institui normas relacionadas à responsabilização na contratação de obras públicas e dá outras providências.

Autoria: Senador Pedro Taques

Relatoria: Senador Tomás Correia

Relatório: Favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 a 7 que apresenta.

Observações:

1 – A Matéria será apreciada pelas Comissões de Serviços de Infraestrutura e de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa.

Com a palavra o Relator, Senador Tomás Correia – só dá ele hoje na Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO) – É despedida, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Senador Delcídio do Amaral, projeto de iniciativa do Senador Pedro Taques, que submete à análise desta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) em epígrafe, que tem por fim estabelecer normas de execução, fiscalização, controle e recebimento na contratação de obras públicas.

A proposição é composta por trinta e cinco artigos. Os dois primeiros definem a abrangência. E vem descrevendo todos os artigos e o que cada um trata e prevê.

Passarei à análise, Sr. Presidente, porque a matéria já está distribuída aos Srs. Senadores. No caso, eu vou passar direto à análise do projeto.

Por força do art. 99, I e IV, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão de Assuntos Econômicos opinar sobre a matéria objeto do Projeto de Lei.

Nos termos do art. 22, XXI e XXVII, da Constituição Federal, a União detém competência privativa para legislar sobre normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios e para as empresas públicas e sociedades de economia mista, nos termos do art. 173, § 1º, III, também da Carta Política.

Não há vício de iniciativa, pois o PLS não cuida de matéria situada sob as reservas constitucionais de autoria de projetos de lei.

A proposição vem lavrada em boa técnica legislativa. E aqui há comentários sobre a parte de tramitação interna do Projeto.

Vamos, então, ao mérito.

No tocante ao mérito, Sr. Presidente, destacamos a preocupação com a pormenorização e o detalhamento. Os comandos procuram impedir que nas propostas e nos contratos haja disposições vagas, imprecisas e abertas, que permitam manipulações em detrimento do interesse público. Como exemplo, citamos o art. 4º, pelo qual as composições de custos unitários e o detalhamento de encargos sociais e do BDI são partes integrantes do orçamento que compõe o projeto básico da obra ou serviço de engenharia, devendo constar dos anexos do edital de licitação e das propostas das licitantes, não podendo ser indicados global ou genericamente.

O nível de detalhamento foi tamanho que o art. 3º, III, definiu até jogo de planilha para os fins da lei proposta, mas o conceito não constou de nenhum de seus outros dispositivos. Dessa forma, propõe-se retirar essa definição.

Os arts. 5º a 7º definem e estabelecem parâmetros para o uso, respectivamente, das empreitadas por preço global, por preço unitário e integral, sobre as quais também trata a Lei nº 8.666, de 1993. Não há óbice para isso, visto que a norma em produção é de mesma categoria do Estatuto das Licitações e suas disposições complementam as da lei em vigor.

Ressalta-se da Seção III, dedicada à responsabilidade técnica pela execução e fiscalização das obras, a conjugação dos arts. 8º e 9º, da qual resulta a responsabilização objetiva do contratado pela solidez e segurança da obra, que o obriga, independentemente de culpa ou dolo na execução do contrato, a responder

pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros. Essa responsabilidade incide, inclusive, sobre falhas oriundas dos projetos. Nesses casos, resguarda-se a possibilidade de agir regressivamente contra terceiros responsáveis pelo dano.

Em primeiro momento, pode parecer um excesso a responsabilização objetiva abranger falhas de projeto de terceiros, mas só em primeira aproximação. O autor teve o cuidado de estipular a obrigação da contratada de rever e corrigir os projetos licitados. Percebe-se que será o descumprimento desse encargo, por meio de uma revisão descurada, que acarretará a responsabilidade pelos danos advindos de falhas imputadas aos projetistas, em solidariedade.

Com o devido cuidado, o ilustre Senador Pedro Taques excluiu a responsabilização por eventual inadequação de projetos desenvolvidos de forma tecnicamente correta à necessidade do contratante.

O Projeto de Lei deixa patente não se afastar a responsabilidade solidária dos agentes públicos responsáveis pelo recebimento dos projetos desconformes e pelos vícios e defeitos que poderiam ter evitado no exercício regular de suas atribuições legais e contratuais.

Nesse diapasão, não se poderia esquecer dos próprios projetistas e consultores, que são responsáveis pela elaboração de plantas, especificações e outras peças técnicas, respondendo pelos danos causados por falhas de projeto, orçamento ou qualquer parecer de sua autoria, decorrentes de sua culpa ou dolo. Esse comando está no §4º do art. 9º da proposição. Sobre o dispositivo, cumpre alertar para o seu final, que diz: "observado ainda o art. 9º desta Lei". Ora, o parágrafo pertence ao próprio art. 9º. Portanto, sugerimos a seguinte redação para parte final: "observadas as demais disposições deste artigo".

É merecedor de elogio expresso o cuidado dedicado pelo autor à elaboração das Seções IV a XII do Capítulo II, que incorporam inúmeras determinações e recomendações exaradas em acórdãos de tribunais de contas. Contudo, é preciso promover ajuste no §3º do art. 16, que faz referência à adoção de providências acauteladoras sem a prévia manifestação do interessado, com base no art. 45 da Lei nº 9.784, de 1999. Esta é uma lei federal, não uma norma de caráter nacional, como a que se pretende produzir com a aprovação deste projeto. Por outro lado, nada impede que a mesma disposição existente na norma federal esteja na futura lei nacional, sem que haja qualquer necessidade de remissão à primeira. É prudente que essa alusão seja retirada por ser absolutamente desnecessária. Sugerimos emenda para promover o ajuste.

Denodo igual ao empregado na elaboração das Seções IV a XII do Capítulo II foi dedicado à confecção do Capítulo III. Não obstante, cremos ser possível aprimorar o texto de seus comandos.

Recomendam-se emendas de redação no *caput* e no §1º do art. 24, bem assim nos §§1º e 2º do art. 25, para deixar mais ampla e clara a proteção que se quer dar às contratações do Poder Público. Além disso, os arts. 26 e 27 podem ser condensados em um só. O art. 27, inclusive, traz comando desnecessário. Entretanto, como pode ser considerado explicativo, resolvemos mantê-lo.

Seria despiciendo, Sr. Presidente, estatuir que a sanção prevista no inciso IV do *caput* do art. 87 do Estatuto de Licitações e Contratos tem eficácia ante todas as esferas de governo e entes federativos, independentemente de qual tenha sido a autoridade que aplicou a penalidade. Esta é uma consequência lógica do caráter nacional daquele diploma, já reconhecida pelos tribunais. Mas, conforme dissemos, a explicação não prejudica o projeto.

A última anotação atina ao novel §5º do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, que o art. 27 da proposição pretende acrescentar.

O dispositivo indica, sem qualquer precisão, um cadastro unificado que venha a ser estabelecido pela União com a finalidade específica de permitir ao órgão promotor da licitação verificar a incidência sobre o licitante da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, aplicada por qualquer esfera de governo de qualquer dos entes federados.

Não há determinação expressa de que se crie tal cadastro ou qualquer indicação de como será criado. Entende-se que a vagueza não pode permanecer.

Portanto, propomos emenda apenas para aglutinar os arts. 26 e 27 da proposição e promover os ajustes necessários.

Concluindo nossa análise, damos ênfase ao que o ilustre Senador Pedro Taques anotou na justificação do projeto:

> *Impende notar que a definição objetiva de responsabilidades garante maior eficiência, controle e transparência na aplicação dos recursos públicos, delimitando os deveres e obrigações de cada parte envolvida e garantindo-se previsibilidade na apuração das responsabilidades civil e administrativa pelas irregularidades constatadas.*

Definir objetivamente obrigações e responsabilidades administrativas é essencial para a individualização de condutas, imprescindível para permitir a punição dos agentes envolvidos em atos lesivos ao patrimônio público. Elogiamos a iniciativa do autor.

Voto.

Ante o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 56, de 2012, com a seguintes emendas:

EMENDA Nº – CAE

Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 56, de 2012, a seguinte redação:

"Institui normas relacionadas à responsabilização na contratação de obras e serviços de engenharia e dá outras providências."

EMENDA Nº – CAE

Dê-se ao caput do art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 56, de 2012, a seguinte redação:

Art. 1º Esta Lei estabelece, nos termos do art. 22, inciso XXVII, da Constituição Federal, normas de execução, fiscalização, controle e recebimento na contratação de obras e serviços de engenharia.

EMENDA Nº – Comissão de Assuntos Econômicos

Exclua-se o inciso III do art. 3º do Projeto de Lei do Senado nº 56, de 2012.

EMENDA Nº – Comissão de Assuntos Econômicos

Dê-se a seguinte redação aos §§ 1º e 4º do art. 9º do Projeto de Lei do Senado nº 56, de 2012:
Art. 9º.....
§ 1º Em virtude do disposto no caput, o contratado fica obrigado a promover, às suas expensas, a revisão dos projetos licitados, sob pena de responder solidariamente pelos danos advindos de falhas imputadas aos projetistas.
.....
§ 4º Os projetistas e consultores, pessoas físicas ou jurídicas, responsáveis pela elaboração de plantas, especificações e outras peças técnicas, respondem pelos danos causados por falhas de projeto, orçamento ou qualquer parecer de sua autoria, decorrentes de sua culpa ou dolo, observadas as demais disposições deste artigo.

EMENDA Nº – CAE

Dê-se ao § 3º do art. 16 do Projeto de Lei do Senado nº 56, de 2012, a seguinte redação:
Art. 16. .....
.....
§ 3º Em caso de risco iminente de dano ao Erário, a Administração Pública poderá motivadamente adotar providências acauteladoras sem a prévia manifestação do interessado, inclusive efetuando retenções cautelares em contratos administrativos com indícios de sobrepreço, conferindo posteriormente ao contratado direito ao contraditório e à ampla defesa.

EMENDA Nº
– Comissão de Assuntos Econômicos

Dê-se a seguinte redação aos §§ 1º e 2º do art. 25 do Projeto de Lei do Senado nº 56, de 2012:
Art. 25. .....
§ 1º Pelo período em que vigorarem as penalidades previstas nos incisos III ou IV do art. 87 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, não poderá participar de nova licitação nem assinar novo contrato com a Administração Pública:
I – controlador, administrador, diretor ou gerente de pessoa jurídica à qual a sanção foi imposta;
II – pessoa jurídica:
a*) na qual haja:*
1) controlador, administrador, diretor ou gerente que tenha exercido uma dessas funções em pessoa jurídica à qual a sanção foi imposta;
2) controlador, administrador, diretor ou gerente que seja cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim, na linha reta ou colateral, até o terceiro grau, de quem tenha exercido uma dessas funções em pessoa jurídica à qual a sanção foi imposta;
b*) que tenha incorporado pessoa jurídica à qual a sanção foi imposta;*
c*) resultante de fusão ou cisão que envolveu pessoa jurídica à qual a sanção foi imposta.*
§ 2º O Tribunal de Contas da União, a Controladoria Geral da União e os seus correspondentes nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios poderão declarar inidôneos para licitar e contratar com a Administração Pública, por até cinco anos, os contratados que não cumprirem obrigação contratual.

EMENDA Nº
– Comissão de Assuntos Econômicos

Exclua-se o art. 27 do Projeto de Lei do Senado nº 56, de 2012, renumerando-se os demais e dando ao art. 26 a seguinte redação:
Art. 26. O art. 87 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato, por vícios e defeitos de qualidade de execução ou por falhas de projeto, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

.....

§ 4º A sanção de que trata o inciso IV do caput tem eficácia ante todas as esferas de governo e entes federativos, independentemente de qual tenha sido a autoridade que aplicou a penalidade.

§ 5º A verificação da situação a que se refere o § 4º deste artigo far-se-á pelo órgão promotor da licitação quando da comprovação da qualificação legal dos licitantes, pelos meios disponíveis à comissão de licitação, sendo obrigatória a consulta a cadastro unificado que será mantido pelo Poder Executivo da União com esta finalidade específica.

§ 6º O cadastro unificado a que se refere o § 5º deste artigo será consolidado e divulgado pelo Poder Executivo da União, inclusive por meio de sítio na Internet de amplo acesso público, no dia 15 (quinze) dos meses de dezembro, março, junho e setembro.

§ 7º As informações necessárias à formação do cadastro a que se refere o § 5º deste artigo, relativas aos quadrimestres que se encerrarem no dia 15 (quinze) dos meses de novembro, fevereiro, maio e agosto, serão encaminhadas pelos órgãos e entidades federais e pelos Estados, Distrito 13 Federal e Municípios ao órgão gestor do cadastro até o dia 30 (trinta) dos respectivos meses.

§ 8º O descumprimento dos prazos previstos no § 7º deste artigo impedirá, até que a situação seja regularizada, que o ente da Federação receba transferências voluntárias da União.' (NR)"

Sr. Presidente, o voto é favorável, com as emendas.

Desculpe pelo alongamento do voto, mas é uma matéria complexa e eu não poderia deixar de dar alguns detalhes, para conhecimento da Comissão.

Obrigado a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Tomás Correia.

Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir vistas.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – RS) – Então, vistas do Senador Armando monteiro.

É um projeto complexo, precisa ser muito bem analisado e avaliado pela Comissão de Assuntos Econômicos. Complexo é pouco.

Vou passar para o item 6. O Senador Ferraço está chegando – novamente, aqui, nós sempre no gerúndio: está vindo, está chegando – e pediu que o aguardássemos, porque ele quer relatar o item 5.

Então, vamos passar para o item 6.

Peço aos Senadores que permaneçam aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos, porque agora são os projetos terminativos.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 566, de 2011
– Terminativo –

Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução das doações a instituições públicas de ensino superior, da base de cálculo do imposto de renda da pessoa física.

Autoria: Senador Blairo Maggi

Relatoria: Senador Roberto Requião

Relatório: Pela aprovação do Projeto, da Emenda nº 1-CE nos termos da Subemenda que apresenta e da Emenda nº 2-CE.

Observações:

1. A Matéria foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 e 2-CE.

Lembro que o projeto é terminativo e exige quórum qualificado.

Não estando o Senador Roberto Requião, que está em viagem pelo Senado Federal, designo o atento Senador Eduardo Braga como Relator *ad hoc* e com a objetividade de sempre. O Senador Eduardo Braga já está preparado, aguardando essa designação *ad hoc* da relatoria. É o item 6 da pauta. Esperamos que, com a objetividade de sempre, o nosso Líder Senador Eduardo Braga apresente o seu relatório.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, atendendo a designação de V. Exª, relatamos o parecer do Projeto de Lei do Senado nº 566, de 2011, que trata de decisão terminativa sobre o Projeto de Lei do Senado nº 566, de 2011, do Senador Blairo Maggi, que altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução das doações a instituições públicas de ensino superior, da base de cálculo do imposto de renda da pessoa física.

Relatório.

O Projeto de Lei, de autoria do Senador Blairo Maggi, altera o art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro 1995, para autorizar a dedução da base de cálculo do imposto de renda da pessoa física das doações efetuadas às instituições públicas de ensino superior, observados os mesmos limites previstos para pagamentos de despesas com instrução do contribuinte e de seus dependentes, atualmente no valor anual de R$3.091,35.

O art. 2º do PLS prevê a entrada em vigor da lei em que se converter o projeto na data de sua publicação, com produção de efeitos a partir de 1º de janeiro do ano seguinte.

O projeto foi justificado pela necessidade de aumentar a disponibilidade de recursos no âmbito das instituições públicas de ensino superior por meio de doações de pessoas físicas, de forma assemelhada ao que existe, por exemplo, nos Estados Unidos da América.

Antes de chegar a esta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), para decisão terminativa, o projeto foi analisado pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), onde foi aprovado com duas emendas, no sentido de autorizar as doações às instituições públicas de ensino básico.

Da análise, Sr. Presidente.

Cabe à CAE opinar sobre proposições pertinentes a tributos, dispensada a competência do Plenário, nos termos do art. 99, inciso IV, cumulado com o art. 91, I, do Regimento Interno do Senado Federal.

O PLS nº 566, de 2011, coaduna-se com os parâmetros constitucionais aplicáveis, quer no tocante à legitimidade da iniciativa parlamentar no processo legislativo, quer quanto à competência da União e do Congresso Nacional para legislar sobre a matéria. Ainda sob o ponto de vista da constitucionalidade, o projeto atende à exigência de lei federal específica para a concessão de benefício fiscal, prevista no § 6º do art. 150 da Constituição.

Voto, Sr. Presidente.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 566, de 2011, da Emenda nº 1, da Comissão de Educação, na forma da Subemenda abaixo, e da Emenda nº 2 da mesma Comissão:

SUBMENDA Nº À EMENDA Nº 1 – CE

Dê-se a seguinte redação à Emenda nº 1 – CE ao Projeto de Lei do Senado nº 566, de 2011:

Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução, da base de cálculo do imposto de renda da pessoa física, das doações a instituições públicas de educação básica e superior.

O Parecer é favorável, Sr. Presidente.

Eu gostaria de aditar a esse Parecer as minhas considerações no sentido de que acho extremamente meritório. O Brasil precisa avançar efetivamente na doação para as entidades de educação básica e superior, a exemplo do que acontece em outros países que formaram e fortaleceram suas instituições de ensino, não apenas pela transferência de tributos, mas também pela transferência de doações espontâneas daqueles que querem e podem contribuir para o melhoramento da formação de recursos humanos e para a preparação de um Brasil mais eficiente e mais competitivo no futuro.

Portanto, o Parecer é favorável ao meritório projeto de autoria do Senador Blairo Maggi.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Eduardo Braga.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queria discutir, vamos colocar em votação o projeto, a Emenda nº 01 da CE, a Subemenda à Emenda nº 01 da CE, e a Emenda de nº 02 também da CE.

Votação nominal.

Consulto o Plenário se podemos fazer uma só votação por projeto das Emendas de nº 01, da CE; Emenda nº 02, da CE; e a Subemenda apresentada.

Se todos estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Em votação a Emenda nº 01, da CE; a Subemenda à Emenda de nº 01, da CE; e a Emenda de nº 02, da CE.

Quem vota com o Relator, Senador Eduardo Braga, vota "sim" ao projeto, à Emenda de nº 01, à Subemenda apresentada pelo Relator e à Emenda de nº 02, da CE. Agora, inventaram até subemenda. Eu não sabia que existia subemenda.

Em votação.

Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Sim".

Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – "Sim", com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Sim".

Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – "Sim", com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Sim".

Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Sim".

Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – "Sim", com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Sim".

O Senador Eduardo Braga tem voto conhecido.

Senador Tomás Correia.

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Sim".

Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Sim".

Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Sim".

Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Sim".

Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – "Sim", com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Sim".

Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB –PA) – Com o Relator, Presidente.

Parabéns ao Líder do Governo no Congresso, Senador Pimentel, que não vai pedir vista desse projeto tão importante do Senador Blairo Maggi para a educação brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Sim".

Senador José Agripino Maia.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Sim".

Senador Armando Monteiro. (...)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Armando Monteiro. (*Pausa.*)

"Sim", Senador Armando Monteiro.

Senador Anibal, queria que V. Exª pudesse permanecer aqui. Estamos com o quórum em cima do laço e vamos votar rápido aqui.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, 14 votos SIM; nenhum voto NÃO.

Nenhuma abstenção.

A Comissão aprova o Projeto e Emenda nº 1, da CAE, com as alterações promovidas pela Subemenda nº 1, da CAE; a Emenda nº 2, da Comissão de Educação e da CAE.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) –

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 230, de 2011
– Terminativo –

Altera o art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir que seja deduzido da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Física o valor da contribuição previdenciária oficial paga em nome de dependente sem rendimentos próprios.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senador Sérgio Souza

Relatório: Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1 e 2 – CAS.

Observações:

1. A Matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 e 2-CAS.

Senador Sérgio Souza não se encontra, portanto designo o Senador Romero Jucá, como Relator do item 7, já preparado para apresentar o seu relatório.

Lembro que o projeto é terminativo e exige quórum qualificado.

Com a palavra, o preparado Relator, Senador Romero Jucá, que estudou a matéria ao longo da noite para atuar como Relator *ad hoc* hoje.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – O Relator é o Senador Sérgio Souza, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Item 7, Senador Romero Jucá, V. Exª sempre foi muito objetivo nas matérias que relatou, aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, a proposta é do Senador Paulo Paim e altera o art. 8º da Lei nº 9.250, que permite seja deduzido da base do cálculo do Imposto de Renda valor de contribuição previdenciária oficial paga em nome de dependente sem rendimentos próprios. Portanto, é um dispositivo que beneficia e incentiva a regularização

previdenciária ou a cobertura previdenciária de quem não tem rendimentos próprios.

É um assunto importante que atende a uma parcela e a um segmento da população, e, portanto, nosso parecer é favorável pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito bem preparado. Convicção do relatório.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação o Projeto e as Emendas nºs 1, da CAS, e 2, da CAS.

Votação nominal.

Consulto o Plenário se podemos fazer uma só votação.

Portanto, se todos estiverem de acordo, em votação o Projeto e as Emendas nºs 1 e 2, da CAS.

Quem vota com o Relator, vota "sim" ao Projeto e às Emendas de nºs 1 e 2, da CAS.

Votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Sim".

Senador Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Sim".

Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Sim".

Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Sim", Senador Casildo Maldaner.

Senador Eduardo Braga. (*Pausa.*)

"Sim".

Senador Tomás Correia.

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Romero Jucá, voto conhecido.

Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Sim".

Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Sim".

Senador Francisco Dornelles. (*Pausa.*)

"Sim".

Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Sim".

Senador José Agripino Maia. (*Pausa.*)

"Sim".

Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Sim".

13 votos SIM.

Portanto, a Comissão aprova o Projeto com as Emendas nºs 1, da CAS e da CAE, e 2, da CAS e da CAE.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pediria aos Senadores para permanecerem aqui no Plenário, porque temos mais alguns projetos de caráter terminativo aqui em votação.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 632, de 2007
– Terminativo –

Estende os benefícios fiscais da Lei nº 11.529, de 22 de outubro de 2007, aos setores exportadores que especifica.

Autoria: Senador Francisco Dornelles

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Pela prejudicialidade do Projeto.

Observações:

1. Em 10/12/2007, foram apresentadas as Emendas nºs 1, 2 e 3, de autoria do Senador Raimundo Colombo;

2. Em 13/12/2007, foram apresentadas as Emendas nºs 4, 5, 6 e 7, de autoria do Senador Renato Casagrande;

3. Em 21/5, 10/6 e 1º/7/2008, respectivamente, foram apresentadas as Emendas nºs 8, 9 e 10, de autoria do Senador Marconi Perillo;

4. Em 3/7/2008, o Senador Marconi Perillo retirou a Emenda nº 9, de sua autoria;

5. A Matéria foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nº 1-CRA e 2-CRA.

Lembro que o projeto é terminativo e exige *quorum* qualificado.

Com a palavra o Relator, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente, Senador Delcídio do Amaral, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, este projeto, de autoria do Senador Francisco Dornelles, é da maior importância. Ele estende os benefícios fiscais da Lei nº 11.529, de 2007, a outros setores exportadores que não haviam sido contemplados. Mas este projeto é de 2007, nós já estamos em 2012, Senador Delcídio. Pela demora na tramitação, ele já foi contemplado pela Lei nº 12.712, de 2012. Os benefícios que tinham parecer favorável nosso para atender outros setores exportadores foram já atendidos pelo Executivo nessa lei.

Por isso, o voto nosso é pela prejudicialidade do PLS 632, de 2007, fazendo a referência de que o projeto é da maior importância, mas, com a demora na tramitação, eles já foram atendidos em outras ações do Governo. Mas quero parabenizar o Senador Dornelles, sempre atento em atender a necessidade de vigorar a economia do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Flexa.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo nenhum Senador ou Senadora que queira discutir, em votação a declaração de prejudicialidade.

Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Acompanho o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Tomás Correia.

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com o Relator. (*Pausa.*)

É, o autor não vota.

Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Flexa, voto conhecido. É o relator da matéria.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Cidinho Santos.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco/PR – MT) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – 13 votos SIM, nenhum voto NÃO.

Aprovado.

A Comissão aprova a declaração de prejudicialidade do projeto.

O item 9, o Relator, Senador Luiz Henrique, pede a retirada de pauta para reexame.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 300, de 2005
– Terminativo –

Acrescenta parágrafos ao art. 6º da Lei nº 10.820, de 2003, determinando que a taxa de juros cobrada sobre empréstimos consignados em folha não excedam em 05 pontos percentuais ao ano a taxa básica da economia (*taxa Selic*).

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senador Luiz Henrique

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

1. Em 24/4/2012, foi concedida Vista Coletiva;

2. Em 7/5/2012, o Senador José Pimentel apresentou Voto em Separado pela rejeição do Projeto.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Como o Senador Ferraço ainda não chegou, e nós precisamos adiantar a pauta, eu quero retornar para o item 5, que é o último item terminativo.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 206, de 2008
– Terminativo –

Cria o Fundo do Entorno do Distrito Federal (*FEDF*)*, e dá outras providências.*
Autoria: Senador Marconi Perillo
Relatoria: Senador Ricardo Ferraço
Relatório: Pela rejeição do Projeto.
Observações:
1. A Matéria foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com Parecer contrário ao Projeto.
Indico o Senador Casildo Maldaner como Relator *ad hoc*.

Lembro que o projeto é terminativo e exige *quorum* qualificado.

Com a palavra o Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente e nobres colegas da Comissão de Assuntos Econômicos, o Projeto de Lei do Senado nº 206, de 2008, que cria o Fundo do Entorno do Distrito Federal e dá outras providências.

É uma proposta apresentada na época em que o atual Governador de Goiás, Marconi Perillo, fazia parte aqui do Senado. Ele é de Goiás e fazia parte do Senado pelo Estado, que lhe empresta o nome. Ele apresentou a proposta para criar um fundo de desenvolvimento na região do Entorno. Eu estou vendo aqui, para cumprir a missão como relator *ad hoc*, que o Senador Ricardo Ferraço relata diversas legislações que estão em vigor

Em que pese o mérito, Sr. Presidente, nobres Colegas, mas já no orçamento dos Estados, inclusive de Goiás, Minas Gerais, do próprio Distrito Federal, que fazem divisas, há legislações específicas para fomentar o desenvolvimento da região do Entorno. Criar mais um pode até incidir, diz aqui, na responsabilidade fiscal, porque para poder criar mais uma, por lei complementar, haveria confronto entre as próprias legislações vigentes. Quer dizer, ao criar uma teríamos que extirpar outras.

Como já existe, ele conclui, mais ou menos, que é uma redundância. Então, em que pese o mérito, ele conclui que, diante do exposto, o voto é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 206, de 2008.

Essa é a conclusão, Sr. Presidente e nobres Srs. Colegas.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Casildo Maldaner, pela objetividade e também pela justificativa, muito clara, do mérito apresentada por V. Exª.

A matéria está em discussão.

Não havendo mais nenhum Senador...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Flexa Ribeiro.

Quer discutir o Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Não, não. Por solicitação do Senador Cyro Miranda, que não pode estar presente, peço vista do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Perfeito.

Vistas do item 5, do projeto.

Portanto, vistas do Senador Flexa Ribeiro.

Terminada a pauta deliberativa... (*Pausa.*)

Aliás, há mais um item, o item 10.

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO
DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 39, de 2012

Requer, nos termos regimentais, que seja convidado o Senhor Márcio Zimmermann, Ministro de Estado Interino de Minas e Energia, para debater, em reunião conjunta com a Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI, as condições atuais do Sistema Elétrico Brasileiro, tendo em vista os recorrentes problemas de falhas no fornecimento de energia, com a ocorrência de apagões em diversas regiões brasileiras.
Autoria: Senador Eduardo Braga e outros
Observações:
Em 30/10/2012, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão.

Com a palavra o autor do requerimento, Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, em que pese saibamos que já foi aprovado inclusive na Comissão de Infraestrutura um requerimento convidando o nosso querido Márcio Zimmermann, como ministro interino àquela altura, para prestar esclarecimentos à Comissão de Infraestrutura, entendo que é absolutamente pertinente e necessária a participação da Comissão de Assuntos Econômicos nesse debate e nessa audiência pública.

Por isso, Sr. Presidente, insisto na apresentação da audiência conjunta da CAE e da Comissão de Infraestrutura, para que possamos ter os Srs. Senadores e Srªs Senadoras da Comissão de Assuntos Econômicos também participando desse debate, também participando dessa audiência pública, para enriquecer o esclarecimento do Senado e da opinião pública nacional a respeito de um tema de interesse de todos, seja do cidadão, seja da economia, da macroeconomia, da área de serviços, da área industrial, da área de comércio, afinal de contas energia diz respeito à ação de cada um na cidadania e na economia, que precisa crescer.

Por isso, insisto na apresentação e peço aos companheiros a aprovação do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Eduardo Braga.

Não havendo mais quem queira discutir...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Para discutir, Sr. Presidente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria, Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Ana Amélia e Senador Flexa.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria apenas destacar a oportunidade, até porque estamos, no Senado e na Câmara, discutindo a Medida Provisória 579, que tem impacto direto sobre o setor.

E ainda queria, para reforçar a iniciativa do Senador Eduardo Braga, a leitura do editorial do jornal *O Globo* de hoje, que aborda com muita clareza os riscos na área de energia e também de infraestrutura e logística.

Então, é extremamente oportuno o requerimento para a vinda do Ministro Zimmermann a esta comissão, na realização de uma audiência conjunta com a Comissão de Infraestrutura.

Cumprimentos ao Senador Eduardo Braga.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Na mesma linha, Presidente, Senador Delcídio, acho muito oportuno o requerimento do Senador Eduardo no sentido de fazermos em conjunto a audiência com o ministro interino para tratar não só do apagão, mas dos outros problemas do setor elétrico, já que estamos discutindo duas medidas provisórias que são da maior importância para o futuro do setor elétrico do nosso País.

Parece-me, Senador Eduardo Braga, que já está definida a data, dia 20 próximo, para a audiência.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Dia 20, isso mesmo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Então, será na próxima terça-feira, em conjunto com a CAE e a CI. Então, os Senadores das duas comissões vão ter essa oportunidade de discutir – e o nosso companheiro Senador Lobão me parece que já assumiu o Ministério, portanto vai estar conosco aqui como Ministro, com toda a energia, dando choque em todos nós. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Flexa.

Não havendo mais quem queira discutir, em votação o requerimento.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A Comissão aprova o Requerimento nº 39, de 2012, da CAE.

Seguindo os atos da Comissão vou ler três requerimentos para votarmos na próxima terça-feira.

Requerimento de autoria dos Senadores Pimentel e Walter Pinheiro.

> *Requerimento n° 41/2012, de iniciativa dos Senadores José Pimentel e Walter Pinheiro, que requer a realização de audiência pública para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 103 de 2012, que "aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências", com a presença dos seguintes gestores públicos: Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação – Consed; Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais da Educação – Undime; Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior – Andifes; e Presidente do Conselho Nacional dos Institutos Federais de Educação – Conifes.*

Projeto importante, Senadora Ana Amélia.

Justificação: com certeza, os gestores convidados terão muito a contribuir com a nova proposta em análise, uma vez que esta trata da educação infantil à educação superior; da educação profissional e tecnológica, da educação de jovens e adultos, incluindo as questões referentes ao financiamento da educação, à avaliação, à gestão democrática e a outros itens similares que tratam da estruturação, avaliação e acompanhamento do processo formativo no País.

O objeto da audiência é ouvir os gestores mencionados, que lidam no seu cotidiano administrativo com os mecanismos de execução do processo educacional com resultados alcançados em suas gestões, bem como as dificuldades para a realização dos trabalhos. O PNE é um plano que deverá incluir os conceitos bá-

sicos a serem desenvolvidos no processo formativo, além da previsão de recursos humanos, financeiros e estruturais para que o acesso à educação seja garantido a todos os brasileiros.

Nós votaremos esse requerimento na próxima semana.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – O requerimento, a aprovação dele é um ato formal do Regimento e o mais importante é o agendamento da audiência, que pode ficar para a próxima semana. Agora, eu acho mais prático que sejam aprovados os requerimentos e a marcação de acordo com a prioridade. Penso que a questão da energia, do Senador Eduardo Braga, como essa são prioritárias em relação ao meu requerimento, que poderá ser feito posteriormente, o agendamento da realização da audiência pública. Então, poderíamos votar os requerimentos e fica apenas aguardando a definição da melhor data para a realização das respectivas audiências requeridas pelos Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Ana Amélia, nós temos esse requerimento e também mais um tratando do mesmo assunto, de autoria do Senador Walter Pinheiro e do Senador Pimentel. Como, seguindo os atos, nós vamos ler, já em paralelo vamos tratar com os convidados já uma data para que já na próxima terça-feira nós venhamos a definir a audiência pública desses dois requerimentos. Portanto, nós vamos votá-los na terça-feira que vem.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Bom, a respeito dessa matéria que é muito importante, que seja uma audiência conjunta, porque as mesmas autoridades serão chamadas à Comissão de Educação. Ela poderia ser feita com as duas Comissões para...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Perfeito.

Então, se todos estiverem de acordo...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Duas comissões, para energia.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Então, se todos estiverem de acordo, nós faremos a mesma audiência.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – É que a matéria está tramitando separadamente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Isso.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Ela não está concomitante.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – É o mesmo requerimento. E como a Educação funciona no mesmo dia da CAE, a partir das onze horas da manhã...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Conjunta.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) –... nada melhor do que as duas Comissões, a gente fazer uma discussão conjunta.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito bem. Proposta muito procedente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, vou esperar a leitura do próximo requerimento porque é para discutir o mesmo tema e a gente faz uma intervenção só.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – O.k.

Lido esse primeiro requerimento, vamos ao outro requerimento:

Requeiro, com fundamento no art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, c/c o art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2012, que dispõe sobre o Plano Nacional de Educação – PNE para o decênio 2011/2020, e dá outras providências.

Para participar nesta audiência, requeiro seja convidado o Exmo Sr. Ministro da Educação, Sr. Aloizio Mercadante.

Justificação: com o objetivo de avançar na melhoria da educação brasileira e redução das desigualdades, no que se refere à oportunidade de educação, o Governo encaminhou à Câmara dos Deputados, em novembro de 2010, a presente proposta, que procura dar continuidade a aperfeiçoar o PNE aprovado em 2001, transformado na Lei 10.171.

Matéria, agora, no Senado para sua revisão com o nº PLC 103, de 2012.

A proposta em análise trata da educação infantil à educação superior, da educação profissional e tecnológica, da educação de jovens e adultos, incluindo as questões referentes ao financiamento da educação, a avaliação, a gestão democrática e outros itens similares que tratam da estruturação, avaliação e acompanhamento do processo formativo no País.

Essa seria uma segunda audiência.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – No mesmo tema.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Seria no mesmo modelo, mas uma audi-

ência com a Andif, com as associações, e a outra somente com o Ministro Aloizio Mercadante.

Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, eu considero esta matéria do PNE a prioritária da prioritária, na nossa Comissão e em qualquer outra Comissão. É da Comissão de Educação, onde o mérito, a questão fundamental será discutida. Vai também à Comissão de Constituição e Justiça. Está tramitando, inicialmente, aqui na Comissão de Assuntos Econômicos. Talvez, a Comissão de Assuntos Econômicos devesse entrar depois, mas entrou primeiro.

Então, discutindo aqui, eu gostaria de agregar ao requerimento, e examinar como fazer, a União Nacional dos Estudantes, a União Brasileira de Estudantes Secundaristas e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. São três instituições que têm estado no centro da discussão, do debate. Inclusive, na discussão com a Presidenta da República, tanto em audiência própria dessas entidades com a Presidenta como no Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, onde o PNE foi discutido como questão central do desenvolvimento. Quer dizer, a questão mais importante do desenvolvimento do Brasil, nos dias de hoje, é garantir educação, e educação de qualidade, para o nosso povo.

E foi ali, exatamente onde essas entidades atuaram, junto com a Presidente da República, no Conselho de Desenvolvimento Econômico, e eu considero muito importante a participação dessas três instituições. Não sei onde nós agregaríamos, talvez no primeiro requerimento, e deixaríamos o Ministro para uma audiência...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Seria melhor no primeiro requerimento. E aí nós vamos olhar, Senador Inácio Arruda, porque se convidar muita gente...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Fazemos duas mesas.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – ...nós vamos dispersar a discussão em um debate tão importante. Então, nós já entendemos a sugestão de V. Exª. Como na semana que vem nós vamos votar...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Eu quero requerer. Quero colocar como requerimento aditivo ao requerimento do Senador José Pimentel.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Sem dúvida. E nós votaremos na próxima semana. V. Exª pode apresentar essa sugestão que nós agregaremos a esse requerimento aprovado pelo Senador Walter Pinheiro e Senador Pimentel.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Se. V. Exª der como lido o meu requerimento, eu já apresento para que ele seja agregado ao requerimento do Senador José Pimentel.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Dando como lido.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Requerimento da Senadora Ana Amélia:

Requeiro, na forma do disposto nos arts. 90, incisos II e III, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado, a realização de audiência pública com o objetivo de esclarecer as razões para os altos preços dos veículos automotores no País e discutir medidas para a solução desse problema, com a participação das seguintes autoridades e convidados: representante da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda; representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, do MDIC; representante da 3ª Câmara – Consumidor e Ordem Econômica – do Ministério Público Federal; representante da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores, Anfavea; representante do Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores, Sindipeças; e do jornalista Joel Leite, do Boletim AutoInforme.

Justificação: diversos artigos e reportagens publicados pela imprensa têm mostrado um abismo entre os preços dos carros no Brasil e no exterior. No Brasil, não é raro que preços praticados superem em 100% ou mais os preços praticados nos Estados Unidos, na Europa e nos demais países da América Latina. Essa situação, que foi objeto de reportagens inclusive no exterior, valeu ao automóvel brasileiro a reputação de carro mais caro do mundo.

Outro fato que causa estranheza e é apontado em várias matérias jornalísticas é que mesmo os veículos fabricados no Brasil são vendidos no exterior, México, Chile e Argentina, por exemplo, a preços muito inferiores aos praticados no mercado interno. Cálculos feitos por especialistas mostram que a diferença de carga tributaria é um elemento importante, mas não explica toda a discrepância. Outro fator seria a valorização do real, mas convém lembrar que essa valorização se tem atenuado desde meados do ano passado, quando o dólar americano estava cotado a R$1,55 e, hoje, a R$2,03. Um terceiro motivo seria a falta de concorrência entre as empresas do setor, abrangendo toda a cadeia de produção e comercialização. O quarto seria a própria política industrial adotada pelo Governo Federal.

Vale citar que o Governo Federal tem introduzido diversas modificações no regime automotivo, provocando grande instabilidade e complexidade de regras no setor, desde a publicação da Medida Provisória nº

540, de 2011, que prometeu uma redução no Imposto sobre Produtos Industrializados, IPI, incidente sobre os automóveis, foram editadas diversas normas sobre a matéria, inclusive o recente Decreto nº 7.819, de 2012, que regulamenta um complexo regime tributário chamado de Inovar-Auto.

Em vez da prometida redução da carga tributária, criou-se um sistema de diferenciação do IPI conforme o conteúdo nacional do veículo, que, segundo a imprensa, será questionado por nossos parceiros comerciais junto à Organização Mundial do Comércio.

Os objetivos declarados das medidas são a preservação do emprego e da renda do setor automobilístico, a atração de investimentos, a melhora do saldo comercial do setor, o estímulo à pesquisa e a introdução de aperfeiçoamentos técnicos, especialmente no que toca à eficiência energética.

Em que pese a relevância dos objetivos perseguidos, prevalece um sentimento de indignação entre os consumidores, que têm se sentido prejudicados e que não acreditam que as medidas adotadas pelo Governo Federal sejam capazes de aumentar a competitividade do produto nacional, tornando o carro brasileiro mais barato.

Considerando essa situação, que, por sua complexidade, envolve diversos interesses, cabe ao Congresso Nacional promover o debate e a troca de ideias, sempre em busca de soluções que atendam com justiça todos os envolvidos em prol do bem comum.

Por isso, julgamos fundamental buscar com serenidade a melhor informação, para que do debate da reflexão surjam soluções que possam aproximar os preços aqui praticados dos preços internacionais, por meio de incremento da competitividade, sem que as políticas aqui adotadas sejam contestadas em fóruns internacionais, o que pode sujeitar o País a indesejáveis retaliações e prejuízos.

É com essa visão que propomos a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos nos moldes da realizada ano passado pela Comissão de Desenvolvimento, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados.

Autoria: Senadora Ana Amélia.

E vamos votar esse requerimento na próxima semana.

Senadora Ana Amélia, com a palavra.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Só para dizer que há outro fator hoje. Para alguns modelos de carros já estão cobrando ágio. E a espera do consumidor é de 6 meses, Senador Delcídio do Amaral.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Não havendo mais nenhum assunto a tratar, dou por encerrada mais esta reunião da Comissão de Assuntos Econômicos e, na terça-feira próxima, às 10h, teremos reunião deliberativa.

Muito obrigado a todos e uma boa tarde.

(Iniciada às 10 horas e 43 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 12 minutos.)

ATA DA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE NOVEMBRO DE 2012, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e quarenta e nove minutos do dia vinte de novembro do ano de dois mil e doze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Francisco Dornelles, Presidente Eventual, e, em seguida, do Senador Delcídio do Amaral, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, José Pimentel, Lindbergh Farias, Lídice da Mata, Walter Pinheiro, Anibal Diniz, Wellington Dias, Cristovam Buarque, Eduardo Braga, Roberto Requião, Luiz Henrique, Francisco Dornelles Ivo Cassol, Sérgio Souza, Romero Jucá, Ana Amélia, Cyro Miranda, Armando Monteiro, Cidinho Santos e Marco Antônio Costa. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa, Acir Gurgacz, Vanessa Grazziotin, Casildo Maldaner, Eunício Oliveira, Lobão Filho, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro, tendo falta justificada em virtude de se encontrar em viagem oficial para o exterior, José Agripino, Jayme Campos, João Vicente Claudino, Antonio Russo, tendo falta justificada em virtude de se encontrar licenciado para tratamento de saúde, e João Ribeiro. A Presidência declara aberta a Reunião, dando início à apreciação das Matérias constantes da pauta. **Item 1**– Projeto de Lei da Câmara nº 18 de 2010, não terminativo, de autoria do Deputado José Guimarães, que "modifica a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta a alínea c do art. 159 da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, e dá outras providências. (Restringe a aplicação dos recursos dos Fundos à região onde foram contratadas as operações)", tendo como Relator o Senador Cyro Miranda, que oferece relatório contrário ao Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, contrário ao

Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, em decisão terminativa. **Item 2**– Projeto de Lei do Senado nº 86 de 2011 – Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Benedito de Lira, que "altera dispositivo da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para tratar das Transferências Voluntárias a Municípios com população de até 50.000 habitantes", tendo como Relator o Senador Vital do Rêgo, que oferece relatório favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator, para reexame. **Item 3**– Projeto de Lei do Senado nº 206 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Marconi Perillo, que "cria o Fundo do Entorno do Distrito Federal (FEDF), e dá outras providências", tendo como Relator o Senador Ricardo Ferraço, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. Em 13/11/2012, o Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, designou Relator "ad hoc" o Senador Casildo Maldaner. Em 13/11/2012, foi concedida Vista ao Senador Flexa Ribeiro. O Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, designa o Senador Eduardo Braga Relator "ad hoc" da Matéria. Anunciada a Matéria, usa da palavra o Senador Eduardo Braga, Relator "ad hoc". Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão rejeita o Projeto por treze votos contrários, um favorável e nenhuma abstenção. Vota vencido o Senador Cyro Miranda. **Item 4**– Projeto de Lei do Senado nº 239 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que "altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, e dá outras providências, para o fim de regulamentar o risco de crédito decorrente das operações financeiras com recursos dos Fundos Constitucionais", tendo como Relator o Senador José Pimentel, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. Após a leitura do relatório, usam da palavra os Senador Cyro Miranda, José Pimentel, Relator da Matéria, Eduardo Braga, Armando Monteiro e Lindbergh Farias. É solicitada vista pelos Senadores Cyro Miranda, Eduardo Braga e Armando Monteiro. O Presidente da Comissão concede Vista Coletiva, nos termos regimentais. **Item 5**– Projeto de Lei do Senado nº 167 de 2011, terminativo, de autoria do Senador Lobão Filho, que "altera o inciso III, do art. 18 da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, para retirar a exigência de valores máximos de financiamento e de aquisição de imóveis no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação", tendo como Relator o Senador Walter Pinheiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator. **Item 6**– Projeto de Lei do Senado nº 311 de 2009, terminativo, de autoria do Senador Fernando Collor, que "institui o Regime Especial de Tributação para o Incentivo ao Desenvolvimento e à Produção de Fontes Alternativas de Energia Elétrica – REINFA e estabelece medidas de estímulo à produção e ao consumo de energia limpa", tendo como Relator o Senador Walter Pinheiro, que oferece relatório pela aprovação do Projeto e, ainda, pela aprovação parcial das Emendas nºs 1,2,3,4 e 5-CI, nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator. **Item 7**– Projeto de Lei do Senado nº 707 de 2007, terminativo, de autoria do Senador Alvaro Dias, que "altera o art. 37 da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, para aumentar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido relativa às instituições a que se refere o § 1º do art. 22 da Lei n° 8.212, de 24 de julho de 1991", tendo como Relator o Senador Vital do Rêgo, que oferece relatório pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator, para reexame. **Item 8**– Requerimento n° 41 de 2012, de iniciativa do Senador José Pimentel e outros, que "requer, com fundamento no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, combinado com o art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 103 de 2012, que 'aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências', com a presença dos seguintes gestores públicos: Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação – Consed; Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais da Educação – Undime; Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – Andifes; Presidente do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – Conif; e Sra. Mariza Abreu, consultora técnica em educação da Confederação Nacional dos Municípios – CNM". Anunciada a Matéria, usam da palavra os Senadores José Pimentel, autor do Requerimento, Roberto Requião e Ana Amélia. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 41 de 2012-CAE. **Item 9**– O Requerimento n° 42 de 2012, de iniciativa do Senador José Pimentel e outros, que "requer, com fundamento no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, combinado com o art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para

instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 103 de 2012, que 'aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências', com a presença do Sr. Aloizio Mercadante, Ministro de Estado da Educação". Anunciada a Matéria, usam da palavra os Senadores José Pimentel, autor do Requerimento e Ana Amélia. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 42 de 2012-CAE. **Item 10**– Requerimento n° 43 de 2012, de iniciativa do Senador Inácio Arruda e outros, que "requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 103 de 2012, que 'aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências', incluindo entre os debatedores os presidentes das seguintes entidades: União Nacional dos Estudantes – UNE; União Brasileira dos Estudantes Secundaristas – Ubes; e Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC". Anunciada a Matéria, usam da palavra os Senadores José Pimentel e Ana Amélia. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 43 de 2012-CAE. **Item 11**– Requerimento nº 44, de iniciativa da Senadora Ana Amélia e outros, que "requer, nos termos dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de esclarecer as razões para os altos preços dos veículos automotores no País e discutir medidas para a solução desse problema, com a participação das seguintes autoridades e convidados: representante da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda (SEAE/MF); representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC); representante da 3ª Câmara (Consumidor e Ordem Econômica) do Ministério Público Federal (MPF); representante da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea); representante do Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores (Sindipeças); e do Sr. Joel Leite, jornalista do Boletim Autoinforme". Anunciada a Matéria, usam da palavra a Senadora Ana Amélia, autora do Requerimento, e o Senador Eduardo Braga. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 44 de 2012-CAE. Foi, ainda, lido e será apreciado posteriormente o Requerimento nº 45 de 2012, de iniciativa do Senador Lindbergh Farias, que requer a realização de audiência pública com o Presidente do Banco do Brasil, Sr. Aldemir Bendine, e com o Presidente da Caixa Econômica Federal, Sr. Jorge Fontes Hereda, para debate dos recentes planos de redução de juros aos correntistas lançados pelos bancos que presidem. Antes de encerrar, a Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da 51ª Reunião, que é dada como aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e oito minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Delcídio do Amaral,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Srªs e Srs. Senadores, declaro aberta a 52ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Eu queria explicar a V. Exªs que o fato de eu estar aqui na Presidência decorre de uma solicitação feita pelo Presidente Delcídio do Amaral, que não se encontra presente. Como o Vice-Presidente não está, também, no Brasil, esse é o motivo pelo qual estou presidindo esta reunião. É a explicação que eu devo a todos vocês.

Item 1 da pauta:

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 18, de 2010
– Não Terminativo –

Modifica a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta a alínea c do art. 159 da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, e dá outras providências.
(Restringe a aplicação dos recursos dos Fundos à região onde foram contratadas as operações).
Autoria: Deputado José Guimarães
Relatoria: Senador Cyro Miranda, a quem eu dou a palavra.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Obrigado, Sr. Presidente desta reunião.

Ministro e Senador Dornelles, Srªs e Srs. Senadores, vem à análise desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2010 (Projeto de Lei nº 2.688, de 2007, na origem), de autoria do Deputado José Guimarães, que visa a restringir a aplicação de recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO) à região onde ficam concentradas as operações.

O art. 1º do projeto acrescenta o inciso XIII ao art. 3º da Lei nº 7.827, de 1989, para efetivar a proibição aos empreendedores, que participem em mais de uma área de atuação de cada um dos Fundos Constitucio-

nais de Financiamento, a aplicação de recursos fora da região onde foi contratado o financiamento.

Segundo o autor do projeto, a exigência de que os recursos do FNO, FNE e FCO sejam aplicados exclusivamente nas regiões onde forem contratadas as operações pretende assegurar a exclusividade da aplicação dos recursos captados, principalmente nos casos de grandes empreendimentos ou projetos de infraestrutura, que, muitas vezes, têm uma atuação inter-regional ou de alcance nacional.

A proposição foi inicialmente distribuída às Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR). Posteriormente, em virtude do Requerimento nº 250, de 2011, a matéria também foi distribuída à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

Assim sendo, a CRA apreciará a matéria após seu exame por esta Comissão de Assuntos Econômicos. Em seguida, a CDR a apreciará em decisão terminativa.

Informo que não foram apresentadas emendas à proposição e passo à sua análise.

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 99, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, examinar a matéria sob os aspectos econômicos e financeiros e sobre ela emitir parecer.

No tocante à constitucionalidade, estão obedecidos os requisitos constitucionais que dizem respeito à competência legislativa da União, art. 22, da Constituição Federal (CF), e às atribuições do Congresso Nacional.

O projeto de lei em análise não fere a ordem jurídica vigente e atende a todos os demais requisitos do Regimento Interno do Senado Federal.

Em relação ao mérito, a vedação da atuação de empreendedores que participam em mais de uma área de cada um dos Fundos fora da região onde foi contratado o financiamento, proposta pelo Projeto de Lei da Câmara sob análise, tem como objetivo assegurar que os recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento – 3% da arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) – sejam utilizados tão somente na região-alvo de cada Fundo.

No entanto, a Lei nº 7.827, de 1989, já veda, corretamente, a aplicação dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento fora das três regiões beneficiárias.

Os arts. 2º e 3º desse diploma legal estabelecem que:

> ***Art. 2°*** *Os Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste têm por objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico e social das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através das instituições financeiras federais de caráter regional, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com os respectivos planos regionais de desenvolvimento.*
>
> .....
>
> ***Art. 3°*** *Respeitadas as disposições dos Planos Regionais de Desenvolvimento, serão observadas as seguintes diretrizes na formulação dos programas de financiamento de cada um dos Fundos:*
>
> *I – concessão de financiamentos exclusivamente aos setores produtivos das regiões beneficiadas;*
>
> .....

É correta a previsão do art. 3º, inciso I, da Lei que regulamenta os Fundos Constitucionais de Financiamento. Não faz sentido que uma empresa capte recursos dos Fundos e os invista fora das três regiões beneficiárias. Os empregos e a renda derivados desses investimentos, apesar de positivos para o País, estariam sendo gerados em outras regiões. Com isso, a aplicação dos recursos dos Fundos não estaria contribuindo para mitigar as diferenças econômicas e sociais entre as regiões brasileiras. Estar-se-ia, portanto, contrariando o espírito da Constituição Federal, que, em seu art. 3º, incluiu a redução das desigualdades regionais como um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.

Entretanto, entre as diretrizes estabelecidas no art. 3º da Lei nº 7.827, de 1989, não está a de compartimentar os recursos dos três Fundos Constitucionais de Financiamento, ou seja, restringir a aplicação dos recursos de cada Fundo tão somente à respectiva região beneficiária. O PLC nº 18, de 2010, adiciona essa diretriz ao propor a inclusão do inciso XIII ao art. 3º da Lei.

O autor da proposta, Deputado José Guimarães, argumenta que há a possibilidade de que recursos captados em uma Região beneficiária sejam aplicados em outra, principalmente no caso de grandes empreendimentos e de projetos de infraestrutura, que, muitas vezes, têm atuação inter-regional. Sua intenção, conforme sua justificativa, seria, então, dar mais transparência à aplicação dos recursos dos Fundos e colocar no mesmo patamar os pequenos e os grandes empreendimentos, que juntos devem contribuir para o desenvolvimento das três regiões-alvo dos Fundos Constitucionais de Financiamento.

Ressalte-se que a diretriz proposta pelo PLC nº 18, de 2010, embora não conste em lei, é seguida pelo Ministério da Integração Nacional. As Portarias nº 569,

de 05 de agosto de 2011, nº 568, de 5 de agosto de 2011, e nº 685, de 21 de setembro de 2011, que estabelecem diretrizes, respectivamente, para o FNO, o FNE e para o FCO, para o exercício de 2012, determinam que os programas de financiamento deverão observar a previsão de aplicação dos recursos dos Fundos nas unidades da Federação integrantes de sua respectiva área de atuação, de modo a permitir a democratização do crédito para as atividades produtivas das regiões beneficiárias. Enfim, o objetivo perseguido pelo PLC nº 18, de 2010, já é atendido por normas infralegais.

Diante dessas portarias e dos arts. 3º e 4º da Lei nº 7.827, de 1989, as propostas de financiamento devem ser submetidas às instituições financeiras e devem enquadrar-se nas diretrizes estabelecidas pelos planos regionais de desenvolvimento. Cabe, então, à instituição financeira à qual é submetido o projeto analisá-lo à luz da lei que regulamenta os Fundos e das Portarias do Ministério da Integração Nacional, decidindo pela não concessão do empréstimo caso os recursos possam ser usados fora da região beneficiária do Fundo.

O autor também argumenta que o PLC em tela tem como objetivo colocar no mesmo patamar os pequenos e os grandes empreendimentos, que juntos devem contribuir para o desenvolvimento das três regiões beneficiárias dos Fundos Constitucionais de Financiamento. Os grandes empreendimentos, por atuarem em escala inter-regional, seriam beneficiados pela não vedação em lei da restrição da aplicação dos recursos de cada Fundo tão somente na respectiva região beneficiária.

Por fim, deve-se ressaltar que, caso aprovado o referido projeto, poder-se-ia, à guisa de regulamentar-se algo que, na prática, já vem ocorrendo conforme pretendido pelo autor da proposição, introduzir-se uma consequência funesta, consistente na criação de obstáculos para o investimento produtivo nas regiões abrangidas pelos Fundos. Isso porque, da forma como se encontra redigida a proposição, poder-se-ia vislumbrar suposto impedimento a que investidores desejosos de atuar nas áreas dos Fundos angariassem financiamentos que lhes sejam disponibilizados por instituições financeiras que se encontrem fora dos limites de tais regiões, isso a despeito de o projeto aprovado determinar expressamente o emprego nas áreas de atuação dos Fundos.

O fato de haver transparência na aplicação dos recursos dos Fundos e de não se vislumbrarem privilégio a grandes grupos econômicos ou o risco de verbas de um Fundo serem aplicadas fora de sua região de atuação afasta, portanto, a necessidade de aprovação da proposição em análise, apesar da nobre preocupação que conduziu seu autor a apresentá-la. Isso porque os objetivos perseguidos, conquanto louváveis, já são atendidos na prática.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2010.

Espero ter atendido a esta Presidência, lendo com bastante calma para o entendimento dos nobres pares.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Muito obrigado, Senador, pelo seu parecer.

Eu gostaria de comunicar aos Srs. Senadores que, a pedido do Relator, os itens 2, 5 e 7 foram retirados da pauta, sendo que, no caso dos itens 2 e 7, o Senador Vital do Rêgo pediu a retirada para que possa fazer o seu parecer.

O item 2 já teve seu parecer lido.

Vamos para o item 4, com o Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, vem à análise, em decisão terminativa desta Comissão, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 239, de 2008, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que visa a regulamentar o risco de crédito decorrente das operações financeiras com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento.

O art. 1º do projeto acrescenta o §3º ao art. 2º da Lei nº 7.827, de 1989, para dispor que as instituições financeiras deverão assumir pelo menos 50% do risco de crédito decorrente das operações financeiras lastreadas com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO).

O art. 2º, por sua vez, contém a cláusula de vigência.

Inicialmente, a proposição foi distribuída às Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) e de Assuntos Econômicos (CAE).

Na CDR, mediante parecer apresentado pelo Senador Marco Maciel, a proposição foi aprovada com a inclusão de algumas emendas que não alteraram o mérito da proposta.

Na CAE, houve um desdobramento relevante: em 1º de dezembro de 2009, foi aprovado o Parecer nº 2.296, de 2009, de autoria do Senador Efraim Morais, com a recomendação de reautuação da matéria como projeto de lei ordinária, nos termos do art. 133, V, "d", do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposta de reautuação da matéria partiu do reconhecimento de que a proposição altera leis de natureza ordinária. Logo, o mais adequado é que o PLS nº 239, de 2008, tenha a mesma natureza. Adicionalmente, a Constituição Federal, na alínea *c* do inciso I do *caput* do art. 159, não se refere especificamente a

lei complementar para regulamentar o funcionamento dos Fundos Constitucionais de Financiamento.

Também não se aplica ao caso em análise a exigência prevista no *caput* do art. 192 da Constituição, onde está determinado que as leis que regulamentarem o Sistema Financeiro Nacional sejam de natureza complementar, pois o PLS nº 239, de 2008, se refere à administração dos Fundos Constitucionais de Financiamento como instrumentos da política nacional de promoção do desenvolvimento regional.

Em síntese, a CAE reconheceu que não cabe a natureza de lei complementar ao PLS em análise. Em decorrência, a Presidência do Senado Federal acolheu essa recomendação e determinou que o projeto passasse a ter tramitação terminativa. Como a CDR já se pronunciara quanto ao mérito, a matéria foi encaminhada à CAE, em decisão terminativa, com possibilidade de apresentação de emendas pelo prazo de cinco dias úteis.

Informo que na CAE, no prazo regulamentar, não foram apresentadas emendas à proposição.

Análise.

O PLS nº 239, de 2008, está de acordo com os ditames da Constituição Federal, que estabelecem ser competência privativa da União legislar sobre política de crédito, nos termos do inciso VII do art. 22. Tais dispositivos asseguram ao Congresso Nacional a atribuição de dispor sobre todas as matérias de competência da União, entre elas operações de crédito e planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento, nos termos dos incisos II e IV do art. 48. Além disso, a proposta em análise não fere a ordem jurídica vigente e está em conformidade com o Regimento Interno do Senado Federal.

Segundo o autor do PLS nº 239, de 2008, sua iniciativa veda a concessão de empréstimos com risco integral para os Fundos, pois essa modalidade de aplicação de recursos isentaria por completo os agentes financeiros do risco do crédito, e torna obrigatório o compartilhamento do risco operacional, em que os agentes financeiros teriam a responsabilidade de pelo menos 50% do eventual saldo a descoberto ou em situação de inadimplência. Portanto, sua iniciativa visaria à proteção do patrimônio dos Fundos.

Apesar das considerações do autor, devo salientar que o possível aumento do zelo dos bancos não tem custo zero para as três Regiões atendidas pelos Fundos Constitucionais de Financiamento: Norte, Nordeste e Centro-Oeste. O custo poderá ser a menor concessão de crédito aos produtores dessas três regiões com recursos dos Fundos.

É preciso observar que o crescimento do crédito para os agentes econômicos das regiões menos desenvolvidas, e não a sua contração, é de fundamental importância para o desenvolvimento regional.

O crédito oferecido com recursos dos Fundos Constitucionais é importante para fomentar os investimentos. Estes, por sua vez, são de fundamental importância para o crescimento econômico e para a geração de empregos nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Portanto, a continuidade dos investimentos é fundamental para dar prosseguimento à redução das desigualdades regionais no Brasil.

Nos últimos anos, em função dos programas sociais e da expansão do crédito, o consumo das famílias das regiões menos desenvolvidas do Brasil aumentou significativamente.

Com isso, o Produto Interno Bruto dessas regiões cresceu acima da média nacional. No entanto, falta muito para se falar em um processo de convergência entre a renda *per capita* dessas regiões e a das Regiões mais desenvolvidas do Brasil, ou seja, Sul e Sudeste.

Para que haja a convergência, não basta o crescimento do consumo das famílias. É fundamental que atividades produtivas floresçam nas regiões menos desenvolvidas. Para isso, o crédito para financiar investimentos é de fundamental importância. Qualquer medida que implique restrição ao crédito deve ser afastada.

Creio que o objetivo primordial da criação dos Fundos Constitucionais de Financiamento sempre foi o de fomentar o desenvolvimento de suas três regiões alvo. Isso se refletiu na Lei nº 7.827, de 1989, que os instituiu, concretizando o disposto na alínea "c", inciso I, do art. 159 da Constituição de 1988. O art. 2º, *caput*, daquela Lei explicita que os Fundos "têm por objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico e social das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste".

O §1º do art. 2º da mesma Lei é ainda mais claro ao estabelecer que "na aplicação de seus recursos, os Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste ficarão a salvo das restrições de controle monetário de natureza conjuntural e deverão destinar crédito diferenciado dos usualmente adotados pelas instituições financeiras, em função das reais necessidades das regiões beneficiárias".

Vê-se que os critérios utilizados para conceder crédito com os recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento não devem ser os mesmos utilizados pelas instituições financeiras, uma vez que o objetivo dos Fundos é o fomento ao desenvolvimento regional.

Entre os dispositivos da Lei nº 7.827, de 1989, há outros que explicitam a necessidade dessa diferenciação. A título de exemplos, cito o inciso III do art. 3º, que prevê tratamento preferencial às atividades produtivas de pequenos e miniprodutores rurais e pequenas e microempresas, às de uso intensivo de matérias-primas

e mão de obra locais e as que produzam alimentos básicos para consumo da população.

Cito também o inciso V do mesmo art. 3º, que prevê a adoção de prazos e carência, limites de financiamento, juros e outros encargos diferenciados ou favorecidos, em função dos aspectos sociais, econômicos, tecnológicos e espaciais dos empreendimentos que serão beneficiários dos financiamentos com recursos dos Fundos.

Em síntese, no que respeita ao mérito, não acolho os argumentos que sustentam a proposição.

Em vista do exposto, recomendo a rejeição, em decisão terminativa, do Projeto de Lei do Senado nº 239, de 2008.

É esse, Sr. Presidente, nosso parecer.

Quero registrar também, Sr. Presidente, que, neste ano de 2012, em face da recessão, dos problemas econômicos e da necessidade de fortalecer o setor de serviços, a indústria e comércio e o setor agrícola da nossa economia nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, foi determinado que, no mínimo, 51% dos fundos das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste são aplicados na agricultura familiar, na micro e na pequena empresa. Para dar atendimento a essa determinação dos conselhos deliberativos da Sudam, da Sudene e da Sudeco, o Congresso Nacional aprovou, agora, em outubro de 2012, a Lei nº 12.716, retirando uma trava de aplicação de até 20% dos recursos dos Fundos no setor do comércio e serviços. Portanto, quando essa matéria foi abordada, em 2007 e 2008, a realidade econômica brasileira era uma, mas, com a vinda da crise econômica internacional, foi alterada profundamente. Por isso, sou daqueles que entendo que esse projeto de lei vai restringir o único fundo de desenvolvimento das três regiões para diminuir as desigualdades.

Portanto, estamos mantendo as regras aprovadas pelo Constituinte de 1988, regulamentadas em 1989, mantendo durante esse longo período, o que tem demonstrado positivo e necessário para as nossas regiões.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senador Pimentel, cumprimento V. Exª pelo seu brilhante parecer.

Passo, aqui, o comando dos trabalhos ao nosso querido e prezado Presidente Delcídio do Amaral.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – No item 4, o parecer foi pela rejeição da matéria.

A matéria está em discussão.

Estamos falando do item 4.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Peço a palavra para discutir a matéria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Para discutir, concedo a palavra ao Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, primeiro, quero dizer que é um prazer vê-lo novamente presidindo esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu estava no meio do caminho.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Eu sei. Essa chuva – e Mato Grosso é longe – deve ter privado o senhor de chegar aqui no horário.

Quero também dizer que tive boas notícias do senhor em São Paulo, na semana passada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Em São Paulo?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – É.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Ele anda muito por lá.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – É. O senhor precisa andar mais para cá do que para lá.

Senador Pimentel, eu gostaria de fazer uma pergunta. Eu não sei da legislação do FNE e do FNO. Também são regidos pelo Banco do Brasil? Como é feita a liberação dos recursos? No caso do FCO, ele é regido pelo Banco do Brasil, e a inadimplência é de 0,3%. Realmente, eu concordo. Eu só gostaria de saber se, no caso do FNE e do FNO, é o Banco do Brasil que também faz a aplicação.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Nosso nobre Senador, na Região Norte, nós temos o Basa, que é um banco federal regional. Já em 1989, quando se regulamentou isso, determinou-se que o Fundo seria administrado pelo Basa por conta de suas características regionais. Na Região Nordeste, como nós temos o BNB, que é um banco federal regional, também ficou essa administração. Na Região Centro-Oeste, como nós não tínhamos um banco regional ainda, a administração ficou com o Banco do Brasil, mas as regras de aplicação, de acompanhamento e de monitoramento são iguais para os três bancos, e é supervisionada pelo Tribunal de Contas da União, anualmente, essa prestação de contas.

Agora, há um debate muito forte, para se criar o Banco Federal da Região Centro-Oeste, para administrar, além do FCO – Fundo Constitucional do Centro-Oeste –, o FDCO, que é objeto da Medida Provisória nº 581. O nosso Presidente Delcídio do Amaral é o nosso Relator. Esse debate é muito forte entre os governadores dos três Estados e do Distrito Federal, os setores políticos e empresariais e os trabalhadores nessa Região. É um debate que está posto.

Lembro que o BRB, que, embora seja um banco do Distrito Federal, abriu agências nessas regiões com

esse olhar. Se fosse criar um banco federal regional, haveria o embrião no BRB. É evidente que aí há todo um debate sobre controle acionário, sobre rede de agências, sobre estruturação.

Então, na Região Norte, há o Basa e, na Região Nordeste, o BNB, enquanto se cria o Banco Regional do Centro-Oeste.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Eu perguntaria a V. Exª, porque sei do FCO, da rigidez do Banco Central e da inadimplência: o senhor saberia me dizer qual é a inadimplência do FNO e do FNE?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Na época do projeto, em 2008, havia uma inadimplência alta. Nesse período, foi aprovada uma série de legislações que permitiam a renegociação das dívidas. Inclusive, a Lei nº 12.716, que é resultado de uma medida provisória, vem nesse sentido.

Houve um problema grave com as secas da Região Nordeste, o que obrigou uma dilatação de prazo. Hoje, o índice de inadimplência é baixíssimo por conta das prorrogações. Mas quero registrar que, do final dos anos 90 até 2008, houve um índice de inadimplência um pouco acima do verificado na Região Centro-Oeste. Agora, isso está sendo regularizado.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Eu agradeço ao Senador e quero pedir vênia, porque eu gostaria de pedir vista para dar uma examinada melhor nesses índices, por gentileza. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Cyro Miranda.

Vista concedida ao Senador Cyro Miranda, Senador Eduardo Braga, Senadora Ana Amélia e Senador Armando.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Portanto, vista coletiva do projeto.

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Para discutir, Senador Eduardo Braga.

Eu só peço, Senador Eduardo Braga, pois ainda estamos com problema de quórum para votar os itens terminativos, aos Senadores e Senadoras que se encontram nas comissões e nos gabinetes que compareçam. Algumas matérias serão votadas terminativamente; portanto, precisamos de quórum. Nós estamos por apenas um Senador ou Senadora para começar a votação nominal.

Senador Eduardo Braga, um homem preocupado principalmente com a não construção de mansões utilizando o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – A preocupação, Sr. Presidente, é que não se utilize subsídio público para a construção de mansões.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Por isso que eu falei: com a não construção.

Estou vestido com as roupas e as armas de Jorge. Salve Jorge!

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Registrando, portanto, agora, o quórum...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Quórum qualificadíssimo, com o Senador Requião.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Qualificadíssimo, com o Senador Requião aqui na CAE.

Eu gostaria de dizer da importância para as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste desses fundos constitucionais para o financiamento de novas atividades econômicas e para os resultados recentes que alcançamos nessas regiões em relação ao crescimento do PIB. É inquestionável que há, nos últimos dez anos, um movimento de crescimento do Produto Interno Bruto dessas regiões bem acima da média nacional. E se isso aconteceu, boa parte desse movimento foi em função de questões estruturantes do crédito, em função dos fundos constitucionais.

É verdade também que, diferentemente do Centro-Oeste, as atividades econômicas das Regiões Norte e Nordeste possuem algumas fragilidades sazonais, porque acabam enfrentando grandes dificuldades com secas, com enchentes e com grandes estiagens. Recentemente, no Semiárido do Nordeste, estamos assistindo a cenas em que pequenos produtores estão perdendo seus animais por absoluta falta de água e por falta de alimentação. Isso é algo desumano e devastador para qualquer atividade econômica na Região Nordeste e, muitas vezes, também, na Região Norte, quando há enchentes.

Eu acho que o parecer do nosso Senador Pimentel é oportuno e pertinente porque evita a criação de travas e também uma distorção na aplicação desses fundos nessa região. E inclusive na direção da medida provisória que o nosso eminente Presidente Delcídio está relatando, no que diz respeito a um novo modelo de um novo fundo para a Região Centro-Oeste.

Portanto, diante de todos esses resultados e de todas essas colocações, é importantíssimo que possamos votar. Respeitadas, portanto, as questões regimentais e com vista coletiva, creio que será absolutamente oportuno, na próxima reunião, levarmos a voto esta matéria, que é importante para a atividade econômica das nossas regiões.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Eduardo Braga.

Agora, pela ordem, Senadora Ana Amélia; Senador Armando; depois, Senador Lindbergh.

Como há essa questão de quórum, eu só pediria que as Srªs e os Srs. Senadores pudessem objetivar as falas, até para não perdermos o quórum, pois temos algumas matérias importantes que exigem votação nominal.

Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente, fica neutralizada a questão de ordem que eu ia solicitar a V. Exª. Não havia quórum, mas, com a chegada do Senador Requião, conseguimos quórum. Então, vamos aos itens terminativos. Eu ia pedir para inverter, para votar os requerimentos que já foram apreciados. Era questão de votação. Então, como há quórum agora, vamos votar os terminativos, como V. Exª assim o deseja.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, só para uma informação.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – É que os relatórios dos itens 1 e 3 já foram lidos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, nós vamos votar o item 1, que é não terminativo, já aproveitamos o item 3, que é terminativo, e o item 4, com vista coletiva. Esse é o entendimento.

Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – É só para me incluir no pedido de vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Perfeito. Portanto, pedido de vista coletiva também do Senador Armando Monteiro.

Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Eu só quero, Presidente, parabenizar o Relator, Senador José Pimentel. Eu acho que as instituições financeiras já analisam com bastante rigor capacidade de endividamento, capacidade de pagamento. E ele, de fato, atenta para o fato de que esse projeto tem um efeito colateral, que é restrição ao crédito, num momento de crise econômica internacional e no momento em que é preciso o desenvolvimento regional. Inclusive, no seu relatório, ele fala que não basta o crescimento do consumo das famílias. É preciso que as atividades produtivas floresçam nessas regiões.

Eu acho que é um relatório muito bem-equilibrado, principalmente, volto a dizer, no momento dessa crise econômica internacional. Acho que o projeto não aumentaria a segurança e teria um efeito, na minha opinião, bastante severo em relação ao crédito nessas regiões.

Então, parabenizo o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Lindbergh, pelos comentários.

Portanto, vou voltar ao item 1 da pauta. Ele já foi lido, e vou colocá-lo em votação.

Item 1 da pauta.

Em votação o relatório do Senador Cyro Miranda.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE contrário ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Segundo orientações do Senador Dornelles, agora o item 3 da pauta, terminativo, votação nominal.

Esse relatório já foi lido, e indico o Senador Eduardo Braga, nosso Líder, como Relator *ad hoc*.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, estamos absolutamente de acordo com a posição aqui externada pelo Senador Casildo Maldaner pela rejeição. Vamos acompanhar, portanto, a posição do Senador Casildo Maldaner.

Sr. Presidente, essa questão da criação de um fundo no Distrito Federal estaria prejudicado exatamente pela matéria que V. Exª relata com a MP nº 581.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela Medida Provisória nº 581.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – V. Exª é Relator da matéria, que cria exatamente um novo fundo no qual o Distrito Federal está incluído.

Portanto, nada a acrescentar ao relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Eduardo Braga.

Não havendo Senador ou Senadora que queira discutir, vou colocar em votação o Item 3 da pauta.

Senador Eduardo Suplicy.

Quem vota com o Relator vota "não".

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com o Relator. Portanto, "não" Senador Eduardo Suplicy.

Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com o Relator. "Não".

Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – "Não", com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Não".

Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – "Não", com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Não".

Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI. *Fora do microfone*.) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Não".

Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF. *Fora do microfone*.) – "Não", com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Não", com o Relator.

Senador Eduardo Braga, voto conhecido, porque é Relator da matéria.

Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Com S. Exª o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com S. Exª o Relator. Portanto, "não".

Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – "Não", com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Não".

Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Não".

Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Não".

Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, pela relevância dos problemas no Entorno, eu voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, contrário ao Relator, vota "sim".

Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com o Relator, vota "não".

Senador Marco Antônio Costa.

O SR. MARCO ANTÔNIO COSTA (PSD – TO) – Com o Relator, "não".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, "não".

Foram 13 votos NÃO, e 1 voto SIM.

Portanto, a Comissão rejeita o projeto.

(É o seguinte o item apreciado:

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 206, DE 2008 – Terminativo –

Cria o Fundo do Entorno do Distrito Federal (FEDF), e dá outras providências.)

O item nº 4, como foi aqui dito, vista coletiva. Portanto, vamos pautar na próxima semana, na reunião deliberativa.

O item nº 5, o Relator, Senador Walter Pinheiro, solicita a sua retirada de pauta.

O item nº 6 também, o Senador Walter Pinheiro solicita a sua retirada de pauta para reexame.

Do item nº 7 também foi solicitada a retirada de pauta para reexame pelo Relator, Senador Vital do Rêgo.

Portanto, agora, vamos à votação dos requerimentos.

Os requerimentos já foram lidos na reunião passada pelo Presidente, Senador Francisco Dornelles.

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 41, DE 2012

Requer, com fundamento no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, combinado com o art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2012, que "aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências", com a presença dos seguintes gestores públicos: Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação – Consed; Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais da Educação – Undime; Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – Andifes; e Presidente do Conselho Nacional dos Institutos Federais de Educação – Conifes.

Autoria: Senador José Pimentel e outros.

Em 13 de novembro de 2012, foi lido o requerimento pelo Presidente da Comissão.

Para maior precisão, retifico o nome da última instituição convidada no requerimento, que passa a ser Conselho Nacional das Instituições da Rede Fe-

deral de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – Conife.

Na 51ª reunião da CAE, realizada em 13/11, foi sugerido pela Senadora Ana Amélia que essa audiência pública fosse realizada em conjunto com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, presidida pelo Senador Roberto Requião.

Com a palavra o autor do requerimento, Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, os requerimentos de nºs 41, 42 e 43 tratam de audiências públicas sobre o mesmo tema, o Plano Nacional de Educação. Como a nossa intenção é fazer uma audiência envolvendo os três requerimentos sobre o mesmo tema, com a anuência de V. Exª e dos pares desta Casa, era para fazer num único dia. Num primeiro horário, nós ouviríamos o Ministro da Educação, o ex-Senador Aloizio Mercadante, e, em seguida, ouviríamos todas as entidades. A data indicativa é 29 de novembro.

Estive no MEC conversando, o Sr. Ministro estava viajando com a Presidente da República, chegou nessa madrugada, mas o Secretário Executivo, o Sr. Henrique Paim, concorda com essa agenda, e a ideia, se V. Exª e os nossos Pares aprovarem, seria fazer tudo no dia 29. No primeiro horário, nós ouviríamos, se V. Exª concordar, o Ministro de Estado da Educação e, em seguida, organizaríamos todas as demais entidades de maneira que, no dia 29, pudéssemos ouvir todas elas.

Evidentemente, no que diz respeito à educação, nosso Presidente aqui está e gostaria de ouvi-lo. Sobre essa matéria, como muito bem ele lembrava aqui, já teve uma centena de audiências públicas, seja no Congresso Nacional, na Câmara, em especial, ou nos Estados-membros. Portanto, eu queria também ouvi-lo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Todas essas excelências, nominadas para participar da audiência pública requerida pelo Senador Pimentel já foram ouvidas inúmeras vezes pela Câmara Federal, mas, como o Senador Pimentel se dispõe a, por um dia inteiro, participar desse processo, a Comissão de Educação não se oporá. Estou com o mesmo requerimento na Mesa e, logo em seguida, iremos votá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – E faríamos no dia 29, Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Exato. Agora, veja bem, vamos discutir aqui a questão econômica. A questão do mérito vai ser discutida pela Comissão de Educação e, posteriormente, a constitucionalidade será discutida pela CCJ. Pessoalmente, acho que o Congresso já ouviu demais essas entidades todas. Nós vamos ter uma reiteração daquilo que o Vanhoni escutou durante quase dois anos, mas a disposição do Relator da CAE é de participar desse processo e nós não nos opomos. No entanto, a Comissão de Educação se reserva a competência de fazer o exame e o julgamento do mérito. Nada a opor.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Requião.

Então, se todos concordarem, nós faremos essas audiências públicas no dia 29, com a presença do ex-Senador, atual Ministro da Educação, Aloizio Mercadante, e depois faríamos a audiência pública com as associações.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Eu gostaria de acrescentar, se o Senador Pimentel concordar, entre essas personalidades, uma que é de interesse fundamental a sua audiência, que é o Ministro da Fazenda.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Pimentel...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – O Ministro da Educação vai dizer que ele concorda com tudo desde que digam de onde sairão os recursos. Então, o Ministro da Fazenda deveria estar aqui. Inclusive, no caso, mais importante que o próprio Ministro da Educação, porque estamos numa Comissão de Economia.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – O Senador Requião sempre criando algum fato novo.

Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, não tenha dúvida de que a aplicação dos 10% do Produto Interno Bruto, definido na Câmara Federal, discutido com o Estado Nacional e com o Pacto Federativo, vira um marco e não tem ninguém propondo a diminuição desse valor nem a alteração desse critério. Ele será cumprido num prazo de 10 anos. Um cronograma está sendo construído, e não tenho dúvida de que ele irá passar pelo Ministério da Fazenda, mas, nessa fase primeira, em que queremos discutir metas, e são muitas, eu deixaria, com a anuência do nosso Presidente da Comissão de Educação, o Senador Requião, para ouvir o Ministro da Fazenda num segundo momento, no cronograma. Nessa fase primeira, nós ouviríamos o Ministro da Educação e montaríamos um plano de metas.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Eu não vou me opor ao que propõe o Relator, mas a lógica do processo seria que o Ministro da Educação fosse ouvido na Comissão de Educação e o Ministro da Fazenda na Comissão de Assuntos Econômicos.

Estamos tendo uma inversão desse processo todo, mas que se cumpra o desejo do Relator da Comissão de Economia e vamos tratar do resto depois. Agora, a Comissão de Educação não tem por que ouvir o Ministro da Fazenda.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Por isso nós vamos ouvir as duas Comissões em conjunto, presididas por V. Exª. Vamos cumprir essa agenda e depois chamaremos, no futuro, o Ministro da Fazenda para a Comissão de Economia. Correto, Senador?

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Que assim seja, nessa diabólica inversão.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, em votação o Requerimento de nº 41, com as observações aqui feitas pelo Senador Pimentel e pelo Senador Requião, Presidente da Comissão de Educação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

A Comissão aprova o Requerimento de nº 41, de 2012, da CAE, com alteração.

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 42, DE 2012

Requer, com fundamento no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, combinado com o art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2012, que "aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências", com a presença do Sr. Aloizio Mercadante, Ministro de Estado da Educação.

Autoria: Senador José Pimentel e outros.

Em 13 de novembro de 2012, foi lido o requerimento pelo Presidente da Comissão e, da mesma forma, foi sugerido pela Senadora Ana Amélia que essa audiência publica fosse realizada em conjunto com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Com a palavra o autor do requerimento.

Se o Senador Pimentel quiser ainda ...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Não, as mesmas justificativas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – ... Apresentadas para o item 8.

Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Presidente, eu não gostaria de contrariar a liderança do Presidente da nossa Comissão de Educação, mas eu penso que seria dar maior agilidade a discussão importante como essa e facilitá-la também. Mas tenho que respeitar a posição do Presidente da Comissão de Educação, que, como diz V. Exª, retoricamente, gosta de criar fatos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Sempre algum fato novo.

Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Os Senadores e Senadoras que concordam com o requerimento apresentado permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

A Comissão aprova o Requerimento nº 42 de 2012, da CAE, com alteração.

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 43, DE 2012

Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº103 de 2012, que "aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências", incluindo entre os debatedores os presidentes das seguintes entidades: União Nacional dos Estudantes – UNE; União Brasileira dos Estudantes Secundaristas – Ubes; e Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC.

Autoria: Senador Inácio Arruda

Em 3 de novembro de 2012, foi lido o requerimento pelo Presidente da Comissão.

O autor não está presente...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Quero subscrever também esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – O Senador Pimentel subscreve o requerimento.

Senadora Ana Amélia?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Também subscrevo.

Gostaria de acrescentar aí, se possível, mas teria que ter a aquiescência do autor do requerimento, Senador Inácio Arruda, a representante do Conselho Nacional dos Municípios na área de educação, Professora Mariza Abreu.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Na anterior, já consta, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Já está? A Mariza Abreu? Maravilha! Então estou atendida na solicitação.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Só não foi nominada, mas já consta. Estão juntos, Senadora Ana Amélia. E se, eventualmente, como há o acordo de todos, se existir alguma falha no texto, nós corrigiremos e deixaremos isso mais claro.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Pimentel, V. Exª tem mais alguma observação a fazer com relação ao item 9?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Não, Sr. Presidente, trata-se da mesma fundamentação.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – A mesma fundamentação.

Senador Wellington Dias? (*Pausa*.)

Favorável também.

Portanto, em votação o requerimento com alteração da proposta.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

A Comissão aprova o Requerimento de nº 43 de 2012, da CAE, com alteração.

Último item da pauta, o item11:

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 44, DE 2012

Requer, nos termos dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de esclarecer as razões para os altos preços dos veículos automotores no País e discutir medidas para a solução desse problema, com a participação das seguintes autoridades e convidados: representante da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda (SEAE/MF); representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC); representante da 3ª Câmara (Consumidor e Ordem Econômica) do Ministério Público Federal (MPF); representante da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea); representante do Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores (Sindipeças); e do Sr. Joel Leite, jornalista do Boletim Autoinforme.

Autoria: Senadora Ana Amélia.

Em 13 de novembro de 2012, foi lido o requerimento pelo Presidente da Comissão.

Com a palavra a autora do requerimento, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É quase dispensável justificar essa audiência pública, caro Presidente, porque o Brasil pratica os preços mais altos, inclusive em toda a América Latina, em relação ao preço dos automóveis.

A gente já tem mais ou menos a ideia das razões desses aumentos e dessa posição. E, ontem, um órgão independente fez uma apresentação de um relatório sobre a segurança dos veículos brasileiros, demonstrando que nós estamos com uma segurança nos níveis de 20 anos atrás na Europa.

Portanto, poderia ser incluído, nessa audiência pública, esse debate ou, se não for incluído, apenas mencionar a relevância desse tema no debate dessa questão, já que a indústria automobilística no Brasil é uma das indústrias mais importantes e mais poderosas politicamente também, e tem a ver com o consumo brasileiro, com a proteção em vários setores.

Então, eu penso que seja oportuno fazer essa discussão. Pode ser que as razões que eles apresentem obriguem de nós algumas providências na área tributária, fiscal ou alguma outra questão, e também logística, que sabemos que, no Brasil, é deficitária.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Com a autorização da nossa autora, eu gostaria de subscrever o requerimento da nossa querida Senadora Ana Amélia.

Acho absolutamente pertinente. E aditaria ainda mais uma questão, Sr. Presidente. Veja, o Brasil tem dado, agora inclusive no esforço do Brasil maior, nós estamos dando uma série de incentivos fiscais para a indústria automobilística. No entanto, o Brasil está ainda penalizando uma tecnologia que me parece absolutamente pertinente. Eu inclusive estou preparando um projeto de lei sobre isso.

Os carros híbridos, Sr. Presidente, não me refiro apenas aos carros que têm motores *flex*, mas àqueles que usam a energia elétrica produzida pela própria movimentação do veículo e que precisam ter a bateria carregada e até 40km/h não usam o consumo de combustíveis, sejam fósseis, sejam biocombustíveis, não têm nenhum tipo de incentivo fiscal no Brasil. Ao contrário, esses são tributados porque são importados. E nós não estabelecemos nenhuma lei de incentivo fiscal para que esses automóveis de altíssima nova geração, com nova geração de segurança, com nova

geração de motorização, de câmbios etc. possam ser produzidos no Brasil.

Portanto, creio absolutamente oportuno um debate. O Brasil está vivendo um novo momento na compra de veículos, na indústria automobilística etc. E creio que esse debate é oportuno até para que se possa aditar essas questões com relação à nova fronteira tecnológica da motorização e dos carros híbridos no Brasil, que a indústria, seja da Europa, dos Estados Unidos, da Ásia, já está alguns passos na frente da indústria brasileira. E se nós queremos trazer inovação para essa indústria no Brasil, a inovação é exatamente nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, são muito pertinentes os comentários de V. Exª.

Portanto, é uma excelente oportunidade para se fazer esse debate também numa audiência pública.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o requerimento apresentado pela Senadora Ana Amélia permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A Comissão aprova o Requerimento nº 44, de 2012, da CAE.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu gostaria só de ler aqui um Requerimento de autoria do Senador Lindbergh Farias.

Nos termos art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública ao Presidente do Banco do Brasil, Sr. Aldemir Bendine, e com o Presidente da Caixa Econômica Federal, Sr. Jorge Fontes Hereda, para o debate de recentes planos de redução de juros aos correntistas lançados pelos bancos que presidem.

Seguindo os atos aqui da Comissão de Assuntos Econômicos, nós vamos votar essa matéria na próxima terça-feira. Nós vamos deliberá-la, mas já estou lendo o requerimento.

Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, primeiro, quero parabenizá-lo pelas votações no dia de hoje.

Concluídas as votações, queria fazer um comentário sobre a participação da nossa Presidenta Dilma na sessão plenária da Cúpula Ibero-Americana, em Cádiz, na Espanha.

Acho que a Presidenta Dilma teve uma participação e fez um discurso histórico tanto na sessão plenária da Cúpula Ibero-Americana quanto –e também quero destacar – na entrevista no jornal *El País*, no domingo. Uma entrevista de capa, com 3 páginas, onde ela entra no debate sobre a crise econômica internacional. Então, aproveitando esses minutos finais desta reunião, eu queria, com a permissão de V. Exª, ler alguns trechos da fala da Presidenta Dilma, que acho muito importantes no debate que fazemos aqui nesta Casa.

Diz a Presidenta Dilma:

> *Temos assistido, nos últimos anos, aos enormes sacrifícios por parte das populações dos países que estão mergulhados na crise: reduções de salário, desemprego, perdas de benefícios. As políticas exclusivas, que só enfatizam a austeridade, vêm mostrando os seus limites. Em virtude do baixo crescimento e apesar do austero corte de gastos, assistimos ao crescimento dos déficits fiscais e não a sua redução. Os dados e as previsões para 2012/2013 mostram a elevação dos déficits e a redução do PIB. O Brasil vem defendendo, inclusive no âmbito do G20, que a consolidação fiscal exagerada e simultânea em todos os países não é a melhor resposta para a crise mundial e pode, inclusive, agravá-la, levando a uma maior recessão. Sabemos que os impactos da crise são diferentes entre os países e as respostas à crise também têm suas diferenças e produzem conseqüências diversificadas. O equívoco, porém, é achar que a consolidação fiscal coletiva, simultânea e acelerada seja benéfica e resulte numa solução efetiva.*

Continua a Presidenta, ao fazer um balanço – e quero concluir, Sr. Presidente, não quero me alongar – dos anos 90 na América Latina e no Brasil.

> *Quando nos reunimos em Guadalajara, há duas décadas, a América Latina ainda vivia as consequências de sua crise, da dívida. Os governantes de então, aconselhados pelo Fundo Monetário Internacional, acreditavam, erradamente, que apenas com drásticos e fortes ajustes fiscais poderíamos superar com rapidez as gravíssimas dificuldades econômicas e sociais nas quais estávamos mergulhados. Levamos, assim, duas décadas de ajuste fiscal rigoroso, tentando digerir a crise da dívida soberana e a crise bancária que nos afetava. Por isso, nesse período, o Brasil estagnou, deixou de crescer e tornou-se um exemplo de desigualdade social.*

Eu acrescentaria aqui aos europeus, nesse debate, a tragédia política que aconteceu na América Latina na Década de 90. O Governo Menem, a renúncia do Fernando De La Rúa, que saiu de helicóptero quando a Casa Rosada estava cercada por manifestantes.

Saiu de helicóptero também o Presidente do Equador Lucio Gutiérrez, o que aconteceu na Venezuela com Carlos Andrés Pérez, no México, com Salinas Gortari. Então, Sr. Presidente, faço questão de destacar isso aqui porque acho que a Presidenta fez uma fala que, a meu ver, é histórica e se portou como uma liderança pública no cenário internacional, com muita força.

Encerro minha intervenção aqui com a abertura da entrevista da Presidenta Dilma no jornal *El País*, que faz essa entrevista e coloca: "Dilma, a forte". Eu falo só da primeira resposta da Presidenta, quando ela diz que o problema europeu não é o seu estado de bem-estar social, mas, sim, o fato de terem aplicado soluções inadequadas contra a crise, que resultaram no empobrecimento da classe média. Se as coisas continuarem assim, será gerada uma recessão generalizada. Ontem, fiz um discurso no Plenário, onde falei, inclusive, do artigo do Paul Krugman, recente, em que ele defende esta tese: "Não venham colocar a culpa dessa crise no estado do bem-estar social. Essa crise é fruto de uma ideologia liberal radical. A desregulamentação do sistema financeiro é a causa da crise toda". Ele citava como exemplo a Suécia, um país exemplo na aplicação de políticas de estado do bem-estar social, e que está crescendo, está fora dessa crise.

Então, faço questão de destacar aqui porque acho que, de fato, não foi uma plenária da Cúpula Ibero-Americana qualquer pelo papel de destaque da Presidenta Dilma nesse contexto de crise econômica internacional. Acho que esse debate nós temos de destacar, esse debate tem de ser aprofundado por esta Casa.

Agradeço a V. Exª.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Lindbergh. Muito lúcidas as observações de V. Exª.

Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, o Senador Lindbergh falou como um estadista.

Eu queria aqui, primeiro, parabenizá-lo pela iniciativa do requerimento. Considero importante que a gente faça uma avaliação, eu diria, dessa etapa – espero que a gente tenha mais etapas nesta política de redução dos custos e, nesse caso, da redução dos juros. Da mesma forma, hoje, Senador Lindbergh, vi a França revoltada por conta de uma classificação feita por uma agência de classificação dos seus bancos.

Certamente, isso é um orgulho para nós brasileiros, porque, lá atrás, era só teoria o que a gente defendia. Não havia sido experimentado em um país continental, como ocorre hoje no Brasil, a ideia de que é exatamente partilhando a riqueza, que é exatamente fazendo com que se tenha o aumento do poder de compra, o aumento do salário mínimo, o aumento de renda para quem não tem renda, que são exatamente com obras estruturantes, com um conjunto de investimentos com o direcionamento setorizado, ou seja, em vez de tomar uma medida no atacado, olhar-se para os setores que verdadeiramente têm problemas, que faz com que o Brasil, no meio desse vendaval, desse furacão que já vem desde 2008 – que, na verdade, não teve trégua, às vezes, é mais, às vezes, menos, mas vem desde 2008 –, venha gerando emprego positivo ano a ano, embora com queda dos indicadores. Às vezes, as pessoas estranham, porque a previsão para o próximo ano era de 4%, mas, agora, a previsão está abaixo de 4%. Mas, na verdade, se a gente analisar o contexto em que estamos inseridos, é realmente algo fundamental. Foi citada aqui a Suécia como um exemplo. Porém, mesmo lá, tal qual o Brasil, embora haja uma queda em seu crescimento, há sustentação dentro dessa situação.

Então, eu acho que a presença da Presidenta Dilma na Europa é algo importante, porque, de uma forma simples, de uma forma corajosa, direta, ela apresenta que há outra alternativa para a qual o mundo precisa apenas despertar, acordar. Há outra alternativa. Certamente, o Brasil não e o único, mas é um modelo consegue enfrentar melhor este momento em que vivemos. Isso traz orgulho para todos nós, não só do Partido dos Trabalhadores, mas acho que para todos nós brasileiros, todos nós que vivenciamos essa fase do nosso País.

Era isso.

Muito obrigado.

Apoio o requerimento do nosso competente Senador Lindbergh.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado Senador Wellington Dias.

Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Queria me congratular com o requerimento que o Senador Lindbergh fez, porque o Presidente do Banco Brasil – aí eu já entro no campo rural – é o maior agente financeiro, e eu sendo de um Estado produtor rural, como V. Exª é do Mato Grosso do Sul, vê também a política para 2013, 2014 – próxima safra – na posição do Banco do Brasil. Então, é oportuno também sobre esses aspectos, além dos outros, o requerimento apresentado pelo caro Senador Lindbergh Farias, lido por V. Exª, extrapauta, na reunião de hoje. Então, queria cumprimentá-lo.

Em segundo lugar, eu queria solicitar a V. Exª a inclusão da professora – ela não foi incluída – Mariza

Abreu, consultora em educação, especialista em educação, que representa a Confederação Nacional dos Municípios, nas audiências de discussão do PNE. Então, eu acho fundamental e gostaria de fazer a solicitação a V. Exª com a aprovação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, feita a proposta pela Senadora Ana Amélia, os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

Portanto, nós incluiremos a Drª...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Professora Mariza Abreu.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Professora Mariza Abreu.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Consultora em Educação.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Consultora em Educação, da Confederação Nacional dos Municípios.

Eu queria só, antes de terminar, porque ainda não foi colocada em votação, a dispensa da leitura e a aprovação da Ata 51ª Reunião.

Os Srs. Senadores e as Senadoras que concordam, queiram permanecer como se encontram. (*Pausa*.)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Gostaria também aqui de registrar e alertar os Senadores e Senadoras da Comissão de Assuntos Econômicos que, hoje, nós teremos uma audiência pública conjunta da Comissão de Assuntos Econômicos e da Comissão de Serviços de Infraestrutura, no Plenário 13, da Ala Senador Alexandre Costa.

Essa audiência pública é sobre as condições atuais do sistema elétrico brasileiro, tendo em vista os recorrentes problemas de falhas de fornecimento de energia com ocorrência de apagões em diversas regiões brasileiras.

Esses requerimentos de audiência foram apresentados, o Requerimento nº 42, pelo Senador Aécio Neves, o Requerimento nº 47, pelo Senador Eduardo Braga, e o Requerimento nº 38, também pelo Senador Eduardo Braga. O convidado é o Ministro Márcio Pereira Zimmermann, que virá nos explicar, nos esclarecer, porque é um profissional competente da área, esses apagões sucessivos que têm ocorrido em várias regiões brasileiras.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, esse tema é fundamental, está certo? Agora, há outro tema. Não sei se no Mato Grosso do Sul ou em outras regiões do Brasil, mas vários Estados, especialmente os que antes eram menos atendidos com energia elétrica, com a Medida Provisória 579, alteraram-se as regras de várias fontes de financiamentos do setor elétrico, inclusive a fonte que sustentava o Programa Luz para Todos, que está incompleto, não há CDR...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – CDE – Conta de Desenvolvimento Energético.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Então, eu gostaria, Sr. Presidente, sei que teria de tratar isso com o Senador Aécio, com o Senador Eduardo Braga, mas acho que seria fundamental que pudesse já constar, para que ele pudesse se preparar para isso, de nos apresentar qual o caminho, porque há uma escuridão de como vai ser, uns dizem que haverá capitalização.

No meu Estado, nós estamos com uma situação dramática. As empresas foram trabalhando, trabalhando. Há lá, hoje, cerca de 90 milhões. Soube hoje que pagaram 32 milhões, com risco de paralisar. Depois que desmonta para poder voltar lá, já vivenciamos isso durante o Programa Luz para Todos, por problemas outros. Então, eu acho que seria importante a presença do Ministro Márcio Zimmermann, Ministro interino, para que a gente pudesse tratar qual a solução encontrada para prosseguir a conclusão, como está no decreto da Presidente, do Programa Luz para Todos até 2014.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu só sugeriria, meu caro Senador Wellington, já que essa audiência pública está marcada e o Ministro Márcio Zimmermann estará aqui, então, hoje, acho que é uma excelente oportunidade de colocar, mesmo sendo uma audiência pública sobre os apagões, o Ministro Márcio Zimmermann tem absoluto conhecimento para responder essas preocupações, muito justas de V. Exª.

Então, acho que vai ser uma oportunidade. Vai-se discutir desligamento, mas acredito que nós não vamos fugir dessa questão Luz para Todos e também, como V. Exª disse muito bem, a renovação das concessões, que é um tema fundamental e sendo discutido aqui no Congresso por meio da Medida Provisória 579.

Eu também aqui quero aproveitar a oportunidade: nós teremos outra audiência pública no dia 22 de novembro. Essa que acabei de falar é hoje, às 14 horas.

No dia 22 de novembro, quinta-feira, às 10 horas, nós vamos ter uma audiência pública conjunta da Comissão de Assuntos Econômicos, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização

e Controle e da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Assunto e finalidade da audiência pública: expulsão por parte do Sr. Alexandre Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil, em cumprimento ao disposto no art. 9º, §5º, da Lei Complementar nº 101, de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, determinando que, no prazo de 90 dias após o encerramento de cada semestre, o Banco Central do Brasil apresentará, em reunião conjunta das Comissões temáticas pertinentes do Congresso Nacional, avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços do 1º semestre de 2012.

A reunião será realizada, como eu disse, em conjunto, também, com as Comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, de Finanças e Tributação e de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados. Portanto, é uma audiência pública bastante ampliada. Ela vai acontecer lá no Plenário 2, Anexo II, da Câmara dos Deputados. É aquela sala da Comissão de Orçamento, que é uma sala muito maior e, portanto, vai comportar todas essas Comissões que acabei de citar.

Para concluir os trabalhos da Comissão de Assuntos Econômicos, eu conversei com o Senador Eduardo Braga – Senador Lindbergh, Senador Marco Antônio – sobre uma série de projetos que vão ficando sobrestados na Comissão de Assuntos Econômicos e que nós não deliberamos. Portanto, nós vamos apresentar uma proposta para dar uma limpada na pauta, na agenda da Comissão de Assuntos Econômicos, inclusive mobilizando a base no sentido de avaliar aqueles projetos que efetivamente entendemos que não se coadunam com a legislação, ou que foram substituídos por medidas provisórias ou outros projetos que foram aqui votados, ou que o momento que nós vivemos não é aderente a essas iniciativas parlamentares. Evidentemente, todos os Parlamentares têm feito um trabalho excepcional aqui, trazendo matérias importantes, mas às vezes essas matérias são atropeladas por outras que são aqui votadas, são atropeladas por circunstâncias.

Portanto, eu vou propor uma agenda bem ampla, eventualmente com mais de uma reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, para a gente liquidar a fatura com relação a projetos que já foram superados aqui, ou pelo tempo, ou pelas circunstâncias que nós vivemos, ou por projetos assemelhados.

Eu vou discutir com a Liderança do Governo essa pauta e acho que é uma coisa boa até para que efetivamente a Comissão de Assuntos Econômicos limpe a pauta, principalmente priorizando aqueles projetos que são fundamentais. E possivelmente essa pauta que vai passar pelo pacto federativo; entre elas, o Fundo de Participação dos Estados, a renegociação das dívidas e a questão dos incentivos fiscais nos Estados, principalmente o FPE e os incentivos que foram considerados inconstitucionais pelo STF, que vão exigir um posicionamento da Comissão de Assuntos Econômicos e do Congresso Nacional.

Portanto, isso dito, não havendo mais nenhuma matéria a tratar, eu quero agradecer a todos os Senadores e Senadoras que participaram de mais esta reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, agradecer ao Senador Francisco Dornelles, que iniciou os trabalhos aqui na Comissão de Assuntos Econômicos, e agradecer a todos os assessores e jornalistas que nos acompanharam. Muito obrigado.

Hoje à tarde, às 14 horas, audiência pública da Comissão de Assuntos Econômicos, com a Comissão de Infraestrutura, para discutir os últimos apagões em várias regiões brasileiras, com a presença do Ministro Márcio Zimmermann.

Um abraço. Uma boa tarde a todos.

(Iniciada às 10 horas e 49 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 8 minutos.)

ATA DA 32ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES, REALIZADA PELA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA – CI (32ª REUNIÃO) E PELA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE (53ª REUNIÃO), DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE NOVEMBRO DE 2012, ÀS 14 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 13 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às catorze horas e quarenta e três minutos do dia vinte de novembro do ano de dois mil e doze, na sala número treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senadora **Lúcia Vânia**, Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, reúnem-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura e a Comissão de Assuntos Econômicos, com a presença dos Senadores **Aécio Neves, Ana Amélia, Cyro Miranda, Delcídio do Amaral, Eduardo Braga, Gim, Ivo Cassol, José Pimentel, Lindbergh Farias e Ricardo Ferraço**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Justificou ausência o Senador **Flexa Ribeiro**. A Presidência declara aberta a Reunião e propõe a dispensa da leitura e aprovação das Atas das 31ª Reunião da CI e 52ª Reunião da CAE, que são aprovadas. Em seguida passa-se à Pauta, quando a Presidente convida para que tome assento à Mesa o convidado: **Excelentíssimo Senhor Márcio Pereira Zimmermann**, Secretário Executivo do Ministério de Minas e Energia – MME,

esclarecendo que esta reunião tem como objetivo a realização de Audiência Pública para tratar das condições atuais do Sistema Elétrico Brasileiro, tendo em vista os recorrentes problemas de falhas no fornecimento de energia, com a ocorrência de apagões em diversas regiões brasileiras. Usa da palavra o Senador **Delcídio do Amaral**. Após a exposição do convidado, usam a palavra os Senadores **Aécio Neves, Eduardo Braga, Ana Amélia e Lindbergh Farias**. A Presidente registra a presença do Deputado Federal **Domingos Sávio** e do Deputado Federal **Nilton Capixaba**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e quarenta e oito minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, a presente ata, que é lida e aprovada. E, após a assinada pela Senhora Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura e pelo Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos será publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro taquigráfico. – Senadora **Lúcia Vânia,** Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura. – Senador **Delcídio do Amaral,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 32ª Reunião Ordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, em conjunto com a 53ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Econômicos, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 31ª Reunião da Comissão de Infraestrutura e 52ª Reunião da CAE.

As Srªs e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Passemos à pauta, mas, antes, convido para que tome assento à mesa o Exmº Sr. Márcio Pereira Zimmermann, Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia, Ministro em exercício. (*Pausa.*)

Cumprimentando o Sr. Ministro de Minas e Energia, em exercício, quero aqui neste momento destacar a importância de estarmos realizando esta audiência pública conjunta com a Comissão de Assuntos Econômicos, presidida pelo eminente Senador Delcídio do Amaral, para tratar um tema que é de interesse de todos os brasileiros: as condições do sistema elétrico nacional. Ao mesmo tempo, saúdo a presença do Ministro interino de Minas e Energia, Dr. Márcio Zimmermann, que atendeu o convite formulado por essas duas Comissões para aqui debater conosco essa importante questão.

Como é de conhecimento de todos, o que motivou o convite ao Sr. Ministro para esta audiência foi a sugestão de apagões que aconteceram recentemente no Brasil, gerando apreensão e insegurança para a população e inegáveis prejuízos para a economia.

Apenas neste ano, o número de apagões já chega a 63. Só entre os dias 15 de setembro e 15 de outubro foram registrados 14 *blackouts* em várias regiões do País. Na média, isso significa um corte de energia a cada 2 dias. Ao que me parece, essa não é uma questão pontual, porque entre 2006 e 2011 o número de horas em que o brasileiro ficou sem luz subiu de 15%, atingindo a marca de 18,4 horas.

Apesar de todas essas falhas do sistema, o orçamento da Eletrobras para o ano que vem sofreu uma redução de R$200 milhões e os recursos destinados ao Ministério de Minas e Energia também foram reduzidos se comparados a 2012, passando de R$924 milhões para R$892. Contudo, a Ministra do Planejamento disse que isso não vai afetar o setor.

Por fim, a todo esse conjunto gostaria de agregar a minha preocupação – a preocupação desta Comissão – com relação à Medida Provisória nº 579, de 2012, cujo objetivo é reduzir as tarifas de energia elétrica, tanto para o usuário doméstico quanto para o empresarial, já no início do ano que vem. Não resta dúvida de que qualquer diminuição no preço de energia elétrica será benéfica para o País do ponto de vista de melhoria da nossa competitividade externa e da redução do chamado custo Brasil.

Como aumentar os investimentos nessas condições? Essa é a pergunta que fica.

Portanto, concluo essas breves palavras manifestando a esperança de que tenhamos aqui um debate verdadeiramente esclarecedor, à altura do que merecem o Senado da República e o povo brasileiro.

Agradeço mais uma vez ao Sr. Ministro em exercício, Márcio Zimmermann, que tem, reiteradas vezes, atendido o nosso convite para estar nesta Comissão.

Passo a palavra ao Senador Delcídio do Amaral para que ele possa fazer os cumprimentos.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Quero só cumprimentar a Presidenta da Comissão de Infraestrutura, Senadora Lúcia Vânia, e os demais Senadores; Senador Aécio, autor de um dos três requerimentos; cumprimento também o Senador Ferraço, Senador muito atuante do Espírito Santo e grande companheiro aqui no Senado Federal e o Ministro Márcio Zimmermann. Acho que é uma excelente oportunidade que se abre para a Comissão de Infraestrutura e para a Comissão de Assuntos Econômicos fazer este debate, especialmente em se tratando do Ministro Márcio Zimmermann, o convidado.

O Ministro Márcio Zimmermann é um conhecedor experiente do setor elétrico, com uma folha de serviços prestados ao País e, portanto, reúne todas as condições necessárias para fazer aqui sua exposição e explicar os desligamentos ocorridos. Mais uma vez, acho que valeria a pena registrar, separar muito bem o que é apagão, *blackout* ou desligamento e o racionamento de energia, que são dois conceitos muito diferentes. Sem dúvida nenhuma, o racionamento traz prejuízos muito maiores para o País, não deixando de considerar também os problemas advindos de desligamentos em várias regiões, desligamentos no sistema interligado e as consequências também desses desligamentos.

Então, só queria fazer esse registro mais uma vez, minha cara Senadora Lúcia Vânia, da oportunidade de a Comissão de Infraestrutura fazer uma audiência pública sob a liderança de V. Exª para tratar de um assunto tão importante para o País.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Nos termos dos arts. 397 e 398, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal, concedo a palavra ao nosso convidado por 30 minutos.

Terminada a exposição, abrir-se-á a fase de interpelação pelos Senadores inscritos, dentro do assunto tratado, dispondo o interpelante de 5 minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado, após o que poderá este ser contraditado pelo prazo máximo de 2 minutos, concedendo-se ao convidado o mesmo tempo para a tréplica.

Concedo a palavra ao Sr. Márcio Pereira Zimmermann, Ministro de Minas e Energia em exercício.

O SR. MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN – Boa tarde a todos.

Gostaria de cumprimentar inicialmente a Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, Senadora Lúcia Vânia, o Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Delcídio do Amaral, e, em nome do Ministério de Minas e Energia, agradecer a oportunidade que a Comissão está dando para o Ministério falar a respeito dos eventos que nós tivemos entre o final de setembro e o final de outubro, quando houve aquelas ocorrências que demandaram uma série de ações por parte do Ministério.

O primeiro foi aquele, na subestação de Imperatriz; o segundo foi na subestação de Foz do Iguaçu; o terceiro, na subestação Brasília Sul; o quarto, na subestação de Samambaia; e o quinto, na subestação de Colinas.

Cumprimento também os Senadores aqui presentes: Senador Aécio Neves, Senador Ferraço e todos os senhores que estão aqui.

Quando nós falamos em perturbações de um sistema, primeiro é importante entendermos o que é o sistema brasileiro e como ele funciona. É um ponto importante, porque temos ocorrências no sistema tronco, na rede básica, e temos ocorrências na rede de subtransmissão. Todas elas causam efeito bastante ruim para a sociedade. Por isso o Governo encara com muita tranquilidade esse aspecto de permitir que haja uma discussão forte sobre isso, até porque é a oportunidade de ele explicar as medidas que vem tomando de forma a alcançarmos – aqueles que são do setor sabem o que é – a melhoria contínua.

Primeiro, rede básica.

Quando nós falamos em rede básica... Aqui no Brasil, só para vocês terem uma ideia, nós temos hoje algo em torno de 105 mil quilômetros de linha de rede básica.

O que significa isso?

Como o Brasil é um país que desde o início viu que a sua grande vocação era a hidroeletricidade e a sua grande vocação significa que hidroeletricidade nem sempre está junto da carga, se não está junto da carga você tem que construir linhas de transmissão para trazê-la.

Por outro lado, este País, quando implanta uma rede de...

Lembro que, de 2003 para cá, nós passamos de 70 mil para 105 mil. E até 2014 nós vamos chegar a algo da ordem de 120 mil quilômetros de linha. Com isso nós conseguimos interligar todo o Brasil. Com isso aí, você observa que o Brasil, a partir do momento em que, ano que vem, se interligar Manaus e, depois de mais dois anos, Boa Vista... Vai estar todo o sistema brasileira interligado. Posso assegurar para os senhores que esse é o maior sistema interligado com essas características do mundo.

Quando se fala dessas características, você teve que desenvolver tecnologia própria. Então o Brasil, por exemplo, que hoje tem um sistema fortemente interligado, conseguiu, pelas dimensões continentais, em um sistema baseado na hidroeletricidade, desenvolver uma rede de transmissão que muitas eu vejo até erradamente comentários de que é uma rede que tem perdas de 20%, e na verdade é uma grande confusão, porque essa perda que nós temos na rede de transmissão brasileira é da ordem de três e pouco ou 4%, não é mais do que isso. Então, ela é uma rede que é eficiente. Aliás, eficiente até em outro sentido. Quando eu ligo bacias com diversidade hidrológica diferente em quatro regiões do Brasil, o que significa isso? Significa que eu tenho um ganho de eficiência – e foi uma das coisas que o sistema brasileiro mais desenvolveu –, de otimização energética.

Então, hoje, temos um dos melhores modelos do mundo em otimização energética, nós temos um centro de pesquisa que trabalha desenvolvendo como operar um sistema desse tamanho.

Eu estou falando essa parte inicial para você saber. Rede básica é aquilo que interliga grandes regiões, que leva a energia em atacado por todo o Brasil e num processo muito eficiente de otimização energética. Quando nós chegamos mais próximos à carga, e importante diferenciar isso, porque quando eu falo, por exemplo, no sistema americano, lá eu tenho outra característica, lá eu tenho térmicas, um sistema basicamente térmico, com a térmica próxima à carga e, por outro lado, legislações estaduais que não têm uma legislação federal. Então, um sistema fracamente interligado. Nos Estados Unidos é caracterizado por ter muitas redes de menor tensão, mas não interligadas, pelas características regulatórias do País, em que cada Estado é um país diferente; e aí, é claro, é uma característica totalmente diferente.

No nosso caso agora, descendo, quando entramos então para esse trabalho de planejar a rede, o Brasil faz o planejamento dessa expansão, e é um planejamento determinativo. O que significa isso? Nós sabemos que planejamento em uma área como o setor elétrico é uma das coisas mais importantes que existe. Você precisa ter isso, e fortemente. E toda a vez em que o Brasil se esqueceu de ter isso, ele teve aquelas condições que já foram citadas aí pelo próprio Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Delcídio, que é quando você então leva a condições extremas, com um efeito econômico altamente negativo, que é o racionamento. Isso é normal. É normal, quando não se tem planejamento, você acabar com isso.

A partir desse momento, quando você começa um processo de um modelo, porque setor elétrico precisa ter planejamento, nesse modelo que nós temos hoje ele retomou um quadro histórico, que era da década de 80, início de 90, que é ter planejamento nesse setor elétrico. Então, foi criada a Empresa de Pesquisa Energética e ela está fazendo permanentemente estudos para o Ministério de Minas e Energia, e o Ministério de Minas e Energia todo ano – vocês têm acesso – há um plano decenal que projeta o que se espera para o Brasil 10 anos à frente. É assim que hoje está funcionando como é que se faz a rede básica.

Quando eu venho para a rede de subtransmissão, aí eu entro em um outro aspecto, estou entrando naquele aspecto que a própria distribuidora, empresa de distribuição é responsável por isso. Então, quando ela é responsável por isso, ela faz a sua melhor forma de atender esse mercado dessa rede de 69, 138.

Bom, dados esses esclarecimentos, acho que podemos comentar diretamente essas ocorrências, e depois, ao longo dos debates, podemos prestar outros esclarecimentos.

Nessa estrutura do setor, nós temos bem claro qual é o papel do Ministério de Minas e Energia, o papel de poder concedente, papel de coordenar o monitoramento do setor elétrico, até pelo decreto de constituição do Ministério, entre as atividades que ele tem, é zelar pelo equilíbrio entre oferta e demanda de energia.

Quando nós fazemos isso, nós vamos para um ponto bem claro, nós vamos para aquele ponto em que você está permanentemente – e foi outra das lições que se aprendeu no passado, a importância do Governo não se afastar e monitorar permanentemente os agentes, já que nós temos no modelo, hoje, aquela figura bem clara da Agência, que tem o papel de regular, mediar e fiscalizar, não faz política energética, mas regula, medeia e fiscaliza. Nós temos os agentes, temos um sistema muito dinâmico com relação à expansão. Nós temos leilões muito disputados, leilões que atraem investidores dos mais diversos lugares e setores.

Por outro lado, temos um sistema que é operado, pela sua complexidade, pelo operador nacional do sistema, que na sociedade civil sem fins lucrativos é um ente regulado pela Aneel.

Uma coisa preocupou muito o Governo com relação a essa sequência de eventos que ocorreram, e vou passar a relatar as medidas que se tomaram a partir de então. Vamos começar por aquela ocorrência que tivemos em Imperatriz. Imperatriz é uma subestação no Maranhão, onde tivemos uma perturbação. Ela é uma subestação da Eletronorte. Há outros agentes dentro dessa subestação, mas essa aqui foi um problema que ocorreu. Não sei se vale a pena entrar no detalhe técnico ou se vocês vão fazer reuniões.

Mas o que houve foi o seguinte. Nós temos uma origem. Todo evento grande dessa natureza tem origem. Aqui, nesse caso, foi uma explosão de um transformador de corrente – vou tentar ser o mais genérico possível –, e nós tínhamos exatamente um ponto cego, onde a proteção não enxergou e foi onde deu o defeito. Isso, provavelmente, é alguma coisa da época do comissionamento que entrou a instalação, 15 ou 20 anos atrás.

A partir disso, vem o primeiro ponto. Vocês vão me ouvir falar muito, ao longo dos próximos minutos, em sistemas de proteção. Nesse caso, então, tivemos como a proteção não enxergou uma falta dessa natureza. É claro que você tem as proteções de retaguarda, que acabaram atuando, e essas levaram, então, a uma abertura de uma sequência de linhas. Depois que você faz a análise, depois que o operador nacional do sistema faz aquele relatório, de imediato, temos uma

série de medidas que tomamos logo no início. Isso foi na primeira, dia 22 de setembro.

Então, realizamos uma reunião extraordinária do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico. Só relembrando, é aquele comitê em que nós, rigorosamente, nos reunimos no mínimo uma vez por mês, de que participam a Agência Nacional de Energia Elétrica, o Operador Nacional de Energia Elétrica, a Empresa de Pesquisa Energética, a Câmara de Comercialização, as secretarias dos ministérios e outros convidados, às vezes associações ou empresas que têm alguma coisa.

Então, você realizou essa reunião, o ONS fez a reunião de análise da perturbação e, ao mesmo tempo, o Ministério fez uma visita técnica, junto com demais agentes, na própria instalação de Imperatriz, na sequência.

Como ocorrência, a Eletronorte está pesquisando o porquê da origem, que foi o defeito no TC, mas, ao mesmo tempo, necessário era fazer a correção daquele problema de ter um ponto cego, onde a proteção não enxergava esse tipo de falha. Acabou, na sequência, ocorrendo isso.

É claro que todo evento tem uma origem, mas acaba tendo uma sequência, que pode provocar ou não uma consequência maior. Nesse caso específico, nós tivemos, depois da origem, um problema numa linha dessa empresa chamada Intesa, de que a Eletronorte é sócia. Já na Taesa, uma empresa de que a Cemig controladora é sócia, que também teve uma falha de atuação na proteção naquela linha Bom Jesus da Lapa – Rio das Éguas. Então, essa sequência provoca perturbações e aí, na sequência, começa um desenrolar e onde atingiu 3.918 megawatts. Quando tenho uma ocorrência desse tipo, é bom alertar que o balanço que provoca, conseguiu-se, pelos esquemas de rejeição e alívio de carga que funcionam pela queda da frequência, uma delimitação dessa ocorrência em que tivemos interrupção de carga de 3.918 megawatts.

O Brasil, naquele momento, estava com 55.726 e, pela correta atuação do esquema de rejeição e alívio de carga, delimitou-se essa ocorrência a um determinado porte. Esse é um ponto importante e gerou uma série de medidas.

Então, primeira ocorrência que tivemos, aquelas a partir de setembro, foi essa na Subestação de Imperatriz, onde tínhamos um problema de ponto cego e aí algumas atuações indevidas que tivemos de proteção.

Então, a palavra proteção guardem bem, porque vamos voltar na sequência. Isso tudo mostra depois as ações que o Ministério tem tomado. Depois, no dia 3 de outubro de 2012, tivemos a ocorrência na Subestação Foz de Iguaçu, onde houve a explosão de um transformador de aterramento. Mais uma vez, a explosão, como ocorreu em Imperatriz, num transformador de corrente ou de um transformador de aterramento, não é motivo suficiente; os sistemas são planejados para suportarem isso e delimitarem na proteção a esse evento. Mas, nesse caso especificamente, houve a explosão do reator, desse transformador, e um incêndio, que acabou provocando, então, a abertura de um transformador. Esse transformador de aterramento é o terciário de um transformador que alimenta o serviço auxiliar na Subestação de Foz de Iguaçu e, com esse incêndio, acabou sensibilizando a proteção de outro transformador.

Na sequência, há a atuação da saída do outro transformador, que, teoricamente, era uma proteção que se teria de desligamento de máquinas – na Itaipu tem funcionado –, acabou tendo um problema de não operação desse relé de subcorrente e aí acabou ocorrendo o desligamento geral da Subestação de Ivaiporã, da parte de corrente alternada. Essa ocorrência teve uma interrupção de 3.381 megawatts, enquanto a carga no sistema interligado brasileiro era 67.772. Em torno de quatro e poucos por cento a carga que foi interrompida.

Só para relembrar. Quando se olha proteção, teve uma falha com relação a uma determinada lógica e um determinado relé, mas, por outro lado, teve atuação correta nos ECS (Esquemas de Controle) e de emergência, que isolaram e não deixaram se transformar numa perturbação sistêmica. Então, houve uma falha aqui, mas, por outro lado, ocorreram outros acertos. E aí tivemos interrupção mais por ERAC também, pela forma correta como atuaram as demais proteções. Então, ocorreu esse corte que foi basicamente a atuação de ERAC.

Há uma série de providências também dessa forma que com se realizam as reuniões do comitê de monitoramente e aí, como houve a segunda ocorrência e teve novamente um problema de proteção, o que é que foi decidido nessa reunião, em 4 de dezembro? Íamos criar uma força tarefa porque estávamos assustados por causa desse aspecto da proteção. Era um ponto que tínhamos que olhar com a devida atenção, verificar *in loco* e começar a pensar como poderíamos entrar, já que falhas em equipamentos existem. Agora, a proteção é justamente para isolar aquele defeito numa forma... Então, se tinham as sistêmicas nessas vezes atuado corretamente, havia outras locais que não atuaram corretamente.

Essa força começou a trabalhar em outubro, para fazer o Protocolo de Avaliação dos Sistemas de Proteção. Nisto aqui depois eu quero gastar um tempo para explicar para vocês que é uma coisa inédita que se está fazendo no Brasil, provavelmente no mundo,

um modelo em que nós pegamos muito do que o setor nuclear utiliza.

Depois, na sequência – pelo tempo, vou dar uma aceleradinha –, a perturbação que nós tivemos aqui em Brasília sul, na verdade, provocada por uma queimada na rede 138, esta aqui ainda é a rede de operação, esta que a ONS supervisiona, houve um corte de 900 megawatts na Capital e em Goiás. O sistema interligado tinha uma carga de 68.556.

Mas aqui começava um alerta com relação a que critérios deve haver para uma capital. Acho que aqui nós começamos a raciocinar que o critério universal que se usa é o critério N-1: se eu perco um elemento, o outro tem que segurar o sistema. Na verdade, hoje, até o Hermes Chipp, que é o Presidente da ONS, tem participado de reuniões de grandes operadores e já começa a haver uma discussão maior em outros países de que em determinadas regiões, como a capital do País, você deve discutir se não tem que trabalhar com um critério mais rigoroso e o critério mais rigoroso seria o N-2. Tem um custo? Tem, mas, por outro lado, a perda da energia é um assunto bastante sério.

Aqui, neste caso, também nesta ocorrência – pelo tempo vou passar mais rápido –, também há problemas de desempenho de proteção.

Outra ocorrência que tivemos aqui a partir da subestação de Samambaia. Outra característica: em Brasília, o grande ponto de alimentação, que chega da rede 345, é a subestação de Samambaia. A partir dela é que vem todo o sistema 138, que vem alimentar as cargas de Brasília. Mas a grande ligação com a rede básica é Samambaia. Depois vou comentar que isso está dando origem a outro estudo para ver como vamos adequar este critério N-2.

Neste caso, nós tivemos a explosão de um disjuntor e aí também tivemos problemas de proteção.

Então, olhem que na primeira ocorrência, na segunda, na terceira e na quarta nós tivemos problemas de proteção. Então, vocês veem que aquela medida que tomamos de em 4 de outubro fazermos uma força-tarefa para trabalharmos o aspecto do protocolo era uma coisa muito importante e num sistema como o nosso você precisava fazer, por quê? Porque quando você tem um sistema que funciona, no qual a expansão é realizada naturalmente, porque nós temos um modelo bem-sucedido de leilões, um modelo bem-sucedido no qual temos a oferta de energia adequada, no qual há disputa de agentes com deságios até interessantes na transmissão. Então, você tem um modelo completo funcionando. Agora, se você trabalha com critérios de confiabilidade, se você trabalha com critérios de expansão e tem realizado isso, aí vem a pergunta: Como você explica que está tendo ocorrências desse porte? E esse era o grande desafio que nós tínhamos, o Ministério – o Ministro Lobão, nessas primeiras ocorrências estava lá – e a Presidente neste sentido.

Quer dizer, um setor que investe o que o setor elétrico brasileiro investe, que expande da forma como expande, que hoje trabalha com... Se há uns anos nós trabalhávamos com aquele critério de 5% de risco de déficit, hoje estamos trabalhando com alguma coisa entre 2% e 3%. Quer dizer, isso, em termos energéticos, é uma situação cômoda como o Brasil nunca teve, no passado sempre foi o critério de 5%. E, ao mesmo tempo, você tem conseguido viabilizar a implantação de usinas, a implantação da rede de transmissão. Hoje, você não tem gargalos no sistema de rede básica, mas, por outro lado, essas ocorrências chamam a atenção. Será que nós podemos deixar a distribuidora fazer a rede que ela quer e nós não termos um acompanhamento? Se vocês verificarem que na sequência nós tivemos mais uma ocorrência em Brasília de redes de 138 fora da rede de operação. Quer dizer, o ONS não tem noção do que ocorre ali. Aquela é uma operação que foge do nosso padrão. Esse também foi o ponto.

Então eu já levantei. Eu tinha que olhar aspectos da operação, eu tinha que aprofundar aspectos, como fizemos aqui em Samambaia e por que estourou o disjuntor, a origem. Isso eu analiso.

Esses eventos levaram o Ministério a adotar dois critérios em conjunto com a Agência.

Hoje, quando temos uma ocorrência séria no sistema interligado como essas, nós mandamos de imediato uma equipe, levando sempre o centro de pesquisa, para descobrir a origem rapidamente. Então nós tivemos, nesse caso de Samambaia... O centro de pesquisa levou o material, foi feita a análise desses disjuntores, tenho até um relatório que posso deixar aqui, do Cepel, com relação a essa origem, mas principalmente aquele ponto: proteção. Eu preciso olhar com cuidado, porque, se estou com a rede completa, se tenho a rede expandida normalmente, e, por outro lado, um país que tem uma das maiores e melhores experiências de formação de um sistema complexo como esse e, ao mesmo tempo, com tecnologia própria para operá-lo, um sistema que funciona muito bem oxigenado.

Essa interrupção em Brasília foi de 566 megawatts. Nós estávamos com 968.973, mas causou um transtorno na capital do País. Só lembrando que Brasília teve outros eventos. A CEB vem trabalhando e investindo muito na rede específica só de distribuição.

Agora eu fui... Rede básica e a rede de subtransmissão, até 138. Agora, nós tivemos outros eventos aí. Em cada uma dessas, aquilo que falei ainda há pouco, nós olhamos com muita atenção pontos que temos

que melhorar, até no aspecto regulatório e, se necessário, no marco legal. Por exemplo: nessa ocorrência que houve em Brasília, de imediato pegamos essa rede da CEB, que não era considerada dentro da rede do ONS. E a CEB e o ONS acertaram que essa rede deve passar a seguir os critérios, os protocolos que o ONS tem para essa subtransmissão, até porque nós tivemos problemas no evento relacionados com isso.

Todos esses eventos, não sei se vocês observaram, causam transtornos, ainda mais na capital. O Governo trata isso com a maior prioridade, não aceita que esses eventos existam. O Governo reconhece a robustez do nosso sistema, mas, por outro lado, nós não aceitamos trabalhar com esse nível de desligamentos. Nós não aceitamos e isso está bem claro, é uma orientação da Presidente e do Ministro, em todos os momentos, no sentido de se buscarem soluções que evitem esse tipo de perturbação.

É claro que as medidas que... Eu tenho um elenco aí, posso deixar as apresentações – pelo tempo, não dá – de medidas que estão sendo tomadas, até a portaria que o Ministério soltou, onde pela primeira vez coloca o protocolo de avaliação de proteção do qual vou falar daqui a pouco, se tiver um tempinho.

Nós tivemos o último evento. Foi aquela linha Colinas/Imperatriz. Foi o circuito 2. Foi um evento, certamente o mais grave que ocorreu. E mais grave por quê? Pela consequência. Nós atingimos 11.789 megawatts no sistema interligado.

O que significa isso?

São 19,8% da carga. Realmente nós tivemos uma perturbação em que a origem é problemática. E nós tivemos coisas mais sérias aí em termos de procedimentos de empresa.

Com relação a esse caso eu acho que vale a pena, porque temos laudo do Cepel. No mesmo dia em que ocorreu, nós fizemos uma reunião do CMSE e logo foi mandada uma equipe de pesquisadores do Cepel**,** pessoal que está acostumado, para fazer uma avaliação, assim como já havíamos feito aqui em Foz do Iguaçu; e essa equipe trabalhou e eu me lembro que era uma sexta-feira à noite. Eles voltaram e nós fizemos uma reunião às 10, 11 horas da noite lá no Ministério, justamente para verificar as ações necessárias. O que ocorreu ali? Quem conhece o sistema elétrico, Senador Eduardo Braga, lá nós estivemos com a Taesa, que é uma empresa... naquela subestação tem seis ou oito empresas que têm base ou instalações. E a Taesa, empresa da qual a Cemig é sócia, deu uma manutenção numa seccionadora... E por que estou falando? Porque a origem foi na seccionadora, a conclusão e laudo do Cepel e da Aneel foi no sentido de que, no fechamento da seccionadora, ela vira e não solta. E nesse caso ela não completou o curso. Então, aqui nós tivemos um problema.

Estou ilustrando esse caso, porque esse caso é importante para ver as ações que estão sendo tomadas. O que ocorreu? Essa instalação é desassistida. Então, alguém daqui de Brasília comanda ela. A equipe que estava lá, que trabalhou na seccionadora, não viu esse fechamento, não fechou direito. O que ocorreu? Começou – pelo laudo do Cepel – um aquecimento e vai evoluindo... – isso há uma semana antes do evento que ocorreu, foi na sexta-feira anterior que a equipe havia estado lá; seis, sete dias de aquecimento, e um arco que foi crescendo, até que... Bom, o fato de não ter uma subestação assistida, o que é que eu tenho? Eu tenho que isso aí foi evoluindo, evoluindo, até que veio a causar esse problema de abrir um arco, que é uma falha interna, com rompimento, você queima aquele braço seccionador e ao mesmo tempo faz a proteção atuar.

O que ocorreu no dia 19, 20, 22? A própria Taesa havia feito também uma mudança de ajuste de proteção – estou citando isso porque são dois procedimentos, e estão sendo tomadas medidas severas com relação a isso, porque não é possível desassistir instalação; desassistência de instalação não é abandono. Eu não posso deixar uma instalação sem mantenedor, eu não posso deixar uma instalação que alguém manobre uma chave seccionadora e eu não tenha uma câmera olhando, ou não tenha uma operação que faça inspeção de área para uma instalação que é de oito linhas de 500 quilowatts! Ela tem um efeito sistêmico forte.

Outra coisa: para a evolução da proteção digital; a alteração da proteção, o que ocorreu? A alteração da proteção foi feita aqui de Brasília, um *laptop.* Como se faz um ajuste de proteção, e que tem toda empresa tem como procedimento, você faz um ajuste de proteção, você altera a proteção e depois, o que você faz? Teste funcional. Nesse caso não foi feito, e não era critério da empresa fazer teste funcional. Não era critério! Isso foi dito numa reunião do CMSE pelos dirigentes dessa empresa. Isso leva a outra medida. Por que o ONS não sabia exatamente que ajuste seria colocado? O que houve é que o ajuste que ele fez, não fez teste funcional, e na verdade desajustou toda a proteção. Aí, quando teve esse defeito na chave seccionadora, o que ocorreu? A proteção não atuou, atuou a proteção de retaguarda. Aí se tem um balanço no sistema que não dá tempo de atuar o ERAC, e aí se consegue preservar, no máximo isolar. Foi o que houve, a separação dos Sistemas Norte e Nordeste, mas aí leva a um *blackout,* esse sim, a um *blackout* de apagar toda a Região Nordeste. Esse, realmente, teve um peso. E

aí você observa o seguinte: houve falha humana e, por outro lado, falha de empresa, de procedimento.

Então, é claro que a Aneel está fazendo todas as análises necessárias, vai fazer todos os procedimento normais; a Aneel vem acompanhando tudo isso, a Aneel participou com o centro de pesquisa e adotou como critério agora – ela sempre usa um centro de pesquisa, que pode ser o Cepel ou outro – para essas investigações serem rápidas. E o CMSE precisa disso.

Senhores, como vocês podem ver e aquelas declarações que eu vi que... Eu mesmo comentei, eu com os meus 30 e poucos anos de setor elétrico, eu nunca tinha visto uma sequência que ocorreu de eventos dessa natureza. E eu sempre achava um ponto comum, porque eventos de ter um problema no equipamento ocorrem. Quem é do setor sabe que existe. Agora, quando você começa a ter uma sequência de problemas de proteção, aí há uma luz vermelha bem clara. E aí é que veio a origem daquilo que o Ministério resolveu tratar e determinar por meio de uma portaria. Não que o Ministério vai fazer o papel de fiscalização. O Comitê de Monitoramento – voltando –, uma das suas funções é monitorar o sistema elétrico, o setor elétrico, e, ao mesmo tempo, o Ministério deve zelar pelo equilíbrio entre oferta e demanda. Se eu começo a ter esse problema, há uma atuação do Ministério? Há, sim. Agora, a própria portaria depois passa para que a agência incorpore nos seus procedimentos.

Então, foi criada a Portaria 576, que estabelece diretrizes para avaliação dos sistemas de proteção das instalações da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional. Nós reunimos muitos técnicos de engenharia de manutenção, de engenharia de proteção, de engenharia de projetos, técnicos de manutenção de grandes transmissoras. A nossa ideia inicial era começarmos com as empresas do grupo Eletrobras. Depois, eu vou contar que evoluiu. Nisso aí, pedimos para os técnicos fazerem. Olha, como se deve fazer uma geral para que nós não tenhamos, para que minimizemos a probabilidade de ocorrer problemas dessa natureza.

Então, quando eu estou falando disso, eu estou falando em protocolo. Quando eu estou falando em protocolo, eu posso deixar uma cópia aqui do que é um protocolo e do que o cara faz. O que nós fizemos originalmente? Na verdade, nós tínhamos uma experiência já muito interessante. O setor nuclear. O setor nuclear no mundo não pode ter falhas. Então, o que existe no mundo? As empresas nucleares, o Brasil periodicamente recebe uma equipe de outro País, que faz uma geral na instalação nossa, nos procedimentos, nos critérios e tal. Ao mesmo tempo, o Brasil manda para outro país. Assim, todos os países do mundo praticamente fazem isso, porque um evento da natureza nuclear não afeta um país. Afeta todo o setor nuclear no mundo.

Com essa experiência que nós conhecíamos e sabíamos da Eletronuclear, se partiu, então, com esses especialistas o que deve ser feito com esse protocolo. Há um serie de procedimentos, é um protocolo, daquilo que as equipes vão fazer. E nada melhor do que a equipe de outra empresa ir naquela empresa... Então, aquela empresa que vai receber... Nós selecionamos as principais instalações do setor elétrico, nós começamos com as 8 principais que o ONS priorizou, e essas equipes, então, já começaram. Elas já foram, em começo de novembro, nós já fizemos 8, e há um grupo de subestações maior. E a ideia é de que, até janeiro, fevereiro, a gente corra as 50 principais instalações do sistema de transmissão, revendo toda essa parte de proteção.

Bom, essas equipes, normalmente, têm uma formação padrão, com engenheiro de manutenção, com engenheiro de projeto, para você dar uma geral e para que não ocorra mais aquilo, pois não é possível uma transmissora não ter procedimentos de fazer o teste funcional depois de um ajuste na proteção. E não tem sentido ela fazer o ajuste da proteção da instalação em si. O próprio ONS não tomava conhecimento. Ele autorizada o procedimento, mas não sabia que ajuste ficava. Então, isso também é uma coisa que foi corrigida. A partir de agora, é importante que toda empresa passe por esse ajuste e que haja uma interação maior. O ONS quer saber isso tudo para você aumentar...

Nesse protocolo, então, a equipe da casa recebe, com o mesmo perfil de profissional, para se ter uma interação, e é feita uma avaliação, que depois é trazida para o CMSE – a primeira nós vamos analisar esta semana, das primeiras oito instalações que fizeram –, e os resultados que temos são muito bons com relação à troca de experiências e ao mesmo tempo à necessidade de ajuste, que as próprias empresas que estão recebendo visitas já estão fazendo. Então, esse é aquele famoso termo que usamos "pente fino" que estamos passando no sistema de proteção.

Repetindo: por que estamos passando isso? Porque nós tínhamos verificado que, nessa sequência de ocorrências que não são normais, um sistema não é planejado; em termos de confiabilidade, não existe a probabilidade de ter uma sequência dessa, em termos probabilísticos, mas ocorreu. Então, essa ação na proteção é justamente a de buscar equacionar isso aí.

A partir desse momento, fizemos uma reunião e chamamos todas as transmissoras do Brasil, e foi até interessante porque o Ministério convidou, numa reunião do CMSE com elas, e, quando nós mostramos para as demais, que era fora do grupo a Eletrobras, o

protocolo, todas voluntariamente pediram para entrar nesse protocolo. Todas. Todas as transmissoras pediram e vão participar a partir desta semana ou da outra. Então, foi uma grata surpresa, uma coisa que inova em termos de Brasil.

Para finalizar essa introdução, já ultrapassei o tempo, acho que um sistema elétrico como o nosso é complexo. O Brasil desenvolveu tecnologia ao longo dos anos? Desenvolveu. O Brasil aprendeu que um setor como esse é importante funcionando oxigenadamente; é importante que funcione com a expansão dentro daquilo que é planejado; é importante que a operação busque a melhoria contínua. É importante que se busque a economicidade? É importante. Agora, senhores, é um desafio de que nenhum governo pode abrir mão, em caso de necessidade, apesar de se ter todas as atividades distribuídas. Mas, provavelmente, do modelo de 2003, uma das coisas mais importantes que foram criadas no setor elétrico é o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico, que permite que o Ministério acompanhe e atue junto com os agentes que são responsáveis por cada um, pela sua função, pelos órgãos, como o operador nacional do sistema, a agência etc., mas é importante o Ministério agir e, principalmente, quando estamos falando num bem que é tão importante para a sociedade, os transtornos que causam exigem que o governo esteja sempre em cima dos agentes, que esteja sempre em cima das instituições vinculadas ao setor elétrico, de forma que não ocorra sequência de eventos dessa natureza no setor elétrico e que se busquem todas as formas tecnicamente conhecidas e de evitar esse tipo de transtorno.

Com essas palavras, Presidente, eu me excedi um pouco, mas fico à disposição.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia**.** Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Ministro Zimmermann e passo a palavra ao autor do requerimento, Senador Aécio Neves.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Agradeço à ilustre Presidente da Comissão de Infraestrutura, Senadora Lúcia Vânia, ao ilustre Presidente Delcídio do Amaral, da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado e aos Srs. Senadores.

Sr. Ministro Zimmermann, eu o cumprimento e agradeço sua presença hoje como convidado desta Comissão para tratar de um assunto absolutamente vital para o crescimento e o desenvolvimento do Brasil. V. Exª é um técnico de conhecimento inegável. É reconhecido como um dos mais experientes e preparados do País. Sua exposição demonstra isso com absoluta clareza.

Mas V. Exª vem hoje a esta Comissão na condição de Ministro de Estado das Minas e Energia. Permita-me, portanto, dialogar com V. Exª nessa condição e introduzir a questão dos recentes apagões no contexto de gravíssima crise que passa o setor elétrico brasileiro nesse instante, seja por falta de investimento, seja por atraso na implantação de novas usinas termelétricas, atraso na implementação de linhas de transmissão. Claro que também não responsabilizo o Governo, como outros já o fizeram no passado, pela escassez de chuvas dos últimos meses, os reservatórios principalmente das regiões Sudeste, Norte, Nordeste estão em um nível bem abaixo do desejado e isso é extremamente preocupante; isso levou, inclusive, levando o operador nacional do sistema a colocar em operação térmicas a gás, óleo e carvão, muitas delas, Senadora Lúcia Vânia, demonizadas no passado, mas, felizmente, hoje ajudando a que o Brasil não entre – esperamos que isso não seja necessário – em um processo de racionamento de energia.

V. Exª, Sr. Ministro, se referiu aqui aos quatro apagões recentes, realmente uma ocorrência absolutamente fora dos padrões. E eu me lembro que não somente hoje – hoje V. Exª reitera –, mas eu me lembro que logo ao momento seguinte ao quarto apagão, V. Exª manifestou publicamente que isso não era aceitável e que algo, enfim, de estranho ou pelo menos de errado estava ocorrendo.

V. Exª fez questão aqui de reiterar e eu faço isso também. Em relação ao quarto apagão, houve sim uma falha operacional da Taesa, que foi imediatamente reconhecida pela empresa, mas a meu ver – e falo aqui apenas como um curioso, não como um especialista no setor – isso não justificaria a extensão, a durabilidade do apagão, nem a sua extensão geográfica.

Então, uma das primeiras indagações que lhe faço é exatamente, de forma exatamente a que V. Exª possa responder de maneira bem objetiva quais as providências nesse caso, especificamente tomadas, em primeiro lugar para que não se repita esse episódio, e que gerou aquilo que poderia estar restrito à linha que ia até Imperatriz e que se estendeu praticamente por todo o Nordeste.

A outra questão que trago, a partir da experiência pessoal. Eu tive a oportunidade de no início de agosto deste ano fazer uma visita ao extraordinário parque eólico situado na região sudoeste da Bahia, com capacidade de geração de 300 megawatts, algo que certamente estaria aliviando de alguma forma alguns setores de certa tensão no sistema, mas que não está em operação. E não está em operação porque a Chesf não interligou essa geração eólica, ou essa capacidade eólica instalada ao restante do sistema; onde deveriam existir hoje, até porque o planejamento é essencial num sistema tão complexo como esse, onde deveriam existir as linhas de transmissão, as subestações, não há ab-

solutamente nada. E não há nenhuma indicação, pelo menos que eu saiba – e é essa a indagação que faço a V. Exª – de que as obras serão iniciadas em breve.

Nós estamos falando de um prejuízo concreto ao País, aos consumidores e ao próprio contribuinte. A Chesf joga a culpa no Governo, alegando que o leilão para a construção dessa conexão atrasou em seis meses; a Aneel joga a culpa na Chesf, alegando que se a empresa não conseguiria construir a obra em tempo hábil não deveria ter entrado no leilão; a agência reguladora lembra também que a responsabilidade pela licença é do empreendedor; e os investidores também alegam que estão tendo prejuízo com o atraso. Faltou planejamento, eficiência do Governo. Quem arcará com esse prejuízo? O consumidor, o contribuinte? E de quem é a responsabilidade por essa desconexão, a meu ver absolutamente inaceitável.

E, por fim, qual é a perspectiva efetiva para a solução desse problema?

Além dessas questões absolutamente técnicas, Sr. Ministro, V. Exª já fez aqui um relato e acredito que correto, não duvidamos, nenhum de nós, da eficiência da sua equipe para enfrentar a questão dos apagões. Nós temos que compreender que ele se dá em um contexto extremamente preocupante. Eu me refiro, obviamente, à edição da Medida Provisória nº 579.

Na verdade, V. Exª vem a esta Comissão num dia histórico, que será certamente por muitos lembrado. Porque ontem – e aqui na presença dos Srs. Senadores, Srs. Líderes e do Líder do Governo – a ação da Eletrobras teve a maior queda diária em 15 anos e atingiu o menor valor nominal em 10 anos. Algo, portanto, inimaginável num país que julgava ter um sistema elétrico estável e, de alguma forma, inspirando credibilidade aos investidores.

O Itaú BBA, importante banco nacional, prevê que a Eletrobras vai precisar de um aporte de capital de 15 a 20 bilhões, já em 2013, para reduzir o seu endividamento. Isso tem uma conexão direta com aquilo que estávamos falando inicialmente. Calculam-se investimentos de 10 bilhões por ano necessários, Sr. Líder, Srs. Senadores, à continuidade da construção das hidrelétricas de Belo Monte, de Jirau, de Teles Pires, e, certamente, a vários outros investimentos em transmissão.

A grande dúvida que fica – e, obviamente, falo como Ministro de Minas e Energia, isso deve estar gerando uma preocupação grande dos responsáveis pela condução do setor –: de que forma os investimentos da Eletrobras, que perdeu cerca de 49% do seu valor de mercado após a edição da Medida Provisória, serão mantidos? Pelo Tesouro, como se aventa por parte de alguns analistas? Por mais impróprio que seja, é um direito do Governo fazê-lo. Lamentavelmente, as empresas estaduais não têm esse mesmo privilégio de terem o Tesouro para subsidiá-las, já que várias delas tiveram perdas expressivas, não apenas pela avaliação dos seus ativos feita de forma depreciada, na nossa avaliação, mas, exatamente, pela insegurança que hoje é palavra de ordem quando se fala do setor elétrico brasileiro. Isso fez com que a própria Cemig – empresa do meu Estado – tivesse uma perda, no primeiro instante, de cerca de R$11 bilhões, de mais de 25% do seu valor.

É responsabilidade do Senado avaliar e analisar essa questão na sua dimensão, a macro. Essa decisão do Governo, na verdade, traz um impacto que não se restringe apenas à Eletrobras, ao setor elétrico, sabe disso o Líder Eduardo Braga, governador de Estado experiente que é. Já contamina, por exemplo, a Petrobras. Ontem, o UBS removeu a Petrobras de sua carteira sugerida na categoria de mercados emergentes globais, exatamente pela repercussão das medidas tomadas, a meu ver, sem ampla discussão, sem uma audiência mais ampla com o setor, com os interessados, com os Estados e com as próprias empresas.

Portanto, essa insegurança em cascata é progressiva e pode atingir ainda outros setores importantes da economia brasileira. Segundo o próprio banco, a forma como a MP 579 estabeleceu as renovações das concessões do setor elétrico aumenta muito as preocupações quanto ao papel das estatais controladas pelo Governo Federal.

Sr. Ministro, Srª Presidente, todos nós louvamos efetivamente a intenção do Governo de fazer um esforço de diminuir as tarifas de luz, as contas de luz, seja dos industriais, dos produtores, seja dos cidadãos comuns, seja das famílias brasileiras. Louvo mesmo registrando que essa posição do Governo Federal vem com enorme atraso. Nos últimos 11 anos, não houve nenhuma medida do governo central nesta direção. Acho até que o anúncio dessas medidas foi feito de forma extremamente pirotécnico, com viés eleitoral muito claro, às vésperas das eleições, mas a intenção é correta. Não há nenhum brasileiro com o mínimo de sensibilidade que não julgue necessário fazer um esforço para diminuição nas contas de luz. Nós, mais do que concordarmos com isso, sempre o fizemos.

Em Minas Gerais, ilustre Senador Eduardo Braga – no Estado de V. Exª também existem isenções –, as famílias que consomem até 90 quilowatts mensais são isentas do pagamento de ICMS, que é o único dos impostos estaduais. Isso significa que metade das famílias mineiras não paga o ICMS na conta de luz. São Paulo faz isso, inúmeros outros Estados fazem isso.

Faço esse registro apenas para dizer que não é monopólio de um partido ou de um grupo político a preocupação com as tarifas. O que me preocupa é que o anúncio à população brasileira – e quero aqui não ser indelicado com a Presidente da República –, feito num momento inadequado, já que as medidas só surtirão eventualmente efeitos a partir do ano que vem, e acho que num instrumento impróprio, uma cadeia de rádio e televisão, não tenha levado em conta um caminho muito mais curto do que este que me parece uma intervenção excessiva do Governo Federal no setor de energia.

Faço aqui duas colocações, até trazendo comigo a inspiração de alguém que V. Exª certamente respeita muito, até porque foi contratado como consultor pelo Governo Federal, Dr. Mário Veiga, que, como todos nós parlamentares que respeitamos a autonomia do Parlamento, consideramos o Senado e a Câmara dos Deputados essenciais para a democracia brasileira, para o equilíbrio das forças. Nós não podemos aceitar, passivamente, a decisão do Governo de definir a data para a adesão, portanto, para a assinatura dos contratos, anterior à decisão do Congresso Nacional em relação ao texto final da Medida Provisória e, obviamente, da lei que deveria reger a adesão ou não dessas empresas. Acho, inclusive, do ponto de vista estratégico, além de uma decisão autoritária, porque ela simplesmente desconhece qualquer alteração ou aprimoramento que o Senado Federal possa fazer na matéria, ela impedirá que algumas adesões possam ser feitas, exatamente pela insegurança que essas empresas têm, muitas delas de capital aberto, muitas delas que têm que dar satisfação, sim, aos seus acionistas.

Portanto, deixo isto como indagação a V. Exª: como Ministro de Estado, não consideraria muito mais adequado, muito mais democrático e até mesmo respeitoso para o Congresso Nacional que a data para a adesão ou não – e cada uma das empresas irá decidir o caminho irá tomar – seja estabelecida, por exemplo, pelo menos trinta dias após a sanção da Presidente da República, que poderá introduzir ou não vetos à matéria aprovada pelo Congresso?

O que me parece inédito nesta Casa é o envio de uma medida provisória já com consequências muito objetivas e preocupantes, porque nós estamos falando de um setor extremamente complexas, de consequências tão grandes para a vida nacional, antes sequer de o Congresso Nacional discutir e, efetivamente, introduzir algumas modificações que julgue necessário.

O próprio consultor Mário Veiga, concordando com isso, dizia que isso era uma preocupação. Ele também se referia a remuneração ou a não remuneração dos ativos de transmissão anteriores ao ano de 2000. Refiro-me aqui ao consultor contratado pelo Governo e não posso deixar de registrar aqui, como defensor que sou do respeito aos contratos, a forma discricionária com que o Governo Federal trata situações iguais.

Há cerca de, talvez, cinco ou seis meses, o Governo Federal proporcionou que Furnas, através da hidrelétrica de Serra da Mesa, se não me engano, tivesse a renovação pela primeira vez, por 20 anos, automaticamente feita de forma não onerosa. E, com o ato da Medida Provisória, impede que situações análogas a essa, no caso três usinas da Cemig – São Simão, Jaguará – não tenham esse direito, a nosso ver, na nossa avaliação, registrado e garantido em contrato.

Não seria, Sr. Ministro – e já me encaminho já para permitir que outros parlamentares possam aqui fazer suas intervenções –, para que todos nós, quem sabe, nos encontrássemos nesse objetivo sadio, absolutamente solidário para com os brasileiros, que caminhe na direção de ampliar a competitividade dos empreendedores brasileiros através da desoneração das contas de luz, se nós fizéssemos isso num caminho que não gerasse esse intervencionismo, com consequências gravíssimas ao futuro do setor, a atração de novos investidores?

Nos próprios encargos do Governo Federal não haveria, Sr. Ministro, espaço, quem sabe, para que outros encargos, e aqui eu busquei elencar alguns deles que poderiam ser inclusive ampliados... E tive oportunidade de, numa entrevista recente que já localizo, me referir exatamente a que seria muito mais fácil, muito menos crítico, geraria muito menos insegurança ao mercado se, por exemplo, para não ficar apenas na posição crítica – e ela é clara e pública e é meu dever fazê-lo –, não seria muito mais plausível, muito mais racional se, por exemplo, o Governo estudasse a possibilidade de retirar da conta de luz, já que esse é o objetivo, outras taxas ou impostos, como a taxa de pesquisa e desenvolvimento, que ainda faz parte da conta de luz, ou a taxa de fiscalização da Aneel?

Quero aqui registrar a importância da Aneel nesse processo e farei depois uma indagação final, porque para mim não é facilmente compreensível em relação à Aneel, mas me parece que 50% dessa taxa está retida pelo Tesouro hoje. Não seria talvez daí um caminho para se encontrar aquele percentual de 20% de quedas, inclusive algo também um pouco subjetivo me parece? A própria conta de desenvolvimento energético, que caiu em 75%. Quem sabe zerá-la?

Seriam alternativas, Sr. Ministro, que me parecem muito mais razoáveis do que entrarmos nesse caminho complexo de fragilização excessiva de um setor, repito, tão essencial à sobrevivência do Brasil como uma nação independente e próspera, enfim.

Uma outra questão, Sr. Ministro, já caminhando para o final, não me parece também compreensível. E gostaria, em relação a ela, de um esclarecimento pontual de V. Exª.

No dia 11/09, a cartilha do Ministério comandado por V. Exª publicou qual seria a necessidade de adesão, portanto quantos megawatts seriam necessários para aderir à nova proposta do Governo para que houvesse uma redução média nas contas de 20,2%. Nessa cartilha foi publicado o número de 6.842 megawatts.

Pois bem, 17 dias depois, a Aneel publica um outro documento, estendendo os 6.842 das estaduais apenas, de um total de 22 mil. A Eletrobras entraria com 15 mil na cartilha do Ministério de Minas e Energia, portanto pública, as estaduais, com 6.800 e as privadas, com 477 megawatts.

Dezessete dias depois é publicada uma nova lista pela Aneel. E eu quero saber qual é a que vale e onde houve o equívoco. A Eletrobras contribuiria com 13.900 e as estaduais saltariam de 6.800 para 11.171, obviamente incluindo aí aquelas 18 usinas – não me refiro apenas às três da Cemig – de primeira renovação.

Estou enviando um requerimento de informações ao Ministério, para que ele esclareça quais são ou quais eram as usinas previstas naquela primeira cartilha do Ministério de Minas e Energia que estabelecia o valor inicial e, na minha modesta e, obviamente, leiga avaliação, excluía essas usinas. Inclusive, voltando ao consultor, ele considerava também que essas usinas deveriam estar fora.

Outra questão que me parece importante e coloco à avaliação de V. Exª, sobre a qual gostaria de um esclarecimento: o custo adicional gerado pela operação dessas térmicas às quais me referi agora será repassado, parece-me, para os consumidores no ano de 2013, durante as revisões tarifárias que serão feitas pela Aneel. Esse me pareceria o caminho normal. Ouço alguma especulação de que o Governo Federal poderia absorver esses gastos realizando, por exemplo, cortes em alguns outros encargos ou impostos embutidos na conta de luz.

Portanto, Sr. Ministro, são múltiplas indagações. Eu teria algumas outras ainda a fazer, mas eu me reservo ainda a oportunidade para fazê-las na réplica.

Numa questão eminentemente técnica que foi objetivo da convocação de V. Exª, não é possível deixar de inseri-la no contexto que me parece extremamente grave de insegurança, inclusive insegurança jurídica, com reflexos em outros setores da economia. Parece-me que, com uma medida tomada pelo Governo, talvez numa moldura de boas intenções – aqui, não contesto essas boas intenções –, eu diria que esses objetivos poderiam estar sendo alcançados sem criar esse clima de insegurança e gerar, no futuro, a incapacidade das empresas de fazerem novos investimentos absolutamente necessários, aí, sim, atendendo à demanda de um País que nós queremos ver crescendo não a 1,5%, a 2%, mas a percentuais muito mais vigorosos.

Eu já disse uma vez, mas repito aqui, nesta Comissão, para encerrar: dizia um ilustre conterrâneo meu das Minas Gerais, o Governador de Estado e depois Presidente da República Juscelino Kubitscheck, que energia realmente cara é aquela energia que nós não temos. Eu temo, Sr. Ministro, que, no futuro, deixemos de ter a energia necessária a garantir o crescimento do País.

Era isso, Srª Presidente, na primeira participação.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Ministro.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Srª Presidente, antes, eu queria saber sobre o método da reunião, porque há vários inscritos. Como é que vai ser? Nós temos, daqui a pouco...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Nós vamos ouvir a resposta ao autor do requerimento. Há um segundo autor, na Comissão de Assuntos Econômicos, que é Eduardo Braga. Logo em seguida, abrimos para os demais Senadores.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Está bom.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Acredito que, agora, deva ser mais rápido.

O SR. MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN – Prezado Senador Aécio Neves, eu acho que o senhor concordou com aspectos da importância e do tratamento que o Governo dá ao setor elétrico, até pelas ações, que tivemos oportunidade de relatar, do Governo, do Ministro Lobão, da Presidente Dilma, no sentido de nós irmos sempre atrás da verdade do que efetivamente ocorre no setor elétrico, ajustando o que for necessário.

Eu vou começar respondendo, primeiro: falta de investimentos. Eu acho que, quanto a isso, temos dados para mostrar. Foi citado aqui o caso da Eletrobras. A Eletrobras tinha um orçamento, este ano, de 8,5 bilhões e vai realizar 7,8 bilhões. Então, isso é muito próximo do que realizaria, praticamente 88%, 89%. Com relação às linhas de transmissão, o Brasil nunca teve uma posição tão privilegiada de investimentos em transmissão, em que passamos de uma rede básica que era de 70.000 quilômetros de linhas para uma coisa que, daqui a 2 anos, vamos estar com 125.000. Outra coisa maior: nós vamos estar unindo todos os Estados brasileiros. Eu acho que esse é um ponto importante.

Há um aspecto que o Senador Delcídio já tinha comentado e que eu acho importante que nós, como acompanhamos isso, deixemos isso bem claro. Eu

acho que, quando nós falamos em racionamento, há dois aspectos que são olhados. O racionamento que tivemos em 2001, 2002 foi uma falta estrutural – falta estrutural, o que significa isso? Faltava megawatt, faltava interligação entre sistemas – aliada a um problema conjuntural. Então, meu caro Senador, pode ficar tranquilo, pois hoje nós não temos problema estrutural. Temos um modelo em que, entre aquilo que queremos contratar e aquilo que nós fazemos leilão, normalmente, aparecem dez vezes mais ofertas que a própria demanda, nesses leilões de geração. Então, fique tranquilo, pois aquela lição que o Brasil aprendeu de encolher PIB em 2001/2002 serviu de base para um modelo que foi implantado a partir de 2003/2004, no sentido de que o País nunca mais voltasse a ter uma experiência daquela.

Com relação à extensão geográfica do que ocorreu em Colinas, que eu acho que o Senador perguntou bem e eu, infelizmente, pela pressa, não pude comentar, na verdade, é a extensão e o tempo. Nós tivemos, eu acho, três horas e pouco ou quatro horas até o retorno de toda a carga do Sistema Nordeste e Norte. O Relatório de Análise de Perturbação que o ONS coordenou e, ao mesmo tempo, o CMSE apontam que houve falhas do Operador Nacional do Sistema, falhas de agentes no sentido do tempo de recomposição, falhas nos estudos com relação aos melhores corredores para recomposição. O relatório trata bem disso e das ações que estão sendo tomadas para você sempre ter um padrão...

Eu me lembro que eu era um engenheiro novo do setor e participei de um grupo, na década de 80, que desenhou a tal da recomposição fluente, que você, independentemente de ligação do outro operador ou do despachante, você cria uma sequência de que você, automaticamente, recebendo tensão de um lugar, você manda para aquele lugar e tal. Isso aqui é um negócio que você tem que estar avaliando permanentemente e essas grandes ocorrências você pode melhorar.

Com relação ao parque eólico, não é problema de planejamento. Foi planejado e foi licitado no tempo. Houve lá uma desconexão. O parque eólico provavelmente antecipou e a linha atrasou.

Quando um agente participa e disputa um leilão, independentemente de ser a Chesf, qualquer agente que ganhe um leilão de uma linha de transmissão... Ele precificou e até ganhou a linha, mas ele sabe que ele é responsável por conseguir o licenciamento. Se ele não conseguir, é porque ele avaliou mal. Então, ele tem consequências. A Agência, que realiza esses leilões pelo Ministério, atua em cima do responsável por essa linha que não conectou as usinas. Então, o Brasil tem estruturado isso, até porque é uma situação que tem que ter punição para evitar esse descompasso. Mas não é falta de planejamento. Planejou, prova é que você fez o leilão da usina, fez o leilão da linha e estava tudo certo, até que o agente precificou errado no sentido de que achava que iria conseguir a licença e não conseguiu, e isso sempre, nos nossos leilões, é responsabilidade do agente. Ele é que tem que ter a capacidade de viabilizar essas licenças ambientais e etc.

Com relação aos eventos, Senador, acho que, basicamente, aquilo que eu comentei e essas complementações... Agora, falando sério, é uma pena que o Senador não tenha acompanhado a comissão mista que está analisando a 579, porque nós tratamos de muitas dessas questões lá. Nós tivemos oportunidade... Até estava o Ministro Adams, estava o Nelson, estava o Antônio Henrique e um do MDIC, da Fazenda. Mas nós podemos conversar.

Com relação à queda das ações da Eletrobras, na verdade, você tem uma medida provisória, que tem força de lei – hoje, ela vale como lei –, e qualquer avaliação que uma empresa tem que fazer...

Só para o Senador ter uma ideia, por exemplo, todas as empresas do setor elétrico brasileiro, independentemente de aderirem ou não, vão ter, pelo IFRS, que provisionar, nos seus balanços... Se ela adere e assina o contrato, ela tem que dar baixa naquela diferença de expectativa entre o valor contábil e o valor novo de reposição. Se ela não concorda e vai esperar a concessão vencer, em 2015, ela tem que provisionar, e o efeito balanço vai ser igual. Então, na hora em que as empresas tiverem que, efetivamente, fazer os seus balanços, mesmo não aderindo, elas vão ter que considerar isso. Então, o efeito vai ser o mesmo.

Agora, só lembrando – acho importante sempre tocar nisto –, qual é a grande discussão que tem hoje no setor elétrico brasileiro? Ela é uma só. O Brasil teve o primeiro decreto que tratava de concessão em 1904, no Governo Rodrigues Alves. Depois, o Código de Águas tratou disso. Naquela época, já se previa que o bem reverteria para a União e todos os bens associados àquele aproveitamento, no caso, hidrelétrica. Então era muito claro. Chamavam, na época, até de força hidráulica. O que o Governo fez agora? Um bem amortizado não tem...

Na década de 90, o que o Governo fez? "Dou 30 anos e pego esse dinheiro e o coloco no Tesouro Federal ou no Tesouro estadual." Foi o processo de privatização. Independentemente de como estava a empresa, chegava e vendia, e, em vez de o dinheiro ir para o consumidor, era usado para resolver problemas de caixa da União, dos Estados. Esse foi o processo que ocorreu naquela época.

O que o Governo está fazendo agora?

Primeiro, estamos atingindo apenas aquelas do art. 19.

O que significam as do art. 19? São aquelas que nunca foram licitadas. O que significa isso? São concessões que podem ter 100 anos, 50 anos, 60 anos, 30 anos; a média é mais de 35 anos.

Então, o que significa isso? Vai afetar o investimento no setor elétrico? Não.

Qual é a regra que temos para um leilão de energia elétrica, que dá essa concorrência que eu comentei, que dá essa concorrência enorme com deságio? Há vários interessados em construir uma usina. O que ele tem no contrato que ele assina? Um prazo de concessão. O que significa esse prazo de concessão? Que ele vai recuperar o investimento. Ele vai ter 35 anos, sendo 5 anos para construir e 30 anos para recuperar o seu investimento. E é disputado. Nós temos agentes de fora. Talvez seja o único lugar do mundo que faz leilão bem-sucedido de hidrelétrica. Isso é claro, ninguém tem dúvida disso.

Falamos do art. 19 da Medida Provisória, que é um ponto importante. Em 1995 saiu a Lei 8.987, Lei das Concessões. Na sequência, a 9.074. O que significa isso? Significa que a União colocava a necessidade de licitação quando terminasse o prazo de concessão. Naquele momento, vamos dar 20 anos, porque aí resolve tudo quanto é pendência e – diga-se de passagem – um pouco antes disso, temos a participação valorosa de um conterrâneo seu, o ex-Senador e ex-Ministro Eliseu Resende, a famosa Lei Eliseu Resende, a 8.631. Em 1993, ele acabou acertando aquele problema de preços do passado. Trabalhava com o serviço pelo custo; então a concessionária ia lá – custava tanto –, ganhava uma remuneração em cima do custo e o Governo dava a tarifa. Claro que, ao longo do tempo, em razão da política econômica, foi criando uma defasagem, mas o Governo chegou lá, em 1993, e zerou isso. Ele pagou U$25 bilhões. A sociedade brasileira pagou aquilo naquela época.

Quando voltamos, agora, para o processo do art. 19... Então, são concessões, há algumas que têm 100 anos, ou próximo disso, e outras até trinta e poucos anos. São aquelas que nunca foram licitadas; eram de concessionárias. As que foram privatizadas estão fora disso. Eram de empresas estatais como a Eletrobras, a Cemig, a Chesf, a Copel, a CEEE, que nunca tinham sofrido um processo.

Aí vem uma pergunta que achei interessante, Senador.

O Ministério deu para a Serra da Mesa porque era de Furnas, empresa federal? Não. Serra da Mesa... Na década de 90, o governo, na época, tinha várias obras paradas e resolveu retomar algumas delas. Então, havia a Usina de Itá, Machadinho, a Usina de Serra da Mesa...

O que eram?

Aí ele fez uma licitação, entrou um consórcio e aí...

No caso de Serra da Mesa – no caso foi a Nacional Energética, junto com Furnas, pegou aquela obra parada e a terminaram.

Isso é o art. 20 da Lei 9.074. Esses não são da MP. O que Furnas recebeu? Havia o processo tramitando, porque o processo de concessão tinha a data de 2004, só que a tramitação demorou algum tempo. O contrato foi assinado agora, mas, na verdade, esse processo é baseado no art. 20. Então, não tem nada a ver com a Usina de São Simão, por exemplo. A Usina São Simão entrou em operação em 1978, e é o que eu comentei naquele dia. A decisão grande, a grande interrogação que se tem é muito clara. O Ministério, quando divulgou as usinas – e no dia 11 de setembro o Senador comentou – na verdade divulgou aquelas que venciam em 2015, mas existem as que venciam em 2016, 2017, ou 2013, etc., existem essas outras, e foi colocado isso.

Mas se o Senador olhar a Medida Provisória, já há referência bem clara – eu não me lembro qual o artigo – de que eram todas do art. 19 – e São Simão, Miranda e Jaguara são do art. 19 – e de que lá havia um artigo no sentido de que não teria a prorrogação que antes... E até foi uma discussão que tivemos com o próprio Djalma. O Djalma argumentava: "Não estão respeitando o contrato e tal." "Djalma, traz o seu contrato aqui." Quando você lê o contrato de concessão, e hoje os analistas já veem isso, na verdade não existe nenhuma ruptura de contrato no processo da MP nº 579. A MP 579 tem uma coisa que é revolucionária no Brasil: não se remunera mais ativo amortizado. Não foi tirado da cartola de ninguém, isso aqui vem sendo estudado desde 2008. Eu mesmo coordenei esse grupo. Tivemos a participação, e eu não vi uma associação, na época, naquelas discussões, em 2008, 2009, que sequer viesse a questionar que teriam direito a remunerar um ativo não amortizado.

Então a grande discussão da MP é uma só: se eu transfiro para a sociedade ou transfiro para o acionista detentor daquela concessão. O Governo Federal fez uma medida que está coerente com os contratos, porque a cláusula do contrato, por exemplo, que a Cemig usa, que a Cesp usa, que outras empresas usam para terem direito a uma renovação, é muito clara, a cláusula lá remete ao art. 19. O art. 19 diz: a concessão, a critério do poder concedente, poderá desde que preços adequados. A 9.074 já falava isso.

Então, numa concessão, por exemplo, São Simão, que rende para a Cemig 1 bilhão por ano, se o Estado

abrir mão de que ela é uma concessão amortizada, que ela é concessão que vende, que já tem 34 anos, por que deixar com o acionista 20 ou 30 bilhões? Ainda mais 20 anos, se eu vou ter uma lei, e é a proposta do Governo, que quer trazer esse benefício da energia elétrica? Por que nós defendemos tanto a hidroeletricidade no Brasil? Porque justamente uma usina hidrelétrica vai durar 100, 200, 300 anos, e a coisa mais importante é reverter para a própria sociedade brasileira isso. Depois que o investidor investiu, foi remunerado, aí sim, volta. Esse é o normal e não se faz só aqui não. Vá ao Canadá, ocorre isso na província de Quebec. No dia daquela audiência da Comissão, um Senador ainda lembrou que o preço da energia elétrica lá eram trinta e poucos dólares, isso considerando os custos de distribuição e transmissão, porque da hidrelétrica mesmo ela saia por meia dúzia de dólares, porque eram usinas amortizadas.

Então, Senador, imagine a vantagem competitiva que o Brasil vai ter de uma sequência de usinas amortizadas, trazendo esse beneficio, já que nós estamos falando de um potencial que é da União. A nossa Constituição já diz, o potencial hidrelétrico é da União. Então, nada melhor. Se eu consigo fazer leilões que atraem investidores, que dão disputa, dão deságio, por que, no término da concessão, nós não vamos, então, levar isso?

Aí há um ponto importante que o senhor comentou que eu acho que é bastante relevante. No caso da Eletrobras, no caso da Cemig, ou da Cesp, ou da Copel, elas não terão dinheiro para investir.

Senador, na década de 70, 80, 90... na década de 80, o setor elétrico não tinha como expandir. Na verdade, no setor elétrico, o Brasil não tinha uma estrutura de *funding* boa. Na verdade, nós dependíamos do Finel, do empréstimo compulsório, de uma série de itens para financiar o setor elétrico. Então, grandes usinas foram feitas dessa forma.

Como é que funciona hoje? Nós tivemos aquele problema na década de 90, que causou aquele desequilíbrio estrutural, e foi por uma razão muito simples: na época, não tínhamos um modelo; nós avançamos, ao acompanhar o mundo na revolução da indústria da energia elétrica, mas não tínhamos o modelo que fechava o aspecto do Power Purchase Agreement, o contrato de energia, e, com isso, não se viabilizava sair as usinas, aí chegamos a um desequilíbrio estrutural, que culminou em 2001 e 2002. O que temos hoje? Esse modelo, que tem atraído tanto... Primeiro, o Brasil evoluiu, hoje ele tem uma estrutura de *funding* bastante boa: BNDES, Caixa Econômica e bancos que trabalham em conjunto nisso. Então, basicamente, o setor elétrico hoje se expande com financiamentos desses bancos, e isso tem uma importância muito grande.

Como é que funciona esse financiamento hoje em dia? É *project finance*. Então, o que ocorre? O Brasil é um dos países que mais recebeu investimento externo do mundo nos últimos anos. O que significa isso? O cara não tinha uma usina que rendia para ele, ele veio para cá como um investidor.

Como é que um investidor decide hoje entrar num leilão? Se eu vou ter ou não retorno nesse projeto, decido se vou entrar. Mas eu sei que este País que tem necessidade de dobrar a capacidade de energia, que é um excelente mercado – porque o nosso consumo *per capita* ainda é baixo, nós vamos dobrá-lo nos próximos 15 anos ou algo parecido – tem um mercado de crescimento da indústria de energia muito grande.

Então, eu venho para cá investir. Eles têm um modelo bem estruturado, juridicamente seguro? Ótimo, vou lá investir. É assim que o acionista Cemig... Hoje mesmo tem uma declaração do próprio Djalma, Presidente da Cemig, querendo comprar ativos novos, falando em franca expansão. E eu tenho certeza, Sr. Senador, a Eletrobras está pensando exatamente isso. A Eletrobras está pensando exatamente em, primeiro, ter uma estrutura. Primeiro, você está num País onde se respeita, que tem uma vigência... E o Governo acredita que o melhor para a sociedade brasileira seja a Medida Provisória, e está propondo isso aos Srs. Senadores, que reflitam bem sobre a importância da energia elétrica para uma sociedade como a nossa, a importância de trazer essa modicidade tarifária que nós vínhamos implantando. Uma das bases daquele modelo de 2003/2004, um dos tripés era justamente a modicidade tarifária. E essa modicidade tarifária na expansão você já atingiu, porque eu tenho modelos onde eu tenho deságio, onde eu tenho grande competição, então, na expansão da energia nova, eu tenho um modelo que é um sucesso e é olhado por outros países do mundo como um sucesso. Não é só por nós.

Com relação à energia velha, faltava isso que nós já tínhamos no nosso marco há muitos anos, que é não remunerar mais ativos amortizados. Essa é a grande novidade que se está trazendo, é exatamente isso, não remunerar ativo amortizado. É isso, esse é o efeito da medida.

Com relação ao aspecto de ICMS, o seu Estado é campeão, ele tem um dos ICMS mais caros, quer dizer, o cidadão mineiro que pague R$200,00 na conta de energia elétrica, por fora, tem que pagar mais R$86,00. Então, isso...

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Poderíamos chamar, Ministro, de Governo Robin Hood:

exatamente nós cobramos dos que podem pagar mais para isentar a maior faixa de população do País.

O SR. MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN – Eu até, Senador, tinha visto o seu artigo e fomos atrás, só que eu não trouxe hoje, eu havia trazido naquela outra reunião, mas traz uma... Eu vou lhe mandar, mas há uma comparação com todos os Estados, e aí o Senador pode verificar que realmente não tem esse efeito, até porque se tem o baixa renda, tem outras. Então, eu até gostaria de mandar isso ao Senador, que mostra bem, que, na verdade, o efeito não é só Robin Hood; na verdade, não é aquele impacto.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Não é a nossa avaliação, mas respeito.

O SR. MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN – Tudo bem.

Com relação ao aspecto do Mario Veiga, ele foi contratado do Ministério, através do Banco Mundial, para fazer avaliação de ativos. Por quê? No princípio da Medida Provisória, você decidiu que era por valor novo de reposição. A partir do momento em que era valor novo de reposição, eu usei o banco de dados da EPE. Normalmente fazemos o leilão de energia nova, e ela faz estudos para o Ministério para decidir a tarifa. Quando eu olho para a parte de transmissão, a Aneel tem isso.

Então, na verdade, nós contratamos o Mario Veiga para ter uma avaliação de fora. Desde agosto, ele trabalhou nisso. Então, o que ele acha com relação aos outros assuntos, aí eu não sei.

Com relação ao prazo de adesão antes da votação da MP, na verdade eu acho que a MP, pela vantagem que tem para a sociedade brasileira e pela forma democrática como ela permite que uma empresa opte ou não... Nós estamos oferecendo uma coisa que se chama 30 anos de concessão. Mais. Desde que ele concorde em antecipar para 2013. Então, é um aspecto negocial no sentido de: olha, você pode ter 30 anos, não remunerando o capital amortizado, porque isso, no Brasil, a própria legislação, já desde o Código de Água, não permitiria. Mas você entra no regime de tarifa, eu vou usar essa energia para beneficiar toda a sociedade, para motivar a atividade econômica, menor tarifa para a indústria, maior competitividade, e, ao mesmo tempo, para a população uma conta de energia menor, que permite também ela ter um benefício. Afinal, nós estamos falando de um potencial que é da União.

Então, eu acho que isso aí é que motiva, e a decisão é muito simples. Eu acho que o aspecto é bem tranquilo. É no sentido de que não vamos remunerar ativo amortizado. É só isso. Esse é o ponto.

Com relação à indenização, estão usando um critério internacional que é valor novo de reposição.

Com relação ao custeio, eu falo com tranquilidade, porque eu já fui agente. Para disputar um leilão de uma usina nova, eu considerava o percentual que ia para operação e manutenção um percentual muito baixo, porque o principal é o investimento. Se o investimento está amortizado, é muito mais do que o dobro do que está se oferecendo. O que normalmente as empresas colocam, nos leilões que disputam, o gasto, o custeio de OIM é menos da metade do que está se oferecendo.

Então, eu tenho certeza de que as empresas, analisando bem e analisando que, na verdade, houve um erro de avaliação... Se o Brasil já tinha uma legislação, que era essa, de não mais remunerar ativo amortizado, eu tenho certeza de que não foi devidamente avaliado por analistas de mercado, não foi devidamente avaliado pelas empresas. E um dia o Brasil iria adotar isso. E respeito os contratos no sentido de que, não quer agora, ótimo. Espere 2015, mas 2015 volta para o Estado, volta para a União, e vai ser feita essa redução.

Senador, li um artigo seu com relação a P&D, fiscalização da Aneel, CDE. P&D, eu acho que ao Brasil é um país que precisa investir muito em pesquisa e desenvolvimento. Eu acho que é importante.

Só para o Senador ter ideia, hoje nós temos a própria Aneel participando. Graças aos laboratórios de alta tensão, de extra-alta tensão que o Brasil montou no Cepel na década de 70 – o Cepel é na Ilha do Fundão –, permitiu-se que o Brasil avançasse nas tecnologias de 500KVDC, 750KVDC e 600KVDC. Por outro lado, na década de 80 se investiu, na década de 70, graças ao P&D. Está-se investindo com laboratórios que vão permitir você trabalhar com 1.100KV, fazer ensaios para equipamentos até 1.100KV. Nós só temos uma linha operando hoje no mundo, que é na China. E 800KVDC. Então, o Brasil volta a ter um protagonismo nisso, com esse laboratório. E são com verbas de P&D.

Então, acho que o P&D bem utilizado, bem servindo para desenvolver um setor como o nosso... E principalmente uma coisa: o setor elétrico brasileiro tem características ímpares no mundo. Todos esses modelos – por exemplo, nós temos elétrico e energético – são desenvolvidos aqui no Brasil. Então, é importante que você continue tendo isso.

Com relação à fiscalização, à taxa de fiscalização da Aneel, eu sempre digo que uma das coisas muito importantes que ocorre nesse setor, exatamente quando houve a revolução da indústria de energia elétrica no mundo e quando o Brasil ajustou, uma das coisas mais importantes que foi criada é a agência reguladora nacional. O conceito de agências reguladoras é coisa muito importante. Para fiscalizar, para regular, para fazer toda a regulação econômica hoje no setor como o nosso, é a agência. E nós estamos colocando essa

agência independente para fazer a regulação econômica. Ela é tão bem sucedida na distribuição, de forma que as empresas brasileiras foram obrigadas a ter eficiência. A Aneel, por exemplo, com o primeiro, segundo, terceiro ciclo de revisão tarifária, ela trouxe eficiência. Se a empresa não for eficiente, não é o consumidor que vai pagar. É o acionista. Então, hoje o acionista da empresa de distribuição sabe disso. Nós estamos trazendo agora esse modelo que já tínhamos também na transmissão para a geração que venceu a concessão. Vai ter que ser eficiente porque vai ter regulação da Aneel em cima. Isso é positivo para o País.

Quanto a zerar a CDE, eu só queria lembrar ao Senador que a área da Fazenda entrou com R$3,3 bilhões no primeiro ano, fora os outros. Mas isso significa que a CDE, que estava pagando encargos... Sempre o setor elétrico foi muito criticado pela quantidade de encargos. A Fazenda está colocando agora R$3,3 bilhões para justamente poder reduzir aquele valor. Então, já é um esforço bastante interessante e talvez inédito que esteja ocorrendo. Aquelas contas, Senador Eduardo Braga, de CCC, de Luz para Todos e todas, hoje nós temos um aporte, e foi retirado esse ônus do consumidor. Esse é um avanço enorme em termos daquilo que se discutia da necessidade de o setor retirar encargos. Ficaram 25% ainda? Ficaram. Mas nós temos certeza de que vamos continuar essa busca de baixar.

Se eu estou me estendendo aqui...

Há um ponto que eu acho que é importante, e eu não posso deixar de comentar, Senador. Trata-se do aspecto: como é que você atende o mercado estrutural brasileiro de energia? Bom, energia, a gente chama no sistema elétrico energia garantida. Uma e determinada hidroelétrica operando interligada tem uma determinada energia garantia. A termoelétrica é a forma como ela contribui com esse sistema. Então, ela também tem um lastro de energia assegurada.

Bom, aí eu tenho um mercado para atender no Brasil, vamos dizer que seja da ordem de 70 mil megawatt médio ou 75 mil megawatt médio. O que eu faço? Eu tenho meus modelos de otimização energética em que o meu recurso estrutural que eu tenho de hidroelétrica hoje no Brasil, sei lá, são 50 mil megawatt médio. E eu tenho 20 mil estrutural ou algo parecido de térmica. O que significa isso? Eu conto com as térmicas como energia estrutural para atender mercado. A regra do jogo é essa. E já está precificado isso.

Quem é que normalmente reclama da geração de térmica? É justamente quem trabalha no curto prazo e que faz *game* com São Pedro. Esse é que fica sujeito, que fica apostando período que está chovendo, você tem o PLD a R$15. Ótimo. Mas, daqui a pouco, num sistema hidrotérmico, é normal você ter períodos em que a térmica tem que gerar, até porque é um recurso estrutural... Se eu tivesse um sistema só hidroelétrico, não teria sentido gerar térmico, porque o hidroelétrico teria que garantir toda a energia estrutural. Mas a energia estrutural do Brasil é garantida, também, por termoelétrica. Então, é natural que você gere térmica. E para quem trabalha com contratos de longo prazo, o impacto é muito pequeno porque isso já está dentro desse processo; quem trabalha no curto prazo é que, infelizmente, não tem.

Por último, Senador – e até usei essa frase naquela reunião da comissão mista –, quero dizer que realmente admiro muito o Presidente JK, até por uma razão bem simples. Não sei se o Senador sabe, mas, na época, o Governador Juscelino Kubitschek, de Minas Gerais, futuro Presidente do País, quando assumiu o Governo de Minas, tomou uma atitude interessante. O setor elétrico brasileiro, na época, estava saindo daquele modelo que era muito privado e os Estados estavam começando a se organizar. A Cemig tinha se estruturado, acho que no final da década de 40. Em cinquenta e poucos, o Governador JK reuniu lideranças políticas de Minas e colocou uma equipe técnica de alta especialização que pegou a Cemig e montou suas bases, que acabou se tornando... Por isso, sempre comento que torço para que a Cemig venha a se renovar, até pelo respeito que tenho à cultura de Minas Gerais na área de energia elétrica. Esse trabalho que ele fez, depois, acabou dando base a grandes executivos que tivemos no setor elétrico federal também, como Cotrim, etc. Foi aquela turma que passou pela antiga Cemig. Então, realmente, energia mais cara é aquela que nós não temos. Fiz aquele comentário e não foi com enfoque político nenhum, mas, realmente, nós sentimos na pele aquele racionamento em 2001/2002 que levou a um crescimento negativo do PIB. Provavelmente, depois disso, os diagnósticos que ocorreram em 2002/2003 motivaram a evoluirmos um modelo que está sempre atento e sempre atuando de forma a evitar que se tenha um impacto tão negativo para a sociedade, como é o caso de um racionamento.

Acho que, em linhas gerais, era isso.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Obrigada, Ministro.

Passo a palavra ao Senador Aécio para a tréplica.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Senador, com todo o respeito. V. Exª é o autor do requerimento e tem todo o tempo do mundo. Mas queria pedir a Presidente que estabelecesse um método. Daqui a pouco, não vai adiantar mais a nossa presença, porque já desistimos.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Agradeço a V. Exª por ter lembrado disso agora, Senador. Serei econômico, Senador Lindbergh, serei bastante econômico.

Não posso deixar de, nesta minha réplica, de saudar de forma enfática o otimismo do Sr. Ministro, que vê as ações da mais importante empresa do setor elétrico brasileiro caírem 50% – 48,91% desde a publicação da Medida Provisória –, considerando algo absolutamente normal, sem preocupações, parece-me, maiores com o impacto dessa medida em outros setores. Referi-me aqui à Petrobras, mas poderia falar, também, de alguns outros setores que me parecem impactados pela forma unilateral como essa medida é colocada.

Preocupam-me, Sr. Ministro, algumas afirmações de V. Exª. Permita-me, também, de algumas delas discordar. V. Exª disse que a Eletrobras está agora já, como a Cemig, preocupada com novos investimentos que irá fazer. Discordo de V. Exª. A Eletrobras está preocupadíssima com a queda de cerca de 70% das receitas do grupo ao aderir a essas concessões, a essas prorrogações, dentro dos termos da Medida nº 579. Ela perderá 8,7 bilhões de receita de geração de transmissão. Não sei se V. Exª conta já com os aportes do Tesouro – como disse aqui inicialmente – para que ela possa garantir os investimentos em curso de Jirau, de Belo Monte, de Teles Pires. Parece-me também, Sr. Ministro, com todo o respeito que tenho por V. Exª e ele é absolutamente sincero, que é um pouco simplista essa avaliação de que todos estão errados e que apenas os do Governo estão certos, que todos os analistas se equivocaram. Tenho enorme respeito por vários colaboradores do Governo, entre eles, por um amigo que trabalhou conosco, Dr. Alquéres. Não tivesse ele as preocupações com as repercussões dessas medidas, não teria se afastado da Eletrobras, como se afastou nos últimos dias, exatamente por não concordar com o teor dessas medidas.

Eu acho que a convicção é sempre muito importante no momento de tomada de decisões, mas a capacidade de ouvir, a capacidade de compreender que outras contribuições podem ser dadas é extremamente salutar. Incomoda-me profundamente, como Senador da República, eleito que fui pelo povo de Minas Gerais para isso, ver a forma como o Governo Federal, nessa matéria em especial e em algumas outras, vem tratando o Congresso Nacional: como se fosse uma extensão do Governo Federal, já que dá todos os sinais – e não se constrange de que eles sejam públicos – de que não pode haver qualquer modificação na Medida Provisória. É exatamente essa a função do Legislativo: discutir e, quando necessário, aprimorar, porque ninguém pode ser o dono absoluto da verdade.

E me preocupa, também, uma declaração que me veio aqui de V. Exª, ao dizer que ganha fácil na Justiça – se o termo não é exatamente esse, alguma coisa nessa direção –, em relação à eventual ida da Cemig à Justiça para buscar seus direitos. Não deve, também, incorrer o Governo no equívoco de considerar a Justiça uma extensão do seu território, até porque nós estamos vendo em outros episódios que não é.

Existe, Sr. Ministro... V. Exª fez questão de, em relação a isso aqui, estender-se um pouco mais, quando V. Exª dizia que o caso específico de Serra da Mesa era diferente, na sua origem, daqueles reivindicados pelas três usinas da Cemig. Não me refiro apenas a Serra da Mesa. Foram 126 prorrogações feitas exatamente da mesma forma que nós buscamos que agora possa ser feita em relação à Cemig.

V. Exª, aqui, falou de programas sociais de impacto importante, do Luz para Todos. Lembro que talvez o mais amplo deles tenha sido feito, exatamente, com a colaboração da Cemig, que, apesar da maciça propaganda oficial, entre recursos próprios e financiamentos, inclusive da Eletrobras, participou com mais de 70% desse programa. E quero crer que, no futuro, terá dificuldades para participar de outros programas como esse.

Mas algo aqui me saltou aos olhos e me alegrou imensamente: a importância que V. Exª dá às agências reguladoras. Infelizmente, esse sentimento de V. Exª não é um sentimento amplo dentro do Governo. Na verdade, as agências reguladoras e a Aneel têm tido um papel diferenciado – e eu reconheço isso. Por isso o meu grande questionamento e a incompreensão em relação ao porquê de a Aneel não divulgar a relação daquelas usinas que constavam naquela primeira cartilha do Ministério. Mas nós temos assistido, ao longo dos últimos anos, à fragilização das agências, à incorporação das agências à estrutura dos Ministérios que elas deveriam fiscalizar.

Essa discussão, Sr. Ministro, é ampla dentro do Congresso Nacional. E é uma discussão que V. Exª novamente traz à luz. As agências são instrumentos essenciais à regulação de determinados setores da economia, mas elas se apequenaram. Criadas, então, ou idealizadas no governo do PSDB, elas se apequenaram nos últimos anos e vêm deixando de cumprir o seu papel.

V. Exª, aqui, fez referência a uma sugestão que fiz, obviamente para mostrar que existia outro caminho, em relação a determinados encargos. Concordo com V. Exª que P&D é algo extremamente importante para o futuro do País, e fiz isso, obviamente, para mos-

trar apenas que existem outras alternativas que não colocassem em risco a concretude e a credibilidade do sistema, mas, Sr. Ministro, bastaria que o Governo pudesse simplesmente optar por reduzir ou retirar o PIS/Cofins das contas de luz, e talvez nós até tivéssemos o impacto de mais de 5% no resultado final que o Governo busca.

Repito, Sr. Ministro, queremos todos – e queremos sim – criar melhores condições de competitividade para o Brasil, diminuindo o seu custo. Queremos sim que as famílias possam ser desoneradas nas suas contas de luz. Discordo da avaliação de V. Exª: Minas tem sim uma proposta que, me parece, sobretudo pela última avaliação dos mineiros – pelo menos pelos mineiros – vem sendo aprovada. Nessa proposta, nós cobramos um pouco mais de ICMS de quem pode pagar para possibilitar a isenção de uma faixa maior da população.

Lamento imensamente, até porque sou membro da Comissão, não ter podido estar aqui na dissertação de V. Exª, apesar de não ter havido espaço para o debate. Mas, como foi sugerida pelo Senador Renan, me parece, apenas 15 dias antes da data de realização da audiência, eu tinha compromisso, em nome do Senado Federal, exatamente neste dia. Lamentei, profundamente, não estar aqui, mas estamos, de alguma forma, ambos suprindo aquela ausência, podendo, pelo menos, avançar um pouco mais nessa discussão.

Não há, Sr. Ministro, uma contestação absoluta da nossa parte, em relação à Medida Provisória, tanto que aderimos, com 18 das usinas da Cemig, ao texto proposto por V. Exª. Vamos, sim, porque essa é a nossa convicção – e nos permita tê-la diferente da que tem V. Exª, porque temos legitimidade – propor a renovação não onerosa por mais 20 anos. E esperamos que possa haver, Líder Eduardo Braga – V. Exª, um democrata, um homem que tem, inclusive, contribuído, em muito, para que oposição e Governo possam negociar questões essenciais ao País...

Assisti, ou, na verdade, li – não sei se o Ministro e o Líder tiveram oportunidade –, há alguns dias, uma matéria, se não me engano, do jornal *O Estado de S. Paulo*, que falava do índice de governabilidade dos Senadores da oposição. Sou um Senador da oposição, mas não da oposição ao Brasil. E a análise que continha a matéria dizia que havíamos votado mais de 70% de matérias de interesse do Governo. Não. Votamos matérias de interesse do País.

Não cometeremos, nós do PSDB, o equívoco que cometeram os membros do Partido dos Trabalhadores. Permita-me, Lindbergh, V. Exª ainda não atuava no Congresso, naquela época, estava de cara pintada ainda nas ruas, então, está isento desta crítica, mas não faremos, jamais, como fez o PT, quando era eu Líder do Governo Fernando Henrique, depois Presidente da Câmara, que considerava, Ministro, vício de origem tudo o que vinha do Governo. Matérias importantes, como previdência complementar, Lei de Responsabilidade Fiscal, hoje defendidas pelo Governo, recebiam a oposição quase física dos membros do Governo.

Nós talvez até paguemos um preço por isso, mas vamos sempre ter a tranquilidade e a serenidade e a responsabilidade – e o Líder Eduardo tem conduzido muitas destas negociações – de votar matérias que consideramos importantes. Esse exemplo que há agora: defendíamos a previdência complementar, lá atrás, como absolutamente necessária ao País, e não conseguimos aprovar, pela objeção ferrenha do Partido dos Trabalhadores. Houve uma evolução, somos uma espécie em permanente evolução – nem todos, uns em involução, mas a maioria somos. Então, é natural que, num momento em que o PT compreende a sua importância, acompanhemos essa posição, como acompanhamos em diversas outras matérias.

Por fim, Sr. Ministro, essa é uma discussão que ainda vai-se estender e não quero monopolizar essa reunião. Tinha aqui outras informações para dar a V. Exª: existem usinas, e sabe V. Exª, que foram prorrogadas e não enquadradas no art. 20 da Medida Provisória, como a Usina de Samuel, a da Copel – a Governador Ney Aminthas de Barros. O que queremos é isonomia, essa questão específica que nos preocupa, porque acho que temos uma governança na Cemig que é respeitada nacional e internacionalmente.

Assumi o Governo de Minas Gerais no ano de 2003. A Cemig, Senador Lindbergh, tinha um valor de mercado em torno de R$4 bilhões. Deixei o Governo, 8 anos depois, a Cemig valia mais de R$40 bilhões. Me permita ter aqui, portanto, essa preocupação excessiva, porque sei a importância dela não apenas do ponto de vista econômico para o Estado, que é muito relevante, mas também do ponto de vista social.

Aqui, externei a V. Exª algumas dessas ações, e várias outras estão em curso em Minas Gerais, e me preocupa vê-las interrompidas. Portanto, acho que falo com a autoridade de quem se preocupa com essa questão há muito tempo, e tomamos as medidas, em nível de Estado, possíveis. Saúdo a preocupação, repito, mesmo que tardia, do Governo com essa questão, que poderia ter sido discutida nos últimos 10 anos e, infelizmente, não foi.

Mas estamos aqui para tentar aprimorar a Medida Provisória, e o Governo, a meu ver, não deve considerar qualquer alteração para melhor que introduza outra visão no texto da Medida Provisória, Senador Eduardo Braga – e confiamos que V. Exª será um condutor desse processo – como uma violência em relação às

convicções do Governo. Portanto, essa é uma discussão que pretendemos fazer de forma democrática mas muito firme, no sentido do que consideramos mais adequado ao País.

E, por último, não posso deixar de registrar o meu agradecimento por V. Exª estar dando tanta importância aos meus recentes artigos.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Ministro Zimmermann.

Antes, eu gostaria de registrar a presença honrosa do Deputado Domingos Sávio.

O SR. MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN – Só para fazer um comentário rápido. Na verdade, Senador, primeiro um artigo seu sempre é... Ainda mais sobre o setor elétrico. Então, na verdade, lemos sim, e achamos muito importante. Energia elétrica é hoje um dos itens mais importantes para uma sociedade moderna, até porque você imagina o que significava faltar energia elétrica 40 anos atrás, e o que é que significa hoje. Então, energia elétrica é realmente um dos itens mais importantes da sociedade moderna. Cada vez mais, a sociedade é mais dependente.

Só vou comentar rapidamente, Senador. Com relação às usinas, realmente, pelo art. 19 da Lei nº 9.074, todas as usinas, a lei que tinha em vigor era essa, e até o ano passado, nós renovamos. A partir deste ano, como sabíamos que ia haver um estudo final com relação à parte de concessões, e nós já sabíamos como seria tratada a decisão de não remunerar mais ativo amortizado, aí, é claro, a regra muda. Antigamente, você podia dar 20, mas agora, com essa legislação, você não dá 20, dá 30. Só que não dá 30 em regime de liberdade de preço, dá 30 em regime de tarifa e deixa o ativo amortizado reverter em benefício da sociedade. Então, esse é o princípio; não é perseguição à empresa A, B, ou C, que tinha usina e que, teoricamente, tinha uma expectativa de direito de mais 20 anos.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Ministro, permita-me apenas este aparte. Dados do Ministério: no objetivo do Ministério, da Presidência da República, do Governo Federal é irrisória a entrada ou não, a adesão ou não dessas usinas. Parece-me um erro estratégico porque cria um clima de tensão maior e a perspectiva real de judicialização de algo que poderia ser resolvido racionalmente, haja vista, como eu disse a V. Exª, que nós aderimos com as outras 18 usinas. E me parece-me – e dentro do Governo é muito claro – que houve, em determinado momento – é natural que haja – discussões ou avaliações se deveria ou não haver a inclusão dessas usinas. Isso para mim está claro na primeira cartilha do Ministério de Minas e Energia. Essa evolução, fica aqui um dado para a reflexão de V. Exª nessa questão que atinge a 14 usinas, me parece, no País inteiro, algo em torno de 4.000 megawatts, poderia ser suprida por algumas outras ações para que não houvesse impacto nos 20%, em média, que o Governo quer descontar da conta de luz.

O SR. MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN – Senador, eu fico mais no princípio. Quer dizer, você não vai mais remunerar a partir dessa Medida Provisória que o Governo vai fazer todo o esforço para transformar, com o apoio dos senhores, em lei, é no sentido de que não remunera mais ativo amortizado. E não remunerar ativo amortizado é para trazer em benefício da sociedade. Quando nós falamos que só essas três usinas, isso significa 30 bilhões em 20 anos – 30 bilhões em 20 anos que podem ser revertidos para a sociedade brasileira. E o senhor está defendendo 30 bilhões que fiquem com o acionista Cemig. Esse é o ponto.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Talvez por ser o maior deles o povo mineiro, que recebe dividendos da empresa e que são revertidos em investimento em obras. Eu considero, Sr. Ministro, e vou encerrar a minha participação, muito perigoso esse argumento, que não é apenas de V. Exª. Eu vejo circulando essa discussão de que existem aqueles que querem beneficiar a sociedade, aqueles que querem baixar a conta de luz e os que querem defender os interesses das empresas. Eu quero dizer a V. Exª que rejeito de forma absolutamente cabal qualquer tipo de insinuação nessa direção porque, na nossa avaliação, garantir a solidez do sistema e, no nosso caso específico, a robustez da Cemig significa garantir investimentos importantes, seja através de dividendos de ICMS, seja diretamente através de isenções que a Cemig vem dando na conta de luz.

O SR. MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN – Só para completar, Srª Presidente, com relação às agências e a esse investimento de Cemig, eu tenho certeza de que a agência cumpre um papel importante. O Governo trata as agências como algo extremamente importante, desde que faça o seu papel, que é regular, mediar e fiscalizar, e o Governo cobra isso, que cada agência faça, de forma independente, mas essas três funções. Ela não precisa fazer planejamento, não precisa fazer política, mas o papel nobre da agência é regular, mediar e fiscalizar. Isso o Governo defende. No Minas e Energia, então, há um interesse muito grande de que a Aneel cumpra esse papel, até porque nós temos um sistema complexo, que precisa ter uma agência bastante forte e bastante independente.

Com relação à Cemig, eu volto a dizer do meu otimismo para que ela venha a participar, e vai continuar participando, como a gente vê pelas declarações do próprio Djalma, fortemente, no setor elétrico, vai con-

tinuar sendo um agente importante no Brasil. Agora, é claro, dentro dessas regras de não remunerar mais ativo amortizado.

Com relação a esse aspecto de justiça, eu acho que há uma interpretação. Na verdade, o que nós sabemos é uma coisa muito clara: o Brasil tem uma legislação; o Governo Federal utilizou todas as regras, respeita contratos, o que, por outro lado, é uma própria tradição que nós temos. Então, o Governo tem uma convicção de que os argumentos são muito fortes para que nós possamos ter sucesso, primeiro, para que o Congresso apoie essa MP. Por outro lado, nós temos certeza da robustez que o próprio Ministro Adams – o senhor teve a oportunidade de ver, naquela reunião da Comissão – externou, aqui, como Ministro Chefe da AGU.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra... Eu peço desculpas aos Srs. Senadores.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Eu vou encerrar, vou apenas agradecer ao Ministro e dizer que confiamos no Congresso, Sr. Ministro.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Mas acho que o Ministro gostou do debate.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Confiamos que o Congresso não apenas tem o dever de apoiar o que vem do Poder Executivo, ele tem o dever de discutir e aprimorar, e o Governo deve ver isso como algo saudável e importante ao convívio democrático.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Eduardo Braga.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Eu não usarei as 2 horas usadas no debate entre o Senador Aécio...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Mas o Ministro gostou do debate.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Eu espero que tenha gostado, porque eu gostei muito de ficar aqui, ouvindo e aprendendo, não só com o Senador Aécio, mas também com o nosso Ministro Zimmermann.

Mas, Sr. Ministro, Srª Presidenta, Srs. Senadores, primeiro, quero dizer da certeza da pertinência e da oportunidade de uma reunião como esta, conjunta, que envolve Comissão de Infraestrutura e Comissão de Assuntos Econômicos, porque a base desse convite ao Ministro seria para a gente tratar exatamente das falhas do sistema elétrico brasileiro, em função dos desligamentos, apagões, interrupções, etc. recentes e frequentes que tivemos neste ano de 2012. No entanto, como nós vimos no debate de quase 2 horas, dois terços desse debate foram exatamente sobre a situação econômica e financeira do setor elétrico, em que a Comissão de Assuntos Econômicos tem um papel, obviamente, relevante e importante nesse debate. Portanto, vejam, Senador Lindbergh, V. Exª, que também é membro da CAE, Senador Pimentel, que também é membro da CAE, é absolutamente pertinente.

Acho que alguns fatores precisam ser destacados desse debate até aqui travado nesta Comissão.

Primeiro, com relação à questão dos desligamentos, eu acho que o fato novo é a força-tarefa. O Ministro, em função, tenho certeza, da importância do debate sobre a questão do equilíbrio financeiro e econômico, e com relação à MP nº 579, foi muito sucinto, com relação a essa força-tarefa que foi montada, que foi criada como uma reação do Governo a esses persistentes desligamentos que nós estamos tendo no setor, e acho que seria importante, até para que o brasileiro que nos acompanha, neste momento, pelas diversas mídias sociais do Senado, possa ter informação de como o Governo brasileiro, como a agência reguladora do setor está respondendo a isso que incomoda a grande maioria dos brasileiros, porque a grande maioria dos brasileiros não é acionista de nenhuma dessas empresas de energia elétrica. Eles são usuários do sistema. Eles querem saber se a energia é de boa qualidade, se ela é confiável e se ela está num custo razoável, para que eles possam pagar. Portanto, esses brasileiros precisam ouvir de V. Exª, Sr. Ministro, qual é o princípio e qual é a mudança principal que, a partir do momento dessa força-tarefa, passa a existir no setor e no sistema elétrico brasileiro, em resposta a esses desligamentos e interrupções.

Outra questão que me parece importante é mostrar o clima com que o Senado vem tratando temas extremamente importantes. E aqui eu quero fazer um reconhecimento àquilo que disse o Senador Aécio. Aqui no Senado, nós fazemos o debate e a boa luta em torno dos problemas nacionais e dos problemas do Brasil, independentemente se isso tem iniciativa no Governo Federal ou se isso tem iniciativa entre os Senadores. E o nível do debate é o que nós acabamos de ver aqui – elevado, respeitoso, e sempre tratando de encontrar um diálogo democrático e respeitoso. Isto é, sem dúvida nenhuma, uma evolução.

Ainda há pouco o nosso Senador se referia aqui ao nosso Senador Lindbergh, que estava no momento como cara pintada, etc. Nós sabemos o quanto evoluiu a representação do PSDB no Senado, de uma Legislatura para outra, no que diz respeito a essa qualidade do debate através das lideranças. A nossa Senadora Lúcia Vânia, na Presidência desta Comissão, fazendo com que o debate seja cada vez mais democrático, ampliado; o nosso Senador Aécio, como uma das principais

lideranças, se não a principal liderança nacional hoje do PSDB, fazendo um debate elevado. Por isso tudo há, de nossa parte, da parte do Governo, um reconhecimento. Da mesma forma, nós do Governo buscamos um entendimento em um bom nível.

Agora, fato é que não há descumprimento de contrato na MP 579. Fato há que existia um contrato de concessão. Contrato de concessão esse que começava a vencer a partir de 2013 – em 2013, 2014, 2015, 2016, começava a vencer.

Ora, durante anos, para cumprir esse contrato, o Brasil admitiu uma regra de remunerar as geradoras, as operadoras do sistema elétrico, as concessionárias, com um percentual, através de ativos já amortizados, que proferiam, nos últimos 15 anos, nesse setor, a maior distribuição de dividendos do setor financeiro brasileiro no setor elétrico.

É claro que, se a energia brasileira conseguia ser tão eficiente assim do ponto de vista da gestão, do ponto de vista da administração dos recursos, a ponto de ter dividendos tão extraordinários, isso mostra que havia uma grande eficiência no setor. Quando não mais que de repente, ao perceber que os contratos estavam vencendo e que esses ativos, por contrato, teriam que ser devolvidos para a União...

E a União, ao estabelecer uma regra para aqueles que estão no art. 19, portanto, para aqueles que foram concedidos sem licitação, e com concessões que variam de 30 a 100 anos, o que nos dá uma concessão média de 35 anos, mostra claramente uma questão: o Governo não está descumprindo contrato. Ao contrário, o Governo cumpriu contratos, a ponto de reconhecer que, se não o fez antes, foi exatamente porque não queria descumprir esses contratos.

Agora, para fazer a prorrogação dessas concessões, o Governo entende que precisa não remunerar mais os ativos amortizados e que deve transferir para o usuário, deve transferir para o sistema de consumo, seja do setor econômico, seja do setor domiciliar, o ganho com a redução de uma tarifa que, na média, estabelece uma redução de 20,2% na tarifa brasileira.

Eu acho que esse é o ponto central do esclarecimento apresentado pelo Sr. Ministro e que nos leva a uma indagação: se algum desses contratos de concessão que estão sendo renovados a partir da MP 579 está fora do art. 19, se algum desses contratos de concessão está sendo renovado fora do art. 19, portanto, desrespeitando a regra de que todos os ativos, todos os contratos de concessão estão sendo renovados a partir de um critério e de uma norma que serve para todos, serve para Furnas, serve para a Eletrobras, serve para a Cemig, serve para todas as concessionárias do setor elétrico.

Essa é a segunda pergunta que eu gostaria de fazer a V. Exª.

A terceira e última pergunta que faço a V. Exª, para não deixar de cumprir o meu compromisso com os Senadores que querem participar deste debate, tendo em vista que sou também um dos autores do requerimento que traz V. Exª, hoje, como convidado desta Casa, é se esta queda que está acontecendo no valor patrimonial de ações dessas empresas, inclusive da Eletrobras, que, como bem disse o Senador Aécio, no dia de ontem, teve uma queda histórica de aproximadamente 16 pontos percentuais no valor da sua ação, é em função de que o investidor que lá estava, estava não por ser um investidor do setor elétrico, mas por ser um especulador do setor financeiro, ao ver que os 54% desses recursos que eram distribuídos como dividendos... Porque é importante destacar, nesta Comissão, que, nos últimos 15 anos, esse dividendo distribuído para as ações representou uma distribuição de 54% dos lucros auferidos por essas operadoras e concessionárias; recursos, portanto, que deveriam ser para investimentos, e foram distribuídos como dividendo, o que, muito provavelmente, deve ter tido um impacto também nos investimentos de curto e médio prazos dessas concessionárias ao longo desses últimos 20, 30 anos.

Portanto, eu gostaria que V. Exª pudesse fazer uma análise desses investimentos, para que nós pudéssemos entender se essa perda é em função de reação de venda daqueles que estavam apenas... Não como é o Estado de Minas, que é um investidor permanente. Aliás, não é à toa que o curso de Engenharia Elétrica de Itajubá é renomado e reconhecido neste País; é exatamente por ser o Estado de Minas um dos pioneiros na área de energia elétrica.

Juscelino conseguiu não só estabelecer uma escola na Cemig, como estabeleceu também uma escola de Engenharia Elétrica em Itajubá. Minas tem, em Itajubá, uma escola importante de Engenharia Elétrica exatamente pela escola da Cemig. E todos nós que somos engenheiros eletricistas neste País sabemos o quanto isso é importante para o setor.

Assim, eu acho que é importante ter uma avaliação efetiva com relação a essa queda do valor nominal das ações, porque esse valor nominal das ações, em minha opinião, é em função muito do curto prazo de investidores que estavam ali apenas para receber dividendos de curto prazo. Diante de uma nova realidade, saíram do setor, porque outros setores da especulação financeira e dos investimentos de dividendos, de ações com dividendos, podem estar representando, neste momento, um investimento que possa interessar melhor a eles, como aconteceu, inclusive, com a Petrobras.

Se voltarmos nos resultados dos últimos 34, 38 meses da Petrobras, tivemos o mesmo comportamento e o mesmo redesenho, inclusive, esperando que haja uma posição com relação a várias questões de preço de bomba para alguns dos combustíveis do Brasil.

Portanto, ouço V. Exª com estas três perguntas: uma pergunta com relação à força-tarefa; outra pergunta com relação à existência de ativos no art. 19 ou fora do art. 19, porque, aí sim, o Senador Aécio passaria a ter total razão, se houver alguma exceção a isso; e, finalmente, a questão dos ativos comparados com as perdas de receita, se isso é em função da especulação de curto prazo.

Eram essas as nossas colocações, mais uma vez reconhecendo, agradecendo e parabenizando a condução de V. Exª, Presidenta Lúcia Vânia, que novamente nos brinda com uma audiência pública que nos permite debater um tema de tamanha pertinência para o povo brasileiro.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço, Senador Braga. Eu perguntaria, Senador, se nós poderíamos ouvir o Senador Lindbergh e depois o Ministro responderia.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Claro, com todo o prazer.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Temos que verificar a ordem das inscrições...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Acho que a Ana Amélia está inscrita antes.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – A Ana Amélia primeiro.

Desculpe, Ana Amélia.

Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Bom, como eu não sou candidata à Presidência da República, vou ser bem modesta aqui, não é, Presidente?

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Obrigado pelo seu apoio, Senadora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Mas jornalisticamente... Aqui, quem menos corre, voa, Ministro! É uma coisa incrível, esse negócio.

Mas eu vou mais pontualmente Ministro. Todos esses apagões, eles aconteceram nas Regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste.

O meu Sul está ainda livre do apagão. Mas eu lhe pergunto: até quando?

É uma região – e o senhor, como catarinense, sabe – que tem uma boa disponibilidade de energia térmica, especialmente Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Já foram acionadas as térmicas porque a estabilidade dos reservatórios se mantém, mas houve um aumento do consumo em função do calor, especialmente nessa região. Por isso, o uso da energia térmica.

Por que o Governo não faz leilões específicos para a energia térmica como política de equilíbrio na oferta de energia?

Prestei muita atenção no que o senhor falou de que não há problema de investimento nas companhias para justificar o que está acontecendo.

Ora, o senhor até usou o caso da Eletrobras, 8 bilhões, que vai fazer um resultado, até o final do ano, de 7,6 ou 7,7.

Se não há problemas de investimento, o que justifica o apagão? Porque todas as explicações que V. Exª deu, e uma delas me chamou a atenção porque o senhor disse: "coisas mais sérias". Que coisas mais sérias são essas? E, no caso, não está havendo um problema de manutenção do sistema? E não há um problema relacionado à qualificação do pessoal que opera isso? Porque esse é um processo de controles, ou automáticos, mas que tem muito a mão humana, tem muito a participação dos técnicos.

Como é que esse pessoal está trabalhando? Em que condições está trabalhando nessa área? Porque não é possível imaginar que uma pessoa simplesmente esqueça... Como o senhor mostrou aí o seu braço trancado, estrangulando uma veia. É o estrangulamento de uma veia, o caso da energia. Como é... Por que isso está acontecendo com frequência, e sendo a maior parte de problemas relacionados a isso?

O senhor anunciou aí também uma medida provisória, ou, desculpe-me, uma portaria do Ministério, criando um grupo de trabalho.

O SR. MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN – Não. Já operacionalizando o resultado do grupo de trabalho. O grupo de trabalho foi no primeiro...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Mas foi criado outro grupo de trabalho para o problema da questão da Copa do Mundo.

O SR. MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN – Ah, não, aí é outro grupo.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É, foi criado um grupo de trabalho também.

O SR. MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN – Aquele é protocolo com relação a proteção.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É, grupo de trabalho para isso. Então, para cuidar dessa...

Eu fico um pouco preocupada, Ministro, porque nós temos três órgãos cuidando do setor; nós temos o Ministério, nós temos a Aneel e nós temos o ONS. Não está faltando um pouco de comunicação entre os órgãos, embora o senhor aqui tenha destacado muito a eficiência e o trabalho da questão das agências reguladoras? Mas não está havendo isso, parece que cada um fala uma linguagem diferente? E a gente acaba aí ficando...

E por que demorou tanto tempo, no primeiro apagão, para se explicar a causa do apagão? Agora, pelo menos, foi mais rápido.

Finalmente, sou consumidora também de energia de Brasília e parece que a situação da CEB é das mais delicadas de todas elas. É uma empresa estatal, e eu queria de saber se, por estar no centro do poder, estar em Brasília, estar aqui, o Supremo Tribunal Federal, estar aqui o centro do poder, e, dependendo... É evidente que muitos têm os seus próprios geradores, mas isso não pode comprometer. O Ministério ou o Governo não tem uma ação específica para o caso da Companhia de Brasília, a CEB?

Muito obrigada, Ministro.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Obrigada, Senadora Ana Amélia.

Com a palavra o Senador José Pimentel. (*Pausa.*)

Não?

Com a palavra o Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Srª Presidente, Senadora Lúcia Vânia, Ministro Márcio Zimmermann, de fato o Ministro já respondeu vários questionamentos, o Senador Aécio foi o autor, tem todo esse direito até pelo Estado, pela Cemig, que está envolvida. Falei para o Senador Aécio que a minha bronca com a Cemig agora é porque a Cemig é controladora da Light e aumentou 12,5% as contas do Rio de Janeiro.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Logo do Rio, não é?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Logo do Rio! V. Exª, como quarto Senador do Rio...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Depois vocês não querem ir ao debate...

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Já protestei. Vou mandar para a planilha para saber o que aconteceu.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Mas olhem só, eu queria aqui aproveitar e fazer uma polêmica também como oposição, porque, sinceramente, não dá para conciliar esses dois discursos, não dá para chegar aqui e dizer: "Ah, não, todos nós concordamos com a redução em 20% da tarifa de energia elétrica. Todos nós concordamos com a redução do custo Brasil." E ao mesmo tempo diz: "É quebra de contrato, é intervencionismo." Vai ter que escolher. Vai ter que escolher, porque tem uma questão aqui central. E esse debate, Senador Aécio, da nossa parte, nós queremos envolver a sociedade. Temos que mobilizar...

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Espero que eu possa, depois, responder a V. Exª...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Claro! V. Exª, na condição de candidato a Presidente da República, tem todo o tempo aqui.

Não dá para fazer... Nós queremos, sim, mobilizar a sociedade nesse debate. Vamos envolver associações comerciais, empresariais, sindicatos, porque faz parte do debate político.

Porque há uma questão aqui que é central: não se remunera ativo amortizado. Essa é a questão central! Não há como reduzir 20% deixando tudo como está.

Qual é o caminho?

E, Senador Aécio, quando se fala em quebra de contrato, intervencionismo, o absurdo, sabe qual era? Era o contrário: renovamos várias concessões, de 1995 até 2015, e o cidadão, a pessoa que tem uma empresa, pagou por serviços que já estavam amortizados! Essa é que era para ser a discussão. Pagou-se por serviços que já estavam amortizados. Qual é a crise, que V. Exª não deve aplaudir quando diz que os papéis estão caindo, não é? Porque você veja aqui. Especulação, Banco Barclays, aqui, falando em... Recomenda a venda, estimativa de preço de R$1,00 para a ação da Telebras. O que é isso? Isso é especulação. Nós não podemos aplaudir isso aqui não. Nós temos é que rechaçar esse tipo de posição.

E o Senador Eduardo Braga, nosso Líder do Governo, falou muito bem. Qual era o problema? Que, há três anos, todo mundo dava como certo que ia ser tudo renovado do mesmo jeito. Era a Fiesp fazendo a campanha pelos leilões... Eu faço parte da Comissão de Assuntos Econômicos, e a gente via nos bastidores as movimentações, todo mundo achava que ia ser do mesmo jeito.

A verdade é que teve o papel de uma Presidente da República, e nisso é muito criteriosa. Papel dela. Como ela enfrentou a questão das taxas de juros e houve uma grande reação naquele final de agosto do ano passado, quando o Banco Central começou a baixar as taxas de juros. Agora, a mesma coisa. Foi uma Presidente que foi criteriosa. Foi olhar: "Puxa, por que nós vamos ter que continuar pagando isso aqui? Por que eu vou ter que continuar remunerando dessa forma esses ativos que já estavam amortizados?"

Então, senhores, eu quero concluir falando uma coisa aqui. É justo, na energia velha, cujo ativo já foi amortizado, nós temos um valor médio de R$95,00 o megawatt, quando as novas, que foram licitadas agora, Santo Antônio, Jirau e Belo Monte, estão com preço de menos de R$80,00 o megawatt? Para quê? Para construir, operar e manter. Construir, operar e manter! E a outra, com ativos amortizados, mais cara do que essa?

Olhem aqui, Teles Pires: R$56,00. É uma menor. R$56,00.

Então, senhores, eu devo dizer que eu acho que a oposição – e V. Exª que eu estimo muito, V. Exª sabe que é um dos grandes talentos na política deste País – tem que ter cuidado com esse debate, porque, de fato, quando fazemos debate do custo Brasil, de que este Brasil tem que ser mais competitivo, que nós temos que avançar, estando num período de grave crise econômica internacional, esse é um debate que tem que ser feito sob essa lógica.

Então eu acho que a oposição, quando eu falo de cautela aqui, é porque não dá para fazer, Senador Aécio, com todo o respeito, esses dois discursos. O que a gente tem aqui, ao invés de ficar aplaudindo a desvalorização desses papéis na Bolsa, é, no momento, passar tranquilidade, ter uma negociação.

V. Exª tem todo o direito de defender que as três usinas da Cemig tenham outro tratamento. Eu tenho outra avaliação, a gente acha que aquele ativo já foi amortizado. Não é justo. E quando o Ministro Márcio Zimmermann fala para mim, não é jogo de palavras. Aqui está em discussão quem vai usufruir disso, se a sociedade ou se os acionistas. A conta para reduzir 20%, em média, era envolvendo todo mundo. É uma conta. Vamos tirar 3 aqui e vamos ver como está em São Paulo, como é que vai fechar essa conta.

Então, faço este apelo. Acho que agora vamos ter oportunidade de discussão no plenário do Senado, mas nós, com legitimidade, também queremos envolver a sociedade civil nesse debate. É importante a sociedade civil participar desse processo, defender a redução dessa tarifa e discutir um Brasil mais competitivo.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Peço a palavra a V. Exª, já que...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Como o Senador Aécio foi citado, peço desculpas, Ministro.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Art. 14.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Art. 14.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Eu aceito, e V. Exª, Senador Lindbergh, não sabe com que alegria eu aceito esse debate. Tenho enorme respeito por V. Exª, somos parceiros em inúmeras iniciativas extremamente positivas nesta Casa.

Mas o que é inaceitável é aquilo que algumas lideranças do PT buscam permanentemente fazer. É aquela velha história: nós defendemos os pobres, nós defendemos os consumidores, os nossos adversários, não.

Não é disso que se trata, Senador Lindbergh, e falo aqui com autoridade, repito, de Governador de um Estado que proporciona isenção para 50% das famílias do meu Estado, que não pagam ICMS na conta de energia. Outros Estados, da oposição, como São Paulo, dão também outras importantes isenções.

Já que V. Exª chama para o debate, como membro da oposição, sabe V. Exª quanto o Governo do Estado da ilustre Senadora Ana Amélia, o Rio Grande do Sul, dá de isenção do ICMS na conta de luz? Sabe V. Exª quanto, por exemplo, o Estado da Bahia, governado também pelo Partido de V. Exª, dá de desconto? Zero. Não há isenção para nenhuma faixa, para nenhum cidadão que vive no Rio Grande do Sul, para nenhum cidadão que vive na Bahia.

Faço apenas essa introdução para dizer que temos autoridade para fazer essa discussão. Queremos, sim, chegar nessa redução. E o próprio Governo Federal chegou nessa redução sem a inclusão dessas usinas às quais me referi.

Ali, sim, nós falamos em defesa de contratos. Leio para V. Exª de forma muito simples e curta. Diz o quê a cláusula quarta dos contratos de concessão?

"As concessões de geração de energia elétrica reguladas por este contrato têm seu termo final estabelecido nos respectivos atos de outorga, conforme relacionado no Anexo I, garantida [Senador Lindbergh] àquelas ainda não prorrogadas nesta data a extensão do seu prazo, nos termos do art. 19 da Lei nº 9.074/95."

Diz o art. 19: "A União poderá" – e vou logo ao final – "prorrogar pelo prazo de até vinte anos as concessões de geração de energia [...], desde que requerida a prorrogação" daquelas que ainda não tenham sido prorrogadas.

Cento e vinte e seis usinas foram atendidas no que aqui prevê o contrato. Tiveram a sua primeira prorrogação garantida.

Portanto, o que nós estamos falando aqui, sim, é, na nossa avaliação, quebra de contrato, porque apenas 18 usinas de primeira prorrogação não foram prorrogadas a partir de maio deste ano, e as três da Cemig se incluem entre elas.

Portanto, essa é uma questão formal. Vamos à questão essencial. O Governo de V. Exª, que V. Exª apoia e, às vezes, apoia até de forma crítica, apresentou...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Srª Presidenta, com todo o respeito ao Senador Aécio...

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Mas o Senador Lindbergh me chamou para um debate e eu estou aqui atendendo, na verdade. Não se incomode, Senador.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Aécio.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Eu não vou me alongar.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Srª Presidenta, para uma questão de ordem.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Em respeito ao Ministro, vamos encerrar...

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Eu vou concluir. Mas apenas para deixar claro...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – V. Exª veja que eu consegui polemizar com um futuro candidato a Presidente da República nesta Comissão.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Daqui a pouco eu me entusiasmo com essa ideia, se V. Exª insistir tanto.

Apenas para concluir. No documento do Ministério de Minas e Energia, onde ele estabelecia qual seria a contribuição das hidrelétricas estaduais, ele falava em 6.847 megawatts, para chegar aos 20,2% de economia na conta de luz, de deságio na conta de luz; 17 dias depois é que esse número foi alterado para 11 mil megawatts.

Quero dizer o seguinte: nós estamos convencidos de que existem outras alternativas para chegar a essa diminuição de cerca de 20% que o Governo propõe, ou até ir além, quem sabe diminuir o PIS/Cofins das contas de luz, sem quebrar contratos...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – V. Exª poderia diminuir o ICMS do Estado também. No caso de Minas Gerais, ICMS cheio, 30%.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Zerei. Nada. Metade...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – O ICMS teto, o de Minas Gerais é o mais alto.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Então, chamem-me de Estado Robin Hood, porque eu cobro um pouco mais para isentar metade da população do Estado de Minas Gerais. Por isso, talvez, a população de Minas tenha optado pelo PSDB durante tanto tempo.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Ministro.

O SR. MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN – Senador Eduardo Braga, há o protocolo, e o Senador é engenheiro eletricista, colega que é, vou passar para o Senador a portaria e o protocolo. O Senador vai ter uma ideia...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Vamos passar para todos os Senadores da Comissão.

O SR. MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN – Ele está disponível no *site* do Ministério e é importante que ali tenha o protocolo, exatamente os procedimentos que estão sendo realizados nas instalações-troncos.

A grande razão, que comentei aqui desde o início, é que, a partir do momento... O senhor, como engenheiro eletricista, sabe que não tem lógica ter uma sequência de ocorrências e você, quando identifica o ponto comum, a falha de proteção, você tem que ir no procedimento. Você tem que ver se havia necessidade de aumentar essa... E é o que estamos fazendo. Até o começo do ano que vem, vamos correr todas as instalações, vamos saber se a empresa tem plano de manutenção, se a empresa tem procedimentos corretos. Não é admissível, falando sério, Senador. Anos atrás, você saber que uma empresa faz um ajuste de proteção e não faz testes funcionais é uma loucura. E isso ocorreu agora. Então, foi mais do que necessário e importante que se fizesse isso urgentemente. E estamos fazendo de forma criativa, as empresas mesmo aderiram, e a própria portaria diz que nós vamos passar esses procedimentos; a Aneel vai disciplinar, mas o Comitê de Monitoramento vai acompanhar isso seguidamente.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Srª Presidente, apenas para destacar o que acabou de colocar o Ministro.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra V. Exª.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Do ponto de vista técnico e do ponto de vista da infraestrutura é fundamental, ou seja, quando uma determinada concessionária procede a uma revisão de um determinado equipamento, é obrigatório que haja testes e que haja com provocação de religamento. Ele acaba de colocar que um desses problemas que nós tivemos foi exatamente em função de que uma dessas ocorrências aconteceu pela inexistência disso. Essa é uma mudança que tem que ser destacada de forma veemente nesta Comissão, em função dos repetidos problemas que nós temos tido com relação a esses desligamentos.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Ministro.

O SR. MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN – Com relação à sua segunda pergunta, sobre a igualdade das usinas. Na verdade, todas as usinas tiveram tratamento... O próprio Senador Aécio já tinha levantado e eu tinha comentado, bem claramente: não houve privilégio para ninguém. Todos os cálculos que fizemos antes da Medida Provisória consideraram que a redução média dos 20,2% incluía todas as usinas que eram atingidas pelo art. 19 da Lei nº 9.074. Isso aí inclui São Simão, inclui... Se aquela cartilha, ela comentou, colocou como exemplo aquelas de 2015, todos os cálculos, ninguém tem dúvida disso, foram feitos considerando todas as usinas, inclusive esses quase 3.000 megawatts de Minas Gerais.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – V. Exª poderia, Sr. Ministro, acho que seria para nós extremamente importante, ajudaria a compreender exatamente o que ocorreu, nos enviar qual a relação dessas usinas que somam 6.600 ou 6.800 megawatt que constam...

O SR. MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN – Acho que vencem em 2015.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Porque eu quero entender como pode, em 15 dias, esse número subir para 11 mil. Não consegui compreender, desculpe, tenho dificuldades nisso.

O SR. MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN – Senador, cada contrato de concessão tem uma data de vencimento. Então, esses que vencem em 2015 totalizam esse total. Foi o que apareceu lá, mas havia os que venciam em 2016 e em 2017. É isso. Mas as contas todas foram feitas considerando todas as usinas, porque o primeiro artigo da medida é o art. 19, é o que fala das usinas do art. 19, e aí todas estão incluídas. E ainda repetiam que, na verdade, em vez de dar 20 anos, vai dar 30 anos.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Então, os 11 mil deveriam estar na primeira cartilha? Os 11 mil da lista da Aneel deveriam constar da cartilha do Ministério.

O SR. MÁRCIO ZIMMERMANN – Não, a cartilha era ilustrativa para se entender... Aí, como exemplo, para não colocar todas as usinas, colocaram-se aquelas de 2015, mas a medida está bem clara, é até 17. Então, não há no que ter dúvida.

Outro ponto que eu acho que é importante é com relação a esse ponto que o Senador colocou. A segunda questão é com relação às quedas das ações da Eletrobras. Então, com relação à primeira pergunta, na verdade, era o protocolo; a segunda, com relação às usinas, foram todas iguais, ninguém... E a queda das ações da Eletrobras. Eu achei muito importantes esses comentários do Senador Lindbergh e do Senador Eduardo Braga. Até vou fazer um comentário.

Na verdade, quando você vê no *site* da Eletrobras a comunicação que ela fez à CVM, a Eletrobras fez uma avaliação, a Diretoria apresentou no Conselho, e esse documento está sendo encaminhado para a assembleia geral de acionistas, que, analisando a opção de renovar, ou analisando a opção de não renovar, aprova, nessa nota técnica, que o VPL é maior na alternativa de renovar. Isso é uma nota técnica pública, que foi informada à CVM.

Bom, essa nota técnica que analisa esse ponto serviu de base para que o próprio Conselho, então, aprovasse e encaminhasse para a assembleia. É muito claro isso. Agora, é claro que você só pode fazer a análise que ela fez... Ela tem que ver todos os artigos da MP que está em vigor e, já que a assinatura do contrato está na vigência da MP com força de lei. Eu não posso fazer uma avaliação e aprovar outra coisa considerando outra lei. A lei que existe hoje é essa, e dia 4 de dezembro ela vai ter que tomar uma decisão em cima disso. E foi isso, para cumprir os prazos regimentais que ela tem de 15 dias para chamar a assembleia que ela está encaminhando para a assembleia. Então – acho que este é um ponto importante – quando você faz esse raciocínio de que vai viver no ambiente de um país que não remunera mais ativo amortizado, é muito claro que as empresas comecem a se preparar, e é o que a Eletrobras está fazendo. A Eletrobras está perdendo... Ela tem uma receita de 32 bilhões e vai perder 8 bilhões da receita por causa desses ativos que vencem a partir de 2015 e, além disso, o sistema de transmissão. Mas, por outro lado, ela é uma empresa que está começando a olhar para frente e chegou à conclusão de que é melhor renovar e ganhar 30 anos. Quantas empresas não gostariam de ter ativos de operação para alavancar novas oportunidades de investimento?

Então, tenho certeza de que a Eletrobras mantém todo o papel histórico que ela cumpre de participar ativamente da expansão do sistema elétrico brasileiro. A própria Presidente Dilma ainda deu uma declaração muito forte com relação a esses aspectos do investimento. O Brasil precisa que a Eletrobras participe dessa expansão – precisa. Agora, não tem sentido ela pensar que vai participar disso se apropriando de uma remuneração que não é dela, e sim da sociedade brasileira. Ela participe com sua competência, ela participe com a história, ela participe com a decisão do acionista de continuar investindo, agora, dentro deste cenário que, na verdade, o Brasil sabe que existe há muitos anos. Há muitas décadas ele sabe que, quando uma concessão reverte para o Estado, é porque ela já está amortizada. Se não estiver, o Estado indeniza, mas o Estado decide a forma de fazer. Como, no nosso modelo, um dos pilares é a modicidade tarifária, porque modicidade tarifária traz desenvolvimento econômico, traz benefícios para a sociedade, é a opção que o Governo está fazendo.

Então, eu acho que é um ponto importante.

Com relação aos aspectos de bolsa, perdas e reação de vendas – que anotei aqui, mas era dentro disso...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Não. Na realidade, a colocação que estávamos fazendo, e acho que V. Exª encaminha a resposta, é exatamente em função...

O SR. MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN – O efeito da queda de ações.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – ... do efeito da queda de ações, porque, embutido no efeito de queda de ações – caiu a Eletrobras, caiu Cemig, caíram, enfim, outras concessionárias – está, obviamente, o investidor de curto prazo, que acredita na distribuição de dividendos, como vinha acontecendo: a distribuição de 54% do total do lucro através de dividendos nos últimos 15 anos. Isso deu um acúmulo de rendimentos fantástico. Então, uma análise com relação... Se o VPL mostra de forma positiva que haverá, obviamente aprovado já pelo Conselho da Eletrobras, um VPL inclusive vantajoso para a Eletrobras, como isso poderia representar uma diminuição do valor de mercado em relação às ações?

O SR. MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN – Na verdade, a análise fria que a Eletrobras fez, na vigência da Medida 579, é claro que os investidores... Houve um problema porque muitos analistas não consideraram isso em suas análises, e hoje é constatado, você começa a ver manifestações até de bancos de investimentos e analistas, reconhecendo que houve um erro. Se nós vivemos num país que trabalha em regime de concessão com a parte de energia elétrica, que tem regras muitos claras e que já tinha sido prorrogado de 1995 até hoje, é claro que isso teria que, de alguma forma, ter sido e que não ocorreu. Mas hoje já começa a haver maturidade. Por outro lado, o que vejo como positivo é que, a partir do momento em que pessoas que não acompanham o setor elétrico começam a ver a legislação, começam a ver que o Governo respeitou todos os contratos, começam a ver que estamos seguindo todas as regras, não há a menor... Começa a haver outra consideração, porque, na verdade, sabem que juridicamente é muito forte a base do Governo e muito condizente com a condição do setor. Então, não há rompimento de contrato e não há rompimento de...

Uno-me ao Senador com relação a Itajubá. Eu mesmo fiz uma pós-graduação lá, porque, no setor elétrico, a gente tinha de passar por Itajubá, fazer pós-graduação lá para fazer carreira. Tenho até um filho nascido em Itajubá, mineiro também. Tenho boas lembranças de Minas.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Nem tudo está perdido então, Ministro! Vou apelar para ele. (*Risos.*)

O SR. MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN – E, com relação aos ativos, perda de receita, na verdade, o Senador Aécio, que foi Governador de Minas, e o Senador Eduardo Braga, que foi Governador do Amazonas, sabem bem que numa empresa de energia, na verdade, você tem duas grandes áreas: uma que opera e mantém os ativos existentes e uma que cuida da expansão. Então, essa que opera o ativo existente, e tem muito disso no raciocínio da Eletrobras, vai ser remunerada adequadamente para aquilo. Hoje, em qualquer empresa, a parte de expansão está vinculada à decisão do acionista. Porque – aquilo que falei no início, que é uma coisa importante –, no passado, eu não tinha recursos no setor. Hoje, faço com *project finance* a expansão, e o *project finance* é ancorado num empréstimo do banco, eu preciso ter um modelo como o nosso, que dá PPAs, o contrato de venda de energia por 20 anos, 30 anos, que o empreendedor pega, vai no banco e consegue o financiamento. É assim que funciona hoje aqui no Brasil.

Então, nesse processo, é muito claro que a Eletrobras vai continuar fazendo isto, vai continuar indo aos agentes financeiros, buscando bons projetos e provando que são bons projetos, disputando em leilão junto com as outras empresas. E tenho certeza de que a Cemig, de acordo com as próprias declarações do Djalma hoje, vai por esse lado.

A Senadora Ana Amélia, do Rio Grande do Sul, com quem tive a honra de estudar em Porto Alegre...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN – Um pouco de gaúcho, mineiro e catarinense, ainda chego ao Nordeste. (*Risos.*)

Mas a energia térmica lá nos leilões, na verdade, quando a senhora olha a carga da Região Sul, é uma carga que, hoje, deve estar em 12, 13 mil megawatts; o Estado de São Paulo tem uma carga que chega a trinta e poucos mil; e o Estado de São Paulo importa a maior parte da energia, porque aquilo que você tem lá no Paraná, em Paranapanema, no Tietê, não atende, porque é uma carga muito grande, então, na verdade, tem é importação, e isso através do sistema de transmissão. E o Brasil vê que a melhor opção de expansão dele é com usinas na Amazônia, que tanto é longe de São Paulo, como é longe do Rio Grande do Sul; e no Sul, estamos, praticamente, esgotando o potencial hidrelétrico, com poucas usinas: Paiquerê, Itapiranga e aquelas ali com a Argentina, Garabi, que são as ultimas, os grandes aproveitamentos, e que espero que saiam.

Com relação a esses leilões, o planejamento sempre tem mostrado essa alternativa mais econômica para a sociedade: nós temos expandido a transmissão, não tem gargalo para você levar para o Sul, e, quanto a energia térmica, não tem nada que impeça de fazer o leilão. Até nós estivemos, em alguns leilões, com a perspectiva de entrar usina a gás ali...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Em Uruguaiana.

O SR. MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN – Não, ali em Rio Grande, com a estação de GNL que iriam fazer ali, mas depois eles desistiram.

Então, nesse caso... E, quanto a usina térmica a carvão, há aquele aspecto de que o Brasil assumiu compromisso em Copenhague...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com relação à COP.

O SR. MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN – Com relação à limitação, então, como o carvão emite muito mais do que gás natural, por isso é que...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Mas hoje elas já são limpas, já existe tecnologia para...

O SR. MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN – Em gases de efeito estufa, não, Senadora; isso, no mundo, é um... Você teria que capturar o carbono.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É altamente discutível. Efeito estufa é um pouco...

O SR. MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN – Tenho certeza de que, com relação ao Sul, eu acho que o modelo nosso, na verdade, não impede que eu faça leilões geoelétricos, a partir do momento que eu faça avaliações do que é necessário numa determinada região. O Rio Grande do Sul sempre tem característica... Eu conheço bem, porque é a ponta do sistema, então, é um Estado em que cresce o consumo, sempre temos que estar investindo em transmissão ou fontes lá dentro. E sabemos que seria interessante viabilizar esse quarto terminal de GNL do Brasil lá no Rio Grande do Sul, não só para energia elétrica, mas também para o desenvolvimento industrial do Estado, já que ele é a ponta do gasoduto...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Da Bolívia.

O SR. MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN – ... do gás bom; e aí o crescimento da demanda lá começa a ter o estrangulamento.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Ministro, já que o senhor abordou a questão do gás bom, e aquele caso famoso lá de Uruguaiana, qual é o fim daquilo?

O SR. MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN – Esse processo está bem adiantado porque, na verdade, o que era ali? Era uma usina que tinha um contrato de gás com uma empresa argentina, e, pela legislação argentina, quando falta o energético no país – o gás, no caso – a prioridade é atender o mercado local. Então, nesse processo, acabou perdendo a lógica privada que tinha lá a AES Uruguaiana, e a empresa – na época, era Repsol YPF –, rompeu a lógica do contrato, rompeu o contrato, e a Argentina não conseguiu porque não tinha mais gás.

Por outro lado, nós avançamos com relação a isso. O Deputado sempre, a senhora mesmo tem participado sempre no Ministério disso, o Deputado Antunes, lá do Rio Grande Sul, também, no sentido de que... Então hoje, o Ministro Julio de Vido estava para vir ao Brasil agora, semana passada, e acabou adiando. Mas era justamente para afirmar, porque a ideia era fazer aquilo que nós já conversamos com a Senadora: um aspecto de curto prazo e um aspecto que desse uma solução perene para a usina. A solução perene seria ela operar na metade do ano que a gente precisa para o lado brasileiro e metade do ano, que a gente não precisa, para o lado deles. E os argentinos querem fechar isso. Então, eu acho que deve sair.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Boa notícia.

Obrigada.

O SR. MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN – Com relação a por que tem apagão. Eu acho que a senhora fez uma pergunta... Quer dizer, se eu tenho mantido os investimentos, se eu tenho planejamento, se eu tenho tempo de planejar, se eu tenho tempo de implantar, por que houve essas ocorrências?

Então, eu acho que vai muito, e a senhora usou um termo...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Manutenção.

O SR. MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN – ... que entra muito mais... entrou nesse aspecto da proteção – e por isso o protocolo. E se a senhora observar a forma como nós estruturamos o protocolo, vamos fazer uma coisa que é entrar dentro da empresa e ver que protocolos ela está seguindo, que lógica ela está seguindo.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É um *checklist*.

O SR. MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN – Exatamente. Não é só um problema dela, que ela possa dizer: "Eu resolvo, não sei o quê, porque, senão, sou multada". Não é, porque a consequência disso é muito grave para a sociedade.

Então, na verdade, qual é a ideia de protocolo? O Ministério inicia, mas depois deixa a Agência, como órgão fiscalizador, adotar para frente – o Ministério vai acompanhar esses relatórios no Comitê de Monitoramento – justamente para que você venha a minimizar esse tipo de...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Isso é importante.

O SR. MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN – A qualificação dos técnicos. Não tem sentido uma empresa, que até recentemente apresenta lucros enormes, não ter procedimentos adequados, que um profissional faça daqui de Brasília uma mudança do ajuste de proteção, que não teste. Isso não pode.

A Aneel vai fazer uma reavaliação forte...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Uma varredura.

O SR. MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN – Porque é uma falha forte. Isso causou, isso, sim, um *blackout* na Região Norte e Nordeste que apagou toda... E isso é gravíssimo!

O aspecto do grupo da Copa é uma coisa independente. Eu acho que o ONS, o MME e a Aneel... Até porque temos, sob a condução do Ministro Lobão, o aspecto do Comitê de Monitoramento. Hoje há um trabalho muito coordenado entre o Ministério, o MME, e a Aneel. E, principalmente, a legislação brasileira é muito clara: quem tem de fiscalizar, quem tem de mediar, quem faz política, quem fiscaliza, isso está muito claro. E quem opera o sistema. Eu tenho certeza de que o grupo da Copa é um grupo que está olhando outra lógica. E outra coisa é aquilo que o CMSE determina, como esse protocolo e outras ações que estão sendo tomadas, onde o ONS e a Aneel participam também junto com os demais atores.

Com relação à causa. Normalmente, em um apagão, você tem a origem e, depois, a causa pode ser uma sequência, como nós detectamos nesses onde houve muito desajuste de proteção. E, ao mesmo tempo, temos de fazer aquilo que falei para o Senador Aécio Neves, da importância de você... O próprio ONS tem de estar regularmente revendo os seus processos, porque também aparecem falhas do próprio operador. Isso é bem claro.

O aspecto da CEB. A CEB, na verdade, acabou acumulando um passivo de investimento e, há 2 anos, ela está fazendo um esforço muito grande de investimentos. Temos uma relação de obras. A CEB virou um problema sério. O Ministério entrou forte nisso. No primeiro caso que estamos analisando para ver o critério N–2 no Brasil é Brasília. Então, nós temos já a EPE apresentando um estudo, ela está coordenando um grupo que mostra a necessidade... Eu falei que havia uma grande subestação, Samambaia, como ponto de chegada aqui. Estamos trabalhando agora com outra, Brasília Leste, que era para 2017, e nós estamos antecipando para o mais rápido que der, 2014.

E, ao mesmo tempo, toda essa malha de 138 que nós temos aqui, que a CEB fazia sozinha, na verdade, agora, estamos analisando, estamos sendo mais rigorosos, e também fazendo estudos para colocar o N–2 nisso.

Aliado aos investimentos que ela faz na rede de menor nível, que tem causado esse desligamento quando chove, no 13.8, e que a Aneel está fiscalizando – e esse é o papel da Aneel, forte em cima da distribuidora – e com os investimentos, com os esforços que CEB está fazendo, há instalações que ela está ligando agora, antecipando para novembro e dezembro.

Há uma série... Eu tenho a relação aqui, posso deixar, depois, completa.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Vários Senadores já solicitaram.

O SR. MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN – E nós podemos mandar as ações que estão antecipando. Há várias obras de Furnas, da CEB, que estão sendo antecipadas aqui, justamente para melhorar a confiabilidade, porque Brasília tem de ter...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – As embaixadas todas estão aqui.

O SR. MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN – Não, aqui tem que ter um padrão, a exemplo do que outros países do mundo já fazem. A Capital tem que ser o N–2. Então, esse estudo está saindo, e eu tenho certeza de que vai recuperar.

Com relação ao Senador Lindbergh, eu acho que nós concordamos em todos os aspectos. Eu acho que é... O Senador falou uma coisa que eu acho muito importante e que a gente sempre tem afirmado. Nós sabemos que o ponto principal dessa medida é justamente não remunerar ativo amortizado – acho que esse é o maior – e que, em vez de ir para o acionista, vai para o consumidor, e isso respeitando todas as regras, contratos e legislação do Brasil.

Em linhas gerais, era isto, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Quero registrar a presença do Deputado Nilton Capixaba, que nos honra com sua presença.

Ministro, na verdade, nós abrimos um debate hoje que era meu sonho ter feito na Comissão de Infraestrutura. Um debate mais aberto, menos formal. Acho que, se nós tivéssemos feito isto há mais tempo, nós não estaríamos com tanta dúvida a respeito da Medida Provisória. Mas, de qualquer forma, quero agradecer a V. Exª pela tolerância, pela paciência e, principalmente, por fazer desta audiência pública uma audiência extremamente proveitosa. Tenho certeza de que todos os Srs. Senadores gostaram das respostas. V. Exª, como sempre, dá um *show*.

No entanto, a gente sabe, a gente tem dúvidas. Em relação à Medida Provisória, a gente vê mérito nela, mas a forma é que eu acho que foi um pouco precipitada. Mas, de qualquer maneira, receba os nossos cumprimentos.

Estamos acompanhando a discussão e, como disse aqui o Senador Aécio, nós, que fazemos oposição ao Governo, temos a maior boa vontade no sentido de colaborar. Esta Comissão tem sido apartidária. Procuramos abrir o debate, mas sempre de forma muito respeitosa.

Quero agradecer a V. Exª, mais uma vez, a tolerância de ter a paciência de explicar tecnicamente assuntos que a maior parte dos Senadores não domina.

No mais, eu...

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Presidente, apenas para, como um dos autores do requerimento, agradecer a presença do Ministro. Acho que nós ainda vamos ter outras oportunidades de discutir esta matéria, eu ainda terei muitas outras questões para levantar, mas apenas uso da palavra para solicitar a V. Exª que leve ao Ministro Lobão, sempre muito respeitado nesta Casa, nossa palavra de pronto restabelecimento.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Em nome de todos nós, Srª Presidenta e Sr. Ministro, nosso abraço e nossa saudação ao nosso Ministro Lobão.

O SR. MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN – Muito obrigado aos senhores.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Eu gostaria de colocar em votação a ata desta reunião.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

A Ata da Comissão de Assuntos de Infraestrutura e de Assuntos Econômicos.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 14 horas e 43 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 49 minutos.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA 42ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 21 DE NOVEMBRO DE 2012, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e cinco minutos, do dia vinte e um de novembro de dois mil e doze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Jayme Campos**, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, Wellington Dias, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Waldemir Moka, Paulo Davim, Ricardo Ferraço, João Alberto Souza, Cyro Miranda, Eduardo Suplicy, José Pimentel, Lindbergh Farias, Benedito de Lira, e das Senadoras Ana Amélia, Ana Rita e Lídice da Mata. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta. **ITEM 1 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 68, de 2011 – Não Terminativo –** *Estabelece incentivos às empresas para financiamento da formação profissional de seus empregados.* **Autoria:** Deputado Enio Bacci. **Relatoria:** Senador Rodrigo Rollemberg. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido do Relator. **ITEM 2 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 37, de 2012 – Não Terminativo –** *Revigora os efeitos da Lei n.º 6.297, de 15 de dezembro de 1975, que dispõe sobre a dedução do lucro tributável, para fins de Imposto sobre a Renda das pessoas jurídicas, do dobro das despesas realizadas em projetos de formação profissional, e dá outras providências.* **Autoria:** Senador Benedito de Lira. **Relatoria:** Senadora Lídice da Mata. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido da Relatora. **ITEM 3 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 121, de 2010 – Terminativo –** *Dispõe sobre a obrigatoriedade de as empresas de transporte coletivo orientarem os passageiros sobre a prevenção da trombose venosa profunda.* **Autoria:** Deputado Ciro Pedrosa. **Relatoria:** Senador João Vicente Claudino (Substituído por *ad hoc*). **Relatoria *ad hoc***: Senador Paulo Paim. **Resultado:** A Presidência designa Relator *ad hoc* o Senador Paulo Paim. Aprovados o Projeto de Lei da Câmara nº 121, de 2010 e a Emenda nº 1-CI-CAS. **ITEM 4 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 133, de 2011 – Terminativo –** *Acrescenta o art. 59-A à Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre o direito à informação do segurado do Regime Geral de Previdência Social, quanto a resultados de exames médico-periciais para concessão de auxílio-doença.* **Autoria:** Deputado Ricardo Berzoini e outros. **Relatoria:** Senadora Lídice da Mata. **Resultado:** Diante das manifestações dos membros desta Comissão, a Presidência consulta o Plenário quanto à retirada da matéria de Pauta, sendo aprovada por unanimidade. **ITEM 5 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 474, de 2008 – Terminativo –** *Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a informatização dos serviços de saúde*. **Autoria:** Senadora Roseana Sarney. **Relatoria:** Senadora Vanessa Grazziotin (Substituído por *ad hoc*). **Relatoria *ad hoc***: Senadora Ana Amélia. **Resultado:** A Presidência designa Relatora *ad hoc* a Senadora Ana Amélia. Aprovados o Projeto de Lei do Senado nº 474, de 2008 e as Emendas nºs 1-CAS, 2-CAS e 3-CAS. Rejeitada a Emenda de autoria do Senador Romero Jucá. **ITEM 6 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 78, de 2010 – Terminativo –** *Altera os arts. 2º e 17 da Lei nº 11.692 de 10 de junho de 2008, para incluir o menor aprendiz entre os beneficiários do Projovem e dá outras providências.* **Autoria:** Senador Raimundo Colombo. **Relatoria:** Senadora Vanessa Grazziotin

(Substituído por *ad hoc*). **Relatoria *ad hoc***: Senador Benedito de Lira. **Resultado:** A Presidência designa Relator *ad hoc* o Senador Benedito de Lira. Rejeitado o Projeto de Lei do Senado nº 78, de 2010. **ITEM 7 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 236, de 2010 – Terminativo –** *Institui a Ajuda Especial de Mantença para a família que mantém sob seus cuidados pessoa com mais de setenta anos de idade.* **Autoria:** Senador Jefferson Praia. **Relatoria:** Senador Casildo Maldaner. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 165, de 2011 – Terminativo –** *Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para dispor sobre o descredenciamento de prestador ou de profissional de saúde.* **Autoria:** Senador Lobão Filho. **Relatoria:** Senador Vital do Rêgo (Substituído por *ad hoc*). **Relatoria *ad hoc***: Senador João Durval. **Resultado:** A Presidência designa Relator *ad hoc* o Senador João Durval, em substituição ao Senador Vital do Rêgo. Lido o Relatório, é concedido Vista Coletiva nos termos regimentais. **ITEM 9 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 615, de 2011 – Terminativo –** *Altera a Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, para dispor sobre o valor da anuidade devida aos Conselhos Regionais de Medicina.* **Autoria:** Senador Paulo Davim. **Relatoria:** Senador Wellington Dias (Substituído por *ad hoc*). **Relatoria *ad hoc***: Senador Humberto Costa. **Resultado:** A Presidência designa Relator *ad hoc* o Senador Humberto Costa. Aprovada a Declaração de Prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 615, de 2011. **ITEM 10 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 63, de 2012 – Terminativo –** *Altera o art. 457 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho – CLT), para instituir o adicional por tempo de serviço aos empregados que recebam salário mensal igual ou inferior a dois salários mínimos.* **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Relatoria:** Senador Paulo Paim **Resultado:** Retirado de Pauta para atender à solicitação da Secretaria-Geral da Mesa, referente à leitura de Requerimentos de audiência de outra Comissão. **EXTRAPAUTA** – **ITEM 11 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 63, de 2012** – *Requeiro, nos termos dos artigos 90, II, e 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, com a finalidade de instruir o Projeto de Lei do Senado n.º 252, de 2012, que propõe a modificação do prazo de duração dos mandatos sindicais e altera critérios para eleições nas organizações sindicais e dá outras providências. Os nomes dos convidados serão informados posteriormente.* **Autoria:** Senador Cássio Cunha Lima e outros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 EMENDA(S) DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 168, de 2011 – Não Terminativo –** *Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.* **Autoria:** Câmara dos Deputados **Relatoria:** Senador Lindbergh Farias **Resultado:** Aprovado Parecer favorável às Emendas da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 168, de 2011. A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa. Usam da palavra as Senadoras Ana Amélia e Ana Rita e os Senadores Paulo Paim, Paulo Davim, João Durval, Benedito de Lira, Lindbergh Farias, Waldemir Moka, Cyro Miranda, Eduardo Suplicy, Ricardo Ferraço, Humberto Costa e Wellington Dias. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dez horas e trinta e nove minutos, lavrando eu, Dulcídia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Jayme Campos, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Jayme Campos,** Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Havendo número regimental, declaro aberta a 42ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais da 2ª Sessão Legislativa e Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovada.

Há expediente sobre a mesa que passo a ler.

Esta Presidência comunica o recebimento de Aviso do Tribunal de Contas da União que ficará à disposição dos Srs. e Srªs Senadores na Secretaria desta Comissão para as consultas que se fizerem necessárias.

O Aviso nº 1.433, do Presidente do TCU trata de relatório de auditoria operacional realizada na Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos.

A presente reunião destina-se à apreciação dos itens 1 a 10, conforme pauta previamente divulgada, sendo dois não-terminativos e oito terminativos.

Quero comunicar aos Srs. e às Srªs Senadores que a abertura do prazo para apresentação de Emendas ao Projeto de Lei nº 24, de 2012–CN (PLOA 2013), ocorrerá nas seguintes datas: abertura: dia 21 de novembro de 2012, quarta-feira; e encerramento dia 27 de novembro de 2012, terça-feira, até às 17 h.

Após a reunião da Comissão para deliberação das emendas, no dia 28 de novembro, quarta-feira, vamos, após a reunião deliberativa, votar as emen-

das. Para tanto, as Srªs e os Srs. Senadores têm o prazo até o dia 27 para entregar e, naturalmente, na quarta-feira, teremos que votar. Após deliberarmos a matéria, designamos uma nova reunião para votarmos todas as emendas.

Ontem, tive um contato com o Senador Romero Jucá, que é Relator do Orçamento da União, para que nós, dentro dos prazos regimentais, encaminhemos todas essas emendas e, com certeza, se for o caso, colocarmos as nossas emendas dentro dos programas nacionais do Governo Federal. Acho que isso é fundamental até porque, assim, facilita a liberação dos recursos das emendas propostas por esta Comissão.

Era o comunicado que queria fazer. E que os Srs. Senadores e Senadoras fiquem atentos para nós não demorarmos com as emendas que serão encaminhadas para esta Comissão.

Quero manifestar-me a respeito da matéria desta Comissão de Assuntos Sociais ora em análise na Comissão de Assuntos Econômico: incluída na ordem daquele Colegiado em reunião de 13/11/2012, na terça-feira da semana passada, foi retirada de pauta na mesma data para reexame, por solicitação da relatoria competente que é exercida pelo ilustre Senador Waldemir Moka.

Trata-se do PLS nº 645, de 2011, Senadora Ana Amélia e Senador Paulo Paim, que dispõe sobre os benefícios fiscais da área de Imposto de Renda concedida ao serviço de saúde para prevenção de tratamento de cânceres.

Cabe lembrar que a ideia da proposição em foco resultou de um amplo entendimento que mantivemos aqui na CAS, com os Srs. Senadores de todos os partidos, aqui naturalmente representados, após realização de uma série de audiências com objetivo de captar e canalizar recursos para o setor de saúde, de modo a ampliar o acesso da população a esses serviços, assim como valorizar a manifestação e organizações sociais a eles relacionados ante a imensa carência de investimentos públicos.

Todavia, Srs. Senadores, o projeto da CAS perdeu a sua oportunidade e objeto com o advento da Medida Provisória nº 563, de 2012 e, consequentemente, a sua conversão na Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que instituiu o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (Pronon), com a finalidade de captar e canalizar recursos para a prevenção e combate ao câncer. Proposta, portanto, idêntica à nosso.

Entre outras exposições, o Pronon prevê, assim como previámos, doações e patrocínio de pessoas físicas e jurídicas com correspondentes benefícios, limites, condições, forma de controle a penalidades na legislação do Imposto de Renda, não restando, então, outra alternativa ao relator do nosso projeto da CAS senão a de opinar por sua prejudicialidade.

Se, por um lado, ficamos contentes pelo fato do Poder Executivo haver sensibilizado com a proposta e tomado para si a responsabilidade de viabilizá-la, por outro lado, lamentamos que a forma adotada tenha sido a edição de uma medida provisória que, como de hábito, tenha colocado esse importante tema num leque desconexo, que mistura cadeia produtiva de veículos automotores com o programa de banda larga, alíquotas previdenciárias, apoio à indústria de suinocultores e mais um cem números de alterações de leis e decretos variados de conteúdo de naturezas diversas.

Mesmo assim, apesar do uso abusivo desse meio, a nosso ver inadequado, queremos deixar registrada nossa satisfação por vermos nossa ideia posta em prática em benefício de tantos brasileiros.

Portanto, agradecendo, consulto agora este Plenário, buscando franquear a palavra a algum membro que queira manifestar-se acerca dessa matéria, porque acho que ela é muito importante. Acho que tudo isso começou aqui na CAS, numa discussão bem ampla de todos nós Senadores. Foi uma proposta da Comissão de Assuntos Sociais que, lamentavelmente, o Governo agora colocou numa medida provisória. Mas, de qualquer maneira, o que vale é o que vai ser concretizado. De forma que acho que valeu a pena.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Não é novidade.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – E não é novidade. O Senador Paulo Paim sabe perfeitamente. O Governo sacou mais um bom projeto e colocou nessa medida provisória.

A luta nossa, Senadora Ana Amélia, principalmente de V. Exª, valeu a pena – V. Exª, que fez algumas audiências públicas aqui nesta comissão. Quero crer que o resultado sensibilizou o Governo. Tanto é verdade que ele colocou numa medida provisória a fim de que as nossas ideias prevalecessem através de tudo aquilo que propõe, inicialmente, o projeto de canalização de recursos para a área da oncologia.

Com a palavra, pela ordem, a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente, Jayme Campos, lembro perfeitamente da sua iniciativa, logo após uma audiência pública por mim requerida para tratar das questões relacionadas ao câncer. E estava aqui nessa posição um jovem diretor do Hospital do Câncer de Barretos, que, sinteticamente, sugeriu exatamente essa medida como forma de ter uma garantia de aporte de recursos.

A conclusão dele, óbvia, é de que hoje o cidadão já paga bastantes impostos e, com isso, já está cum-

prindo a sua missão social de colaborar com os investimentos na área da saúde. Portanto, só se houvesse um incentivo fiscal via Imposto de Renda, por exemplo, é que grandes doadores poderiam ser levados ou estimulados a ampliar o recurso à disposição da saúde.

Esse hospital, especificamente, vive muito sustentado por doações, especialmente de cantores sertanejos muito conhecidos e que fazem um rodeio muito famoso lá na cidade de Barretos, em São Paulo.

O Dr. Prata, que é o diretor de lá, cuida com muito zelo da instituição. Mas não é só o Hospital de Barretos; várias instituições no Rio Grande do Sul cuidam das crianças com câncer: o Hospital Santo Antônio, várias outras instituições, a própria Santa Casa do Rio Grande do sul e outros hospitais têm dedicado essa atenção.

É claro que, como diz aquele ditado chinês, feito pelo Deng Xiaoping, o grande líder da abertura: "Não importa que o gato seja preto ou pardo; importa que ele cace o rato".

Portanto, cabe aqui dizer, como reconheceu V. Exª, que as iniciativas desta Casa, quando são tomadas, às vezes são interrompidas por barreiras criadas não se sabe bem por quê.

Logo em seguida, ficamos surpresos porque aquela medida que foi barrada aqui, como foi o caso dessa iniciativa, acabou saindo através de uma iniciativa do Poder Executivo, que preferiu fazer o agrado e oferecer o bônus à sociedade brasileira.

Não importa, portanto, que o gato seja preto ou pardo, desde que o recurso chegue à instituição.

Eu também lamento que nós tenhamos demorado muito a examinar essa matéria. Eu acho que nós também temos um pouco de culpa em cartório. Se nós tivéssemos insistido e brigado mais por ela, talvez tivéssemos chegado um pouco mais cedo que o Governo. Mas, como se diz lá no Mato Grosso, Senador Jayme Campos, boi lerdo bebe água suja, não é isso?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Senador Paulo Paim,...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Se me permitir...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – ... para a sua manifestação democrática.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Esse assunto, para mim, não é novidade.

Eu estou aqui neste Parlamento, entre Câmara e Senado, há mais ou menos 25 anos. Entrei e nunca saí, desde a Constituinte.

Os governos todos, Sr. Presidente, quando apresentamos projetos, criticam, batem. Somos chamados de demagogos, e dizem que só fazemos conta para o governo pagar, como se o Governo fosse dono das contas. Esse é um dinheiro público. Se a causa é justa, ele tem mais é que ser usado com esse objetivo.

Então, esse fato é mais um daqueles que vejo com alegria; no fundo, já me acostumei tanto que vejo isso com uma enorme alegria.

O Parlamento faz a sua parte, realiza audiências públicas que alguns, às vezes, não entendem. Acham que uma audiência pública é só para inglês ver. Estão enganados, porque milhões de pessoas assistem às audiências públicas em que se matura uma ideia.

Tudo bem. O nosso projeto não anda, como aquele que apresentei aqui na Comissão sobre a bolsa permanência para aqueles que estão nas universidades. Há uma briga para não deixar aprovar. Estou sabendo que vai sair. O bom é que a ideia...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Prevaleceu.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – ... germinou. Nós semeamos, trabalhamos a terra, e quem vai colher são os estudantes.

Um dia eu conto a história do ProUni – não hoje, não hoje –, de como surgiu o ProUni. Um dia eu conto! Eu ainda vou colocar tudo num livro, mas depois que eu sair do Parlamento, porque senão eles não me deixam mais... Eu vou contar tudo num livro, cada história de cada grande projeto.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Só que vai demorar muito, não é, Paulo?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Não sei, Sr. Presidente. Não sei, não.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Serão mais 7 anos, 6 anos e mais uns 2 pela frente. Então, no mínimo, 30, Senadora Ana Amélia.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Não falarei só de projetos meus, não; falarei de projetos de inúmeros Parlamentares que viraram lei neste País.

Que bom! Pelo menos eu vejo o lado positivo. Não se dá paternidade a quem é o autor da ideia, mas se entende que a ideia é boa, e ela acaba sendo aprovada.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Adotada.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Adotada. Que bom! Estamos na campanha pela adoção, diminuindo a burocracia, e isso é muito bom.

Só que eu lamento, Senador Jayme Campos – até aqui eu só estou elogiando; não fiz crítica a ninguém, não – que, em outras situações, não. Ninguém me explica...

Ontem eu fui à Comissão de Orçamento defender o reajuste dos aposentados. Sou membro da Comissão e eu tinha mais era que estar lá. Falei, Sr. Presidente, durante uns 15 minutos e citei os argumentos que eu uso diariamente aqui e em outras comissões quando eu trato do tema. Não houve um contraditório. Todos,

todos ficaram em silêncio. O Presidente da Comissão perguntou se alguém queria fazer o contraditório, mas ninguém o fez.

Resultado da votação: um voto a favor, que foi o meu, e todos os outros contrários ao reajuste dos aposentados.

Eu falo isso, Sr. Presidente, porque o argumento usado pela relatoria – estou citando o fato – ainda deixou uma luz. Por isso, alguns Senadores e Deputados depois falaram comigo: "Paim, nós não votamos, porque acreditamos que essa luz que o relator deixou poderá apontar o caminho no relatório setorial ou mesmo no plenário, onde votaremos "sim", a favor da emenda". Então, não estou criticando aqui os Senadores e os Deputados. Eu entendo que ali, naquele momento, houve esse entendimento, porque não houve o argumento daqueles que são contrários, de fato, e muitos Senadores e Deputados vieram falar comigo depois: "Paim, fique tranquilo, porque, no relatório setorial e, depois, no plenário, nós faremos o bom debate sobre essa questão dos aposentados".

O que eu me pergunto é: se sabem que essa ideia é decente, é boa, é justa e vai permitir o fortalecimento do mercado interno, porque são os mais pobres que vão receber um pouquinho a mais, por que não baixam uma medida provisória? É o mesmo caso do fator previdenciário. Todo mundo diz que é a favor do fim do fator; isso é unânime. Até o Ministério da Previdência e mesmo setores do Governo, da cúpula dizem que o fator já cumpriu todas as suas maldades e que o projeto poderia ser aprovado, mas não deixam aprovar.

A matéria estava na pauta de terça, estava na pauta de quarta – eu digo "estava", porque também não vai ser votada hoje –, e agora jogaram para a semana que vem. Aí falam que, em dezembro, talvez, quem sabe, todavia, contudo poderá acontecer.

Então, se todo mundo entende que o fator cumpriu todas as suas maldades – eu considero um crime hediondo; essa é a minha opinião sobre o tal de fator, que confisca pela metade o salário dos mais pobres –, por que não baixa uma medida provisória? Tira a paternidade do autor do projeto original, que casualmente fomos nós, tira a paternidade e resolve a questão. Não, o projeto não tem paternidade. E encaminha uma medida provisória. É uma lei ordinária, não é uma emenda constitucional, substituindo o fator pela forma alternativa que está sendo já maturada por todos os setores que eram contra terminar com o fator. Hoje há unanimidade. Há uma frase popular que diz que toda unanimidade é burra, e eu sou obrigado a usar ela como argumento agora. Se há unanimidade, será que não aprovam porque acham que é burra? Porque deve ser isso. Porque virou unanimidade.

A gente não vê – e aí eu concluo, Presidente – uma única pessoa defender esse tal de fator. Eu não encontro uma, uma, uma pessoa. Mesmo aqueles mais críticos. Era a minha posição no passado, pois há 12 anos eu brigo contra esse fator. Hoje eles admitem: "Não o fator não dá mais mesmo". Mas não votam.

Então, eu faço um apelo, aproveitando este momento de V. Exª, para que o Governo tome uma medida, tire a paternidade de quem quiserem tirar. Ninguém está preocupado com paternidade. Nós queremos é que a criança cresça com carinho, com amor, não é? Como dizem, o verdadeiro pai não é o pai biológico. Então, tirem a história do pai biológico e assumam a paternidade do fim do fator e do reajuste dos aposentados.

Eu agradeço a V. Exª a tolerância. Eu sei que eu aproveitei um gancho da matéria que V. Exª trouxe ao debate, mas não há como eu não falar. E só permita, Sr. Presidente. Entraram ontem no meu *site* por duas vezes, acabaram com todos os meus arquivos, todos, todos, todos. Eliminaram todos. O Senado recuperou. Ontem, depois que eu fiz o discurso de encerramento do 20 de novembro da tribuna, depois que V. Exª falou e vinculei a escravidão dos negros com a situação dos aposentados, de novo o *site* saiu o ar, mas foi recuperado já e voltou.

Eu só quero dizer aos que continuam atacando das mais variadas formas, com notinha ali, com notinha aqui, no meu *site* ou ameaçando, como aqueles neonazistas o fizeram, que não se preocupem comigo, porque, se se preocuparem, só vão perder tempo. Eu não mudarei uma linha das minhas posições, que sempre tive desde que aqui entrei, há 25 anos. Não sou daqueles que têm um discurso na oposição e outro quando está na situação.

Não se assustem e não se preocupem comigo.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Por isso, a nossa admiração por V. Exª, sempre coerente com seus ideais. Na verdade, V. Exª tem toda razão. O fator previdenciário já uma verdadeira enrolação já há algum tempo. E, lamentavelmente, como o senhor disse, não se faz nenhum contraditório, e, na hora da votação, o pessoal não vota.

Mas eu tenho acompanhado bem de perto essa matéria. Está na Câmara. E espero que as declarações feitas pelo Deputado Marco Maia de que colocaria em pauta para ser votada sejam, de fato, cumpridas, até pela maneira como tem agido o Presidente da Casa lá. E eu acredito que, se possível, até dezembro nós temos que votar. Não resta mais outra alternativa. Hoje é consenso, como o senhor bem disse, consenso nacional, seja da opinião pública, seja dos Congressistas, de que se deve votar.

Havia aquela amarra por parte do Poder Executivo para que não se votasse. Mas nós não temos clima nem ambiente para postergar mais ainda, naturalmente, a aprovação do fator previdenciário. Vamos torcer, não é? Estamos torcendo aqui.

Mas V. Exª comentou também em relação à possibilidade de se colocar a matéria em uma medida provisória. Nesse projeto da nossa Comissão colocaram em uma medida provisória que fala aqui em cadeia produtiva de veículos automotores, programa de banda larga, alíquota previdenciária, apoio à indústria de semicondutores. Então, quando querem e têm boa vontade, com certeza tudo acontece. Mas, infelizmente, está ocorrendo a falta de boa vontade. Mas tenha certeza de que esse projeto não vai ficar em vão. Seria o resgate da dívida que nós temos ainda com a nossa classe trabalhadora.

Vamos ler aqui os projetos que estão pedindo para retirar:

O Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 2011, que estabelece incentivo às empresas para financiamento da formação profissional de seus empregados. A matéria é retirada a pedido do Relator, que é o Senador Rodrigo Rollemberg.

Quero registrar a presença do ilustre companheiro Senador João Durval, que nos honra com a presença aqui, e também do Senador Cyro Miranda.

Também vamos retirar de pauta, a pedido do Relator, o Projeto de Lei do Senado nº 37/2012, de relatoria da Senadora Lídice da Mata.

O último item que vai ser retirado é uma matéria aqui... Ou seja, Projeto de Lei nº 63/2012, que altera o art. 457 da Lei nº 5.452, cujo Relator é o Senador Paulo Paim.

A matéria é retirada de pauta para atender à solicitação da Secretaria– Geral da Mesa, constante nos Ofícios nº 2.131, 2.134, de 2012, de lavra do Senador José Sarney, que é Presidente do Senado Federal.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Ah, sim...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Houve um pedido da Secretaria-Geral da Mesa para a retirada da matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – O 63/2012, que é de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, em que eu sou Relator?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Perfeito, perfeito.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Então, quem pede que saia de pauta não é nem o autor, nem o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Não, senhor.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – É a Mesa, porque houve algum requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – É a Secretaria-Geral, da lavra do Senador José Sarney.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – É regimental.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – É da lavra do Presidente da Casa.

(São os seguintes os itens retirados:

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 68, DE 2011
– Não Terminativo –

Estabelece incentivos às empresas para financiamento da formação profissional de seus empregados.
Autoria: Deputado Enio Bacci
Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 68, de 2011, com as 2 (duas) Emendas que apresenta.)

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 37, de 2012
– Não Terminativo –

Revigora os efeitos da Lei n.º 6.297, de 15 de dezembro de 1975, que dispõe sobre a dedução do lucro tributável, para fins de Imposto sobre a Renda das pessoas jurídicas, do dobro das despesas realizadas em projetos de formação profissional, e dá outras providências.
Autoria: Senador Benedito de Lira
Relatoria: Senadora Lídice da Mata
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 37, de 2012.

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 63, de 2012
– Terminativo –

Altera o art. 457 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho – CLT), para instituir o adicional por tempo de serviço aos empregados que recebam salário mensal igual ou inferior a dois salários mínimos.
Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares
Relatoria: Senador Paulo Paim
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 63, de 2012 e das três (3) Emendas que apresenta.)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Item 8, página 121. Decisão terminativa.

esta matéria ainda precisa ser lida e depois discutida. Por isso, nós vamos colocar esta matéria para ser lida para o bom andamento dos trabalhos desta Comissão.

Registro a presença do Senador Paulo Davim, grande Senador do Rio Grande do Norte.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 165, de 2011
– Terminativo –

Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para dispor sobre o descredenciamento de prestador ou de profissional de saúde.
Autoria: Senador Lobão Filho
Relatoria: Senador Vital do Rêgo
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 165, de 2011.

Eu quero comunicar que a votação será nominal e convidar o Senador João Durval para ser Relator *ad hoc* da matéria – página 121, item 8 da pauta.

V. Exª está com a palavra para a fase de análise, relatório. Senador João Durval, com a palavra.

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – Nos termos do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAS opinar tanto sobre a proposição que trata de relações de trabalho e condição para o exercício de profissão como sobre aquelas que cuidam da proteção e defesa da saúde. Portanto, a apreciação do PLS nº 165, de 2011, coaduna-se com essas disposições regimentais.

Ainda, no caso presente, por se tratar de apreciação em caráter terminativo e exclusivo, cabe a esta Comissão examinar, além do mérito, a constitucionalidade, a juridicidade e a técnica legislativa do Projeto.

Quanto ao mérito da proposição, não há dúvida de que se fazem necessárias regras mais adequadas para disciplinar as relações entre operadoras de planos privados de assistência à saúde e seus prestadores de serviços, não obstante providências nesse sentido já terem sido objeto de resolução da Agência Nacional de Saúde Suplementar, em 2004.

De fato, apesar de a normatização ter ocorrido, ela é bastante falha, uma vez que os abusos das operadoras de planos de saúde contra o consumidor e os prestadores de serviço continuam existindo em grande número.

Prova disso é o fato de o balanço anual divulgado pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, referente ao ano de 2011, ter apresentado, em segundo lugar, "Planos de Saúde", tema que liderou o *ranking* por 11 anos consecutivos, atrás apenas do setor financeiro (16,64% dos atendimentos realizados pelo Idec). Apesar de cair para a segunda posição, os planos de saúde ainda são um assunto que afeta profundamente os consumidores. Com 16,02% dos atendimentos realizados pelo Idec, as principais dúvidas e reclamações foram: negativa de cobertura, reajuste de mensalidade e descredenciamento de profissionais/hospitais.

Cabe, portanto, regulamentação adicional do setor de saúde suplementar por força de lei. Assim, da mesma forma que o autor da proposição sob análise e os relatores que nos antecederam, estamos convencidos de que as novas regras instituídas por este Projeto trarão benefícios não apenas para os consumidores de planos de saúde, mas também para os profissionais de saúde contratados, credenciados e referenciados pelas operadoras.

Cabe destacar, ademais, que o Projeto de Lei em comento foi, em grande parte, oriundo de resoluções do Conselho Federal de Medicina, que ainda se encontram vigentes, notadamente a Resolução nº 1.616, publicada em 10 de abril de 2001, parcialmente alterada pela Resolução nº 1.852, de 15 de setembro de 2008.

Quanto aos requisitos de constitucionalidade, entendemos que a matéria se insere na competência da União, por tratar da proteção e defesa da saúde, consoante os arts. 24, inciso XII, e 197 da Constituição Federal.

Outrossim, o Projeto não fere os princípios gerais da atividade econômica, em especial os inscritos no art. 170 da Constituição Federal, segundo o qual a ordem econômica é fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa.

Por fim, o Projeto não contém vício de juridicidade e está elaborado de acordo com os princípios da boa técnica legislativa, conforme determina a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Voto.

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 165, de 2011.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senador João Durval, Relator *ad hoc* da matéria, pelo voto já exposto aqui.

Está em discussão a matéria.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, antes de mais nada, o Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Eu gostaria de pedir, por ser uma série de arrazoados

aqui. Eu estou ouvindo também o pessoal dos planos. Estou conversando com os dois lados. E há algumas coisas aqui que a gente pode melhorar. Então, peço vista deste Projeto, com a vênia do nobre Senador Durval.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pode-se pedir vista coletivamente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, eu vou na vista coletiva, até porque eu pretendo também apresentar uma emenda e o farei, porque entendo que há um abuso enorme por parte dos planos de saúde em matéria do reajuste, que acaba fazendo com que aquele que tem o plano não consiga mais pagar as prestações. Eu farei uma emenda limitando a forma do reajuste que os planos estão fazendo. Eu recebo, na Comissão de Direitos Humanos, dezenas e dezenas, para não dizer centenas de denúncias, principalmente de idosos, que estão pagando o plano durante toda a vida, e o plano de saúde, desrespeitando inclusive o Estatuto do Idoso, faz aumentos abusivos principalmente para os que têm mais idade.

E por isso quero cumprimentar a iniciativa tanto do autor como do Relator, cumprimento aqueles que pediram vista, inclusive, o que vai me dar espaço de apresentar ainda esta semana a emenda e, oxalá, a gente possa votar o projeto com vista coletiva na semana que vem.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço ao Senador Paulo Paim.

Nós tínhamos colocado em discussão a matéria, todavia, pelo fato de o Senador Cyro Miranda pedir pela ordem, nós vamos levantar a discussão, aguardando as emendas. Entretanto, não há nenhum impedimento regimental, e V. Exª, Senador Paulo Davim, se quiser fazer alguma observação, curta, rápida, objetiva, com certeza enriquecerá o projeto também, pelo seu conhecimento de causa.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Obrigado.

Eu quero apoiar a iniciativa do Senador Cyro Miranda e também pedir vista coletiva.

Sr. Presidente, este assunto é muito importante. A despeito do carinho e admiração que tenho pelo Senador Vital do Rêgo, eu vi esse Projeto e acho que é omisso em alguns pontos que eu considero cruciais. Primeiro porque essa relação de trabalho entre prestador de serviço e plano de saúde é uma relação quase que informal. E vou dizer por quê. Porque não existe um contrato assinado entre o prestador e a operadora, existe um termo de compromisso, porque no contrato teria de constar, teria de contemplar, em uma de suas cláusulas, o reajuste do preço do trabalho prestado pelo prestador de serviço contratado à operadora. E não há. Então todos os anos existe aquela queda de braço entre prestadores de serviço e operadoras porque essa relação não contempla algum artigo que estabeleça critérios de reajuste.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – É cláusula contratual não é?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Cláusula contratual. Não há parâmetros de reajuste dos serviços prestados. Por isso que todos os anos vivemos essa crise entre prestadores de serviço e operadoras.

Segundo, há alguns itens aqui como, por exemplo, "a obrigatoriedade do profissional que se desligar de disponibilizar os dados clínicos de seus pacientes para garantir-lhe a continuidade do tratamento em outro serviço". Os dados e as informações de prontuário de paciente pertencem ao paciente e não ao plano de saúde. Isso é da privacidade do paciente. Então cabe ao paciente receber os seus dados, as suas informações de prontuário e levar para o médico que for substituir o médico que deixou o plano de saúde.

Então, há algumas coisas que a gente precisa melhorar, melhorar o texto, mas a iniciativa é meritória, sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Nos termos do art. 132, pedido de vista coletivo concedido.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, ainda pela ordem.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pela ordem também, mas, primeiro, o Senador Cyro.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Então, pedido de vista coletiva. A matéria está saindo agora, naturalmente. Vamos aguardar as emendas que vão ser propostas.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – E ainda pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pela ordem, Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Eu pediria a gentileza de incluir extrapauta um requerimento do Senador Cássio Cunha Lima, o qual também eu subscrevo e que, na oportunidade, se houver concordância, eu lerei.

Obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, pela ordem também.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – V. Exª pode decidir junto.

O Senador Lindbergh Farias o Relator de um projeto em que trabalhei muito, que é a situação dos

autistas, lá na Comissão de Direitos Humanos; o projeto surgiu lá, nós fomos construtores dessa ideia, junto com outros Senadores e com o movimento de todo o Brasil.

O projeto foi aprovado, foi para a Câmara, a Câmara fez algumas emendas e volta agora para o Senado. O projeto deverá passar por esta Comissão e pela Comissão de Direitos Humanos.

Como há um apelo muito grande desse setor, eu queria ver se V. Exª podia colocar extrapauta o relatório do Senador Lindbergh Farias e que acelerássemos, porque eu queria que fosse direto para o plenário. Mas parece-me que isso não pode, não é?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) –Regimentalmente não pode.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Então vamos acelerar, para ver se ele pode ir, rapidamente...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Hoje?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – ... para a Comissão de Direitos Humanos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Nós estamos aguardando o Relator.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Está aí, está aí. Eu estava fazendo a sua defesa, Relator,. Ainda bem que não falei mal dele, porque eu estava falando e ele entrou pela porta.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Nós vamos colocar agora.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Extrapauta?

O.k. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Eu já estou atendendo V. Exª.

O Senador Lindbergh já tinha me ligado. Já estava aqui a matéria, entretanto, não tinha assinado o relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Se de repente for possível, vai para a Comissão hoje e eu já voto amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Perfeito. Vai ser atendido o pleito de V. Exª.

Aqui há um requerimento, que passo a ler:

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 63, DE 2012

Requeiro, nos termos dos artigos 90, II, e 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Assuntos *Sociais, com a finalidade de instruir o Projeto de Lei do Senado n.º 252, de 2012, que propõe a modificação do prazo de duração dos mandatos sindicais e altera critérios para eleições nas organizações sindicais e dá outras providências. Os nomes dos convidados serão informados posteriormente.*

Autoria: Senador Cássio Cunha Lima e outros

O Requerimento é subscrito pelo Senador Cyro Miranda.

Concedo a palavra ao Senador Cyro Miranda para encaminhar o respectivo requerimento.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, a lista dos convidados, como se trata de matéria um pouco polêmica, nós gostaríamos de fazê-la junto com o Senador Paulo Paim, para que ficasse uma coisa bem clara.

O SR. PRESIDENTE(Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Eu consulto o Senador Paulo Paim se S. Exª quer subscrever o Requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Concordo, na íntegra, e quero cumprimentar, inclusive, os dois Senadores: o Senador Cássio e o Senador Cyro.

De fato, esse é um tema complexo. O meu parecer, inclusive, não era favorável, mas, a partir do momento em que os Senadores me procuraram, fui totalmente favorável. E V. Exª concordou em não votar naquele dia para que suscitássemos o debate. A audiência pública é uma excelente idéia, porque aqui faremos um debate tranquilo, equilibrado, de alto nível, como a matéria exige, para ajudarmos na construção e no fortalecimento, ainda maior, de uma redação que fortaleça o movimento sindical.

Sou totalmente favorável ao requerimento e até assino junto, se assim os Senadores entenderem.

O SR. PRESIDENTE(Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Então, serão autores os Senadores Cássio Cunha, o Senador Cyro Miranda e o Senador Paulo Paim, que subscreveram o Requerimento. Então, V. Exªs são autores do requerimento dessa audiência pública.

Está em votação a matéria.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.)*

Aprovada.

Item extrapauta ,em decisão não terminativa.

ITEM 12

EMENDA(S) DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 168, DE 2011 – Não Terminativo –

Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Lindbergh Farias

Relatório: Pela aprovação das Emendas da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 168, de 2011.

Observações:

– Em 25/5/2011, a Comissão de Assuntos Sociais aprova o parecer favorável ao projeto.

– Em 15/6/2011, foi aprovada a redação final ao projeto (Parecer nº 521, de 2011, da Comissão Diretora.). A matéria foi remetida à Câmara dos Deputados. A Matéria vai à Comissão de Direitos humanos e Legislação Participativa.

Comunico que a votação será simbólica. Já existe quórum suficiente para entrarmos no processo de votação.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Lindbergh Farias, para proferir o seu relatório.

O SR. LINDBERGH FARIA (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, Senador Jayme Campos, primeiro quero agradece a V. Exª porque telefonei para o senhor esta semana, e o senhor disse que iria colocar o item extrapauta.

Esse é um projeto muito importante porque institui uma Política Nacional de Proteção aos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

Esse Projeto surgiu na Comissão de Direitos Humanos. Eu devo destacar que o Senador Paulo Paim foi o grande articulador desse Projeto no debate com os familiares.

Ontem, dia 20 de novembro, Dia da Consciência Negra, o Senador Paulo Paim, teve um papel destacado. É a sua história. Mas o Senador Paulo merece aplausos de todos nós por sua luta em defesa dos trabalhadores, dos aposentados, das pessoas com deficiência.

Esse Projeto passou pela Câmara com duas emendas. Vou ler aqui, agora, o relatório. Depois de aprovado aqui na CAS, esse Projeto vai para a Comissão de Direitos Humanos.

É um projeto muito importante, que tem a ver com a vida de muita gente.

O senhor sabe Senador que eu tenho uma filha que tem síndrome de Down. Ela é a maior alegria da minha vida.

Os familiares das pessoas com autismo enfrentam muitas dificuldades, mas muitas, muitas dificuldades. É claro que cada um tem seus desafios no dia a dia, mas a inclusão na escola, os custos dos procedimentos de saúde, a dificuldade de estimulação.

eu, de fato, sou muito sensibilizado com essa causa, que já era abraçada aqui pelo Senador Paulo Paim, que é uma referência. Senadora Ana Amélia, todas As pessoas que estão envolvidas nessa luta em relação ao transtorno do espectro autista têm uma confiança, uma relação com o Senador Paulo Paim que eu acho que é um orgulho para esta Casa, para o Senado Federal.

Então, vou começar a ler meu relatório.

As emendas referidas em epígrafe resultam do trabalho de revisão feito pela Câmara dos Deputados relativamente ao Projeto de Lei do Senado nº 168, de 2011, de autoria, como falei, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, que institui a Política Nacional de Proteção aos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

Cuida-se, na verdade, das alterações ao Projeto original oferecidas pela Relatora da matéria no âmbito da Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara, Deputada Mara Gabrilli, que tem um trabalho também nessa causa da pessoa com deficiência que merece aplauso de todos nós. S. Exª efetuou diversas consultas aos segmentos diretamente interessados, notadamente às famílias de pessoas com transtorno do espectro autista.

Com o aval do dito Colegiado e ratificadas pelo Plenário da Câmara, as emendas vieram para deliberação do Senado e estão sujeitas ao exame prévio desta Comissão de Assuntos Sociais antes de serem submetidas ao crivo da CDH.

A primeira emenda proposta, sugerida por técnicos do Ministério da Saúde, confere nova redação ao §1º do art. 1º do Projeto, deixando claro que basta identificar a presença das características descritas em qualquer dos seus incisos para que se reconheça a existência do transtorno do espectro autista.

A segunda emenda, por sua vez, acrescenta novo artigo ao PLS nº 168, de 2011, criando sanção administrativa expressa para o gestor escolar ou autoridade competente, em escola regular, que recusar a matrícula de pessoa com transtorno de espectro autista ou com qualquer outro tipo de deficiência.

Propõe que a conduta seja punível com multa de 3 a 20 salários mínimos e, em caso de reincidência, dê ensejo a instauração de processo administrativo, que poderá culminar na perda do cargo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

A sanção não se aplica, entretanto, às situações em que for mais recomendável o atendimento em instituições especializadas em função das necessidades específicas do aluno, como estabelece o parágrafo único do artigo acrescido.

A terceira emenda proposta acrescenta ao Código Penal o art. 136-A para tipificar a conduta daquele que aplica qualquer forma de castigo corporal, ofensa psicológica, tratamento cruel ou degradante a criança ou a adolescente com deficiência física, sensorial, intelectual ou mental como forma de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto.

Esse crime será ordinariamente punível com detenção de 6 meses a 2 anos, mas a pena de reclusão é de 2 a 4 anos se o fato resultar em lesão corporal grave ou de 4 a 12 anos se resultar em morte.

Esse é um ponto muitíssimo importante. Depois, o Senador Paulo Paim vai falar.

Análise.

Parece-nos oportuna e meritória a primeira das emendas propostas pela Câmara dos Deputados ao PLS nº 168, de 2011, porque, ao explicitar a desnecessidade da presença simultânea dos grupos de características previstas para identificação do transtorno do espectro autista, ela potencializa a inclusão. Neste sentido, torna o texto do Projeto mais consentâneo com os termos da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, recebida no ordenamento jurídico brasileiro com o *status* de Emenda à Constituição.

A segunda emenda também se nos afigura merecedora de acolhimento, pois não há dúvida de que imposição de pena administrativa pode intimidar os gestores escolares, evitando que se deixem pautar pela discriminação e pela arbitrariedade diante das reais necessidades do aluno com transtorno do espectro autista ou com qualquer outro tipo de deficiência.

Por isso, embora tenhamos ciência da polêmica que envolve a ressalva proposta pela Deputada Mara Gabrilli, concordamos com ela que se deve deixar espaço para a busca da melhor estratégia de ensino possível para o aluno no caso concreto.

Mostra-se igualmente meritória a emenda proposta pela Câmara que cria novo tipo penal, assim protegendo crianças e adolescentes com deficiência de todo tipo de castigo corporal ou tratamento degradante, pretensamente utilizado como forma de correção, disciplina ou educação. Afinal, no contexto de observância dos direitos humanos, construído com base na dignidade inerente a cada um de nós, é nosso dever zelar para que a violência não encontre espaço em nenhuma circunstância, muito menos no aprendizado e entre pessoas especialmente vulneráveis.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação das emendas da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 168, de 2011.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço ao Senador Lindbergh. Mas eu não poderia deixar também de me manifestar, vendo o encaminhamento da matéria, que foi proposta pela CDH. O Projeto é meritório.

Não posso deixar de registrar, naturalmente, a luta do Senador Paulo Paim e do Senador Lindbergh, entretanto não podemos esquecer também o Senador Flávio Arns, que foi um grande Senador da República aqui. Eu participava desta Comissão de Assuntos Sociais, que era presidida pela atual Governadora Rosalba, e vi a luta incessante dele não só na Comissão, mas, sobretudo, no Plenário da Casa, sempre buscando políticas públicas para essa área social, especialmente...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Permita-me, Sr. Presidente. Ele foi o Relator do Estatuto da Pessoa com Deficiência. Fez um belíssimo trabalho. Começou com 80 artigos e terminou com quase 300.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – De maneira que eu tinha de registrar isso aqui. Sinto-me feliz por estar com V. Exª. Estou vendo em seu semblante a alegria.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Nós nos associamos a essa homenagem ao Senador, hoje Vice-Governador, Flávio Arns.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Do Paraná, Flávio Arns. Parabéns a todos os Srs. Senadores aqui.

Está em discussão a matéria.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – De forma muito rápida.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Por favor, Senador Paulo Paim e, depois, Senador Cyro Miranda.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Primeiro, quero cumprimentar o Senador Lindbergh Farias, que foi muito generoso comigo. Na verdade, o Senador Lindbergh Farias tem atuação em todas as áreas e preside aqui, Sr. Presidente, uma das subcomissões mais importantes que trata desse tema. S. Exª tem me provocado para que eu assuma junto com ele, inclusive, mais trabalho, mais trabalho, porque é mais só trabalho nessa Comissão.

Então, quero, primeiro, render minhas homenagens ao Senador Lindbergh Farias, que deu uma outra tônica depois que chegou ao Senado a essa questão das pessoas com deficiência. Fez um movimento junto com o Romário, trouxe aqui personalidades, artistas, deu mais visibilidade a essa questão das pessoas com deficiência. E fala de sua filha, que é linda, carinhosa. Todos nós ficamos orgulhosos de estar ao seu lado naquele dia em que esteve aqui com ela e também com a filha do Romário. Acho que, se alguém tem que ser homenageado neste momento, permita-me, Senador Lindbergh Farias, é V. Exª. V. Exª foi generoso comigo, deu todo o apoio, ajudou em toda a articulação para esse projeto se tornar realidade.

Mas quero também cumprimentar a Deputada Mara Gabrilli, do PSDB. Não tenho problema nenhum, Sr. Presidente, por isso fiz destaque aqui ao PSDB.

Se o senador ou deputado, senadora ou deputada é desse ou daquele partido, o que importa é a causa. É isso que nos move, e não divergências pequenas, estreitas, miúdas da questão partidária quando a causa está em primeiro lugar. As emendas que ela apresentou só melhoraram o nosso Projeto; penalizam aquele que comete ato contra as pessoas com deficiência. No caso aqui, os autistas.

Quero também destacar, Sr. Presidente, ainda sobre a Deputada Mara, que me mandou uma linda carta. Senador Lindbergh, li a carta dela da tribuna, uma linda carta explicando detalhe por detalhe as emendas. Ela não tinha que explicar para mim, porque são justas as emendas, mas com o cuidado de me explicar por que ela não deu parecer pela aprovação do projeto, o porquê das emendas e, claro, elogia o Senador Lindbergh, cujo trabalho que ele tem na mesma área conhece, e, no fim, só pede que a gente, dentro do possível, agilizasse a votação da matéria.

Então, meus cumprimentos tanto à Deputada Mara quanto ao Senador Lindbergh. Quem ganha com isso é o Brasil, não são só as pessoas que são autistas.

É isso. Obrigado.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Para discutir, o Senador Cyro Miranda está com a palavra.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores.

Senador Lindbergh, eu queria um segundinho da sua atenção. Quero parabenizá-lo de coração... Senador, um segundo da sua atenção.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Por favor, Senador Lindbergh.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Quero parabenizá-lo, de coração, pelo seu empenho, o grande parceiro Paulo Paim e o Presidente desta Comissão, que nos apoia nesses temas, sobremaneira, e a Senadora Ana Amélia.

Há um projeto de minha autoria mais ou menos numa linha dessa. A minha esposa é psicóloga e trabalha há 28 anos com autistas. Embora não tenhamos nenhum na nossa família , mas nós vivemos o dia-a-dia...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – E ela esteve aqui em uma audiência pública. Permite-me esse aparte, estou me intrometendo aqui. Foi uma bela palestra que ela fez aqui.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado. Em que nós choramos, não é isso, Senador? Nos fez chorar pelos seus depoimentos ao longo da vida.

O Governo desampara, de certa maneira, não porque ele queira, mas por tantas coisas. De certa maneira ele deixa isso meio sem regras.

Nós detectamos naquele Projeto, para V. Exª ter uma idéia, que o Governo federal se compromete a dar a educação até os 18 anos. Ora, no deficiente, no autista, a idade mental não é cronológica. Então, com 18 anos ele não tem mais para onde ir.

Então, esse Projeto me toca profundamente, e o senhor vai ter o apoio. Eu já conversei diversas vezes com a Deputada Mara, que é uma pessoa incrível. Aqui, gosto do Senador Paim porque nós não temos o problema de Partido aqui; são os projetos, são as idéias. Então, isso que faz o engrandecimento desta Casa. E nós somos parceiros em todos esses projetos.

Está de parabéns. As emendas, realmente, melhoraram muito esse projeto e vamos agora correr para – como disse o Senador Paim – ver se ainda esta semana nós ganhamos... Isso é um verdadeiro presente de Natal que nós podemos receber, nós particularmente, não somente os autistas.

O senhor está de parabéns pela sua vida, pelo seu dia-a-dia. Eu sei o tanto que não é fácil, mas é gratificante ter um filho autista. Parabéns, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Para discutir a matéria, o Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, da mesma forma, eu quero elogiar o Senador Paulo Paim e o Senador Lindbergh e dizer que isso também faz parte de uma luta histórica minha, tanto que apresentei uma emenda para a Comissão que estuda a reforma do Código Penal em que se criminaliza a psicofobia.

Fizemos audiência pública aqui na CAS com a Associação Brasileira de Psiquiatria; fizemos visitas a alguns parlamentares e estive presente no Congresso Brasileiro de Psiquiatria, com mais de 6 mil participantes, porque a gente precisa compreender que de todas as formas de discriminação, a psicofobia é a mais cruel, porque muitas vezes não dá direito à vítima a estabelecer um diálogo para que possa se defender, um argumento que possa se contrapor a esse tipo de discriminação.

E veja bem, os números apontam que 46 milhões de brasileiros, praticamente 25% da população, tem algum tipo de transtorno mental. Pode ser de depressão, pode ser algum tipo de deficiência mental, enfim, são 46 milhões, e a gente não pode fechar os olhos a essa massa de brasileiros e brasileiras que tem esse tipo de transtorno.

E a discriminação nos pacientes que têm algum tipo de transtorno ou deficiência mental é muito grande na sociedade. Eu vou dar um exemplo claro de como está presente em todos os segmentos, em todas as atividades o preconceito. Se por acaso um doente mental tem um semiafogamento ou se afoga, a manchete do jornal é: "Doente mental se afoga na praia tal". Ou seja, ele faz o chamamento da matéria pela patologia. Ninguém lê: "Diabético é atropelado", "Hipertenso é atropelado". Ninguém lê isso. Agora, esse tipo de discriminação é presente, é palpável, existe fortemente no Brasil.

Em relação a essa matéria aqui, Senador Lindbergh, foi apresentada emenda criando sanção administrativa expressa para o gestor escolar ou autoridade competente em escola regular que recusa matrícula de pessoas com transtornos de espectro autista ou qualquer outro tipo de deficiência. E isso é verdade. Quando fui apresentar essa emenda em um congresso de psiquiatria, apesar de não ser psiquiatra, eu recebi uma quantidade imensa de *e-mails* de familiares de pacientes com deficiência mental ou transtorno mental, contando as suas histórias; mães de crianças que excluídas da feira de ciências porque tinham déficit de atenção e hiperatividade. Então, isso é muito verdadeiro. As escolas discriminam as crianças que têm algum tipo de transtorno mental ou deficiência mental. E a mãe mandou um *e-mail*, comovida com essa nossa iniciativa. E cada família tem alguém que se enquadra nesse perfil de transtorno mental, e a família que tem alguém, um filho, uma filha, ou um parente que tem transtorno mental ou deficiência mental da mesma forma sofre discriminação da sociedade.

Então, penso que matérias como essa, Senador Lindbergh, vão resgatar a cidadania desse segmento de brasileiros que sofrem esse tipo de deficiência.

Portanto, quero elogiar a iniciativa. É mais um instrumento de resgate da cidadania. Muitas vezes a criança ou o jovem tem um transtorno leve e, pela discriminação, ele é condenado a um futuro obscuro. Ele é discriminado na escola, ele é discriminado no seio familiar, na sua comunidade e está sendo jogado a um futuro incerto e obscuro.

Portanto, Sr. Presidente, penso que instrumentos como esse ajudam muito no enfrentamento da psicofobia no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Cumprimento e agradeço a V. Exª, Senador Paulo Davim.

Está em discussão a matéria.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão. (*Pausa*.)

Em votação o relatório sobre as Emendas da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 168, de 2011.

Os Srs. e Srªs Senadoras que o aprovam, permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável às Emendas da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 168, de 2011.

A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem tem a palavra o Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, eu queria agradecer a todos os Senadores e Senadoras pela aprovação desse relatório e dizer que a nossa intenção, a minha e a do Senador Paulo Paim, era a de que este projeto fosse logo ao plenário. Na verdade, vai ser obrigado a ir à CDH, mas a gente está querendo votar na Comissão de Direitos Humanos ainda hoje, ainda no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Comprometo-me com V. Exªs de que, ainda no dia de hoje, daqui a 20 minutos, encerrando esta reunião, já estará entregue à CDH.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Eu estou querendo falar isso, inclusive, Sr. Presidente, porque está havendo uma grande audiência. Está aqui o Fernando Cotta, que é o Presidente do Movimento Orgulho Autista-Brasil, as famílias estão acompanhando pelo Brasil agora. Então, a gente quer colocar em votação ainda no dia de hoje.

Sr.. Presidente, conversei com o Senador Paulo Paim – é claro que depois do próximo Presidente da CAS –, sugerindo que S. Exª assumisse, nesse próximo período, pela sua experiência, a próxima presidência da Casdef.

Você sabe que a gente já conseguiu, Ana Amélia, alguns avanços importantes, Senador Cyro. Eu destaco como o mais importante o Plano Viver sem Limites. A Presidenta Dilma, pela primeira vez, conseguiu lançar um plano integrado, só que esse plano tem que chegar na ponta. É fundamental, agora, que o nosso papel como Senadores seja a adesão dos Estados e dos Municípios.

Só queria citar uma conquista, que parece pequena, mas que é uma conquista importante. Nós, na Síndrome de Down, conseguimos uma coisa: o Protocolo

de Saúde sobre a síndrome de Down. Por incrível que pareça, os profissionais de saúde pelo País afora não sabiam dos procedimentos que tinham que ser tomados desde o nascimento. Por exemplo: quando nasce uma criança com a síndrome de Down, tem que ser feito logo um ecocardiograma, porque mais de 50% das crianças com síndrome de Down têm problemas cardíacos. Infelizmente, nem todos os profissionais de saúde, os médicos sabiam disso. Há uma série de procedimentos no primeiro ano, no segundo ano, no terceiro ano, exames auditivos. A gente conseguiu isso, o que foi uma grande vitória. O Ministério da Saúde divulgou, e hoje é um protocolo oficial que está sendo disseminado pelo País afora. As Secretarias de saúde dos Municípios já têm isso.

Eu conversava com Fernando Cotta sobre isso, de como seria importante um protocolo do diagnóstico do autismo, porque, ao diagnosticar antes uma criança tem autismo, começa-se uma série de estimulações.

O fato é o seguinte: hoje é mais uma vitória, mas, na verdade, a gente está dando passos, mas falta tanto, tanto. Por isso fiz questão de aqui fazer a defesa. A discussão vai ser mais à frente, mas se o Senador Paulo Paim assumir a Presidência da Casdef, eu acho que ele vai dar o ritmo de trabalho que ele tem, não é, Senador Paulo Davim? É o primeiro a chegar a esta Casa e o último a sair dela. Então, seria uma vitória para todo movimento V. Exª continuar o trabalho que o Senador Flávio Arns começou nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, para discutir a matéria. Não, apenas para se manifestar também.

Com a palavra o Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Só vou fazer uma observação, até estimulado pelo Senador Lindbergh.

Primeiro, cumprimento o nosso Senador, que assume a Subcomissão. Ele tem toda razão. Nessa questão do autista, a prioridade é estabelecer um protocolo, porque quanto mais cedo acontecer o diagnóstico de autista de uma criança autista, mais estímulo ela vai ter, com uma vida muito melhor.

Então, acho que se esta Casa conseguisse estabelecer isso, Lindbergh, se ao final de um trabalho a gente pudesse... É claro que seria um trabalho na área médica mesmo, com os pediatras, mas uma coisa mais ampla, uma equipe multidisciplinar talvez. Mas é fundamental, Lindbergh, que a gente se preocupe em estabelecer um protocolo para que essa criança – que às vezes é considerada com qualquer outro tipo de problema e a criança realmente tem o autismo – tenha esse diagnóstico mais precocemente, para que ela tenha um tratamento orientado. Daí para frente, a vida dessa pessoa vai mudar consideravelmente.

É só uma observação, estimulado pelo que V. Exª acabou de dizer.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço ao Senador Moka.

Com a palavra, pela ordem, ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Só no encaminhamento do Projeto, Sr. Presidente – permita-me, porque não estou aqui enxergando; vou dizer aqui de público – já peço à assessoria da Comissão de Direitos Humanos que reproduza o relatório do Senador Lindbergh Farias, apenas colocando que nesse caso lá eu mesmo assumo a relatoria. Fiz aqui um apelo em público à minha Comissão de Direitos Humanos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Exª já está inserindo na pauta a matéria.

Vamos encaminhar daqui a pouco. Inclusive, já assinei aqui o encaminhamento que daqui a pouco está chegando à Comissão de V. Exª. Logo teremos quórum para votar inclusive os itens terminativos. Estamos aguardando só a Senadora Ana Amélia. Vamos votar outros itens. Podemos votar?

Vamos votar aqui alguns itens que já foram lidos e discutidos e que estão apenas aguardando apenas a votação de caráter nominal.

Já foi lido e discutido.

Vou nomear *ad hoc* para cumprir a questão de votação. Mas a matéria está discutida e debatida. Vamos votar. São alguns itens importantes. Apenas a presença dos senhores, com este quórum, vai permitir a votação.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 121, de 2010
– Terminativo –

Dispõe sobre a obrigatoriedade de as empresas de transporte coletivo orientarem os passageiros sobre a prevenção da trombose venosa profunda.

Autoria: Deputado Ciro Pedrosa

Relatoria: Senador João Vicente Claudino (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria Ad Hoc: Senador Mozarildo Cavalcanti

Observações:

– Em 27.10.2011, a Comissão de Serviços de Infraestrutura aprovou Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 – CI;

– Em 08.08.2012, a Presidência designa Relator "ad hoc" o Senador Mozarildo Cavalcanti, que lê o Relatório em substituição ao Senador

João Vicente Claudino. Ficam adiadas a discussão e a votação da matéria;

– Votação nominal.

Entretanto, como não se encontra para votar, solicito e convido o Senador Paulo Paim para ser *ad hoc* nesta matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Como já oi lido, assumo na íntegra o relatório lido pelo Senador titular e pelo *ad hoc* que me antecedeu.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Positivo.

O Senador *ad hoc* é Senador Paulo Paim.

Vamos entrar em processo de votação.

Esta matéria também já foi discutida.

Está em discussão.

Entretanto, como não precisa ser discutida, a discussão está encerrada.

Vamos ao processo de votação.

Relator *ad hoc*, Senador Paulo Paim, consulto como vota o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Voto conhecido "sim".

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Humberto Costa?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador João Durval?

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Waldemir Moka?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Paulo Davim?

Senador Paulo Davim, como vota V. Exª? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Ricardo Ferraço?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Amélia?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Cyro Miranda?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Lindbergh Farias?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Benedito de Lira?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Aprovado por unanimidade o Projeto de Lei da Câmara nº 121, de 2010.

Consulto V. Exªs se podemos repetir a votação para a Emenda nº 1.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o Projeto de Lei da Câmara nº 121, de 2010 e a Emenda nº 1 – CAS.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado para ciência do Plenário e publicação no Diário Oficial do Senado Federal.

Item 4, p.151.

Eu consulto se posso contar com a relatoria *ad hoc* do Senador Paulo Davim. Se V. Exª me permite, gostaria de nomeá-lo *ad hoc*. Esta matéria já foi lida e discutida, todavia. Pelo fato de que a Relatora da matéria não se encontra presente e de que o Relator *ad hoc* daquela oportunidade também não se encontra.

Eu consulto apenas para entrarmos em processo de votação.

Foi, em 27/06/2012, lido o Relatório; a Presidência concede vista coletiva nos termos regimentais.

A votação será nominal.

Eu consulto os Srs. Senadores.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, só para me orientar, item 4?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Item 4, p. 51. Eu consulto aos Srs. Senadores se há alguma manifestação decorrente do pedido de vista. O Senador Paulo Paim tem a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, quero cumprimentar o Deputado Ricardo Berzoini. Ele já foi Ministro da Previdência, ele sabe que essa questão da perícia é delicada, e o Projeto que o nobre Deputado Ricardo Berzoini propõe dispõe apenas que aquele que requereu a perícia tenha direito a ter acesso diretamente ao porquê de ele receber ou ser recusado o pedido de benefício.

Então, ficam aqui meus cumprimentos ao Deputado Ricardo Berzoini, do PT de São Paulo, e à Senadora Lídice da Mata, que é a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Consulto o Senador Paulo Davim, pelo fato de a Senadora Relatora não se encontrar presente, se V. Exª como Relator *ad hoc* – e vamos votar essa matéria

nominalmente – tem alguma manifestação para fazer em relação ao Projeto.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Vou ser muito objetivo, serei breve.

Para dizer de minha concordância sobre a matéria, até porque não pode existir a verdade absoluta. Então, se por acaso o paciente foi rejeitado num exame pericial, ele precisa saber o porquê, até para se contrapor, até para questionar esse laudo.

Então, em função disso, sou francamente a favor.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Está em votação o Projeto da Câmara nº 133, de 2011.

Consulto como vota o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com o autor, com a Relatora e com o Relator *ad hoc*.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Humberto Costa?

Só para comunicar. Quem vota com o Relator, vota "não", pela rejeição do Projeto.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Ao projeto da Senadora Lídice da Mata...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – O relatório é dela.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – É pela rejeição, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – É pela rejeição. O relatório é pela rejeição do Projeto da Câmara nº 133.

V. Exª, entendi, manifestou...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Já foi pedida vista?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Já foi pedida vista.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Então, meu voto é com o autor, voto contra o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Perfeito. V. Exª vota "sim".

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Voto "sim", com muita convicção.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Humberto Costa?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Voto com o Berzoini.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Eu consulto como vota o Senador Humberto Costa. V. Exª vota com o Relator?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Não, a Relatora da matéria foi a Senadora Lídice da Mata, o *ad hoc* também. V. Exª avalizou a relatoria da Senadora Lídice da Mata. V. Exª concordou e avalizou.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – É "sim". O *ad hoc* é "sim".

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – "Sim". O Relator *ad hoc* vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Vamos explicar melhor. A rejeição, o "não", é pela Senadora Lídice da Mata. Entendeu?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – O Relator *ad hoc* quer votar "sim".

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Exª vota "sim", com o relatório da Senadora Lídice da Mata, então.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Não, ele quer quanto ao mérito.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Exª pode ser contrário ao mérito. V. Exª é contra? V. Exª acompanha o voto do Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Pelo autor.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pelo autor.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Não, quem vota com o Relator é "não". Ou seja, com a Lídice da Mata.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Eu sou *ad hoc*.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Quem vota com o ex-Ministro da Previdência vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Mas o voto não é para o autor do projeto.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Contra, o senhor é "não".

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Humberto Costa é "sim" ou "não"?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Nós estamos com o ex-Ministro da Previdência.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – "Não", o Senador Humberto Costa vota com a Senadora Lídice da Mata, "não".

Vamos botar ordem aqui: "não".

Senador João Durval, como vota V. Exª?

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Acompanha.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Senador Presidente, só para esclarecer uma coisa.

Senador Paim, está havendo um equívoco aqui. Não é que ela esteja rejeitando o projeto. Talvez fosse pela prejudicialidade do projeto, porque ele já se encontra contemplado, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Não, aqui é pela rejeição. Eu quero comunicar a V. Exª que é pela rejeição.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Pela rejeição, exato, porque ele já se encontra contemplado. Não é que ela está rejeitando, mas é que já se encontra contemplado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Exatamente. Aqui vem o seguinte: é pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara. Por todos esses motivos, ainda que fundamentado em nobres e boas intenções, mas ela votou pela rejeição do projeto. Aqui não contempla os termos que V. Exª usou aí em relação a este projeto. O voto é pela rejeição. Nós temos que ser, neste caso aqui, pragmáticos, objetivos, pelo fato de termos que votar conforme o parecer, que é pela rejeição do projeto. Agora, quanto à argumentação, eu confesso que não vou manifestar. Ela já leu aqui na comissão.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – O porquê ela diz aqui: "A matéria em análise já se encontra contemplada pela Lei 8.213, de 1991."

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Que é a uma manifestação da Senadora Lídice da Mata.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Aqui está na mesma linha. Só para explicitar bem para os senhores, o Relator argumenta que os dispositivos propostos, de uma forma ou de outra, já estão contemplados e a lei já está em vigor. Acrescenta que o Projeto cria situações que não são vantajosas nem para o segurado, nem para a administração previdenciária.

De maneira, Senador Paulo Paim, é bom que se esclareça – V. Exª está acompanhando o parecer do autor do Projeto...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Do autor, que foi ex-ministro da Previdência.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Exato. A Senadora Lídice da Mata está dizendo que esta matéria já foi contemplada em outro projeto. Por isso ela pede pela rejeição.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, ficou, na verdade, uma dúvida entre nós todos sobre esta questão. Eu não sei se é possível. Eu diria que o ideal, como a Senadora Lídice da Mata não está aqui e o parecer do Relator *ad hoc* é "sim"...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Para ser prático, eu consulto o Plenário se querem retirar a matéria de pauta...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Se dá para retirar de pauta...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – É óbvio que dá.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu tinha que esclarecer, para votarmos todos tranquilos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Então, vamos fazer o seguinte:

Os senhores Senadores e as Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

Então, nós vamos retirar a matéria de pauta.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Obrigado, Presidente. Sua sabedoria surpreende todos. Não surpreende a mim.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – O Senador Cyro já tinha feito aqui um esclarecimento que contemplava todos nós. Mas, de qualquer maneira, é democrático, até para efeito de esclarecimento. V. Exª dá o seu voto favorável ao autor do Projeto. E já estava havendo um grande grupo de simpatizantes ao voto de V. Exª. É muito prestígio da Casa.

(É o seguinte o item retirado:

ITEM 4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 133, de 2011
– Terminativo –

Acrescenta o art. 59-A à Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre o direito à informação do segurado do Regime Geral de Previdência Social, quanto a resultados de exames médico-periciais para concessão de auxílio-doença.

Autoria: Deputado Ricardo Berzoini e outros

Relatoria: Senadora Lídice da Mata

Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 133, de 2011.)

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 474, de 2008
– Terminativo –

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a informatização dos serviços de saúde.

Autoria: Senadora Roseana Sarney

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 474, de 2008 e das 3 (três) Emendas que apresenta. Pela rejeição da Emenda de autoria do Senador Romero Jucá.
Observações:
– Em 03.03.2010, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática aprovou Parecer favorável ao Projeto;
– Em 08.04.2011, o Senador Romero Jucá apresentou 1 (uma) Emenda ao Projeto;
– Em 27.06.2012, lido o Relatório e encerrada a discussão, fica adiada a votação da matéria;
– Votação nominal.

Esclareço ao Plenário que serão realizadas três votações para o Projeto. Uma para três emendas, oferecida pela relatoria, e a última para a emenda do Senador Romero Jucá.

Convido a Senadora Ana Amélia para ser Relatora *ad hoc* deste projeto, pelo fato de a Senadora Vanessa não estar presente.

Eu gostaria de saber se V. Exª quer fazer alguma manifestação.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Já foi lido?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Lido e discutido. Mas, para acompanhar a votação, é preciso ter um Relator *ad hoc*, pelo fato de ele não estar presente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Dados os esclarecimentos prestados na oportunidade, a relevância é esclarecida pelas emendas propostas e a aprovação do Projeto, porque ele facilita também, no uso da tecnologia, para prestar um serviço de melhor qualidade àqueles que dele precisam e necessitam. Então, na área da saúde, especificamente, que é o foco deste projeto. Penso que seja prudente, oportuno e necessário fazer a votação, aprovando o projeto, de relatoria da Senadora Vanessa Grazziotin e de iniciativa da ex-Senadora Roseana Sarney.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Em votação o Projeto de Lei do Senado nº 474, de 2008, ressalvadas as emendas.

Consulto como vota o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu voto "sim", com a Senadora Roseana Sarney e com a relatoria da Senadora Vanessa e, agora, com a Senadora Ana Amélia.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Humberto Costa?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador João Durval?

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) –"sim".

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Waldemir Moka?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Paulo Davim?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Amélia? Voto já conhecido, favorável.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Voto conhecido.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Rita?

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Benedito de Lira?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Aprovado o projeto.

Consulto as Srªs e os Srs. Senadores se podemos repetir a votação para as três Emendas oferecidas pela Relatora.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senador Eduardo Suplicy. Mas nós vamos continuar o processo de votação desta matéria.

V. Exª está com a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Permita-me registrar o meu voto "sim" ao PL 168, de 2011, de relatoria do Senador Lindbergh Farias, relativamente aos autistas. Cumprimento os autores e relatores pela iniciativa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Exª será atendido na forma regimental.

Constará na ata o voto de V. Exª, tendo em vista que a votação já aconteceu, mas vamos fazer constar em ata.

Em votação, Emenda de autoria do Senador Romero Jucá, que recebeu o parecer pela rejeição.

Quem vota com a Relatora vota "não" à emenda.

Em votação a emenda do Senador Romero Jucá, que recebeu o parecer pela rejeição.

Como vota o Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Voto com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Humberto Costa?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador João Durval?

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Waldemir Moka?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Com a Relatora

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Paulo Davim?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Amélia?.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É conhecido o voto.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Rita?

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com a Relatora

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Benedito de Lira?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) –Rejeitada a Emenda de autoria do Senador Romero Jucá.

Resultado: Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 474, de 2008, e as Emendas 1, 2, 3 – CAS.

Rejeitada a Emenda de autoria do Senador Romero Jucá.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Item 6.

Comunico que esta matéria também já foi lida e discutida, aguardando apenas a votação, que vamos fazer agora.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 78, de 2010
– Terminativo –

Altera os arts. 2º e 17 da Lei nº 11.692 de 10 de junho de 2008, para incluir o menor aprendiz entre os beneficiários do Projovem e dá outras providências.

Autoria: Senador Raimundo Colombo

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 78, de 2010.

Observações:

– Em 20.09.2011, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte aprovou Parecer contrário ao Projeto;

– Em 27.06.2012, lido o Relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria;

– Votação nominal.

Comunico que a votação será nominal.

Pelo fato de não se encontrar aqui a Relatora da matéria, a Senadora Vanessa Grazziotin, convido o Senador Benedito de Lira para ser Relator *ad hoc* deste projeto.

Eu gostaria de consultar se o Senador Benedito de Lira tem alguma manifestação como Relator *ad hoc.*

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL)– A matéria já foi discutida e lida nesta Comissão. Logicamente, nada tenho a opor quanto ao relatório apresentado pela Senadora Vanessa. Consequentemente, concordo com os seus argumentos pela rejeição da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Dá a impressão de que a Senadora Ana Amélia quer fazer alguma manifestação.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É apenas um esclarecimento.

Na verdade, ela estava propondo...

O atual Governador de Santa Catarina, Raimundo Colombo, está criando um plano especial para o menor aprendiz no Projovem. E, na verdade, o Projovem tem um recurso orçamentário, digamos, comprometido com aquilo. Então haveria dificuldade para dois programas.

Então a Relatora entendeu, e o Senador Benedito também confirma, que é preferível manter como está o Projovem e não comprometer. Daí a sugestão da rejeição da matéria.

É interessante a perspectiva desse projeto, que é meritório também, porque dá alcance ao menor aprendiz, que é um problema atual da juventude, dos adolescentes em nosso País.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Não havendo mais quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação o Projeto de Lei do Senado nº 78, de 2010.

Como vota o Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com a Relatoria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Humberto Costa?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador João Durval?

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Waldemir Moka?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Paulo Davim?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Amélia?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Rita?

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – É voto conhecido o do Senador Benedito de Lira, que foi nomeado Relator *ad hoc*? Também votou favoravelmente. Voto já conhecido.

Rejeitado o Projeto de Lei do Senado nº 78, de 2010.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado para a ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Item 9.

Consulto o Senador Humberto Costa se poderá ser nomeado Relator *ad hoc*.

É o Projeto de Lei do Senado nº 615, de 2011.

Essa matéria já foi lida também e discutida, mas temos, por força regimental, que nomear um Relator *ad hoc*.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 615, DE 2011
– Terminativo –

Altera a Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, para dispor sobre o valor da anuidade devida aos Conselhos Regionais de Medicina.
Autoria: Senador Paulo Davim
Relatoria: Senador Wellington Dias
Relatório: pela declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 615, de 2011.
Observações:
– Em 07.11.2012, lido o relatório e encerrada a discussão, fica adiada a votação da matéria;
– Votação nominal.

Em votação a declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 615.

Com a palavra o Senador Humberto Costa, Relator *ad hoc* da matéria.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Projeto de Lei do Senado nº 615, de 2011, de autoria do nobre Senador Paulo Davim, tem por objeto a fixação do valor das anuidades devidas por pessoas físicas e jurídicas aos Conselhos Regionais de Medicina e estabelece algumas disposições referentes ao seu valor e à cobrança de valores não liquidados.

Compõe-se o Projeto de três artigos: O art. 1º acrescenta o art.15-A à Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, que dispõe sobre os Conselhos de Medicina, e dá outras providências.

O Relator chegou, Sr. Presidente. Passo para ele ou continuo?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Exª está com a palavra, desde que tenha a concordância do valoroso Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Com certeza, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Está entregue em boas mãos.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – A proposição fixa a anuidade inicial da pessoa física em R$486,00 e a da pessoa jurídica em valor variável, conforme seu capital social, entre R$486,00 e R$2.916,00. Esse valor será objeto de desconto de 5%, se pago até 31 de janeiro, ou de 3%, se até 28 de fevereiro e será atualizado, nos termos do §2º, pelos índices oficiais de inflação.

A anuidade será reduzida de 30% na primeira contribuição da pessoa física, e o profissional que completar 70 anos será isentado de seu pagamento, desde que não tenha pendências com o Conselho Regional.

No §5º estabelece-se que a certidão relativa a valores de anuidade não pagos constitui título executivo extrajudicial.

O art. 2º revoga a alínea "*j*" do art. 5º da Lei nº 3.268, de 1957.

Esse dispositivo, que foi incluído pela Lei nº 11.000, de 15 de dezembro de 2004, confere ao Conselho Federal de Medicina a capacidade de fixação de suas anuidades.

Por fim, o art. 3º determina a entrada em vigor da Lei, se aprovada, na data de sua publicação.

Análise.

Cabe à Comissão de Assuntos Sociais discutir e votar o presente Projeto de Lei, nos termos do art. 90, inciso I, combinado com o art. 100, incisos I e III, do Regimento Interno do Senado Federal.

Nos termos da Constituição Federal compete à União, por meio do Congresso Nacional, a competência exclusiva para legislar sobre direito do trabalho (art. 22, I). Particularmente, o Poder Legislativo possui competência para dispor sobre todas as matérias de competência da União. O Projeto em questão insere-se, portanto, claramente entre as matérias atribuídas ao Legislativo.

Materialmente, a origem da proposição que ora analisamos está diretamente vinculada à edição da Lei nº 11.000, de 2004, que, em seu art. 1º acrescentava a já citada alínea "*j*" ao art. 5º da Lei nº 3.268, de 1957, permitindo ao Conselho Federal de Medicina fixar e alterar o valor da anuidade única, cobrada aos inscritos nos Conselhos Regionais de Medicina.

Contudo, essa disposição foi objeto de contestação judicial junto ao Poder Judiciário, que a entende inconstitucional. Isso decorre da natureza das funções dos Conselhos Federal e Regionais de Medicina, atividade delegada pelo Poder Executivo a esses órgãos de fiscalização do exercício profissional.

Em decorrência, a anuidade cobrada dos profissionais possui natureza paratributária, vinculando-se, portanto, à estrita legalidade inerente aos tributos. Seu valor e os critérios para sua atualização devem, destarte, ser fixados em lei, vedada a possibilidade de atribuir sua quantificação aos próprios órgãos beneficiários.

O presente projeto, em decorrência, tem por objetivo sanar a lacuna legislativa que se formou devido à rejeição do dispositivo da Lei nº 11.000, de 2004, e estabelecer valor de anuidade condizente com a natureza das atividades prestadas e com a necessidade dos Conselhos.

Para tanto fixa valor condizente aos critérios da modicidade e da proporcionalidade e estabelece que os valores devidos serão objeto de correção pelos índices oficiais e constituirão título extrajudicial diretamente executável em caso de inadimplemento.

Apesar de seu inegável mérito, entendemos que o projeto não comporta apreciação e deve ter declarada sua prejudicialidade.

Com efeito, a matéria foi objeto da Medida Provisória nº 536, de 24 de junho de 2011, que foi modificada no Congresso Nacional, convertendo-se na Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011.

Referida lei estabeleceu critérios de cobrança de anuidades e emolumentos no âmbito do sistema dos Conselhos Regionais e Federal de Medicina, esgotando, portanto, a matéria do projeto ora em exame.

Do exposto, o voto é pela declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 615, de 2011.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senador Humberto Costa, que bem disse na conclusão do seu relatório.

Em votação a declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 615.

Consulto o Senador Wellington Dias se deseja fazer alguma manifestação.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, queria primeiro agradecer e parabenizar V. Exª e o Relator *ad hoc*, Senador Humberto Costa.

Na verdade, como está muito claro no relatório que elaboramos, a Medida Provisória nº 536, que já foi editada, permite o alcance dos objetivos. É por essa razão que aqui apresentamos o relatório pela prejudicialidade, conforme explicitado pelo nosso Relator.

Então queria dizer que houve uma conquista importante, porque creio que a apresentação do Projeto permitiu esse debate. Esse Projeto é um anseio antigo. E há realmente necessidade de se regular, porque os profissionais estavam muito nas mãos dos planos de saúde privados, que faziam força para que não houvesse os reajustes necessários. E a consequência disso

era que havia, na verdade, um risco de termos profissionais de boa qualidade não aceitando muitas vezes participar de determinados planos de saúde, porque o que se remunerava era um valor que dava prejuízo, vamos dizer assim.

Então queria agradecer o Senador Humberto pela forma competente como apresentou aqui o relatório e defender a sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senador Paulo Paim e Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, quero só cumprimentar os Relatores, mas especialmente o autor do projeto, Senador Paulo Davim, que o apresentou. O Governo, em boa hora, reconheceu a ideia que o Senador apresentou e, como era urgente para a categoria, o próprio autor concordou que viesse como medida provisória.

Parabéns, Senador Paulo Davim, pela iniciativa. Que bom que por medida provisória a sua ideia já é lei, mediante entendimento feito com o Executivo.

Espero que com relação ao fator a gente consiga o mesmo um dia e com o reajuste dos aposentados, também.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Senador Paulo Davim, por favor, para concluirmos a votação.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, quero dizer que realmente o objetivo foi atingido. Nós nos sentimos contemplados. Fizemos parte de uma negociação com o Governo. Portanto o objetivo do Projeto está esgotado, porque o Governo atendeu e encaminhou, através de medida provisória que, em outubro de 2011, se transformou em lei.

Então está tudo resolvido.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Comunico aos Srs. Senadores que quem votar com o Relator votará sim para a declaração de prejudicialidade do PLS nº 615, de 2011.

Como vota o Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com os Relatores, "sim", e com o autor.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Humberto Costa?

Voto já conhecido. Vota sim.

Como vota o Senador Wellington Dias?

Voto já conhecido.

Como vota o Senador João Durval?

V. Exª vota com o Relator da matéria, não é?

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Como vota o Senador Waldemir Moka?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Voto "sim".

É importante a declaração do Senador Paulo Davim. Há uma rejeição porque, na verdade, o problema que havia foi solucionado. É importante deixar isso claro, até porque nós temos explicações a dar, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Amélia?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com o Relator, endossando as palavras do Senador Paulo Davim.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Eduardo Suplicy?

Consulto como vota o nosso querido Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o Relator, sim.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Como vota a Senadora Ana Rita?

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Aprovada a declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 615, de 2011.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para a ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Quero agradecer a V. Exª e também fazer um apelo para que as Srªs e os Srs. Senadores devolvam os Projetos de que são relatores. Estamos praticamente acabando de limpar a pauta, aguardando apenas os relatórios que se encontram nos gabinetes das Srªs e dos Srs. Senadores. Então, por favor, devolvam para esta Comissão para que no máximo até o dia 10 ou 15 de dezembro todos os projetos da Comissão de Assuntos Sociais estejam votados e encaminhados, naturalmente, às demais comissões ou ao Plenário da

Casa. É um apelo que eu faço, até para o bom andamento dos trabalhos da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, cumprimento V. Exª, mas pela votação feita aqui, graças ao apoio extrapauta que V. Exª deu, convidaria todos os Senadores que fazem parte da Comissão de Direitos Humanos a comparecer à reunião que teremos às 11 horas para votarmos o Projeto dos autistas.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Sou solidário a V. Exª e gostaria imensamente de estar presente. Todavia, pelo fato de não ser membro, uma vez que V. Exª só convidou quem é membro...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Não! V. Exª é um convidado especial.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – De qualquer forma, vou...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – V. Exª é o convidado de honra da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª sua bondade e generosidade.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Não havendo mais nada para tratar, declaro encerrada a presente reunião e agradeço a presença de todos.

Muito obrigado.

(Iniciada às 9 horas e 5 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 39 minutos.)

ATA DA 43ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 28 DE NOVEMBRO DE 2012, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e dois minutos, do dia vinte e oito de novembro de dois mil e doze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Jayme Campos**, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, Wellington Dias, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Waldemir Moka, Paulo Davim, Romero Jucá, Casildo Maldaner, João Alberto Souza, Cícero Lucena, Cyro Miranda, Mozarildo Cavalcanti, Eduardo Suplicy, José Pimentel, Renan Calheiros, Paulo Bauer, Armando Monteiro e das Senadoras Ângela Portela, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia e Ana Rita. Registra a presença o Deputado Federal Osmar Serraglio. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta. **ITEM 1 – SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 253, de 2009 – Não Terminativo –** *Altera as Leis nºs 12.468, de 26 de agosto de 2011, e 6.094, de 30 de agosto de 1974; e dá outras providências.* **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Durante a leitura do Relatório, o Senador Renan Calheiros apresenta ajuste redacional ao SCD nº 253, de 2009. Aprovado Parecer favorável ao Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 253, de 2009. A matéria vai à Comissão de Serviços de Infraestrutura, para prosseguimento da tramitação. **ITEM 2 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 68, de 2011 – Não Terminativo –** *Estabelece incentivos às empresas para financiamento da formação profissional de seus empregados.* **Autoria:** Deputado Enio Bacci. **Relatoria:** Senador Rodrigo Rollemberg. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido do Relator. **ITEM 3 – OFÍCIO "S" Nº 13, de 2008 – Não Terminativo –** *Encaminha ao Senado Federal documentos referentes a indícios de exploração ilegal de madeira nas terras daquele Estado.* **Autoria:** Procuradoria-Geral do Estado de Rondônia. **Relatoria:** Senador João Costa. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido do Relator. **ITEM 4 – OFÍCIO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 2, de 2012 – Não Terminativo –** *Solicita instruções de procedimento em face da anexa manifestação do sindicato dos médicos do Rio de Janeiro.* **Autoria:** Comissão de Assuntos Sociais (PERMANENTE). **Relatoria:** Senador Mozarildo Cavalcanti. **Resultado:** Aprovado Parecer que conclui pelo arquivamento do Ofício da Comissão de Assuntos Sociais nº 2, de 2012. A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa, para as providências cabíveis. **ITEM 5 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 37, de 2012 – Não Terminativo –** *Revigora os efeitos da Lei n.º 6.297, de 15 de dezembro de 1975, que dispõe sobre a dedução do lucro tributável, para fins de Imposto sobre a Renda das pessoas jurídicas, do dobro das despesas realizadas em projetos de formação profissional, e dá outras providências.* **Autoria:** Senador Benedito de Lira. **Relatoria:** Senadora Lídice da Mata. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido da Relatora. **ITEM 6 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 139, de 2012 – Não Terminativo –** *Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígeros, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal, para proibir a venda de produtos de tabaco nos locais que especifica.* **Autoria:** Senador Paulo Davim. **Relato-**

ria: Senador José Pimentel. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 234, de 2012 – Não Terminativo –** *Dispõe sobre o preenchimento de cotas pelos beneficiários reabilitados ou pessoas com deficiência, de que trata o artigo 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.* **Autoria:** Senador Benedito de Lira. **Relatoria:** Senador João Costa. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido do Relator. **ITEM 8 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 133, de 2011 – Terminativo –** *Acrescenta o art. 59-A à Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre o direito à informação do segurado do Regime Geral de Previdência Social, quanto a resultados de exames médico-periciais para concessão de auxílio-doença.* **Autoria:** Deputado Ricardo Berzoini e outros. **Relatoria:** Senadora Lídice da Mata. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido da Relatora. **ITEM 9 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 236, de 2010 – Terminativo –** *Institui a Ajuda Especial de Mantença para a família que mantém sob seus cuidados pessoa com mais de setenta anos de idade.* **Autoria:** Senador Jefferson Praia. **Relatoria:** Senador Casildo Maldaner. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido do Relator. **ITEM 10 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 165, de 2011 – Terminativo –** *Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para dispor sobre o descredenciamento de prestador ou de profissional de saúde.* **Autoria:** Senador Lobão Filho. **Relatoria:** Senador Cyro Miranda. **Resultado:** Durante a discussão da matéria, o Senador Cyro Miranda apresenta Voto em Separado pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 165, de 2011 (art. 132, § 6º, I do RISF). Encerrada a discussão, a Comissão rejeita o Projeto de Lei do Senado nº 165, de 2011, por maioria, com 13 (treze) votos contrários e 1 (um) voto favorável do Senador João Durval, Relator "ad hoc" vencido. A Presidência designa, nos termos do artigo 128 do RISF, o Relator do Vencido o Senador Cyro Miranda, cujo Voto em Separado passa a constituir o Parecer Vencedor da CAS (art. 132, § 5º do RISF). **ITEM 11 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 334, de 2012 – Terminativo –** *Altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para isentar do Imposto Sobre Produtos Industrializados os veículos adquiridos pelas instituições de formação de condutores..* **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatoria:** Senador Paulo Paim **Resultado:** Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 334, de 2012. **EXTRAPAUTA** – **ITEM 12 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 64, de 2012** – *Requeremos, nos termos regimentais, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, destinada a discutir o impacto das fusões entre companhia aéreas no mercado de trabalho do setor de aviação. Para tanto, sugiro sejam convidados: Sr. Wagner Bittencourt – Ministro da Secretaria de Aviação Civil (SAC); Sr. Marcelo Pacheco dos Guaranys – Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC); Representante do Ministério do Trabalho e Emprego; Sr. Gelson Fochesato – Presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas (SNA);Representante da Gol Linhas Aéreas; Sr. José Márcio Mollo – Presidente do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias.* **Autoria:** Senadora Ana Amélia e outros. **Resultado:** Aprovado. Usam da palavra os Senadores Paulo Paim, Casildo Maldaner, Renan Calheiros, Paulo Davim, Waldemir Moka, Romero Jucá, Mozarildo Cavalcanti, Cyro Miranda, João Durval, Eduardo Suplicy, Wellington Dias, Cícero Lucena e Armando Monteiro, e as Senadoras Ana Amélia, Vanessa Grazziotin e Ângela Portela. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dez horas e trinta e quatro minutos, lavrando eu, Dulcídia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Jayme Campos, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Jayme Campos,** Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Bom dia a todas e a todos.

Esta é a 43ª Reunião Extraordinária.

Havendo número regimental, declaro aberta a 43ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais da 2ª Sessão Legislativa, da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à apreciação do Item nº 1 a 11, conforme pauta previamente divulgada, sendo sete não terminativos e quatro terminativos.

Quero comunicar também que, após a nossa reunião, hoje, estaremos discutindo e votando as emendas de comissão, que são encaminhadas à Comissão de Orçamento. Todos os Srs. Senadores terão a oportunidade de apresentar... consulto a Drª Dulcídia se já entregaram aqui as emendas. (*Pausa.*)

Todos os Srs. Senadores já entregaram e temos, por sinal, o relatório do nosso Relator designado, Senador Romero Jucá. Foram entregues 121 emendas – isso é muito importante.

Quero comunicar, também, alguns pedidos de retirada de pauta; Item nº 5, decisão não terminativa, a matéria é retirada de pauta a pedido da Relatora,

Senador Lídice da Mata, para reexame; requerimento do Senador Romero Jucá, já com a concordância do Relator da matéria, que é o Senador José Pimentel, vamos retirar o PLS nº 139, de 2012; Projeto nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que é pedido também da relatoria para ser retirado de pauta, da Senadora Lídice da Mata.

São três itens que retiramos de pauta, a pedido dos relatores das matérias: itens nºs 5, 6 e 8, com relatoria da Senadora Lídice da Mata e de autoria do Senador Benedito de Lira; de autoria do Senador Paulo Paim; e José Pimentel. Repito: itens nºs 5, 6 e 8. Paulo Davim.

Quero fazer um breve comunicado e registrar aqui já a presença dos Senadores Paulo Paim, da Senadora Ana Amélia, do valoroso Senador Cyro Miranda, que já se encontram aqui na nossa Comissão.

A nossa Comissão tem vários projetos para serem aprovados, todos muito importantes.

Antes de mais nada, quero fazer um pequeno comentário em relação às demissões que estão sendo promovidas pela Companhia de Transporte Aéreo Webjet. Gostaria de comentar pelo fato de que estão sendo demitidos 850 funcionários, o que é muito preocupante para toda a sociedade, principalmente para os nossos aeronautas e pessoas que trabalham nessa área; do total de demitidos, 143 são comandantes e copilotos; 400 são de operação comercial; e o restante dos profissionais do grupo de manutenção. A Webjet tinha o quadro de 1.500 funcionários e uma parte será absorvida pela Gol. No comunicado divulgado pela Gol, a Webjet foi criada em 2005 para ser uma filial de baixo custo, tem um sistema de operação baseado em uma frota composta de grande porte por aviões de idade elevada, alto consumo de combustível – assim diz a empresa – e tecnologia defasada. A Gol concluiu a compra da empresa em outubro de 2011, por R$70 milhões, além de ter assumido uma dívida de cerca de R$200 milhões. Eu chego à conclusão, Senador Paulo, porque até agora não entendi essa comercialização, ou seja, esse negócio feito pelo Gol, em menos de um ano, praticamente, estão já fechando as portas da Webjet, com isso algo parecido com 850 funcionários estão sendo demitidos. A empresa informou que o fechamento é pelo desejo de ter uma operação mais eficiente a partir de 2013. Depois dos gastos com combustível, o segundo maior custo da empresa era com pessoal e os ex-funcionários esperam que o Ministério do Trabalho interceda para que a Gol volte atrás na decisão de demitir os 850 trabalhadores. O Ministério Público, por meio da MP, estuda a possibilidade de intervir, pois a demissão em massa da Gol está sendo considerada incoerente, diante da perspectiva de crescimento do setor. Além disso, pelo que assistimos esta semana, na Comissão de Infraestrutura do Senado, ainda não há perspectiva de acordo entre representantes da empresa dos trabalhadores do setor aéreo. O risco é a eventual paralisação dos aeroportos no período de festa de fim de ano, porque a data base dos trabalhadores do setor é agora em dezembro.

Na audiência pública realizada aqui no Senado, na Subcomissão Temporária sobre Aviação Civil, ficou claro que há impasse nas negociações. O Sindicado Nacional dos Aeronautas disse que a categoria não abre mão do repasse integral da inflação e o aumento real dos seus salários; já o Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias alegam que não há obrigatoriedade legal da recomposição da inflação dos salários. O setor, é bom que se esclareça, emprega cerca de 50 mil pessoas em nosso País.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente, em torno desse assunto, quero cumprimentá-lo pela abordagem desse problema, que atinge duas pontas e ,do ponto de vista social, duas pontas importantes: uma, no trabalho, com as demissões feitas com o fechamento das operações da Webjet, subsidiária da Gol; de outro lado, o prejuízo aos consumidores, porque, quanto maior concentração, maior o aumento do preço do bilhete aéreo e maior prejuízo da disputa de mercado, uma retração na concorrência.

Então, eu queria, a propósito, por conta até de quórum, solicitar a V. Exª fazer uma breve inversão de pauta, porque eu tenho um requerimento – cujo apoiamento eu quero agradecer – para fazer uma audiência pública para trazer as companhias aéreas, a fim de discutir esse assunto nos dois aspectos desse tema, que é o emprego e também a questão do consumidor.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Exª será atendida na forma regimental, estamos aguardando a assinatura de V. Exª para fazermos aqui o encaminhamento da matéria. Vamos ler aqui o requerimento e V. Exª pode encaminhar.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Por favor, Dulcídia, está pronto o requerimento, a Senadora Ana Amélia já assinou. A senhora é mais rápida do que eu esperava. Já chegou e já assinou.

Também tem um pedido de audiência, se não me falha a memória do Senador Paulo Paim também, que vamos colocar na mesma hora em votação – os dois.

Temos dois requerimentos, um já está aprovado, o de V. Exª. Vamos marcar a data, já estamos com o

calendário do evento aqui, como também da Senadora Ana Amélia, vamos marcar também, se possível, quanto mais rápido. Temos o do Senador Paulo Paim. Consulto se V. Exª tem uma data que gostaria de realizar o evento. A nossa Secretária forneceu uma data disponível, se for da concordância de V. Exª, Senador Paulo, no dia 10, segunda-feira, e nos dias 11 ou 18, no mês de dezembro.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, esse requerimento é sobre o Estatuto da Juventude, de que sou relator, por indicação de V. Exª. Eu acho que o dia 18, devido às minhas audiências lá na Comissão todas agendadas...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Fica confirmado, dia 18, audiência pública ... Já está aprovado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Diga-me, se me permitir V. Exª, vai ser uma audiência pública da Comissão de Assuntos Sociais e Direitos Humanos. V. Exª vai, naturalmente, presidi-la e eu me sentirei muito contemplado porque V. Exª me indicou como relator. No dia vai ser a primeira experiência em que o Senado fará esse tipo de audiência pública interagindo com todo o País, o que só fazíamos antes lá no Interlegis. A sua Comissão e a minha...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Exª é prestigiadíssimo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Fomos escolhidos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Tanto é verdade que V. Exª com esse requerimento vai ser, pela primeira vez, vai acontecer aqui no Senado essa interação com a sociedade brasileira.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Da forma que acontecia no Interlegis.

Quero cumprimentá-lo, porque V. Exª aceitou logo que o Senado decidiu mediação, conversaram também comigo, eu que sou dos Direitos Humanos, eu disse que o ideal seria fazermos aqui pelo projeto de que sou inclusive relator. Então, estaremos juntos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Se Deus quiser.

O Projeto chama-se e-Cidadania.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Isso, o Estatuto da Juventude.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Não, Estatuto da Juventude e Cidadania.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Esse será o lançamento oficial praticamente, porque só o Interlegis realizava esse evento. Será realizado pela primeira vez aqui em nossa Comissão.

Está de parabéns V. Exª.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Em homenagem à juventude brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – É verdade.

Aqui nós temos outros assuntos, entretanto eu quero já colocar em votação os requerimentos, extrapauta, já com a presença da nossa extraordinária Senadora Ana Amélia.

EXTRAPAUTA

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 64, DE 2012

Requeremos, nos termos regimentais, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, destinada a discutir o impacto das fusões entre companhia aéreas no mercado de trabalho do setor de aviação. Para tanto, sugiro sejam convidados:
– Sr. Wagner Bittencourt – Ministro da Secretaria de Aviação Civil (SAC);
– Sr. Marcelo Pacheco dos Guaranys – Presidente da Agência Nacional de
Aviação Civil (ANAC);
– Representante do Ministério do Trabalho e Emprego;
– Sr. Gelson Fochesato – Presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas (SNA)
– Representante da Gol Linhas Aéreas;
– Sr. José Márcio Mollo – Presidente do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias.
– Sr. Hildebrando Hoffmann, Coordenador do Curso de Engenharia Aeronáutica da PUC/RS.
Autoria: Senadora Ana Amélia e outros

Esse requerimento é da Senadora Ana Amélia, que tem como coadjuvante o Senador Jayme Campos, que assinou com V. Exª de forma prazerosa.

Concedo a palavra a V. Exª, Senadora Ana Amélia, para fazer o encaminhamento do seu requerimento.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente Jayme Campos, caros colegas Senadores, esta matéria tem, como eu disse, um impacto social importante e é esse o motivo porque fiz o requerimento, com apoio de V. Exª, para fazermos essa audiência pública.

Eu acrescentaria, ou substituindo o Dr. Hildebrando Hoffmann, para ser um número maior, o Presidente do Sindicato das Empresas de Transporte Aéreo. É fundamental, embora esteja aqui o representante da Gol, especificamente; também é preciso que esteja, porque queremos discutir a questão da concentração da operação, já que não há concorrência de empresas internacionais no mercado. A gente pode abordar

esse aspecto, então, ou substituir ou manter o Dr. Hildebrando Hoffmann, acrescentando o Presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Transporte Aéreo.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira se manifestar, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queriam permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

É o seguinte o requerimento aprovado:

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 64, DE 2012

Requeremos, nos termos regimentais, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, destinada a discutir o impacto das fusões entre companhia aéreas no mercado de trabalho do setor de aviação. Para tanto, sugiro sejam convidados:
– Sr. Wagner Bittencourt – Ministro da Secretaria de Aviação Civil (SAC);
– Sr. Marcelo Pacheco dos Guaranys – Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC);
– Representante do Ministério do Trabalho e Emprego;
– Sr. Gelson Fochesato – Presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas (SNA);
– Representante da Gol Linhas Aéreas;
– Sr. José Márcio Mollo – Presidente do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias.
Autoria: Senadora Ana Amélia e outros.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Quero fazer um pequeno comentário, aproveitando os Srs. Senadores, em relação ao Instituto do Câncer, que divulgou, nessa terça-feira, um mapa de incidência de caso de câncer de colo de útero em nosso País, mostrando que houve uma importante queda no número de mortes.

A pesquisa foi feita em 22 cidades e o estudo traz algumas boas notícias. Uma delas é a redução do número de casos de câncer de colo de útero, na maioria das capitais pesquisadas. Curitiba apresentou a principal queda, seguida de São Paulo, Palmas e Salvador. Segundo o diretor do Inca, Luiz Antonio Santini, a redução do câncer de colo do útero tem uma clara relação com acesso das mulheres aos exames preventivos. Essa é a primeira vez que o Inca faz o mapa de câncer no Brasil, usando as taxas de incidência e mortalidade dos principais tipos de doença no País.

A pesquisa, Senador Paulo Davim, reuniu dados dos últimos 12 anos. Entre homens diminuiu o número de casos de câncer no pulmão em São Paulo, Salvador e Curitiba, nessas três cidades; mas, entretanto, entre as mulheres, em todas as cidades pesquisadas, houve um aumento.

Qual é a explicação? Elas começam a fumar depois que os homens e, agora, os casos estão aparecendo mais. Quanto ao câncer de mama, sete das dez capitais que fizeram parte do estudo registraram crescimento nos casos, algo em torno de 50 mil novos casos por não e a tendência é aumentar. Na medida em que a população envelhece, o maior número de pessoas entram na faixa de risco do câncer de mama e aí vai aparecer com maior freqüência.

Portanto, melhor mesmo é a prevenção já que o câncer é altamente prevenível. Uma boa notícia por um lado, do outro também não são das melhores, em relação às nossas mulheres o câncer de mama aumentou. Diminuiu de um lado, e aumentou de outro.

Então, são notícias até certo ponto alvissareiras, entretanto, nós temos que trabalhar com a prevenção. Acho que é o melhor caminho que nós temos para, de fato, reduzirmos o índice de câncer em nosso País.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto o Senador Paulo Paim – naturalmente, a autoria é da Senadora Vanessa Grazziotin, mas, como ela não está aqui no momento, e já chegaram vários pedidos aqui à Secretaria de vários relatores – se podemos fazer uma inversão de pauta em relação ao Item nº 11, que é o projeto da Senadora Vanessa Grazziotin, para leitura.

É um projeto terminativo, não há nenhum impedimento regimental e nós podemos, naturalmente, fazer a leitura do seu relatório.

Item 11, p. 166:

ITEM 11

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 334, de 2012 – Terminativo –

Altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para isentar do Imposto Sobre Produtos Industrializados os veículos adquiridos pelas instituições de formação de condutores.
Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin
Relatoria: Senador Paulo Paim
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 334, de 2012.

Comunico também que a votação será nominal. E concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para

proferir o seu relatório. Depois, entramos em fase de discussão e, logo depois – evidente –, encerramos e entramos em processo de votação.

Por favor, Senador Paulo Paim, V. Exª está com a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pois não, Presidente.

É um projeto que merece todo o nosso apoio – elaborado pela Senadora Vanessa Grazziotin –, porque visa garantir a isenção do Imposto Sobre Produtos Industrializados a veículos adquiridos por instituições de formação de condutores.

Nós todos falamos tanto em ensino técnico, não é? Falamos tanto da formação do nosso povo, da nossa gente, mas quando vem um projeto que aponta nesse sentido, de um parlamentar, há sempre alguém que diz que aí não vale. Mas no outro sentido vale. Por isso que eu dou meu parecer com muita tranquilidade.

Vou ler o parecer – o parecer é breve –, já que nós não temos quórum ainda para votar o projeto da nobre Senadora Vanessa Grazziotin.

Relatório.

O Projeto de Lei do Senado nº 334, de 2012, da ilustre Senadora Vanessa Grazziotin, pretende estender às autoescolas a isenção de Imposto sobre Produto Industrializados (IPI) hoje concedida a taxistas e portadores de deficiências física – e que bom que hoje é assegurado aos taxistas e às pessoas com deficiência física –, visual, mental severa ou profunda, ou autistas… E, diga-se de passagem, hoje nós vamos aprovar lá na Comissão de Direito Humanos, de forma definitiva, acordo firmado aqui com V. Exª, o projeto dos autistas, que movimenta hoje o Brasil todo. Por isso eu disse que concordava, na Comissão – estou aproveitando o gancho –, de não votar naquele dia, embora a Comissão aqui tenha feito todo o papel, entregou-me o projeto pronto para votar. Daí foi pedido, por setores do Governo, que eu não votasse naquela quarta. Eu concordei, mas disse que nesta quarta votaria de qualquer jeito. Felizmente, vamos votar. Agora nesse momento, Senador Jayme Campos, sua Comissão está ao vivo para todo Brasil, e eu asseguro que a votação vai acontecer. Houve entendimento com setores do Governo que eram contra partes ou alguns artigos do projeto dos autistas.

Enfim, quando da aquisição de veículos, que vem sendo seguidamente prorrogada pelo seu inegável valor social.

A medida propriamente dita está no art. 1º do Projeto.

O art. 2º determina que o Poder Executivo, em cumprimento aos arts. 5º e 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estime o montante da renúncia decorrente do benefício e o inclua no demonstrativo que acompanhará o projeto de lei orçamentária cuja apresentação se der após decorridos 60 dias da publicação da lei em que se tornar o projeto em análise, bem como fará constar o valor da renúncia das propostas orçamentárias subsequentes.

O art. 3º é a cláusula de vigência. Segundo esclarece o parágrafo único do artigo, a isenção só produzirá efeitos após a implementação da medida prevista no art. 2º.

Para justificá-la, a autora, Senadora Vanessa Grazziotin, se vale de estatísticas relativas a acidentes de trânsito, lembrando que o problema é a terceira causa de morte no País, o que demonstra a importância social do serviço prestado pelas autoescolas. O incentivo terá o condão de contribuir para a renovação da frota, com consequente aumento da segurança na praticagem. Ou seja, teremos menos acidente de trânsito, menos sequelas, menos gastos para o próprio Governo e, o mais importante, vão diminuir as mortes.

A proposição tramita, em caráter terminativo nesta Comissão.

A análise da matéria pela Comissão de Assuntos Sociais, em caráter terminativo, tem fundamento no inciso IV do art. 100, combinado com o inciso I do art. 91, ambos do Regimento Interno do Senado Federal.

Sob o ponto de vista constitucional, a iniciativa encontra respaldo nos arts. 48, I, 61, e 153, IV, da Lei Maior, visto que se trata de projeto de lei ordinária, sobre matéria concernente à União, que não se encontra entre as competências exclusivas do Executivo.

Além disso, o projeto está em conformidade com o §6º do art. 150 da nossa Constituição Federal, que exige lei específica federal para regular isenção concedida sobre tributo da competência legislativa da União.

Também sob o ponto de vista da juridicidade, não há qualquer impedimento à aprovação da matéria, uma vez que a proposição tem caráter geral, inovando o ordenamento jurídico por meio do instrumento legislativo adequado e sem ofender os seus princípios diretores.

No mérito, os bem colocados argumentos da justificação ao projeto são precisos e demonstram com clareza a justiça e a utilidade da medida: o incentivo à renovação da frota de veículos das escolas de formação de condutores de veículos é merecido, pelos relevantes serviços que prestam à sociedade, e irá, certamente, favorecer o aumento da segurança e eficiência dessas instituições na sua nobre missão.

No que diz respeito à técnica legislativa e à adequação à Lei de Responsabilidade Fiscal, nenhum reparo deve ser feito.

Enfim, o voto, ante o exposto, só poderia ser pela aprovação do projeto da nobre Senadora Vanessa Grazziotin.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senador Paulo Paim.

Não temos quórum ainda, mas está em discussão a matéria.

Eu consulto aos Srs. Senadores se há Senador que queira discutir.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Primeira pergunta que faço é se já temos números para votar os não terminativos. Há número de assinaturas no livro para que possamos votar os não terminativos?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Estamos chegando ao número já.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Estamos chegando.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Mas não há nenhum impedimento para que se faça a leitura. Todavia, vamos aguardar, naturalmente, a presença de alguns Relatores que já ligaram pedindo que tivéssemos um pouco de paciência.

Porque nós temos outras matérias que podem ser lidas aqui. Vou pedir para que o Senador…

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Quero fazer um apelo a V. Exª, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com muito prazer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – O Item nº 1 não é de nossa autoria – deixando bem claro. É, na verdade, um projeto que vem da Câmara dos Deputados, da relatoria do Senador Renan Calheiros.

Eu tenho recebido centenas de cartas – centenas –, pedindo que eu apoiasse esse projeto. Repito, não é de minha autoria.

Qual é a essência do projeto? O taxista é um cidadão sofrido, e nós sabemos disso, pois todos nós vivemos de um taxista. O taxista morre…

Pois bem, hoje, da forma como está a lei, e me perguntam se há lei, claro que existe lei. Mas a Câmara está mudando a lei e o relatório muda a lei para assegurar que o dependente fique com a concessão. É só isso. Vamos deixar claro isso. Porque atualmente, baseado na lei que existe, eles não estão deixando que o familiar fique com a concessão.

Então, trabalha o pai e o filho; o proprietário é o pai. O pai morreu, a família fica sem nada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – O projeto é meritório pelo fato de que vai para o espólio.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Claro, é isso.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – O cidadão falece, vai a óbito, e essa concessão, talvez, fosse o único bem que ele poderia ter.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – O único bem da família.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Ele indo a óbito, trabalhou 30, 40 anos e, daqui a pouco, não tem nem isso para deixar para a família.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Aí a prefeitura dá para quem quiser.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – De fato, hoje, até se abrem licitações, às vezes são concessões por… Esse projeto é um projeto meritório, é um projeto social e, sobretudo – porque é muito bom chamarmos a atenção –, é a única coisa que muitas vezes o cidadão tem ao seu alcance.

Nesse projeto, ele fica no espólio e poderia ser vendido futuramente, até para quitar algum passivo, depois que, comprovadamente, tiver os familiares apresentado. O juiz que vai fazer com que o espólio possa quitar algum passivo que, eventualmente, ele deixe.

Então o projeto é louvável. Muito bom.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Quero cumprimentar o Senador Renan Calheiros, que foi o Relator.

E se V. Exª assim entendesse, o Senador Renan Calheiros não estiver…

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Ele está chegando.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Está vindo?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Está vindo já.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Então é importante porque um belo projeto.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Ele faz questão absoluta de fazer a leitura.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu também faria se fosse eu. Por isso, Senador Renan, se estiver nos ouvindo, venha logo. Porque o projeto merece aqui a sua presença.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Está chegando daqui a pouco para fazer a leitura.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Nós suspendemos, então, a discussão do item 11.

Daqui a pouco nós podemos voltar para a pauta, conforme, naturalmente, se forma o quórum aqui na nossa Comissão.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Nós temos aqui já a presença, também, do nosso Vice-Presidente, o Senador Casildo Maldaner. Eu consulto a V. Exª se já está em condições de fazer o relatório do item 9.

Com a presença do nosso Relator, item 9, p. 141. Decisão terminativa. Eu consulto ao Senador Casildo se V. Exª está apto para fazer a leitura. Com certeza, como sempre, eficiente e competente:

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 236, de 2010
– Terminativo –

Institui a Ajuda Especial de Mantença para a família que mantém sob seus cuidados pessoa com mais de setenta anos de idade.
Autoria: Senador Jefferson Praia
Relatoria: Senador Casildo Maldaner
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2010.

Em 28/06/2012, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa aprovou o parecer favorável ao projeto.

A votação, eu comunico, será nominal.

Eu concedo a palavra ao Senador Casildo Maldaner para proferir o seu relatório.

Solicito, também, a toda assessoria e aos presentes aqui, um pouco de silêncio. Por favor.

Com a palavra o Senador Casildo.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente e caros colegas,…

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente, aqui estou.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito bem, Renan, estou aqui defendendo seu relatório, heroicamente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Mas vai ser aprovado por unanimidade.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente e caros colegas, com a chegada do Senador Renan, que naturalmente tem propostas para defender, eu vou tentar resumir, Sr. Presidente.

É da Comissão de Assuntos Sociais a decisão terminativa sobre o Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2010, do Senador Jefferson Praia, que institui a Ajuda Especial de Mantença para a família que mantém sob seus cuidados pessoa com mais de 70 anos de idade.

Está tocando algum celular aqui, que está fazendo algum movimento aqui…

Então, Sr. Presidente, essa proposta é do Senador Jefferson Praia que, por sinal, tinha assumido aqui na Casa no lugar do Senador Jefferson Peres. Então, ele deixou a nós todos uma proposta e coube a minha pessoa fazer um relatório desse mesmo projeto.

Em resumo, Sr. Presidente, caros colegas, o ex-Senador Jefferson Praia deixou essa proposta dizendo que em uma família de três, ou quatro, ou cinco membros, se houver uma pessoa idosa com mais de 70 anos, e a média da renda família não der um salário mínimo, ele propõe – para ajudar a manter a sobrevivência e o bem-estar dessa pessoa idosa –, ele propõe, Sr. Presidente, caros colegas, que alguém da mesma família seja escolhido para receber até um salário mínimo com a finalidade de ajudar na manutenção dessa pessoa idosa. Essa é a proposta.

Por quê? Se em uma família de três, quatro, cinco membros, a média dos ganhos não chegar a um salário mínimo, então alguém da família se cadastra e fica responsável por receber mais um salário mínimo para ajudar na manutenção dessa pessoa. Essa é a proposta do ex-Senador Jefferson Praia.

E nós, analisando isso, questionamos como esse procedimento será feito. Aí, é claro, havendo isso, a família tem de se cadastrar – toda a família –, tem de informar quanto recebe e, se comprovado que a média da renda não chega a um salário, alguém vai ser indicado para se cadastrar e receber e será o responsável pela família para ajudar na manutenção dessa pessoa acima de 70 anos.

Em resumo, Sr. Presidente, para não ler todo o relatório, se consuma nesse parâmetro. Eu conclui essa proposta com o relatório que, embora dê algum trabalho, é uma questão social muito nobre. Deu trabalho, mas vale a pena para ajudar essa família que vive às penas, para ajudar não só na própria sobrevivência, mas, principalmente, na sobrevivência dessa pessoa que carece, talvez, até de uma terceira pessoa para ajudar na sua manutenção.

Em resumo é essa a proposta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senador Casildo Maldaner.

Já quero registrar também a presença do valoroso Senador baiano, João Durval, e do nosso Líder, Senador Renan Calheiros, que também tem um projeto muito interessante, que por sinal já tinha sido comentado, e, antes da sua chegada, V. Exª já estava recebendo elogios aqui.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Enquanto eu me dirigia aqui à Comissão, eu tive a honra de ouvi-lo, meu Presidente, ouvi também o Senador

Paulo Paim. E isso é muito bom, pois é o aquecimento para a discussão que nós vamos ter daqui a pouco.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Em discussão a matéria do projeto.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Para discutir a matéria do projeto que teve a relatoria do Senador Casildo Maldaner.

Com a palavra, para discutir, Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, não obstante o relevante mérito dessa matéria e a brilhante relatoria feita pelo Senador Casildo Maldaner, eu confesso que tenho uma preocupação. A preocupação de saber de onde sairão os recursos para atender a esse meritório projeto.

Portanto, Sr. Presidente, eu sugiro que haja uma discussão do ponto de vista econômico, de viabilidade econômica, dessa matéria. Eu sugiro que essa matéria passe pela CAE.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto V. Exª, Senador Casildo, como Relator da matéria.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Com todo respeito ao nobre Relator.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Não há problema nenhum. De nossa parte, acho que até ajuda…

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Mas eu comunico a V. Exª também, que, por questão do Regimento Interno, para essa possibilidade, tem de ser votado um requerimento lá no plenário da Casa para ser encaminhado à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, na verdade, eu acho que na hora em que essa matéria for avaliada, na hora em que as informações necessárias forem fornecidas, a questão do impacto, a gente delibera com mais tranquilidade, entendeu, Senador?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Se bem que, na verdade, o impacto será tão pequeno! Isso aqui vai envolver o quê? Vai envolver o Bolsa Família, sem dúvida alguma. Porque, para ter uma renda *per capita* abaixo do salário mínimo, já deve ter gente da família percebendo bolsa família. E aí, se não der uma renda *per capita* de um salário mínimo na família, então para ajudar na manutenção do idoso, que muitas vezes carece é de um terceiro, naturalmente vai envolver o Bolsa Família, que cuida dessa questão social.

Não há por que outro encaminhamento. Essa é a visão da proposta, e nós também caminhamos nessa direção. Não vejo como buscar outra solução nesses casos, que são poucos no Brasil, mas que podem acontecer. Envolve, sem dúvida alguma, o Bolsa Família. Quando a renda *per capita* é abaixo do salário mínimo é o Bolsa Família que trata dessas pessoas carentes. E, naturalmente, no momento que comprovar que a família subiu sua renda *per capita,* cancela-se essa ajuda. Essa era a intenção do eminente ex-Senador Jefferson Praia quando apresentou à Casa essa proposta.

Mas, de minha parte, havendo a permissão regimental de que se ouça também a Comissão de Assuntos Econômicos para tratar dessa questão, que, no fundo, é o Bolsa Família, não há problema nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Eu faço apenas uma observação de que nós temos duas situações. Uma é que pode ser o pedido de retirada de pauta do próprio Senador Casildo Maldaner, que é regimental; outro, também, um pedido de vista, se possível coletivo, para que se possa apresentar o requerimento lá no Plenário da Casa e naturalmente chegar aqui. É a título de sugestão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Permita-me, Sr. Presidente, sobre o tema?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Primeiro, entendo que a matéria é uma homenagem até a um dos grandes lutadores deste País, que foi Jefferson Praia...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Péres.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Péres. Ninguém esquece o trabalho deste Senador no período em que esteve aqui...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – O que o Paulo está dizendo é que ele foi substituto do Senador Jefferson Péres, entretanto, a autoria do projeto de fato, Senador Paulo Paim, só para esclarecer, é do Senador Jefferson Praia, que o substituiu naquela oportunidade.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – E que substituiu o Jefferson Péres, por isso eu falava. Seria uma homenagem inclusive a Jefferson Péres, que teve um mandato intocável, belíssimo mandato nesta Casa. Entendo que a proposta vai beneficiar os idosos, que é o setor, no meu entendimento, mais discriminado neste País. Tudo o que é para o idoso é difícil neste País.

E por isso, Sr. Presidente, primeiro eu quero dizer que sou totalmente favorável ao projeto, favorável ao relatório do Senador Casildo Maldaner, mas também entendo que a questão merece um bom debate. Por

isso acho que o encaminhamento que V. Exª dá é adequado: o Senador Paulo Davim tem que encaminhar um requerimento para que vá para outra comissão e o debate nós continuamos fazendo na busca da aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Então nós vamos fazer a retirada de pauta.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Para facilitar, eu retiro, de minha parte, para que o Senador Paulo Paim ...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Paulo Davim .

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – ... possa fazer essa proposta, o requerimento à oitiva da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Perfeito! Então fica acordado aqui, diante dos Srs. Senadores, a retirada de pauta desta matéria pelo fato de que o Senador Paulo Davim vai fazer um requerimento no Plenário para seja encaminhada esta matéria à Comissão de Assuntos Econômicos. O.k.?

Contamos com a presença aqui do nosso companheiro e querido Vice-Presidente, Senador Waldemir Moka, e também do Senador Mozarildo Cavalcanti.

Item 1 da pauta, decisão não terminativa, p. 14:

ITEM 1

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 253, DE 2009 – Não Terminativo –

Altera as Leis nºs 12.468, de 26 de agosto de 2011, e 6.094, de 30 de agosto de 1974; e dá outras providências.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Renan Calheiros

Relatório: Pela aprovação do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 253, de 2009.

Observações:

– A matéria vai à Comissão de Serviços de Infraestrutura;

– Votação simbólica.

Concedo a palavra ao ilustre Senador, companheiro e amigo, Renan Calheiros para proferir o seu relatório.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Presidente Jayme Campos, em primeiríssimo lugar, gostaria de agradecer a V. Exª a minha designação para que eu pudesse relatar importantíssima matéria, que regulamenta a transmissão, a qualquer título, de autorização para exploração de serviços de táxi no Brasil.

Nós, que sempre tivemos familiaridade com esses assuntos, evidentemente que com esses interesses dos taxistas brasileiros, há anos, desde a isenção, quando era importante a isenção do IPI ainda nos tempos de chumbo – porque essa isenção verdadeiramente começou ainda no governo Figueiredo –, depois a extensão da isenção para os impostos estaduais, sobretudo para o ICMS, e daí por diante todos os direitos que consagraram taxistas que exercem essa difícil atividade noite e dia, até então sem regulação.

Ultimamente, nós tivemos a oportunidade de votar aqui, no Congresso Nacional, uma legislação toda de defesa dos interesses dos taxistas, que contou com a liderança, com o relatório, com o parecer, com a mobilização desse valoroso Senador Paulo Paim.

Mas, no relatório que trago, Sr.Presidente, vem a exame desta Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, em caráter não terminativo, o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 253, de 2009, de autoria do Senador Expedito Júnior – que foi nosso colega aqui no Senado Federal, um excepcional Senador, que conseguiu aprovar importantes matérias para o seu Estado e para o Brasil –, que regulamenta a transmissão, a qualquer título, de autorização para exploração de serviço de táxi.

O Projeto de Lei do Senado, Sr. Presidente e Srs. Senadores, nº 253, de 2009 foi aprovado pela Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, na forma do substitutivo apresentado pela então Senadora Rosalba Ciarlini, hoje Governadora do Estado do Rio Grande do Norte.

Ainda no Senado Federal, a proposição recebeu parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sob a relatoria do nosso querido Senador Gim Argello, do Distrito Federal – e quero também destacar aqui o papel do Senador Gim Argello, sem o qual nós não estaríamos hoje aqui nesta Comissão apreciando este importante projeto de interesse dos taxistas do Brasil. A contribuição do Senador Gim Argello foi na forma de substitutivo também já previamente aprovado aqui.

Sem recurso para manifestação do Plenário do Senado Federal no prazo regimental, a matéria foi remetida à revisão da Câmara dos Deputados, em cumprimento ao disposto no art. 65 da Constituição Federal.

Na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei nº 6.359, de 2009, (denominação numérica dada ao PLS n º 253, de 2009 naquela Casa do Congresso Nacional) foi despachado, Sr. Presidente, Srs. Senadores, para apreciação conclusiva das Comissões de Viação e Transportes e de Constituição, Justiça e de Cidadania

Na Comissão de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados foi aprovado o projeto por unanimidade – foi aprovado através do relatório do Deputado

Devanir Ribeiro; do nosso querido Deputado Devanir Ribeiro –, nos termos de substitutivo proposto e, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, Sr. Presidente e Srs. Senadores, pela aprovação do Substitutivo da Comissão de Viação e Transportes.

Aprovada a matéria na Câmara dos Deputados, na forma de substitutivo, retorna, portanto, ao Senado Federal para nova apreciação.

E me permita, Sr. Presidente e Srs. Senadores, fazer aqui uma rápida análise dessa nova apreciação.

Esta Comissão detém competência, nos termos do art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal – Senador João Alberto, é um prazer muito grande tê-lo aqui de volta ao Senado Federal, especialmente a esta Comissão, para a qual, em todos os momentos da sua atividade parlamentar, V. Exª fez questão de prestar relevantes serviços –; o inciso XI do mesmo dispositivo constitucional determina que a titularidade da competência para editar leis sobre trânsito e transportes também recai de forma exclusiva sobre a União.

O Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 253, de 2009 atualizou a matéria em face da superveniente promulgação da Lei nº 12.468, de 26 de agosto de 2011, que regulamentou a profissão de taxista – da qual falei aqui há pouco – tal qual busca o presente projeto.

Por esta razão, Sr. Presidente, e em obediência aos ditames da Lei Complementar nº 95, de 1998, harmonizou as alterações legislativas, que passa a se referenciar na preexistente Lei nº 12.468, de 2011.

Os direitos dos taxistas ficaram preservados e delineados de forma mais apropriada, pois o substitutivo, à luz do Direito Civil, melhorou o texto para assegurar o direito de sucessão da autorização para a exploração do serviço de taxi, estabelecendo apenas que essa transferência deve se operar com a anuência do Poder Público, que exerce a fiscalização desta atividade – esta é a maneira legal, constitucional para se contornar uma dificuldade que até então existia, que é garantir na lei que essa transferência deve se operar mediante a anuência do Poder Público, que exerce a fiscalização dessa atividade, portanto, o Poder Público municipal. A sucessão, neste caso, Sr. Presidente e Srs. Senadores, é uma sucessão de direitos e obrigações, inclusive no que concerne à isenção tributária – a que eu me referi há pouco – de que trata o art. 1º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995.

O Substitutivo ressalvou, entretanto, que após a transferência, o táxi somente poderá ser conduzido por titular que preencha os requisitos exigidos para a outorga.

Algumas inovações, Sr. Presidente, foram introduzidas pela Câmara dos Deputados, destacando-se a alteração de redação introduzida nos § 1º e 2º da Lei nº 6.094, de 30 de agosto de 1974, ficando estabelecido que os auxiliares de condutores autônomos – a legislação falava ainda de condutores autônomos e eu queria fazer uma rápida emenda de redação para chamá-los de condutores individuais de veículos rodoviários – contribuirão para o Regime Geral da Previdência Social de forma idêntica aos contribuintes autônomos do passado, e que o contrato que rege as relações entre autônomos, ou seja, entre individuais e os auxiliares é de natureza civil, não havendo qualquer vínculo empregatício nesse regime de trabalho.

O art. 3º do Projeto de Lei do Senado nº 253, de 2009, foi suprimido pela Câmara dos Deputados sem uma justificação clara, explícita, precisa, mas que, Sr. Presidente, em nada prejudica a regulamentação pretendida pela matéria pois tais exigências ali previstas podem ser objeto de regulamento.

Por fim, a cláusula de vigência prevê que a lei somente entrará em vigor 90 dias após a sua publicação. Trata-se de matéria de amplo alcance social e que, Sr. Presidente Jayme Campos, já tramita no Congresso Nacional há mais de três anos, ou seja, já foi aprovado aqui por três Comissões, aprovado pelo Plenário do Senado Federal...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT. *Fazendo soar a campainha*.) – Solicito silêncio!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Aprovado pelo Plenário do Senado Federal, foi para a Câmara dos Deputados, tramitou em três Comissões, onde foi aprovado. Como, ao final, foi aprovado um Substitutivo, voltou para apreciação do Senado Federal.

O Substitutivo da Câmara dos Deputados, ao fixar a autorização como a única forma de outorga desse serviço, tal qual o fez a referida Lei nº 12.468, promoverá, Presidente Jayme Campos, a simplificação, a racionalização e o controle dessa atividade, a qual poderá ser exercida por todos aqueles que satisfaçam os requisitos técnicos, sem precisarem submeter-se a uma licitação pública. Isso deverá favorecer, sem dúvida nenhuma, a entrada de mais profissionais no mercado, melhorando a oferta quantitativa e qualitativa do serviço de táxi no Brasil. O aumento da concorrência entre os profissionais, claro, deverá também melhorar e beneficiar o próprio usuário, o próprio consumidor.

Sr. Presidente, o voto.

Em face do exposto, votamos pela aprovação do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 253, de 2009. Há pouco, conver-

sando aqui com o Senador Paulo Paim, o Senador Paulo Paim me falava, Sr. Presidente – e eu gostaria de, antes de concluir a leitura e a defesa do parecer, destacar –, que, em função do fato de nós já termos votado essa matéria em três comissões do Senado, e no próprio Plenário, de termos votado essa matéria em três comissões da Câmara dos Deputados, e de termos votado essa matéria aqui, numa profunda análise do próprio mérito, já o Substitutivo aqui na Comissão de Assuntos Sociais presidida por V. Exª, era muito importante, e eu concordo com o Senador Paulo Paim, que, aprovando esta matéria hoje aqui, nós pudéssemos – e desde já eu faço um apelo a V. Exª e falarei com cada um dos Lideres das bancadas do Congresso Nacional – apreciar em homenagem aos taxistas do Brasil, que vivem uma situação absurda. Eles hoje fazem um financiamento com isenção fiscal, com juros reduzidos, é claro – isso, não é, Paim, já é produto de muitas lutas aqui no Congresso Nacional –, mas se, por acaso, ele morre, ele perde a concessão. Ele tem que se haver com o financiamento do automóvel, não pode transferir a sucessão, diferentemente, Sr. Presidente, do que acontece com qualquer concessão de serviço público no Brasil, ou mesmo com qualquer permissão, o que acaba sendo um negócio. E o negócio do taxista não é tratado como tal.

Então, eu gostaria de pedir a V. Exª, antes mesmo da apreciação, os esforços para que nós pudéssemos levar daqui da Comissão este projeto para o Plenário em caráter de urgência urgentíssima para que nós deliberássemos definitivamente sobre essa matéria. Senador Jayme Campos, é muito importante esse pedido que em nome da nossa bancada estou fazendo a V. Exª: deliberar sobre essa matéria no Plenário do Senado Federal ainda este ano, porque certamente nós vamos ter o encerramento do ano legislativo mais ou menos ali entre o dia 19 e 20 de dezembro. Mas tenho plena convicção de que V. Exª vai nos ajudar e ajudar os taxistas do Brasil para que nós tenhamos a apreciação definitiva até o final do ano.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª., Senador Renan Calheiros. E só comunicando que a Mesa, com certeza, e os demais pares desta Comissão têm toda a disposição; entretanto, regimentalmente, eu faço também uma apelo a V. Exª porque hoje nós já colocamos no Plenário da Casa para ser votado este requerimento que V. Exª propôs aqui – como Líder, é bom que se esclareça – e nós encaminharemos. Se possível, amanhã, no máximo, estará no plenário da Casa e votamos, naturalmente dependendo da boa vontade do Presidente Sarney, que será, com certeza, generoso, até pela qualidade, sobretudo, meritória ao projeto como é.

E quero cumprimentar V. Exª, sensível às causas do trabalhador brasileiro. Este é um projeto que tem aqui, com certeza, aprovação absoluta. Como V. Exª bem disse, é o único bem que, muitas vezes, o cidadão teria, e não vai para o seu inventário, não vai para o seu espólio, e, daqui a pouco, o pouco que ele tem, que é essa concessão de táxi, após ele ir a óbito, é repassado às vezes politicamente ou comercialmente para outra pessoa.

De forma que eu quero cumprimentar e aguardar apenas o requerimento de V. Exª ser encaminhado hoje lá no plenário da Casa. E nós vamos, com certeza, encaminhar para que possamos votar no máximo até dia 20.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Eu é que agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Está em discussão a matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, eu quero é votar; a melhor forma de homenagear é votar. Eu já tinha feito a defesa antes e o relatório brilhante do Senador Renan Calheiros não deixa nenhuma dúvida. Por isso, vamos votar em homenagem aos taxistas.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Eu quero fazer uma consulta ao Senador Renan Calheiros: se V. Exª tinha feito uma emenda de redação aqui.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Sim, há uma emenda de redação.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Só para incluirmos aí, depois vamos pegar com V. Exª essa emenda de redação.

Em discussão a matéria.

Com a palavra o Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, acho que o Senador Paulo Paim tem razão. Eu só queria colocar: quando há um taxista que no final da vida se aposenta, é uma coisa, mas, muitas vezes, e, principalmente, um taxista pai de família, às vezes uma família que está no meio da atividade, quantos e quantos taxistas não foram assassinados neste País? E aí ele tem um filho; o que seria a sobrevivência dessa família.

Acho que o projeto tem um mérito muito grande, Senador Renan Calheiros, de forma que eu acho que nós devemos votar e, na Mesa Diretora, junto com o Presidente Sarney, fazer o possível para que esta matéria seja aprovada ainda este ano.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Só uma observação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com a palavra o Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Eu confesso que, lá em Santa Catarina, eu e os taxistas somos amigos, eu convivo com eles, mas não conhecia essa história toda. E eu aqui, até em homenagem ao Senador Renan Calheiros – acho que ele madrugou, amanheceu estudando este caso, ele fez um histórico aqui para nós, nos deu uma aula de como é que acontece isso no Brasil, e eu não conhecia detalhes de como eles vivem, o drama que passam –, quero cumprimentá-lo pela aula que nos deu, que deu ao Brasil, e isso eu acho que em homenagem a esses profissionais que vivem isso diuturnamente, com suas famílias.

Eu acho que nada mais, nada menos que nós possamos aprovar essa matéria tão importante.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª e quero registrar, também, a presença do valoroso e competente Deputado Federal Osmar Serraglio, que nos honra com sua presença.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – E que ajudou demais na tramitação dessa matéria, tanto aqui no Senado, quanto na Câmara dos Deputados. Em todos os momentos nós recebemos a visita do Deputado Osmar Serraglio.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Por que não dizer Senador no futuro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – O Osmar colaborou muito para que este dia acontecesse, fundamentalmente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Cumprimento V. Exª também, Senador.

Estamos de parabéns todos nós e, principalmente, os taxistas, uma classe trabalhadora valorosa deste País, que não era valorizada.

Desta feita, com esse projeto, sobretudo com a relatoria do Senador Renan Calheiros, nós estamos dando a eles o devido respeito que merecem.

Continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu quero apenas, Sr. Presidente, cumprimentar o Relator pelo relatório e falar da importância da matéria que nós estamos votado hoje.

Há necessidade de uma nova regulamentação em relação à propriedade das placas de táxi. É algo necessário e que considero extremamente urgente, porque é um problema que vivem todas as cidades brasileiras.

Então, cumprimento o Relator e o Deputado Osmar Serraglio, que aqui está, também, pela importante matéria que nós votaremos no dia de hoje.

Lembro que tenho um projeto que também se refere a matéria semelhante, que espero, em breve, possamos votar nesta Comissão, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Para discutir, Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, eu queria apenas registrar a importância do projeto, parabenizar o Senador Renan Calheiros pelo relatório, e todo o Senado, e fazer um registro.

Além desse projeto, que é muito importante, que estamos aprovando, eu apresentei um projeto, e vou pedir urgência aos líderes para que ele possa tramitar, ajustando a Lei de Mobilidade Urbana, porque nós estamos vivendo um problema em Boa Vista e esse problema está acontecendo em algumas outras cidades brasileiras. É que o Ministério Público entende que a concessão de táxi, táxi comum e táxi lotação, por ser concessão, precisa ter licitada a sua renovação, o que vai criar um problema grave para os taxistas.

Então, eu apresentei uma proposta que visa a transformar essa concessão permanente em autorização permanente, exatamente para que fuja do processo de concessão e, portanto, fuja do processo de licitação.

Não tem sentido, de um taxista que tem 10, 15, 20 anos de praça, ao pedir a renovação do seu alvará, o Ministério Público exigir uma licitação. Ele vai perder. Vai entrar uma grande empresa, vai entrar uma grande locadora, vai ganhar as licitações e vai desempregar milhares de taxistas no Brasil.

Então, eu apresentei esse projeto e vou pedir urgência às lideranças, para que, complementarmente a esse ato que nós estamos fazendo hoje, defendendo os taxistas do Brasil, a gente possa também defender, no caso da renovação das autorizações, os taxistas para receberem o seu ganha-pão e manterem a sua família com o suor do seu trabalho.

Era esse o registro que eu queria fazer.

Muito obrigado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Sr. Presidente, só para dar uma informação ao Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com a palavra, o Senador Renan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Só para dar uma informação ao Senador Romero, esse projeto de 2009, que já tramitou em várias Comissões da Câmara e em várias Comissões do Senado, resolve definitivamente essa questão cujo projeto o Senador Romero Jucá objetiva resolver.

De modo que a maior urgência que a gente pode ter para a conclusão dessa matéria é a aprovação desse projeto aqui e no plenário do Congresso Nacional, para que a Presidente da República, com a sensibilidade que ela tem, eu tenho certeza, rapidamente venha a sancioná-lo, resolvendo definitivamente esse problema que impede a transferência da permissão de táxi no Brasil.

Essa, hoje, é a grande bandeira dos taxistas brasileiros, de todos os Estados. Aonde nós chegamos, nós encontramos uma verdadeira mobilização para que essa coisa seja regulamentada, para que aconteça com essa permissão o que acontece com as demais permissões, para que ela possa ter, na forma do Código Civil, também a sua linha sucessória. É esse o objetivo do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Senador Mozarildo Cavalcanti, para discutir a matéria. V. Exª está com a palavra.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Presidente, primeiramente, quero me solidarizar e apoiar integralmente a matéria.

Acho que é uma das profissões que mais sofrem neste País. Muitas profissões sofrem, mas essa, realmente, é uma profissão em que a pessoa trabalha diuturnamente, muitas vezes sem definições de jornada de trabalho e muito menos tem a retaguarda de uma previdência social adequada.

Portanto, acho que os taxistas estão de parabéns. Parabenizo o Deputado Osmar Serraglio, que se encontra aqui, autor da matéria.

Existem várias matérias sobre esse tema, mas acho que nós temos de dar, realmente, prioridade e apoio para que esta aqui seja aprovada ainda neste ano.

Portanto, dou o meu apoio ao projeto e cumprimento os taxistas de todo o País, especialmente os de meu Estado de Roraima.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senador Mozarildo Cavalcanti.

Encerro a discussão.

Em votação o parecer, que conclui pela aprovação do substitutivo da Câmara dos Deputados oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 253, de 2009, com a emenda de redação oferecida pelo Relator, Senador Renan Calheiros.

Os Srs. e as Srªs Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 253 e a emenda de redação.

A matéria vai ao plenário, para prosseguimento da votação, ou seja, aguardando apenas o requerimento de V. Exª, Senador Renan Calheiros, para ser encaminhada para votação no plenário.

Estão de parabéns todos os taxistas do Brasil por esse projeto que foi encaminhado pela Câmara dos Deputados e que teve, aqui, a relatoria do valoroso e competente Senador Renan Calheiros, que se debruçou sobre esse projeto e, insistentemente, queria que fosse votado dias atrás.

Todavia, Senador, eu conheço o seu interesse, até pelo fato de que V. Exª fez questão de vir de outra Comissão para a Comissão de Assuntos Sociais e relatar essa matéria.

É a demonstração do respeito, do carinho e da admiração que o Senador Renan Calheiros tem não só pelos taxistas do seu grande Estado de Alagoas, mas, sobretudo, por todos os taxistas do nosso País.

Está de parabéns, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL. *Fora do microfone.*) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Temos vários projetos, ainda, em caráter terminativo e temos, também, as emendas de Comissão – hoje, nós temos, aqui, a presença do Relator, Senador Romero Jucá –, que nós iremos votar e, naturalmente, o Senador tem a missão nobre, também, de ver qual dessas emendas serão recebidas por V. Exª.

Decisão não terminativa, Projeto de Lei do Senado nº 234, de 2012. Dispõe sobre o preenchimento de cotas pelos beneficiários reabilitados.

Está sendo pedida retirada de pauta desse projeto. A relatoria é do Senador João Costa.

Da mesma forma, estamos retirando de pauta outro projeto, que é do Senador João Costa também, que não está presente e pediu que nós o retirássemos de pauta.

Temos, aqui, o Item 4, página 174. Já temos a presença do Mozarildo Cavalcanti.

V. Exª é o Relator.

ITEM 4

OFÍCIO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 2, DE 2012
– Não Terminativo –

Solicita instruções de procedimento em face da anexa manifestação do sindicato dos médicos do Rio de Janeiro.

Autoria: Comissão de Assuntos Sociais (Permanente)

Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti

Relatório: Pelo arquivamento do Ofício da Comissão de Assuntos Sociais nº 2, de 2012.

A matéria foi à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

A votação será simbólica.

Com a palavra, o Senador Mozarildo Cavalcanti, para proferir o seu relatório.

V. Exª está com a palavra, Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Sr. Presidente, eu quero dizer a V. Exª, aos Srs. Senadores e às Srª Senadoras, que, de fato, essa matéria, embora tenha importância, tem um parecer do Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro e nós fizemos uma análise, olhando em conta todas as vertentes jurídicas, regimentais.

A despeito da competência desta Comissão para opinar sobre matérias relativas à saúde, no caso do OCS nº 2, de 2012, a disputa em questão é travada entre o Sindicado dos Médicos e a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro. Trata-se, pois, de assunto afeto à esfera municipal de governo, cuja fiscalização é atribuída, pelo art. 31 da Carta Magna, à respectiva Câmara Municipal.

> *Art. 31. A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo municipal, na forma da lei.*

Qualquer tentativa de intervenção do Senado Federal sobre a Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro configuraria violação do Pacto Federativo. É a Câmara Municipal daquela cidade que tem a prerrogativa de fiscalizar os atos do Poder Executivo municipal.

Em relação às ilegalidades e arbitrariedades apontadas pelo Sindicato, a entidade já solicitou a intervenção do Poder Judiciário, por meio de mandado de segurança apropriado impetrado junto à 8ª Vara de Fazenda Pública da Comarca do Rio de Janeiro. Conforme decisão da Desembargadora Maria Henriqueta Lobo, do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, em sede de reexame necessário da matéria, o ato coator atacado foi revogado pela Administração Municipal, configurando perda do objeto da ação judicial, porém representando indiscutível vitória do Sindicato no episódio.

Quanto à solicitação de audiência com o Presidente Sarney, cabe apenas à S. Exª decidir a respeito do pedido, não cabendo à CAS, a esta Comissão, portanto, opinar sobre a questão.

Assim, diante do exposto, meu voto é pelo arquivamento do Ofício da Comissão de Assuntos Sociais nº 02, de 2012.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o parecer, que conclui pelo arquivamento da matéria.

Os Srs. e as Srªs Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão pelo arquivamento do Ofício da Comissão de Assuntos Sociais nº 02, de 2012.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Essa matéria já foi lida, inclusive eu suspendi a discussão pelo fato de que não tínhamos quórum qualificado. Agora, já temos.

É o item 11, p. 166. Relatoria do Senador Paulo Paim.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Eu gostaria de apresentar um voto em separado, que está já em posse de V. Exª.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Eu consulto V. Exª para o item 10.

Este aqui é o item 11. Esta matéria, inclusive, já foi lida e suspensa a discussão.

Consulto V. Exª... Esse é o Item 10. Agora, estamos discutindo o Item 11, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu já li o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Já foi lido o relatório e está em discussão a matéria. Eu tinha suspendido a discussão.

Está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e vamos votar a matéria, ou seja, o projeto da nossa majestade, Senadora Vanessa Grazziotin, que teve como Relator o Senador Paulo Paim.

Vamos entrar em processo de votação.

Consulto como vota, o voto já é conhecido, o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – "Sim", com a Senadora Vanessa Grazziotin.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Angela Portela?

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Wellington Dias? Consulto V. Exª. (*Pausa*.)

Como vota o Senador João Durval?

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA. *Fora do microfone*.) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – como vota a Senadora Vanessa? O voto já é extremamente conhecido e quero cumprimentá-la pelo projeto.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Mas faço questão de ouvir a sua voz ao vivo e em cores.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, e depois da votação, eu quero falar, Sr. Presidente. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Claro.

Como vota o Senador Waldemir Moka?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Parabenizando a autora, voto "sim", Sr. Presidente, e ao relatório também.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Paulo Davim?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN. *Fora do microfone*.) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Romero Jucá?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR. *Fora do microfone*.) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Casildo Maldaner?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC. *Fora do microfone*.) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Amélia? Senadora Ana Amélia, que está sempre na cadeira da frente, aqui, que já é quase cativa, como vota?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Presidente, voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Parabenizando a autora e o Relator, "sim".

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Mozarildo Cavalcanti?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Renan Calheiros?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 334, de 2012.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal.*

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, se V. Exª me permite, muito rapidamente,...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Claro, na ordem, Senadora Vanessa Grazziotin. Com muita honra, concedo a palavra.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Quero agradecer a todos os meus colegas Senadores e Senadoras pela aprovação dessa matéria. Faço-o agradecendo ao Senador Paulo Paim, que, mais uma vez, produz um belo relatório.

Tenho certeza de que o projeto que nós estamos votando, que acabamos de votar hoje, Sr. Presidente, faz justiça para uma área muito importante, que é a área da educação, porque a educação brasileira tem incentivos fiscais em todos os níveis. Educação para o trânsito é educação também.

Então, quando a gente propõe isenção de tributos para as escolas, autoescolas do nosso Brasil, nós estamos reconhecendo como parte integrante do sistema educacional brasileiro também a educação para o trânsito.

Então, muito obrigada pela sensibilidade dos Srs. Senadores e das Srªs Senadoras, e principalmente de V. Exª, Presidente Jayme Campos, e do nosso Relator, Senador Paulo Paim.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª. Da mesma forma, me associo à sua alegria e ao seu contentamento pela aprovação do seu projeto.

Está de parabéns.

Item 10, p. 154:

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 165, de 2011
– Terminativo –

Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para dispor sobre

o descredenciamento de prestador ou de profissional de saúde.

Autoria: Senador Lobão Filho

Relatoria *ad hoc*: Senador João Durval

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 165, de 2011.

Em 21/11 de 2012, a Presidência designa, *ad hoc*, o ilustre Senador João Durval, em substituição ao Senador Vital do Rêgo.

Ao relatório é concedida vista coletiva, nos termos regimentais.

A votação será nominal.

Consulto os Srs. e as Srªs Senadoras se há alguma manifestação decorrente do pedido de vista. Este é o item 10. (*Pausa*.)

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com a palavra, pela ordem, o ilustre Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Eu me enganei em relação ao item anterior e peço a V. Exª para ler o voto em separado. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Por favor, eu gostaria que o Senador Cyro... O senhor vai ler o voto? É um voto em separado?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Eu pedi a aquiescência de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Por favor.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, nós tentamos rever esse relatório – inclusive, tive a grata satisfação de conversar com o Senador Paulo Davim – e achamos uma melhor maneira, ao invés de fazermos várias emendas, esse voto em separado.

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 165, de 2011, de autoria do Senador Lobão Filho, altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, para dispor sobre as relações entre prestadores de serviços e operadoras de planos de saúde.

Para tanto, a proposição amplia o alcance do que dispõe o art. 17 da mencionada norma.

A inclusão como contratadas, referenciadas ou credenciadas dos produtos de que tratam o inciso I e o §1º do art. 1º dessa Lei de qualquer entidade hospitalar implica compromisso para com os consumidores, quando da sua manutenção ao longo da vigência dos contratos, para incluir em sua abrangência todos os prestadores de serviço, isto é, além das entidades hospitalares, inclui os profissionais de saúde.

Na sequência, o Projeto de Lei em comento introduz novas exigências no rol de obrigações e direitos de prestadores de serviços contratados, credenciados, referenciados ou cooperados de operadoras de planos de saúde de que trata o art. 18 da Lei de Planos de Saúde, a saber:

a – vedação do desligamento de profissional pela operadora, exceto por decisão motivada e justa;

b – comunicação à operadora, com 180 dias de antecedência, da decisão de desligamento voluntário por parte de profissional contratado, credenciado, referenciado ou cooperado;

c – obrigatoriedade, do profissional que se desligar, de disponibilizar os dados clínicos de seus pacientes, para lhes garantir a continuidade de tratamento em outro serviço;

d – comunicação do desligamento de prestador aos titulares dos planos, por parte da operadora, com 180 dias de antecedência;

e – vedação, ao prestador ou profissional, de manter contrato, credenciamento ou referenciamento com operadora sem registro para funcionamento.

A proposição é justificada pela necessidade de regulamentar a matéria.

O Projeto foi distribuído à Comissão de Assuntos Sociais.

Em que pese concordarmos, em parte, com os argumentos apresentados pelo Relator, porquanto se fazem necessárias regras mais adequadas para disciplinar as relações entre operadoras de planos privados de assistência à saúde e os seus prestadores de saúde, não podemos aceitar a inclusão que o leva a aprovar o Projeto de Lei sob análise.

De fato, compete à Agência Nacional de Saúde Suplementar, ANS, regular a relação das operadoras com os seus prestadores de serviços, conforme dispõe a Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, *in verbis*:

> Art. 3º A ANS terá por finalidade institucional promover a defesa do interesse público na assistência suplementar à saúde, regulando as operadoras setoriais, inclusive quanto às suas relações com prestadores e consumidores, contribuindo para o desenvolvimento das ações de saúde no País.
>
> Art. 4º Compete à ANS:
>
> .....
>
> II – estabelecer as características gerais dos instrumentos
>
> contratuais utilizados na atividade das operadoras;
>
> .....
>
> IV – fixar critérios para os procedimentos de credenciamento e descredenciamento de prestadores de serviço às operadoras;
>
> .....

Por essas razões, em 2003, por meio das Consultas Públicas nºs 9, 12 e 16, a ANS encetou um aprofundamento da discussão acerca da questão da contratualização, ou seja, do processo de formalização dos contratos de prestação de serviços firmados entre operadoras de planos de saúde e prestadores de serviços, sejam eles hospitais ou profissionais de saúde.

A partir do resultado consolidado das referidas consultas públicas, foram editadas as Resoluções Normativas (RN) nºs 42, de 2003, que define os requisitos para celebração dos instrumentos jurídicos entre operadoras e prestadores de serviços hospitalares; 54, de 2003, que define os requisitos para celebração dos instrumentos jurídicos entre operadoras e prestadores de serviços auxiliares de diagnóstico e terapia e clínicas ambulatoriais; e 71, de 2004, que define os requisitos para celebração dos instrumentos jurídicos entre operadoras e profissionais de saúde ou pessoas jurídicas que prestam serviços em consultórios.

Nos anos seguintes, a Agência intensificou a fiscalização desses instrumentos jurídicos, concentrando-se, sobretudo, nas maiores empresas do setor.

Mais recentemente, a ANS editou as RN nºs 241, de 2010, e 286, de 2012, e as Súmulas Normativas nºs 16 e 20, ambas de 2011, que detalharam outros aspectos relacionados com a contratualização.

Por fim, no ano corrente, foi publicada a Instrução Normativa nº 49, de 17 de maio de 2012, que regulamentou a forma e a periodicidade do reajuste dos valores dos serviços contratados, requisito previsto nos instrumentos jurídicos firmados entre operadoras de planos privados de saúde e prestadores de serviço.

Por essas razões, consideramos que o modelo normativo formulado para regular o credenciamento e o descredenciamento de prestadores de serviço junto às operadoras está sendo continuamente aperfeiçoado pela agência reguladora do setor de saúde suplementar, a quem cabe fazê-lo, mediante normas infralegais.

Nesse sentido, incumbe ao Congresso Nacional apenas exercer o seu papel fiscalizador em relação à questão, acompanhando, de perto, o seu desenvolvimento.

Outrossim, compete ao Parlamento resguardar o papel normatizador da ANS no que tange à regulação do mercado de saúde suplementar, conforme dispõe a Lei de Criação da Agência, para que não se esvazie, aos poucos, o seu poder normativo, bem como a sua razão de existir. Caso isso aconteça, não há razão de existir a Agência.

Voto.

Em vista do exposto, o voto é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 165, de 2011, por estar totalmente contemplado nas regulamentações da Agência Nacional de Saúde Complementar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senador Cyro Miranda.

Está em discussão a matéria.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Senador Paulo Davim, para discutir a matéria.

Quero comunicar que esta matéria aqui tem certa complexidade pelo fato de que temos duas votações aqui. Vai-se votar favorável ao projeto original, que foi relatado pelo Senador João Durval, caso contrário, esta matéria, com base no art. 128, vai-se encaminhar para o voto em separado, que é de autoria do Senador Cyro Miranda.

Para discutir a matéria, Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, na sessão passada, eu pedi vista deste projeto.

Eu não quero discutir aqui o mérito da iniciativa do Senador Lobão Filho. Mas é um assunto complexo, e confesso que identifiquei algumas falhas nesta matéria, como, por exemplo, essa questão do desligamento do prestador de serviço com a operadora, o prazo de 180 dias.

Um dos problemas que a gente vivencia na relação prestador de serviço – operadora de plano de saúde é exatamente a garantia de um reajuste para os serviços prestados pelos profissionais. Porque todo ano a ANS estabelece o reajuste do plano de saúde para os usuários, isso é repassado para os usuários. Entretanto, nada atrela esse reajuste discutido na ANS, estabelecido pelo Governo, para o ato profissional dos profissionais credenciados a um plano de saúde. Acontece que há uma defasagem muito grande no pagamento dos valores dos serviços prestados pelos profissionais em relação aos demais serviços, porque os insumos hospitalares e de laboratórios, a indústria farmacêutica, a indústria médica, já estabelecem, mas o trabalho profissional, este o plano e as operadoras não têm clareza na contratação desses profissionais, não deixam isso claro.

Por mais que a Instrução Normativa nº 49, de 2012, agora de maio, estabeleça isso em seu artigo 4º, mas não deixa seguro, não atrela de uma forma elucidativa, que dê garantia aos profissionais prestadores de serviço dessas operadoras. Porque ele diz o seguinte: o índice pode ser vigente e de conhecimento público, ou percentual prefixado, ou, ainda, variação pecuniária positiva, ou, ainda, fórmula de cálculo do reajuste. Fica muito solto.

Então, eu tinha preparado uma emenda deixando isso claro no contrato entre operadora e profissional. Mas são tantas falhas que, depois que eu li o voto em separado do Senador Cyro Miranda, eu achei por bem apoiar essa iniciativa dele. Porque não adianta a gente apresentar ou aprovar uma matéria com um assunto tão importante, que eu acho estratégico, porque são 46 milhões de brasileiros que se utilizam de plano de saúde, de assistência suplementar, então não dá para a gente aprovar uma matéria que não venha resolver os gargalos nessa relação operadora – prestador de serviço, operadora – empresas contratadas.

Portanto, eu achei por bem apoiar essa iniciativa do Senador Cyro Miranda. A gente precisa, com mais calma, discutir mais esse assunto, para que daqui saia uma solução definitiva – se não for definitiva, pelo menos duradoura – para esse problema enfrentado entre operadoras, prestadores de serviço e, sobretudo, operadoras e usuários.

Portanto, eu apoio o voto em separado do Senador Cyro Miranda.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Com a palavra, para discutir a matéria, o Senador Paulo Paim. Depois, a Senadora Ana Amélia, na ordem de inscrição, e o Senador Wellington Dias.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Jayme Campos, eu vou iniciar com uma palavra expressada aqui por V. Exª. De fato é uma matéria complexa. E muito complexa! Infelizmente, não está aqui nem o autor, nem o relator do projeto original, para justificarem a apresentação e a relatoria.

Eu quero aqui ficar ao lado do Senador João Durval, com total solidariedade a S. Exª, porque ele foi relator *ad hoc*, ele só leu a matéria, cumprindo uma missão indicada por V. Exª. Como ele leu *ad hoc* e não houve um aprofundamento da discussão, todos nós ficamos inseguros. E nós sabemos... Tanto que já fizemos duas audiências públicas para discutir planos de saúde, uma aqui e outra em parceria com outras duas comissões, que passou também pela Comissão de Direitos Humanos. Nós todos estamos, digamos, em estado de alerta em relação aos planos de saúde.

Como o relatório apresentado pelo Senador Cyro Miranda, em parceria com o Senador Paulo Davim, aprofunda ainda as nossas preocupações e a nossa reflexão sobre o tema, de fato, não há condição de votar a favor. Nós todos aqui que marcamos a nossa atuação em defesa do consumidor não poderíamos acompanhar esse projeto, pela insegurança que gerou aqui no Plenário.

Por isso, acompanharei, com todo carinho, o Senador João Durval, que, repito, só foi relator *ad hoc*. Que ninguém tenha dúvida. Eu acompanharei o relatório dos Senadores Cyro Miranda e Paulo Davim.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com a palavra a Senadora Ana Amélia, para discutir a matéria.

V. Exª entendeu a moral da história, não é? O Senador João Durval foi apenas *ad hoc* em relação a esse projeto, que é de autoria do Senador Edison Lobão e que tinha como relator...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu já vi, está na capa do relatório ó: relator *ad hoc*. Está na capa do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Exª está com a palavra, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria apenas dizer que acho que foi uma saída inteligente, politicamente correta, economicamente também correta, socialmente correta, encontrada pelo Senador Cyro Miranda e pelo Senador Paulo Davim. Portanto, eu acho que é o caminho mais adequado para resolvermos uma situação tão complexa quanto esta. Então eu apoio a emenda em separado do Senador Cyro Miranda, muito bem argumentada por um especialista na matéria, porque é médico e conhece melhor do que eu que sou apenas uma cliente dos médicos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Com a palavra o Senador Wellington Dias, para discutir a matéria.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, também é só para parabenizar o Senador Cyro Miranda e também aqui a compreensão do Senador Paulo Davim, para a gente ter esse encaminhamento. Tem total apoio.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Não havendo mais quem queira discutir, encerrada a discussão.

Está em votação o Projeto, que tem parecer pela aprovação, do Relator original, porque é o projeto original, que teve como Relator *ad hoc* o Senador João Durval.

Votação nominal, quem vota com o projeto. Evidentemente, numa segunda votação...

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Quem for a favor do voto em separado vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Perfeito. Quem vota a favor do Senador Cyro Miranda vota "não".

É só votar "não" e acabou aqui. O que vale é a maioria aqui.

Vamos lá. Como vota o Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com toda solidariedade ao Senador João Durval, eu voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Angela Portela?

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Voto com o voto em separado do Senador Cyro Miranda, voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Wellington Dias?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Acompanho o voto em separado do Senador Cyro Miranda.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador João Durval? Em que pese V. Exª ser Relator *ad hoc*, naturalmente cumprindo aqui uma designação, V. Exª vota com quem? Vota "sim"?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Ele não pode. Ele é autor, não pode votar.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Exª é só Relator, tem que votar "sim" pelo fato de ser Relator favoravelmente ao projeto. Cumprimento V. Exª.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Mas é importante que ele declarou que se pudesse votaria "não".

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – S. Exª relatou *ad hoc* favorável e não pode, regimentalmente.

Como vota a Senadora Vanessa Grazziotin?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, eu também acompanho o voto em separado do Senador Cyro Miranda. Portanto, voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Waldemir Moka? (*Pausa*.)

Como vota o Senador Paulo Davim?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – "Não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Romero Jucá?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – "Não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Casildo Maldaner?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – O voto do Senador Cyro Miranda define a solução, porque a Agência Nacional de Saúde já estipula em lei esses casos de credenciamento e descredenciamento. Então eu voto "não", acompanhando o voto em separado do Senador Cyro Miranda.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Amélia?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Olha, eu já vivi um constrangimento como este do Senador João Durval, sendo Relatora *ad hoc* para um relatório que tinha um fim com o qual eu não concordava. Então já senti isso e queria expressar a minha solidariedade. Mas voto "não" e a favor da emenda substitutiva do Senador Cyro Miranda e com o Senador Paulo Davim.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Cícero Lucena?

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – *(Fora do microfone.)*

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Este é o PSDB, unido até a morte, não é? (*Risos*.)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Cyro Miranda? Voto já conhecido, vota "não".

Como vota o Senador Mozarildo Cavalcanti?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Acompanhando o parecer do Senador Cyro Miranda, voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – "Não", também com o voto do Senador Cyro Miranda, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Armando Monteiro?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Voto acompanhando a emenda do Senador Cyro Miranda.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Exª vota com o voto em separado. Votou pelo voto do Senador Cyro Miranda, voto em separado.

Nós tivemos aqui um voto apenas, por força de ofício, do Senador João Durval, que era Relator *ad hoc* da matéria.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, quero só agradecer aos meus pares as palavras gentis. E agradecer também ao Senador João Durval pela compreensão. Sei que S. Exª, como Relator *ad hoc*, leu o relatório e talvez até a posição dele fosse diferente, como quis demonstrar aqui. Mas eu agradeço sobremaneira a todos a compreensão. Meu muito obrigado a esta Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senador Cyro.

Já está encerrada a votação. A Comissão rejeita o relatório do Senador João Durval, que foi Relator *ad hoc* – o projeto, melhor dizendo.

Foram 13 votos Não; e 01 Sim.

Mesmo assim, contrariado. Ele gostaria de votar, naturalmente, com o Senador Cyro.

Designo, nos termos do art. 128 do Regimento Interno, o Senador Cyro Miranda relator do parecer vencedor.

Aprovado o voto em separado, a ***decisão da Comissão será comunicada*** ao ***Presidente*** do Senado Federal para ***ciência*** do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Essa é a matéria. Estamos encerrando a votação de todos os projetos aqui e quero comunicar que estamos retirando de pauta, a pedido do Senador Rodrigo Rollemberg, o Projeto nº 68, p. 26. O nosso querido amigo Senador Rodrigo Rollemberg, que é Relator, tendo em vista que está em outra comissão, pediu que nós retirássemos o projeto. Então, está retirado de pauta o item 2.

(É o seguinte o item retirado:

ITEM 2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 68, de 2011
– Não Terminativo –

Estabelece incentivos às empresas para financiamento da formação profissional de seus empregados.
Autoria: Deputado Enio Bacci
Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 68, de 2011, com as 2 Emendas que apresenta.)

Nós vamos encerrar a reunião, para entrarmos agora nas emendas.

Declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 34 minutos.)

ATA DA 44ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 28 DE NOVEMBRO DE 2011, QUARTA-FEIRA, APÓS A 43ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e trinta e cinco minutos, do dia vinte e oito de novembro de dois mil e onze, na Sala de Reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, é iniciada a Reunião sob a Presidência do Senhor Senador **Jayme Campos,** com a presença dos Senadores **Paulo Paim, Humberto Costa, Wellington Dias, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Waldemir Moka, Paulo Davim, Romero Jucá, Casildo Maldaner, João Alberto Souza, Cícero Lucena, Cyro Miranda, Mozarildo Cavalcanti, Eduardo Suplicy, José Pimentel, Renan Calheiros, Paulo Bauer, Armando Monteiro, e das Senadoras Ângela Portela, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia e Ana Rita.** Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião, propondo a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Esta Reunião destina-se à discussão e votação das Emendas da Comissão de Assuntos Sociais ao **PROJETO DE LEI Nº 24, de 2012-CN**, que encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do artigo 61 da Constituição Federal, o texto do Projeto de Lei que "estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2013" (Projeto de Lei Orçamentária para 2013). **Autor do Projeto:** Presidência da República. **Relator das Emendas da CAS:** Senador Romero Jucá. A Presidência concede a palavra ao Relator, Senador Romero Jucá, que comunica terem sido apresentadas 121 (cento e vinte e uma) Emendas ao Projeto perante esta Comissão, todas de Apropriação. Lido o Relatório, fizeram uso da palavra, para discutir, a Senadora Ana Amélia e os Senadores Mozarildo Cavalcanti, Humberto Costa, Cyro Miranda, Eduardo Suplicy, Cícero Lucena, Rodrigo Rollemberg, Wellington Dias e Casildo Maldaner. Encerrada a discussão e não havendo sido apresentadas Emendas de Remanejamento, o Relatório conclui por quatro Emendas de Apropriação, **nos termos do artigo 44, § 1º, II, da Resolução nº 1, de 2006-CN. Resultado:** Aprovadas, por unanimidade, as Emendas nºs 1-CAS a 4-CAS, de Apropriação, ao PLOA-2013. **Emenda nº 1-CAS –** Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos para prevenção e controle de doenças e outros agravos, em Municípios com população de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE). **Valor:** R$ 250.000.000,00. **Iniciativa:** Senadora Lídice da Mata e Senadores Jayme Campos, Cícero Lucena, Romero Jucá, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Cyro Miranda. **Emenda nº 2-CAS –** Assistência Médica Qualificada e Gratuita a Todos os Níveis da População e Desenvolvimento de Atividades Educacionais e de Pesquisa no Campo da Saúde – Serviço Social Autônomo Associação das Pioneiras Sociais. **Valor:** R$ 250.000.000,00. **Iniciativa:** Senadoras Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, Ângela Portela, Lídice da Mata, Ana Rita, Lúcia Vânia e Senadores Jayme Campos, Romero Jucá, Waldemir Moka, Rodrigo Rollemberg, Humberto Costa e Cyro Miranda. **Emenda nº 3-CAS –** Estruturação de Unidades de Atenção Especializada de Saúde – Nacional. **Valor:** R$ 250.000.000,00. **Iniciativa:** Senadoras Vanessa Grazziotin, Lídice da

Mata, Ana Amélia, Lúcia Vânia e Senadores Jayme Campos, Romero Jucá, Waldemir Moka, João Costa, Cyro Miranda e Renan Calheiros. **Emenda nº 4-CAS –** Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde. **Valor:** R$ 250.000.000,00. **Iniciativa:** Senadoras Vanessa Grazziotin, Lídice da Mata e Senadores Waldemir Moka e Cyro Miranda. Às dez horas e cinquenta minutos assume a Presidência o Senador Casildo Maldaner, Vice-Presidente da Comissão. Às onze horas e cinco minutos reassume a Presidência o Senador Jayme Campos. O Senhor Presidente, Senador Jayme Campos, submete aos membros a dispensa da leitura e a aprovação da Ata desta 44ª Reunião (Extraordinária), que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e nove minutos, lavrando eu, Dulcídia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Jayme Campos, e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Jayme Campos,** Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Havendo número regimental, declaro aberta a 44ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior, da 43ª Reunião.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião destina-se à leitura, discussão e votação das emendas da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 24, de 2012, Projeto de Lei Orçamentária para o ano de 2013.

Solicito silêncio.

Foram 121 emendas.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Romero Jucá, para proferir o seu relatório.

Com a palavra o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Srªs e Srs. Senadores, Sr. Presidente Jayme Campos, recebi de V. Exª a incumbência de fazer uma seleção e apresentar um relatório sobre as emendas da Comissão de Assuntos Sociais para o Orçamento do ano de 2013.

Como disse V. Exª, nós recebemos 121 emendas das Srªs e Srs. Senadores, a maioria delas focadas na questão do atendimento à saúde, porque, na verdade, hoje esse é o maior desafio do País. Nós temos acompanhado pela imprensa, nós temos acompanhado nos nossos Estados o problema que é hoje tanto o atendimento de saúde básica quanto o atendimento de saúde especializada nos Estados.

Então, Sr. Presidente, fazendo uma triagem e tendo em vista que nós podemos escolher somente quatro emendas e que essas emendas têm que ter um caráter nacional – é importante que se registre isso –, nós fizemos uma seleção procurando levar em conta a maioria dos pleitos das Srªs e dos Srs. Senadores. Então, nós selecionamos quatro emendas.

A primeira delas foi a que teve, inclusive, maior número de indicações: "Atendimento ao serviço social autônomo, Associação das Pioneiras Sociais, Sarah Kubitschek." Esta é uma emenda histórica da Comissão, que todos os anos tem complementado o orçamento do Sistema Sarah Kubitschek. Não é mais um hospital de Brasília, é um sistema nacional, que atua em vários Estados e atende a pessoas doentes de todos os Estados brasileiros.

Então, nós estamos indicando para aprovação a emenda que determina R$250 milhões para o Hospital Sarah Kubitschek.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Um momento.

Eu solicito da assessoria um minuto de silêncio, para ouvirmos aqui a leitura do relatório do Senador Romero Jucá, por favor. Assessores que querem fazer telefonemas, por favor, tenham um pouco de paciência.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Esta emenda tem a indicação ou recebeu emendas indicativas dos seguintes Parlamentares: Senadora Vanessa Grazziotin, Senador Romero Jucá, Senadora Ana Amélia, Senadora Angela Portela, Senadora Lídice da Mata, Senadora Ana Rita, Senador Waldemir Moka, Senador Jayme Campos, Senadora Lúcia Vânia, Senador Rodrigo Rollemberg, Senador Humberto Costa e Senador Cyro Miranda.

Portanto, essa é a primeira emenda indicada.

A segunda emenda indicada trata de uma questão fundamental, como eu falei, que é o atendimento direto na rede hospitalar. Trata-se da emenda "Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde" – uma emenda nacional. Nós estamos indicando também R$250 milhões.

Indicaram emendas com esse sentido a Senadora Vanessa Grazziotin, o Senador Romero Jucá, a Senadora Lídice da Mata, o Senador Waldemir Moka, a Senadora Ana Amélia, o Senador Jayme Campos, a Senadora Lúcia Vânia, o Senador João Costa, o Senador Cyro Miranda e o Senador Renan Calheiros.

Portanto, são nove indicações, nove emendas com o mesmo objetivo.

A terceira emenda que estamos indicando é também na área do atendimento de saúde. Como eu fa-

lei, estamos indicando R$250 milhões para a emenda "Estruturação de Unidades de Atenção Especializada" e estamos agora atendendo à emenda "Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde", ou seja, atenção inicial prestada principalmente por Municípios. Essa emenda também prevê a indicação de R$250 milhões.

Apresentaram emendas a Senadora Vanessa Grazziotin, a Senadora Lídice da Mata, o Senador Waldemir Moka e o Senador Cyro Miranda.

Portanto, essa é a terceira indicação.

Na quarta indicação, nós estamos atendendo à indicação de seis Srªs e Srs. Senadores.

O texto trata de recurso para a Funasa (Fundação Nacional de Saúde), sobre "Implantação e melhoria de sistemas públicos de manejo de resíduos sólidos para prevenção e controle de doenças e outros agravos em Municípios com população de até 50 mil habitantes, exclusive regiões metropolitanas". Esse é o tema da Funasa.

O atendimento a cidades maiores não está no âmbito do Ministério da Saúde e da Funasa; está no âmbito do Ministério das Cidades. Portanto, faço esse esclarecimento exatamente para registrar que só é possível atender a cidades com menos de 50 mil habitantes, porque está no âmbito da Funasa, no âmbito do Ministério da Saúde, que é o âmbito da nossa Comissão.

Então, nós estamos também destacando essa emenda, que direciona R$250 milhões para esse fim.

É importante dizer que nós aprovamos uma nova lei de resíduos sólidos no Brasil. Até 2014, os Municípios, em tese, deverão estar habilitados, cumprindo a nova legislação, e os Municípios pequenos e médios não têm recursos para fazer esse tipo de intervenção.

Então, essa é uma emenda que, além de prioritária pelo tema, se dá também como prioridade por conta exatamente do prazo da legislação para implantar essa questão.

Apresentaram emendas para essa atividade o Senador Romero Jucá, a Senadora Lídice da Mata, o Senador Waldemir Moka, o Senador Jayme Campos, o Senador João Alberto e o Senador Cyro Miranda.

Portanto, Sr. Presidente, esse é o relatório das 121 emendas. Nós selecionamos estas quatro emendas: manejo de resíduo sólido; Sarah Kubitschek; atenção especializada à saúde nacional; e rede de serviço de atenção básica à saúde – também nacional.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senador Romero Jucá.

Em discussão a matéria.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Seguirei a ordem de inscrição.

Senador Mozarildo Cavalcanti, com a palavra.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Sr. Presidente, primeiramente, eu gostaria de ressaltar que, com os anos que já temos aqui de Parlamento, observamos o seguinte: o orçamento que vem do Poder Executivo tem sempre que ser complementado pelas comissões ou pelos parlamentares para o Poder Executivo. Isso é um contrassenso. Quando devia vir uma peça pronta e acabada, nós temos sempre que complementá-la.

Evidentemente, enquanto reinar esse tipo de modelo, é preciso que nos preocupemos com os compromissos que temos e eu, como médico, e, de resto, todos os Senadores, mesmo não médicos, com certeza temos com a saúde.

Quero dizer que é importante, por exemplo, essa questão do manejo de resíduos sólidos em Municípios com até 50 mil habitantes. Também é muito importante a questão da estruturação da rede especializada de saúde em âmbito nacional e os serviços de atenção básica. Aliás, eu até inverteria: a atenção básica deveria vir em primeiro lugar, mas a ordem dos fatores aqui não altera o produto. E quero ressaltar também a importância da emenda para a Rede Sarah de Hospitais.

Vou dar um exemplo do meu Estado. Sei que todos os Senadores, todos os Deputados recebem pedidos, mas há uma estatística de que centenas e centenas de pacientes vêm de todo o País, em casos graves, para serem atendidos, tanto é que todo parlamentar não só apoia essas emendas de comissão, como faz também emendas de bancada e emendas individuais. Muitas vezes, algumas pessoas comentam: "Mas como você, de Roraima, está destinando dinheiro para o Hospital Sarah em Brasília, no Maranhão?" É uma rede nacional.

Eu quero dizer que é muito importante, inclusive o modelo de fazer saúde do Hospital Sarah deveria ser copiado por todos os serviços de saúde. Mas me preocupo muito com uma coisa, Senador Presidente: aprova-se o Orçamento, aumentam-se recursos no Orçamento, às vezes não é liberado, mas, quando liberado – o que é pior, é isto eu quero deixar registrado aqui –, é surrupiado. É lamentável ver corrupção na saúde. A corrupção é condenável em qualquer setor, mas, na saúde, eu considero até um crime hediondo roubar dinheiro de quem precisa, de quem está doente, dificultando o restabelecimento da saúde e até propiciando a morte em muitos casos.

Por exemplo, o Governo, através de um de seus órgãos – a CGU –, constatou, no ano passado, que,

nos últimos 5 anos, foram desviados da Funasa R$500 milhões. Então, é um absurdo que isso aconteça.

No meu Estado, a saúde não está nem na UTI, já está no IML. A Polícia Federal de lá constatou, numa só operação, que, através de jogada de compra de remédios prestes a vencer e de novas licitações para comprar novamente remédios com prazo curto de validade, porque está montada uma máfia, foram desviados R$30 milhões, de um Estado pequeno como o meu.

Então, eu queria pedir, ao aprovarmos essas emendas, que os órgãos de fiscalização, tanto o Ministério da Saúde como a CGU, o Tribunal de Contas da União e dos Estados, aumentem, sobretudo e prioritariamente, a fiscalização da aplicação desses recursos na área de saúde.

A minha posição, Senador Presidente, é favorável à aprovação das quatro emendas. Acho que a saúde precisa de recursos, mas o remédio maior ainda é a fiscalização contra a corrupção, que reina no setor.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com a palavra o Senador Humberto Costa.

V. Exª, pela ordem de inscrição, é o segundo. Depois, Cyro Miranda, Cícero Lucena, Rodrigo Rollemberg e Wellington Dias.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, em verdade, nós sabemos que o cobertor é curto e, como tal, fica difícil atender a todas as demandas.

Minha fala é muito mais para fazer três registros. O primeiro é em relação ao que disse o Senador Mozarildo. Existe aí uma boa oportunidade de criarmos mecanismos de maior controle na área da saúde.

Está tramitando na Câmara um projeto de lei elaborado pelo ex-Deputado Roberto Gouveia e, posteriormente, reapresentado pelo Deputado Dr. Rosinha, e, aqui no Senado, há um projeto de minha autoria, que deverá ser votado na Comissão de Constituição e Justiça, o qual institui o que nós chamamos de Lei de Responsabilidade Sanitária, com objetivo exatamente de responsabilizar os gestores, secretários municipais e estaduais, o Ministro da Saúde e os gestores solidários – prefeitos, governadores e Presidente da República – pelo não cumprimento das responsabilidades que cabem a cada um dos entes da Federação – Município, Estado e União –, bem como institui um mecanismo de pacto entre esses três entes, mas com a força de um contrato juridicamente reconhecido.

A segunda questão a que eu queria me referir diz respeito ao tema das Pioneiras Sociais, e talvez fosse o momento de o Congresso Nacional discutir esse ponto. Eu não tenho nada contra as Pioneiras, inclusive assinei aqui uma emenda que favorece essa instituição, mas é preciso desfazer alguns mitos. Implantar o modelo que existe no Sarah é o ideal e seria, digamos assim, a consagração do Sistema Único de Saúde. Agora, vamos comparar a disponibilidade de recursos que possui o sistema Sarah com a dos demais hospitais do Sistema Único de Saúde.

É bom registrar que a Rede Sarah não está inserida no SUS como espaço de referência e contrarreferência. Ela tem uma porta fechada, que se abre por decisão de ordem clínica dos que compõem a Rede ou por outros mecanismos que todos nós conhecemos aqui.

Durante o período em que eu fui Ministro da Saúde, nós tentamos abrir essa porta e fazer com que o SUS pudesse referenciar, contrarreferenciar pacientes para o Sarah, mas, infelizmente, até hoje isso não foi possível. Assim é realmente muito fácil desenvolver o trabalho. Você escolhe quem vai atender, a clientela e o tamanho dela.

E, por último, apesar de, neste ano, não estar contemplado na preocupação do Relator – porque eu acho que os quatro temas são relevantes –, existe um programa para o qual o Senador Paulo Paim sugeriu a apresentação de uma emenda de comissão, que é a implantação das Academias da Saúde. Esse é um programa de altíssimo alcance, com um papel muito importante, porque ele trata da promoção à saúde.

Nós criamos esse programa em Recife, em 2001, quando era Prefeito o hoje Deputado João Paulo. Depois, levamos para o governo do Estado, na gestão Eduardo Campos. E, no programa de Governo da Presidenta Dilma, esse projeto foi incorporado. Ele permite a prática de atividade física, supervisionada por profissionais de educação física. Esse programa já foi premiado pela Organização Mundial de Saúde, pela Organização Pan-Americana da Saúde e está sendo implantado como um piloto hoje na Universidade de San Diego, na Califórnia. A ideia de ampliar esse programa é, sem dúvida, muito relevante.

Então, eu sugiro que, no ano que vem, quem sabe, possamos destinar alguns recursos desta Comissão para esse programa, que é, sem dúvida, muito importante.

Obrigado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Na sequência, há a inscrição do Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores.

Serei breve.

Quero parabenizar o Relator Romero Jucá, porque, das 119 emendas – é evidente que todas são

meritórias –, o senhor teve que, no olho mecânico, praticamente, decidir por quatro. Pela sua visão, pelos critérios adotados, V. Exª está de parabéns, porque procurou contemplar não só o maior número de parlamentares, mas também a necessidade maior. Todos têm necessidades. E, também, com a visão de Relator Geral, V. Exª sabe a que poderá dar continuidade ou não, porque, muitas vezes, coloca-se aqui e, lá na frente, sabe-se que é impossível.

Mais uma vez, parabéns, Senador!

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Na sequência, há agora a inscrição do Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, quero também apoiar o parecer do Senador Romero Jucá, destacando que considero importantes as emendas para a Associação das Pioneiras Sociais, nome que não é tão conhecido quanto o Hospital Sarah Kubitschek, mas se trata da mesma instituição.

Eu, normalmente, tenho encaminhado emendas como Senador, mas apoio integralmente a destinação das emendas desta Comissão e, portanto, subscrevo as mesmas com meu voto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Na sequência, agora, vamos ouvir o eminente 1º Secretário da Casa, Senador Cícero Lucena, considerado o Prefeito da Casa.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente, quero agradecer e dizer que compreendo a tarefa difícil do Sr. Relator.

Nós apresentamos apenas duas sugestões. Uma delas, Sr. Relator, está contemplada por V. Exª, embora eu acredite que a sua assessoria tenha tido o lapso de não me citar na questão do resíduo sólido, até porque minha emenda, de número 26, trata da implantação da melhoria dos sistemas públicos de manejo e resíduo sólido para a Funasa.

Então, considero-a contemplada, mas é apenas para fazer essa correção, porque, efetivamente, nós concordamos com essa emenda acatada por V. Exª.

E quero dizer que minha outra emenda – não posso deixar de registrar, embora reconheça a dificuldade de V. Exª de acatá-la – reflete a preocupação que nós estamos tendo com a seca no Nordeste. Embora haja algumas ações por parte do Governo Federal neste momento de emergência, de sacrifício, de sofrimento do povo nordestino, nós precisamos de obras estruturantes, e a minha reivindicação, com a visão de saúde pública que é o abastecimento de água em pequenos Municípios, é no sentido de que possam ser executadas essas obras.

Então, eu gostaria, a exemplo do que o Senador Humberto Costa fez, que a gente, nesta Comissão, se preocupasse também com a questão da seca no Nordeste, que é algo de saúde pública.

Ontem, no plenário da Casa, eu apresentei uma fotografia de uma revista, *A Semana*, do Estado da Paraíba, que eu considero que deveria receber um prêmio internacional: mostrava um agricultor, no campo, na seca, tomando água em uma garrafa plástica e, lambendo seu rosto, olhando para a garrafa d'água, uma vaca. Essa é a situação que nós estamos vivendo no Nordeste. Daí porque nós colocamos essa necessidade do abastecimento em pequenas cidades, pois hoje há o carro-pipa, mas não há onde buscar água para abastecer as cidades e as comunidades rurais.

Era só esta observação, reconhecendo a dificuldade que V. Exª tem de acatar tantas emendas.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Senador Cícero Lucena, Sr. Presidente, eu gostaria de realmente fazer o registro e a correção, pois a Emenda nº 26, do Senador Cícero Lucena, trata também de resíduos sólidos. A assessoria não tinha registrado entre as emendas que foram atendidas.

Portanto, quero fazer essa correção e quero prestar um esclarecimento ao Senador Cícero Lucena e às Srªs e Srs. Senadores: existem pedidos de emenda aqui tanto para saneamento quanto para abastecimento de água. Por que nós não contemplamos esses dois temas? Porque esses dois temas são objeto do PAC da Funasa, que já tem previsão de recursos definidos e projetos uns já liberados e outros sendo analisados. Então, como estão enquadrados no PAC da Funasa, seria desnecessário uma emenda de Comissão, porque o PAC é um projeto mais avançado, que garante recursos, que garante, efetivamente, a liberação.

Então, no caso de abastecimento d'água e de saneamento para cidades com menos de 50 mil habitantes, que é no âmbito da Funasa, o PAC da Funasa já está tratando dessas questões; nas cidades com mais de 50 mil habitantes, o Ministério das Cidades, com o PAC também, já está tratando dessa questão. É por isso que elas não estão contempladas aqui no relatório.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Na sequência, o nosso Senador Rodrigo Rollemberg com a palavra.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Casildo Maldaner.

Cumprimento o nobre Relator, Senador Romero Jucá, e os demais Senadores e Senadoras. Apenas para cumprimentar o Relator pelo seu trabalho, um trabalho difícil, de examinar 121 emendas, todas elas

importantes, de importância indiscutível, e escolher quatro, que têm o apoio de diversos Senadores.

Eu gostaria de registrar que a Secretaria de Meio Ambiente também aprovou uma emenda para implantação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, que é fundamental, é um desafio que as prefeituras têm. Foi um grande avanço produzido pelo Congresso Nacional aprovar a Política Nacional, mas as prefeituras, em função das suas dificuldades financeiras, hoje têm uma dificuldade muito grande de implementação.

O Relator acolheu uma no sentido da melhoria dos sistemas públicos de manejo de resíduos sólidos, para prevenção e controle de doenças, em Municípios com menos de 50 mil habitantes.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – A de lá é para maior e com objetivo um pouco diferente, mas as duas com o objetivo de implementar a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

E a importância e a prioridade que o Relator está dando à área de saúde, que, sabidamente, é um dos maiores desafios que o Brasil tem neste momento, para garantir uma assistência à saúde qualificada ao conjunto da população.

Nesse sentido, eu quero ressaltar, como disse o Senador Romero Jucá, que esta Comissão já tradicionalmente destina uma emenda à Rede Sarah de Hospitais. A bancada do Distrito Federal também, todos os anos, destina uma emenda de bancada à Rede Sarah, por compreender a importância e a excelência do serviço oferecido pela Rede Sarah.

Eu digo sempre que nós, quando apresentamos uma emenda, primeiro nós queremos que ela seja liberada. Em segundo lugar, que ela seja bem executada, que a gente tenha a tranquilidade de que aquele recurso que está sendo alocado vai ser utilizado de forma adequada, vai prestar um serviço de excelência para a população. É isso que o Sarah vem fazendo há anos, fazendo, inclusive, com que o Brasil se torne, nessa área atendida pelo Sarah, numa referência internacional.

Portanto, também fui um dos autores dessa emenda que destina recurso para o Sarah. Quero cumprimentar o Senador Romero Jucá dizendo que essa emenda nos dá a tranquilidade de que esses recursos serão utilizados e bem utilizados, utilizados com a excelência que o Sarah tem ofertado como serviço público de saúde.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Passamos a palavra ao Senador Wellington Dias. A Senadora Ana Amélia também pede.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu estava inscrita.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Estava inscrita? Não estava anotado. Então, fica, em seguida, após o Senador Wellington Dias, a Senadora Ana Amélia.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, se é duro aqui, imagine lá na Comissão de Orçamento, não é, Senador Romero?

Mas eu quero dizer que também eu quero me congratular. Nós apresentamos aqui emendas e nos sentimos contemplados. Primeiro, essa do Sarah eu considero importante. Todos os anos eu coloco emenda individual também para lá. Não só tenho uma filha com deficiência, que, no passado, muitos anos atrás, eu não era nem parlamentar, já foi atendida lá, e vi a excelência da qualidade dos serviços.

Depois, destaco aqui a atenção dada à saúde. Nesse campo, eu queria apenas um esclarecimento. Aqui quando trata da Funasa, nessa área de implantação de melhoria de sistemas públicos, excluem-se as regiões das Rides. Só para eu entender por quê.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – É porque as regiões das Rides, regiões metropolitanas, capitais, cidades maiores são tratadas pelo Ministério das Cidades.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – O.k.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Da pactuação do Governo, a Funasa ficou responsável por cidades de até 50 mil habitantes, Municípios de até 50 mil habitantes, e o Ministério das Cidades ficou com regiões metropolitanas e cidades acima de 50 mil habitantes.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Eu agradeço o esclarecimento. E também manifestar o apoio.

É claro que gostaria muito de me somar com Humberto na ideia das academias. As academias têm um ponto importante. Primeiro, é um custo baixo, é possível atender a uma quantidade grande de Municípios e é hoje uma inovação na prevenção da saúde.

Eu quero aqui dizer que, no meu Estado, já há algumas implantadas, e o resultado é muito favorável. Inclusive, as equipes do programa Saúde da Família, que trabalham essa área da atenção básica na prevenção, manifestam como bons os resultados não só para idosos, mas para pessoas de todas as idades, pela possibilidade de fazer ali os exercícios que são recomendados. Muitas vezes, os médicos recomendam fazer os exercícios, exceto a caminhada. Mas, quando é um exercício ou outro mais direcionado, por falta de recursos ou, muitas vezes, por falta de alter-

nativa num Município onde nem academia existe, essa é fundamental.

Então, eu queria dar destaque a isso, defendendo essa tese das academias.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Na verdade, Senador Wellington, a proposta das academias foi levada em conta também e é importante, mas entendo que a Comissão precisava sinalizar efetivamente algumas prioridades.

Historicamente, há a questão do Sarah; há os resíduos sólidos – em que uma lei determina que, até 2014, têm de ser implantado nas cidades com menos de 50 mil habitantes, não têm muita saída para resolver isso; e há o fortalecimento da atenção especializada e da atenção básica, o que, na verdade, é a grande demanda da sociedade brasileira e o grande problema hoje.

Então, apesar de a academia ser relevante – e, como Relator, vou tratar com o Ministro da Saúde e verificar de que forma se pode fortalecer esse programa –, entendi que, simbolicamente, para a Comissão de Assuntos Sociais, esses quatro temas teriam uma amplitude maior, teriam um peso maior de gesto político, de indicação política da Comissão.

Em 121 emendas, nós só poderíamos escolher quatro, e nos centramos, portanto, nas que tinham maior pleito por parte dos Senadores e das Senadoras. E também há o simbolismo de, efetivamente, sinalizar ao Governo quais são as prioridades da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Para discutir, a Senadora Ana Amélia tem a palavra.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria apenas cumprimentar o Senador Romero Jucá, porque não é fácil compor isso em quatro emendas. Seria mais ou menos como colocar São Paulo dentro de Boa Vista.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – É verdade.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Seria mais ou menos isso. O seu trabalho foi esse. Então, esse exercício que V. Exª fez eu entendo. Concordo, é claro, que as academias são ótimas e que essa é uma questão de prevenção à saúde, mas há, digamos, um critério.

Fico feliz também de agradecer a inclusão das emendas que ofereci junto com os outros colegas Senadores. Na verdade, esse é um orçamento da emenda da Comissão de Assuntos Sociais, que V. Exª relatou muito bem. É o caso específico da atenção à saúde da população para procedimentos de média e alta complexidade. É um grande avanço isso, reforçando os recursos para essa finalidade, que interessa a sua capital, a minha Porto Alegre, a Teresina, a Florianópolis, a Campo Grande, do nosso Prefeito Alcides Bernal.

Penso que esse é um acolhimento geral de interesse nacional. E, aqui, mesmo cada um representando seu Estado, temos esse compromisso nacional.

Parabéns, Senador Romero Jucá, pela aquiescência desses projetos de grande relevância!

Penso que V. Exª também atendeu a outro colega Senador – faço questão que diga aí –, o Senador Delcídio do Amaral, nesse projeto específico da emenda.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Acho que mais ninguém quer discutir a matéria.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, acho que a questão levantada aqui da Funasa contempla cidades até 50 mil habitantes. Nesse particular, o Senador Romero Jucá foi feliz.

Endosso o que disse a Senadora Ana Amélia. É feita uma ginástica para tentar contemplar tudo isso, para tentar concluir isso e reduzir, para tentar buscar o essencial no País em tantas emendas.

Acredito que V. Exª, Senador Jucá, também perdeu algumas horas de sono para aglutinar essa questão toda e chegar a um consenso. Quero louvar o seu trabalho, porque isso não é fácil. Tentar caracterizar isso e fazer o entendimento é um exercício, sem dúvida alguma, de construção, para buscar praticamente a unanimidade nessas questões.

Meus cumprimentos a V. Exª!

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senador Casildo Maldaner.

Não havendo mais quem queira usar da palavra, encerro a discussão. (*Pausa.*)

Em votação o parecer que conclui pela aprovação das emendas da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 24, de 2012.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável às emendas da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 24, de 2012.

Ao encerrarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata desta 44ª reunião.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Antes de concluir os nossos trabalhos, meu caro e ilustre Senador Romero Jucá, quero oferecer nossos agradecimentos, pelo assessoramento prestado, aos

consultores do orçamento André Miranda Burello, Luiz Gonçalves de Lima Filho e Luciano de Souza. Aos senhores os meus agradecimentos, os da Comissão e, certamente, os do Relator e os dos demais Senadores que desta Comissão fazem parte.

Encerrando esta reunião, cumprimento o Senador Romero Jucá.

Quero dizer ao Senador Casildo que o Senador Romero Jucá é campeão. S. Exª faz gol de letra todos os dias aqui. Não é novidade esse belíssimo relatório que o Senador, uma vez mais, promove aqui, em uma das Comissões do Senado Federal.

Dessa maneira, cumprimento V. Exª. Sucesso! Parabéns! Que Deus o abençoe!

Muito obrigado.

Declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 8 minutos.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

ATA DA 40ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 31 DE OUTUBRO DE 2012, QUARTA-FEIRA, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e quarenta e três minutos, do dia trinta e um de outubro de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Eunício Oliveira, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Jorge Viana, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Romero Jucá, Luiz Henrique, Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, José Agripino, Armando Monteiro, Gim Argello, Randolfe Rodrigues, Eduardo Suplicy, Aníbal Diniz, Lindbergh Farias, Humberto Costa, Tomás Correia, Eduardo Braga, Waldemir Moka, Benedito de Lira, Flexa Ribeiro, Mozarildo Cavalcanti, João Ribeiro, Eduardo Amorim e Marco Antônio Costa, e das Senadoras Ana Rita, Lídice da Mata e Lúcia Vânia, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Lopes, Ricardo Ferraço, Pedro Simon, Vital do Rêgo, Francisco Dornelles, Magno Malta e Sérgio Petecão. A Presidência registra as presenças dos Senhores Prefeito eleito de Crato, Ronaldo Gomes de Mattos; do Vice-Prefeito de Crato, Raimundo Bezerra Filho; do Senhor Leonardo Carvalho; do Presidente do Sindicato dos Policiais Federais, Senhor Cesar Bertozzi; do Vereador de Caucaia-CE, Senhor Tanilo Vereador de Caucaia e do Deputado Federal, Otávio Leite. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **1ª PARTE: ITEM 1) MENSAGEM (SF) Nº 84, de 2012.** Não Terminativo. Submete à apreciação do Senado Federal o nome do General de Exército LÚCIO MÁRIO DE BARROS GÓES, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga decorrente da inatividade compulsória do General de Exército Francisco José da Silva Fernandes, a partir de 3 de outubro de 2012. **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Senador Luiz Henrique. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do General de Exército. LÚCIO MÁRIO DE BARROS GÓES, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga decorrente da inatividade compulsória do General de Exército Francisco José da Silva Fernandes, a partir de 3 de outubro de 2012, por unanimidade, com 16 (dezesseis) votos favoráveis. **2ª PARTE: ITEM 1) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 48, de 2012.** Não Terminativo. Obriga a construção e a manutenção de estações de apoio a condutores de veículo de transporte de carga ou de veículo de transporte público de passageiros, no âmbito das concessões rodoviárias federais. **Autoria:** Deputado Onofre Santo Agostini. **Relatoria:** Senador Luiz Henrique. **Relatório:** Favorável ao Projeto com a Emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Parecer Favorável ao Projeto com a Emenda Nº 1-CCJ. **ITEM 5) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 93, de 2012.** Não Terminativo. Dá nova redação ao art. 387 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, para a detração ser considerada pelo juiz que proferir sentença condenatória. **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Senador Romero Jucá. **Relatório:** Dependendo de Relatório. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao projeto. Aprovado o Requerimento nº 58, de 2012-CCJ, de URGÊNCIA para a matéria. **EXTRA-PAUTA: ITEM 6) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 58, de 2012 "**Requeiro, nos termos do artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 93, de 2012." **Autoria:** Senador Romero Jucá. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião às doze horas, restando adiados os demais itens constantes da pauta, a saber: ITEM 2) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 300, de 2011; ITEM 3) OFICIO "S" Nº 22, de 1998 e ITEM 4)

OFICIO "S" Nº 13, de 1999, e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

*Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA***

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 40ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que as aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal.*

Comunico aos Srs. Senadores membros desta Comissão, para ciência de V. Exªs, o recebimento dos seguintes documentos: carta do cidadão Sebastião Lourenço Dias Filho, solicitando a apreciação do Projeto de Lei do Senado nº 145, de 2004, e da Proposta de Emenda à Constituição nº 34, de 2004. Expediente conferido: enviado o Ofício nº 105/2012-Presidência/CCJ, informando que o PLS nº 145, de 2004, já foi transformado em norma jurídica, com veto parcial, que tramita no Congresso Nacional, e que PEC nº 34, de 2004, foi arquivada no final da legislatura de 2011, nos termos do art. 332 do Regimento Interno do Senado Federal; PR nº 801, de 2012, da Presidência do Instituto dos Advogados Brasileiros, encaminhando cópia de parecer aprovado por este Instituto na lavra do Consórcio Dr. Luiz Edson Fachin sobre o Projeto de Lei nº 2.654, de 2003, de autoria da Deputada Maria do Rosário. Expediente conferido: envidado o Ofício nº 109, de 2012, da Presidência desta CCJ, informando que o projeto em questão ainda encontra-se em trâmite na Câmara dos Deputados; Ofício GV-Presidente nº 40/2012, do Assessor do Presidente da Câmara Municipal de Gaspar, Santa Catarina, que encaminha requerimento do cidadão Roque Agenor Schmitt, que sugere que se torne o cargo de vereador desprovido de remuneração. Expediente conferido: envidado Ofício nº 110, de 2012, da Presidência da CCJ, informando que o assunto já foi objeto de duas Propostas de Emenda à Constituição do Senado Federal, sendo a primeira retirada pelo autor e, a segunda, arquivada em 2007, após o final da legislatura anterior, e que, no momento, não há proposta nesse sentido.

A reunião de hoje será dividida em duas partes. A primeira parte destina-se à deliberação da Mensagem nº 84, de 2012, e a segunda parte, à deliberação dos itens de nºs 1 a 5.

Convido os Srs. Senadores a comparecerem à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Embora estejamos neste momento com a CPI aberta, estejamos com reunião da Medida Provisória, debates na Comissão de Assuntos Econômicos e na Comissão de Ciência e Tecnologia, mas esse é o nosso dever, e a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania tem prioridade em relação aos demais processos em andamento.

Senador Aloysio tem a palavra pela ordem.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, o que nos dá tranquilidade é que a qualidade do indicado, General Lúcio Mário de Barro Góes, é reconhecida por todos nós.

De modo que creio que não haverá polêmicas em torno dessa indicação.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Aloysio, inclusive no momento oportuno do debate, os Senadores obviamente vão se revezar. V. Exª mesmo teve de sair nesse momento para ir assinar à questão da Medida Provisória.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – E vou ter de relator logo agora.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Há duas outras Comissões das quais faço parte e estou aqui. A CPI está, neste momento, em um debate intenso sobre a sua prorrogação ou não, sobre requerimentos ou não. É um tema extremamente político que gera interesse da imprensa e dos Srs. Senadores.

O Senador Moka acaba de chegar.

Item 1:

MENSAGEM (SF) Nº 84, de 2012
– Não Terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal o nome do General de Exército LÚCIO MÁRIO DE BARROS GÓES, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga decorrente da inatividade compulsória do General de Exército Francisco José da Silva Fernandes, a partir de 3 de outrubro de 2012.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Luiz Henrique

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

Em 17/10/2012, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ.

Na presente reunião procederemos à arguição do indicado em cumprimento à alínea b do art. 2º do Ato supracitado, referente à segunda etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades no âmbito desta CCJ.

Convido o General de Exército Lúcio Mário de Barros Góes para que adentre o plenário para compor a Mesa para sua explanação, por até 20 minutos.

Mais uma vez convido os Srs. Senadores para comparecem a esta Comissão, porque vamos iniciar o processo de arguição do General de Exército Lúcio Mário de Barros Góes, indicado pela Presidente Dilma Rousseff para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar na vaga decorrente do General de Exército Francisco José da Silva Fernandes.

Concedo a palavra ao General Lúcio Mário de Barros Góes, que é General de Exército, para a sua apresentação. O senhor terá a palavra por até 20 minutos. Aquele sinalzinho lá vai começar a contar e, quando o tempo estiver terminando, uma sirene irá disparar. Caso V. Exª desejar, lhe concederei a palavra para que V. Exª continue fazendo sua explanação.

Tem a palavra V. Exª.

O SR. LÚCIO MÁRIO DE BARROS GÓES – Pois não.

Exmo Sr. Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador Eunício Oliveira, Exmos Srs. Senadores, Senhoras e Senhores, bom dia.

Gostaria de manifestar, inicialmente, o meu profundo respeito pelo Congresso Nacional, cujos representantes exercem, com elevado espírito público, a delegação do povo brasileiro para decidir sobre os temas da maior relevância para a nossa sociedade brasileira.

Registro também minha satisfação de estar pela primeira vez participando de uma reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, relatado que fui, com muita honra, pelo Senador Luiz Henrique, Comissão a quem compete a importante atribuição de opinar sobre a constitucionalidade e a juridicidade das matérias do mais alto interesse nacional.

Ao apresentar as minhas credenciais perante a Comissão de Constituição e Justiça, em virtude da minha indicação pela Excelentíssima Senhora Presidenta da República, conforme mensagem, de 21 de setembro, para o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, ressalto que servir ao Exército significou extraordinária experiência como profissional e como cidadão.

Dos idos do tempo de aluno do Colégio Militar do Recife até os dias de hoje, já se vão cerca de 50 anos.

A Escola Preparatória de Cadetes do Exército, em Campinas, e a Academia Militar das Agulhas Negras (Aman), em Resende, me proporcionaram a formação acadêmica e as condições para ser declarado Aspirante-a-Oficial de Infantaria, em dezembro de 1971.

Tive minha vida profissional dividida entre os quartéis, às escolas militares – ora como aluno, ora como instrutor – e a alta administração do Exército, envolvido na gestão, lidando, quase sempre, com recursos humanos.

Neste percurso, vivenciei essa imensa Nação por meio do serviço a Pátria, o que me possibilitou identificar as diversidades culturais e geográficas e, ao mesmo tempo, as semelhanças e a unidade. Permitiu-me conhecer o nosso povo, acolhedor, simples, alegre e trabalhador, o que constituiu para mim um verdadeiro privilégio.

O nosso País possui um Exército cuja gênese se confunde com a formação da nacionalidade brasileira. Ele nasceu da integração do branco, do índio e do negro para defender a nossa terra contra o invasor estrangeiro no Monte dos Guararapes, em Recife, cidade onde nasci.

A nossa força terrestre está presente em todo o Território Nacional, defendendo a soberania do País e garantindo a paz. É, a um só tempo, o braço forte para a defesa da Pátria, para a garantia dos Poderes constitucionais, da lei e da ordem e a mão amiga, contribuindo para o desenvolvimento nacional, apoiando nas calamidades públicas, na defesa civil e projetando a imagem do Brasil no exterior, nas missões de paz. Instituição regular e permanente está alicerçada na hierarquia e na disciplina. Cultiva e pratica valores como a verdade, a lealdade, a responsabilidade, o patriotismo e o civismo, a camaradagem e a cooperação. Estimula o trabalho em equipe, consciente que a sinergia proporcionada pelo esforço conjunto proporciona ao nosso Exército mais força, tornando-o, assim, reconhecido perante a sociedade brasileira.

Ao longo desses anos de serviços dedicados à Pátria, tive a oportunidade de viver em diferentes regiões do País, trabalhando em unidades militares com distintas características. Nessas ocasiões, lidei diariamente com pessoas e desenvolvi, por dever de ofício, habilidades na complexa tarefa de julgar.

Minha experiência na área de Justiça militar deu-se como encarregado de inquérito policial militar. Como integrante de Conselho Permanente de Justiça e no posto de Tenente-Coronel fui Assessor do então Ministro do Exército junto ao Poder Judiciário.

Contudo, tenho confiança que poderei aprofundar esses conhecimentos com os membros do Superior Tribunal Militar, se confirmada a minha indicação.

Acredito que a composição daquela egrégia Corte, em forma de escabinato, com juízes togados e juízes leigos, permite a integração do conhecimento jurídico dos juízes togados com a vivência profissional militar dos juízes militares.

Ainda como jovem Oficial, Tenente e Capitão, desempenhei as funções de Comandante de Pelotão e instrutor de Curso de Formação de Sargentos, instrutor de Cadetes na Academia Militar das Agulhas Negras e Comandante de Companhia de Fuzileiros em diferentes guarnições do nosso País.

Como Oficial Superior, fui instrutor da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, estabelecimento de ensino dedicado ao aperfeiçoamento profissional dos capitães do Exército e fui também instrutor da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Exerci funções no Comando Militar do Nordeste, em Recife; no gabinete do comandante do Exército, em Brasília; realizei o curso Superior Interforças, na Escola Superior de Guerra da França, em Paris, ocasião em que tive a oportunidade de conviver com militares de outros países.

Como Coronel, comandei o Batalhão da Guarda Presidencial, com missões de segurança e de cerimonial, junto à Presidência da República, momento em que coordenei cerimônias de entrega de credenciais a embaixadores de nações estrangeiras no Brasil e de honras militares a chefes de nações amigas.

Desempenhei ainda a missão de Adido do Exército junto à Embaixada do Brasil na França e também junto à Embaixada do Brasil na Bélgica. Naquele período, pude conviver e trabalhar com integrantes do Corpo Diplomático Brasileiro.

No posto de Oficial General comandei a 16ª Brigada de Infantaria de Selva, localizada em Tefé, situação em que pude testemunhar as dificuldades da Região Amazônica e o relevante apoio do Exército naquele ambiente de selva.

Da selva para a Praia Vermelha, no Rio, comandei a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, escola do mais alto nível do nosso Exército, ocasião em que dirigi e orientei oficiais superiores, futuros comandantes de unidade.

Do Rio para Brasília, fui Subchefe do Comando de Operações Terrestres, órgão incumbido do preparo e do emprego da força; fui Diretor de Avaliação e Promoções, encarregado da carreira dos oficiais e praças do Exército, processando a avaliação do desempenho profissional e as promoções, do sargento ao general. Fui Secretário-Geral do Exército, incumbido de assessorar o comandante nas áreas de cerimonial militar e medalístico.

De Brasília, segui para Recife, onde tive a honra de comandar a 7ª Região Militar, 7ª Divisão de Exército, cuja área de responsabilidade abrange os Estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. Lá, ampliei a minha experiência administrativa, inclusive coordenando a logística do emprego das tropas nas eleições de 2006 e a preparação do 5º contingente militar brasileiro em missão de paz no Haiti.

Desde março de 2010 como General de Exército exerço o cargo de Chefe do Departamento Geral do Pessoal, órgão responsável pela execução da política de pessoal do Exército e por zelar pela nossa imensa família verde-oliva por meio do planejamento e da gestão dos recursos humanos nas áreas do serviço militar, da avaliação e das promoções, nas movimentações, nas transferências, na assistência social, na assistência à saúde e nas áreas de inativos civis, pensionistas e ex-combatentes.

Nestas áreas mencionadas, lido diariamente com o contencioso de pessoal, o que me faz refletir sobre a necessidade de estar atualizado a respeito do conhecimento das leis, regulamentos e normas em vigor.

Exmos Srs. Senadores da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, esta tem sido a minha vida, a minha carreira militar.

É na expectativa de poder aplicar estes princípios, estes conhecimentos e esta experiência profissional em um trabalho de equipe com os membros do Superior Tribunal Militar que apresento as minhas credenciais ao ter o meu nome submetido à apreciação de V. Exªs para o cargo que, se aprovado pelos Srs. Senadores, irá me proporcionar a honrosa oportunidade de continuar servindo à Nação, à Justiça e à sociedade brasileira.

Coloco-me, pois, à disposição para possíveis esclarecimentos complementares e agradeço a atenção que V. Exªs me dedicaram.

A todos, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Após a explanação do General Lúcio Mário de Barros Góes, repito, mais uma vez, que nós estamos, nesse momento, em um processo de disputa, dentro da CPI, de renovação ou não do seu prazo. Portanto, há intenso debate político naquela Comissão. Simultaneamente, há outras comissões em funcionamento e a instalação de medidas provisórias, em serão discutidas a questão da renegociação com o sistema elétrico brasileiro e também a redução do pagamento da energia pelas pequenas empresas, pelas microempresas e pelas pessoas mais simples. Então, há intenso debate nesta quarta-feira na Casa, após as eleições.

Portanto, eu vou dar a palavra ao Senador Luiz Henrique, como Relator, e, em seguida, ao Senador Suplicy e ao Senador Pedro Taques, pela ordem de inscrição.

Senador Luiz Henrique, Relator desta matéria, tem a palavra V. Exª, para fazer a arguição ou o encaminhamento se assim desejar.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, no meu parecer já tive a oportunidade de expor a respeito das qualidades, das qualificações que possui o General Lúcio para exercer esse cargo tão relevante de Ministro da Alta Corte Militar do País.

De modo que eu entendo que esta Comissão, pela exposição feita pelo eminente General, já está suficientemente consciente da importância, da relevância dessa indicação. Por isso, limito-me a dizer que, sem delongas, esta Comissão deva se pronunciar no processo de votação a respeito desta indicação.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem de inscrição, concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

Tem a palavra V. Exª.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Eunício Oliveira, prezado General do Exército Lúcio Mário de Barros Góes, acho que de Tefé, Amazonas, desde Recife a toda região do Nordeste onde V. Exª trabalhou, ali na fronteira do Peru, aqui em Brasília, na Praia Vermelha, Rio de Janeiro, nos lugares em que V. Exª teve oportunidade de conhecer e trabalhar em profundidade, desde a selva amazônica até as grandes metrópoles brasileiras, mostrou que tem uma formação, nas Forças Armadas Brasileiras, exemplar.

Considerando a evolução social por que passa a sociedade em todo o mundo, com grandes reflexos na valorização dos direitos fundamentais, pergunto se V. Exª avalia ser ainda coerente a aplicação de penas disciplinares privativas de liberdade em face do cometimento de transgressões disciplinares. Não seria mais adequada a aplicação de penas alternativas como a prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas?

No âmbito dos Superiores Tribunais, hoje, acredito que já há uma percepção, uma compreensão na própria legislação a respeito. Acredito que possa haver e imagino que os Ministros dos Superiores Tribunais – tanto do Militar quanto até do Supremo Tribunal Federal – podem ter margem para criar penas alternativas que possam, muitas vezes, ter um efeito, seja para aquele que transgrediu a lei, seja para o conjunto da sociedade do ponto de vista do exemplo que se está dando, acho, muito positivo.

Então, apreciaria se V. Exª pudesse nos dar a sua percepção a respeito da criação de penas alternativas, da margem com que, digamos, um Ministro do Superior Tribunal Militar, em tal circunstância, pode criar essas penas alternativas, ao invés de simplesmente determinar que a pessoa vá passar tanto tempo atrás das grades.

Da leitura do currículo de V. Exª, verifico o desempenho de importante missão de Adido do Exército na França e na Bélgica por 2 anos. Considerando essa experiência, consulto V. Exª acerca do processo de julgamento de militares desses países que cometem crimes em tempos de paz. Eles possuem uma justiça especial para julgar os crimes militares?

O Código Penal Militar e o Código de Processo Penal Militar datam de outubro de 1969, ou seja, estão em vigência há 43 anos, período em que o mundo e o mundo jurídico passaram por marcantes transformações políticas e sociais. Com a experiência que V. Exª traz da caserna, questiono como avalia a necessidade de reforma dos códigos que orientam a Justiça Militar no curto e médio prazos.

Também aproveitando o conhecimento adquirido por V. Exª como Chefe do Departamento-Geral do Pessoal do Exército, bem como a experiência adquirida na Força Terrestre, nas missões de paz, como as que se desenvolvem no Haiti, pergunto se não é o momento de a comunidade internacional analisar o estabelecimento de proposta que, felizmente, o Congresso Nacional brasileiro já aprovou para ser instituída, por etapas, que é uma renda básica de cidadania sem qualquer condicionante para todos os seres humanos habitantes em cada lugar.

Eu gostaria ainda de lhe perguntar a respeito do papel que o Brasil tem tido por suas representações diplomáticas no âmbito da ONU, nas representações junto às quais V. Exª trabalhou, sobretudo, o papel que tem tido e pode ter ainda mais, de forma mais assertiva e contributiva, de colaborar na resolução de conflitos internacionais que perduram, tais como o conflito de mais de 40 anos que hoje está sendo objeto de diálogo para a promoção de um possível entendimento entre o Governo da Colômbia, do Presidente Santos, e as Farc, algo que, muitas vezes, preocupou o Brasil, que tem inclusive colaborado a ponto de, em algumas situações em que houve o resgate de pessoas que haviam sido sequestradas e estavam lá, colaborar com a Cruz Vermelha, com o Governo da Colômbia, até com helicópteros e com membros das Forças Armadas para o resgate daqueles prisioneiros.

Pois bem, agora, se tem a notícia de que, em Oslo, as Farc e o Governo da Colômbia estão em processo de diálogo.

Outro exemplo são as dificuldades que tem havido entre Israel e Irã, entre a Palestina e Israel, e também na Síria, onde se desenvolve um processo de guerra civil que preocupa toda a humanidade. Certamente o Brasil tem colaborado muitas vezes, mas, eventualmente, talvez possa ter uma ação ainda mais assertiva, ainda mais colaborativa.

Dada a experiência e a vivência de V. Exª, eu agradeceria se pudesse transmitir o seu pensamento sobre como o Brasil pode, nessas situações, efetivamente dar um passo muito positivo.

Muito obrigado e meus cumprimentos por sua história de vida, que muito honra o Exército brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vou dar a palavra ao General Lúcio Mário de Barros Góes para responder ao Senador Suplicy e ao Senador Luiz Henrique.

Mas antes registro, com prazer, a presença do Prefeito eleito de Crato, Sr. Ronaldo Gomes de Mattos, e do seu Vice, Raimundo Bezerra Filho, que foi também Deputado Federal, cuidou muito bem do mandato e o honrou muito como integrante da saúde. Crato é uma das cidades mais importantes do Estado do Ceará. Ele acaba de se eleger com mais de 60% dos votos.

Então, parabenizo o Ronaldo e agradeço a sua presença na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Presidente, tanto para Crato, Crateús, toda aquela região quanto para nós é uma alegria ver o nosso Prefeito presente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Muito obrigado, Senador Luiz Henrique.

Passo a palavra ao General Lúcio Mário de Barros Góes para responder aos questionamentos.

Tem a palavra V. Exª.

O SR. LÚCIO MÁRIO DE BARROS GÓES – Pois não.

Senador Eduardo Suplicy, o primeiro questionamento de V. Exª trata basicamente de se não seria mais adequada a aplicação de penas alternativas, como prestação de serviços a comunidades ou a entidades públicas, substituindo as penas privativas de liberdade previstas no Regulamento Disciplinar do Exército.

Realmente, na nossa legislação atual, no nosso Regulamento Disciplinar do Exército, não há previsão de penas alternativas hoje. As penas privativas de liberdade lá previstas são as de detenção e de prisão, ambas de caráter educativo e de finalidade também de manutenção da disciplina no aquartelamento, na vida militar.

Na detenção, o militar cumpre a pena no quartel, fazendo suas atividades, seu trabalho normal, participando da instrução, do tiro, das jornadas de trabalho normais, e é obrigado a dormir no aquartelamento no seu alojamento.

A pena de prisão, essa é mais dura. Realmente, ele vai para o xadrez, como o senhor fez referência, e ela é cada vez menos aplicada e apenas para transgressões mais graves.

Em todos os casos, a partir de 2002, numa reformulação do regulamento disciplinar do Exército, elas têm que seguir o processo legal e tem que ser dada a possibilidade de defesa e do contraditório. Foi adotado inclusive o preenchimento de um documento por escrito pelo militar que está sendo averiguado para receber a punição disciplinar.

Acredito que possamos evoluir, no futuro, para a aplicação de penas alternativas, ou pelo menos que elas sejam incluídas como uma possibilidade no regramento do Regulamento Disciplinar do Exército.

Esse assunto é bastante oportuno ser estudado no momento em que o Exército está passando por um processo de transformação, e temos diversos grupos estudando os diferentes assuntos para modificar, para quebrar alguns paradigmas e para modernizar a sua legislação. Posso garantir ao senhor que vou levar essa ideia para o grupo de trabalho de recursos humanos que funciona subordinado ao meu departamento, Departamento Geral de Pessoal, para que estudem e incluam esse assunto nos seus estudos de modernização e de transformação do nosso Exército.

A segunda pergunta de V. Exª se refere ao sistema jurídico militar na França e na Bélgica, como se processa o julgamento de crimes militares em tempo de paz.

Na França, eles separam, muito marcadamente, o crime militar em tempo de paz no interior do território e o crime militar em situação de crise ou de guerra fora do território da França, fora do hexágono, como eles costumam referir.

Na parte relativa a crimes militares cometidos em tempo de paz e no interior do país, eles são julgados por seções militares especializadas, mas por juízes civis, juízes da justiça comum. É como se existissem varas especializadas em crimes militares. Os crimes comuns são julgados na justiça comum; os crimes militares, em seções especializadas na justiça militar, mas por juízes civis.

No caso de guerra e fora do território francês, existe um tribunal que se ocupa exclusivamente de crimes praticados por militares franceses em território estrangeiro, em situações de crise e de guerra. É o chamado Tribunal dos ramos de Paris. Esse tribunal só cuida de crimes militares, só julga crimes militares.

Na Bélgica, eles não têm a justiça militar em tempo de paz. O militar, qualquer que seja o crime

que venha a cometer em tempo de paz, é julgado na justiça comum. Agora, a constituição da Bélgica prevê a criação de tribunais penais militares em situação de guerra, mas isso tem que ser criado numa situação de eventual guerra ou crise em que o país esteja envolvido

Com relação ao questionamento de V. Exª sobre a atualização do Código Penal Militar ou do Código de Processo Penal Militar, na minha avaliação, Senador, ambos têm uma real necessidade de atualização e de modernização. Esses dois Códigos – pela lei que os instituiu – foram aprovados em outubro de 1969, portanto, têm mais de 43 anos, completaram 43 anos agora. Eu posso adiantar a V. Exª que, desde maio de 2010, está em funcionamento, por iniciativa do próprio Superior Tribunal Militar, um grupo de trabalho para discutir as alterações e a modernização dessa legislação. Esse grupo é presidido pela Ministra Maria Elizabeth, e o trabalho está avançando. É um trabalho lento, criterioso, porque há repercussões num Código e noutro, mas eles estão inclusive estudando crimes que não são contemplados no Código atual, como crimes ambientais, crimes cibernéticos, que não são sequer citados.

Esse trabalho será apresentado ao Plenário do STM e, naturalmente, depois, será encaminhado ao Congresso. Provavelmente será avaliado aqui na Comissão de Constituição e Justiça, assim como está sendo feito com o Código Penal e o Código de Processo Penal, em comissão presidida pelo Senador Eunício e relatada pelo Senador Pedro Taques, salvo engano.

Finalmente, V. Exª fez um questionamento sobre o momento oportuno de a comunidade internacional avaliar um projeto Renda Básica da Cidadania para aplicação no Haiti. O Brasil participa dessa missão de paz no Haiti desde 2004. No início, na primeira missão, eu estava servindo no Comando de Operações Terrestres e participei da preparação do primeiro contingente. Com essa vivência, nós pudemos avaliar o nível de sofrimento do povo haitiano, de modo que eu acredito seja oportuna a apreciação pela comunidade internacional desse projeto, que viria, certamente, minorar o sofrimento daquela população tão carente e que sofreu um terremoto em janeiro de 2010, para agravar a situação em que eles vivem.

Com relação à última pergunta formulada por V. Exª, no sentido de que o Brasil deveria estar mais presente com forças de paz em conflitos que duram muito – V. Exª citou também o conflito na Colômbia, as negociações da presidência da Colômbia com as Farc e ainda a participação do Exército Brasileiro no resgate de pessoas sequestradas –, realmente o Exército foi solicitado pela ONU e pela Cruz Vermelha e participou de quatro expedições com helicópteros que tinham o símbolo da Cruz Vermelha na sua parte externa, operações que obtiveram sucesso e conseguiram resgatar os reféns das Farc. O Exército está pronto a participar de operações desse tipo, mas isso é uma decisão do Governo brasileiro. Antes entram nessas negociações o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Defesa.

No que diz respeito à participação na Síria, nós tínhamos lá dez observadores militares, mas, por determinação da própria ONU, todos foram retirados quando se agravou o conflito há um mês.

Nós estamos prontos, temos interesse em participar de missões de paz. Elas nos servem como um preparo para o emprego das nossas tropas e também para projetar a imagem do Brasil na comunidade internacional, o que é importante num momento em que o nosso País caminha para se tornar a sexta economia no mundo. É preciso que ele tenha também representatividade através das suas Forças Armadas. O Exército considera importante essa participação, assim como a Marinha, assim como a Força Aérea Brasileira, mas elas dependem de uma decisão de Governo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Concedo a palavra ao Senador Pedro Taques. Tem a palavra V. Exª, Senador Pedro Taques, para a sua arguição.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, General Lúcio Mário de Barros Góes, é uma honra poder participar da sabatina de V. Exª, que é um brasileiro, um servidor público que honra a Pátria, nos termos da Constituição, no sentido de Pátria que as Forças Armadas têm a obrigação permanente de defender. Eu quero cumprimentar V. Exª.

Tenho algumas indagações e vou fazê-las de forma objetiva. Na opinião de V. Exª, existe algum direito fundamental na Constituição que seja absoluto? O direito de não ser torturado é um direito absoluto na opinião de V. Exª? Faço essa pergunta tendo em conta posições de cortes militares nos Estados Unidos e em Israel, que permitem o chamado "interrogatório seletivo". Essa é a primeira indagação.

A segunda indagação é: nós sabemos que a Constituição proíbe, a partir da Emenda Constitucional nº 45, o julgamento de civis pela Justiça Militar estadual. Mas essa discussão a respeito do julgamento de civis pela Justiça Militar da União, apesar de algumas decisões do Supremo Tribunal Federal, ainda não restou pacificada. Eu gostaria de ouvir a posição de V. Exª a respeito do julgamento de civis pela Justiça Militar da União. Qual é a posição que V. Exª tem a respeito disso, notadamente de civis julgados pelos Conselhos

de Justiça Militar da União, que são formados por militares sem vocação jurídica, sem uma história profissional jurídica?

Qual é a posição de V. Exª a respeito da aplicação da Lei dos Juizados Especiais, a Lei nº 9.099, de 1995, aos crimes militares?

Outra indagação é sobre a possibilidade de concessão ou não de liberdade provisória para o crime de deserção, previsto no Código Penal Militar, o Decreto-Lei nº 1.001, de 1969, como nós todos sabemos, e a sua vedação pelo Código de Processo Penal Militar, a vedação da concessão da liberdade provisória àquele que comete o delito de deserção.

Qual é a posição de V. Exª a respeito da divisão ou não em turmas ou câmaras do STM, uma vez que, ao que eu conheço, o único tribunal do Brasil cujo julgamento é feito só pelo plenário, pelos quinze membros, os quinze Ministros, é o STM, sem a divisão em turmas ou câmaras. Qual é a posição de V. Exª a respeito disso?

Nós sabemos que, da Justiça Militar da União, no Norte do Brasil, só existem duas Circunscrições Judiciárias Militares: uma em Manaus, a 12ª, e uma em Belém, me parece, a 8ª, enquanto no Sul do Brasil, só no Rio Grande do Sul, existem três: Bagé, Santa Maria, Porto Alegre. Sobre essa divisão territorial da Justiça Militar, em primeiro grau de jurisdição, qual é a opinião de V. Exª, tendo em conta, hoje, o deslocamento das tropas notadamente para o Norte do Brasil, e a utilização das Forças Armadas na defesa da lei, na defesa da ordem, por determinação presidencial? Qual é a posição de V. Exª a respeito disso? Por que nós temos muitas circunscrições militares no Rio Grande do Sul e duas no Norte do Brasil? Isso faz com que alguns comandantes militares apliquem o que se denomina, na doutrina castrense, de "justiça do comandante". Por exemplo, um militar que comete um ilícito em Tabatinga, na divisa com Letícia, recebe a justiça do comandante, ou seja, o próprio comandante aplica uma infração disciplinar e não remete à Justiça Militar.

São essas as indagações que faço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Tem a palavra V. Exª...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Se for possível, deixe para responder às minhas perguntas depois de outras, porque eu vou ter que correr à CPMI para fazer uma votação.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Mas não há mais oradores inscritos, Senador Pedro Taques. V. Exª é o último orador inscrito. Por isso, vou dar a palavra...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Eu vou ter que ir à CPMI votar e já volto para, respeitosamente, ouvir as respostas de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não havendo mais oradores inscritos, vou dar a palavra ao General para responder a V. Exª.

Tem a palavra V. Exª, General.

O SR. LÚCIO MÁRIO DE BARROS GÓES – A primeira pergunta do Senador Pedro Taques diz respeito a direitos fundamentais da Constituição, qual a minha opinião sobre o direito absoluto de não ser torturado. Eu considero que esse é um direito absoluto, como também o é o direito à vida, e tudo isso está bem protegido na nossa Constituição, particularmente no seu artigo 5º, que trata dos direitos individuais.

Com relação ao julgamento de civis pela Justiça Militar da União, apenas nos casos de crime militar, os civis poderão ser processados pela Justiça Militar da União. Isso está previsto. Houve uma emenda constitucional, se não me engano a de número 45, que tirou essa possibilidade da Justiça Militar dos Estados. Havendo uma emenda constitucional que modifique o que está previsto atualmente na Justiça Militar Federal, na Constituição, naturalmente vamos respeitar essa decisão.

Com relação à lei dos juizados especiais para os crimes militares, considero desnecessário o encaminhamento de processos da Justiça Militar para juizados especiais, uma vez que a nossa Justiça Militar está bem estruturada em todo o País, com auditorias espalhadas por todas as regiões do Brasil para fazer o julgamento, na primeira instância, de crimes militares, e, numa segunda instância, o faz o Superior Tribunal Militar. Mas é uma possibilidade a se estudar. Claro.

Com relação à liberdade provisória nos crimes de deserção, ela não existe, porque o crime de deserção é o crime do soldado, do militar, do sargento que se afasta do serviço, do expediente por decisão sua, pessoal e não retorna após 8 dias. Se não há apresentação de justificativa do seu afastamento e não dá conhecimento desse destino, ele é processado pelo crime de deserção. Imagino que, se for dada a liberdade provisória, ele vai desaparecer novamente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – General, me permita interrompê-lo apenas porque o Senador Pedro Taques teve que sair e V. Exª começa a dar as respostas. Se não se incomodar, eu gostaria que V. Exª respondesse à primeira pergunta do Senador Pedro Taques apenas para que ele se dê por satisfeito e fique confortável para votar em V. Exª.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Até porque foi muito bem respondida e merece…

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Muito bem respondida, mas o Senador Pedro Taques não ouviu. Eu pediria ao General educadamente que tivesse a gentileza de repetir.

O SR. LÚCIO MÁRIO DE BARROS GÓES – Com muito prazer, Senador.

Senador Pedro Taques, V. Exª questionou inicialmente o direito fundamental, se é um direito absoluto não ser torturado. Considero que é um direito absoluto, como é o direito à vida, que é, de alguma forma, protegido pela nossa Constituição.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – O direito à vida não pode ser absoluto, porque o Código de Processo Penal Militar estabelece a possibilidade de fuzilamento em caso de guerra declarada, de acordo com o art. 84 da Constituição.

O SR. LÚCIO MÁRIO DE BARROS GÓES – Existe realmente essa exceção. Na nossa Constituição, se diz que não existe a pena de morte, vírgula, salvo em caso de guerra. Essa prescrição está prevista na nossa Constituição, mas para uma situação muito excepcional, de guerra, e para proteger o Estado de uma traição, de um crime gravíssimo que prejudicaria a Nação como um todo. Ela existe em outras situações. Mas nós só tivemos, na nossa história recente, dois militares condenados à pena de morte na Segunda Guerra Mundial. Eles estupraram uma jovem na Itália. Enquanto um tomava conta da parte externa da casa, o outro estava com a jovem no interior da casa. Esse que estava fora, ao ver aproximar-se um tio da jovem, atirou e matou. Então foi estupro associado ao crime de homicídio. Os dois soldados foram condenados efetivamente à pena de morte, e é o único caso que conheço, mas retornaram ao Brasil, e o Presidente Getúlio Vargas os indultou. Na verdade não foi cumprida a pena de morte em nenhuma situação na história recente.

No que diz respeito ao julgamento de civis pela Justiça militar da União, V. Exª abordou muito bem, uma emenda constitucional, se não me engano de número 45, retirou essa possibilidade da Justiça Militar estadual. Entretanto não entrou no aspecto do art. 122, previsto na nossa Constituição. De modo que isso foi mantido e os militares que venham a ser julgados na Justiça Militar serão apenas quando envolvidos no cometimento de crime militar, bem caracterizado no CPM.

No que diz respeito aos juizados especiais para o julgamento de crimes militares, eu entendo, Senador, que a nossa Justiça Militar está muito bem estruturada em todo o País. Ela, numa primeira instância, julga nas auditorias militares espalhadas por todas as regiões do País e, na segunda instância, no Superior Tribunal Militar. De modo que eu não vejo como uma necessidade premente o encaminhamento de crimes militares para juizados especiais uma vez que há uma Justiça Militar bem estruturada em todo o País.

A liberdade provisória em crime de deserção, um assunto que eu estava falando quando o senhor retornou. V. Exª questiona sobe essa possibilidade de conceder a liberdade provisória em crime de deserção. Esse crime de deserção é um crime tipicamente militar, é o crime do militar que abandona o seu trabalho ou a sua obrigação, se afasta do seu aquartelamento, não dá nenhuma satisfação, o quartel procura contato com ele e com a família, não obtendo, aí é lavrado um termo de ausência após as primeiras 24 horas, 48 horas de ausência. E ao 8º dia é consumado o crime de deserção.

Ora, eu imagino que, se nós liberarmos ou concedermos a liberdade provisória, que não é prevista, para o desertor, muito provavelmente ele vai desertar novamente. E desta forma é que eu entendo que não é concedida a liberdade provisória para esse crime tipicamente militar, que é o crime de deserção.

Quanto à divisão ou não em turmas e câmaras pelo Superior Tribunal Militar, eu considero que é uma ideia bastante viável e muito boa, mas que naturalmente precisa ser estudada e aprovada. Mas eu vejo o funcionamento de turmas em outros tribunais, inclusive no Supremo Tribunal Federal, no STJ. Acho que seria proveitoso e poderia ser incluído numa reforma ou numa modificação no Superior Tribunal Militar.

Finalmente, V. Exª comenta sobre a existência de circunscrição de Justiça Militar na Região Amazônica. Realmente a Região Amazônica é imensa, eu tive a oportunidade de servir em Tefé, que fica a meio caminho entre Manaus e Tabatinga – que o senhor citou, inclusive, no questionamento – e é um enorme de um território, com um efetivo bastante razoável de militares a partir dos últimos anos em que algumas brigadas se deslocaram para o local – inclusive essa que eu comandei era em Santo Ângelo e foi transferida lá para Tefé no meio do Estado do Amazonas.

Nós temos 12 circunscrições da Justiça Militar. Elas são localizadas onde existem regiões militares, Manaus, Belém, Recife, e vem descendo. Realmente no Rio Grande do Sul há uma exceção. A terceira circunscrição da Justiça Militar que corresponde à 3ª Região Militar, tem sede em Porto Alegre. Mas, lá, nós temos três auditorias militares, juízes da primeira instância, uma em Porto Alegre, uma em Bagé e uma em Santa Maria, o que é uma peculiaridade porque, em todas as outras regiões militares, nós só temos auditorias nas sedes das circunscrições judiciárias militares.

Agora, temos seis auditorias no Rio; temos três em São Paulo; duas, em Brasília; e, três, no Rio Grande do Sul, pelos efetivos e, pelo volume, pela incidência de crimes militares, o Estado do Rio Grande do Sul tem muitos quartéis em todo o seu interior, pela própria formação da nacionalidade. Acredito que, por isso, a Justiça Militar julgou oportuna a implantação de auditorias naquelas cidades.

Muito obrigado.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, permita-me.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Essa construção das auditorias no Sul se deu na década de 60, 70 em razão da geopolítica do Brasil em relação à Argentina e ao Uruguai. Hoje, essa geopolítica muda o seu sentido em razão dos Estados fronteiriços do Norte — Estados no sentido jurídico.

Concordo com V. Exª.

Permita-me, como Relator do Código Penal, nós estamos tratando do delito de terrorismo. Na opinião de V. Exª, qual a diferença entre terrorismo e movimentos sociais? Porque nós teremos eventos internacionais no Brasil, como é o caso da vinda do Papa, a Copa das Confederações, a Copa do Mundo, as Olimpíadas – recentemente as Olimpíadas Militares. Se existe a necessidade de que nós tipifiquemos o delito de terrorismo, e a exclusão disso dos movimentos sociais?

É a última indagação.

Agradeço as respostas e a possibilidade de repetir uma das respostas.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Tem a palavra V. Exª para a última pergunta do Senador Pedro Taques sobre a questão de o terrorismo ser incluído no Código Penal Brasileiro ou não.

Não é isso, Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Já que ele é o relator na comissão que nós temos a honra de presidir.

O SR. LÚCIO MÁRIO DE BARROS GÓES – Senador, com relação ao terrorismo, pessoalmente, acho que é um flagelo da atualidade e que é importante que o nosso sistema jurídico o preveja, em minha opinião.

Nós temos uma preocupação grande com o terrorismo, como o senhor citou, nesses grandes eventos, em que teremos um afluxo muito grande de gente, inicialmente na Copa das Confederações, no ano que vem, e a Jornada Mundial da Juventude, com a vinda do Papa ao Rio de Janeiro; depois a Copa do Mundo e, em 2016, as Olimpíadas.

Nós temos tropas especializadas para o combate ao terrorismo e vamos participar da segurança desses eventos. O Ministério da Defesa já foi convocado pela Excelentíssima Senhora Presidenta da República e o Exército, a Marinha, a Força Aérea já estão trabalhando no planejamento para emprego nesses grandes eventos. Julgo que seria de todo conveniente fazer a previsão e a tipificação desse crime nessa reforma. E seria oportuno, porque ela está sendo tratada agora, aqui na Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Ela está na Comissão especial; depois é que vem para cá.

Vou concluir a fase de arguição e vou dar início ao processo de votação, já que não temos mais oradores inscritos.

Há sobre a mesa as cédulas de votação, devidamente rubricadas pela presidência.

Vou começar o processo de votação nominal, convidando os Srs. Senadores que estão em outras comissões, especialmente na Comissão Parlamentar de Inquérito, para comparecerem a esta Comissão de Constituição e Justiça, porque vamos iniciar o processo de votação nominal.

Primeiro bloco:

Senador José Pimentel. (*Pausa.*)

Senadora Ana Rita. (*Pausa.*)

Senador Pedro Taques. (*Pausa.*)

Senador Jorge Viana. (*Pausa.*)

Senador Antonio Carlos Valadares. (*Pausa.*)

Senador Inácio Arruda. (*Pausa.*)

Senador Eduardo Lopes. (*Pausa.*)

Segundo bloco:

Senador Ricardo Ferraço. (*Pausa.*)

Senador Pedro Simon. (*Pausa.*)

Senador Romero Jucá. (*Pausa.*)

Senador Vital do Rêgo. (*Pausa.*)

Senador Luiz Henrique, relator dessa matéria. (*Pausa.*)

Senador Francisco Dornelles. (*Pausa.*)

Senador Aécio Neves. (*Pausa.*)

Senador Aloysio Nunes Ferreira. (*Pausa.*)

Senador Alvaro Dias. (*Pausa.*)

Senador José Agripino. (*Pausa.*)

Senador Armando Monteiro. (*Pausa.*)

Senador Gim Argello. (*Pausa.*)

Senador Magno Malta. (*Pausa.*)

Senador Randolfe Rodrigues. (*Pausa.*)

Senador Sérgio Petecão. (*Pausa.*)

Vou chamar os suplentes do primeiro Bloco:

Senador Eduardo Suplicy. (*Pausa.*)

Senadora Lídice da Mata. (*Pausa.*)

Senador Anibal Diniz. (*Pausa.*)

Senador Acir Gurgacz. (*Pausa.*)
Senador Lindbergh Farias. (*Pausa.*)
Senador Rodrigo Rollemberg. (*Pausa.*)
Senador Humberto Costa. (*Pausa.*)
Segundo Bloco:
Senador Eunício Oliveira. (*Pausa.*)
Senador Valadares, agora presente. (*Pausa.*)
Senador Renan Calheiros. (*Pausa.*)
Senador Requião. (*Pausa.*)
Senador Tomás Correia. (*Pausa.*)
Senador Eduardo Braga. (*Pausa.*)
Senador Lobão Filho. (*Pausa.*)
Senador Waldemir Moka. (*Pausa.*)
Senador Benedito de Lira. (*Pausa.*)
Senadora Lúcia Vânia. (*Pausa.*)
Senador Flexa Ribeiro. (*Pausa.*)
Senador Mozarildo Cavalcanti. (*Pausa.*)
Senador Ciro Nogueira. (*Pausa.*)
Senador João Ribeiro. (*Pausa.*)
Senador Eduardo Amorim. (*Pausa.*)
Senador Jorge Viana. (*Pausa.*)
Senador Marco Antônio Costa. (*Pausa.*)
Todos votaram? (*Pausa.*)
Vou dar aqui mais um minuto.

Os Senadores que ainda não votaram na Comissão de Constituição e Justiça convido a vir aqui. Estamos num processo de votação nominal. (*Pausa.*)

Senador Luiz Henrique, V. Exª procurava o Prefeito Ronaldo e estão ali ele e seu vice, que foram eleitos agora em Crato. Estavam ali atrás, na sala. Estão ali. Ronaldo Gomes de Matos, que foi eleito com mais de 60% dos votos válidos no Município de Crato, e Raimundo Bezerra filho, cujo pai foi nosso colega na Câmara dos Deputados, encontram-se aqui presentes, na Comissão de Constituição e Justiça, assistindo à sabatina do General Lúcio Mário de Barros Góes, também tratando já de interesses da população do Crato.

Todos votaram? (*Pausa.*)

Vou encerrar a votação, lembrando aos Srs. Senadores que, na sequência, haverá a continuidade da reunião com dois projetos não terminativos aqui na Comissão. Nós não vamos encerrar os trabalhos agora. Eu vou dar continuidade, e vamos votar ainda dois projetos não terminativos aqui na Comissão.

Todos os presentes já votaram? (*Pausa.*)

Vou encerrar a votação.

Está encerrada a votação.

Eu convido o Senador Tomás e o Senador Agripino para abrirem aqui as urnas e fazerem a contagem dos votos.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Luiz Henrique da Silveira.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Eu gostaria de antecipar, uma vez conhecido o resultado, o pedido de tramitação em regime de urgência desta matéria no plenário no Senado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Se aprovado for o General aqui na Comissão, eu submeterei à Comissão a solicitação de V. Exª.

(*Procede-se à apuração dos votos.*)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Parabéns ao General Lúcio Mário de Barros Góes!

Foi aprovada pela Comissão a escolha do nome do General de Exército Lúcio Mário de Barros Góes por 16 votos dos 16 Senadores que votaram.

Agradeço ao Senador Agripino e ao Senador Tomás Correia.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Na sequência, eu vou colocar em votação a solicitação do Senador Luiz Henrique da Silveira de pedido de urgência para o encaminhamento da matéria ao plenário na tarde de hoje.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – É a mesma solicitação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª tem a palavra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – É a mesma solicitação.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – É a mesma solicitação?

Eu submeto aos Srs. Senadores o requerimento do Senador Luiz Henrique, secundado pelo Senador Flexa Ribeiro, para encaminhamento desse processo, ainda na tarde de hoje, ao plenário do Senado Federal.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que o aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai ao plenário na tarde de hoje.

Parabéns, General Lúcio, pela aprovação unânime na Comissão!

O SR. LÚCIO MÁRIO DE BARROS GÓES – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª demonstrou aqui muita firmeza, muita segurança e foi aprovado à unanimidade dos nossos pares.

Eu agradeço a presença do General.

Vamos ao próximo item da pauta.

Vou suspender a reunião por um minuto para me despedir do General e, depois, vou dar sequência à pauta para a votação. (*Pausa.*)

Próximo item da pauta.

Item 1 da segunda parte da pauta da nossa reunião.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 48, de 2012
– Não Terminativo –

Obriga a construção e a manutenção de estações de apoio a condutores de veículo de transporte de carga ou de veículo de transporte público de passageiros, no âmbito das concessões rodoviárias federais.

Autoria: Deputado Onofre Santo Agostini

Relatoria: Senador Luiz Henrique

Relatório: Favorável ao Projeto com a Emenda que apresenta.

Observações:

A matéria será apreciada em decisão terminativa pela Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Ontem, acho que o Jornal Nacional fez uma matéria imensa sobre esse tema, por coincidência. Há motoristas andando até 17, 18 horas seguidas por não ter um lugar adequado para pararem nas rodovias brasileiras.

Concedo a palavra ao Senador Luiz Henrique para uma breve leitura do seu relatório, tendo em vista o adiantado da hora e porque queremos aprovar ainda outras matérias.

Tem a palavra V. Exª, Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – A matéria é de autoria do Deputado Onofre Santo Agostini, que foi Presidente da Assembleia Legislativa, Casa à qual serviu durante vários mandatos. Eu tive a honra de nomeá-lo Secretário do Desenvolvimento Econômico, cargo em que executou um trabalho muito eficiente, muito eficaz.

É uma proposição simples, mas muito importante.

O avulso já foi distribuído aos Srs. Senadores, de modo que vou fazer uma leitura sintética, começando pela análise.

Cabe a esta Comissão opinar acerca da constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da matéria. Considerando que haverá manifestação terminativa da Comissão de Serviços de Infraestrutura, optamos por não nos manifestar quanto ao mérito. A matéria é constitucional e legal.

Ante o exposto, opinamos pela sua aprovação. Salvo melhor juízo, é o parecer, com a proposta de redação da ementa nos seguintes termos: "Altera a Lei 10.233, de 5 de junho de 2001, para determinar a obrigatoriedade da construção e manutenção de estações de apoio aos condutores de veículos de transporte carga ou de veículos de transporte público de passageiros no âmbito das concessões rodoviárias federais e dá outras providências."

Salvo melhor juízo, é o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Luiz Henrique.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vou colocar a matéria em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a matéria, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1, da CCJ.

A matéria vai à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Próximo item da pauta.

Antes de passar ao próximo item da pauta, registro com prazer a presença do Dr. Leonardo Carvalho; do Dr. Cesar Bertozzi, que é Presidente do Sindicato dos Policiais Federais; e também do Dr. Tanilo, que foi Presidente da Câmara de Vereadores e é Vereador eleito da maior cidade do Estado do Ceará, depois de Fortaleza, que é a nossa querida Caucaia.

Também se encontra aqui o Deputado Otávio Leite, ao nosso lado.

Hoje está bem visitada a Comissão.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 93, DE 2012
– Não terminativo –

Dá nova redação ao art. 387 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, Código de Processo Penal, para detração ser considerada pelo juiz que proferir sentença condenatória.

Autoria: Presidência da República.

Relatoria: Senador Romero Jucá, favorável ao projeto, a quem concedo a palavra para o seu breve relatório, com sempre sucinto e efetivo.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, quero registrar que esta é uma matéria importante, que vai facilitar o cumprimento de pena e a contagem de pena daqueles que estão presos vai minimizar o processo burocrático de aferição de penas. O Ministério da Justiça é favorável. Isso já foi aprovado pela Câmara dos Deputados.

E o nosso parecer também é favorável. Portanto, nós somos a favor da aprovação do projeto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco a matéria em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovada a matéria...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Só um minuto.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Eu gostaria de solicitar urgência para esta matéria, Sr. Presidente, tendo em vista que é uma matéria importante para o cumprimento de penas e também para a contagem de penas de pessoas que hoje estão por excesso de tempo nos presídios e não são liberados. Portanto, gostaria de pedir urgência nesta matéria.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pessoas que já cumpriram as suas penas continuam presas. Pessoas que precisam cumprir penas continuam soltas.

Então, esta matéria, que veio da Câmara e tem o nº 93 de um projeto de lei, é extremamente importante e vai direto ao Plenário do Senado.

Há uma solicitação de requerimento do Senador Romero Jucá. A Mesa defere de ofício o requerimento e submete às Srªs e aos Srs. Senadores o encaminhamento em regime de urgência ao Plenário do Senado.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado o regime de urgência, a matéria vai diretamente ao Plenário do Senado Federal.

Se V. Exª assim achar conveniente, a Comissão de Constituição e Justiça, pela sua presença, também encaminhará em plenário para que a gente vote essa matéria ainda na tarde de hoje, se possível, com a permissão e a anuência de V. Exª.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Considero importante a providência de V. Exª, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Estaremos juntos na aprovação dessa matéria no Plenário.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Igualmente, peço a V. Exª que tramite em regime de urgência o Item nº 1.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Item nº 1 da pauta não pode ir direto ao plenário, em regime de urgência, porque ele ainda vai à Comissão de Infraestrutura.

Deixo de deferir o pedido de V. Exª, tendo em vista que há um trâmite regimental que não pode ser ultrapassado, que é o encaminhamento à Comissão de Infraestrutura do Senado Federal.

Nós ainda temos dois itens na pauta, mas eles são terminativos. Eu queria aprovar sempre matéria terminativa com um quórum bastante elevado aqui nesta Comissão. Como nós já fizemos a sabatina do General e já aprovamos outras matérias na sequência, eu vou encerrar nossos trabalhos, antes dando a palavra, pela ordem, ao Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, a votação do General Lúcio poderá se dar de tarde no Plenário?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Já foi encaminhada ao Plenário a matéria, já foi despachado e assinado pela Presidência, encaminhado ao Presidente Sarney, que deve colocá-lo em pauta ainda na tarde de hoje, assim como essa última matéria que aprovamos, tão bem relatada pelo Senador Romero Jucá.

Nada mais havendo a tratar, agradecendo a presença de todos, está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 43 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas.)

ATA DA 41ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE NOVEMBRO DE 2012, QUARTA-FEIRA, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e trinta e oito minutos, do dia sete de novembro de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Eunício Oliveira, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Eduardo Lopes, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Luiz Henrique, Francisco Dornelles, Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Armando Monteiro, Gim Argello, Magno Malta, Randolfe Rodrigues, Eduardo Suplicy, Rodrigo Rollemberg, Tomás Correia, Eduardo Braga, Lobão Filho, Waldemir Moka, Flexa Ribeiro, Cícero Lucena, Paulo Bauer e Mozarildo Cavalcanti, e das Senadoras Lídice da Mata e Lúcia Vânia, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Jorge Viana, Pedro Simon, Vital do Rêgo, José Agripino e Sérgio Petecão, e a Senadora Ana

Rita. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **ITEM 1) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 97, de 2011.** Não Terminativo. Dispõe sobre a destinação dos bens de valor cultural, artístico ou histórico aos museus, nas hipóteses que descreve. **Autoria:** Deputada Alice Portugal **Relatoria:** Senador Inácio Arruda. **Relatório:** Pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado o Parecer pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, favorável ao Projeto. **ITEM 2) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 92, de 2012.** Não Terminativo. Dispõe sobre a criação de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS e de Funções Gratificadas, destinados ao Ministério da Integração Nacional, à Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO, à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste –SUDENE, à Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM e ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – DNIT. **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Senador Rodrigo Rollemberg. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Concedida vista aos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Luiz Henrique, nos termos regimentais. **ITEM 3) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 300, de 2011**. Terminativo. Altera a Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986, para prever que furtos e roubos contra instituições financeiras são crimes contra o sistema financeiro nacional e definir a competência da Polícia Federal para a investigação. **Autoria:** Senador Eunício Oliveira. **Relatoria:** Senador Ricardo Ferraço. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto com a emenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido do autor. **ITEM 4) OFICIO "S" Nº 13, de 1999**. Terminativo. Encaminha ao Senado Federal, cópias da Lei Federal nº 8.162, de 8 de janeiro de 1991, do Parecer da Procuradoria Geral da República, da certidão de trânsito em julgado, do acórdão proferido por aquela Corte, bem como versão dos registros taquigráficos do julgamento do Recurso Extraordinário nº 221946, que declarou a inconstitucionalidade dos incisos I e III do art. 7º da referida Lei. **Autoria:** Presidente do Supremo Tribunal Federal. **Relatoria:** Senador Romero Jucá. **Relatório:** Pelo arquivamento do Ofício "S". **Resultado:** Aprovado o Parecer pelo arquivamento do Ofício "S" nº 13, de 1999. **ITEM 5) OFICIO "S" Nº 22, de 1998.** Terminativo. Encaminha ao Senado Federal, copia da certidão de trânsito em bem assim do Acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal, nos autos do Recurso Extraordinário nº 213735, do estado de São Paulo, o qual declarou a inconstitucionalidade do artigo 7º (sétimo), e seus incisos I e II da lei 6989, de 1966, do município de São Paulo, com a redação que lhe deu a lei 11152, de 30 de dezembro de 1991. **Autoria:** JUDICIARIO. **Relatoria:** Senador Aloysio Nunes Ferreira. **Relatório:** Pela rejeição do Ofício "S". **Resultado:** Aprovado o Parecer pelo arquivamento do Ofício "S" nº 22, de 1998. **ITEM 6) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 122, de 2009 – Complementar.** Não Terminativo. Dispõe sobre a criação da Região Integrada de Desenvolvimento do Cariri– Araripe (RICA). **Autoria:** Senador Inácio Arruda. **Relatoria:** Senador Cícero Lucena. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. Vota vencido o Senador Pedro Taques. **ITEM 7) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 71, de 2011.** Não Terminativo. Altera o § 6º do art. 231 da Constituição Federal e acrescenta art. 67-A ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para permitir a indenização de possuidores de títulos dominiais relativos a terras declaradas como indígenas expedidos até o dia 5 de outubro de 1988. **Autoria:** Senador Paulo Bauer e outros. **Relatoria:** Senador Luiz Henrique. **Relatório:** Favorável à Proposta. **Resultado:** Concedida vista aos Senadores Pedro Taques, Eduardo Suplicy e à Senadora Lúcia Vânia, nos termos regimentais. **ITEM 8) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 212, de 2011.** Não Terminativo. Institui o sistema nacional de redução de emissões por desmatamento e degradação, conservação, manejo florestal sustentável, manutenção e aumento dos estoques de carbono florestal (REDD+), e dá outras providências. **Autoria:** Senador Eduardo Braga. **Relatoria:** Senador Ricardo Ferraço. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 9) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 77, de 2012.** Não Terminativo. Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo e de cargos em comissão no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região (ES). **Autoria:** Tribunal Superior do Trabalho. **Relatoria:** Senador Magno Malta. **Relatório:** Pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, favorável ao Projeto. Aprovado o Requerimento nº 59, de 2012-CCJ, de URGÊNCIA para a matéria. **Resultado:** Aprovado o Parecer pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, favorável ao Projeto. **ITEM 10) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 59, de 2012** "Requeiro, nos termos do artigo 338 inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 77, de 2012." **Autoria:** Senador Magno Malta. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, a Presidência

declara encerrada a presente Reunião às doze horas e dezesseis minutos; e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Eunício Oliveira,** Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 41ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Vamos direto ao item 1 da pauta.

O Senador Inácio Arruda, Relator do item 1, está a caminho. Portanto, vou passar ao item 2, cujo Relator se encontra presente, Senador Rodrigo Rollemberg.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 92, de 2012
– Não Terminativo –

Dispõe sobre a criação de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores (DAS) e de Funções Gratificadas, destinados ao Ministério da Integração Nacional, à Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), à Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT).

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg

Relatório: Favorável ao Projeto, a quem concedo a palavra para o seu breve relatório.

Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, Senador Eunício Oliveira, Srªs e Srs. Parlamentares, trata-se do parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 92, de 2012 (nº 3.430, de 2008, na origem), da Presidência da República, que *dispõe sobre a criação de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores (DAS) e de Funções Gratificadas, destinados ao Ministério da Integração Nacional, à Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), à Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT).*

O Projeto de Lei sob exame, originário da Presidência da República, tem por objetivo criar, de acordo com o art. 1º, cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores (DAS) e Funções Gratificadas (FG), destinados ao Ministério da Integração Nacional, às Superintendências do Desenvolvimento do Centro-Oeste, do Nordeste e da Amazônia (Sudeco, Sudene e Sudam), e, também, ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT). Assim, ao Ministério e às citadas Superintendências ficam criados os seguintes cargos: um DAS-6, um DAS-5, vinte e dois DAS-4, vinte e dois DAS-3, quarenta e nove DAS-2, trinta DAS-1 e trinta e quatro FG-1 (inciso I). Para o DNIT, são criados quatro DAS-4 e oito DAS-3 (inciso II).

O art. 2º do Projeto determina que o Poder Executivo disporá sobre a alocação dos referidos cargos em comissão nas estruturas regimentais do Ministério da Integração Nacional, da Sudeco, da Sudam, da Sudene e do DNIT.

A justificação da proposta, formulada na gestão do Presidente Lula, inicialmente lembra que as autarquias foram criadas em 2007 e estruturadas com o aproveitamento dos cargos e funções então alocados à Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene) e à Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA), ambas extintas com a aprovação das estruturas regimentais das entidades que as sucederam. Entretanto, os cargos das agências extintas não se mostraram suficientes para a adequada estruturação das novas autarquias, pela maior complexidade do conjunto de competências a elas atribuídas.

Os cargos ora propostos serão empregados para o fortalecimento institucional das novas entidades, com vistas ao cumprimento da função de órgãos planejadores de programas e ações voltados ao desenvolvimento regional. Pretende-se, ainda, dotar as autarquias de condições institucionais para atuar na articulação das três esferas de Governo e com organismos locais, visando a contribuir com a redução das desigualdades regionais e, no caso do Ministério da Integração Nacional, a criação dos cargos é necessária para o fortalecimento da estrutura da Secretaria de Infraes-

trutura Hídrica, em decorrência da ampliação de suas competências em face do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Igualmente quanto ao DNIT, o fortalecimento de sua atuação se faz necessário para assegurar o bom desempenho das obras do PAC no que tange às responsabilidades do órgão.

Segue a justificação afirmando que a estimativa total do impacto orçamentário em decorrência do provimento dos cargos encontra-se plenamente atendida pela Lei de Responsabilidade Fiscal e, à época, respeitava os limites estabelecidos no Anexo V do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) 2008.

Na Câmara dos Deputados, o Projeto recebeu parecer favorável na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, na Comissão de Trabalho, de Administração e de Serviço Público, em ambas com aprovação da emenda de Plenário nº 2. Na Comissão de Finanças e Tributação, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária, com rejeição da emenda de Plenário nº 1.

A Emenda de Plenário nº 2, acatada na Câmara dos Deputados, altera a ementa do Projeto, para incluir a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco) na distribuição dos cargos em comissão DAS e FG. Cria, mediante alteração do art. 1º, um cargo DAS-6 e exclui um DAS-5 e um DAS-2. A Emenda é justificada com o argumento da necessidade de formação de uma estrutura administrativa mais forte na Sudeco, para melhor cumprir suas atribuições, previstas na Lei Complementar nº 129, de 2009. Assinala, ainda, que não haverá aumento da despesa prevista no Projeto, já que a introdução do DAS-6 será compensada com a exclusão dos supracitados DAS-2 e 5, cujas somas salariais correspondentes superam àquela do novo DAS proposto.

A matéria foi distribuída a esta Comissão para análise de sua constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, e ainda para apreciação do mérito, em virtude do comando contido no art. 101, inciso I e letra "f"do inciso II do Regimento Interno do Senado Federal.

Análise.

O Projeto se compatibiliza plenamente com as normas constitucionais e jurídicas, e encontra assento no art. 61 da Constituição Federal que, no seu § 1º, inciso II, letra "a", atribui ao Presidente da República a iniciativa de leis que disponham sobre *criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração,* e também no art. 48, que confia ao Congresso Nacional a competência para dispor sobre todas as matérias de competência da União, entre as quais a criação, transformação e extinção de cargos.

Assim sendo, em consonância com os citados dispositivos magnos, o Congresso Nacional deve agora analisar a medida iniciada pelo Poder Executivo que, no nosso entendimento, é digna de acolhida, e se mostra muito bem justificada pela Exposição de Motivos quanto à necessidade de criação dos cargos.

Com efeito, o novo modelo de planejamento das ações de desenvolvimento regional desenhado em virtude da estruturação das autarquias criadas exige o aumento do número de cargos em seus quadros, para dotar as entidades de servidores suficientes para o seu bom funcionamento e ideal cumprimento de sua missão.

Voto.

Ante o exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei da Câmara nº 92, de 2012, e, no mérito, pela sua aprovação.

Esse é o Relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Rollemberg.

Em discussão a matéria. (*Pausa*.)

Para discutir a matéria, pede a palavra o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu peço vista.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vista concedida ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Vista coletiva, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vista coletiva concedida a pedido do Senador Luiz Henrique da Silveira.

O item 3 da pauta estou retirando, de ofício, para conversar com o Senador Ferraço.

(É o seguinte o item retirado:

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 300, de 2011
– Terminativo –

Altera a Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986, para prever que furtos e roubos contra instituições financeiras são crimes contra o sistema financeiro nacional e definir a competência da Polícia Federal para a investigação.
Autoria: Senador Eunício Oliveira
Relatoria: Senador Ricardo Ferraço
Relatório: Pela aprovação do Projeto com a emenda que apresenta.)

Eu queria convidar os Srs. Senadores que se encontram em outras comissões, porque temos aqui... O

item 2 não é terminativo, o item 3 retirei de pauta, o item 4 é terminativo, cujo Relator é o Senador Romero Jucá.

Senador Romero Jucá, V. Exª precisa comparecer ao plenário, porque é Relator de uma matéria importante e terminativa aqui nesta Comissão.

Convido os Senadores a comparecerem à Comissão. Estamos em processo de votação nominal. O item 5 é terminativo, do item 6 o Senador Cícero Lucena é o Relator.

Senador Cícero Lucena, V. Exª está sendo chamado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para relatar matéria destinada a V. Exª.

Passemos ao item 7 da pauta. (*Pausa.*)

Os autores e o relator não se encontram.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – O autor sim.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Luiz Henrique está presente.

Item 7 da pauta.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Só um minutinho, Senador Luiz Henrique.

ITEM 7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 71, de 2011
– Não Terminativo –

Altera o § 6º do art. 231 da Constituição Federal e acrescenta art. 67-A ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para permitir a indenização de possuidores de títulos dominiais relativos a terras declaradas como indígenas expedidos até o dia 5 de outubro de 1988.

Autoria: Senador Paulo Bauer e outros

Relatoria: Senador Luiz Henrique

Relatório: Favorável à proposta.

Tem a palavra o Senador Luiz Henrique da Silveira para o seu relatório.

Mais uma vez, convido os Senadores da Comissão de Constituição e Justiça a se fazerem presentes. Entraremos em processo de votação nominal logo após a votação do item 7.

Senador Luiz Henrique, V. Exª tem a palavra.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, trata-se de mais uma proposição importante da lavra do Senador Paulo Bauer, que tenho a honra de relatar.

A proposição é dotada de três artigos, sendo o art. 1º voltado a suprimir a parte final do § 6º do art. 231 da Constituição Federal, que, salvo quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa-fé, nega o direito a indenização ou a ações contra a União em decorrência da nulidade e extinção dos atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse de terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.

Em complemento a essa supressão do Texto Constitucional, o art. 2º da Proposta de Emenda à Constituição em análise busca assegurar, mediante acréscimo do art. 67-A ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o direito a indenização aos possuidores de títulos de domínio que os indiquem como proprietários de áreas declaradas tradicionalmente indígenas e que tenham sido regularmente expedidos pelo Poder Público até a data da promulgação da Constituição Federal de 1988, repito, em data anterior à promulgação da Constituição vigente, com base no valor estimado da terra nua e das benfeitorias úteis e necessárias realizadas de boa-fé.

Por fim, o art. 3º trata da cláusula de vigência, com previsão de que ocorra na data da publicação da emenda constitucional que eventualmente venha a ser editada.

Em resumo, os argumentos contidos na justificação da Proposta de Emenda à Constituição nº 71, de 2011, são no sentido de que o escopo central dessa proposição é assegurar aos atuais possuidores das áreas sob demarcação alguma espécie de indenização, sem, por outro lado, desguarnecer os direitos dos indígenas à terra, de forma a conciliar os interesses em conflito, mediante a aplicação do princípio da proporcionalidade.

Isso porque – prossegue a justificativa do projeto –, se, por um lado, o constituinte originário procurou assegurar às comunidades indígenas a posse das terras indispensáveis ao seu bem-estar e à sua reprodução física e cultural, por outro, estatuiu o direito de propriedade, a segurança das relações jurídicas e o respeito ao ato jurídico perfeito como pilares do Estado democrático de direito, razões pelas quais se deve garantir aos possuidores de títulos de domínio regularmente expedidos até a data da promulgação da Constituição Cidadã o direito de receber indenização pela terra nua e eventuais benfeitorias úteis e necessárias realizadas de boa-fé.

À matéria não foram apresentadas emendas.

Análise.

Ressalto a competência desta Comissão para emitir parecer sobre a admissibilidade e o mérito das propostas de emenda à Constituição em curso nesta Casa.

Não há dúvida quanto à admissibilidade, Sr. Presidente.

Ademais, a Proposta observa a regra constitucional que veda emenda à Constituição na vigência

de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio, nas exceções como tal estabelecidas no Texto Magno.

No tocante ao mérito, igualmente nos manifestamos pela aprovação da matéria.

Trata-se, e quero mais uma vez por em relevo a iniciativa oportuna do ilustre Senador Paulo Bauer, indiscutivelmente, de medida louvável, porquanto poderá promover uma drástica diminuição dos conflitos no campo, ao garantir tanto os direitos dos índios como os dos possuidores de títulos de domínio regularmente expedidos pelo Poder Público até 5 de outubro de 1988.

Ora, a data da promulgação da Constituição é o marco temporal para o reconhecimento, aos índios, dos direitos sobre as terras que tradicionalmente ocupavam naquela data, razão pela qual os proprietários de terras com títulos legitimados antes da Constituição Federal não podem ser prejudicados em seu direito de propriedade, deixando de receber a devida indenização pela terra nua e pelas benfeitorias nas áreas atingidas por demarcações de reservas indígenas.

Além disso, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, convém salientar que o direito de propriedade e o ato jurídico perfeito são reconhecidos e exaltados como direitos fundamentais na Constituição e considerados cláusulas pétreas, assim como o direito de ação.

Como se vê, o direito à indenização aos proprietários rurais pelo valor da terra nua e benfeitorias úteis e necessárias realizadas de boa-fé em terras declaradas como tradicionalmente pertencentes aos indígenas, nos termos da Constituição de 1988, é medida da mais alta justiça, que concilia o direito dos indígenas com o dos proprietários rurais.

Saliento, Sr. Presidente, que, em parecer lavrado pela Advocacia-Geral da União, há disposição no sentido de aprovação desse projeto, assim como no parecer da Procuradoria da República do Município de Dourados. Não obtive nenhuma manifestação de contrariedade da Funai e de outros órgãos do Governo.

Assim, ante o exposto, votamos pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 71, de 2011, salientando que esta Comissão já aprovou emenda de teor semelhante, Emenda nº 3, em 2004, que foi subscrita pelo Senador Juvêncio da Fonseca e demais Senadores que constituíram o quórum necessário para apresentação da proposta. Foi votada no dia 17 de março de 2010 com apenas a discordância do ilustre Senador Eduardo Suplicy, que lavrou à época voto em separado.

Assim, salvo melhor juízo, Sr. Presidente, opinamos pela aprovação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Luiz Henrique.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Peço a palavra, Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, pede a palavra o Senador Paulo Bauer.

Tem a palavra V. Exª.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, inicialmente, quero cumprimentar o Senador Luiz Henrique pela apresentação do seu relatório, muito lúcido, muito bem fundamentado e, efetivamente, reconhecedor da proposta que apresentei como oportuna e adequada.

É preciso dizer, Sr. Presidente, adicionalmente, que a questão indígena no Brasil é uma questão que precisa prosseguir dentro das prioridades e das ações governamentais.

É preciso valorizar a cultura, a história e o valor dos indígenas no Brasil. É preciso obedecer à Constituição Federal, devolvendo aos mesmos as áreas que eles efetivamente ocuparam no País e na história do País.

É preciso também considerar que a Constituição de 1988, ao estabelecer o direito dos indígenas as suas terras, fez uma regra, estabeleceu uma regra pela qual os que se encontram naquelas propriedades, naquelas áreas, explorando-as para atividades diversas, principalmente para atividades agrícolas, no caso do reconhecimento da área como sendo indígena, não teriam indenização pela área, pela terra que ocupam, apenas mereceriam indenização das benfeitorias.

Ora, sabemos, Senador Pedro Taques, que esse é um problema sério no País. Esse problema já gerou mortes. Esse problema já gerou conflitos. Esse problema dificulta a própria ação da Funai. São dezenas, centenas de recursos no Judiciário que estão tramitando, inclusive nesta semana está pautado no Supremo Tribunal Federal uma discussão desse assunto. Haverá uma manifestação do Supremo Tribunal Federal, e temo, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que o Supremo Tribunal Federal acabe legislando no lugar do próprio Senado e do próprio Congresso. Por quê? É necessário registrar que o agricultor que está na propriedade, que está na área há um século, há dezenas de anos e que comprou a propriedade de boa-fé, pagando por ela um valor que efetivamente era o valor da época, o valor mercantil da época, não agiu de má-fé. Não pretendeu eliminar os indígenas da face da terra. Não pretendeu ludibriar algum proprietário que lá estivesse anterior a ele. Muito menos quis, com isso praticar um ato contra o Estado brasileiro. Precisamos corrigir essa questão.

Pediria encarecidamente aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras que aprovássemos o relatório do Senador Luiz Henrique para que, depois, no próprio plenário, inclusive já conhecida essa decisão do

Supremo Tribunal Federal que deve ocorrer no curso dessa semana, pudéssemos avançar na discussão do assunto e até na sua adequação, se fosse o caso. Mas, seguramente, não podemos deixar de analisar, de votar e de viabilizar no nosso País o respeito, a valorização, a justiça em favor daqueles que plantam, daqueles que trabalham, daqueles que usam a terra para o crescimento do País.

Nada contra os indígenas! Absolutamente! Achamos que eles têm o direito constitucional, e ele fica preservado, apenas se institui. Como disse o Senador Luiz Henrique, na Funai não há nenhuma manifestação contrária a minha PEC. O Ministério Público Federal, no caso da subseção de Dourados, também se manifesta favorável. A Advocacia-Geral da União se manifesta favorável. Então, quem é contra? Com certeza, não temos ninguém contra os índios, mas também não temos ninguém contra os brancos, se assim pudermos denominar os agricultores que estão nas áreas.

Era a observação que eu queria fazer, agradecendo a V. Exª e a todos os presentes pela atenção.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, para discutir a matéria, Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Não sou contra a proposta de emenda à Constituição. Sou contra apenas à violação da Constituição da República no seu preceito originário. Tenho dúvidas a respeito da constitucionalidade dessa PEC. Portanto, peço licença ao autor e ao relator e peço vista.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Vista coletiva, Sr. Presidente.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Comprometo-me já na próxima reunião trazer a minha manifestação.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – É regimental. Vista dada ao Senador Pedro Taques.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, gostaria também de...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vista coletiva à Senadora Lúcia Vânia...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Também gostaria de pedir vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vista coletiva ao Senador Eduardo Suplicy.

Portanto, a matéria volta na próxima semana, tendo em vista que foi concedida vista coletiva e é regimental o seu retorno.

Vou voltar ao Item 1 da pauta.

O Senador Inácio Arruda está presente? (*Pausa.*) Está lá atrás.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 97, de 2011
– Não Terminativo –

Dispõe sobre a destinação dos bens de valor cultural, artístico ou histórico aos museus, nas hipóteses que descreve.
Autoria: Deputada Alice Portugal
Relatoria: Senador Inácio Arruda
Relatório: Pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, favorável ao Projeto.
Observações:
Em 06/06/2012, a Presidência concedeu vista aos Senadores Pedro Taques, Luiz Henrique e Marta Suplicy, nos termos regimentais.

Passo a palavra ao Senador Inácio Arruda, para, se quiser, fazer alguma manifestação. Vejo que já foi lido e dado vista ao Projeto.

Vou colocar a matéria, então, em discussão.

Para discutir a matéria, inscreve-se o Senador...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, rapidamente. Foram levantadas questões de natureza constitucional e também de mérito. Nós discutimos com o IPHAN, Senador Pedro Taques, especialmente, porque interessava diretamente a eles e também ao Ministério da Cultura, sobre as questões que tinham sido levantadas na nossa Comissão. E, encarecidamente, o IPHAN e o Ministério da Cultura e, agora, a própria Senadora Marta, que assumiu o Ministério, solicitaram que pudéssemos aprovar na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e, se tiver algum reparo no mérito, que fizéssemos na Comissão de Educação, para não causar prejuízo à tramitação.

Então, eu pediria a V. Exª que pudéssemos votar e essas correções pudéssemos fazer na Comissão de Educação, se o entendimento for possível com os nossos colegas que pediram vista.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pedro Taques tem a palavra, para discutir.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Apenas para concordar com o Senador Inácio. Analisei o projeto, não tenho nenhuma objeção a sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não havendo quem queira discutir, vou colocar a matéria em votação.

Em votação o Projeto de Lei da Câmara nº 97, de 2011, de autoria da Deputada Alice Portugal; relatoria do Senador Inácio Arruda.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer favorável ao Projeto.

A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Próximo item da pauta. Matéria terminativa; portanto, vai precisar da presença dos Srs. Senadores.

ITEM 4

OFICIO "S" Nº 13, de 1999
– Terminativo –

Encaminha ao Senado Federal cópias da Lei Federal nº 8.162, de 8 de janeiro de 1991, do Parecer da Procuradoria Geral da República, da certidão de trânsito em julgado, do acórdão proferido por aquela Corte, bem como versão dos registros taquigráficos do julgamento do Recurso Extraordinário nº 221.946, que declarou a inconstitucionalidade dos incisos I e III do art. 7º da referida Lei.

Autoria: Presidente do Supremo Tribunal Federal

Relatoria: Senador Romero Jucá, pelo arquivamento do Ofício "S".

Observações:

A votação será nominal, Srs. Senadores.

Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá, para, se quiser, finalizar o relatório. Item 4 da pauta, p. 48.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, o Item 4 da pauta trata de comunicação, Ofício do Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminhado ao Senado Federal, para os fins previstos no art. 52 da Constituição.

Esta Comissão recebeu o Ofício para os fins do art. 52, cópia do acórdão proferido nos autos, nos quais o Supremo declarou a inconstitucionalidade incidental dos incisos I e III do art. 7º da Lei federal nº 8.162, de 8 de janeiro de 1991.

O voto é pelo conhecimento e pelo arquivamento da presente matéria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, é votação nominal.

Senador Pedro Taques, V. Exª sempre presente.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – (*Fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador José Pimentel pediu que o convidasse; ele está na sala 6.

Quem vota com o Relator vota "não". Quem vota com o Relator, Senador Romero Jucá, vota "não".

O Senador José Pimentel está na sala 6, pediu que o convidássemos a vir aqui. Peço à Assessoria que ligue na sala 6, convidando o Senador José Pimentel.

Senadora Ana Rita, como vota?

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Pedro Taques?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vota com o Relator, vota "não".

Como vota o Senador Jorge Viana? (*Pausa.*)

Como vota o Senador Antonio Carlos Valadares?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o Relator, vota "não".

Senador Inácio Arruda?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o Relator, vota "não".

Senador Eduardo Lopes? (*Pausa.*)

Como vota o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Voto "não", Sr. Presidente. Voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vota "não", com o Relator.

Como vota o Senador Pedro Simon? (*Pausa.*)

Senador Romero Jucá, voto conhecido.

Como vota o Senador Vital do Rêgo? (*Pausa.*)

Senador Luiz Henrique da Silveira?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – "Não", com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – "Não", com o Relator.

Senador Dornelles? (*Pausa.*)

Senador Aécio Neves?

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – "Não", com o Relator.

Senador Aloysio Nunes Ferreira?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) –"Não", com o Relator.

Senador Alvaro Dias? (*Pausa.*)
Senador José Agripino? (*Pausa.*)
Senador Armando Monteiro?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – "Não", com o Relator.
Senador Gim Argello? (*Pausa.*)
Senador Magno Malta? (*Pausa.*)
Senador Randolfe Rodrigues? (*Pausa.*)
Senador Sérgio Petecão? (*Pausa.*)
Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – "Não", com o Relator.
Senadora Lídice da Mata? (*Pausa.*)
Senador Anibal Diniz? (*Pausa.*)
Senador Acir Gurgacz? (*Pausa.*)
Senador Lindbergh Farias? (*Pausa.*)
Senador Rodrigo Rollemberg? (*Pausa.*)
Senador Humberto Costa? (*Pausa.*)
Senador Renan Calheiros? (*Pausa.*)
Senador Requião? (*Pausa.*)
Senador Tomás Correia? (*Pausa.*)
Senador Eduardo Braga? (*Pausa.*)
Senador Lobão Filho? (*Pausa.*)
Senador Waldemir Moka? (*Pausa.*)
Senador Benedito de Lira? (*Pausa.*)
Senadora Lúcia Vânia? (*Pausa.*)
Senador Flexa Ribeiro? (*Pausa.*)
Senador Cícero Lucena? (*Pausa.*)
Senador Paulo Bauer? (*Pausa.*)

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – "Não", com o Relator.
Senador Mozarildo? (*Pausa.*)
Senador Ciro Nogueira? (*Pausa.*)
Senador João Ribeiro? (*Pausa.*)
Senador Eduardo Amorim? (*Pausa.*)
Senador Marco Antônio Costa? (*Pausa.*)
Todos votaram? (*Pausa.*)

Aprovado o parecer pela unanimidade dos presentes, que é pelo arquivamento do Ofício "S".

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa, para as providências cabíveis, Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Romero Jucá; em seguida, o Senador Luiz Henrique.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Eu estava ausente quando foi discutido o Item 7 e gostaria apenas de registrar a importância dessa matéria, de autoria do Senador Paulo Bauer e relatada pelo Senador Luiz Henrique.

Esse é um assunto que tem que ser encarado, nós temos que resolver essa questão, principalmente no que tange à ampliação de áreas indígenas. Inclusive, já discuti com o Ministro Cardozo, da Justiça. Estou apresentando uma emenda constitucional também, que cria alguns dispositivos, definindo recursos e mecanismos para indenização de áreas a serem ampliadas, porque o que nós temos, na realidade, é que, quando há necessidade de ampliação de uma área indígena, se trata como se fosse uma área imemorial essa ampliação, tirando a caracterização do domínio, do documento, da posse, enfim, das condições legais dos proprietários. Então, o que se faz, na verdade, é uma usurpação de alguém que tem direitos e, de repente, passa a não tê-los por conta de um parecer antropológico.

Portanto, isso tem que ser equacionado. Conheço bem a matéria e quero registrar aqui a importância do projeto do Senador Paulo Bauer e do relatório do Senador Luiz Henrique, informando que estou fazendo um projeto complementar também a essa questão para que possa ser encaminhada, Senador Luiz Henrique. Realmente, é um assunto que está em tela, está na pauta do País, por diversas questões, inclusive no Mato Grosso do Sul, que precisam ser encaminhadas.

Registro, pois, a importância dessa matéria, já que eu não estava presente no momento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – A matéria está com vista coletiva, Senador Romero Jucá e voltará na próxima semana.

Próximo item da pauta.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Eu solicitaria a V. Exª que incluísse extrapauta a deliberação do Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 2012, de autoria do Deputado Carlos Bezerra, que foi relatado pelo ilustre Senador Gim Argello, eu pedi vista para examinar esse projeto; houve um pedido de vista coletiva.

Realmente, o projeto é meritório. Vou votar a favor e se V. Exª, ouvido o Plenário, concordar, poderemos apreciar esta matéria na sessão de hoje.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Luiz Henrique, na sequência, após terminarmos a pauta, submeterei a solicitação de V. Exª.

ITEM 5

OFICIO "S" Nº 22, de 1998
– Terminativo –

Encaminha ao Senado Federal, copia da certidão de trânsito em julgado bem assim do Acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal, nos autos do Recurso Extraordinário nº 213735, do Estado de São Paulo, o qual declarou a inconstitucionalidade do artigo 7º (sétimo) e seus incisos I e II da Lei nº 6.989, de 1966, do Município de São Paulo, com a redação que lhe deu a Lei nº 11.152, de 30 de dezembro de 1991.
Autoria: JUDICIARIO
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatório: Pela rejeição do Ofício "S".
Observações:
Votação nominal.

Consulto o Senador Aluysio Nunes se deseja fazer o seu voto.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pois não.

Sr. Presidente, mediante o Ofício "S" nº 22, de 1998 (Ofício nº 55-P/MC, de 10.03.98 na origem), o Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) encaminha a esta Casa, para o fim previsto no art. 52, X, da Constituição Federal (CF), cópia da certidão de trânsito em julgado, bem assim do acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal, nos autos do Recurso Extraordinário nº 213735, do Estado de São Paulo, o qual declarou a inconstitucionalidade do art. 7º e seus incisos I e II da Lei nº 6.989/66, do Município de São Paulo, com a redação que lhe deu a Lei nº 11.152, de 30.12.91.

O referido dispositivo da lei municipal foi declarado inconstitucional por instituir alíquotas progressivas em relação ao Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), em razão do valor do imóvel à época em que a Constituição ainda não autorizava esse tipo de lei.

O dispositivo constitucional afrontado, citado na ementa da decisão, é o inciso II do § 4º do art. 182 da Lei Maior, segundo o qual é facultado ao poder público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena de imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressiva no tempo.

Assim, a progressividade das alíquotas do IPTU no tempo, de acordo com esse dispositivo constitucional, é autorizada se o proprietário do imóvel não observar as regras do plano diretor.

Frise-se, por oportuno, que as referidas leis e julgamento são anteriores ao advento da Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000, que alterou o art. 156, § 1º, da CF, para estabelecer a possibilidade de instituição de alíquotas progressivas fora das hipóteses do mencionado art. 182, § 4º, II, da CF.

Foi, assim, declarada a inconstitucionalidade, pelo STF, do mencionado dispositivo da lei municipal.

Juntamente com o acórdão do STF, foram também encaminhadas cópia reprográfica da Lei Municipal nº 11.152, de 1991, e fac-símile do parecer da Procuradoria-Geral da República.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado Federal aprovou, em 19 de setembro de 2007, relatório concluindo pela PREJUDICIALIDADE do Ofício "S" nº 22, de 1998 – este que estamos examinando. O fundamento dessa decisão consistiu na prévia existência da Resolução nº 13, de 7 de março de 2006, de teor seguinte:

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente, nos termos dos arts. 48, inciso XXVIII, e 91, inciso II, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 13, DE 2006

Suspende a execução do art. 7º, I e II, e art. 27 da Lei Municipal nº 6.989, de 29 de dezembro de 1966, com a redação dada, respectivamente, pela Lei Municipal nº 10.921, de 30 de dezembro de 1990, e Lei Municipal nº 10.805, de 27 de dezembro de 1989, todas do Município de São Paulo, no Estado de São Paulo.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º *É suspensa a execução do art. 7º, I e II, e art. 27 da Lei Municipal nº 6.989, de 29 de dezembro de 1966, com a redação dada, respectivamente, pela Lei Municipal nº 10.921, de 30 de dezembro de 1990, e Lei Municipal nº 10.805, de 27 de dezembro de 1989, todas do Município de São Paulo, em virtude de declaração de inconstitucionalidade em decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, nos autos do Recurso Extraordinário nº 210.586-4 – São Paulo.*

Como se pode observar, a Resolução transcrita não suspendeu a eficácia do art. 7º, I e II, da Lei nº 6.989, de 1966, do Município de São Paulo, em redação dada pela Lei nº 11.152, de 30 de dezembro de

1991. Leia-se a ementa da Resolução e se verá que a nova redação dada à Lei considerada inconstitucional por uma lei posterior não está... A eficácia dessa lei posterior não foi suspensa por essa Resolução.

Em vista disso, a questão volta à apreciação deste Colegiado.

Depreende-se, da leitura do dispositivo constitucional e do dispositivo do RISF, que a Resolução do Senado Federal não anula ou revoga a lei declarada inconstitucional pelo STF, mas apenas suspende sua execução. O ato do Senado tem efeito no plano da eficácia da lei e não nos planos da existência ou validade. Desse modo, os efeitos da Resolução são *ex nunc* (prospectivos), ou seja, não retroagem.

Assim, a primeira questão que deve ser enfrentada pelo Senado Federal ao receber a comunicação prevista no Regimento é se a suspensão da execução da norma declarada inconstitucional terá efeitos práticos. Se a norma, por qualquer razão, já não estiver produzindo efeitos, como na hipótese de revogação tácita ou extinção do objeto regulado, é evidente que o Senado não deve editar uma resolução para suspender efeitos que não mais existem.

No caso concreto, o dispositivo declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, posteriormente à alteração efetuada pela Lei Municipal nº 11.152, de 1991, foi novamente alterado. Desse modo, o dispositivo declarado inconstitucional não existe mais no mundo jurídico, por força do advento da Lei Municipal nº 13.250, de 27 de dezembro de 2001, respaldada essa lei pela Emenda à Constituição nº 29.

Essa Lei foi editada, insisto, em razão da citada Emenda à Constituição nº 29, de 2000, a qual, como dito, alterou o texto anterior da Constituição, para estabelecer a possibilidade de instituição de alíquotas progressivas para o IPTU fora das hipóteses mencionadas no já citado art. 182.

Desse modo, a edição de resolução pelo Senado Federal para suspender a execução do art. 7º, I e II, da Lei Municipal nº 6.989, de 1966, em redação dada pela Lei Municipal nº 11.152, de 1991, não terá qualquer efeito.

Ante o exposto, e considerando o advento, insisto, da Lei nº 13.250, de 2001, do Município de São Paulo, votamos pela rejeição do Ofício "S" nº 22, de 1998, e seu consequente arquivamento, pois não existe mais a lei cuja eficácia essa resolução poderia suspender.

Por essa razão, voto pela rejeição e pelo seu arquivamento.

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO) – Só uma pergunta, Senador Aloysio, só uma dúvida: em vez de rejeição, não seria prejudicialidade?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – O Senador Pedro Taques já levantou essa questão. Eu entendo que não porque, na verdade, essa lei já não existe. Então, esse Ofício "S" tem de ser rejeitado porque ele não tem mais objeto, ele não tem mais qualquer efeito prático.

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO) – Sem dúvida. Concordo com V. Exª.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Essa resolução visaria a suspender a execução de uma lei revogada por outra. Essa lei cuja eficácia se poderia suspender já foi revogada. Então, não se pode suspender a eficácia daquilo que não tem mais eficácia porque foi revogado.

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO) – Concordo com V. Exª. Apenas eu acho que, em vez de rejeição, o parecer é pela prejudicialidade, é mais adequado. Mas é somente uma questão de entendimento.

O SR. PEDRO TAQUES (Boco/PDT – MT) – Me permite, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Já concedo a palavra a V. Exª.

Concluiu, Senador?

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO) – Concluí.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pedro Taques com a palavra.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, parece algo de somenos importância, mas nós temos que primar pela técnica, notadamente em uma comissão como a de Constituição e Justiça.

Esta previsão do art. 52, X, da Constituição surge na Constituição de 1934 porque não tínhamos ação direta de inconstitucionalidade ou representação, que se inicia pela Emenda nº 16, de 1965.

Aqui, com todo o respeito, quero concordar com o Senador Tomás, nós não podemos rejeitar uma comunicação do Supremo Tribunal Federal, porque o ato de expedição da resolução ele não é vinculado, ele é discricionário.

O correto – eu não sei se isso consta do Regimento, eu tenho essa dúvida – seria o conhecimento e o arquivamento. Mas a repercussão disso no mundo real não existe, se for rejeição ou conhecimento. Mas, tecnicamente, seria conhecimento e arquivamento, porque nós não podemos rejeitar uma comunicação. O Supremo não nos pediu absolutamente nada, ele apenas comunicou. Aliás, existe quem defenda, no próprio Supremo Tribunal Federal, como o Ministro Gilmar Mendes – e o Senador tem um trabalho sobre isso –, da desnecessidade, hoje, do 52, X. Inclusive, existe uma PEC nesse sentido.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Na verdade é isso, é uma emenda constitucional. Tendo em vista a ausência de efetividade do art. 52, eu trabalho pela supressão do art. 52, X, porque isso gera nada mais do que uma burocracia sem qualquer tipo de objetividade.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PT – CE) – Senador Pedro Taques.

Dentro desse mesmo processo tem já um ofício, e já aprovado nesta Comissão, pela prejudicialidade, no dia 19 de setembro de 2007. Aí ele volta agora, e volta pela rejeição. Mas V. Exª tem razão, é de somenos importância, porque também não tem...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu me entrego às mãos, ao discernimento de V. Exª. Entendo isso como uma questão de ordem levantada pelo Senador Pedro Taques...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PT – CE) – Eu entendo como uma questão de ordem e vou decidir pelo conhecimento e pelo arquivamento, se V. Exª concordar...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Claro, concordo.

Agora, só queria apenas discordar do seguinte: eu não considero que esse art. 52, essa competência do Senado tenha se tornado obsoleta, superada pelos fatos, porque é claro que as hipóteses de ação direta foram muito ampliadas pela Constituição de 88, a titularidade das ações diretas foram muito ampliadas na constituição de 88, e eu acho positivo. Além do que, você tem outras hipóteses que foram acrescentadas pela reforma do Judiciário de declaração de efeitos *erga omnes* na decisão do Supremo, no caso de súmula vinculante.

Agora, de qualquer maneira, a existência desse dispositivo da Constituição evitaria a repetição de ações com o mesmo objeto na ausência da iniciativa da súmula vinculante como faz o Supremo Tribunal Federal.

Eu creio que é útil o Senado dispor dessa... é útil para a limpeza de entulho que dá origem ao desperdício de tempo, desperdício de jurisdição. E eu louvo, inclusive, a presidência do Senador Eunício Oliveira, que está colocando em votação esses Ofícios "S" que estavam aqui na nossa Comissão, muitos deles represados há muito tempo. O Senado exercendo, efetivamente, uma competência que eu, especialmente, não considero despicienda.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PT – CE) – Só para informar à Comissão, nós só temos a pendência de um único ofício que, se o relatório chegar às nossas mãos, estará pautado para a próxima semana, para que a gente não fique com esse entulho aqui.

Então, quem vota com o relator...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PT – CE) – Para discutir, o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero cumprimentar V. Exª pela decisão tomada, pelo encaminhamento que eu considero, efetivamente, o mais adequado. E quero cumprimentar o Senador Aloysio pela forma lúcida com que tratou desse assunto no seu parecer.

Eu quero apenas ressaltar a importância do tema, que é o IPTU Progressivo. As nossas cidades têm grandes vazios urbanos, porque a especulação imobiliária não permite a utilização de terrenos que ficam lá especulativamente, sem utilização. O IPTU progressivo, punindo com uma imposição tributária maior aqueles imóveis que não têm calçada, que não são edificados, é uma norma urbana que precisa ser generalizada nos Municípios brasileiros. Infelizmente, as prefeituras não se têm valido desse dispositivo para melhorar as condições da infraestrutura urbana municipal.

Essa observação que eu gostaria de fazer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vou colocar a matéria em votação. A votação é nominal. Quem vota pelo arquivamento vota com o Relator. Com o Relator ou pelo arquivamento.

Como vota o Senador José Pimentel?

O SR. JONAS PINHEIRO (DEM – MT) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o Relator.

Como vota a Senadora Ana Rita? (*Pausa.*)

Como vota o Senador Pedro Taques?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o Relator.

Como vota o Senador Jorge Viana? (*Pausa.*)

Como vota o Senador Valadares?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o Relator.

Como vota o Senador Inácio Arruda?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o Relator.

Como vota o Senador Eduardo Lopes? (*Pausa.*)

Como vota o Senador Ricardo, Ferraço?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o Relator.

Como vota o Senador Pedro Simon? (*Pausa.*)

Senador Romero Jucá?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o Relator.

Senador Vital do Rêgo? (*Pausa.*)

Senador Luiz Henrique?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o Relator.

Senador Dornelles? (*Pausa.*)

Senador Aécio?

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o Relator.

Senador Aloysio? (*Pausa.*) Voto conhecido.

Senador Alvaro Dias? (*Pausa*.)

Senador José Agripino? (*Pausa*.)

Senador Armando Monteiro?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o Relator.

Senador Gim Argello? (*Pausa.*)

Senador Magno Malta? O Senador Magno Malta vota com o Relator? Com o Relator? (*Pausa.*)

Senador Randolfe Rodrigues? (*Pausa.*)

Senador Sérgio Petecão? (*Pausa.*)

Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o Relator.

Senadores Lídice da Mata, Anibal Diniz, Acir Gurgacz, Lindbergh Farias, Rodrigo Rollemberg, Humberto Costa, Renan Calheiros, Roberto Requião, Tomás Correia?

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o Relator.

Eduardo Braga? (*Pausa.*)

Senador Lobão Filho? (*Pausa.*)

Waldemir Moka? (*Pausa.*)

Benedito de Lira? (*Pausa.*)

Senadora Lúcia Vânia? (*Pausa.*)

Senador Flexa Ribeiro? (*Pausa.*)

Senador Cícero Lucena?

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o Relator.

Senador Paulo Bauer?

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o Relator.

Senador Mozarildo? (*Pausa.*)

Senador Ciro Nogueira? (*Pausa.*)

Senador João Ribeiro? (*Pausa.*)

Senador Eduardo Amorim? (*Pausa.*)

Senador Marco Antônio Costa? (*Pausa.*)

Todos votaram?

Aprovado o parecer, à unanimidade, pelo conhecimento e arquivamento do Ofício S.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Próximo item da pauta.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 122, de 2009 – Complementar
– Não Terminativo –

Dispõe sobre a criação da Região Integrada de Desenvolvimento do Cariri-Araripe (RICA).
Autoria: Senador Inácio Arruda
Relatoria: Senador Cícero Lucena
Relatório: Favorável ao Projeto.
Observações:
A matéria será apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Concedo a palavra ao Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, há tempo que se encontra em pauta esse projeto. Vou direto à análise.

Os objetivos constitucionais pretendidos pelo art. 43 da Carta Magna – de incremento do desenvolvimento e redução das desigualdades regionais – são especialmente necessários na área de abrangência da pretendida Região Integrada de Desenvolvimento do Cariri–Araripe.

Sem os instrumentos fiscais e creditícios franqueados a partir da dicção constitucional, e sem uma especial ação federal, em coordenação com os quatro Estados abrangidos, a região do Cariri-Araripe não conseguirá atingir seus ideais de prosperidade e desenvolvimento econômico, humano e ambiental.

A técnica legislativa da proposição é satisfatória, e não encontramos óbices de ordem constitucional a opor.

Portanto, Sr. Presidente, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 122 – Complementar, nesta Comissão.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em discussão a matéria.

Para discutir, Senador Pedro Taques se inscreve. Tem a palavra V. Exª.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o mérito é louvável. Cumprimento o autor e o relator.

Tenho dúvidas, Sr. Presidente, quanto ao art. 2º, porque me parece que ele é inconstitucional, uma vez que estamos autorizando o Poder Executivo a criar órgão, o que é da sua atribuição constitucional, de acordo com o art. 61, § 1º. A natureza deste projeto é autorizativa, mas este art. 2º padece, a meu juízo, expressando respeito ao relator, de inconstitucionalidade.

Eu queria, se fosse possível, que o relator me esclarecesse sobre este art. 2º. A dúvida é essa.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Cícero.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Na verdade, Presidente, nós estaríamos autorizando algo que já é do próprio... Então não há impedimento por parte desta Casa, em função de isso já ser algo que o próprio Executivo teria o direito de fazer.

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO) – Só uma dúvida, Senador Pedro Taques.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir...

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO) – Só uma dúvida da competência do Poder Executivo. Mesmo assim, para o Executivo criar esse órgão, depende de uma lei do Congresso.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – De iniciativa dele.

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO) – De iniciativa dele. Se ele estivesse autorizado antecipadamente pelo Congresso, não sei se persistiria a inconstitucionalidade. É a minha dúvida.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – No nosso entender é uma autorização, então não haveria por que ser considerado inconstitucional. Já é um direito do próprio Poder Executivo.

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO) – Está certo. Entendi.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não havendo mais quem queira discutir, vou colocar a matéria em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa)*

Aprovado o relatório, passa a constituir parecer favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Já houve a votação?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Já foi aprovado.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Eu queria manifestar o meu voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não tem problema.

Aprovado com voto contrário de S. Exª o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Desculpe, Senador Pedro Taques. V. Exª tinha levantado a mão, mas depois pediu esclarecimento, então pensei que V. Exª estava satisfeito.

Perdoe-me.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 212, de 2011
– Não Terminativo –

Institui o sistema nacional de redução de emissões por desmatamento e degradação, conservação, manejo florestal sustentável, manutenção e aumento dos estoques de carbono florestal (REDD+), e dá outras providências.?
Autoria: Senador Eduardo Braga
Relatoria: Senador Ricardo Ferraço
Relatório: Favorável ao Projeto.

A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos e pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle.

Concedo a palavra ao Senador Ricardo Ferraço para a sua manifestação.

V. Exª tem a palavra.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, antes de relatar com muita alegria este projeto do meu querido e estimado amigo, Senador Eduardo Braga, pelo seu alcance e por sua importância, eu quero comunicar a V. Exª, na condição de Presidente desta Comissão, e aos nossos colegas que compartilham dos debates tratando desses temas que nós protocolamos na Mesa requerimento pedindo que esta Comissão fosse ouvi-

da em relação à tramitação de um dos projetos mais importantes que vamos tratar aqui nos próximos dias.

Trata-se do projeto que é consequência da decisão do Supremo Tribunal Federal, que consagrou a inconstitucionalidade na distribuição do Fundo de Participação do Estado.

Originalmente, esse é um projeto que não tramitaria por aqui, mas na Comissão de Desenvolvimento Regional e na Comissão de Assuntos Econômicos. Mas um projeto dessa envergadura não pode chegar ao Plenário sem que esta Comissão faça um debate acerca do assunto, por suas consequências, até para fazermos um cotejamento daquilo que vai ser feito aqui com a decisão do Supremo Tribunal Federal que declarou inconstitucional qualquer tipo de critério fixo.

A minha manifestação tem o sentido de merecer o apoio de V. Exª, na condição de nosso Presidente, e dos Senadores que compõem esta CCJ, para que esta Comissão possa de fato se debruçar sobre esse tema.

Parece-me que o Senador Pedro Taques pede um aparte. Ouço V. Exª com prazer.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em questão de ordem não há apartes, mas V. Exª tem a palavra.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Mas não é questão de ordem. Estou relatando.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Desculpa, Senador. Acho que estou desatento hoje. E estou desatento com o Senador Pedro Taques. Mais uma vez, peço desculpas a ele.

É que eu estava ouvindo V. Exª sobre FPE. Eu pensei que era sobre o FPE.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – É sobre FPE.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª tem a palavra.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Permita-me, Sr. Presidente. É apenas para apoiar o Senador Ferraço, que se me apresenta como inconstitucional até um projeto que trata do Pacto Federativo, que trata de FPE, não ser debatido na Comissão de Constituição e Justiça. Esta Comissão que tem a obrigação constitucional e regimental de falar sobre projetos que alterem o sistema constitucional e leis que regulamentem a Constituição não poder se manifestar. E nós temos que entender que o principal ponto do reconhecimento da inconstitucionalidade, pelo Supremo, dos critérios paramétricos de divisão do FPE foram critérios de inconstitucionalidade. E aí a CCJ não vai se manifestar. Isso me parece de uma inconstitucionalidade chapada, Sr. Presidente.

Então, quero apoiar o Senador Ferraço nesse seu requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador, já dou a palavra pela ordem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Já dou a palavra pela ordem. Só para esclarecer ao Senador Pedro Taques, pedindo mais uma vez desculpa a ele, porque o Senador Ricardo entrou num tema e no seguinte já tinha entrado no relatório.

Então, eu só queria deixar clara uma coisa: eu acho que o Senador Ferraço tem toda razão em relação ao requerimento que fez ao Plenário, tem o apoio do Senador Eunício Oliveira e do Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, para que esta matéria tramite aqui. O Senador Pimentel foi um Deputado muito cuidadoso na Câmara dos Deputados e, assim como Ricardo e outros aqui que foram Deputados, sabemos nós que todas as matérias da Câmara dos Deputados passam pela Comissão de Constituição e Justiça.

Senador Pedro Taques, o Regimento do Senado, no meu entendimento, precisamos modificá-lo. Primeiro, porque na Câmara – e quem foi Deputado sabe – todas as matérias têm que passar pela Comissão de Constituição e Justiça para dar o seu parecer de constitucionalidade e juridicidade. Todas. E mais uma coisa: lá, ela passa final, porque aqui, muitas vezes, no meu entendimento, o Regimento está totalmente contrário. Aqui ela passa, às vezes, primeiro para ir a outras Comissões. Tudo que for modificado e que for inconstitucional tem o parecer prévio nosso, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade, quando muitas vezes essa matéria não passou por nós. Então, é uma questão do Regimento.

Eu, antes de terminar esta legislatura e este mandato, espero que a gente tenha o parecer do Regimento Interno do Senado para algumas modificações e adequações que são, no meu entendimento, justas.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Se V. Exª me permite, para concluir...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Tem a palavra V. Exª, Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Se V. Exª me permite, há um projeto, de minha autoria, nessa direção que foi distribuído ao Senador Lobão Filho, que está, me parece, com a delegação de ver as modificações no nosso Regimento Interno. Ou seja, a dispersão de energia que existe é extraordinária e esta Comissão é a última a ser ouvida, quando deveria ser a primeira, por ser o filtro constitucional o

mais importante, para que as matérias possam merecer a avaliação de conteúdo.

Mas ouço o Senador Randolfe.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª está correto na sua avaliação. Eu apenas não quis dizer que esta matéria está distribuída e a Mesa aguarda o relatório para colocar em votação. Estou fazendo um apelo aqui ao Relator para que apresente as modificações para que debatamos esta matéria ainda nesta gestão, que termina em fevereiro. Mas V. Exª está com o relatório.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Quero apenas me associar a sua liderança.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Randolfe

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, quero só me associar à questão de ordem apresentada pelo Senador Ferraço, apoiada pelo Senador Pedro Taques. Concretamente, é uma incompatibilidade gritante. Vejamos: a atual partilha do Fundo de Participação dos Estados foi declarada inconstitucional em 2010. Dois anos depois, inclusive no limite, e, parece-me, apressadamente, ao mesmo tempo em que o Congresso Nacional perde o momento, logo em seguida começa a fazer um tanto atabalhoadamente, apressadamente, a nova proposta de partilha do FPE, a partir dos estudos de uma comissão de notáveis que aqui foi montada.

Pois bem.

Ora, a atual partilha foi declarada inconstitucional e não há possibilidade, é uma discrepância enorme se uma matéria que foi declarada inconstitucional não for apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado. É uma discrepância enorme, é uma incompatibilidade, é incorrer em novos erros.

Então, urgente e fundamental, Sr. Presidente, é requerermos, inclusive à luz do Regimento Interno, e mais do que à luz do Regimento Interno, à luz dos fatos concretos, requerermos para esta Comissão todos os projetos que tratam da nova partilha do Fundo de Participação dos Estados (FPE) – designar um relator – e esta Comissão, a comissão que guarda a constitucionalidade, a comissão que guarda a Constituição da Casa assumir a responsabilidade de trazer e debater esse tema.

Alerto, Sr. Presidente, que estamos diante de um problema que precisa de uma resposta que eu ainda não encontrei, mas é necessária uma resposta.

A definição do Supremo Tribunal Federal é que a atual partilha valerá até 31 de dezembro deste ano. A partir de 1º de janeiro de 2013, a partilha atual do Fundo de Participação dos Estados é inconstitucional. Há uma resposta que ou o Congresso Nacional ou o Supremo Tribunal Federal tem que dar o quanto antes: o que fazer na ausência da constitucionalidade da atual partilha do FPE?

Então urge, Sr. Presidente – e eu fico tranquilo com a manifestação de V. Exª –, urge uma manifestação desta Comissão, no meu entender, requisitando todos os projetos que tratam do FPE para o debate nesta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e para o encaminhamento futuro.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador, vamos voltar à matéria da pauta, mas darei um esclarecimento regimental a V. Exª.

Só podemos fazer requerimento, pelo Regimento de hoje, para que essa matéria venha ou na comissão em que ela estiver tramitando, ou no Plenário do Senado Federal.

Em relação a todas as matérias que estão tramitando, podemos fazer um requerimento ao Presidente José Sarney, Presidente do Senado, para que todas as matérias possam obrigatoriamente tramitar por aqui. Se esses requerimentos, no Regimento de hoje, forem aprovados, nós ficaremos muito tranquilos, e terá o apoio, obviamente, do Presidente desta Comissão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, permita-me só lhe perguntar o seguinte: não seria possível nós aprovarmos um requerimento desta Comissão, reforçando...?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Regimentalmente, infelizmente, não. Neste Regimento de hoje, só podem ser aprovados, individualmente, requerimentos nas comissões onde estejam tramitando – que não essa, fora, obviamente – ou, para que isso seja uma coisa globalizada, tem que ser um requerimento ao Plenário do Senado Federal. Isso é o que manda o Regimento de hoje.

Senador Ricardo Ferraço, voltando à pauta sobre o PLS nº 212, tem a palavra V. Exª.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Volto à pauta, mas ouço de novo, com prazer, o Senador Pedro Taques, que me pede mais um aparte.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Permita-me.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Jamais negaria a palavra ao Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, nós estamos numa situação esdrúxula aqui. O Supremo Tribunal Federal reconheceu a inconstitucionalidade e modulou os efeitos da decisão a partir do dia 31. Isso está numa lei, a Lei nº 9.868, de 1998, no seu art. 24. Essa é a modulação.

E a lei não traz nenhum remédio se o Congresso não aprovar. Aí, vamos fazer o seguinte: a Presidente

da República e o Presidente do Congresso vão visitar o Presidente do Supremo, vão ter uma conversa com ele para pedir um jeitinho? Isso não existe!

Por isso, nós temos a obrigação de votar isso, que não está no nosso sistema, até o final desta Sessão Legislativa, e tramitar nas duas Casas até o dia 22 de dezembro. Daí a importância do requerimento do Senador Ricardo Ferraço.

Então, esse jeitinho brasileiro tem que ser afastado pela obrigação desta Casa de votar esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – A concordância da Mesa e da presidência com V. Exª, mais uma vez, no sentido de que temos a obrigação de votar e devemos votar essa matéria.

Senador Ferraço, voltando à pauta, PLS nº 212, por favor.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Veja, Presidente Eunício Oliveira, Senador Pedro Taques, Senador Randolfe, o Congresso Nacional teve 24 meses para deliberar sobre essa matéria. O que não fez em 23 meses vai desejar fazer em um mês. Na minha terra, o nome disso é jabuti. "Jabuti em cima de árvore ou é enchente ou é mão de gente."

Nós não podemos debater esse projeto com essa pressa, sob pena de estarmos cometendo privilégio com alguns Estados, em detrimento de uma distribuição do FPE que possa corrigir desigualdades regionais. Faço esse alerta para que a pressa não nos faça produzir aqui no Senado uma lei deformada, que, em lugar de corrigir desigualdades regionais, possa concentrar ainda muito mais.

Mas vou relatar, Sr. Presidente, o projeto, e quero crer que essa matéria será alvo de debate nesta Comissão e em todo o Senado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu só quero alertar os Srs. Senadores de que são 11h49min, nós temos uma reunião convocada do Congresso Nacional daqui a pouquinho. Só quero alertar os Srs. Senadores de que talvez eu tenha de interromper esta reunião quando o Congresso começar a funcionar.

Tem a palavra V. Exª, Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 212, de 2011, do Senador Eduardo Braga, que institui o sistema nacional de redução de emissões por desmatamento e degradação, conservação, manejo florestal sustentável, manutenção e aumento dos estoques de carbono florestal, mais conhecido como REDD+, e dá outras providências.

Conforme define a proposição, o Sistema Nacional de REDD+, que será implementado em consonância com a Política Nacional de Mudança do Clima, instituída pela Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, de forma integrada entre a União, os Estados e os Municípios, contemplará a redução das emissões de gases de efeito estufa provenientes do desmatamento e da degradação florestal; a manutenção e aumento dos estoques de carbono das florestas nativas; o manejo e desenvolvimento florestal sustentável; a valoração de produtos e serviços ambientais relacionados ao carbono florestal; e o reconhecimento e a repartição dos benefícios decorrentes da implementação do Sistema.

Prevê, ainda, a proposta que as ações de REDD+ devem ser complementares e consistentes com as políticas, planos e programas florestais, de prevenção e controle do desmatamento e de conservação da biodiversidade, bem como aos instrumentos e acordos internacionais dos quais o Brasil seja signatário, e devem contemplar a plena e efetiva participação dos diferentes segmentos da sociedade brasileira, com ênfase nos povos indígenas, populações tradicionais e agricultores familiares, naquelas que afetem seus territórios e entorno, considerando e reconhecendo o papel e protagonismo destes na conservação dos ecossistemas naturais; e ser compatíveis com a proteção e conservação dos ecossistemas naturais, dos serviços ambientais e da diversidade biológica.

O Sistema Nacional de REDD+ contempla ainda a identificação e controle dos vetores de desmatamento e degradação florestal e de medidas de redução de emissões, aumento das remoções e estabilização dos estoques de carbono florestal; bem como a realização de estimativas das emissões antropogênicas de gases de efeito estufa por fontes e remoções por sumidouros, relativas a florestas, assim como os estoques de carbono florestal.

O Sistema também será responsável pela redefinição de níveis de referência nacional, por Bioma, Estado e Município, das reduções de emissões por desmatamento e degradação florestal e pelo cálculo das reduções efetivas de emissões do desmatamento e da degradação florestal no território nacional, em periodicidade e com metodologia, validada cientificamente, estabelecidas em regulamento próprio.

O PLS prevê ainda a instituição da Comissão Nacional para REDD+, com participação de representantes dos Governos federal, estaduais e municipais, da sociedade civil e dos setores empresarial e acadêmico, cuja estrutura e funcionamento serão definidos por decreto do Poder Executivo Federal, com a finalidade de propor e aprovar a Estratégia Nacional do sistema, bem como de definir as metodologias-padrão a serem utilizadas em seu âmbito.

Caberá, também, à Comissão definir os critérios de alocação de Unidades de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (UREDD), que é definida como a unidade de medida correspondente a uma tonelada de dióxido de carbono equivalente (t CO2-eq) que deixou de ser emitida em relação às ER-REDD em razão de ações implementadas no contexto do Sistema Nacional de REDD+, e para geração e alocação de Certificados de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (CREDD), definidos como um título de direito sobre bem intangível e incorpóreo, transacionável, após o devido registro junto ao órgão competente.

A proposição define, ainda, os instrumentos para a implementação do Sistema Nacional de REDD+ e suas fontes de financiamento, quais sejam, o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima; o Fundo Amazônia; o Fundo Nacional do Meio Ambiente; o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal; e outros recursos provenientes de doações e de dotações orçamentárias.

Segundo a proposição, as reduções efetivas de emissões verificadas no território nacional gerarão número correspondente de UREDD, que podem ser utilizadas para a obtenção de recursos, não compensatórios, por meio das fontes de financiamento acima referidas ou podem gerar CREDD, tudo de conformidade com as normas expedidas pela Comissão Nacional para REDD+.

Os CREDD, alocados conforme critérios definidos pela Comissão Nacional para REDD+, poderão ser usado para fins de compensação de emissões de gases de efeito estufa no território nacional de acordo com a regulamentação do Mercado Brasileiro de Redução de Emissões, previsto na Lei nº 12.187, de 2009, bem como para fins de compensação de emissões de gases de efeito estufa de outros países, desde que esteja em consonância com acordos internacionais, dos quais o Brasil seja signatário, que prevejam a possibilidade de utilização de REDD+ como instrumento compensatório de emissões entre países.

O projeto estabelece que os recursos auferidos pela União, Estados e Municípios com UREDD e CREDD devem ser aplicados exclusivamente no âmbito dos sistemas nacional, estaduais e municipais de REDD+ e que parte das UREDD ou dos recursos obtidos pela União serão alocadas aos Estados, que, por sua vez, devem destinar aos respectivos Municípios parte deles, tudo conforme resolução da Comissão Nacional para REDD+ a ser instituída.

O ilustre autor da proposição, Senador Eduardo Braga, lembra que,

> *para o Brasil, as florestas desempenham papel ainda maior em relação aos esforços de mitigação da mudança do clima e registra que, por meio do REDD+, temos a oportunidade ímpar para consolidar as ações de controle do desmatamento nos biomas nacionais e promover a conservação da biodiversidade e o bem-estar das populações que têm na floresta seu meio de vida.*

Segundo ele,

> *dessa forma, consideramos extremamente oportuna a apresentação da presente proposição, por tratar-se de matéria importante e complexa, e pendente de uma regulamentação federal que norteie as iniciativas estaduais e municipais em curso tanto na Amazônia como nos demais biomas brasileiros, também ameaçados pelo desmatamento e degradação.*

Acrescenta, ainda, Sua Excelência, o Senador Eduardo Braga, que

> *a elaboração da proposição passou por um amplo processo de discussão junto aos setores da sociedade brasileira envolvidos com o tema, visando elaborar um texto legal que atenda as expectativas do País quanto ao potencial do instrumento de REDD não apenas no controle do desmatamento e mitigação do aquecimento global, mas também para a conservação da biodiversidade e promoção do desenvolvimento sustentável e que apesar da complexidade e do nível de detalhe do texto, a proposição é flexível o suficiente para ajustar-se a um futuro regime internacional de REDD+, sendo várias definições submetidas a regulamento e proposta a criação de um Comitê Deliberativo Nacional de REDD+ com representação dos diversos setores interessados e com a atribuição de fazer o detalhamento técnico necessário para o [bom] funcionamento [deste inovador] Sistema.*

O PLS nº 212, de 2011, foi despachado ao exame desta Comissão e das de Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), cabendo à última a decisão terminativa.

O projeto no tempo regimental, Sr. Presidente, não recebeu emendas.

Em primeiro lugar, cabe tecer todos os encômios à iniciativa do ilustre autor. Trata-se, efetivamente, de projeto inovador, criativo e complexo, que busca disciplinar tema relevante e absolutamente atual.

Entretanto, como a proposição irá tramitar por duas outras comissões desta Casa, a Comissões de Assuntos Econômicos e a Comissão de Meio Ambien-

te, essa última de forma terminativa, cuja competência inclui, especificamente a análise do mérito da matéria, esta Comissão deve se limitar – a meu juízo – à analise da sua constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da proposição, bem como das questões envolvendo a inserção do tema na Carta Magna.

O PLS nº 212, de 2011, se estriba no que estabelecem os art. 24, IV, e 225 da Constituição Federal.

[O primeiro dispositivo estabelece que] *compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre* [...] *florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição.*

[Já o art. 225 compõe o capítulo relativo ao Meio Ambiente da Carta Magna prevendo que] *todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.*

[Fixa, ainda, o § 2º do dispositivo que aquele que] *explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei* [e o seu §4º que] *a Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso* [equilibrado] *dos recursos naturais.*

Assim, observa-se que a presente proposição encontra fundamento material no texto constitucional, na medida em que se trata de uma norma geral sobre florestas e proteção ao meio ambiente, e busca, exatamente, dar concretude aos princípios enunciados no art. 225 da Constituição Federal.

Ademais, a proposta não contém qualquer vício de injuridicidade e vem vazada na melhor técnica legislativa.

Sendo assim, Sr. Presidente, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 212, de 2011, de autoria do eminente Senador Eduardo Braga, não apenas por sua tempestividade, não apenas por sua necessidade, mas também por valor de juízo encontrar fundamento constitucional.

É como relato, Sr. Presidente, e manifesto o meu pedido para que possamos apoiar esse projeto, para que ele tramite nas demais comissões, sobretudo na Comissão de Meio Ambiente, aquela que de forma terminativa dará o seu parecer.

É como relato, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Ferraço.

Em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir...

Para discutir a matéria, Senador Eduardo Braga pede a palavra. Em seguida V. Exª, Senador Luiz Henrique.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, apenas para reforçar aquilo que nosso Relator já destacou a respeito deste projeto.

É muito oportuno inclusive a Comissão de Constituição e Justiça fazer isso no momento em que o mundo acaba de assistir a uma das maiores tragédias em termos de extremo climático que se iniciou no Caribe, passou mais uma vez pelo Haiti, causando danos e prejuízos humanitários, sociais e econômicos a um povo já sofrido como o do Haiti, deslocou-se para a costa leste americana, fez o maior estrago da história dos últimos 200 anos em Nova York e mostrou de forma clara que os impactos ambientais e os impactos do aquecimento global não são apenas uma discussão no campo acadêmico, no campo científico.

Por outro lado, o Brasil tem aplicado e apresentado resultados na redução do desmatamento. O Congresso Nacional e o Brasil acabaram de fazer um grande embate e um grande debate a respeito do Código Florestal. Não tenho a menor dúvida de que este projeto, que trata do REDD Plus, do REDD+ e que traz exatamente aspectos econômicos para os serviços ambientais e as formas de compensação num mercado dinâmico e moderno, é essencial para um País que detém a maior floresta em pé do mundo e, no agronegócio, uma de suas principais ações econômicas e um dos principais pilares da macroeconomia brasileira.

Portanto quero destacar a importância da aprovação deste projeto, parabenizar a qualidade do relatório do Senador Ricardo Ferraço e pedir às Srªs e aos Srs. Senadores apoio para que este projeto, Sr. Presidente, seja aprovado na CCJ, trazendo oportunidade de desenvolvimento econômico, social e ambiental de forma equilibrada, moderna e inovadora no Brasil.

O Brasil é um dos principais players no mundo, na área da biodiversidade, é um país muito diverso e precisamos cada vez mais inovar e avançar nessa direção.

Portanto peço mais uma vez aos Srs. e às Srªs Senadoras da CCJ apoio ao relatório do Senador Ricardo Ferraço, para que este projeto possa tramitar na comissão terminativa, que é a de Meio Ambiente, e nas demais comissões desta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Luiz Henrique da Silveira, para discutir a matéria.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, trata-se de projeto da maior importância que recebeu parecer elaborado muito

competentemente. E quero cumprimentar tanto o Senador Eduardo Braga quanto o Senador Ricardo Ferraço.

Está cada vez mais evidente, Sr. Presidente, que a preservação ambiental só se realizará se for atribuído valor econômico aos bens florestais.

Quando relatei o Código Florestal nas Comissões de Justiça, Agricultura e Ciência e Tecnologia e, posteriormente, quando o fiz na medida provisória enviada por Sua Excelência, a Senhora Presidente Dilma Rousseff, afirmei várias vezes que no dia em que a árvore em pé valer mais ou tanto quanto a árvore cerrada, deitada, as nossas florestas estarão salvas.

Atribuir valor econômico à floresta é a política mais eficaz, muito mais do que comando e controle, para garantir a preservação ambiental.

Por isso que o Senador Jorge Viana e eu encaminhamos, no texto da lei aprovada que regula a matéria florestal, o indicativo ao Governo para que envie um conjunto de projetos de lei ao Congresso Nacional, estabelecendo incentivos à preservação e à valorização dos serviços florestais.

Alternativa que apresenta o Senador Eduardo Braga se antecipa a essa norma. E oxalá ela mereça aprovação nesta Casa e na Câmara dos Srs. Deputados e venha a ser sancionada por Sua Excelência a Senhora Presidenta.

É matéria meritória, da maior importância para o futuro deste País. Parabéns, Senador Eduardo Braga. Parabéns, Senador Ricardo Ferraço.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em votação a matéria.

Não havendo mais quem queira discutir, vou colocar em votação.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer favorável ao projeto, de autoria do Senador Eduardo Braga, relatada pelo Senador Ricardo Ferraço.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Próximo item da pauta.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 77, de 2012
– Não Terminativo –

Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo e de cargos em comissão no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região (ES).

Autoria: Tribunal Superior do Trabalho

Relatoria: Senador Magno Malta

Relatório: Pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, favorável ao Projeto.

Tem a palavra V. Exª, Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Sr. Presidente, em se tratando do fato que a Comissão tem conhecimento da matéria, vou passar a ler a análise e o voto, tendo em vista que temos uma sessão do Congresso Nacional.

Peço a V. Exª...

O SRª PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE. *Fazendo soar a campainha*.) – Há um orador na tribuna. Peço aos Srs. Senadores que ouçamos o Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Serei muito rápido, para que possamos votar.

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 77, de 2012 (nº 1870, de 2011, na origem), do Tribunal Superior do Trabalho, que dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo e de cargos em comissão no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região.

Este Projeto de Lei sob exame, originário do Tribunal Superior do Trabalho (TST), tem por objetivo criar, de acordo com o art. 1º, vinte cargos efetivos de Analista Judiciário, Área de Apoio Especializado, ou seja, na área de tecnologia e informática, que são cargos, na verdade, de extrema necessidade.

O projeto, Sr. Presidente, além de não ferir nenhum princípio constitucional, compatibiliza-se com as normas relativas à estrutura e organização do Poder Judiciário, especialmente com o art. 96 da Lei Maior, que na letra "b" do seu inciso II confere privativamente aos tribunais superiores a competência para a criação e a extinção de cargos e a remuneração de seus serviços auxiliares e dos juízes que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver.

A possibilidade de recurso ao Judiciário, por parte do cidadão, constitui um dos mais importantes pilares construtores de uma sociedade verdadeiramente democrática, cada vez mais ansiosa em ver seus direitos defendidos pelo Poder Público. Na área trabalhista, principalmente, cresce a cada ano a quantidade de ações impetradas, e, portanto, os tribunais responsáveis por essa área necessitam de estrutura eficaz para cumprir satisfatoriamente sua missão.

Assim, dotar o Tribunal de servidores efetivos em quantidade ideal para atender as demandas, como pretende a proposição ora analisada, revela-se uma iniciativa plenamente meritória e digna de acolhida,

mormente tendo em vista a evolução tecnológica dos últimos tempos, à qual devem todos os tribunais se adequar. O projeto tenciona, justamente, abrir vagas para preenchimento de servidores especializados em Tecnologia da Informação. Segundo a justificação, não só os cargos efetivos são propostos para serem preenchidos por pessoas especialistas na área, mas também os cargos em comissão, constantes do Anexo II do projeto.

Ante o exposto, Sr. Presidente, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 77, de 2012.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vou colocar em votação a matéria.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer favorável ao Projeto.

A matéria vai ao plenário.

Senador Magno Malta, aprovado o relatório de V. Exª.

Havia uma solicitação do Senador Luiz Henrique sobre uma matéria extrapauta, mas nós temos a sessão do Congresso Nacional e o quórum já está bastante baixo aqui para deliberarmos sobre matéria terminativa.

Peço a compreensão do Senador Luiz Henrique da Silveira para que a gente coloque essa matéria na próxima reunião.

Há também um pedido do Senador Lobão Filho para inclusão da matéria da anistia. Eu me comprometo a incluir, já determino à Mesa, essa matéria do Senador Luiz Henrique e a da questão da anistia na próxima quarta-feira. Portanto, deferido o pedido do Senador Lobão Filho e o do Senador Luiz Henrique, solicitando a compreensão, tendo em vista que o quórum já está baixo para debatermos essas matérias.

O Senador Magno Malta pede a palavra...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Rapidamente, Sr. Presidente. Só para pedir urgência nessa matéria porque, em função da necessidade do Tribunal, há um pedido para que nós tenhamos urgência para ir ao plenário.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – A urgência pedida pelo Senador Magno Malta tem a anuência da Mesa e a solicitação aos Srs. Senadores para aprovação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovada a matéria.

(É o seguinte o requerimento aprovado:

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 59, de 2012

Requeiro, nos termos do artigo 338 inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 77, de 2012.

Autoria: Senador Magno Malta)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo a presença de todos, mais uma vez.

(Iniciada às 10 horas e 38 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 16 minutos.)

ATA DA 42ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE NOVEMBRO DE 2012, QUARTA-FEIRA, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e trinta minutos, do dia quatorze de novembro de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Eunício Oliveira, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Inácio Arruda, Eduardo Lopes, Ricardo Ferraço, Luiz Henrique, Francisco Dornelles, Alvaro Dias, José Agripino, Magno Malta, Randolfe Rodrigues, Eduardo Suplicy, Rodrigo Rollemberg, Humberto Costa, Tomás Correia, Waldemir Moka, Flexa Ribeiro e Mozarildo Cavalcanti, e da Senadora Ana Rita, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Jorge Viana, Antonio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Armando Monteiro, Gim e Sérgio Petecão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **ITEM 1) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 92, de 2012** Não Terminativo**.** Dispõe sobre a criação de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS e de Funções Gratificadas, destinados ao Ministério da Integração Nacional, à Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO, à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste –SUDENE, à Superin-

tendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM e ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – DNIT. **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Senador Rodrigo Rollemberg. **Relatório:** Favorável ao Projeto. Aprovado o Requerimento nº 60, de 2012-CCJ, de URGÊNCIA para a matéria. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 2) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 71, de 2011.** Não Terminativo. Altera o § 6º do art. 231 da Constituição Federal e acrescenta art. 67-A ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para permitir a indenização de possuidores de títulos dominiais relativos a terras declaradas como indígenas expedidos até o dia 5 de outubro de 1988. **Autoria:** Senador Paulo Bauer e outros. **Relatoria:** Senador Luiz Henrique. **Relatório:** Favorável à Proposta. Em 14/11/2012, foi recebido o Voto em Separado, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que conclui pela aprovação da Proposta, com a Emenda Substitutiva que apresenta; Em 14/11/2012, foi recebido o Voto em Separado, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, que conclui pela rejeição da Proposta. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido do Relator para reexame da matéria. **ITEM 3) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 82, de 2012.** Terminativo. Reabre o prazo para requerimento de retorno ao serviço de que trata o art. 2º da Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994, que "dispõe sobre a concessão de anistia nas condições que menciona", e dá outras providências. **Autoria:** Senador Lobão Filho. **Relatoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto e a Emenda nº1-CCJ. **ITEM 4) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 60, de 2012.** Terminativo. Altera a redação do art. 4º e acrescenta o art. 54-A à Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, que dispõe sobre as locações de imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes, a fim de tratar da locação nos contratos de construção ajustada. **Autoria:** Deputado Carlos Bezerra. **Relatoria:** Senador Gim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto com uma emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CCJ, de redação. **ITEM 5) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 306, de 2011.** Terminativo. Adiciona a alínea "d" ao art. 1º da Lei nº 9. 455 de 7 de abril de 1997, tornando crime de tortura a cobrança de dívida de qualquer natureza realizada com o emprego de violência ou grave ameaça. **Autoria:** Senador Pedro Taques. **Relatoria:** Senador José Agripino. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido do autor com anuência do Relator para envio da matéria à Comissão de Reforma do Código Penal Brasileiro – PLS 236/2012 (ARR. 374– RISF). **ITEM 6) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 368, de 2011.** Terminativo. Altera a Lei nº 10.446, de 8 de maio de 2002, para prever a competência da Polícia Federal para apurar o crime de falsificação, corrupção e adulteração de medicamentos, assim como sua venda por meio da internet, quando tiver repercussão interestadual. **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Relatoria:** Senador Inácio Arruda. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. Durante a discussão o Relator reformula o Relatório para concluir pela aprovação do projeto com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CCJ. **ITEM 7) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 24, de 2012.** Terminativo. Altera o art. 228 da Lei n. 7.565, de 19 de dezembro de 1986 – Código Brasileiro de Aeronáutica – para inserir a hipótese de restituição de quantia paga de bilhete aéreo em caso de cancelamento ou remarcação da data da viagem pelo passageiro. **Autoria:** Senadora Ana Amélia. **Relatoria:** Senador Aloysio Nunes Ferreira (Substituído por *Ad Hoc*). **Relatoria *Ad Hoc*:** Senador Pedro Taques. **Relatório:** Pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto e, no mérito, por sua aprovação. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 8) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 162, de 2010**. Terminativo. Acrescenta artigo ao Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 – Lei de Introdução ao Código Civil. **Autoria:** Senador Pedro Simon. **Relatoria:** Senador Roberto Requião (Substituído por *Ad Hoc*). **Relatoria *Ad Hoc:*** Senador Waldemir Moka. **Relatório:** Pela reautuação da matéria como Projeto de Lei Complementar, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. Durante a discussão o Relator "*ad hoc*", Senador Waldemir Moka, apresenta Relatório reformulado para atender sugestão de redação do Senador Pedro Taques. **Resultado:** Aprovada a reautuação da matéria como Projeto de Lei do Senado nº 162, de 2010 – Complementar. Aprovado o Parecer favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 1-CCJ (SUBSTITUTIVO). **ITEM 11) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 60, de 2012**. "Requeiro nos termos do artigo 338 inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PLC nº 92, de 2012." **Autoria:** Senador Rodrigo Rollemberg. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião às onze horas e cinquenta e dois minutos, restando adiados os demais itens constantes da pauta, a saber: ITEM 9) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 45, DE 2012 e ITEM 10) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2007; e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor

Presidente (Senador Eunício Oliveira) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Eunício Oliveira,** Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 42ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que aprovam, permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovada a ata, que será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião será destinada a deliberação dos itens de nº 1 a nº 10.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 92, de 2012
– Não Terminativo –

Dispõe sobre a criação de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores (DAS) e de Funções Gratificadas, destinados ao Ministério da Integração Nacional, à Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), à Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT).
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg
Relatório: Favorável ao Projeto.
Observações:
Em 07/11/2012, a Presidência concedeu vista aos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Luiz Henrique, nos termos regimentais.

Com esse projeto de lei, Senador Rodrigo Rollemberg, Senador Moka, que são da Região Centro-Oeste, e eu que sou da Região Nordeste, vai ficar verdadeiramente recriada a Sudeco e recriada a Sudene, porque hoje elas fazem parte de uma ficção, porque não tem quadro para a instalação efetiva da Sudeco e da Sudene. Obviamente, ajudando também a Sudan e o DNIT.

Para discutir a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo Senador inscrito para discutir a matéria, eu vou colocar a matéria em votação.

Encerrada a discussão.

Em votação a matéria.

Srs. Senadores e Srªs Senadoras que aprovam, permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado o item 1 da pauta e o relatório que passa a constituir o parecer favorável ao projeto. A matéria vai a Plenário.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, eu quero agradecer a V. Exª e a todos os Senadores aqui presentes e fazer um registro.

Ontem nós tivemos um momento importante, estratégico e fundamental na consolidação da Sudeco, com a instalação do Condel, o Conselho Deliberativo, que será o responsável pela aprovação dos planos de desenvolvimento regional. É mais um passo importante na consolidação desse órgão para a promoção do desenvolvimento regional.

Quero aqui registrar toda a contribuição da Bancada do Centro-Oeste para isso, especialmente do Senador Waldemir Moka, do Senador Delcídio do Amaral, da Senadora Lúcia Vânia, que é autora da proposta já aprovada pelo Senado da criação do Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste. Cumprimento o superintendente Marcelo Dourado, o Ministro Fernando Bezerra e a Presidenta Dilma. Nós já teremos para o ano que vem pelo FDCO – criado junto com a criação da Sudeco –, que é um fundo para o financiamento das atividades de infraestrutura e de logística da Região Centro-Oeste, um orçamento de R$1,340 bilhão. É um fundo financeiro, o que garante que todos os dividendos desse fundo voltem para o próprio fundo. Portanto é um avanço importante. Eu quero agradecer a todos.

E quero solicitar a V. Exª que aprecie um requerimento de urgência em relação a esse projeto, para que ele possa ser apreciado, se possível, ainda hoje pelo Plenário do Senado. Essa é a solicitação que faço a V. Exª, Sr. Presidente, Senador Eunício Oliveira.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Próximo item da pauta. Item 2.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, eu fiz a solicitação…

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Ah, desculpa.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – …para que V. Exª aprecie o requerimento de urgência em relação a esse projeto, para que possa-

mos apreciá-lo, se possível, ainda hoje na sessão do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – É regimental. Consulto o Plenário sobre a urgência da matéria.

Srs. Senadores e Srªs Senadoras que aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovada a urgência, a matéria vai a Plenário, Senador Rollemberg, ainda no dia de hoje.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Vai mandar para a Mesa?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – A Presidência e a Mesa também têm interesse na urgência da instalação, tanto da Sudeco, como da Sudene e da Sudam. Vai à Mesa ainda hoje, Senador Waldemir Moka, que é membro da Mesa, para já estar atento.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – E se possível que seja colocada na pauta ainda hoje.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vai em regime de urgência, será colocada na pauta, a não ser que V. Exª discorde disso. Tenho convicção de que V. Exª é totalmente a favor, até porque V. Exª trabalhou nesta matéria, trabalhou para que a Sudeco pudesse ser revitalizada no Centro-Oeste.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Agradeço a todos os Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Próximo item da pauta:

ITEM 2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 71, DE 2011 – Não Terminativo –

Altera o § 6º do art. 231 da Constituição Federal e acrescenta art. 67-A ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para permitir a indenização de possuidores de títulos dominiais relativos a terras declaradas como indígenas expedidos até o dia 5 de outubro de 1988.

Autoria: Senador Paulo Bauer e outros

Relatoria: Senador Luiz Henrique, do meu Partido, Governador duas vezes pelo nosso querido Estado de Santa Catarina, brilhando para o Brasil.

Relatório: Favorável à Proposta.

Observações:

Em 07/11/2012, a Presidência concedeu vista aos Senadores Pedro Taques, Eduardo Suplicy e à Senadora Lúcia Vânia, nos termos regimentais.

Em 14/11/2012, foi recebido o voto, em separado, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que conclui pela aprovação da proposta, com emenda substitutiva que apresenta.

Em 14/11/2012, foi recebido o voto, em separado, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, que conclui pela rejeição da proposta.

Eu consulto o Senador Luiz Henrique da Silveira se deseja fazer alguma consideração para, em seguida, passar a palavra aos que a pediram e apresentaram o voto em separado.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Nobre Senador Eunício Oliveira, Presidente desta Comissão, Senadoras e Senadores, tendo em vista a apresentação dos votos em separado já enunciados por V. Exª, para melhor exame da matéria, com a concordância do ilustre autor, Senador Paulo Bauer, eu estou pedindo a V. Exª a retirada de pauta da matéria para o reexame. Tendo em vista que há também interesse do Governo em uma melhor análise desta matéria, eu peço, então, a V. Exª a retirada de pauta do Item 2.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Tem a palavra o Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Com respeito a esta matéria – até porque sou membro suplente da Comissão, mas não tenho o saber jurídico da maioria dos seus ilustres membros –, Sr. Presidente, e como este é um assunto que o meu Estado, assim como outros, vive, se eu cometer alguma imprecisão ou erro jurídico, eu gostaria até de ser corrigido. Mas sobre essa questão de demarcação de terras indígenas, a meu juízo, há algumas coisas que eu gostaria de rapidamente colocar, para termos uma ideia do que está acontecendo.

Quando vamos a um processo de demarcação de terra indígena e se chega ao final desse processo e aquela propriedade, aquela terra, é considerada terra indígena, como a terra indígena é terra da União, a legislação não permite a indenização. É como se a União fosse comprar aquilo que já é dela ou indenizar aquilo que já é dela. Ocorre que, na maioria dos casos, e, por favor, eu não defendo e nunca vou defender nem grileiro nem invasor de terra – não é isso! –, no Mato Grosso do Sul, não existe isso. Lá, o então Presidente Getúlio Vargas colonizou; ele vendeu os títulos. As pessoas têm de fato e de direito a posse das suas terras. Há casos de cem anos; é a terceira geração que está na propriedade. Como é que vamos chegar à conclusão de que é terra de índio e pedir para essa família sair de lá? Só com indenização das benfeito-

rias e não da terra nua. Ele trabalhou, viveu daquilo durante 30, 40, 50 anos.

Então, eu acho que aí há duas vertentes. Eu quero agora aqui até dizer: uma é essa questão jurídica, que nós temos que sanar. Se vai permitir ou não, eu não sei, aí vai haver uma discussão. Eu só estou dizendo que isso precisa ser sanado, porque se não se permitir a indenização, não há como, pelo menos no Mato Grosso do Sul, fazer alguma coisa justa. Você não pode tirar pessoas, famílias inteiras, que há 30, 40 anos têm a posse.

Vai fazer justiça à população indígena? Eu sou daqueles que acham que a sociedade brasileira tem uma dívida com a população indígena. Mas nós vamos cobrar essa dívida de um só segmento, o produtor rural? E vamos cometer uma injustiça para fazer justiça? Então, é preciso corrigir isso.

E outra coisa. Eu acho que esta Comissão, Senador Pedro Taques, V. Exª que também tem problema no seu Estado, o Mato Grosso, precisa urgentemente dotar a Funai e o Ministério da Justiça de recurso orçamentário para, onde couber e for justo, a indenização dessas propriedades.

Porque como é que se começa um processo demarcatório, Senador Luiz Henrique, se não há no orçamento recurso para indenização? O que mais tem dificultado e tem gerado esses conflitos é essa expectativa da demarcação. Não se chega nunca a uma decisão, cria-se expectativa nos índios e ainda se cria insegurança jurídica.

No Mato Grosso do Sul, uma região inteira não tem mais investimento. Há desvalorização das propriedades, ninguém quer investir porque há insegurança jurídica: se é ou não é terra indígena.

Então, estou fazendo essa colocação porque esse é um assunto que realmente me preocupa. Não só em Mato Grosso do Sul, me preocupa no nosso País inteiro.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Nobre Deputado Moka...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Luiz Henrique, tem a palavra V. Exª.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – ...a situação de Santa Catarina não é diferente. Os agricultores adquiriam as terras, adquiriram de um programa de reforma agrária que foi realizado pelo governo do Estado, que vendeu aquelas terras aos agricultores, que a ocupam já pela terceira ou quarta geração.

Então, realmente a situação é dramática e a iniciativa do Senador Paulo Bauer é muito oportuna para ensejar a fórmula de se resolver esse problema.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pedro Taques, tem a palavra V. Exª, embora a matéria já esteja retirada de pauta.

Mas tem a palavra V. Exª.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Já foi retirada de pauta.

Só que eu quero também colocar a minha colher de pau nesse angu dizendo que a questão indígena, no Brasil, nós precisamos debater. E esta Casa e este colegiado específico, a CCJ, tem essa obrigação constitucional, porque estamos acompanhando índios morrendo de fome, morrendo por doenças que existiam antes de Cristo, doenças que já poderiam ter sido superadas, que já estão superadas fora da reserva. Esse tema tem que ser debatido.

No tocante ao art. 67-A, trazido pela proposta de emenda à Constituição, eu analisei o art. 67-A e entendo que aqueles que foram titulados por entes públicos, União, Estados, naquele momento em que houve a discussão sobre as terras devolutas, se pertenciam à União, aos Estados. Isso merece, sim, uma reflexão, porque aqui não podemos comparar aqueles que foram titulados por um ente público com criminosos que invadem propriedades indígenas. Esse é um ponto.

E a Constituição afirma que o direito à terra indígena é originário, portanto, não há que se alegar aí direito adquirido, ato jurídico perfeito, em desfavor do poder constituinte originário também.

Agora, eu confesso, Senador Moka, que tenho dúvidas no tocante ao §6º do art. 231, com a redação trazida pela emenda, ao convolar os atos nulos em anuláveis. Nós precisamos, sim, debater esse ponto, mas foi retirado de pauta e eu me coloco à disposição para que possamos fazer esse debate. Agora, temos que, também, hoje, trabalhar para que recursos sejam alocados à Funai e que a Funasa exerça, também, a sua atribuição legal, para que indivíduos índios não sejam dizimados, em razão da falta de competência da administração pública.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pedro Taques, V. Exª, inclusive, no dia 7/11, havia pedido vista a esse processo. Portanto, está retirado de pauta, agora, cabe a V. Exªs encontrar uma alternativa, dentro da lei, respeitado, exatamente, como diz V. Exª, o poder originário dos índios.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Se V. Exª me permite, o Senador Paulo Bauer, naquele dia, me asseverou que não estaria presente nesta data, e eu disse a ele que não apresentaria o meu voto, enquanto ele aqui não estivesse.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – A matéria está retirada de pauta.

Espero que V. Exªs procurem entendimento, obviamente, respeitando os direitos dos índios e respeitando o direito daqueles que têm título dado ou comprado do Governo Federal.

A matéria está retirada de pauta.

Próximo item da pauta. É matéria terminativa. Portanto, eu convido os Srs. Senadores a comparecerem ao plenário da Comissão de Constituição e Justiça. Eu sei que os Senadores estão em outras Comissões. Está havendo uma audiência pública sobre a questão da energia, a Medida Provisória da energia, mas nós precisamos votar as matérias que são terminativas, nesta Comissão, no dia de hoje.

Senador Flexa Ribeiro, que é o relator dessa matéria, convido-o a comparecer à Comissão de Constituição e Justiça, para relatar essa matéria.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 82, de 2012
– Terminativo –

Reabre o prazo para requerimento de retorno ao serviço de que trata o art. 2º da Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994, que "dispõe sobre a concessão de anistia nas condições que menciona", e dá outras providências.
Autoria: Senador Lobão Filho
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro
Relatório: Pela aprovação do projeto, com uma emenda que apresenta.

Havia um compromisso da Presidência de colocar essa matéria em pauta, por pedido do Senador Lobão Filho e do Senador Flexa Ribeiro. Lamentavelmente, o Senador Lobão Filho não pôde estar aqui hoje, por motivo de saúde, e o Senador Flexa Ribeiro não se encontra presente nesta Comissão.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Só para justificar, o Senador Flexa Ribeiro encontra-se presidindo uma missão desta Casa à República Popular da China, por isso não se encontra presente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu registro a informação de V. Exª, só que essa informação, infelizmente, não havia chegado à Mesa, pelo gabinete do Senado Flexa Ribeiro, por quem eu tenho muito respeito e que tem sido sempre muito assíduo nesta Comissão. Ele está em missão oficial.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Era para justificar a ausência do ilustre colega.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Missão oficial é missão oficial, e eu agradeço a V. Exª, por registrar e justificar a ausência do Senador Flexa Ribeiro.

Então, ausente o Senador Flexa Ribeiro, como essa matéria é terminativa, eu precisava da presença dele e do quórum qualificado, eu vou ao próximo item da pauta.

Repetindo e convidando os Srs. Senadores, nós estamos em processo de matérias terminativas, nesta Comissão, e é preciso a presença dos Srs. Senadores e Srªs Senadoras.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 60, de 2012
– Terminativo –

Altera a redação do art. 4º e acrescenta o art. 54-A à Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, que dispõe sobre as locações de imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes, a fim de tratar da locação nos contratos de construção ajustada.
Autoria: Deputado Carlos Bezerra
Relatoria: Senador Gim
Relatório: Pela aprovação do Projeto com uma emenda de redação que apresenta.

Está retirado de pauta.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 306, de 2011
– Terminativo –

Adiciona a alínea "d" ao art. 1º da Lei nº 9. 455 de 7 de abril de 1997, tornando crime de tortura a cobrança de dívida de qualquer natureza realizada com o emprego de violência ou grave ameaça.
***Autoria:** Senador Pedro Taques*
***Relatoria:** Senador José Agripino*
***Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos do substitutivo que apresenta.*
Observações:
– Nos termos do art. 282 do RISF, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar.
– Votação nominal.

Vou retirar de pauta também. O Senador José Agripino é o relator.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 368, de 2011
– Terminativo –

Altera a Lei nº 10.446, de 8 de maio de 2002, para prever a competência da Polícia Federal

para apurar o crime de falsificação, corrupção e adulteração de medicamentos, assim como sua venda por meio da internet, quando tiver repercussão interestadual.
Autoria: Senador Humberto Costa
Relatoria: Senador Inácio Arruda
Relatório: Pela aprovação do Projeto
Observações:
Votação nominal.

O SR. PRESIDENTE: (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O item 6 também é terminativo. Como nem o Senador Humberto Costa nem o Senador Inácio Arruda encontram-se aqui, encontram-se em outras Comissões, vou retirar a matéria de pauta, indo ao Item 8 da pauta. Itens 5, 6 e 7 retirados da pauta.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 162, de 2010
– Terminativo –

Acrescenta artigo ao Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 – Lei de Introdução ao Código Civil.
Autoria: Senador Pedro Simon
Relatoria: Senador Roberto Requião
Relatório: Pela reautuação da matéria como Projeto de Lei Complementar, nos termos da emenda substitutiva que apresenta.
Observações:
Em 18/05/2011, a Presidência concedeu vista aos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimentel, nos termos regimentais.

Senador Rodrigo Rollemberg, V. Exª já foi contemplado no dia de hoje, permaneça nesta Comissão que sua presença é muito importante aqui entre nós.

O Senador Pedro Simon também está ausente e o Senador Roberto Requião está fora, em uma missão oficial. Como se trata de reautuação como Projeto de Lei Complementar, esta matéria não será terminativa, portanto, como se trata de Lei Complementar, ela foi reautuada, nos termos do relatório do Senador Roberto Requião.

Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, eu coloco em votação preliminar o pedido de reautuação do PLS nº 162, de 2010, como Projeto de Lei Complementar.

Srªs. Senadoras, Srs. Senadores que se encontram aqui e concordam com a aprovação permaneçam com se acham. *(Pausa.)*

Aprovada a matéria.

Srs. Senadores, o resultado é: aprovado o pedido de reautuação do projeto.

Vou colocar que a primeira fase foi a reautuação do projeto, aprovado pelos Srs. Senadores e Srªs. Senadoras, e a segunda fase, uma vez que já foi aprovado o pedido de reautuação do projeto, a colocação em votação do relatório.

Em votação.

Srs. Senadores e Srªs. Senadoras que aprovam...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Pedro Taques é que está falando.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, nós votamos a reautuação. Agora, no tocante ao mérito, eu queria debater, se V. Exª me permite.

O SR. PRESIDENTE: (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Claro. Eu vou colocar em discussão, então, agora, a matéria reautuada e V. Exª tem a palavra.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, no art. 8º, § 4º, uma emenda de redação, se fosse possível, no inciso I: "em veículo oficial de comunicação, pelo ente federado que o possua, até o dia útil seguinte". Seria acrescer "o dia útil seguinte" ao § 4º, mas o relator não está aí, não é?

O SR. PRESIDENTE: (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Se não estiver, eu vou designar um relator *ad hoc.* Vou designar o Senador Waldemir Moka como relator *ad hoc*, por gentileza.

Senador Waldemir Moka, pág. 89. *(Pausa.)*

É o Projeto de Lei do Senado nº 162. Vou designar V.Exª como relator *ad hoc* da matéria que já foi relatada pelo Senador Requião. Ele pede a reautuação da matéria como Projeto de Lei Complementar, nos termos da emenda substitutiva que apresenta. V. Exª está como relator *ad hoc.*

Há uma sugestão do Senador Pedro Taques.

Vou pedir ao Senador Pedro Taques que, por gentileza, para que o relator *ad hoc* agora nomeado pela Mesa possa se situar melhor, já que ele não era o relator originário, repita o que deseja para que o relator, atentamente, ouvindo V. Exª, possa incorporar, ou não, ao novo texto a proposta de V. Exª.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Posso, Sr. Presidente. Obrigado.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, me permita, eu acho que aí eu não sou... É muito complicado. Mesmo como Relator *ad hoc*, eu me sentiria leviano se pudesse emitir um opinião, Senador Pedro Taques. Eu pediria se...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Então, vamos ouvir o Senador Pedro Taques? Fica registrado aqui. Se for o caso, V. Exª pede a retirada de pauta da matéria e coloco na sequência.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu ficaria confortável e, como Relator *ad hoc*, na próxima reunião, eu me comprometeria a fazer uma análise mais profunda e ficar em condições de...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Tem razão V. Exª.

Senador Pedro Taques para propor.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, permita-me.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pois não.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – A questão aqui é só que o texto traz uma confusão em relação à data inicial. Só para que possamos superar essa dúvida, afastar essa possibilidade de dúvida junto ao Poder Judiciário, deveria ser acrescido o seguinte termo, no art. 8º, § 4º, I: "a publicação deverá ser feita em veículo oficial de comunicação, pelo ente federado que o possua, até o dia útil seguinte". Aqui não diz "útil". Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Moka, Senador Pedro Taques está pedindo...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – A questão é de forma só.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Apenas uma data.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – É só no art. 8º, § 4º, I. Só acrescer "útil", "dia útil seguinte".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – "Dia útil"?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – "Dia útil", porque isso pode dar na sexta-feira e o juiz pode pensar que sábado, domingo... Teríamos uma maior segurança jurídica. Não muda o mérito do projeto de nenhuma maneira. Sou favorável ao mérito, à aprovação, penso louvável, como já foi feita a...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Reautuação.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Exatamente. É só esse "útil". Não tem nenhuma mudança de mérito.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vou consultar o Senador Moka...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Acho que a pretensão do Senador Pedro Taques é realmente quase que uma emenda de redação, mesmo porque é muito simples. É uma preocupação sobre se o dia em que possa cair irá interferir. Realmente, acho que a...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em relação a isso não há objeção por parte de V. Exª?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Não haveria objeção. Acho que o Senador Relator Roberto Requião, que é um Senador que, no momento, constrói soluções, nunca polemiza, também não se sentiria de nenhuma forma...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Moka, na hora em que V. Exª se torna Relator *ad hoc*, a responsabilidade é inteiramente de V. Exª de acatar ou não a sugestão do Senador Pedro Taques. Como acho que é uma sugestão muito simples e óbvia e para tirar uma dúvida – é apenas para ser "dia útil" –, nada mais correto do que isso.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Por lealdade ao Senador Moka, esse "útil" aqui pode mudar o destino do mundo, inclusive.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – A Mesa concorda com a emenda de V. Exª, basta ver se o Relator concorda.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Vamos à análise, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Já foi lido, já foi lido, V. Exª, se quiser, pode fazer algum comentário.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Não, não, de jeito nenhum.

Acho que a pretensão, conforme já explicou o Senador Pedro Taques, não altera realmente o texto. Não há, a meu juízo, por que não aceitar uma observação que também acho muito procedente. De forma que opino para que a gente possa realmente acrescentar a contribuição do Senador Pedro Taques no relatório.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vou colocar a matéria em votação, com a incorporação, Senador Moka, da sugestão do Senador Pedro Taques.

Senador Moka, vou colocar em votação o relatório de V. Exª.

Em votação o relatório *ad hoc* do Senador Waldemir Moka, obviamente, precedido da lavra de um relatório do Senador Roberto Requião, que está em missão oficial e não está entre nós no dia de hoje.

Srs. Senadores, Srªs Senadoras que aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, com a sugestão do Senador Pedro Taques, passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1 e da sugestão do Senador Pedro Taques, da CCJ, substitutivo.

A matéria vai a plenário.

Próximo item da pauta.

Vou voltar à pauta, já que os Srs. Senadores, gentilmente, todos compareceram a esta Comissão como sempre.

Quero, mais uma vez, registrar e agradecer que, desde o dia em que assumi esta Presidência, Senador Alvaro Dias, jamais deixamos de discutir matérias, de aprovar matérias, de rejeitar matérias pela presença sempre qualificada e unânime dos Srs. Senadores. Mais uma vez, esta Presidência registra para o Brasil e agradece a presença de V. Exªs no dia de hoje.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Alvaro Dias tem a palavra.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Eu gostaria de consultar V. Exª se há possibilidade de inclusão extrapauta de um requerimento de minha autoria que convida – trata-se de convite, e não de convocação – o Ministro da Justiça e o Diretor-Geral da Polícia Federal para ouvirmos sobre a crise que há na instituição. É uma busca de solução, isso se o Ministro concordar em comparecer, já que se trata de convite.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Alvaro Dias, apenas...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Só um minuto, porque concederei a palavra ao Senador Flexa Ribeiro na sequência.

Respondendo ao Senador Alvaro Dias, V. Exª é sempre muito equilibrado em seus requerimentos e colocações, mas há uma questão de ordem definida pela Mesa na questão dos requerimentos. Toda vez que houver pedido de apresentação de requerimento, como V. Exª está apresentando agora, há um compromisso e uma decisão da Mesa de que, na reunião seguinte, o requerimento será votado.

Portanto, na reunião seguinte, na próxima quarta-feira, o requerimento de V. Exª vai estar em pauta.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Esse requerimento foi protocolado há uns vinte dias. Mas, de qualquer maneira, acolho a ponderação de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Compreendo que ele foi realmente registrado no dia 27, mas não havia sido solicitado por V. Exª o pedido de colocação em votação, e há esse compromisso da Mesa com todos os Senadores.

Portanto, hoje V. Exª pede formalmente à Mesa, e a Mesa defere que, na próxima quarta-feira, o requerimento de V. Exª vai estar pautado, e assim será sempre, enquanto presidir esta Comissão, pedindo a compreensão de V. Exª.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Pois não.

Considero importante que venha o Ministro. Há uma crise na Polícia Federal, que é uma instituição fundamental neste momento que vive o País. Ela tem oferecido uma contribuição extraordinária no combate à corrupção. E nós precisamos ouvir o Ministro e o Delegado-Geral da Polícia Federal sobre a crise que há na instituição hoje.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira Bloco/PMDB – CE) – É legítimo e regimental o requerimento de V. Exª.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira Bloco/PMDB – CE) – Já concederei a palavra a V. Exª.

Antes, deixe-me registrar aqui a presença do Prefeito da minha querida Várzea Alegre, que se encontra entre nós. O meu querido Prefeito, eleito, reeleito e aplaudido pela população de Várzea Alegre, Helder Máximo, que está entre nós. Aproveito também para mandar um abraço, pois está ali o nosso Prefeito eleito Van Van. Quero registrar a presença dos dois e mandar um abraço para o nosso querido Dr. Pedro, da nossa querida Várzea Alegre. Que vocês levem um abraço do Senador Eunício Oliveira.

Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira Bloco/PMDB – CE) – Desculpe, Senador. Vou retirar a palavra de V. Exª, porque havia a precedência do pedido de voz do Senador Flexa Ribeiro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Pois não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – É que me empolguei com o Ceará. É o Município que por duas vezes me deu a maior votação da história e, na terceira, para Senador. Eu gostaria de fazer o registro e agradecer o povo de Várzea Alegre.

Empolguei-me e esqueci o pedido de V. Exª, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Senador Eunício Oliveira, todos nós nos empolgamos com o Ceará. A colônia cearense no Pará é enorme, e é bom que ela nos ouça, porque temos sempre o apoio dela em nossas votações permanentes no Estado do Pará.

Então, o apoio dos nossos irmãos cearenses no Pará é importante.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira Bloco/PMDB – CE) – É o Ceará contribuindo para a eleição do Senador Flexa Ribeiro no Pará.

Muito obrigado, Senador.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com certeza absoluta.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira – Bloco/PMDB – CE) – Muito obrigado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Mas quero aqui também saudar o prefeito eleito e reeleito de Várzea Alegre.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira Bloco/PMDB – CE) – É o Vanderlei, o conhecido Van Van.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Espero que ele esteja alegre, porque o que vejo é que os prefeitos do Brasil, lamentavelmente, estão aqui novamente em uma marcha. São mais de 2 mil prefeitos!

Eu, quando cheguei ontem ao Senado Federal, vi uma fila de mais de 500 prefeitos, seguramente, habilitando-se para acessar o Senado Federal, para vir aqui, lamentavelmente de pires na mão, junto ao Governo Federal, pleitear recursos, Senadores Pedro Taques e Randolfe Rodrigues, para que possam fechar o orçamento de 2012, face à queda de transferências do FPM e, no caso dos Estados, do FPE.

Isso é lamentável. É lamentável que a nossa Federação esteja esgarçada, que os Municípios e os Estados não tenham autonomia em sua gestão.

Mas o que eu quero dizer é que a amizade que nos une, Senador Eunício, me deixa sensibilizado. Eu estava atendendo a uma audiência, no meu gabinete, e fui instado pela assessoria: "O Senador Eunício está solicitando a presença de V. Exª, na Comissão de Constituição e Justiça."

E quero agradecer ao meu caro amigo Senador Luiz Henrique, que justificou a minha ausência. Ele iria conosco a essa missão, na República Popular da China, que estou coordenando, que só decola amanhã, 1h da manhã, de São Paulo. Estaremos, durante a próxima semana, visitando o Parlamento da China e haverá vários eventos, mas estou, ainda hoje, aqui cumprindo a obrigação.

E quero pedir a V. Exª, já que há quórum...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vou voltar ao item 3, vou voltar agora. Vou dar a palavra para o Senador Randolfe e...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – O item 3 é terminativo, já fiz a leitura do parecer, já foi encerrada a discussão, só resta a votação, e ele é um projeto, Senador Eunício, da maior importância. Temos, aqui, os funcionários que foram demitidos, e o projeto, em boa hora apresentado pelo Senador Lobão Filho, reabre o prazo de 180 dias para o retorno dos servidores públicos da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, para que possam voltar ao serviço público. E eles têm vindo aqui, permanentemente, para terem este projeto aprovado.

Então, já está discutido, já foi encerrada a discussão, é só... E quero pedir o apoio dos meus pares, para que possamos, rapidamente, se assim for o entendimento dos meus pares, aprovar este projeto e acabar com a agonia desses funcionários, para que tenham reconhecido o seu direito de retorno ao serviço público.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Só lembro que essa votação é nominal, e eu ia registrar, quando V. Exª entrou aqui, exatamente isto: recebi a informação, pelo Senador Luiz Henrique, de que V. Exª iria estar, hoje, em viagem à China, foi justificado aqui, mas V. Exª registra que V. Exª vai à China, sim, mas só na noite de hoje. Portanto, aproveita para trabalhar o dia aqui e viajar, hoje à noite, em missão oficial, mais uma vez.

O Senador Randolfe Rodrigues tem a palavra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Senador Eunício, em nosso tempo de criança, quando se dizia que iria para a China, era algo que não era bom; hoje, é excelente! Então, nós iremos à China.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não tive o privilégio, ainda, de ir, mas irei.

V. Exª tem a palavra, Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, só em relação ao requerimento proposto anteriormente pelo Senador Alvaro Dias, porque considero extremamente pertinente debatermos aqui a situação da Polícia Federal. Quero só lembrar a V. Exª que há um requerimento de minha autoria já aprovado para uma audiência pública com o Diretor-Geral da Polícia Federal, com a Associação de Delegados, com o Sindicato dos Agentes da Polícia Federal, e creio que esse requerimento corrobora o requerimento aqui proposto pelo Senador Alvaro Dias. Poderíamos marcar essa audiência pública e estender o convite também para S. Exª o Ministro da Justiça – é só para acrescentar.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vou me antecipar a V. Exª, com a devida vênia, na quarta-feira vou colocar o requerimento do Senador Alvaro Dias, uma questão até de respeito ao requerimento dele. Há um requerimento de V. Exª aprovado. Aprovados os dois requerimentos, na próxima quarta-feira já marco a audiência pública, de comum acordo com as autoridades convidadas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Agradeço, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O próximo item da pauta, vamos voltar ao item 3, Projeto do Senado nº 82, de 2012. Ele é terminativo. Portanto, precisa da presença dos Srs. Senadores desta Comissão.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 82, de 2012
– Terminativo –

Reabre o prazo para requerimento de retorno ao serviço de que trata o art. 2º da Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994, que "dispõe sobre a concessão de anistia nas condições que menciona", e dá outras providências.

Autoria: Senador Lobão Filho

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Pela aprovação do projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

– Em 12/09/2012, a Presidência concedeu vista aos Senadores José Pimentel e Luiz Henrique, nos termos regimentais.

Quando Ministro das Comunicações do Brasil, servindo ao Brasil, tive a oportunidade de anistiar várias dessas pessoas que não tinham cometido absolutamente nada de irregular e, portanto, mereciam a aprovação.

(*Manifestação da plateia: palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com todo o respeito, agradeço, mas não é permitida a manifestação da plateia.

Então, para todos aqueles que não tinham desvio de conduta, quando Ministro, fiz a anistia, no Ministério das Comunicações. Portanto, coloquei este projeto em discussão aqui e vai ser colocado em votação nominal, obviamente confiando na lavra do relatório do Senador Flexa Ribeiro, que será submetido aos Srs. Senadores.

Eu vou colocar a matéria em discussão.

Não havendo quem queira discutir, vou colocar em votação. É nominal a matéria. Há uma emenda ressalvada.

Vou votar o projeto, Srs. Senadores.

Senador Flexa Ribeiro. Senador Flexa Ribeiro, volte da China, porque vamos começar a votação e quero dar uma informação a V. Exª.

Vamos votar a matéria principal com a ressalva da emenda apresentada ao projeto por V. Exª. Por isso que pedi a sua atenção.

Em votação o projeto.

Quem vota com o Relator, vota "sim".

Quem vota contra o Relator ou contra o projeto, vota "não".

Como vota o Senador José Pimentel? (*Pausa.*)

Como vota a Senadora Ana Rita?

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o Relator, "sim".

Como vota o Senador Pedro Taques?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como o Relator, "sim".

Como vota o Senador Jorge Viana? (*Pausa.*)

Como vota o Senador Antonio Carlos Valadares? (*Pausa.*)

Como vota o Senador Inácio Arruda?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O projeto é justo, correto, e é necessário que a gente tome essa medida.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o Relator.

Senador Eduardo Lopes? (*Pausa.*)

Srs. Senadores, estamos em processo de votação nominal de vários projetos na Comissão de Constituição e Justiça.

Como vota o Senador Ricardo Ferraço? (*Pausa.*)

Como vota o Senador Pedro Simon? (*Pausa.*)

Como vota o Senador Romero Jucá? (*Pausa.*)

Como vota o Senador Vital do Rego? (*Pausa.*)

Como vota o Senador Luiz Henrique?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, louvando o Senador Flexa Ribeiro por ter adiado a sua partida para a China, voto "sim", com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – "Sim", com o Relator.

Como vota o Senador Dornelles? (*Pausa.*)

Como vota o Senador Aécio? (*Pausa.*)

Como vota o Senador Aloysio? (*Pausa.*)

Como vota o Senador Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Alvaro Dias vota com o Relator.

Como vota o Senador José Agripino?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vota com o Relator.

Senador Armando? (*Pausa.*)

Senador Gim? (*Pausa.*)

Senador Magno Malta?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª vota com o Relator.

Como vota o Senador Randolfe Rodrigues?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – "Sim", com o Relator.

Senador Sérgio Petecão? (*Pausa.*)

Como vota o Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o Relator.

Senadora Lídice da Mata? (*Pausa.*)

Senador Anibal Diniz? (*Pausa.*)

Senador Acir? (*Pausa.)*

Senador Lindbergh? (*Pausa.*)

Senador Rodrigo Rollemberg?

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, solidário com a luta dos trabalhadores servidores demitidos do Governo Collor, quero votar favorável com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o Relator.

Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vota com o Relator.

Senador Tomás Correia.

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, louvando a iniciativa do Senador Lobão Filho, voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o Relator.

O Senador Flexa é voto conhecido.

Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vota com o Relator.

Todos votaram? (*Pausa.*)

A Senadora Ana Rita votou? (*Pausa.*)

Aprovado o projeto à unanimidade dos presentes.

(*Manifestação da plateia: palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE.) (*Fazendo soar a campainha.*) – Vou colocar em votação a emenda.

Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam que eu possa repetir...

Srs. Senadores, atenção.

Senador Inácio Arruda, por favor.

Senador Inácio Arruda, quero fazer uma consulta a V. Exª e ao Senador Magno Malta.

(Intervenção fora do microfone)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Sem a anuência de V. Exª não vou fazer. (*Pausa.*)

Então, tenho a anuência de V. Exª?

Eu vou colocar a emenda; para não repetir a votação, consulto se eu posso repetir a votação com os mesmos votos favoráveis. (*Pausa.*)

Não havendo objeção, vou colocar em votação a emenda com os votos favoráveis.

Aprovada a emenda com os mesmos votos da anterior. É o projeto e a Emenda nº 01, da CCJ.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

(*Manifestação da plateia: palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O próximo item da pauta é o item nº 4. O Senador Gim está presidindo outra comissão e não chegou aqui a tempo.

Item 5 da pauta.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, V. Exª não poderia designar um Relator *ad hoc* para essa...?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para o item 4?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Isso, para o item 4.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Sei do entusiasmo, mas quero pedir silêncio para dar continuidade à matéria.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 60, de 2012
– Terminativo –

Altera a redação do art. 4º e acrescenta o art. 54-A à Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, que dispõe sobre as locações de imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes, a fim de tratar da locação nos contratos de construção ajustada.

Autoria: Deputado Carlos Bezerra

Relatoria: Senador Gim Argello.

Relatório: Pela aprovação do Projeto com uma emenda de redação que apresenta.

Observações:

– Em 12/09/2012, foi concedida vista coletiva aos Senadores Lobão Filho, Luiz Henrique e Flexa Ribeiro.

– Votação Nominal.

O Senador Gim Argello está ausente. O Senador Alvaro Dias levantou a questão, portanto, pergunto a S. Exª se pode apenas confirmar o relatório, que já foi lido; apenas para colocar em votação.

V. Exª concorda em ser o Relator *ad hoc*?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sim, Sr. Presidente, com prazer.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Então, se houver necessidade de esclarecimentos, V. Exª é o Relator *ad hoc*, à página 60.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Destaco a importância da proposta.

O parecer do Senador Gim Argello é absolutamente correto, e nós o acompanhamos. Há apenas uma emenda de redação, e relatamos pela aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em discussão a matéria.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir, Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, eu pedi vista desse projeto para examiná-lo e verifiquei que realmente é um projeto oportuno, bem elaborado e que merece ter o respaldo desta Comissão.

Por isso, Sr. Presidente, opino pela aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Nada melhor do que o aval de V. Exª, depois de ter pedido vista, Senador Luiz Henrique.

A matéria continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vou colocar a matéria em votação nominal, ressalvada a emenda apresentada pelo Relator, Senador Gim Argello – agora Senador Alvaro Dias, que assume *ad hoc* a relatoria e, obviamente, a emenda.

Como vota o Senador José Pimentel? (*Pausa.*)

Senadora Ana Rita?

Quem vota "sim" vota com o Relator.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – "Sim".

Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o Relator, "sim".

Senador Jorge Viana. (*Pausa.*)

Senador Valadares. (*Pausa.*)

Senador Inácio.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o Relator.

Senador Eduardo Lopes.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o Relator.

Senador Ricardo Ferraço. (*Pausa.*)

Senador Eunício Oliveira. Com o Relator – só vota no desempate.

Senador Pedro Simon. (*Pausa.*)

Senador Jucá. (*Pausa.*)

Senador Vital. (*Pausa.*)

Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – "Sim", com o Relator.

Senador Dornelles. (*Pausa.*)

Senador Aécio. (*Pausa.*)

Senador Aloysio. (*Pausa.*)

Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Com o Relator original.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – "Sim", com o Relator.

Senador Armando. (*Pausa.*)

Senador Gim. (*Pausa.*)

Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – "Sim", com o Relator.

Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sim, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – "Sim", com o Relator.

Senador Sérgio Petecão. (*Pausa.*)

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o Relator.

Senadora Lídice. (*Pausa.*)

Senador Anibal. (*Pausa.*)

Senador Acir. (*Pausa.*)

Senador Lindbergh. (*Pausa.*)

Senador Rodrigo Rollemberg. (*Pausa.*)

Com o Relator?

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – "Sim", com o Relator.

Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – "Sim", com o Relator.

Senador Tomás.

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o Relator.

Senador Waldemir Moka. (*Pausa.*)

Todos votaram?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com o Relator e com o aval do Senador Luiz Henrique.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vou fazer a mesma coisa, aprovado o Projeto, com os votos nominais de V. Exªs, consulto o Plenário se posso repetir a votação nominal para a emenda. (*Pausa.*)

Ouvido o Plenário, a Mesa repete a votação para a emenda.

Aprovados o Projeto e a Emenda nº 1 desta CCJ, a matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Próximo item da pauta.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, com a palavra o Senador Eduardo Lopes.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, eu gostaria de consignar o meu voto no item 3, porque eu estava a caminho e foi encerrada a votação. Quero consignar meu voto "sim" no item 3.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Está registrado o voto de V. Exª no item 3, "sim", no projeto de anistia.

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2011. Também terminativo, precisa da presença dos Srs. Senadores.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 306, DE 2011
– Terminativo –

Adiciona a alínea "d" ao art. 1º da Lei nº 9.455 de 7 de abril de 1997, tornando crime de tortura a cobrança de dívida de qualquer natureza realizada com o emprego de violência ou grave ameaça.

Autoria: Senador Pedro Taques

Relatoria: Senador José Agripino

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta.

Observações:

– Nos termos do art. 282 do RISF, se for aprovado o Substitutivo, será ele submetido turno suplementar.

– Votação nominal.

Se eu houvesse errado o número da Lei seria porque o Senador Pedro Taques olhou para mim, porque ele conhece todas as leis decoradas e todos os artigos e parágrafos da Constituição Federal e suas emendas.

A relatoria é do nobre Senador que tão bem representa e governou tão bem o meu Estado vizinho, Rio Grande do Norte, que está aqui entre nós, Senador José Agripino, grande figura do Parlamento brasileiro.

Consulto os Senadores se há alguém inscrito para debater a matéria.

Senador Pedro Taques, V. Exª é o Relator.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Não, sou o autor.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Desculpe-me, como autor. O Relator é o Senador José Agripino.

É que eu estou empolgado, porque hoje é quarta-feira, véspera de feriado. Nesta CCJ coloquei vários projetos terminativos. Quando cheguei e vi a pauta novamente, pensei: "Não vai dar quórum." Mas a Comissão está repleta. Agradeço mais uma vez a presença de V. Exª, dando a palavra a V. Exª como autor da matéria. Tem a palavra V. Exª.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, apenas para sugerir ao Relator que nós pudéssemos debater esta matéria na Comissão Especial que trata do novo Código Penal. Ali, nós teríamos uma análise mais sistêmica deste Projeto.

Então, como autor eu gostaria de sugerir isso ao Sr. Relator, se fosse possível, porque nós retiraría-

mos de pauta e debateríamos na Comissão Especial do Código Penal.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª, como autor, poderia fazer isso, mas vou dar a palavra ao Relator, Senador José Agripino, para saber se ele concorda com a proposta de V. Exª. Obviamente, esta matéria vamos debater na Comissão Especial, da qual V. Exª é o Relator e tenho a honra de presidir. O relatório é do Senador José Agripino; se S. Exª e V. Exª concordarem, esta matéria será, obviamente, levada à Comissão Especial como matéria principal a ser debatida por todos nós.

Senador José Agripino, tem a palavra V. Exª.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o projeto de lei de autoria do Senador Pedro Taques, que, na mesma opinião, é de todo meritório, se propõe a tipificar como crime de tortura a conduta de constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental, para cobrar dívida de qualquer natureza. A cobrança de dívida é um fato antigo, os empréstimos são fato antiquíssimo. A tipificação do crime pode estar perfeitamente incluída no Código de Processo Penal. Então, não é um fato novo, é um fato antigo, pode ser discutido tranquilamente na discussão da revisão do Código de Processo Penal. Como S. Exª tinha apresentado uma proposta que eu reputo completamente procedente, porque a preocupação de S. Exª é com a cobrança das dívidas ilegais feitas por agiotas, por bicheiros e que, muitas vezes, na cobrança, praticam violência. Então, se praticam violência, nada mais apropriado do que tipificar como crime de tortura alguém que exerce a tortura para cobrança de uma dívida – não dívida de uma instituição bancária, registrada e legal, porque aí seria objeto do meu relatório não considerar dívida de qualquer natureza, mas as dívidas decorrentes de usura, essas que são ilegais, de bicheiro, de *factoring*, etc.

Então, se S. Exª propõe a discussão da matéria – até porque o projeto que ele apresentou é anterior à discussão da revisão do Código de Processo Penal – se ele mesmo toma a iniciativa de propor que esta matéria seja discutida no âmbito da revisão do Código de Processo Penal, eu concordo inteiramente e mantenho os termos do meu parecer, mas concordo inteiramente com a remessa da matéria à Comissão Especial que revê o Código de Processo Penal.

De acordo com o autor e com a proposta apresentada.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Havendo a concordância, tanto do Relator, quanto do autor, a Presidência, obviamente, já de ofício, encaminha esta matéria à Comissão Especial que trata da discussão do Código Penal Brasileiro.

A matéria será encaminhada...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, só tenho uma dúvida regimental. Como lá eu sou o Relator e aqui eu sou o autor, não se afigura que eu possa analisar este tema lá. Mas nós temos 11 membros na Comissão Especial.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª está autorizado, a partir de agora, porque foi aprovado pela Comissão. Obviamente que será um debate entre V. Exª e os demais membros da Comissão, presidida por este Senador, que tem muito orgulho de poder...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Muito bem, Sr. Presidente. Vamos adiante.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vamos adiante.

Próximo item da pauta. Senador Pedro Taques, peço a V. Exª que olhe a página 82, para ver se V. Exª concorda em ser o Relator *ad hoc*.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 24, de 2012
– Terminativo –

Altera o art. 228 da Lei n. 7.565, de 19 de dezembro de 1986 – Código Brasileiro de Aeronáutica – para inserir a hipótese de restituição de quantia paga de bilhete aéreo em caso de cancelamento ou remarcação da data da viagem pelo passageiro.
Autoria: Senadora Ana Amélia
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatório: Pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto e, no mérito, por sua aprovação.
Observações: *Votação nominal.*

Como o Senador Aloysio Nunes está em missão oficial, consulto o Senador Pedro Taques e peço que olhe a página 82, e, se concordar com o parecer do Senador Aloysio pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto e, no mérito, por sua aprovação, sem emendas, eu designaria V. Exª para fazer o relatório. Se V. Exª não se sentir na condição ainda, vou passar adiante e, em seguida, voltarei ao projeto, se for o caso.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sim, eu me sinto em condições...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Eu peço a V. Exª que a gente volte ao item 6.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Espere só um minutinho. Vamos ouvir o Senador Pedro Taques.

Senador Pedro Taques, por favor.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sim, me encontro habilitado para receber como Relator *ad hoc*, até porque eu tenho um projeto semelhante a esse.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Então, vou dar a palavra ao Senador Pedro Taques, pedindo vênia ao Senador Inácio Arruda. Houve um equívoco aqui. Mais uma vez, o nosso secretário está empolgado. Eu acho que ele está com alguma viagem marcada para o feriado.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – E deve ser para Várzea Alegre, pelo que estou vendo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Já foi logo para o item 7, passando o item 6. Eu peço desculpa a V. Exª.

Já que eu li o item 7...

V. Exª foi muito bem votado em Várzea Alegre como Senador, com o nosso apoio. O Senador mais votado de lá na época em que V. Exª foi candidato. Portanto, Várzea Alegre merece o nosso aplauso.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Projeto de Lei do Senado nº 24, do Senador Aloysio; Relator *ad hoc*, Senador Pedro Taques. Em seguida, volto ao projeto de V. Exª, pedindo desculpa mais uma vez ao Senador Inácio Arruda.

O Senador Pedro Taques tem a palavra.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Seja bem-vindo, Deputado.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, submete-se ao exame desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 24, de 2012, de autoria da Senadora Ana Amélia. A proposição em pauta pretende inserir no Código Brasileiro de Aeronáutica norma no sentido de ampliar, em favor dos usuários do transporte aéreo, o direito à restituição das quantias pagas pela aquisição de bilhete de passagem não utilizado, descontada taxa de serviço correspondente a, no máximo, 10% (dez por cento) do valor pago, desde que observado o prazo de validade do bilhete.

Para tanto, o projeto altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica (CBA), para acrescer dois parágrafos ao art. 228, dispositivo que estabelece o prazo de um ano, contado da respectiva emissão, para a validade dos bilhetes de passagem do transporte aéreo. O primeiro parágrafo acrescido destina-se a estabelecer que o direito à restituição da quantia efetivamente paga, descontada a taxa de serviço correspondente, prevalecerá "independentemente do tipo de tarifa" da aquisição. O segundo, a seu turno, estabelece que o novo regramento "aplica-se igualmente ao caso de remarcação do voo".

Justifica a proposição o argumento de que, embora o Código Brasileiro de Aeronáutica tenha fixado em um ano a validade das passagens aéreas, circunstância que faculta ao passageiro cancelar ou alterar a data de sua viagem, em muitos casos, "as empresas aéreas cobram multas abusivas pela remarcação ou reembolso". Segundo a autora da iniciativa, tal prática, não vedada em lei, encontra abrigo na Portaria nº – é Portaria, não é porcaria, Sr. Presidente – 676/GC-5, de 13 de novembro de 2000, do Comando da Aeronáutica, que "aprova as Condições Gerais de Transporte". O mencionado regulamento, apesar de limitar o desconto em caso de reembolso a 10% do valor pago, excepciona os bilhetes adquiridos em tarifa promocional, que "constituem a imensa maioria das passagens efetivamente vendidas no País".

Trata-se, portanto, de estender a norma atualmente em vigor a todos os bilhetes aéreos, independentemente de terem sido ou não adquiridos no âmbito de promoções tarifárias.

A matéria foi distribuída com exclusividade a esta Comissão para decisão de natureza terminativa.

Não foram oferecidas emendas, Sr. Presidente.

Nos termos do art. 101 do Regimento Interno desta Casa, compete a este Colegiado opinar sobre a matéria, impondo-se, por força do caráter exclusivo e terminativo da distribuição, o exame dos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, mérito e técnica legislativa.

Encontram-se atendidos os requisitos de constitucionalidade e juridicidade. Nos termos do art. 22, inciso XI, da Constituição Federal, compete à União legislar privativamente sobre "trânsito e transporte".

No mérito, associo-me aos argumentos da autora da proposição.

O Código Brasileiro de Aeronáutica (CBA) estabelece, nos arts. 229 a 231, as regras aplicáveis por ocasião do cancelamento, atraso ou interrupção de voo por parte da empresa operadora. Entretanto, os procedimentos cabíveis nos casos de cancelamento ou remarcação por iniciativa do passageiro deixaram de ser previstos no corpo da Lei, circunstância que deu ensejo à regulação da matéria no âmbito de norma meramente administrativa.

O projeto sob exame, ao sanar a mencionada lacuna normativa, estabelece um critério de equidade. O desconto de uma taxa de serviço de até 10% do valor da tarifa, a par de assegurar a cobertura dos custos administrativos em que tenham incorrido, previne o cometimento de abusos por parte das operadoras do transporte aéreo.

E acresço, Sr. Presidente, como Relator *ad hoc*, que existem decisões do Superior Tribunal de Justiça nesse sentido que agasalham o que vem neste projeto.

Desta feita, ante o exposto, voto pela constitucionalidade e pela juridicidade do Projeto de Lei do Senado nº 24, de 2012, e, no mérito, por sua aprovação.

No mais, cumprimento a autora do projeto, bem como o Relator, Senador Aloysio Nunes.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo que queira discutir, vou colocar a matéria em votação nominal, lembrando que, no próximo item da pauta, do Senador Inácio Arruda, também haverá votação nominal.

Antes, eu vou pedir vênia a esta Comissão para registrar aqui a presença do ex-Deputado Federal e hoje Deputado Distrital Chico Vigilante.

Eu era Presidente da Federação do Comércio e da ***Federação Nacional*** das Empresas de Segurança e ***Transporte*** de Valores do Brasil, e ele, Presidente da CUT. Travamos muitos embates democráticos, e hoje ele está ali para comemorar um embate que nós travamos há 14 anos, quando ele debatia a questão do risco de vida para os que trabalham com transporte de valores e em empresas de transporte de valores. Ontem, a Câmara dos Deputados, inclusive com o apoio do meu Partido, o PMDB, após uma consulta feita a este Senador, aprovou um projeto por unanimidade dos votos de seu Plenário.

Então, parabenizo o Deputado Chico Vigilante e o Presidente da Federação, nosso querido Boaventura, com quem travamos, repito, grandes debates democráticos quando eu ainda era Presidente da Federação do Comércio de Brasília.

Vou colocar a matéria em votação.

Como vota o Senador José Pimentel? (*Pausa.*)

Como vota a Senadora Ana Rita?

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Quem votar "sim" vota com o Relator.

Como vota o Senador Pedro Taques, Relator *ad hoc*?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Voto conhecido.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Voto conhecido, voto "sim".

Como vota o Senador Inácio Arruda?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Eduardo Lopes?

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o Relator.

Como vota o Senador Luiz Henrique?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o Relator.

Como vota o Senador Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o Relator.

Como vota o Senador José Agripino?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o Relator.

Como vota o Senador Randolfe Rodrigues?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o Relator.

Como vota o Senador Rodrigo Rollemberg?

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Com a autora e o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com a autora e o Relator.

Como vota o Senador Humberto Costa?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o Relator.

Como vota o Senador Tomás Correia?

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO) – Com o Relator, mas queria só registrar...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o Relator.

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO) – Queria só registrar, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pode registrar.

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO) – Quero saudar a Senadora Ana Amélia por essa iniciativa em face dos abusos constantes, reincidentes das empresas aéreas em remarcações de passagens e em outros itens, como os assentos-conforto e tantos outros abusos que ocorrem com empresa aérea.

Portanto, eu quero registrar aqui o meu voto favorável e aplaudir a Senadora Ana Amélia pela sua iniciativa, assim como o Relator, Senador Aloysio Nunes Ferreira, e, agora, o Relator *ad hoc*, Senador Pedro Taques.

Sim.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – "Sim", Senador Tomás.

Como vota o Senador Flexa?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o Relator.

Senador Mozarildo. (*Pausa.*) Com o Relator.

Todos votaram? (*Pausa.*) Todos votaram.

Então, a matéria foi aprovada à unanimidade dos presentes.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa, para as providências cabíveis.

Vamos ao último item da pauta do dia de hoje, apesar de haver mais três itens, mas os Senadores Benedito de Lira e Aloysio Nunes, em missão oficial, pediram que essas matérias fossem retiradas e voltassem na próxima semana, assim como o Senador Requião.

Então, passa-se ao próximo e último item da pauta de hoje, uma pauta intensa de matérias importantes e todas elas terminativas, quase todas elas.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 368, de 2011
– Terminativo –

Altera a Lei nº 10.446, de 8 de maio de 2002, para prever a competência da Polícia Federal para apurar o crime de falsificação, corrupção e adulteração de medicamentos, assim como sua venda por meio da Internet, quando tiver repercussão interestadual.

Autoria: Senador Humberto Costa
Relatoria: Senador Inácio Arruda
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Observações:
– *Votação nominal.*

Concedo a palavra ao Relator, atuante Senador do meu querido Estado do Ceará, Inácio Arruda, se quiser fazer uso da palavra.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, o projeto do Senador Humberto Costa, como diria o seu colega de partido e hoje Ministro da Educação, Mercadante, é absolutamente meritório.

É evidente que é bom destacar que antigamente, mas hoje ainda, muitas unidades de venda de medicamento são denominadas de drogarias. É drogaria porque o medicamento é uma droga que o médico indica para o tratamento de uma patologia. Muitas vezes a manipulação inadequada desses medicamentos e especialmente o que destaca aqui o Senador Humberto Costa, a falsificação de medicamentos podem causar prejuízos à vida de centenas, dezenas, às vezes de milhares de pessoas.

Então, eu considero um projeto ajustadíssimo. É correto, necessário que a Polícia Federal participe da investigação de crime dessa ordem, dessa natureza, que pode prejudicar milhões de pessoas no nosso País.

Portanto, Sr. Presidente, como não há óbice constitucional, não há dificuldade jurídica na apresentação do projeto e não foram oferecidas emendas, o nosso parecer é absolutamente favorável. É pela aprovação.

É o nosso voto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em discussão a matéria.

Para discutir, pede a palavra o Senador Pedro Taques. Em seguida, o Senador Humberto.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, a Constituição afirma, no 109, inciso IV, os crimes que são de competência da Justiça Federal. Muito bem. Lá no 144, § 1º, estão as atribuições da Polícia Federal.

A Polícia Federal tem atribuições, muitas vezes, como todos nós sabemos, também para investigar crimes que são estaduais, de competência da Justiça Estadual. É o caso do tráfico de drogas nacional. Quem investiga é a Polícia Federal. A competência é da Justiça Federal. Mas a atribuição ainda é da Justiça Comum Estadual.

Muito bem.

Existe a Lei 10.443, de 2002, que permite à Polícia Federal, por determinação do Ministro da Justiça, investigar crimes cuja competência não seja da Justiça Federal. É o caso de crimes que ocorrem em mais de um Estado da Federação, cuja apuração se faz necessária por parte da Polícia Federal.

Eu, Sr. Presidente, neste caso aqui deste projeto de lei, com todo o respeito ao autor – entendo a intenção –, ele pode trazer dúvida no tocante à competência desse crime, porque a saúde é uma atribuição da União, dos Estados-membros e dos Municípios.

Portanto, se nós trouxermos a atribuição da Polícia Federal para investigar este crime, nós suscitaremos dúvidas não sobre a atribuição da Polícia, mas sobre a competência da Justiça que vai processar esse crime, por mais que o Superior Tribunal de Justiça tenha decisões no sentido de que, se na falsificação houver indícios de internacionalização, a competência seja da Justiça Federal, a atribuição seja da Polícia Federal.

Então, louvando a apresentação do projeto, entendo o mérito, para que nós possamos coibir inclusive organizações criminosas internacionais de falsificação, mas isso pode trazer dúvidas no sentido da competência criminal para julgar esse crime. Estou dizendo isso na prática. O ideal aqui, e eu ouso sugerir isso, seria se nós pudéssemos ter uma nota técnica do Ministro da Justiça, do Ministério da Justiça a respeito disso, desta alteração, porque isso pode trazer dúvidas não na investigação, mas na apuração através da Justiça Federal ou Justiça Estadual. Porque já existe a lei que permite que o Ministro da Justiça faça isso. Tendo em conta crimes, ele pode determinar que a Polícia Federal investigue. Mas isso não muda a competência da Justiça Federal ou Justiça Estadual. Eu ouso sugerir, expressando respeito ao autor e ao Relator: se for possível, obtermos uma nota técnica do Ministério da Justiça sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com a palavra o Senador Humberto Costa.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, antes de comentar a fala do Senador Pedro Taques, eu queria, em primeiro lugar, situar esse projeto dentro de uma preocupação, de uma ação que venho desenvolvendo, em que, inclusive, o Senado Federal tem sido um parceiro importante.

Esse, na verdade, é o terceiro projeto de uma série de três em que eu trato desse assunto.

O primeiro foi a criação de um sistema nacional de combate à falsificação de medicamentos e de outros produtos sujeitos à vigilância sanitária. Cria um sistema nacional onde o Estado, o Município e o Governo Federal têm papéis claramente definidos para se buscar esse combate. Nesse aspecto, a Polícia Federal seria componente importante e permanente desse sistema. Porém, com essas limitações que a lei estadual estabelece, de que a ação da Polícia Federal se dará em nível internacional ou quando diz respeito a crimes federais, excetuando esses pontos a que V. Exª se referiu, o nosso objetivo aqui era exatamente garantir que ela pudesse ter essa atribuição sem qualquer tipo de restrição e óbice. Inclusive nós conversamos isso com a Polícia Federal. Acho boa sua sugestão. Não vejo problema em nós podermos solicitar essa medida.

O segundo projeto que apresentei e que também já foi objeto de discussão é o que determina que as empresas, drogarias, distribuidoras, quem quer que seja que tenha sido flagrado comercializando, produzindo medicamentos falsificados, tenham o registro comercial cassado, que elas não possam comercializar. Hoje, no outro dia, você pode estar comercializando, mesmo tendo sido flagrado numa operação.

E o terceiro seria este; inclusive a preocupação nossa é de agregar que essa investigação possa ser feita pela Internet também.

Então, pessoalmente, como autor – não sei o Relator –, não vejo problema em se pedir uma nota técnica ao Ministério da Justiça nesse aspecto. Mas acredito que não haveria essa possibilidade de se estabelecer uma confusão, uma dúvida. Porque aqui claramente fala daqueles crimes que têm um aspecto de ser interestadual ou internacional. Mas, sem problema.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu só queria esclarecer uma coisa: regimentalmente eu não tenho como pedir uma nota técnica ao Ministério da Justiça – regimentalmente. O que eu posso pedir, regimentalmente, é pedir uma nota técnica ao corpo técnico da Casa, do Senado. Agora, é possível também que os Srs. Senadores que não concordam ou que têm dúvida em relação ao texto, que possam pedir vista e aí fazer gestões junto ao Ministério da Justiça para informações. Agora, nota técnica – não é regimental – tem que ser da Consultoria do Senado Federal, ou da CCJ, para nos orientar. Para isso, temos aqui um corpo técnico, que fica todos os dias aqui na assessoria nos acompanhando, como assessores especiais, para tirar nossas dúvidas jurídicas.

Portanto, para discutir a matéria, está inscrito o Senador Rodrigo Rollemberg e o Senador Inácio Arruda.

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO) – Eu também gostaria de discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – E o Senador Tomás.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, quero cumprimentar o Senador Humberto Costa pela iniciativa desse projeto e cumprimentar também o Relator da matéria, Senador Inácio Arruda. Coincidentemente, eu estava navegando na Internet e entrei no *site* de *O Globo* e vi uma das matérias em destaque:

Remédios falsos matam mais de 100 mil pessoas por ano no mundo.

Estima-se que 10% dos remédios comercializados nos países pobres sejam falsificados ou estejam fora dos padrões.

Claro, há um debate jurídico trazido aqui pelo Senador Pedro Taques, mas quero falar da importância da iniciativa desse projeto e que hoje a instituição mais aparelhada, mais capacitada para combater a falsificação de remédios no Brasil é, sem dúvida, a Polícia Federal.

Eu não sei qual será o encaminhamento da Comissão, se vai aguardar uma nota técnica para adequar o projeto, do ponto de vista jurídico, se for o caso, mas quero aproveitar este momento para cumprimentar o Senador Humberto Costa, autor, pela iniciativa brilhante, de alto alcance social, e também o Relator, Senador Inácio Arruda.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, tem a palavra o Relator, Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, só para informar que já existe uma nota do Ministério da Justiça de concordância com o projeto. Essa concordância também se dá em relação à Polícia Federal.

É, mais ou menos, o seguinte: o que abunda não prejudica.

Eu concordo com V. Exª que a gente não pode deixar brecha para dúvida, para não interferir na competência da Justiça Estadual. Mas aqui há uma consulta feita ao Ministério da Justiça, que se manifestou pela concordância. Nós podemos, inclusive, se necessário, trazer a nota, por escrito, do Ministério. Eu não a tenho agora, mas podemos fazer isso.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Acredito na palavra de V. Exª.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Já há concordância do Ministério da Justiça e da Polícia Federal, que foram consultados a respeito dessa matéria.

É um assunto grave, na verdade.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, retiro minha objeção. Concordo inteiramente. Já existe essa nota. O Relator está fazendo referência a ela. Eu acredito nas palavras do Senador Inácio Arruda e do Senador Humberto Costa, porque não poderia ser diferente.

Quero cumprimentá-los pelo projeto, porque, realmente, a investigação por parte da Polícia Federal vai coibir crimes dessa natureza, notadamente no caso de venda de medicamentos falsificados via a rede mundial de computadores.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vou dar a palavra ao Senador Tomás Correia e, em seguida, vou colocar a matéria em votação nominal.

Senador Tomás tem a palavra.

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, concordo plenamente com o projeto, mas queria dar uma pequena sugestão com relação à ementa. É uma sugestão para o Relator.

Aqui diz o seguinte: "para prever a competência da Polícia Federal".

Eu gostaria de sugerir que, em vez de "competência", fosse "atribuição".

Essa é a minha sugestão, porque me parece mais técnica a questão.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – De acordo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vou colocar a matéria em votação com a incorporação do termo sugerido pelo nosso querido Senador Tomás Correia.

Não havendo mais quem queira discutir, vou colocar a matéria em votação.

Como vota a Senadora Ana Rita?

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sim, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Pedro Taques?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – "Sim", com o Relator.

O voto do Senador Inácio Arruda é conhecido.

Como vota o Senador Eduardo Lopes?

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ) – Sim; com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – "Sim"; com o Relator.

Como vota o Senador Luiz Henrique?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o Relator.

Como vota o Senador Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador José Agripino?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – "Sim"; com o Relator.

Como vota o Senador Randolfe Rodrigues?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o Relator.

Como vota o Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o Relator.

Como vota o Senador Rodrigo Rollemberg? (*Pausa.*)

O Senado Humberto Costa é o autor.

Senador Tomás Correia, como vota V. Exª?

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o Relator.

Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Está cheio de entrevistas hoje sobre a Sudeco.

Vota com o Relator.

Como vota o Senador Flexa Ribeiro?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o Relator.

Como vota o Senador Mozarildo Cavalcanti?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o Relator.

Todos os Senadores votaram? (*Pausa.*)

Aprovado o projeto à unanimidade dos presentes.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências.

Parabenizamos o Senador Humberto Costa pela autoria desse Projeto, que é extremamente importante, terminativo nesta Comissão, e o Senador Inácio Arruda, que relatou essa proposta, que, se Deus quiser, vai acabar com as fraudes em medicamentos. Nada pior do que uma pessoa comprar um medicamento e tomá-lo na esperança de recuperação da sua saúde e não ter absolutamente nenhum conteúdo. Acho que é crime perverso alguém fazer isso. Então, parabenizo o Senador Humberto Costa, que tem muita experiência porque passou brilhantemente pelo Ministério da Saúde.

Agradecemos ao Senador Inácio Arruda e a presença de todos os Srs. Senadores, dos que aqui vieram, da imprensa e a audiência do Brasil.

Só quero esclarecer aos Srs. Senadores que a sugestão do Senador Tomás foi incorporada como emenda e eu a submeto, mais uma vez, repetindo a votação pelos Srs. Senadores. (*Pausa.*)

Como há a concordância de todos, está repetida a votação.

A matéria está aprovada e vai à Secretaria-Geral da Mesa.

Nada mais havendo a tratar, agradecendo a presença de todos, desejando um bom feriado e agradecendo também a audiência da TV Senado, da Rádio Senado e da Internet, desejo um bom-dia a todos.

(Iniciada às 10 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 52 minutos.)

ATA DA 43ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE NOVEMBRO DE 2012, QUARTA-FEIRA, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e quarenta e cinco minutos, do dia vinte e um de novembro de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Eunício Oliveira, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Jorge Viana, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Eduardo Lopes, Ricardo Ferraço, Vital do Rêgo, Francisco Dornelles, Aécio Neves, Alvaro Dias, Armando Monteiro, Gim Argello, Randolfe Rodrigues, Sérgio Petecão, Eduardo Suplicy, Aníbal Diniz, Lindbergh Farias, Rodrigo Rollemberg, Humberto Costa, Waldemir Moka, Benedito de Lira, Marco Antônio Costa e das Senadoras Ana Rita e Lídice da Mata, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Pedro Simon, Romero Jucá, Luiz Henrique, Aloysio Nunes Ferreira, José Agripino e Magno Malta. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **ITEM 4) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 56, de 2011.** Não Terminativo. Dispõe sobre a criação de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS e de Gratificação por Exercício em Cargo de Confiança nos órgãos da Presidência da República. **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Senador Eduardo Braga. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Lido o Relatório a Presidência concede vista aos Senadores Aécio Neves e Waldemir Moka, nos termos regimentais. **ITEM 5) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, de 2011.** Não Terminativo. Declara os Centros de Inclusão Digital – CID (Lan Houses) como entidade de multipropósito de especial interesse para fins de inclusão digital e dá outras providências. **Autoria:** Deputado Vieira Reis. **Relatoria:** Senador Ricardo Ferraço. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 6) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 63, de 2012**. Não Terminativo. Dá nova redação aos arts. 530-C, 530-D, 530-F e 530-G do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal. **Autoria:** Deputado Leonardo Picciani. **Relatoria:** Senador Vital do Rêgo. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Retirado de Pauta para reexame do Relatório. **ITEM 7) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 42,**

de 2010. Não Terminativo. Acrescenta parágrafo único ao art. 13 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, estabelecendo que o fornecimento e a instalação dos equipamentos de medição associados à tarifação do serviço prestado correrão a expensas da concessionária. **Autoria:** Deputado Betinho Rosado. **Relatoria:** Senador José Agripino (Substituído por *Ad Hoc*). **Relatoria *Ad Hoc***: Senador Humberto Costa **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Concedida vista aos Senadores Armando Monteiro e Lindbergh Farias, nos termos regimentais. **ITEM 8) MENSAGEM (SF) Nº 100, de 2012.** Não Terminativo. Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor SÉRGIO LUIZ KUKINA, Procurador de Justiça, para compor o Superior Tribunal de Justiça, no cargo de Ministro, na vaga destinada a membro do Ministério Público, decorrente da aposentadoria do Senhor Ministro Hamilton Carvalhido. **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Senador Alvaro Dias. **Relatório:** Votação secreta. **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos termos do Ato 1, de 2007-CCJ. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião às onze horas e vinte e seis minutos, restando adiados os demais itens constantes da pauta, a saber: ITEM 1) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 45, DE 2012; ITEM 2) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2007 e ITEM 3) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 762, DE 2011; e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Eunício Oliveira,** Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 43ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a ata, que será publicada no *Diário do Senado Federal.*

Comunico aos senhores membros desta Comissão que, em virtude da aprovação do parecer preliminar do PL nº 24, de 2012, da Lei Orçamentária Anual, do dia 20 de novembro do corrente, o prazo para apresentação de emendas ao Projeto está aberto a partir de hoje, 21 de novembro de 2012, e será encerrado na próxima terça-feira, dia 27 de novembro até as 18 horas.

Comunico ainda as Srªs e aos Srs. Senadores membros desta Comissão, para ciência, o recebimento dos seguintes documentos:

– Carta do cidadão Atalibio Correa Branco, de São José do Cerrito – SC, que sugere a criação do Município de Salto dos Marianos – SC.

Expediente conferido, enviado Ofício nº 121, de 2012, da Presidência da CCJ, informando que a criação de Município, nos termos da Constituição Federal, depende da aprovação de lei complementar e que o Senado Federal aprovou o PLS nº 98, de 2012-Complementar, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que regulamenta o procedimento de criação, incorporação, fusão, desmembramento de Municípios e que se encontra em tramite não mais no Senado, mas na Câmara dos Deputados, como PLP nº 416, de 2008.

(*Interrupção do som*)

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) –… e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 201.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, Senador Aécio Neves.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Sr. Presidente, com todo o respeito ao meu ilustre e queridíssimo colega Senador Moka, devo registrar que nada mais impróprio no já inchado Estado brasileiro do que inchá-lo ainda mais. Surpreende-me, inclusive, o Governo, com tantas prioridades, estabelecer esta como uma delas: a criação de novos cargos em comissão.

(*Interrupção do som.*)

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Por essa razão, Sr. Presidente, eu peço vista da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – É regimental.

Vista concedida ao Senador Aécio Neves.

Vista coletiva, Senador?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vista coletiva, por solicitação do Senador Waldemir Moka.

Senador Aécio Neves, V. Exª é o Relator do item 3 da pauta. V. Exª estava chegando, mas havia uma informação da assessoria que V. Exª desejaria retirá-lo de pauta – item 3 da pauta.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Na verdade, Sr. Presidente, trata-se de matéria de extrema

relevância e eu recebi, Sr. Presidente, algumas solicitações, inclusive de partidos políticos, no sentido de que essa matéria pudesse ser encaminhada também à Comissão que discute a reforma do Código Penal.

Não tive oportunidade ainda, Sr. Presidente, de discutir a questão com o seu autor, o Senador Aloysio Nunes, que se encontra em missão oficial, portanto, não está presente na reunião de hoje. Em razão exatamente da ausência justificada do autor do projeto e dessa demanda crescente de que essa matéria possa ser incorporada à discussão da reforma do Código Penal, eu solicito a V. Exª o seu sobrestamento, para que ela possa retornar já na próxima reunião desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu já havia deferido o pedido de V. Exª através da sua assessoria.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Eu agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Mas agora com a presença de V. Exª, fico até mais confortável em tirar a matéria de pauta.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Por estas razões: para que possamos ter o entendimento com o autor da matéria se discutimos a matéria aqui. Inclusive o meu relatório já está pronto.

É uma matéria de extrema relevância, que trata da tipificação dos crimes de terrorismo. Não há, em nosso Código Penal, essa tipificação. Grandes eventos internacionais estão próximos, e há interesse, segundo informações, do próprio Governo em discutir essa matéria, mas há exatamente essa visão diversa, distinta, de alguns que gostariam de vê-la incluída na discussão do Código Penal.

Eu gostaria apenas de, na presença do autor da matéria e de forma consensual, definir se a colocaremos em votação aqui na próxima semana – e o relatório estaria pronto – ou se faríamos conjuntamente com a Comissão do Código Penal.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira.Bloco/PMDB – CE) – Há o compromisso da Presidência de essa matéria retornar na próxima semana.

(É o seguinte o item adiado:

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 762, DE 2011
– Terminativo –

Define crimes de terrorismo.
Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatoria: Senador Aécio Neves
Relatório: Pela aprovação do Projeto.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Já darei a palavra a V. Exª.

Eu convido os Srs. Senadores que estão na CPI, inclusive no encerramento da CPI, para que compareçam à Comissão de Constituição e Justiça, pois temos matérias importantes a serem votadas.

O Senador Alvaro Dias pede a palavra pela ordem.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Eu peço a V. Exª, se for possível, a inversão da Ordem do Dia para eu relatar a indicação do nome do Sr. Sérgio Luiz Kukina para compor o Superior Tribunal de Justiça, já que V. Exª já informou à CPI que está iniciando os seus trabalhos agora.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Submeto a solicitação do Senador Alvaro Dias ao Plenário desta Comissão. (*Pausa.*)

Não havendo objeção dos Srs. Senadores, eu farei a inversão de pauta.

Como não há objeção, vamos ao item 8 da pauta, página 118.

ITEM 8

MENSAGEM (SF) Nº 100, DE 2012
– Não Terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do senhor Sérgio Luiz Kukina, Procurador de Justiça, para compor o Superior Tribunal de Justiça, no cargo de Ministro, na vaga destinada a membro do Ministério Público, decorrente da aposentadoria do Senhor Ministro Hamilton Carvalhido.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Alvaro Dias

A votação é secreta e, nos termos do art. 383, do Regimento Interno do Senado Federal, e em conformidade com o Ato nº 1, de 2007, desta CCJ, esta Presidência comunica aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras que o processo de apreciação da escolha de autoridade nesta Comissão será feita em duas etapas.

Na primeira etapa, o Relator Senador Alvaro Dias apresentará o relatório à Comissão com recomendações, se for o caso, para que o indicado apresente informações adicionais, ocasião em que não será exigida a presença do indicado. Após a apresentação e discussão do relatório da primeira etapa, será concedida vista coletiva automaticamente por esta Presidência. Na segunda etapa, o indicado será submetido à arguição dos membros da Comissão, e, em seguida, será realizada a votação em escrutínio secreto.

Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias, para proferir o seu relatório.

Tem a palavra V. Exª.

Houve inversão de pauta.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, é com satisfação que relato a indicação de um nome que tem qualificação técnica e profissional, atende aos preceitos básicos constitucionais que são exigidos, para indicação dessa natureza: probidade, competência. Portanto, é uma enorme satisfação poder relatar uma indicação que guarda essa relação estreita com as exigências constitucionais.

Eu vou dispensar a leitura da primeira parte, que é burocrática, apenas informando à Comissão que o indicado apresentou todos os documentos exigidos e uma sucinta argumentação escrita, na qual demonstra ter experiência profissional, formação técnica adequada, afinidade intelectual e moral para o exercício da atividade.

Apresentou também o *curriculum vitae* e as declarações exigidas no Ato nº 1, de 2007, desta Comissão.

Do *curriculum* extraímos que o indicado é membro do Ministério Público do Paraná desde 1984, tendo atuado como Promotor de Justiça nas Comarcas de Francisco Beltrão, sudoeste do Paraná; Dois Vizinhos; Faxinal, norte do Paraná; Pitanga, centro do Paraná; Guarapuava; Foz do Iguaçu, fronteira; e Curitiba. Portanto, um itinerário que percorre várias regiões do Paraná, conhecendo as suas peculiaridades.

No período de 1992 a 2002, o indicado assessorou a Coordenadoria de Recursos Cíveis para o Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal. No período de 2003 a 2008, tornou-se Chefe da referida Coordenadoria.

Em 2002, foi promovido a Procurador de Justiça. Atualmente, ocupa novamente a chefia da Coordenadoria de Recursos Cíveis para o Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal.

Sérgio Luiz Kukina obteve o título de Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, em 2004, com a dissertação *Tutela Recursal Diferenciada no Estatuto da Criança e do Adolescente: uma abordagem à luz do Direito Internacional dos Direitos Humanos*, sob a orientação da Drª Flávia Piovesan. Na mesma instituição, graduou-se em Direito, no ano de 1982. Também é especialista em Ciências Penais pela Universidade Federal do Paraná; especialista em Direito Contemporâneo pela PUC do Paraná, tendo obtido esse título no ano de 1993.

No ano de 2010, o indicado participou do curso Tópicos de Filosofia e Criminologia, com carga horária de 20 horas, oferecido pela Fundação Escola do Ministério Público do Estado do Paraná.

Sérgio Luiz Kukina também é Professor de Direito Processual Civil, na Escola do Ministério Público do Paraná, e de Direito da Infância e da Juventude, na Escola da Magistratura do Paraná, e no Curso Preparatório Prof. Luiz Carlos, todos na cidade de Curitiba. Leciona também em cursos de especialização em Direito.

Foi Professor visitante na Universidade Estadual de Ponta Grossa, no ano letivo de 2011, onde ministrou a disciplina de Recursos Extraordinários no curso de Pós-Graduação em Direito Processual Civil.

O indicado atuou ainda como Professor visitante em diversas instituições de ensino, entre as quais destacamos: Escola Superior de Advocacia da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná, onde ministrou ainda no curso Teoria e Prática do Direito da Criança e do Adolescente, com carga horária de 3 horas/aula, em 2011; Centro de Ensino Superior de Campos Gerais, onde ministrou, no ano de 2010, aulas na disciplina Recursos nos Tribunais Superiores do curso de Especialização em Direito Processual Civil, na cidade de Ponta Grossa; Universidade Federal do Paraná, onde ministrou aulas no módulo Fase Recursal no curso de Especialização em Direito Processual Civil, mantido em Toledo pelo Departamento de Direito Civil e Processual Civil da Faculdade de Direito, no ano de 2001; Fundação Escola do Ministério Público do Paraná, onde ministra, desde 2003, aulas na disciplina de Direito Processual Civil, na unidade de Curitiba.

Cabe, Sr. Presidente, destacar que, no período de 1998 a 1999, o indicado coordenou o grupo de estudos Aristeu Santos Ribas, do Ministério Público da Comarca de Curitiba.

Por sua vez, no biênio 1998/2000, exerceu a presidência do Conselho Deliberativo da Fundação Escola do Ministério Público do Paraná, com sede em Curitiba.

O indicado é, ainda, autor de diversos artigos acadêmicos, destacamos:

a) O princípio do duplo grau de jurisdição, publicado na *Revista de Processo*, São Paulo, em 2003;

b) Apontamento sobre o Tribunal Penal Internacional Permanente, publicado na revista *Direito Público,* de Porto Alegre;

c) Efetividade dos direitos da criança e do adolescente no Brasil à luz dos direitos humanos, publicado na revista *Igualdade*, do Ministério Público do Estado do Paraná.

Entre as palestras sobre temas relacionados às disciplinas as quais se dedica, merecem especial destaque:

a) o processo como ferramenta para exercício da cidadania;

b) aspectos jurídicos, implicações jurídicas e;

c) processo de execução e cumprimento de sentença.

Todas proferidas no ano de 2009.

A atuação profissional do indicado abrange, também, a participação em diversos eventos, congressos, exposições e feiras, como os que seguem:

a) Mesa Redonda Direitos Fundamentais e Ações Coletivas: questões processuais, 2011;

b) III Seminário Indígena – História e Atualidade, 2011;

c) VIII Jornada Brasileira de Direito Processual Civil e Penal, no ano de 2010;

d) Reforma da Legislação Processual Civil e Aspectos Relacionados à Intervenção do Ministério Público no Processo Civil, 2010;

e) Fórum sobre Pedofilia e Pornografia Infanto-Juvenil na Internet. Aspectos e Implicações Jurídico-Penais da Pedofilia, no ano de 2009;

f) I Ciclo de Estudos de Direito Penal e Processual Penal das Faculdades de Ensino Superior do Centro do Paraná. O Estatuto da Criança e do Adolescente, no ano de 2005;

g) Curso de Aperfeiçoamento sobre o novo regime falimentar, em 2005;

h) Os 10 anos da Lei de Improbidade Administrativa, no ano de 2001.

O seu *curriculum vitae* demonstra, portanto, a rica e ampla experiência acadêmica e profissional do indicado, especialmente no âmbito do direito processual civil.

Ante o exposto, entendemos que as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores, integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a presente indicação para o Superior Tribunal de Justiça.

Sem dúvida, uma feliz indicação da Presidência da República.

Esse é o nosso voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Esta Presidência concede vista coletiva automaticamente, ficando para a próxima reunião o processo de arguição do candidato e a votação, nos termos do Ato nº 1, de 2007, desta CCJ.

Voltando à pauta.

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Item 5 da pauta.

Quero avisar aos Srs. Senadores que o PLC nº 87, de 2011, tramita em conjunto com o projeto do Senador Humberto Costa, que há um compromisso desta Presidência de colocá-lo em votação. Mas preciso quórum qualificado para aprovar, tendo em vista que a matéria é terminativa. Por isso, convido os Srs. Senadores que estão em outras Comissões para comparecerem à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para votação dessa importante matéria. Inclusive o Senador Gim Argello é o Relator da matéria.

Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2011 (página 72).

Item 5

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 28, de 2011
– Não Terminativo –

Declara os Centros de Inclusão Digital – CID (*lan houses*) *como entidade de multipropósito de especial interesse para fins de inclusão digital e dá outras providências.*
Autoria: Deputado Vieira Reis
Relatoria: Senador Ricardo Ferraço
Relatório: Favorável ao Projeto.

A matéria será apreciada ainda pela Comissão de Assuntos Econômicos e pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Concedo a palavra ao Senador Ricardo Ferraço, para proferir o seu relatório.

Tem a palavra, V. Exª, Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, vem ao exame desta Comissão projeto de lei do eminente Deputado Vieira Reis, que declara os Centros de Inclusão Digital, popularmente conhecido como *lan houses*, como entidade de multipropósito, de especial interesse para fins de inclusão digital e dá outras providências.

É sabido, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o quanto essas estruturas em nossas comunidades têm possibilitado o acesso cada vez maior de camadas sociais à rede mundial de computadores.

Em resumo, a proposição prevê que, se as empresas que ofereçam, mediante remuneração, serviço de locação de computadores para o acesso à rede internacional de computadores, a Internet, as chamadas *lan houses*, possuam implementos técnicos que permitam orientar e alertar menores de 18 anos com relação a acesso a jogos eletrônicos não recomendados para a sua faixa etária, respeitando a classificação indicativa do Ministério da Justiça, em especial quanto a *sites* pornográficos e afins; garantir a inviolabilidade dos dados pessoais do usuário, bem como dos conteúdos acessados, salvo na hipótese de ordem judicial para fins de investigação criminal ou instrução processual penal; garantir acessibilidade às pessoas com deficiência, nos termos do regulamento próprio; e o registro do nome e do documento de identidade do usuário, terão assegurada prioridade às linhas de financiamento

especiais para aquisição de computadores ofertadas por órgãos da Administração Pública Federal, direta ou indireta, e, em especial, por instituições financeiras públicas, tais como Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, BNDES e outros.

Na prática, nós estamos, Sr. Presidente, regulamentando o funcionamento das *lan houses*, estabelecendo pré-condições, premissas para que essas estruturas possam funcionar, mas possam funcionar obedecendo a essas pré-condições que nós estamos relatando para que as *lan houses* sejam de fácil acesso, possam permitir esse passaporte, possam permitir esse acesso, mas com pré-condições que consideramos absolutamente saudáveis nas relações sociais.

Ademais, a proposição prevê que a União, os Estados e o Distrito Federal, assim como os Municípios, poderão implantar parcerias com as *lan houses* para desenvolvimento de atividades educacionais, culturais, de utilidade pública, de interesse do cidadão e da administração, com vistas à universalização do acesso à Internet, especialmente em programas de complementação pedagógica, bem como para assegurar acessibilidade às pessoas com deficiência e que os Municípios, organizações e associações representativas das *lan houses* poderão criar selos de qualificação, a serem conferidos a essas entidades que cumprirem os propósitos da Lei que se originar do projeto ou que se caracterizem como de promoção de bem-estar social.

Este Projeto, Sr. Presidente, de nº 28, foi despachado ao exame desta Comissão e, em seguida, estará sendo apreciado pela Comissão de Assuntos Econômicos e pela Comissão de Ciência e Tecnologia.

Como já se registrou, a presente proposição foi despachada, também, à CAE e à CCT, Comissões que, certamente, terão oportunidade de se manifestar com maior propriedade no seu mérito, aos quais nós fomos também absolutamente favoráveis.

(*Interrupção do som.*)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Mas, cabe a esta Comissão, de forma mais relevante, se limitar aos aspectos relacionados à constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da matéria, além da questão dos temas que tocam a organização administrativa da União.

Observa-se que o objeto central da proposição é o estabelecimento de parâmetros para a criação de um programa voltado à concessão de créditos especiais para as chamadas *lan houses*, sob determinadas condições. Ou seja, as *lan houses* que se estabelecerem com base nessas premissas poderão ter um conjunto de facilidades e condições especiais para melhor cumprirem com suas finalidades sociais, considerando que essas estruturas têm sido de fundamental importância para a acessibilidade à Internet, sobretudo em camadas mais populares da população, criando, assim, uma condição de igualdade de acesso à Internet. Ou seja, as famílias que não têm condições de acessar ou de terem um computador ainda, poderão, através destas *lan houses*, conseguirem uma condição bastante favorável.

Trata-se, na prática, efetivamente, da fixação de diretrizes básicas para que o Poder Público possa intervir na matéria, permitindo e direcionando dessas *lan houses* a se integrarem em um esforço para inclusão digital, ultrapassando o seu atual papel e afastando-as de se tornarem locais onde a presença de jovens e crianças, a terem acesso a todo um conjunto de conteúdo, não é recomendável a essas camadas sociais. Não apenas as camadas sociais, mas a essa idade etária.

Nesse ponto, sem dúvida o projeto é bem-sucedido ao se tornar propositivo, em vez de proibitivo. Em vez de proibir, nós estamos criando condições saudáveis para que essas estruturas possam, enfim, atender as expectativas deles e as da sociedade.

Na prática, Sr. Presidente, nós estamos, aqui na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, regulamentando o funcionamento das *lan houses*, impondo um conjunto de proibições para que as *lan houses* não sejam ferramentas, não sejam estruturas que, em lugar de ensinar, em lugar de possibilitar avanços e promoção, possam significar retrocesso.

Por isso tudo, Sr. Presidente, nós relatamos favorável a essa matéria para que ela possa seguir para a Comissão de Ciência e Tecnologia e para a Comissão de Assuntos Econômicos.

É como relato, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Ferraço.

Mais uma vez convidamos os Srs. Senadores para comparecerem a esta Comissão, pois precisamos de quórum qualificado para aprovarmos projetos terminativos, como, por exemplo, o Projeto de nº 87, da Câmara dos Deputados.

Convido o Senador Gim Argello, que é o Relator, a comparecer também à Comissão.

Em discussão a matéria (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram (*Pausa.*)

Aprovado o relatório do Senador Ricardo Ferraço, passa a constituir o parecer favorável ao Projeto.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Na ausência do Senador Gim, se V. Exª entender, em função da relevância da matéria, colo-me à disposição para ser relator *ad hoc* da matéria, porque há uma expectativa muito grande para que possamos deliberar sobre esse tema, e o Senador Gim tem tido uma atuação muito firme na direção dessa matéria. Então, em razão da ausência de S. Exª, me ofereço para ser o Relator *ad hoc.*

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu só preciso que tenhamos aqui o quórum qualificado não apenas no livro, mas na presença.

Estamos em concorrência, hoje, tendo em vista a discussão do encerramento da CPMI, a chamada CPI do Cachoeira. Todos os Senadores membros desta Comissão, Senador Pedro Taques, o Senador Randolfe e tantos outros estão, nesse momento, na Comissão para a leitura do relatório. Há, portanto, uma concorrência em relação a essa matéria.

Mas vou item 6, próximo item da pauta.

O Senador Vital do Rêgo, por estar presidindo exatamente a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, pede a retirada de pauta.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 42, de 2010
– Não Terminativo –

Acrescenta parágrafo único ao art. 13 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, estabelecendo que o fornecimento e a instalação dos equipamentos de medição associados à tarifação do serviço prestado correrão a expensas da concessionária.

Autoria: Deputado Betinho Rosado

Relatoria: Senador José Agripino (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria *Ad Hoc*: Senador Humberto Costa

Relatório: Favorável ao Projeto.

A matéria foi apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura e será apreciada posteriormente pela Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, em decisão terminativa naquela Comissão.

Consulto o Senador Humberto Costa se ele pode ser o relator *ad hoc* dessa matéria, página 104, para que possamos dar continuidade á votação do Projeto.

Senador Humberto Costa, se V. Exª concorda, tem a palavra para a leitura do relatório.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Pois não, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, aprovado pela Câmara dos Deputados, vem à apreciação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado Federal, o Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2010, de autoria do Deputado Betinho Rosado, que acrescenta parágrafo único ao art. 13 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para determinar que o fornecimento e a instalação dos equipamentos de medição associados à tarifação do serviço prestado correrão a expensas da concessionária.

Na Câmara dos Deputados, o projeto recebeu pareceres favoráveis das Comissões de Minas e Energia, de Trabalho, de Administração e Serviço Público, e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Foi enviado ao Senado Federal em 4 de maio de 2010. Na Comissão de Serviços de Infraestrutura, em 15 de setembro de 2011, foi aprovado parecer favorável à proposição.

Após exame nesta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o Projeto será apreciado, como já foi dito por V. Exª, pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, cabendo a esta última a decisão em caráter terminativo.

A proposição visa a atribuir às concessionárias de serviço público o ônus pelo fornecimento e instalação de equipamentos de medição associados à tarifação do serviço fornecido. Desta forma, procura sanar uma lacuna deixada pela Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o Regime de Concessão e Permissão da Prestação de Serviços Públicos, previsto no art. 175 da Constituição Federal.

Não foram apresentadas emendas.

Análise.

O projeto não apresenta vícios de constitucionalidade, juridicidade ou regimentalidade, nem ostenta defeitos de técnica legislativa.

A matéria de que trata o Projeto insere-se na competência do Congresso Nacional, nos termos do art. 48, *caput*, da Constituição Federal (CF). Com efeito, compete à União legislar sobre normas gerais de contratação com o Poder Público, nos termos do art. 22, XXVII, da Constituição, e a normatização proposta não desborda desses limites.

A tramitação deu-se de forma regular. A iniciativa parlamentar foi exercida com base no *caput* do art. 61 da CF, não se subsumindo a nenhum caso de iniciativa privativa de outros Poderes. O projeto foi aprovado na Câmara dos Deputados e foi objeto de parecer favorável das Comissões do Senado em que tramitou até o momento.

Contudo, cabe também a esta Comissão manifestar-se sobre o mérito do Projeto, nos exatos termos

do art. 101, II, "g", do Regimento Interno do Senado Federal. Nesse ponto, a proposição mostra-se de fundamental importância, sendo conveniente e oportuna sua aprovação.

Os usuários de serviços públicos são destinatários finais dos serviços, o que bem poderia enquadrá-los na categoria de "consumidor", a que se refere o art. 2º, *caput*, do Código de Defesa do Consumidor (CDC).

Da mesma forma, o CDC estabelece ser direito do consumidor "a adequada e eficaz prestação dos serviços públicos em geral".

Tudo isso leva à conclusão de serem aplicáveis, mesmo aos usuários de serviços públicos, as normas protetivas do CDC, inclusive a que estabelece ser direito básico "a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem".

Com base nessa interpretação, chega-se à conclusão de que a própria legislação já impõe que o fornecimento e a instalação de medidores devem correr à custa do fornecedor do serviço – no caso, a empresa concessionária do serviço público.

Contudo, o Supremo Tribunal Federal vem adotando interpretação distinta, considerando não se confundirem as figuras do consumidor e do usuário de serviços públicos – este último, com seus direitos regulados no art. 175, parágrafo único, II, da Carta Magna.

Confira-se, por exemplo, o entendimento adotado pela Corte no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 4.478/AP, que teve como Relator para o acórdão o Ministro Luiz Fux (acórdão publicado no *Diário da Justiça* de 29/11/2001).

Justifica-se, portanto, a aprovação do projeto, para deixar isento de dúvidas que não pode ser imposto aos usuários arcar com os custos do fornecimento e da instalação de medidores. Aliás, já existem normas infralegais de validade duvidosa que, invertendo toda a lógica da prestação de serviços públicos, impõem aos usuários o custeio da instalação dos medidores. É o caso, por exemplo, da Resolução nº 207, de 9 de janeiro de 2006, da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), cujo art. 4º prevê que: "Os custos referentes à instalação dos equipamentos necessários para a medição e controle da energia serão de responsabilidade do consumidor interessado."

Com base nesse quadro, reputa-se oportuna e conveniente a alteração da legislação que trata da concessão de serviços públicos, para estabelecer, de forma expressa, que o fornecimento e a instalação de medidores correm a expensas da empresa concessionária do serviço.

Por todos esses motivos, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2010.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir vista.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Gostaria de pedir vista.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – É regimental.

Vista concedida ao Senador Armando Monteiro referente ao item 7 da pauta.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Vista coletiva, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vista coletiva, concedida a pedido do Senador Lindbergh Farias, do Rio de Janeiro.

O próximo item da pauta é extrapauta: Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2011. Aliás, havia um compromisso de a Mesa colocá-lo como extrapauta.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 87, DE 2011

Altera a redação do §1º do art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências.

Autoria: Deputado Jair Bolsonaro.

Como era compromisso da Mesa e da Presidência colocar essa matéria em pauta, que de autoria do Deputado Jair Bolsonaro, informo que a matéria tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 329, terminativo nesta Comissão.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 329
– Terminativo –

Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para autorizar o porte de arma fora de serviço e de caráter nacional para os agentes penitenciários federais.

Autoria: Senador Humberto Costa.

Relatoria: Senador Gim Argello.

Pela aprovação do PLC nº 87, de 2011, e pela rejeição do PLS nº 329, de 2011.

As matérias foram apreciadas pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional na votação nominal.

O Senador Gim Argello está ausente.

O Senador Ricardo Ferraço pediu para ser o relator *ad hoc*. Eu o designaria de imediato como Relator *ad hoc*. Há um problema de quórum regimental pre-

sencial, porque para esta matéria, sendo terminativa, necessitamos de 12 Senadores presentes. Neste caso, temos o Senador Ricardo Ferraço, que está presente; Senador Waldemir Moka, do PMDB do nosso Mato Grosso do Sul; Senador Ricardo Ferraço, do PMDB do Espírito Santo; Senador Armando Monteiro do nosso querido Pernambuco, parabéns pela reunião de ontem na CNI, belíssima reunião para tratar das questões do Código Penal com o compromisso daquela entidade, inclusive, de fazer um seminário sobre esse importante tema. Agradeço a V. Exª, que coordenou os trabalhos no dia de ontem; o Senador Humberto Costa, também está aqui, que é do PT de Pernambuco; está aqui o Senador Lindbergh, que também é do PT do Rio de Janeiro e o Senador Eunício Oliveira, que é do PMDB do Ceará. Então há apenas seis Senadores presentes e eu precisava de 11 Senadores em plenário mais a presença desta Presidência para que esta matéria pudesse entrar em votação. Eu peço desculpas aos que aqui vieram para fazer uma manifestação democrática em relação à defesa desta matéria, mas, não havendo quórum presencial, eu não tenho como colocar esta matéria em votação, sob pena de ela ser derrotada por falta de presença dos Sr. Senadores. Nós precisamos de 12 votos a favor da matéria e só temos seis Senadores presentes.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, colocaríamos novamente na próxima quarta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Sim, sem dúvida.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Faremos o esforço aqui.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Há o compromisso da Mesa de na próxima quarta-feira – já determino à assessoria – para a coloque em pauta para a próxima reunião, na próxima quarta-feira, lamentando a ausência, porque, repito, os Senadores membros desta Comissão estão na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que, nesse momento, debate o relatório.

Portanto, eu me comprometo, Senador Lindbergh, para que na próxima quarta-feira essa matéria esteja em pauta.

Nada mais havendo a tratar... Senador Moka, V. Exª quer falar?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Era nesse sentido. Eu acho que V. Exª... Até porque não há quórum... Há essa preocupação por ser matéria é importante. E, com o que vem acontecendo, a impressão que dá é que eles estão lá expostos, sem condições de até se defenderem.

V. Exª já resolveu, colocando-a para quarta-feira, oportunidade em que haveremos de votar a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu a estou adiando para quarta-feira por falta de presença física dos Srs. Senadores nesta Comissão para votar matéria deliberativa do ponto de vista terminativo. Então, como se trata de matéria terminativa, eu não tenho condições de colocá-la em pauta neste momento, ficando com o compromisso de colocá-la em pauta na próxima quarta-feira.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 45 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 26 minutos.)

ATA DA 44ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE NOVEMBRO DE 2012, QUARTA-FEIRA, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e trinta e cinco minutos, do dia vinte e oito de novembro de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Eunício Oliveira, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Jorge Viana, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Eduardo Lopes, Ricardo Ferraço, Pedro Simon, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Luiz Henrique, Francisco Dornelles, Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, José Agripino, Armando Monteiro, Gim, Magno Malta, Randolfe Rodrigues, Sérgio Petecão, Eduardo Suplicy, Aníbal Diniz, Acir Gurgacz, Rodrigo Rollemberg, Humberto Costa, Renan Calheiros, Roberto Requião, Valdir Raupp, Eduardo Braga, Lobão Filho, Waldemir Moka, Flexa Ribeiro, Cícero Lucena, Paulo Bauer, Mozarildo Cavalcanti, Eduardo Amorim e Marco Antônio Costa e das Senadoras Ana Rita e Lúcia Vânia, reúne-se a presente Comissão. Usa da palavra a Senadora Ana Amélia. Suspensa às treze horas e dezoito minutos, a Reunião é reaberta às quatorze horas e quarenta e sete minutos. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da **Primeira Parte** da Pauta: **ITEM 1) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 45, de 2012.** Não Terminativo. Acrescenta os §§ 5º e 6º ao art. 15 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, vedando a exigên-

cia de comparecimento do idoso enfermo aos órgãos públicos e assegurando-lhe o atendimento domiciliar para obtenção de laudo de saúde. **Autoria:** Deputada Rebecca Garcia. **Relatoria:** Senador Benedito de Lira (Substituído por *Ad Hoc*). **Relatoria *Ad Hoc***: Senador Francisco Dornelles. **Relatório:** Pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 2) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, de 2007.** Não Terminativo. Dispõe sobre o atendimento de requisitos específicos, nas licitações para a compra de medicamentos e insumos farmacêuticos. **Autoria:** Deputado Walter Feldman. **Relatoria:** Senador Aloysio Nunes Ferreira. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta, e contrário às emendas apresentadas. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 1-CCJ (SUBSTITUTIVO) e contrário às Emendas 1, 2 e 3, de autoria do Senador Demóstenes Torres, e à Emenda nº4, de autoria do Senador Marconi Perillo. **ITEM 3) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 56, de 2011.** Não Terminativo. Dispõe sobre a criação de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS e de Gratificação por Exercício em Cargo de Confiança nos órgãos da Presidência da República. **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Senador Eduardo Braga. **Relatório:** Favorável ao Projeto. Em 27/11/2012, foi recebido Voto em Separado do Senador Aécio Neves contrário ao Projeto. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. Votam vencidos os Senadores Pedro Taques, Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, José Agripino e Randolfe Rodrigues. Manifesta-se pela abstenção o Senador Mozarildo Cavalcanti. **ITEM 4) OFICIO "S" Nº 5, de 2012.** Não Terminativo. Indica, nos termos do art. 130-A, VI, da Constituição Federal, o Senhor LUIZ MOREIRA GOMES JÚNIOR para compor o Conselho Nacional do Ministério Público. **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Mozarildo Cavalcanti. **Relatório:** Favorável ao Requerimento nº 801, de 2012, a fim de que seja sobrestada a deliberação pelo Plenário sobre a indicação do Senhor Luiz Moreira Gomes Júnior para compor o CNMP. **Resultado:** Concedida vista aos Senadores Humberto Costa, Pedro Taques e Aécio Neves, nos termos regimentais. **ITEM 5) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 42, de 2010.** Não Terminativo. Acrescenta parágrafo único ao art. 13 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, estabelecendo que o fornecimento e a instalação dos equipamentos de medição associados à tarifação do serviço prestado correrão a expensas da concessionária. **Autoria:** Deputado Betinho Rosado. **Relatoria:** Senador José Agripino (Substituído por *Ad Hoc*). **Relatoria *Ad Hoc***: Senador Humberto Costa. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 6) TRAMITAÇÃO CONJUNTA. PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 87, de 2011.** Terminativo. Altera a redação do § 1º do art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – SINARM, define crimes e dá outras providências. **Autoria:** Deputado Jair Bolsonaro. TRAMITA EM CONJUNTO **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 329, de 2011.** Terminativo. Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para autorizar o porte de arma fora de serviço e de caráter nacional para os agentes penitenciários federais. **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Relatoria:** Senador Gim. **Relatório:** Pela aprovação do PLC nº 87, de 2011 e pela rejeição do PLS nº 329, de 2011. **Resultado:** Aprovado o PLC nº 87, de 2011. Fica prejudicado o PLS nº 329, de 2011. Vota vencido o Senador Eduardo Suplicy, e manifesta-se pela abstenção a Senadora Ana Rita. **ITEM 8) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 330, de 2011.** Não Terminativo. Dispõe sobre a parceria de produção integrada agropecuária, estabelece condições, obrigações e responsabilidades nas relações contratuais entre produtores integrados e agroindústrias integradoras, e dá outras providências. **Autoria:** Senadora Ana Amélia. **Relatoria:** Senador Acir Gurgacz. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com vinte e duas emendas que apresenta. **Resultado:** Concedida vista à Senadora Ana Rita e ao Senador Luiz Henrique, nos termos regimentais. **ITEM 9)** TRAMITAÇÃO CONJUNTA **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 86, de 2011.** Não Terminativo. Cria os Tribunais Regionais Federais da 6ª Região, com sede em Manaus e jurisdição no Estado do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima. **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin e outros. TRAMITA EM CONJUNTO **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 46, de 2012**. Não Terminativo. Altera o art. 27 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para criar o Tribunal Regional Federal da 6º Região, com sede em Belém e jurisdição nos Estados do Pará, Amapá, Maranhão e Tocantins. **Autoria:** Senador Flexa Ribeiro e outros. **Relatoria:** Senador Jorge Viana. **Relatório:** Pela prejudicialidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 46, de 2012, e pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2011, na forma do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Concedida vista aos Senadores Gim e Eduardo Braga, nos termos regimentais. **ITEM 10) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 762, de 2011**. Terminativo. Define crimes de terrorismo. **Autoria:** Senador Aloysio Nunes Ferreira. **Relatoria:** Senador Aécio

Neves. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido do Relator. **ITEM 11) PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 115, de 2011.** Não Terminativo. Altera o inciso VI do art. 50 da Constituição Federal, para vedar a instituição de impostos sobre os medicamentos de uso humano. **Autoria:** Senador Paulo Bauer e outros. **Relatoria:** Senador Luiz Henrique. **Relatório:** Favorável à Proposta nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº1-CCJ (SUBSTITUTIVO). **EXTRAPAUTA: ITEM 12) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 61, de 2012.** Requeiro, nos termos do inciso V, § 2º, art. 58, da Constituição Federal, c/c o inciso V, art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Excelentíssimo Senhor Ministro-Chefe da Advocacia Geral da União, LUÍS INÁCIO ADAMS, para prestar esclarecimentos a esta Comissão acerca da participação e o envolvimento de servidores da AGU na organização criminosa que praticava fraudes contra a União, bem como o seu alcance, conforme revelado pela denominada "Operação Porto Seguro" da Polícia Federal. **Autoria:** Senador Alvaro Dias. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 13) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 62, de 2012**. Requeiro, nos termos do inciso V,§ 2º, art. 58, da Constituição Federal, c/c o inciso V, art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Sr. JOSÉ EDUARDO CARDOZO, Ministro da Justiça, para prestar esclarecimentos sobre a denominada "Operação Porto Seguro" e as investigações em curso de suspeitos de integrar uma organização criminosa que praticava fraudes em órgãos federais. **Autoria:** Senador Alvaro Dias. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 14) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 63, de 2012.** Com fundamento no disposto no art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, combinado com art. 90, inciso V, do Regimento Interno desta Casa, requeiro seja convidado o Ministro de Estado da Justiça, Sr. José Eduardo Cardozo, para informar e debater com os senadores sobre os desdobramentos da "Operação Porto Seguro". **Autoria:** Senador Pedro Simon e outros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 15) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 64, de 2012.** Requeiro, nos termos regimentais, que sejam convidados os Ministros da Justiça, José Eduardo Cardozo, e da Advocacia-Geral da União, Luis Inácio Adams, para prestarem informações, em reunião conjunta, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e de Fiscalização e Controle; e de Serviços de Infraestrutura, sobre a denominada "Operação Porto– Seguro". **Autoria:** Senador Eduardo Braga. **Resultado:** Aprovado. Passa-se à apreciação da **Segunda Parte** da Pauta: **ITEM 1) MENSAGEM (SF) Nº 100, de 2012. Não Terminativo.** Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor SÉRGIO LUIZ KUKINA, Procurador de Justiça, para compor o Superior Tribunal de Justiça, no cargo de Ministro, na vaga destinada a membro do Ministério Público, decorrente da aposentadoria do Senhor Ministro Hamilton Carvalhido. **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Senador Alvaro Dias. **Relatório:** Votação secreta. **Resultado:** Aprovada a escolha do nome do Senhor SÉRGIO LUIZ KUKINA, Procurador de Justiça, para compor o Superior Tribunal de Justiça, no cargo de Ministro, na vaga destinada a membro do Ministério Público, decorrente da aposentadoria do Senhor Ministro Hamilton Carvalhido, por unanimidade, com 19 (dezenove) votos favoráveis. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião às dezesseis horas e vinte e sete minutos, restando adiados os demais itens constantes da pauta, a saber: ITEM 7) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2012; e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Eunício Oliveira,** Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 44ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a aprovação da mesma.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A ata será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião será dividida em duas partes. A primeira parte será destinada à deliberação dos Itens de nºs 1 a 11; a segunda parte, à deliberação da Mensagem nº 100, de 2012, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Sérgio Luiz Kukina, Procurador de Justiça, para compor o Superior Tribunal de Justiça, no cargo de Ministro, na vaga

destinada a membro do Ministério Público, decorrente da aposentadoria do Sr. Ministro Hamilton Carvalhido.

Esta reunião será dividida em duas etapas. Espero terminá-la antes das 14h. E, neste horário, estaremos dando sequência, na segunda parte da reunião, com a sabatina de S. Exª o Ministro Kukina.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, tendo em vista a relevância da Proposta de Emenda Constitucional, de autoria do Senador Paulo Bauer, que propõe a isenção tributária sobre os medicamentos, gostaria de solicitar a V. Exª que, submetido ao Plenário, fizesse a inversão da pauta, para dar prioridade a este projeto, a fim de que possa fazer a leitura do mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício de Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O relator do primeiro item da pauta é o Senador Benedito de Lira, e vou, inclusive, solicitar ao Senador Dornelles, para que, em aceitando, seja o relator *ad hoc.* Mas, antes de passar a palavra a V. Exª, como é apenas a leitura inicial, submeto aos Srs. Senadores a inversão de pauta, solicitada pelo Senador Luiz Henrique da Silveira, pedindo obviamente aos Senadores Paulo Bauer e Luiz Henrique que fiquem presentes até o final da reunião, tendo em vista que temos várias matérias importantes a serem debatidas na manhã de hoje.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com a inversão de pauta permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a inversão de pauta.

Passo a palavra ao Senador Luiz Henrique.

Antes, passamos ao item nº 11.

ITEM 11

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 115, de 2011 – Não Terminativo –

Altera o inciso VI do art. 50 da Constituição Federal, para vedar a instituição de impostos sobre os medicamentos de uso humano.
Autoria: Senador Paulo Bauer e outros
Relatoria: Senador Luiz Henrique
Relatório: Favorável à Proposta nos termos do substitutivo que apresenta.

Concedo a palavra ao Senador Luiz Henrique para fazer a leitura do seu relatório.

Tem a palavra V. Exª para o sucinto relatório, tendo em vista que temos, hoje, uma pauta com 11 itens deliberativos e, na sequência, ainda a sabatina do Ministro Kukina e a apreciação de alguns requerimentos apresentados pelos Srs. Senadores.

Tem a palavra V. Exª, Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, trata-se de projeto da maior relevância. Quero cumprimentar o Senador Paulo Bauer por ter tido essa feliz iniciativa, que foi, aliás, apoiada por todos os Senadores.

Esta Proposta de Emenda à Constituição recebeu assinatura de apoio dos 81 Srs. Senadores desta Casa e vem a esta Comissão para vedar a instituição de impostos sobre medicamentos de uso humano.

A proposta contém dois artigos. O primeiro confere imunidade de impostos aos medicamentos de uso humano, por meio de acréscimo de alínea "e" ao inciso VI do art. 150 da Constituição Federal.

O segundo artigo da PEC contém a cláusula de vigência.

A Proposta foi apresentada em novembro de 2011 e não recebeu emendas.

Análise.

No que se refere ao mérito, não há, de plano, impedimento técnico-jurídico para a aprovação do PEC por este Senado Federal. Como bem lembra a justificação da Proposta, a saúde é um bem extraordinariamente relevante à vida humana, não sem razão elevada à condição de direito fundamental do homem pela Constituição Federal.

O ilustre Senador Paulo Bauer pretende ampliar o conceito da saúde, ao observar a necessidade do medicamento para a pessoa que está em recuperação, quando acometida por alguma doença. Existem no País milhões de brasileiros em situação de extrema dificuldade para a aquisição de seus remédios. Quantos trabalhadores se dirigem a uma farmácia para adquirir os medicamentos e não conseguem comprar todas as caixas que foram receitadas pelo médico para o tratamento?

O autor da proposição enumera, com bastante propriedade, a considerável lista de tributos que incidem ou podem incidir, direta ou indiretamente, no preço dos medicamentos de uso humano:

1) Imposto de Importação;

2) IPI;

3) Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS);

4) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins);

5) Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep);

6) O Simples Nacional – Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições.

Na justificativa da proposição, é mencionado estudo feito pelo Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos no Estado de São Paulo, segundo o qual determinado remédio de uso humano produzido no Brasil com o preço final de US$22,73, se produzido no Reino Unido, chegaria ao consumidor por US$11,43.

A imunidade que se pretende instituir é restrita, dado o alcance conferido pelo art. 150, VI, da Constituição apenas em relação aos impostos, não alcançando as contribuições, o que não impede que a aprovação da PEC nº 115, de 2011, se mostre de grande valia para reduzir a pesada carga fiscal a que são submetidos esses produtos tão essenciais à população, especialmente a de baixa renda.

Como o avulso foi distribuído e todos os Srs. Senadores e Srªs Senadoras conhecem o texto integral do meu parecer, e como temos uma extensa agenda nesta reunião, inclusive com audiência para ouvir Ministro candidato ao STJ, sintetizo este parecer e vou direto ao voto.

Pelas razões expostas, votamos pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 115, de 2011, na forma da seguinte emenda substitutiva.

EMENDA Nº – CCJ (SUBSTITUTIVO)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 115, DE 2011

Altera o inciso VI do art. 150 da Constituição Federal, para vedar a instituição de impostos sobre os medicamentos de uso humano.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art.1º *O inciso VI do art. 150 da Constituição Federal passa a vigorar com as seguintes alterações:*

"Art. 150. .....

.....

V- .....

..... e) medicamentos de uso humano."

..... § 4º-A A vedação do inciso VI, "e" não se aplica ao imposto previsto no art. 153, I.

..... " (NR)

Art. 2º *Esta Emenda Constitucional entra em vigor em 1º de janeiro do ano subsequente ao de sua publicação.*

Salvo melhor juízo, este é o parecer, pela aprovação do bem posto projeto do Senador Paulo Bauer.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em discussão a matéria.

Para discutir, pede a palavra o Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Eu vou votar favoravelmente ao projeto e quero deixar aqui a minha posição.

Eu entendo que a situação colocada pelo Senador Paulo Bauer era mais de isenção por lei do que imunidade constitucional. Eu vou dar o meu voto, embora que o caminho não é o mais adequado para a matéria.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não havendo mais quem queira discutir, vou colocar a matéria em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa*.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer favorável à proposta, nos termos da Emenda nº 1, da CCJ, Substitutivo.

A matéria vai a plenário.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, pede a palavra o Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Meio minuto apenas, agradecendo a V. Exª, para manifestar meus cumprimentos ao Senador Luiz Henrique pelo brilhante trabalho que fez na relatoria dessa PEC, e minhas manifestações de agradecimentos a todos os Srs. Senadores integrantes da CCJ pela manifestação favorável e pelo voto favorável.

Essa, Sr. Presidente, é, sem dúvida nenhuma, uma das grandes ações que esta Comissão e o Senado da República fazem em favor do Brasil e dos brasileiros.

O Brasil é o campeão mundial em impostos sobre medicamentos. Aqui se pagam 33,9% de imposto sobre qualquer medicamento de uso humano. Existem os medicamentos dos programas sociais Governo, que são isentos, mas todos os outros medicamentos têm tributação. E a nossa proposta, Senador Dornelles, é exatamente que a cadeia produtiva, em todos os níveis de governo, não cobre mais impostos sobre medicamentos, como aliás acontece nos Estados Unidos, na Inglaterra, na Venezuela e no México.

Vejam V. Exªs: a França, que tem uma das maiores cargas tributárias do mundo, com mais de 40% de carga tributária, cobra sobre medicamentos 2,5%. E nós precisamos fazer com que os brasileiros que comparecem a uma farmácia tenham acesso aos medicamentos. O medicamento é o primeiro procedimento que se adota para recuperação da saúde. Se não for bem

tratada uma doença já no seu princípio, o resultado é muito prejudicial para a pessoa, para o País, para a economia, para todos os setores.

Posso dizer, inclusive, Senador Eunício, que prefeitos municipais vão aplaudir esta PEC, porque deixarão de pagar impostos sobre medicamentos que eles compram para o uso nos postos de saúde das prefeituras. Quer dizer, o dinheiro deixará de passear, deixará de circular dentro do próprio governo em benefício da população e dos cidadãos brasileiros.

Parabéns a V. Exª. Muito obrigado pela deferência de ter colocado esta matéria para apreciação ainda neste ano na Comissão e muito obrigado ao Relator e a todos os Senadores presentes.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – A Mesa se solidariza com V. Exª, que é o autor da PEC, e parabeniza o Senador Luiz Henrique pela belo relatório que fez nesta manhã.

Senador Requião, tem a palavra V. Exª.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Senador, nós temos na Comissão um projeto de lei que já foi aprovado à unanimidade aqui na CCJ, o Projeto nº 141, que dispõe sobre o direito de resposta ou retificação do ofendido por matéria divulgada, publicada ou transmitida por veículo de comunicação social.

Houve um recurso ao Plenário, foram apresentadas algumas emendas em plenário, e ele voltou para a Comissão. O Senador Pedro Taques, que é Relator, já apresentou à Mesa o relatório.

Eu queria colocar para V. Exª duas hipóteses: a primeira delas seria colocá-lo extrapauta, para que nós votássemos de uma vez esse projeto, uma vez que o relator está aqui e está apto a apresentar o relatório. A outra seria incluí-lo na pauta definitivamente.

A próxima reunião vai ser dia 4, e eu não tenho certeza se poderei estar aqui no dia 4. Então, coloco à consideração de V. Exª a possibilidade de incluir essa matéria extrapauta.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Requião, com todo respeito que tenho a V. Exª, que obviamente é um Senador atuante nesta Casa, essa matéria que tem essa magnitude foi recebida na semana passada. Então, vou pedir vênia a V. Exª, tendo em vista que temos 11 itens na pauta, temos a sabatina do Ministro Kukina e mais alguns requerimentos apresentados aqui de convite de Ministros, inclusive, e eu pediria a V. Exª compreensão, Senador Requião, para que não apreciássemos hoje matéria extrapauta, mas incluíssemos na pauta da próxima semana. Eu me comprometo com V. Exª e já determino à Secretaria-Geral da Mesa que providencie para a próxima semana a inclusão em pauta dessa matéria de autoria de V. Exª.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – De qualquer forma, Presidente, que fosse incluída numa reunião em que estivesse presente o relator e eu, que sou o autor da matéria. Eu tenho alguma dúvida sobre o meu comparecimento no dia 4.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Bom, se no dia 4 V. Exª não estiver, pode ligar à Mesa e a Presidência retirará de ofício a matéria, tendo em vista a necessidade de ausência de V. Exª. Mas há o compromisso da Mesa de inclusão em pauta na próxima semana. Hoje, nós temos 11 matérias a serem discutidas na pauta ordinária, mais os requerimentos, mais a sabatina do Ministro Kukina.

Então, peço a compreensão de V. Exª, me comprometendo a colocar na pauta da próxima semana. Se V. Exª não estiver presente e houver a necessidade da sua presença, eu obviamente retirarei de pauta, colocando na outra semana.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Se V. Exª me permite, eu queria justificar meu voto favorável à PEC do Senador Paulo Bauer.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Está registrado o voto de V. Exª, favorável.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Em princípio, favorável. Mas eu acompanho esse voto com uma consideração: a lei de patente, as exclusividades estão possibilitando a determinados laboratórios cobrarem preços absurdos em medicamentos que são consumidos no Brasil. E alguns deles, que não foram sequer aprovados ainda pelas autoridades nacionais, estão sendo de consumo determinado em juízo, vendidos por preços rigorosamente absurdos.

Então, eu deixo a minha preocupação, apesar do voto favorável, com o abuso que inviabiliza a lei de patentes e com a inviabilidade que algumas sentenças judiciais estão trazendo a prefeituras e Estados por conta de medicamentos que acabam sendo proibidos no mundo, experimentados no Brasil e tornados obrigatórios por via de sentença.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Requião. Fica registrado o voto de V. Exª.

O SR. GIM (Bloco/PTB – DF) – Sr. Presidente, por favor, da mesma forma, gostaria de registrar também que sou favorável à PEC do Senador Paulo Bauer, porque, é verdade, os preços de remédios são abusivos e mesmo que a gente possa fazer, dentro dessa mesma linha, que desses medicamentos internacionais sejam quebradas as patentes e assim mesmo continuam com preço alto.

Por isso que voto a favor também da PEC do Paulo Bauer e vou defendê-la no plenário sempre que estiver lá.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Gim Argello, fica registrado também o voto de V. Exª pela isenção dos impostos dos remédios, com a solidariedade da Presidência da Comissão de Constituição e Justiça, do Senador Eunício Oliveira.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 45, de 2012
– Não Terminativo –

Acrescenta os §§ 5º e 6º ao art. 15 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, vedando a exigência de comparecimento do idoso enfermo aos órgãos públicos e assegurando-lhe o atendimento domiciliar para obtenção de laudo de saúde.

Autoria: Deputada Rebecca Garcia
Relatoria: Senador Benedito de Lira
Relatório: Pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do Projeto.
Observações:
A matéria será apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em decisão terminativa.

Com a ausência do Senador Benedito de Lira, concedo a palavra ao Senador Francisco Dornelles para ser o Relator *ad hoc*. Tem a palavra V. Exª, p. 14, Senador Francisco Dornelles, do Rio de Janeiro.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vem à análise desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania o Projeto de Lei da Câmara dos Deputados que acrescenta os §§5º e 6º ao art. 15 da Lei nº 10.741, vedando a exigência de comparecimento do idoso enfermo aos órgãos públicos e assegurando-lhe o atendimento domiciliar para obtenção de laudo de saúde.

O projeto é composto por dois artigos.

O art. 1º objetiva acrescentar os §§5º e 6º ao art. 15 da Lei nº 10.741, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso.

O §5º veda exigir o comparecimento do idoso enfermo perante órgãos públicos. Já o §6º, que se pretende acrescentar, assegura ao idoso enfermo o atendimento domiciliar pela perícia médica do Instituto Nacional de Seguridade Social.

No campo formal, Sr. Presidente, há que se registrar que o PLC trata de matéria afeta à seguridade social, de competência privativa da União.

Quanto à análise, sob a ótica da constitucionalidade, nada a opor à proposição.

Nenhum óbice quanto à regimentalidade.

Sr. Presidente, o relatório já foi amplamente distribuído e discutido. O meu voto é pela constitucionalidade e juridicidade e pela aprovação deste projeto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE. *Fazendo soar a campainha*.) – Eu vou pedir um pouquinho de silêncio das assessorias, porque eu não estou conseguindo ouvir os Srs. Senadores. Por gentileza, um pouquinho de silêncio para que possamos dar sequência aos trabalhos.

Senador Dornelles, lamentavelmente, pelo barulho, não ouvi V. Exª no final. O que V. Exª...?

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Pelo exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do PLC nº 45, de 2012.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, então, Senador Dornelles.

Em discussão a matéria.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir, o Senador Aloysio Nunes Ferreira pede a palavra.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, o parecer do Senador Dornelles enfoca apenas a questão da constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, como, aliás, não poderia deixar de ser, dado o âmbito temático desta Comissão.

O projeto já foi examinado por duas comissões de mérito aqui, nesta Casa. E eu espero que, nessas comissões, tenha-se resolvido uma questão que me parece crucial: como transformar essa ideia magnífica, generosa, importante na prática, especialmente tendo em vista que órgãos conveniados com a Previdência Social para atendimento à saúde são de natureza das mais díspares, como o próprio projeto diz, tanto públicos, como privados, órgãos que integram a administração dos Estados, órgãos que integram a administração dos Municípios, as prefeituras municipais.

Como transformar esse objetivo em realidade? Como impor aos Estados e Municípios uma obrigação que, talvez, eles não tenham condições de cumprir?

Como o projeto já foi examinado pelas comissões de mérito e aqui se discutem apenas a constitucionalidade, a juridicidade e a boa técnica legislativa – e, desse ponto de vista, o parecer do Senador Dornelles,

como, aliás, tudo aquilo que é de sua lavra, é absolutamente irretocável –, eu espero que as comissões de mérito tenham trazido luz sobre esse problema.

Muito obrigado.

Voto favoravelmente, com essa reserva, que farei constar do meu voto. Peço a V. Exª que faça constar do meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O.k., Senador Aloysio. Será registrado...

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, somente para informar...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Dornelles, tem a palavra V. Exª.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Somente para informar ao Senador Aloysio que a matéria vai ser ainda apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vou encerrar a discussão.

Encerrada a discussão, em votação a matéria do item 1 da pauta.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório do Senador Dornelles, que passa a constituir o parecer favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em fase final.

Próximo item da pauta.

Passamos ao item 2 da pauta, lembrando aos Srs. Senadores que, hoje, às 14h, ao final desta reunião, vamos suspender para fazer a sabatina do Ministro Luiz Kukina.

Próximo item da pauta, item 2, p. 27:

ITEM 2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 27, de 2007
– Não Terminativo –

Dispõe sobre o atendimento de requisitos específicos, nas licitações para a compra de medicamentos e insumos farmacêuticos.

Autoria: Deputado Walter Feldman.

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta, e contrário às emendas apresentadas.

Observações:

– em 09/07/2007, foram apresentadas as Emendas nºs 1 e 2, de autoria do Senador Demóstenes Torres;

– em 09/08/2007, foi apresentada a Emenda nº 3, de autoria do Senador Demóstenes Torres;

– em 21/08/2007, foi apresentada a Emenda nº 4, de autoria do Senador Marconi Perillo;

– a matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais.

O Senador Aloysio Nunes Ferreira estava fazendo falta aqui, na Comissão. Senador, seja bem-vindo. V. Exª estava em missão oficial e fez muita falta aqui aos nossos trabalhos.

Concedo a palavra ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, para proferir o seu relatório – pág. 27, Senador Aloysio. Tem a palavra V. Exª para leitura do seu relatório.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero, em primeiro lugar, agradecer a amabilidade das palavras do Presidente Eunício Oliveira e passo à análise do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2007, de autoria do Deputado Walter Feldman, que dispõe sobre o atendimento e requisitos específicos na licitação para compra de medicamentos e insumos farmacêuticos.

A proposição sob análise especifica os documentos que serão exigidos no ato convocatório dessas licitações, com base no que dispõe o inciso IV do *caput* do art. 30 da Lei de Licitações e Contratos.

Na compra de medicamentos, os documentos exigidos são os seguintes:

I. Certificado de Cumprimento de Boas Práticas de Fabricação e Controle para a linha de fabricação do medicamento;

II. Relatórios técnicos de testes de equivalência farmacêutica, bioequivalência, biodisponibilidade relativa ou eficácia terapêutica, de acordo com a categoria de enquadramento do medicamento (genérico, similar ou novo); e

III. Autorização Especial para os estabelecimentos que trabalham com medicamentos controlados.

Na compra de insumos farmacêuticos, por seu turno, os documentos exigidos são:

I. Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Fracionamento de Insumos Farmacêuticos, para o fornecedor do insumo;

II. Certificado de Boas Práticas de Distribuição, para os insumos adquiridos de distribuidoras;

III. Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Fracionamento, para os insumos adquiridos de distribuidoras e fracionadoras;

IV. Certificado de Boas Práticas de Fabricação, para os insumos adquiridos diretamente dos fabricantes no Brasil; laudo da análise físico-química e microbiológica do insumo; e

V. Autorização Especial para os estabelecimentos que trabalham com insumos controlados.

O autor da proposição, o ilustre Deputado Walter Feldman, destaca que, atualmente, o julgamento das propostas apresentadas nas licitações para compra de medicamentos e insumos farmacêuticos pelo poder público baseia-se apenas no critério de menor preço e na exigência de que os licitantes comprovem as condições de habilitação prescritas nos arts. 27 a 31 da Lei nº 8.666. No entanto, lacunas na legislação impedem que sejam devidamente avaliadas a eficácia, a segurança e a qualidade desses produtos.

Na Câmara dos Deputados, o Projeto foi apreciado pelas Comissões de Seguridade Social e Família, de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Cidadania e aprovado nos termos de substitutivo da Comissão de Finanças e Tributação.

Encaminhado ao Senado Federal, em 29 de março de 2007, o Projeto foi distribuído à Comissão de Assuntos Sociais e a esta Comissão de Constituição e Justiça.

Ao Projeto foram apresentadas quatro emendas, três de autoria do Senador Demóstenes Torres e uma de autoria do Senador Marconi Perillo.

Outrossim, o Senador Jarbas Vasconcelos apresentou, nesta Comissão, minuta de relatório pela aprovação do Projeto, a qual, por concordarmos com os argumentos apresentados, aqui reproduzimos parcialmente.

Passo, Sr. Presidente, à análise do Projeto sobre os requisitos jurídicos formais para dizer que, quanto ao mérito, não há dúvida quanto á importância de se estabelecer critérios específicos para as licitações destinadas à aquisição de medicamentos e insumos farmacêuticos pelo Poder Público com o objetivo de garantir a qualidade desses produtos.

No entanto, em vista da longa tramitação a que foi submetida a proposição sob comentário (três anos na Câmara dos Deputados e cinco anos no Senado) e em razão da mudança favorável ocorrida no cenário farmacêutico nacional, notadamente após a edição de normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária que modificaram os requisitos necessários para o registro de medicamentos similares novos e fixaram prazos para a adequação daqueles já existentes no mercado, cabem alterações no Projeto de Lei no intuito de aprimorá-lo.

Nesse sentido, consideramos que alguns dos requisitos que constam do Projeto de Lei em pauta, não obstante sua pertinência para averiguar e certificar a segurança e a eficácia de medicamentos e insumos farmacêuticos, não devem mais ser exigidos, no processo licitatório, seja pela ausência de pessoal técnico qualificado para proceder à sua análise, seja pelo fato de já serem demandados por ocasião do processo de concessão do registro junto à Anvisa. Portanto, esses requisitos são previamente verificados antes de qualquer licitação, quando o produto é registrado junto à Anvisa. Não faria sentido repetir toda essa demonstração no momento da habilitação do processo licitatório.

De fato, no momento do registro são exigidas provas de segurança e qualidade dos produtos junto ao órgão de vigilância sanitária federal competente. Assim, ressalte-se que o requisito essencial para garantir a qualidade dos produtos a serem adquiridos é a comprovação desse registro e não a apresentação dos respectivos testes, ou seja, dos relatórios técnicos de testes de equivalência farmacêutica, bioequivalência, biodisponibilidade relativa ou eficácia terapêutica, exigidos em etapa anterior de acordo com a categoria do medicamento.

Por essas razões, apresentamos Substitutivo para incorporar as modificações sugeridas, bem como para adequar o texto da proposição, a fim de que se torne mais flexível no tocante aos avanços tecnológicos e científicos no setor da saúde e às modificações que vierem a ocorrer no panorama regulatório, de modo que haja espaço para atuação do poder regulamentar do Poder Executivo.

Em relação às emendas apresentadas, de autoria dos Senadores Demóstenes Torres e Marconi Perillo, cabe inicialmente registrar as nobres intenções que determinaram a sua apresentação. Porém, dada a nova redação que ora oferecemos ao PLC em tela, que substitui a necessidade de apresentação dos testes de equivalência farmacêutica, bioequivalência e biodisponibilidade relativa ou eficácia terapêutica, pela comprovação do registro do medicamento, consideramos que essas emendas perderam o seu objeto. Por esse motivo, rejeitamos as quatro emendas.

Por fim, registro que o projeto não contém impropriedades ou vícios regimentais e jurídicos que inviabilizem a continuidade de sua tramitação e seu encaminhamento à Comissão de Assuntos Sociais para exame complementar do mérito.

Diante do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de autoria do ilustre Deputado Federal Walter Feldman, rejeitadas as emendas apresentadas, nos termos do Substitutivo que oferecemos a seguir, objetivando o aprimoramento da iniciativa.

O Substitutivo já se encontra no avulso, nas páginas 33 e seguintes.

É o meu voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discutir, vou colocar a matéria em votação.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer favorável ao projeto nos termos da Emenda substitutiva nº 1 da CCJ, contrária às emendas apresentadas.

A matéria vai a Comissão de Assuntos Sociais, Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Próximo item da pauta.

Antes de passar ao próximo item da pauta, eu registro aqui, com prazer, a presença do jurista Técio Lins e Silva, que foi Conselheiro do CNJ e nos visita nesta manhã; do Prefeito eleito de Solonópole, Webston Pinheiro; do Deputado Estadual Antônio Granja, que se encontra aqui presente também; e do Deputado Federal Mário Feitoza, que está nos visitando nesta manhã.

Próximo item da pauta.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 56, de 2011
– Não Terminativo –

Dispõe sobre a criação de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS e de Gratificação por Exercício em Cargo de Confiança nos órgãos da Presidência da República.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Eduardo Braga
Relatório: Favorável ao Projeto
Observações:
Em 21/11/2012, a Presidência concedeu vista aos Senadores Aécio Neves e Waldemir Moka, nos termos regimentais.

No dia 27/11/2012, foi recebido o voto em separado do Senador Aécio Neves, a quem concedo a palavra para a leitura do voto em separado.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, nós tivemos a oportunidade de, na última reunião desta Comissão, fazer uma manifestação em relação a esse projeto, que considero absolutamente... e faço, aqui, até para usar um termo hoje muito popular no Brasil, pedindo vênia ao ilustre Líder do Governo, Senador Eduardo Braga, mas este projeto é, no mínimo, impróprio, inoportuno e inadequado, Sr. Presidente.

Ele trata, na verdade, da criação de mais 90 cargos em comissão, ligados diretamente à Presidência da República.

E veja que fazia essas considerações antes mesmo de o Brasil assistir, estarrecido e envergonhado, aos últimos acontecimentos, envolvendo, exatamente, esses cargos comissionados ligados diretamente à Presidência da República.

Apresentei, portanto, Srs. Senadores, um voto em separado, dizendo que, nos termos do art. 132, §6º, inciso I do Regimento Interno do Senado, este voto em separado passa, portanto, a ser submetido, também, à avaliação dos Srs. Senadores.

E começo por dizer, Sr. Presidente, que a Constituinte de 1988, da qual tive a honra de participar, teve a preocupação de tentar evitar a criação indiscriminada de cargos comissionados na Administração Pública federal, limitando a sua ocupação ao exercício de direção, chefia e assessoramento, conforme dispõe o inciso V do art. 37. Não é demais aqui relembrarmos o art. 37 da Constituição, que diz:

> *Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:*
> *V – as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.*

Entretanto, Srs. Senadores, o Governo Federal tem criado, nos últimos anos, milhares de cargos em comissão de livre provimento que não guardam qualquer compromisso com os critérios de qualidade e eficiência de seus ocupantes, mas servindo como instrumento de aparelhamento político do Estado brasileiro. E aqui faço um parêntese: com as nefastas consequências que o Brasil, perplexo, envergonhado, assiste nos dias de hoje.

Sr. Senador Pedro Taques – V. Exª, sempre atento a esse tipo de matéria –, apenas do ponto de vista comparativo, Senador Aloysio, à época em que o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso deixou o Palácio do Planalto, em 2002, o seu Governo abrigava 21 ministérios, incluídas aí as secretarias com *status* de ministérios. A partir do governo petista, quase dobrou o número de ministérios, terminando o ano de 2012 com 38 titulares e com o 39º Ministério, da Pequena e Microempresa, prestes a ser ocupado.

Somente para termos a ideia do gigantismo da máquina administrativa brasileira – e esse projeto nos

dá oportunidade, também, de fazermos, em relação a ela, algumas reflexões –, em comparação aos nossos 39 ministérios, Sr. Presidente, a vizinha Argentina tem 17 ministérios.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Aécio, eu vou pedir, mais uma vez, aos Srs. Senadores e às assessorias que há um Senador na tribuna, vamos respeitar o Senador Aécio Neves, que faz um voto em separado, e essa matéria vai ser votada. Se não for aprovada, ela terá o direito ao voto em separado do Senador Aécio Neves.

Então, é uma matéria importante, o voto em separado é importante para a nossa discussão. Por isso, eu peço aos Srs. Senadores, pedindo desculpa ao Senador Aécio Neves.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Agradeço a V. Exª e reitero o pedido de V. Exª, solicito também a atenção do Plenário.

Do ponto de vista comparativo, Sr. Presidente, apenas em relação a alguns poucos países. Enquanto nós comemoramos – ou alguns comemoram – a criação do 39º Ministério no Brasil, a vizinha Argentina, que não é lá um exemplo, também, de boa gestão pública, tem 17; o Chile tem 22; e a quarta economia do mundo, a Alemanha, tem apenas 16 ministérios.

Não vou, aqui, me estender em relação aos gastos crescentes com a criação dessas estruturas, mas, se elas viessem em benefício da eficiência e dos bons resultados da máquina pública, talvez a minha crítica fosse menor. A política ministerial do atual Governo, Sr. Presidente, não tem apresentado uma coordenação eficiente. Isso é claro, é notório. Os ministros, em sua grande maioria, não possuem afinidades com as atividades que administram, não dialogam entre si, e esse domínio partidário é terreno fértil – como temos assistido ao longo dos últimos meses, em especial nos últimos dias – para corrupção, para desmandos e o entrave para o bom funcionamento do Estado brasileiro.

Entro especificamente na proposta que estaremos discutindo. A Presidência da República, órgão que deveria ser o exemplo de contenção de despesas, é justamente aquele que mais inflou a sua estrutura.

Registre-se, Senador Dornelles, que o ex-Presidente Itamar Franco entregou o Palácio do Planalto com 1.800 funcionários ligados diretamente à Presidência da República. O Presidente Fernando Henrique, por sua vez, enxugou, trazendo esse número para 1.100 funcionários ligados diretamente à Presidência da República. No governo Lula, a administração cresceu, e muito, aumentando para mais de 3 mil funcionários trabalhando diretamente na Presidência. E o Governo Dilma Rousseff – é preciso que esses números também sejam conhecidos pelos Srs. Senadores – aumentou para mais de 4 mil servidores ligados diretamente à Presidência da República. Repito, o Presidente Fernando Henrique tinha 1.100 cargos ligados diretamente à Presidência da República. Hoje, são mais de 4 mil, a sua grande maioria ocupante de cargos comissionados.

Além de levar a um descontrole maior ainda dos gastos, esse inchaço, absolutamente desnecessário, mostra uma hipertrofia do Poder Central em detrimento de outros órgãos técnicos.

Essa prática tem contribuído, Srs. Senadores, para escândalos ligados diretamente à Presidência da República, como as irregularidades com os cartões corporativos, operações que levaram ao indiciamento, pela Polícia Federal, de sua principal assessora, na época, e sucessora na Casa Civil, Erenice Guerra, acusada de participar, pela Polícia Federal, de esquema de corrupção comandado diretamente do Palácio do Planalto.

Nesta semana o Brasil assiste – repito – estarrecido ao triste episódio de o escritório da Presidência da República em São Paulo ser invadido pela Polícia Federal, para o cumprimento de mandados de busca e apreensão, sobre a acusação de a sua chefe de gabinete, ocupante de um cargo DAS 6, que ocupa exatamente um desses cargos que o Governo busca criar, ter sido envolvida em uma rede de crimes contra a Administração Pública.

O projeto do Poder Executivo, ao criar 90 novos cargos comissionados, vai contra, inclusive, àquele discurso de austeridade fiscal alardeado pelo Governo Federal desde o início desta Administração.

É importante relembrar que o Governo da Presidente Dilma, ao tomar posse no início do ano passado, enfrentava um grave desequilíbrio fiscal nas contas públicas, em face do aumento extraordinário das despesas correntes dos 8 anos do governo Lula.

Assim, o Ministério da Fazenda, e nós nos lembramos bem disso, no início de 2011, anunciou um corte de R$50 bilhões nos gastos públicos. Na época, esse número surpreendeu a muitos, mas o Governo não disse, claramente, em que iria cortar.

Na época, vários analistas, economistas, de dentro e fora do Governo, afirmavam que se tratava muito mais de uma carta de boas intenções do que de um detalhamento de medidas concretas que todos esperávamos.

Uma das medidas adotadas, naquele instante, para a contenção de despesas foi a suspensão – e chamo a atenção para este ponto – de todos os concursos públicos em andamento, incluindo a posse de candidatos já aprovados, que apenas aguardavam a nomeação para o cargo efetivo.

Essa situação atingiu milhares de aprovados com alto grau de capacidade técnica e profissional, talvez não com vínculos partidários, que seriam essenciais para o bom funcionamento da Administração Pública federal.

O Governo da Presidente Dilma também negou reajuste salarial a diversas carreiras de Estado, como a Polícia Federal, a Receita Federal e o próprio Poder Judiciário, sob a alegação de falta de verbas.

Entretanto, mantém a prática do aumento constante, permanente e exagerado de despesas correntes, com a manutenção e criação de milhares de cargos comissionados e de novas estruturas ministeriais, como se isso fosse solução para as mazelas que ainda hoje vive o País.

Portanto, Sr. Presidente – termino –, em vez de criar cargos de livre provimento, o Governo atual deveria trabalhar para aumentar a eficiência da Administração Pública, instituindo políticas de gestão pública que aumentassem a produtividade e diminuíssem os gastos correntes.

O controle fiscal do Governo é o elemento essencial na condução da política econômica do nosso País. Nesse sentido, Sr. Presidente, com o intuito de contribuir para o ajuste fiscal que o Governo Federal tanto prega e de que necessita, rogo aos membros desta Comissão no sentido da não aprovação do presente projeto de lei.

Ao final, Sr. Presidente, vou além. Acho inclusive que, pelos fatos que o Brasil, repito, acompanha estarrecido, deveria o Governo Federal tomar a iniciativa de, ele próprio, a bem do benefício da Administração Pública brasileira, da moralidade, da impessoalidade e rogando pela responsabilidade do Governo Federal nesta matéria, retirar de pauta este projeto. Não o fazendo, obviamente, encaminharei contrariamente e, obviamente, em seguida, pela aprovação deste voto em separado.

É o meu voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em discussão a matéria principal, não o voto em separado do Senador Aécio. Está em discussão a matéria principal. O voto em separado do Senador Aécio, de acordo com o Regimento, só entra em votação se a matéria principal for derrotada.

Em discussão a matéria. (*Pausa*.)

Para discutir, pedem a palavra o Senador Pedro Taques e o Senador Aloysio.

O Senador Pedro Taques tem a palavra.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, li com atenção a justificativa do projeto e entendo que a criação desses cargos comissionados, tendo em conta o volume de cargos comissionados que existem no Brasil, notadamente na esfera federal, seria possível um remanejamento desses já existentes para a Presidência da República.

Nós sabemos da necessidade de que a Presidência da República, em razão de matérias sensíveis que são ali tratadas, precisa de cargo comissionado, mas o volume desses cargos no Brasil é exagerado e a Constituição da República, no art. 37, exige concurso público. Está lá no art. 37, como a porta de ouro para se entrar na Administração Pública. O número de cargos comissionados no Brasil é impressionante se nós compararmos com outros Estados – e aqui Estado no sentido técnico-jurídico do termo – do mundo. Por exemplo, Estados Unidos, Inglaterra, essas comparações já se tornaram lugar comum no debate sobre cargos comissionados.

Por isso, votarei contrário ao projeto aqui apresentado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, concedo a palavra ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, a manifestação do Senador Aécio Neves, contrária ao projeto de lei que cria mais cargos de confiança, continua no processo de inflação, de aumento, de inchaço, de um inchaço quase que tumoral dos órgãos do Governo sob a égide do PT, é um verdadeiro libelo contra o projeto que ora examinamos.

O Senador Eduardo Braga usou o melhor do seu talento e a sua boa-fé para justificar o projeto e na análise da matéria. Não questiono, assim como o Senador Aécio tampouco questiona, a forma como nosso ilustre relator encarou a questão. No seu ponto de vista, uma providência necessária para o acompanhamento das obras do PAC.

Ora, as obras do PAC, hoje, são acompanhadas não pela Casa Civil – eram acompanhadas no tempo em que a Ministra da Casa Civil era a atual Presidente da República, quando ela adquiriu a fama de uma grande gerente, era ela quem controlava, quem coordenava, quem supervisionava, quem impulsionava a execução das obras do Plano de Aceleração do Crescimento. E uma parte do crédito que os brasileiros lhe deram quando da sua eleição se deve à imagem que ela forjou nesse momento.

Acontece que nem esse acompanhamento teve a eficiência alardeada, uma vez que um sem-número de obras do PAC que dependem do Governo e não dependem da iniciativa privada – pois muitas das obras do PAC foram empacotadas como sendo de iniciativa do Governo, mas são obras da iniciativa privada – estão até hoje, ou não saíram do papel ou se arrastam com

passo de cágado, frustrando prazos, acarretando na sua execução um aumento de custos, apresentando casos de corrupção, sendo frequentemente questionadas pelo Tribunal de Contas da União, pelo Ministério Público, ou seja, não andam. Cito o exemplo da transposição das águas do Rio São Francisco. Há quanto tempo licitadas, há quanto tempo as obras iniciadas e até hoje não concluídas?

A avaliação do custo, hoje, já supera o dobro do custo contratado pelo Governo e, até hoje, a obra não saiu. É apenas um exemplo.

Ontem, desembarquei no aeroporto de Guarulhos, vindo de uma missão na China, onde fui a convite da Assembleia Nacional Popular da República Popular da China. Estava acompanhado do meu querido amigo Senador José Agripino Maia e de outros Senadores desta Casa. Uma missão chefiada pelo Senador Flexa Ribeiro. E pude constatar o contraste absolutamente acabrunhante entre a capacidade de realização, de execução daquilo que é programado e planejado pelo governo da República Popular da China e a ineficiência abissal do Governo brasileiro.

Constatei – é visível isso quando se desce no aeroporto de Xangai e se chega ao aeroporto de Guarulhos – uma verdadeira pocilga. É uma coisa absolutamente sórdida, não só na aparência, mas na qualidade dos serviços, na maneira como as pessoas são tratadas. E há quanto tempo se programa mais um terminal para o aeroporto de Guarulhos, e até agora nada saiu do papel! Tudo isso nas obras do PAC.

Então, essa famosa supervisão que ocorreu na Casa Civil não funcionou e continua não funcionando, não importa onde se coloque o lugar burocrático a que se dê essa atribuição.

O Senador Eduardo Braga justifica o seu apoio ao projeto, o seu parecer favorável, dizendo que a Casa Civil continua acompanhando, não obstante de maneira subsidiária, as obras do PAC. Talvez uma das razões pelas quais as obras do PAC não andem, além da tradicional ineficiência do aparelhamento do Governo para atender aos interesses partidários, da ausência de projetos competentes, se deve, talvez, ao excesso de supervisão. Supervisionam demais, talvez seja por isso que as obras não aconteçam.

Esse projeto é, portanto, anacrônico, foi apresentado numa época muito diferente da nossa, e continua sendo um abuso, do ponto de vista do interesse público, da vontade, da volúpia, do desejo incontrolável do Governo em inflar o aparelho administrativo com cargos de confiança, com prejuízo para o Erário e com a perda crescente de eficiência do Governo.

Além do mais, eu queria dizer que não sou, em princípio, como o Senador Pedro Taques, contrário à criação de cargos de confiança. Claro que não, muito menos na Presidência. Ainda nesses últimos dias, perguntaram-me, quando da eclosão desse último escândalo, dessa última apunhalada pelas costas que o Presidente Lula disse que recebeu... aliás, me lembra aquela música do imortal Adoniran Barbosa: "De tanto levar flechada, o meu peito parece tábua de tiro ao alvo". As costas do Presidente da República estão parecendo tábua de tiro ao alvo; levou mais uma flechada. Muito bem, quando da eclosão da última flechada, me perguntaram se esse episódio que envolveu o segundo homem da Advocacia-Geral da União não comprometeria a aprovação de uma medida provisória que cria mais cargos de confiança naquele órgão.

Eu confesso e quero dizer aos senhores com toda franqueza que não vejo um mal na criação de cargos de confiança numa estrutura como a Advocacia-Geral da União. Evidentemente, o Advogado-Geral da União precisa de pessoas de sua confiança para levar adiante as suas atribuições. O problema é o da escolha, é o critério da escolha, é verificar se a pessoa indicada tem realmente os atributos necessários para exercer aquele cargo e, no caso do segundo homem da AGU, evidentemente, não tinha condições no que diz respeito ao seu histórico pessoal, uma vez que essa pessoa já vinha merecendo as atenções, o cuidado, a curiosidade e o acompanhamento de órgãos de controle há 10 anos. E, no entanto, foi colocado no segundo lugar da hierarquia da Advocacia-Geral da União.

Então, não se trata apenas de criar cargo de confiança ou deixar de criar. Trata-se de critério, de cuidado, de exame das condições pessoais, políticas, técnicas e sobretudo éticas das pessoas a serem nomeadas, o que me parece não ser – pelo contrário, não é – a tônica do atual Governo.

Por essas razões, acompanho a posição do Senador Aécio Neves, contrária ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, pede a palavra o Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, o Estado nacional tem tido, ao longo dos últimos anos, uma preocupação muito grande com a profissionalização e também a presença cada vez maior dos funcionários de carreira, os concursados, nos cargos de comissão.

Esse processo se inicia em 1995 e é dada continuidade. Hoje, 75% dos cargos de confiança do Governo Federal são preenchidos por servidores concursados e 25% são preenchidos por pessoas não concursadas. Essa é a relação atualmente.

Esse projeto de lei aqui em discussão cria apenas 90 cargos. É esse o montante de cargos que se propõe nesse projeto de lei.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – De grão em grão a galinha enche o papo.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – E se destinam a funções e programas criados recentemente de suma importância, como é o caso de Ciências Sem Fronteiras; Política Nacional de Mineração; Crack, é possível vencer; Programa Melhor em Casa; prevenção a desastres naturais; Viver sem Limite; e Alfabetização na Idade Certa – que foi lançado recentemente.

Portanto, é um projeto de suma importância para que o Estado nacional possa desenvolver melhor esses programas.

Nós temos assistido aqui, é verdade, a uma tentativa de Poderes da República, em especial o Executivo e o Judiciário, na substituição de terceirizados, na tentativa de equipar melhor o seu quadro de pessoal.

Por isso, nós encaminhamos o voto favorável ao parecer do Senador Eduardo Braga.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, concedo a palavra ao Senador Requião, último orador inscrito e vou botar a matéria em votação, o principal.

Senador Requião, tem a palavra.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, eu fico, de certa forma, constrangido ao ver o Plenário do Senado discutindo a criação de 90 cargos em comissão.

Do ponto de vista da quantidade de cargos da União, o pedido é absolutamente irrisório. Por outro lado, eu me somo ao Senador Aloysio quando se coloca com uma visão favorável ao cargo em comissão.

O Governo Federal está tendo algumas dificuldades de processamento de projetos, mas, agora, quando nós, do Senado, estabelecemos uma discussão nesse nível por uma coisa tão pequena que o Executivo acha necessária para o bom funcionamento da sua função, eu quero lembrar que aqui, no Senado Federal, nós temos feito concursos, por exemplo, para consultores, Senador Aécio. Nós temos mais consultores doutores no Senado Federal do que qualquer universidade importante do Planeta. Nós temos mais doutores do que Harvard. Mas por aqui também passou outro dia um concurso para dentistas de um serviço de odontologia que não funciona.

Acredito, honestamente, que o Governo Federal poderia fazer um remanejamento de cargos e funções e suprir essa necessidade. Mas, afinal, o pedido é tão pequeno, é tão insignificante diante da grandeza da máquina federal que acho a discussão desnecessária.

Coloco essas observações sobre a possibilidade do remanejamento, mas não negaria, de forma alguma, ao Governo Federal, a possibilidade de 90 míseros cargos, principalmente a partir de uma votação do Senado, que não presta atenção ao gigantismo de sua própria estrutura.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vou colocar a matéria em votação.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, para encaminhar, rapidamente.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Presidente, para encaminhar também.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para encaminhar a matéria principal.

O Senador Aécio Neves já fez o encaminhamento do seu voto em separado e vou dar a palavra ao Líder José Agripino para o encaminhamento da matéria principal, que vou colocar em votação agora.

Tem a palavra V. Exª.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, eu ouvi os depoimentos todos que aqui foram prestados e ouvi agora o Senador Requião que falou em 90 míseros cargos. Pode até ser que se tratem de 90 cargos, só que o Poder Executivo tem de dar exemplo. Eu já fui Governador, como o Requião foi Governador, como o Senador Aécio foi Governador, e nós todos sabemos que o Poder Executivo tem de, acima de tudo, dar exemplos.

Nós estamos assistindo a seguidos exemplos de mau controle nas indicações de cargos de confiança por parte do Governo do PT. O mais recente é o atual escândalo Porto Seguro, para não falar em outros passados, como de Erenice Guerra etc.

Eu não tenho a menor condição, do ponto de vista da minha consciência, de aprovar a criação de 90 míseros cargos, neste momento, pelo exemplo que o Poder Executivo tem a obrigação de dar. Cabe a nós zelar pelo cumprimento ou não do bom exemplo.

De modo que, em nome do cumprimento do bom exemplo, eu vou votar contra a criação desses 90 cargos. Eu não quero discutir aqui a necessidade ou não deles, mas o Poder Executivo não tem dado demonstrações claras de bom critério e bom controle no preenchimento de cargos de confiança.

(O *Sr. Presidente faz soar a campainha*.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Os exemplos se repetem, os exemplos confirmam a necessidade de fiscalização e, em nome de uma fiscalização correta, eu vou votar contra.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Presidente, para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para encaminhar, o Senador Alvaro

Dias, pedindo um pouquinho de silêncio para ouvirmos o Senador Alvaro Dias.

(O *Sr. Presidente faz soar a campainha*.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Presidente, obrigado.

Eu creio que é reiterar o discurso de sempre. O que há é o aparelhamento do Estado, o loteamento dos cargos, através da indicação política. Esse sistema tem produzido escândalos, produziu o mensalão e produz escândalos quase que semanalmente. O último: Porto Seguro.

Se fosse antes, indagaria se a indicação seria de Erenice Guerra para o preenchimento desses cargos. Nesta semana, a indagação: é a Srª Rosemary que fará a indicação desses cargos?

Enfim, este é o modelo, este é o sistema. É um sistema promíscuo, é o sistema que esgota a capacidade financeira do Estado brasileiro, limitando investimentos essenciais em saúde, em segurança pública, porque se estabelece o gigantismo da máquina pública.

É evidente que são, agora, 90, mas, na semana passada, foram 149. Antes da semana passada, foram outros tantos. Nós estamos quase que mensalmente aprovando projetos que criam cargos na Administração Federal.

Eu diria, Sr. Presidente, tratar-se de inversão de prioridades. Os recursos públicos estão sendo utilizados para manutenção de uma imensa e esmagadora maioria governista, que partilha do poder, através do loteamento desses cargos. Portanto, não há benefício para a população. O que há é reiteração de um procedimento que tem de ser condenado por todos nós. As despesas de custeio, as despesas de manutenção da máquina crescem assustadoramente e, na contrapartida, há uma redução dos investimentos produtivos do Estado brasileiro. Se nós não destruirmos esse sistema promíscuo, nós não alcançaremos os índices de desenvolvimento que o Brasil pode alcançar em razão das suas potencialidades.

Sr. Presidente, nós votamos com o voto em separado do Senador Aécio Neves, nós votamos contra essa prática de, a cada passo, criarem-se novos cargos, tornando a máquina pública gorda, pesada, gastadora, com superposições de ações, com paralelismos indesejáveis. O Estado brasileiro supérfluo, sem recursos para atender às mínimas necessidades da população.

Por isso, o nosso voto é contrário a essa pretensão descabida de se criarem mais cargos na Presidência da República, especialmente lá, onde o crime está próximo, onde o delito está à porta, como ocorreu já com Erenice, ocorre agora com Rosemary, exatamente às portas da Presidência da República, os escândalos na esteira do tráfico de influência, que destrói o Erário nacional, Sr. Presidente.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Aécio Neves.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Pela ordem, apenas para um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Aécio Neves, pela ordem.

Eu vou pedir, mais uma vez, às assessorias laterais...eu não quero ser grosseiro, mas queria um pouquinho de silêncio para a gente ouvir. A Comissão está lotada, está animada, e eu precisava um pouquinho de silêncio para dar ordem aos trabalhos.

O Senador Aécio Neves pede a palavra pela ordem.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Isso, para que V. Exª possa colocar a matéria em votação.

Ouvi com muita atenção as ponderações feitas tanto pelo Líder do Governo, Senador Pimentel, quanto pelo Senador Requião, em especial, mas é preciso seja dado um esclarecimento acho que a esta Comissão e ao País.

O Senador Pimentel, estudioso que é de todos os assuntos por que tem responsabilidade de tratar nesta Casa, dizia que parte desses cargos seriam supridos para condução de programas, como o Ciência Sem Fronteiras, importante programa do Governo Federal.

Mas não seria o caso, Sr. Presidente, de esse programa ser conduzido pelo Ministério de Ciência e Tecnologia? Será que a Casa Civil e a criação de cargos vão fazer desse programa um programa mais efetivo?

E é preciso aqui e aqui deixo um alerta, Sr. Presidente: dizia o Senador Requião que seriam míseros 90 cargos. Na semana passada, foram míseros 149 novos cargos de livre provimento, e hoje, Sr. Presidente – sabe disso o Líder Eduardo Braga – o Plenário da Câmara dos Deputados estará discutindo e votando a Medida Provisória nº 578, que em breve chegará aqui ao plenário do Congresso Nacional, criando 8.240 novos cargos, grande parte deles de provimento efetivo, e míseros novos 135 DAS, Sr. Presidente.

Não é possível! Não é possível que o Senado da República assista passivamente a esse crescimento absurdo, desconectado da realidade do Brasil, de cargos que têm sido historicamente providos, não por pessoas de ilibada conduta ou de notório conhecimento; ao contrário, por pessoas que, em alguns desses cargos – e não generalizo – têm feito, na verdade, tráfico de influência em detrimento do interesse do País.

Sr. Presidente, isso é uma constância. Ou o Senado reage, ou o Senado, inclusive a própria Base do

Governo – e aqui uma palavra especial para os nobres Parlamentares da Base do Governo – pondera e mostra a inoportunidade, a impropriedade da discussão dessa matéria neste momento, ou seremos, sim, considerados, como já temos sido pela imprensa e por nós mesmos, meros homologadores das decisões do Governo Federal.

O Congresso Nacional, Sr. Presidente, tem um papel de relevo na democracia brasileira. É um Poder independente e deve ter autonomia para contrariar interesses que não sejam adequados ao País. Portanto, o que eu tenho visto é a Base do Governo permanentemente aceitar imposições, por mais esdrúxulas e impróprias, como essa.

Repito e esclareço ao Senador Requião: na semana que vem, ele terá oportunidade de aqui aprovar a criação de míseros novos 135 DAS. Se o Governo tivesse, ao longo do tempo, demonstrado critérios de probidade, de eficiência, de impessoalidade na ocupação desses cargos, talvez a nosso objeção não fosse tamanha, mas o Governo não demonstra hoje ter autoridade moral para solicitar ao Congresso Nacional a criação de novos cargos de livre provimento, haja vista a que esses cargos têm servido ao longo dos últimos anos, em especial dos últimos meses, Sr. Presidente.

O voto é contrário ao projeto de criação de novos cargos para a Presidência da República.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vou colocar em votação a matéria.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Já está encerrada a discussão.

Já encerrei a discussão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para encaminhar, V. Exª tem a palavra por 3 minutos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Obrigado, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Peço, mais uma vez, o silêncio das assessorias. Eu não quero pedir...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, eu não estou entendendo a lógica. No último domingo, último fim de semana, ocorre uma operação da Polícia Federal em que o núcleo central é o gabinete da Presidência da República em São Paulo. A Presidência da República e as autoridades do Governo, nesta semana, fazem declarações públicas, dando conta de que tem de ser extinto o escritório da Presidência da República em São Paulo.

Aí, nós vamos votar hoje um projeto criando mais cargos onde? Na estrutura da Presidência da República. É um projeto ampliando uma estrutura que a própria autoridade do Governo está dizendo que é demasiada, que tem funcionado como caminho para tráfico de influência e corrupção.

Não se justifica, Sr. Presidente. Nós vamos votar agora duas medidas provisórias que virão aqui ao Senado com o contrabando de criação de mais cargos de confiança. O impacto orçamentário dessa matéria será de R$7,471 milhões, por ano, para o Erário público.

Não se justifica uma estrutura em que a própria autoridade do Governo tem dito que está superdimensionada, uma estrutura que a própria autoridade do Governo tem dito que tem que ser reduzida, e nós estarmos votando hoje aqui um projeto amplificando essa estrutura.

Dá para lembrar o trecho de uma música cantada pelo Engenheiros do Havaí, que diz: "Eu presto atenção no que eles dizem, mas eles não dizem nada". Porque o que é dito não se reflete nos atos e nos gestos concretos.

Portanto, Sr. Presidente, o ideal – e tenho um requerimento dessa natureza – seria que essa discussão fosse adiada até para haver uma melhor reflexão com o próprio Governo, porque não se justificam as manifestações públicas com o que nós estamos aqui votando, a não ser que as manifestações públicas não sejam de fato algo coerente com a verdade, que é o gesto da votação aqui.

Portanto o PSOL encaminha o voto contrário a esta matéria.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em votação.

Vou colocar a matéria em votação, a matéria principal. Se essa matéria principal não for aprovada, colocarei em votação o voto em separado do Senador Aécio.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Solicito a V. Exª que faça a votação nominal, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) –V. Exª tem que fazer um requerimento à Mesa para ser submetido. A votação nominal só com requerimento à Mesa e submetido ao Plenário.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Posso encaminhar à Mesa, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pode. Então, vou acatar o requerimento de votação nominal de V. Exª para não gerar dúvida aqui em relação a isso, como sempre a Mesa fez.

V. Exª encaminhará o requerimento à Mesa, mas a Mesa, já de ofício, está deferindo a votação nominal.

Portanto, vou fazer votação nominal.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Agradeço a V. Exª. E não há necessidade da verificação.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Quem vota com o Relator, Senador Eduardo Braga, vota "sim". Quem vota contra o relatório, vota "não".

Como vota o Senador José Pimentel?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Voto com o Relator, Sr. Presidente. Voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vota sim, com o Relator.

Como vota a Senadora Ana Rita?

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Sim, com o Relator.

Como vota o Senador Pedro Taques?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Expressando o meu respeito ao Relator, mas eu voto "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não.

Como vota o Senador Jorge Viana?

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o Relator, vota "sim".

Como vota o Senador Antonio Carlos Valadares?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Sim, com o Relator.

Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o Relator, "sim".

Senador Eduardo Lopes?

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ) – Com o Relator, "sim".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o Relator, "sim".

Senador Ricardo Ferraço? (*Pausa.)*

Senador Pedro Simon. (*Pausa.)*

Senador Romero Jucá?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Com o Relator, "sim".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Sim, com o Relator

Como vota o Senador Vital do Rêgo? (*Pausa.)*

Senador Luiz Henrique?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o Relator, "sim".

Senador Dornelles?

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o Relator, "sim".

Senador Aécio Neves.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Voto "não", Sr. Presidente, lembrando que ontem o Governo Federal extinguiu um DAS-6 e hoje está criando 18 DAS-5 e 25 DAS-4 na mesma estrutura.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vota "não", Senador Aécio Neves.

Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vota "não".

Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vota "não".

Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vota "não".

Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vota "sim", com o Relator.

Senador Gim Argello.

O SR. GIM (Bloco/PTB – DF) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – "Sim", com o Relator.

Senador Magno Malta. (*Pausa.*) Estava aqui neste instante.

Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não.

Senador Sérgio Petecão. (*Pausa.*)

"Sim", com o Relator.

No primeiro bloco, todos votaram; no segundo bloco, nós temos Senador Renan Calheiros.

Como vota V. Exª?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o Relator.

Senador Roberto Requião. (*Pausa.*)

Senador Valdir Raupp. (*Pausa.)*

Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Eduardo Braga é Relator, não pode.

Como vota o Senador Lobão Filho?

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Com o Relator Eduardo Braga, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – "Sim".

Fechou aqui. Falta um voto do Bloco, dos titulares.

Como vota o Senador Mozarildo?

Abstenção.

Fechou. Todos votaram. Dêem-me a soma.

Foram 14 votos Sim; 6 votos Não.

Aprovado o relatório. Passa a constituir o parecer da CCJ favorável ao projeto.

A matéria vai a Plenário.

Desculpem-me. E há uma abstenção do Senador Mozarildo Cavalcanti.

Próximo item da pauta.

ITEM 4

OFICIO "S" Nº 5, de 2012
– Não Terminativo –

Indica, nos termos do art. 130-A, VI, da Constituição Federal, o Senhor Luiz Moreira Gomes Júnior para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti

Relatório: Favorável ao Requerimento nº 801, de 2012, a fim de que seja sobrestada a deliberação pelo Plenário sobre a indicação do Senhor Luiz Moreira Gomes Júnior para compor o CNMP.

Observações:

– Em 29/08/2012, a Comissão aprovou o Parecer da CCJ, após arguição pública, emescrutínio secreto, que conclui pela escolha do nome do senhor Luiz Moreira Gomes Júnior para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, nos termos do art. 130-A, VI, da Constituição Federal, com 11 (onze) votos favoráveis e 9 (nove) votos contrários.

Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti para a breve leitura do seu relatório. Tem a palavra V. Exª.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Sr. Presidente, apesar da recomendação de V. Exª de ser breve, como esse tema tem sido muito polêmico, inclusive, surpreendentemente, houve a fala do Presidente da Câmara sobre a postura do Senado, sendo eu o Relator, gostaria de deixar as coisas bem claras, porque em meu relatório para a indicação do Dr. Luiz Moreira eu não fui contrário à aprovação. O que fiz foi anexar dados que julgava e continuo julgando importantes para ele, o Dr. Luiz Moreira, assim como para o Conselho Nacional do Ministério Público.

Entendo que, se eu for indicado, por exemplo, para ser conselheiro do Conselho Federal de Medicina, uma vez que sou médico, vou ter o maior interesse de que o meu nome chegue lá sem nenhuma dúvida pairando sobre ele. E o Conselho Federal de Medicina deve ter interesse em que não haja um conselheiro sobre o qual paire qualquer dúvida. Então, o que se está pedindo no atual requerimento é a audiência de algumas pessoas que têm e que encaminharam acusações sobre o Dr. Luiz Moreira.

Eu fiz o seguinte relatório:

Trata-se de examinar o Requerimento nº 801, de 2012, de autoria do Senador Pedro Simon e outros seis Senadores, com o objetivo mencionado na ementa.

Por meio do citado Ofício "S" nº 5, de 16 de março 2012, o Presidente da Câmara dos Deputados comunica ao Senado Federal que, em sessão realizada no dia 14 de março de 2012, o Plenário da Câmara dos Deputados elegeu o Sr. Luiz Moreira Gomes Júnior para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, em face do que dispõe o inciso VI do art. 130-A da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 8 de dezembro de 2004, no art. 5º da mesma.

Em 29 de agosto do corrente, esta CCJ, em sua 36ª Reunião Ordinária, aprovou o Parecer, após arguição pública – vejam bem, aprovou o parecer após arguição pública –, em escrutínio secreto, que conclui pela escolha do nome do Sr. Luiz Moreira Gomes Júnior para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, nos termos do art. 130-A, com 11 votos favoráveis e 9 votos contrários, conforme consta, e V. Exª anunciou, do item 14 do Boletim de Acompanhamento Legislativo.

No dia 31 de agosto, foi feita, em Plenário, a Leitura do Parecer pelo Relator *ad hoc*, Senador Jorge Viana, pela aprovação, e do Requerimento 801, que ora se examina.

No mesmo dia, o citado Requerimento foi encaminhado a esta Comissão, e, em 12 de setembro do corrente, veio a nós para emitir relatório a respeito do pedido de sobrestamento nele contido.

Os autores do requerimento alegam que a respeito do indicado para compor o Conselho Nacional

do Ministério Público pairam várias acusações, completamente divulgadas pela imprensa que, em suma, tratam de:

> *O Sr. Luiz Moreira Júnior responde a processo por estelionato na Justiça Federal do Ceará, por apresentar pedido de registro na OAB daquele Estado sem passar pelo processo seletivo da entidade.*
> *Teria afirmado possuir residência em Fortaleza sendo residente em Belo Horizonte.*
> *Foi o Conselheiro que mais utilizou diárias do Conselho Nacional do Ministério Público em viagens oficiais, inclusive para Fortaleza, onde supostamente possuiria domicílio.*
> *Funcionária acusou ex-Conselheiro de tentar pressionar uma colega dela para direcionar procedimentos no Conselho para atingir um Conselheiro específico.*
> *Na justificação do requerimento em exame constam as refutações do indicado quanto a essas acusações abaixo transcritas:*
> *Afirmou-se alvo de uma campanha difamatória deflagrada por um Procurador da República, que teria sofrido suspensão de 90 dias em decorrência do processo no CNMP. Tal procurador utilizaria e-mails para persuadir colegas a assinarem abaixo-assinado contra a sua recondução. O ex-Conselheiro encaminhou, então, em razão destes e-mails, solicitação [ele próprio Conselheiro] ao CNMP para apurar eventual responsabilidade administrativa, cível e penal dos procuradores envolvidos na divulgação.*
> *Sobre o pedido de inscrição na OAB, alegou que o fez por entender ter direito, como membro do CMNP e ter se formado bacharel em Fortaleza. Também afirma jamais ter pedido direcionamento de procedimento no CNMP.*
> *Por fim, alega ter realizado pedido de apuração das denúncias feitas contra ele [olha, aqui é importante frisar: o indicado alega ter realizado pedido de apuração das denúncias feitas contra ele], mediante notícia crime endereçada ao Procurador-Geral da República. Essa foi encaminha à Procuradoria-Geral da República do Distrito Federal para análise. O Procurador conclui pela necessidade de averiguação das denúncias [o Procurador conclui pela necessidade de averiguação].*

Os autores do requerimento informam, ademais, que, durante a reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o indicado acabou por declinar nomes de Procuradores e as circunstâncias que pairam sobre os fatos que ele afirma estarem sendo urdidos para evitar sua recondução. A Comissão de Constituição e Justiça ficou de deliberar sobre a oitiva, por convocação, de tais citados membros do Ministério Público. Vejam bem, a CCJ ficou de deliberar sobre a oitiva, por convocação, dos tais citados membros do Ministério Público.

Finalmente, concluem os requerentes:

> *Logo, entendemos completamente ilógico e contraditório que o Senado Federal delibere sobre um nome, sobre o qual exige-se que sejam tomadas providências e diligências necessárias ao completo esclarecimento das condições que são requisitadas para assunção desse importe cargo.*

Cabe a esta Comissão, por força do disposto no art. 101, inciso V, do Regimento Interno do Senado, opinar sobre assunto de natureza jurídica ou constitucional que lhe seja submetido por deliberação do plenário.

O pedido de sobrestamento está amparado no art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal, devendo aplicar-se ao caso o seu inciso II e parágrafo único, *verbis*:

> Art. 335. Estudo de qualquer proposição poderá ser sobrestado, temporariamente, a requerimento de comissão ou de Senador, para aguardar:
> .....
> II – o resultado de diligências;
> .....
> Parágrafo único. A votação do requerimento, quando de autoria de Senador, será precedida de parecer da Comissão competente para o estudo da matéria.

Ressaltamos que na referida 36ª Reunião Ordinária desta Comissão que aprovou a indicação do Sr. Luiz Moreira Gomes Júnior para compor o CNMP, foi, também, apresentado o Requerimento, subscrito pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira e outros Senadores, com o seguinte teor (às fls. 64 das notas taquigráficas):

> *Requeremos, nos termos do art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, seja solicitado depoimento, perante esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, dos Srs. Helio Telho Corrêa Filho, Procurador da República em Goiás, e Matheus Baraldi Magnani, Procurador da República de São Paulo, para esclarecimentos de fatos referentes à arguição para recondução do Sr. Luiz Moreira Gomes Júnior ao cargo de Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).*

O requerimento foi submetido à votação e aprovado, tendo o Presidente da CCJ, o ilustre Senador Eunício Oliveira, feito a seguinte proclamação, conforme consta às fls. 66 das notas taquigráfica da mesma sessão:

> *Os Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se acham. (Pausa.) Aprovado o requerimento de solicitação de depoimento do Sr. Helio Telho e do Sr. Matheus Baraldi, obviamente anexado ao documento que foi apresentado a esta Comissão.*

Não obstante a aprovação pela CCJ do Sr. Luiz Moreira Gomes Júnior para compor o CNMP, entendemos que as dúvidas que pairam sobre o assunto e que propiciaram acalorada discussão entre os integrantes desta Comissão – eu me encontrava ausente nessa sessão –, durante a sabatina do indicado, tornam temerário que o Plenário do Senado Federal decida sem o conveniente esclarecimento dos fatos que tisnam, ou podem tisnar a reputação de um futuro membro do CNMP, impondo-se, por conseguinte, o cumprimento da decisão tomada pela CCJ – já tomada por esta Comissão –, para que sejam ouvidas as pessoas mencionadas no requerimento aprovado. Trata-se de precaução que esta Casa deve tomar, em face de sua responsabilidade constitucional e dos elevados princípios da Administração Pública, em especial, o da moralidade.

Assim sendo, Sr. Presidente, o meu voto: em face do exposto, manifesto-me favoravelmente ao Requerimento n° 801, de 2012, a fim que seja sobrestada a deliberação pelo Plenário sobre a indicação do Sr. Luiz Moreira Gomes Júnior para compor o CNMP, até que se cumpra a decisão desta Comissão, contida no requerimento aprovado em sua 36ª Sessão Ordinária, para que sejam ouvidas as pessoas nele indicadas.

Sr. Presidente, quero só fazer uma consideração final, quero dizer a V. Exª o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vou pedir para aumentar um pouquinho o som. Os Senadores estão reclamando que o som está muito baixo. Pediria à mesa para levantar um pouquinho o som, para que possamos ouvir o Senador Mozarildo Cavalcanti, que já encerrou o seu relatório e manifestou o voto.

Só para esclarecer, V. Exª manifestou o voto final pela oitiva dos procuradores?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Conforme aprovado por esta Comissão.

E quero dizer a V. Exª o seguinte, até porque tenho recebido, digamos assim, ponderações de todos os lados. Como disse no início, como médico, se fosse indicado para conselheiro do Conselho Federal de Medicina, gostaria e faria questão de que qualquer acusação contra mim fosse esclarecida antes de eu ser conselheiro, assim como acho que o Conselho Federal de Medicina deveria exigir que tudo que constasse de acusação contra mim fosse devidamente esclarecido. Acho que deve ser o mesmo o ânimo do Dr. Luiz Moreira: que ele chegue ao CNMP sem nenhuma dúvida, e que o CNMP também não fique com dúvidas sobre um Conselheiro que vai compor tão importante órgão.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vou colocar a matéria em discussão.

Para discutir a matéria, pede a palavra o Senador Humberto Costa.

Tem a palavra V. Exª, Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente, tive a oportunidade, na tarde de ontem – quando o Senador Walter Pinheiro apresentou um requerimento para votação em regime de urgência da indicação do referido candidato ao Conselho Nacional do Ministério Público –, de me posicionar sobre esta questão.

Em primeiro lugar, é importante lembrar que o Sr. Luiz Moreira está tendo seu nome encaminhado para a vaga no Conselho Nacional do Ministério Público como recondução. Ele já foi devidamente sabatinado, ouvido, questionado quando da sua indicação para o primeiro mandato.

Em segundo lugar, ele veio como nome indicado pela Câmara dos Deputados, que eu creio não seja menos ciosa do que o Senado Federal no sentido de garantir que alguém que venha como um indicado daquela Casa não seja pessoa de reputação ilibada, não seja uma pessoa que possa assumir, na sua plenitude, essa função para a qual está sendo encaminhado.

Já foi objeto aqui inclusive a realização de diligência para apurar essas denúncias que, apocrifamente, haviam sido encaminhadas a Senadores, à imprensa, enfim. Ao final de tudo isso, foi o nome do Sr. Luiz Moreira aprovado aqui pela Comissão de Constituição e Justiça. *Posteriori*, essa discussão vem provocada pelo próprio Luiz Moreira, quando citou nomes de alguns procuradores, alegando que havia um movimento para procrastinar a sua indicação, o que, me parece, existe. Existe e lamentavelmente encabeçado, segundo todas as informações que nós temos, por aquele que é o chefe do Ministério Público e que certamente não deveria se posicionar sobre a indicação de quem quer que seja para um órgão que é fiscalizador do Ministério Público. Então, todas as informações são de que o Sr. Roberto Gurgel esteja por trás do movimento, não sei por que razões, talvez por razões políticas, para que a indicação do Sr. Luiz Moreira não se concretize aqui pelo Senado.

Outro aspecto importante, Presidente, é que há um prejuízo concreto ao funcionamento do Ministério Público com essa não indicação. Desde julho, há um integrante a menos no Conselho Nacional do Ministério Público. E o Senado não tem o direito, no meu ponto de vista, de fazer que essa situação continue. Se os Senadores não concordam com a indicação do Sr. Luiz Moreira, que se manifestem no plenário contra essa indicação e não com medidas de procrastinação, de ouvir mais não sei quem, de aprovar requerimento para não sei o quê.

Então, eu sou frontalmente contra esse requerimento. Acho que nós estamos aqui não garantindo um direito de um cidadão sobre quem, até o presente momento, não há qualquer comprovação de que não seja digno para ocupar aquele cargo.

Por essa razão, Sr. Presidente, eu quero fazer um pedido de vistas à votação desse requerimento no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – É regimental. Então, V. Exª tem vista.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Vista coletiva, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Então, está retirado de pauta devido ao pedido de vista do Senador Humberto Costa.

Próximo item da pauta.

Item 5.

Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pois, não.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Tendo em conta essa informação do Senador Humberto Costa, nós poderíamos notificar o Procurador-Geral da República para que preste informações sobre se ele faz parte dessa trama, dessa urdidura contra esse cidadão. O Procurador-Geral da Republica, essa afirmação do Senador Humberto Costa...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Eu não tenho nenhum óbice a essa proposição, até porque isso já saiu na imprensa. É de conhecimento público.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Então, é da imprensa isso, não é? Então, eu gostaria de, Sr. Presidente, se entendermos assim, ouvir o Procurador-Geral da República. Eu vou fazer o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Há uma praxe na Mesa, há uma determinação da Mesa de que nenhum requerimento será colocado em pauta se não estiver sobre a mesa e na próxima reunião. Portanto, esta matéria está fora de pauta. Se houver um requerimento, vou fazer uma exceção e colocarei...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vista coletiva a pedido do Senador Pedro Taques.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Aloysio pede a palavra e o Senador José Agripino. Mas esta matéria está fora de pauta, não está em discussão mais.

V. Exª está com a palavra.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – A matéria está fora de pauta, pedido de vista concedido ao Senador Humberto Costa, mas eu não ficaria tranquilo se esta reunião se encerrasse sem que eu dissesse à Comissão, especialmente ao Senador Humberto Costa, que argumentou estar existindo um processo visando procrastinar a formalização da indicação do Dr. Luiz Moreira ao Conselho, sem que eu desse uma resposta a S. Exª o Senador Humberto Costa.

Eu sou autor do requerimento de oitiva desses Procuradores da República, requerimento esse que foi aprovado nesta Comissão, numa reunião, inclusive, com a presença do indicado, logo após a sabatina e antes da deliberação da Comissão.

Eu me lembro de que fiquei muito impressionado com a veemência, a indignação com que o Dr. Luiz Moreira se defendeu das acusações que lhe foram feitas. Saí da reunião com a impressão de ter ouvido a palavra de um homem de bem ferido na sua reputação.

Naquela ocasião, o Dr. Luiz Moreira, depois de instado a fazê-lo pelos integrantes desta Comissão da Justiça, revelou os nomes daqueles procuradores que, se utilizando de meios oficiais, de *e-mails* oficiais, de computadores da Procuradoria-Geral da República, iniciaram, na alegação do Dr. Luiz Moreira, uma campanha visando a intoxicar a opinião do Senado contra ele. Era algo dirigido não apenas contra o Dr. Luiz Moreira, mas contra o Senado, na medida em que Procuradores da República se utilizam de meios oficiais para criar uma convicção entre os Senadores desfavoráveis à indicação do Dr. Luiz Moreira. Portanto, era uma agressão ao Senado.

Foi por isso, e não para procrastinar coisa nenhuma, que eu e outros Senadores – os Senadores Pedro Taques, Pedro Simon, Alvaro Dias – subscrevemos esse requerimento, que foi aprovado. De modo que eu

queria deixar claro isto: não houve nenhuma intenção de procrastinar.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Aloysio, o que eu quero deixar bem claro também é o seguinte: essa matéria é regimental. O Senador Humberto Costa, após a leitura pelo Relator Mozarildo, pediu vista. Ela está fora de pauta.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Eu tenho uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu dei a palavra a V. Exª apenas para esclarecimento, mas a matéria vai voltar à discussão. No momento oportuno, faremos a discussão.

Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Uma questão de ordem, com fundamento no art. 403 do Regimento Interno...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Questão de ordem, art. 403.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – ... porque eu tenho dúvida a respeito desse pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Já respondo a V. Exª. Pode fazer a questão de ordem.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Em plenário existe um pedido de urgência de votação. A minha dúvida regimental, gostaria que fosse esclarecida, é a seguinte: em sendo votado o pedido de urgência em plenário...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vai para lá.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – ... esse pedido de vista suspende e vai para lá. Nós vamos discutir em plenário isso?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Regimentalmente, Senador...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – É uma questão de ordem, porque eu tenho dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu sei. Vou responder a V. Exª.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Eu só quero terminar a minha questão, se V. Exª me permitir.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pois não. V. Exª tem a palavra.

V. Exª está se dirigindo a mim, à Mesa. Estou ouvindo V. Exª.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sim.

A minha dúvida regimental: em sendo votado o pedido de urgência hoje em plenário, esse pedido de vista desaparece e nós vamos discutir isso em plenário? Esse é o ponto. Essa é a questão de ordem que V. Exª vai resolver.

Queria expressar respeito ao Senador Humberto Costa na questão do Procurador-Geral. Não tenho nenhuma dúvida da boa-fé, da necessidade de votar esse Conselheiro. Penso que V. Exª esteja a defender interesses absolutamente legítimos na sua fala. Só queria expressar isso, para que não paire qualquer dúvida sobre o meu requerimento de oitiva do PGR, na dúvida trazida por V. Exª.

Quero expressar o meu respeito e dizer também que, quando eu fiz esse pedido de que esses procuradores fossem ouvidos, nós fomos acompanhados por vários Senadores do Partido dos Trabalhadores, vários. E o interesse na oitiva deles também não é nenhuma forma de procrastinar a votação desse cidadão, até por que, Sr. Presidente, não existe prejuízo ao Conselho Nacional do MP. Se o próprio Supremo Tribunal Federal está a funcionar com nove membros, o Conselho Nacional do MP não tem prejuízo no seu funcionamento.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pedro Taques, essa matéria não está em discussão. Eu vou responder ao Senador Pedro Taques não como questão de ordem, se ele assim entender, mas como um pedido de esclarecimento à Mesa, e é muito mais fácil para a Mesa fazê-lo regimentalmente.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – O princípio da fungibilidade garante a V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não, não, se V. Exª quiser como questão de ordem, vou definir como questão de ordem, mas é que o Regimento é claro, e eu apenas queria esclarecer a V. Exª.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Não, por favor. Eu gostaria da resposta.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – A resposta a V. Exª: eu concordo com V. Exª quando questiona essa questão da urgência em Plenário. Eu sou Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, mas daqui a alguns dias eu vou deixar de ser o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, e vou continuar discípulo do Regimento e da Constituição, porque essa função que ocupei me permitiu esse espaço de conhecimento.

Lamentavelmente, o Regimento do Senado – e estou dizendo lamentavelmente, porque este Regimento precisa ser modificado – diz no seu art. 337:

> Disposições Gerais.
> *Art 336. A urgência poderá ser requerida:*
> .....
> *Art. 337 – A urgência* [aprovada no plenário do Senado] *dispensa, durante toda a tramitação da matéria, interstícios, prazos e formalidades regimentais, salvo pareceres, quórum*

para deliberação e distribuição de cópias da proposição principal.

Então, esta matéria é regimental. É a primeira vez que vem a Plenário. Houve um pedido de vista do Senador Humberto Costa. Se o Plenário do Senado aprovar antes da próxima reunião que, em vista coletiva, essa matéria volta a Plenário aqui, porque tem vista coletiva em virtude de pedido de V. Exª, se aprovar antes, lamentavelmente, não só essa matéria, como qualquer outra, não voltará mais à Comissão de Constituição e Justiça. Lamentavelmente, eu digo, porque é o que está no Regimento, no seu art. 337.

Por isso, eu disse que não seria uma questão de ordem, mas apenas um esclarecimento, mas pode V. Exª incorporar como questão de ordem.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Eu agradeço e peço desculpas em razão da minha ignorância regimental. Mas eu me penitencio e vou passar o final de semana inteiro lendo o Regimento, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Art. 337, Da Urgência, na Seção I, no que se refere às disposições gerais do nosso Regimento Interno do Senado, cuja modificação está com um trabalho avançado pelo Senador Lobão Filho. Inclusive que todas as matérias tramitem, em ordem final, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Senador José Agripino, V. Exª tinha pedido a palavra pela ordem?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Rapidamente, Sr. Presidente. É para fazer uma consideração que acho importante para registro da Casa: existem questões de mérito e existem questões de processo.

Qual é o mérito dessa questão? É que, na reunião em que o Sr. Luiz Moreira prestou os seus depoimentos e foi sabatinado, ficou, na presença de S. Exª, definida a necessidade de oitiva de duas pessoas que foram citadas por ele próprio. Esse é o mérito. O mérito que conduz ou remete ao esclarecimento de denúncias, ou de suspeitas, ou de fatos a serem investigados e esclarecidos. Isso é o mérito, que produz o nosso futuro e a nossa responsabilidade. É a digital dos Senadores com relação à boa conduta na escolha de indicados. Esse é o mérito.

O que nós estamos aqui, neste momento – não é culpa de V. Exª, que é prisioneiro do Regimento –, fazendo é desprezar o mérito e adotar um *bypass* processual, para evitar que os fatos aqui levantados sejam esclarecidos e que se processe uma votação aligeirada no plenário, onde uma maioria governista pode atingir os seus objetivos. No entanto, pode responder, no futuro, por uma indicação que pode, ou não, ser defeituosa, como foi a do Sr. Paulo Vieira. Pode, ou não, ser defeituosa!

Então, gostaria que ficasse claríssimo que, com o pedido de vista, se a maioria governista se cristalizar no Plenário, pode-se apressar um veredito, um julgamento aligeirado, não esclarecido e que deixaria mal a Comissão de Constituição e Justiça e os seus membros, que definiram a aprovação de um requerimento de oitiva de duas figuras citadas e que teriam esclarecimentos a dar.

Eu não quero aqui dizer que V. Exª tem comprometimento com definição A ou B. V. Exª é prisioneiro do Regimento e está adotando aquilo que precisa adotar. Agora, os membros da Comissão e os membros do Senado vão ter de assumir as suas responsabilidades no processo e no mérito dessa questão.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu quero só deixar bem claro...

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu vou deixar bem claro que não há um requerimento de pedido de nova sabatina. O Conselheiro foi sabatinado aqui, e foi encaminhado ao plenário. É regimental, no plenário, requerimento. Todo requerimento feito ao Plenário vai se dirigir a alguma comissão e, obviamente, foi dirigido à Comissão de Constituição e Justiça. É regimental, é um novo relatório, Senador Mozarildo Cavalcanti, feito por V. Exª, que segue o rito regimental de vista, de vista coletiva e de votação, ou de votação nominal a pedido de líderes que tenham a maioria ou o número necessário para que a votação possa ser nominal.

A Mesa, normalmente, tem deferido os pedidos de requerimento, como fez hoje com o Senador Aécio Neves, os pedidos de verificação quando a matéria é polêmica, para que não pairem dúvidas sobre seu comportamento.

Então, quero deixar bem claro que essa matéria já passou pela Comissão de Constituição e Justiça, houve uma diligência. Depois, o nome do Sr. Luiz Moreira foi aprovado pela Comissão, foi para o plenário do Senado e, no plenário do Senado, os Senadores com dúvidas acharam por bem fazer um requerimento, que é legítimo e que é regimental, para que essa matéria voltasse à Comissão.

Eu designei o mesmo relator que havia dado um relatório favorável ao Sr. Luiz Moreira.

Agora, o Senador Mozarildo Cavalcanti faz outro relatório favorável à oitiva dos procuradores. E o Senador Humberto Costa, legitimamente, regimentalmente, baseado no art. 136 do Regimento Interno, pede vista, e o Senador Pedro Taques pede vista coletiva.

Então, está encerrada a discussão da matéria no dia de hoje, mas, antes de encerrar, vou dar a palavra pela ordem, se for sobre essa matéria, ao último orador, que está há meia hora levantando o braço ali, que é o Senador Jorge Viana. Vou dar a palavra a V. Exª por 2 minutos.

Na sequência, voltamos à pauta, pois ainda temos 6 itens, uma sabatina e requerimentos do Senador Pedro Simon, do Senador Alvaro Dias, do Senador Randolfe Rodrigues sobre convocação ou convite dos Ministros José Eduardo Cardozo e Luís Inácio Lucena Adams, para comparecerem a esta Comissão.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu vou dar a palavra ao Senador Jorge Viana, que já está na fila há meia hora. Vou dar a palavra pela ordem a ele. Senador Jorge Viana.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Sr. Presidente, eu gostaria de ter a mesma deferência...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Já encerrei, Senador Aécio Neves. Desculpe-me, mas...

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Estou solicitando a V. Exª a mesma deferência, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Qual deferência?

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – A que V. Exª teve com o Senador Jorge Viana...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não, eu dei a palavra ao Senador Agripino, dei a palavra a V. Exª, ao Senador Aloysio...

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – V. Exª disse que estaria encerrando...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – A matéria está fora de pauta. Ele apenas pediu a palavra pela ordem...

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – E eu gostaria de pedir pela ordem também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu já encerrei, Senador Aécio Neves. Perdoe-me, mas o Senador Jorge Viana vai falar por 2 minutos, e, em seguida, vou para o próximo item da pauta, com o devido respeito que tenho por V. Exª.

Senador Jorge Viana, tem a palavra.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Meu querido colega, Senador mineiro, acho que já foi acolhido no posicionamento de outros colegas que, certamente, atuam junto com ele...

Eu queria me pegar aqui na fala do querido e bom Senador, amigo Aloysio Nunes. Nós estávamos juntos, eu fui relator *ad hoc* do relatório do Senador Mozarildo, que se dedicou a esse tema.

Eu queria somente lembrar a este Plenário e a todos os que estão nos ouvindo que é uma recondução para o Conselho Nacional do Ministério Público; o relator do processo de indicação, da primeira vez, foi o nobre Senador Tasso Jereissati, que foi o relator que indicou; é uma indicação da Câmara dos Deputados, feita pela totalidade dos Partidos e líderes da outra Casa. Então, faz falta, sim, a indicação no Conselho do Ministério Público de um representante da Câmara dos Deputados; criou um constrangimento para a Câmara dos Deputados.

Outro aspecto: esta matéria foi deliberada por esta Comissão, foi votada nesta Comissão. Eu acordei com os colegas, e aí me firmei no Senador Aloysio Nunes, de que, tendo em vista alguns aspectos levantados na sabatina, nós deveríamos ouvir as pessoas que haviam sido citadas.

Depois disso, até aí nós fomos – o PT foi, as lideranças que estavam aqui foram –, depois disso, foi atravessado um requerimento com a assinatura legítima de vários Senadores, sem a minha e de outros líderes do PT, dizendo que parasse a apreciação no plenário, enquanto os ouvissem aqui. Isso foi à parte. Isso foi depois. Nós tínhamos concordância de ouvir, como eu sigo tendo. Acho que é muito importante que se ouça aqui. Só não dá para matéria deliberada nesta Comissão não ser apreciada pelo Plenário! Só temos essa divergência. Obviamente que, a qualquer tempo...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Mas ouvir os procuradores por que razão? Só para vê-los aqui?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Aloysio, Senador Aloysio, eu vou encerrar a discussão dessa matéria. Essa matéria não está em discussão! Eu dei a palavra ao Senador pela ordem!

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Então, eu só queria fazer este esclarecimento: que fique claro, de uma vez por todas, que nós concordamos que, a qualquer tempo, nós podemos ouvir até mesmo o Dr. Gurgel, se for essa a decisão da Comissão, mas especialmente esses dois de São Paulo. Mas que não se pare esse processo que já foi deliberado na Comissão! Já foi votado! Vai votar de novo?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Esse assunto não é mais aqui, Senador Jorge Viana! Esse assunto é do Plenário.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Gostaria, então, de agradecer a V. Exª e dizer que é um tema do Plenário do Senado; então, que o deixe decidir, e nós vamos continuar debatendo esse tema a qualquer tempo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O nosso papel nós já cumprimos aqui.

Senador Aécio Neves, V. Exª tem a palavra...

É o mesmo assunto?

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Eu tenho certeza que V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – É o mesmo assunto?

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Eu tinha certeza de que V. Exª permitiria...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Dois minutos, e não vou dar a palavra para mais ninguém.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Apenas por 2 minutos. É um esclarecimento, na verdade, Sr. Presidente, e, obviamente, sobre a matéria.

Eu estou absolutamente à vontade em tratá-la, até porque, confesso, não tenho ainda posição definida em relação à aprovação desse Conselheiro, mas quero aqui, de alguma forma, contestar, com a devida vênia, o que disse meu ilustre colega Senador Humberto Costa. Não há, a meu ver, nenhuma tentativa de procrastinação. Ao contrário, o que se busca aqui é cumprir uma decisão tomada pela maioria desta Comissão, na presença do Sr. Conselheiro, de oitiva de dois senhores procuradores. Se houve um fato novo, algo novo, foi exatamente o pedido de urgência, aí, sim, para dar uma celeridade, a meu ver, desnecessária a esse processo. Parecer-me-ia mais adequado à Comissão de Constituição e Justiça do Senado que cumprisse uma determinação da sua maioria, que seria essa oitiva. No meu entendimento, poderia V. Exª inclusive tê-la marcado, para que, após essa oitiva, aí, sim, o Senado possa se manifestar no tempo devido, sem a celeridade que essas urgências, reiteradamente pedidas pela maioria, buscam.

Portanto, Sr. Presidente, não há nenhum intuito de procrastinar a discussão dessa matéria, até porque teremos que decidi-la.

O que me parece aqui solicitado pelos Senadores Pedro Taques, Aloysio Nunes e outros Srs. Senadores é que a Comissão de Constituição e Justiça cumpra uma deliberação tomada por ela própria, e, em seguida, findo esse período das oitivas, aí, sim, o Congresso, sem necessidade de urgência urgentíssima, possa deliberar sobre o tema.

Era essa a contribuição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Aécio Neves, só para esclarecer a V. Exª: o requerimento de urgência não é do Plenário desta Comissão; é do Plenário do Senado.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Foi o que eu disse.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – ... que, regimentalmente, só quem tem poder... Não! V. Exª está fazendo uma cobrança à Mesa da Comissão. A Mesa da Comissão não tem poderes...

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Coloco de forma mais adequada, então, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Aécio Neves, a palavra está com a Mesa, por favor.

A Mesa não tem a deliberação, esta Comissão não tem poderes de deliberar matérias que se encontram no Plenário do Senado, assim como o Plenário do Senado não tem condições de deliberar matérias cujo processado não tenha sido encaminhado ao Plenário do Senado.

Esse é o nosso Regimento.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – O que eu contesto é a urgência pedida pelo Plenário do Senado, Sr. Presidente, não aqui.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Ah, desculpe.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – É o que eu estou contestando, até porque, se não houvesse essa urgência, nós poderíamos ter a oitiva e, depois da oitiva – o que seria racional –, a deliberação sobre o nome.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Aí a decisão é de outra Mesa, e não desta, Senador Aécio Neves.

Vamos ao próximo item da pauta...

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Nós podemos discutir aqui também.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – ... com o devido respeito e agradecimento a V. Exª.

Página 105, item 5, Projeto de Lei da Câmara nº 42. Nós temos cinco itens terminativos após essa matéria.

Pedi três vezes para aumentarem o som, porque não estou conseguindo me ouvir. Digo isso porque senão passo para os meus eleitores cearenses e para o Brasil a informação de que sou mal-educado, porque estou aqui gritando, mas é que o som está muito ruim.

Agora aumentaram o som.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 42, de 2010
– Não Terminativo –

Acrescenta parágrafo único ao art. 13 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, estabelecendo que o fornecimento e a instalação dos equipamentos de medição associados à tarifação do serviço prestado correrão a expensas da concessionária.

Autoria: Deputado Betinho Rosado.
Relatoria: Senador José Agripino (Substituído por *Ad Hoc*)
Relatoria *Ad Hoc*: Senador Humberto Costa
Relatório: favorável ao projeto.
Observações:
– o Projeto foi apreciado pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura e será apreciado, posteriormente, pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa;
– em 21/11/2012, a Presidência concedeu vista aos Senadores Armando Monteiro e Lindbergh Farias, nos termos regimentais.

Final de mandato é assim. A assessoria diminui o tamanho da letra para a gente ter de usar óculos. Olhem como acontece.

O Senador José Agripino foi substituído no dia pelo Senador Humberto Costa, mas o Senador Agripino está presente e volta a ser o Relator originário.

Coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, eu coloco a matéria em votação.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Próximo item da pauta. Item 6, PLC nº 87, p. 119, Senador Gim Argello. É o Item 6, Projeto de Lei da Câmara nº 87, terminativo. Portanto, votação nominal de todos os Srs. Senadores.

Eu quero dizer à audiência que pode fazer a manifestação silenciosa, mas não a manifestação oral.

ITEM 6

TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 87, de 2011
– Terminativo –

Altera a redação do §1º do art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – SINARM, define crimes e dá outras providências.
Autoria: Deputado Jair Bolsonaro

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 329, de 2011
– Terminativo –

Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para autorizar o porte de arma fora de serviço e de caráter nacional para os agentes penitenciários federais.
Autoria: Senador Humberto Costa
Relatoria: Senador Gim Argello
Relatório: Pela aprovação do PLC nº 87, de 2011 e pela rejeição do PLS nº 329, de 2011.
Observações:
– A matéria já foi apreciada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional;
– Votação nominal.

Eu concedo a palavra ao Senador Gim Argello para o seu relatório.

Senador Gim Argello, como sempre, sucinto e preciso.

Ele era terminativo e foi retirado de pauta.

V. Exª tem de fazer o relatório rapidamente. É a p. 119, para orientação de V. Exª, Item 6, Projeto de Lei da Câmara nº 87, de que V. Exª é o Relator. Página 119.

V. Exª, como sempre, educado e sucinto, tem a palavra.

O SR. GIM ARGELLO (Bloco/PTB – DF) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado, Srªs e Srs. Senadores.

É uma matéria que todos estão discutindo aqui já, há alguns meses, nesta Comissão. As pessoas já vêm aqui, os agentes penitenciários estão vindo aqui já, há alguns meses, e toda semana querem que seja votada essa matéria.

Desde que ela começou, de outubro para cá, já foram – é triste dizer isso – assassinados mais de cem agentes penitenciários do País, depois que essa matéria entrou em pauta, em discussão.

É uma matéria bastante justa, principalmente para essa classe laboriosa, que realmente precisa, porque existe essa necessidade, tendo em vista que eles trabalham numa linha de risco muito grande.

Todos nós, todo o Brasil está assistindo, todos os dias, todas as noites, às tragédias que estão acontecendo com esses pais de famílias.

Então, colocando isso, Sr. Presidente, eu vou direto à análise, como V. Exª pediu, e direto ao voto.

A preocupação do autor do PLS nº 329, de 2011, ilustre Senador Humberto Costa, é louvável, mas não vemos como estender os limites temporais e espaciais do porte de arma para os agentes penitenciários federais e não fazê-lo para os demais agentes e guardas prisionais, bem como para os integrantes das escoltas de presos e as guardas portuárias. Como bem observou o Relator da matéria na CRE, nobre Senador Francisco Dornelles, não foi sem razão que essas categorias foram reunidas no mesmo inciso VII do *caput* do art. 6º do Estatuto do Desarmamento. Com efeito, isso de-

corre da correlação existente entre as atividades que desempenham.

Vamos ao voto.

Pelo exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2011, e pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 329, de 2011.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em discussão a matéria. (*Pausa*.)

O Senador Humberto Costa pede a palavra.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente, eu queria me manifestar sobre esse tema primeiro porque fui autor de um dos projetos que foram apensados a essa matéria e que tratava especificamente da concessão do porte de arma aos agentes penitenciários e que eu entendo ter uma justeza, uma justificativa.

Eu sou radical defensor do Estatuto do Desarmamento. Acho que, sem dúvida, a existência de uma circulação de pessoas com armas de fogo, muitas vezes, sem qualquer preparo para isso, é algo que precisa ser reprimido, precisa inclusive ser objeto da conscientização da sociedade, para que não aconteça.

No entanto, existem vários profissionais, até pelo fato de lidarem com situações em que cumprem o papel de agente do Estado no sentido de garantir o isolamento de pessoas indesejáveis à sociedade, que estão expostos à possibilidade de serem alvos do crime organizado, que hoje está fortemente presente dentro das instituições prisionais, e que, sem dúvida, precisam ter a condição de se defender fora do próprio ambiente de trabalho contra as decisões articuladas do próprio crime organizado.

Nós estamos assistindo, agora, no Estado de São Paulo, à impotência, à incompetência do Governo estadual em resolver esse problema dos atentados aos profissionais da segurança pública. No entanto, temos que levar em consideração que há hoje um nível de organização dentre os que compõem estruturas organizadas do crime e que fazem dos agentes de segurança pública o seu alvo.

O Ministério da Justiça, naturalmente, como defensor de uma política e de uma cultura de paz, se contrapôs a esses projetos, porém, eu acho que com uma argumentação que não é aceitável. A colocação de que dar a esses profissionais a possibilidade de terem o porte de arma vai estimular a realização de atividades profissionais privadas fora do ambiente de trabalho não pode ser a justificativa. Se isso é um problema, que se estabeleça uma fiscalização mais forte, para que as ações de segurança privada ou o uso da arma com o objetivo de intimidação, enfim, sejam objeto de uma fiscalização forte ou até mesmo de uma legislação que puna mais duramente aqueles que tendo, pela sua condição profissional, o porte de arma não a possam utilizar para outras atividades, ou que sejam apenados mais duramente se vierem a fazê-lo.

Então, eu queria fazer esse registro e dizer que voto com o Relator, porque entendo que as demais categorias citadas, também, por razões óbvias, devem ter o direito ao porte de arma.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Esta matéria é terminativa, vou colocá-la em votação.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Aloysio tem a palavra.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu peço um esclarecimento ao Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Gim...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Relator, toda a argumentação favorável a esse projeto de lei está centrada na situação dos agentes penitenciários. Acontece que, se eu entendo bem, a regra que está sendo proposta permite que outras categorias possam portar armas, as armas funcionais, fora do horário de serviço e fora dos locais de serviço. São as pessoas previstas nos incisos I, II, III, V e VI do *caput* do artigo, que inclui uma gama mais ampla de categorias. Então, peço a V. Exª que me esclareça isso, porque, por exemplo, permitir que integrantes de guardas municipais de capitais dos Estados ou dos Municípios com mais de 500 mil habitantes também portem armas fora do horário de serviço me parece preocupante. Eu queria ouvir...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Gim, só para orientar...

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

Se o Senador Gim me permitir, essas categorias a que V. Exª referiu já possuem esse direito.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – De portar armas fora do horário de serviço?

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Já possuem esse direito.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Já possuem o direito? Em quê esse projeto inova?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Só para esclarecer ao Senador Aloysio, eu peço ao Relator, Gim Argello, que explique ao

Senador Aloysio o seguinte – I, II, III, IV e V –: onde é que está a inovação, se é apenas para os agentes penitenciários? Foi assim que entendi quando pautei. Eu faço a consulta a V. Exª se é isso.

O SR. GIM ARGELLO (Bloco/PTB – DF) – É somente isso. É somente isso.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Somente a extensão aos agentes penitenciários.

O SR. GIM ARGELLO (Bloco/PTB – DF) – E aos agentes portuários. Mas esses já têm os direitos...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não, se já tem o direito não é extensão. Apenas aos agentes penitenciários.

Senador Aloysio, está claro?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Está claro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Relator responde a V. Exª?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Responde, a inovação diz respeito apenas aos agentes penitenciários.

Peço a palavra para discutir a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª tem a palavra.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, o meu comentário é um comentário lateral. O Senador Gim Argello já esclareceu a minha dúvida. Eu tinha receio de que – por uma leitura equivocada minha – houvesse uma extensão desse direito para outras categorias, o que seria contrário à minha convicção, porque disseminaria o uso de armas de fogo por aí afora.

A minha observação é apenas dirigida ao ilustre colega, Senador Humberto Costa, que aproveitou a discussão da matéria para um ataque político em relação ao Governo de São Paulo. Aliás, com justiça, porque, veja, Sr. Senador Humberto Costa, a média de homicídios no País, no âmbito nacional, incluindo o Estado de São Paulo, é o dobro da média de homicídios por 100 mil habitantes do Estado de São Paulo. Então, V. Exª não tem nenhuma legitimidade para ficar aqui garganteando programas, cultura de paz, a cultura de paz do Ministério da Justiça. É a cultura da inoperância, da ineficiência; essa é que é a cultura da política do PT.

O Governo do Estado de São Paulo tem conseguido, ao longo dos últimos anos, reduzir de uma forma absolutamente constante o número, os incidentes e a violência, a criminalidade no nosso Estado. Isso é medido por um critério universal, que é o da ocorrência de homicídios por 100 mil habitantes. O Estado de São Paulo é metade da média nacional! E é metade da média nacional 10 anos depois de o governo Lula ter anunciado planos, que foram reeditados sucessivamente, de redução da criminalidade no País e que não tiveram nenhum resultado. Se a média do Estado de São Paulo fosse a mesma média nacional, ou fosse equivalente, por exemplo, à média do Estado da Bahia, governado pelo PT, que é astronômica, seguramente a média nacional seria muito maior.

De modo que, nesta matéria, V. Exªs deveriam, primeiro, varrer diante da própria porta antes de atacar o Governo do PSDB, de São Paulo.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra pelo art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Humberto...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Fui citado nominalmente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Humberto, eu vou pedir a V. Exª: vamos nos ater à aprovação. Essas pessoas já vieram aqui 20 vezes pedir o apoio dos Srs. Senadores. Então, se a gente for fazer aqui o debate nacional sobre segurança pública... Essa questão sobre a segurança pública, lamentavelmente, não é um privilégio, ou um "desprivilegio", ou uma consequência de um Estado ou outro; a questão da segurança pública, lamentavelmente, está na porta, infelizmente, de cada brasileiro. Então, esse não é um debate adequado para a gente fazer aqui um embate político. Vamos nos ater a essa matéria. Já são 12 horas e 43 minutos, e nós temos ainda 6 matérias e, na sequência, requerimentos de convite ou de convocação dos Srs. Ministros de Estado, que precisamos aprovar ou rejeitar ainda nesta manhã. E depois, temos a sabatina do Ministro Kukina, que precisamos fazer.

Então, eu pediria vênia a V. Exª...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente, em respeito...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) –...para a gente não fazer esse debate, para que possamos resolver a questão dessa matéria.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Em respeito aos agentes penitenciários que estão aqui, eu abro mão do meu direito de contestar as afirmações equivocadas do Senador Aloysio Nunes.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu agradeço a V. Exª, para que não façamos aqui um embate político, e, sim, das matérias que estamos votando.

Encerrada a discussão.

Eu vou colocar a matéria em votação.

Como vota o Senador José Pimentel? (*Pausa.*)

Ausente.

Como vota a Senadora Ana Rita?

Quem vota "sim", vota com o Relator.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, eu não tenho a convicção de que este projeto é o melhor para a sociedade. Portanto, vou me abster.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Abstenção da Senadora Ana Rita.

Como vota o Senador Pedro Taques?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vota "sim". V. Exª tem experiência nessa área.

Como vota o Senador Jorge Viana?

(Manifestação da platéia: risos.)

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Art.14, Sr. Presidente...

(Manifestação da platéia: risos.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pedro Taques, na área, não! Calma, Senador Pedro Taques! V. Exª foi um Procurador atuante. V. Exª andava protegido.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, se me permite, quero dizer que o Brasil todo está assistindo a V. Exª.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – É só para esclarecer qual o lado, viu, Pedro Taques?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Eu quero usar o meu direito regimental.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Quero deixar isso esclarecido.

Senador Pedro Taques, V. Exª pode falar.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Ele não anda armado no plenário. Disso sou testemunha.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador, não é isso! Estou dizendo que esses agentes já protegeram o Senador Pedro Taques quando ele visitava os presídios. Foi isso que eu quis dizer. Talvez, eu tenha me expressado mal.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, o senhor me permita dizer que aí o molho ficou pior do que a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Então, desculpe-me. Então, desculpe a Mesa. A Mesa pede desculpa a V. Exª.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Eu invoco o art. 14 do Regimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Então, eu peço desculpa a V. Exª. A Mesa pede desculpa a V. Exª. Foi uma brincadeira.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Tenho a certeza de que V. Exª fez uma brincadeira, mas quero confessar a V. Exª que passei 3 anos numa penitenciária como voluntário, quando eu era estagiário.

(Manifestação da platéia: risos.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu sei disso. Vamos ouvir o Senador Pedro Taques!

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Eu fui voluntário. Eu passei 3 anos como voluntário, ajudando na elaboração de pareceres numa penitenciária, e conheço aquele trabalho. Depois, como membro do Ministério Público Federal...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Foi a isso que eu quis me referir, Senador.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Tenho certeza disso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Foi a isso que eu quis me referir. Eu não queria revelar a história de V. Exª, mas foi a isso que eu quis me referir. Agradeço a V. Exª.

Como vota...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – V. Exª tem bola de cristal?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não! O Senador já conversou comigo sobre isso. Eu já sabia disso. Eu já tinha conversado com o Senador Pedro Taques. Sei a história do Senador Pedro Taques, até porque ele foi e é professor das minhas duas filhas, que são formadas em Direito e que fazem o curso de pós-graduação com ele. Na semana passada, uma delas deu o depoimento de que ele é um grande e brilhante professor.

Senador Jorge Viana, como vota V. Exª?

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Por essas e outras, Senador, é que o Regimento estabelece que, em regime de votação, não pode haver nenhum comentário.

Voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Jorge Viana vota "sim".

Como vota o Senador Antonio Carlos Valadares? (*Pausa.*)

Como vota o Senador Inácio Arruda?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Eduardo Lopes? (*Pausa.*)

Como vota o Senador Ricardo Ferraço? (*Pausa.*)

Como vota o Senador Pedro Simon?

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vota "sim", com o Relator.

Como vota o Senador Romero Jucá?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – "Sim", com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Romero vota "sim", com o Relator.

Como vota o Senador Vital do Rêgo?

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Quero parabenizar o Relator pelo brilhante estudo. Quero enaltecer o trabalho do Sr. Senador Gim Argello.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – "Sim", com o Relator.

Como vota o Senador Luiz Henrique?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – S. Exª vota "sim", com o Relator.

Como vota o Senador Francisco Dornelles?

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – "Sim", com o Relator.

Como vota o Senador Aécio Neves?

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – S. Exª vota com o Relator.

Como vota o Senador Aloysio Nunes?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – "Sim", com o Relator.

Como vota o Senador Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o Relator.

Como vota o Senador José Agripino?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o Relator, "sim".

Como vota o Senador Armando Monteiro?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – "Sim", com o Relator.

É conhecido o voto do Senador Gim Argello.

Como vota o Senador Magno Malta? (*Pausa.*)

S. Exª estava aqui agora.

Como vota o Senador Randolfe Rodrigues? (*Pausa.*)

S. Exª está ausente.

Como vota o Senador Sérgio Petecão? (*Pausa.*)

Ausente.

Como vota o Senador Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, com muito respeito aos agentes penitenciários que dialogaram comigo, eu transmiti a eles que, desde pequeno, aprendi com meu pai – e, até hoje, não mudei minha convicção – que a utilização de armas coloca ainda mais em risco as pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª vota "não", então?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Portanto, voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota a Senadora Lídice da Mata? (*Pausa.*)

Como vota o Senador Anibal Diniz? (*Pausa.*)

Como vota o Senador Acir Gurgacz?

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – "Sim", com o Relator.

Como vota o Senador Humberto Costa?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – "Sim", com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – "Sim", com o Relator.

Como vota o Senador Valdir Raupp?

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – S. Exª vota com o Relator.

Agradeço-lhe, mais uma vez, Senador Waldemir Moka, a presença aqui, mas V. Exª está liberado.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, permita-me só dizer o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pois não.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, acompanho os agentes penitenciários, em especial os do Mato Grosso do Sul, e quero parabenizá-lo pela determinação de fazer votar essa matéria, ao tempo em que enalteço o grande trabalho do Relator Gim. Eu disse a eles que eu era suplente, mas que estaria aqui, porque acho importante que eles tenham também essa possibilidade...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Por isso, fiz o registro e o agradecimento a V. Exª, porque sei do empenho de V. Exª.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Havia um compromisso da Mesa, e esse compromisso está honrado, com os agentes penitenciários.

Como vota o Senador Mozarildo Cavalcanti?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vota "sim", com o Relator.

Houve 19 votos SIM e 1 abstenção.

Fica aprovado o Projeto de Lei da Câmara nº 87...

(*Manifestação das galerias.*)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Silêncio! Silêncio! Não terminei de ler ainda. Silêncio, senão volto atrás aqui.

Está aprovado o Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2011, restando prejudicado o PLS nº 329, de 2011, nos termos do art. 164 do Regimento Interno do Senado Federal.

As matérias serão encaminhadas à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Próximo item da pauta.

Peço silêncio aos senhores, parabenizando-os pela aprovação do projeto.

Item 7 da pauta.

Senador Eduardo Braga, o Senador Ricardo Ferraço me pediu para pautar esta matéria. Ele esteve aqui agora pela manhã, mas precisou sair.

Nós ainda temos matérias nominais, Srs. Senadores.

Portanto, vou retirar o item 7, pedindo escusa ao meu Líder do Governo, Senador Eduardo Braga, porque há o pedido do Senador Ricardo Ferraço, que é o Relator, para que esta matéria saísse de pauta no dia de hoje. E, por hábito de atender os Senadores, esta matéria volta na próxima semana.

(É o seguinte o item retirado:

ITEM 7

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 27, de 2012
– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro.

Autoria: Deputado Hugo Leal
Relatoria: Senador Ricardo Ferraço
Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos da emenda substitutiva que apresenta.)

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, o Senador Aécio Neves.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Pela ordem, inclusive com o objetivo de contribuir...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Só um minutinho. No item anterior, o Senador Suplicy pede para registrar o voto "não" ao porte de armas aos agentes penitenciários.

Está registrado o voto de V. Exª.

Senador Aécio Neves.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Sr. Presidente, no sentido de dar celeridade ao trabalho de V. Exª e, acredito, uma contribuição, informo que sou Relator do PLS 762, de 2011, e que, na última sessão, solicitei fosse sobrestado porque não estava aqui presente o autor, o Senador Aloysio, que estava em uma missão oficial. Havia uma dúvida entre nós se o caminho mais adequado para a discussão desse projeto que trata da tipificação do crime de terrorismo, matéria extremamente relevante, haja vista inclusive a aproximação de grandes eventos internacionais, seria aqui ou se a matéria deveria ser discutida no âmbito da comissão que discute a reforma do Código Penal.

Em entendimento, portanto, com o autor da matéria, com o Senador Pedro Taques e com outros Senadores envolvidos, estou optando pela retirada de pauta da matéria, que deverá ser encaminha à comissão que discute a reforma do Código Penal, que me parece o local mais adequado para que seja aprofundada, Sr. Presidente. Portanto, fica V. Exª também liberado do item 10 da pauta da reunião de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como Presidente da comissão especial e em nome do Relator Pedro Taques e demais membros, agradeço a compreensão de V. Exª. Essa matéria está sendo tratada cuidadosamente pelo Senador Pedro Taques e por todos nós que fazemos parte da comissão especial que trata do Código Penal brasileiro.

Próximo item da pauta: item 8, página 160.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 330, de 2011
– Não Terminativo –

Dispõe sobre a parceria de produção integrada agropecuária, estabelece condições, obrigações e responsabilidades nas relações contratuais entre produtores integrados e agroindústrias integradoras, e dá outras providências.
Autoria: Senadora Ana Amélia
Relatoria: Senador Acir Gurgacz
Relatório: Favorável ao Projeto, com 22 emendas que apresenta.

Observações:

– A matéria será apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em decisão terminativa.

Senador Acir Gurgacz, tem a palavra V. Exª.

Já são 13 horas e daqui a pouco teremos a sabatina.

Tem a palavra V. Exª, Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Procurarei ser o mais rápido possível no relatório e na análise.

O Projeto de Lei do Senado nº 330, de 2011, de autoria da Senadora Ana Amélia, dispõe sobre a parceria de produção integrada agropecuária, estabelece condições, obrigações e responsabilidades nas relações contratuais entre produtores integrados e agroindústrias integradoras, e dá outras providências.

Este projeto visa dar mais segurança jurídica aos produtores e às agroindústrias brasileiras, principalmente na produção de aves, suínos, produção de leite, tabaco, etc.

Como é de conhecimento o relatório, Sr. Presidente, e também a análise...

A análise diz o seguinte: nos termos do art. 101, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe são submetidas por despacho da Presidência da Casa. Vê-se, à luz dessa regra e dos demais dispositivos do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Lei do Senado nº 330, de 2011, não apresenta defeito atinente à regimentalidade, à constitucionalidade e à juridicidade.

Portanto, vou direto ao voto, Sr. Presidente, para contribuir com o horário dos nossos trabalhos.

Diante do exposto, nós opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 330, de 2011, com as 22 emendas que estão listadas no Projeto que está à disposição dos nobres Senadores, Sr. Presidente.

Portanto, eu sou a favor da aprovação do Projeto. E já entramos em contato com a Liderança do Governo, Sr. Presidente, para que a gente possa debatê-lo na Comissão de Agricultura, já que lá é terminativo, para que a gente possa discutir o mérito...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Não, é terminativo na Comissão de Agricultura. Aqui não é terminativo. Portanto, vamos debater o mérito lá na Comissão de Agricultura e, aqui, nós somos pela aprovação do projeto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em discussão a matéria.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – A Senadora Ana Rita pede a palavra.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, eu tenho certa preocupação com este projeto, porque, pelo que entendi, ele pretende substituir o contrato de prestação de serviços e a relação trabalhista e isso pode fragilizar os pequenos produtores rurais. Eu acho que nós deveríamos fazer um debate maior sobre esse projeto.

Peço vista.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vista concedida à Senadora Ana Rita. É regimental.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu só queria comentar...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE. *Fazendo soar a campainha.*) – Eu queria só um pouquinho de silêncio. Nós temos matérias ainda sendo debatidas, e as pessoas já estão saindo.

Só um minutinho, Senadora Ana Amélia.

Foi pedido vista da matéria. Está fora de pauta...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Então, peço vista coletiva. Desculpa. Não sei se tenho condição, porque não sou desta Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Gurgacz pode pedir, porque ele é da Comissão.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Pois não. Vamos pedir vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Luiz Henrique também pede vista coletiva. Então, vista coletiva concedida...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Eu posso argumentar, Sr. Presidente, para debatermos isso lá na Comissão de Agricultura?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – A matéria está...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Eu posso argumentar e pedir reconsideração à Senadora Ana Rita, para que a gente possa debater...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O senhor pode pedir à Senadora Ana Rita a retirada. É regimental.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Senadora Ana Rita, por gentileza. Eu posso pedir para que a senhora reconsidere, para que nós possamos debater este assunto com toda profundidade e tempo na Comissão de Agricultura, e possamos avançar neste projeto? Porque é importante, principalmente para os pequenos agricultores brasileiros. Peço reconsideração.

Já conversamos com o Governo, com o Líder do Governo, com os Ministérios também, e nós vamos trabalhar, lá na Comissão de Agricultura, para destrinchar este projeto e debater com toda a profundidade necessária, porque lá é o foro para realmente debatermos o mérito deste projeto, Senadora. Peço a consideração de V. Exª.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Senador Acir, com certeza, a Comissão de Agricultura é a Comissão de mérito, mas eu não sou membro daquela Comissão e gostaria de ter a oportunidade de debater aqui este projeto de lei. Porque lá na Comissão de Agricultura, eu não sou nem titular nem suplente. Eu não sou membro daquela Comissão. Então, eu ficaria prejudicada no debate. E prefiro fazer o debate aqui, nesta Comissão, onde tenho a titularidade.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Nem que eu faça consultas à senhora, para que a gente possa avançar, Senadora? Para ver se a gente consegue avançar neste projeto que é importante, principalmente para os pequenos...

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Não, Senador. Confesso que olhei aqui, rapidamente, com certeza, mas me preocupou muito o conteúdo do projeto. Eu prefiro fazer o debate.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – O.k. Então, peço vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – É regimental. O Senador Luiz Henrique pediu vista coletiva. V. Exª é o autor.

Vista coletiva, a matéria volta na próxima semana.

O próximo item da pauta é o item 9. O Relator é o Senador Jorge Viana. E a matéria tramita em conjunto com a Proposta de Emenda à Constituição nº 46, do Senador Flexa Ribeiro, que está ausente e me pediu para que abríssemos esta matéria na próxima semana, para discussão. Então, vou retirá-la de pauta, de ofício, e a matéria estará na próxima semana, independente da presença ou não do Senador Flexa Ribeiro, pedindo desculpa ao Senador Jorge Viana.

(É o seguinte o item retirado:

ITEM 9

TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 86, de 2011
– Não Terminativo –

Cria os Tribunais Regionais Federais da 6ª Região, com sede em Manaus e jurisdição no Estado do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima.
Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin e outros

TRAMITA EM CONJUNTO
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 46, de 2012
– Não Terminativo –

Altera o art. 27 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para criar o Tribunal Regional Federal da 6º Região, com sede em Belém e jurisdição nos Estados do Pará, Amapá, Maranhão e Tocantins.
Autoria: Senador Flexa Ribeiro e outros
Relatoria: Senador Jorge Viana
Relatório: Pela prejudicialidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 46, de 2012, e pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2011, na forma do substitutivo que apresenta.)

Agora, nós vamos... Srs. Senadores... Senador Eduardo Braga, por favor, só um minuto da atenção de V. Exª. Srs. Senadores, nós vamos agora suspender esta reunião para a sabatina, às 14 horas, do indicado do Ministério Público – V. Exª é o Relator, Senador Alvaro Dias –, do candidato indicado a Ministro, o Sr. Sérgio Luiz Kukina, que é Procurador de Justiça e vai ser ouvido nesta Comissão.

Mas, antes de suspender os nossos trabalhos, há sobre a mesa, e já passado o prazo regimental adequado por esta Comissão, requerimento: do Senador Alvaro Dias, que convida os Srs. Luís Adams, Ministro-Chefe da Advocacia Geral da União; também do Senador Alvaro Dias, que convida o Sr. José Eduardo Cardozo, Ministro da Justiça; do Senador Eduardo Braga, que convida o Sr. Luís Inácio Lucena Adams, Ministro-Chefe da Advocacia Geral da União, e o Sr. José Eduardo Cardozo, Ministro de Estado da Justiça, para reunião conjunta presidida por esta CCJ. Também há requerimento do Senador Pedro Simon, do Senador Pedro Taques e do Senador Randolfe Rodrigues, em que convidam o Sr. José Eduardo Cardozo, Ministro da Justiça.

Eu quero deixar bem claro que já conversamos, inclusive, com o Ministro José Eduardo Cardozo e S. Exª, prontamente, disse estar disponível, em atenção a esta Comissão e aos Srs. Senadores, para vir a esta Comissão.

Mesmo com a espontaneidade do Ministro, há requerimento sobre a mesa e há um compromisso da Mesa desta Comissão de, após uma reunião, colocar os requerimentos em votação.

Portanto, vou colocar em votação...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – *(Fora do microfone.)*

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) –...os requerimentos do Sr. Senador Álvaro Dias, do Senador Eduardo Braga, do Senador Pedro Simon, do Senador Pedro Taques, do Senador Randolfe Rodrigues, porque todos têm o mesmo objetivo.

Então, vou colocar em votação, em bloco, os requerimentos, que têm o mesmo objetivo de convite ao Ministro Luís Inácio Lucena Adams e ao Ministro José Eduardo Cardozo, Ministro da Justiça.

Quero somente avisar aos Srs. Senadores que irei colocar em votação, em bloco, estes requerimentos.

O Sr. Senador Randolfe Rodrigues pediu a palavra pela ordem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Excelência, é o seguinte: nós acabamos de protocolar um requerimento aditado ao requerimento anterior, de autoria do Senador Pedro Simon, do Senador Pedro Taques e da minha autoria.

Os mais recentes acontecimentos, as últimas notícias sobre essa operação da Polícia Federal, denominada Operação Porto Seguro, dão conta do envolvimento da segunda pessoa da Secretaria dos Portos, o Secretário Executivo da Secretaria dos Portos.

Dessa forma nos protocolamos requerimento, porque compreendemos que, além de ouvir o Sr. Ministro da Justiça, de ouvir também o Sr. Luís Inácio Adams, cuja vinda já foi aprovada ontem, na Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle – e a partir do entendimento de V. Exª, deverá ser feita uma reunião conjunta com a Comissão de Fiscalização e Controle –, nós devemos também ouvir o Sr. Secretário – aditando aos requerimentos que aí estão –, possamos também ouvir o Sr. Secretário Nacional do Portos e, também, o Sr. Mário Lima Júnior, Secretário-Executivo da Secretaria dos Portos. É o aditamento que faço aos requerimentos que já estão aí, Sr. Presidente.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Antes, vou responder ao Senador Randolfe Rodrigues que vou colocar em votação os requerimentos originários, tendo em vista que há uma decisão desta Comissão, aprovada por todos os Srs. Senadores, que requerimento entra numa reunião e pode ser votado apenas na outra.

Então, esse requerimento de aditamento V. Exª poderia transformar em um novo requerimento, que, na próxima reunião, poderá ser colocado na pauta. Mas, neste momento, a Mesa vai cumprir o que havia combinado com os Srs. Senadores. Havia já um requerimento do Senador Alvaro Dias, antes desse, e eu, na semana passada pedi vênia ao Senador Alvaro Dias para não colocar em pauta, para não quebrar o acordo que havíamos feito aqui nesta Comissão.

Portanto, o requerimento de V. Exª eu recebo para que, na próxima reunião, possa ser deliberado. Mas, na mesma reunião, receber o requerimento e deliberar, não, a não ser quando se trata de votação nominal, porque já deliberei várias vezes neste sentido e vou cumprir aquilo que nós acertamos, pedindo vênia e desculpas a V. Exª...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Eu lhe agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – ...para que na próxima semana eu possa colocar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Eu lhe agradeço, Sr. Presidente. Estou de acordo com o encaminhamento. Eu só peço a devida vênia a V. Exª para – e acho que há interesse também da própria Liderança do Governo, nós possamos marcar essa reunião conjunta com a Comissão de Fiscalização para a semana que vem, no melhor momento em que V. Exª puder acordar com o Senador Rodrigo Rollemberg, Presidente da Comissão de Fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Já conversei com o Senador Rodrigo Rollemberg. Assim, o Ministro da Justiça estará na Câmara, na terça-feira, e voltamos a conversar no dia de hoje, para marcar o horário e o dia, o mais rápido possível, para que eles estejam presentes a esta Comissão.

Vou colocar em votação os requerimentos.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Existem outros requerimentos de minha autoria que cumprem o dispositivo regimental, que poderiam ser colocados em votação hoje. Dizem respeito ao convite ao Sr. José Weber Holanda; ao Delegado da Polícia Federal Roberto Troncon, Superintendente em São Paulo; e à Secretária do Patrimônio da União, a Srª Evangelina.

Esses requerimentos dizem respeito à mesma Operação Porto Seguro, e creio ser adequada a votação também neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador, eu vou colocar em votação esses requerimentos e, na próxima semana, eu vou colocar os do Senador Randolfe Rodrigues e os outros requerimentos de autoria de V. Exª.

Em votação os requerimentos.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que aprovam os requerimentos em bloco permaneçam como se acham. (*Pausa*.)

Aprovados os requerimentos de autoria do Senador Alvaro Dias, novamente do Senador Alvaro Dias, do Senador Eduardo Braga, do Senador Pedro Simon, do Senador Pedro Taques e do Senador Randolfe Rodrigues.

(São os seguintes os requerimentos aprovados:

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 61, de 2012

Requer, nos termos do inciso V, § 2º, art. 58, da Constituição Federal, c/c o inciso V, art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidada o Excelentíssimo Senhor Ministro-Chefe da Advocacia Geral da União, LUÍS INÁCIO ADAMS, para prestar esclarecimentos a esta Comissão acerca da participação e o envolvimento de servidores da AGU na organização criminosa que praticava fraudes contra a União, bem como o seu alcance, conforme revelado pela denominada "Operação Porto Seguro" da Polícia Federal.

Autoria: Senador Alvaro Dias

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 62, de 2012

Requer, nos termos do inciso V, § 2º, art. 58, da Constituição Federal, c/c o inciso V, art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Sr. JOSÉ EDUARDO CARDOZO, Ministro da Justiça, para prestar esclarecimentos sobre a denominada "Operação Porto Seguro" e as investigações em curso de suspeitos de integrar uma organização criminosa que praticava fraudes em órgãos federais.

Autoria: Senador Alvaro Dias

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 63, de 2012

Requer, com fundamento no disposto no art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso V, do Regimento Interno desta Casa, requeiro seja convidado o Ministro de Estado da Justiça, Sr. José Eduardo Cardozo, para informar e debater com os senadores sobre os desdobramentos da "Operação Porto Seguro".

Autoria: Senador Pedro Simon e outros

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 64, de 2012

Requer, nos termos regimentais, que sejam convidados os Ministros da Justiça, José Eduardo Cardozo, e da Advocacia-Geral da União, Luis Inácio Lucena Adams, para prestarem informações, em reunião conjunta, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e de Fiscalização e Controle; e de Serviços de Infraestrutura, sobre a denominada "Operação Porto Seguro".

Autoria: Senador Eduardo Braga.)

Os demais requerimentos ficarão para a próxima reunião, quarta-feira, o que foi regimentalmente acordado com os Srs. Senadores.

O Senador Jorge Viana pede a palavra pela ordem.

Tem a palavra V. Exª.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Eu queria solicitar de V. Exª a leitura do relatório do item do qual sou Relator, para que eu pudesse fazer uma breve leitura do meu relatório, tendo em vista que, na semana que vem, não vou estar aqui, e o relatório está pronto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Jorge Viana, eu vou aceder a V. Exª, por ser apenas a leitura, mas o debate e a possível inclusão de novas emendas... Se houver o compromisso de V. Exª, eu colocarei dessa maneira, mesmo contrariando o pedido de outro colega nosso que não está presente nesta reunião.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Então, com o compromisso de V. Exª de a essa leitura poderem ser incorporadas novas emendas durante o relatório ou não, a critério de V. Exª.

(É o seguinte o item relatado:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 46, de 2012 – Não Terminativo –

Altera o art. 27 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para criar o Tribunal Regional Federal da 6º Região, com sede em Belém e jurisdição nos Estados do Pará, Amapá, Maranhão e Tocantins.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro e outros

Relatoria: Senador Jorge Viana

Relatório: Pela prejudicialidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 46, de 2012,e pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2011, na forma do substitutivo que apresenta.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Está muito bem.

Eu agradeço a atenção e passo ao relatório.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2011. Primeiro, de autoria da Senadora Vanessa; e outra, a de nº 46, de autoria do Senador Flexa. Também a apreciação de uma propositura do Senador Walter Pinheiro.

Sendo ambas de autoria parlamentar, chegam a esta Comissão para exame, em tramitação conjunta, a Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2011, que pretende a criação de um Tribunal Regional Federal sediado na cidade de Manaus e com jurisdição nos Estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima, e a Proposta de Emenda à Constituição nº 46, de 2012, que, igualmente, pretende a criação de Tribunal Regional Federal sediado em Belém e jurisdição nos Estados do Pará, Amapá, Maranhão e Tocantins.

As Propostas de Emenda à Constituição nºs 86 e 46, ambas, no meu parecer, são constitucionais. Eu espero que cada colega que está aqui aprecie.

Trata-se de matéria do maior interesse do País, para que, de fato, o Brasil tenha estabelecido aquilo que esta Comissão e este Congresso buscam fazer valer e que está estabelecido na Constituição, que é o Estado de direito. Estou me referindo à situação precária em que a Justiça Federal vive hoje.

Análise.

Não ocorrem vícios de constitucionalidade formal ou material a contaminar a proposta em análise.

Vou deixar de apreciar, Sr. Presidente, para ajudar nos trabalhos, todo o trabalho que fiz no sentido de buscar jurisprudência para a apresentação dessas Propostas de Emendas à Constituição.

Eu queria aqui, chamando a atenção dos colegas, fazer breves comentários. A Constituição, no seu art. 5º, estabelece como direito fundamental o direito à jurisdição e à celeridade processual. E o que nós temos são aspectos que eu queria ressaltar: há disponíveis expressivos e preocupantes números que demonstram, com exuberância, a saturação e o soterramento dos Tribunais Regionais Federais em funcionamento hoje no Brasil. Não faremos referência a todos, mas apenas aos mais contundentes.

O primeiro deles dá conta de que, em 30 de março de 1989, quando instalados os cinco Tribunais Regionais Federais que hoje cobrem toda a área do Território Nacional (sediados em Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Recife), tramitavam nessas Cortes 96 mil processos. Em 2011, esse número havia passado para 1,2 milhão de processos – um incremento de mais de 1.000%! Nesse período, o número de magistrados nesses tribunais passou de 74 – observem bem, Srªs e Srs. Senadores – para 139! Nem chegou a dobrar.

O número de processos saiu de 96 mil para 1,2 milhão!

Some-se a isso a instalação de 230 novas varas judiciárias de primeiro grau, as quais significam mais 460 novos juízes federais a abastecer esse enorme volume processual paralisado nas Cortes de segundo grau. É de se ressaltar, quanto a isso, que em 1989, havia 2,4 juízes federais para cada desembargador federal, ou seja, eram 177 juízes para 74 desembargadores; em 2014, serão 14 juízes para cada desembargador, ou 1.954 juízes para 139 desembargadores.

Para não me alongar, Sr. Presidente, desses Tribunais, o mais problemático é o da 1ª Região, sediado em Brasília, cobrindo 13 Estados e o Distrito Federal: Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima, Tocantins.

Em face dessa inexplicável e insustentável extensão territorial, o TRF da 1ª Região demora mais de 30 anos para decidir os processos aos seus cuidados.

Nesse TRF, há Desembargadores Federais com mais de 20.000 processos conclusos para julgamento, volume que é complementado por mais de 1.000 processos novos todos os meses.

Em 2011, pendiam de julgamento no TRF da 1ª Região quase 210.000 recursos.

É uma situação absolutamente insustentável.

As opções são três:

a) manter essa situação inalterada, o que vai levar o volume processual paralisado na Justiça Federal de segundo grau a ser resolvido em aproximadamente 26 anos, ou seja, em 2038;

b) aumentar a composição dos atuais cinco TRFs, inchando suas estruturas e mantendo as partes afastadas do órgão jurisdicional (no caso do TRF sediado em Brasília, essa distância pode ultrapassar os 4.000 km); ou

c) descentralizar o segundo grau da Justiça Federal, mediante a criação de novos tribunais regionais federais em regiões estratégicas.

A única opção funcional, racional e efetiva é a criação de novos tribunais regionais federais, como os pretendidos pelas proposições das quais ora apresento a esta Comissão.

Dessa forma, convergindo para o aval das razões acostadas às proposições sob exame, e entendendo mais a necessidade de implantação de uma dessas Cortes para atender aos Estados da Bahia e de Sergipe, optamos por um substitutivo global, oferecendo solução ampla ao problema.

Cumpre ressaltar que há deficiências de técnica legislativa em ambas as proposições, as quais, pensamos, encontram-se sanadas no texto do substitutivo.

Por fim, cabe observar que, no presente caso, em que ambas as proposições merecem aprovação, deve ser acatada a PEC nº 86, de 2011, por força do art. 260, inciso II, alínea "b", do Regimento Interno do Senado Federal, que concede precedência ao projeto mais antigo sobre o mais recente, quando originários da mesma Casa. Dessa maneira, cabe aprovar um substitutivo à PEC nº 86, de 2011, que incorpore dispositivos da PEC nº 46, de 2012.

Voto.

Por todo o exposto, somos pela prejudicialidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 46, de 2012, e pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2011, na forma do substitutivo que deste parecer é parte.

EMENDA Nº – CCJ (SUBSTITUTIVO)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 86, DE 2011

Cria Tribunais Regionais Federais.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao Texto Constitucional:

Art. 1º O art. 27 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal é acrescido do seguinte § 11:

Art.27.....

§ 11. São criados:

I – Tribunal Regional Federal com jurisdição nos Estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima e sede na cidade de Manaus;

II – Tribunal Regional Federal com jurisdição nos Estados do Pará, Amapá, Maranhão e Tocantins e sede na cidade de Belém;

III – Tribunal Regional Federal com jurisdição nos Estados da Bahia e de Sergipe e sede na cidade de Salvador. (NR)

Art. 2º O Superior Tribunal de Justiça, no prazo de cento e oitenta dias a contar da data da publicação desta Emenda Constitucional, encaminhará projeto de lei ao Congresso Nacional dispondo sobre a organização, estrutura e funcionamento dos Tribunais Regionais Federais referidos, bem como sobre as alterações deles decorrentes na organização do Judiciário Federal de segundo grau.

Art. 3º Esta Emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação.

É esse o meu parecer, Sr. Presidente.

Agradeço, Presidente Eunício, pela oportunidade de fazer a leitura de tão importante matéria nesta Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal.

Muito obrigado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Gim pediu a palavra pela ordem.

O SR. GIM (Bloco/PTB – DF) – Eu gostaria de pedir vista desse Projeto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vista concedida ao Senador Gim Argello.

Senador Aloysio. (*Pausa.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM. *Fora do microfone.*) – Vista coletiva, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vista coletiva, pedida pelo Líder do Governo, Senador Eduardo Braga.

Srs. Senadores, vou suspender esta reunião para que os senhores tenham direito ao almoço. Às 14h, voltaremos com a segunda parte desta reunião, com a sabatina do Sr. Sérgio Luiz Kukina.

Está suspensa a reunião até às 14h.

(*Suspensa às 13 horas e 18 minutos, a reunião é reaberta às 14 horas e 47 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Declaro reaberta a 44ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião, na sua segunda fase, destina-se à apreciação do item 1 da pauta:

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 100, de 2012 – Não Terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor SÉRGIO LUIZ KUKINA, Procurador de Justiça, para compor o Superior Tribunal de Justiça, no cargo de Ministro, na vaga destinada a membro do Ministério Público, decorrente da aposentadoria do Senhor Ministro Hamilton Carvalhido.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Alvaro Dias

Observações: *Em 21/11/2012, foi concedida vista coletiva, nos termos do Ato nº 1, de 2007 – CCJ.*

Na presente reunião, procederemos à arguição do indicado, em cumprimento à alínea "b", do art. 2º, do ato supracitado, referente à segunda etapa do processo de apreciação de escolha de autoridade no âmbito desta CCJ.

Convido os Senadores Armando Monteiro e Alvaro Dias para que convidem e tragam até a mesa o nosso indicado, o Procurador de Justiça Sérgio Luiz Kukina, para a abertura dos nossos trabalhos.

Convido os demais Senadores componentes da Comissão de Constituição e Justiça. Já declaramos reaberta a nossa sessão na sua segunda parte, que será a sabatina do indicado a Ministro, Procurador Sérgio Luiz Kukina.

Senador Pedro Taques, boa tarde.

Convido o Senador Álvaro Dias para se sentar à nossa esquerda, já que ele é Relator da Mensagem nº 100 da Srª Presidenta da República.

Dr. Kukina, antes de passarmos à fase de arguição, concedo a palavra a V. Exª para sua apresentação. Aquele relógio ali marca o nosso tempo, e esse aqui atrás marca o tempo dos Senadores. V. Exª terá até 20 minutos, podendo ser prorrogado, para fazer a sua apresentação.

Tem a palavra o nosso indicado, o Procurador de Justiça Dr. Sérgio Luiz Kukina.

V. Exª está com a palavra.

O SR. SÉRGIO LUIZ KUKINA – Muito obrigado. Boa tarde a todos.

Exmo Senador Eunício Oliveira, DD. Presidente desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; Exmas. Senadores, Exmos. Senadores integrantes desta mesma alta Comissão do Senado; Exmo Senador Alvaro Dias, digno representante do nosso querido Estado do Paraná, que muito me honra com a relatoria e com a recomendação da aprovação de minha indicação para ocupar o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça; caríssimo Dr. Wanderlei Carvalho da Silva, DD. Presidente da Associação Paranaense do Ministério Público, aqui presente, na pessoa de quem saúdo todos os colegas de Parquet; demais autoridades judiciárias; Parlamentares; advogados; amigos; profissionais da imprensa; servidores deste Senado Federal, mais uma vez esta alta Casa Legislativa depara com a relevante tarefa prevista na combinação dos arts. 52, inciso III, alínea "a" e art. 104, parágrafo único, da Carta Magna, consistente na arguição pública de candidato, indicado pela Presidência da República, para preenchimento, desta feita, de vaga reservada a membro do Ministério Público, aberta com a aposentadoria do Exmo Ministro Hamilton Carvalhido, ocorrida em maio de 2011 e que, desde logo se ressalte, dificilmente encontrará sucessor com o mesmo grau de eficiência, brilho e talento.

Nada obstante, ainda assim me animo em reportar e submeter ao experiente crivo de V. Exªs alguns recortes de minha trajetória de vida, pessoal e profissional, acrescidos de poucas considerações institucionais, capazes, quiçá, de ensejar uma adequada avaliação sobre minha pessoa.

Sou filho de um imigrante croata, que deixou sua terra natal e sua família, no pós-Segunda Guerra, e que chegou ao Brasil sem saber falar o idioma e sem provisões mínimas, mas que buscava experimentar e desfrutar de um dos mais sagrados direitos da pessoa humana, que é o direito de liberdade.

Em nossa pátria, encontrou o que queria e, aqui, fincou raízes. Primeiramente, na cidade do Rio de Janeiro e, dois anos depois, em Curitiba, onde residiu, trabalhou como ourives, formou família, emocionou-se com o futebol brasileiro e entregou-se, com toda a devoção, ao Clube Atlético Paranaense, até falecer em março deste ano, aos 79 anos, deixando-me, contudo, os legados da liberdade, da honestidade e, confessadamente, da paixão pelo time rubro-negro da capital ecológica.

Esse meu já saudoso pai, Alojz Kukina, encontrou a catarinense Isa, minha amada mãe, a qual continua conosco a homenagear seus filhos, netos e bisnetas, com seus incondicionais sentimentos de amor e de proteção.

Ao término da minha faculdade de Direito em 1982, na antiga Universidade Católica do Paraná, já havia compreendido que o vigor e o entusiasmo de minha juventude, aliados ao amor pelo Direito, somente poderiam me remeter, naquele instante, às desafiadoras tarefas do Ministério Público, que já se desenhava como uma instituição vocacionada ao atendimento das grandes demandas sociais, desbordando, assim, de sua respeitabilíssima tradição na seara técnico-penal, da qual, sabidamente, nunca se apartou.

Aprovado em rigoroso concurso – quarta colocação –, tomei posse em junho de 1984, aos 24 anos de idade, como Promotor Público Substituto, iniciando-se, aí, o meu sexto ano de faculdade, agora, a faculdade da vida, em contato direto com as agruras da realidade circundante, presentes num País marcado pela absurda desigualdade econômica e social, em que os materialmente débeis – a maioria – se acham à margem do acesso aos mais elementares direitos inerentes à cidadania, à sobrevivência e, em última análise, à própria existência, o assim chamado mínimo existencial.

Já no efetivo exercício da profissão, em nenhum momento, esqueci –me das formidáveis lições de hu-

manidade recebidas dos excelentes professores que tive. Logo no primeiro ano de faculdade, para exemplificar, o saudoso professor de Filosofia, Monsenhor Ivo Zanlorenzi, nos ensinava acerca da existência das três categorias fundamentais de indivíduos, a saber: a dos indivíduos instrumentalizados e oprimidos, que ocupam a passiva posição de objeto da história; a dos indivíduos instrumentalizadores e opressores, que manipulam a história, de acordo com seus sentimentos egoísticos; e, por fim, a categoria dos indivíduos livres e libertários, esses, sim, efetivos sujeitos e protagonistas da história de solidariedade social entre os homens.

Atento, então, a esse valioso ensinamento, sempre busquei no direito uma ponte emancipatória para a humanização das conturbadas relações sociais em que me era dado interferir.

Na outra ponta, agora no quinto e último ano da faculdade, não esqueci por igual da advertência recebida do professor de Direito Processual Penal Jacinto Nelson de Miranda Coutinho, enfatizando que cadeia não era lugar de ricos nem de pobres, mas, sim, de culpados, embora a realidade carcerária tristemente continue a nos mostrar que, com raríssimas exceções, lá se encontram apenas os culpados pobres.

Ainda revolvendo os arquivos da memória, entre tantas cenas que marcaram minha caminhada profissional, jamais esquecerei aquela senhora visivelmente pobre que, logo percebi, entrou no gabinete de minha promotoria descalça, buscando a solução jurídica de algum problema pessoal de pouca expressão econômica, é verdade, mas cuja resolução para ela seguramente era de vital importância. Indagada por mim, esclareceu que, por respeito e reverência ao ambiente forense, deixara suas desgastadas havaianas na entrada do fórum. Prontamente fui apanhar-lhe as sandálias, com as quais havia caminhado por cerca de 30km para chegar ao fórum, pois não tinha dinheiro para condução. Tal senhora, para mim, traduziu-se em verdadeiro exemplo de cidadã, que deveria – e espero tê-lo conseguido – receber o mais sublime tratamento e a mais eficiente resposta para o seu problema.

Por isso mesmo, posso afirmar que nenhuma vitória técnica que eu possa ter alcançado em qualquer tribunal ao longo desses quase 30 anos de atuação forense terá conseguido me trazer recompensa profissional e pessoal equiparável à satisfação de ter conseguido bem atender e resolver, de modo extrajudicial, as tantas e tão variadas questões que afligiam todos aqueles que, sem posses para contratar um advogado, acorriam ao meu gabinete de trabalho, nas diversas comarcas por onde passei.

Voltando os olhos agora para o cenário jurídico-normativo contemporâneo, é merecedora de elogios a vigente Constituição democrática de 1988, que, em boa hora, tratou de afirmar não apenas a centralidade da pessoa humana no âmbito do Direito, proclamando sua inalienável dignidade, mas cuidou – o que é mais importante – de disponibilizar ferramentas político-jurídicas capazes de assegurar a efetivação na vida cotidiana de todos aqueles direitos solenemente prometidos aos seus cidadãos, inclusive sob a inspiradora proteção de Deus, como desponta de seu preâmbulo.

É prontamente constatável que, no plano dos direitos humanos – sejam os de primeira geração, os civis e políticos; sejam os de segunda geração, econômicos, sociais e culturais –, nosso ordenamento constitucional se acha em plena sintonia com os mais importantes tratados internacionais de que o Estado brasileiro é signatário, e aos quais, por dever de boa-fé, deve assegurar a permanente implementação em benefício de seu povo, tendo por horizonte, sempre, a firme convicção de que o ser humano, como ensinava o pranteado professor Miguel Reale, é o valor fonte de toda a ordem jurídica, sendo o seu bem-estar a razão última da existência do próprio Estado.

Hoje, aqui me apresento a V. Exªs, almejando alcançar o necessário voto de confiança, para, ingressando nas fileiras do egrégio Superior Tribunal de Justiça, lá chegar com o mesmo entusiasmo e vigor com que cheguei, em 1984, à Comarca de Francisco Beltrão, sudoeste do Paraná, meu primeiro domicílio profissional.

Os desafios nessa Alta Corte federal, por certo, serão muitos. De plano, é notório, assombroso o volume de trabalho que assola o STJ a exigir de seus julgadores e de suas valorosas equipes redobrado empenho e esforço a fim de que a prestação jurisdicional seja entregue em tempo útil e razoável, como impõe a garantia individual assentada no art. 5º, inciso LXXVIII, da Constituição.

Compreende-se, pois, a premente necessidade da adoção de mecanismos de filtragem no tocante aos recursos especiais, como ocorre, presentemente, com a pretendida implementação da proposta normativa que trata da relevância da questão federal, em simetria, ressalte-se, com a bem sucedida experiência da cláusula admissional da repercussão geral, existente desde a Emenda à Constituição nº 45 no âmbito dos recursos extraordinários direcionados ao Supremo Tribunal Federal.

Independentemente, porém, do desfecho do aludido projeto, corporificado na PEC 209/2012, a ser deliberada por este egrégio Congresso Nacional, certo é que ao Superior Tribunal de Justiça, consoante encargo constitucionalmente previsto, continua a incumbir, com maior destaque, a missão de unificar a interpretação

do Direito Federal infraconstitucional, possibilitando que os litigantes e os próprios órgãos jurisdicionais de 1ª e 2ª instâncias possam atuar com a desejada segurança jurídica.

Afora isso, é inegável o relevante papel do STJ naquilo em que, julgando os recursos especiais, faz por firmar a jurisprudência nas mais variadas áreas regidas por leis federais. Assim, sucede, por exemplo, nos domínios do Direito de família, da criança e do adolescente, das pessoas com deficiência, do consumidor, do idoso, do meio ambiente penal, tributário e empresarial, para se ficar nos ramos mais usualmente enfrentados.

Necessário nessa medida que os Ministros do STJ, para além do domínio da técnica jurídico-formal, sejam dotados da mais abrangente compreensão dos fenômenos sociais, sabido que o Direito e a realidade social sempre devem andar juntos, nada obstante a lei seja caudatária dos fatos.

Exemplo disso advém da nova revolução tecnológica que estamos a assistir, em que o mundo analógico está cedendo lugar, com espantosa velocidade, ao mundo digital, sem que o legislador e os operadores do Direito consigam, com a mesma agilidade, dar conta desse novíssimo e desafiante rol de demandas oriundas da esfera virtual.

Em que pese, porém, esse novo e palpitante contexto, não se poderá, em circunstância alguma, abdicar da preeminência e prevalência da dignidade da pessoa humana e dos valores a ela inerentes.

A tal propósito, aliás, ganha crescente importância jurídica o repertório ligado à chamada diversidade e aos direitos das minorias, o que tem sido amplamente debatido e, em concreto, criteriosamente decidido pelo STJ.

Tais horizontes, contudo, não chegam a ter o sabor de novidade. A bem da verdade, vale recordar que, há exatos 50 anos, na primeira metade da década de 1960, o Concílio Vaticano II, da Igreja Católica, já fazia por reconhecer que – aspas :

Juntamente com o desenvolvimento cultural, econômico e social vem a vontade de assumir maior responsabilidade no ordenamento da coisa pública, cresce a consciência de que é preciso respeitar o direito das minorias, ao mesmo tempo em que se exige delas o cumprimento de suas obrigações para com a comunidade política. Aumenta, igualmente, o respeito para com as pessoas de opinião ou religião diversas, estabelecendo-se entre os cidadãos um laço mais amplo de cooperação, de modo que todos possam usufruir dos direitos pessoais e não apenas os privilegiados.

Já em ordem a finalizar esta leitura, desejo registrar meu firme compromisso e inabalável propósito de, distinguido que seja com a aprovação de meu nome por V. Exªs, desempenhar minhas atividades no Superior Tribunal de Justiça segundo elevados padrões de ética e de eficiência, como exigência, aliás, decorrente do art. 37, da Constituição Federal, o que, diga-se de passagem, tem sido a tônica no desempenho dos Ministros que já judicaram ou se acham atualmente a judicar nesse Superior Tribunal de Justiça.

Quero encerrar evocando a atualíssima e paradigmática exortação feita pelo grande orador romano Marco Túlio Cícero, ainda no séc. I a.C., quando afirmou que – aspas: "Os magistrados devem compenetrar-se da ideia de que representam a República e que lhes cabe sustentar a decência, manter as leis, distribuir justiça e ter presente tudo o mais de que são depositários". Escrito, extraído da obra de Cícero chamada *Dos Deveres*, que escreveu a seu filho Marco Cícero.

Quando se fala em decência me vem à mente o nosso educador maior, Paulo Freire, que em sua *Pedagogia do Oprimido* enaltecia dois valores importantes, os valores da ética e da estética, a que ele singelamente fez ligar duas expressões. Disse Paulo Freire: "À ética deve-se compreender o valor da decência e à estética deve estar ligado o valor da boniteza". É possível desempenhar a jurisdição de forma estética e de forma ética, assim confio.

Peço licença, enfim, Sr. Presidente, para de público externar meus agradecimentos a todos que até aqui me apoiaram e incentivaram, notadamente meu querido Estado de origem, Paraná; meus amigos do querido Ministério Público paranaense; os Srs. Ministros do STJ que me honraram com a inserção de meu nome na Lista Tríplice. Da mesma forma, a Excelentíssima Presidenta da República, Dilma Rousseff, que me distinguiu com a presente indicação extraída de lista, na qual figuravam outros dois valiosíssimos colegas de Parquet.

Por fim, minha gratidão a todos os novos amigos que conquistei nesta Capital da República, especialmente neste Parlamento. Por fim, minha gratidão também a todos os meus familiares, em especial à minha esposa Sandy e a nossa querida filha Luísa.

Muito obrigado, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, por sua generosa atenção.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Dr. Sérgio Luiz Kukina.

Nós vamos passar à fase de arguição dos Srs. Senadores.

Antes, quero registrar a presença do Dr. Fabricio Dornas Carata, Juiz Auxiliar da Presidência do Superior Tribunal de Justiça; do Dr. André Luiz Salge Pereira, Secretário-Geral da Presidência do Superior Tribunal de Justiça; do Deputado Federal Fábio Ramalho, do Dr.

Marcelo Weitzel Rabello de Souza, Procurador-Geral de Justiça Militar, do Dr. Luciano Oliveira Mattos de Souza, Presidente da Associação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, do Dr. Wanderlei Carvalho da Silva, Presidente da Associação Paranaense do Ministério Público, do Dr. Carlos Fernando Mathias de Souza, ex-Ministro do Superior Tribunal de Justiça, do Prof. Dr. Eduardo Vera Cruz, Diretor da Faculdade de Direito da Faculdade de Lisboa. Sejam bem-vindos!

Na fase de arguição, passo a palavra para o primeiro orador inscrito, Senador Luiz Henrique.

Antes convido os membros desta Comissão, pois estamos no processo de sabatina do indicado a Ministro do STJ, Dr. Sérgio Luiz Kukina, que é Procurador de Justiça e vai substituir o ex-Ministro Carvalhido. Convido os Srs. Senadores que compareçam à Comissão. Vamos, daqui a pouco, ao processo de escrutínio secreto da aprovação ou da rejeição do nosso indicado, Dr. Sérgio Luiz Kukina.

Como primeiro orador inscrito, passo a palavra, Senador Paulo Bauer, ao Senador Luiz Henrique da Silveira.

O Senador Paulo Bauer está exultante, hoje, pelo belo projeto que apresentou e aprovou nesta Comissão, com relatoria do nobre Senador e nosso colega que tanto honra o PMDB por duas vezes, como Governador e Senador da República, Luiz Henrique da Silveira. Tem a palavra V. Exª.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Agradeço a V. Exª, Sr. Presidente, Senador Eunício Oliveira.

Srªs e Srs. Senadores, ilustre Dr. Sérgio Luiz Kukina, o País vive um momento de redifinição de prioridades. Alguns acontecimentos recentes nos têm despertado para questões fundamentais relacionadas ao bem-estar, em especial no que se refere à segurança.

Em razão disso, gostaria de ouvir a posição de V. Exª sobre a redução da idade para fins de imputabilidade penal, crise do Sistema Penitenciário brasileiro, notadamente em relação à superpopulação carcerária.

Aliás, em relação a isso, quero dizer aos colegas Senadores que, como Governador, encontrei uma realidade em Santa Catarina: havia 4 mil vagas em presídios e 6 mil condenados; construímos 8 mil vagas, mas resultaram, ao final do meu governo de 8 anos, 20 mil condenados.

Terceiro, se V. Exª poderia tecer considerações sobre possíveis mecanismos processuais para fazer frente ao reconhecimento do excessivo volume de recursos que chegam ao STJ como forma de aprimoramento da prestação jurisdicional.

Peço, Sr. Presidente, que considere a minha necessidade de me dirigir ao plenário, porque estou inscrito para falar em seguida. Voltarei posteriormente. Peço desculpas, se não estiver presente durante as respostas, já que estou inscrito para falar e tenho que ir ao plenário. Esta Casa exige de nós o dom que não temos: o da ubiquidade.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Da onipresença. O Senador Requião estava aqui e também saiu para presidir a Comissão do Parlasul. O Senador Álvaro Dias estava aqui, como Relator, e teve que sair para defender requerimentos em outra Comissão de que também faz parte.

Pela ordem de inscrição, convido o Senador Pedro Taques para fazer arguição ao indicado, Dr. Sérgio Luiz Kukina.

Tem a palavra V. Exª, Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Antes, peço permissão a V. Exª para convidar os Srs. Senadores. Estamos em processo de sabatina do indicado, Dr. Sérgio Luiz Kukina.

Na sequência, se não houver mais oradores inscritos, vou dar início ao processo de votação, porque são 15h18min e reabrimos esta sessão, de acordo com o tínhamos orientado, às 14 horas. A Presidência ainda não teve direito ao almoço, mas ficará aqui até o momento que for necessário.

Tem a palavra V. Exª, Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Exmo. Sr. Procurador de Justiça Sérgio Luiz Kukina, nós sabemos que este momento se reveste de elevada importância no mecanismo de controle do Judiciário, por parte do Legislativo e do Executivo, e o papel da instituição extrapoder chamada Ministério Público. Por isso dou a esta e a todas as sabatinas elevada importância, sobretudo em razão da dignidade de uma pessoa como o Senhor, que aqui se encontra.

Temos de aquilatar em uma sabatina dois pontos. O primeiro é a idoneidade do candidato, a reputação ilibada, idônea, uma vida pretérita sem mancha, sem qualquer mácula, nódoa. V. Exª é um homem de bem, um servidor público decente, honesto, eu quero dizer isso a V. Exª. Um segundo requisito é o notável conhecimento jurídico, e V. Exª vem de uma carreira brilhante no Ministério Público. Aqui não nos cabe fazer pegadinha, armadilha, arapuca, choça, em relação àqueles que serão sabatinados, pergunta de concurso. Não é isso. Nós temos de avaliar a posição do candidato, do indicado, sob determinados valores. Daí eu passo a fazer essas indagações a V.Exª. Essa é a minha opinião a respeito de uma sabatina.

Vi os escritos de V. Exª, os cursos de que V. Exª participou, algumas manifestações que V. Exª exarou. Vou fazer perguntas em cima disso e me reservo o direito de trazer outras. A primeira delas: o Senhor participou de um curso, um seminário, a respeito do Tribunal Penal Internacional, o Senhor tem um escrito sobre isso. Na posição de V. Exª, o Estatuto de Roma, ao prever a possibilidade de extradição de nacionais natos, repercutiria na mudança do que está escrito na Constituição, no art. 5º, inciso LIII, da proibição de extradição de natos brasileiros? O Estatuto de Roma estabelece a possibilidade de que o TPI possam, no chamado Instituto da Entrega, as potências signatárias do Tratado entregarem os seus nacionais natos. Como fica isso com uma Constituição que veda a extradição de brasileiros natos, na opinião de V. Exª?

O segundo ponto: V. Exª participou de seminários e tem escritos a respeito do duplo grau de jurisdição. Gostaria de saber qual é a posição de V. Exª, se esse princípio, que não é expresso na nossa Constituição, é implícito, ao menos ao meu juízo, se esse princípio resta afetado em razão dos julgamentos originários do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, o STJ, de que V. Exª, em sendo aprovado nesta Casa, será um dos seus membros? No momento em que o STJ julga um Governador, por exemplo, pela prática de crime comum, originariamente, se aqui restaria ofendido o princípio do duplo grau de jurisdição, porque o recurso extraordinário não tem essa finalidade, V. Exª tem um escrito sobre esse tema também.

Outra indagação: há a necessidade de autorização dos Parlamentos Estaduais para que os governadores possam ser processados pelo STJ, seja feito o recebimento ou não da denúncia pelo STJ? As Constituições Estaduais estabelecem a necessidade de autorização do Parlamento Estadual. V. Exª entende que isso é constitucional ou inconstitucional? Como V. Exª bem sabe, estando no STJ, – não julgará uma questão como essa porque está afetada ao Supremo Tribunal Federal. Na opinião de V. Exª, membros do Ministério Público, magistrados, podem ser obrigados a depor numa Comissão Parlamentar de Inquérito? Isso ofende a independência do Judiciário e do Ministério Público, na opinião abalizada de V. Exª?

Qual é o entendimento de V. Exª a respeito da posição do Supremo, em alguns momentos, nas chamadas sentenças aditivas? Um exemplo de sentenças aditivas é o caso da demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol, em que o saudoso Ministro Direito estabeleceu algumas condicionantes. Esta posição ativista do Supremo Tribunal Federal encontra respaldo na Constituição?. Isso é possível, tendo em conta a nossa Constituição?

Qual é a opinião de V. Exª a respeito da necessidade da manifestação do Legislativo a respeito da perda de mandato de Parlamentar condenado pelo Supremo Tribunal Federal? Com a condenação pelo Supremo, o senhor bem sabe, ocorre a suspensão dos direitos políticos, pelo art. 15 da Constituição. Existe a necessidade de manifestação do Legislativo? Qual é a opinião de V. Exª? Eu fiz essa pergunta, e o Supremo vai julgar isso. V. Exª não é indicado para o Supremo; portanto, a Lei Orgânica da Magistratura, a Lei Complementar 35, de 1979, no seu art. 30, não impediria V. Exª de se manifestar sobre isso

Mais uma pergunta, Sr. Presidente. Como é possível, na opinião de V. Exª, garantir o princípio constitucional do contraditório na sua forma efetiva – V. Exª, parece-me, já escreveu sobre isso –, garantir o contraditório de forma efetiva, nos incidentes de coletivização presentes nos tribunais superiores, como é o caso de repercussão geral, recursos repetitivos? Como se garante o contraditório aí na opinião de V. Exª? São decisões tomadas e "ofendem", entre aspas, o patrimônio jurídico e o direito fundamental o contraditório daqueles que não participaram ativa ou passivamente daquela demanda.

São essas as perguntas, e agradeço se V. Exª puder trazer a sua abalizada opinião a respeito desses temas.

E me permita uma última pergunta: em sendo aprovado nesta Casa, V. Exª comporá o Superior Tribunal de Justiça. V. Exª é um indicado novo – na idade, novo – e poderá chegar à Presidência do STJ. Qual é a opinião de V. Exª a respeito de proposta de emenda à Constituição para criar tribunais regionais federais? Isso não ofenderia o art. 96 da Constituição, que afirma que é iniciativa de capacidade legiferante do Superior Tribunal de Justiça a apresentação de projeto de lei para criar tribunais regionais federais em havendo necessidade? Por exemplo, o Tribunal Regional Federal do Paraná. Nós sabemos que o Paraná está na 4ª Região. Em razão do volume de processo, existe a necessidade de criação do Tribunal Regional Federal do Paraná. Mas qual é o instrumento legislativo, na opinião de V. Exª, para a criação desses tribunais regionais federais?

São essas as perguntas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE(Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Pedro Taques.

Senador Suplicy, para arguição, tem a palavra V. Exª. E na sequência, vou dar a palavra para o Dr. Sérgio Luiz Kukina para que ele possa responder aos questionamentos.

Tem a palavra V. Exª.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Procurador Sérgio Luiz Kukina, agradeceria se puder nos dar algumas sugestões relativamente a um tema que interessa sobremodo à Comissão de Justiça e, em especial, à Comissão presidida pelo Senador Eunício Oliveira, que tem como Relator o Senador Pedro Taques, relativamente às proposições de reforma do Código Penal. E um dos temas sobre o qual esta Comissão está-se debruçando é a extensão das penas alternativas.

Agradeço-lhe se puder nos falar sobre isso, tendo em conta a sua experiência e aquilo que também ocorre em outros países, onde se tem aplicado muito mais penas alternativas do que aqui no Brasil. E muitas vezes, com um sentido didático muito interessante, seja para aquela pessoa que cometeu um crime ou um delito e também sob o ponto de vista da satisfação da sociedade. Essa pessoa, agora, cometeu tal tipo de crime, mas o juiz criou uma pena muito interessante para ele, por meio da qual ele vai, de alguma forma, compensar a sociedade, a própria vítima e a opinião pública relativamente àquilo que cometeu como falta, de alguma forma compensando a falta cometida.

Tenho a impressão de que poderemos avançar muito na direção de ampliarmos as penas alternativas. Hoje, o Código Penal limita-as, digamos, àquelas pessoas que tenham penas de até 4 anos. Mas por que não estender para aquelas pessoas que tenham recebido penas, digamos, de seis, de sete, de dez anos, por pelo menos uma parte do tempo? Qual a sua avaliação, como um magistrado, um juiz e – agora, certamente – como Ministro do STJ? Em que medida isso caberia a um ministro, a um juiz ou até aos Ministros do Supremo Tribunal Federal, numa ocasião como essa que chamou a atenção de todo o País? Em que medida poderia um juiz ter maior flexibilidade para criar e poderia ser estimulado a criar penas? Fico imaginando, quem sabe, alguém que tenha cometido algum tipo de delito ser obrigado a, digamos, alfabetizar mil pessoas; ou, se fosse obrigado a, por um ano, trabalhar no pronto-socorro do Hospital das Clínicas ou de um hospital do seu Município.

Quero saudar aqui a presença do Deputado André Vargas que, inclusive, me falou de suas extraordinárias qualidades até por ser muito seu amigo. Está muito contente de vê-lo aqui.

Ele está me informando que hoje é seu aniversário. Meus parabéns, então, André!

Quem sabe V. Exª possa até nos dar exemplos. A lei brasileira, hoje, permite que um juiz, um ministro, possa criar formas que ele próprio possa imaginar que serão, digamos, didáticas e educativas tanto para o apenado quanto para as vítimas e a sociedade?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vou passar a palavra ao Dr. Sérgio Luiz Kukina para responder aos questionamentos dos Senadores Luiz Henrique, Pedro Taques e do Senador Suplicy.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Tenho um questionamento rápido. Não sei se V. Exª me concederia a oportunidade de fazer uma indagação, que será rápida, ao Dr. Sérgio Luiz.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Sem problemas. V. Exª tem a palavra para fazer sua indagação. Em seguida, passarei a palavra ao Dr. Sérgio.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Agradeço a V. Exª.

Dr. Sérgio Luiz, gostaria de cumprimentá-lo pela sabatina. Estava em um compromisso externo, mas fiquei assistindo pela televisão, no circuito interno aqui do Senado, sua manifestação. Quero dizer a V. Exª que o conceito que eu guardava de sua atuação como membro do Ministério Público coincide com a minha percepção pela sabatina que se inicia e pelo depoimento que já foi prestado. De modo que quero dizer que guardo de V. Exª a melhor das opiniões.

Entretanto, entre isso e o desempenho de sua função, se for eleito ou se for confirmado pelo Senado, que creio acontecerá, V. Exª terá no STJ a missão importante de julgar as causas infraconstitucionais. Mas V. Exª, que é egresso do Ministério Público, deve ter uma opinião muito...

(*Interrupção do som.*)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) –... para ser considerada no que diz respeito à atuação dos seus companheiros de instituição, que é uma instituição que merece todo respeito do Brasil. O Ministério Público é uma instituição, é um patrimônio, como a Polícia Federal também o é, como todas as instituições são.

Ocorre que, por mais sério, por mais bem-intencionado que seja um grupo ou uma pessoa individualmente, ninguém está isento da perspectiva da possibilidade do cometimento de excessos. Isso acontece com médicos, com engenheiros, com juízes. E, para coibir os excessos, é que existem os conselhos de ética no campo da Medicina, no campo da Engenheira e da Arquitetura, no campo do Judiciário, em todos os campos. No Poder Executivo, há um Conselho de Ética que funciona permanentemente no qual a sociedade deposita sua mais irrestrita confiança, porque é

o grande filtro para coibir excessos. Nada pior do que o cometimento de excessos impunes.

Eu queria conhecer a opinião de V. Exª com relação à criação de um conselho de ética do Ministério Público. Não existe em nenhuma das carreiras da Magistratura a lacuna que existe no campo do Ministério Público que, repito, presta um grande serviço à sociedade brasileira, mas, muitas vezes, se vê acusado, não como órgão, não como instituição, mas individualmente, as pessoas, de cometimento de excessos, que podem comprometer a instituição, a própria categoria. Antes que isso aconteça, nada melhor do que um órgão de fiscalização de policiamento de apuração de responsabilidades e, se for o caso, de aplicação de sanções, para que erros porventura cometidos não se repitam.

Eu gostaria, portanto, de conhecer a opinião de V. Exª com relação à instituição – o que já pedi, inclusive, a membros do Conselho Nacional do Ministério Público –, à criação do conselho de ética do Ministério Público, como forma de se disciplinar a atuação e o equilíbrio de atuação de membros do Ministério Público que têm responsabilidades constitucionais, que respondem por uma instituição que merece a fé do povo do Brasil e que precisa se manter merecendo essa fé.

É a pergunta, é a indagação que faço a V. Exª, manifestando, mais uma vez, a minha confiança em que, aprovado pelo Senado, V. Exª fará um belo trabalho no STJ.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador José Agripino.

Passo a palavra ao Dr. Sérgio Luiz Kukina para responder aos questionamentos feitos a S. Exª.

O SR. SÉRGIO LUIZ KUKINA – Sr. Presidente, muito obrigado.

Seguindo a ordem das arguições, relativamente às questões propostas pelo Senador Luiz Henrique, que, momentaneamente, se encontra fora do plenário, ele solicita a posição acerca da redução da idade penal.

É, de fato, um tema bastante candente, sempre ganha muita projeção qualquer episódio que envolva a atuação infracional de menor de 18 anos, sobretudo quando esse comportamento envolve requintes de maior crueldade, por assim dizer. Mas posso, com muita tranquilidade, responder aos senhores que sou absolutamente contra a redução da idade penal. Não me parece que essa redução vá corrigir as distorções existentes em nosso meio social, até porque, estatisticamente, a participação dos menores de 18 anos em crimes representa um patamar bastante baixo no contexto amplo da criminalidade.

De outra ponta, sou partidário do entendimento de que o art. 228, naquilo que estabelece, reafirma nossa tradição jurídico-penal, dizendo que menores de 18 anos são, sim, penalmente inimputáveis, tenho para mim que esse dispositivo guarda a natureza mesmo, de cláusula pétrea, um direito de índole fundamental.

E diria mais. Para além desse art. 228, eu digo que qualquer pretensão de se reduzir a idade de responsabilidade penal afrontaria, também, de maneira indesculpável, as próprias diretrizes do art. 227, naquilo que o art. 227 assegura em favor de crianças e adolescentes – atendimento aos seus direitos elementares, em regime de prioridade absoluta . De maneira que, se temos muito claro que, no Brasil, essa população de baixa idade ainda não teve, efetivamente, o mais amplo acesso a essa série de direitos prometidos, penalizá-los porque enveredam pela prática criminosa, uma vez que não tiveram educação adequada nem relações familiares estáveis, seria penalizá-los duplamente.

Penso que qualquer movimento no sentido, portanto, de se reduzir a maioridade penal afrontaria não apenas o art. 228, mas também o próprio art. 227, que determina o asseguramento desses direitos mínimos, elementares, em favor dessa população de baixa idade.

O Senador Luiz Henrique levanta, também, a questão da nossa realidade carcerária. Isso não é desconhecido de ninguém, mesmo das pessoas fora do mundo jurídico, do mundo legislativo, enfim, do executivo. Todos têm a percepção de que a resposta estatal não tem sido adequada. Temos, efetivamente, uma, talvez, das melhores leis de execução penal, se examinada do ponto de vista do direito comparado. Nada obstante, sabe-se que, presentemente, o Senado está para indicar uma comissão de revisão da nossa Lei nº 7.210, a Lei de Execuções Penais. Se os termos dessa lei fossem efetivamente cumpridos, os padrões, até mesmo arquitetônicos, do ambiente carcerário, e se não houvesse o desrespeito frontal ao que nela se dispõe, seguramente não teríamos esse nível de degradação que depõe contra a proposta das penas, que é a proposta de recuperação, de ressocialização, talvez com mais contundência do que a própria retribuição. Então, tenho para mim que essa triste realidade carcerária que hoje vivemos deve, sim, sofrer correções. Deve haver um movimento contínuo que exija a intervenção de toda a sociedade.

Eu recordaria, até, uma lei recentemente aprovada, promulgada esse ano, uma lei que determina que haverá um controle de cumprimento de penas, uma informatização que acompanhará, louvando-se a tecnologia da informática, daqui por diante, de acordo com o que se aprovou ainda no primeiro semestre: todos os juízes, promotores, advogados dos condenados deverão, em tempo hábil e com antecedência, ter a informação acerca do vencimento que se avizinha das penas, do cumprimento das penas, tal como nós,

hoje, recebemos nas nossas casas avisos do Detran nos alertando "a sua carteira, sua CNH vai vencer." Esse instrumento me parece de grande utilidade, no sentido de que os reclusos não sejam esquecidos, como hoje acabam sendo.

Mutirões carcerários revelam o grande número de detentos que lá estão, embora já tenham pagado as suas contas com o Estado. O último mutirão encabeçado pelo CNJ demonstrou que, entre os anos de 2008 a 2011, quando se desenvolveu esse mutirão, levantaram-se mais de 20 mil situações de presos que não deveriam mais estar ergastulados, de maneira que é preciso que, permanentemente, haja mecanismos legislativos e a boa vontade do Judiciário, do Ministério Público, da Advocacia, para que esse mal seja extirpado.

Num terceiro momento, o Senador Luiz Henrique indaga acerca de possíveis mecanismos a serem adotados para se fazer frente ao excessivo número de recursos que chegam ao STJ. É sabido que, nessa Corte, a avalanche de recursos é muito grande, de maneira que isso depõe efetivamente contra o princípio, a garantia constitucional advinda da Emenda nº 45, que fez inscrever, no art. 5º, inciso LXXVIII, da Constituição, a cláusula do tempo de duração razoável do processo. E os tribunais, naquilo em que têm a incumbência de julgar recursos, não se podem constituir em instâncias que prejudiquem o interesse da parte. A parte já é penalizada, portanto, mais uma vez, pela demora no recebimento da prestação jurisdicional.

Daí por que digo, com muita autenticidade, que vejo com bons olhos, por exemplo, um projeto recente partido do próprio Superior Tribunal de Justiça, consubstanciado na PEC nº 209, que busca estabelecer um filtro de chegada de recursos a essa Corte Superior, onde, então, vai se trabalhar com a ideia da relevância das questões federais a serem decididas. É um mecanismo, como eu disse em minha exposição anterior, que guarda correspondência com a própria repercussão geral existente em relação ao Supremo Tribunal Federal.

Ainda tramita, de forma mais lenta, um projeto que também contempla a extensão ao STJ da súmula vinculante. Até agora, a súmula vinculante ainda se restringe aos quadrantes do Supremo Tribunal Federal.

Então, são mecanismos que, no meu entender, no meu sentir, poderão efetivamente contribuir para que haja um desafogo, sem, no entanto, causar prejuízo aos interesses dos litigantes, já que, embora seus recursos acabem tendo dificuldade de subir até o STJ, ainda assim, eles terão as diretrizes definidas nos chamados *leading cases* que forem selecionados para essa finalidade.

Eu passaria, agora, de imediato, às questões dirigidas pelo ilustre Senador Pedro Taques.

Senador, no tocante ao tema que é ligado ao Estatuto de Roma – e o Brasil foi um dos seus signatários, já se posicionou e já ratificou esse Estatuto –, penso que, quanto a esse eventual conflito que possa existir entre a nossa norma interna e a norma constante do Tratado, no meu entendimento, devemos nos posicionar em favor da norma internacional, até porque, quando assinamos um tratado dessa magnitude, sabemos que temos de respeitar seu conteúdo.

O Tratado de Viena, de 1992, a Convenção de Viena, de 1992, que dispõe sobre as regras que devem orientar os tratados e seus signatários, dispõe sobre vários princípios, dentre eles o princípio da boa-fé. Então, não é possível imaginar que um Estado soberano adira a um tratado de forma voluntária e, depois, vire as costas para seus compromissos assumidos na esfera internacional. Sou partidário, portanto, da prevalência da norma internacional.

No tocante à questão alusiva ao duplo grau de jurisdição relativamente aos julgamentos ocorridos perante as instâncias de competência originária, é evidente que, quando se fala do princípio do duplo grau, abstraída a discussão acadêmica de se saber se ele é um princípio que tem berço constitucional explícito ou implícito, eu também me filio àqueles que dizem e professam que o duplo grau é de natureza implícita. Esse princípio é extraído de uma leitura sistemática do Texto Constitucional. Efetivamente, a doutrina nos diz que o duplo grau, na sua maior amplitude, vai existir por excelência no recurso de apelação, em que a rediscussão de matéria fática e jurídica será a mais ampla possível. Daí por diante, nós temos casos onde há restrição. O próprio recurso extraordinário especial sofre uma amputação no tocante ao duplo grau, na medida em que, nessas Cortes, só se poderá rediscutir eminentemente matéria de direito, como desponta da Súmula 279 do Supremo e da Súmula 7 do STJ. Todavia, quando se volta os olhos para as hipóteses de competência originária, como está sucedendo presentemente com o julgamento do mensalão, aí é evidente que o duplo grau, por assim dizer, quase desaparece, ressalvada a hipótese de que se lance mão de embargos de declaração, em nível interno, relativamente ao julgamento final ou ainda, quiçá, dos embargos infringentes anotados no Regimento Interno da Corte.

Mas esse é o subproduto da opção política constitucional que se fez, em 1988, em se estabelecer essas hipóteses de foro privilegiado, em que o foro seguramente não é direcionado no interesse da pessoa individual, mas sim no sentido de velar pelos próprios interesses do cargo ocupado por essa pessoa.

No tocante à questão que envolve a autorização dos Parlamentos estaduais para processar governadores...

(Soa a campainha.)

O SR. SÉRGIO LUIZ KUKINA – ... competência originária do STJ, como V. Exª bem esclareceu, inexiste uniformidade até mesmo no âmbito das constituições estaduais. Eu, porém, digo ao senhor que, sem ter me debruçado com mais intensidade sobre essa temática, até por força do nosso trabalho transcorrer em nível estadual, digo ao senhor que sou mais inclinado a compreender no sentido da necessidade dessas autorizações. Sou mais inclinado até por força de uma correlação que deve existir de força entre os Poderes. Esse raciocínio vai se casar com uma resposta que deverei lhe entregar adiante.

Na quarta indagação, V. Exª me pergunta se membros do Ministério Público e magistrados podem ser obrigados a depor em CPIs. Eu, num primeiro momento, não vejo razão para que um juiz ou um promotor possa se recusar a contribuir com um trabalho a ser desenvolvido, de cunho investigatório, pelo Parlamento, ressalvadas, evidentemente, situações que envolvam hipóteses técnicas em que esse membro do Ministério Público esteja vedado ou que possa pôr em risco até mesmo o processo referente. Mas, num primeiro instante, não me ocorre uma percepção de que não devesse haver essa contribuição.

No tocante à questão que envolve, Senador Pedro Taques, as ditas sentenças aditivas, o senhor nos traz aqui o exemplo do Supremo atinente à demarcação das terras indígenas, eu, desde estudos teóricos sobre classificação de sentenças, tenho claro comigo que é possível se trabalhar com as chamadas sentenças normativas, o que é absolutamente comum no âmbito da Justiça trabalhista efetivamente, sobretudo quando dispõe sobre os dissídios coletivos. Então, não vejo que esse tipo de postura possa trazer algum prejuízo; se não, até que terá o condão de melhor contribuir para a percepção do que a prestação jurisdicional procurou dizer.

(Soa a campainha.)

O SR. SÉRGIO LUIZ KUKINA – Não vejo restrições também nesse tópico.

No tocante à questão que envolve a prévia manifestação do Senado Federal como condição para a perda de mandato, e o senhor vincula essa hipótese ao julgamento que está em pauta, o julgamento do mensalão, efetivamente, o Supremo haverá de decidir esse temário. Saber-se, então, se, desde logo e de modo automático, os Parlamentares implicados perderão seus mandatos ou não.

Digo a V. Exª que, pelo caráter palpitante do tema, também procurei examinar o Texto Constitucional, em ocasião anterior, e, atento às diretrizes do art. 55, não consegui extrair um entendimento, pelo menos a meu juízo, que pudesse dispensar a intervenção do Parlamento, a intervenção prévia. Penso que a Constituição não contém previsões supérfluas. Se não fosse esse o desejo do Constituinte, não estaria lá essa exigência adicional. Então, tenho, a meu ver, que essa exigência será absolutamente indispensável.

No relativo ao contraditório nos incidentes de coletivização, essa, de fato, é uma preocupação bastante grande, e hoje, na prática, já estamos nos deparando com as dificuldades que resultam da chamada técnica dos recursos repetitivos no STJ, no Supremo, na medida em que aqueles recursos especiais extraordinários que ficam sobrestados na origem, enquanto não se decide o caso selecionado, ficam no aguardo da decisão. E, quando essa decisão acontece, aí é que se fará o efetivo juízo de admissibilidade. Então, nós temos o risco de que as presidências locais dos tribunais, no exame concreto de cada caso, acabem dizendo: "O seu recurso é contrário ao que já se decidiu em caráter repetitivo, e, portanto, não deixo que esse recurso suba." E aí o recorrente: "Puxa, mas eu não fui convidado a participar daquela discussão", não é verdade?

Tenho observado que tanto o STJ quanto o Supremo, nesses casos, não têm aceitado que esse processo novo acabe subindo. Eles remetem à própria corte de origem para que órgãos colegiados reexaminem de forma mais adequada.

Mas percebo, na prática concreta, que realmente a questão ainda não encontrou conforto. Não há ainda uma situação de bem-estar. Acho que, com o passar do tempo, talvez, seja possível imaginar um mecanismo adicional que dê mais segurança, para que se conclua: "Puxa, será que o meu caso se amolda mesmo àquilo que lá se decidiu ou não?"

A oitava questão de V. Exª indaga sobre o tema que envolve a criação de Tribunais Regionais Federais por meio de PECs, à luz do art. 96. Confesso também que não se trata de um assunto sobre o qual tenha me debruçado, mas não me soa estranha a ideia de que o STJ, como órgão gestor do sistema de Justiça Federal, possa e deva ter opinião prévia, abalizada, acerca das necessidades ou não de se criarem essas cortes em maior número. Se vou lhe dar minha opinião pessoal, ela é uma opinião amplamente favorável a que o quanto antes se instituam os Tribunais Regionais Federais, não só porque, como paranaense, gostaria imensamente que meu Estado contasse com um TRF, inclusive até mesmo por simetria com o que hoje ocorre no âmbito

da Justiça trabalhista. Em quase todos os Estados, se não me falha a memória, nós temos tribunais locais, o que gera economia para os jurisdicionados, que não precisam ter custos adicionais em relação a despesas com seus advogados.

É uma percepção pessoal que ainda demandaria, de minha parte, um estudo técnico. Então, reservo-me nesse sentido, Excelência.

Passo ao questionamento único de S. Exª o Senador Eduardo Suplicy, a quem agradeço também, como aos demais, as questões formuladas.

O Senador Suplicy pede um entendimento acerca das penas alternativas.

Digo a V. Exª, como Promotor de origem, que sou amplamente favorável ao elastecimento das penas alternativas. E, talvez, até, nessa linha mesmo de se reservar aos magistrados um grau maior de autonomia, para criar em concreto a espécie de prestação a ser cumprida, porque bem sabemos que, num Estado, num país como o Brasil, de extensão continental, seria quase que impossível imaginar um figurino, um roteiro pronto que atendesse as aspirações de uma comarca do interior do Amazonas, do nosso Senador Eduardo Braga e, ao mesmo tempo, de uma comarca do interior de Pernambuco ou do interior do Paraná ou do interior de Roraima, do nosso Senador Jucá. Então, para isso, talvez houvesse espaço – eu penso – adequado para que se desse uma maior maleabilidade para o magistrado, em cada caso concreto.

E essas medidas, sem dúvida, são muito boas, seguramente mediante o reconhecimento de que a pena reclusiva de liberdade não tem dado os resultados esperados e deve, por isso, ser reservada para os casos de absoluta e intransponível gravidade, como já sucede, aliás, no âmbito do Estatuto da Criança e do Adolescente, em que as internações são reservadas para casos extremos, em que a infração seja cometida com grau de violência ou ameaça contra a vítima, preferindo-se antes as medidas em meio aberto.

(*Soa a campainha.*)

O SR. SÉRGIO LUIZ KUKINA – Por fim, eu gostaria de atender ao Senador Agripino, a quem também agradeço o questionamento, quando destaca aqui a necessidade até de se imaginar a criação de um conselho de ética em nível de Ministério Público, por força de eventuais desmandos que possam estar ocorrendo. E nós sabemos, como bem disse o senhor, que, em todas as profissões, sempre há um ou outro ponto de excesso.

Do ponto de vista pessoal, eu não objetaria, de forma nenhuma, a viabilização de órgãos dessa natureza. Mas digo ao senhor que, hoje, na ausência de conselhos de ética, ainda que de uma forma não tão específica, esses eventuais excessos que desbordam do campo ético têm sido adequadamente respondidos pelas corregedorias locais e, subsidiariamente, pela Corregedoria Nacional do Ministério Público, sem esquecer que, em todos os Estados brasileiros, temos também as ouvidorias, que acolhem as reclamações da população, que, de regra, são sempre rigorosamente encaminhadas aos órgãos censores do Ministério Público. Mas comungo com o senhor da ideia de que também pudéssemos ter um código de ética bastante específico, detalhado, de maneira a preservar a instituição contra eventuais deslizes de profissionais, de membros seus.

Penso que seriam essas as minhas ponderações.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pede a palavra o Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, não para indagar o indicado a Ministro do STJ, mas para cumprimentar o Procurador e futuro Ministro do STJ Sérgio Kukina.

Tenho acompanhado o seu trabalho, temos conversado bastante aqui, no dia a dia, e percebo, de parte das explanações que ouvi de V. Exª, o altíssimo nível que vai compor o STJ, a partir da aprovação pelo Senado Federal.

Rogo pelo sucesso de V. Exª, assim que aprovado pelo Senado Federal e tomando posse no STJ, junto àquele órgão, que é uma das Cortes que levam a justiça – a justiça cidadã, que é, inclusive, o nome que o Tribunal prega no Brasil inteiro, o Tribunal Cidadão, o STJ.

Parabéns pela indicação! Sucesso nessa nova carreira.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Concedo a palavra ao Senador Requião, que foi o primeiro a se inscrever, mas foi presidir o Parlasul e, por esse motivo, dei a palavra aos demais Senadores.

Tem a palavra V. Exª, Senador Roberto Requião. São 16h02.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Senador Eunício, em primeiro lugar, quero dizer da minha satisfação, como paranaense, de ver o brilhante desempenho do nosso representante nesta sabatina, que é o Procurador de Justiça Sérgio Kukina. Mas eu queria colocar algumas questões para saber a opinião do Procurador, o nosso Ministro.

Em primeiro lugar, eu queria saber a sua opinião sobre uma proposta de emenda à Constituição que tramita no Senado da República, que, a exemplo do que fazem alguns países europeus, acaba com a

aposentadoria limite do Supremo Tribunal Federal e propõe o estabelecimento de um mandato de 8 anos para cada um deles, sem limite de idade. Mas acaba com essa visão imperial, monárquica do cargo vitalício.

É de minha autoria, com apoio de 30 outros Senadores, e tramita no Congresso, mais especificamente na Comissão de Constituição e Justiça hoje.

A outra questão é a sua opinião sobre a obrigatoriedade da transparência absoluta, com nominação, cargo e salário mais vantagens de todos os funcionários públicos do Brasil, do Judiciário, do Executivo e do Legislativo, sem a ocultação do nome.

Em terceiro lugar, eu gostaria de saber a sua opinião, uma vez que já se expressou a respeito do compromisso brasileiro com os tratados internacionais, sobre a possibilidade de o Processo 470, que tramita no Supremo Tribunal Federal, ser objeto de uma análise de um tribunal internacional.

São essas as três questões a respeito das quais eu gostaria de conhecer a opinião do nosso futuro Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Antes de passar a palavra ao nosso sabatinado, vou conceder a palavra ao Senador Alvaro Dias, que foi o Relator e que está como último orador inscrito. Em seguida, darei a palavra ao Dr. Sérgio. E, se não houver mais inscrição, encerrarei, para fazermos a votação, tendo em vista que já são 16h05...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Essa última pergunta, Alvaro, que eu fiz ao nosso Kukina, veio condimentada com pimenta Jalapeño.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Alvaro Dias.

Essa linguagem não chega ao Ceará. Está só no sul do Brasil.

Senador Alvaro Dias, tem a palavra V. Exª.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Eu vejo aqui a angústia do Presidente com o tempo. O tempo está nos pressionando, temos Ordem do Dia no plenário e seremos obrigados a encerrar esta reunião.

Não há necessidade de novas indagações, apenas eu gostaria de reafirmar o conceito do relatório apresentado há uma semana e que mostra o itinerário do Dr. Sérgio Kukina, um fascinante itinerário de trabalho, de qualificação técnica e profissional, de probidade imbatível. Possui todos os títulos e méritos para ser Ministro do STJ. Atende a todos os requisitos fundamentais da Constituição Federal, o que nos autoriza a ter o conforto de homenageá-lo, de aplaudi-lo e de confirmar a sua indicação no Senado Federal.

É muito bom, sendo oposição, ter a oportunidade de aplaudir a indicação. Muitas vezes, contestamos as indicações polêmicas, mas, neste caso, como oposição, aplaudimos a indicação da Presidência da República.

Tenho certeza absoluta de que o fazemos não por ser um paranaense – a geografia não deve ser o critério. O critério é competência, é probidade, é qualificação. O outro paranaense que preside o STJ, Félix Fischer, certamente, o receberá com grande alegria, porque terá um reforço fantástico para o trabalho de valorização dessa instituição essencial no Estado de direito, onde estão fincados os alicerces básicos do Estado democrático de direito, que é o Poder Judiciário.

Por isso as nossas felicitações, o nosso aplauso e a nossa aprovação. Uma indicação inquestionável. Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Antes de encerrar para passar a palavra ao Dr. Sérgio, o Líder Eduardo Braga pede a palavra.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, apenas para parabenizar a Bancada do Paraná e o Estado do Paraná pelo eminente representante aqui sabatinado, não apenas pela sua formação jurídica, não apenas pela sua carreira na magistratura, mas também pela pessoa humana e pelas suas virtudes pessoais. Quero aqui, em nome da Bancada do Amazonas, em nome da nossa região, dizer da alegria que temos de poder ver o representante do Estado do Paraná ter uma visão de Brasil, uma visão sobre a Amazônia... Tive a oportunidade de conversar com o nosso futuro Ministro em meu gabinete e saí dessa conversa extremamente impressionado. Portanto, não poderia deixar de aqui, antes de manifestar o nosso voto, externar a satisfação que tenho de poder ter presenciado, pelo menos parcialmente, a sabatina de S. Exª.

Portanto, Sr. Presidente, eram essas as nossas considerações, desejando muito sucesso e que Deus o abençoe grandemente no STF, como tem feito ao longo de sua carreira e de sua vida.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Antes de passar a palavra para o Dr. Sérgio, registro, com prazer, a presença de Técio Lins e Silva, que é ex-Conselheiro do CNJ, e da Drª Julieta Fajardo Cavalcanti de Albuquerque, Subprocuradora-Geral da República.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Não é para fazer nenhum questionamento, e sim para somar a minha palavra às que foram aqui ditas sobre a carreira, sobre a história, sobre o conhecimento do Dr. Sérgio Kukina e registrar aqui – apesar de a votação

ser secreta – que todos nós iremos aprová-lo por tudo isto que ele representa, pelo trabalho, pela sua história e desejar-lhe muitas felicidades à frente do STF. O Brasil vive tempos novos, tempos em que a cidadania se reafirma e a sua presença no STF vai abrilhantar e ampliar ainda mais esses horizontes.

Quero lhe desejar felicidades. Nós iremos aprová-lo aqui na Comissão e no plenário, para que o senhor possa tomar posse rapidamente e representar não só o Estado do Paraná, mas o Brasil inteiro, em um tribunal que procura fazer justiça a todos os brasileiros. Parabéns!

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Vital do Rêgo pediu a palavra, e o Senador Aécio. Em seguida, darei a palavra ao indicado, Dr. Sérgio Luiz Kukina.

Senador Vital e Senador Aécio. E vou encerrar as inscrições.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Sr. Presidente, rapidamente, atendendo a nossa pressa, em virtude dos compromissos ainda em plenário, a manifestação pessoal e direta quando do contato com S. Exª, o currículo e agora a sabatina nos confortam em poder votar, nos dão a certeza do brilhantismo do futuro Ministro e nos oferecem a convicção de que o STF terá efetivamente um homem com luzes para incandescer ainda mais a magistratura nacional.

Eu me sinto muito bem! Fiquei aqui ainda me unindo à sabatina e às perguntas que o meu professor, Senador Pedro Taques, fez. Em muitas delas, eu estava tendo a oportunidade de ouvir, sentindo-me também na oportunidade de poder perguntá-lo. Isso faz com que nós, do PMDB, tenhamos, Requião, a certeza de que mais um paranaense vai brilhar no STJ.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Aécio Neves, como último orador inscrito, para, então, eu dar a palavra ao Dr. Sérgio Luiz Kukina.

Senador Aécio, tem a palavra V. Exª.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, ilustre Procurador Sérgio Kukina, aqui nesta Casa, nós aprendemos muitas coisas, mas infelizmente ainda não detemos o dom da ubiquidade, a possibilidade de estar em mais de um lugar ao mesmo tempo. Lamentavelmente, não pude participar de toda a sabatina, estava trabalhando em outras comissões, mas eu não gostaria que esta sabatina se encerrasse sem que eu aqui, de público, trouxesse o testemunho deste mineiro que conheceu a trajetória de V. Exª, o histórico, o currículo de V. Exª, os testemunhos de futuros colegas de V. Exª no STJ, que deixam certamente a todos nós muito confortáveis no momento de aprovarmos o nome de V. Exª para o STJ. V. Exª demonstrou, ao longo de sua carreira, um compromisso inquestionável com a ética, com a imparcialidade e com a defesa do Estado de Direito.

Portanto, gostaria, mesmo que ao final dessa sabatina, de deixar aqui os meus protestos de absoluto apreço e certamente votos de que V. Exª possa, no STJ, manter o Poder Judiciário na linha de independência que tem marcado as suas atuações nos últimos tempos. V. Exª chega a esta Comissão, e isso não é comum, como uma das poucas unanimidades, que espero possa se ver refletida na votação que V. Exª terá em seguida.

Portanto, gostaria, de público, de deixar aqui não apenas as manifestações de meu apreço pessoal, mas o inquestionável apoio a V. Exª, agora e no futuro, como Ministro do STJ.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Já adverti o Senador Romero de que estava vazando o áudio dele. Agora acabou. *(Pausa.)* Não, o áudio estava aqui, no som. V. Exª estava ao vivo ao Brasil. Essa era a minha preocupação.

Vou passar a palavra ao Dr. Sérgio Luiz Kukina, não havendo mais oradores inscritos, para a sua fala final. Na sequência, vou dar início ao processo de votação nominal.

V. Exª tem o tempo que for necessário para responder ao Senador Requião.

O SR. SÉRGIO LUIZ KUKINA – Ótimo.

Primeiramente, agradeço a todos os eminentes Senadores pelas palavras gentis. Muito obrigado a todos.

Senador Requião, nosso ilustre Parlamentar paranaense, eu diria ao senhor, em relação à primeira indagação, que a ideia de um mandato em tempo fixo, mas sem barreira dos 70 anos, como hoje ocorre, é uma ideia sedutora em parte, na medida em que me cai bem a ideia da alternância dentro do poder, mas, por outro lado, penso que, dentro de uma corte como é o Supremo Tribunal Federal, 8 anos fosse um tempo demasiado pequeno para que um Ministro pudesse dar toda a sua colaboração. Ele vai amadurecendo ao longo do tempo. Então, tenho essa dificuldade de compatibilizar...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – O nosso sonho é que o Senado também fosse vitalício, mas isso acabou.

O SR. SÉRGIO LUIZ KUKINA – Acabou, não é? Mas, enfim...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª já é Senador vitalício aqui.

Vou dar a palavra ao Dr. Kukina, senão vamos perder o tempo...

O SR. SÉRGIO LUIZ KUKINA – É sedutora a ideia, mas ainda sou aferrado ao modelo presente, Senador, com todo o respeito a V. Exª.

No tocante à transparência de salários, em nosso Ministério Público do Paraná, isso já ocorre. Então, não se trata de situação estranha no tocante a minha pessoa, e não vejo também restrições. Sou partidário de que haja essa transparência absoluta nas três esferas de Poder, no próprio Ministério Público. Todos são pagos com dinheiro público. Não há motivos para que a comunidade desconheça valores.

No tocante ao terceiro questionamento, de uma possível reanálise da decisão do julgamento da Ação nº 470, sem conhecer mais detalhes, ainda, até porque o julgamento não foi encerrado, mas, à distância e acompanhando a fundamentação no que tenho podido acompanhar, não veria ambiente, espaço necessário para se cogitar dessa revisão pela instância internacional, mesmo porque esses tribunais de índole internacional, seja em nível global, seja em nível regional, como quando se fala da nossa Organização dos Estados Americanos, devem sim atuar, mas sempre em caráter supletivo e residual, tendo por premissa a comprovação de que a jurisdição interna se mostrou omissa. Não parece ter sido esse o caso. A causa lide está recebendo a prestação jurisdicional devida.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vou encerrar o processo de arguição e vou dar início ao processo de votação.

A votação, Srs. Senadores, será nominal. Os Senadores que estão fora da Comissão, por favor, compareçam à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Nós vamos dar início ao processo de votação nominal do sabatinado, Dr. Sérgio Luiz Kukina.

Senador José Pimentel. *(Pausa.)*

Senadora Ana Rita. *(Pausa.)*

Encontram-se cédulas rubricadas pela Presidência.

Senadora Ana Rita, cédula rubricada pela Presidência para V. Exª votar.

Ainda não acabamos o processo de sabatina. Vamos dar sequência à votação e, se for aprovado, V. Exª receberá os cumprimentos, Procurador Sérgio Luiz Kukina.

Senador Pedro Taques. *(Pausa.)*

V. Exª tem uma fichinha para votação, devidamente rubricada pela Presidência, para V. Exª depois verificar se está de acordo dentro da urna.

Senador Jorge Viana. *(Pausa.)*

O Senador Jorge Viana está presente? (*Pausa.*)

Ausente.

Senador Antonio Carlos Valadares. *(Pausa.)*

Eu vou pedir um pouquinho de silêncio, pois já estou sem voz, aqui.

Senador Inácio Arruda. *(Pausa.)*

Presente.

Senador Eduardo Lopes. *(Pausa.)*

Senador Ricardo Ferraço. *(Pausa.)*

Senador Romero Jucá. *(Pausa.)*

Desculpe cortar a conversa, mas V. Exª tem que votar aqui.

Senador Vital do Rêgo. *(Pausa.)*

Senador Luiz Henrique. *(Pausa.)*

Senador Francisco Dornelles. *(Pausa.)*

Presente V. Exª.

Senador Aécio Neves. *(Pausa.)*

Senador Aloysio Nunes Ferreira. *(Pausa.)*

Senador Alvaro Dias, Relator da matéria. *(Pausa.)*

Senador José Agripino. *(Pausa.)*

Senador Armando Monteiro. *(Pausa.)*

Senador José Pimentel agora presente.

Senador Armando presente sempre! O Senador Armando Monteiro foi o primeiro que chegou aqui.

Senador Gim Argello. *(Pausa.)*

Eu vou pedir às assessorias – nós estamos num processo de votação – que por favor se afastem um pouco da urna. Por favor.

Senador Magno Malta. *(Pausa.)*

Senador Randolfe Rodrigues. *(Pausa.)*

Senador Sérgio Petecão. *(Pausa.)*

Senador Eduardo Suplicy. *(Pausa.)*

Senador Rodrigo Rollemberg. *(Pausa.)*

Eu vou pedir mais uma vez às assessorias que por gentileza se afastem das urnas. Estamos num processo de votação nominal.

Eu tenho que cuidar da votação e ainda tenho que cuidar da segurança.

Senador Roberto Requião. *(Pausa.)*

Senador Eduardo Braga. *(Pausa.)*

Senador Requião, eu estou encerrando a votação.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Eunício Oliveira. Vou votar aqui agora. (*Pausa.*)

Falta mais alguém? Todos votaram? Todos os Senadores votaram? (*Pausa.*)

Se todos os Senadores votaram, vou encerrar a votação.

Todos os presentes votaram.

Há cinco fichas sem votação. (*Pausa.*)

Há um Senador que pediu... que está chegando. (*Pausa.*)

Vou encerrar o processo de votação e vou convidar o Senador Requião...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Para o escrutínio, não é, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – É, porque, senão, V. Exª não dá à Mesa o direito de...

Senador Raupp.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Ainda não encerrei. Eu disse que vou encerrar, mas ainda não encerrei.

Senador Valdir Raupp. (*Pausa.*)

Vou encerrar o processo de votação.

Todos votaram? (*Pausa.*)

Está encerrada a votação.

Convido o Senador Requião e o Senador Gim Argello para serem os escrutinadores e o Senador Pedro Taques para ser o fiscal.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Fiscal?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Fiscal da votação, porque tumultuaram a hora da votação. Assim, quero que V. Exª, como ex-Procurador, como Senador atuante, como Presidente da Comissão Especial de Segurança Pública e como Relator do Código Penal, fiscalize os votos.

Aviso aos Srs. Senadores que, após esta reunião, vou convocar outra reunião para a aprovação das emendas da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, após o resultado dessa votação, enquanto não começa a Ordem do Dia. Daqui a 5 minutos, começará a Ordem do Dia. (*Pausa.*)

O Senador Requião anuncia o resultado, o Senador Pedro Taques o oficializa, e o Senador Gim Argello conta, que ele sabe contar muito bem.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Peço só um minutinho, para encerrarmos o processo de votação, Senador Inácio Arruda.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Por isso, chamei o Senador Pedro Taques para ser o fiscal.

Dezenove votos.

Inclusive, ao sabatinado Sérgio Luiz Kukina dou os parabéns antecipados.

Vou proclamar o resultado: dos 19 votantes, V. Exª obteve 19 votos SIM.

Então, parabéns pela brilhante exposição que fez V. Exª! Parabéns por responder firmemente a todas as perguntas, a todos os questionamentos dos Srs. Senadores! Que o senhor leve isto para a sua senhora e para os seus filhos, bote num quadro e lhes dê de presente! Foram 19 votos favoráveis.

Está aprovada a indicação.

A Presidência submete aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras, em regime de urgência, o encaminhamento da matéria ao Plenário do Senado Federal.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento de urgência da Presidência, que encaminhará a matéria, em seguida, à Presidência do Senado, com o parecer favorável desta Comissão.

Nada mais havendo a tratar, vou declarar encerrada esta reunião. Antes, porém, convoco, para daqui a 10 minutos, nova reunião, para que o Senador Vital do Rêgo, Relator das emendas apresentadas a esta Comissão pelos Srs. Senadores, possa apresentar o seu relatório. Aproveitaremos, se os senhores concordarem, a presença dos Srs. Senadores, assinada no livro, para fazermos uma reunião daqui a 10 minutos, para aprovarmos ou rejeitarmos as emendas apresentadas à Comissão de Constituição e Justiça.

Está encerrada esta reunião, mais uma vez parabenizando o STJ pela brilhante escolha que fez do Dr. Sérgio Luiz Kukina, Procurador de Justiça.

(Iniciada às 10 horas e 35 minutos, a reunião é suspensa às 13 horas e 18 minutos, reaberta às 14 horas e 47 minutos e encerrada às 16 horas e 27 minutos.)

ATA DA 45ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE NOVEMBRO DE 2012, QUARTA-FEIRA, APÓS 44ª REUNIÃO ORDINÁRIA, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dezesseis horas e cinquenta e quatro minutos, do dia vinte e oito de novembro de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senador Eunício Oliveira, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Jorge Viana, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Eduardo Lopes, Ricardo Ferraço, Pedro Simon, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Luiz Henrique, Francisco Dornelles, Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, José Agripino, Armando Monteiro, Gim, Magno Malta, Sérgio Petecão, Eduardo Suplicy, Aníbal Diniz, Rodrigo Rollemberg, Humberto Costa, Renan Calheiros, Valdir Raupp, Eduardo Braga, Lobão Filho, Waldemir Moka, Flexa Ribeiro, Cícero Lucena, Paulo Bauer, Mozarildo Cavalcantti e a Senadora Ana Rita reúne-se a presente Comissão. Deixa de comparecer o Senador Randolfe Rodrigues. Passa-se à aprecia-

ção da Pauta: **ITEM ÚNICO: EMENDAS AO PROJETO DE LEI Nº 024/2012-CN** que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2013"**.** O Senador Vital do Rêgo apresenta o Relatório sobre as setenta Emendas sugeridas ao referido Projeto. Após a discussão, são aprovadas as seguintes Emendas ao PLOA-2013: **EMENDA 01-CCJ) Órgão:** 11.000 – Superior Tribunal de Justiça**; Unidade Orçamentária:** 11101 – Superior Tribunal de Justiça; **Programa:** 0568 – Prestação Jurisdicional no Superior Tribunal de Justiça; **Funcional/Ação/Subtítulo:** 98.998.0568.2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes (Seq. 020000); **Tipo de Emenda:** Apropriação – Inclusão. **Esfera orçamentária**: Orçamento da Seguridade Social; **Localidade beneficiada**: 9000000 – Nacional; **Valor:** 50.000.000; **Justificativa**: "Permanece a meta física, calculada pela Coordenadoria de Orçamento e Finanças com base em dados orçamentários e proporcionalmente ao acréscimo de beneficiários nos últimos anos. A previsão de gasto, por seu turno, foi obtida considerando a média mensal de despesas médico-hospitalares nos meses de janeiro a outubro/2012 (R$4.686.960,00), cujo aumento decorre sobretudo do crescimento e envelhecimento da população, acréscimo no preço dos insumos de saude (honorários médicos, taxas, diárias, materiais e medicamentos) e inclusão de novas tecnologias. Com base nessas premissas,chegou-se ao custo unitário de R$ 409,88 por beneficiário." **EMENDA 02-CCJ) Órgão:** 30000**; Unidade Orçamentária:** 30101 – Ministério da Justiça; **Programa:** 2070 – Segurança Pública com Cidadania. **Funcional/Ação/Subtítulo**: 06.183.270.14LG – Implementação de Solução Integrada dos Sistemas de Inteligência, de Gestão da Informação e de Telecomunicações para Grandes Eventos(Seq. 020000); **Tipo de Emenda:** Apropriação – Inclusão. **Esfera orçamentária**: Orçamento Fiscal; **Localidade beneficiada**: 9000000 – Nacional; **Valor:** 200.000.000; **Justificativa:** A segurança para Grandes Eventos tem por objetivo garantir a segurança dos eventos de larga escala que o Brasil receberá nos próximos anos: Copa das Confederações e Jornada Mundial da Juventude em 2013; a Copa do Mundo em 2014 e os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016. A realização de grandes eventos é um desafio para qualquer país. No tocante à segurança, o governo brasileiro decidiu criar a Secretaria Extraordinária para Grandes Eventos, com a responsabilidade de coordenar esforços das forças de segurança e de defesa civil, buscando a integração e o aperfeiçoamento tecnológico e de procedimentos dessas instituições. **EMENDA 03-CCJ) Órgão:** 34000 – Ministério Público da União; **Unidade Orçamentária:** 34101 – Ministério Público Federal; **Programa:** 0581 – Defesa da Ordem Jurídica**. Funcional/Ação/Subtítulo**: 03.122.0581.3752.0001 – Implantação de Procuradorias junto às Varas Federais; **Tipo de Emenda:** Apropriação – Acréscimo. **Esfera orçamentária**: Orçamento Fiscal; **Localidade beneficiada**: 9000000 – Nacional; **Valor:** 150.000.000; **Justificativa**: 'Art. 127. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis'. Para desincumbir-se desse comando constitucional, o Ministério Público tem necessariamente que oficiar junto à Justiça. Assim, onde existir Vara da Justiça Federal é necessário haver Procurador da República para que ela possa funcionar. Para tanto, o Procurador-Chefe da Procuradoria da República na Capital do Estado terá que deslocar um Procurador da República para oficiar junto à Vara onde não exista um Procurador da República, aumentando sensivelmente os custos para o Tesouro (diárias, passagens, estadias, etc) sem falar na precariedade da prestação jurisdicional pela inexistência de um local físico para trabalhar. Hoje é evidente a defasagem entre o número de Procuradores da República e o de Juízes Federais: são 834 Varas da Justiça Federal, das quais 163 são Juizados Especiais Federais Autônomos. Para essas Varas e Juizados existem 1649 cargos de Juízes Federais e Juízes Federais Substitutos. Além dessas, a Lei 12.011, de 04 de agosto de 2009, criou mais 230 Varas da Justiça Federal e, consequentemente, 230 cargos de Juiz Federal e 230 cargos de Juiz Federal Substituto. Para atender a esse programa de interiorização da Justiça Federal, o Ministério Público Federal, que hoje dispõe de apenas 180 Procuradorias da República em municípios, nas quais atuam 824 Procuradores da República (média de 2 juízes para cada Procurador da República, quando deveria ser ao contrário), necessita implantar pelo menos 46 Procuradorias em municípios". **EMENDA 04-CCJ) Órgão:** 34000 – Ministério Público da União**; Unidade Orçamentária:** 34104 – Ministério Público do Trabalho; **Programa:** 0581 – Defesa da Ordem Jurídica. **Funcional/Ação/Subtítulo**: 03.062.0581.4262.0001 – Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário – Ministério Público do Trabalho; **Tipo de Emenda:** Apropriação – Acréscimo. **Esfera orçamentária**: Orçamento Fiscal; **Localidade beneficiada**: 9000000 – Nacional; **Valor:** 150.000.000; **Justificativa**: "Para execução de suas atribuições constitucionais o Ministério Público do Trabalho necessita de instalações físicas adequadas a complexidade da sua atuação. Assim, a modernização de suas instalações, tanto física quanto de infraestrutura, é fator determinante para o aumento da eficiência

dos procedimentos relativos às atividades essenciais a função jurisdicional do Estado. O Ministério Público do Trabalho possui uma Procuradoria-Geral do Trabalho, vinte e quatro Procuradorias Regionais do Trabalho distribuídas nas capitais dos entes federativos, além de cem Procuradorias do Trabalho nos municípios. Existe, pois, a necessidade de integração dessas unidades via sistemas de informação flexíveis e dinâmicos. Serão modernizadas as instalações físicas de diversas Procuradorias Regionais do Trabalho, destacando-se as PRT 4ª Região/RS, PRT 7ª Região/CE, PRT 12ª Região/SC e a Procuradoria-Geral do Trabalho em Brasília. A integração de tecnologia da informação se dará com a automação do fluxo e gestão de documentos eletrônicos, homogeinização de ambientes físicos, padronização dos softwares básicos, capacitação e treinamento." **Total:** 550.000.000. Aprovada a indicação desta Comissão, ao Relator Geral do PLOA 2013, no sentido de apresentação da proposta de emenda nº 27 (Anexo I), como emenda da Relatoria Geral, tendo em vista a importância do atendimento ao interesse público envolvido na proposta. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a Reunião, às dezessete hora e seis minutos, e, para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro da estenotipia informatizada. – Senador **Eunício Oliveira,** Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 45ª Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa e a leitura da aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa*.)

Aprovada a ata, será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Esta reunião destina-se exclusivamente à discussão e à votação das emendas da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania ao Projeto de Lei nº 24/2012–CN, que "estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2013" (PLOA – 2013).

Emenda da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania ao Projeto de Lei nº 24/2012–CN, não terminativo.

Discussão e votação das emendas da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania ao Projeto de Lei nº 24/2012, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2013.

Relatoria: Senador Vital do Rêgo, designado por esta Presidência, a quem concedo a palavra para o seu longo relatório.

Tem a palavra V. Exª, Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Sr. Presidente, tentarei ser sucinto para colocar a posição desta relatoria a respeito das 70 propostas de emenda relacionadas no Anexo I a este parecer.

Foram apresentadas sessenta e nove propostas de emenda de apropriação e uma de texto. Não foram apresentadas propostas de emenda à despesa de remanejamento.

Como V. Exª sabe, coordenou os trabalhos, a Comissão de Constituição e Justiça desta Casa poderá apresentar até oito emendas à proposta ao PLOA – 2013, sendo quatro de apropriação e quatro de remanejamento, nos termos do anexo à Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, atualizado pelo parecer preliminar aprovado pela Comissão Mista de Orçamento.

Neste brevíssimo relatório, conforme o parecer preliminar, as emendas coletivas à despesa somente serão recebidas por esta Secretaria da CMO se estiverem identificadas como de remanejamento, de apropriação ou de cancelamento. Conforme nós colocamos, foram apresentadas sessenta e nove propostas de apropriação, somente uma de texto e nenhuma de remanejamento.

A nossa análise, a partir deste relatório, é: inicialmente, consignamos que existe uma significativa limitação para o atendimento das propostas de emenda apresentadas pelos Exmºs Srs. Senadores e Srªs Senadoras, haja vista que esta Comissão está sujeita a esse limite. Não há limites para emenda de texto, nos termos do art. 142 da Resolução.

No que diz respeito às emendas de apropriação, manifestamo-nos pela apresentação das emendas para atendimento às seguintes programações orçamentárias:

a) Programação UO 11101 – Superior Tribunal de Justiça – Prestação Jurisdicional no Superior Tribunal de Justiça, Ação 2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes;

b) UO 30101 – Ministério da Justiça, Programa 2070 – Segurança Pública com Cidadania – Implantação de Solução Integrada dos Sistemas de Inteligência, de Gestão da Informação e de Telecomunicações para Grandes Eventos;

c) UO 34101 – Ministério Público Federal, Programa 0581 – Defesa da Ordem Jurídica – Implantação de Procuradorias junto às Varas Federais;

d) UO 34104 – Ministério Público do Trabalho, Programa 0581 – Defesa da Ordem Jurídica – Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário – Ministério Público do Trabalho.

São essas quatro emendas de apropriação.

Em face do valor previsto nas propostas nas Emendas 57, 58, 60, 66 e 67, optamos por destinar valor adicional de R$50 milhões às respectivas unidades orçamentárias, nos termos acima citados, tendo em vista o interesse público no atendimento às respectivas programações.

As demais propostas de emendas às despesa não foram acolhidas, seja por colidirem com dispositivo constitucional legal ou regimental, seja por apresentarem propostas que, embora meritórias, não puderam ser atendidas em razão da limitação quanto à quantidade de emendas à disposição desta Comissão.

A emenda de texto (nº 70) pretende incluir o item 2.2 ao Anexo V do PLOA 2013, para prever eventual aprovação ao PL 4.363/2012, que tramita atualmente na Câmara dos Deputados e dispõe sobre a carreira dos servidores do Poder Judiciário da União. Isso é importante, Sr. Presidente, detalhar, enfatizar este texto: tendo em vista o não acolhimento por esta Comissão de emenda à despesa para fazer face à previsão, não há como acolher tal emenda.

Em face do exposto, somos pelo acolhimento por esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania das propostas das Emendas 1, 14, 57, 58, 60, 66 e 67 e pelo não acolhimento das demais propostas de emendas apresentadas.

Propomos, ainda, que a Secretaria desta Comissão seja incumbida de proceder às adequações que se fizerem necessárias para as emendas junto à Comissão Mista de Orçamento e Fiscalização.

Esse é o relatório que passo a ter a honra de assinar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em discussão.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir, Senador Waldemir Moka, que pede a palavra.

Tem a palavra V. Exª.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, eu estava também na discussão e queria dizer da importância de uma emenda nossa colocada aqui, que eu acho que é uma emenda fundamental.

Nós estamos vivendo um período, não só no meu Estado do Mato Grosso do Sul, de demarcação de terras indígenas. E é absolutamente necessário que a gente consiga... E até o próprio Relator Geral já sinalizou com essa possibilidade. Só que é fundamental que esta Comissão contemple a emenda de comissão aqui da Comissão de Constituição e Justiça, para que a gente possa alocar. Porque falar de demarcação de terras indígenas... Eu fiz questão de olhar, e está juridicamente perfeita a emenda. Eu tenho o apoio, Senador Vital do Rêgo, e posso garantir a V. Exª que fiz questão de verificar, de vários Senadores. A maioria dos Senadores aqui concorda com essa emenda, que é uma emenda fundamental. Nós vamos é evitar conflito, um conflito duro, difícil.

Agora, na semana que vem ou amanhã, vai uma comissão de direitos humanos lá aos guaranis-kaiowás. Então, se falar em demarcação sem garantir recurso orçamentário para indenização é uma provocação.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Eu recebo a emenda de V. Exª como uma indicação da Comissão. Acolho a emenda de V. Exª até no compromisso de o Relator Geral, que conhece bem a matéria, transformar essa indicação da Comissão numa emenda da Relatoria Geral. É a proposta.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Mas a minha pergunta é a seguinte: ela não vai ao Relator? Até o Relator setorial poderia...

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Tanto o Relator setorial quanto o Relator Geral podem recolher a emenda, a indicação desta Comissão.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Mas nós podemos afirmar que esta emenda será considerada como uma emenda da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Uma indicação da Comissão de Justiça.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Evidentemente, eu só quero... Eu discuti isso com tanta gente e obtive o apoio de tantos Senadores aqui que, sinceramente, eu achei que essa seria uma das emendas que a Comissão iria priorizar, em função de termos um conflito no País. Um conflito que, se não houver recurso orçamentário, não haverá como falar em demarcação.

Nós estamos discutindo uma PEC aqui, a PEC 71, se não me falha a memória, que prevê modificação para que a União possa indenizar. É claro que nós estamos falando de indenização em propriedades onde há proprietários há 30 anos, 40 anos, 50 anos, com título! E aí, como é que esses produtores, essas famílias vão sair de lá com uma mão na frente e a outra atrás? O processo seria de expropriação. E, dessa

forma, garantindo recursos no Orçamento, nós estaríamos falando de uma desapropriação com garantia, garantia de que pudéssemos fazer a indenização por benfeitorias e também valor da terra nua.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Eu gostaria de acrescentar a proposta da indicação do Senador Moka porque assiste razão a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em discussão as emendas. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queria discutir, em votação.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadores que aprovam permaneçam como se acham. Obviamente, com a indicação feita pelo Relator, Senador Vital do Rêgo, com o compromisso de fazermos um entendimento com o Relator Geral, que é nosso colega, que conhece bem, já foi Presidente da Funai, inclusive, o nosso Senador Romero Jucá.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadores que aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.)*

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião extraordinária.

Antes de encerramos os nossos trabalhos, proponho a dispensa e a leitura da ata desta reunião.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria segue à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 16 horas e 54 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 06 minutos.)

ATA DA 46ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE NOVEMBRO DE 2012, QUARTA-FEIRA, APÓS ORDEM DO DIA, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dezenove horas e dezenove minutos, do dia vinte e oito de novembro de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senador Eunício Oliveira, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Francisco Dornelles, Alvaro Dias, José Agripino, Armando Monteiro, Gim, Lindbergh Farias, Humberto Costa, Renan Calheiros, Roberto Requião, Eduardo Braga, Waldemir Moka e Flexa Ribeiro reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Jorge Viana, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Eduardo Lopes, Ricardo Ferraço, Pedro Simon, Luiz Henrique, Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Magno Malta, Randolfe Rodrigues e Sérgio Petecão e a Senadora Ana Rita. Passa-se à apreciação da Pauta: **ITEM ÚNICO:** Reexame das Emendas da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania ao Projeto de Lei nº 24/2012-CN, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2013" (PLOA – 2013). O Senador Vital do Rêgo apresenta Adendo ao Parecer sobre as Emendas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2013, retirando a indicação da Comissão, citada no Parecer, ao Relator Geral do PLOA 2013, no sentido de apresentação da proposta de emenda nº 27 (Anexo I ao Parecer) como emenda da Relatoria Geral, mantendo os demais termos do Parecer. Após a discussão, é aprovada a seguinte Emenda de Remanejamento ao PLOA-2013: **EMENDA 05-CCJ) Órgão:** 30000 – Ministério da Justiça; **Unidade Orçamentária:** 30202 – Fundação Nacional do Índio – FUNAI; **Programa:** 2065 – Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas; **Funcional/Ação/Subtítulo:** 14.125.2065.20UF – Fiscalização e Demarcação de Terras Indígenas, Localização e Proteção de Índios Isolados e de Recente Contato (Seq. 001442, 001443, 001454, 001510, 001538, 001539, 001540, 001544, 002981, 003082)**; Tipo de Emenda:** Remanejamento – Inclusão; **Esfera orçamentária:** Orçamento Fiscal; **Localidade beneficiada:** 9000000 – Nacional; **Valor:** 100.000.000; **Justificativa:** "Esta emenda consiste em assegurar aos atuais possuidores das áreas sob demarcação uma reparação financeira, sem, por outro lado desguarnecer os direitos dos indígenas à terra. Os títulos dominiais emitidos precisam ser protegidos sendo necessário conciliar os interesses em conflito, para isso, deve-se garantir aos possuidores de títulos de domínio o direito de receber indenização pela terra nua e eventuais benfeitorias úteis e necessárias realizadas de boa-fé. Já há uma sinalização nesse sentido, mas é fundamental que esse processo avance e os recursos fiquem garantidos no Orçamento Geral da União. Em meu Estado de Mato Grosso do Sul, por exemplo, a política de ocupação, historicamente em função da Guerra do Paraguai, tinha um interesse de segurança nacional. Ao considerar a fronteira com o Paraguai uma área de segurança nacional, temendo uma guerra e a possível ocupação desse vazio demográfico, o governo federá à época, realizou uma série de projetos que visavam justamente colonizar a nossa região, são diversas propriedades com mais de 50, 100 anos de ocupação e produtividade, não podendo agora sob a alegação de devolução de terras consideradas indígenas não levar em consideração o marco temporal de reconhecimento e ignorar o título emitido ou comercializado considerando-o nulo; por este motivo a

indicação dos recursos aprovisionados nesta emenda tem por objetivo apoiar a União a acatar os títulos que concedeu e promover a indenização necessária." Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a Reunião, às dezenove horas e vinte e sete minutos, e, para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro da estenotipia informatizada. – Senador **Eunício Oliveira,** Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 46ª Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se ao reexame das emendas da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania ao Projeto de Lei nº 24, de 2012-CN, que "estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2013" (PLOA – 2013).

Concedo a palavra ao Relator, Senador Vital do Rêgo, para que possa relatar o que deseja em relação a reexame de emendas apresentadas a esta Comissão que não tinham sido por V. Exª na totalidade analisadas com profundidade e, por este motivo, V. Exª pediu que fizéssemos esta nova reunião, havendo quórum regimental.

Consulto a Secretaria se há quórum regimental. (*Pausa.*) A Secretaria da Mesa me confirma que há quórum regimental, embora não estejam todos os Senadores presentes. Mas há quórum regimental.

Por esse motivo, passo a palavra ao Senador Vital do Rêgo para o complemento do seu relatório.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Sr. Presidente, durante toda a tarde, depois da nossa aprovação inicial do relatório, discutimos a possibilidade de fazer um adendo ao nosso parecer, com alguma objetividade e aperfeiçoamento deste, porque encontramos essa possibilidade, haja vista que há entendimento em projetos prioritários junto ao Ministério da Justiça, principalmente na área específica da Copa do Mundo, quando estamos desenvolvendo entendimentos para repasse para Copa nos Estados, inclusive no Ciops do Ceará, Estado que bem representa V. Exª. Também tivemos entendimento com o Ministério da Justiça para objetivar repasses no Ministério Público Federal para o Distrito Federal. Isso também foi definido durante os entendimentos que objetivaram a aprovação desse relatório, como também no Ministério Público do Trabalho.

Eu queria deixar constado em ata, porque nós provocamos uma discussão, principalmente por força da incursão muito bem-vinda do Senador Moka, trazendo um assunto extremamente pertinente, que, me parece, precisava ser revisto por esta Comissão, que trata da proteção, fiscalização e demarcação de terras indígenas.

O Senador Moka vem desenvolvendo um trabalho na sua região que precisa ter fundo orçamentário e justificou essa sua proposição. S. Exª tem lutado por ela e desenvolveu, ao longo das últimas horas, um trabalho na Comissão Mista de Orçamentos em que pôde tomar apoio da própria CMO, do Relator Geral, do Relator setorial da matéria, e nós não poderíamos, como Relator convocado por V. Exª nesta reunião, deixar uma propositura dessa natureza do Senador Moka desamparada do apoio desta Comissão.

Por isso, pedi a V. Exª que fizesse uma convocação na forma regimental para registrar meu apoio à iniciativa do Senador Moka, o que faço neste momento, na forma deste adendo.

Adendo ao parecer sobre as emendas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2013. Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Registre-se que, das setenta propostas de emendas ao PLOA 2013 que se encontravam em análise por esta Comissão – relacionadas no Anexo I –, foram apresentadas sessenta e oito propostas de emendas de apropriação, uma proposta de emenda de remanejamento e uma proposta de emenda de texto.

Desse modo, tendo em vista que esta Comissão está sujeita ao limite de até oito emendas ao PLOA 2013, manifestamo-nos também pela apresentação da emenda de remanejamento a seguir, para o atendimento da respectiva programação orçamentária. É a emenda que apresenta o Senador Moka.

a) UO 30202 – Fundação Nacional do Índio – FUNAI, Programa 2065 – Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas, Ação 20UF – Fiscalização e Demarcação de Terras Indígenas, Localização e Proteção de Índios Isolados e de Recente Contato, valor R$ 100.000.000,00 (proposta de emenda nº 27 – Anexo I ao Parecer acima).

Desse modo, fica retirada a indicação desta Comissão, citada no Parecer, ao Relator Geral do PLOA 2013, no sentido de apresentação da proposta de emenda nº 27 (Anexo I ao Parecer), como emenda da Relatoria Geral.

Ficam mantidos os demais termos do Parecer em epígrafe.

Plenário da Comissão, em 28 de novembro de 2012.

Senador Eunício Oliveira, Presidente; Senador Vital do Rêgo, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em discussão.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, é só para agradecer a V. Exª e ao Senador Relator Vital do Rêgo no sentido de que, com essa emenda de remanejamento, podem ter certeza V. Exªs, vamos encaminhar uma discussão, que, tenho certeza, haverá de evitar conflitos maiores nessa questão de demarcação de terra indígena. Quero agradecer. Muito obrigado.

Quero agradecer também a todos os Senadores, porque com todos com que falei, eu disse que era uma lista de presença para que a gente pudesse fazer uma nova reunião e apreciar essa emenda de remanejamento, de forma que fomos devidamente apoiados por todos os Senadores que colocaram as suas assinaturas na lista de presença desta reunião.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Informa a V. Exª também que a Secretaria-Geral desta Comissão, Senador Vital do Rêgo, comunicou a todos os Senadores, por meio eletrônico, desta reunião, que seria para o reexame, na forma regimental, do Parecer do Senador Vital do Rêgo. Portanto, todos os Senadores, independentemente de terem assinado ou não a lista de presença, tomaram conhecimento da reunião por meio eletrônico, para que a transparência dos nossos atos aqui permaneça do primeiro até o último segundo.

Em votação.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que aprovam o adendo ao parecer do Senador Vital do Rêgo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Já foram aprovadas as Emendas nºs 1, 2, 3 e 4 da CCJ, de apropriação, constante do primeiro parecer, também com as ressalvas feitas pelo Senador Vital do Rêgo no que se refere à questão do repasse para a segurança na Copa nos Estados brasileiros, inclusive do Ciops do Ceará, assim como do Ministério Público do Distrito Federal e também do Ministério Público do Trabalho. Também foi feito um entendimento para que, pela emenda nacional, internamente pudessem ser repassados os recursos para os Estados que entendessem a Procuradoria Geral, inclusive com o compromisso do repasse para o Estado do Ceará.

Nesse caso, ficam deliberadas as matérias constantes do primeiro parecer do Senador Vital do Rêgo lido na 45ª Reunião Extraordinária e a Emenda nº 5 da CCJ, de remanejamento, objeto do adendo ao parecer.

Antes de encerrar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata desta reunião.

Os Srs. Senadores Srªs e as Srªs. Senadoras que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovada a ata, que será publicada no Diário do Senado Federal.

A matéria segue para a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos.

Está encerrada a presente reunião, agradecendo ao Senador Vital do Rêgo por compreender e solicitar esta nova reunião, que ocorre na Comissão de Constituição e Justiça neste momento.

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 19 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 19 horas e 27 minutos.)

ATA DA 47ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE DEZEMBRO DE 2012, QUARTA-FEIRA, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e quarenta e três minutos, do dia cinco de novembro de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Eunício Oliveira, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Inácio Arruda, Eduardo Lopes, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Luiz Henrique, Francisco Dornelles, Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, José Agripino, Armando Monteiro, Magno Malta, Randolfe Rodrigues, Eduardo Suplicy, Acir Gurgacz, Rodrigo Rollemberg, Valdir Raupp, Eduardo Braga, Lobão Filho, Waldemir Moka, Flexa Ribeiro, Cícero Lucena, Mozarildo Cavalcanti e João Ribeiro e das Senadoras Ana Rita e Lídice da Mata, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Jorge Viana, Antonio Carlos Valadares, Ricardo Ferraço, Pedro Simon, Gim e Sérgio Petecão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **ITEM 1) OFICIO "S" Nº 5, de 2012.** Não Terminativo. Indica, nos termos do art. 130-A, VI, da Constituição Federal, o Senhor LUIZ MOREIRA GOMES JÚNIOR para compor o Conselho Nacional do Ministério Público. **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Mozarildo Cavalcanti.

Relatório: Favorável ao Requerimento nº 801, de 2012, a fim de que seja sobrestada a deliberação pelo Plenário sobre a indicação do Senhor Luiz Moreira Gomes Júnior para compor o CNMP. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido do Relator. **ITEM 4) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 330, de 2011.** Não Terminativo. Dispõe sobre a parceria de produção integrada agropecuária, estabelece condições, obrigações e responsabilidades nas relações contratuais entre produtores integrados e agroindústrias integradoras, e dá outras providências. **Autoria:** Senadora Ana Amélia. **Relatoria:** Senador Acir Gurgacz. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com vinte e duas emendas que apresenta. Em 05/12/2012 foram recebidas as Emedas nºs 23 a 26, de autoria da Senadora Ana Rita, que receberam parecer contrário. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1 a 22-CCJ e contrário às Emendas nºs 23 a 26. **ITEM 5) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 99, de 2012.** Não Terminativo. Fomenta e incentiva a recuperação florestal em assentamentos rurais, em áreas desapropriadas pelo poder público e em áreas degradadas de posse de agricultores familiares, em especial, de comunidades quilombolas e indígenas e dá outras providências. **Autoria:** Deputado Maurício Rands e outros. **Relatoria:** Senador Romero Jucá. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com três emendas de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto,com as Emendas de redação nºs 1 a 3-CCJ. **ITEM 8) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 115, de 2012.** Não Terminativo. Dispõe sobre a criação de 3 (três) varas federais no Estado do Amapá e sobre a criação de cargos efetivos e em comissão e funções de confiança nos Quadros de Pessoal da Justiça Federal e do Superior Tribunal de Justiça, e dá outras providências. **Autoria:** Superior Tribunal de Justiça. **Relatoria:** Senador Francisco Dornelles. **Relatório:** Favorável ao Projeto. Aprovado Requerimento nº 65, de 2012-CCJ, de URGÊNCIA para a matéria. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. Votam vencidos os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Pedro Taques, Alvaro Dias e Eduardo Suplicy. **EXTRAPAUTA: ITEM 9) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 114, de 2012.** Não Terminativo. Institui o Programa de Cultura do Trabalhador; cria o vale-cultura; altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, e 7.713, de 22 de dezembro de 1988, e a Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências. **Autoria:** Deputada Manuela D'Ávila. **Relatoria:** Senador Eduardo Braga (Substituído por *Ad Hoc*). **Relatoria *Ad Hoc*:** Senador Eunício Oliveira

Relatório: Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 10) REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 65, de 2012**. Requeiro, nos termos do artigo 338 inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PLC nº 115 de 2012. **Autoria:** Senador Francisco Dornelles. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião às treze horas e três minutos, restando adiados os demais itens constantes da pauta, a saber: ITEM 2) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2012; ITEM 3) EMENDAS DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 141, DE 2011; ITEM 6) SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 402, DE 2005 e ITEM 7) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 115, DE 2012; e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Eunício Oliveira,** Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 47ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura.

Comunico aos Srs. Senadores membros desta Comissão, para ciência, o recebimento dos seguintes documentos:

– Ofício/CMPA/Circ. n° 127/2012 do Presidente da Câmara Municipal de Paulo Afonso – BA, remetendo cópia da Indicação n° 47/2012, de autoria do Vereador Edson Oliveira Maciel, que sugere a deliberação de uma série de temas pelo Congresso Nacional. Expediente conferido e enviado o Ofício n° 125, de 2012-Presidência/CCJ informando que tramitam no Senado várias propostas de emenda à Constituição que visam ao aprimoramento do sistema eleitoral-partidário, além de outros projetos de lei do Senado e da Câmara no mesmo sentido.

– Ofício/Gab/Pres/n° 120/2012, do Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Imbuia-SC, encaminhando moção de repúdio contra a PEC n° 35, de 2012 e Ofício n° 116/2012 do Presidente da Câmara Municipal de José Boiteux – SC, encaminhando cópia da Moção n° 4/2012 que manifesta, igualmente, repúdio à PEC n° 35, de 2012. Expedientes conferidos e enviados os Ofícios n°s 126 e 127, de 2012 desta Presidência encaminhando ambas as correspondên-

cias ao relator da matéria, Senador Aloysio Nunes Ferreira, para conhecimento. Se V. Exª não recebeu ainda, vai receber.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem pede a palavra o Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, eu queria perguntar a V. Exª: o item 8 dispõe sobre a criação de varas federais no Amapá. É um projeto não terminativo, sem grandes discussões e eu pediria a V. Exª a possibilidade de fazer essa inversão.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para que aconteça a inversão de pauta, eu vou submeter ao Plenário, já que há uma questão de ordem levantada na época em que havia necessidade de unanimidade dos Srs. Senadores para a inversão de pauta.

Os Srs. Senadores e Srªs. Senadoras que aprovam a inversão de pauta solicitada pelo Senador Francisco Dornelles permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Aprovada.

Não havendo objeção, aprovada a inversão de pauta para o item 8.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Eu queria solicitar a V. Exª a inclusão na pauta do PLS nº 74/2010, que cria regras para aplicação de concurso para investidura em cargos e empregos públicos no âmbito da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Rollemberg, logo após a conclusão da pauta original, eu submeterei a solicitação de V. Exª à apreciação via extrapauta.

Vamos ao item 8.

Senador Dornelles, seu microfone está aberto:

I ITEM 8

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 115, de 2012
– Não Terminativo –

Dispõe sobre a criação de 3 (três) varas federais no Estado do Amapá e sobre a criação de cargos efetivos e em comissão e funções de confiança nos Quadros de Pessoal da Justiça Federal e do Superior Tribunal de Justiça, e dá outras providências.

Autoria: Superior Tribunal de Justiça

Relatoria: Senador Francisco Dornelles, favorável ao projeto.

Concedo a palavra a V. Exª, Senador Francisco Dornelles, antes convidando os Srs. Senadores, pois temos várias matérias importantes no dia de hoje a serem votadas, inclusive o Senador Mozarildo Cavalcanti, que é relator do primeiro item da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Francisco Dornelles, V.Exª tem a palavra.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Projeto de Lei 115 de iniciativa do Superior Tribunal de Justiça objetiva criar 3 (três) varas federais na jurisdição do Tribunal Regional Federal a serem instaladas no município de Macapá. De acordo com o art. 2º, cabe ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região, mediante ato próprio, estabelecer a competência das varas criadas pela lei que decorrer do projeto em exame.

Por seu turno, o *caput* do art. 3º acresce ao quadro de juízes os cargos e as funções, a saber: seis cargos de juiz federal, três de juiz substituto.

O art. 3º prevê que esses cargos caberão à Seção Judiciária do Estado do Amapá.

Já por meio do art. 4º criaram-se 80 cargos em comissão no quadro de pessoal do STJ, constantes do Anexo III do projeto.

De outra parte, o §1º do art. 4º estipula que, para a criação dos cargos em comissão, será observado o disposto no §1º do art. 169 da Constituição Federal, que trata de despesa de pessoal, e as normas pertinentes da Lei de Responsabilidade Fiscal, enquanto o §2º do mesmo art. 4º estabelece que o STJ baixará os atos pertinentes a respeito da criação desses cargos comissionados.

Por sua vez, o art. 5º preceitua que os recursos financeiros decorrentes da execução da proposição em exame correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas à Justiça Federal.

Destacamos da justificação do projeto que, no Estado do Amapá, a Justiça Federal passou de uma média de 6.500 processos para cerca de 11.000 processos.

O projeto foi aprovado na Câmara dos Deputados, tendo sido proferido, em Plenário, o parecer pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, favorável à sua aprovação.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

Análise.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania deve opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias.

O mencionado dispositivo constitucional reserva aos Tribunais Superiores, observado o disposto no art. 169 da Constituição, competência para iniciar o processo legislativo de proposições que disponham sobre a criação de cargos.

A proposição recebeu acolhida do Conselho da Justiça Federal e do Superior Tribunal de Justiça em suas sessões realizadas em 24 de outubro e 5 de dezembro de 2011. Já no corrente ano, em 3 de julho, o Conselho Nacional de Justiça aprovou parecer favorável à matéria quanto ao mérito, concluindo, ademais, que "sob o aspecto orçamentário financeiro, não há empecilho para o encaminhamento do Projeto de Lei ao Congresso Nacional pelo STJ".

No que diz respeito ao mérito, cabe-nos registrar que o PLC nº 115, de 2012, deve ser aprovado, haja vista não haver dúvida de que a ampliação do quadro de juízes, em especial para atender às necessidades das varas a serem criadas, contribuirá para melhor prestação jurisdicional.

Em face do exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do projeto de lei e, no mérito, pela sua aprovação.

Eu queria dizer a V. Exª, Sr. Presidente, que esse é o meu parecer.

Existem algumas dúvidas em relação ao art. 4º e eu queria dizer sobre ele o seguinte: o PLC nº 115 teve início na Câmara, com o nº 4.230, de iniciativa do STJ. Ele criava quase 800 cargos. Pois bem, houve uma emenda estabelecendo que, em vez de 800, estariam sendo criados 80. De modo que a iniciativa foi do STJ. Não houve quebra de iniciativa. Apenas a emenda na Câmara reduziu o número de cargos criados. Esse é o fato que existe. A iniciativa foi do STJ, através do PLC nº 115, de 2012.

Essa é a explicação que dou em relação ao art. 4º.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Para debater, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Também para debater, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir... Ah, desculpe-me. O Senador Pedro Taques pediu a palavra, assim como o Senador Eduardo Braga.

O Senador Pedro Taques tem a palavra para discutir a matéria.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, no mérito, o projeto é muito bom. Nós precisamos da criação desses cargos no Poder Judiciário, notadamente em seções judiciárias que ficam distantes de Brasília, como é o caso do Amapá.

O Superior Tribunal de Justiça, cumprindo o art. 96, inciso II, alínea "b", da Constituição, apresentou o projeto de lei, cumprindo a sua competência legislativa, capacidade legiferante.

Muito bem. Na Câmara dos Deputados, esse projeto recebeu uma emenda. Eu entendo, Sr. Presidente – e, por isso, quero debater –, que esse projeto não poderia sofrer essa emenda ao art. 4º. Nós não podemos modificar esse projeto que veio do Superior Tribunal de Justiça. A competência do STJ decorre do autogoverno dos tribunais. Deputado Federal e Senador não podem, sob pena de ofenderem o art. 2º da Constituição, emendar esse projeto, criando 80 cargos no Superior Tribunal de Justiça.

Dessa feita, entendo que o projeto, no seu mérito, é muito bom. Agora, ele padece deste vício de inconstitucionalidade: criação de cargos ou supressão de cargos via emenda de Deputado Federal, com todo respeito, ofende a Constituição. E esta Comissão tem este objetivo: o nome da Comissão é Comissão de Constituição e Justiça, para que possamos fazer a adequação do projeto à Constituição. Ele ofende, ao meu juízo, respeitando a posição do mestre, o Senador Dornelles, mas ofende o art. 96, inciso II, alínea "b", da Constituição da República.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, no dia de ontem, inclusive, a Liderança do Governo se debruçou sobre o processo, exatamente com a mesma preocupação que o Senador Pedro Taques levanta sobre a questão.

No entanto, no decorrer do dia de ontem, Senador Pedro Taques – e eu indago ao Senador Dornelles –, recebemos informações esclarecedoras, inclusive com documentos, do próprio STJ, com ofícios encaminhados pelo STJ ao processo, na época em que estava na Câmara, em que o STJ manifestava-se de acordo com a iniciativa da criação dos 80 cargos. Portanto, a Liderança do Governo entende que a ação adotada pelo STJ fez o saneamento desse vício que, a meu juízo, seria efetivamente questionável no STJ, e nós acompanhamos o parecer do Senador Dornelles, que creio que pode até esclarecer, trazendo fatos importantes com relação a essa questão, que resolve não apenas...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Pois não, claro. Ao ofício.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pedro Taques; em seguida, Senador Aloysio.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Não, eu só pedi um aparte, se o Líder do Governo me permitir.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Claro.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, existe uma súmula do Supremo Tribunal Federal, a Súmula 02 ou 03, salvo engano, que dizia que a sanção do Presidente da República apagava qualquer vício de iniciativa. Essa súmula foi superada pelo Supremo Tribunal Federal. Até sanção não sana mais vício de iniciativa. Muito bem. Esse ofício significa um aviso, um conselho à Câmara, mas não pode modificar a Constituição.

Nós entendemos a necessidade de aprovação deste projeto. Sou de acordo com o mérito. Agora, imagine aqui – vou trazer um argumento *ad terrorem*, terrorista – se o Presidente do Superior Tribunal de Justiça, depois que apresenta um projeto, manda um ofício para o Presidente da Câmara ou para os Deputados dizendo: "Olha, eu não quero mais este projeto, nós temos que modificá-lo". Esse ofício não tem valor constitucional algum, é uma comunicação entre duas autoridades que merecem respeito, mas a Constituição não pode ser mudada por esse ofício.

Assim, eu entendo, Sr. Presidente, e quero expressar mais uma vez, que o projeto precisa ser aprovado. Sou favorável ao mérito. Agora, nós não podemos modificar a Constituição através de um ofício. Nós temos um erro e esse erro precisa ser consertado, e não justificaria outro equívoco da Comissão de Constituição e Justiça. Entendi, eu não tive acesso a esse ofício. Eu quero expressar o respeito que V. Exª disse, mas a Constituição não pode ser modificada por um ofício.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Só por dever de ofício, antes de dar a palavra ao Senador Aloysio, há um esclarecimento do próprio STJ que diz que o PLC nº 115 teve, realmente, início na Câmara dos Deputados, com o nº 4.230, de 2012, de iniciativa do STJ, com observância às disposições dos art. 76, §1º, da LDO de 2013, criando varas da Justiça Federal no Estado do Amapá e os cargos necessários para a sua instalação e funcionamento. Logo após a sua apresentação, enquanto ainda se encontrava na Comissão de Trabalho e Serviço Público, também foi iniciativa do...

Senador Aloysio, V. Exª pediu a palavra na sequência; perdoe-me, mas é porque o assunto é pertinente.

Logo após a sua apresentação, enquanto ainda estava na Comissão de Trabalho e Serviço Público, também por iniciativa do STJ, providenciou-se a adequação do projeto às necessidades atuais do STJ, aumentando-se a proposta inicial no que diz respeito ao número de cargos criados, acrescentando os 80 cargos à proposta original. Essa providência foi adotada com fundamento no Ofício nº 12, de 2012, do Presidente do STJ, Ministro Felix Fischer. Com as adequações necessárias, o projeto foi aprovado na CTASP, na CFT e na CCJ da Câmara, com a emenda de adequação orçamentária proposta pelo Superior Tribunal de Justiça.

Então, era só para esclarecer que me chegou essa informação por escrito, e estou repassando aos Srs. Senadores para que façam juízo de valor.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Por favor, Sr. Presidente, só para poder me informar melhor.

Veja bem, o projeto original criava cargos na Justiça Federal do Amapá. Aí há uma emenda criando cargos no STJ, é isso?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Não, não. Segundo o que leu inclusive agora o nosso Presidente, criavam-se as varas no Amapá e também se criavam cargos para o STJ, só que um pouco mais de 800 cargos. Salvo melhor juízo, o Presidente tem a informação por escrito, a mão, houve uma correção para menor por iniciativa do STJ, não foi por iniciativa dos Deputados. Não é isso, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O STJ.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Foi iniciativa do STJ.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – A providência foi adotada, está dizendo aqui por escrito, de ofício, com fundamento no Ofício nº 12, de 2012, do Presidente do STJ, Ministro Felix Fischer, ou seja, a Câmara não tomou a iniciativa...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Quem tomou foi o STJ.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – A Câmara executou a solicitação de iniciativa de nº 12, de 2012, do STJ, de autoria de seu Presidente, Ministro Felix Fischer.

Então, devolvo a palavra ao Senador Eduardo Braga, se ainda quiser fazer uso dela.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Quero dizer que a posição da Liderança do Governo mudou a partir do momento em que tomou conhecimento das informações prestadas por V. Exª à Comissão no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Desta Presidência também houve modificação de posicionamento – conversei com V. Exª ontem – em função exatamente desses esclarecimentos.

Senador Pedro Taques tinha pedido a palavra. Já se dá por satisfeito.

Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Senador Dornelles, o Senador Aloysio está com a palavra.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Antes do Senador Aloysio, só prestando um esclarecimento...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Jamais deixaria de dar a palavra a V. Exª, até pelo respeito que tenho por V. Exª e pelo seu Estado do Rio de Janeiro.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Embora estudos preliminares apontassem para a necessidade de criação de cargos, o aprofundamento da análise pelo Plenário do STJ permitiu concluir que um grande ganho de produtividade na prestação jurisdicional poderia ser alcançado, dependente da criação apenas de uma fração de 10%. Então, deixaram de ser criados 796 cargos. Quer dizer, o que houve foi uma redução de 796 cargos. Dos 800 propostos, apenas estão sendo criados...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Oitenta.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – ...em decorrência de uma iniciativa do STJ, que sofreu uma modificação e uma redução na Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Aloysio, tem a palavra V. Exª, para discutir a matéria.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, a comunicação que vem do Tribunal que V. Exª leu, no meu entender, é contraditória e relativamente confusa, porque há um parágrafo que diz o seguinte:

Logo após sua apresentação, enquanto ainda se encontrava na Comissão de Trabalho e Serviço Público, também por iniciativa do STJ [o que não é verdade, desculpem-me, porque a iniciativa não é ofício, iniciativa é proposição, proposição não é ofício, desculpem-me os Ministros do STJ], providenciou-se a adequação do projeto às necessidades atuais do STJ, aumentando-se a proposta inicial no que diz respeito ao número de cargos criados, acrescentando-se outros 80 à proposta original.

Essa providência foi adotada com fundamento no ofício tal, do Ministro Felix Fischer.

Em outro parágrafo, realmente a informação que nos chega, avalizada pelo ilustre Relator, é que houve uma redução do número de cargos inicialmente proposto.

Então, para votar absolutamente de acordo com aquilo, entendo ser correto, vou pedir vista para poder examinar com mais cuidado o processado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – É regimental. Tem V. Exª vista. E as assessorias parlamentares de ministérios, de órgãos não deveriam – e vou solicitar que, daqui para frente, não se faça mais isto – distribuir documentos aos Srs. Senadores. Cabe à Mesa receber esses documentos e encaminhá-los aos Srs. Senadores.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, pedido de vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Aloysio, V. Exª confirma vista ao processo? É legítima, é regimental.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Não quero segurar o projeto. Para que o processo tenha andamento, respeitosamente vou manifestar meu voto contrário e o projeto segue seu rumo.

Desisto de pedir vista.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vamos deixar claro. É regimental...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Perfeitamente. Eu desisto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª tem direito a vista.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu desisto. O projeto ainda vai ao plenário...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Estou confirmando que eu vi V. Exª conversando com o Senador Dornelles.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Isso. Como o projeto ainda vai ao plenário, eu terei tempo para, entre a saída da Comissão e o plenário, examinar com mais cuidado. Mas, provisoriamente, o meu voto é contrário.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Bom, eu vou colocar a matéria em votação.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que o aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

A matéria está aprovada, com os votos contrários do Senador Aloysio, do Senador Pedro Taques, do Senador Alvaro Dias e do Senador Suplicy.

Aprovado o relatório, passa a constituir parecer favorável ao projeto.

A matéria vai a plenário.

Próximo item da pauta. Item 1.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – (*Fora do microfone*.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não estou ouvindo V. Exª. Microfone, por favor.

O Senador Dornelles solicita urgência.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam com a urgência, permaneçam como se acham. (*Pausa*.)

Aprovada a urgência, obviamente com os votos contrários do Senador Aloysio, do Senador Pedro Taques, do Senador Alvaro Dias e Senador Suplicy.

Aprovado o regime de urgência, a matéria vai a plenário em regime de urgência.

Item 1 da pauta.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, antes de iniciarmos a apreciação do Item 1 da pauta, que é uma Proposta de Emenda à Constituição...

(S*oa a campainha*.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu vou pedir um pouquinho de silêncio para ouvirmos o Senador. O Senador Aloysio está com a palavra.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Antes de iniciarmos a Ordem do Dia, seguindo a pauta normal, quero levantar uma questão de ordem a respeito de um incidente que reputo gravíssimo, gravíssimo e que me envolve pessoalmente de forma ignominiosa.

(S*oa a campainha*.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu vou pedir às assessorias um minutinho de silêncio para ouvirmos o Senador Aloysio. Não é possível isso! Quantas vezes eu vou pedir silêncio às assessorias?! Ao pessoal da Mesa também; da Mesa que eu digo os auxiliares que fazem parte do nosso trabalho, para ouvirmos o Senador Aloysio.

Ele está fazendo um comunicado que, segundo ele, é grave. Então, vamos ouvir o Senador Aloysio, por gentileza.

Senador Aloysio, V. Exª tem a palavra.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pois não, Sr. Presidente.

É um episódio gravíssimo, no meu entender, porque me afeta pessoalmente. Trata-se de uma ignomínia contra mim, uma acusação da qual eu jamais imaginaria que seria alvo por um colega Parlamentar, depois de uma longa vida parlamentar que tenho, e que foi levantada por um membro da Comissão de Constituição e Justiça. Contra mim.

O Item 7 da pauta é uma Proposta de Emenda à Constituição de minha autoria, que procura encontrar, digamos assim, uma posição intermediária entre algo que vem suscitando um grande clamor, inclusive foi objeto da análise da nossa comissão que reforma do Código Penal, a respeito da idade da imputabilidade penal. Existe um movimento amplo pela redução da imputabilidade. Eu não estou de acordo com esse movimento. Eu pretendo manter a regra geral da imputabilidade penal aos 18 anos.

No entanto, diante de circunstâncias especialíssimas a serem verificadas num processo que será disciplinado por uma lei complementar posterior à aprovação da emenda, se ela vier a ser aprovada, prevê-se a instalação de um incidente na apuração de um ato infracional. Do curso desse incidente, suscitado pelo promotor da Vara da Infância e da Adolescência, julgada perante o juiz da infância e da adolescência, atendida às circunstâncias peculiares de cometimento de crimes hediondos, de crimes praticados mediante violência pessoal, violência contra a pessoa; ouvidos técnicos, especialistas, ao curso de um processo que se vai verificar realmente se aquela pessoa tinha capacidade de entendimento; naqueles casos, o juiz poderia, ao julgar esse incidente, naqueles casos, desconsiderar a minoridade penal a partir dos 16 anos. E, no caso de a pessoa ser condenada, iria cumprir pena em regime especial a ser criado posteriormente.

Muito bem. É uma emenda que está aí para ser discutida e que contou com o apoiamento de muitos Senadores.

V. Exª sabe e todos nós sabemos que, quando se pede a assinatura de um colega e o apoiamento a uma iniciativa, uma vez que o Regimento exige a assinatura de mais de um Senador para que determinada proposição possa tramitar, muito frequentemente cada um de nós assina, dá o apoiamento apenas para que a proposta tramite, sem que isso necessariamente possa significar o apoio ao mérito da proposta. É apenas para que a proposta tramite, apenas para que o Senador possa ver a sua proposição debatida e discutida, aprovada ou rejeitada pelo Congresso. Isso é muito comum; é corriqueiro.

Eu quero dizer a V. Exª que, frequentemente – aliás, é a regra –, quando um colega me pede uma assinatura para tramitar determinada iniciativa sua, eu

sequer vejo do que se trata. Assino em confiança. Se, mais tarde, eu sentir qualquer incômodo profundo em relação ao projeto, eu não terei nenhuma dúvida em me dirigir ao colega e pedir a retirada da minha assinatura.

Pois bem. Esta Proposta de Emenda à Constituição recebeu o apoiamento de 32 Senadores. Como é comum, as assinaturas são colhidas em duas folhas. Há uma folha em que consta, geralmente, a primeira assinatura, o primeiro subscritor, logo abaixo da justificativa; e uma segunda folha, encimada pelo Sedol, que dá autenticidade à folha, em que os demais colegas assinam. É o caso da minha PEC, a que estou me referindo. Há duas assinaturas, duas primeiras assinaturas: a minha, porque sou o primeiro subscritor; e a segunda do Senador Casildo Maldaner. Em seguida, há outras assinaturas, na folha seguinte, que é, no original, encimada pelo Sedol. E aí há a assinatura dos Senadores Mozarildo, Alvaro Dias, Capiberibe, Vicentinho Alves, José Pimentel, Anibal Diniz, Cícero Lucena, Aécio Neves, Ricardo Ferraço, Dornelles, Pedro Taques, Jucá, Armando Monteiro, José Agripino, Gim Argello, Eunício Oliveira, Carlos Valadares, Ana Amélia, Eduardo Braga, Blairo Maggi e, finalmente, Randolfe Rodrigues – que é o 32º.

Eu precisava apenas de 27 assinaturas. O Randolfe foi o 32º. A assinatura dele foi colhida por uma assessora parlamentar minha que é uma pessoa respeitabilíssima, pela sua trajetória no Ipea, na Presidência da República e nesta Casa, no gabinete do Senador Tasso Jereissati e, agora, no meu gabinete, a Drª Ana Lobato, que todos aqui conhecem. Ela, pessoalmente, colheu a assinatura do Senador Randolfe Rodrigues. Está aqui a assinatura dele; a assinatura e, depois, o nome escrito com letras nítidas: Randolfe.

Pois bem. Hoje, eu vejo no jornal – está no UOL – uma acusação infamante contra mim de que eu teria falsificado a assinatura dele. Eu vou ler a matéria, que está no *blog* do Senador e no UOL:

Não assinei nem autorizo o uso do meu nome em apoio a esta PEC. A assinatura aparece em uma folha avulsa, sem o devido caput de que trata do assunto do projeto.

É absolutamente normal, corriqueiro haver a autenticação do Sedol em cima, e quem quiser verificar com mais cuidado do que se trata basta compulsar o avulso, os papéis que lhe são submetidos a sua apreciação:

Diante da possível fraude, o Senador, que se diz radicalmente contra qualquer tentativa de redução da maioridade penal, pedirá a investigação do caso. "Estou determinando que seja investigado o que ocorreu."

Quem está determinado sou eu, Sr. Presidente, porque eu não posso conviver com essa acusação. Eu vou ficar no Senado, se tiver vida e saúde, por mais 6 anos e não posso conviver com essa acusação, pura e simplesmente, de que fraudei a assinatura de um colega. É uma acusação infame, que causou em mim, hoje, uma profunda tristeza, em primeiro lugar. Profunda tristeza! E uma profunda contrariedade! E também a indignação com que eu estou me dirigindo aos meus colegas da Comissão de Constituição, Justiça. Eu não posso aceitar uma coisa dessas, não dá.

Então, peço a V. Exª, Sr. Presidente, que tome as providências para que seja aberta efetivamente uma sindicância – não é o Senador Randolfe que vai pedir não, eu estou pedindo! –, para apurar o que aconteceu. Eu não posso conviver com isso, pura e simplesmente, não dá. Não dá!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Eu estou aqui, Sr. Presidente, impactado com essa notícia, e quero manifestar a minha solidariedade, inteira solidariedade, absoluta solidariedade ao Senador Aloysio. E espero que o Senador Randolfe venha desmentir o fato. Algum equívoco ocorreu, a divulgação foi indevida, porque é inacreditável que o Senador Randolfe tenha feito esta acusação ao Senador Aloysio, de fraudador de assinatura, de falsificador de assinatura, de falsidade ideológica. É uma acusação gravíssima, portanto, eu não acredito que o Senador Randolfe tenha feito esta acusação.

Preliminarmente, de boa-fé, eu afirmo que não acredito ter sido uma afirmação do Senador Randolfe, mas cabe a ele vir ao microfone desta Comissão para esclarecer o fato. É isto que nós esperamos: que o Senador Randolfe esclareça este fato. E, desde já, a nossa inteira, absoluta, completa, irrestrita solidariedade ao Senador Aloysio, a quem respeitamos profundamente, a quem devotamos consideração, respeito; é um parlamentar íntegro, é um exemplo de parlamentar e não merece este tipo, mesmo que seja, de insinuação.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Eduardo Braga; Senador Pedro Taques em seguida.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, para prestar, obviamente, solidariedade ao Senador Aloysio Nunes Ferreira diante da informação e das declarações apresentadas aqui pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira atribuídas ao Senador Randolfe Rodrigues.

E quero dizer que, tal qual o Senador Alvaro Dias, torço para que as declarações atribuídas ao Senador

Randolfe Rodrigues não sejam verídicas, que obviamente tenha havido um ruído de comunicação – muitas vezes, até mesmo no *blog* do Senador, alguma coisa pode ter sido postada por uma assessoria, etc, –, mas é grave a publicação, é grave a informação trazida aqui pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O Senador Aloysio Nunes Ferreira é do PSDB, é da oposição, mas merece de nossa parte todo o reconhecimento pelo trabalho que vem exercendo no Senado, de dedicação, de absoluta transparência nas suas posições, seja na CCJ, seja nas demais comissões, bem como no plenário. Portanto, fica aqui a nossa solidariedade ao Senador Aloysio Nunes Ferreira; a certeza de que este mal-entendido haverá de ser absolutamente esclarecido e de que a boa relação, a relação de confiança entre os Senadores, porque, como disse o Senador Aloysio, é praxe, é usual aqui nesta Casa para viabilizarmos a apresentação de proposituras, colocarmos nossas assinaturas para que depois possamos debater com profundidade o mérito de cada uma delas, etc.

Daí a fazer uma afirmação desta forma, eu acredito que dever ter havido algum equívoco, algum engano.

E eu gostaria apenas de prestar a minha solidariedade e deixar aqui a minha torcida para que isso fique esclarecido e que a nossa boa convivência, nossa relação de confiança no Senado na seja trincada a partir de uma situação tão grave e séria como a que trouxe o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Obrigado, eu também torço por isso.

SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pedro Taques pediu a palavra, V. Exª tem a palavra.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, apenas, na mesma linha do Líder do Governo, quero expressar meu apoio e respeito ao Senador Aloysio e dizer que realmente isso é comum, é praxe, é uma forma nesta Casa de se subscrever um pedido de proposição legislativa, para que ele possa ser debatido.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Apoiamento.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Apoiamento para que ele possa ser debatido.

Agora, também concordo. Então, quero expressar a V. Exª meu respeito e solidariedade, porque V. Exª não é homem disso. E tenho certeza de que sua assessoria também não faria algo dessa natureza.

Nós poderíamos, sem fazer prejulgamento do que o Senador Randolfe fez, antes de estabelecermos qualquer juízo, poderíamos ouvi-lo, para depois, se assim o Senador Aloysio entender, tomar as providências devidas, regimentais e legais.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Cícero Lucena tinha pedido a palavra. V. Exª tem a palavra.

Na sequência, Senadora Lídice e Senador Vital.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Na verdade, nós estamos acompanhando a preocupação e a solidariedade com o Senador Aloysio Nunes.

Tenho certeza de que os Senadores que me antecederam, nós não falamos apenas por nós, estamos representando um número enorme de Senadores, e também de brasileiros, de paulistas, que reconhecem a conduta, a prática, o procedimento, a vida e a história do Senador Aloysio Nunes; da mesma forma, com a expectativa dos demais companheiros, no sentido de que tenha sido um mal-entendido, como se diz, um arranhão de comunicação. Mas que essa verdade seja devidamente esclarecida e que seja resgatado o valor que todos nós reconhecemos e que merece o Senador Aloysio Nunes.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pede a palavra a Senadora Lídice da Mata. Em seguida, Senador Vital e Senador Pimentel.

Senadora Lídice, tem a palavra V. Exª.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, também, na mesma direção, quero manifestar meu apoio, o respeito que temos à história de vida, à seriedade do Senador Aloysio Nunes Ferreira. Da mesma forma, manifesto minha confiança em que o Senador Randolfe possa esclarecer essa questão. S. Exª é também um Senador jovem, talentoso, sério. Imagino que há...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – E um amigo querido, inclusive.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Querido de todos nós, exatamente. Pode ter sido um engano de manifestação de assessoria ou alguma coisa desse nível.

Creio que o desejo de todos nós é o de que essa situação seja esclarecida, não se deixando, certamente, nenhuma dúvida sobre o comportamento do Senador Aloysio Nunes Ferreira, com o qual – além da admiração – tenho concordâncias em muitas coisas, mas discordâncias também em diversas outras. E isso não nos impede de conviver muito bem.

Aliás, discordo, inclusive, da PEC, mas quero ter o direito de defendê-la. Conheço o seu posicionamento democrático, profundamente comprometido com posicionamentos democráticos.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Espero que, logo, logo, essa página seja virada, Senador Aloysio, até porque quem conhece a história de V. Exª, uma história de luta, uma história absolutamente ilibada, de um homem público íntegro, cuja companhia nos honra aqui, no Senado, sabe que nem V. Exª, nem todos que o acompanham seriam capazes de qualquer ação dessa natureza. Tenho absoluta convicção de que o Senador Randolfe, que não está presente... Tive notícias ontem de que o Senador estava viajando a São Paulo. Ele havia me pedido, como outros Senadores, para tomar providências com relação ao adiamento de uma reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito hoje, e tomei a iniciativa de lhe dar satisfação. Ele estava em curso numa viagem à capital paulista.

Tenho certeza de que o Senador Randolfe haverá, logo, logo, de dar a V. Exª explicação a respeito dessa situação constrangedora, até porque todos nós o prezamos muito, como o Senador Randolfe.

Tenha a nossa integral solidariedade, querido amigo, Senador Aloysio Nunes.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, também quero me solidarizar com o nobre Senador Aloysio Nunes Ferreira nessa matéria. Não haveria qualquer motivação, e acredito que o Senador Randolfe deve ter se equivocado, por isso vamos ouvi-lo. Tenho certeza de que ele vai se retratar, porque não tem lógica, não tem necessidade, não tem nada que justifique.

Por isso, nosso Senador Aloysio, sou daqueles que subscreveram a proposta para ajudar na tramitação. Esta Casa é uma Casa democrática, em que os temas têm que ser discutidos e têm que se construir consenso.

Por isso, sou daqueles que entendem que deveríamos aguardar a chegada do Senador Randolfe para que ele possa justificar. E, porventura, ele se omitir, aí nós, Senador Aloysio, sou daqueles que pedem a V. Exª que faça a representação para que possamos nunca mais permitir que um tema desses volte à agenda do Senado Federal.

Por isso, a minha solidariedade, a solidariedade do nosso Partido, o Partido dos Trabalhadores, a V. Exª, pela forma como o senhor conduz o mandato, a maneira respeitosa como o senhor trata todos nesta Casa e, acima de tudo, a ética que V. Exª tem nos exercício do mandato.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Senadora Lídice da Mata e, na sequência, a Mesa vai definir a posição do Senador Aloysio.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Senador Inácio Arruda, porque as mulheres aqui têm preferência e podem falar duas vezes, quebrando o Regimento e o art. 14.

Senador Inácio Arruda, com a palavra.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, quero primeiro me manifestar solidariamente ao Senador Aloysio pela sua seriedade no trato das questões. Nós podemos ter opiniões distintas, mas há um respeito muito grande. E neste caso, nem Nicanor, imagina Aloysio. (*Risos.)*

Então, acho que a nossa solidariedade é muito importante nesses episódios. Acho que o Senador Randolfe pode ter cometido um equívoco ou até dito uma coisa que foi distorcida. É um Senador respeitadíssimo aqui, é uma pessoa querida por todos nós. Tenho certeza de que ele saberá corrigir esse equívoco, que é explorado fartamente e colocado nas mãos de uma pessoa que não cometeu nenhuma irregularidade. Muito pelo contrário, só quer discutir um tema, mesmo que haja opiniões distintas sobre ele.

Quando se dá uma assinatura dessas, às vezes, as pessoas querem explorar. Aparece um adversário para explorar, dizendo: "Ah, então, você quer isso, etc e tal?

Recentemente eu fiz isso com o Ciro Nogueira: eu assinei uma PEC sua e, no outro dia, estava no jornal de Fortaleza: "Ah, o senhor que isso, etc e tal?! E eu disse: Não, eu só dei uma assinatura de apoio para que pudesse tramitar. E dei conscientemente porque considerava que era preciso que fosse discutido o tema no Congresso Nacional.

Então, V. Exª tem nossa solidariedade, do meu Partido e minha pessoalmente, para corrigir esse episódio. E tenho a convicção de que o Senador Randolfe se equivocou ou foi distorcida a sua opinião a respeito desse episódio.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Senador Dornelles pede a palavra. Na sequência vou...

(Interrupção do som.)

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – ... iniciativa desse tipo.

De modo que estou certo de que o Senador Randolfe vai apresentar as explicações e vai corrigir porque, às vezes, é uma notícia distorcida apresentada pela imprensa.

Senador Aloysio, o senhor tem a nossa integral solidariedade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Quero deixar bem claro que, quando aqui cheguei, havia, por parte do Senador Aloysio, um momento de muita indignação e de revolta até pelo que está publicado na imprensa. E ao chegar aqui, também fui abordado pela imprensa sobre esse assunto.

Então, o que me determina, pela solicitação de V. Exª, o Regimento, no seu art. 17, é que essa matéria deveria ser encaminhada ao Conselho de Ética do Senado Federal, mas, conhecendo V. Exª, tendo a convicção absoluta – absoluta – da lisura do comportamento de V. Exª pela convivência que tive o privilégio e o prazer de manter durante todo esse tempo, discutindo problemas com V. Exª, matérias importantes, V. Exª não tem medo de fazer questionamentos, V. Exª não tem medo de assumir matérias que muitas vezes é interpretada como matérias de interesse do Governo, V. Exª, sendo um Líder destacado da oposição brasileira, V. Exª tem se mantido aqui nesta Comissão e no plenário do Senado com esta natureza.

Então, tenho, pessoalmente e como Presidente desta Comissão, muito respeito, muita admiração e muito apreço pelo comportamento e pelo trabalho de V. Exª, com quem aprendi muito nesse período em que convivemos juntos.

Portanto, em consideração e com a certeza absoluta da lisura de V. Exª, eu vou decidir que nós aguardemos até a próxima reunião desta Comissão uma manifestação do Senador Randolfe Rodrigues sobre essa questão, que deve ser um grandioso equívoco da parte dele em relação a esses questionamentos feitos a uma assinatura postada na solicitação da PEC de V. Exª. Eu assinei essa PEC com muito prazer, sou partidário da posição de V. Exª quando diz que nós devemos ter um encaminhamento na evolução da questão da maioridade penal. Mas, para que o juiz possa ter um instrumento até na modificação do ECA, para ter um posicionamento nessa questão da punição, em relação ao comportamento dos maiores de 16 anos, sem afetar, talvez, a maioridade penal de 18 anos. É a redução da maioridade penal.

Então, é um encaminhamento que estamos ouvindo no Brasil inteiro, fiz um debate intenso agora no Ceará e vim enriquecido porque juízes de varas criminais da infância me colocaram essa natureza.

Portanto, a decisão da Mesa, no Regimento, é simplesmente acatar o que V. Exª está encaminhando e enviar ao Conselho de Ética. Não vou encaminhar ao Conselho de Ética enquanto não ouvir aqui as ponderações que, tenho certeza, serão corrigidas pelo Senador Randolfe Rodrigues.

Vou pedir vênia a V. Exª e não decidir hoje, aguardando para a próxima reunião para que a Mesa possa tomar essa decisão solicitada por V. Exª, Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Decisão sábia, como sempre, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Agradeço a V. Exª.

Próximo item da pauta. Vamos voltar ao item 1, tendo em vista que o Senador Francisco Dornelles havia pedido a inversão e já foi aprovada a matéria solicitada por ele.

ITEM 1

OFICIO "S" Nº 5, de 2012
– Não Terminativo –

Indica, nos termos do art. 130-A, VI, da Constituição Federal, o Sr. Luiz Moreira Gomes Júnior para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.
Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti
Relatório: Favorável ao Requerimento nº 801, de 2012, a fim de que seja sobrestada a deliberação pelo Plenário sobre a indicação do Sr. Luiz Moreira Gomes Júnior para compor o CNMP.
Observações:
– Em 29/08/2012, a Comissão aprovou o Parecer da CCJ, após arguição pública, em escrutínio secreto, que conclui pela escolha do nome do Sr. Luiz Moreira Gomes Júnior para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, nos termos do art. 130-A, VI, da Constituição Federal, com 11 (onze) votos favoráveis e 9 (nove) votos contrários;
– Em 28/11/2012, foi concedida vista aos Senadores Humberto Costa, Pedro Taques e Aécio Neves, nos termos regimentais.

Essa matéria foi encaminhada ao plenário do Senado e, por recurso dos Srs. Senadores, voltou à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para aprovação de um requerimento. Esta Comissão não tem mais poderes, nem pela Resolução nem pela Constituição, de voltar atrás naquilo que já foi feito, que foi a sabatina do Sr. Luiz Moreira, aprovado com 11 votos favoráveis e 9 votos contrários. Mas, como há um requerimento, regimental, a Mesa encaminhou esse requerimento à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Obviamente, essa decisão da pauta do plenário do Senado não compete à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nem fazer nova sa-

batina, mas apenas cumprir aquilo que for aprovado por esta Comissão e, certamente, pelo Plenário do Senado Federal.

O Sr. Luiz Moreira não voltará mais à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para ser sabatinado e o requerimento é para oitiva de outras pessoas em relação a esse processo. Como o Senador Humberto Costa não está presente e já foi lida a matéria pelo Senador Mozarildo Cavalcanti, vou colocá-la em discussão.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Sr. Presidente...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Antes de discutir...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Tem a palavra, como Relator, o Senador Mozarildo. Em seguida, para discutir, o Senador Pimentel e o Senador Pedro Taques.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Queria, primeiramente, indagar a V. Exª, já que foi pedido vista, se houve alguma manifestação daqueles que pediram vista.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Os que pediram vista não fizeram nenhum voto em separado e nenhuma manifestação contrária ou favorável ao voto apresentado por V. Exª.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Então, eu queria prestar alguns esclarecimentos importantes antes da votação.

Primeiro, quero dizer que o meu parecer inicial foi votado, portanto não havia nenhum óbice para aprovação do Sr. Luiz Moreira, que foi aprovado.

Porém, é bom que se deixe claro que, na mesma sessão, foi aprovado o requerimento de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que pediu que fossem ouvidos, perante a Comissão, os Srs. Hélio Télio Corrêa Filho, Procurador da República em Goiás, e Matheus Baraldi Magnani, Procurador da República em São Paulo, para esclarecimento de fatos referentes à arguição para recondução do Dr. Luiz Moreira.

O requerimento foi submetido à votação e aprovado, tendo o Presidente da CCJ, Senador Eunício Oliveira, feito a seguinte proclamação, conforme folha 66 das notas taquigráficas da mesma sessão: "Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se acham. Aprovado o requerimento de solicitação de depoimento do Sr. Hélio Télio, do Sr. Matheus Baraldi, obviamente anexado ao documento apresentado a esta Comissão."

Então, foi aprovado o requerimento aqui da audiência dessas duas pessoas. Foi para plenário e lá houve um requerimento. Apesar de ter sido aprovado aqui, foi enviado ao plenário para votação. Não se ouviram as duas pessoas. O que aconteceu lá? Houve um requerimento do Senador Pedro Taques, do Senador Pedro Simon e de outros, pedindo que retornasse à Comissão para audiência dessas duas pessoas.

Eu disse aqui, inclusive fazendo um comparativo comigo, que, como médico, se eu fosse indicado para ser conselheiro do Conselho Federal de Medicina e existisse uma denúncia contra mim ou alguém que tivesse alguma coisa a aduzir contra mim, eu seria o primeiro a querer que esses fatos fossem esclarecidos. E o Conselho Federal de Medicina, com certeza, também não gostaria de ter um conselheiro sobre o qual pairasse qualquer dúvida.

No que entendi, e assim foi o meu voto: "em face do exposto, manifestamo-nos favoravelmente ao Requerimento nº 801, de 2012, a fim de que seja sobrestada a deliberação do Plenário sobre a indicação do Sr. Luiz Moreira, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público até que se cumpra a decisão da CCJ". Que decisão? De ouvir as duas autoridades mencionadas, contidas no requerimento aprovado em sua 36ª sessão ordinária, para que sejam ouvidas as pessoas nele indicadas.

Então, não inovei nada, apenas cumpri uma decisão da CCJ, tomada naquele dia, quando, inclusive, eu não estava presente, e que foi relator *ad hoc* o Senador Jorge Viana.

O meu voto atende ao requerimento para que a Comissão de Constituição e Justiça não ouça de novo o sabatinado, mas ouça as duas pessoas mencionadas e aprovadas por esta Comissão. Acho que tem toda a coerência. Então, não estou acrescentando alguma coisa contra o Dr. Luiz Moreira. O que estou colocando aqui é, cumprindo a decisão da CCJ, que nós ouçamos...Acho que interessa ao Dr. Luiz Moreira ver o que essas duas pessoas têm a dizer contra ele, para que ele tenha o direito de se defender.

Esse é o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Quero esclarecer ao Relator e a esta Comissão que o requerimento desta Comissão não era um requerimento de sobrestamento do encaminhamento do processo e sim apenas de oitiva dos dois procuradores. Só para deixar claro, para saber o que vamos votar aqui. O encaminhamento de sobrestamento do processo foi feito através dos Srs. Senadores no plenário do Senado Federal.

Então, quando se decidiu aqui na Comissão... É para deixar bem claro e transparente o nosso encaminhamento. O processo só foi encaminhado para o plenário porque não havia requerimento de sobrestamen-

to por esta Comissão. A Comissão deliberou apenas sobre a oitiva dos Srs. Procuradores. Se era apenas a oitiva, eu dei encaminhamento, como determina o Regimento, após a sabatina, ao Plenário do Senado. Ao Plenário do Senado caberia a oportunidade de fazer a pauta e colocar ou não o Sr. Luiz Moreira para votação pelos Srs. Senadores.

Aconteceu que, nesse ínterim, houve um requerimento de vários Senadores, regimental também, encaminhando essa solicitação para que fosse sobrestado o encaminhamento do processo de votação no Plenário. Obviamente, como é regimental, ele tem que encaminhar à Comissão de Constituição e Justiça.

Então, o parecer que nós vamos votar aqui agora é para sobrestar – é a solicitação do requerimento – o encaminhamento do processo lá, e não mais aqui, porque aqui não existe mais processo do Sr. Luiz Moreira.

Portanto, só para esclarecer, para não deixar que paire nenhuma dúvida sobre a forma regimental, o comportamento transparente e ético que esta Mesa e esta Comissão tomaram em relação a todos os procedimentos que aqui vieram

O Senador Pimentel pede a palavra para discutir a matéria.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Então, eu gostaria de, ainda como Relator, deixar claro uma coisa aqui. Está claro, colocado aqui no meu parecer, que esta Comissão, antes de encaminhar para o Plenário, aprovou a oitiva das dois pessoas mencionadas, e ia ser votado sem a oitiva. Por isso voltou. Para quê? Para sobrestar pura e simplesmente? Não, para ouvir...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não, Senador Mozarildo, o processo só voltou porque há outro requerimento. O requerimento da Comissão não é de sobrestamento. O requerimento aprovado na Comissão era um requerimento de oitiva, sem prejuízo do encaminhamento do processo. Agora, não. Agora, o processo vai ser sobrestado pelo requerimento dos Senadores, no Plenário do Senado...

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Para ouvir as duas pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – ...para ouvir as pessoas. Então, é um novo processo no que se refere a sobrestar o processo lá para oitiva. O da oitiva, a Comissão já tem aprovado.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Mas não ouviu.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Sim, mas a oitiva... Vou deixar bem claro, Senador: a oitiva não impedia o encaminhamento da matéria ao Plenário nem a votação no Plenário. Agora, há um requerimento para sobrestar o processo na votação lá – o requerimento foi feito lá, e não aqui –, até que sejam ouvidos os Srs. Procuradores.

Então, é outro processo, para o qual V. Exª foi designado relator, porque já era relator do primeiro.

Na hora da votação, eu quero deixar bem claro que quem vota "sim", com o Relator, porque o parecer é favorável a sobrestar, vota para sobrestar o processo, mas vota "sim", com o Relator. Quem vota para não sobrestar o processo vai votar "não" na hora do voto. Mas ainda não estamos na hora do voto, estamos na hora da discussão.

Passo a palavra ao Senador José Pimentel, pela ordem de inscrição.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, Senador Eunício Oliveira, eu quero, primeiro, registrar a maneira correta como V. Exª tem conduzido os trabalhos desta Comissão, em especial na matéria deste requerimento. A forma como V. Exª apresenta a tramitação do requerimento está corretíssima. Isso é que permite a todos nós ver em V. Exª uma atenção muito grande na condução dos trabalhos desta Comissão.

Nós, que o conhecemos desde a Câmara Federal como parceiro de bancada do Estado do Ceará, ficamos muito orgulhosos da forma como V. Exª conduz os trabalhos aqui nesta Comissão.

Em segundo lugar, eu quero registrar que essa indicação para o Conselho Nacional do Ministério Público é uma indicação da Câmara Federal, não é de partido e tampouco de outra instância. E é uma indicação unânime, de todos os líderes partidários da Câmara Federal. E nós estamos assistindo, por parte dos líderes da Câmara Federal, um mal-estar muito grande por conta de o Senado Federal não ter ainda concluído esse processo.

Nesta semana mesmo, o Presidente da Câmara, ao lado de todos os líderes, estava articulando um processo de obstrução sistemática de todos os projetos que tiverem como autoria Senadores, sob a argumentação...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) –... os líderes partidários, articulando um movimento de obstrução por conta da vinda dessa matéria para cá. Já há um bom tempo eles insistem na sua votação. E a votação é soberana, eles só querem que vote.

Em terceiro lugar, a motivação dos requerimentos. Fui um dos que apresentaram requerimento para convidar os Procuradores, por conta de uma campanha difamatória que esses dois Procuradores estavam fazendo contra esse membro do Conselho Nacional do Ministério Público. Nos, que assistimos à sabatina desse representante do Ministério Público Federal no

Conselho Nacional do Ministério Público, vimos aqui as provas trazidas por ele e juntadas ao processo de todas as alegações que porventura se levantavam. Dizia-se que ele tinha um conjunto de irregularidades, e, entre elas, a sua inscrição na OAB de Minas Gerais e não na sua OAB originária, que é do Estado do Ceará. E ele mostrou que, pelo estatuto da OAB, ele pode ter o local de escolha, e, como é professor universitário em Minas Gerais, optou por ter a sua inscrição em Minas Gerais.

Portanto, a motivação que levou os membros desta Comissão de Constituição e Justiça, naquela data, a convidar os dois Procuradores era assegurar a eles o direito de defesa, e não de questionamento acerca da idoneidade do Procurador Luiz Moreira.

Por isso, Sr. Presidente, estou encaminhando, em nome dos Partidos dos Trabalhadores, voto contrário ao requerimento, o voto "não", porque estamos um precedente muito forte. Uma indicação unânime dos Lideres da Câmara Federal, aprovada por unanimidade naquela Casa, que representa a recondução daquele membro ao Conselho, e nós não estamos criando mecanismos de obstruir a tramitação. A Câmara não pede para que votemos contra ou a favor. O que ela pede é que a gente delibere, e delibere soberanamente. O que nós estamos fazendo é exatamente dificultando essa deliberação com esse requerimento.

Tenho toda a atenção pelo Senador Mozarildo Cavalcanti. É verdade que, no dia da sabatina, S. Exª, por motivo justo, não estava presente, e não teve esse mundo de informações resultantes daquela reunião desta Comissão de Constituição e Justiça.

Por isso, Sr. Presidente, o encaminhamento do Partido dos Trabalhadores é para que se permita votar a indicação, e, aí, o resultado soberano da Casa será aquele encaminhado à Câmara Federal.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, concedo a palavra ao Senador Pedro Taques.

Antes, agradeço ao Senador Pimentel, meu companheiro de chapa nas últimas eleições, pelos elogios que não fiz por merecer, da lavra de S. Exª, nesta manhã de hoje.

Senador Pedro Taques, tem a palavra V. Exª.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, expressando meus respeito aos argumentos do Senador Pimentel, mas com eles não concordo.

O que ocorreu aqui? A Constituição da República, Sr. Presidente, no art. 52, como todos sabemos, dá ao Senado a oportunidade de aprovar autoridades, dentre elas, membros do Conselho Nacional do Ministério Público. Esta Comissão de Constituição e Justiça tem a atribuição regimental, quase que fazendo a instrução do que será aprovado no plenário...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira Bloco/PMDB – CE) – O Senador Pedro Taques está na tribuna, senhores. Por gentileza! Ainda vou botar aqui um bloqueador de telefone celular nesta Comissão, porque assim não é possível. Não sei com quem as assessorias falam tanto!

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Tem que colocar mesmo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira Bloco/PMDB – CE) – Senador Pedro Taques, tem V. Exª a palavra.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sim, a Comissão de Constituição e Justiça faz a instrução daquilo que será julgado e votado lá, no plenário do Senado. Imagine a situação esdrúxula, esquisita, absurda: nós aqui aprovamos um candidato indicado a Ministro do Supremo. Antes da votação em plenário, chega aqui a notícia de que esse cidadão indicado pela Presidenta é um terrorista já condenado por terrorismo. Muito bem, lá no plenário, estaríamos obrigados a aprovar esse nome porque a CCJ fez a instrução?

Isso é um absurdo! Não se afigura como razoável que nós não possamos ouvir esses Procuradores da República. Esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto, Sr. Presidente: o fato de o nome ser indicado pela Câmara dos Deputados, pelos 513 Deputados Federais, não retira dos Senadores da República a obrigação, a opinião constitucional de votar "sim" ou "não". Nós temos que respeitar os indicados na Câmara; mas eu não sou despachante da Câmara dos Deputados; eu não tenho obrigação de bater carimbo no que vem da Câmara dos Deputados. Até por isso, muitos dos projetos que vêm da Câmara nós os rejeitamos aqui como Casa revisora.

Portanto, com todo respeito a esse argumento do Presidente da Câmara dos Deputados, que ele fez em discurso, é absolutamente pedestre; é um argumento pedestre! Este é o ponto.

Outro ponto, Sr. Presidente: nós temos que ouvir, sim, esses Procuradores da República, não para que eles possam fazer a sua defesa aqui, porque eles não estão sendo acusados de absolutamente nada. Nós temos que ouvi-los porque o Conselheiro, que aqui veio e está pleiteando a sua recondução, disse que o *e-mail* que os Procuradores mandaram era uma correspondência eletrônica sem assinatura. E, ainda, a data que existe no *e-mail* vai demonstrar que ele mentiu a esta Comissão de Constituição e Justiça.

Nós precisamos ouvi-lo para saber se esse fato é verdadeiro ou não. É importante que nós possamos

aprovar conselheiros para o Conselho Nacional do MP, mas nós precisamos saber se ele mentiu ou não. Se ele não mentiu aqui, nós todos temos que pedir a ele desculpas; mas é a nossa obrigação fazer a instrução daquilo que será votado no plenário do Senado.

Nós não podemos aprovar qualquer autoridade com essa mácula de que teria mentido à Comissão de Constituição e Justiça. Isso não é possível! Daí a necessidade de nós votarmos com o parecer do Relator. O Relator do ofício foi o Senador Mozarildo, que concorda, nesse caso, que precisamos, sim, ouvir esses dois Procuradores da República. Ou os Procuradores da República mentiram e devem ser responsabilizados, inclusive criminalmente, ou o Conselheiro aqui mentiu e deve, pois, ser responsabilizado.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, pelo art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, eu, Senador José Pimentel, fui citado e peço a palavra pelo art. 14...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª foi citado.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Eu fui citado e com termos bastante gravosos.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – É regimental.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Inclusive, eu estranho a postura do Senador Pedro Taques, que tem tido aqui uma atitude de urbanidade e de boa convivência. Chamar este Senador de "despachante da Câmara dos Deputados" é, no mínimo, agressivo.

Eu quero registrar, Sr. Presidente, que jamais serei despachante de qualquer Casa ou de qualquer pessoa. Estou aqui há 18 anos, cheguei aqui primeiro que V. Exª – por 16 anos na Câmara e por dois anos aqui – e nunca fui despachante de ninguém!

Por isso, Sr. Presidente, eu pediria que V. Exª, com todo respeito, retirasse das notas taquigráficas essa acusação.

Em segundo lugar, eu nunca pedi para aprovarem a matéria. O que eu pedi foi para votar a matéria. E, aí, vota-se "sim" ou "não" soberanamente. O sobrestamento vai impedir que o Senado Federal possa deliberar.

Seriam esses, Sr. Presidente, os dois pedidos.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, pela ordem. Eu gostaria de falar.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu vou dar a palavra a V. Exª, mas antes deixando bem claro que mais um mal-entendido ocorreu aqui hoje.

Pelo que a Mesa entendeu – e V. Exª é quem vai dizer quando eu lhe der a palavra –, V. Exª disse que V. Exª não é despachante da Câmara dos Deputados. V. Exª não citou aqui ninguém como despachante.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Em absoluto! Mas eu gostaria de falar.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu entendi isso, mas vou lhe conceder a palavra para que V. Exª esclareça, porque, senão, vamos fazer esse debate político aqui enquanto temos outros inscritos.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Eu quero expressar ao Senador Pimentel os meus respeitos.

Eu tenho dois anos nesta Casa e não sou menos Senador do que V. Exª, que é parlamentar há 18 anos como acaba de dizer. Agora, V. Exª entendeu de forma equivocada. Eu disse que "eu não sou despachante" do Orçamento da União – eu! Eu não toquei no nome de V. Exª. Agora, o dia que eu entender que um Senador seja despachante, eu vou falar, porque tenho o direito constitucional de falar.

Então, eu quero expressar a V. Exª o meu respeito, mas reafirmo que V. Exª se equivocou. Eu disse que "eu" – e isso está nas notas. E eu não concordo que sejam retiradas essas palavras das notas, porque eu não falei o nome de V. Exª, eu não fiz referência a que o senhor seja despachante.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pedro Taques, constará das notas taquigráficas V. Exª dizendo: "Eu, Senador Pedro Taques", e não o Senador Pimentel. Então, em relação ao Senador Pimentel, não vai constar absolutamente nada nas notas taquigráficas no sentido de que ele seja despachante de quem quer que seja.

Pela ordem de inscrição, Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, o que está aqui em voga é o voto com convicção. Nada mais constrangedor do que o Senado aprovar alguém... E houve episódio recente: o Sr. Paulo Vieira. A apreciação e a aprovação dele, que ocorreu no primeiro momento com reprovação e, depois, com revisão da votação e aprovação, provocou um constrangimento para o Senado.

A sessão da semana passada levou o Presidente do Senado a fazer um longo discurso de justificativa do encaminhamento e do processo de votação do Sr. Paulo Vieira, como que para escoimar responsabilidades, definir responsabilidades, gerando claramente um constrangimento à Casa, de ter que explicar. Explicar um voto que foi dado sem a devida convicção, que é o que está em pauta neste momento.

O que aconteceu, Senador Pedro Taques? Na votação do Sr. Luiz Moreira, o escore foi apertadíssimo, não foi um escore elástico. É, portanto, uma votação que está, eu diria, *sub judice*. Em democracia, vence quem tem o maior número de votos, mas para o julgamento de uma autoridade, de um membro de um colegiado, escore apertado é sempre objeto de preocupação.

O que se quer? O que se quer é trazer pessoas que foram citadas na sabatina de S. Exª o Sr. Luiz Moreira, para trazer o esclarecimento de fatos que são colocados e provocam suspeitas sobre o comportamento do indicado, o Sr. Luiz Moreira.

Poder votar o Plenário pode votar hoje, mas vai votar sem a convicção. Houve a aprovação do requerimento para que pessoas citadas trouxessem aqui elementos de esclarecimento e convicção. O requerimento está aprovado, as pessoas não vieram, e eu tenho dúvidas com relação ao meu voto no plenário. O que eu quero é elemento de convicção; votar sem trazer essas pessoas aqui à audiência é correr o risco de votar e se arrepender de ter aprovado o nome de um Sr. Paulo Vieira. Mais uma vez, de um Sr. Paulo Vieira.

Eu acho que o Senado, para evitar constrangimentos, precisa trazer esses dois Procuradores para trazerem esclarecimentos sobre fatos que foram colocados aqui, nesta Comissão, para que o voto de convicção possa ser dado sem que se crie qualquer tipo de dificuldade com a Câmara dos Deputados.

Nós não temos nenhuma indisposição com indicado da Câmara dos Deputados. Nós temos responsabilidade é com a convicção do nosso voto. Se a Câmara votou e tem a sua convicção, ela que responda. Agora, nós precisamos ter a convicção do nosso voto. E, para que essa convicção se complete, falta o depoimento de dois Procuradores, cuja vinda a esta Comissão foi objeto de aprovação, para que a audiência a ser feita dê aos Senadores membros da Comissão a absoluta convicção do voto "sim" ou "não".

É a minha opinião, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem de inscrição, o Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, V. Exª esclareceu perfeitamente bem qual é o objeto de deliberação. Nós estamos deliberando a respeito de um requerimento de sobrestamento de uma decisão do Plenário a respeito de um indicado pela Câmara dos Deputados, que foi sabatinado por esta Comissão e que, ao longo de sua sabatina, declarou que, não apenas ele, mas o Senado Federal foram vítimas de uma campanha de intoxicação promovida por dois Procuradores, que teriam difundido mensagens eletrônicas contendo mentiras, ataques a sua honra, que ele se dispôs a desmontar e que começou, efetivamente, a refutar aqui, durante a reunião em que foi sabatinado.

Naquela ocasião, nós da Comissão de Justiça, buscando cumprir o nosso papel de realizar a instrução de um processo cuja deliberação final se dará no plenário, decidimos ouvi-los, ouvir aqueles que teriam sido os promotores dessa campanha. Os nomes dos Procuradores foram fornecidos pelo próprio Dr. Luiz Moreira.

Eu não tenho nada contra o Dr. Luiz Moreira. Quero até dizer aos senhores que a minha inclinação é até favorável, pela forma como ele rebateu as acusações, pelo conteúdo e, inclusive, pela forma indignada com que ele se colocou contra os ataques que foram feitos a ele. Mas eu entendo que, para cumprirmos, digamos assim, com maior utilidade, o nosso papel – e utilidade em relação ao Plenário da Casa –, é importante que ele seja ouvido aqui, conforme já decidido na Comissão, antes da deliberação se dar no Plenário. É uma maneira de nós completarmos o processo de instrução do caso. A votação, aqui, que ocorreu logo depois da sabatina, não é uma votação terminativa. O processo só termina, efetivamente, com a votação no Plenário. Enquanto isso não acontece, nós estamos ainda numa fase de instrução do processo.

Então, nobre Senador Pimentel, o nosso objetivo, o objetivo daqueles que acompanham o parecer do Senador Mozarildo Cavalcanti, não é de impedir a deliberação, de jeito nenhum. É de propiciar uma deliberação com base no total conhecimento dos fatos, das pessoas e das circunstâncias que estão envolvidas nesse episódio. É para que o Plenário delibere com pleno conhecimento de causa, sem que sobre nenhuma dúvida a respeito do indicado. É com o objetivo, portanto, de propiciar uma deliberação mais lúcida do Plenário, uma deliberação com base no pleno conhecimento de causa, que eu apoio a posição manifestada pelo Senador Mozarildo Cavalcanti.

Agora, essa história de fazer greve contra a deliberação do Plenário, tenha santa paciência! Isso não tem cabimento. O Senado, aqui, não atua como Casa Revisora. É prerrogativa do Senado, do Senado, submeter a sabatina e aprovar os nomes de indicados para esses altos cargos da República, indicados seja pela Câmara, seja pelo Poder Executivo, seja pelo próprio Poder Judiciário. Então, é prerrogativa nossa, que nós queremos cumprir da melhor forma possível. E eu entendo que, para cumprir da melhor forma possível, é importante que se sobreste a deliberação do Plenário até que se ouçam as pessoas que foram aqui nominadas pelo próprio Dr. Luiz Moreira.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Bem, nós temos ainda o Senador Alvaro Dias, o Senador Romero, e eu vou encerrar a discussão.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Sr. Presidente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Romero, Senador Alvaro Dias. Pois não, Senador Aécio.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Estava solicitando aqui, V. Exª não ouviu, que V. Exª me inscrevesse antes de encerrar a discussão, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pois não. Será inscrito, Senador Aécio. Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, vou ser bastante sucinto, apenas na esteira do que os que me antecederam propuseram.

É a busca da valorização deste ritual, desta formalidade que tem sido desvalorizada pela Instituição. Nós não valorizarmos convenientemente este ritual de aprovação de nomes indicados para ocupação de funções importantes na República. Este é um exemplo. Nós estamos vivendo, presentemente, reflexos, consequências de indicações infelizes. Indicados aqui, aprovados aqui, se constituíram em quadrilheiros. Formaram quadrilha na administração Federal. E a Polícia Federal desbaratou essa quadrilha. Quer dizer, nós estamos tentando investigar aqui as consequências da operação dessa quadrilha no Governo, com nomes que passaram por aqui, que foram aprovados no Plenário do Senado Federal.

Então, essa cautela, essa prudência é perfeitamente justificada, sobretudo pelos fatos presentes na realidade que estamos vivendo agora, com essa vergonha nacional, que envolve desde a Presidência da República a agências reguladoras num escândalo de corrupção que ganha até repercussão internacional. Portanto, Sr. Presidente, é nosso dever adotar essa postura de prudência, de cautela, e ir até as últimas consequências em matéria de sabatina, de questionamento, dar ouvido a todas as denúncias que eventualmente possam ocorrer, como vêm ocorrendo.

Se há aqui – o próprio Senador Pedro Taques fez referência – a hipótese de uma mentira – o Senado Federal caça Senador, que não é indicado pela Câmara, é indicado pelo povo. Senador indicado pelo povo, eleito pelo povo, é cassado pelo Senado Federal, em razão de uma mentira. Isso ocorreu, e ocorreu não faz muito tempo. Portanto, Sr. Presidente, nada mais justo do que verificar se houve mentira. Se houve mentira, obviamente, a indicação fica comprometida. E se não houve mentira, e se as denúncias não guardam nenhuma relação com a veracidade, obviamente, nós teremos que considerar o fato. Mas ouvir é fundamental.

Por isso, o parecer do Senador Mozarildo tem o nosso apoio integral. É a opinião nossa, do PSDB. Acho que o Senador Aécio ainda falará, mas todos nós estamos solidários ao relatório apresentado pelo Senador Mozarildo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com a palavra o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu queria fazer uma reflexão.

Primeiro, registrar que entendi as palavras do Senador Pimentel, quando disse que há uma cobrança legítima da Câmara dos Deputados sobre a tramitação e a votação de alguém que foi indicado e que é preciso que seja votado para compor um conselho, porque o conselho não está completo. Essa é a primeira questão. Depois entendo como legítima também a posição do Senador Pedro Taques. Acho que elas não são conflitantes. Pelo contrário. O Senador Pedro Taques e todos os Senadores aqui se manifestaram, dizendo que independentemente da posição da Câmara e da unanimidade quase que foi a votação na Câmara, nós temos a obrigação, efetivamente, de avaliar, de ouvir, de certa forma de investigar, se for o caso, e de ter uma posição independente do Senado quanto à indicação, sem nenhum demérito para a indicação da Câmara, mas é nossa atribuição. Então, na verdade, essas duas questões se complementam, e eu não vejo conflito quanto a isso.

Esse processo, da forma como está sendo encaminhado, na verdade ele está atrasando a votação. Essa votação já podia ter ocorrido se a audiência tivesse acontecido e se esses fatos pudessem ser esclarecidos.

Esse processo de exposição e, de certa forma, de colocar ao relento o indicado é prejudicial para o próprio indicado, porque eu quero lembrar que ele, como membro de conselho, precisa ter no plenário 41 votos "sim". E qualquer ampliação de dúvida sobre a indicação, sobre algum Senador ou Senadora, achando que há algum percalço ou alguma pendência sobre a sua condição, isso pode reverter em voto negativo, e o pior mundo para o indicado não é efetivamente ser ouvido aqui, não; é ser rejeitado no plenário do Senado. Isso aí, sim, seria algo extremamente negativo para a própria carreira do indicado.

Então, eu gostaria de perguntar ao Senador Eunício se há pauta, efetivamente, para que pudessem ser ouvidos ainda este ano os dois procuradores. Faríamos uma audiência com urgência, ouviríamos essa questão, esclareceríamos o fato, e, aí, sim, o Plenário

estaria habilitado, para cada um votar de acordo com a sua consciência.

Então, acho que, no sentido de até defender o indicado e de possibilitar uma votação transparente, cristalina e com todas as informações, eu acho que nós deveríamos marcar a audiência ainda para este ano, portanto pondo fim a essa celeuma, deixando de ficar essa votação inerte no plenário e dando a condição efetiva de se discutir e de se esclarecer todos esses pontos.

Era essa a ponderação, Sr. Presidente, que eu gostaria de fazer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem de inscrição, Senador Aécio Neves; na sequência, Senador Inácio Arruda, e vou encerrar a discussão.

Senador Aécio Neves tem a palavra.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, serei também extremamente sucinto.

Vejo aqui uma extensa pauta de matérias relevantes a serem deliberadas por esta Comissão. Permita-me dizer, Sr. Presidente, que parece uma enorme perda de tempo estarmos até agora nessa mesma discussão. Trata-se, na verdade, apenas de fazer cumprir uma decisão tomada por esta Comissão, se não me engano na presença do próprio indicado. Se já houvesse sido marcada essa audiência, nós já teríamos tido a deliberação final do Plenário.

Eu apenas solicitei a palavra, Sr. Presidente, para dizer que não faz qualquer sentido considerarmos essa preocupação do Senado Federal como, de alguma forma, resistência a uma decisão da Câmara dos Deputados. Somos Casas autônomas. O Regimento determina que o Senado da República delibere sobre uma indicação da Câmara dos Deputados. Portanto, se não houvesse essa determinação regimental, haveria apenas a homologação, eventualmente, por parte da Mesa do Senado de uma decisão da Câmara. Não é isso o que determina o Regimento.

Tampouco, Sr. Presidente, eu considero um desrespeito ao Senado Federal o fato de a Câmara dos Deputados, há quinze meses, estar debruçada sobre matéria que teve deliberação unânime desta Comissão; e, depois do Senado da República, que diz respeito, Senador Pedro Taques, àquela PEC nº 11, de 2011, que determina novo rito para a tramitação das medidas provisórias.

Apenas lamento, mas tenho que reconhecer que está dentro da autonomia da Câmara dos Deputados determinar quais as matérias que terão prioridade para deliberação. Posso apenas lamentar. Não acho razoável o argumento de que buscarmos mais informações sobre uma matéria desta importância significa qualquer ato de rebeldia contra a Câmara dos Deputados. Portanto, parece-me que o caminho adequado é esse apontado pelo Senador Romero Jucá, ou seja, V. Exª marcar, quem sabe, já na próxima semana, essa audiência, para que possamos ouvir os dois procuradores e, em seguida, cada um fará seu juízo de valor e deliberará em plenário, Sr. Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem. Só para fazer uma sugestão. Talvez possa ajudar...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Depende do Senador Inácio Arruda. O Senador Aécio concluiu.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – ...com alguns Senadores, para sugerir o seguinte: nós marcaríamos a audiência, se V. Exª concordar – é claro, pois V. Exª é o comandante desse processo –, para a próxima semana, terça-feira à tarde, por exemplo, E, com esse acordo feito aqui, da audiência marcada – nós retiraríamos de pauta o sobrestamento, não sobrestaríamos também, para não parecer que é um demérito para o indicado, efetivamente poderia ser um julgamento antecipado estar se retirando, sobrestando –, a gente simplesmente não votaria o requerimento, marcaria a audiência, faria a audiência e, dependendo do que ocorrer na audiência, aí sim, efetivamente se levaria para o plenário e votaria ou se retiraria do plenário.

Eu queria fazer essa proposição. Talvez fosse um acordo que pudesse ajudar no entendimento.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, antes de V. Exª deliberar...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Entendi a proposição de V. Exª. Vou ouvir o Senador Inácio Arruda e, depois, para retirar, tem que ser os autores ou o relator. A Mesa não vai tirar de pauta, de ofício.

Senador Inácio Arruda, tem a palavra V. Exª.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Eu estou em concordância. Sei exatamente o trabalho que foi feito, a discussão em torno do Luiz Moreira. Houve um grande bastidor, os senhores sabem o que aconteceu.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu não sei de nada.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Só o Presidente não pode se imiscuir nesse episódio.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não me chegou oficialmente nada.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Estou de acordo com esse encaminhamento. Acho

que o Luiz foi corajoso mesmo; é isso, Aloysio. O Luiz teve coragem de enfrentar aqui o debate, colocou as coisas no devido lugar. Então, se houver concordância plena – não se trata de sobrestar, de maneira nenhuma; a matéria está no plenário do Senado para ser votada –, acho que nós devemos ouvir apenas para, digamos assim, formatar o pensamento último de cada um dos Senadores em relação ao episódio. Mas todo mundo sabe do esforço que o Luiz fez aqui para poder rebater o que vinha sendo posto como acusação contra ele. Acho que talvez ele incomode alguns. Mas esse não é o nosso juízo, não pode ser, no julgamento.

Então, Sr. Presidente, se tiver esse consentimento do relator, dos autores, que possa levar a um acordo, eu acho que a gente pode ir nesse sentido, sem que isso signifique sobrestar a votação, de maneira nenhuma, no plenário do Senado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Claro, ouvindo na semana que vem, porque senão não tem chance de ser votado neste ano.

Se houver esse acordo entre todos os Líderes que estão aqui, nós vamos nesse caminho, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu quero deixar claro que, hoje à tarde, nós teremos aqui a oitiva de dois convidados: o Ministro da Justiça e o Ministro da AGU, o Ministro José Eduardo Cardozo e o Ministro Adams.

E, sobre a mesa, existem vários outros requerimentos de convocações e de convites a outras pessoas da chamada Operação Porto... sei lá, não sei nem o nome dessa Operação.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Porto Seguro, é isso. Então, da chama Operação Porto Seguro. Não depende da Presidência fazer um compromisso, tendo em vista que há uma preferência na oitiva dessas pessoas diante dos questionamentos. Mas a Mesa não tem nenhuma objeção a fazer à oitiva dos procuradores.

Senador Inácio Arruda, vou fazer uma consulta ao Senador Mozarildo Cavalcanti, que é o Relator, se ele retira a matéria de pauta. Ou o relator ou os autores, já que a Mesa define que não vai retirar esta matéria, de ofício. Portanto, consulto o Relator se nós devemos colocar agora em votação o requerimento, com o parecer de V. Exª, sim ou não, ou se V. Exª, acatando sugestões do Senador Romero, do Senador Inácio Arruda, e vejo alguns outros Senadores ali balançando a cabeça como sim...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pois é, eu fiz a consulta ao Relator. Depois do Relator, se ele achar que não, vou fazer a consulta a quem está encabeçando o requerimento, que é o Senador Pedro Simon. Não estando presente S. Exª, faço a consulta a qualquer coautor do requerimento que esteja presente aqui.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Comparsas.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Companheiros de requerimento.

Concedo a palavra ao Senador Mozarildo.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Sr. Presidente, pelo que entendi sobre as diversas manifestações, é o que está colocado no meu relatório. O que é? Ouvir os dois Procuradores. Entendo isso nesse sentido. E, nesse sentido...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não. Vou deixar isso claro. Senador Mozarildo, perdoe-me, porque, talvez, eu não tenha sido didático.

Há duas proposições agora. A oitiva dos Srs. Hélio Telho Corrêa Filho e Matheus Baraldi Magnani, ambos Procuradores, já foi aprovada pela Comissão, e não há qualquer prejuízo em relação ao processo. Já quanto ao requerimento que foi assinado pelos Srs. Senadores, há outro procedimento, que é o de sobrestar o processo no plenário. São duas coisas distintas.

Então, quero deixar bem claro o seguinte: ao aprovarmos o requerimento que tem o parecer favorável de V. Exª, o processo estará sobrestado no plenário do Senado, independentemente da oitiva, porque foi deliberado na época que a oitiva não prejudicaria o andamento do processo, como está exposto nas notas taquigráficas.

Em relação a esse requerimento, se ele for votado e aprovado, a matéria ficará sobrestada no plenário do Senado até a oitiva dos Srs. Procuradores. Isso ocorrerá se for aprovado o requerimento que tem o parecer favorável de V. Exª. São duas coisas distintas. Se for derrotado o processo, independe da oitiva dos Srs. Procuradores a deliberação por parte do Plenário do Senado. Se o requerimento for aprovado, não há como o Plenário do Senado deliberar. Se o requerimento for rejeitado, o Plenário do Senado poderá deliberar, independentemente da oitiva dos Srs. Procuradores. Eu queria só deixar claro que são dois processos distintos.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Faz-se um acordo político.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não posso fazer acordo político. Aqui, sou escravo do Regimento e da Constituição, como V. Exª o foi durante muito tempo como Procurador e, agora, como Senador da República. Tenho a obrigação de dirigir estes trabalhos.

Então, a proposta é a de não se votar o requerimento. Para não votar o requerimento de sobrestamento, é preciso ouvir o Relator, para saber se ele concorda ou não. Certo? Se o Relator concorda em não votar, hoje, à noite, pode-se votar no plenário.

Não posso fazer acordo em nome do Plenário do Senado, Senador Romero. Só posso fazer acordo combinado com os senhores, com o Plenário da Comissão de Constituição e Justiça. Não sou Presidente do Senado. Lamentavelmente, não sou Presidente do Senado.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Sr. Presidente...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Mas nós estamos propondo, Sr. Presidente, um entendimento de líderes. Aqui, estão vários líderes.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Mas o Regimento, aqui, não permite isso, Senador Romero.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Não, não o permite. Aqui, apenas marcaríamos uma audiência...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Votamos ou não o requerimento.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sim, estou entendendo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Se votarmos o requerimento e se o requerimento for aprovado, ficará sobrestado.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Fica sobrestado.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Até ouvirmos os dois.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Até ouvirmos os dois. Se eles não forem ouvidos nunca, o processo ficará sobrestado até não os ouvirmos nunca. Deixo isso claro.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Então, a gente vai marcar...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – A pauta quem faz é a Mesa.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – É claro! A pauta é de responsabilidade da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Perdoe-me. Não vou submeter a pauta ao Plenário. Há quase 24 meses sou o Presidente da Comissão, e a responsabilidade de fazer a pauta é da Mesa.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Então, a proposição – quero esclarecer isto a V. Exª – é a de que não votemos o requerimento de sobrestamento.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Entendi a proposição de V. Exª.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Poderemos ouvir, assim que V. Exª marcar, os Procuradores. Enquanto não se ouvem os Procuradores, num entendimento com a Mesa, os líderes colocariam ao Presidente Sarney que não se votaria autoridade enquanto não houvesse essa audiência. Isso evitaria, na verdade, o sobrestamento oficial. Faríamos um sobrestamento político, num entendimento político, mas não haveria a marca do sobrestamento oficial, por conta efetivamente...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Permita-me...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Romero, quero deixar claro que entendi o posicionamento de V. Exª, mas não temos poderes legais, regimentais e constitucionais para fazer isso aqui. É um requerimento que veio do plenário, e só quem pode fazer requerimento para levar matéria de urgência para o plenário são os senhores, quando a matéria é votada aqui, ou, se a matéria tiver de passar por alguma Comissão, só o Plenário do Senado, regimentalmente, tem autoridade, autonomia e poderes para fazer isso.

Então, o que nós vamos fazer aqui agora é o seguinte, para encerrar a discussão. Não vou mais discutir essa matéria. É o seguinte: ou nós votamos aqui o que veio do plenário, o sobrestamento, cujo parecer já foi discutido, já foi debatido, e eu já encerrei a discussão, ou o Relator pode dizer "eu, como Relator, peço a retirada da matéria até que sejam ouvidos os procuradores." Mas isso não impede – vou deixar bem claro – que o Plenário do Senado faça deliberações, porque não está impedido.

Então, tenho que esclarecer o fato regimentalmente a V. Exªs.

Consulto o Relator: vamos votar ou V. Exª vai retirar a matéria?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Sr. Presidente, quero dar minha opinião. É a seguinte: não vejo aqui onde estão conflitando as coisas. O motivo do sobrestamento é para ouvir as pessoas. V. Exª acha que temos que retirar. Uma coisa não se separa da outra.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Eu não acho. É uma proposta do Senador Romero Jucá e do Senador Inácio Arruda.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Já entendi. Agora, veja bem: retirar, tirar de pauta hoje o requerimento? Eu retiro. Posso retirar.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Eu não estou pedindo isso a V. Exª. É uma decisão de V. Exª.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Desde que seja por entendimento. Se for por entendimento, eu retiro de pauta. Peço a retirada de pauta hoje para que se ouçam os dois.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Deixando claro, vou repetir, deixando claro – estamos ao vivo para o Brasil inteiro, para o mundo – que este Plenário não tem poderes sobre o Plenário do Senado. O que vai acontecer no Plenário do Senado é uma questão do Plenário do Senado, sem nenhuma responsabilidade... Senador Pedro Taques...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Já vou concluir.

Vou dar pela ordem para V. Exª, mas, antes, quero deixar claro que não há dúvida em relação a isso. Sobre esse acordo de retirada, eu não posso assumir a responsabilidade de que o Plenário do Senado não fará diferente. Só isso. Só para deixar claro isso.

Pela ordem, Senador Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Só para dizer que concordo com a posição de V. Exª. V. Exª está coberto de razão do ponto de vista regimental, mas quero dizer que concordo com a proposta feita pelo Senador Romero Jucá, que, com a experiência de Líder do Governo por vários anos, propõe aqui uma solução conciliatória, que coincide com a proposta do Senador Romero; em última análise, com a do Senador Mozarildo: o acordo de líderes diz só votar a indicação do CNMP após a oitiva dos procuradores, conforme requerimento aprovado pela CCJ.

Então, o acordo de líderes está feito. Por parte do Democratas, está acordado e aceito.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – O Senador Alvaro Dias pediu a palavra pela ordem.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – É exatamente em função dessa preocupação.

Primeiro, quero destacar que o Brasil não perde nada com essa demora. Não há nenhum prejuízo. Zero de prejuízo. Isso é que é preciso colocar, porque nós invertemos prioridades. Temos tanta pressa para votar determinadas matérias que nada importam, na realidade, para o povo brasileiro e, muitas vezes, deixamos na gaveta matérias de interesse público. Então, não há nenhum prejuízo para o povo do País essa demora.

Em segundo lugar, matéria dessa natureza no plenário do Senado só se vota quando há acordo de lideranças. Isso tem sido assim, tem sido a prática. O Presidente Sarney tem respeitado as lideranças.

Dessa forma, não haverá acordo de lideranças para votar essa matéria enquanto não se ouvir aqui os convocados. É essa a posição do PSDB. E não se admitirá também requerimento de urgência para deliberação dessa matéria no plenário.

Isso fica registrado, Sr. Presidente.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Só para efeito de registro: a Mesa não tem poderes. Repito mais uma vez: não temos poderes sobre o Plenário do Senado.

Senador Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Sr. Presidente, o PDT participa do acordo de que não haverá votação enquanto não for feita a oitiva.

Só para registrar a posição do PDT, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Bem, perdoem-me os Líderes, mas vou só ouvir agora o Senador Mozarildo Cavalcanti.

Senador Mozarildo Cavalcanti, V. Exª retira ou mantém, ouvindo os Líderes?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Já disse. Eu peço, portanto, a retirada de pauta hoje desse requerimento para atender a esse acordo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – É regimental a solicitação do Relator, Senador Mozarildo Cavalcanti. A matéria do Item 1 está retirada de pauta.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Presidente, eu queria fazer um apelo a V. Exª e ao Plenário. Eu sou Relator do Item 5, que é um item simples. E vou ter uma reunião agora com os relatores setoriais da Comissão de Orçamento. Se V. Exª pudesse inverter a ordem, colocando o item 5, em 2 minutos eu relato, porque é uma matéria que não tem nenhum tipo de polêmica.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Antes de dar a palavra ao Senador Randolfe, que está pedindo ali do lado, esclareço que há uma questão de ordem levantada neste plenário, em que foi decidido que inclusão de pauta é da Presidência, inversão de pauta, se não houver objeção de nenhum Senador, o Presidente faz a inversão de pauta solicitada. Portanto, há um pedido de inversão de pau-

ta. Nós temos aqui vários itens na pauta, mas há um pedido de inversão de pauta do Senador Romero Jucá para o item 5. Há também do Senador Gurgacz, que é anterior à do Senador Romero, com o relatório da semana passada que volta à Comissão nesta semana.

Consulto o Plenário sobre a inversão de pauta. Se não houver objeção de nenhum Senador, haverá inversão de pauta. Havendo objeção, obviamente, não farei a inversão de pauta.

Senador Aécio.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Sr. Presidente, fui eu que, há algumas reuniões desta Comissão, propus a V. Exª que fosse um pouco mais parcimonioso no atendimento aos pedidos de inversão de pauta, já que muitos de nós nos preparávamos para relatar aqui projetos e éramos surpreendidos com sucessivas inversões de pauta. Portanto, eu acho que a regra deve ser manter, sim, a ordem estabelecida na pauta pela Presidência da Casa. Há, portanto, uma justificativa que me parece absolutamente razoável. O Senador Romero Jucá é o Relator Geral do Orçamento e, obviamente, isso interessa ao País e interessa a todos nós, me parece um caso excepcional.

Faço apenas este registro para que isso não volte a ser a norma da Comissão. No caso específico do Senador Romero Jucá, nada a objetar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não há objeção de nenhum Senador. E não havendo objeção, vou fazer a inversão de pauta do item 5 em detrimento do item 4.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 99, de 2012
– Não Terminativo –

Fomenta e incentiva a recuperação florestal em assentamentos rurais, em áreas desapropriadas pelo poder público e em áreas degradadas de posse de agricultores familiares, em especial, de comunidades quilombolas e indígenas e dá outras providências.

Autoria: Deputado Maurício Rands e outros.

Relatoria: Senador Romero Jucá.

Relatório: Favorável ao Projeto, com três emendas de redação que apresenta.

Observações:

– O projeto será apreciado pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa naquela Comissão.

Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá, mas o Senador Randolfe Rodrigues está pedindo a palavra pela ordem. Sou obrigado a dar a palavra pela ordem antes de dar a palavra para o Senador Romero Jucá.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, primeiro, justificando a minha não presença no início desta CCJ. Como é do conhecimento de todos, estava em São Paulo, e o atraso do voo me impossibilitou de estar aqui mais cedo.

Mas faço este pedido pela ordem, porque considero necessário prestar alguns esclarecimentos sobre os fatos que iniciaram, que foram comentados no início desta reunião da CCJ, envolvendo o meu nome, a PEC 33 e o nome do Senador Aloysio Nunes, autor dessa PEC, ao qual reputo a minha total e ampla admiração e respeito.

É do conhecimento de todos a minha posição contrária e a posição do meu Partido contra essa Proposta de Emenda à Constituição, que propõe a redução da maioridade penal.

Ontem, no Twitter, estando em São Paulo, e para esclarecer a minha posição em relação a este tema, tuitei, disse no Twitter exatamente o seguinte: "Não assinei nem autorizo o uso do meu nome em apoio a essa proposta de emenda constitucional." Posteriormente, em nota publicada pelo meu gabinete, eu esclareço que o meu nome aparece em uma folha avulsa, sem o devido *caput*.

Lógico, qualquer proposta de emenda à Constituição, que qualquer projeto de qualquer colega Senador, em especial do Senador Aloysio, pela forma como ele apresenta suas matérias e pela condição em que ele se apresenta como um dos melhores Senadores dentre nós, merece de mim toda a consideração e todo o respeito. Mas, Sr. Presidente, com a devida vênia ao Senador Aloysio, conscientemente, eu não assinaria uma proposta de emenda à Constituição que propusesse, que tivesse na sua ementa, que tivesse no seu esboço qualquer possibilidade que seja de redução da maioridade penal.

Pode ter havido diferentes coisas no diálogo entre mim e a assessora – inclusive não ter sido esclarecido devidamente para mim que se tratava de uma proposta de emenda à Constituição que fazia a redução da maioridade penal.

Claramente, em relação a essa proposta, sou radicalmente contra e conscientemente eu não apoiaria, sequer para tramitar, alguma proposta de emenda à Constituição dessa natureza.

O Twitter não permite o esclarecimento detalhado dos fatos pela limitação dos 147 caracteres. Obviamente, ontem, pressionado que estava, chegando a São

Paulo e me dirigindo a uma entrevista na Globo News, eu tinha de, ao passar pelo Twitter, ser sucinto e claro nos esclarecimentos dos fatos que se referiam à minha assinatura aportada neste documento. Foi por isso que disse e repito o que disse, ontem, no Twitter: não assinaria, não assino conscientemente e não concordo com essa proposta de emenda à Constituição. Foi a minha posição que claramente expus, demonstrei e apresentei ontem.

É óbvio que a matéria veiculada, em seguida, no UOL, faz uma ilação entre o que foi dito por mim no Twitter e a palavra "falsificação", que não foi por mim utilizada.

Quero só aqui reiterar o que foi dito: não teve, conscientemente, nenhuma ação minha e não teria, porque, conscientemente, eu não poderia, por princípio e por convicção pessoal, apoiar, mesmo que fosse para tramitar, alguma proposta de emenda à Constituição dessa natureza.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – São os fatos que tenho a esclarecer, colocando-me à inteira disposição, Senador Aloysio, desta Comissão, do Senado da República e, se assim V. Exª quiser, inclusive do Conselho de Ética do Senado...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – ... para quaisquer esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Eu acho que nenhum de nós está acima de qualquer investigação. E acho que, se qualquer colega Senador achar por bem que algum colega, por qualquer que seja a razão – eu acho que há razões bem mais graves aqui, mas tudo bem –, deva responder na instância devida neste Senado, que é o Conselho de Ética, serei o primeiro a subscrever e a querer que isso aconteça.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Randolfe, apenas para efeito de esclarecimento, que é o que V. Exª pediu a palavra para fazer. A assinatura...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu não vou entrar no mérito da forma como V. Exª assinou ou não.

Eu, ontem, assinei um pedido de um Senador e, quando cheguei ao meu partido, fizemos um debate de que essa posição caberia ao PMDB. Eu disse claramente: "Mas eu acabei de assinar um pedido de um determinado Senador em relação a isso, porque ninguém me preveniu". A minha assinatura é verdadeira. Eu vou procurar o Senador e dizer: "Olha, eu assinei, como todos nós assinamos aqui, talvez inadvertidamente, sem ler o cabeçalho", pois é feito um cabeçalho, com várias outras páginas na sequência.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – O que é normal, aliás.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Só um minutinho, Senador Aloysio, só para deixar bem claro este questionamento.

Como a Presidência não tem nenhum interesse, até porque conhece os dois Senadores... Acho que é um grande equívoco. É só fazer uma consulta ao Senador Randolfe. Não importa a forma como ele assinou o documento, porque não foi sob tortura, nem sob nenhum tipo de pressão. Ele assinou...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Estou falando sério.

Ele assinou formalmente o documento. Ou se ele nega que a assinatura é dele, porque, se ele nega que a assinatura dele, obviamente, aí cabe uma investigação.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Aloysio, só quero a consulta ao Senador Randolfe se a assinatura é ou não dele. Só isso. Só me interessa isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – A resposta é a seguinte: não foi assinado conscientemente, sabendo que a matéria era dessa natureza.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Mas a assinatura é de V. Exª?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – É, é.

(Intervenções fora do microfone.)

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Só um minuto.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, eu acho que...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Alvaro Dias, só um minutinho. A palavra está com a mesa. Só um minuto.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Para colaborar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu sei. Eu sei que V. Exª sempre colabora muito. É só para concluir essa questão. Eu não

quero dar prosseguimento a algo a que não se precisa dar prosseguimento.

Senador Randolfe, nas notas taquigráficas da...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Aloysio, V. Exª transferiu à mesa esse questionamento e, lamentavelmente, agora, tenho de tomar uma decisão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, permita-me só uma questão. Só para fazer um esclarecimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Deixe-me concluir. A palavra está com a mesa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – A palavra "falsificação"...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – A palavra está com a mesa. Eu não vou cortar a palavra de V. Exª. Por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Só para esclarecer. Eu acho que é um fato gravíssimo, que merece esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Tudo bem. Eu sei, estamos fazendo exatamente isso. Gravíssimo seria se a assinatura não fosse de V. Exª. Quanto à forma como V. Exª assinou, acabei de fazer um depoimento, dizendo que assinei e vários companheiros aqui assinam tramitação de matérias, sem observar o cabeçalho.

Que, da próxima vez, todos observem o cabeçalho, para saber o que estão assinando. Então, algo que era...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Mas, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Algo que era tido como grave, se V. Ex confirma a sua assinatura, não há absolutamente nada grave em relação a isso, porque não houve falsificação de documento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Não, Presidente, só quero tirar, permita-me...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Eu só quero tirar a palavra...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª pode retirar a assinatura.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Só quero retirar a palavra "falsificação", que não foi utilizada. Quero reiterar, quero reiterar: em nenhum momento...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador, V. Exª não estava aqui, e esse foi o questionamento, a indignação do Senador Aloysio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Mas eu quero esclarecer os fatos, Sr. Presidente. Eu quero esclarecer os fatos.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Tudo bem. Está esclarecido para a Mesa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Não, não, mas quero esclarecer os fatos.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Está esclarecido para a Mesa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Quero ser radical no esclarecimento dos fatos, no sentido de ir até a raiz.

Veja, concretamente, o que falei ontem, no Twitter – em nenhum momento, utilizei a expressão "falsificação". Reitero o que disse ontem, no Twitter: não assinei e não autorizo o uso do meu nome em qualquer PEC dessa natureza.

Como V. Exª pode prestar atenção, no documento avulso, não se encontra sequer a referência a essa Proposta de Emenda à Constituição como uma Proposta de Emenda à Constituição que faz a redução da maioridade penal. É óbvio que a assinatura aqui alegada é a minha, mas estou deixando claro que nunca, conscientemente, na boa-fé, iria apor minha assinatura em uma PEC dessa natureza.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Senador Randolfe, estou mandando a nota para a UOL – foi ela que publicou –, dizendo que nunca falei em falsificação e que quem falou foram vocês.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O assunto...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – E quem fala pelos cotovelos desmente com a boca.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O assunto está esclarecido e está encerrado.

Só quero deixar bem claro que a proposta que está aqui na mesa, do Senador Aloysio Nunes Ferreira, tem uma numeração de páginas autenticadas pelo Senado Federal, na sequência. O cabeçalho é único, ninguém faz cabeçalho em cada folha. Talvez isso tenha levado o Senador a assinar equivocadamente.

Ele pode, inclusive, retirar a assinatura dele sem nenhum prejuízo para o encaminhamento, porque a PEC tem mais do que 27 assinaturas. Também não sei se ele pode retirar aqui. Aí, sinceramente, neste momento não posso responder regimentalmente.

Então, essa matéria está esclarecida. Para mim, quanto ao Conselho de Ética, está retirada qualquer possibilidade. Não vejo nenhuma motivação para isso,

porque o Senador confirma que a assinatura é verdadeira, do processo que se encontra sobre a mesa.

Portanto, a matéria está pautada e pode ser discutida, porque a assinatura é verdadeira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – V. Exª me permite?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Próximo item da pauta: item 4.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – V. Exª me permite, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Item 5... Há uma inversão de pauta.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Quero dizer a V. Exª, se V. Exª me permitir...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pois não, Senador.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Quero dizer que, da minha parte, estou plenamente satisfeito. O incidente está encerrado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela Mesa, também.

Senador Romero Jucá, V. Exª tem a palavra.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, o Projeto de Lei nº 99, de autoria dos Deputados Maurício Rands e Weliton Prado, possibilita o financiamento e o incentivo à recuperação de sistemas agroflorestais e de áreas degradadas.

Nós apresentamos três emendas. A primeira emenda é ao art. 2º e diz que o Governo Federal incentivará e fomentará, dentro de programas e políticas públicas ambientais já existentes, ações de reparação florestal...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Há um orador na tribuna, por favor.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – ... e a implantação de sistemas agroflorestais em área de assentamento rural.

O art. 4º diz que as ações de recuperação florestal e a implementação de sistemas agroflorestais poderão ser financiados com recursos dos fundos nacionais como o de mudanças do clima, da Amazônia, do meio ambiente, do desenvolvimento florestal, além de outras fontes provenientes de acordos bilaterais ou multilaterais, acordos decorrentes de ajustes, contratos de gestão e convênios celebrados com órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual ou municipal, doações e ainda verba do orçamento da União ou privadas.

Por fim, a redação da ementa do Projeto de Lei nº 99 diz: "Fomenta e incentiva ações que promovam a recuperação florestal, a implementação de sistemas agroflorestais em áreas degradáveis, nos casos que especifica".

Portanto, Sr. Presidente, é um projeto de lei que vai exatamente somar ao que foi definido no Código Florestal, criando mecanismos de recomposição florestal e recuperações de áreas degradadas.

O parecer é favorável. Nós somos a favor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, vou colocar a matéria em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer favorável, com as Emendas nºs 1-CCJ e 3-CCJ do Projeto.

A matéria vai à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Próximo item da pauta: voltamos ao item 4.

Será que vou ter que interromper de novo, para ouvir aqui? Não é possível.

Senador Gurgacz, não querem votar sua matéria. Quando eu coloco a matéria em votação, há um barulho aqui do lado direito, do lado esquerdo, os assessores todos conversando com os Senadores. Não sei por que tanta conversa, meu Deus.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 330, de 2011
– Não Terminativo –

Dispõe sobre a parceria de produção integrada agropecuária, estabelece condições, obrigações e responsabilidades nas relações contratuais entre produtores integrados e agroindústrias integradoras, e dá outras providências.

Autoria: Senadora Ana Amélia

Relatoria: Senador Acir Gurgacz

Relatório: Favorável ao Projeto, com vinte e duas emendas que apresenta.

Observações:

– A matéria será apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em decisão terminativa;

– Em 28/11/2012, foi concedida vista à Senadora Ana Rita e ao Senador Luiz Henrique, nos termos regimentais.

– No dia 05/12/2012, foram recebidas as Emendas nºs 23 a 26, de autoria da Senadora Ana Rita, dependendo ainda de parecer do Relator, Senador Acir Gurgacz.

Eu vou dar a palavra ao Senador Acir, para que ele dê o parecer das Emendas nºs 23 a 26, de autoria da Senadora Ana Rita.

Tem a palavra V. Exª.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Eunício.

Nós analisamos aqui as emendas. Todas as emendas remetem ao mérito, e nós queremos discutir o mérito dessas questões lá na Comissão de Agricultura. As Emendas nº 23, 24, 25 e 26 discutem o mérito do projeto, Sr. Presidente; portanto, rejeito todas as emendas.

Nós levaremos essas emendas para a Comissão de Agricultura, para discuti-las lá, colocando que nós já fizemos mais de 15 reuniões com segmentos da sociedade para discutir essas questões. E vamos continuar a discussão, inclusive, levando essas 4 sugestões dessas 4 emendas, para levantar novamente a discussão e as reuniões lá na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Sr. Presidente.

Então, somos pela rejeição dessas emendas, a favor do projeto, com as 22 emendas já elencadas e lidas no dia anterior, quando colocamos a nossa posição, Sr. Presidente.

Esta é a nossa colocação, Sr. Presidente. Lembrando que nós já discutimos com a Faeg, a Faesc, a Faep, a Faeng, a Famasul, a Acrismat, a Aviplac, Suínos ABCS, AGS, Ases, ACSURS, Asa Alimentos, ACCS, APCA, UBABEF, também com a Aviplac, OCB, OCEPAR, Asav, Sindiaves, Sips, do Rio Grande do Sul, e o SindiTabaco, assim como a Companhia da Terra, ABIPECS e demais entidades que participaram da discussão. E nós queremos ampliar a discussão e vamos levar essas 4 emendas como sugestão da Senadora Ana Rita para discutirmos lá na Comissão de Agricultura.

É este o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Gurgacz.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu vou dar a palavra a V. Exª.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, vistas.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª rejeitou as emendas. E pede a palavra, para discutir a matéria, a Senadora Ana Rita.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Estou solicitando vistas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Já foram concedidas vistas. Lamentavelmente, não posso atender V. Exª. Vistas, só uma única vez para os Srs. Senadores.

Senadora Ana Rita tem a palavra para discutir a matéria.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Na verdade, Senador Randolfe, eu pedi vistas na última reunião. Em função do tempo, nós também não tivemos a oportunidade de ouvir com mais tempo as entidades. Mas nós tivemos a oportunidade de reunir aqui algumas entidades que fazem parte da Via Campesina, que são entidades que não constam desta relação, que o Senador Acir acaba de mencionar aqui, entidades que participaram e tiveram a oportunidade de se manifestar por ocasião da elaboração do projeto e também de elaboração do relatório.

Considerando o debate que nós fizemos com essas entidades, apresentamos estas emendas (são quatro), fruto dessa conversa e fruto do debate que nós fizemos. Entendemos que essas emendas possibilitam corrigir algumas questões que nos preocupam aqui no projeto, principalmente com relação aos produtores que são os integrados no contrato de integração que possibilitem e assegurem, inclusive, o direito de essas pessoas, que trabalham nessas propriedades, fazerem parte do contrato de integração.

Então, eu queria fazer um apelo à Comissão de Constituição e Justiça e fazer também um apelo ao Relator para que essas emendas realmente sejam debatidas na Comissão que vai... De Agricultura e Reforma Agrária, porque entendemos que essas emendas são altamente importantes e que o debate seja feito nessa Comissão. Como não sou membro da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, não faço parte formalmente, quero participar, sim, do debate, porque esse é um direito que eu tenho. Mas eu não teria condição de apresentar as emendas lá pelo fato de não ser membro daquela Comissão. Mas gostaria muito que a CCJ acolhesse essas emendas e as encaminhasse à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para que pudessem fazer parte do debate daquela Comissão.

Entendo que, assim, poderemos possibilitar um debate que inclua segmentos, setores da sociedade que serão altamente afetados por esse projeto (muito importante, com certeza). Já conversei com a Senadora Ana Amélia e, pelo que sei, é uma prática já existente no Sul do País, pelo que sei. Mas esses setores da sociedade, os trabalhadores, os produtores, os integrados – de acordo com o Contrato de Integração – não foram ouvidos. Eles serão profundamente afetados caso o projeto seja aprovado do jeito que está.

Eu entendo, Sr. Presidente, que é importante sim ter o debate na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Esse debate precisa, inclusive, oferecer possibilidade de que essas categorias dos trabalha-

dores sejam inseridas também no debate. Portanto, as emendas eu as considero de fundamental importância.

Então, faço esse apelo para que as emendas sejam acolhidas pela CCJ e também serem acolhidas pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Eu me comprometo com a Senadora de nós... Senadora Ana Rita, eu me comprometo com V. Exª de ouvirmos a Contag, a Via Campesina, todos os segmentos que V. Exª indicar para que a gente possa aprofundar os debates e principalmente com sua participação e presença para que a gente possa aprofundar os debates como, por exemplo, como é que vamos colocar aqui os investimentos para atender exigências da legislação ambiental? Precisamos saber qual o impacto financeiro que isso vai causar e se isso é de importância para o consumidor.

Então, debates como esses, nós precisamos nos aprofundar. Por isso, peço a V. Exª e encaminho para votação com a negativa dessas emendas, mas me comprometendo em debatê-las na Comissão de Agricultura, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vou botar a matéria em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam – já encerrada a discussão –queiram permanecer sentados (*Pausa*.)

Aprovado o relatório, este passa a constituir o parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

A matéria vai à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Convido o Senador Acir Gurgacz para assumir a Presidência da Mesa. Senador Alvaro Dias, vou lhe dar a palavra no final. Quero só fazer mais um item, com a permissão de V. Exª.

Peço ao Senador Acir Gurgacz que me designe Relator de um item extrapauta, pois é uma matéria a qual me comprometi colocar o relatório no dia de hoje.

Passo a Presidência ao Senador Acir Gurgacz.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem, Sr. Presidente.

EXTRAPAUTA

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 114, de 2012
– Não Terminativo –

Institui o Programa de Cultura do Trabalhador; cria o vale-cultura; altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, e 7.713, de 22 de dezembro de 1988, e a Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências.

Autoria: Deputada Manuela D'Ávila
Relatoria: Senador Eduardo Braga (Substituído por *Ad Hoc*)
Relatoria *Ad Hoc*: Senador Eunício Oliveira
Relatório: Favorável ao Projeto.

Designo o Senador Eunício Oliveira, como Relator *ad hoc*.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o relatório é da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 114, de 2012, de autoria da Deputada Manuela D'Ávila.

Nos termos do art. 90, inciso I, combinado com o art. 101, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ – discutir e votar o presente projeto de lei.

Quanto aos requisitos formais e materiais de constitucionalidade, nada há a opor ao projeto, tendo em vista que:

I – compete à União legislar sobre a matéria, conforme o art. 24, da CF/88;

II – cabe ao Congresso Nacional dispor sobre todas as matérias de competência da União (CF, art. 48, *caput*);

III – os termos da proposição não importam em violação de cláusula pétrea; e

IV – não há vício de iniciativa, nos termos do art. 61 da Carta Magna.

No que diz respeito à juridicidade, o projeto mostra-se correto, porquanto:

I – o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado;

II – a matéria nele vertida inova o ordenamento jurídico;

III – possui o atributo da generalidade;

IV – é consentâneo com os princípios gerais do Direito; e

V – afigura-se dotado de potencial coercitividade.

No mérito, mostra-se bastante oportuna, uma vez que se coaduna com os princípios estabelecidos nos artigos 215 e 216 da Constituição Federal, de forma a cumprir os dispositivos constitucionais que atribuem ao Estado brasileiro a missão de garantir a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional; apoiar e incentivar a valorização e a difusão das manifestações culturais; promover a produção e difusão de bens culturais; democratizar o acesso aos bens de cultura; e valorizar o patrimônio cultural brasileiro.

O Vale Cultura promoverá a universalização do acesso e fruição dos bens e serviços culturais; estimulará a visitação a estabelecimentos e serviços culturais

e artísticos e incentivará o acesso a eventos e espetáculos culturais e artísticos, fortalecendo a demanda agregada da economia da cultura.

O projeto possibilitará o fornecimento pelo empregador aos empregados, de um benefício dirigido ao consumo de bens e serviços culturais, cujo valor será deduzido do imposto sobre a renda devido pela pessoa jurídica beneficiária tributada com base no lucro real. O beneficio não terá natureza salarial atendendo preferencialmente aos trabalhadores de renda até 5 (cinco) salários mínimos, que têm o menor acesso a esses bens e serviços.

Além disso, a proposta fortalecerá as cadeias produtivas da economia da cultura; as manifestações da diversidade cultural brasileira.

Sr. Presidente, a ausência de mecanismos de incentivo – até agora concentrados na produção e não no consumo – com vistas à universalização do acesso à cultura constitui obstáculo para a qualificação do desenvolvimento humano e da formação de capital social do País, além de restringir o pleno desenvolvimento da funcionalidade latente nas indústrias criativas brasileiras.

Os benefícios dessa política são evidentes na promoção da inclusão social da cidadania e refletem valores objetivos, democraticamente discutidos pela sociedade brasileira, e o amadurecimento das políticas públicas dos agentes da cultura brasileira.

Portanto, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 114, de 2012, pedindo apoio de V. Exªs. pela brevidade, tendo em vista que já são 12h52min e daqui a pouco estaremos aqui com os dois Ministros a serem questionados nesta Comissão.

Era esse o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem. Coloco em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

O Srs. e Srªs. Senadores que concordam com o Relator, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esportes.

Devolvo a Presidência ao Senador Eunício Oliveira.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Presidente Gurgacz, pela oportunidade de poder fazer um relatório dessa magnitude aqui nesta Comissão. V. Exª também está de parabéns porque aprovou outra matéria importante, que vai agora à Comissão de Agricultura, que V. Exª tem a honra de presidir para engrandecimento desta Casa.

Antes de encerrar os trabalhos, o Senador Álvaro Dias pede a palavra, pela ordem.

Tem a palavra V. Exª, Senador Álvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, eu considero importante a votação de requerimentos que dizem respeito a essa operação Porto Seguro. Nós não podemos adotar uma postura de conformismo diante da revelação da existência de uma quadrilha que operava na administração federal, inclusive batendo às portas da Presidência da República já há um bom tempo.

Então, é obrigação nossa, é o tripé da investigação: o Ministério Público, a Polícia Federal e o Poder Legislativo, a quem cabe propor transparência, colocando o mal à luz para ser identificado pela sociedade. Por essa razão, há um requerimento aí, entre outros, que convida o Sr. José Leônidas, dirigente da Secretaria de Portos, para que ele compareça para dar esclarecimentos. Ele não está envolvido, ele não é um desses rastaqueras da quadrilha, mas ele tem uma posição de importância e precisa dar esclarecimentos a esta Casa, como responsável pelo setor, já que a imagem apareceu para todo o Brasil. Uma área belíssima no litoral paulista sendo ambicionada de forma suspeita por alguém que lá pretendia realizar um empreendimento de mais de R$12 bilhões.

Portanto, essa quadrilha me pareceu operar no ramo de pequenas empresas e grandes negócios. Ou pequenos e grandes negócios, já que tratava de assuntos relativos a um sofá de R$5 mil, mas tratava também da concessão de uma área para instalação de um porto de R$12 bilhões. Portanto, são pequenos negócios e grandes negócios, parafraseando o pequenas empresas e grandes negócios.

Nós não podemos ficar apenas assistindo isso. Em outros tempos, o Congresso foi mais eficiente em matéria de fiscalização, de investigação, e nós tentamos retomar essa fase de eficiência. Esta Comissão de Justiça pode prestar um grande serviço: convidar o Sr. José Leônidas para aqui depor.

Hoje a Presidente da Comissão de Infraestrutura, Lúcia Vânia, recebeu resposta ao convite ao Sr. Rubens Vieira, da Anac, que aceitou o convite para vir falar ao Senado. Ele, que foi preso, obteve *habeas corpus* recentemente, está solto e poderá vir ao Senado Federal na próxima semana, aceitou o convite.

Esperamos que esse convite ao Sr. José Leônidas também seja aprovado por esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Álvaro Dias, o requerimento de V. Exª é regimental. Porém, eu queria pedir vênia a

V. Exª, e V. Exª tem prazo com esse requerimento, havia um compromisso da mesa. Eu queria pedir vênia a V. Exª em relação a essa questão do convite para que o Ministro dos Portos, Leônidas Cristino, pudesse comparecer a esta Comissão. Hoje mesmo nós já tivemos dificuldade de deliberar sobre a oitiva de dois Procuradores, porque o prazo do final de ano já está se extinguindo.

Regimentalmente, V. Exª tem todo o direito de fazer os requerimentos, mas, como nós já estamos no final da reunião, são 12h57, e daqui a pouquinho nós vamos ouvir, por solicitação inclusive de V. Exª, que apresentou um requerimento aprovado nesta Comissão, dois Ministros do Governo que comparecerão aqui hoje para esclarecimento, eu pediria vênia a V. Exª apenas para que não colocássemos esse requerimento na tarde de hoje, tendo em vista que já são 12h58.

V. Exª é sempre atuante, um Senador respeitado nesta Casa pela sua cobrança, pelo seu papel de Parlamentar não apenas na oposição, mas também como Parlamentar atuante, que cobra das autoridades um ato expresso de esclarecimento, e eu lhe pediria que, nesta reunião – se a Mesa, a Presidência tiver algum crédito com V. Exª –, tendo em vista que vamos ouvir, repito, dois Ministros aqui convidados através de requerimentos já aprovados de sua autoria, deixássemos para debater e discutir esse requerimento numa próxima reunião, uma vez que o quórum já está efetivamente muito baixo.

Estou retirando de pauta duas matérias terminativas, entre elas, uma matéria que mostra o mapa da violência, indicando que, no meu Estado do Ceará e no Nordeste, ocorre o maior número de mortes por acidentes de trânsito. Para se ter uma ideia, quase 2,7 mil jovens, entre 1 e 19 anos, morreram em acidentes de trânsito entre 2000 e 2010 no Nordeste e no Ceará, que está atrás apenas da Bahia. Só para o senhor ter uma ideia, o custo da violência no trânsito alcança cerca de R$30 bilhões por ano. Eu estou retirando essa matéria de pauta, que é extremamente importante, em razão de o quórum estar baixíssimo, apesar de que já estiveram aqui quase todos os Senadores da Comissão.

Então, eu pediria a V. Exª a compreensão para que não votássemos esse requerimento na tarde de hoje. É a solicitação que faço a V. Exª, embora eu saiba que o estou contrariando. Se eu tenho algum crédito nesta Comissão, gostaria de pedir isso a V. Exª.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, se não houver acolhimento por parte da Liderança do Governo, precisamos adiar mesmo, porque não há quórum para deliberar. O requerimento só poderia ser aprovado, se houvesse o consentimento da Liderança do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Mas, mesmo com o consentimento do meu Líder, Senador Eduardo Braga, eu quero pedir vênia a V. Exª, tendo em vista que o quórum está efetivamente muito baixo. Obviamente, o Senador Eduardo Braga, como Líder do Governo, não iria consentir que aprovássemos aqui – pelo menos, iria criar algum tipo de embaraço – requerimentos no final.

Está claro que há um requerimento de V. Exª – os requerimentos estão aqui sobre a mesa. Já há prazo vencido pelo Regimento, mas estou pedindo vênia a V. Exª, para que, com esse apelo, possamos dinamizar os nossos trabalhos, porque, daqui a pouquinho, precisaremos almoçar e voltar à Comissão, uma vez que a tarde de hoje vai ser longa com os dois Ministros presentes.

Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, apenas para apoiar a manifestação de V. Exª e dizer da disposição do Governo, obviamente, de debater todas as questões envolvendo essa operação conhecida como Porto Seguro. Essa atitude, essa ação da Polícia Federal, junto com o Ministério Público Federal e com a Justiça Federal, trouxe, evidentemente, informações importantíssimas, com indiciamento de suspeitos e com diversas questões que mostram a polícia republicana que o Brasil hoje possui através da Polícia Federal, além da imediata ação do Governo, com a demissão daqueles que podiam ser demitidos, com o afastamento daqueles que não poderiam ser demitidos por serem funcionários de carreira ou terem mandatos e com a determinação da abertura de sindicâncias, etc.

Creio que o apelo de V. Exª é absolutamente pertinente em função do adiantado da hora e do baixo quórum na Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu agradeço a compreensão do Senador Alvaro Dias, que, repito, é um Senador sempre muito atuante nesta Comissão e neste Parlamento por quem tenho e nutro muita admiração. Agradeço a compreensão no dia de hoje.

Nada mais havendo a tratar...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Suplicy, V. Exª tem a palavra pela ordem.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Presidente Eunício Oliveira... O Profº Carlos Lungarzo, membro da Anistia Internacional dos Estados Unidos, bem como professor aposentado da Unicamp, que fez um extenso trabalho sobre o caso Cesare Battisti, e

incumbiu-me de encaminhar a V. Exª e diversos membros desta Comissão, porque se trata de um esclarecimento muito importante.

O livro contém uma entrevista de sete páginas com o Sr. Cesare Battisti. Então, eu o encaminho a V. Exª, bem como, hoje à tarde, ao Ministro José Eduardo Martins Cardozo e aos membros desta Comissão. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Suplicy. Agradeço também ao autor do livro.

Nada mais havendo a tratar, agradecendo a presença de todos, está encerrada esta reunião. Retornaremos às 14h30min para a oitiva dos Ministros José Eduardo Cardozo e Luís Adams.

Eu agradeço o recebimento do livro, encaminhado pelo Senador Suplicy, de autoria do Sr. Carlos Lungarzo.

Nada mais havendo a tratar, agradecendo a presença de todos e, obviamente, a audiência do Brasil inteiro e do mundo, boa tarde e até mais tarde.

Obrigado.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 10 horas e 43 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 03 minutos).

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 50ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE NOVEMBRO DE 2012.

Às onze horas e quarenta e cinco minutos do dia vinte de novembro de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Roberto Requião**, e com a presença dos Senhores Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Walter Pinheiro, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Ana Amélia, Cyro Miranda, Cássio Cunha Lima, Paulo Bauer, Armando Monteiro, Anibal Diniz, Antonio Carlos Valadares, João Capiberibe, Luiz Henrique, João Costa e Randolfe Rodrigues, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Inácio Arruda, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira, Romero Jucá, Waldemir Moka, Ciro Nogueira, Maria do Carmo Alves, José Agripino, João Vicente Claudino, Magno Malta, João Ribeiro, Kátia Abreu e Flexa Ribeiro, que justifica a ausência. Neste momento, a Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Logo após, a Presidência inicia a deliberação da Pauta pelos itens não terminativos, aguardando quórum para deliberação dos projetos terminativos. **Item 17: Requerimento nº 51/2012-CE**, de caráter não terminativo, de autoria das Senadoras Ana Amélia e Lídice da Mata, que requerem "... nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, com objetivo de instruir o Projeto de Lei da Câmara, nº 103, de 2012, que dispõe sobre o Plano Nacional de Educação – PNE, para o decênio 2011-2020 e dá outras providências. Para participar da presente Audiência, requeremos sejam convidados os seguintes gestores públicos: Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Estado da Educação – CONSED; Presidente da União Nacional de Dirigentes Municipais da Educação – UNDIME; Presidente da Associação Nacional de Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES; e Presidente do Conselho Nacional dos Institutos Federais de Educação – CONIFES". O Requerimento é aprovado. **Item 16: Requerimento nº 52/2012-CE**, de caráter não terminativo, de autoria das Senadoras Ana Amélia e Lídice da Mata, que requerem "... nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Assuntos Econômicos, com objetivo de instruir o Projeto de Lei da Câmara, nº 103, de 2012, que dispõe sobre o Plano Nacional de Educação – PNE, para o decênio 2011-2020, e dá outras providências. Para participar da presente Audiência, requeremos seja convidado o Exmo. Sr. Ministro da Educação – Dr. Aloízio Mercadante". O Requerimento é aprovado. **Item 4: Projeto de Lei do Senado nº 62, de 2012 – Complementar**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, que "Altera o § 1º do art. 19 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para acrescentar novas hipóteses em que não serão computadas as despesas na verificação do atendimento dos limites definidos naquele artigo". O relator designado é o Senador Cássio Cunha Lima e o parecer é favorável. É concedida vista coletiva pelo prazo regimental de 5 (cinco) dias. Logo após, o Senhor Presidente, Senador Roberto Requião, requer, oralmente, a inclusão extra-pauta do Projeto de Resolução do Senado nº 50, de 2012, o que é aprovado **(ver Extra-Pauta: Item 18)**. **Item 6: Projeto de Lei do Senado nº 316, de 2011**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Blairo Maggi, que "Dispõe, em consonância com o exercício da liberdade de crença religiosa, de que tratam os incisos VI e VIII do art. 5º da Constituição Federal, sobre o período de realização de concursos públicos e processos seletivos para provimento de cargos e empregos públicos e para a realização de provas para ingresso nas instituições de ensino superior; altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para dis-

por sobre a realização de atividades curriculares nas instituições de educação básica e de educação superior; e altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para disciplinar aspectos referentes ao repouso do empregado". O relator designado é o Senador Antonio Carlos Valadares e o parecer é favorável, com as emendas oferecidas. É concedida vista coletiva pelo prazo regimental de 5 (cinco) dias. Neste momento, o Senhor Presidente, Senador Roberto Requião, faz a leitura de Comunicado **(ver Extra-Pauta: Item 20)**. Logo após, a Senhora Senadora Ana Amélia, requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento, o que é aprovado **(ver Extra-Pauta: Item 19)**. **Item 15: Requerimento nº 53/2012-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador João Costa, que requer "... nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com a finalidade de instruir o PLC 132, de 2011, que 'Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para dispor sobre a instalação de assentos especiais para pessoas obesas nos locais que menciona'. Oportunamente será definida a relação de convidados". O Requerimento é aprovado. Prosseguindo, a Presidência passa à deliberação dos itens incluídos extra-pauta. **Item 18: Extra-Pauta: Projeto de Resolução do Senado nº 50, de 2012**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador José Agripino, que "Denomina 'Edifício Senador Ronaldo Cunha Lima' o espaço físico do Senado Federal onde funciona o Programa Interlegis". O relator é o Senador Roberto Requião, que profere parecer oral favorável. O parecer é aprovado. **Item 19: Extra-Pauta: Requerimento nº 54/2012-CE**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Ana Amélia, que requer "Em aditamento ao Requerimento de nº 51/2012 – CE, que trata da realização de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, com objetivo de instruir o Projeto de Lei da Câmara, nº 103, de 2012, que dispõe sobre o Plano Nacional de Educação – PNE, para o decênio 2011-2020 e dá outras providências, requeiro que seja incluído o nome da Senhora Mariza Abreu, consultora em educação da Confederação Nacional dos unicípios (CNM)". O Requerimento é aprovado. **Item 20: Extra-Pauta: Comunicado da Presidência**: "Comunico aos Senhores Senadores o recebimento de convite do Exmo. Sr. Ministro de Estado da Educação, Aloizio Mercadante, para a solenidade de posse do Professor Ivan Marques de Toledo Camargo no cargo de Reitor da Universidade de Brasília, a ser realizada no dia de hoje, 20 de novembro, terça-feira, às 15h, na Sala de Atos, 9º andar, edifício-sede do Ministério da Educação, em Brasília. Os Senadores que desejarem uma cópia do Convite poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão". A Matéria vai ao arquivo. Ficam adiadas as seguintes matérias: **Item 1: Projeto de Lei do Senado nº 525, de 2009; Item 2: Projeto de Lei do Senado nº 199, de 2012; Item 3: Projeto de Lei do Senado nº 71, de 2012; Item 5: Projeto de Lei do Senado nº 103, de 2012; Item 7: Projeto de Lei do Senado nº 394, de 2009; Item 8: Projeto de Lei do Senado nº 102, de 2011; Item 9: Projeto de Lei do Senado nº 535, de 2011; Item 10: Projeto de Lei da Câmara nº 84, de 2010; Item 11: Projeto de Lei do Senado nº 208, de 2007; Item 12: Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2011; Item 13: Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 2011 e Item 14: Projeto de Lei do Senado nº 260, de 2011**. Prosseguindo, a Presidência determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a **Senhor Presidente, Senador Roberto Requião**, encerra a reunião às doze horas e trinta e nove minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares**, **Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Roberto Requião,** Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Havendo número regimental, declaro aberta a 50ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a proposta de dispensa de leitura das atas das reuniões anteriores e a aprovação das mesmas.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Senador Cristovam, apenas uma observação, que é pertinente aos trabalhos da nossa Comissão.

O PNE (Programa Nacional de Educação) chegou ao Senado, mas a Mesa distribuiu, inicialmente, para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Eu acho isso um absurdo. Se a nossa Comissão é a comissão de mérito, como a CAE vai discutir, do ponto de vista econômico, um projeto que não sabe como vai ficar, uma vez que o mérito passa pela Comissão de Educação?

Então, a meu ver, embora isso não seja antirregimental, é um erro, é um paradoxo. Eles vão discutir um projeto econômico de um projeto que não passou pela comissão de mérito. E, em sequência, ela passaria para a Comissão de Constituição e Justiça, e

a Comissão de Constituição e Justiça vai discutir a constitucionalidade de um projeto que ela não tem a menor ideia de como vai ser elaborado na Comissão de Educação. É uma bagunça razoável.

Eu havia proposto que nós unificássemos a relatoria. Havia conversado com o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e dito a ele que eu avocaria a relatoria na Comissão de Educação. Ele já havia me garantido a relatoria na Comissão de Constituição e Justiça. E eu pretendia, com essa unificação, fazer um trabalho conjunto, mas nós estamos agora em uma situação atravessada. Isso só pode levar à procrastinação do processo todo.

Eu queria a sua opinião, Senador, que foi Ministro da Educação e é um dos mais assíduos interessados nesse tema no Congresso.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Eu creio que o senhor foi generoso ao dizer que isso é errado. Isso é uma aberração! Agora, é uma aberração cuja lógica está em subordinar a educação aos aspectos financeiros. Não podemos ignorar os aspectos financeiros na hora de executar um plano, mas não podemos subordinar o objetivo do plano a uma análise financeira. Isso vem depois, como o senhor disse. A razão disso é porque, de fato, mesmo os que fizeram o PNE se concentraram muito na ideia dos 10% do PIB para a educação. Não apresentaram o que fazer com esses 10%, como fazer. Agora, o que fazer e como fazer é uma tarefa nossa, da Comissão de Educação. E é bem capaz, eu pelo menos considero, Senador, que nem precisaria de 10% para fazer a revolução educacional, mas era aqui que a gente devia discutir isso. E se for 12%, se for 13%, nós temos que apresentar, e lá, a Comissão de Assuntos Econômicos pode analisar de onde tirar, se é possível tirar ou se baixamos as aspirações da nossa revolução educacional tão esperada.

Eu considero uma aberração, não sei o que pode ser feito, mas, no mínimo, no mínimo, eu acho que a gente deve fazer uma manifestação de protesto desta Comissão em relação ao que for decidido na Comissão de Assuntos Econômicos. Até porque, que eu saiba, não existe hierarquia superior de uma comissão sobre a outra.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Mas é regimental, Senador. O Regimento é que está errado. A comissão terminativa é a última. Então, o Senado vai examinar, através da Comissão de Constituição e Justiça, a constitucionalidade de um projeto que será formulado, ao fim e ao cabo, na Comissão de Educação. É um erro regimental. Vai para a Comissão de Assuntos Econômicos, depois vai para a CCJ, e depois vem aqui para ser elaborado quanto ao seu mérito, e discutido quanto ao seu mérito o projeto que veio da Câmara. Então, é uma contradição, como eu disse lá na CAE, diabólica, ela vai atrapalhar isso tudo.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – É diabólica e de hospício, porque a gente vai trabalhar dentro de uma camisa de força.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Sim. Não, nós não vamos trabalhar dentro de uma camisa de força. A Comissão de Educação vai cumprir a sua obrigação.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – E nós vamos trabalhar esse projeto com absoluta autonomia. Já há uma audiência pública proposta, que submeteria à Comissão de Educação o relatório da Comissão de Assuntos Econômicos. Eu acho que não vai ser assim. A Comissão de Educação não vai admitir que esse Plano Nacional de Educação seja tratado dessa forma invertida.

E vamos aceder, se os senhores concordarem, à audiência pública comum. Uma audiência pública com os mesmos personagens que já fizeram dezenas de audiências públicas na Câmara Federal. Nós vamos repetir o rito. Pressão das bases. Acho que era a hora de fazermos a filtragem dessa discussão inteira e de elaborarmos um projeto. E vamos tentar, então, Senador, um processo participativo nessa questão. O Senador Eunício me garantiu a relatoria na CCJ. Quando for para a CCJ, vamos fazer em comum a relatoria com a Comissão de Educação e vamos ter a participação de todos os interessados nesse processo. Eu não pretendo monopolizar essa relatoria, mas fazer uma discussão com a participação e com a inteligência de todos os membros da Comissão de Educação em conjunto.

Eu quero, então, colocar em votação dois requerimentos que eu tenho aqui: o da Senadora Ana Amélia e o da Senadora Lídice da Mata.

ITEM 17

REQUERIMENTO Nº , DE 2012

Requeremos, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Assuntos Econômicos (*CAE*)*, com objetivo de instruir o Projeto de Lei da Câmara, nº 103, de 2012, que dispõe sobre o Plano Nacional de Educação* (*PNE*)*, para o decênio 2011-2020 e dá outras providências. Para participar da presente Audiência, requeremos sejam convidados os seguintes gestores públicos: Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Estado da Educação* (*Consed*)*, Presidente da União Nacional de Dirigentes*

Municipais da Educação (*Undime*)*, Presidente da Associação Nacional de Instituições Federais de Ensino Superior* (*Andifes*) *e Presidente do Conselho Nacional dos Institutos Federais de Educação* (*Conifes*).

Autoria: Senadora Ana Amélia e Senadora Lídice da Mata.

Em discussão.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, na última reunião, eu estava presidindo a Mesa, e a Senadora Ana Amélia, então, anunciou que havia feito e aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos a audiência pública sobre esse tema; e que ia propor – estava entrando para propor – aqui também.

Na medida em que já havia sido proposto pela Senadora lá, antes da nossa – eu, então, considerava que era indispensável que nós aprovássemos aqui –, a Senadora, então, propôs que eu assinasse esse requerimento para que nós garantíssemos a presença da Comissão de Educação. Obviamente que nós podemos optar por outra situação, que é aprovar uma audiência pública só nossa, da Comissão de Educação, com essas pessoas, separada da Comissão de Assuntos Econômicos. E eu não me oponho a isso, porque acho que a Comissão de Educação passou o ano inteiro debatendo, em muitas audiências públicas, o Plano Nacional de Educação, antes mesmo que esse viesse para o Senado. Como comissão de mérito, nós temos o dever e o direito de apreciá-lo de forma mais detalhada. E eu não me oponho a isso; pelo contrário, aprovo essa ideia.

Então, se, no caso, for considerado inadequado, eu retiro minha assinatura.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Lídice, só no ano passado, esses ilustres personagens que estão sendo convocados pelo requerimento – porque o foram na Comissão de Assuntos Econômicos – passaram por nove vezes na Comissão de Educação em audiências públicas.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Então, nós estamos tendo é uma reiteração, uma repetição, a meu ver, desnecessária. E, depois, como vamos participar de uma audiência conjunta, se oficialmente não temos nem o relator? Então, nós estamos nos submetendo ao relatório da Comissão de Assuntos Econômicos?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – De jeito nenhum, nós temos que ter um relatório pronto.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Nós vamos passar por cima da Comissão de Educação e não vamos analisar o PNE? Vamos nos submeter à relatoria da Comissão de Assuntos Econômicos, que tem um aspecto específico de tratamento? Eu acho que nós podemos aceitar a audiência pública comum. Os Senadores que desejarem participar podem assistir a ela.

(*Intervenção fora do microfone*.)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – O projeto da Câmara ainda. Não temos nem relatório.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – O fato de haver uma audiência pública comum não leva à renúncia da Comissão de Educação. Não há nenhuma definição regimental que transforme isso em realidade.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião Bloco/PMDB – PR) – Que fique claro uma coisa: não vejo má-fé nesse processo; eu vejo uma distorção regimental, mas que complica a rapidez com que o Plano Nacional de Educação poderia ser discutido.

Na minha opinião, nós aproveitaríamos todos os relatórios, a leitura de todas essas audiências – nove, somente no ano passado, aqui na nossa Comissão; dezenas, na Câmara Federal – e nos assenhorearíamos da leitura desse processo, discutiríamos na nossa Comissão, com um grupo técnico, e formularíamos uma proposta definitiva, que fosse uma proposta verdadeira para alterar o ensino de uma forma factível. Faríamos isso em conjunto com o Governo Federal, em conjunto com o Ministério da Educação, com seus técnicos, com a opinião do Ministro, de maneira formal e informal.

Porque, senão, acabamos jogando um pouco para a plateia. Esses 10% não vamos mexer neles, mas eles não são impositivos, não estão orçamentados, não estão na Constituição. Eles podem ser cumpridos ou não. E eu gostaria de ter um Plano Nacional de Educação que fosse passível de ser implementado, com a concordância do Governo, e que modificasse o caos do ensino brasileiro de uma vez por todas.

Mas vejo que a forma com que a questão está posta provavelmente evitará que cheguemos a uma conclusão este ano.

Em votação os requerimentos.

O Requerimento nº 16, anterior, colocou na abertura desta audiência a oitiva do Ministro da Educação na CAE, e assistiríamos em conjunto.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Apenas isso. Isso não impede que a Comissão de Educação tenha o seu relator. Acho que tem que haver o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião Bloco/PMDB – PR) – Não impede, não; é absolutamente necessário, porque, senão, vou abrir mão da Presidência da Comissão e pedir para que a Liderança do PMDB me retire da Comissão porque eu não tenho mais nada a fazer aqui.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Claro. Pelo contrário, Presidente, nós não podemos deixar que todo trabalho realizado seja desconsiderado, inclusive em audiências em que V. Exª chegou a trazer pessoas de fora do País, como é o caso da exposição da Finlândia, que é, sem dúvida nenhuma, uma referência internacional hoje, com o modelo diferente, que não se baseia em modelos outros, que tem um nível de regramento, de determinação de tempo cada vez maior para a ocupação da criança e do adolescente em horas dentro da escola e que se mostra uma metodologia e um procedimento totalmente diferente do que temos, e eficiente.

Portanto, acho que a Comissão de Educação tem, sim, a necessidade de ter um posicionamento muito mais sólido do que qualquer outra comissão em relação a essa questão do PNE.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião Bloco/PMDB – PR) – Senadora, o absurdo total é que a Comissão de Assuntos Econômicos vai discutir o suporte financeiro de um projeto que não está feito ainda, porque não passou pela Comissão de mérito do Senado. Mas acho que, uma vez que o Regimento determina assim...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – O PNE vai primeiro para lá?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião Bloco/PMDB – PR) – Vai primeiro para lá.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Não tem sentido isso.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião Bloco/PMDB – PR) – E, depois, para a Comissão de Constituição e Justiça. Depois, vem para cá, onde se pode modificar tudo e formular uma alternativa, um substitutivo ao projeto da Câmara e ao projeto do Relator da Comissão de Assuntos Econômicos.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Mas a CCJ não é a última dentro do Regimento?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião Bloco/PMDB – PR) – Não, não é a última. A última é a de mérito, regimentalmente.

Mas vamos deixar como está.

Coloco em votação essa audiência conjunta.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão; os contrários se manifestem. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vejam bem, nem o relatório vai ser discutido nessa audiência conjunta. É o projeto que veio da Câmara.

Apenas uma observação e um aviso à Comissão: o Senador Cássio Cunha Lima me informou que já tem pronto o relatório do ato médico. O relatório do ato médico será, então, uma vez que o Senador entregará à Secretaria da Comissão, examinado na próxima terça-feira.

Certo assim, Senador?

Senador, vamos ao item 4, um projeto do Senador Randolfe Frederich Rodrigues.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 62, de 2012 – Complementar
– Não Terminativo –

Altera o § 1º do art. 19 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para acrescentar novas hipóteses em que não serão computadas as despesas na verificação do atendimento dos limites definidos naquele artigo.
Autoria: Senador Randolfe Rodrigues
Relatoria: Senador Cássio Cunha Lima

É uma súmula mal feita aqui; não é, Secretário?

É um prazer enorme receber aqui o nosso Vice-Presidente, que nos honra com a sua presença.

Com a palavra o Senador Cássio Cunha Lima.

A súmula aqui deixou de explicar do que se trata.

Por favor, Sr. Relator.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, passo à leitura do relatório para conhecimento desta Comissão e sua posterior apreciação.

Chega a esta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 62, de 2012-Complementar, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, que altera o §1º do art. 19 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), para acrescentar novas hipóteses em que não serão computadas despesas na verificação do atendimento dos limites de gastos com pessoal definidos naquele artigo.

Conforme a redação dada pelo art.1º do presente PLS, são duas as hipóteses de excepcionalização dos limites de despesas com pessoal a serem introduzidos na LRF. A primeira é a decorrente de parte dos gastos com recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) com pagamento de professores em efetivo exercício na educação básica pública.

A segunda é a decorrente de despesas com a aplicação do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) dos professores, instituído pela Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008. Ambas as hipóteses, entretanto, se referem à parte das despesas com pagamento de professores que exceda os limites estabelecidos nos incisos do caput do art. 19 da LRF, quais sejam: 50%

da receita corrente líquida, no caso da União; e 60%, no caso dos Estados e Municípios.

Na justificação, o autor explica o conflito entre os limites estabelecidos pela LRF para gastos com pessoal, fixados em 2000, e os dispositivos da Lei nº 11.494, de 2007, que regulamenta o Fundeb e prevê a aplicação de, no mínimo, 60% de seus recursos a pagamento de professores, e da Lei nº 11.738, de 2008, que instituiu o PSPN, em valores crescentes, em razão do mandato constitucional da valorização dos profissionais da educação.

O projeto foi distribuído para apreciação das Comissões de Educação, Cultura e Esporte (CE) e de Assuntos Econômicos (CAE). Em seguida, será votado pelo Plenário desta Casa.

Não foram oferecidas emendas ao PLS nº 62, de 2012-Complementar.

ANÁLISE.

Nos termos do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), cabe a esta Comissão de Educação analisar proposições que versem sobre questões gerais da educação, em que se enquadra a matéria contida no PLS analisado.

Poucos projetos de autoria nesta Casa têm a urgência e importância do presente PLS. Há uma concordância geral dos parlamentares e da sociedade no sentido de que o desenvolvimento da Nação e a felicidade da população dependem da universalização da educação básica com qualidade. Entretanto, os avanços legislativos encontram muitas vezes óbices que atravancam sua implementação na realidade.

Quem não deseja que as crianças tenham à disposição mais vagas gratuitas em escolas municipais para sua educação desde a primeira infância? Quem não quer mais qualidade no ensino fundamental e médio públicos? Quem de nós, nesta Comissão, não deseja que os benefícios do Fundeb, com crescentes aportes da União, beneficiem adolescentes, jovens e adultos que carecem de educação profissional e de completar sua escolaridade obrigatória, que em 2016, englobará também o ensino médio?

Ora, para isso, é fundamental não somente abrir mais escolas, mais vagas, mas também contratar mais professores e dar-lhes salários condizentes com sua formação, sua dignidade e os reclamos da qualidade de vida do século XXI.

Entretanto, se a Lei de Responsabilidade Fiscal trouxe avanços inegáveis para a gestão financeira, para a gestão das finanças públicas, principalmente no que tange à arrecadação de tributos e a um basta aos desmandos do clientelismo e do empreguismo desenfreado, é forçoso reconhecer que ela foi aprovada ainda no último ano do século XX, quando não tínhamos conquistado o Fundeb, – expansão correta do fundo que o antecedia, limitando ao ensino fundamental regular – nem o tão sonhado Piso Salarial Profissional Nacional do magistério, que veio a dar fim ao processo perverso de desvalorização dos professores e que precisa ainda, naturalmente, de avanços inegáveis, para que possamos chegar à situação ideal que o Brasil almeja.

Não é possível, pois, que não se abram creches nas redes municipais, escolas profissionais nas redes estaduais, mais vagas de educação de jovens e adultos em razão de limites coercitivos de gastos com pessoal, ditados pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Políticas de transporte, comunicação, habitação, entre outras, não demandam tantos recursos humanos. Mas a educação, como todos nós sabemos, é uma atividade essencialmente "intensiva em trabalho humano", seja de professores, seja de outros profissionais da educação, hoje convidados a atuar em escolas de jornada integral, que devolvam a qualidade perdida nos turnos reduzidos. Trata-se, portanto, de proteger direitos constitucionais da população, definidos nos arts. 205 e 208 da Carta.

O Senador Randolfe Rodrigues encontrou uma saída saudável para o impasse. Não se trata de dar uma "excepcionalidade geral", que poderia redundar em afrouxamento dos limites, como os que seriam proporcionados em uma nova "farra" de empreguismo ou de aumentos salariais irresponsáveis para outras categorias de serviços públicos. Pelo contrário. Os gastos com o pagamento de professores, inclusive com recursos do Fundeb, continuam a ser contados como despesas dentro dos limites mínimos da LRF, mas, se a exigência de novos contratos de professores ou de sua melhoria salarial redundarem em ultrapassagem do limite, os novos gastos – disso fala o PLS – não são mais computados.

Registre-se que o dispositivo de aplicação de no mínimo 60% em pagamento dos professores, de que trata o caput do art. 22 da Lei nº 11.494, de 2007, é também norma constitucional contido no inciso XII do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, por força da Emenda nº 53, de 2006.

Com a chegada do autor da propositura, chego ao final da leitura do relatório e passo ao voto. No âmbito da Comissão, a solução ensejada pela proposição é perfeita, porque exige, inclusive, mais planejamento e mais transparência, por parte de Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e propicia margem de liberdade para universalizar, qualificar e melhor remunerar os nossos professores.

Passo ao voto. Pelo exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 62, de 2012.

Esse é o relatório e o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em discussão o relatório do Senador Cássio Cunha Lima.

Não havendo quem queira discutir, em votação. (*Pausa*.)

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com a palavra, pela ordem, Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Eu gostaria de pedir vista desse projeto para aprofundamento do conhecimento da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Concedida vista ao Senador Anibal Diniz.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Senador, seria bom vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Vista coletiva, perfeitamente, até a próxima reunião, na sexta-feira.

Faço uma consulta ao Plenário. Tenho, sobre a mesa, um Projeto de Resolução, de autoria do Senador Agripino, que dá ao edifício sede do Interlegis o nome do nosso Senador, meu grande amigo Ronaldo Cunha Lima. E eu peço ao Plenário que considere a possibilidade de colocarmos em exame este Projeto de Resolução extrapauta.

Os favoráveis fiquem como estão e os contrários se manifestem. (*Pausa.*)

Eu, como Presidente da Comissão, avoco a relatoria deste projeto, e farei meu relatório em cima da proposta de justificação do Senador Agripino.

Meu relatório passa a ser o seguinte:

O Programa Interlegis constitui um grande avanço na relação do Senado Federal e do Congresso Nacional com as demais casas legislativas brasileiras, especialmente as câmaras municipais e as assembleias legislativas. Esse programa resulta de acordo internacional firmado entre o Senado Federal e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Por acordo, o Senado Federal, mediante a ação do Interlegis, tem prestado assessoria técnica em diversas áreas de atividade do Poder Legislativo, especialmente no que diz respeito ao processo legislativo e os seus procedimentos peculiares, mas também quanto ao protocolo e os procedimentos formais a serem adotados em cerimônias oficiais, sem contar os seminários sobre temas específicos de grande utilidade prática para vereadores e deputados estaduais, como a Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei de Inelegibilidade, recém alterada pela Lei da Ficha Limpa.

Ademais disso, o Interlegis tem propiciado a muitas casas legislativas municipais do Brasil o acesso a equipamento de informática, como computadores e impressoras, além dos programas necessários ao seu bom funcionamento, além de treinar servidores para tanto.

O Senador Ronaldo Cunha Lima, cuja perda sofremos há alguns meses, participava da Mesa Diretora do Senado Federal na relevante função de Primeiro-Secretário e, nessa condição, ofereceu contribuição entusiástica e decisiva para que o processo de implantação do Interlegis fosse realizado para consolidação desse intenso programa.

Conceder ao edifício-sede do Programa Interlegis a designação de Edifício Senador Ronaldo Cunha Lima nada mais é do que o reconhecimento adequado e tempestivo da atividade desse Senador da República em prol do fortalecimento do processo legislativo brasileiro em todas as suas esferas.

O projeto de resolução é o seguinte:

Art. 1º O edifício– sede do programa Interlegis, localizado na Via N2, passa a ser designado Edifício Senador Ronaldo Cunha Lima.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Em discussão o relatório. (*Pausa*.)

Com a palavra, o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Apenas para manifestar o meio apoio. Creio que é uma homenagem muito justa e, ao mesmo tempo, engrandece o Senado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Não havendo mais quem queira discutir, em votação.

Os Srs. e Srªs Senadoras que estão de acordo permaneçam como estão e os contrários se manifestem. (Pausa.)

Aprovado por unanimidade.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – A matéria vai à Comissão da Mesa Diretora do Senado Federal.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Não posso deixar de trazer a minha palavra de agradecimento, e vou ser breve para que não seja traído pela emoção da saudade – que é imensa neste instante – de um humanista, de um poeta, de um homem que, ao longo de sua trajetória, fez amigos, apostou na força das relações humanas e que, seguramente, está feliz com esta homenagem que lhe é prestada neste instante, porque, de fato, ele se dedicou profundamente à implantação do Interlegis. Na condição

de filho, vi todo o entusiasmo do meu pai para o bom desempenho do Interlegis e tantas outras atividades.

Agradeço a V. Exª pela relatoria, pela presteza na aprovação da proposta do Senador José Agripino, a quem transmito daqui também o meu mais escolhido e melhor agradecimento, assim como a todos os pares, que à unanimidade dos presentes, aprovaram a propositura.

Muito obrigado, em nome de toda a nossa família.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como Presidente da Comissão, enviarei esta decisão da Comissão de Educação junto com o Ofício da Comissão de Educação, sugerindo à Mesa Diretora que, paralelamente à aprovação desta Resolução, mande fundir um busto do nosso velho companheiro, meu velho amigo Ronaldo Cunha Lima, para que seja inaugurado no momento em que nós atribuirmos à sede da Interlegis o nome de Ronaldo Cunha Lima.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 316, de 2011
– Não Terminativo –

Dispõe, em consonância com o exercício da liberdade de crença religiosa, de que tratam os incisos VI e VIII do art. 5º da Constituição Federal, sobre o período de realização de concursos públicos e processos seletivos para provimento de cargos e empregos públicos e para a realização de provas para ingresso nas instituições de ensino superior; altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para dispor sobre a realização de atividades curriculares nas instituições de educação básica e de educação superior; e altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para disciplinar aspectos referentes ao repouso do empregado.

Autoria: Senador Blairo Maggi

Relatoria: Senador Antonio Carlos Valadares

Relatório: Favorável, com as emendas oferecidas

Observações:

Matéria terminativa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

A relatoria é do Senador Antônio Carlos Valadares, recém-chegado de Nova York, com grande entusiasmo para trazer ao conhecimento da Comissão o seu relatório, favorável, com emendas.

Com a palavra o Senador Valadares.

O SR. ANTÔNIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Nova York, ONU, diga-se de passagem.

Vem ao exame desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte o Projeto de Lei do Senado nº 316, de 2011, que institui regime especial para a realização de concursos públicos, além de alterar a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a realização de exames de ingresso em instituições federais de ensino superior e tecnológico, e o Decreto-Lei nº 5.452 (Consolidação das Leis do Trabalho), de 1º de maio de 1943, para dispor sobre regime de trabalho, de modo a garantir direitos gerados por crença religiosa.

O projeto epigrafado deverá ser apreciado também em caráter de decisão terminativa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

ANÁLISE.

Por força do inciso I do art.102 do Regimento Interno do Senado Federal, é competência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte examinar proposições que tratem de normas gerais sobre educação e ensino, bem como instituições educativas e as diretrizes e bases da educação nacional. Dada essa disposição regimental, é pertinente a apreciação por esta Comissão do PLS nº 316, de 2011.

A ciência social do século XX possui conceitos que permitem maior entendimento da realidade social subjacente à proposição em comento. Assim, define como modernos aqueles valores e instituições que se apoiam sobre (e que promovem) a crença na igualdade entre os seres humanos, e como pós-modernos aqueles valores de instituições que se dedicam a promover o reconhecimento das diferenças culturais que venham a ser eclipsadas pelo processo de modernização.

Destarte, os processos de modernização e de pós-modernização não são antagônicos, nem mesmo indiferentes entre si: são processos complementares, visto que o pleno sentido do processo de pós-modernização depende do sucesso dos processos históricos anteriores de modernização.

Se a modernização iguala os direitos das pessoas, sendo isso desejável, ela também as homogeneíza, por vezes, cabendo aos processos de pós-modernização compensar – pelo reconhecimento de direitos identitários – tal homogeneização indesejável.

Nas duas últimas décadas, têm surgido no País, com intensidade cada vez maior, movimentos de demanda por reconhecimento de direitos e características identitários de pessoas e de grupos. Em outras palavras, ainda que nossa modernização deixe bastante a desejar, a sociedade brasileira experimenta uma série de processos de pós-modernização, entre eles os derivados da pertença a credos e comunidades religiosos.

O PLS nº 316, de 2011, em seu art. 2º, trata de inserir o direito ao reconhecimento da diferença iden-

titária, baseada na religião, nas normas que regulam a feitura de concursos públicos no Brasil, bem como nos processos seletivos para o acesso ao ensino superior. Ele pode gerar alguns problemas, contudo, ao procurar detalhar o modo como as instituições deverão respeitar a "diferença religiosa" dos cidadãos, impondo solução igual para todas, pois o ideal é informar a instituição acerca de seus deveres jurídicos pós-modernos e deixar a cargo dela a fixação dos termos em que serão respeitadas as diferenças identitárias. Até porque apenas a instituição demandada terá condições de compor a complexa teia de reconhecimento de direitos de todos os candidatos envolvidos, buscando no caso concreto conciliar as interdições possíveis: do sábado, do domingo, da noite, do dia, e assim por diante. Tentar acertar os termos dessa variedade a partir de um só comando pode prejudicar a efetividade da norma.

Assim, quer-nos parecer que o passo mais acertado é mesmo informar a instituição sobre o objetivo que ela deve alcançar – no caso, a garantia dos "direitos identitários" –, mas deixá-la livre para escolher os meios capazes de engendrar o respeito pela diferença identitária do candidato a cargo público ou a vaga em instituição de ensino superior ou técnico.

Ademais, os conteúdos da primeira parte do caput do art. 2º do PLS nº 316, de 2011, que busca pós-modernizar os direitos e deveres relativos à feitura de concursos ou processos seletivos para o provimento de cargos ou empregos públicos, ficariam mais adequados, em razão da boa técnica legislativa, sob a forma de acréscimo do seguinte parágrafo único ao art. 11 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 (Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Federais), visto que o assunto, em suas linhas gerais, já é tratado por ela:

Parágrafo único. Serão garantidos horários e circunstâncias alternativos para a realização de provas de concurso público ao candidato que assim o solicitar devido à interdição ou condicionamento decorrente da crença da comunidade religiosa de que, comprovadamente, seja membro.

No mesmo sentido, os conteúdos da segunda parte do caput do art. 2º do PLS nº 316, de 2011, receberiam melhor solução no ordenamento jurídico se adquirissem a forma do seguinte § 2º acrescido ao art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

§ 2º O processo seletivo referido no inciso II do caput deste artigo deverá oferecer horários e circunstâncias alternativos ao candidato que assim o solicitar devido à interdição ou condicionamento decorrente da crença da comunidade religiosa de que, comprovadamente, seja membro.

De modo idêntico, quer-nos parecer que a pós-modernização dos direitos dos estudantes teria solução tecnicamente mais adequada se feita por meio do acréscimo do art. 79-C à Lei de Diretrizes e Bases, com o seguinte teor:

Art. 79-C. É assegurado ao aluno devidamente matriculado em qualquer das instituições de ensino de que trata esta lei a oferta de horários e circunstâncias alternativos para aplicação de provas e realização de atividades curriculares, em respeito à crença da comunidade religiosa de que, comprovadamente, seja membro.

No tocante às alterações na legislação trabalhista projetadas pelo PLS nº 316, de 2011, afirmamos nossa concordância quanto aos valores que o PLS busca tutelar, mas se nos afigura devido manter apenas a proposta de alteração do art. 67 da Consolidação das Leis do Trabalho.

E ainda, nesse caso, aconselhamos suprimir a expressão "com exceção quanto aos elencos teatrais", que se refere muito de perto às questões trabalhistas vigentes à época da feitura da lei em questão. Afinal, hoje em dia, há muitas categorias profissionais que, por suas peculiaridades ou pelas circunstâncias vivenciadas, não desejam a proteção da lei engessando sua mobilidade profissional, tal como se deu com a classe teatral, que preferiu dispensar essa proteção quanto ao trabalho aos domingos.

Desse modo, a redação que sugerimos para o parágrafo único do art. 67 da CLT ficaria assim:

Parágrafo único. Nos serviços que exijam trabalho aos domingos ou em outro dia da semana sobre o qual haja impedimento ou condicionamento decorrente de crença, para os empregados que, comprovadamente, sejam membros da comunidade religiosa em questão, será estabelecida escala de revezamento mensalmente organizada e inserida em quadro sujeito à fiscalização.

Todas as demais alterações não nos parecem aconselháveis. A mudança proposta no art. 68 da CLT, por exemplo, fere o espírito do próprio PLS nº 316 ao subordinar a exceção prevista a uma autoridade não religiosa. assim, permitindo que a lógica econômica tenha ingerência sobre a normatividade religiosa a qual o sujeito adere.

Vale dizer que o referido art. 68, hoje em vigor, existe justamente para atenuar a lógica econômica que, tendencialmente, não conhece sábados, domingos nem feriados. Não faz sentido delegar competência a um não religioso (a "autoridade competente em matéria de trabalho") o poder de dispensar o fiel de suas obrigações religiosas.

E é esse o sentido geral da sugestão de retirada pura e simples das propostas de alteração dos arts.

68, 227, 249, 307, 319, 385, 386 da CLT. Em todos há o mesmo conteúdo: a postulação de uma autoridade não religiosa a chancelar a exceção da própria obrigação religiosa que se luta para fazer valer.

Ademais, todos esses artigos se referem ao trabalho aos domingos ou ao descanso semanal. As implicações de alterar profundamente, em nome da religião, regimes semanais de trabalho, dificilmente encontrariam consenso, seja entre os empregados interessados em sua própria empregabilidade, seja entre os patrões interessados em contratar mão de obra a custos razoáveis.

Logo, parece o mais razoável que a alteração pós-modernizante tenha natureza mínima, de modo a dar-lhe viabilidade.

Por fim, identificamos a necessidade de, nas alterações legais propostas, não abrir possibilidades para uso de má-fé dos direitos advindos de compromissos religiosos.

Destarte, é bastante interessante que se faça valer a circunstância de pertinência comprovada a uma comunidade religiosa como critério para o recebimento da proteção legal.

A forma adotada foi, conforme vimos, impedimento ou condicionamento decorrente da crença de comunidade religiosa de que, comprovadamente, seja membro.

VOTO

Em razão do caráter altamente meritório e oportuno do projeto, somos pela aprovação do PLS nº 316, de 2011, com as emendas que apresentamos e que estão acostadas a este relatório, Sr. Presidente.

É o parecer, salvo melhor juízo.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Diretamente de Nova York.

Em discussão o relatório do Senador. (Pausa.)

Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Eu gostaria de perguntar ao relator, até porque isso é transmitido e a população precisa saber, qual é a diferença específica entre o projeto inicial e o substitutivo, porque o projeto inicial faz com que o Estado termine sendo subordinado a crenças religiosas, o que vai contra o espírito do Estado secular.

Além disso, eu levantaria a seguinte hipótese: e as eleições, que sempre caem num domingo, passariam a ser feitas em dois momentos, no domingo para quem não é religioso e no dia se semana para quem é religioso?

Então, a minha pergunta é qual é a diferença no substitutivo, para que eu possa formular o meu voto.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sobre essa última hipótese, o projeto não contempla o fato de a eleição ocorrer sábado ou domingo. Nós estamos falando aqui de concursos públicos da CLT. Inclusive, nós sugerimos a extinção de alguns artigos da CLT, porque, no primeiro projeto, as datas são fixas e, nesse outro projeto, elas não são fixas.

Então, as duas alterações substanciais são essas: nós propusemos a postulação de autoridade não religiosa a chancelar a exceção da própria obrigação religiosa. Quer dizer, só a autoridade religiosa poderia dizer: "Em tal dia, assim, assim, o trabalhador não poderia comparecer ao trabalho".

No projeto anterior, o que acontecia? No projeto anterior, uma autoridade não religiosa, ligada especificamente à empresa, poderia determinar o dia em que o trabalhador poderia comparecer ou não.

Estamos respeitando a religião como um fator determinante para o comparecimento naquele dia, mas isso será compensado, naturalmente. Se o trabalhador não vai naquele dia, a empresa disporá outro dia em que ele possa comparecer para compensar a perda do trabalho no dia que foi determinado pela religião.

Então, não há perda para a empresa. Há, pelo contrário, um respeito à religiosidade, que é comum nos países democráticos.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Eu não me preocupo com as empresas, porque é fácil substituir. Eu me preocupo, por exemplo, com o vestibular e concursos que são feitos no Brasil, hoje, com centenas de milhares de postulantes, para não falar o Enem, que são 5 milhões.

Então, eu tenho impressão, Senador, que, além de subordinar o Estado aos valores religiosos, com que a gente tem que conviver sem subordinação, complicaria muito todo o processo gerencial do Estado brasileiro.

E eu lembro que mesmo as mais ortodoxas e fundamentalistas religiões têm suas exceções. Os parteiros trabalham independentemente de ser dia festivo ou não, porque os meninos não esperam para nascer que termine a festividade.

Então, há exceções para muitas atividades. Como há exceções para as atividades, as religiões podem ter exceções para aqueles que vão fazer um concurso num dia de festividade religiosa.

Por outro lado, nós, quando falamos em religião, pensamos em duas, três, mas podem ser dezenas de religiões diferentes com rituais diferentes, e todas elas poderão ter direito a apelar, até porque o Estado não pode reconhecer religião.

Religião tem que ser aquilo em que três pessoas se juntem e digam: "A minha religião é esta", e o Estado não tem nada a dizer, que aquela não é uma religião ou que aquela é uma religião que não merece ter dia festivo.

Eu tenho impressão que é um projeto muito difícil.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Senador, se me permite uma observação, a única garantia da liberdade religiosa numa República é o Estado laico.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – É isso. Muito bem dito. Muito bem colocado.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Senador Cristovam, se V. Exª tem alguma divergência ou dúvida, e eu considero legítimo que isso aconteça, V. Exª poderia usar o Regimento para pedir vista e, quem sabe, fazer um aperfeiçoamento dessa matéria.

Por exemplo, nós sabemos que os judeus, aos sábados, não trabalham, não praticam qualquer atividade, a não ser a religiosa; e, num caso como esse, a universidade poderia prever, se fosse requerido, que, por exemplo, um concurso marcado para o sábado, tivesse um segundo concurso no domingo, quando eles podem trabalhar ou exercer qualquer atividade. É isso que o Projeto está prevendo.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – E no Ramadã, que os muçulmanos não comem durante todo o dia, a gente deixaria de fazer os concursos, porque eles não estão nas atividades plenas físicas?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Pois é, todas essas dúvidas V. Exª poderá elucidar pedindo vista, que eu respeito, uma vez que se trata realmente de um Projeto de alta complexidade.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – E nós poderíamos também...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Agora, aqui o que se procura garantir é a identidade religiosa. Respeitar. Nós somos um país democrático, nós somos um país laico, mas nós respeitamos as religiões reconhecidas pelo Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Mas o Brasil não reconhece nenhuma.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Reconhecida por todos nós cidadãos.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Porque temos também o problema dos adoradores das segundas e terças-feiras. Como é que nós resolveríamos esse problema? Eu acho que o Estado laico é o segredo da liberdade religiosa.

O Senador pede vista?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Eu defendi contra, pensando em votar, se decidir, mas peço vista, que é uma boa sugestão, e estou disposto a dialogar...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Acho melhor. V. Exª que é um emérito educador, estudioso...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Vista coletiva, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Vista coletiva.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Que seja vista coletiva.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – E estou disposto a dialogar com todos os líderes religiosos que me procurarem, para ver se existem argumentos que justificam a defesa do direito à religião se chocar com o direito à secularidade do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Concedida vista coletiva para a Comissão.

Tenho, sobre a mesa, comunicado do Ministro Aloizio Mercadante, por meio do qual ele faz um convite aos membros da Comissão, que assim o desejarem, para comparecer, no dia de hoje, terça-feira, às 15 horas, na sala de atos, 9º andar do edifício-sede do Ministério da Educação, em Brasília, para a solenidade de posse do Professor Ivan Marques de Toledo Camargo, no cargo de Reitor da Universidade de Brasília.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem, a palavra à Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada, Presidente Roberto Requião.

Queria primeiro de agradecer os Senadores e V. Exª por ter votado requerimento de minha autoria e da Senadora Lídice sobre a questão do PNE. Sei a posição de V. Exª, até manifestada na CAE. Só queria – porque, na CAE, consegui aprovação – incluir, nessa relação dos expositores que vão participar, a consultora em educação, Prof. Marisa Abreu, Consultora da Confederação Nacional dos Municípios.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em discussão, a proposta requerida pela Senadora Ana Amélia. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Será acrescentada à relação.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) –Muito obrigada.

O SR. JOÃO COSTA (Bloco/PPL – TO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Sobre a mesa um requerimento do Senador João Costa.

O SR. JOÃO COSTA (Bloco/PPL – TO) – Exatamente. Preciso ir à outra Comissão de Orçamento. Pediria a V. Exª para fazer a inversão da pauta. É a de nº 15.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – O Requerimento do Senador é o seguinte:

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública nesta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com a finalidade de instruir o PLC nº 132, de 2011, que altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para dispor sobre a instalação de assentos especiais para pessoas obesas nos locais que menciona.

A relação de convidados será submetida à Comissão oportunamente.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

O SR. JOÃO COSTA (Bloco/PPL – TO) – Sr. Presidente, apenas uma ponderação quanto ao requerimento. É um projeto de lei para criar poltronas especiais para os obesos em aeronaves e também em ônibus.

É uma questão que merece um estudo especial e, por isso, pedi uma audiência pública em torno do tema.

Essa é a justificativa.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em votação.

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como estão e os contrários se manifestem. (*Pausa.*)

Aprovado.

Ela será submetida à nossa comissão de pauta. Temos uma comissão de pauta que viabiliza essas audiências.

Não temos quórum mais para votar os projetos terminativos nesta Comissão. Sendo assim, encerro esta reunião, chamando a atenção para o ciclo de audiências públicas "Educação e Federalismo", sexta audiência, amanhã, com a presença do Sr. João Batista Oliveira, Presidente do Instituto Alfa e Beto; Guiomar Namo de Mello, uma educadora; e Fernando Abrúcio, cientista político.

Esse ciclo deriva de um requerimento dos Senadores Cristovam Buarque, Cássio Cunha Lima e Mozarildo Cavalcanti e será presidido por S. Exª o nosso Vice-Presidente, Senador Paulo Bauer, que é o mais assíduo Senador da República às quartas-feiras.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Esta encerrada a reunião.

(Iniciada às 11 horas e 45 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 39 minutos.)

ATA DA 51ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE NOVEMBRO DE 2012.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e vinte e três minutos do dia vinte e um de novembro de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência Eventual do Senhor Senador Cristovam Buarque**, e com a presença dos Senhores Senadores Wellington Dias, Ângela Portela, Ana Rita, Lídice da Mata, Inácio Arruda, Ana Amélia, Waldemir Moka, Lindbergh Farias e João Costa, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Walter Pinheiro, Roberto Requião, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira, Romero Jucá, Ciro Nogueira, Cássio Cunha Lima, Paulo Bauer, Maria do Carmo Alves, José Agripino, Armando Monteiro, João Vicente Claudino, Magno Malta, João Ribeiro e Flexa Ribeiro, que justifica a ausência. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de **Audiência Pública (Sexta)** do "**Ciclo de Audiências Públicas: Educação e Federalismo**", atendendo ao Requerimento nº 73/2011-CE, de autoria dos Senhores Senadores Cristovam Buarque, Cássio Cunha Lima e Mozarildo Cavalcanti, destinado a debater o tema **"Educação Básica: Responsabilidade do Governo Federal?"**. Como expositores, comparecem à Audiência Pública o **Senhor João Batista Oliveira, Presidente do Instituto Alfa e Beto; a Senhora Guiomar Namo de Mello, Educadora e o Senhor Fernando Abrúcio, Cientista Político**. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos presentes. Usam da palavra o Senhor Senador Cristovam Buarque, um dos autores do Requerimento; os Senhores Senadores Inácio Arruda e Ana Amélia e o Senhor Professor Vamireh Chacon, da Universidade de Brasília. Após as considerações finais do Senhor Fernando Abrúcio, a Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às treze horas e dois minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Cristovam Buarque,** Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Bom dia a cada uma e a cada um presente.

Havendo número regimental, declaro aberta a 51ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião atende ao Requerimento nº 73, da Comissão de Educação, de 2011, de autoria dos Senadores Cássio Cunha Lima, Mozarildo Cavalcanti e eu próprio, para realização de audiências. Esta está sendo a 6ª Audiência Pública do Ciclo Educação e Federalismo, sendo destinadas essas audiências a discutir o tema Educação Básica: Responsabilidade do Governo Federal?

Dando início à audiência, solicito ao Secretário da Comissão, Júlio Linhares, que acompanhe os convidados a tomarem assento à Mesa.

Teremos a presença dos professores João Batista de Oliveira, que é Presidente do Instituto Alfa e Beto e uma figura das mais conhecidas e respeitadas no mundo da educação brasileira, com grandes contribuições dadas; a professora Guiomar Namo de Mello, também grande conhecida e atuante na educação; e o Fernando Luiz Abrucio, que é um cientista político e que está aqui colaborando para que possamos entender se deve, se não deve, como é que nós podemos trabalhar a idéia de a educação ser um assunto federal, e não apenas municipal. E não apenas do ponto de vista da preocupação e da avaliação, mas mesmo do ponto de vista do financiamento integral do sistema, ou seja, o que está em discussão é a conveniência, ou não, de se criar um sistema único de educação, como existe para o caso da saúde.

E eu lembro que, na última audiência, tivemos uma apresentação aqui que mostrou, com gráficos e com dados, que, do ponto de vista da melhoria da saúde dos pobres – em relação à saúde dos ricos –, o Brasil teve uma melhoria, ou seja, houve um deslocamento na qualidade da saúde que, até alguns anos atrás, tinha e que tem hoje a população pobre. Ainda é ruim, mas houve uma melhoria. E não houve essa melhoria do ponto de vista da educação, ou seja, no mesmo nível. O argumento, a justificativa que foi dada aqui é o papel do Sistema Único de Saúde produzindo este efeito.

Eu lembro que esta audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do Jornal do Senado, da Rádio Senado e do ILB. Informo ainda que esta audiência está sendo transmitida pelo *site* da TV Senado, no endereço www.senado.gov.br/tv, e que podem ser enviadas perguntas aos convidados por meio do Alô Senado, no telefone 0800-612211, por formulário disponível no *site* www.senado.gov.br/alosenado; ou pelas redes social na página do Alô Senado no Facebook ou pelo *twitter@*alosenado. Além disso, nos momentos em que não tivermos a transmissão ao vivo por causa de outras comissões, todas essas audiências estão sendo gravas e, depois, levadas ao ar pela TV Senado em horários diferentes. Portanto, esta é uma audiência que se destina não basicamente aos que aqui estão, mas ao Brasil inteiro. Esse é o tema – agradeço a presença do Senador Inácio Arruda –, esta é uma audiência que queremos que o Brasil inteiro faça.

A educação de base é uma responsabilidade municipal e estadual ou é uma responsabilidade federal? Essa é a pergunta.

E eu queria iniciar falando de um editorial hoje, na *Folha de S. Paulo*, cujo título é muito forte – "O preço da ignorância" –, em que o autor começa citando uma frase atribuída a Derek Bok, que foi reitor da Universidade de Harvard, que diz: "se você acha que educação é cara, experimente a ignorância.". Essa frase eu já vi com autoria de muitas pessoas, mas o editorial não tem por objetivo tratar do custo da ignorância sobre uma nação; tem por objetivo mostrar a falência da escola pública brasileira. E essa falência provocando um fenômeno que é a migração de alunos da rede pública para a rede privada. O que eu acho interessante, e ao mesmo tempo grave, é que essa migração não é mais das camadas de classe média e alta, porque essas já migraram há muito tempo – aliás, essas não migraram para a escola particular; essas nasceram na escola particular –; essa migração é de camadas mais baixas da classe média, e que migram para escolas cuja mensalidade é de, no máximo, R$500 por mês, ou seja, 147% foi o aumento de matrículas em instituições com mensalidades abaixo de R$500. Todos nós sabemos que R$ 500 por mês não é um valor que garanta uma educação de tanta qualidade, mas as famílias estão fazendo isso.

Eu pedi para se fazer um estudo – eu não o tenho ainda – sobre qual é a renda que deveria ter uma família para poder pagar, para duas crianças, R$500 cada uma, acrescentando aí que já não vai ter mais livro didático grátis, que não vai ter merenda grátis. Então, eu imagino que são R$5 mil para ter duas crianças e tirar 20% para a educação. E aí eu estou pedindo um estudo para ver quantas famílias têm condições disso no Brasil – são poucas, pouquíssimas, mesmo com mais de um trabalhando na mesma família –; poucas famílias têm mais de R$5 mil por mês de renda, pouquíssimas, e eu vou dar o número mais adiante.

Isso quer dizer que esta não é a saída para o Brasil, essa não é a saída, porque a população não pode pagar isso. Haveria uma saída nessa linha – casando, como se usa em alguns estados americanos,

como se usa no Chile – de o governo dar o chamado *voucher,* por exemplo, no valor de R$500 para que cada família pague com esse *voucher* a mensalidade dos seus filhos. E aí dá para todo mundo, mas isso, além do custo, gera grandes discussões do ponto de vista pedagógico sobre se é a saída para um país inteiro.

O fato é que isso mostra – o que está citado no artigo – que a educação pública brasileira faliu, está escrito no editorial. Eu só faço uma ressalva: faliu nas escolas municipais e estaduais. As 400 escolas federais públicas estão bem – não estão ótimas, estão bem! O Colégio Pedro II, os institutos de aplicação, as escolas técnicas, os colégios militares, eles concorrem em nível de igualdade com as boas universidades particulares. Na média, inclusive – quando se incluem as boas particulares e as não boas –, na média as escolas federais tiraram um Ideb superior ao das particulares.

Então não é uma questão do estatuto de público; é uma questão do estatuto de gestão de financiamento, de carreira do professor, de qualidade dos equipamentos. Não é a gestão pública que faliu, é o abandono da instância que cuida do público, com a pobreza dos Estados, com a pobreza dos Municípios e até com as diferentes vontades dos dirigentes de Estados e Municípios. Isso – esse artigo, que não foi encomendado – é muito oportuno para a nossa audiência de hoje: se é, ou não, uma alternativa a federalização da educação, ou, dito de outra maneira, a criação de um sistema único de educação – porque federalização é uma palavra que incomoda muito e eu reconheço que não é uma palavra muito feliz, a gente vem usando já há alguns anos, mas não é feliz.

Bem, dito isso, vou passar a palavra, na ordem em que eu chamei, iniciando pelo professor João Batista de Oliveira, a quem eu agradeço muito por ter encontrado tempo de estar conosco. Depois passarei para a querida amiga, Guiomar, por quem eu tenho grande respeito, e para o professor Fernando, para que dê a sua visão de cientista político.

Lembro que aqui nós temos 15 minutos, 20 minutos, mas não se preocupem: temos tempo e, se for preciso adiar isso, a gente adia; não vamos ficar aqui amarrados ao tempo num assunto de tal importância.

O SR. JOÃO BATISTA DE OLIVEIRA – Senador Cristovam, Srs. Senadores e demais participantes desta Mesa, federalizar ou não federalizar, eis a questão que nos coloca o Senador. Eu li as minutas dos encontros que nos precederam e que têm como pano de fundo as propostas do Senador Buarque. Li nelas algumas ponderações muito importantes e enriquecedoras para este debate, de modo particular a do Márcio Haddad falando da importância de se pensar na diversificação que cabe num país tão diverso; a do Daniel Tojeira, que lembra que a União arrecada 56% dos Municípios, mas só repassa 20% no caso da educação – então é um *big brother* com o qual a gente tem que ter cuidado –; e a do Binho Marques, que pondera que nem tudo é dinheiro, que cabe estudar as questões bem antes de colocar ideias em prática – com a experiência que ele teve de um governo local –, a importância da busca de modelos diferenciados dentro da Federação, modelos intermunicipais, como, por exemplo, ocorre no Sistema Único de Saúde. No último encontro, a Mariza Abreu, com a experiência de gestora, deu várias indicações de funções e de disfuncionalidades desses modelos. A última e importante contribuição foi da Profª Marta Anete, que mostrou a questão da equidade – que já havia sido levantada aqui pelo Fernando Rezende. Então, acho que temos aqui predecessores que cobram caro de nós continuar nesse nível alto de debate.

Esse quadro que há aí mostra a questão da equidade, e eu queria começar por ela. Como que, efetivamente, os sistemas educacionais – o que é previsto pelos economistas, pelos sociólogos – reproduzem o nível socioeconômico do aluno. O que esse quadro mostra? – e eu passo para o Senador o original: quanto mais distante está a bolinha da linha de regressão, significa que o Estado está acima ou abaixo do desempenho das crianças do que seria esperado. Ou seja, quanto mais colado na linha, como é o caso da maioria dos Estados, menos a política pública está fazendo diferença. E, na prática, nós só temos aqui apenas duas grandes exceções: Minas Gerais, cujo desempenho médio está bastante acima do que seria esperado com base no desempenho dos alunos, o que mostra que alguma coisa está ocorrendo naquele Estado; e o Amapá, que, ao contrário, dá muito menos na educação do que seria de se esperar pelo alto nível socioeconômico da sua população. O restante está muito próximo dessa linha de egressão para mostrar qualquer feito. Então, confirma exatamente os dados da Prova Brasil de que a educação não tem contribuído para a melhoria. É a melhoria do desenvolvimento econômico que tem que contribuir para a educação, e não vice-versa; mas isso não está aí gerando equidade.

O Senador – e aqui nós começamos a tratar dos assuntos – fala e cita as escolas federais como modelo, etc. Agora nós temos que questionar essas coisas. Será que elas são um bom uso do nosso dinheiro? Será que colocar alunos na escola técnica federal, pelo custo que ela tem, para depois ele ir para a universidade, é mais negócio do que colocar em uma escola do tipo Senai, que é mais barata e em que 90% vão para o mercado de trabalho? Acho que essas questões precisam ser colocadas. Será que as escolas técnicas federais são escolas que acolhem a população ou acabam se eli-

tizando? Quando se analisa, por exemplo, o Colégio Pedro II, percebe-se que não há Pedro III; por que não temos Pedro III? Porque é um modelo que não dá para reproduzir em massa. Quando você olha a composição dos alunos do Colégio Pedro II no primeiro ano do ensino fundamental, ela parece bastante com a população do Rio de Janeiro. Ela é por sorteio, tem certo viés de autosseleção, mas parece bastante. Quando você olha a composição socioeconômica dos alunos do terceiro ano do Colégio Pedro II, é igual à do Santo Inácio, à do São Bento e à do Santo Agostinho, quer dizer, ele tem mecanismos internos de depuração como têm as escolas militares. Agora quando você pega escolas públicas de vários lugares, estaduais ou municipais, que são de meio horário, que têm um custo 20 vezes menor e que dão resultados parecidos, então não é a questão de ser federal ou não que determina a qualidade. Eu acho que a questão que o Senador coloca é importante, mas os dados não concorrem necessariamente para confirmar as conclusões.

A outra questão – quando se coloca federalismo; uniformizar ou ter coisas iguais – é: será que existe modelo para gerenciar 200 mil unidades de qualquer coisa, porque são 200 mil escolas no Brasil. Quer dizer, a questão tem que perguntar. E aqui nós nos deparamos com um paradoxo fundamental. Em todo lugar do mundo, nós sabemos – e aqui está a professora Guiomar que sabe muito mais do que nós todos juntos sobre isso – a escola boa é aquela escola que tem autonomia; essa é que é a definição da escola boa. Agora, nós temos que entender, quando estamos falando aqui de relações de poder de centro e periferia, o que é e o que proporciona autonomia. Então eu queria dividir – e vou ficar dentro do tempo aqui razoável –, a minha apresentação em três partes: brevemente falar de alguns conceitos que me parecem relevantes para essa discussão; falar de uma questão federativa específica, que é o regime de colaboração; e falar de financiamento. E como estou aqui na casa do Senado, de legisladores, vou deixar aqui algumas provocações que podem ser convertidas em projetos de lei.

A primeira delas é cumprir a lei atual. Então, apresento alguns conceitos, e depois o Abrucio corrige a tecnicalidade.

A questão do federalismo evoca necessariamente três questões que dão assunto para qualquer romance: poder, controle e dinheiro; federalismo tem a ver com isso. Só que essas questões federalistas centrais não são só de países federados, elas são também de países de qualquer outro sistema – sistemas unitários, sistemas de realeza. Hoje, por exemplo, com o fenômeno da globalização, o que é que une a Catalunha à Espanha? É o alto grau da dívida da Catalunha. Então você não pode discutir essas questões no Estado unitário ou no Estado federativo sem esquecer que os conceitos centrais têm a ver com concentração de poder, dinheiro e, consequentemente, com o controle que vem quando você detém uma ou as duas dessas coisas.

Outro conceito importante é que autonomia e descentralização não são sinônimos; quer dizer, centralização não garante autonomia; descentralização não garante autonomia. Essas são variáveis que tecnicamente chamamos de ortogonal. O exemplo mais clássico que nós temos em educação – e eu me lembro de que a Guiomar estava na Inglaterra e presenciou essa mudança fisicamente – foi quando a Margaret Thatcher centralizou as escolas que tinham administrações regionais – algo que possivelmente o Senador gostaria de ver acontecendo –, mas o fez de uma forma voluntária. E o que ela fez? Quem quiser sair da tutela do local, porque não está funcionando, está aí pelo poder local corrupto, venha para o meu sistema. Só que o sistema – entre aspas –"centralizado" dela dava muito mais autonomia à escola do que as LEAs – Local Education Authority descentralizadas. Não estou dizendo que é bom ou ruim, estou só dizendo que esses conceitos são diferentes: centralização e autonomia, uma coisa não garante a outra. E, obviamente, o diabo está no detalhe, e o detalhe se chama dinheiro. Onde está o controle do dinheiro, daí vêm os outros controles. Então, quando a gente pensa em governança, em federalismo ou em centralização, os regimes, qualquer que seja a história do país, estarão sempre filtrados por essas assimetrias que vêm do poder, da história, da cultura, das instituições, das ideias, e não há lei que resista a uma ideia ruim. Se esta ideia permanece, vai ser muito difícil.

Uma questão terceira que é importantíssima e que o Senador já levantou indiretamente na sua fala é de terminologia. No Brasil nós temos o País, e quando a gente pensa no País a gente pensa nacional; mas quando fala em federação, a gente pensa em Estado, Município e federal, só que o federal, em vez de ser um ator que coordena os outros, ele passou a ser um jogador. Só que um jogador que é o juiz, é o bandeirinha, é o dono da bola. Então, ele acaba entrando em competição com os demais e quase sempre, com a sutileza da pata do elefante, acaba esmagando tudo o que vem por baixo dele.

E nós temos exemplo de vida fora da Federação. Acho que o exemplo mais clássico na história mundial é um pequeno e admirável país chamado Suíça e que tem um conjunto de cantões, 26 cantões, e meios, que há 700 anos aprenderam a conviver com as suas diferenças. E é um país que tem várias coisas interessantes e não tem um Ministério da Educação, mas,

apesar disso, em função do Pisa, está alinhando os currículos dos vários cantões, porque viu que tem uma resposta importante que o País como nação tem que dar, independentemente de ser ou não federado, de ser ou não cantonado.

Outro exemplo que me parece interessante é o caso dos países anglo-saxões, especialmente Inglaterra e Estados Unidos, em que não há quase lei federal de nada, muito menos em educação. Por exemplo, nos Estados Unidos, a semana em que todas as universidades privadas – porque não há federais lá – dão a informação de que o aluno foi aceito ou não é a mesma em todo lugar. Quer dizer, você tem outros mecanismos de sincronia social, que têm a ver com as culturas, que não necessariamente precisam de lei, regra, instrução, portaria, etc. Quer dizer, há várias formas de se fazer as coisas.

Nós temos, por outro lado, o nosso País, que quer resolver tudo pela lei, em que ele é capaz de obrigar as universidades federais a terem cotas, mas não é capaz de articular os reitores para haver um vestibular decente. Então, são questões que não se resolvem por lei, mas se não houver inteligência, dedicação, liderança, não há modelo formal que vá resolver.

E eu queria concluir esta parte conceitual listando – porque não dá tempo para aprofundar, mas, para o debate, depois, se quiserem – algumas distorções acumuladas do nosso sistema centralizador, que é parte da nossa origem, da nossa tradição e que aumenta cada vez mais.

Sei aqui que vou falar de várias coisas que não são consenso. A ideia de um piso nacional, que é feito de maneira abrupta, esculhamba todas as carreiras que há e não leva em conta as realidades pode até ser intenção boa, mas é feito de maneira atabalhoada, com consequências gigantescas. E já se sabe que é inconstitucional. Isso é complicado.

O Fundef, que foi criado com uma intenção de privilegiar, de chamar a atenção para a questão do ensino fundamental, vira Fundeb, cria uma geleia geral e a coisa não anda.

Legislação específica: será que tem de haver uma legislação nacional que diz o número de alunos que pode ter um professor, ignorando mudanças tecnológicas, avanços de composição, idade de alunos? Então, dizem assim: quando se dá o martelo para a criança, ela vai achar mil coisas para martelar. Na Câmara, vai achar mil assuntos para legislar. Mas será que isso é assunto para legislar? Será que isso não cria muito mais distorções do que resolve?

Há a questão de matérias obrigatórias: são 13 no ensino médio reguladas por lei. Isso não pode evoluir uma nação, um país, porque tudo é amarrado nesse nível.

Políticas, como essa questão do Enem. Cria-se o Enem, que é para o ensino médio, e há 6,2 milhões de pessoas que fazem o Enem, das quais só 2,2 mil estão no ensino médio. O que é esse exame, para quem é e o que é isso?

Há um modelo nacional de creche com a pilastra de concreto armado, porque pode ter uma escola que é na beira do rio. Aí encarece o custo para não sei quanto.

Essas ideias centrais articuladas aqui, neste maravilhoso planalto, nem sempre batem com a realidade, quase sempre elas batem na realidade.

Veja esse plano agora do MEC, do Pnae, um negócio corrido, atabalhoado, que não define a questão central, o que é alfabetizar uma criança. Não define, mas fala um punhado de coisas, atrasa. Vai dizer que é aos 8 anos, e os professores já entendem que não precisa alfabetizar no 1º ano.

Uma ideia ruim central causa muito mais danos do que um bando de pequenas ideias mais descentralizadas, porque pelo menos gera uma competição.

A expansão atabalhoada que tivemos no ensino fundamental de 9 anos, ao invés de fortalecer o ensino médio com 4, ou a pré-escola. E se fez correndo e não se viu que a escola só tinha quatro salas e tinha que criar a quinta sala.

Centralizar as coisas sem ter ideia da realidade deste País tem causado danos incríveis à educação nacional.

Depois, temos as questões das transferências, sobretudo essas transferências de que se gosta muito em Brasília: essa para comprar livro de 50 páginas, essa para livro de 80, essa para lápis vermelho e essa para lápis azul. O custo disso é muito caro, e a cada dia o Governo Federal cria um programa novo para disso. Um ônibus escolar no Brasil, que o MEC dá, é o maior presente de grego que o Município pode receber, custa R$240 mil no Brasil e, US$40 mil no mundo desenvolvido.

Erros federais multiplicados têm custos muito grandes. Por que um Governo Federal tem que criar uma comissão, que vai definir quais livros vão ser comprados para as bibliotecas de 120 mil escolas neste País? Nós perdemos, eu acho, a noção do que é um país, do que é uma nação, do que é uma escola.

Há o Governo Federal – eu não terminei a lista ainda não, estou na metade – que põe o dinheiro direto nas escolas, ignora a Secretaria Municipal, ignora a Secretaria Estadual. É chamada casa da mãe joana, em que quem tem pode tudo e quem não tem fica calado e cumpre. A um diretor de escola que gasta mais tempo prestando a conta da merenda escolar, que é

0,3% do custo total da escola, e que, impunemente, reprova 40 alunos nada acontece.

O PAR: o Município tem que encher papel, encher papel, encher papel, a prioridade é essa, mas o dinheiro só sai se o Deputado for lá. Isso é federação? Isso é federalismo? Depois, há o corporativismo que se montou em função da centralização do poder e que se reflete na forma nossa de legislar etc. Enquanto esse ativismo do Governo Federal vai correndo, de maneira desabrida, não temos um programa de ensino. Isso, sim, era importante ter. Não temos critérios, e aqui acho que o Senador vai concordar comigo, para dizer quem pode ser um diretor da escola ou quem pode ser um professor. Não digo que o Ministério deve selecionar, mas dizer critérios, o que ele tem que saber, o que precisa saber.

Não temos instituições sólidas. Temos um pouquinho do Inep, temos um pouquinho do FNDE é só. Educação se faz com instituições sólidas, e não há as temos. Queremos criar padrões via ações e não via cultura, via instituições.

Então, esse é o mar, é a realidade dentro da qual nós nos movimentamos e onde a questão federalista, a questão federal não pode ser vista sem uma análise do que ela tem causado ao Brasil, pelos vesgos da centralização.

Queria tocar em dois pontos: um, o regime de colaboração, e o outro, financiamento. Regime de colaboração: a Constituição Federal prevê que vai ter um regime de colaboração. É razoavelmente ambígua, mas a LDB se diz: ensino fundamental é do Município.

Se é do Município, minha gente, vamos fazer cumprir a lei. As vantagens são enormes. A Prova Brasil mostra que não há diferença de desempenho entre escolas municipais e estaduais. No agregado do Brasil, as diferenças são mínimas. Então, não há questão de qualidade, se é melhor ou pior. Se considerarmos a realidade municipal da cidade do Rio de Janeiro – poderia ser qualquer outra – há uma escola federal, escolas estaduais e escolas municipais. O desperdício disso, o custo dessas ineficiências, de alocação de rede, planejamento de rede, tamanho de escola, alocação de pessoas é um custo brutal, essa superposição de cada um faz e deixa de fazer. Outro exemplo é o regime de colaboração. Ao Município compete...Aí chega o MEC e vai direto para a escola, que eu já mencionei.

Onde é que está a Constituição? Ela foi jogada fora? Fecharam os olhos para ela?

Há a superposição de rede, e o Estado diz que não vai mais oferecer matrícula aqui e que o Município que se vire. Não há essa articulação.

Então, o que eu acho que esta Casa, tanto a Câmara quanto o Senado, pensando na questão federativa e pensando na legislação que existe, poderia avançar. Primeiro, cumpra-se a lei. Se há a lei que fala que é isso, vamos fazer, municipalizar o ensino fundamental. Já estamos com mais da metade dele, mas precisa ser feito; é preciso um prazo para isso, precisa ser feito e acabar. Óbvio que isso vai permitir uma responsabilização do prefeito do Município e isso precisa ser calçado por outras medidas de âmbito nacional – eu não nem diria nem federal – fundamentais.

E aqui tenho total concordância com as teses centrais do Senador Cristovam. Estadualizar ensino médio, mas aqui eu iria mais além, inclusive o ensino técnico, que hoje é federal – não há nenhuma razão para Governo Federal aparelhar a escola técnica – e incluir o Sistema S, que usa recursos públicos, como um ator fundamental e central na provisão de ensino técnico médio. Isso sim. Aí, teremos na equação mais R$10 bilhões, que estão ali e que poderiam ser canalizados para isso.

E, como toda prudência recomenda, limitar com muita clareza a ação direta do Governo Federal. O que o Governo Federal pode fazer e deve fazer: currículo, avaliação, professores, estímulos, regulação sem corporativismo, mas não deixar o Governo entrar no detalhe que entra hoje de mandar o dinheiro, dizer qual é o livro, de fazer isso e fazer aquilo, porque isso atrapalha o sistema. Isso eu acho que seria uma contribuição excepcional.

Financiamento, o que eu acho que esta Casa poderia pensar, e decorre da primeira. Se tivéssemos – e aqui eu vou fazer propostas menos ortodoxas – um sistema realmente organizado, o Município e o Estado com a sua função, nós poderíamos pensar em duas coisas, Senador. Uma é a seguinte – agora vou falar devagar: nós já temos todo mundo na escola, praticamente. Temos mais gente na escola do que devia ter – é verdade pura – por questões de reprovação. Então, hoje não tem como prefeito ou governador reverter, fechar escola, não vai mandar professor embora. Em tese – estou falando em tese, não estou recomendando, mas é uma tese importante –, nós já podemos até pensar em acabar com o Fundeb, porque o custo fixo, a obrigação já está tão impregnada lá que não vai acontecer a desgraça maior, e pode dar muita flexibilidade. Essa é uma.

A proposta b, menos radical: se realmente tem-se a municipalização, o passo seguinte do Fundeb seria usar o critério corte pelo número de crianças de 4 a 14 anos, para dar o dinheiro para o prefeito, e de 15 a 17 para dar para o governador fazer o de ensino médio. O que se conseguiria com isso? Acabar com todas essas complexidades burocráticas do Fundeb, que são 1,2% para a criança da creche – se ela é ver-

de, você paga 1,3%; se ela é amarela, paga-se isso, não sei quê. Aquela confusão toda que cria enormes ineficiências e distorções. – e seria um estímulo brutal para acabar com a defasagem de série, porque se há dinheiro para aquelas crianças, o dinheiro vai ser para aquelas crianças e não se pode fazer o que se faz hoje, que é essa transferência intergeracional de recursos para pagar dívida social com o dinheiro do futuro.

Quer dizer, imagine o alcance que uma lei dessa, Senador, poderia ter para mudar e acelerar os rumos e realmente criar estímulos para as crianças de hoje, de 4 a 16 anos, terem direito ao dinheiro que é delas e que hoje é usado para muitas outras coisas. Essa é uma ideia, mas ela dependeria, para ser mais prática, de avançar para se fazer cumprir a lei, fazer a municipalização do ensino fundamental.

A segunda proposta na linha de financiamento é V. Exªs pensarem na primeira infância. Hoje, decretou-se no Brasil que a única solução para a primeira infância é creche e, pelas corporações, tem que ser uma creche pública. Discrimina inclusive a creche comunitária, porque ganha menos dinheiro. Quer dizer, não tem nenhuma alternativa. O programa PIM, do Deputado Osmar Terra, não tem dinheiro. Se o Prefeito quiser botar modelos alternativos para a mãe ajudar as crianças, ajudar as outras não pode. Então criar mecanismos, como todo País desenvolvido tem, de alternativas para ajudar as famílias a cuidar dos filhos e que não seja uma camisa de força, modelo único, com o prédio único, que tem que ser a planta determinada por Brasília, não é?, pelo Governo Federal. Modelos alternativos para o financiamento da primeira infância: Isso sim é federalismo. Isso sim é ter um Governo Federal como impulsionador de um grande programa nacional.

O terceiro. Ao invés de estimular a uniformidade, todos os livros iguais, tudo isso igual, estimular a diferenciação. Para se resolver aquela questão ali, sugiro, então, a criação de um grande plano Marshall para estimular os Estados a concorrerem e competirem com recursos e projetos interessantes, diferentes e coloridos para promover a melhoria da qualidade e da eficiência, na forma mais eficiente para os seus Estados. E comparar, avaliar e premiar.

O quarto, é reduzir o balcão, Acabar com procissão de Prefeito em Brasília. Ou há a regra, pela qual o grosso de recurso deve ir via Fundeb, deve ir por critérios objetivos, e o resto por competição; e não por favor, não por troca de favores, por troca de votos, como é o PAR. Não mudou nada. Há apenas um formato maior do PAR, mas o balcão continua, como foi desde o tempo das capitanias hereditárias.

Então tem aí uma série de propostas de legislação.

Concluindo, você sempre haverá essa tensão entre centro e periferia, não é? O centro sempre querendo mais, mas a função dele não é essa, a função do centro é corrigir equidade. Política pública é para corrigir equidade e nesse ponto nós temos 100% de acordo. E apresentei três propostas, de municipalizar, como manda a lei; de mudar o Fundeb, para ele agilizar e tornar mais eficientes os recursos; e sugeri aqui algumas novas formas de o centro estimular a qualidade e criar padrões ao invés de criar camisa de força.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Agradeço bastante ao João Batista,. Juntei quase três páginas de comentários, mas vou deixar para o final, depois de todos falarem.

E passo a palavra para a Professora Guiomar, a quem agradeço bastante ter conseguido encontrar tempo para vir até aqui.

A SRª GUIOMAR NAMO DE MELLO – É sempre uma satisfação estar aqui no Senado, Srs. Senadores e demais pessoas presentes.

Agradecendo então por esta oportunidade de falar a respeito de federalismo nesta Casa, na minha exposição eu gostaria de ter algumas referências que são iniciais e que eu acho importantes, porque elas formam o pano de fundo das minhas colocações.

A primeira questão é que o fato de existir, de o Brasil ser um sistema federativo, não é necessariamente um fator de má qualidade. Quer dizer, a má qualidade é determinada por muitos fatores diferentes e talvez o sistema federal seja um deles, mas talvez nem o mais importante.

E, para dizer isso, eu gostaria de lembrar algumas coisas que são do âmbito da União, há muitos anos, e que ainda estão para ser resolvidas.

Então a minha pergunta é: vale a pena federalizar, se o que nós temos na mão da União não funciona?

Exemplo: Formação de Professores. Nós sabemos que o professor é a variável mais importante entre aquelas que podem ser controladas pelas políticas públicas.

Costumamos dizer que a família a gente não muda; a escolaridade do pai e da mãe tem um enorme impacto no desempenho da criança, mas como a gente já parte do princípio que família a gente não muda, a gente deixa isso de lado. Mas, deixando isso de lado, o que nos resta é professor. O professor responde pela maior parte do desempenho do aluno. Dados, investigações mostram que a diferença entre professores de uma mesma escola é maior do que a diferença entre professores de uma escola pobre e uma escola rica. Há uma grande variância que pertence à pessoa do professor, ao perfil de competências, às suas atitu-

des, aos seus valores, à maneira como ele gerencia a sala de aula.

Isso é atribuição da União. Noventa por cento dos professores do Brasil são formados não nas universidades federais; são formados nas universidades particulares, cuja autorização, credenciamento e reconhecimento é da União. E o que a União tem feito até hoje, em termos de formação de professores? Repetido um mesmo modelo sobre o qual a gente já vem falando há muito tempo que não funciona. Não funciona separar professor de primeira a quarta de professor de disciplina, como se fossem dois animais totalmente distintos dentro do zoológico. Não funciona! Nós sabemos que não funciona formar um professor só com Filosofia, Sociologia e Psicologia, que ele tem que saber Matemática, História, Geografia, e Língua Portuguesa, porque não há Filosofia que dê conta da ignorância matemática, por exemplo, e o nosso professor não sabe. O nosso professor chega ao ensino superior com o ensino médio que nós temos, que nós sabemos que é ruim. Nós poderíamos dizer: Ele chega ao ensino superior com as palavras de Cristo, com a benção de Nosso Senhor, e, lá no ensino superior, ele vai estudar Pedagogia.

Eu sou Pedagoga, viu? Gostaria de deixar isso bem claro. Mas, como Pedagoga, eu reconheço que Educação é uma assunto muito mais complexo do que simplesmente estudar a História da Educação e a Filosofia da Educação. Imagine se a gente formasse os nossos Médicos estudando da História da Medicina e Filosofia da Medicina? Quem teria coragem de fazer uma cirurgia com um médico desse, que conhece bem o sistema, o funcionamento do sistema de saúde e não conhece, não sabe a diferença entre tecido adiposo e outro qualquer, não é?

Então nós estamos nesse ponto em termos de formação de professores. Todo mundo tem falado, os educadores, as pessoas que trabalham na área insistem nisso. Eu nunca vi, em 40 anos, uma mudança de fato da formação de professores, um novo modelo que resolva de fato inovar. O que acontece? A escola particular tenta cobrar o mínimo possível para poder dar lucro, e a formação de professor é muito ruim, pois ele trabalha de dia e estuda de noite. Quando é que nós vamos formar professor estudando em tempo integral?

Aliás, era muito mais importante, numa primeira etapa, a gente ter professor em tempo integral do que ter criança, porque quando ele entra no curso de formação de professor ele tem que recuperar o que ele não aprendeu na educação básica e tem que aprender a ser professor. Quer dizer, é uma tarefa enorme, que está na mão dos particulares, e nós não temos nenhum mecanismo nem para estimular, nem para a competitividade entre os particulares. Nada, nada, nada!. Nós deixamos nas mãos deles, e nós fazemos, cartorialmente, o reconhecimento, a autorização etc. Então isso é uma coisa da União, não é?

Seria muito importante que, ao assumir, por exemplo, uma federalização, a União cumprisse antes aquilo que já é dela e que ela não vem fazendo.

Outra coisa que a gente poderia fazer e que melhoraria muito as situação, por exemplo, é que nós sabemos – e isso foi dito aqui pelo Binho, o Secretário de Articulação com os Sistemas de Ensino – que a estruturação do trabalho de sala de aula é uma coisa importantíssima, só que nós não sabemos o que é isso.

Nós mal sabemos. Temos alguns resultados de Ideb que mostram que Municípios que estão adotando sistemas de ensino estruturados vão melhor que os Municípios que não estão adotando sistemas de ensino estruturado. Nós ignoramos isso e continuamos falando que vamos usar os métodos construtivistas, cognitivistas ou o que seja.

Nós não colocamos isso em questão. Acho que essa é uma tese cara para o João Batista. Eu até achava que ele ia falar, mas ficou para mim esse papel antipático de dizer que, mesmo no programa de alfabetização, na idade certa, diz-se que se vai utilizar o letramento. Ninguém sabe como funciona o letramento nem o que é. Qual é a diferença entre letramento e alfabetização? Eu, com os meus anos de Pedagogia, nos meus 40 anos de professora, não sei. O Senhor sabe, Senador? Pois é. Vejam só, é uma coisa elementar.

Posto isso, acho que cumpre mostrar as disfuncionalidades do nosso regime federativo. Acho que o primeiro grande problema do nosso regime federativo é que ele é um regime de 3 esferas de Governo. Quase todos os sistemas federativos do mundo são sistemas de duas esferas de Governo. Por exemplo, se nos Estados Unidos, além do Governo e do Estado, se cada distrito escolar tivesse autonomia para estabelecer as suas metas e os seus recursos, imaginem o que seria a educação nos Estados Unidos, e nós fazemos isso aqui. Nós temos um sistema de União, 27 Estados e 5 mil Municípios. Então, não acho que esse caminho tenha volta, mas acho que temos de pensar nele como ponto de partida. É uma receita de caos, é um sistema que é disfuncional já no seu nascedouro, na sua gênese.

A nossa tradição é de União centralizadora e forte, a nossa tradição não é de Estados e Municípios fortes. Nós temos centralização de impostos, sobre o que, acho, foram apresentados dados muito interessantes nas audiências anteriores, não quero repetir. Quer dizer, a União centraliza esforços e recursos, a União centraliza decisões e os Municípios e Estados executam. Já se falou aqui também, nessa própria roda

de audiências, que o Município deveria administrar o transporte escolar e cuidar da manutenção dos prédios. Para isso, eu contrato um empreiteiro. Acho que é mais barato do que o salário do prefeito ter um empreiteiro para olhar as obras e um cara de logística para cuidar do transporte escolar. Sinto muito que o meu mestre Demerval Saviani tenha dito isso. Fiquei horrorizada, honestamente, com essa afirmação.

Acho que o Município tem de ter um papel protagônico, seja federal, seja com federalização ou não. A partição dos recursos federais é desfavorável à Educação Básica. Por quê? Porque a União é mais forte, concentra mais recursos, e tem o ensino superior. Então, naturalmente, quando essa partição acontece, vai mais para o ensino superior, proporcionalmente, do que vai para o ensino fundamental e isso dá no que dá: a média do custo/aluno no ensino superior, na OCDE, é de US$14 mil e a nossa é de R$12 mil. Não está tão longe, só que a média de custo/aluno do ensino fundamental nesses países é de US$6 mil a US$8 mil e a nossa é de R$2,5 mil. O nosso custo por aluno não é em dólar.

A centralização da decisão gera uma gestão péssima, porque quem só fica com o pires na mão depois se vinga, não na gestão, mas na indigestão. Isso é natural do ser humano. Se deixo um prefeito à míngua e se eu lhe atribuo o papel de cuidar do transporte e da manutenção dos prédios, de alvenaria ou não, ele vai buscar outros caminhos para fazer disso uma gestão impossível. Então, quando pensamos em federalizar, no debate sobre a federalização, temos de levar em conta isso. Temos um prefeito que foi eleito, que se julga, no seu Município, o dono do pedaço, o que é natural, ele foi eleito. Então, qual é o protagonismo que ele tem de ter?

Vejam que interessante! No Brasil, diferentemente dos Estados Unidos, as grandes decisões federais não são tomadas nem com governadores nem com prefeitos, são tomadas com secretários de educação. De modo geral, não há um estudo sobre isso, mas a minha experiência me cochicha no ouvido que é o secretário mais fraco ou um dos mais fracos no rol do secretariado, seja ele estadual, seja ele municipal. A tradição do Brasil é ter secretários de educação frágeis.

Nos Estados Unidos, para fazer o currículo nacional, que são os *National Standards,* quem desencadeia o processo foi o Colégio de Governadores, que tem um papel de protagonismo num Federalismo onde, obviamente, não há essa encrenca que armamos no Brasil de ter 5 mil Municípios autônomo. Esse é um caminho sem volta. Se alguém falar que vai rever isso me conte onde é, porque vou para outro lugar; a bomba vai estourar aqui. Então, esse é um problema.

O outro problema sério, a outra disfuncionalidade séria desse sistema, é o enfraquecimento do Estado, do Governo do Estado. Pelo Governo do Estado passam os recursos para os Municípios. Os programas municipais passam dando rasteira nas secretarias estaduais. Logo, as secretarias estaduais se desresponsabilizam, dizem que não nada têm a ver com isso, que isso é coisa do Governo Federal. Essa é uma atitude muito ruim.

No meu Estado, São Paulo, tem um trabalho muito pobre na área da municipalização. Você chama as pessoas da área de municipalização para conversar e você percebe, até pelo tipo de formação, pelo grau de desenvoltura dessas pessoas, que a municipalização no Estado de São Paulo está na mão dos piores. É uma coisa triste! Se você chama o pessoal que está cuidando de currículo, por exemplo, você vê um pessoal de muito melhor preparo, muito mais postura profissional do que o pessoal da municipalização. Então, no fundo, a municipalização vira atendimento de prefeito. O prefeito vai lá, chora e recebe alguma coisa e assim por diante. Essas são as disfuncionalidades, mas acho que existem oportunidades também.

Eu, honestamente, quando leio a Legislação – ontem li tudo de novo, como está definido o que faz o Estado, o que faz o Município, o que faz a União – acho que há coisas muito interessantes ali. O problema é que nunca levamos isso a sério, nunca fizemos cumprir que o Estado Nacional tem que articular, que ele tem que avaliar, que ele tem de disseminar informação e corrigir desigualdades. É isso mesmo! Quando leio aquilo eu concordo, não posso discordar. A Lei está ótima nesse sentido. Nela há coisas que estão mal colocadas? Há, mas coisas em que podemos avançar no sentido de detalhar e objetivar mais.

Por exemplo, uma das grandes disfuncionalidades é que a gente deixou o Ensino Fundamental dividido. Não sei quem de vocês teve oportunidade de ler o livro do Calvino, *O Visconde Partido ao Meio.* O ensino fundamental no Brasil é como o Visconde Partido ao Meio. De repente a parte de cima vai para um lado, e a parte de baixo vai para outro. Por quê? Porque, na nossa ambivalência, não quisemos dizer: "Municipaliza tudo no ensino fundamental, e o Estado se desloca totalmente para o ensino médio e dá o dinheiro que estava usando para o ensino fundamental para o Município". Isso não aconteceu.

O que temos hoje? Se fizermos um levantamento veremos que há Municípios que têm um sistema e Municípios que não têm um sistema, pois não os criaram por lei específica; há Municípios que têm Conselho de Educação, e Municípios que não têm Conselho de Educação. Na relação Estado/Município, há todos os arranjos possíveis. O Município tem todos os 9 anos,

o Estado tem todos os 9 anos, e o Município tem duas redes, uma de escola estadual, outra de escola municipal. Ou municipalizou-se do 1º ao 5º ano, mas não se municipalizou do 6ª ao 9ª ano. Então, há escolas municipais falando mal das escolas estaduais, dizendo que manda o aluno bem preparado e que o estragam, e as escolas estaduais falando mal das escolas municipais: "Os meninos chegam aqui na 5ª série e não estão alfabetizados!" Como se resolve isso? Simplesmente se municipalizando. Tudo tem de ficar debaixo de uma única batuta.

Isso fez com que houvesse um efeito funesto no segundo segmento do ensino fundamental no Brasil, que já era desconsiderado. Essa escola do adolescente, que começa por volta dos 12, 13 anos, hoje – porque, nos dias atuais, menino e menina de 12 anos já é quase adolescente – é muito mais parecida com a escola do jovem no ensino médio, do que com a escola da criancinha na educação infantil, de 1ª a 4ª.

Então, essa divisão impede que haja uma política educacional da juventude, que é uma coisa, Senador e Senadores, que eu acho que deveria ser pensada com carinho. Juventude é idade. Se esse jovem está encalhado no ensino fundamental ou é um geniozinho que já entrou na faculdade com 17 anos, ele é jovem. E o País precisava se preocupar com essa geração de jovens, porque a mediocridade está imperando muito entre eles.

Então, esse problema do segundo segmento do ensino fundamental, é muito importante. Nós poderíamos, por exemplo, com uma simples – eu não diria "simples", mas, enfim –, com um processo negociado, tentar passar para o Município todas as escolas que estão municipalizadas pela metade, evitando, então, essa divisão.

Eu acho que existe outra oportunidade na descentralização, que é essa que todos os cientistas políticos apontam, de trazer as decisões para mais perto do seu usuário. Mas trazer as decisões implica em descentralizar decisão. Não é descentralizar a escola; a escola pode ser vizinha, mas a decisão está lá em Brasília. Como dizem os argentinos, "Deus é para todos, mas o despacho Dele acontece em Buenos Aires". Então, a escola está ali, mas a decisão não está.

O modelo federativo brasileiro tem um longo caminho e tem muitos percalços, mas é um caminho sem volta, como já disse. O arcabouço legal não é ruim; ele precisaria ser melhor disciplinado ou normatizado para não precisar de lei. E há municípios e escolas que dão certo.

Quer dizer, apesar do caos e da encrenca, é possível (*Falha na gravação.*) escolas, que, se a gente fosse buscar, encontraríamos mais Municípios com Ideb bom e com um bom trabalho. Hoje, eu não posso tirar deles isso.

Como eu já tinha dito – e aqui tenho um lembrete, um pouco do eu lembro –, o fracasso do ensino médio é anunciado do 6] ao 9º ano do ensino fundamental. Como o País abandonou do 6º ao 9º, o aluno chega ao ensino médio sem condição de cumprir um mínimo de tarefas programadas para a idade dele e para esta série do ensino médio. Então, se eu não cuidar deste segmento, terei sempre problemas no ensino médio. É mais fácil prevenir isso melhorando a qualidade do 6º ao 9º ano do que ter de fazer um novo programa para o ensino médio.

Evidentemente, tudo isso se reflete na Prova Brasil. Vejam que há uma diferença enorme entre o Ideb do ensino do 1º ao 5º ano com o Ideb do ensino do 6º ao 8º ano oitavo ano.

Muitas propostas foram feitas aqui, e eu vou repassá-las muito rapidamente. Primeiro, fortalecer o papel de coordenação dos Estados. O Estado tem que ser o coordenador dos municípios da sua área, o articulador. Eu não posso desresponsabilizar a instância estadual dos Municípios que estão em seu território, como a gente vem fazendo.

Comigo aconteceu uma coisa interessante sobre isso. Eu fui para uma Secretaria de Estado de um Estado do Nordeste para um trabalho que eu tinha lá, para fazer uma reunião. Quando levantei pela manhã havia uma enorme reunião no hotel. Havia até fila para o lanche, um monte de gente. Eu olhei e falei "esse pessoal é da educação, porque um gambá cheira o outro!" Desconfiei que eram da educação. Perguntei e, de fato, era uma reunião para falar sobre os parâmetros em ação, que foi o jeito com que o Governo Federal passado encontrou para corrigir a descentralização que ele fez com os parâmetros. Aí, veio o pessoal da Secretaria do Estado para me buscar de carro. Eles desceram e perguntaram: "O que está acontecendo aqui no hotel?" Eu falei que havia uma reunião de todas as secretarias municipais de educação. Eles disseram: "Mas que coisa! O MEC continua fazendo. Convocando as secretarias municipais sem sequer avisar a Secretaria do Estado".

Essa foi uma cena concreta, real que eu vivi. Eu tenho a impressão de que isso deve se passar cada vez mais. E agora mais ainda, porque o Ministério da Educação tem um enganche, um enlace muito sério com sério com os conselhos municipais de educação. Eu vim para uma reunião de conselhos de educação do Brasil – não se dizia se eram estaduais ou municipais –, e logo fui abordada por uma pessoa do Ministério, perguntando se eu era das subsidiadas ou das não subsidiadas. Eu não era subsidiada. Fui com o dinheiro

do Conselho Estadual de São Paulo. Mas, obviamente, em um lugar em que há 27 Secretarias estaduais e 5 mil municipais, se meio por cento das municipais estiverem presentes, elas engolem as 27 Secretarias estaduais, em um plenário deliberativo onde todo mundo vota levantando a mão. Eu acho que essa é uma afronta ao federalismo, é uma afronta à maneira como deveríamos estar pactuando.

Acho que deveríamos pactuar prioridades antes de pensar o modelo. Temos de pactuar prioridades no Brasil. Temos feito coisas, desperdiçando grandes oportunidades. Vejam, por exemplo, a escola em tempo integral. A escola em tempo integral é importante, porque não dá tempo de cobrir todo o currículo na escola de meio período. Então, se eu tenho uma escola que está bem apertada e eu ponho mais um período para ela se alargar, quando isso acontece, ela se alarga em outra coisa que não é aquilo que estava sendo dado no outro período.

Então, entra esporte, cultura, capoeira, entra fazer rádio, Deus sabe o quê, sem o projeto pedagógico da escola que é o currículo, a atuação. Então, estamos colocando esse recurso da educação integral e, ao invés de folgarmos o que estava exprimido em um período, nós introduzimos novas coisas. Então, a gente dá uma escola de manhã e outra, à tarde.

Eu estive na China há pouco tempo e visitei muitas escolas. As pessoas perguntavam sobre a educação no Brasil, e a gente dizia que era educação em meio período. E eles olharam para nós com uma cara! "Mas o que vocês fazem com as crianças no outro período?" Eu confesso a vocês que nunca me havia feito essa pergunta. É uma vergonha! Eu, uma pedagoga com 40 anos de experiência, nunca tinha me feito essa pergunta.

São coisas que nós precisamos discutir e ver que tipo de expansão nessa escola de tempo integral nós precisamos. Temos o problema sério no ensino fundamental de nove anos. Graças a Deus, eu fui voto contrário. Podem procurar nas atas do Conselho. Eu não votei a favor do ensino fundamental de nove anos! Eu era a favor de tornar obrigatório o primeiro ano do ensino médio, porque acho que a juventude no Brasil vive em uma situação de risco permanente.

Mas a escola de tempo integral é uma decisão tomada aqui no Conselho Nacional de Educação, no MEC, depois no Congresso, e o ônus da implementação disso ficou para os Municípios. E vocês não imaginam o que gerou de caos e de dificuldades para os Municípios – e também em termos de dinheiro. O dinheiro que foi não corresponde ao ônus que o ensino de nove anos causou. Agora, está entrando um pouco nos eixos.

Finalmente, eu acho que todas essas sugestões que foram feitas aqui – incrementar a participação da União, da complementação dos Municípios, do custo aluno/qualidade e, em cima desse patamar, levar o dinheiro para o Município – eu acho todas elas muito importantes, mas eu gostaria de me fixar, para terminar, em uma proposta que segue aparecendo permanentemente: a questão do currículo nacional.

Antes de entrar na discussão do currículo nacional, eu gostaria de propor para esta audiência e para os presentes que me digam qual é a diferença entre estudos, conhecimentos, componentes e disciplinas.

Quem sabe? (*Pausa.*)

Não se admirem, eu também não sei!

São todos nomes que resolvemos usar para escapar de conversar e decidir sobre o que é importante. Ou seja, qual é o conteúdo que eu vou dar para o aluno?

Aí, nós começamos a falar de expectativas de aprendizagem. Eu estava até aderindo expectativas de aprendizagem. De repente viraram "direitos". Não poderiam ser expectativas; seriam direitos! Como se nomear as coisas permitisse que interferíssemos na realidade.

A piada do publicitário é sintomática nesse caso: Deus mandou Adão nomear todas as coisas. Adão saiu e, vendo uma árvore, disse: "Isso aqui é Adão"; olhou um rio e disse: "Isso aqui é Adão"; olhou uma montanha e disse: "Isso aqui é Adão". Deus, então, disse: "Meu Deus, criei um publicitário!"

Eu acho que isso vale também para a área da educação. Nós ficamos nomeando as coisas. Não é Prasem, e sim, Pradime; não é mais Provão... Enfim, depois que demos todos os nomes, o que ficou do currículo do ensino médio? Ficaram 19 – eu vou dizer "componentes", porque é o que aparece na diretriz. – são 19 componentes que ninguém sabe o que são. E lá embaixo está escrito assim: "mas os componentes podem ser tratados transversalmente". Transversalmente a quê, cara pálida? Transversalmente aos próprios componentes, transversalmente às disciplinas?. É uma coisa bem, que nós precisamos...

Então, a minha proposta, antes de falar sobre currículo é: que esse espaço federativo que vai haver, criado pelo Plano Nacional de Educação, reúna sistematicamente os pedagogos, os tomadores de decisão, os gestores da área de educação e que eles cheguem ao entendimento básico de que é que estamos falando quando falamos de currículo.

Estamos falando do currículo cheio, como costumamos dizer? Currículo cheio são os conteúdos, os objetivos, as atividades do professor, as atividades do aluno, a medição do tempo e do espaço onde isso vai ocorrer, tudo isso fechado por uma avaliação e por

materiais de apoio para que a atividade do professor e do aluno se concretizem. É isso o que é currículo ou é simplesmente aquilo que víamos no horário, quando estávamos na escola: primeira aula, Português; segunda aula Geografia... Precisamos decidir o que é isso e dar nome para as coisas que sejam de entendimento mútuo.

Acho que estamos vivendo uma cacofonia na educação, e essa cacofonia só nos prejudica, a todos, tanto os que são de um lado quanto os que são de outro, em termos de posição ou visão de mundo. Acho que temos de ter um entendimento básico, que se coloque acima de partido e ideologia sobre as coisas que são básicas. Currículo é uma coisa básica. Temos de saber direito o que ele é, como a gente o constrói; se é só a União que faz, se ela faz com Estado, se faz com Município. É um pouco por aí que eu acho que temos de nos entender, na medida em que estamos usando essa terminologia.

Por exemplo, precisamos de todo jeito definir o que estamos entendendo por expectativas de aprendizagem. Antes eram "objetivos de aprendizagem". depois, isso ficou politicamente incorreto ,e a "expectativa de aprendizagem" era o politicamente correto. Eu estava aderindo, e agora já são "direitos de aprendizagem". Então, vamos definir isso, porque tudo isso tem de ter uma coisa em comum, ou, então vamos continuar com a cacofonia.

Posto isso, que o currículo é uma coisa completa – e esse é o meu conceito. Quando digo "currículo", digo isto: os conteúdos, os materiais, a atividade do professor, atividade do aluno, estruturada no tempo e no espaço. Isso é um currículo mais avaliação.

Então, estou dizendo que quando eu digo "digo" eu não digo "digo", eu digo Diogo! Essa é a correção que foi feita quando o pai foi registrar o menino que ele dizia chamar-se Diogo. O escrivão enganou-se e registrou Digo. Então, ele embaixo após uma nota dizendo: "Onde eu digo Digo, não digo 'digo', digo Diogo".

Quando eu digo "currículo" eu digo isso.

Posto isso, é um absurdo a gente pensar que possamos, em nível nacional, decidir todos os conteúdos, todos os tempos, todos os espaços, todos os materiais de apoio, todas as avaliações que têm de ser feitas para que se tenha um currículo em ação. O resto é currículo proposto. Currículo em ação acontece na escola, e quando ele acontece mistura todas essas coisas ou a falta delas

Então, posto isso, acho que podemos ter um processo de entendimento a respeito do que nós queremos que os alunos aprendam, mas não um currículo nacional. Vamos deixar o termo currículo para ser usado quando a gente tiver esse currículo cheio, ou então vamos criar duas figuras diferentes para falar. Por exemplo, os americanos falam em padrões, eles não falam em currículo. É uma alternativa para a gente diferenciar. O que podemos ter em termos nacionais? Podemos ter um conjunto de conteúdos e de competências que nós queremos que nossos alunos adquiram. Toda essa nomenclatura de expectativas, de direitos de aprendizagem, etc., é usada para não falar o nome competência, porque, por algum motivo, o nome competência virou palavrão nos meios educacionais, quando a bandeira da competência deveria ser nossa, e nós deveríamos estar brigando por ela. Então, quando estamos falando de currículo, podemos ter essas definições globais, padrões nacionais, o que nós queremos que nossos alunos aprendam, o que já é feito, em parte, pelas Diretrizes Curriculares Nacionais. As Diretrizes Curriculares Nacionais são, talvez, um pouco genéricas demais. Quem sabe deveríamos ter novas diretrizes, novos padrões? Mas não vejo como viável fazer um currículo cheio de Brasília para Solidão, no interior de Pernambuco, acho uma temeridade.

Com isso eu encerro, esperando ter contribuído um pouco para o nosso debate.

Muito obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Agradeço à Profª Guiomar e passo a palavra ao Professor Fernando.

O SR. FERNANDO LUIZ ABRUCIO – Bom dia a todos. Eu gostaria de agradecer à Comissão pelo convite, em particular ao Senador Cristovam Buarque, que é um batalhador na discussão da educação há um bom tempo.

Vou falar mais sobre o federalismo, que é a coisa que eu mais estudo, e a sua ligação com federalismo e educação, falando um pouco de pesquisas recentes que estou fazendo. Primeiro, vou falar o significado do federalismo, para entendermos melhor o que significa isso para depois não cometer nenhuma confusão; segundo, falar sobre o federalismo brasileiro, entender um pouco o federalismo brasileiro; terceiro, falar de federalismo e educação, para distinguir e até para ter um olhar um pouco diferenciado de outras políticas em relação à educação; por fim, vou falar de um diagnóstico – mais do que propostas, acho que a gente precisa ter mais clareza sobre alguns pontos gerais e depois discutir mais claramente propostas; e, ao final, responder à pergunta do Senador Cristovam Buarque. Acho que ele nos chama também um pouco para isso, quer dizer, na medida do possível, tentar responder à questão da federalização.

Bom, federalismo é uma forma de estado que organiza territorialmente os países. Na verdade, a maioria dos países não são países federativos. Se nós

pegarmos os 193 países da ONU, há controvérsias, mas o Fórum das Federações vai considerar, destes, 28 países federativos. Há muitas discordâncias aí, porque alguns países não colocam nem na Constituição exatamente que são federativos, mas entre 24 e 28 são federações.

Federações são importantes porque, na verdade, são geralmente nações com alto grau de heterogeneidade e que, se não houver algum tipo de acordo especial entre territórios e grupos sociais, aquilo vira mais de uma nação. Esse é o caso da Rússia, dos Estados Unidos, do Brasil, da Alemanha, a Espanha alguns consideram uma semifederação, mas o sentido é esse. Então, há vários países do mundo. A Índia, que é quase inimaginável dizer que continua existindo como nação, dado o conjunto de heterogeneidade que há nela; a Índia tem seis línguas oficiais na Constituição, quatro minorias com mais de 50 milhões de habitantes. Então, realmente, quando se olha isso, percebe que nesses países não tem jeito, a grande questão é a heterogeneidade. E o Brasil tem heterogeneidades muito importantes. Então, quando nós falamos de federalismo, temos que dizer o seguinte: nós temos que dar conta das heterogeneidades.

Mas não basta, na verdade, ter heterogeneidade para ser uma federação. É preciso ter um projeto de unidade da diversidade. Essa é a ideia: algum país vira federativo, porque ele supõe que é uma nação. A Suíça recentemente está se tornando cada vez mais federativa e menos confederativa, isto é, o governo federal suíço está cada vez mais forte. Portanto, eles estão caminhando para mais unidade, mas mantendo a diversidade.

O princípio básico da federação é como combinar autonomia com interdependência. Este é o grande desafio: ter autonomia dos níveis de governo, dos entes federativos, com interdependência entre eles. Só autonomia é um desastre; só a interdependência também é. Essa é a combinação chave de uma federação.

O federalismo brasileiro, sem dúvida alguma, responde a heterogeneidades, primeiro ponto a dizer. Nós temos primeiro uma heterogeneidade física enorme, um País muito grande, com ecossistemas muito diferenciados entre si. Seria muito difícil o Brasil não ser uma federação. Se não o fosse, a tendência, ao longo do tempo, seria ser mais de uma nação, sem dúvida alguma. Segundo, o Brasil tem uma heterogeneidade muito importante da sua formação histórica, não houve uma formação única em todo o território nacional.

Na Fundação Getúlio Vargas, a gente dá aulas para algo em torno de 150 gringos por semestre, e a primeira pergunta que eles nos fazem é: "Que livro eu leio para entender as profundezas do Brasil?". Eles quase sempre vêm com a referência de quem? Do Gilberto Freyre. Eu digo: "O Gilberto Freyre explica uma parte do Brasil, mas se você for para o Rio Grande do Sul, não é o Gilberto Freyre que vai explicar o que foi o Rio Grande do Sul". Se você observar um pouco aquilo que vai mais ou menos de São Paulo a Tocantins, os abandonados da Coroa, para usar o termo do Luiz Felipe de Alencastro, a formação social e histórica é completamente diferente.

Então, nós tivemos formações históricas diferentes no nosso Território. O Sérgio Buarque cunhou a expressão de que somos colonizados por semeadores, que jogavam sementes esperando o que ia nascer, e não por ladrilhadores, não por um projeto único, e isso produziu regionalismos. É provável que a gente não tenha, tirando o Distrito Federal, 26 regionalismos, *stricto sensu*. Há um estudo do Andre Martin, um geógrafo da USP, que faz a história de todos os Estados brasileiros e mostra uma tradição forte regionalista em pelo menos 14 dos 26 Estados. Isso já é bastante, muito grande. E o regionalismo supõe o quê? Que se dê conta dessa autonomia, desse sentimento regional. Por isso o Brasil tem que ser uma federação. E os conflitos regionais vão desde o sentido político até o sentido futebolístico. A gente sabe o que é isso. Então, nós temos isso.

Terceiro, nós temos uma heterogeneidade macrorregional muito grande. Aquilo que o IBGE, na década de 40, definiu como as 5 macrorregiões: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul. Essa heterogeneidade existe ainda, é menor hoje do que há 20 anos – é bom, o Brasil está avançando –, mas ela existe e aparece mais. Não nos indicadores econômicos, ela aparece mais em dois tipos de indicador: indicadores sociais e, sobretudo, de provisão dos serviços públicos. Se há desigualdade no Brasil, a maior é de provisão dos serviços públicos. Nota-se isso estatisticamente, os estudos têm mostrado isso em economia regional, o que mostra que nós temos que lidar com essa heterogeneidade.

E a quarta, última heterogeneidade, foi criada pela Constituição de 1988, de que podemos gostar ou não. Hoje, no que podemos chamar de um espírito constitucional profundo da Nação brasileira, ela apresenta um paradoxo: a criação do Município como ente federativo. O que é esse paradoxo? Por um lado, a Constituição, na maioria das políticas, diz que, preferencialmente, a provisão dos serviços públicos deve ser feita pelos Municípios, mas, por outro lado, os 5.568 Municípios brasileiros – pegando os dados do TSE, que são mais atuais do que os do IBGE – são mais diferentes entre si do que as 5 macrorregiões.

A gente costuma brincar, pegar o índice de Gini, João Batista, nós teríamos um índice de Gini muito pior na comparação desses 5.568 Municípios. E é uma diferença que não é só socioeconômica ou financeira, de finanças públicas. É uma diferença muito grande do ponto de vista da capacidade de gestão. Muito grande. Por isso que o nosso municipalismo produz problemas, mas produz muitos bons resultados em vários lugares também. Há uma heterogeneidade brutal.

Essa é uma escolha constitucional brasileira profunda, eu diria. Do ponto de vista estritamente constitucional, só pode ser mudada por uma nova assembleia constituinte, e, do ponto de vista político, o consenso geral da população brasileira é que nós devemos ter municipalismo. Essa é a verdade, isso está encravado na sociedade brasileira. A questão é como lidar com isso do ponto de vista das políticas públicas.

Então, essas quatro heterogeneidades criam uma situação federativa muito importante no Brasil. O problema é que nosso legado histórico, na verdade, para lidar com essas questões, tentando combinar autonomia com interdependência, não é dos melhores, digamos assim. Quer dizer, o nosso pré-88, vamos dizer assim, é marcado, primeiro, por uma autonomia regional forte, no caso de Estado vinculado, na verdade, à manutenção e à reprodução da oligarquia política muito forte. Nós começamos com uma Federação, descentralizando o poder. As federações outras, muitas começaram centralizando o poder. A ideia das oligarquias regionais fortes é uma marca forte na nossa história constitucional.

Segundo, a partir de Vargas, para o bem e para o mal – porque há aspectos positivos também do ponto de vista do desenvolvimento – para o bem ou para o mal, nós criamos o Estado Federal centralizado muito forte, muito forte. Houve, uma tradição centralista forte a partir de Vargas, convivendo com as oligarquias regionais.

Eu me lembro sempre, Senador, do Velho Castelinho, que tinha uma coluna no JB. Ele tem um livro sobre os militares no poder, em que ele tem um artigo brilhante das eleições estaduais de 70, em plena ditadura, mostrando o seguinte: engraçado, regime militar centraliza o poder e não acaba com as oligarquias. Mas é isso mesmo.

Por fim, temos uma tradição de Municípios muito frágeis, politicamente falando. O municipalismo brasileiro é uma invenção do pós-guerra. São grupos que vão se reunir, sobretudo, no Ibam, no Rio de Janeiro, na década de 50; que vão começar a pensar o municipalismo. Nós vamos ter forças municipalistas regionais muito fortes em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul. Então, vão ter grupos que vão começar a construir, sobretudo no pós-guerra, isso. Mas, diante da heterogeneidade brasileira, no pré-88, isso era muito pouco. Chega 1988 e nós criamos – ou tentamos criar – uma Federação, buscando mesmo compatibilizar a autonomia e interdependência.

Eu não acho que o texto constitucional geral seja ruim, na verdade. Ele tem um modelo, no sentido geral, que me parece compatível com outras Federações. Eu tenho trabalhado muito com o Forum of Federations, em comparações constitucionais. Ele não é tão incompatível, com exceção de um ponto que depois vou comentar e que tem a ver com os Estados. Mas ele não é tão incompatível assim, porque, de um lado, ele propõe descentralização, e as federações são descentralizadas.

O meu medo sempre, no debate de federalização, adiantando um pouco antes o que vou falar, é que se acredite que a burocracia em Brasília vai conseguir ser capaz de resolver o problema dos 5.568 Municípios. Tenho muitas dúvidas disso, para dizer o mínimo. Acho que é muito complicado administrar um País com essa diversidade.

A nossa descentralização que optou por ter Municípios como entes federativos; que optou por ter Estados com autonomia. As autonomias constitucionais dos Estados brasileiros não são pequenas, do pondo de vista constitucional comparado. Do ponto de vista de tributos, o Brasil é a única federação do mundo em que um tributo estadual é o tributo que mais recolhe. E é um tributo que não é um tributo qualquer; ele um tributo que mais mexe com toda a cadeia produtiva. Por isso que, ano após ano, se fala em reforma tributária, nesta Casa. E essa reforma tributária diz respeito a quê? Ao ICMS. Quando vou aos Estados Unidos e falo isso, eles riem de mim. Mas como? Mas, por outro lado, os Estados abdicaram de maior autonomia nas suas Constituições estaduais – abdicaram, essa é a verdade.

Existe um papel, na Constituição, muito grande para a União, de combate às desigualdades regionais. E me parece perfeito que exista. Não está errado nesse sentido. Ou seja, a ideia de haver um papel suplementar. Isso leva a União a ter mais competências legislativas. A questão é saber se eles não ultrapassaram certa linha, do ponto de vista da autonomia e interdependência.

Mas é verdade. Quando há uma federação desigual...Se você pegar uma federação como a Índia ou mesmo a Alemanha, que já foi mais desigual, o Governo Federal na Índia ou na Alemanha tem mais papel de competência legislativa do que nos Estados Unidos. Por quê? Porque são países mais desiguais que os Estados Unidos. Tem a ver com isso.

E quando a gente olha esse cenário, a letra geral da Constituição é correta. O problema é como se implementava aquilo. Esse é o problema. E a implementação da Constituição de 1988 foi muito difícil. Primeiro, com enormes dificuldades para descentralizar a política. João Batista e Gammara acompanharam isso, na verdade, como gestores, não só como estudiosos, e sabem da dificuldade que foi isso.

Não, por acaso, o que acontece no Brasil nas últimas duas décadas? Nas várias políticas públicas, houve várias reformas constitucionais e infraconstitucionais para se conseguir fazer a descentralização, inclusive na educação. E olha que eu acho que a educação fez menos do que outras áreas. Dá para fazer algumas coisas ainda.

Segundo, houve um jogo do Governo Federal que envolvia duas variáveis: de um lado, uma centralização maior no campo dos tributos, cujos estudos do Prof. Fernando Rezende, que veio aqui, demonstraram, sobretudo com os impostos não compartilhados. Mas, por outro lado, a partir do governo Fernando Henrique, houve uma tentativa de o Governo Federal ter um papel maior de coordenação federativa, com acertos e erros. Tanto o governo Fernando Henrique, como o governo Lula.tiveram acertos e erros, mas se tentou fazer mais essa coordenação federativa, porque se não o fizesse, nós estaríamos pior hoje, muito pior.

Terceiro, uma ideia importante que surgiu nessas reformas de políticas públicas que é a ideia de sistemas. Então, isso nasce com o SUS, e hoje aparecem várias das políticas públicas. Acabei de fazer um artigo com quadro sobre isso. A ideia do sistema supõe o quê? Uma articulação entre as partes.

Nesse sentido, o próprio nome do SUS é um nome ruim. Ele, na verdade, é um sistema nacional, mais do que um sistema único. Na verdade, ele dá um grau de liberdade para as partes bastante razoável. Então, há um sistema que articula as partes.

A educação só começou – não vou falar da LDB, porque acho que ainda não se tinha consciência do problema federativo, na minha opinião – a discutir isso mais seriamente com a Emenda Constitucional nº 59. Faz poucos anos. Mas ainda não resolveu. Deixou ainda como uma ideia geral. Acho que a criação, no Ministério da Educação, da Secretaria de Articulação do Sistema de Ensino é um bom passo, é um passo que devia ter sido tomado antes. Acho que, a partir daí, nós vamos poder começar a discutir mais a ideia de sistema. Nós não temos sistema em educação. E a coordenação territorial: cresceu muito a coordenação do tipo territorial, formas de arranjos territoriais, de consorciamentos em várias políticas públicas. A educação tem muita dificuldade de avançar nisso.

Quando olhamos para a relação entre educação e federalismo, diante desse quadro geral que estou apresentando, vemos que, primeiro, a história da educação no Brasil é uma história de dualismo, de duplo dualismo, digamos assim. Primeiro, é um dualismo territorial e segundo, um dualismo de objetivos e públicos.

O dualismo territorial aparece primeiro na legislação de 1827, quando diz que cabe, vamos usar os termos de hoje, o ensino superior ao Governo central e o resto às províncias e adjacências, porque o Brasil não tinha Municípios; tinha cidades, vilas. Tinha tipos diferentes, inclusive. O resultado disso é que o ensino superior avançou um pouco, não muito no Império, e o resto não avançou nada quase. É que por trás desse dualismo, que foi se reproduzindo ao longo do século XX, há um dualismo de objetivos e públicos. O Governo Federal se preocupou mais, ao longo da sua história, com o quê? Com o ensino superior, que produziu uma coalização educacional que não há no resto da educação.

Quando você vai à conferência nacional de saúde, você vê ali os sanitaristas e sabe que é uma coalização. Na assistência social, o chamado exército das assistentes sociais, tem uma coalizão mais clara. Na educação é um problema, porque você tem duas coalizações que não se combinam muito bem, e a mais forte é a coalização do ensino superior. Há esse dualismo, que foi se reproduzindo ao longo da nossa história e significou que a educação, que hoje chamaríamos de educação básica – os nomes eram diferentes – ficou para baixo da União.

A partir da República, alguns Estados fizeram reformas educacionais. O cenário não foi de completa letargia. Há experiências importantes em São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Pernambuco, que foram fazendo. Só que qual foi o resultado disso? Alguns Estados fizeram reformas educacionais, mas a maioria não o fez. Ou seja, a desigualdade entre os Estados se tornou muito grande.

E o que acontece quando olhamos para 1988 é o seguinte: há um conjunto de Estados com uma rede de ensino estadual forte – era mais forte antes, mas, em suma, grande pelo menos, complexa, muito complexa – e há um conjunto de Estados que não tem essa rede estadual complexa.

Quando o constituinte olha aquilo – e ademais a opção preferencial era para o Município como ente federativo, e preferencialmente serviços públicos provisionados pelo Município –, ele inventa uma coisa. O que ele inventa? O regime de colaboração. Regime de colaboração não aparece nas outras políticas públicas como palavra. Por quê? Porque, na verdade, se compararmos com a saúde, embora houvesse alguma

rede de saúde estadual, ela não era o conjunto mais importante da rede de saúde. No caso da educação, Estados muito importantes, como Paraná, São Paulo, Minas, Rio Grande do Sul tinham uma rede estadual muito forte e qualquer tentativa simplesmente de passar aos Municípios seria barrado pelos constituintes.

Então, o regime de colaboração nasce primeiro da realidade, não da utopia. É bom lembrar isso. Qual é, digamos, a utopia que vem dessa ideia? Que seria possível compartilhar, de algum modo, ou criar mecanismos de cooperação entre os Estados e os Municípios, particularmente, no ensino fundamental, que é onde ocorre mais isso. O Brasil é aquele País em que, em uma mesma rua, pode haver uma escola de ensino fundamental estadual e municipal. E é provável que elas nunca tenham conversado entre si.

A Guiomar tocou em um ponto que eu acho que é o ponto essencial. Eu acho mesmo que o maior problema, olhando para a educação básica brasileira, é o fundamental II. É o maior problema. É o grande patinho feio.

Eu acabei de fazer um trabalho com o economista André Portela e, hoje, a provisão para o fundamental é majoritariamente municipal, mas no fundamental II não é; é majoritariamente estadual ainda. E nós fizemos um trabalho mostrando a velocidade da descentralização. No caso do fundamental I, continua uma velocidade menor do que antes, mas continua havendo isso; no fundamental II, Guiomar, a velocidade é cada vez mais lenta, ou seja, é cada vez mais lento passar escolas estaduais para Municípios. Isso reflete no médio. Eu não acho que o problema maior no Brasil seja o ensino médio; é o fundamental II. O médio é uma consequência disso, em minha opinião.

Ora, o que se tentou fazer no pós-88 para lidar com essa realidade na educação básica?

Primeiro: tentou-se resolver um pouco o problema da coordenação federativa do ponto de vista dos recursos, sobretudo, olhando para a cobertura escolar. Eu acho que, do ponto de vista da cobertura escolar, nós fomos bem sucedidos. O Fundef e depois o Fundeb, para o ensino fundamental… O João Batista até brincou se nós não temos mais aluno do que deveria por conta da questão da repetência. É até possível. E o Fundef e o Fundeb resolveram a questão do acesso à educação ao ensino fundamental. Não acho que é pouca coisa, porque no Brasil, em 1988, quase 30% daqueles alunos que deveriam estar na escola estavam fora da escola.

A gente acabou de fazer um estudo com a USP: para onde esses quase 30% foram no ensino fundamental? Para as escolas municipais, majoritariamente. Portanto, as escolas municipais pegaram, entre aspas, "os piores alunos". Foi isso que aconteceu. Então, eu acho que isso ajudou um pouco.

Acho que algumas ações do Governo Federal – desde o governo Fernando Henrique, passando pelo governo Lula – de articulação e tentativa de criar capacidade dos Municípios foram tomadas. Algumas positivas. Acho que o Governo Federal tem, sim, um papel importantíssimo de coordenação federativa. Isso ele tem na saúde, tem na assistência e vai ter na educação, porque os Municípios sozinhos não resolverão os problemas – já tentando colocar como essa questão é complicada. Mas algumas coisas não deram muito certo – digamos assim, na minha linguagem quase sempre eufemista.

Acho que há programas... Não sou totalmente contrário ao PAR, mas acho que poderia haver alguma reformulação ali. O PAR tem uma ideia importante, que é criar capacidade de gestão nos Municípios. A sua execução é problemática, mas acho que dá para repensar. E acho que ela é problemática, não por causa do governo X ou Y, mas por causa do modelo do federalismo. Vou falar daqui a pouco sobre isso.

Então, acho que houve essas articulações. E, no caso dos Estados – até Guiomar falou um pouco –, o papel de coordenação dos Estados é muito heterogêneo. Estou fazendo uma pesquisa agora junto ao Consed – Conselho Nacional de Secretários de Educação, com o apoio do Instituto Natura, com os 26 Estados mais o Distrito Federal. Uma pesquisa enorme! Nós vamos ter um trabalho enorme para ver o que são as Secretarias Estaduais de Educação, o que elas fazem. E há uma heterogeneidade grande. Há Estados que avançaram, na coordenação federativa, e há Estados grandes, muito grandes, que não avançaram nada na coordenação federativa. Se eu fosse fazer – nós estamos no meio da pesquisa – apenas um retrato muito simplista, a grande maioria não avançou.

E, depois de fazer essa visão um pouco mais geral, por conta do tempo, eu queria, antes de fazer propostas – eu acho que isso é um pouco mais complicado –, pensar um pouco no diagnóstico que levaria às propostas.

Primeiro, é preciso fortalecer a capacidade de gestão dos Municípios. Se isso não ocorrer, não adianta municipalizar. Nós acabamos de fazer pesquisa para a Natura – e essa a gente já acabou – com uma amostra de Municípios do Brasil sobre as Secretarias Municipais de Educação. Depois posso te passar. É um horror. Eu diria o seguinte: se nós déssemos autonomia para a maioria dos Municípios e para suas escolas, seria pior no atual contexto. Nós temos que melhorar isso. Claro, existem casos bem sucedidos. A gente conhece pouco

essa engenharia. Poderíamos trabalhar mais um pouco essa distribuição e disseminação de experiências.

Segundo, é preciso aumentar a articulação intermunicipal. A política de educação é a que menos faz, das importantes, esse aspecto. Acho que a discussão colocada agora – dos arranjos do desenvolvimento da educação – é uma discussão muito importante – falou-se aqui de transporte escolar; é um problema mais intermunicipal do que municipal em boa parte do Brasil.

O que a saúde está fazendo com a intermunicipalidade, a educação também pode fazer; que é a ideia de complexidade dos serviços. Há coisas que tem um grau de complexidade que, se você colocar lá o prefeito cuidando daquilo, ele não vai cuidar do aprendizado dos alunos. É isso. Então, acho que tem de criar regras para fortalecer a articulação intermunicipal.

Eu vou falar uma coisa que a Guiomar falou: maior papel de coordenação dos Estados. Nós temos de começar a pensar nisso. Porque eu acho que a União, em um País como o Brasil – heterogêneo – sempre terá um papel muito grande. Nós temos só que regular para evitar abusos. Mas sempre terá. Não é negativo que isso ocorra. Aliás, do ponto de vista da equidade, é positivo que isto ocorra, mas tem de ter cuidado, e, mais do que isso, os Estados estão atuando bem menos do que poderiam na coordenação federativa, porque, quando a gente vê que alguns Estados estão fazendo e outros grandes não estão fazendo, alguma coisa está errada. Nós temos que criar estímulos para isso.

Definir bem o papel do Governo Federal. Eu sou a favor que o Governo Federal tenha um papel suplementar, inclusive, em termos de recurso. Acho que esse debate tem de ser feito. Um papel suplementar, em termos de criação de capacidade dos Municípios, e um papel normativo regulador. Mas precisa saber exatamente o que ele vai fazer em todo esse conjunto. É muita coisa, seja no que se refere aos objetivos, seja no que se refere aos meios.

Acho que é muito importante que a gente consiga definir um sistema de educação que defina três coisas importantes: recursos, meios e metas. É isso. Na saúde, o que deu certo foi o que tem recursos, meios e metas. O que não deu certo, que é basicamente a provisão hospitalar, é porque não tem recursos, meios e metas. Provisão hospitalar na saúde é ruim no Brasil. O atendimento, a atenção básica é muito boa. Se você comparar com outros países de mesmo porte, é excelente; não é muito boa. Mas hospitais, nós não resolvemos isso, porque não tem recursos, meios e metas bem definidos.

É preciso criar fóruns federativos, acho que esse é o elemento fundamental para comparar com as outras políticas, com saúde, assistência. Nós não temos fóruns federativos. Embora a União tenha um papel muito importante – e, em parte, eu concordo com a ideia de federalização de algumas ações, Senador –, sem esses fóruns federativos, vai ser um desastre. Um desastre. Na saúde, ninguém deixa isso acontecer. Então, é preciso criar fóruns federativos que definam espaços de diálogo e negociação entre União, Estados e Municípios, entre Estados e Municípios, entre regiões dentro dos Estados. Começar, porque federalismo é articulação. No Brasil, a gente acha que federalismo é separação. Federalismo é articulação.

Nos Estados Unidos, os Estados e governos locais, até a década de 30, não tinham boa administração pública. Quem fez com que os Estados e governos locais tivessem boa administração foi o governo federal. Como? Com comissões nacionais de reforma administrativa, ou seja, eles tinham participação naquilo. Essa ideia tocquevilliana, romântica, dos Estados Unidos é falsa. Mas eles fizeram isso com articulação, com processos articuladores. Pelo que a Guiomar contou, as associações, digamos, de associativismo federativo são muito importantes nas políticas públicas dos Estados Unidos. Muito importantes. No nosso caso da educação, não o são ainda.

É claro que essa articulação federativa tem de ser feita com instrumentos institucionalizados que criem, digamos, bases – um *baseline* – e criem instrumentos de apoio a quem vai pior e apoio a quem vai melhor. Acho que uma experiência boa para se observar é a experiência da assistência, no governo Lula, da criação do IGD. O IGD é uma ideia muito boa, porque se copiou o PAB, que foi criado no governo Fernando Henrique, que é a ideia de ter um piso básico, mas dá mais a quem tem melhor desempenho. Todo mundo tem um piso básico, mas quem tiver melhor desempenho ganha mais. E é o governo Lula. Alguém falaria: "Ah, mas faz..." Faz isso sim, e faz muito bem, juntando equidade e melhores resultados. Dá para fazer isso. Então, eu acho que isso pode ser construído nesse conjunto de fóruns federativos.

Eu tenho conversado com Secretário Binho Marques sobre a ideia dele de fazer do plano nacional como o primeiro passo para gente construir esses fóruns federativos. Eu tenho falado para o Binho: "Binho, coloque os fóruns em primeiro lugar e, em segundo lugar, os instrumentos para alcançar melhor educação." Se nós não fizermos isso, ficaremos só discutindo, distribuindo dinheiro, e não vamos saber para onde vamos.

Eu concordo plenamente com a Guiomar. Talvez nós tenhamos que escolher menos coisas a atingir, mas que sejam atingíveis. E pactuar isso. A palavra federalismo vem do latim, de *foedus*; que significa o quê? Pacto. Na educação, há pouco pacto. Nós temos

que aumentar o pacto. Mas pacto a partir do quê? De metas, de indicadores.

Para terminar, eu diria que, é claro que essas transformações envolvem processos de transição, definir passos ao longo do tempo. Se olharmos o Fundef e o Fundeb, veremos que eles são inteligentes quanto á durabilidade do tempo, porque as coisas mudam. E por que as mudanças não vão ser fáceis? Não vai ser fácil, simplesmente, municipalizar boa parte do ensino fundamental II, porque os Municípios são os primeiros a não querer. É preciso criar condições para isso.

E aí entra o último ponto, para terminar, que é a questão da federalização, Senador. Eu acho que o Governo Federal tem um papel muito importante na educação em um País desigual como o nosso. E tem de exercê-lo, mas tem de definir mais. Como o fará, institucionalmente? Que mecanismos vai utilizar? Que metas quer alcançar? Em que fóruns serão tomadas as decisões?

Talvez uma principal estrutura de financiamento da educação brasileira seja o FNDE, e lá não tem uma representação federativa, efetivamente. E aí vira… A gente não sabe exatamente qual é o resultado, vamos dizer assim. Não sabemos exatamente quais são os critérios. O FNDE é importante? É importantíssimo. Só que é preciso federalizar neste outro sentido, que é o de articular.

Eu estou querendo dizer o seguinte: o Governo Federal tem de ajudar os Estados e Municípios a criar mais capacidades de gestão para a gente acabar com essa história que o editorial da *Folha* hoje mostra. Isso é fundamental, Senadores. Concordo plenamente. Mas deve fazê-lo, deve ser muito ativo – por isso que eu sou a favor do PAR, por exemplo –, mas com critérios de federalização que envolvam mais articulação do que centralização. Essa é a minha questão chave.

Eu acho impossível a gente ter todos os professores federais no Brasil, indo direto a um ponto mais polêmico. Mas é possível ter um papel muito grande do Governo Federal em formação, em critérios, em uma escola nacional de professores, em criar mecanismos, digamos, de premiação a quem faz bom uso disso. Isso o Governo Federal pode fazer. Até poderia começar definindo o currículo, que é uma coisa até mais básica. Em suma, pode fazer isso, mas tem de fazer isso de forma articulada com os outros níveis de governo, porque na saúde, que é a grande experiência que a gente cita de federalização, tudo é articulado num sistema.

Então, para terminar, eu acho que o Governo Federal tem de ter um papel muito forte na educação no Brasil, muito forte mesmo – dada a heterogeneidade –, mas só pode tê-lo em articulação em fóruns federativos.

Obrigado, pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – A Profª Guiomar já tinha avisado que tem uma reunião em São Paulo e tem de sair agora para tomar o avião. Eu a agradeço muito e peço desculpas pelos comentários que farei na sua ausência. (*Risos.*)

A SRª GUIOMAR NAMO DE MELLO – Eu estou em muito boas mãos e boa boca. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Mas eu quero pedir desculpas aos Senadores que estão inscritos, aos dois, para falar um pouquinho antes. Não tudo, pois o comentário que eu tinha aqui tem oito páginas.

O SR. JOÃO BATISTA DE OLIVEIRA – Quatro páginas para cada?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Não, para todos. De anotações.

Eu quero dizer o seguinte: qual é a base conceitual da federalização? E eu tenho direito a ter uma base existencial, porque eu defendo federalização. Afinal de contas, ser homem de vida pública não quer dizer que não tenha uma vida privada – para defender sua felicidade. Cinco princípios, eu digo.

Primeiro, é que criança é brasileira. Eu discordo daqueles de minha cidade que acham que primeiro a gente é recifense e depois é brasileiro. Pena que aqui não esteja a Guiomar, mas em São Paulo – não, eu estou dizendo que é o meu princípio – eu sei que em São Paulo, um paulistano primeiro é paulistano. Eu tenho a visão de que a nação brasileira está acima de cada uma das características locais, embora as características locais tenham de ser respeitadas. Esse é o primeiro princípio.

Segundo, é que a desigualdade impede o tratamento igual das crianças brasileiras em cidades diferentes. Toda criança nasce em uma cidade diferente? Não. Muitas nascem na mesma cidade. As crianças que nascem em cidades diferentes, embora brasileiras – segundo o meu primeiro ponto –, são tratadas diferentemente, como também são tratadas diferentemente conforme a família. O Brasil tem de compensar a desigualdade familiar e a desigualdade estadual e municipal. Eu acho assim.

O terceiro ponto é que essa equidade só virá se tivermos uma equidade na carreira do professor e na qualidade dos equipamentos. E, obviamente, na estruturação pedagógica. Agora, para mim, isso tem de vir – e eu sempre coloco – com descentralização gerencial e liberdade pedagógica. E aí eu radicalizo. Eu acho que a escola tem de ser administrada pela escola, não pelo prefeito, com a carreira nacional do professor. Pode até dar gratificações acima, mas está garantido pela União, pelo País, um mínimo que esses

professores vão receber. Mas o mínimo não é o piso que já temos, mas o mínimo da carreira.

E aí eu quero dizer que a ideia da articulação é boa, mas veja que estão dizendo que uma coisa tão simples quanto o piso salarial de R$1.400,00 é inconstitucional. Como é que a gente vai articular com cinco governadores que pedem a inconstitucionalidade do piso de R$1.400,00? Articular o quê? Esses prefeitos não têm como pagar o piso. Aí a gente baixa o salário ao nível dos prefeitos ou a gente compensa isso com uma carreira nacional?

O quarto ponto – e aí é um princípio em que talvez eu esteja errado – é que o sistema atual falhou e não há como melhorá-lo. Temos de substituí-lo –pode ser que eu esteja errado, pode ser que seja uma influência do velho Brizola, que criou os CIEPs, pode ser. O que eram os CIEPs? Um sistema novo, de escolas novas – e não simplesmente, embora seja necessário, melhorar o atual, até porque a ideia da federalização, como eu tenho estudado, leva 20 anos para chegar a todo Brasil. Enquanto isso tem-se de melhorar o sistema atual.

E finalmente, como eu disse, tem uma razão pessoal. É que tudo que eu ouço é, sobretudo, diagnóstico. As propostas são em nível da abstração, por exemplo, que estão no PNE. O PNE é um documento de abstrações. E aí, gente, desculpe-me, mas ou eu defendo a federalização ou eu desisto. E como eu não consigo ser feliz desistindo, eu vou defender a federalização até que venha uma proposta melhor.

Quanto ao nome, sim. Eu não vejo nenhum problema de chamar isso de um sistema único de educação, em vez de federalização. Até porque federalização é uma palavra ambígua. Ela tanto pode significar descentralizar como centralizar. Federalizar pode ser pactuar, como você disse, ou pode ser intervir. Ela é ambígua. Na etimologia é perfeita: federalizar é pactuar, como o Prof. Fernando lembrou, mas, na prática, federalizar é usado também como intervir. E é nesse sentido que eu tenho usado.

Mas – aqui é, sobretudo, para o João Batista, porque eu sei das posições dele – eu defendo a radical descentralização gerencial. Eu defendo a liberdade plena pedagógica. Não se tem de impor o método. Mas a gente federaliza no sentido da carreira do professor, da qualidade dos equipamentos, dos padrões que se espera e dos critérios de avaliação. Isso a gente não deixa para os Municípios nem para os Estados.

Depois eu vou apresentar minha opinião sobre cada um dos pontos que ouvi. Mas antes eu quero passar a palavra primeiro ao Senador Inácio Arruda e depois à Senadora Ana Amélia. Até porque aí eu poderei fazer comentários também sobre o que eles disserem.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Primeiro eu cumprimento os convidados.

Foi muito interessante esse debate sobre esse problema nosso da federalização. Vocês vejam que, no caso da saúde, o sistema federal começou antes da Constituição de 1988. Quer dizer, com os sanitaristas reunidos nas conferências anteriores e com a 8ª Conferência Nacional de Saúde, que se deu no meio do processo constituinte e praticamente deliberou sobre a Constituição, porque o que saiu da Conferência terminou se materializando no Texto Constitucional para o sistema de saúde.

É interessante que ele começou como Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde. Ele era anterior à Constituição; era o Suds. E tentou –se até se implantá-lo com esse nome. Mas acho que é isso: é um sistema nacional, bem articulado, muito estruturado em uma visão que os profissionais sanitaristas imprimiram nos debates nas conferências, e que eu acho que teve um resultado positivo, mesmo com esses defeitos todos que ainda restam.

Eu acho, também, que na assistência social o pessoal avançou nesse sentido. E isso se deve muito às assistentes sociais, digamos assim; os profissionais tiveram papel muito destacado nessa área.

Na educação, nós tivemos esse problema – acho que o Abrucio o levanta e para o qual, acho, há a concordância dos demais, Cristovam – dessa dualidade brutal no Brasil, com o privilégio do ensino superior federal praticamente.

Aqui há um comando forte, muito forte, que tem muita influência; sempre teve muita influência, e mantém essa influência até hoje o MEC. E reunir o sistema de formação e de produção científica e tecnológica – tudo ficava com um instituto só, dentro de um Ministério. Só depois que se dividiu, mas era uma força gigantesca – deprimiu o sistema de formação básica no Brasil. A educação infantil e o ensino fundamental público ficaram muito deprimidos durante muitos e muitos anos. Eu acho que, nesse sentido, nós podemos dizer que, nos últimos 20 anos, avançamos muito, mas aquele "muito" que está distante do que é preciso alcançar. Então, eu acho que nós estamos neste sentido: avançando bastante.

Eu quero dar um exemplo – vou ter que pegar minha aldeia, não há jeito. Leon Tolstoi sempre nos cutuca para dizer: "Olha, você está fazendo o que em casa, amigo?" Então, veja que acontece: o atual Governador do Ceará, o Cid Gomes, foi o Prefeito lá na cidade dele. Ele convocou professores, os mestres e os profissionais da universidade que está localizada naquela cidade – uma universidade estadual, a Universidade Vale do Aracaú (UVA). Chamou todo mundo e disse:

– Amigo, é o seguinte: eu sou o Prefeito, eu tenho a responsabilidade com a educação. Quem é responsável pela educação no Município de Sobral é o Prefeito de Sobral. Aqui está a minha Secretária da Educação, Drª Izolda Cela [que hoje é a Secretária da Educação do Estado]. Nós precisamos resolver um problema básico: essas crianças de Sobral precisam aprender a ler, precisam aprender a escrever e precisam entender o que escreverem. Isso é básico. É possível fazer isso? Elas precisam saber fazer uma conta de somar, de subtrair, de dividir e de multiplicar. Essas crianças podem aprender isso?"

E os professores responderam:

– Podem, claro de podem!

– O problema é que elas não sabem isso, e eu quero que os senhores, por favor, façam isso. Vamos fazer isso.

O que é preciso para a gente fazer?

Então, ele montou ali um sistema que cria incentivos para professores com doutorado, que, na maioria das vezes, não tem estímulo nenhum para dar uma aula de alfabetização. Eles dizem: "Eu fiz a minha graduação, fiz o meu mestrado, fiz o meu doutorado, e os você quer que eu vá dar aula na alfabetização? Com esse salário que você paga para alfabetização? Espera aí, amigo. Com esse salário, eu não vou."

Aí, criou-se um mecanismo. "Está bem. Então, o senhor tem esse mínimo, digamos, e o senhor vai ter uma gratificação, um adicional para dar essa aula."

Assim, tinha-se o melhor mestre dando aula de alfabetização para as crianças aprenderem a ler e escrever direito. E, no nome que foi dado agora ao programa nacional, na idade certa de aprender a ler e escrever. Digamos que isso funcionou. Não sei se o Abrucio examinou esse caso, mas funcionou, deu certo, foi positivo.

E, indo ao Governo do Estado, não só levou a sua Secretária, Izolda Cela, como buscou imprimir, a partir da Secretaria estadual, uma articulação com os Municípios, criando mecanismos, utilizando o programa nacional e adicionando um programa estadual: eu o gratifico mais, se você ensinar sua criança na idade certa. Se ela aprender a ler e escrever e chegar aqui ao Estado entendendo o que escreveu, eu lhe dou mais recursos, eu lhe dou mais dinheiro. E, com um adicional: você, ainda, apadrinha uma outra escola que está mais atrás, para não criar uma situação em que quem está mais atrás vai ficar para trás sempre. Não. Você é bom, a sua escola é boa, então você vai apadrinhar essa escola vizinha ou de um Município vizinho que não está bem. Então, nós tivemos o caso de escolas de outros Municípios do interior do Estado apadrinhando escolas de Fortaleza que estavam mal, para que elas pudessem elevar, recebendo um bônus para ajudar aquela outra escola.

E no caso do ensino médio – é um problema essa passagem do ensino fundamental para o médio – no Ceará, houve uma situação diferente. É que a parte do ensino fundamental, da 6ª à 9ª, série foi ficando melhor do que a municipal. Por isso foi preciso criar um programa para acelerar e melhorar a qualidade do ensino fundamental I, para melhorar no ensino fundamental II, que estava nas mãos do Estado, e chegar ao ensino médio com uma qualidade melhor.

E, agora, também numa articulação Estado, Secretaria estadual e Governo Federal, o Governo do Estado está construindo 148 escolas técnicas estaduais. E, para não dizer e trabalhar com a ideia de que formar é uma geração inteira, então é de 2 anos de idade aos 20 anos de idade, então seriam 22 anos para você formar bem, dar boa qualidade para um cidadão e uma cidadã, a aposta que o Estado fez é que você não pode criar essa ideia de que só daqui a 20 anos,. Daqui a 20 anos, eu não sou mais Governador, eu não sou mais Senador, eu não sou mais Deputado, eu não sou mais Presidente da República. Vai ser outro, então o outro que se vire lá na frente.

Então, o que foi demonstrado e o que se está buscando demonstrar ali naquela experiência nossa no Ceará é que você tem que fazer, você tem que construir o caminho, você tem que ter uma determinação muito forte desses governantes nossos. Eles têm que estar preparados para isso. E aí entra o caso objetivo da gestão, da qualificação, do preparo do gestor, que é um problema grave nos Municípios. É muito, muito grave. Às vezes, o Prefeito não sabe abrir o computador, não sabe ler o computador, não sabe os programas que existem e, às vezes, não contrata as pessoas adequadas para desenvolver esse seu trabalho de formar bem a sua população.

Então, esse é um esforço local que está demonstrando que funciona, que vai dar certo. Então, nós não tínhamos, há 8 anos, João Batista, uma escola técnica estadual, uma escola técnica estadual. Só havia Senai, Senac e as escolas técnicas do Governo Federal. Agora, nós temos – além dessas, que estão se ampliando, e muito – mais 148 escolas técnicas estaduais. Eu acho que é uma demonstração de êxito.

E eu vejo que o problema da Federação – que é a pergunta que o Cristovam vem fazendo aqui há alguns anos no Congresso Nacional – é como que se vai estabelecer o sistema. Acho que isto é o mais adequado: como se vai estabelecer um sistema nacional que unifique, que articule, que mobilize a inteligência do setor, que faça com que a Academia perceba que esse problema da formação da educação infantil não

pode ser apenas discurso de Congresso? Nós temos que agir junto com o ensino fundamental, articulando os professores num ambiente único, porque nós somos muito divididos.

Qual é problema da saúde? O problema da saúde é que ele é um ambiente único. Quer dizer, os médicos são os médicos do Brasil inteiro reunidos e discutindo os problemas de saúde junto com os enfermeiros, com os farmacêuticos e com a população. É um conjunto só. Então, essa ação articulada tem trazido um êxito maior.

Na educação, é muito separado, é muito separado. Então, há aqui em cima os professores da rede de ensino superior federal, depois os privados, que já estão separados aqui. Na saúde, não existe isso. Na saúde, é rede privada e pública juntas. Discutem juntas. Não existe esse negócio de separar. Aqui não. Aqui são universidades públicas, universidades privadas, ensino fundamental público, ensino fundamental privado. Essa divisão até embaixo, até a creche. A liga não funciona entre esses modelos. Então, eu acho que nós temos que criar esse sistema, um sistema nacional, que não é um sistema que vai cuidar de tudo – está certo, é descentralizado mesmo – e dar qualidade à gestão embaixo, ajudar nessa qualidade embaixo. E quem vai ajudar nisso é a Federação, quem pode ajudar é a Federação. Se você descentralizar tudo de tal sorte que o ente federado municipal.

E não vai voltar. Nós lutamos para burro para ter esse ente federal, municipal. Foi uma força gigantesca que se uniu na Constituição, e acho que não vai haver outra Constituição capaz de reverter essa posição. Só se houver uma situação muito abrupta para poder fazer isso. Eu acho que vai ser municipalizado mesmo.

Então, eu acho que nós temos que ter sistema federal nacional, no modelo que nós conseguimos para a área de saúde. Eu concordo com o Abrucio. É o melhor que nós conseguimos até hoje, tem um funcionamento razoável e nos permite avançar. Acho que nos permite dar passos mais adiantados na área da educação.

E existem experiências que estão dando certo. Se houver articulação, Cristovam, acho que podemos alcançar. Acho que uma das coisas com que a gente já botou o pé na federalização foi o piso nacional para professores. Esse mínimo está garantido. Quer dizer, o Prefeito pode dar mais, há Prefeito que pode dar mais, há Prefeito que não pode. O que não puder, a Federação garante. Vamos cobrir essa parte. O que está acontecendo hoje é que a Federação ainda não está dando essas garantias, e isso cria o ressentimento do prefeito que não está em condições de pagar. Isso vai criar um problema para ele, efetivamente, mas nós temos que bancar esse modelo do piso, que já é a primeira partida nacional, é a primeira conquista para se ter um modelo mais unificado na área da educação. Depois entra-se em currículo, liberdade de pensar, de funcionar, das particularidades das regiões, da região do Amazonas, das tribos que estão se incorporando a um Sistema Nacional de Educação com modelos próprios, com línguas. Em tudo isso nós vamos andar, mas acho que nós teríamos que seguir o modelo da saúde, que, acho, foi positivo, foi bom, e também ver as experiências positivas e ricas que estão acontecendo no Brasil inteiro e que podem ser replicadas positivamente; não igualmente, mas podem ser aproveitadas num modelo nacional.

Então, eu acho que nós vamos terminar adotando o modelo federal, não no sentido de comando nacional, de tudo nacional. É impossível acontecer isso, mas acho que essa diretriz geral, essa articulação geral do Sistema de Educação nós podemos fazer, quebrando uma parte dessa separação corporativa que nós temos na área da educação.

Eu ainda colocaria um outro ingrediente para o problema da escola em tempo integral, que é o problema do professor com dedicação exclusiva, porque nós temos um problema de loucura na educação, que é a corrida dos professores para três, quatro escolas/dia, dia. Com isso, você deixa a pessoa sem condições. Então eu acho que nós temos que resolver também isso, que é um problema da própria categoria. Muitos acham que não, tem que ter duas, três escolas, etc. Mas eu acho que, se houver um bom debate, os professores vão topar também um ingresso com dedicação exclusiva numa única escola. O que ocorre é que você não fica numa única escola com o salário que se paga hoje. O problema está aqui. Essa é uma base que nós temos que resolver e, talvez, a solução seja também nacional, para garantirmos um salário digno para os professores, para que eles possam estar numa escola de alfabetização, tendo-a como escola exclusiva. Acho que assim nós vamos ter a escola de tempo integral.

É um tema muito rico. Há muita coisa para se comentar, se falar. Eu imagino que você tenha oito páginas aí de cada um, entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Na proposta da federalização, há exigência do professor com dedicação exclusiva e avaliado sem estabilidade plena. Ele tem estabilidade política, em relação ao prefeito, ao governador, aos pais, mas, se ele não for aprovado a cada tanto tempo numa avaliação, ele cede o lugar dele para outro. Para isso, eu proponho R$9.000 por mês. Em uma nova carreira, nova carreira, com concurso novo.

Antes de passar a palavra para a Senadora Ana Amélia, eu quero dizer que temos dois problemas: o

professor João Batista tem que sair às 12h30, e, se eu não for lá na Comissão de Direitos Humanos, os índios já me disseram que vão invadir isso aqui, porque há um projeto para o qual vou dar o parecer que é do interesse deles.

Então, eu queria pedir, Senador Inácio, que assuma aqui a Presidência, enquanto eu vou lá tentar resolver esse assunto. Espero voltar a tempo de me despedir ou, pelo menos, de fazer os comentários sobre o seu trabalho, senão eu farei em outro momento. Ou o farei para a televisão, e você depois assista.

Bem, Senador Inácio.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Senador Cristovam, antes de V. Exª sair – pela ordem, serei a próxima a falar – eu queria dizer ao Senhor: lembre-se do Nelson Carneiro, que, durante 40 anos aqui, defendeu o divórcio e conseguiu. Então, em sua tese, continue tendo obstinação, que um dia ela pode sair.

Então, só para lhe dar um estímulo e para lhe dizer também que talvez um dos modelos que tanto estímulo deu foi o de Leonel Brizola. No Rio Grande do Sul, nas décadas de 50 e 60, iniciou um processo – pena que os governos têm a mania de mudar o que há de um bom em um projeto, o que a professora Guiomar falou –, para a escola de tempo integral. Foi essa a idéia, essa a filosofia e, lamentavelmente, a gente vê quebrar a espinha dorsal de um projeto com boa iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Eu agradeço, mas eu só quero dizer que ele tinha uma base de apoio forte: todos os maridos e mulheres de casamentos desfeitos; e as crianças não apóiam.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pois é, mas, enfim, caro Presidente, Senador Inácio Arruda, é pena que a importância e a relevância da educação, de que a gente fala tanto e que sublinha tanto, não tenha, digamos, o espaço. Então, em vez de a TV Senado ter uma grande audiência, estar transmitindo um debate com este grau, este nível e este conteúdo, a gente está transmitindo é uma briga da CPI do Cachoeira. Então, este é o País que nós temos.

Gostei também do editorial que o professor Abrucio citou, que diz que "se você acha que educação é cara, experimente a ignorância". Isso tem um peso sobre um país.

Quando o Prof. João Batista falou sobre o cantão suíço, sobre a questão do federalismo, lembrei que, de um cantão para outro, dá para ir de bicicleta, Professor, mas de Porto Alegre para Uruguaina, que é no Rio Grande do Sul, não dá para ir de bicicleta, porque é uma distância grande. Claro que hoje, com os mecanismos e a tecnologia da informação, você pode, como estão fazendo os Estados Unidos, com controles por Internet, ter acesso, em redes próprias das escolas para avaliar o nível de alunos – é uma experiência nova que existe lá – para saber qual é o grau de necessidade que esse aluno tem, que não chegou ao nível bom de aprendizado, para ser selecionado para um único professor, para dar uma recuperação. Mas esse é um sonho que a gente vai realizar.

Todas as avaliações são ótimas. Gostei muito de quando o senhor que é uma questão difícil a gestão na área da educação. O piso nacional, que é uma necessidade, é um salário ainda pequeno, para R$1.400, mas isso conflitou, realmente, com o processo federativo. Nós fomos, Senador Cristovam, Senador Pedro Taques e eu, ao Procurador-Geral da República, Dr. Gurgel, para pedir que o piso fosse respeitado pelos Governos estaduais, porque a maioria dos Governos, inclusive do meu Estado, não estava cumprindo o piso. E aí ele disse, simplesmente, o seguinte: "Há duas semanas, vieram aqui os prefeitos, para dizer exatamente que não tinham condições de cumprir, porque não tinham fonte de recursos." O Senado, o Congresso deu apenas o piso, mas não disse de onde era para tirar o dinheiro ou a fonte pela qual a União, prima rica, poderia prover financeiramente os Municípios para arcar com essa responsabilidade. É uma questão de gestão financeira. Uma coisa de que falamos como necessidade é esse compartilhamento também das receitas.

Em seguida, como lembrou o Senador Cristovam, os Governadores foram ao Supremo para questionar a constitucionalidade da lei. Veja a confusão, do ponto de vista até da legalidade desse processo, em que nós ficamos. E não interessa para o pai do aluno, especialmente aquele de família carente, se é a União, se é o Estado ou é o Município. Ele precisa de uma escola para o filho. Então, é a velha tese do Deng Xiaoping: não importa que o gato seja preto ou pardo, desde que ele cace o rato.

A escola de tempo integral, realmente, é uma questão, ainda mais agora em que a criança acaba sendo refém da criminalidade, da droga e tudo mais que sabemos.

Também gostei do que o Prof. João Batista falou sobre essa questão de haver um padrão de escola, de creche ou de ensino infantil, como se a gente fosse um país rico que pudesse se dar o luxo de fazer isso. Fui a uma creche aqui em Brasília, de filhos de diaristas. Primeiro, eram crianças que eram recolhidas na rua. E eu fui lá porque costumo compartilhar com essa creche alguma ajuda pessoal. Tudo era simples, simples, mas muito cuidado, e as leis brasileiras determinaram o fechamento dessa escola. Então, as crianças ficam nas ruas. São abandonadas pelos pais por qualquer

motivo, são filhos de pais desajustados, drogados, moradores de rua, e aquelas crianças indefesas ficam pelas ruas, porque aquela creche não estava no padrão que a lei estabeleceu. Penso que é preferível um teto, onde haja uma alimentação, um banho; e não é banheiro que parede toda branca, revestida com azulejos, mas é um lugar de trato com respeito à criança. Então, com isso, prefere-se que fiquem nas ruas, com a fragilização toda, do que ficar lá.

Então, eu acho que é pertinente isso, porque vai se dar até de acordo com a cultura das pessoas ou das regiões. O meu Estado é uma federação dentro do Rio Grande: o norte, o sul, o centro, o noroeste são regiões que dão ao Estado essa diversidade. Então, claro que a ideia nascida aqui hoje, levantada pelo Dr. Fernando Abrucio, é um caminho de luz, ou seja, repetir na educação o que se faz na saúde. E ainda a saúde é um problema em que a Federação mostra o seu esfacelamento e a sua fragilização.

Os Municípios, pela lei, o senhor sabe, são obrigados a aplicar 15% da sua receita líquida em saúde. Os Estados, 12%; e à União não há nenhuma referência. Tentou-se atribuir à União 10% com a Emenda nº 29, mas não se aceitou. Isso porque a pauta legislativa é da União; a pauta é do Governo Federal. Então, essa história do municipalismo...

Agora, o Governo tira o IPI. Ocorre que a maioria dos Municípios brasileiros é de até cinco mil habitantes. São Paulo tem o IPTU, tem vários impostos para compor a sua receita, assim como as grandes capitais e as grandes cidades, mas para as cidades pequenas, como disse, a maioria, a maior fonte de receita é o FPM. E com o Governo, simplesmente retirando o IPI, Municípios como Santa Rosa, lá no noroeste do meu Estado, que tinha R$1 milhão a receber, vai observar uma queda de receita para R$600 mil. É uma ruptura! Imagine se o nosso orçamento familiar caísse pela metade!

Então, essas questões têm transversalidade não só na educação, mas na gestão pública. Os Municípios não têm força política para determinar, digamos, uma pactuação de que eles sejam porta-vozes. O piso, por exemplo, foi decidido de cima para baixo. Não há um compartilhamento de discussão também sobre isso. Penso que o SUS está funcionando – claro, não é o ideal –, mas, pelo menos, é um sistema que funciona para atender os três níveis...

O SR. JOÃO BATISTA DE OLIVERIA – (*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pois não, Professor. Parabéns pela exposição e pela contribuição dada!

Então, eu penso que esse debate existe.

E, só para terminar, foi sugerida pela Profª Guiomar a questão de o Estado ser o coordenador desse processo. E o senhor, que é cientista político... Eu vejo, agora, o caso de São Paulo na segurança pública. A União resolve – entre aspas – uma "intervenção", e há até um caráter político nesse processo, mais que um caráter técnico de se resolver um problema grave de segurança pública. Há claramente isso! Então, o que me preocupa é que, quando se propõe uma orientação política de um determinado governo, este queira impor a sua ideologia, a sua forma de ver as coisas a toda uma coletividade da municipalidade. Isso o Brizola tentou quando criou o Ciep no Rio. E, hoje, você não se vê mais Cieps, não se vê mais esse elemento. Ou seja, quebra-se, vão se quebrando projetos importantes e que poderiam ter duração.

Nesse aspecto, a questão do Estado, da visão republicana, e não de governos ou partidos, mas do interesse social de uma questão como a educação ou a saúde pública. A saúde não tem ideologia, ou seja, a saúde não é do PCdoB, não é do PT. É preciso que um cardiologista seja um bom cardiologista; não necessariamente comunista, progressista, tucano ou petista. Ele tem que ser um bom médico.

Então, eu tenho a preocupação de que, numa coordenação dessas, dependendo da cabeça que tenha o líder ou o governador, determine-se que agora se faça isso e, quando ele sair, depois de quatro anos, venha outra orientação e se mude tudo aquilo que foi feito e se quebre, de novo, essa orientação política.

Então, é apenas uma observação que eu queria registrar, renovando a minha boa impressão e o aprendizado que tive hoje com as exposições do senhor, da Profª Guiomar e do João Batista.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Senadora Ana Amélia, eu agradeço e, antes de passar a palavra ao Professor Fernando, faço alguns comentários aqui. Serei bem rápido.

Primeiro, uma coisa interessante que disse o João Batista é que, no Brasil, em vez de a educação ter influído no desenvolvimento, foi pelo desenvolvimento que se juntou dinheiro e se influiu na educação. Só que eu acho que se chegou ao limite. A partir de agora não haverá mais desenvolvimento se a gente não fizer a revolução educacional.

O Prof. Vamireh pediu a palavra, e eu a passarei depois.

A outra coisa é quando se fala do Pedro II. Sempre que se fala do Pedro II as pessoas comentam que ele é bom porque seleciona os alunos. Mas, se ele não fosse bom, não precisava fazer essa seleção. Se as famílias que o procuram são em número maior do

que o de vagas disponíveis, é porque ele é bom. Agora, é verdade que surge uma deformação na medida em que já entram os melhores. Mas, se todas forem iguais, não teremos esse problema. Então, é um argumento que não pega.

Outra coisa importante é saber se um sistema faliu ou não. Eu acho que faliu; não em todos os lugares, muito menos em todas as escolas. Muitas delas são boas, eficientes etc., mas o sistema está ruim. E a grande pergunta é o que colocar no lugar. Eu insisto que não bastam ajustes, como a gente vem fazendo há anos. O Senador Inácio disse que melhorou. Melhorou! Mas eu não colocaria o "muito" que ele disse, porque dizer "muito" é muito relativo. Claro que está melhorando, mas a velocidade imposta pelas exigências de educação é maior que a das melhoras que a gente vem promovendo.

Um problema sobre o qual eu insisto é o da descentralização. Ela não dá certo em um lugar muito desigual – e você tocou nisso. É possível ter descentralização na Suíça, nos Estados Unidos, porque a renda é muito parecida, porque as características são muito parecidas, mas, aqui, nós temos lugares que pagam quase R$5 mil ao professor, como em Brasília, e temos lugares que só podem pagar R$800,00. Como é que a gente pode descentralizar e querer equidade? É o caso da Suíça, que você citou.

A responsabilização dos prefeitos. Como responsabilizar os prefeitos com a desigualdade de renda que eles têm? É impossível responsabilizar igualmente.

E ele falou muito do Sistema S, de que eu sou um defensor. Mas o Sistema S é federal, os recursos são federais, mesmo que a distribuição desses recursos não seja igual, porque é proporcional ao produto daquele Estado. De qualquer maneira, são recursos federais, como é o caso de Brasília.

Eu queria que se mostrasse outra vez o desenho dele. (*Pausa.*)

É fácil, porque é a primeira imagem. Se não for, não precisa. (*Pausa.*)

Brasília está lá em cima. Brasília, gente, é federal! Quem paga o salário dos professores daqui é o Governo Federal. E eu sempre me pergunto: por que nós, que somos uma das cidades mais ricas – e Brasília está lá em cima... Aquele descolamento acima da linha mostra que está bem, como o Paraná... Então, o Distrito Federal é pago pela União. Mas eu não quero que a União deixe de pagar o Distrito federal; eu quero é que pague aos outros também para se poder ter uma igualdade.

E, aí, outra coisa: imagine o que aconteceria se a gente transferisse, Senadora Ana Amélia, aos Municípios a gestão de todas as estradas, de todos os portos, de todo o sistema de energia? Não funcionaria.

Eu estou de acordo com a ideia de creche dele. Eu não sou dos que defendem creche estatal como a saída. Creche, acho, tem que ser por parceria público-privada, controlada pelo Estado. A ideia de creche estatal me assusta, porque é possível aguentar greve de crianças na escola, mas não dá para aguentar greve de quem cuida de bebês. Não dá. Há uma questão de amor muito mais forte na relação com as crianças na primeira infância do que com as crianças da educação de base. E amor não se escolhe por concurso público. Espero que ninguém nem imagine em fazer isso, porque vai dar problema.

Pois bem, quanto à Guiomar, a diferença entre professores de uma mesma escola é maior do que entre escolas, caras, privadas e públicas. Claro, mas temos é que igualar a qualidade desses professores. E estou totalmente de acordo com você, Fernando, que foi ainda mais enfática do que ela e disse que o problema do ensino médio está no ensino fundamental II, que, por sua vez, está no ensino fundamental I. E na universidade também. A qualidade da universidade jamais vai ser boa, toda ela, todo o sistema, se temos uma educação fundamental que não permite um bom ensino médio.

Há aqui algo em que a Senadora Ana Amélia até ajudou. Trata-se da questão da gênese. O sistema é disfuncional, porque os Estados são disfuncionais, porque não temos um sistema de Estados e Municípios com rendas semelhantes e nem com vontades parecidas. As vontades dos prefeitos variam muito, e a criança fica vítima daquele prefeito. A gestão baseada em centralização é ruim. Defendo a descentralização.

A Guiomar falou que o prefeito é o dono ali, do pedaço dele. Eu quero vê-lo ser dono do salário mínimo, se não o demitem. Quero vê-lo ser dono da moeda, quero vê-lo dizer: "aqui não entra a moeda real, apenas entra a minha própria moeda." Quero vê-lo ser dono das escolas técnicas e universidades federais ou do Sistema Único de Saúde, ou das estradas e portos. Eu divido que ele seja dono do pedaço e diga: "a partir de agora a gente não vê mais tal e tal canal de televisão", e fechar a transmissão.

Aqui há uma frase da Guiomar, que achei muito interessante, que é a de que o País precisa se preocupar com os jovens, precisa se preocupar com as crianças. E aí me fez lembrar uma coisa dela, que me toca muito: foi preciso ela ir à China para ouvir a pergunta: "o que vocês fazem com suas crianças no outro horário em que não estão na escola?" Essa é uma pergunta que temos que fazer aqui desde sempre. Foi preciso ir à China, um país que tem mais dificuldades de que

o Brasil, apesar de ser centralizado, o que pode dar facilidade. O Estado tem responsabilidades, mas são desiguais. Então, a questão é como compactuar em condições desiguais. Aí, deixo como pergunta: como compactuar com condições sociais tão desiguais. Talvez, você que conhece bem, possa considerar que a Índia pode ser um exemplo, mas está cheia de problemas também.

Quero chamar a atenção – não sei se foi você ou ela que falou – para as oligarquias. Eu gostei muito do que falou, ou seja, de que não se quebraram as oligarquias. Só há um jeito de se quebrar a oligarquia: educar o filho do oligárquico na mesma escola do filho do "oligarcado". É o único jeito, não há outra maneira de quebrar oligarquias. Quebramos um ou outro coronel; surgem outros coronéis. Acabamos com o coronel empresarial, vai haver coronel sindical. Vão continuar as oligarquias. Somente a educação quebrará as oligarquias.

Aqui dou o exemplo. Quem faz um país é a sua educação. Há um exemplo concreto: a Itália. A Itália não existia há 161 anos. Era uma porção de principados, de cidades independentes, cada uma falando um idioma. Foi a escola que unificou o idioma italiano para toda a Itália, e o Exército o fez para os jovens, os que não eram mais crianças.

Gostei quando você falou que a história da escola é uma história de dualismo. É verdade. Temos que quebrar esses dualismos: o dualismo do Estado, o dualismo do Município e o dualismo de renda. Felizmente, não temos mais aqui o dualismo de gênero, mas muitos países ainda o têm, sobretudo os países islâmicos. Aqui, pelo menos, o gênero não gera dualismo. Talvez haja mais meninas entrando na escola do que meninos.

Há também que idéia de que a saúde tem uma coalizão. Essa é uma frase muito importante da sua fala. Como construímos essa coalizão na educação? Se não é a federalização, como se cria, vamos chamar, um sistema único de educação? O regime de colaboração não aparece em outros setores como aparece, por exemplo, na saúde. Apareceu e trouxe resultados em São Paulo, Minas e Rio Grande do Sul, mas não trouxe em outros lugares. E vamos ficar esperando? Não. A Nação brasileira tem que influir para que essa coalizão aconteça, e, às vezes, a coalizão tem que ser feita em nome das crianças e do futuro do País não como algo da conversa e do diálogo, mas com algo de opção por determinados projetos.

Se fosse dialogar com a população local, a Presidenta Dilma não estaria fazendo Belo Monte. Não houve diálogo. O Brasil precisava de energia? Então, vamos fazer uma represa daquele tamanho. Por que na educação, que é a maior de todas as energias, não conseguimos ter uma vontade nacional democraticamente aprovada pelo Congresso? Por isso estamos aqui.

Uma coisa que sobre o tempo. Creio que podemos fazer a revolução em um ou dois anos em uma escola, mas, nas 200 mil, vamos precisar de 20 anos. Em vez de ir melhorando cada uma, a minha proposta é revolucionar por cidade. Em dois anos, mudamos todas as escolas de uma cidade pequena. Essa cidade, já vai, em poucos anos, ter o resultado pleno dos efeitos das medidas. Depois, vai para outra. Eu, segundo minhas contas, levaria 20 anos. E não precisaria de 10% do PIB. Precisaria de 6,4%, o que ainda daria 3,6% para os outros setores da educação.

Finalmente, falta a liga. Foi o Inácio que falou: falta uma liga. A liga viria da federalização, permitindo, inclusive, a convivência entre o setor público e o privado. Tenho um projeto aqui, muito criticado, chamado Proesb, que é o ProUni na educação de base. Não sou contra usarmos escolas particulares para atender necessidade de educação de base, desde que quem escolha a criança não seja o dono da escola, certo? O critério dos que moram mais perto não dá certo, porque as escolas ricas estão sempre em bairros onde só moram ricos. Tem de existir um critério em que se escolha de maneira democrática o aluno que via estudar naquela escola. E também não pode ser por vestibularzinho, porque, nesse caso, também só entram os que já estão melhores. Sou a favor, sim, de um Proesb, que seria um ProUni da educação de base, fazendo essa liga que o Inácio cobrou.

Alguém falou que há Municípios que estão dando certo. Há. E por que não espalhamos esse Município para os outros? E, aí, não será apenas um Município que está dando certo a espalhar o seu modelo, mas, sim, a União que vai espalhar esse modelo.

Fiquei pensando que foi preciso ir à China e também no ônus que fica para o Município. De fato, fica um ônus brabo, o piso salarial não tem como deixar de ser pago pelo Município. É verdade. Mas volto a dizer o que disse antes: mas, então, baixamos o nível do salário ao potencial financeiro do Estado e do Município ou elevamos o potencial do Município para chegar a um bom salário para o professor? E, aí, só há um jeito: a União assumir esse tipo de gasto.

Achei interessante você dizer que a Suíça está caminhando mais para uma espécie de federalismo do que para um confederalismo. Confesso que eu não sabia disso. Por aí afora, tem sido o contrário. Tem sido o contrário do que defendo, tem sido uma descentralização. Não é descentralização, é uma independência maior. Gostei de saber disso. Eu anotei que, se não tivéssemos tido um imperador, era capaz de não ser-

mos um País só. Então, em um primeiro momento, foi preciso uma unidade. Essa unidade se deu pelo Estado, não se deu pela educação. Está na hora de ela se dar pela educação. Depois, a gente descentraliza mais.

Então, isso era o que eu tinha para colocar acerca dos comentários de cada um de vocês. O que eu queria falar e que, para mim, é o mais importante, falei logo no começo: são aqueles princípios básicos que tenho da federalização. Primeiro, o fato de que a criança é brasileira, só depois é que ela é municipal; criança é nacional; ela não é municipal. É uma visão diferente de muitos. É uma visão unitária.

Eu defendo uma República unitária, a tal ponto que, dentro de algumas décadas, não se precise de Senado. Não se vai precisar de Senado quando for uma nação com grau de unidade razoável.

Eu defendo que a desigualdade que impede o tratamento igual às crianças está na educação; que a equidade viria de uma carreira nacional de professor e da qualidade dos equipamentos; que o sistema faliu. Esse é um dado importante.

Há duas visões: o sistema precisa melhorar, ou o sistema precisa ser substituído. Defendo uma substituição. Posso estar enganado, mas a evolução não vai fazer a revolução. Há momentos na história em que é necessária uma ruptura. Nós precisamos de uma ruptura no sistema educacional, para outro sistema. Que o sistema único que eu defendo tem de deixar descentralização gerencial e liberdade pedagógica.

Finalmente, aquilo de que falei: que, existencialmente, pessoalmente, se eu não tiver uma bandeira da federalização hoje, eu fico sem bandeira alguma. E eu tenho direito a ter uma bandeira; tenho obrigação até. Das que são faladas por aí, eu ouço mais diagnósticos do que está ruim, ou intenções de como fazer bem, mas não medidas de como fazer.

O PNE, eu já disse, é uma soma de intenções com o número mágico de 10% do PIB. Se a gente, amanhã, desse 10% do PIB para a educação, o PNE não diz como seriam aplicados, e aí seria um desperdício. Se chover no quintal da escola, na primeira chuva, vira lama, se a gente não disser como esse dinheiro se transforma em neurônio na cabeça das crianças.

Bem, vou pedir ao Prof. Vamireh para falar bem rapidinho, passamos ao Professor Fernando e aí terminamos.

Quero agradecer à Senadora, que já ficou todo o tempo – eu sei que tem mil atividades aí fora. Eu agradeço muito a V. Exª. Nós continuaremos aqui sem a senhora, embora não tenha o mesmo brilhantismo a reunião. E perdemos a mais importante municipalista deste Congresso.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP– RS) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Professor Vamireh Chacon.

O SR. VAMIREH CHACON – Atendendo ao apelo do Presidente da reunião, Senador Cristovam, vou ser muito breve, porque realmente o tempo está um pouco tardando.

Existe também nas sociedades o peso da inércia. O Brasil foi durante 350 anos um Estado unitário. Começou essa unidade de cima para baixo em 1549, com a criação do Governo-Geral da Bahia, pelo simples motivo de que, com raras exceções, quase todas as capitanias fracassaram. Isso está nos livros de primeiro grau, se a gente ainda recordar alguma coisa importante deles. Até 1889. De 1822 a 1889, havia o Estado monárquico brasileiro.

E concordo com o Senador Cristovam quando ele diz – e estendo, dos imperadores do Brasil, aos reis de Portugal – que, sem eles, não existiria nenhum Brasil. Já foi fartamente estudado, desde autores clássicos até contemporâneos seus e meus, como o Brasil ainda hoje tenta constituir-se como nação e ainda é basicamente um Estado, um Estado com e maiúsculo.

A descentralização no Brasil vem com o federalismo e, em vez de ter 350 anos, tem 123 – de 1899 a 2012. Claro que hoje o tempo histórico é muito mais rápido, porém é preciso que se recorde que o peso da inércia é uma força. Isso é um princípio básico da Física: uma força negativa, mas uma força.

Então, não estou propondo que a gente espere completar outros 350 anos, mas a resistência é cultural. O Brasil, durante 250 anos, olhou para Salvador como capital. Durante mais de cem anos para o Rio de Janeiro e, a partir das nossas gerações – a minha, que já sou um pouco mais velho e a dos senhores, que são mais moços –, para Brasília.

O Município é muito distante, e não somente nos confins do Brasil, mas nos confins do próprio Estado. São Paulo, por exemplo. Nós sabemos há Municípios pobres em São Paulo, de renda *per capita* muito baixa, a uma distância que não chega a 150 quilômetros da capital, daí para menos. Portanto, essa vitória sobre a inércia tem que ser um esforço redobrado.

Concluindo, e voltando ao ponto de partida, concordando com o Senador Cristovam, a gente tem que pedir o máximo, senão não obtém o mínimo. Não se trata de utopia, no sentido metafórico, porém de utopia no sentido de meta alcançável, senão pela nossa geração, com certeza pela seguinte, e não pelas seguintes. Temos de pedir o máximo para obter senão o mínimo, até mesmo satisfatório, porque estamos lutando com 123 anos de descentralização contra 350 anos de centralização.

Era somente isso.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Muito obrigado.

Passo a palavra ao Prof. Fernando Abrucio, a quem eu já agradeço muito por ter vindo, para fazer qualquer comentário que considere conveniente.

O SR. FERNANDO ABRUCIO – Eu vou fazer uma fala mais rápida, porque o tempo já passou bastante, só para fechamento.

Eu acho muito louvável a discussão que o Senador Cristovam Buarque coloca, embora não concorde com todos os pontos, porque ela coloca no centro não o tema da federalização, mas coloca no centro o tema da educação, o que a gente alcançar. Acho que isso é importante para debater, para pensar em soluções. Às vezes é preciso pensar o utópico para alcançar o possível. Na verdade, estou copiando o velho Max Weber, que disse que para alcançar o possível é preciso pensar o impossível. Sem dúvida alguma, não há a menor dúvida quanto a isso.

Sobre a idéia que o Senador colocou, do sistema falido, eu acho que é possível fazer uma grande mudança no sistema com as bases que ele tem hoje, e estou pensando, sobretudo, na criação de um sistema nacional de educação que nós não temos. Para fazer isso é fundamental definir melhor qual é o papel do Governo Federal. Inclusive do ponto de vista financeiro redistributivo, isso não está claro.

Segundo, definir fóruns federativos. Nós não temos fóruns federativos na área de educação. O que eu temo na federalização, no sentido colocado inicialmente, é que vamos dar um poder aos burocratas de Brasília – me perdoem – muito grande, e isso vai ser um desastre no País.

Terceiro, é preciso que os Estados tenham, sim, um papel coordenador. No caso que o Senador Inácio Arruda contou do Ceará, ele tem feito um papel muito bom; o Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa, lançado recentemente pela Presidenta Dilma é um inspiração do caso do Ceará. O Governo do Ceará tem feito uma coordenação com os Municípios dos mais diversos partidos, e os resultados de Sobral e de outros Municípios são impressionantes, Senador; são impressionantes! Mostra que é possível dar certo. Por que os outros Estados não fazem isso? O Ceará está muito distante dos demais nisso. Então, acho que tem que aumentar o poder de coordenação, tem que pensar em formas de ação mais articulada dos Municípios.

É possível que daqui a 20, 30 anos... Não que o Município deixe de ser ente federativo, mas que eles virem unidades,que várias unidades se transformem em uma unidade só. Isto aconteceu na história da Alemanha e de outras federações. Acho que preciso fortalecer a articulação intermunicipal, e é preciso criar capacidade de gestão no âmbito local, porque, seja uma proposta de sistema, seja uma proposta de federalização, quando o Senador fala em descentralização gerencial, mesmo nessa, se não houver capacidade de gestão municipal, não adianta nada.

Nesse sentido, para terminar, eu acho que há duas que estão aí na nossa porta, sem abandonar a utopia, que precisam de intervenção mais imediata em torno das idéias que nós discutimos. A primeira tem a ver com os *royalties* do petróleo. Essa discussão está aí, e a distribuição desses *royalties* para os Municípios, para os Estados, sem nenhuma vinculação, sem nenhum projeto de País, é um desastre. Acho que educação é a grande questão. Como a abolição foi a questão do Joaquim Nabuco, a educação é a grande questão hoje, mas tem-se de definir isso mais claramente em relação a objetivos.

E aí entra o segundo ponto que é o Plano Nacional de Educação. Eu acho que o desafio é articular o Plano Nacional de Educação com a Lei dos *royalties*, porque se nós fizermos isso, os Municípios vão poder pagar um piso não de 1.400, mas um piso maior do que os 1.400. Hoje eles não podem mesmo. Essa é uma questão essencial.

Nós temos hoje uma fonte – eu não sei se deve ser 8 ou 10% –, eu sempre pergunto duas coisas: de onde vem e para quê? São 8 ou 10%, para mim é menos importante. De onde e para quê? De onde nós temos uma fonte efetiva, que é a questão dos *royalties*. Então, vamos pegar isso. E, quanto ao para quê, concordo com o Senador que o Plano Nacional é muito geral, de fato, quase um conjunto de platitudes, em boa medida. Temos que definir o conjunto de prioridades, o número pequeno de prioridades, entre as quais a educação integral. Temos de eleger algumas prioridades e dizer: "É isto: temos estes os recursos, a articulação vai ser esta, esses fóruns vão estar, ao longo do tempo, alimentando isto e vamos fazer isto.". Em 10 anos nós temos que alcançar a meta x; tem-se de colocar uma meta.

Se nós fizermos a junção da lei dos *royalties* com um plano nacional definindo de onde e para quê na educação, e a partir disso construir um sistema – não que a utopia deva ser abandonada – a utopia vai ser discutida num cenário muito melhor do que o cenário do que o cenário de hoje.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Antes de encerrar, quero dizer que o Prof. Fernando provocou aqui uma coisa boa, que é o *royalty* do petróleo.

Mas, antes, uma coisa. O senhor falou: "Por que os outros Estados não copiam o Ceará?". Mas eu prefiro,

ao invés de dizer "por que não copiam?", perguntar:"E se eles não copiarem, vamos ficar esperando?" Não, vamos intervir.

O SR. FERNANDO ABRUCIO – Podem ser criados incentivos.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Vamos fazer. Exatamente!

Agora, quanto ao petróleo, eu devo ter sido o primeiro a apresentar a idéia de uso dos *royalties* do petróleo para aplicar na educação, 100% deles. Por isso que o meu projeto foi arquivado imediatamente. Mas eu não apresento isso com medo. É que a gente comece a dizer: vamos esperar o pré-sal para cuidar da educação. Aí é um desastre, porque eu tenho as minhas dúvidas se há essa reserva; se a gente consegue explorar eficientemente; se o preço vai estar satisfatório quando chegar a vez de vender o petróleo. Mesmo assim, eu acho que a minha proposta é correta ao defender 100% dos *royalties* para a educação, sendo esse dinheiro distribuído proporcionalmente ao número de alunos na escola do ensino fundamental em cada cidade ou Município.

Mas o que eu disse que ele provocou é que uma revista inglesa, esta semana, trouxe um debate sobre se a Petrobras deve servir ao Brasil ou aos brasileiros. Esse debate permite uma reflexão profunda, porque mostra que o Brasil não é os brasileiros, por duas razões: eles são divididos em classes muito diferentes, inclusive os excluídos, e o que interessa a um não interessa necessariamente ao outro; e porque nós, brasileiros, temos uma visão muito de curto prazo e não percebemos as gerações futuras.

O Governo brasileiro atual está usando a Petrobras atual a serviço dos brasileiros de hoje, que consomem combustível, e que pode ser que sejam muitos; são quase todos, talvez. Ao manter a tarifa, o custo do combustível baixo, está-se beneficiando todos nós, porque está impedindo que a inflação volte. Mas, primeiro, ao custo de um preço controlado que, amanhã, vai cobrar alto do ponto de vista de aumento de preço. A gente já viu que controle de preço dura pouco. E, segundo, ameaçando a estabilidade de uma empresa que pertence não somente aos brasileiros de hoje, mas a todos os brasileiros. E é o que está acontecendo com a Petrobras quando a gente analisa.

E essa matéria da revista *The Economist* foi sobre isso, sobre a situação periclitante em que a Petrobras está. Ela tem que servir ao Brasil, não é a mesma coisa que servir aos brasileiros de hoje nem aos consumidores de petróleo. E a única maneira de a gente fazer com que Brasil seja igual a brasileiro eu acho que é educação igual para todos. Obviamente, tem que ver o conteúdo, tem que ver grade, tem que ver tudo isso, mas somente uma educação com a mesma qualidade para todos é que vai fazer com que em algum momento o Brasil seja igual a soma dos brasileiros. Hoje, não é ainda, porque não temos a consciência do longo prazo e porque somos divididos. E somos divididos, sobretudo, pela desigualdade na educação, porque o berço da desigualdade está na escola, assim como também o berço da igualdade pode ser na escola.

É por isso que a gente está fazendo todo esse debate aqui. Temos mais uma ainda para fazer, no começo de dezembro, no dia 05, creio, que será o último deste ciclo. Será a sexta audiência, discutindo qual é o papel da União no processo educacional brasileiro.

E eu, por meio do Prof. Fernando, agradeço a todos que já vieram – e foram muitos – e já convido os demais para que estejam aqui.

Muito obrigado, Prof. Fernando.

Está encerra a audiência.

(Iniciada às 10 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 02 minutos.)

ATA DA 52ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE NOVEMBRO DE 2012.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e quarenta e dois minutos do dia vinte e dois de novembro de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência Eventual do Senhor Senador Ricardo Ferraço**, e com a presença dos Senhores Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Lídice da Mata, Inácio Arruda, Ana Amélia, Cyro Miranda, Cássio Cunha Lima, e João Costa, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Walter Pinheiro, Cristovam Buarque, Roberto Requião, Pedro Simon, Benedito de Lira, Romero Jucá, Waldemir Moka, Ciro Nogueira, Paulo Bauer, Maria do Carmo Alves, José Agripino, Armando Monteiro, João Vicente Claudino, Magno Malta, João Ribeiro, Kátia Abreu e Flexa Ribeiro, que justifica a ausência. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura das Atas das Reuniões anteriores e a aprovação das mesmas, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 49/2012-CE, de autoria da Senhora Senadora Ana Amélia, destinado a "**Instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 45, de 2008, de autoria da Senadora Ana Amélia, que 'Dispõe sobre o patrimônio cultural subaquático brasileiro**

e revoga os arts. 20 e 21 da Lei nº 7.542, de 26 de setembro de 1986, com a redação dada pela Lei nº 10.166, de 27 de dezembro de 2000'". Logo após, a Presidência registra a presença para acompanhar a Audiência Pública do Senhor Almirante Roberto Gondim Carneiro da Cunha, Representante do Estado Maior da Armada e Representante do Comandante da Marinha; Senhor Rogério Pinto Ferreira Rodrigues, Capitão de Fragata da Marinha; Senhor Carlos André Lopes da Silva, Capitão de Corveta da Marinha; Senhora Rosana Najjar, Diretora do Centro de Arqueologia do Centro Nacional de Arqueologia – CNA; Senhor Andrey Rosenthal Schlee, Diretor do Departamento de Patrimônio Material do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN e Senhor Roberto Stanchi, Coordenador Técnico de Licenciamento Cultural do Centro Nacional de Arqueologia – CNA. Como expositores, comparecem à Audiência Pública o **Senhor Fernando Fernandes da Silva, Professor de Direito Internacional da Universidade Católica de Santos – UNISANTOS/SP; Senhora Patrícia Reis da Silva, Coordenadora Interina da Área de Cultura da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO/Brasil; Senhor Estevão Campelo, Engenheiro de Pesca; Senhor Henrique Mourão, Coordenador de Patrimônio Cultural da Escola Superior de Advocacia da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Minas Gerais – OAB/MG e Senhor Flávio Haruo Mathuiy, Capitão de Mar e Guerra da Marinha do Brasil**. Neste momento, o Senhor Presidente Eventual, Senador Ricardo Ferraço, passa a presidência dos trabalhos ao Senhor Senador Cássio Cunha Lima. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usa da palavra a Senhora Senadora Ana Amélia, autora do Requerimento. Após as considerações finais dos expositores, a Presidência acata à sugestão do Senhor Henrique Mourão, no sentido de juntar em ata a decisão do Supremo Tribunal Federal proferida no Habeas Corpus nº 89.878. O Senhor Presidente Eventual, Senador Cássio Cunha Lima, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e cinquenta e seis minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Cássio Cunha Lima,** Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Havendo número regimental, declaro aberta a 52ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura das atas das reuniões anteriores e a aprovação das mesmas.

Os Senadores presentes e as Srªs Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

A presente reunião atende ao Requerimento nº 49, da Comissão de Educação, de autoria da Senadora Ana Amélia, para a realização de audiência pública destinada a instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 45, de 2008, que dispõe sobre o patrimônio cultural subaquático brasileiro e revoga os arts. 20 e 21 da Lei nº 7.542, de 26 de setembro de 1986, com a redação dada pela Lei nº 10.166, de 27 de dezembro de 2000.

Dando início à audiência pública, solicito ao Secretário da Comissão, Júlio Linhares, que acompanhe os convidados para o compartilhamento da Mesa para darmos início à nossa reunião, à nossa audiência pública. (*Pausa*.)

Com grande alegria e satisfação, acolhemos aqui, na Comissão de Educação, os nossos convidados, que nos honram com suas presenças e com seus conhecimentos, com suas expertises, para contribuir na instrução deste importante Projeto de Lei que está submetido à Comissão de Educação.

Registro, com prazer, a presença do Sr. Fernando Fernandes da Silva, Professor de Direito Internacional da Universidade Católica de Santos, do Sr. Henrique Mourão, Coordenador do Patrimônio Cultural da Escola Superior de Advocacia da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Minas Gerais, da Drª Patrícia Reis da Silva, Coordenadora interina da área cultural da Unesco no Brasil, do Dr. Estevão Campelo, Engenheiro de pesca, e do Capitão-de-Mar-e-Guerra, representando nesta oportunidade a Marinha do Brasil, Flávio Haruo Mathuiy.

Sejam todos muito bem-vindos.

Sem delongas, vamos passar a palavra aos nossos convidados, que, em princípio, terão 15 minutos para suas exposições, fundamentações e manifestações acerca desse projeto submetido à Comissão de Educação.

Em seguida, nós passaremos aos questionamentos.

Consulto a Relatora, Senadora Ana Amélia, se neste momento deseja fazer alguma contribuição.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pedi a palavra pela ordem, Presidente Ricardo Ferraço, primeiro, para agradecer-lhe a atenção de presidir esta importante audiência pública e, segundo, para pedir desculpas a todos pelo atraso. Sou requerente e o requerente, a meu juízo, deve estar presente na hora que foi agendada, porém havia, cumulativamente, um evento organizado pelo Conselho Nacional do Ministério Público Federal, na sede do Conselho, para tratar do lançamento de um foro nacional de articulação das ações do MP relativamente à Copa do Mundo e à Copa das Confederações. Como fui Relatora da Lei Geral da Copa, tive que estar lá. Esse foi o motivo do atraso.

Eu queria, então, antecipadamente, pedir desculpas a todos os palestrantes pelo nosso atraso.

Muito obrigada pela aquiescência ao nosso convite e também pelo apoio do Júlio Linhares na Comissão.

Renovo o cumprimento ao caro colega Ricardo Ferraço.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Permita-me, Senadora Ana Amélia, não foi V. Exª que se atrasou; fomos nós que, de maneira desavisada, iniciamos a reunião antes da chegada de V. Exª .

V. Exª nunca se atrasa. É uma Senadora pontual e dedicada.

Desejo também registrar que estão aqui conosco, com muita honra para esta Comissão, o Almirante Roberto Gondim Carneiro da Cunha, o Capitão de Fragata da Marinha Rogério Pinto Ferreira Rodrigues, o Capitão de Corveta da Marinha Carlos André Lopes da Silva, a Diretora do Centro Nacional de Arqueologia (CNA) Drª Rosana Najjar, o Diretor do Departamento de Patrimônio e Material do Iphan Dr. Andrey Rosenthal, e o Coordenador Técnico de Licenciamento Cultura do Centro Nacional de Arqueologia Dr. Roberto Stachi.

Sejam todos bem-vindos a esta audiência pública.

Informo às senhoras e aos senhores que esta audiência será transmitida na íntegra pela TV Senado, com cobertura da Agência Senado, bem como do Jornal do Senado e da Rádio Senado, que retransmite para todas as nossas assembléias legislativas e outras entidades em todo o País, como forma de compartilharmos com um conjunto amplo de contribuintes e cidadãos brasileiros a discussão acerca do tema que vamos analisar aqui, nesta audiência pública.

Sem mais delongas, passo a palavra ao Professor de Direito Internacional da Universidade Católica de Santos Fernando Fernandes da Silva, que dispõe, inicialmente, de 15 minutos para sua apresentação.

Com a palavra V. Sª.

O SR. FERNANDO FERNANDES DA SILVA – Bom dia a todos.

Cumprimento o Senador Ricardo Ferraço, que preside esta Comissão, assim como a Senadora Ana Amélia, Relatora do projeto. Cumprimento todos os demais membros desta Mesa, os colegas aqui presentes, representantes de vários setores da sociedade, bem como os representantes da Unesco e da Marinha que também estão participando desta audiência e desse debate que consideramos de suma importância sobre a regulação ou, melhor dizendo, a alteração dos artigos da lei que cuida da exploração do patrimônio cultural subaquático e da sua proteção.

Antes de entrar especificamente no projeto de lei, eu gostaria de fazer uma conceituação, não no sentido de querer exatamente dar uma aula sobre uma questão preliminar, mas porque é importante apresentar um aspecto que considero preliminar para entendimento do próprio projeto que está sendo discutido.

Começaria da seguinte forma: o projeto está, vamos dizer assim, no que nós chamamos, num primeiro momento, de contexto internacional, que trata da questão da codificação do patrimônio cultural da humanidade, uma política empreendida pela Unesco desde a sua criação, em 1945, que busca adotar uma série de convenções internacionais e recomendações relativas à proteção do patrimônio cultural.

Então nós temos a Convenção de 1954, que cuida da proteção do patrimônio em tempos de guerra; a Convenção contra o tráfico ilícito, de 1970; a de 1972, que cuida da proteção dos monumentos; e a Convenção de 2001, que cuida da questão do patrimônio cultural subaquático.

Além dessas convenções, há algumas recomendações da Unesco que são uma série de documentos internacionais que estão mais no campo dos aconselhamentos de como as legislações nacionais devem ser moldadas, ou seja, quais são os parâmetros internacionais que as legislações, ao ser elaboradas, criadas, instituídas, devem seguir.

Nesse sentido, começaria com a análise do projeto de lei dentro da Lei nº 7.542, de 1986.

Creio que a lei está, vamos dizer assim, numa situação em que se torna bifurcada. Qual é a situação em que se torna bifurcada? Partindo do pressuposto de que temos um mesmo caminho... Qual é o mesmo caminho? Existem bens submersos, bens culturais, arqueológicos, científicos, históricos, enfim, de várias naturezas, mas, num determinado momento, essa Lei faz uma distinção, sem nenhum caráter pejorativo, sobre o que seria uma caça ao tesouro ou, poderíamos dizer, a exploração de uma atividade comercial, a exploração de uma atividade econômica como qualquer outra, em que alguém assume a responsabilidade ou o compromisso de fazer a exploração e tentar tirar lucro

disso, o que é correto do ponto de vista ético, constitucional. Isso também está ligado a um campo de resgate de bens que são afundados por várias razões, como acidentes de navios, etc. No meio disso, cria-se outro caminho, porque existem os bens submersos que são bens culturais.

Uso aqui a expressão "bens culturais" para citar genericamente todos os bens de caráter histórico, científico e arqueológico cuja proteção interessa tanto ao Estado como à sociedade civil.

Se estamos discutindo um projeto de lei inserido nessa Lei, ou seja, um projeto de lei inserido na Lei nº 7.542, como primeiro ponto – aproveitaria para dizer isto –, nós teríamos que trabalhar com a reformulação do projeto e da Lei para que ficassem muito claros dois capítulos: um capítulo seria o das normas de exploração das atividades econômicas dos objetos, e o outro, o capítulo II, seria o das normas de proteção do patrimônio cultural subaquático.

Esse é o ponto crucial na construção da própria lei, porque, no meu entendimento, na leitura da Lei casada com o projeto, muitas vezes sistemas se embaralham de alguma forma e, a meu ver, fica difícil uma interpretação, por exemplo, quando tratamos de um resgate de um navio que afundou, quando tratamos da exploração de uma atividade comercial e quando cuidamos da proteção de um sítio arqueológico submerso.

Então, eu faria o primeiro apontamento no sentido mais geral, fazendo essa distinção que tem uma orientação internacional.

O segundo ponto, continuando aqui. Em relação a aspectos específicos neste projeto de lei, eu acho que deveria haver uma explicação muito clara do que seria intervenção. Inserir uma explicação clara sobre o que é intervenção nos termos da Convenção de 2001, porque, ao longo de todo projeto de lei, ao ser examinado, fala-se da intervenção, mas não se compreende exatamente se a intervenção tem um aspecto positivo ou negativo.

A Convenção da Unesco nos fornece um conceito de intervenção, se me permitem fazer uma observação. Intervenção sobre o patrimônio cultural subaquático significa uma atividade principalmente direcionada para o patrimônio cultural subaquático que possa, direta e indiretamente, prejudicar ou danificar o patrimônio cultural subaquático. Então, o significado que a Convenção da Unesco está dando e que nós podemos adotar – ou podemos adotar outro – é um conteúdo do que seria intervenção, porque genericamente pode servir como qualquer ação humana positiva ou negativa em relação ao patrimônio cultural ou em relação à atividade comercial. Uma intervenção pode ser um simples mergulho no fundo do mar e o conhecimento de um sítio. Isso é uma intervenção. É uma ação humana dentro de um sítio ou de um objeto que está em cima do mar. Mas intervenção também pode ser a remoção dos bens e dos objetos dentro desse sítio. Pode ser a destruição desse sítio.

Então, no projeto não se vê claramente o que seria expressão "intervenção". Por isso eu fiz o aporte e o relato da Convenção da Unesco de 2001, para termos essa Convenção e o seu anexo como parâmetros de construção do próprio projeto de lei, a fim de aclarar alguns conceitos, algumas expressões que vêm desse anexo da Convenção da Unesco. Não quer dizer que o projeto não faça isso. Ele transcreve muitas vezes várias regras que estão na própria Convenção e nos seus anexos, mas pode avançar mais no campo do detalhamento. E esse também é um ponto fundamental no projeto. Deve ficar claro o que seria intervenção, justamente para distinguir muito bem o que é atividade comercial e econômica, atividade de exploração, e o que é atividade de proteção, em que há uma intervenção no sentido de cuidar de um sítio ou de remover objetos a bem de pesquisa e assim por diante, que estão ligados à atividade de proteção.

Outro aspecto que me chamou atenção no projeto é sobre a questão "adequar ao longo de texto, em especial no art. 1º do projeto de lei, o que se trata de bens de valor cultural, influência da Unesco no diz respeito a patrimônio cultural".

Em vários dispositivos, ora eu vejo bem artístico, ora eu vejo bem cultural, ora eu vejo bem arqueológico. Quais são realmente os bens que estão submersos? Poderíamos adotar uma única terminologia para facilitar a interpretação, primeiramente começando com os bens de valor cultural, porque cultural é um caráter, adquire uma situação de gênero que comportaria quaisquer tipos de bens, desde os arqueológicos aos históricos, artísticos, científicos etc. Mas podemos especificar um pouco mais, como artístico, arqueológico, científico e histórico, que são as categorias mais conhecidas e que seriam mais presumivelmente encontradas no ponto de vista submerso.

Esse é outro aspecto para o que eu chamaria atenção, seguindo a explicação inicial de que estou tentando me pautar pela orientação de uma convenção internacional. Estou tentando focar cada vez mais esse projeto nessa orientação internacional. É nesse sentido que estou fazendo as observações.

No ponto seguinte, também deveria haver nesse projeto e na própria Lei nº 7.542 o chamado princípio da restituição, que nada mais é que restituir os bens encontrados em território brasileiro para os Estados de origem. Esse é um ponto importante na Convenção da Unesco de 2001 que o Estado brasileiro deve observar

nos seus compromissos internacionais e na construção das suas legislações, tomando medidas para zelar pelo patrimônio cultural, para assegurar o desempenho de uma atividade econômica, se for rentável, mas também se comprometendo, caso haja bens que foram furtados ou roubados de outros países ou de embarcações de outros países que afundaram, sempre a restituir aos legítimos proprietários dos Estados de origem os bens encontrados nos mares brasileiros. Esse é um ponto também importante. Trata-se de um princípio que nós encontramos na Convenção da Unesco de 70 e que, de qualquer forma, temos nessa Convenção de 2001.

O outro aspecto é o seguinte: eu falei do projeto, mas sob um parâmetro, vamos dizer assim, de legislação internacional – vamos considerar dessa forma – ou de fontes internacionais de Direito.

Agora é preciso verificar o projeto sob o prisma da própria Lei que está em vigor, a Lei nº 7.542, alterada pela Lei nº 10.166, tentando fazer uma conciliação entre o que seria atividade de exploração comercial e atividades de proteção do patrimônio cultural.

Eu começaria neste ponto: a definição de patrimônio cultural na Constituição Federal de 88 e seus institutos de proteção.

O que se verifica neste Projeto de Lei? Verifica-se uma definição de patrimônio cultural subaquático conforme ou nos termos da Convenção da Unesco de 2001. Mas ela se desconecta das definições dadas pela Constituição Federal sobre patrimônio cultural.

Então o Projeto de Lei deveria começar, no seu art. 1º, dizendo o seguinte: para fins da aplicação desta lei, patrimônio cultural subaquático é formado por vestígios, objetos encontrados – como está definido no projeto –, levando-se em conta também as definições dadas pela Constituição de 1988 ou seguindo os seus parâmetros.

Assim vamos considerar como denominador comum duas definições de patrimônio cultural que não são excludentes, a do Projeto de Lei, que fala sobre patrimônio subaquático, e da Constituição. São definições complementares, o que só ajuda na compreensão e na interpretação da Lei, no sentido de proteger o patrimônio, mas deixando muito claro o que é proteção e o que é atividade de exploração econômica.

Os senhores membros e demais colegas devem ter reparado que a todo tempo estou tentando fazer essa distinção, que considero importante no sentido de proteger o patrimônio cultural, o que pode levar a uma exclusão da atividade comercial e econômica.

Se eu quero proteger no sentido de manter a integridade física de um bem, se entender que proteção é a manutenção da integridade física, eu posso excluir a operação de uma atividade comercial, econômica em torno disso. Se eu pensar que proteger é manter o bem no seu sítio de origem, estou excluindo eventualmente uma atividade comercial, econômica em torno disso. Se eu digo que a lei não permite que determinado quadro saia do território brasileiro, estou impedindo que esse determinado quadro seja comercializado por exemplo. Essa é uma visão de proteção.

Então, vejam, não se trata de ser contra a atividade comercial e econômica dos bens submersos ou dos bens do patrimônio cultural, mas de deixar mais claro no projeto e na lei o que seria objeto de atividade comercial e econômica e o que é objeto de proteção. Assim se faz uma definição mais clara do que é patrimônio cultural, para que uma atividade não se sobreponha à outra e, obviamente, atrapalhe as finalidades de uma ou de outra. E podem ser até complementares; não são excludentes. Pode haver o comércio de certos bens, desde que se atinjam determinadas condições ou padrões de qualidade de proteção. Esse é um ponto importante.

Por isso passo a esta questão: o propósito da Lei nº 7.542 é a pesquisa, a exploração, a remoção e a demolição de coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos – estou lendo o que consta da Lei – em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar. Em suma, é a remoção, a demolição de coisas e objetos para fins comerciais ou para fins de segurança, não conferindo à proteção do patrimônio cultural subaquático a sua real dimensão.

Nesse sentido considero excelente o Projeto de lei, porque traz para a Lei, no conjunto, a real dimensão do que seria proteção do patrimônio cultural subaquático ao definir o seu conceito e alguns procedimentos de proteção.

Críticas que eu faria: em linhas gerais, o Projeto deveria ser repensado. No geral, falta um procedimento de identificação. Perdão, houve um erro aqui, de um sítio cultural subaquático.

Aproveita-se a lei de proteção do patrimônio cultural arqueológico? É uma questão. Portanto o art. 13 não deve aparecer no começo. A partir do mapeamento e da identificação dos sítios, esses são declarados elementos de proteção cultural subaquática para fins de proteção?

O que quero dizer é que a lei, esse Projeto poderia ser construído numa questão mais lógica. Qual é a questão lógica? A definição de patrimônio cultural subaquático, que já temos agregada à Constituição de 88.

Segunda etapa, como se declara? Qual é o órgão específico que vai declarar que aqueles bens são pertencentes ao patrimônio cultural? Está aqui a autoridade federal competente, mas pode ser mais especificado. Pode ser o Iphan? Se o Iphan faz isso, em que condi-

ções ele faz? Qual é o procedimento? Ele simplesmente envia o técnico para fazer uma inspeção, dali se faz um inventário e com base nesse inventário declara que é um bem considerado do patrimônio cultural?

Esse é um ponto importante que deveria ser trabalhado. Qual será o procedimento, não importa. Mas qual é o procedimento em que fica claro um rito de passagem entre um bem que passa a ser um bem cultural, portanto, integrando o patrimônio? Quando se dá isso juridicamente? Aproveitando a Lei do Patrimônio Arqueológico que nós temos, a Lei de 61? Ou num procedimento específico nesse projeto? Esse é um ponto que falta e tem que ser trabalhado. Não sabemos em que momento isso ocorre nem se vai gerar mais confusão na hora da exploração das atividades comerciais casadas com a proteção, porque não se sabe exatamente em que momento se declarou a proteção e, portanto, em que momento pode cessar a exploração ou continuar ou em que momento se podem conciliar as duas atividades.

Daí por que o art. 13 do projeto devia vir no início, pois começa o encadeamento lógico da conceituação de patrimônio. Depois, o procedimento de apuração, como se constata se aquele bem pertence ao patrimônio ou não e, depois, mais dois itens complementares.

Quais são os dois itens complementares? As normas em geral de proteção, conciliadas com as normas de exploração, como se trabalhar com esses dois campos, e as sanções.

O projeto faz menção às sanções penais, dizendo em alguns pontos, se não me engano, nos arts. 2º, 4º e 5º – o 14 também chega a mencionar isso -, que os atos contra o patrimônio são crimes contra o patrimônio nacional, mas isso precisa ser adequado. São crimes, na verdade, contra o patrimônio cultural e isso está na Lei de Crimes Ambientais. Então, é preciso haver uma compatibilização do projeto com a Lei de Crimes Ambientais, que é mais atual e adequada a essa situação, até com eventual possibilidade de se alterar a própria Lei de Crimes Ambientais para ser mais adequada à questão do patrimônio cultural subaquático e à previsão das chamadas sanções administrativas, que também não está no projeto, e é um ponto que tem que ser discutido. Ou se aproveitam, por exemplo, as sanções que estão previstas na lei e no patrimônio arqueológico ou na Lei de Tombamento ou o próprio Iphan, ou o órgão encarregado, vai, depois, regular isso através de alguma portaria específica, o que também é discutível. Enfim, o projeto não deu um caminho de como isso deve ser definido.

Esses são dois pontos que considero importantes também: a definição das chamadas sanções administrativas: quais são, multa, embargos, etc. Enfim, como se trabalha isso dentro de uma adequação de patrimônio arqueológico e das questões penais.

Em linhas gerais, eram essas as observações que tinha que fazer. Agradeço a atenção de todos e passo a palavra ao eminente Presidente, Senador Ricardo Ferraço.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço Bloco/PMDB – ES) – Muito obrigado, Professor Fernando Fernandes, pelos esclarecimentos e pelas contribuições sobre determinados pontos e detalhes que precisam ser esclarecidos para que, de forma efetiva, possamos caminhar nessa direção de proteção do nosso patrimônio subaquático.

Passo a palavra à Drª Patrícia Reis da Silva, Coordenadora Interina da área de cultura da Unesco no Brasil.

A SRª PATRÍCIA REIS DA SILVA – Bom dia a todos. Bom dia, Presidente, Senador Ricardo Ferraço, bom dia, Senadora Relatora, Srª Ana Amélia. Em nome do representante da Unesco, Sr. Luciano Munhoz, agradecemos o convite para participar deste debate, entendendo que estamos no nosso papel, como representação da Unesco no Brasil, de contribuir com o País na construção de suas leis, neste caso específico, de preservação do patrimônio cultural.

Gostaria de ressaltar que o Brasil sempre esteve junto da Unesco, desde a sua criação, formulando seus documentos, ajudando a formular suas convenções, apoiando. E, no que diz respeito às convenções de cultura, o País é signatário de todas, com exceção da Convenção do Patrimônio Subaquático, apesar de ter sido a favor da adoção desse instrumento pela Unesco em 2001.

Por que surgiu a Convenção do Patrimônio Subaquático?

Dois são os fatores que podemos pontuar a respeito disso: o aumento das escavações ilegais e as pilhagens do patrimônio cultural subaquático em decorrência do aperfeiçoamento das técnicas de exploração, que facilitou o acesso ao fundo do mar, favorecendo o comércio muito lucrativo de bens culturais, a caça ao tesouro, expondo o patrimônio a várias ameaças, como a destruição em si, pela manipulação inadequada dos objetos, e a pilhagem, pela possibilidade de os bens submersos serem perdidos e, principalmente, retirados do seu contexto e a insuficiência de legislação nos países.

Hoje há dados que indicam um número em torno de três milhões de navios naufragados e não localizados, além de cidades inteiras que foram engolidas pelas águas. São bens de grande interesse científico e cultural que precisam ser protegidos. A exploração

inadequada acarreta a perda irreversível de materiais de valor inestimável para o registro das civilizações e da história.

O segundo fator, já de alguma forma lançado anteriormente, é a falta de instrumento internacional específico para o patrimônio cultural subaquático. A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar regula os recursos econômicos marinhos e menciona os bens arqueológicos, mas não regulamenta a sua proteção. E as legislações nacionais oferecem diversos níveis de proteção. A maior parte delas se detém a respeito do patrimônio localizado em seu território e pouca ou nenhuma proteção aos bens em alto mar, fora das jurisdições nacionais.

Qual é o propósito da Convenção? A Convenção visa garantir e reforçar a proteção do patrimônio cultural subaquático. Consideram-se patrimônio cultural subaquático os vestígios da existência do homem de caráter cultural, histórico e arqueológico que se encontrem parcial ou totalmente, periódica ou continuamente submersos há pelo menos cem anos. Esse é o conceito da Convenção da Unesco.

Em linhas gerais, quais são os princípios da Convenção?

A obrigação de preservar. Os Estados-partes devem proteger o patrimônio cultural subaquático e cooperar entre si no tocante à proteção.

A preservação *in situ*, que seria a preservação do patrimônio cultural em sua atual localização no fundo do mar, no fundo das águas, a qual deverá ser priorizada em relação às outras intervenções. Isso respeita a importância histórica e científica do contexto do bem histórico. O importante é frisar isso, o contexto do bem histórico.Nesse sentido, essa proteção impede a remoção dos objetos do local original e mantém as condições favoráveis de preservação sob a água.

Não vamos analisar agora, mas existe uma série de aspectos que impactam a retirada do objeto, inclusive a sua condição individual como objeto e a perda da sua condição dentro do contexto em que foi encontrado.

Mais um princípio da Convenção: a exploração não comercial. O patrimônio cultural subaquático não deverá ser comercializado. As atividades de salvamento e resgate de tesouros só serão autorizadas quando em conformidade com a Convenção e assegurada a sua máxima proteção.

Por fim, um dos elementos que gostaria de destacar a respeito da Convenção diz respeito à não regulação da propriedade. A Convenção do Patrimônio Subaquático da Unesco não diz respeito a disputas de propriedade entre as partes.

Outros pontos levantados pela Convenção.

Os elementos do patrimônio cultural subaquático recuperados deverão ser guardados, conservados e geridos de modo a assegurar a sua preservação no longo prazo. A Convenção não modifica os direitos ou deveres dos Estados, nos termos do Direito Internacional, em particular a Convenção da Unesco sobre tráfico ilícito dos bens culturais de 1970 e a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos do Mar.

Os Estados-parte devem assegurar que os restos humanos submersos em águas marítimas sejam tratados com o devido respeito. O acesso responsável e não intrusivo para fins de observação e documentação deve ser permitido sempre que possível, buscando-se a sensibilização do público sobre o patrimônio subaquático.

Quais são as vantagens de se ratificar a Convenção? Além da preservação propriamente dita, a Convenção favorece a prevenção da exploração comercial e perda do patrimônio subaquático; a cooperação, a ajuda e a troca de conhecimento entre os Estados-partes; a capacitação para arqueologia subaquática e as técnicas de preservação; a conscientização sobre o valor do patrimônio subaquático; a assistência da Unesco para a elaboração de legislação nacional relativa à aplicação da convenção e a indústria do turismo em torno do patrimônio subaquático. Esses são os aspectos principais que gostaríamos de destacar a respeito da Convenção.

Aproximando-nos do objeto desta audiência pública sobre a avaliação do PL nº 45/2008, nós entendemos que a Convenção da Unesco se aproxima, e muito, dos seus princípios e objetivos. E, na apreciação do PL, não conseguimos observar sua relação com a existência da Lei nº 3.924, de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.

Por que estamos falando disso? Parece haver uma simplificação da compreensão do conceito de patrimônio subaquático – acho que o professor Fernando falou da dificuldade dessa clareza no corpo do projeto de lei. Talvez nós, que somos da área, consigamos enxergar isso com mais facilidade. Então, se esse é um ponto a ser discutido, nós temos que aprofundar este debate, e não desconsiderá-lo. Que simplificação é essa que parece ter acontecido?

Parece se distanciar a condição do patrimônio subaquático de um bem arqueológico e, portanto, um bem cultural. Sabemos que nem tudo o que está submerso é patrimônio subaquático, e a Convenção destaca vários desses elementos. Tentando aprofundar esse entendimento do patrimônio subaquático como um bem cultural, nós recorremos a um instrumento anterior, que é a Carta Internacional do Icomos, sob a

proteção e gestão do Patrimônio Cultural Subaquático de Sofia, de 1996, que diz:

O patrimônio cultural subaquático é entendido como o patrimônio arqueológico que se encontra em um meio subaquático, ou que tenha sido removido dele, inclusive os sítios e estruturas submersas, zonas de naufrágio, restos de naufrágio e seu contexto arqueológico e natural.

O que nos diz novamente a Convenção do Patrimônio Subaquático, cujo conceito o PL nº 45/2008 absorve?

Consideram-se patrimônio cultural subaquático os vestígios da existência do homem de caráter cultural, histórico ou arqueológico que se encontrem, parcial ou totalmente, periódica ou continuamente, submersos há pelo menos cem anos.

Os conceitos vão se aproximando.

Diz o especialista e Presidente da Associação de Arqueologia Brasileira, Professor Gilson Rambelli:

Entende-se como patrimônio arqueológico o que se encontra em meio subaquático e tenha sido dele removido, incluídos sítios e estruturas submersas, zonas de naufrágio, restos de naufrágio e o seu contexto arqueológico..

Gostaria de reiterar e extrair as essências de cada uma dessas afirmações.

O sítio arqueológico caracteriza-se pela existência de testemunhos da atividade humana, ou seja, pela presença dos restos de cultura material. Essa é a condição que faz com que um sítio arqueológico seja considerado patrimônio arqueológico e, portanto, patrimônio cultural. Assim como um sítio arqueológico de superfície, os sítios arqueológicos submersos também são caracterizados pela existência da atividade humana.

Há mais um fator importante a ser destacado. Há aparentemente outro distanciamento, outro equívoco ao se tentar, na avaliação do PL, estabelecer uma correlação direta entre a condição de um bem submerso vir a se tornar um bem cultural apenas com respaldo do Decreto-Lei nº 2.537, ou seja, após o reconhecimento do Livro Tombo.

Isso é um contrassenso, na medida em que a própria Constituição Federal indica outras formas de acautelamento e proteção. Nesse sentido, se por um lado admitirmos o patrimônio subaquático como todos os vestígios da existência do homem, de caráter cultural, histórico, arqueológico e, portanto, como um patrimônio arqueológico submerso, a Lei de 1961 já dá amparo, de imediato, a sua proteção. Portanto, o patrimônio arqueológico submerso em águas sob jurisdição nacional e todos os elementos que nele se encontram ficam sob guarda e proteção do Poder Público. Não há necessidade de instrução de um tombamento para lhe garantir a proteção.

Nesse sentido, nós, da representação da Unesco do Brasil, recomendamos a continuidade do debate em torno da aprovação do PL. E sabemos que a autoridade nacional de cultura vem, junto com a autoridade marítima,discutindo, trabalhando e avaliando procedimentos a respeito desse assunto. Nossa posição é que o debate continue e estamos abertos para tal.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Muito obrigado, Drª Patrícia Reis da Silva, pelas contribuições.

Quero registrar, com enorme prazer, a presença entre nós do sempre atuante e presente Senador Inácio Arruda, sobretudo quando se trata de cultura e da educação brasileira.

Passo a palavra ao Dr. Estevão Campelo, Engenheiro de pesca.

O SR. ESTEVÃO CAMPELO – Bom dia a todos. Queria, em primeiro lugar, agradecer a oportunidade de participar mais uma vez de uma audiência pública a respeito do Projeto de Lei nº 45.

Queria pedir licença, Exmª Srª Senadora Ana Amélia, Senador Inácio Arruda e Senador Ricardo Ferraço, para fazer a apresentação em pé, para facilitar a explicação, se possível.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Fique à vontade.

V. Sª dispõe de 15 minutos. E nós gostaríamos que, nesse prazo, V. Sª pudesse fazer um sobrevoo sobre suas observações.

Muito obrigado.

O SR. ESTEVÃO CAMPELO – Tive a oportunidade, em 2009, de participar também de audiência pública aqui no Senado a respeito do mesmo tema, do projeto de lei.

Gostaria de iniciar a minha colocação fazendo um questionamento.

Às vezes, parece que estamos aqui debatendo uma convenção a que o Brasil não aderiu, não ratificou, que não incorporou ao ordenamento jurídico interno e que estamos sempre falando da Convenção da Unesco.

O projeto de lei é embasado na suposta adesão do Brasil à referida Convenção. E só foi citada até agora, pela Patrícia, uma vez a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar. Essa, sim, o Brasil ratificou, assinou e incorporou ao ordenamento jurídico interno. Então, nós não estamos aqui para discutir a Convenção da Unesco e sim um projeto de lei que se respalda sobre uma convenção, inclusive na sua própria justificativa, de que é necessário fazer adequações à lei atual, Lei nº 10.166.

Nosso posicionamento, desde sempre, é em relação à inconstitucionalidade, à ilegalidade, à ausência de motivação e justificativa de mérito para alteração da legislação em vigor. Ou seja, existe um vício de inconstitucionalidade formal.

Repetindo, Srª Senadora, eu não acredito que este seja o foro adequado para discutir a Convenção da Unesco. No entanto, vou fazer algumas observações e mostrar por que ela não se aplica ao nosso País, por que não se aplica à nossa realidade nem à realidade de muitos países, motivo pelo qual quase a totalidade dos países não assinaram. Somente 41 países, muitos deles pouco expressivos, ratificaram essa Convenção. O Brasil não a ratificou, não a assinou e não a incorporou ao ordenamento jurídico interno.

Fora isso, esse é um projeto de lei de origem parlamentar, da Deputada Nice Lobão, que tenta atribuir mudança de competência de Ministério, tirando do comando da Marinha uma série de atribuições e passando para o Iphan. Isso é inconstitucional. Esse projeto não deveria nem estar sendo discutido aqui no mérito. Não sei por que passou na CCJ. Mas, vamos lá, ainda é tempo. O controle prévio ainda não se esgotou.

É o que acabei de falar. É matéria sob reserva de decreto presidencial, porque versa sobre organização e funcionamento dos órgãos da administração federal, vedada sua disciplina por lei ordinária. Ninguém fala da nossa convenção, da convenção que mais de 171 países assinaram, que é a convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar. Essa sim, o Brasil assinou, ratificou e incorporou ao ordenamento jurídico interno. A Lei nº 10.166 está embasada nessa Convenção.

Aqui está o mapa que mostra muito bem quantos países assinaram e quantos ratificaram.

Enquanto isso, essa convenção da Unesco que preconiza uma preservação *in situ* – e vou mostrar aqui por que a preservação *in situ* não funciona – só foi assinada por 41 países, como já disse.

Repetindo, não estamos aqui para discutir uma convenção. Estamos aqui para discutir um projeto de lei.

Este é um exemplo de uma preservação *in situ.* Só conseguimos ter acesso a essas imagens agora, com a nova tecnologia dos ROVs e dos AUVs. Então, não sei realmente se essa é a melhor opção.

Para se ter uma ideia do que é uma rede de arrasto de pesca... Isso é um ônibus aqui dentro. Esse rolo de borracha tem quase 200kg. Essas portas variam de 5t a 15t. O Ministério da Pesca e Aquicultura autoriza, nas nossas 200M de zona econômica exclusiva, a rede de arrasto de pesca em praticamente 95% dessa área. Então, de que forma será preservado se aderirmos a essa Convenção, se aprovarmos um projeto de lei que preconiza a preservação *in situ*? Essa é a verdade! São mais de 30 mil embarcações.

Esse quadro mostra o quanto uma rede de pesca, dependendo do tipo de captura – camarão, espécies demersais –, atinge de velocidade no arrasto e a capacidade de penetrar no substrato. Vê-se aqui até 25cm. A taxa de sedimentação da nossa plataforma continental chega, no máximo, a 5cm/milênio. O Brasil tem 500 anos. Será que esses naufrágios estão completamente cobertos por sedimentos? Então, que princípio é esse que queremos trazer aqui?

Essa imagem é muito interessante, é de um side scan sonar. Para quem não sabe, o side scan sonar é este equipamento. Ele gera imagens laterais do fundo do leito oceânico e consegue identificar as anomalias.

Esse é um naufrágio com dois canhões. Dessa forma fazem a leitura. Essa imagem mostra com muita clareza um naufrágio no sítio arqueológico. Essas linhas ou essas ranhuras aqui na imagem mostram que esse sítio arqueológico foi completamente comprometido, inadvertidamente, ninguém tem culpa. O pescador está pescando e o sítio arqueológico está lá embaixo. Como a Unesco diz que quer conservar para gerações futuras? Que futuro? Só se parar a atividade da pesca! Isso é só o começo.

Mais uma imagem.

Há alguns anos foi descoberto um dos mais importantes barcos da era colonial inglesa, o HMS Victory. Essa imagem é mais uma vez de um side scan sonar. Essa faixa preta no meio é onde o barco passa e essa, a varredura lateral. Aqui – não sei se dá para ver bem – é onde está o Victory. Temos aqui marcas de rede de pesca e novamente, a 500m e a 1.000m. Por sorte o Victory não foi – um sítio arqueológico tão precioso – danificado por esse tipo de atividade. Então vamos escolher. Talvez em um mundo ideal, em um mundo dos sonhos, a convenção se aplique e o projeto de lei, da mesma forma.

Vamos em frente.

Este é um canhão removido. Uma parte ficou enterrada e uma parte, exposta no substrato. O tamanho, muitas vezes, do potencial de degradação de uma rede de arrasto... Esse é só um dos riscos a que os naufrágios estão expostos enquanto submersos.

Outra coisa muito importante é que colocam os naufrágios como se todos estivessem na mesma profundidade, todos no mesmo lugar. Ninguém escolhe onde vai naufragar. Naufragar não é uma vontade, pelo menos na maioria das vezes. Pode-se naufragar na orla, por influência das ondas e toda atividade oceânica, como a 4.000m de profundidade. Existe um ideal moderno de alguns arqueólogos para aqueles naufragiozinhos que alguns mergulhadores podem ir lá mergulhar. E

quem não mergulha? E quem não tem acesso? Estão colocando tudo isso em um baú só: em um projeto de lei que é ilegal, inconstitucional, imotivado e injurídico e que, no mérito, não funciona.

Esse é um naufrágio pescado por uma rede de pesca.

Esse é um exemplo clássico: o Blue China, o Jacksonville. É um navio importantíssimo do Século XIX completamente... Teve 75% de sua estrutura danificada. Por que tivemos conhecimento? Porque os ROVs estão trazendo as imagens dos sítios arqueológicos que estão sendo guardados *in situ*. O que está acontecendo?

Quanto a isso, não temos mais o que fazer. Isso sim foi perdido. Temos pressa em retirar do fundo do mar de forma ordenada, como já acontece, e não usar os maus exemplos para justificar uma lei completamente contraproducente.

Está aí. Portas de 15 toneladas, Jacksonville, não é? Essa é uma imagem muito interessante de satélite, do tamanho do impacto que uma rede de pesca causou no mar do Caribe. Imagine um sítio arqueológico sob essa ótica da preservação *in situ* por aqui?

O que estamos fazendo com esses artefatos? São rastros de redes de arrasto de pesca. Esta é a largura dele. E levam tudo, não é? Dependendo do País.

E esta mostra a intensidade desse impacto. No Brasil, principalmente no Sul e Sudeste, de médio e alto impacto. E em outros lugares do mundo, altíssimo impacto.

Eu não sei que convenção é essa. O que ela preconiza.

No Brasil a partir das nove milhas, esse tipo de atividade é autorizada. Até 1.500 metros de profundidade é possível fazer o arrasto, não é? Um mil e quinhentos. Talvez até mais hoje, Senador.

O tamanho da nossa frota.

Competência do Ministério da Pesca não só autorizar em águas nacionais e internacionais ou econômicas exclusivas esse tipo de atividade.

Está aí, olhem. Exemplo de um naufrágio examinado por uma empresa especializada utilizando um ROV. Para quem não sabe é um robô operado remotamente que consegue trazer essas imagens.

Inadvertidamente, ninguém teve culpa. Removido nos últimos anos.

E hoje acontece que, com a utilização do GPS, muitas vezes o pescador acha um tesouro ou um bem arqueológico e passa de novo até conseguir resgatar o que puder, porque com o GPS é possível fazer o mesmo trajeto.

Esse naufrágio é o exemplo de um emergente padrão global de desestabilização e destruição de naufrágios em águas profundas. E, como disse, depende de onde o naufrágio está. Tive a oportunidade de ir ao Atol das Rocas por cinco meses e vi. Existem naufrágios que estão em cima do anel. Toda vez que as marés baixam, eles ficam expostos. Como está preservado?

Deveríamos retirar e colocar em algum lugar sob fiscalização, sim, da Marinha e dos órgãos competentes. E a lei atual já preconiza isso, a participação do Ministério da Cultura nesse processo de exploração.

É disso que eu estava falando. Convenção da Unesco. *In situ*, ou seja, no mundo dos sonhos, se não houvesse todos esses riscos, poderíamos debate mais esse tema, que é o principal argumento da Convenção.

Só para esclarecer, os naufrágios não estão somente na orla, mas a 40, 50 ou 60 metros de profundidade. Estão aí as estatísticas oceanográficas, não é?

E o aumento da tecnologia de prospecção. Os mesmos equipamentos utilizados para prospecção de petróleo são capazes de identificar as anomalias e os sítios arqueológicos.

O que o projeto de lei preconiza é a estatização imediata do patrimônio, conforme nota técnica do consultor legislativo, sem procedimento para tal. Ademais, o aumento da tecnologia permite que essas empresas tomem conhecimento. E ninguém pode mexer, porque é no fundo do mar. Tem alguma coisa de estranho aí.

E outra coisa muito importante. Lá vem a Unesco, sei lá de onde, dizer que se não houver oxigênio dissolvido no fundo os naufrágios estarão preservados. Depende do material, depende da época, depende do ecossistema que ali existe. Principalmente no nosso Oceano Atlântico, a influência das correntes da Antártica e da Groenlândia traz para o substrato ou para o fundo do mar uma concentração de oxigênio dissolvido muito maior do que nos outros oceanos. Ou seja, no Oceano Atlântico, no nosso Oceano Atlântico, há uma atividade biológica muito mais intensa do que nos demais oceanos.

Como podem ver neste gráfico, a profundidade e a concentração de oxigênio não chega a ser tão baixa na maioria dos casos. E outro fato importante: a taxa de sedimentação. Como é que ele vai estar coberto se a taxa de sedimentação aqui seria de no máximo 2,5 ou 3 cm? Com exceção, é lógico, do Rio Amazonas e da Foz do Rio da Prata.

Agora colocar tudo isso num conjunto e aprovar um projeto de lei que retira a iniciativa privada e revoga os arts. 20 e 21? Quem é que vai fazer isso? Está aqui. É o principal argumento em favor da preservação de naufrágios *in situ*. É um ideal moderno de gestão de recursos culturais promovido por alguns arqueólogos. É a convicção profunda de que invariavelmente os naufrágios localizados a partir de 75 metros de profundidade vão atingir um estado de aparente equilíbrio

nas profundezas, não sendo afetados pela ação das ondas nem por outras forças da natureza.

No oceano Atlântico isso é diferente. Estão aqui algumas imagens.

Então, o projeto de lei que estamos discutindo aqui, gostaria de relembrar aos senhores que ele não é prático, não constitui uma solução responsável na maioria dos casos. O argumento da preservação em si é um mito que não respeita a verdadeira salvaguarda dos artefatos do passado.

Outro fato é a acidificação dos oceanos, um fenômeno que está acontecendo por conta das nossas emissões de carbono. Está aqui a perspectiva futura dos nossos mares. Agora, a parte de pesquisa. Será que é fácil encontrar um naufrágio? Todo mundo se lembra do acidente do avião da *Air France*: a tecnologia, a quantidade de recursos e o empenho necessário para descobrir, e não conseguiram. No outro ano voltaram lá e, com uma tecnologia de robôs autônomos, foi possível, depois de muito gasto. O Estado brasileiro está pronto para isso?

Queria lembrar, Srª Senadora, que o projeto de lei quer tirar a atribuição da Marinha e passar para o Iphan. Será que o Iphan está aparelhado para isso? Será que o Iphan está pronto para assumir uma responsabilidade dessa magnitude? Está aqui o exemplo clássico de um tesouro resgatado nos Estados Unidos em 1989, o SS Central América. A decisão da Suprema Corte, após todo esse trabalho de quase 10 anos, foi que teria direito à concessão justa de recompensa. A recompensa foi dada. Por quê? Estas foram as considerações da Suprema Corte: o trabalho gasto, a prontidão, a habilidade e a energia do salvador, o risco corrido pelo salvador, o valor da propriedade empregada por ele, do nível de perigo, representado pelo alto valor da propriedade resgatada, e a conclusão do juiz, que queria tirar dessa empresa que prestou esse serviço o direito de ter algum benefício. Se deixássemos isso acontecer estaríamos prestando um desserviço ao Grupo Descoberta Columbus-America e à importância de suas realizações e de quem participou.

A nossa Lei atual, Exmª Srª Senadora, já prevê a participação de todos os órgãos federais competentes, inclusive do Ministério da Cultura. Lembrando que a justificativa do projeto de lei mostra claramente que eles tentam ludibriar a inconstitucionalidade quando mudam o termo "comando da Marinha" para "autoridade marítima" e, lá na frente, "autoridade federal marítima". Assim como o Ministério da Cultura, que, no meio do texto, vai para "autoridade federal da cultura" e depois para "autoridade cultural", tentando elidir a manifesta inconstitucionalidade vislumbrada, insanável. Pau que nasce torno nunca se endireita. Esse projeto de lei precisa ser arquivado, rejeitado. E o debate novo em relação à lei que aí está, se acharem que é conveniente. Aqui o exemplo do Vasa.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha)

O SR. ESTEVÃO CAMPELO – Só mais um minuto, por favor, Senador. Um importante museu na Suécia, em Estocolmo. Está aí para uma criança que não mergulha, para um senhor. Então, a legislação em vigor já assegura que, se houver qualquer achado por acaso sem a devida autorização e acompanhamento de autoridades e sem as devidas licenças, não poderá haver exploração. Em todos os casos a lei atual assegura à União a escolha de todos os bens de valor artístico, histórico e arqueológico, podendo ser atribuídos valores a eles. É diferente de levar o bem para casa, de comercializar. A lei atual é clara. E as normas da Marinha, que tratam de afastar curiosos e restringir concessão às empresas devidamente qualificadas.

Ou seja, as alterações feitas na Lei nº 7.542 pela Lei nº 10.166, que vigora hoje no país, embasada na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, não da Unesco, objetivaram regular as atividades de pesquisa e recuperação de remanescentes de naufrágio na costa brasileira, colocando sob estrita fiscalização da Marinha do Brasil, permitindo que empresas idôneas e com comprovada experiência realizassem tais atividades, desestimulando, assim, a pirataria e as iniciativas sem acompanhamento e controle governamental.

O Projeto de Lei nº 45, ao pretender revogar os arts. 20 e 21, os quais permitem o pagamento de recompensa ao concessionário da pesquisa e da exploração, torna inviáveis essas atividades. Mais uma vez ilegal, porque afasta a iniciativa privada e fere o princípio da livre iniciativa e o Código Civil, uma vez que desestimula a iniciativa privada. É evidente que os altíssimos custos a ela inerentes necessitam de perspectiva de compensação. São vários os cenários que colocam em risco os naufrágios. Mantê-los intocados aumentará ainda mais a sua degradação.

Trata-se de um projeto de lei inconstitucional, ilegal, anacrônico e imotivado, que fere o princípio da livre iniciativa com o intuito de preservar o nosso patrimônio, com o intuito, com a boa vontade, o que termina por favorecer a destruição e a pirataria, condenando de maneira irreversível.

Muito obrigado.

Essas são as minhas considerações pela rejeição desse projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco/PSDB – PB) – Muito obrigado, Dr. Estevão Campelo, por suas contribuições, por suas reflexões.

Passo a palavra ao Dr. Henrique Mourão.

Desculpe.

Sim, Dr. Henrique Mourão, que é Coordenador de Patrimônio Cultural da Escola Superior de Advocacia da Ordem dos Advogados do Brasil.

O SR. HENRIQUE MOURÃO – Bom dia a todos. Bom dia ao Senador Ricardo Ferraço, a Srª Senadora Ana Amélia e aos componentes da Mesa.

Concordo em gênero, número e grau com a palestra do Dr. Estevão. Só não concordo em não ter a voz de locutor de rádio que ele tem.

Como engenheiro, é brilhante a palestra. Ele se aprofunda em uma matéria que é realmente penosa para esta Casa, penosa para nós, da Ordem dos Advogados. E eu me permito citar uma frase de Tobias Barreto: "O Direito não é filho do céu. É um produto cultural e histórico da evolução humana".

Nós, na OAB, Senadora, priorizamos legislações que contemplam os princípios que são caros a nós, brasileiros, e cito dois apenas para V. Exªs: o princípio republicano e o princípio da democracia. Nós não precisamos no Brasil, a não ser para um debate aprofundado e se esse debate contemplar, for congruente com os nossos princípios da república e da democracia, de convenções internacionais de que o Brasil nem mesmo é subscritor, como bem disse o Dr. Estevão.

Essa lei, em Minas Gerais, nós chamamos de "Lei Frankenstein", Senadora. É um enxerto. Com toda vênia das pessoas que com certeza trabalharam nela, é um enxerto mal feito de princípios que não norteiam o nosso livrinho. É este livrinho que norteia as ações no homem brasileiro, do povo brasileiro.

Vou direto ao ponto, porque importante aqui é o debate, Senadora. Apresento alguns pontos e não devo gastar nem dez minutos.

Os bens do projeto de lei que estamos aqui a discutir são bens difusos do povo brasileiro. Eles têm valores não só científicos, como se tenta priorizar. Eles têm valores econômicos, culturais; eles têm valores estéticos e ambientais. E já estão, Senadora, devidamente tutelados na Constituição da República e na lei que se quer modificar. Já estão devidamente tutelados!

Qual é a aversão a esta lei? Daqui a pouco vou tocar neste ponto com V. Exªs.

Já falei e repito que considero a fala do Dr. Estevão oportuna: o Brasil invocar em debates no Senado Federal convenções internacionais que nem mesmo subscreveu é uma afronta à nossa capacidade, Senadora, de defender os nossos interesses. É uma afronta!

Nós temos uma legislação admirada no mundo, Senador. Eu faço um doutoramento na área em Portugal, e nós somos admirados pela nossa capacidade de gerir a nossa natureza, os nossos bens culturais.

Entrando diretamente nesse projeto de lei – e ao final, Senadora, eu farei uma proposição, com todo respeito a V. Exª, ao Senador Ferraço e aos presentes –, o projeto de lei tem um vício de forma, e o Dr. Estevão levantou essa lebre na palestra dele, que é intransponível, Senadora. Ele prevê uma transferência de poderes, de competência entre órgãos federais, Sr. Senador, que só o Presidente da República, por conta de uma emenda constitucional, pode fazer.

De pronto, sem entrar no mérito, esse projeto já deveria ir para o arquivo.

No mérito, ele tem dois pontos fundamentais, Sr. Senador.

Tentar fazer ou propor a proteção e a preservação de bens culturais subaquáticos. Essa é a proposição número um dele, sendo que no Brasil já existem leis apropriadas para fazê-lo.

Primeiro, nosso livrinho aqui. Falo livrinho no diminutivo, mas é um livro que nós, brasileiros, temos de ler mais. É o livro que nos dá o nosso norte legal e constitucional. Temos aí para citar, apesar de inconstitucional, o Decreto nº 2.537, que é a própria lei da arqueologia, que não prevê aversão ao comércio – não quero nem me aprofundar nesse ponto – de bens culturais. Ele prioriza, sim, o estudo científico primeiro. Essa aversão à exploração comercial de bens subaquáticos norteia o projeto, com base na tal convenção.

Com esses dois pontos fundamentais, vocês percebem que eu não avancei, nem preciso avançar mais, porque tudo já foi posto nesta mesa. Ninguém aqui, dos que falaram antes de mim, considerou pontos favoráveis nesse projeto.

Proponho, Sr. Senador que agora preside, proponho aos senhores o seguinte: número um, Sr. Senador, mandar ao arquivo imediatamente esse projeto, seja por vício de forma, seja por vício do mérito; número 2, proponho-me, de público, com os interessados do Iphan, da Unesco, o doutor da academia, especialista em Direito Internacional, Dr. Fernando Fernandes, o Dr. Estevão, que é um engenheiro brilhante, proponho de público, com V. Exªs., abrir a Casa dos advogados, a Ordem dos Advogados do Brasil em Belo Horizonte, através da sua Comissão de Direito Ambiental, para que as discussões aprofundadas sobre esse tema, tão caro também para nós, sejam renovadas. Agora, que sejam renovadas, Srª Senadora, segundo os princípios republicanos e democráticos.

Os arqueólogos, em 2005, reuniram-se num evento fechado, cooptaram a Deputada Nice Lobão e propuseram um projeto de lei sem ouvir a sociedade civil. Isso não pode acontecer sem ouvir a Marinha. Como é que se propõe uma transferência de competências entre Marinha e Ministério da Cultura sem ouvir a Marinha e o Ministério da Cultura? Hoje a Senadora Ana Amélia está nos proporcionando um debate rico,

um debate democrático em que todas as partes estão sendo ouvidas. Isso não aconteceu, Srª Senadora, na proposição do projeto.

Então, de público, Senadora, estou sugerindo que o primeiro debate seja feito em Belo Horizonte, apesar de não ter mar, na Casa do Advogado, através da sua Comissão de Direito Ambiental. Essa é a proposição, Senadora, até para ajudar nos diferentes posicionamentos, nos diferentes olhares a que este caso remete.

Muito obrigado.

Não gastei meu tempo, mas queria ouvir também, se houver tempo, as pessoas presentes.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco/PSDB – PB) – Para concluir essa série de exposições, como último orador, concedo a palavra ao Capitão-de-Mar-e-Guerra Flávio Mathuiy, pelo tempo regimental.

SR. FLÁVIO HARUO MATHUIY – Bom dia, Exmo Sr. Senador Cássio Cunha Lima, Exma Srª Senadora Ana Amélia, constituintes da Mesa, dileta plateia, sou o Comandante Mathuiy, Chefe de Gabinete do Chefe de Estado-Maior da Armada.

Inicialmente, gostaria de agradecer a oportunidade e manifestar a honra por participar desta audiência pública para instruir o Projeto de Lei nº 45, de 2008, que visa à preservação do nosso patrimônio cultural subaquático, legado para esta e futuras gerações.

O seguinte propósito foi traçado para esta apresentação: apresentar o entendimento da Marinha do Brasil, como autoridade marítima, a respeito do Substitutivo do Projeto de Lei da Câmara nº 45, de 2008.

Para tal, seguirei o seguinte roteiro: considerações iniciais – basicamente a importância do mar, a legislação pertinente e a atuação da MB no trato dos bens submersos com valor histórico e o posicionamento da MB, da Marinha do Brasil.

O Brasil dispõe de uma imensa área marítima de 3,5 milhões de quilômetros quadrados, podendo chegar a 4,5 milhões de quilômetros quadrados, caso nosso pleito junto à Comissão de Limites da Plataforma Continental junto à ONU seja aprovado.

Nós chamamos essa área, esse imenso espaço marítimo, de Amazônia Azul. Por quê? Pela semelhança com a dimensão, com a importância estratégica, recursos minerais e biodiversidade da nossa Amazônia Verde.

Com um espaço marítimo desse é de se esperar que todos os assuntos afetos ao mar, com certeza, serão importantes e trarão reflexos estratégicos, econômicos e culturais para o Brasil.

A importância dos mares e oceanos para a humanidade remonta à antiguidade, antes mesmo da organização dos Estados soberanos, sendo fruto de contendas e acordos desde a origem da civilização.

A disputa pelo mar intensificou-se no período das grandes navegações, quando inicialmente as jurisdições eram definidas por bulas papais, sendo posteriormente por tratados. Sempre, de um lado, os Estados costeiros e, do outro lado, as grandes potências.

Fruto da necessidade de estabelecer uma legislação marítima internacional em substituição ao Direito consuetudinário ou em contraposição a atos unilaterais, foi aprovada, em 1982, em *Montego Bay,* a nossa Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar ou *Law of the Sea* ou Constituição dos Oceanos.

A Convenção consagrou-se como a referência em Direito do Mar, tendo definido de forma precisa todos os espaços marítimos, assim como as possibilidades de uso. Dos 320 artigos, somente dois sobre o patrimônio cultural subaquático e de forma bem superficial, por se tratar de assunto controverso e sem consenso entre as partes.

A história nos ensina que a atividade marítima, quando transformada em ação ou riqueza, gera um problema de conquista pela presença, pela razão, pelo direito ou pela força.

Por isso a importância de uma legislação clara e bem definida para evitar disputas futuras relacionadas ao patrimônio cultural subaquático em águas jurisdicionais brasileiras.

A Marinha entende não ser o seu papel fazer uma análise jurídica, mas apresentar os problemas, as dificuldades na salvaguarda, na preservação dos bens submersos, fruto da legislação vigente. E é importante um diploma legal para as atribuições bem definidas que respaldem ações do poder público para promover a proteção do patrimônio cultural subaquático brasileiro.

Estes são os diplomas legais para o trato dos bens submersos: a Constituição Federal, que no seu art. 20, dispõe:

Art. 20. São bens da União:

(...)

X – *(...)*os sítios arqueológicos...

E, no seu art. 216:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro *(...)*

(...) os sítios de valor histórico, histórico, artístico e arqueológico, cabendo ao Poder Público o dever de protegê-lo.

A legislação nacional que trata do patrimônio cultural subaquático é a Lei nº 7.542, de 1986. Entretanto, não podemos nos esquecer de que essa lei decorre da Lei nº 7.203, de 1984, de assistência e salvamento de embarcações. A intenção do legislador ao fazer a lei, ao propor a Lei nº 7.542, era dar um ordenamento jurídico para a autoridade marítima no trato dos bens afundados por infortúnio do mar, sinistro, de forma a

permitir que a autoridade marítima tivesse meios legais para realizar salvamentos nos casos de acidente que pudesse impedir a navegação, a entrada de baías e canais de navegação ou de cargas que viessem ao mar e pudessem causar risco à navegação ou ao meio ambiente.

No seu art. 2º, essa lei dá competência ao Ministério da Marinha para coordenação, controle, fiscalização e atividades dos bens submersos sob águas sob jurisdição nacional.

Somente em 2000, com a Lei nº 10.166, houve a particularização para os bens com valor histórico, cultural e artístico. No seu art. 7º, ela diz que, passado o prazo de 5 anos, esses bens, se não forem reclamados, passam para o domínio da União e que a autoridade naval poderá conceder autorização para remoção e exploração dos bens passados ao domínio da União.

Contando com uma costa de 8.500 quilômetros quadrados e a maior rede fluvial do mundo, pode-se imaginar a dificuldade em se fiscalizar e controlar esses bens, visto que não há distinção entre os bens submersos com valor histórico-cultural e os sem valor histórico-cultural, havendo a necessidade de um tratamento diferenciado dos bens comuns para os de valor histórico-cultural. Cabe mencionar que nem a Lei nº 7.542 nem outro diploma legal estabelece a destinação ou as ações subsequentes ao resgate desses bens.

Alguns exemplos de bens submersos. Apresentamos exemplos, alguns com valor arqueológico, histórico-cultural, mas que, às vezes, são difíceis de ser destinados para as entidades, os órgãos culturais.

Esses dois barcos são dois batelões que teriam participado da Revolta Tenentista de 1924. Então, pertencem a nossa cultura, têm um valor cultural, foram resgatados inadvertidamente e, até o momento, não conseguimos, mesmo trabalhando junto ao Iphan, uma entidade que tivesse a capacidade de recebê-los e preservá-los. Até hoje eles se encontram na mão de um fiel depositário, na mão de um particular, por dificuldade, pela dimensão desses bens, uma chata de 18 metros e outra de cerca de 24 metros.

Outros exemplos de bens. Nós temos milhares de canoas monóxilas espalhadas pelos nossos leitos de mares, rios e lagoas e também temos dificuldade de destinar esses bens, porque eles não têm valor financeiro, mas têm um valor cultural, sem dúvida, e contam muito da nossa história.

Há dificuldade na destinação de grande maioria dos bens submersos resgatados. O primeiro impasse é de quem é a atribuição legal de destinar esses bens. Quem destina os bens e orienta a sua preservação? É a autoridade marítima? É a autoridade federal de cultura?

Bom, pela vocação técnica, pessoal qualificado e espalhado em todo o território nacional, sem sombra de dúvida, é o Iphan.

Apesar de a Marinha ter bastante atenção aos bens submersos, ao patrimônio cultural subaquático e ao qualificar o seu pessoal, nós temos uma diretoria técnica especializada, a Diretoria do Patrimônio Histórico Cultural da Marinha, que prioriza, dentre as suas atividades subsidiárias, a salvaguarda da vida humana no mar, a segurança da navegação e a preservação da poluição hídrica para atender à sociedade.

Assim, a Marinha entende que se faz necessário um ordenamento jurídico, uma lei específica que regule satisfatoriamente a matéria, estendendo a atribuição dos assuntos relacionados ao patrimônio cultural subaquático para a autoridade federal de cultura, a qual, vocacionalmente, deve tratar dos assuntos relativos ao patrimônio cultural brasileiro, quer seja em terra, quer seja no mar.

Obviamente, a Marinha manterá o acompanhamento e o monitoramento de todas as atividades dos bens submersos, do mesmo modo que o faz para qualquer atividade relacionada ao mar, e prestará apoio a todos os órgãos do Governo, como o faz com o DNPM, na lavra mineral no mar; com o MPA – Ministério da Pesca e Aquicultura, apoiando na fiscalização, e com o Ibama, na poluição marinha.

No art. 20 da Lei nº 7.542, há particularização do patrimônio cultural subaquático ao impor algumas condições quando o achado se constituir de bem de valor artístico de interesse histórico ou arqueológico. À exceção desse artigo, não se vê qualquer outra passagem fazendo menção a procedimentos dirigidos a bem revestido de valor cultural nessa Lei, o que reforça que a finalidade da Lei nº 7.542 não foi regular a proteção e preservação do patrimônio cultural subaquático e, sim, dar suporte jurídico para a autoridade marítima nas atividades de salvamento necessárias à segurança do tráfego e da navegação.

No seu §2º, ele permite um pagamento de até 40%, adjudicação do valor dos bens até 40% como recompensa para o explorador. Talvez essa seja uma das principais questões para a aprovação do projeto de lei. Esse talvez seja o impasse sobre a comercialização dos bens culturais: de um lado, os exploradores, que reforçam a necessidade de recompensa financeira para cobrir os elevados custos da exploração, e, do outro, os arqueólogos, para os quais é inconcebível estabelecer preço para o bem cultural, realizar butim do nosso patrimônio cultural com a sua consequente dispersão.

Fica uma questão: será que a expropriação do patrimônio cultural brasileiro, parcela desse bem bra-

sileiro, seria necessária para que houvesse uma exploração do nosso patrimônio cultural?

Bem, senhores, eu não tenho essa resposta, mas nós temos um exemplo recente em que a Marinha, com a anuência do Iphan, autorizou a ONG Barra Sul a explorar um naufrágio ao sul de Santa Catarina, possivelmente o mais antigo das Américas – indício leva a crer ser a embarcação La Provedora San Esteban, que teria afundado em 1583. Ressalta-se que houve um projeto arqueológico, aprovado pelo Iphan no ato da autorização assinada pela Marinha, com o Iphan e a ONG Barra Sul, e a ONG Barra Sul abriu mão dos 40% ou de qualquer valor atribuído ao material resgatado.

Fica a pergunta: se a ONG Barra Sul não pode comercializar parte dos bens resgatados, quais seriam os ganhos auferidos? Podemos citar financiamento que ela obteve da Fapesca, produção de documentários, direitos autorais sobre livros, trabalhos e projetos arqueológicos, exploração cultural com a criação de um museu, produção de conhecimento e exposição na mídia.

Vou apresentar algumas fotos, algumas imagens dos jornais da época, porque foi bastante noticiado, foi à época da União Ibérica e podemos ver olhando no telão.

Na última audiência pública, o Senador Cristovam Buarque questionou. Ele ouviu as exposições e falou: "Bom, eu queria que só que fosse clareado. Quais são os benefícios? Queria que me explicassem, que a mesa me explicasse quais são os benefícios para a preservação do patrimônio cultural brasileiro, caso o PLC seja aprovado."

No entendimento da Marinha, o PLC nº 45 vai preencher uma lacuna existente hoje na lei, que se refere à destinação final desses bens que passaram para o domínio da União e a sua preservação. O PLC nº 45, de 2008, permite que cada um dos entes públicos atue dentro da sua atribuição: a Marinha do Brasil, na segurança do tráfico aquaviário e o Iphan, na preservação e fiscalização do patrimônio cultural brasileiro.

Cabe ressaltar que esse PLC nº 45, de 2008, foi fruto de entendimento entre a Marinha do Brasil, o Iphan e a Comunidade de Arqueologia Brasileira. A Marinha do Brasil sempre defenderá os interesses nacionais; o Iphan e a Comunidade de Arqueologia Brasileira certamente estarão preocupados com o nosso patrimônio cultural.

O posicionamento da Marinha do Brasil mantém-se desde então. A Marinha do Brasil concorda com a redação dada pela proposta do substitutivo ao PLC nº 45, de 2008, haja vista contribuir sobremaneira para a proteção do patrimônio cultural subaquático. Com o novo texto, a Lei nº 7.542, de 1986, ficará restrita tão somente aos bens submersos, sem valor histórico, cultural e arqueológico, possibilitando à Marinha do Brasil concentrar-se em suas atribuições de salvaguarda da vida humana no mar, segurança da navegação e preservação da poluição hídrica.

Por fim, deixo uma frase do Almirante de Esquadra Roberto de Guimarães Carvalho, Comandante da Marinha de 2003 a 2007: "Toda riqueza acaba por se tornar objeto de cobiça, impondo ao detentor o ônus da proteção".

A riqueza do nosso patrimônio subaquático de forma alguma se reveste no valor desse bem, mas sim do legado que vai deixar para as futuras gerações e deve ser protegida por uma legislação que dê respaldo a ações do Poder Público.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco/PSDB – PB) – Agradecendo a todos os expositores, passo a palavra a esta brilhante, talentosa e sempre competente e atuante Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, caro Senador Cássio Cunha Lima, pela atenção de substituir o nosso colega Ricardo Ferraço.

Essa é uma matéria muito complexa, vejo aqui pela exposição. Nós aqui somos generalistas. O Senador não poderia, a não ser que fosse uma pessoa sobre-humana, ter uma capacidade ou um grande CPD interno para arquivar todo o conhecimento em áreas tão distintas. Aqui tratamos de problema de saúde, Medicina, câncer, até hoje, discutindo a questão do patrimônio subaquático.

Queria apenas fazer uma observação ao Dr. Henrique Mourão: a atividade legislativa... Eu sou uma pessoa que estou no primeiro mandato e tenho acolhido no meu Gabinete sugestão de cidadão. Cidadão é um autor. Ele pode, como cidadão na democracia, individualmente oferecer sugestão de um projeto de lei e cabe-nos acolher e apresentar um projeto de lei. E nós temos as instâncias adequadas na tramitação legislativa para, quando há conflitos de interesse como este, trazer à audiência pública, que é o nosso melhor instrumento, colocando pontos de vista diferentes para o mesmo tema. Então, é natural que não haja...

Eu não quero nem defender, nunca conversei com a autora, Deputada Nice Lobão, sobre o início. Há um direito de qualquer Parlamentar de acolher qualquer iniciativa, e a Casa, como política que é, depois fazer o embate e a acomodação dos diversos interesses e conflitos. Então, é prática. Ela não tinha necessidade de... Seria legítimo que os arqueólogos fizessem a proposta, como a Marinha sozinha poderia fazer, como o Iphan poderia fazer, qualquer um poderia fazer.

O SR. HENRIQUE MOURÃO – De forma alguma eu me dirigi à nobre Deputada. A crítica é de grupos

da sociedade civil, como o caso dos arqueólogos, que se reúnem em um evento fechado. Agora, o Comandante da Marinha citou, complementou, que foram a Marinha, o Iphan e os arqueólogos. O Dr. Estevão é engenheiro, o Dr. Henrique Mourão é advogado, o Dr. Fernando Fernandes é advogado. Temos comissões, estudamos os temas brasileiros todos porque temos interesse. A Constituição fala...

A SRª ANA AMÉLIA (PP – RS) – Esta Casa abriu o espaço, por isso. Para justificar a abertura disso. E também o Dr. Fernando.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco/PSDB – PB) – Vamos assegurar a palavra à Senadora.

O SR. HENRIQUE MOURÃO – Desculpe-me e obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco/PSDB – PB) – Cavalheiro, por gentileza, vamos assegurar a palavra à Senadora, que o ouviu atentamente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada, Dr. Henrique.

Algumas coisas ficaram. Cada um tem uma visão própria, de acordo com a natureza da sua perspectiva profissional, da sua visão, da sua especialidade. O Dr. Fernando Fernandes, por exemplo, é um advogado, especialista e professor de Direito Internacional, então se focou na questão do acordo internacional ao qual a legislação brasileira, em tese, deveria se submeter. Surpreendeu-me, Dr. Fernando, o senhor não citar que o Brasil não foi signatário desse acordo.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Então me passou batido. Depois o senhor me responde. Vou falar com todos.

O senhor mencionou, também na sua exposição... O senhor concentrou muito até. Depois, a Drª Patrícia complementou, porque, é claro, o senhor falou sob a perspectiva do Direito Internacional.

O senhor falou da restituição dos bens que são, digamos, capturados e que têm de ser restituídos ao País. Mas pergunto-lhe então: se esses bens forem frutos de pirataria, se forem fruto do crime organizado, de uma invasão no território sem licença da Marinha, também serão restituídos? O que diz o Direito Internacional sobre isso? Como é que o senhor vê, hoje, com o pré-sal? Como é que se vai compatibilizar a legislação? Isso vai alterar muito substancialmente toda a questão da relação de patrimônio e também da própria exploração de mar em altas profundidades. Então, queria ver sob esse lado.

Nós discutimos, inclusive com a presença da Marinha, sobre os riscos da segurança, na Comissão de Relações Exteriores, para o efeito do pré-sal, em tudo o que está acontecendo. Existem, na Somália, os piratas do mar. A cobiça, como disse o Comandante, é o poder. A cobiça está ao redor de toda essa grande riqueza, que é uma riqueza de patrimônio. Então, era a questão que eu queria abordar a respeito disso.

Havia me chamado a atenção e agora pergunto ao Comandante Flávio. Pelo que o senhor conclui, a Marinha está de acordo com o que foi repartido de atividades. Depois vou perguntar para todos. Pergunto-lhe: a Marinha está de acordo com esse projeto, com o 45, tal como está? Qual é a proposta em caso de alteração e aperfeiçoamento, os termos que a Marinha sugere para isso? Ou como está ele deve ficar?

Queria perguntar à Drª Patrícia sobre os países que não foram signatários, que não firmaram acordo sobre o patrimônio subaquático. As grandes potências, os Estados Unidos se não me engano, não firmaram. Como é que esses países, essas grandes potências, fazem a proteção do seu patrimônio subaquático? A senhora pode me dar uma informação a respeito disso? E por que o Brasil não firmou o acordo subaquático?

Para o Dr. Estevão pergunto se alguma coisa desse projeto é "salvável", se alguma coisa desse projeto pode ser aproveitada. Quais coisas poderiam ser aceitas e em que parte do projeto são aceitas para compatibilizar as questões de interesse? Particularmente, fico muito triste ao ver, Comandante, aquelas embarcações de valor histórico jogadas ao relento, sem qualquer responsabilização. Aí estamos discutindo a preservação do que está lá, tiraram de lá e não estamos encontrando espaço, lugar, de um órgão público que faça a preservação desse patrimônio histórico. Então, fico muito chocada com a, diria assim, falta de responsabilidade do poder público, seja de que autoridade for, com isso que nós vimos ali, porque a embarcação de madeira tem um valor também, e material. Ela representa uma cultura, como disse o senhor. E está tudo jogado. Não vamos fazer como fez o Vasa *Museum*, lá em Estocolmo – que eu já tive o prazer de visitar –, ao recompor aquela embarcação do Século XVI inteiramente e criar um museu que é uma das referências para a navegação, para a história e para a cultura da rica Suécia. Nós deixamos ao relento essas embarcações que um dia vão furar, vão ficar… estão expostas, enquanto poderiam ser um motivo para estimular os jovens e as crianças a reconhecer o valor que tem a nossa história.

Então são essas considerações.

Queria agradecer ao Dr. Henrique também. E a mesma pergunta que fiz ao Dr. Estevão também faço ao senhor: se nós temos de jogar no lixo o projeto ou se dele podemos salvar alguma coisa.

São essas as minhas questões.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco/PSDB – PB) – Dentro da pertinência e da eloquência da Senadora nas suas intervenções, percebe-se que os elogios iniciais não foram gratuitos.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Generosidade.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco/PSDB – PB) – Proponho conceder cinco minutos para cada um dos expositores. Creio que seja um tempo razoável para a resposta das questões. Também sugiro fazer isso conforme a sequência da composição da mesa, começando, então, com o Dr. Henrique Mourão, que terá o tempo de cinco minutos.

O SR. HENRIQUE MOURÃO – Não gasto mais do que dois minutos, Sr. Senador. Desculpe a intervenção. Ultrapassei o ritmo da ordem.

Srª Senadora, infelizmente acho que não. E digo mais aos senhores presentes, e peço a vênia para fazer a juntada de uma decisão do Supremo Tribunal Federal cujo entendimento, Sr. Presidente, é de que bens, tal qual esse que estamos tratando aqui – não só o patrimônio cultural, como os bens ambientais –, devem ser dissociados dos chamados bens da União. Essa estatização que está se procurando fazer com esses bens culturais cria esse imbróglio em que nós estamos aqui, objeto dessa discussão, Senadora. Infelizmente. A estatização provoca isso – e vai continuar provocando –, porque a lei é estatizante no seu mérito, sem adentrar à questão de forma, que não deve ser superada por esta Casa. Vai acontecer e vai continuar acontecendo, Senadora.

O nobre Comandante da Marinha exibiu o art. 216 da Constituição Federal. Infelizmente, Comandante, o senhor só leu que é atribuição do Poder Público cuidar desses bens. Não é só atribuição do Poder Público. É textual no art. 216: a comunidade brasileira, que somos nós, civis interessados nesse patrimônio, tem a atribuição constitucional de cuidar.

Aversão ao comércio, aversão à atividade econômica imposta pela Unesco. Nossa geração quase viveu isso, Sr. Senador. Essa Convenção de 70, as nossas gerações, as pessoas aqui vivenciaram essa aversão à economia.

Economia, sociedade e cultura formam o tripé da sustentabilidade. A falta de um pé desse tripé – e ambiente também, quase me esqueço – derruba qualquer pretensão nossa num caminho de entendimento da nossa sociedade, Senadora. É sobre isso que eu queria me posicionar para responder V. Exª. Não podemos abolir um elemento deste tripé: ambiente, sociedade e economia. Não podemos abolir esse tripé. Um pé faltoso desse tripé leva-nos a essa mesa de discussão.

Desculpe Senador, é um minutinho.

O projeto de lei, a justificação dele em uma página é aversão total à exploração econômica desse tipo de bem. A falta disso vai levar ao que vimos na imagem do Comandante: à degradação, ao abandono. O Estado brasileiro não tem dinheiro. A Europa está derretendo, Srª Senadora. A Europa, que é um presépio criado pelos Estados Unidos do pós-guerra, está derretendo. Os Estados não têm mais dinheiro para cuidar daquele patrimônio imenso que é a Europa. A Europa é um bibelô, e nós, brasileiros, vamos entrar nessa onda de aversão por conta de indicativos. Mas não precisamos disso, Senadora. É só isso. Obrigado.

Peço vênia. Não sei como faço a juntada dessa decisão do Supremo, que é...

(*Fora do microfone.*)

O SR. HENRIQUE MOURÃO – Presidente, passo a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco/PSDB – PB) – Determino que a Secretaria faça a juntada do documento que me foi entregue neste instante.

Com a palavra pelo tempo de cinco minutos, o Dr. Estevão Campelo.

O SR. ESTEVÃO CAMPELO – Muito obrigado, Senador.

Vou repetir o que o Dr. Henrique falou com outras palavras.

Infelizmente, não tem jeito, pau que nasce torto nunca se endireita, e é o caso do PLC nº 45. São brutais os equívocos, os erros e a falta de coerência num projeto que tenta preencher uma lacuna que não pode ser preenchida. A colocação do Dr. Henrique com relação a se criar outro fórum posterior ao arquivamento de rejeição desse projeto absurdo, que a gente não consegue entender como pode ter chegado aqui... Até uma criança recém-alfabetizada vai entender que não é melhor para os naufrágios estar no fundo do mar, muito menos no Brasil. E fica também uma dúvida.

Estou muito confuso agora, porque participei da audiência pública em 2009, a primeira e única. Esta é a segunda. E tenho aqui com o posicionamento da Marinha do Brasil na palestra. Eu gostaria de ler para os senhores, para que as coisas possam ficar claras aqui.

Posicionamento da Marinha do Brasil:

Quanto à Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, repetindo, da qual o Brasil é signatário, ratificou, incorporou ao ordenamento jurídico interno, a Marinha do Brasil entende que a mesma respalda e incentiva a proteção ao patrimônio cultural subaquático.

Quanto à convenção da Unesco sobre a proteção do patrimônio cultural subaquático, a Marinha do Brasil é contrária à sua ratificação, decorrente do entendimento de que a mesma vai de encontro à legislação nacional, em especial quanto à necessidade de con-

sulta a outro Estado acerca do patrimônio localizado em nossa jurisdição.

Então, estou confuso agora quanto ao posicionamento da Marinha. Está certo?

Quero também ler a nota técnica do Dr. Fernando Trindade, em relação à incorporação imediata de todo o patrimônio sem a participação da sociedade e descrição. Está aqui: Nota Técnica nº 3.847, de 2008:

Devemos ainda registrar as nossas dúvidas quanto à constitucionalidade do art. 3º da minuta do substitutivo, que estabelece a incorporação automática do patrimônio cultural subaquático brasileiro ao domínio da União. Na opinião do Consultor Legislativo desta Casa, ocorre que tal regra como que estatiza de pronto, sem prosseguimento de desapropriação, todo o patrimônio em questão, o que nos parece de constitucionalidade questionável.

Quero perfazer aqui outra colocação.

Também na audiência pública – está aqui a transcrição dela – não vou citar quem foi, mas foi um dos diretores do Iphan, que participou da Mesa. Vou ler o último parágrafo:

"Então, estamos falando de bens patrimoniais da União. Existem vários outros dispositivos legais específicos e também acordos e convenções internacionais com a Unesco, com o Icomos, dos quais o Brasil é signatário".

Numa audiência pública para o País.

E aqui está a Convenção da Unesco que querem introduzir aqui no Brasil. É muito importante frisar: aderir à Convenção de 2001 garante que ela será preservada para as próximas gerações e *in situ*.

Acho difícil de acreditar, aqui e em qualquer lugar do mundo.

Então, infelizmente, Senadora, não são só as questões de inconstitucionalidade, injuridicidade e ilegalidade. Esse tipo de iniciativa, um projeto de lei como esse não interessa ao País, não interessa ao patrimônio. Se esse projeto de lei for aprovado, vai colocar em risco todo o patrimônio em questão e pode ser perdido de forma irremediável. Esse não é o caminho. Se discordam de algum ponto da nossa atual lei, que vem evoluindo ao longo do tempo, até a Lei nº 10.166, de 2000, vamos para outro debate, vamos debater a convenção. Mas estamos falando de um projeto de lei eivado de vícios e de inconstitucionalidade, dentre outros.

Muito obrigado.

(soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco/PSDB – PB) – Apenas alertar aos expositores que quando a campainha toca resta ainda um minuto, que pode ser prorrogado. Não há um rigor exagerado desta Presidência.

Com a palavra o Prof. Fernando Fernandes.

O SR. FERNANDO FERNANDES – Senadora Ana Amélia, muito obrigado pelas suas considerações.

Respondendo às perguntas, eu gostaria também de aproveitar e fazer um apanhado das questões que foram aqui colocadas pelos demais colegas, membros da Mesa, fazendo as seguintes observações: o fato de o Brasil não ser signatário de uma convenção não impede que nós possamos adotar regras dessa convenção na nossa legislação interna. Foi o que falei no começo da exposição.

Nós podemos não ratificar ou não seus signatários, mas podemos absorver alguns dispositivos ou princípios que entendemos fundamentais e incorporarmos, aprovando isso na forma de lei, que é uma das propostas que V. Sª está fazendo, e elegendo esses princípios internacionais como fundamentais para a nossa legislação interna. Isso é muito correto. Não há uma associação estreita entre signatário e adotar alguns princípios da convenção. A única questão é que o fato de não sermos signatários quer dizer que não estamos comprometidos internacionalmente, ou seja, perante outros Estados com as regras dessa convenção. Esse é um ponto importante.

Outro ponto que gostaria de aproveitar, porque fui até provocado aqui nas exposições, é o seguinte: o fato de ser professor e, vamos dizer assim, de ter uma pretensa proposição intelectual não quer dizer que eu esteja em uma posição neutra. A minha posição é clara: eu sou pela proteção do patrimônio cultural e já me manifesto dessa forma aqui, perante esta Comissão.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FERNANDO FERNANDES – Sim, sim. Por isso as ações têm que ser propositivas nesse sentido e não nas críticas, vamos dizer assim, totalmente absolutas contra o projeto, desconsiderando-o totalmente, sem observar que dele há aspectos, inclusive, simbólicos muito importantes: a ação de uma Senadora e de um Senado, que querem proteger o patrimônio cultural simplesmente pelo fato de propor um projeto de lei. Essa já é uma ação simbólica extremamente importante, e não foi louvada em nenhum momento pelos expositores aqui, o que me chama a atenção.

Então, ficamos nas críticas dos vícios e consentimentos, nos vícios de iniciativa, nos vícios, etc., e não vemos uma iniciativa do Senado e da sociedade civil, em parte aqui representada pela Marinha, pelos nossos colegas aqui da OAB, da Unesco, enfim, que querem exatamente a proteção. Nesse sentido, o que defendi foi um reequilíbrio no projeto, casado com a Lei nº 7.542.

Qual é o reequilíbrio? O reequilíbrio é dar a verdadeira dimensão do que é exploração de uma ativi-

dade comercial e proteção de patrimônio cultural. Por que esse equilíbrio? Porque esse equilíbrio tem um fundamento constitucional. Na Constituição nós temos o art. 170, que confere a livre iniciativa das atividades econômicas, e temos o art. 216, que defende a proteção do patrimônio cultural brasileiro. Então, através da Constituição, tentamos fazer nesse projeto aqui em tela a conciliação desses dois interesses. E a Constituição nada mais é do que o pacto que vai, vamos dizer assim, retratar essas vontades sociais. Não estamos excluindo a possibilidade de exploração comercial nem quero que seja excluída a possibilidade de proteção. Mas deve haver um certo equilíbrio.

E aí, respondendo a duas questões, uma de V. Sª e outra dos demais colegas aqui, o fato de os bens arqueológicos serem propriedade da União não retira a possibilidade de proteção. Uma coisa é domínio da União e outra coisa é foco de proteção. Vamos deixar isso muito claro. Eu posso ter – vou falar profes-soralmente – um quadro na minha casa de que sou proprietário, mas, se esse quadro é tombado, embora eu seja o proprietário, há um interesse social na sua proteção. E, por haver um tombamento sobre esse quadro, eu terei uma série de restrições no manuseio desse quadro, inclusive não posso destruí-lo. Então, sou o proprietário, mas tenho a minha propriedade de alguma forma limitada pelo interesse social coletivo pela proteção.

O fato de os bens arqueológicos pertencerem ao domínio da União não retira a possibilidade de a sociedade monitorar a defesa desses bens, o que é fundamental, cobrando inclusive da União. Esse é um ponto que tem que ficar muito claro aqui. O fato de estar estatizado não quer dizer necessariamente que está ou não protegido. Depende da ação política em torno dessa proteção.

Quanto ao projeto, entendo que ele é importante, absorve vários princípios e normas da Unesco que em certos aspectos considero importantes, mas ele precisa ser um pouco mais redimensionado nas críticas pontuais que eu fiz na minha exposição. É esse o ponto que gostaria de aqui enfatizar, ressalvando que também é importante a exploração da atividade e que precisa haver mais conciliação e debate em torno disso.

Obrigado pela atenção.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – O senhor não respondeu à pergunta que fiz sobre a questão da restituição dos bens.

O SR. FERNANDO FERNANDES – Ah, perdão.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – De que pode ser fruto de pirataria e também sobre a questão do pré-sal.

O SR. FERNANDO FERNANDES – As duas questões estão dentro da minha exposição no seguinte sentido: a restituição, eu a defendo como um princípio que deveria ser incorporado ao projeto de lei e à Lei como um todo, mais pelo fato de que o Brasil é realmente signatário e comprometido com vários acordos internacionais no sentido de restituir bens aos seus proprietários se forem casos lícitos.

Se forem casos ilícitos, vamos supor uma apreensão de contrabando ou de drogas, por exemplo, que obviamente não vão se restituir para o proprietário do país de origem, há possibilidade de o governo inutilizar esses produtos ou de restituir para os governos que têm interesse para alguma finalidade, até para a apuração penal. Então a restituição não precisa ser vista de uma maneira absoluta, no sentido de devolver corretamente apenas para o proprietário, mas dar a destinação conforme acordos de que o Brasil participa, até em termos de cooperação internacional na área criminal. Por exemplo: se o contrabando é apreendido e é fundamental para constituir uma prova em um processo judicial de outro país, por que não a devolução para facilitar essa atitude de cooperação? É nesse sentido que eu gostaria de colocar. Isso tem que ser, então, relativizado, essa questão da restituição.

Ah, perdão, perdi...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – O pré-sal.

O SR. FERNANDO FERNANDES – Mas está dentro do contexto que venho colocando.

O que temos que pensar é que o projeto de lei em tela, junto com a lei, teria que ser redimensionado, justamente para pensar essas questões econômicas. Não se trata de excluir a atividade econômica, mas de incorporá-la e pensar também nesse contexto, ou seja, vamos dar prioridade, na hora da exploração do petróleo, para o sítio arqueológico que está em cima de uma área de pré-sal ou não? Essa não é uma questão jurídica; é uma questão de escolha da sociedade, que se faz através deste Senador, desta instituição. O que a sociedade está querendo? Priorizar a proteção nesses momentos? Não priorizar? Como isso deve ser tratado? Seria um complemento a ser feito dentro do projeto com a Lei nº 7.542.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada.

O SR. FERNANDO FERNANDES – Pois não. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco/PSDB – PB) – Com a palavra o Comandante Flávio Mathuiy.

O SR. FLÁVIO HARUO MATHUIY – Srª Senadora, quanto à sua pergunta em relação ao posicionamento da Marinha, atesto que a Marinha tem mantido o posicionamento. Esta é a terceira audiência pública em

que a Marinha é favorável ao projeto de lei que visa à preservação do bem cultural subaquático.

Estou trabalhando nessa área. Fiquei como assessor da autoridade marítima para o patrimônio cultural subaquático durante três anos. Nós temos algumas dificuldades, fruto da legislação atual, principalmente porque ela não faz distinção entre os bens: cargas, navios afundados, navios com seis anos de uso e navios com 200 anos. Segundo a lei, a partir do quinto ano, se não for reclamado, ele passa a ser bem da União. Então a senhora imagine a enormidade de bens que passaram para o domínio da União e são tratados como... Para cada bem desses que é resgatado, nós temos que criar uma comissão de peritos, três da Marinha e três do Iphan, para testar se há valor cultural, artístico ou histórico desses bens para, aí sim, tratá-los como patrimônio cultural subaquático.

Outro problema que nós temos é quanto à destinação.

Nas explorações que são solicitadas à Marinha, temos todo o cuidado, já que vocacionalmente ela não legisla, não é responsável pelo patrimônio, mas sim pelos bens submersos. Ela sempre procura ouvir a autoridade federal de cultura – o Iphan, no caso – para fazer uma avaliação desse projeto. Então, há uma preocupação com a preservação desses bens.

O problema são os bens resgatados inadvertidamente, como no caso daquelas duas chatas. Há uma dificuldade grande, porque nem sempre aquele patrimônio cultural tem um valor que se possa comercializar ou que se possa tirar, auferir algum recurso com aquilo.

Às vezes não temos instituições da área de cultura que possam recebê-los, museus adequados, com capacidade não só de armazenar, mas também de preservar, porque são bens que ficaram muitos anos afundados, sofrem uma degradação. Então, a sua manutenção requer um cuidado específico que, por vezes, pode ser oneroso.

Nesse sentido, a Marinha entende que precisa ser alterada a lei, de forma que a Marinha não fique como protagonista do patrimônio cultural subaquático. Que continue a Lei nº 7.542 como uma lei necessária para o salvamento e ordenamento da segurança do tráfego aquaviário.

Serei obrigado a falar um pouco da Convenção da Unesco, já que foi citada, inclusive como um posicionamento da Marinha.

Aquele posicionamento da Marinha realmente aconteceu em 2008. Em 2009 houve outra audiência pública. Foi exatamente aquele posicionamento que eu coloquei em relação à concordância com o PLC.

O Brasil não ratificou a Convenção da Unesco, embora seja uma convenção voltada para a preservação do patrimônio, por outros motivos. Basicamente, porque afeta alguns preceitos do Direito Internacional Público, e afeta a nossa soberania, porque abre a possibilidade da exploração compartilhada, da pesquisa compartilhada, e não é claro na destinação desses bens. Sabemos que o Brasil era um entreposto. Todas as embarcações passavam por aqui, pelas rotas marítimas. Os ventos favoreciam. A nossa costa brasileira, certamente, é riquíssima em naufrágio. Então, se a gente considerasse como um bem cultural, um bem da União, patrimônio da União, talvez essa Convenção tivesse de ter outros mecanismos para assegurar o direito do Brasil.

Vamos supor uma embarcação espanhola de 1727, por exemplo, carregando ouro para Portugal, para pagar dívidas de Portugal junto à Inglaterra, ouro extraído nas nossas minas. Quais são os vínculos dos países com esse navio afundado na costa de Pernambuco, por exemplo? Porque todos os países que têm vínculo com esse naufrágio, segundo a Convenção, teriam direito sobre esse bem compartilhado. Então, todos, teriam, de certa forma, um vínculo com esse bem. Isso poderia causar um problema de disputa. Por isso é que necessitamos de uma legislação bem definida, bem clara, para que tenhamos respaldo no momento em que o Brasil estiver brigando pelos seus direitos em águas, inclusive no mar territorial.

Na época em que o Brasil não ratificou a Convenção, a delegação brasileira junto à Unesco solicitou que fosse bem definido que os bens encontrados no mar territorial seriam do Brasil. E, para não criar maiores controvérsias na época, não foram aceitas as solicitações do Brasil. Então, esse foi um dos motivos de ela não ter sido ratificada.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Comandante, o senhor mencionou a experiência da ONG lá no litoral, em Santa Catarina, dizendo que ela abriu mão de receber os 40% previstos em lei como pagamento pelo resgate dos bens ali coletados.

É muito sintomático que, fazendo um investimento tão grande, vá se abrir mão do que foi feito lá. Mas o senhor falou que poderia ganhar com a venda da autoria da história que estava ali, com uma série de outras coisas. Quer dizer, parece uma cortina de fumaça para encobrir um objetivo que não está explícito na lei, mas que ela fica isenta de cumprir. Então, na verdade, é uma forma sutil demais ou de menos para se tentar burlar uma legislação ou então parecer muito bonzinho, abrindo mão disso. Quer dizer, fazer ao Governo brasileiro, à União o pagamento dessa exploração.

Como é que a Marinha como instituição entendeu a ação dessa ONG lá no litoral de Santa Catarina? Esse patrimônio descoberto lá foi para o IPHAN? O

IPHAN guardou? Está em algum lugar do Brasil para preservar? O que aconteceu com ele?

O SR. FLÁVIO HARUO MATHUIY – Senadora, os bens... No caso específico da ONG Barra Sul, era um naufrágio em área rasa de muita maré, muita corrente. Então, na realidade, não foi... Tem um projeto arqueológico, mas é como nós consideramos – perdoem-me os arqueólogos, porque sou oficial de Marinha, não sou nem jurista nem arqueólogo – um salvamento arqueológico. Temos que retirar as peças, senão elas vão se degradar, vão se perder.

A ONG Barra Sul, quando nos procurou com essa solicitação... A lei diz: é facultado até 40% de adjudicação dos bens como recompensa pelos gastos...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com a exploração.

O SR. FLÁVIO HARUO MATHUIY – Se o nosso entendimento é de até 40%, então o máximo que eu poderia dar como compensação seria 40%. Nada está previsto se a empresa abrir mão.

Agora, esses bens, onde eles ficarão?

Está previsto no ato de autorização que esses bens permanecerão prioritariamente em Santa Catarina, que é o local onde ela tem uma ligação cultural forte. E poderá ficar com a ONG Barra Sul – continua sendo bem da União e permanecerá por todo o tempo...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Ela será fiel depositária.

O SR. FLÁVIO HARUO MATHUIY – Fiel depositária e poderá explorar culturalmente, como é da intenção dela criar um museu para receber as peças.

Recebeu financiamento...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – E cobra entrada para a visitação.

O SR. FLÁVIO HARUO MATHUIY – Cobra entrada para a visitação, exposição, enfim.

Mas o que nós observamos na época... E todo projeto tem que ter um financiamento. A empresa ou a instituição que quiser explorar deve ter recursos financeiros, justamente para não ter que vender as peças que está encontrando para pagar os seus gastos.

E ela tem financiamento da Fapesc, um financiamento voltado para a pesquisa científica, com parceria com as universidades, as peças hoje estão nas universidades, que estão tratando-as, mas o resgate é lento, porque você tira uma peça, tira um arco daquele, que é interessantíssimo, porque de um lado tem o leão de Castela e, do outro, o da Coroa Portuguesa. Então é muito interessante. Há um processo de dessalinização... É um processo muito lento que para alguns não interessa. Quem quer realmente fazer um projeto arqueológico e utilizar aquele bem, guardá-lo para as futuras gerações vai esperar um ou dois anos nesse processo. Agora, para quem tem outros interesses para recompensar o gasto que teve na sua exploração, talvez não haja tanto cuidado na sua preservação.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) **–** Concluindo esta etapa, concedo a palavra à representante da Unesco, Patrícia Reis da Silva.

A SRª PATRÍCIA REIS DA SILVA – Exmª Srª Senadora Ana Amélia, passando diretamente para as suas questões, creio que meu colega, Sr. Mathuiy, já se adiantou e explicou parte das razões pelas quais o Brasil ainda não ratificou a convenção. Isso deve corresponder também, em parte, ao fato de que poucos países assinaram a Convenção. É uma Convenção relativamente nova, de 2001. Nós sabemos que ajustar os instrumentos legislativos internos de cada país não se faz da noite para o dia. Então, cada país deve conduzir o seu debate, com suas dificuldades, com seus trâmites. E entendemos que o número considerado baixo ou não de países que não ratificaram a Convenção se deve a isso. Assim como no Brasil estamos aqui agora debatendo o projeto que poderia ou poderá dar suporte ao País a assiná-la.

Com relação à como cada país signatário protege, o que podemos dizer é que cada um deles tem sua forma de proteção. Mas, uma vez signatário, ele admite o consenso com o instrumento que é consensual para 190 países.

São as considerações iniciais.

Tenho inúmeras considerações a respeito da plateia, e espero aproveitar o tempo neste início.

A primeira questão dela é: o fato de o Brasil não ter ratificado ainda a Convenção não impede que a Unesco participe dos convites que forem necessários para debater os seus conceitos. Se vocês observarem, grande parte da minha fala não diz respeito à Convenção, mas aos conceitos que estão por trás dela e, na sua maioria, suportados pela legislação do País. Segunda questão: na minha primeira frase, eu disse que o Brasil contribui com a Unesco desde o seu nascimento. A legislação e as práticas brasileiras precursoras são inúmeras vezes referenciais para a construção das Convenções da Unesco. Podemos citar o exemplo mais recente que foi a Convenção do Patrimônio Imaterial, cuja legislação nacional é anterior a ela. Portanto, como bem disse o Sr. Fernando, discutir os princípios e os conceitos estará sempre em pauta para a representação da Unesco do Brasil.

Voltando para as questões conceituais, eu gostaria de relembrar que não está em pauta a discussão de transferência de atribuição de cuidar desse patrimônio. O que nós temos de lembrar a todo o instante é que o patrimônio subaquático é um patrimônio arqueológico

e, portanto, já encontra amparo na legislação nacional, tanto na Lei 3.924, de 1961, quanto na própria Constituição Federal. Eu não sou advogada, perdoem-me se eu cometer algum equívoco, mas a Constituição, em seu art. 216, informa:

> *Art. 216. Constitui patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto [...], nos quais se incluem:*
>
> .....
>
> *V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico....*

Portanto, a condição já está dada. Não estamos discutindo isso.

Retomando à Convenção, nós falamos prioritariamente de sua preservação em sítio; prioritariamente não é exclusivamente; as condições serão dadas.

Terceiro... São inúmeras considerações. Já falei da transferência de poder, já falei...

Por fim, existem alguns princípios que norteiam a preservação do patrimônio cultural como um todo. Primeiro, a reversibilidade. Se hoje não encontramos as condições necessárias para a preservação e a proteção de um bem, o melhor que podemos fazer é deixá-lo à espera de alguma técnica, de alguma condição que o faça no futuro. Considerar que ter arrastos e exploração já é um potencial de destruição desse bem e que a melhor medida é, necessariamente, sair correndo para tirá-lo do fundo do mar é visão reducionista. Não podemos adotar essa postura.

Por fim me surpreende, dentre os inúmeros argumentos de inconstitucionalidade que o Sr. Estevão colocou aqui, a simplificação quase semântica da troca da palavra Ministério da Cultura, da legislação de 86, para autoridade nacional cultural, lembrando que o Ministério da Cultura é de 1985, a legislação do patrimônio arqueológico é de 1961 e o Iphan, que responde pelo Ministério da Cultura, por tal atribuição, é de 1937.

Exmª Srª Senadora, o que eu posso dizer é que a representação da Unesco no Brasil está aberta para continuar o debate em torno de um PL modificado ou de qualquer outro instrumento que venha a ser adotado pelo País.

Muito obrigado ao Sr. Mathuiy pelas explicações, pelos esclarecimentos acerca da necessidade de uma legislação que dê amparo à Nação.

Muito obrigada.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP — RS) – Eu queria, Presidente, apenas... Eu fiz uma pergunta à Drª Patrícia. Entendo as razões da Unesco, um organismo internacional das Nações Unidas voltado à questão da cultura. É o seguinte: a senhora disse que não é importante número pequeno de países não ter subscrito. Depende dos países que não subscreveram, porque um país que não tenha território marítimo para preservar pode ter subscrito, e ele não tem nenhum interesse. Agora quando uma nação como a China, como os Estados Unidos, como a própria Índia ou o Japão não firmaram, não assinaram, o significado é completamente diferente, no meu modesto entendimento.

Por isso eu lhe perguntei que comportamento têm essas nações perante os princípios que o Dr. Fernando Fernandes falou. Eles estão seguindo esses preceitos determinados, não tendo firmado ou assinado ou ratificado o acordo da Unesco? Essa é uma curiosidade que eu tenho, porque isso também coloca um pouco de luz nas preocupações que, por exemplo, podem ter sido as mesmas que o governo americano e a Marinha dos Estados Unidos têm usado, como usou a Marinha brasileira a respeito do desaconselhamento da ratificação do referido acordo.

É apenas isso. Não é o número de países,...

A SRª PATRÍCIA REIS DA SILVA – É a importância deles dentro da...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Do contexto. Isso muda o juízo de valor a respeito dessa questão, porque nós temos um mar territorial e uma riqueza que é comparada – até achei muito boa a comparação – ao valor da Amazônia, a Amazônia Azul. Então isso realmente me responsabiliza ainda muito mais em relação à relevância dessa matéria, porque, como generalista, agora estou entendendo melhor o tamanho do problema em que nós estamos metidos.

A SRª PATRÍCIA REIS DA SILVA – O que eu posso falar a respeito é que o detalhamento, as condições legislativas de cada um dos países que ratificou a convenção, eu não tenho elementos suficientes para tratá-los aqui. Mas podemos provocar um debate, um seminário, um aprofundamento dos países que são signatários, fazer um balanço, não visual, mas de conteúdo a respeito disso.

Podemos deixar isso como uma sugestão para o futuro.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco/PSDB – PB) – Indago à Senadora se deseja alguma consideração final ou se está satisfeita.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Estou satisfeita, mas realmente é um assunto que vai exigir muito mais trabalho ainda depois do que eu ouvi aqui dos especialistas, porque é um tema que envolve não apenas questões constitucionais, mas questões do interesse da sociedade, como o patrimônio que nós temos, e também questões de ordem política que não podemos deixar a descoberto. Vou ter que redobrar a minha atenção sobre isso.

Muito obrigada, Presidente, pela sua valiosa colaboração. E eu gostaria também, tendo sido a autora do requerimento desta audiência pública, de agradecer ao Dr. Henrique, ao Dr. Estevão, ao Professor Fernandes, ao Comandante Mathuiy e à Drª Patrícia pela colaboração muito competente com que cada um, na sua respectiva área, com as suas respectivas convicções, expôs os seus pontos de vista.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco/PSDB – PB) – Em nome desta Comissão e do Senado da República, reitero o agradecimento pela ilustre e gentil presença de todos os expositores.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a reunião.

(Iniciada às 10 horas e 42 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 56 minutos.)

ATA DA 53ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE NOVEMBRO DE 2012.

Às onze horas e dezessete minutos do dia vinte e sete de novembro de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Roberto Requião**, e com a presença dos Senhores Senadores Wellington Dias, Ângela Portela, Ana Rita, Walter Pinheiro, Lídice da Mata, Inácio Arruda, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, João Alberto Souza, Waldemir Moka, Cyro Miranda, Cássio Cunha Lima, Paulo Bauer, Maria do Carmo Alves, José Agripino, Armando Monteiro, Lindbergh Farias, Antonio Carlos Valadares, João Capiberibe, Valdir Raupp, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro, Alvaro Dias, Eduardo Amorim e João Costa, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Cristovam Buarque, Benedito de Lira, Ana Amélia, Romero Jucá, Ciro Nogueira, João Vicente Claudino, Magno Malta, João Ribeiro e Kátia Abreu. Neste momento, a Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Logo após, a Presidência inicia a deliberação da Pauta pelos itens não terminativos, aguardando quórum para deliberação dos projetos terminativos. Prosseguindo, o Senhor Presidente, Senador Roberto Requião, solicita a inclusão extra-pauta do Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2012, o que é aprovado **(ver Extra-Pauta: Item 16)**. **Item 1: Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 268, de 2002**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Benício Sampaio, que "Dispõe sobre o exercício da Medicina". O relator designado é o Senador Cássio Cunha Lima e o parecer é favorável, rejeitando os incisos VII e VIII do caput do art. 4º; os parágrafos 2º, 7º e 8º do art. 4º; o inciso VII do parágrafo 5º do art. 4º; e a supressão da cláusula de vigência (art. 8º do PLS nº 268, de 2002). É concedida vista coletiva pelo prazo regimental de 5 (cinco) dias. **Item 4: Projeto de Lei do Senado nº 61, de 2012**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Paulo Bauer, que "Altera a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para isentar do pagamento de direitos autorais a utilização de obras artísticas e culturais por entidades que especifica, em eventos beneficentes destinados a angariar fundos para manutenção e funcionamento próprios". O relator designado é o Senador João Capiberibe e o parecer é favorável, com as emendas oferecidas. A matéria é retirada de pauta, atendendo à solicitação do relator. **Item 6: Projeto de Lei do Senado nº 62, de 2012**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, que "Altera o § 1º do art. 19 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para acrescentar novas hipóteses em que não serão computadas as despesas na verificação do atendimento dos limites definidos naquele artigo". O relator designado é o Senador Cássio Cunha Lima e o parecer favorável é aprovado. Logo após, o Senhor Senador Antonio Carlos Valadares, solicita correção em ata referente a sua manifestação a respeito do item 1 da pauta – Ato Médico. A presidência determina as providências necessárias à Secretaria da Comissão para corrigir a mencionada expressão "desintubação traqueal", por "intubação traqueal". **Item 8: Projeto de Lei do Senado nº 394, de 2009**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Valdir Raupp, que "Dispõe sobre a utilização de espaços publicitários, denominações, bandeiras, lemas, hinos, marcas, logotipos e símbolos relativos à Copa do Mundo da Federação Internacional de Futebol (Fifa) 2014 e à Copa das Confederações da Fifa Brasil 2013, assim como a organizadores, mantenedores dos direitos da Fifa, seleções e atletas participantes". O relator designado é o Senador Alvaro Dias e o parecer pelo prejudicialidade do projeto é aprovado. **Item 15: Requerimento nº 55/2012-CE**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Inácio Arruda e Antonio Carlos Valadares, que requerem "...nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública desta Comissão, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos, para instruir o PLC Nº 103, de 2012 que "aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências", em aditamento ao Requerimento Nº 51/2012, para incluir entre os debatedores, os

presidentes das seguintes entidades: União Nacional dos Estudantes – UNE; União Brasileira de Estudantes Secundaristas – UBES e da Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência – SBPC". O Requerimento é aprovado. Prosseguindo, o Senhor Senador Alvaro Dias, solicita a inclusão extra-pauta de Requerimento, o que é aprovado **(ver Extra-Pauta: Item 17)**. Prosseguindo, a Presidência passa à deliberação dos itens incluídos extra-pauta. **Item 16: Extra-Pauta: Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado João Bittar, que "Denomina Aeroporto de São Paulo/Congonhas – Deputado Freitas Nobre o aeroporto da cidade de São Paulo, capital do Estado de São Paulo". O relator designado é o Senado João Capiberibe e o parecer é favorável. A matéria é lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a votação de projetos terminativos. **Item 17: Extra-Pauta: Requerimento nº 56/2012-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Alvaro Dias, que requer "... nos termos do inciso V, § 2º, art. 58, da Constituição Federal, c/c o inciso V, art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Sr. ESMERALDO MALHEIROS SANTOS, Consultor Jurídico do Ministério da Educação, para prestar esclarecimentos sobre a sua participação na organização criminosa que praticava fraudes em órgãos federais, conforme revelado pela denominada 'Operação Porto Seguro' da Polícia Federal". O Requerimento é rejeitado, com os votos contrários dos Senhores Senadores Pedro Simon, Cássio Cunha Lima e Paulo Bauer. A destempo, o Senhor Senador Inácio Arruda requer a palavra para solicitar o apoio desta Comissão à Sessão Especial em homenagem ao centenário de Luiz Gonzaga, a ser realizada no próximo dia 3 de dezembro, às 11 horas, no Senado Federal, no que diz respeito ao transporte dos oitenta membros da Orquestra Sinfônica de Teresina, a ser solicitado ao Ministério da Defesa. A solicitação é aprovada. Ficam adiadas as seguintes matérias: **Item 2: Projeto de Lei do Senado nº 525, de 2009; Item 3: Projeto de Lei do Senado nº 199, de 2012; Item 5: Projeto de Lei do Senado nº 71, de 2012; Item 7: Projeto de Lei do Senado nº 103, de 2012; Item 9: Projeto de Lei do Senado nº 102, de 2011; Item 10: Projeto de Lei da Câmara nº 84, de 2010; Item 11: Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 2012; Item 12: Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 2011; Item 13: Projeto de Lei do Senado nº 102, de 2011 e Item 14: Projeto de Lei do Senado nº 260, de 2011**. Prosseguindo, a Presidência determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente, Senador Roberto Requião**, encerra a reunião às doze horas e trinta minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares**, **Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Roberto Requião,** Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Havendo número regimental, declaro aberta a 53ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a proposta de dispensa de leitura da ata da reunião anterior e aprovação da mesma.

Os Senadores e Senadoras que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Submeto ao Plenário uma inversão de pauta para que o Senador Capiberibe faça a leitura do seu parecer sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2012, de autoria do Deputado João Bittar, que denomina o aeroporto de Congonhas em São Paulo de Aeroporto Deputado Freitas Nobre.

Se o Plenário concordar, e não havendo logicamente manifestação em contrário no momento, eu passo a palavra imediatamente ao Senador Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, vem a esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 89, de 2012 (Projeto de Lei nº 1.923, de 2011, na Casa de origem), de autoria do Deputado João Bittar, que visa a denominar Aeroporto de São Paulo/Congonhas – Deputado Freitas Nobre o aeroporto de Congonhas situado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Na justificação que apresenta, o autor do projeto destaca aspectos da biografia do homenageado. Nascido em Fortaleza, no Estado do Ceará, em 1921, José Freitas Nobre transferiu-se para a cidade de São Paulo aos 12 anos de idade. Foi jornalista, advogado, professor, escritor e político. Iniciou sua atividade parlamentar aos 29 anos na Câmara Municipal de São Paulo, onde cumpriu dois mandatos de vereador. Foi vice-prefeito de São Paulo na gestão de Prestes Maia. Vítima de perseguição política no período pós-1964, exilou-se na França. Ao retornar ao Brasil em 1967, elegeu-se novamente vereador de São Paulo. Em 1970, chegou à Câmara dos Deputados. Deputado federal

por seis legislaturas consecutivas, notabilizou-se pelo empenho e dedicação às grandes causas políticas que abraçou – em especial, a luta pela anistia e o movimento pelas Diretas Já. Freitas Nobre faleceu em São Paulo em 1990.

Na Câmara dos Deputados, a matéria foi apreciada conclusivamente pelas Comissões de Viação e Transportes, de Educação e Cultura, e de Constituição e Justiça e Cidadania. Em todas elas, recebeu parecer pela aprovação.

Nesta Casa, o projeto foi distribuído com exclusividade à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) para decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

Sr. Presidente, o projeto preenche os requisitos legais e pretende homenagear Freitas Nobre, ilustre jornalista, advogado, escritor e político, cuja vida pública foi marcada por sua atuação à frente de diversos movimentos pela redemocratização do País.

Eu não vou me estender, porque o nome de Freitas Nobre, seus feitos na vida parlamentar e política deste País são conhecidos.

A Lei nº 6.682, de 27 de agosto de 1979, prevê que, mediante lei especial, poderá ser atribuída designação supletiva àquela de caráter oficial a estação terminal integrante do Sistema Nacional de Transportes. São admissíveis, para esse fim, designações de fatos históricos ou nomes de pessoas falecidas com relevantes serviços prestados à Nação ou à humanidade.

Mais diretamente relacionada com o assunto em pauta, merece registro a Lei nº 1.909, de 21 de julho de 1953, que dispõe sobre a denominação dos aeroportos e aeródromos nacionais. O citado diploma legal estabelece, em seu art. 1º, que os aeroportos "terão em geral a denominação das próprias cidades, vilas ou povoados em que se encontrem", mas admite que, "mediante lei especial para cada caso", poderão receber a designação de "um nome de brasileiro que tenha prestado relevante serviço à causa da aviação, ou um fato histórico".

As referências apresentadas permitem concluir pela conformidade do projeto ao ordenamento jurídico vigente, visto que atende aos requisitos formais de constitucionalidade e juridicidade. Além disso, não contém ofensa regimental e encontra-se vazado em boa técnica legislativa. É importante salientar que a denominação proposta mantém o padrão exigido pelo Código Internacional de Aviação.

No mérito, as qualidades do Deputado Freitas Nobre, evidentes na sua trajetória de homem público comprometido com as aspirações da sociedade brasileira, justificam plenamente a homenagem proposta. Nesse aspecto, reveste-se de especial significado a escolha do Aeroporto de Congonhas. Conforme relata o autor do projeto, Freitas Nobre utilizou esse aeroporto intensamente durante sua vida pública, pois "de lá decolava semanalmente rumo a vários destinos do País com o objetivo de unir o povo brasileiro e, juntos, redemocratizarem a nossa Nação".

Voto.

Ante o exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2012.

Era esse o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em discussão, o parecer do relatório do Senador Capiberibe. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, fica sobrestada a votação, pois, embora tenhamos um quórum presencial no livro, não temos a presença material dos necessários 14 Senadores.

Fica sobrestada a votação.

Este projeto entrou em extrapauta com a concordância do Plenário.

(É o seguinte o projeto apreciado:

ITEM 16

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 89, de 2012
– Terminativo –

Denomina Aeroporto de São Paulo/Congonhas – Deputado Freitas Nobre o aeroporto da cidade de São Paulo, capital do Estado de São Paulo.
Autoria: Deputado João Bittar
Relatoria: Senador João Capiberibe
Relatório: Favorável.)

Passamos ao item 1 da pauta.

ITEM 1

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 268, DE 2002
– Não Terminativo –

Dispõe sobre o exercício da Medicina. (Volume VIII)
Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Cássio Cunha Lima
Relatório: Favorável, rejeitando os incisos VII e VIII do caput do art. 4º; os parágrafos 2º, 7º e 8º do art. 4º; o inciso VII do parágrafo 5º do art. 4º; e a supressão da cláusula de vigência (art. 8º do PLS nº 268, de 2002).

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, antes da leitu-

ra do relatório, gostaria de fazer um breve preâmbulo sobre o trâmite dessa matéria que já se encontra no Congresso Nacional há mais de uma década, sendo submetida a um debate exaustivo, a pactuações de termos das redações que foram sugeridas, e chega a esta Comissão, dentro dos limites regimentais que estão estabelecidos, para, nesta hipótese, a análise da Comissão de Educação, onde teríamos basicamente dois caminhos na relatoria: ou aprovar o substitutivo da Câmara *in totum*, sem poderes para qualquer modificação de mérito, ou rejeitá-lo.

Diante da constatação de que teremos, ainda, duas etapas de intenso debate, discussão e amadurecimento da matéria e, por entender, de forma muito clara, que, ao contrário do que algumas pessoas podem estar imaginando que o disciplinamento da atividade e do exercício da profissão de Medicina pode ensejar qualquer tipo de prejuízo ou mesmo restrição a outras categorias tão importantes quanto a de médicos – porque, aqui, não há como se falar de hierarquização entre médicos e outras categorias de profissionais –, estaremos fazendo a leitura desse relatório, informando, previamente, sobretudo porque temos pessoas aqui na galeria, no auditório, interessadas no tema, em respeito à presença de cada uma delas, a Comissão de Assuntos Sociais estará recebendo, mais uma vez, a proposta do chamado Ato Médico e, lá, sim, há a possibilidade regimental de mudanças de redação, o que antecipo, de forma clara e transparente meu ponto de vista, não serem necessárias no meu entendimento.

Em seguida, conclui-se, portanto, essa longa tramitação de mais de uma década no plenário do Senado Federal.

Portanto, passo à leitura do relatório, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores.

Relatório.

Vem ao exame desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado (SCD) nº 268, de 2002, do Senador Benício Sampaio, que dispõe sobre o exercício da Medicina. A proposição teve origem em dois projetos apresentados perante esta Casa legislativa no ano de 2002: o Projeto do Senado nº 25 e o PLS nº 268, que tramitaram em conjunto.

O PLS de nº 268, de 2002, foi aprovado na forma de um substitutivo oferecido de forma dedicada e competente pela Senadora Lúcia Vânia. Enviado à revisão da Câmara, o projeto foi aprovado também na forma de um substitutivo. Retorna agora ao Senado Federal em atendimento ao disposto do parágrafo único do art. 65 da Constituição Federal para análise das alterações promovidas por aquela Casa, pela Câmara dos Deputados, portanto.

O projeto ora submetido à apreciação da Comissão de Educação é constituído de sete artigos. O art. 1º define o objeto da lei proposta, nos termos do art. 7º da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

O art. 2º define que a saúde humana é o objeto da atuação profissional do médico.

O art. 3º trata da atuação do médico na condição de membro da equipe de saúde, determinando que ele atuará em mútua colaboração com os demais profissionais integrantes da equipe.

As atividades que devem ser consideradas privativas do médico são definidas no art. 4º. O *caput* do dispositivo contém 15 incisos que detalham essas atividades. Os parágrafos desse artigo trazem definições importantes para a interpretação das disposições do *caput* e exceções às normas ali estabelecidas, a fim de proteger a atuação dos profissionais de saúde não médicos.

O art. 5º acrescenta algumas funções administrativas e acadêmicas à lista de atividades restritas ao médico.

O art. 6º restringe a denominação de médico aos graduados em Medicina e o exercício da profissão aos inscritos em Conselho Regional de Medicina.

O art. 7º confere ao Conselho Federal de Medicina a competência para definir quais procedimentos estão liberados para execução pelos médicos, quais estão vedados e quais podem ser empregados apenas em caráter experimental.

O parágrafo único determina que os conselhos regionais devem fiscalizar e controlar a realização desses procedimentos de acordo com as normas emanadas do Conselho Federal.

O SCD (Substitutivo da Câmara) nº 268, de 2002, não contém cláusula de vigência, pois o art. 8º do PLS nº 268, de 2002, encaminhado à revisão da Câmara, não foi aproveitado no Substitutivo adotado por aquela Casa. O texto da proposição resulta de alterações promovidas nos seguintes dispositivos do PLS nº 268, de 2002: incisos V, VI, VII e XIV do *caput* do art. 4º; §§ 1º, 2º, 3º, 5º e 7º do art. 4º, com acréscimo de três incisos ao §5º e de um ao §8º; inciso II do art. 5º; e art. 7º.

Exceção feita à exclusão da cláusula de vigência tratada no art. 8º do PLS em pauta, as modificações efetuadas pelos Deputados ao longo da tramitação da proposição na Câmara, onde recebeu a denominação de Projeto de Lei nº 7.703, de 2006, não modificam substancialmente a estrutura original da proposta aprovada por esta Casa.

De volta ao Senado, a revisão da matéria foi inicialmente atribuída à Comissão de Constituição, Jus-

tiça e Cidadania (CCJ), e à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), por serem os mesmos colegiados que apreciaram o PLS nº 268, de 2002. Por força da aprovação do requerimento nº 140, de 2010, do Senador Romeu Tuma, o projeto foi distribuído também a esta Comissão de Educação.

A tramitação do SDC nº 268, de 2002, teve início pela CCJ no ano de 2009. Após longo período de debate sobre a matéria, instruído por audiência pública, o Relator, Senador Antônio Carlos Valadares, produziu um relatório com o voto pela aprovação do PLS nº 268, de 2002, e pelo acatamento dos seguintes dispositivos do SCD nº 268, de 2002:

– incisos V e XIV do *caput* do art. 4º;

– §§ 1º e 3º do art. 4º;

– *caput* e incisos VIII e IX do § 5º do art. 4º;

– inciso II do art. 5º; e

– art. 7º.

Por conseguinte, o voto foi pela:

– rejeição dos incisos VII e VIII do *caput* do art. 4º e do inciso VII do § 5º do art. 4º do SCD nº 268, de 2002, mantendo-se a redação original do inciso VIII do *caput* do art. 4º oferecida pelo Senado Federal;

– rejeição também dos §§2º e 7º do art. 4º do SCD nº 268, mantendo-se a redação original oferecida pelo Senado para esses dispositivos;

– rejeição do § 8º do art. 4º do SDC nº 268, de 2002; e

– manutenção do art. 8º do projeto originalmente aprovado pelo Senado.

Em fevereiro deste ano, o relatório foi aprovado e passou a constituir o parecer da CCJ. Após análise desta Comissão de Educação, a matéria seguirá para a CAS e para o Plenário, que proferirá a decisão final.

Análise.

De acordo com a divisão de competências das comissões estabelecidas pelo Regimento Interno do Senado Federal, sob o ponto de vista material, a análise a ser empreendida por esta Comissão de Educação deve centrar-se nos incisos III e IV do art. 5º do SCD nº 268, de 2002, que definem como privativos de médico o ensino de disciplinas especificamente médicas e a coordenação dos cursos de graduação em Medicina, dos programas de residência médica e dos cursos de pós-graduação específicos para médicos. É o que determina o inciso III do art. 102 do Regimento:

> *Art. 102. À Comissão de Educação, Cultura e Esporte compete opinar sobre proposições que versem sobre:*
>
> .....
>
> *III – formação e aperfeiçoamento de recursos humanos;*
>
> .....
>
> *Os dispositivos do PLS aos quais caberia a análise de mérito por parte da CE não foram modificados pela Câmara e, portanto, não estão sujeitos à reavaliação pela Casa iniciadora. Quanto às modificações efetuadas pela Câmara no PLS, o seu exame é disciplinado pelos arts. 285 a 287 do RISF* – [que eu me dispenso da leitura neste instante].

Dessa forma, cabe ao Senado aceitar ou rejeitar, no todo ou em parte, o Substitutivo oferecido pela Câmara dos Deputados, sendo-lhe vedado modificar o texto por meio de subemendas.

Nesse sentido, há que se louvar o árduo trabalho realizado pelo Senador Antonio Carlos Valadares – que chegou há poucos instantes – à frente da relatoria do SCD nº 268, de 2002, na CCJ. Após ouvir todas as categorias interessadas na matéria, o Parlamentar opinou pela aprovação do PLS nº 268, de 2002, porém com o acatamento de todas as modificações efetuadas pela Câmara que pudessem aprimorar o texto do projeto ou trazer algum benefício às demais profissões de saúde. As emendas da Câmara que implicassem benefícios à categoria médica mas pudessem ser desfavoráveis aos outros profissionais foram rejeitadas.

Destarte, dentro dos limites impostos pelo Regimento Interno do Senado Federal e pela Constituição Federal, a combinação de dispositivos proposta pelo Senador Antonio Carlos Valadares e acatada pela CCJ é a que melhor atende às demandas das outras categorias profissionais interessadas no projeto de regulamentação da Medicina. Essa conclusão decorre do debate propiciado pela audiência pública realizada por este Colegiado em 25 de abril do corrente ano, que reuniu representantes dos médicos, psicólogos, fisioterapeutas, biomédicos, nutricionistas e enfermeiros. Nenhum representante foi capaz de apontar uma única alteração acatada pela CCJ que fosse favorável à classe médica e desfavorável aos demais profissionais. Essa é, a nosso ver, a posição mais sensata a ser adotada pelo Senado Federal.

A regulamentação profissional interfere nos mercados de trabalho e de serviços, delimitando campos de trabalho, procedimentos e atividades de exercício privativo. Dessa forma, quando se regulamenta uma profissão, a entrada nesse mercado de trabalho passa a ser delimitada pelo tipo e escopo da regulação imposta pelo Estado. Ou seja, diferentemente das ocupações não regulamentadas, as profissões regulamentadas têm seus mercados relativamente fechados. Diante dessa realidade, a regulamentação de uma atividade profissional, derivada do reconhecimento da relevância e da utilidade pública daquela atividade, gera algum tipo de privilégio, concedido pelo Poder Público.

A regulamentação de uma profissão e a consequente redução da concorrência no mercado de trabalho só pode ser admitida excepcionalmente. Essa é a melhor interpretação a ser dada ao inciso XIII, do art. 5º, da Carta Magna: "É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas às qualificações profissionais que a lei estabelecer".

A justificativa para o Estado intervir na dinâmica do mercado de trabalho e instituir regras para o exercício de determinada atividade ou ocupação deve estar lastreada em três pressupostos fundamentais: i) o exercício da atividade tem grave repercussão sobre a saúde e a segurança das pessoas; ii) a qualidade do trabalho executado é de difícil avaliação pelo público leigo; e iii) a atividade em questão depende de habilidades específicas e exclusivas dos egressos de um complexo sistema de formação profissional.

A nosso ver, esse é precisamente o caso da Medicina. Trata-se de uma das profissões mais antigas submetida à regulamentação em todas as partes do mundo. No Brasil, a profissão está sujeita a alguma forma de regulação estatal, desde a época colonial, mas, paradoxalmente, até hoje, não se definiu o campo de atuação do médico e, dentro desse campo, quais atividades devem ser privativas do profissional. Daí a importância do PLS nº 268, de 2002, para a defesa da saúde da população brasileira.

Nosso voto é, portanto, no sentido de apoiar a decisão proferida pela CCJ, de acatar as modificações efetuadas pela Câmara que aprimoram a redação do projeto original ou que beneficiam os demais profissionais de saúde.

Voto.

O voto é pela aprovação do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 268, de 2002, rejeitados os seguintes dispositivos:

– incisos VII e VIII, do caput do art. 4º, do Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 268, de 2002, mantendo-se a redação original, determinada pelo Senado, no inciso VIII, do caput do art. 4º, do PLS nº 268, de 2002;

– §§ 2º e 7º do art. 4º do SCD nº 268, de 2002, mantendo-se a redação original dos dispositivos correspondentes no PLS nº 268, de 2002;

– inciso VII do § 5º e do § 8º do art. 4º do SCD nº 268, de 2002;

Da mesma forma, a rejeição da supressão da cláusula de vigência – art. 8º – do PLS nº 268, de 2002, promovida pela Câmara dos Deputados.

Os demais dispositivos do SCD nº 268, de 2002, são idênticos aos seus correspondentes no PLS nº 268, de 2002, razão pela qual se mantém a redação do texto original, renumerando-se os incisos quando necessário.

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE(Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em discussão o Relatório do Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Sr. Presidente, acompanhei o brilhante relatório do eminente Relator, mas tenho uma dificuldade de compreender, com profundidade, esse projeto, e é um projeto que mexe com a saúde de todos nós, inclusive com a minha. Confesso que teria dificuldade de dar um voto neste momento. Portanto, solicito vista, para que possa estudar e me aprofundar sobre o projeto. (*Palmas.*)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Presidente, não sei se V. Exª poderia me permitir, diante do pedido de vista, fazer uns esclarecimentos que, sem dúvida alguma, vão contribuir para uma melhor reflexão e conscientização do Senador Capiberibe a respeito da matéria.

Se V. Exª me permitir, eu gostaria de fazer alguns ligeiros esclarecimentos, inclusive para reforçar o brilhante trabalho que foi feito pelo Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Na verdade, Senador, o pedido de vista é regimental.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Eu não estou contra o pedido de vista...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Vista coletiva, Sr. Presidente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Vista coletiva.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Eu não estou contra o pedido de vista. Eu queria que V. Exª, se fosse possível, me proporcionasse 5 minutos para que eu desse alguns esclarecimentos, inclusive sobre a forma equivocada que alguns segmentos estão tendo, com relação a este projeto.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador, a Mesa concede vista coletiva por cinco dias úteis, mas franqueia a palavra a V. Exª, que foi o Relator na Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Agradeço a V. Exª.

Eu fiz algumas anotações que eu considero imprescindíveis para o bom entendimento daqueles que estão acompanhando a reunião desta Comissão sobre o Ato Médico.

Algumas normas importantes nós conseguimos incluir na CCJ, de vez que o projeto oriundo da Câmara dos Deputados veio acompanhado de várias distorções que prejudicavam profissões as mais diversas, como

os fisioterapeutas, os farmacêuticos, os enfermeiros. E, diante das audiências públicas que nós fizemos, dos debates que empreendemos, das audiências que mantivemos no nosso gabinete, nós conseguimos compor um texto que recebeu o apoio *in totum* do Senador Cássio Cunha Lima.

Achamos por bem aceitar o texto aprovado pelo Senado e pela Câmara que define o diagnóstico nosológico como atividade privativa do médico e respectiva prescrição terapêutica; e, dentre outras atribuições, a indicação e execução da intervenção cirúrgica, que é uma atividade típica do médico, e prescrição dos cuidados médicos pré e pós-operatórios. Porém, o nosso substitutivo, que prevê o diagnóstico nosológico, função atribuída ao médico, assegura outros tipos de diagnósticos às mais diversas profissões, a exemplo do diagnóstico funcional, do diagnóstico cinésio-funcional, do psicológico, do nutricional e ambiental. Tudo isso em obediências às atividades desenvolvidas por outras profissões. E as avaliações comportamental e da capacidade mental, sensorial e percepto-cognitiva. Portanto, isso havia sido retirado na Câmara dos Deputados e nós restauramos no Senado, preservando, então, as atividades típicas de outras profissões, que nós consideramos importantes e que trabalham em integração com o médico. Todos esses diagnósticos não são privativos do médico – que eu citei.

A Câmara efetuou uma alteração altamente prejudicial aos fonoaudiólogos e fisioterapeutas, ao incluir o diagnóstico funcional e cinésio-funcional como atribuição exclusiva do médico. Restaurei o texto do Senado, da Senadora Lúcia Vânia, recompondo os direitos daqueles profissionais.

Com relação, por exemplo, à desintubação traqueal, que é considerada uma ventilação mecânica invasiva, esse procedimento, em nosso substitutivo, passa a ser coordenado – não dirigido, com estava lá, no texto da Câmara –, inicialmente, pelo médico, significando dizer que o fisioterapeuta, por exemplo, poderá dar continuidade ao trabalho coordenado pelo médico, nessa desintubação traqueal.

Nesse caso, concordamos com o texto da Câmara, pois o do Senado falava que o médico é quem tinha que definir e supervisionar tais procedimentos. O médico é quem tinha de fazer tudo isso. Agora, não. É uma função onde haverá uma integração completa entre fisioterapeutas e médicos. Não é função exclusiva do médico.

Pelo texto aprovado... E eu peço a V. Exª, Presidente, que eu não seja interrompido por pessoas que não entendem o projeto....(*Palmas.)...* e querem transformar este projeto numa coisa corporativa, que não é o nosso caso.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Eu faço um apelo ao Plenário que não se manifeste. A próxima manifestação implicará a evacuação do plenário, e nós continuaremos o trabalho apenas com os Senadores.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Continuando, em defesa dos fisioterapeutas e demais participantes, por exemplo, de um trabalho na UTI – que é o que acontece diariamente, de hora em hora, nos hospitais –, pelo texto aprovado, "caberá ao médico a coordenação inicial, sem anular a participação do fisioterapeuta, que terá suas atividades previstas em lei totalmente preservadas".

Então, aquilo que o fisioterapeuta tem hoje na lei a nossa lei que estamos discutindo não vai interferir em nada. Continuará com suas atividades normais o fisioterapeuta, e, aliás, foi justamente a nossa iniciativa que foi capaz de reconhecer os direitos do fisioterapeuta, o que a Câmara dos Deputados não reconheceu.

É sabido que nas UTIs uma equipe multifuncional trabalha para salvar o doente, e todos os profissionais têm que exercer as suas competências próprias para alcançar esse objetivo primacial. Não é o médico só, não é o fisioterapeuta só, não é o enfermeiro só, não é o farmacêutico só, nem só o bioquímico: afinal, todos, numa equipe multidisciplinar, vão tentar salvar a vida daquele que está sendo atendido na UTI.

O doente não é propriedade do médico, nem de nenhum profissional da saúde: o doente é alvo de todos aqueles que trabalham nessa atividade primorosa para salvar as vidas.

A Câmara dos Deputados, Sr. Presidente, aprovou um texto muito desfavorável aos biomédicos e farmacêuticos, determinando que a emissão dos diagnósticos anatomopatológicos e citopatológicos eram atribuição exclusiva dos médicos. A Câmara aprovou isso! E eu retirei na CCJ. Rejeitamos essa distorção, que saiu do texto aprovado pela CCJ, que protege os direitos daqueles profissionais, os biomédicos e os farmacêuticos. A realização dos exames citopatológicos e seus respectivos laudos consta no rol das atividades que não são privativas dos médicos, como queria a Câmara dos Deputados! Quer dizer, a Câmara dos Deputados queria assumir que os biomédicos e farmacêuticos deveriam ficar subordinados aos médicos. Isso não vai acontecer no texto que está sendo discutido, cujo parecer é da lavra do Senador Cássio Cunha Lima.

No entanto, Sr. Presidente, com relação aos enfermeiros, aceitamos o texto da Câmara, que diz que a coleta de material biológico continua a ser feita por aqueles profissionais, pelos enfermeiros, não sendo, portanto, atribuição específica dos médicos, porque

houve médico, houve deputado médico que chegou a defender essa distorção.

Procuramos garantir todos os direitos das profissões regulamentadas e reconhecidas em lei. Reconhecemos e defendemos as competências não só dos odontólogos, como está no art. 4º, §6º, como resguardamos os das demais profissões.

No art. 4º, §7º, de forma clara, exige-se o respeito às prerrogativas de todas as profissões da área da saúde. O que diz o § 7º?

O disposto neste artigo será aplicado de forma que sejam resguardadas as competências próprias das profissões de assistente social, biólogo, biomédico, enfermeiro, farmacêutico, fisioterapeuta, fonoaudiólogo, nutricionista, profissional de educação física, psicólogo, terapeuta ocupacional e tecnólogo de radiologia.

Só não está preservado aqui quem não tem regulamentação, mas toda e qualquer profissão ligada à saúde, que tenha sido regulamentada, este Projeto de Lei está garantindo as competências, Sr. Presidente.

Era a explicação que eu gostaria de dar.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – O debate, embora tenha sido concedida vista coletiva, continua flexível. O assunto é importante e a Mesa não negará a palavra aos parlamentares que desejam se manifestar.

Pela ordem, se não engano....Vamos alterar a ordem. Nós temos aqui a Senadora Lúcia Vânia, que foi relatora do Projeto. Então, eu passaria, neste momento, Senador Moka, a palavra à Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, em primeiro lugar gostaria de agradecer a V. Exª, uma vez que não sou membro desta Comissão, e me é dado aqui o direito de me expressar.

Eu não gostaria de fazer nenhum comentário antes da vista dos Srs. Senadores. Eu só quero cumprimentar o Senador Cássio pela sua relatoria, Senador Antonio Carlos Valadares. E gostaria apenas de dizer aos Srs. Senadores que este Projeto foi discutido por 2 anos, com 14 categorias sentadas à mesa, artigo por artigo, construído através de consenso.

Portanto, na próxima reunião, eu gostaria de estar aqui para contar como foi elaborado este Projeto, como é que ele foi feito, como é que se chegou ao consensuado e como ele está hoje.

Após a ida desse Projeto para a Câmara, ele sofreu modificações substanciais e o Senador Antonio Carlos Valadares, que foi o relator na Comissão de Justiça, procurou retornar ao texto original do Senado, com três ou quatro emendas, suprimindo uma que era realmente extremamente danosa para o conjunto das atividades, das profissões e fazendo mais três emendas de redação, aprimorando o texto.

Portanto, eu gostaria apenas de dizer aos Srs. Senadores que não é um projeto intempestivo, não é um projeto sobre o qual não houve diálogo, que não foi debatido, que não foi, à exaustão, buscado esse consenso.

Quero dizer também que quanto à questão da constitucionalidade, nós tivemos aqui vários juristas, como Nelson Jobim e outros juristas importantes que acompanharam essa discussão conosco.

Portanto, na próxima reunião, eu poderia detalhar como foi feito, como chegamos a esse consenso.

Quero dizer aos Srs. Senadores que, durante esses dias de vista ao processo, eu estarei à disposição de V. Exªs, para conversar com cada um, mostrar como foi feito e mostrar o consenso feito na Comissão de Justiça e na Comissão de Assuntos Sociais, buscando apresentar que o projeto não é de autoria da Senadora Lúcia Vânia ou do Senador Antonio Carlos Valadares ou do seu autor original. Esse Projeto foi construído com todas essas mãos, todos dialogando por 2 anos.

Portanto, eu me coloco à disposição dos Srs. Senadores, mais uma vez cumprimentando o Senador Cássio e cumprimentando V. Exª por colocar este projeto em votação, uma vez que acredito que ele esteja maduro para tal.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Este projeto teve origem no Senado. Então, as comissões não são mais terminativas, nem a nossa nem a próxima, a Comissão de Assuntos Sociais. Terminativo é o Plenário.

Com a palavra o Senador Moka.

O SR. WALDERMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Também objetivamente, eu tive oportunidade de acompanhar o relatório do Senador Cássio Cunha. E eu me lembro de que participei de uma audiência pública onde o Senador Cássio Cunha Lima pediu a todos que faziam críticas ao projeto que apontassem onde estariam no texto. Existe um monte de crítica, só que, quando você vai ao texto, conduzido inicialmente pela Senadora Lúcia Vânia... Foram 2 anos de debate, a origem deste projeto é 2002 e nós estamos em 2012. Não é possível que durante esse tempo todo... E isso ouvindo democraticamente.

Então, respeitando o pedido de vista, que é mais do que legítimo e tenho certeza de que o Senador Capiberibe, se tiver uma contribuição a dar, será brilhante como sempre, mas é importante que a gente diga que esse é um projeto... Claro que se você for às entidades médicas há críticas ao projeto? Sim, há!

Isso porque esta Casa, na verdade, produz o que é possível. Nós fazemos o possível para que o texto

atenda da melhor forma, lembrando que o objetivo desse é o paciente. É muito fácil eu dizer "nós podemos intubar..." Mas o problema é que, no momento em que dá confusão, não hora em que dá, o responsável no caso será o médico. E essa coisa precisa ficar garantida.

Então, nós temos um momento de procedimentos que, em tese, as pessoas poderiam fazer, mas existe todo um tratamento, toda uma formação que precisa ser garantida.

Aí eu pergunto: às vezes há um paciente...se for a sua mãe, o seu pai, o filho ou a sua filha, aí vem a garantia de quem vai fazer os chamados procedimentos invasivos.

É só para lembrar isso, Senador Roberto Requião, lembrando também, para as pessoas que estão aqui que esta vista coletiva implica, como V. Exª já disse, um prazo de 5 dias. Na próxima terça-feira, o projeto terá que ser votado. Espero, sinceramente, que possamos votar favoravelmente a um projeto que há 10 anos tramita nesta Casa, com muito esforço, com muita democracia.

O texto, finalmente, chegou e é este que devemos apreciar sem dúvida na próxima terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – O debate continua sendo feito sem exageros regimentais, inclusive na limitação do tempo. O projeto causa espécie e há muito folclore em torno dele. Por exemplo, Senador Cássio Cunha Lima, os meus amigos do salão Del Rey, em Curitiba, o salão de barbearia que eu frequento, me perguntavam na semana passada se eles, para realizar o ato invasivo do corte de cabelo, iam precisar que o paciente tenha anteriormente consultado um médico e apresentassem uma receita.

As coisas não são bem assim.

Com a palavra o Senador Relator.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente, quando me foi designado a relatoria desta matéria...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Seguramente, posso tranquilizar os meus barbeiros?

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Pode tranquilizar, com absoluta certeza. E era sobre isso exatamente que eu ia me reportar. Eu havia participado, durante o meu processo de disputa da campanha eleitoral, de um debate na Internet em que um dos participantes indagou justamente sobre a minha posição a respeito do Ato médico.

Àquela altura, eu tinha uma informação muito superficial, muito vaga sobre o tramitava no Congresso e, por ironia do destino, ao ser eleito Senador chego a esta Casa e a mim é designada exatamente a relatoria da matéria que eu conhecia de forma superficial.

E tantos eram os mitos criados até que eu pudesse me debruçar sobre o texto real, que se chegou ao cúmulo, na expressão descontraída do Senador Roberto Requião, que, para cortar cabelo, seria preciso, pelo texto, de prescrição médica. Que uma série de atribuições das outras profissões estariam sendo limitadas e restritas. E posso dizer que tenho profundo respeito, como todos nós temos, por todas as categorias que atuam na área de saúde.

É inimaginável pensar que o Senado da República, que a Câmara dos Deputados, que o Congresso Nacional, enfim, estaria propondo uma legislação que, primeiro, criasse uma hierarquia entre profissões – e não há hierarquia nenhuma, todas são importantes.

Segundo, que pudéssemos elaborar um texto que promovesse restrições a atividades profissionais que são extremamente importantes. O que se faz aqui, após quase uma década de debate, não é um debate infértil, é um debate produtivo, com modificações, com alterações, inclusive realizado também na instância da Comissão de Educação, com audiência pública, numa expressão muito popular, olho no olho, *tête-à-tête*, onde, na condição de relator, indaguei várias vezes aos que representavam as categorias: apontem no texto isso que está sendo afirmado; mostrem no texto que eu me curvo; apontem de forma real o que está sendo visto como ameaça, que vamos debater. E não encontrei resposta para essas indagações que fiz de maneira reiterada.

Portanto, recomendo a todos que pediram vistas e com o respeito natural que tenho ao Senador Capiberibe, talentoso, que vai agora, com sua seriedade e competência reconhecida por todos, debruçar-se mais detidamente na matéria: não vão encontrar no mundo real aquilo que se transformou em mitos. Por uma razão simples: porque o próprio texto, para concluir a argumentação, e vou fazer a leitura de dois dispositivos já destacados pelo Senador Antonio Carlos Valadares, no art. 3º, diz: "O médico integrante da equipe de saúde que assiste o indivíduo ou a coletividade atuará em mútua colaboração com os demais profissionais de saúde que a compõem".

Portanto, no art. 3º, já se estabelece o caráter multidisciplinar das atividades do médico e o trabalho em parceria com as demais categorias.

E aí destaco com uma ênfase ainda maior, em negrito: "Art. 4º. São atividades privativas do médico... Vou me dispensar de ler essas atividades para que eu possa me reportar ao §7º, e peço atenção de todos para o que está dito textualmente no §7º, do art. 4º: "O disposto neste artigo [ou seja, tudo aquilo que está

regulamentado como atividade médica] será aplicado de forma que sejam resguardadas as competências próprias das profissões."

E aí nominamos as profissões: assistente social, biólogo, biomédico, enfermeiro, farmacêutico, fisioterapeuta, fonoaudiólogo, nutricionista, profissional de educação física, psicólogo, terapeuta ocupacional e técnico e tecnólogo de radiologia.

Portanto, o próprio dispositivo deixa mais do que claro, mais do que evidente que todas as demais competências previstas em suas respectivas regulamentações estão absolutamente preservadas.

Essa é a realidade. O resto é mito.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Apenas ficaram fora os neurocirurgiões capilares, não é, Senador?

Então, na próxima terça feira estaremos votando essa matéria.

Como nós temos quorum, vamos votar algumas matérias que já foram lidas, e começamos...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

Eu me inscrevi também para falar aqui. Cyro Miranda.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Ah sim, perdão, Senador.

Com a palavra o Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Achei que o senhor estava brincando quando o senhor falou que não ia me dar a palavra. Mas eu vejo que era sério mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Foi uma distração imperdoável.

Com a palavra o Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Srªs e Srs. Senadores, eu quero, em primeiro lugar, parabenizar o esforço da minha colega de bancada do Estado de Goiás, Senadora Lúcia Vânia, que há muito tempo vem se esforçando com esse relatório, o que já dura dez anos, como falou o Senador Moka; parabenizar o Senador Cássio Cunha Lima pela coerência nesse relatório; como também o Senador Valadares, que cobriu, sem exceção, todos os temas.

Há aqui, Sr. Presidente, às vezes falta de conhecimento. Fala-se em alguns pontos que aqui estão esclarecidos. É importante que todas as atividades regulamentadas estão sendo preservadas.

Em nenhum momento, tanto o Relator, como também o Senador Valadares, procurou descaracterizar.

Então, as profissões que estão regulamentadas estão sendo preservadas com todos os seus direitos. É preciso que se aprofunde e se leia esse relatório que não deixa dúvida, assim como não deixa também nenhuma parte para que faça algum tipo de ilação. Então, às vezes estão alardeando coisas que não estão nesse relatório. É muito importante que isso seja dito, que na próxima reunião realmente se vote. Este ano encerramos com a profissão mais antiga sendo regulamentada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em discussão o parecer favorável do Senador Capiberibe, que dispõe que o Aeroporto de São Paulo, Congonhas, situado na São Paulo, no Estado de São Paulo, passa a ser denominado Deputado Freitas Nobre. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, vamos colocar em votação.

Peço aos Srs. Senadores que não se retirem da reunião. Senão, por falta de quórum para votações nominais, eu serei obrigado a interromper a reunião da Comissão de Educação. *(Pausa.)*

Informa-me o nosso secretário que nós passamos a não ter mais quórum.

Vamos fazer a votação na próxima reunião.

Deixem-me ver se tenho algum projeto não terminativo. Vou pedir ao secretário que faça um esforço junto à Comissão de Assuntos Econômicos para que o quórum seja restaurado na Comissão de Educação.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 61, de 2012
– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para isentar do pagamento de direitos autorais a utilização de obras artísticas e culturais por entidades que especifica, em eventos beneficentes destinados a angariar fundos para manutenção e funcionamento próprios.

Autoria: Senador Paulo Bauer

Relatoria: Senador João Capiberibe

Relatório: Favorável, com as emendas oferecidas

Observações:

1– Matéria terminativa na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

Com a palavra, Senador.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, recebi aqui uma demanda, um pedido do Ministério da Cultura e também do Ministério da Fazenda para retirar de pauta, porque eles precisam analisar com mais profundidade.

Portanto, solicito que retire de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – A pedido do Relator, retiro de pauta o item 4.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 62, de 2012 – Complementar
– Não Terminativo –

Altera o § 1º do art. 19 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para acrescentar novas hipóteses em que não serão computadas as despesas na verificação do atendimento dos limites definidos naquele artigo.
Autoria: Senador Randolfe Rodrigues
Relatoria: Senador Cássio Cunha Lima
Relatório: Favorável
Observações:
1– A matéria será encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos e, posteriormente, ao Plenário
2– Na reunião do dia 20/11/12, foi concedida vista coletiva

Com a palavra, Senador.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente, eu consulto a Secretaria se deste item houve pedido de vista na sessão anterior. Confesso que a memória me trai neste instante.

Então, basicamente, vou passar à leitura do relatório da iniciativa...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Perfeito para ser votado, Senador.

Foi uma vista coletiva pedida e ninguém se manifestou.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – E não houve manifestação. Era essa a dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Ou seja, foi um pedido meramente protelatório.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Eu indago se V. Exª considera necessária a releitura do parecer com o pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Se V. Exª fizesse um resumo rápido para o conhecimento e a ciência dos Senadores presentes, seria interessante.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Basicamente, de forma muito sintética, se a síntese não atender às necessidades, posso fazer a leitura mais detida.

Propõe o nobre Senador Randolfe Rodrigues, que o cálculo de despesas para o pagamento de pessoal na educação não esteja restrito às regras estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Como todos nós sabemos, a Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece limites de despesa com pessoal. O que deseja o Senador Randolfe Rodrigues com sua propositura é que, em casos previstos na lei, no projeto de lei, excepcionalizar esses limites de gastos com educação, por todas as razões e com a prioridade que a matéria exige.

De forma muito sintética, é esse o escopo, o objeto, a alma do projeto que está em análise neste instante.

Caso seja desejo do Plenário, não me oponho, naturalmente, a fazer a leitura completa do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em discussão o relatório do Senador Cássio Cunha Lima. (*Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão; os contrários se manifestem. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, pela ordem. Quando da minha manifestação sobre o Ato Médico, eu cometi um equívoco e, em vez de falar em intubação traqueal, falei em "desintubação" traqueal.

Então, gostaria que a ata corrigisse.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – A ata será devidamente "desintubada".

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Alterar a expressão "desintubação", "intubação traqueal".

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – eu determino à Secretaria que "desintube" a ata no que se refere à intervenção do Senador Valadares.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 394, DE 2009
– Não Terminativo –

Dispõe sobre a utilização de espaços publicitários, denominações, bandeiras, lemas, hinos, marcas, logotipos e símbolos relativos à Copa do Mundo da Federação Internacional de Futebol (Fifa) 2014 e à Copa das Confederações da Fifa Brasil 2013, assim como a organizadores, mantenedores dos direitos da Fifa, seleções e atletas participantes.
Autoria: Senador Valdir Raupp
Relatoria: Senador Alvaro Dias
Relatório: Pela prejudicialidade
Observações:

1– Matéria terminativa na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

2– A matéria constou na pauta da reunião do dia 20/11/12

Com a palavra o Senador.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, é simples o relatório. Nós opinamos pela prejudicialidade da matéria, já que o seu conteúdo está inserido em legislação já aprovada por esta Comissão e por esta Casa.

Portanto, o Projeto do Senador Valdir Raupp chega com atraso. Tratava do emblema, lema, hino, marcas, logotipos, símbolos e várias denominações relativas à Seleção Brasileira de Futebol, tornando-se um uso privativo da CBF e de seus patrocinadores durante as competições de até 30 dias após o seu término.

Portanto, como nós já aprovamos aqui uma Lei Geral da Copa, já aprovamos vários dispositivos que, inclusive, colocam a Fifa como uma espécie de proprietária do Brasil durante o período de realização da Copa do Mundo, este projeto se torna prejudicado.

Portanto, Sr. Presidente, pela prejudicialidade do Projeto.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em discussão o relatório do Senador Alvaro Dias. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Rejeitado, na forma do relatório do Senador.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Aprovado o relatório e rejeitado o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Aprovado o relatório e rejeitada a proposta.

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 55, DE 2012

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública desta Comissão, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos, para instruir o PLC Nº 103, de 2012 que "aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências", em aditamento ao Requerimento Nº 51/2012, para incluir entre os debatedores, os presidentes das seguintes entidades: União Nacional dos Estudantes – UNE; União Brasileira de Estudantes Secundaristas – UBES e da Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência – SBPC.

Autoria: Senador Inácio Arruda e Antonio Carlos Valadares.

Eu submeto ao Plenário, mas fazendo uma lembrança – não é uma advertência – de que essas entidades já foram ouvidas dezenas de vezes no decorrer da tramitação desse processo.

E nós vamos só retardar a tramitação no Senado, mas...

Em discussão o requerimento dos Senadores Inácio Arruda e Antonio Carlos Valadares. (*Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

Os Senadores favoráveis permaneçam como estão; os contrários se manifestem. (*Pausa*.)

Aprovado.

Sobre a mesa item extrapauta, requerimento do Senador Alvaro Dias.

Passo a palavra ao Senador para explicar rapidamente e sinteticamente o seu requerimento.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Srªs Senadoras, o requerimento convida – é um convite – o Sr. Esmeraldo Malheiros Santos, consultor jurídico do Ministério da Educação, para prestar esclarecimentos sobre participação de funcionários do Ministério na organização criminosa que praticava fraudes em órgãos federais, conforme revelou a Operação Porto Seguro, da Polícia Federal.

O noticiário dos últimos dias deu destaque especial à Operação Porto Seguro, confirmando essa postura de independência, de ousadia e de competência da Polícia Federal, uma instituição essencial no combate à corrupção no País.

Nós temos gravações reveladas pela imprensa nesse inquérito da Polícia Federal que dizem respeito à utilização de senha do Ministério da Educação, de forma marginal, para o tráfico de influência exercitado a partir de São Paulo, especialmente do escritório da Presidência da República que a Srª Rosemary chefiava. O esquema de corrupção se instalou e, certamente, esta Casa não pode ficar passivamente assistindo às ações da Polícia Federal e se conformando com eventuais providências iniciais, adotadas, inclusive, pela Presidência da República.

Creio ser do nosso dever aprofundar questionamentos para saber de desdobramentos possíveis em razão desse esquema de corrupção denunciado pela Polícia Federal, já com prisões inclusive.

Portanto, Sr. Presidente, creio que é desnecessário trazer novos argumentos. Esse é um fato veemente, gritante, que está aí aos nossos olhos. A corrupção

instalada muito próxima da Presidência da República, a partir da chefia do seu escritório em São Paulo, envolvendo também o Ministério da Educação, razão deste requerimento de convocação, ou convite, ao Sr. Esmeraldo Malheiros Santos, Consultor Jurídico do Ministério da Educação, já que ele foi citado também no inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em discussão o requerimento do Senador Alvaro Dias (*Pausa.*)

Com a palavra o Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs Senadores, acredito que o papel do Senado é de buscar exatamente o caminho da apuração. Acredito que as medidas assumidas ou as ações adotadas pela Polícia Federal, com as consequentes medidas adotadas pelo Governo no sentido de exoneração, afastamento e posições até mais duras, como as anunciadas pela Presidenta Dilma, e à abertura de inquérito envolvendo todos os citados na Operação Porto Seguro... entre eles, inclusive, os que detêm mandatos nas agências reguladoras ou agências executivas e que, portanto, necessitam essas ações da abertura de inquérito interno, até para promover, através desse inquérito administrativo, o afastamento desses dirigentes que têm mandato.

O que temos deixado bem claro aqui é que há uma total concordância por parte de todas as lideranças que compõem a Base do Governo é que, na nossa opinião, os Ministros... e aí, nesse particular, inclusive, estamos apresentando na Comissão de Fiscalização, na CCJ e na Comissão de Infraestrutura, a vinda dos representantes, os presidentes de agências. Portanto, já que as agências são instituições à parte dos Ministérios, na nossa avaliação, esses dirigentes devem vir ao Senado.

Portanto, entendemos que o requerimento ora apresentado pelo Senador Alvaro Dias tratando de um servidor, na nossa avaliação – o correto é que nós possamos trazer a estas Comissões e a Comissão de Educação, nesse particular, se soma a partir da presença de um membro do Ministério da Educação –, a proposta que temos feito é a de que esses requerimentos possam ser analisados com essas comissões. Até porque a Comissão de Fiscalização e Controle tem a prerrogativa da fiscalização, o que não inibe efetivamente a participação das chamadas comissões temáticas. É correto que a comissão temática participe em conjunto.

Então, o que estamos concretamente propondo não a chamada desses servidores – até porque os que estiverem envolvidos nesses esquemas ou nesses escândalos ou nessas operações devem depor na Polícia Federal –, o Senado deve chamar os dirigentes desses órgãos, os Ministros dessas pastas para que aqui possamos, inclusive, discutir essas questões.

Portanto, a nossa posição contrária a este requerimento é no sentido de que quem deve ser chamado ou convidado para esse debate são exatamente os Ministros de Estado ou os presidentes das agências e dos órgãos citados ou até envolvidos.

Então, até falando aqui com o Líder da oposição, nós fizemos agora há pouco a conversa também com o Presidente da Comissão de Fiscalização desta Casa, como faremos também na Comissão de Infraestrutura, no sentido de concordar, Senador Cássio, de forma integral com a vinda dos Ministros a essas comissões e dos presidentes de agências, para que os Senadores possam arguir sobre essa questão.

O nosso encaminhamento vai numa linha um pouco contrária em relação ao nome que o Senador Alvaro propõe para esta Comissão. Mas a nossa proposição é que os requerimentos sejam de convite para os Ministros das pastas envolvidas.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com a flexibilidade democrática com que temos dirigido esta Comissão, eu quero dar a minha opinião sobre esse assunto também. E me inspiro em práticas do Senador Alvaro Dias, quando Governador, e nas minhas próprias.

A Presidente tomou medidas muito semelhantes a que nós tomávamos. Ela imediatamente afastou essa questão. A questão está aos cuidados da Polícia Federal e do Ministério Público. Acredito que não é desimportante o fato. Mas acredito que o nosso foco, neste momento, o foco do Senado, uma vez que as providências legais foram tomadas, devia ser dirigido, por exemplo, para a questão das hidrelétricas, as medidas provisórias importantíssimas que nós estamos votando. É a minha opinião.

Mas quero estabelecer o contraditório e devolvo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Vou ser sintético. Creio que é preciso respeitar opiniões divergentes, e eu as respeito. Respeito a opinião do Líder Walter Pinheiro, mas discordo, porque creio que o Senado abdica da sua responsabilidade de fiscalizar, na medida em que evita trazer para o debate os que estão envolvidos, que são os servidores públicos, que ocupam cargos de confiança, portanto, exercem uma atividade com *status* elevado. Esse é o caso. Esse senhor é Consultor Jurídico do Ministério da Educação. Está envolvido nesses episódios. Há gravações. Creio

que seria uma contribuição importante que o Parlamento ofereceria, propondo transparência aos fatos.

Certamente, o Ministro da Educação não terá o que dizer a respeito disso, até porque esses fatos são anteriores à posse do atual Ministro. Podem ter sido também posteriores, mas tiveram início antes. A Polícia Federal está investigando há 2 anos. Então, creio que seria prestação de serviços à sociedade. O Congresso, como caixa de ressonância da sociedade, procurando repercutir fatos dessa natureza, para convocar a opinião pública a exercer o seu poder de pressão.

Temos o dever de revelar detalhes desse inquérito policial e essa seria uma forma. Sabemos das atribuições desta Comissão de Educação neste fim de ano, mas esse é um fato relevante, que está sendo suscitado agora. Deveríamos ouvir, sim, o Sr. Esmeraldo Malheiros Santos.

Procurar trazer o Ministro, de certa forma, nós não vamos produzir, não há pragmatismo nessa solução. O Ministro da Justiça, sim, porque ele é o responsável maior, o líder nessa área de investigação policial dessa instituição importante que é a Polícia Federal. Ele está sendo convocado para falar na Comissão de Constituição e Justiça. Nesse caso, é mais adequado convocar o consultor que está envolvido diretamente no episódio do que o Ministro que, provavelmente, virá para dizer: "Nós estamos investigando. Nós vamos investigar. Nós estamos adotando as providências." E não revelará, de forma concreta e objetiva, nada a respeito do que ocorreu.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Estabelecido o contraditório, encerro a discussão.

Os Senadores favoráveis ao requerimento do Senador Alvaro Dias permaneçam como estão; os contrários se manifestem. (*Pausa.*)

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Nós votamos "Não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Para ouvir os Srs. Esmeraldo Malheiros do Santos, Consultor Jurídico do... é isso?

Do Ministério da Educação, para prestar esclarecimento sobre sua participação na organização criminosa que praticava fraudes em órgãos federais, conforme revelado pela denominada Operação Porto Seguro, da Polícia Federal.

Está em votação.

Os contrários se manifestem. (*Pausa.*)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, peço a votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadores presentes.

Senador Pedro Simon, como vota? Com o requerimento do Senador Alvaro Dias.

Senador Cássio Cunho Lima? (Pausa.)

Senadora Ana Rita?

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, sou contrária a esse requerimento e favorável ao encaminhamento dado pelo Líder Walter Pinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Na verdade, o Líder não deu encaminhamento, ele fez uma sugestão apenas.

Contrária.

Senador Moka?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Voto contra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Paulo Bauer?

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC. *Fora do microfone.*) – Com o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Com o Senador Alvaro Dias.

Senador Inácio Arruda?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE. *Fora do microfone.*) Contrário.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Acompanhando o encaminhamento do Senador Walter Pinheiro, que é conhecido.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Rejeitado o requerimento.

(É o seguinte o requerimento rejeitado:

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 56, de 2012

Requeiro, nos termos do inciso V, § 2º, art. 58, da Constituição Federal, c/c o inciso V, art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Sr. ESMERALDO MALHEIROS SANTOS, Consultor Jurídico do Ministério da Educação, para prestar esclarecimentos sobre a sua participação na organização criminosa que praticava fraudes em órgãos federais, conforme revelado pela denominada "Operação Porto Seguro" da Polícia Federal.

Autoria: Senador Alvaro Dias.)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Convoco audiência pública para amanhã, requerimento de autoria dos Senadores Cristovam Buarque e Lídice da Mata, em que serão ouvidos os Srs. Andrew Parsons, Ana Moser e José Cruz.

Encerrada a reunião.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, eu queria fazer um apelo a V. Exª, que encerrou rapidamente a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Um apelo a destempo.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – A destempo, mas atendido. É que vamos realizar uma sessão em homenagem ao centenário de Luiz Gonzaga na próxima segunda-feira e estamos solicitando o apoio da Aeronáutica para transportar uma orquestra de 80 membros, e gostaria de pedir o apoio também da nossa Comissão para que pudéssemos fazer essa grande homenagem ao Luiz Gonzaga. O Comandante Saito pediu que oficiássemos...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – A Comissão estabelece, no entanto, uma condição para viabilizar o apoio: que o Senador Suplicy cante na manifestação.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Olha, eu acho que o Suplicy é mais na área do *rock*.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – É evidente que o apoio será dado, Senador.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Essa parte do baião acho mais difícil. É uma condicionante que considero mais difícil de cumprir. Mas, de qualquer maneira, se acontecer, iremos instar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Na condição de Presidente da Comissão, ofereço o apoio ao evento.

(Iniciada às 11 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 30 minutos.)

ATA DA 54ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE NOVEMBRO DE 2012.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e cinquenta e sete minutos do dia vinte e oito de novembro de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência Eventual do Senhor Senador Cássio Cunha Lima**, e com a presença dos Senhores Senadores Wellington Dias, Ângela Portela, Ana Rita, Paulo Paim, Cristovam Buarque, Inácio Arruda, João Alberto Souza, Waldemir Moka, Paulo Bauer, Anibal Diniz, Vanessa Grazziotin, João Capiberibe, Valdir Raupp, Cícero Lucena e Eduardo Amorim, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Walter Pinheiro, Lídice da Mata, Roberto Requião, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira, Ana Amélia, Romero Jucá, Ciro Nogueira, Cyro Miranda, Maria do Carmo Alves, José Agripino, Armando Monteiro, João Vicente Claudino, Magno Malta, João Ribeiro e Kátia Abreu. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 13/2012-CE, de autoria do Senhor Senador Cristovam Buarque e ao Requerimento nº 50/2012-CE, de autoria da Senhora Senadora Lídice da Mata, destinados a "**Instruir o Projeto de Lei do Senado nº 328, de 2010, de autoria do Ex-Senador Alfredo Cotait Viana, que 'Dispõe sobre o mandato de dirigentes de clubes, federações e confederações e outras entidades esportivas que recebam subvenções, verbas e quaisquer outros recursos do orçamento federal e de empresas sob controle estatal federal, inclusive os de publicidade e propaganda' e o Projeto de Lei do Senado nº 253, de 2012, de autoria do Senador Cássio Cunha Lima, que 'Altera a Lei n.º 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre o desporto e dá outras providências, para fixar regras de reeleição e de duração dos mandatos dos dirigentes de entidades desportivas'**". Logo após, a Presidência registra a presença para acompanhar a Audiência Pública do Senhor Deputado Federal Romário (PSB / RJ); Senhora Hortência Maria de Fátima Marcari, Ex-Atleta; Senhor Raí Souza Vieira de Oliveira, Diretor da Organização Não Governamental Atletas Pela Cidadania, Senhora Daniela Castro, Diretora Executiva da ONG Atletas Pela Cidadania; Senhor Victor Barau, Advogado da ONG Atletas Pela Cidadania; Senhora Carmem de Oliveira, Membro da ONG Atletas Pela Cidadania; Senhor Ricardo Vidal, Membro da ONG Atletas Pela Cidadania; Senhor Eduardo R. Uhle, Gerência de Desenvolvimento Físico-Esportivo do Serviço Social do Comércio – SESC; Senhor Edson Garcia, Diretor Executivo da Confederação Brasileira de Clubes – CBC e da Federação Nacional dos Clubes – FNC; Senhora Lizandra Arantes, Coordenadora de Projetos do Instituto Ethos; Senhor Weber Magalhães, Vice-Presidente da Região Centro-Oeste da Confederação Brasileira de Futebol – CBF e Senhor Luiz Garcia Júnior, Piloto Brasileiro. Como expositores, comparecem à Audiência Pública o **Senhor Andrew Parsons, Presidente do Comitê Paraolímpico Brasileiro – CPB; Senhor José Cruz, Jornalista e Especialista em Políticas de Esporte e Senhora Ana Moser, Presidente da Organização Não Govermamental Atletas pela Ci-**

dadania. Neste momento, a Presidência informa ao Plenário que o Senhor Presidente do Comitê Olímpico Brasileiro, Carlos Nuzman, convidado para a presente Audiência Pública, justificou ausência em razão de compromissos anteriormente assumidos e não indicou representante por entender que o assunto é de competência da presidência do COB. Prosseguindo, o Senhor Presidente Eventual, Senador Cássio Cunha Lima, passa a presidência dos trabalhos ao Senhor Senador Cristovam Buarque. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos presentes. Usam da palavra o Senhor Senador Cristovam Buarque, autor do Requerimento; a Senhora Hortência Maria de Fátima Marcari; o Senhor Raí Souza Vieira de Oliveira; o Senhor Senador João Capiberibe; a Senhora Daniela Castro; o Senhor Deputado Federal Romário; a Senhora Lizandra Arantes e o Senhor Senador Anibal Diniz. Após as considerações finais dos expositores, o Senhor Presidente Eventual, Senador Cristovam Buarque, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e trinta e oito minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Cristovam Buarque,** Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco/PSDB – PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 54ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto ao Plenário a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a aprovação da mesma.

A presente reunião atende aos Requerimentos nºs 13, de autoria do Senador Cristovam Buarque, e 50, de autoria da Senadora Lídice da Mata, para realização de audiência pública, destinada a instruir o Projeto de Lei do Senado nº 328, de 2010, que dispõe sobre o mandato de dirigentes de clubes, federações e confederações e outras entidades esportivas que recebam subvenções, verbas e quaisquer outros recursos do orçamento federal e de empresas sob controle estatal federal, inclusive os de publicidade e propaganda, e o Projeto de Lei do Senado nº 253, de 2012, que institui normas gerais sobre o desporto e dá outras providências para fixar regras de reeleição e de duração dos mandatos dos dirigentes de entidades desportivas.

Dando início à audiência, solicito ao Secretário da Comissão, Júlio Linhares, que acompanhe os convidados para tomarem assento à Mesa.

Convido, neste instante, para compor nossa Mesa de trabalho, Andrew Parsons, que preside o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB); convido Ana Moser, Presidente da Organização Não Governamental Atletas pela Cidadania, e convido José Cruz, Jornalista e Especialista em Políticas de Es porte. (*Pausa*.)

Eu gostaria, também em nome desta Comissão, de agradecer a presença de Hortência, Raí, Daniela Castro, Vítor e Eduardo Uhle, que, com certeza, serão presenças importantes na nossa reunião.

A Secretaria da Comissão encaminhou convite ao Comitê Olímpico Brasileiro, endereçado ao Presidente Carlos Nuzman, que nos encaminhou o seguinte Ofício em resposta ao convite:

> *O Comitê Olímpico Brasileiro vem, pelo presente, acusar o recebimento do convite para participar, como expositor, da audiência pública da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, a realizar-se no dia 28 de novembro de 2012, às 10 horas, em Brasília.*
> *Informo que, nessa mesma data, estarei no exterior participando da reunião do Comitê Executivo da Organização Desportiva Pan-Americana, do qual sou Vice-Presidente, com retorno ao Brasil previsto para a segunda quinzena de dezembro, razão pela qual não poderei comparecer.*
> *Assim sendo, coloco-me à disposição da Comissão para o agendamento de nova data.*
> *Em nome do Comitê Olímpico Brasileiro e em meu próprio nome, reitero votos de elevada estima e consideração.*

A Secretaria da Comissão, mediante resposta primeira do Presidente Carlos Nuzman, renovou o convite para que o COB enviasse um representante para este nosso encontro.

Segue, então, a leitura da resposta ao segundo convite para designação de um representante:

> *Sr. Secretário, o Comitê Olímpico Brasileiro vem, pelo presente, acusar o recebimento do ofício em referência esclarecendo que um assunto dessa importância deve ser tratado a nível de Presidência e, por esta razão, não temos como indicar um representante para discorrer sobre esse tema.*
> *Na expectativa de contar com a compreensão de V. Sª ao acima exposto, permaneço ao inteiro dispor da Comissão para contribuir da melhor forma possível.*

Em nome do Comitê Olímpico Brasileiro e em meu próprio nome, reitero votos de elevada estima e distinta consideração.

A dinâmica que esperamos para este nosso encontro é franquear a palavra aos que estão aqui à Mesa e depois contribuir com o debate, lembrando sempre que esta reunião estará sendo transmitida, na íntegra, pela TV Senado e tem a cobertura da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e do Instituto Legislativo Brasileiro, que tem a incumbência de retransmitir para todas as Assembleias Legislativas.

Eu já havia, antes do início da reunião, apresentado as escusas em nome dos outros membros desta Comissão em decorrência da superposição de Comissões, sobretudo na votação do Orçamento e também na leitura do Relatório da CPMI do Carlos Cachoeira, para que nós possamos, na sequência, ter a presença de outros Senadores.

Mas quero, antes de passar a palavra aos que compõem, ao meu lado, a Mesa, agradecer, mais uma vez, a presença de todos vocês e deixar registrado que esse é apenas um pequeno passo, além de outros que já foram dados no Congresso Nacional, para que possamos dar suporte e promover mudanças no esporte brasileiro. É natural que toda mudança enseje uma reação. E haverá, seguramente, reações fortes à proposta que está sendo hoje debatida nesta audiência pública e que será fundamental a mobilização do segmento, a mobilização dos atletas, dos dirigentes que tenham uma posição favorável a esse entendimento. Daí porque haverá um caminhar que não será breve, mas que começa, creio eu, de forma positiva, com a presença de todos vocês.

Para que possamos dar início, então, à nossa reunião, indago se preferem uma sequência...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Pelo cavalheirismo, *ladies first.*

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco/PSDB – PB) – Mas, para ser cavalheiro, ela ficaria com a última palavra. *(Risos.)* Como sempre ficam. (*Risos*.)

Andrew, você começa?

Eu não mencionei a Carmem. Carmem, perdão por não ter feito a devida referência à sua presença. Agradecemos muito sua presença.

Eu acho que 15 minutos são suficientes para cada. Ou 10 minutos? *(Pausa.)* Vamos conceder 10 minutos inicialmente, depois prorrogamos por mais 5, e se for preciso por mais 5. Não vamos ter rigor com o tempo. Não tem sentido ser rigoroso. Vou estabelecer 10 minutos.

Quero informá-los que a campainha toca faltando 1 minuto. Tem um sistema que faz com que a campainha avise 1 minuto antes. Não quer dizer que o tempo acabou, porque a gente prorroga sem dificuldade. Vamos fazer algo informal. Não tem por que haver rigor formal nesse instante.

O SR. ANDREW PARSONS – Bom dia a todos.

Eu queria agradecer, Senador, o convite para compor esta audiência e dizer que fico muito à vontade para falar sobre limitação de mandato, uma vez que o próprio Comitê Paralímpico Brasileiro já tem uma limitação de mandato definida no seu Estatuto. É somente uma reeleição. Então, nós já estamos ajustados ao que pretende este Projeto de Lei. Existem outras confederações que caminham na mesma direção ou que já estão na mesma direção.

Nós modificamos o nosso Estatuto em 2010. Eu já era o Presidente na época – fui eleito em 2009 – e nós modificamos uma série de artigos no Estatuto, não apenas a questão da reeleição, mas entendendo que era positivo que tivéssemos algo que limitasse de certa forma o mandato ou que propiciasse uma renovação nos nossos quadros.

Então, dentro do Comitê Paralímpico Brasileiro, hoje, meu primeiro mandato expira em março do ano que vem, posso concorrer a uma reeleição, mas o certo é que em 2017 já não estarei mais à frente do Comitê Paralímpico Brasileiro.

Isso faz com que a gente tenha que se debruçar também sobre a criação de novas lideranças. Quer dizer, o aspecto positivo é que a gente acaba fomentando novos líderes, trazendo pessoas obviamente alinhadas com o que nós pensamos, com nossos projetos, para que eles possam nos suceder, ou disputar uma eleição, uma eleição sempre é algo que você disputa, não é algo que você já ganhe de antemão. Então, é preciso também atentar para esse fato da criação de novas lideranças.

No nosso caso, no movimento paralímpico, fundamentalmente, a gente apoia a vinda de ex-atletas, e sempre está com novas lideranças que tenham sido representativas também dentro do que a gente chama de *field of play*, dentro do campo de jogo. Então, fico muito à vontade para falar.

Acredito que, em que pese o simbolismo desta ação, eu acho que a gente também não poderia perder, Senador, a oportunidade de fazer algumas outras melhorias na questão do esporte.

Hoje, nós temos ainda uma sobreposição de papeis em algumas manifestações esportivas, notadamente o alto rendimento, enquanto outras manifestações do esporte, principalmente a base, normalmente fica um pouco mais carentes de apoios.

É fundamental que tenhamos no Brasil, e aproveitar esse momento em que temos os megaeventos esportivos, enquanto o esporte está na pauta, para

nós, por exemplo, do Comitê Paralímpico, o dia em que eu mais temo não é o 21 de dezembro, quando dizem que vai acabar o mundo, Senador, o dia que eu mais temo é 1º de janeiro de 2017, quando, depois dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos, depois dessa efervescência toda, se vamos manter o mesmo nível de interesse e apoio que o esporte está tendo hoje, se vai estar no topo da agenda do País como está hoje.

E nós temos, ainda hoje, uma sobreposição de papeis, e que não está claro para ninguém, qual o papel dos Municípios, dos Estados, do Governo Federal, da escola, dos clubes sociais, das federações estaduais, das confederações nacionais, dos próprios comitês; quem faz o quê, onde, quando, em que momento da carreira do atleta, do fomento, da iniciação esportiva; quem lida na área do desenvolvimento, quem lida com altíssimo rendimento.

Conversávamos, antes desta reunião, e o Raí dava uma sugestão interessante, que é a questão de certa paridade com a educação, na educação, você tem o Município cuidando de uma parte muito bem definida, que é o ensino básico, depois o ensino médio pelo Estado, e o ensino superior sendo função do Governo Federal. Seria, talvez, uma boa medida, mas você tem outros agentes aí. Você tem os clubes sociais. Qual o papel dos clubes sociais nessa formação de atletas. Também não existe atleta forte se a sua modalidade não for forte. Existe certa crucificação em cima de confederações, mas é preciso dar às confederações melhor condição de trabalho.

E hoje eu posso falar, porque o Comitê Paralímpico Brasileiro, além de ser o Comitê Paralímpico Nacional, também é a Confederação Brasileira para algumas modalidades. Então, a gente enfrenta o dia a dia de ser uma Confederação Nacional, que poderia avançar muito no tipo de estrutura, no tipo de cenário que as confederações têm pela frente para fazer o seu trabalho.

Uma das coisas que eu, recentemente, disse em um programa de entrevista é que você tem uma cobrança em cima do dirigente esportivo e não dá a ele as condições. Então, questões sobre o que se fala há muito tempo, como remuneração de dirigentes esportivos, em que você acaba passando por uma hipocrisia muito grande de achar que alguém vai devotar 24 horas do seu tempo para tocar uma confederação, um comitê ou um clube social e não vai ter uma remuneração. Aí você abre espaço para todo tipo de ilação, como a de que o dirigente se locupleta, que ele não se locupleta, de onde ele tira o seu sustento. Um bom exemplo, na minha visão, obviamente: nós, no Comitê Paralímpico, os três membros eleitos recebem remuneração. Para isso, nós tivemos que transformar numa Oscip, numa Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, que permite a remuneração de dirigentes, porque os três membros eleitos, hoje, trabalham 24 horas por dia e exclusivamente em prol do Comitê Paralímpico e do Movimento Paralímpico. Não poderíamos fazer e não poderíamos ter os resultados que tivemos, por exemplo, em Londres, quando todo mundo vibra, bate palma para o resultado se não tivéssemos as condições para tal. E um dos caminhos para a condição é você permitir que o dirigente tenha um foco bastante grande no seu trabalho diário. Não dá para cobrar uma entrega profissional se você não tem uma condição profissional de trabalho.

É óbvio que isso poderia trazer mais gente querendo disputar uma eleição, já que se trataria de um cargo remunerado. A ideia não é fazer disso um concurso público, mas talvez ganhasse mais importância e relevância a questão da limitação de mandatos.

Mas eu acho que existe uma série de outras medidas que nós poderíamos tomar também. Não sei se é o caso, Senador, de emenda. A gente sabe que quanto mais você emenda um projeto de lei, maior o risco de ele não ser aprovado ou de demorar muito a sua tramitação, mas são muitas as medidas que a gente podia sugerir, desde o financiamento ao esporte, a Lei de Incentivo ao Esporte foi um grande avanço, mas, como eu disse, a clara definição de papeis também exige uma clara definição de quem financia qual momento.

Hoje nós temos certa ausência, por exemplo, da iniciativa privada no esporte. Se a gente contar esporte, fora futebol – futebol é um caso à parte no nosso País –, você tem pouca participação da iniciativa privada. Ou sempre são as mesmas empresas acreditando ainda no esporte. É preciso que a gente identifique como estimular essas empresas a buscarem apoiar programas esportivos, e não só no altíssimo rendimento próximo de competições e megaeventos. Acho louvável apoiar atletas que vão buscar medalhas em Jogos Olímpicos, em jogos Paralímpicos, em campeonatos mundiais. Mas também é tão importante quanto que se envolvam em projetos principalmente de base, principalmente de desenvolvimento daquela camada intermediária de atletas que precisam de um pouco mais de apoio para que você possa brigar por medalhas em Paralimpíadas, em Olimpíadas, enfim, nessas competições que a gente chama de finalísticas.

Então, acredito que a limitação de mandato, sozinha, não resolve esse problema. Acho que é um grande passo, carregado de simbolismo, mas não acredito que a gente possa ter a ilusão de que ela vá mudar de forma radical a administração esportiva do nosso País. Não vai! Nós temos muito claro que precisamos

saber quem faz o que e onde, financiamento, ferramentas para se buscar apoio. E aí entra a questão da meritocracia, quer dizer, os resultados, por exemplo, da delegação paralímpica brasileira estão fazendo com que haja uma procura maior pelos atletas paralímpicos, pelos clubes paralímpicos e pelo próprio Comitê Paralímpico, no que diz respeito a patrocínios, a participar de programas que, às vezes, envolvem atletas olímpicos. Ontem, tivemos um lançamento, no Rio de Janeiro, de um programa muito interessante de uma montadora de carros, um programa – Hortência é até uma das mentoras do projeto – que incorpora atletas olímpicos e paralímpicos, e não só grandes medalhões, mas também aqueles atletas que precisam de um estímulo maior para atingir esses resultados, para se tornarem os grandes medalhões e inspirarem as novas gerações de atletas. Porque, sem dúvida nenhuma, o atleta – e aqui a gente tem grandes exemplos de atletas – começa a se formar, começa uma carreira esportiva se espelhando num grande exemplo. Todo mundo aqui que começou no esporte começou sonhando em ser um atleta x, dependendo da sua modalidade – eu confesso, Senador, que tentei tantas modalidades, tenho tantos atletas que admiro, que acabei não tendo êxito como atleta em nenhuma –, mas sempre inspirado em alguém. Quando joguei tênis, na minha época, eu queria ser um Luiz Mattar; quando joguei futebol, na minha época, eu queria ser o Sócrates, corintiano que sou – irmão do nosso Raí. Quando joguei basquete no colégio, eu queria ser um Oscar. Então, a gente precisa fazer com que essas modalidades tenham – nunca cheguei nem perto de nenhum deles –, mas a gente precisa fazer com que tenhamos essa renovação, novos ídolos. Há modalidades, hoje, no País, por exemplo, o pentatlo moderno, com a Yane Marques, que pode, por que não, inspirar uma nova geração de pentatletas. Ela foi medalhista de bronze. Quem não quer ser medalhista de bronze numa edição de Jogos Olímpicos?

Então, são vários mecanismos. Acho que a medida tem um simbolismo muito grande. Existe certo descontentamento generalizado em cima de muitas confederações e organizações esportivas que têm presidentes que estão há muito tempo no mandato, algumas delas não têm bom resultado técnico e daí vem a cobrança. Mas não podemos ter ilusão de que esse fato simplesmente vai fazer com que tenhamos uma nova organização, uma nova qualidade no que diz respeito à administração esportiva. Todo mundo que está aqui no esporte há muito tempo. Não adianta também você permitir que alguém fique 8 anos e o seu grupo de trabalho permaneça 8 anos, se não atingir os resultados eficientes que deveria atingir.

Só falando sobre o evento de ontem, Senador, quando a gente fala da aproximação do esporte olímpico e paralímpico, eles passaram vários dias juntos, os atletas olímpicos e paralímpicos, e a parte mais positiva é que eles viram entre eles muito mais semelhanças do que diferenças. Então, esse tipo de iniciativa, quando você abarca o esporte como um todo, acho que propicia que um encontre espelho no outro, intermodalidades, e a gente acaba ganhando espírito de corpo. O que eu acho também – e o senhor, antes deste momento, disse a nós que precisamos da comunidade esportiva unida –, porque nós continuamos ainda muito afastados uns dos outros e falando pouco, mesmo tendo a mesma intenção, como acontece, por exemplo, nos dias de hoje.

Muito obrigado pelo tempo.

Devolvo a palavra ao Senador.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco/PSDB – PB) – Agradeço a você, Andrew.

Antes de passar a palavra ao José Cruz – Ana vai ficar com a última palavra –, registrar também e agradecer a presença de Ricardo Vidal, membro da ONG Atletas pela Cidadania; de Edson Garcia, Diretor Executivo da Confederação Brasileira de Clubes; de Lisandra Arantes, Coordenadora de Projetos do Instituto Ethos e de Werber Guimarães, Vice-Presidente da CBF para a Região Centro-Oeste.

Com a palavra o jornalista José Cruz.

O SR. JOSÉ CRUZ – Muito obrigado, Senador. Bom dia.

Agradeço o convite para vir debater esse assunto, que é um tema que venho escrevendo há mais de 10 anos, sobre a longevidade dos dirigentes esportivos, como se nós não tivéssemos pessoas capazes de fazer uma substituição.

O senhor me permita, inicialmente, lamentar a ausência do Comitê Olímpico Brasileiro, apesar de ter mandado as justificativas, porque o Presidente Nuzman é devedor desta Comissão, em particular, porque, na última vez em que aqui ele esteve, ele se ausentou sem participar do debate, deixando um constrangimento muito grande – na ocasião, era o Senador Cristovam que estava na Presidência – então, não é saudável para o esporte brasileiro o Senado Federal promover um evento para um debate dessa importância e não ter um representante do Comitê Olímpico Brasileiro.

A questão da longevidade dos presidentes esportivos, ontem, quando eu estava estudando esse assunto, eu observei o seguinte: até o ano 2000, tínhamos recursos para o desporto brasileiro do Orçamento da União e uma loteria federal no cíclo olímpico. Eram escassos recursos. A partir de 2001, nós tivemos o advento da Lei Agnelo/Piva. Depois veio o Ministério

do Esporte, em 2003, e começaram a surgir outros incentivos, como o próprio orçamento do Ministério, que passou a liberar mais recursos por convênio, veio a Bolsa Atleta, veio a Lei de Incentivo ao Esporte e, de quatro estatais que nós tínhamos em 2000, nós temos atualmente oito estatais injetando dinheiro no esporte. Então, são várias fontes de financiamento que nós não tínhamos até o ano de 2001.

Então, naquela ocasião, era difícil também se encontrar candidatos para chegar às confederações. Muitos ficaram durante longo tempo porque, devido às dificuldades financeiras, era difícil também ter quem quisesse administrar o caos dos recursos para o desporto.

Há um caso – e cito aqui até com nomes, porque isso se tornou público – da Confederação Brasileira de Atletismo em que o Presidente Roberto Gesta de Melo precisou fazer empréstimo pessoal num banco junto com familiares para poder financiar viagem de uma equipe para o exterior, porque não havia recurso na época. E, depois, quando ele recebeu do Ministério, porque o dinheiro demorava a sair, ele ressarciu a família daquele valor que ele tomou emprestado em seu nome. Para vocês terem uma ideia do que era a dificuldade da gestão do desporto esportivo até o ano de 2001, quando começou a entrar recurso da Lei Agnelo/Piva.

Próximo.

Não sei se é possível aumentar ali. Desculpem-me, está reduzido ali. Mas eu coloquei ali os nomes das confederações e dos presidentes, só para dar exemplos. Nós começamos ali com o Presidente Nuzman, por ordem hierárquica, que está há 17 anos, foi reeleito, vai ficar mais 4 anos. Mas é interessante observar que o Presidente Nuzman vem da Confederação Brasileira de Vôlei e ele trouxe essa experiência para o Comitê Olímpico Brasileiro, mas não de todo, porque a excelência que o vôlei brasileiro tomou no Brasil hoje não foi transferida para as demais confederações, para a gestão das demais confederações. Eu conversei com ele pessoalmente sobre isso, que ele poderia ter trazido para as demais confederações o modelo que ele implantou no vôlei e que é um modelo de resultados.

Na Confederação Brasileira de Atletismo, o Presidente mais longo é o Roberto Gesta de Melo, com 25 anos, mas ele já foi substituído. Houve uma eleição, e agora, no mês de janeiro, ele entrega o cargo. Mas ele ficou durante 25 anos e ele passou por esses dois períodos, o período em que não havia recursos e o período em que houve fartura de recursos, porque a CBA teve recursos inclusive da Caixa Econômica Federal, que é a sua patrocinadora oficial, da Lei de Incentivo e recursos do próprio Ministério do Esporte.

Coaracy Nunes passa a ser então o mais antigo, com 24 anos, e deverá ser reeleito agora por mais um período de 4, ficando 28 anos no poder. Ou seja, é uma longevidade que particularmente me assusta, porque é muito tempo na mão da mesma pessoa. E eu, inclusive, costumo escrever, e não tenho medo de dizer sobre isso, que muitas vezes o dirigente pode usar até a influência do poder e dos recursos que estão sob a sua gestão para permanecer no cargo. Ele pode convidar, por exemplo, um presidente de federação para ser o chefe da delegação de uma missão no exterior, ele pode pagar o telefone e a secretária de outra federação e aí o presidente daquela entidade, em agradecimento, acaba votando nele. É isso que tem acontecido. Na prática, é isso que tem acontecido; não só na natação, como também nas demais modalidades nós temos observado isso.

Então, Presidente, para propiciar o debate, já que nós temos aqui nesta plateia pessoas tão destacadas, como o Deputado Romário, Hortência, Garcia Júnior, ex-piloto que muito orgulhou o Brasil na Fórmula Indi, Carmem de Oliveira, nossa recordista no atletismo; Ricardo Vidal, também do atletismo, o craque Raí, que também nos honra com sua presença.

Então, eu fico nessas considerações inicial e deixar para depois, no debate, para me aprofundar nessa questão.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco/PSDB – PB) – Obrigado, José Cruz.

Antes de passar a palavra a Ana Moser, quero agradecer também a presença do Deputado Romário. Na sequência, faremos o debate, quando será franqueada a palavra ao Deputado para suas considerações.

Ana Moser.

A SRª ANA MOSER – Bom dia!

Obrigada pela oportunidade em representar aqui um setor do esporte. Aqui estou representando Atletas pela Cidadania, mas não só atletas.

Na verdade, apenas para contar rapidamente um pouco, para contextualizar, Atletas pela Cidadania é uma ONG formada por atletas e ex-atletas de várias modalidades, de várias gerações, que atuam de maneira voluntária. São pessoas físicas; nós, como pessoas jurídicas, temos outras atividades. Então, o Ricardo Vidal, aqui, é o Diretor Executivo do Instituto Joaquim Cruz; a Carmem de Oliveira trabalha na Secretaria de Esportes do DF; o Raí, Fundação Gol de Letras; a Hortência é Diretora da Confederação Brasileira de Basquete.

Enfim, exemplificando aqui a nossa motivação é usar do nosso conhecimento e do nosso poder de mobilização para, de maneira estratégica, organizada, debater e lutar por causas sociais.

No caso, nós temos, há 3 anos, nos organizado e atuado em prol do desenvolvimento do legado dos grandes eventos, um legado que vá além das construções, da própria realização dos eventos, que é um grande desafio e uma grande vitória uma vez alcançados, mas, de maneira mais ampla, para ir além disso. É a grande oportunidade, como já se tem sido dito bastante, para o Brasil se estruturar e ter, em todos os lugares do País, em todas as cidades, em todas as dimensões, os diferentes tipos de esporte: o esporte para as crianças das escolas; o esporte para as pessoas comuns nos fins de semana; para a saúde; o esporte competitivo amador; o esporte competitivo profissional no nível municipal, regional, estadual, nacional, internacional, enfim, toda uma estrutura.

Hoje, no Brasil, a gente tem, também devido a esses dois grandes eventos, um investimento e uma atenção e uma urgência muito grande no que diz respeito ao esporte de competição, às equipes olímpicas, à preparação das equipes olímpicas para os jogos olímpicos, a preparação da Seleção Brasileira de Futebol, a construção dos estádios. O tempo dos dirigentes está muito voltado para isso. O que a gente tem buscado nesses anos é estruturar um discurso, estruturar um debate e juntar parceiros.

Hoje a gente está aqui também em nome de outras instituições. Estão presentes aqui o Sesc, o Ethos e a Confederação Brasileira de Clubes. Também fazem parte desse grupo a Abrade – Associação Brasileira do Desporto Educacional; o Conselho Federal de Educação Física (Confef), a Federação Nacional de Clubes (FNC); o Lide Esportes, formado por empresários ligados ao esporte e que trabalham nessa área; o Instituto Ethos, que também está presente; o Movimento LiveWright, outro movimento de empresários que apoiam o esporte; o Panathlon Club; a Rede de Esportes pela Mudança Social, que engloba cerca de 40 instituições sociais que trabalham com esporte para o desenvolvimento; aqui presente o Sesc de São Paulo e também a CBC. Então, esse grupo tem se organizado e debatido a questão do esporte nacional de maneira mais ampla com foco na regulamentação ampla do sistema nacional de esporte.

Falando especificamente do tema da audiência: estabelecer limite de reeleição para os dirigentes de entidades, é uma reivindicação antiga de muitos atletas, de organizações, sinalizando um consenso a respeito da situação.

Hoje na área, quando se fala de modernizar, se fala de rotatividade na gestão, de modo que cada modalidade de esporte seja representada, assim como o esporte como um todo.

Somos totalmente a favor da aprovação, e que esse tema se conclua e que, efetivamente, se regulamente a gestão das entidades majoritárias das modalidades esportivas. Por isso, a celeridade é importante. É importante nós obtermos uma vitória nesse sentido, para que também seja simbólico e ajude a ampliar os outros debates que são tão importantes quanto este – talvez até mais importantes. Tenho certeza de que eles são mais importantes, porque eles vão dar a possibilidade de construir um País esportivo e não somente se limitar à representatividade internacional e ao sistema federativo, que é um pedaço do que é o esporte no Brasil inteiro.

Reforçando, nós somos a favor e fazemos votos de que esse processo se conclua da maneira mais célere possível e que seja uma abertura para outras discussões, e que pautem estas Casas do Congresso Nacional nos próximos meses de maneira direta, objetiva, questões como o aumento do colégio eleitoral das entidades que administram o esporte. Quer dizer, não só aumento do colégio eleitoral, mas aplicação do colégio eleitoral para que nós tenhamos atletas, clubes, atores do sistema federativo, isto é, não só o presidente da confederação ser eleito pelos presidentes das federações, mas poder ampliar o colégio eleitoral para democratizar ainda mais.

Aprimoramento do conceito de esporte e suas dimensões, um debate sobre o que uma legislação de um sistema traria à tona. No mesmo sentido, a definição dos entes esportivos públicos e privados de interesse público e suas responsabilidades. Qual a função das entidades federativas? Qual a função dos atores, das instituições nas diferentes dimensões, regiões, âmbitos da prática do desporto? A definição de regras gerais de governança, responsabilidade, gestão, transparência, controle social para todos esses entes privados e públicos e que representam o interesse público ou recebam verbas públicas. A regulamentação do sistema de esporte de participação na educação. Os papeis e as responsabilidades de todos os atores. Fortalecimento do papel do Conselho Nacional do Esporte e a criação dos conselhos estaduais e municipais de esporte. A integração entre os setores de saúde, de educação e outros setores que tenham a ver com a questão do esporte, e a garantia aos atletas de informação.

Esses são temas que têm sido discutidos pelo setor social, pelos empresários, por algumas instituições que representam os setores da sociedade. Enfim, que a gente traz isso aí para agregar ao debate, reforçando a simbologia, a aprovação rápida da matéria tema dessa audiência pode trazer para continuarem os avanços na área esportiva.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco/PSDB – PB) – Ana Moser, obrigado por sua participação, assim como os demais expositores.

Saúdo a presença do Senador Cristovam.

Concederei a palavra ao Deputado Romário ou ao Senador Cristovam: visitante ou anfitrião?

Deputado Romário.

O SR. ROMÁRIO (PSB – RJ) – Bom dia a todos!

Agradeço as presenças desses nobres convidados, Andrew Parsons, do Paralímpico; Ana Moser, nossa eterna Ana Moser do vôlei; José Cruz, um grande jornalista.

Gostaria de saudar, em nome do Presidente da Mesa, o Senador Cássio Cunha Lima, aproveitando para saudar também, o nosso Senador Cristovam Buarque, e dizer que é uma grande honra, um grande prazer poder participar dessa iniciativa de uma discussão para limitar os mandados dos dirigentes esportivos.

Realmente, como o próprio José Cruz disse, existem presidentes que estão no poder há 25 anos, e isso não faz mais parte do esporte. Esse vício, no nosso País, já passou da hora de terminar. Eu acredito que, com essa iniciativa, com o Projeto de Lei do Senado nº 328, de 2010, autoria do Senador Alfredo Cotait, a gente possa mudar algumas coisas, e o mais rápido possível, porque, infelizmente, quando se trata de lei, os Srs. Senadores conhecem muito bem, até muito mais do que eu, leis aqui demoram alguns anos para serem aprovadas. Eu acho que a melhor alternativa seria uma medida provisória da nossa Presidenta, para que isso possa ser feito o mais rápido possível e, se possível, inclusive, antes destes dois grandes eventos que teremos pela frente, tirando a Copa das Confederações, Copa do Mundo e Olimpíadas.

Agradeço a presença de personalidades do nosso esporte, personalidades do nosso País, a própria Ana Moser, como uma ex-atleta, meu amigo Raí, Hortência, Carmem de Oliveira, como foi citado aqui, também, Carlos Oliveira, Garcia Júnior, do automobilismo. Enfim, é um momento bastante oportuno e relevante, para que a gente possa, realmente, aqui, hoje, fazer uma discussão ampla de tudo o que é negativo, de tudo o que é errado e de tudo o que é ruim para o nosso esporte em geral.

Então, mais uma vez, parabenizo a autoria do requerimento do Senador Cristovam Buarque, da Senadora Lídice da Mata, e, apesar de eu não fazer parte desta Casa, o Senado, mas participo, como meu primeiro ano, da Comissão de Turismo e Desporto da Câmara, e sou também um defensor dessas ideias. Podem, realmente, contar comigo, para essa nova luta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco/PSDB – PB) – Agradeço, mais uma vez, Deputado Romário, a sua presença.

Eu passo a palavra, então, ao Senador Cristovam Buarque, que é Relator em uma das proposituras, assim como Autor do requerimento.

Antes, Senador Cristovam, de conceder-lhe a palavra, gostaria apenas de registrar o pedido de escusas da Senadora Lídice da Mata, que também é Autora do requerimento e relata o projeto que é da minha autoria, porque são dois projetos mais ou menos com o mesmo escopo, com o mesmo objetivo. Tendo em vista S. Exª ter outro compromisso firmado anteriormente, lamentavelmente ela não pôde comparecer, mas solicitou à Secretaria que pudesse registrar suas desculpas a todos pela ausência.

Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Bom dia a cada uma, bom dia a cada um!

Cumprimento todos da Mesa, Senador Cássio, todos os atletas que nos honram com suas presenças. Da mesma maneira que a Senadora pediu desculpas por estar viajando, eu quero pedir desculpas pelo atraso. Eu estava viajando e perdi uma conexão em São Paulo, vindo do exterior, mas vim direto do aeroporto para cá, porque eu não queria perder essa audiência. Eu não queria perder, porque, às vezes, a gente convoca audiência – e eu sou subscritor –, mesmo sem ser favorável, para fazer o debate. Desta, eu sou absolutamente favorável, e acho insuficiente. A minha proposta de uma PEC é para proibir a reeleição, mais de uma vez, de todos os cargos que dizem respeito a entidades de caráter público. Você pode ser dono para toda a vida. Presidente, deputado, vereador, líder sindical, dirigente de entidade desportiva, por, no máximo, duas vezes, podendo até, depois de um intervalo, voltar a sê-lo.

Então, eu coloco a posição em relação aos dirigentes esportivos a mesma em relação a líder sindical, a Deputado, a Senador, a vereador. Vou dar as razões e, ao mesmo tempo, contra-argumentar aqueles que são contra. As razões são as seguintes: nós temos que separar função pública de profissão. Presidente de uma entidade é uma função. Se ele fica muito tempo, vira uma profissão. Eu tenho amigos cujo nome "Deputado" virou nome próprio. Isso vale para presidente de algumas instituições, virou nome próprio. Ele não está, ele é aquilo, e isso é muito ruim, pela seguinte razão: cria um vício. Você ficar muito tempo numa mesma função, você cria um vício. Aliás, até as empresas, hoje, as mais lúcidas, estão passando a função de direção para entidades que não são da família dona. Estão contratando empresas de gestão, estão contratando executivos. São

donos, mas não dirigem, para não criar o vício. Numa instituição pública, esse vício é ainda mais pernicioso. Além disso, cria uma mistura, uma confusão entre a pessoa e a entidade. Há entidades que a gente não sabe mais quem é a entidade, parece que é o quintal de alguns dirigentes. Eu falo entidade esportiva, mas falo em sindicatos também.

Essa confusão atrapalha o bom funcionamento da entidade. Eu acho até que é pernicioso, psicologicamente, para o próprio dirigente, porque ele perde a sua personalidade própria, e ele vira um apêndice de uma instituição, um apêndice dirigente, como aqui nesta Casa também. Tem gente que perdeu a personalidade própria por uma continuidade tão longa, que ele deixa de ser outra coisa, como se fosse uma profissão ser Senador ou Deputado. É o caso de grandes médicos que, depois de ficarem dois ou três mandatos, não sabem mais nada de Medicina. No caso de um atleta, até que esse problema não existe, porque tem uma vida útil mais curta.

Mas, mesmo assim, como político, eu acho que cada um deveria ficar um certo tempo. Não sempre. Fica dois mandatos. Depois de dois mandatos, sai. Pode até continuar político, em outro cargo. Depois, pode voltar para aquele.

Alguns dizem que isso traz uma desvantagem, porque se perde expertise, experiência. Eu creio que, em primeiro lugar, se você usar uma experiência, por um longo período, você perde a noção exata do que é novo, do que é diferente, dos erros, das novidades que são necessárias para as suas instituições. Aqui, nós temos Senadores maravilhosos, aliás, eu diria, dos melhores Senadores desta Casa, todos estão há mais de dois mandatos. Eu acho que eles seriam ainda maiores se, nesse período em que estão aqui, eles tivessem ficado um tempo fora, como vereador, como governador, prefeito, ou até como professor, ou como médico, e voltado depois. Eles são muito bons, mas eu acho que eles poderiam ser até melhores, se não houvesse essa continuidade. Além disso, eles são muito bons, mas é capaz de haver jovens melhores do que eles.

Nós temos que provocar renovação em tudo. Esse costume de continuar o mesmo quebra ou dificulta, em alguns casos impossibilita a renovação. E a renovação, até quando não é para uma pessoa melhor, é benéfica, até para você aprender como o outro era bom e ele voltar depois.

Outra coisa é o desprezo às bases, que são a razão de ser da função de presidente de uma entidade, ou da função de Deputado e Senador. Você passa a ter uma relação com a comunidade à qual você serve de um grupo de filhos, vamos dizer, que é muito boa a relação, mas não é a que a gente quer. Você passa a ser dono. Esse é que o problema. A repetição no cargo numa função por muito tempo cria um sentimento de propriedade e não de uma função provisória. Além disso, eu acho que termina incentivando, ou facilitando, ou dificultando a luta contra a corrupção, para não dizer que incentiva a corrupção, dificulta, pelo vício. Você se acostuma com seus erros. Você se acostuma com as mesmas pessoas ao seu redor. Essas pessoas são tentadas. Ninguém nasce corrupto, as circunstâncias fazem-no; e tem algumas circunstâncias que facilitam, e nós temos que ter vacinas contra a corrupção. Eu acho que uma das vacinas, não que seja uma vacina perfeita, é a renovação, é não permitir que a pessoa fique muito tempo no mesmo cargo.

O outro assunto que eu, de certa maneira, já falei, além do vício, da confusão institucional com o pessoal, da corrupção, do desprezo à base e da renovação – eu toquei, mas quero repetir – é você ficar antiquado. É muito difícil você ficar muito tempo num cargo e se renovar. Você deixa de ver o novo, porque você carrega uma quantidade de preconceitos que lhe trazem. E volto a insistir, isso não é só em líderes, dirigentes esportivos, isso é também nos outros cargos eletivos. Volto a insistir, dono é dono. Aí, eu não posso definir mandato, enquanto ele tiver aquilo é dele. Mas dirigente não é dele, é uma função, não é uma propriedade.

Por essas razões, eu fico contente com esta audiência, e lamento não ter escutado os outros, gostaria até de ver qual se contrapunha a essa minha opinião, gostaria muito, para ver qual é, parece que todos foram favoráveis, era até bom ter gente aqui contra isso. Aqueles que defendem que a continuidade da experiência, àqueles que defendem que a continuidade dá um nome no exterior que faz com que se facilite o trânsito nas competições internacionais. Se fosse assim, presidente também devia ser para sempre ou permitir mais de uma reeleição. Aliás, no caso de presidente, governador, como nós dois fomos, acho que não pode nem voltar a ser depois que cumpriu o seu mandato. Devia ser proibido ter reeleição, como nos estados americanos. Para os outros cargos, acho que poderia.

Então, fico contento que essa seja a opinião de todos. Mas nós vamos enfrentar uma luta muito difícil, sobretudo no meu projeto, porque toca nos interesses locais, corporativos desta Casa, de pessoas que têm muitos mandatos. Tem vereadores no Brasil com 50 anos de mandato. Isso não faz bem à cidade, não faz bem a ele, não faz bem à família, não faz bem a nada. E ainda barra jovens que poderiam estar no lugar. Porque a gente sabe que está na função tem mais condições de ser reeleito do que não está na função. Eu digo, apesar de eu já ter perdido uma reeleição. Eu

perdi uma. Mas mesmo assim, e a perdi também para um ex-governador, que mostra que é uma coisa que vai ficando na cabeça da população.

Por isso, sou favorável a esse projeto para que o meu não atrapalhe. Vamos aprovar esse dos dirigentes, não vamos esperar pelo meu, Romário, porque aí pode ser mais difícil e termina atrapalhando algo que já seria muito positivo e que serviria de exemplo para nós próprios políticos. Se os dirigentes esportivos já foram obrigados a aceitar ou aceitaram, nós também temos que dar o exemplo aqui dentro.

Então, quero fazer todo o possível para que esse projeto seja aprovado o mais rápido possível. Mas sem a mobilização de vocês, a gente não consegue. É preciso, por exemplo, que Atletas pela Cidadania se mobilizem, faça o que faz o Todos pela Educação, que é uma ONG do mesmo caráter e que está todos os dias mandando mensagem para a gente, cobrando posições nossas, fazer manifestações, conseguir que as torcidas apoiem. Se a gente conseguir que as torcidas, sobretudo no futebol – onde há mais torcidas –, apoiem não ser contra esse ou aquele presidente, mas ser contra a permanência de qualquer um, eu creio que as torcidas teriam mais força de que qualquer outra força para nos pressionar.

Eu espero que vocês façam a parte de vocês nos pressionando, e eu, podem estar certos, vou fazer a minha parte para tentar que o processo longo, lento que são as leis aqui, avance. E cobro, mais uma vez, a valorização de vocês porque os que estão há muito tempo no cargo também têm muita força de pressão. Vocês podem ter força de pressão pública, mas eles têm no ouvido nosso. Eles têm uma força de oferecer coisas que, às vezes, sensibilizam. Quem é que não quer um ingresso para assistir à Copa do Mundo? Eu não falo nem de coisas imorais, não; eu falo de coisas que não são corretas, mas que não significam, não pode nem se colocar corrupção plena, troca de favores, e termina convencendo aqui de que o melhor é continuar como está. E não é. Temos que quebrar esse vício da confusão entre profissão e função pública. Profissão é uma questão pessoal; a função pública é uma questão de Estado, da sociedade.

Eu quero que vocês saibam que contam comigo e, eu, como brasileiro interessado nisso, como o Cássio, eu espero que vocês também colaborem fazendo a parte de vocês.

É isso, Senador Cássio.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco/PSDB – PB) – Senador Cristovam, sua participação é sempre lúcida, sempre de vanguarda e, nessa visão de vanguarda, vou lhe propor que possamos quebrar, nós dois, o Regimento que não permite que possamos ouvir outros convidados, mas acho que seria muito importante, se vocês se dispuserem, a ouvir um pouco o Raí, a Hortência e todos aqueles que queiram se manifestar.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco/PSDB – PB) – Então, com a sua concordância – o Romário concorda também – fazer breves comentários para dizer que, quando fiz a proposta que está sendo agora discutida, ela tinha uma carga de simbolismo, compreendendo e concordando com todos que já se manifestaram nesse sentido, que ela é absolutamente insuficiente para as mudanças e as transformações que todos nós desejamos. Mas há, sim, um simbolismo nisso e, para tentar diminuir as resistências que seguramente ocorrerão, na minha proposta está previsto um período de transição para que os atuais dirigentes possam concluir os seus períodos e, a partir da conclusão dos períodos atuais, começar a viger a nova regra.

Distancia-se, assim, Romário, talvez um pouco a expectativa de prazo mais imediato, mas eu assim o fiz, talvez com experiências de quem já esteve aqui como Deputado Constituinte. Na Constituinte, Cristovam, eu apresentei uma proposta rigorosamente no que você acaba de defender. Fui derrotado de forma fragorosa, mas a ideia era exatamente limitar o número de mandatos, não os permitindo, sobretudo nos cargos executivos. Eu, que já fui Governador duas vezes da Paraíba, estarei impedido para o resto da minha vida de disputar o cargo de governador. Então, a proposta foi apresentada, mas não logrou êxito. Apresentei recentemente, em paralelo a essa das federações e confederações, igual regra para sindicatos de trabalhadores, sindicatos de patrões que estão tramitando, inclusive já deixo notificado, que teremos uma audiência pública também, não há data marcada, mas o seu gabinete será comunicado. Mas a ideia era fazer essa transição porque, na experiência legislativa, Romário, vou dar um exemplo muito concreto: reforma tributária. O Brasil, há décadas que fala em reforma tributária e ela não acontece de maneira efetiva porque não se consegue deslocar do tempo, e há a pressão de prefeitos e governadores. Ninguém quer aumento de carga tributária, mas ninguém quer perder receita. No momento em que você faz olhando para a conjuntura, não anda. Então, se você diz para despersonalizar, e a nossa intenção não é personalizar absolutamente nada, nós não estamos aqui procurando atingir fulano ou beltrano, queremos tentar começar a construção de um novo modelo para que o País possa avançar. Daí por que essa regra, que é um pouco de prática e de

estratégia, para poder evitar o volume de resistência que nós teremos.

Saúdo a presença do Senador Capiberibe. Senador, V. Exª deseja se manifestar? *(Pausa.)*

Então, Hortência com a palavra.

Esteja à vontade.

A SRª HORTÊNCIA MARIA DE FÁTIMA MARCARI – Bom dia a todos. Eu acho este momento muito importante. Eu gostaria de começar citando uma frase que eu costumo dizer para os meus atletas que estão começando, que retirei de um livro muito bacana que li no ano passado, distribuído pelo Comitê Olímpico Brasileiro, chamado *Cabeça de Campeão*, que diz: "Você tem um sonho, mas qual é o seu plano? Do que você está disposto a abrir mão para conquistar esse seu sonho?"

Nós temos um sonho, nós sempre tivemos esse sonho de participar um pouco mais da política esportiva brasileira e de mudar e conseguir tirar alguns presidentes de confederação, de federações, que se perpetuam por muitos anos, e muitas vezes, alguns são muito bons, fazem gestões maravilhosas, mas há alguns que não têm a mínima noção de gestão esportiva.

E agora nós temos um plano. Nós estamos no início desse plano. Mas nós temos uma estratégia. Eu sei perfeitamente das dificuldades que vamos encontrar pela frente. Eu já estive nesta Casa lutando pela Lei de Incentivo ao Esporte, que todo mundo estava a favor, e foi muito difícil. Imagine um contra. Achamos que é praticamente impossível. Então, nós sabemos da dificuldade, mas nós sempre tivemos dificuldade na nossa carreira e sabemos que não vai ser fácil.

Eu sou Diretora da Confederação Brasileira de Basquete, portanto, comando todas as seleções de basquetebol feminino, e a minha entrada na Confederação deveu-se à mudança do estatuto. Hoje, a Confederação de Basquete funciona nesses termos pelos quais estamos lutando hoje. Você entra e você só pode se reeleger mais uma vez. Eu sou muito a favor disso.

Precisamos muito da orientação de vocês. Nós não temos a expertise de vocês aqui para lidar com as duas Casas, que vão ser fundamentais para a aprovação dessa lei. Vamos precisar muito da sua ajuda, Romário, e de todas as pessoas ligadas ao meio esportivo. Mas é muito importante que aproveitemos este momento, o momento desses eventos grandiosos que estão acontecendo no Brasil, quando se fala muito de esporte; que aproveitemos este momento para tentar conquistar o nosso sonho de nortear, como a própria Ana Moser disse, fazer uma política esportiva de verdade para o Brasil todo, aproveitando todos os Estados, Municípios, Governos estaduais, Governo Federal, enfim.

Agradeço muito a vocês por terem nos convidado a participar desta audiência, e vamos à luta, porque sabemos que vamos ter que suar bastante para conquistar o nosso objetivo.

Raí, é você agora.

O SR. RAÍ OLIVEIRA – Bom dia a todos!

Falamos muito, e aqui estamos em unanimidade, mas seria bom ouvir ideias contrárias. Concordo aqui com o Senador, e agradeço a presença do amigo Romário, que veio a esta Casa nesse momento importante. Vamos precisar dele como também pós-esportista e agora Deputado atuante.

Primeiro de tudo, falamos da importância de mexer, que nós temos uma estratégia. Os esportistas estão querendo participar e vamos trabalhar isso aqui na Casa, construir uma agenda para que cheguemos a um sistema nacional de esportes, e acabe com o que foi citado aqui várias vezes sobre a sobreposição de recursos, pouca transparência. É algo a ser construído, como foi citado aqui, como foi construído na educação, na saúde. Cada um tem o seu papel. No esporte, há outros atores, pela cultura que existe no nosso País.

Agora, a questão desse projeto de lei, da limitação é muito simbólica. Se conseguirmos aprovar, e aí podem contar com a nossa ajuda... Se sentirmos que avança, tenho certeza de que outros atletas vão se juntar a nós, nessa expertise, vocês, que estão a favor desse tema, e nós, atletas, que trazemos a expertise do dia a dia e do que sabemos que é bom para o esporte. Acho que a gente tem de construir isso e nos fortalecer cada vez mais. Ele pode contar com a nossa presença aqui e participação, mas acho que é muito simbólico isso. Se você conseguir, porque, obviamente, como a gente falou aqui, o Senador Cristovam falou de vários benefícios de uma alternância de poder, mas o principal deles é a transparência: a transparência da gestão, de decisões e também de recursos.

Então, junta-se aqui um ambiente completamente favorável para algo que ninguém quer, que é você ter pouca transparência – inclusive o Senador Cristovam estava falando –, mais recursos, porque o esporte precisa, e sem alternância de poder. Cria-se aqui tudo para que possa acontecer – tudo o que a gente não quer – até de corrupção e outras coisas, sem falar obviamente na eficiência da gestão.

Reafirmo a importância de esse projeto de lei avançar na Casa, e também gostaria de dizer que – falar uma expressão que o Senador utilizou – isso não é profissão, e, sim, uma função. O esporte é um direito constitucional: o esporte, atividade esportiva, lazer, o esporte na escola. E a gente sabe que a nossa cultura é clubística – assim como nos Estados Unidos o esporte passa pela educação, aqui é de clubes, e clubes que

são comandados por federações e confederações –; então, é, sim, uma função constitucional, porque não existe esporte e atividade esportiva que viva sem modalidades. E essas federações e confederações são responsáveis pelas modalidades. E são responsáveis também por um direito constitucional de todo cidadão. E é por isso que a gente luta aqui. São atletas de alto nível que lutam pelo direito ao esporte de todos, desde o educacional, de participação e também de alto rendimento, mas a gente sabe que esse alto rendimento não vem se não houver o esporte para todos.

E outra, voltando ao tema: além dos recursos públicos que as instituições recebem – a gente não pode e poucas vezes foi citado –, eles utilizam as cores e o nome do País, representam o País. Então, você não coloca uma limitação de gestão, de necessidade de alternância no poder; você não coloca uma limitação de reeleição em algo que representa o País, às vezes muito mais do que qualquer outra atividade. Quando vai-se lá no Afeganistão, eles vão falar do Romário, talvez não vão citar um Senador, não é? E o Romário, que jogou, está sujeito a algo que o presidente da confederação coloca, e que leva o nome do País, que leva... Assim, eu acho que, além do recurso público, que algumas vezes é citado como uma razão para essa alternância, a gente está representando um País. Um País democrático, ou não? Se ele está representando o País e ele pode ficar 50 anos, como alguns vereadores, ou 25 anos aqui, como dirigentes esportivos, este País é democrático ou não é? E republicano...

Então, acho que são poucas, mas fortíssimas as razões para que esse projeto vá em frente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco/PSDB – PB) – Eu fui informado pelo Secretário da Comissão, o Júlio, em relação ao plano, Hortência, que como são dois projetos, um relatado pelo Senador Cristovam, e outro, que é o da minha autoria, relatado pela Senadora Lídice, que, pelo Regimento, o projeto relatado pelo Senador Cristovam, de autoria do ex-Senador Alfredo, ele teria que passar pela Comissão de Educação e ir à CAE, a Comissão de Assuntos Econômicos. Enquanto que, pelo escopo da proposta, o projeto relatado pela Senadora Lídice é terminativo aqui. Então, se esta Comissão aprovar a proposta – e isso pode ser feito tão logo a Senadora apresente o seu relatório –, ela segue para a Câmara; não passa sequer pelo Plenário do Senado. Ela vai direto da votação terminativa aqui do Senado para a Câmara dos Deputados. Aí seria o caso de, no momento oportuno, o Senador Cristovam discutir com a Senadora Lídice e tentar encontrar um ponto de fusão entre as duas propostas, para que possamos, dentro desse plano de aceleração do projeto, no caso, garantir a aprovação na Comissão.

Então, é esse informe trazido pela Secretaria há poucos instantes.

Vou passar a palavra ao Senador Capiberibe. Depois, escutaremos a Daniela Castro.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Sr. Presidente, Senador Cássio Cunha Lima; Srs. Senadores; Srªs Senadoras; Deputado Romário, que temos a honra de receber na Comissão – falo aqui como torcedor e fã de várias pessoas que estão aqui –, vou falar um pouco da concepção que tenho do nosso País.

O Brasil é um País conservador, do ponto de vista político, extremamente conservador. Talvez um dos países mais conservadores de toda a América. E temos alguns exemplos a dar: foi o último País a libertar os escravos. O Brasil republicano foi organizado por poucos e para poucos e que se perpetua, que é o caso das federações. Não é só na política que há esse conservadorismo todo. Em todas as atividades sociais, econômicas do nosso País há um conservadorismo enorme, até porque, veja, estamos vivendo um momento importante. Acho que é o mais longo verão democrático da história brasileira. Por isso, precisamos fazer as coisas acontecerem nesse momento. Acho que o momento é oportuno para as mudanças.

De 1985 a 2012, realmente, é o período mais fértil da Constituição democrática do nosso País. Se olharmos para trás, vamos ver que o Brasil republicano foi construído por pouquíssimas pessoas. Quando observamos as eleições feitas no Brasil, a primeira eleição disputada pelo voto é de 1910, o confronto entre Hermes da Fonseca e Rui Barbosa. Votaram, nessa eleição, 700 mil brasileiros, correspondente a 3% do contingente populacional do Brasil. Atingimos 10% de eleitores na Constituinte de 1946. Portanto, essa elite política que organizou o Brasil, o organizou para poucos. Daí a dificuldade das mudanças, das transformações. É por isso que – eu estava ouvindo Hortência falar – mesmo diante de um projeto de consenso, de unanimidade, é difícil avançar. Há forças que não se manifestam, mas que puxam para trás os avanços que a sociedade brasileira precisa para se modernizar. E presenciamos isso na nossa luta diária aqui para tentar promover a transparência da gestão pública.

Tivemos aqui uma luta enorme para revelar à sociedade os gastos públicos. Só agora, no terceiro milênio, é que o brasileiro tem a possibilidade de saber em que a sua contribuição de impostos é gasta pelo Poder Público. Mas, ainda assim, a sociedade não se apropriou dessas informações. Mesmo a imprensa ainda não conseguiu transmitir à sociedade que hoje está disponível, por força de lei, os gastos de todos

os entes públicos do Estado brasileiro. Nós ainda não nos apropriamos dessas informações, ainda não conseguimos fazer valer aquilo que é fundamental numa sociedade, que é o controle social, o exercício permanente do controle social, no sentido de acompanhar esses gastos.

Imagino que vocês, dirigentes de esportes, devem ter uma dificuldade enorme. Acompanho, ouço alguns nomes durante toda a minha vida, o Presidente da Federação dos Estados – e eu já não tenho poucos anos de vida – , vejo que alguns ficaram eternamente. Então, e não é só lá. Aqui na política também. Nós não vamos ousar fazer isto: apresentar um projeto para limitar a um mandato ou a dois mandatos, porque isso, aqui não passa. Vai levar anos, mas acho que um dia nós vamos chegar lá. Se lograrmos em já limitar os mandatos dos dirigentes das federações esportivas é um passo adiante, quem sabe mais na frente chega a nossa vez também de limitar os nossos próprios mandatos.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco/PSDB – PB) – Agradecendo ao Senador, passo a palavra a Daniela Castro, Diretora Executiva da ONG Atletas pela Cidadania.

A SRª DANIELA CASTRO – Bom dia a todos!

É um prazer estar aqui neste dia histórico.

Quero só reiterar um ponto sobre a aprovação do projeto de lei. Primeiro, dizer que nós, como organização e equipe, estamos inteiramente à disposição para ajudar, além da experiência de todos esses atletas – a gente tem estudado muito a legislação esportiva –, então, a gente também tem uma equipe que está à disposição.

Eu acho que o Senador Cássio já nos deu uma diretriz da união dos projetos. O que a gente reitera é que a gente possa ver a melhor forma, estudar também com a Câmara, aproveitando a presença do Deputado Romário, para saber como podemos aprovar o mais rápido possível. Eu acho que essa aprovação é simbólica, e uma das coisas que a gente discute muito é a questão da autonomia das entidades, então, talvez a questão de quem recebe dinheiro público seja um caminho, mas, enfim, para a gente estudar e depois, na Câmara, a gente possa ter o melhor encaminhamento nas duas Casas.

Então, realmente, é dizer que nós estamos à disposição.

Se a gente se debruçar sobre isso, adiantando o que pode ter de questionamento sobre o projeto, talvez a gente acelere o processo.

É isso o que eu queria levantar sobre o projeto.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco/PSDB – PB) – A palavra continua facultada. Alguém deseja ainda se manifestar? *(Pausa.)*

Romário.

O SR. ROMÁRIO (PSB – RJ) – Senador, eu gostaria de fazer duas perguntas ao nosso Presidente Andrew Parsons, depois ao José Cruz. Infelizmente, depois eu tenho um compromisso na outra Casa. Mas antes de mais nada, lamentar bastante a ausência de um representante do COB e do Ministério do Esporte. Eu acho que numa audiência como essa, da importância e da relevância, eu vejo que seria uma obrigação de essas pessoas estarem aqui. Mas, enfim, isto é a política, este é o Brasil. Infelizmente a gente não pode contar com tudo o que a gente espera.

Sr. Andrew Parsons, eu fui informado que o senhor decidiu seguir a tendência mundial e mudou o estatuto da CPB, espontaneamente, com vistas a limitar o mandato de presidente da entidade para apenas uma reeleição. Por que o senhor tomou essa decisão? E outros dirigentes, na sua opinião, deveriam seguir a mesma direção e ficarem menos tempo nas instituições esportivas, em prol da democracia?

E ao nosso jornalista José Cruz, eu gostaria de saber quais são os principais prejuízos que a falta de rotatividade dos dirigentes causam ao esporte brasileiro? Há transparência nessas entidades?

Essas as duas perguntas que eu teria a fazer.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco/PSDB – PB) – Andrew, por favor.

O SR. ANDREW PARSONS – Obrigado pelas perguntas, Deputado Romário. Nós decidimos mudar o nosso estatuto em 2010. Quando eu assumi a presidência, em 2009, nós achávamos que tínhamos que modernizar o nosso estatuto em vários aspectos: da gestão, a nossa estrutura interna de poder, o balanço entre os níveis de poder que a gente tem dentro do comitê paralimpíco, conselho deliberativo de atletas. Aliás, essa foi uma novidade que colocamos, o conselho de atletas, que é eleito pelos atletas e que decidem o seu presidente, o presidente tem assento no nosso Conselho Deliberativo, que decide, por exemplo, questões de orçamento, e na nossa assembléia geral. Então, os atletas têm participação efetiva dentro dos nossos corpos de tomada de decisão mais importantes.

Então, achávamos que tínhamos de modernizar, e uma das questões que entendemos que era necessário estabelecer era a questão dos mandatos. Foi no sentido de modernizar a nossa gestão que tomamos a decisão, entre outras modificações no estatuto.

Se outras deveriam seguir o modelo, em que pese uma série de fatores, para nós era uma realidade que precisava ser modificada.

Não sei dizer se isso deveria ser seguido dentro da realidade da cada modalidade.

E lembro que há presidentes que têm muitos anos à frente de confederação e que fazem um bom trabalho. Não quer dizer que não fariam um bom trabalho em menos tempo também. Mas podemos citar, por exemplo, a Confederação Brasileira de Voleibol, em que o Presidente Ary Graça está há bastante tempo, mas faz um bom trabalho. Entretanto, outros, talvez, que estejam há muitos anos, não façam um trabalho e um mecanismo perverso, como já citado aí por alguns anteriormente, faça com que eles se perpetuem.

Eu penso que quem busca a modernização poderia partir para esse tipo de iniciativa, sim, mas com uma mudança mais efetiva. Eu acho que a ampliação do quadro de votação da assembleia, por exemplo, como sugerido pela Ana Moser, é interessante. É óbvio que deve ser feito sob certas normas. Quer dizer, quem é o atleta, se começou a treinar no mês passado e se federou, já é atleta, já vota.

Você também tem que tomar cuidado para não entrar e transformar mais gente em massa de manobra. Quer dizer, se temos uma massa de manobra deste tamanho ou desta, o resultado final não vai ser diferente. Com esses cuidados, pensamos que é algo que deve ser feito, como fizemos no Comitê Paralímpico. Por exemplo, na eleição que ocorrerá em março do ano que vem, o atleta vai votar se eu devo permanecer ou se outro candidato vai me substituir.

E perdoe-me, Senador Cristovam, mas vou discordar, na questão específica do esporte, em relação aos 4 anos, pela característica própria da atividade, no esporte de autorrendimento, é difícil planejar em ciclos de 4 anos. Quando eu assumi a presidência do Comitê Paralímpico, por exemplo, a nossa meta sempre foi 2016. Sempre pensamos o esporte pelo menos 8 anos à frente. Há exemplos de países que têm essa rotatividade de 4 anos, como a Colômbia, em que um ótimo trabalho feito por um presidente durante 4 anos, que culminou com a melhor participação deles em Pequim, foi absolutamente destruído, e a campanha deles em Londres não avançou, pelo contrário, retrocedeu porque entrou alguém da oposição e, ao invés de construir, acabou destruindo o que havia sido feito nos outros 4 anos. Eu acho 4 anos um período que, no esporte, talvez não funcionasse. Mas 8 anos eu acredito que são mais do que necessários. Se alguém pode presidir um país, certamente vamos deixar as mudanças necessárias. Não seremos nós, talvez, que vamos colher os frutos, mas implementar mudanças já é algo digno de nota para qualquer dirigente marcar qualquer mandato.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco/PSDB – PB) – Sr. José Cruz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, só para complementar a pergunta.

No caso desses 8 anos, seriam 8 anos ininterruptos ou 4 mais 4?

O SR. ANDREW PARSONS – No caso do Comitê Paralímpico Brasileiro, são 4 mais 4. Existem outras instituições, como o próprio Comitê Olímpico Internacional, em que há apenas uma reeleição, mas um primeiro mandato de 8 e um segundo de 4. No nosso caso, 4 e 4.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – E esse período o senhor acha que é suficiente para um trabalho consistente e já ter resultado?

O SR. ANDREW PARSONS – Eu entendo que sim. Eu entendo que 8 anos são suficientes para um dirigente deixar marcas na gestão. Porque eu acho que qualquer dirigente gosta de deixar o que chamamos de legado, não é? De deixar mudanças ou melhorias, enfim, que deram resultado naquela modalidade, naquele movimento esportivo. Entendo que 8 anos são suficientes. De repente, você poderia, com 12 anos, também perpetuar esses bons resultados. Mas eu acho saudável haver certo limite, porque, se não, você pode cair onde o mais importante é a perpetuação da gestão em detrimento da área técnica, que é o coração de qualquer entidade esportiva. A partir do momento em que você tem esse desvio de interesse, é melhor se perpetuar, esquecendo o resultado dentro de jogo, quer dizer, dentro do campo esportivo, e aí a Confederação perde a razão de existir.

A única coisa que eu quero dizer, se puder emendar, é que não devemos perder esta oportunidade, que não devermos perder a oportunidade de seguir batalhando, porque um fenômeno que vem acontecendo são os dirigentes de um mandato. Às vezes, quem chega encontra um quadro tão difícil de administrar uma confederação esportiva que ele simplesmente abandona ou, depois de 2 ou 3 anos, conta os dias para a própria sucessão. Isso, em virtude de burocracia, do uso de recursos. Às vezes, o senso comum é um pouco pernicioso. Às vezes, existem inúmeras iniciativas para você limitar, por exemplo, o uso de recursos públicos para a manutenção de uma entidade esportiva. Às vezes, você tem um nível de burocracia e de reporte muito alto na utilização do recurso público. Então, você tem de ter uma certa estrutura. Ao mesmo tempo em que você cobra você tira a estrutura. Isso faz com que percamos bons valores que entram no esporte, olham de perto e falam: "Eu não tenho capacidade." Até por-

que quando a gente estimula as pessoas a virem a ser dirigentes, a gente está estimulando gente que, às vezes, não tem um patrimônio pessoal – como eu mesmo, não tenho um patrimônio pessoal grande –, mas eu tenho o meu CPF – está lá – responsável por alguns milhões de reais, como gestor. O nível burocracia, não é exatamente de burocracia, mas o nível de reporte, para os órgãos de fiscalização, é muito alto. E se limitam, por exemplo, as nossas possibilidades administrativas você acaba inviabilizando, também, o que a gente quer: que é o trabalho esportivo efetivamente implementado.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco/PSDB – PB) –

Após a pergunta do Senador Cristovam, S. Exª vai assumir a Presidência, porque eu também sou membro da CPMI, e o relatório começou a ser lido agora. Então, peço desculpas a todos por não poder ficar até a conclusão.

Concedo a palavra ao Senador Cristovam para suas formulações.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Eu o substituo se garantir que vai votar certo na CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco/PSDB – PB) – Tenho votado. *(Risos.)*

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Bem, eu queria voltar ao que disse o Andrew. Eu não tenho como justificar dois ou quatro. Realmente, acho que a experiência de vocês pode ser mais importante do que o meu sentimento. Mas eu lembro-me de que na Colômbia – que foi o exemplo que você citou –, o Presidente nem reeleito pode ser. E um país tem de ter uma perspectiva ainda maior do que uma direção de uma entidade esportiva. A entidade esportiva são as datas dos respectivos certames internacionais ou nacionais, cada 4 anos em geral. Mas uma nação são 20, 30 anos que a gente deveria pensar. O problema é que nós perdemos essa perspectiva no Brasil. Nós, aqui, não temos esta perspectiva de 20 anos, e os dirigentes também não têm. Se criasse isso, se houvesse uma estratégia, ficavam só 4 anos e o que viesse não parava as coisas certas. Mas como nós estamos no mundo real, confesso que não ficaria apegado a essa ideia que eu faço de 2 anos, pode se que 4 seja o correto.

O SR. PRESIDENTE (Cássio Cunha Lima. Bloco/PSDB – PB) – Enquanto o Senador Cristovam se dirige à Mesa, passo a palavra à representante do Instituto Ethos, a Srª Lisandra.

A SRª. LISANDRA ARANTES DE CARVALHO – Bom dia!

Na verdade, pedi a palavra só para reafirmar um pouco o que a Daniela colocou diante da unanimidade que está sendo representada aqui, pela aprovação do projeto. Então, pensamos em uma estratégia para que essa aprovação ocorra rapidamente.

Quero ressaltar a importância de um debate mais amplo sobre outras questões que foram lembradas pela Ana Moser, na Mesa, alcançando uma regulamentação como um todo do Sistema Nacional do Esporte. Essas questões estão colocadas também em um documento, que acredito que foi distribuído, e é importante que a gente amplie um pouco esse debate.

Nós, do Instituto Ethos, acreditamos que esse momento da realização da Copa do Mundo, das Olimpíadas e das Paralimpíadas no Brasil, é um momento em que devemos trabalhar para que, de fato, a realização desses grandes eventos deixe um legado positivo para a nossa sociedade. Acho que a gente está começando bem.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Aqui na Mesa não tem ninguém mais inscrito. Eu pergunto se ainda há quem queira se manifestar? *(Pausa.)*

Senador, Anibal Diniz, com o maior prazer.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Senador Cristovam, na realidade, eu estava ali na CCJ e me avisaram que estava acontecendo esta audiência pública, portanto, eu não podia deixar de me fazer presente porque eu sou apaixonado pelo esporte, muito mais torcedor do que entendedor do sistema. O torcedor apaixonado é muito facilmente ludibriado. A gente torce tão empenhadamente por um resultado que, às vezes, acontece de a cartolagem já ter decidido esse resultado fora de campo.

Este ano de 2012, para mim, foi um ano traumático. Lá no Acre, nós temos um único time representante do futebol nacional, que é o Rio Branco Futebol Clube, legítimo detentor de uma vaga na série C, e nós fomos eliminados dessa vaga por um tapetão. Fomos tirados dessa vaga pelo Treze, da Paraíba e, para minha surpresa, o assunto foi muito pouco comentado no meio esportivo. Imagino que no País do futebol, às vésperas da realização de uma Copa do Mundo, a gente ver um resultado extracampo prevalecer sobre o resultado conquistado em campo... E isso foi legitimado por uma série de procrastinações. Até agora a situação está para ser resolvida no Supremo Tribunal Federal e no STJ, no Superior Tribunal de Justiça, por conta de um imbróglio criado. E alguém se aproveitou dessa situação e, não tendo direito a nada, acabou disputando a série C do campeonato brasileiro, que é o Treze, da Paraíba, em lugar do Rio Branco Futebol Clube, que, durante 5 anos vinha disputando a série C, mantendo-se na posição, e estava com esperança de

chegar à serie B. Teve esse projeto adiado. E a gente vai continuar o imbróglio jurídico até se decidir se, em 2013 o Rio Branco disputa a série C, efetivamente, ou não sabemos sequer se tem assegurado na série D, porque o imbróglio ficou de tal tamanho que nem rebaixado ele foi, simplesmente foi excluído por uma situação absurda.

Mas o que eu queria me posicionar aqui é que, verdadeiramente, a democracia seria interessante e saudável que ela ocorra em todos os ambientes, inclusive os ambientes esportivos. Parece-me que é salutar discutir mandatos, duração de mandatos: 4 anos, como é o mandato do Deputado, ou de 8 anos, como o do Senador da República. Mas é fundamental que as pessoas que detenham poder sobre um coletivo tenham de se submeter a esse coletivo temporariamente para buscar legitimidade desse mandato.

É muito estranho quando a pessoa age em proveito próprio, às vezes em prejuízo do sentimento de milhares ou de milhões apaixonados por aquele esporte, e simplesmente se torna detentor, dono, soberano daquela cadeira e não abre para ninguém. Isso, a meu ver, é inadmissível. Eu acho que temos de discutir isso.

Só que, Senador Cristovam e desportistas aqui presentes, Deputado Romário – eu vejo aqui alguns rostos conhecidos do público brasileiro como o Raí, a Hortência, são pessoas que conquistaram milhões pela excelência no que fizeram, pela dedicação de uma vida ao esporte, então, têm toda legitimidade do mundo para estar aqui e nos orientar e exigir de nós, Parlamentares, uma tomada de posição a esse respeito – acredito que teremos de fazer esse corte, sim. Devemos fazer esse recorte e discutir nesse momento a questão dos mandatos dos dirigentes esportivos. Eu acho absolutamente salutar que tentemos encontrar um meio de chegar a um consenso sobre um mandato aceitável para os dirigentes esportivos. E, no futuro, acho que temos de discutir outros mandatos, porque se tem uma coisa que eu aprendi a respeitar ao longo da minha vida e da minha história é o valor da democracia, o valor da participação de pessoas interessadas em um assunto.

Se em uma associação de bairro, as pessoas de vez em quando têm de ir a voto para discutir os seus dirigentes; se em um mandato parlamentar é preciso, de 4 em 4 anos, estar se submetendo à apreciação das pessoas. Por que um dirigente esportivo não tem que se submeter?

Assim também, Romário, espero que a gente encontre meios para, nos próximos anos, aqui no Parlamento, discutirmos sobre mandatos para Ministro do Supremo e do STJ. Por que uma vez entrando no Supremo Tribunal Federal ou no Superior Tribunal de Justiça as pessoas tem que lá ficar até a aposentadoria? Por que não têm que se submeter a mandatos periódicos também?

Acho que é a nossa obrigação, como legisladores, a bem da democracia brasileira, discutirmos mandatos finitos, sim. Que as pessoas possam ter direito a apresentar o seu projeto, depois de 2 ou 4 anos, para buscar uma reeleição, mas que sejam submetidas ao seu público interessado, se deve ou não permanecer naquela função por mais 4 ou 2 anos, conforme vá ser a legislação, fruto desse projeto que está em discussão aqui e que tem, com certeza, o meu apoio.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Eu acho que foi muito positiva a decisão do Presidente Cássio de abrir a palavra para todos, mas, esgotando-se isso, eu vou passar a palavra aos que aqui estão, começando pelo Jornalista José Cruz, que tanto orgulha Brasília, e pelas suas posições firmes na hora certa, e, ao mesmo tempo, lembrando, como ele falou, que há um pergunta vinda do Deputado Romário.

O SR. JOSÉ CRUZ – O Deputado Romário pergunta se há muitos prejuízos, e o Senador Cristovam elencou uma série de prejuízos ao esporte, nessa perpetuação dos dirigentes, e eu cito dois que julgo importantes. Um: o dirigente que vai, ao longo do tempo, se perpetuando e se torna um abusado. Ele, antes de tudo, é um gestor do bem público, porque ele recebe verba pública: 90% do rendimento do esporte no Brasil, hoje, são sustentado pelo Estado. São verbas de loterias, verbas do orçamento da União, de leis de incentivo que a Receita Federal abre mão. Enfim, então, ele é um gestor do bem público. Mas ele se torna, ainda assim, um abusado, e eu lhe dou um exemplo: o Presidente da Confederação Brasileira de Tênis se elegeu com um discurso de renovação e, logo que assumiu, mudou o estatuto, permitindo apenas uma reeleição. Gostou do cargo e, recentemente, convocou uma assembleia, ao final do seu segundo mandato, alterou o estatuto e foi para a sua terceira eleição. Isso é uma falta de respeito, principalmente para com o atleta. Em segundo lugar: eu acho que um dos grandes prejuízos é a democracia, é a falsa democracia. O esporte é um instrumento de educação – e isso a própria ONU reconhece também –, e nós não somos praticantes dessa democracia, dessa educação aqui no Brasil. Nós estamos aí para receber uma Olimpíada, os nossos estudantes estão alheios ao que significa uma Olimpíada, e nossos dirigentes estão dando esses tipos de exemplo.

E, para concluir, Sr. Senador – eu já ia dizer Deputado Raí, o ex-craque Raí –, ele falou na representatividade brasileira, e eu dou aqui um exemplo: a Seleção Brasileira – e eu já escrevi sobre isso – desfila com as

cores do Brasil, desfila com a Bandeira Nacional e entoa o Hino Nacional; ela é a representação da cultura esportiva brasileira por excelência. No entanto, se os dirigentes faturam a publicidade é em nome próprio. Recentemente, tivemos um escândalo aí de que o patrocínio da TAM à Seleção Brasileira era depositado em contas de "laranjas" do Sr. Ricardo Teixeira. E ele estava usando uma instituição nacional, que é a Seleção Brasileira. Isso acontece em outras seleções? Fica a pergunta. Nós não temos essa fiscalização, não temos essa abertura.

O Senador Capiberibe, que há pouco estava aqui, falava que hoje nós temos essa liberdade graças à legislação de poder ter acesso às informações. Não é fácil. Eu estou há um mês tentando descobrir junto à Petrobras quanto é o patrocínio dela ao Campeonato Brasileiro de Futebol e não tenho resposta. Então não é bem fácil assim. A legislação existe, mas a transparência ainda é ofuscada.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – O Deputado Romário quer fazer algum comentário?

O SR. ROMÁRIO (PSB – RJ) – Não, Senador. Eu gostaria só de dizer que eu tenho que sair, porque eu vou para um outro compromisso, e que, para mim, foi muito importante participar aqui desta audiência pública.

Eu espero que realmente tudo que foi colocado aqui tanto pelos Senadores, por mim, pelos convidados a gente coloque em prática e comece essa ação o mais rápido possível, que, com certeza, será uma coisa bem positiva e importante para o nosso desporto brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Antes que o Deputado saia, eu queria dizer – eu ia falar no final – que o que está em jogo é muito mais do que o lado esportivo, é se este País quer ser republicano ou não quer ser republicano. Se ele quer ser republicano, tem que assumir a necessidade da substituição de seus dirigentes em todas as instâncias. Acabou a monarquia, na qual você tem a vitaliciedade. Mas a vitaliciedade, como era, era por toda a vida. Há outra vitaliciedade que não é por toda a vida, mas é quase: mais de um certo número de mandatos é vitaliciedade na política. Por isso, aqui é um debate que vai além do que nós estamos tratando.

Eu passo a palavra à Ana Moser.

A SRª ANA MOSER – Só para finalizar, agradecer realmente a oportunidade de colocar a posição de associações, de instituições, assim como de atletas e de todos os outros parceiros que eu citei aqui, que estão envolvidos nessa discussão, nesse debate por uma modernização do esporte. Mais do que a modernização do esporte, como a gente colocou, que essa lei seja um símbolo realmente, como disse o Deputado Romário da maneira mais rápida possível, e que abra as porteiras para um amplo debate no Senado e no Congresso a respeito da ordenação, regulamentação, estruturação legal e orçamentária do esporte brasileiro em todas as dimensões, para todos públicos e no Brasil inteiro. É por isso que a gente anseia.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Obrigado.

Passo a palavra ao Andrew Parsons.

O SR. ANDREW PARSONS – Obrigado, Senador, obrigado pela oportunidade desse debate. É óbvio que a discussão é muito saudável. Acho que, para nós, do esporte, fica a lição para a gente não esmorecer, essa é apenas uma mudança, existe uma série de mudanças que a gente precisa construir em conjunto. Precisamos envolver outros atores quando a gente fala, por exemplo, de esporte na escola, a educação está um pouco alijada desse debate no esporte, e é fundamental.

Lembro que mais importante do que ser um País, o Brasil, que ganhe medalhas em Jogos Olímpicos ou Paralímpicos, é a cultura esportiva. Nós temos um grande exemplo, que são os Estados Unidos, que voltaram a liderar o *ranking* de medalhas nos jogos olímpicos, mas é o país recordista mundial em obesidade e sedentarismo. Então, essa é uma discussão mais ampla. Quando a gente fala de esporte, é algo ainda mais importante – temos que ter o espelho, os grandes campeões –, mas temos que implementar a cultura esportiva no cotidiano da nossa população.

Então, temos uma luta grande. Que bom que os atletas estão engajados! Fico feliz, eu tenho muito orgulho de ser um dirigente esportivo. Tenho amigos de infância que falam: "Não acredito que você virou cartola!" Como se cartola fosse algo ruim, essa é a pecha que fica. Eu digo: "Eu sou um trabalhador do esporte". Mas acho que mais importante do que ser um trabalhador do esporte como eu é quando os próprios atletas, ou ex-atletas de renome se envolvem nessa luta. Então, fico muito feliz por ver o envolvimento de atletas e ex-atletas aqui hoje, eu me somo a eles em uma série de lutas. Temo apenas pela questão do senso comum. Às vezes o senso comum nos leva a cometer alguns equívocos e tentar focar demais em certas questões, enquanto a nossa discussão tem que ser mais ampla no esporte, como o exemplo que eu dei: que Brasil esportivo nós queremos ser no futuro? Um Brasil de medalhas e uma população sedentária; ou um Brasil em que toda criança, todo jovem, toda pessoa na terceira idade tenha a opção ou a oportunidade de praticar esporte?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Eu agradeço. Antes de concluir, quero dizer, Andrew, que, quando lhe chamarem de cartola, você pode dizer: "Mas não sou Deputado nem Senador", porque a fama da gente está pior do que a de cartola.

Gente, sem os dirigentes, o esporte não conseguiria funcionar. Nós teríamos vez ou outra um bate-bola em algum lugar, mas não teríamos a organização. Então, nós não estamos contra as entidades; estamos contra a maneira como elas estão sendo apropriadas, e não contra essas pessoas que apropriam, para mim elas são insignificantes, elas vão morrer, elas vão passar, como nós todos. Minha preocupação é a entidade. Essa entidade, para funcionar bem, tem que ter, como disse o Raí, alternância de dirigentes de 2 ou 4 anos. Mas eu confesso que não sei direito.

Mas eu queria concluir com um aspecto que tem a ver um pouco com o que falou o Andrew, mas eu avanço: é como colocar essas entidades a serviço do esporte no seu sentido mais amplo de educação do povo? Porque as entidades, parece-me que todas elas têm um "(Pausa.)" no final de profissional. A CBF parece que é CBFP. A gente não vê um trabalho grande de levar o esporte às escolas, de apoiar as peladas. O José Cruz foi contra uma ideia minha, talvez porque eu desconhecesse as coisas direitinho, de que parte do dinheiro gasto na Copa deveria ir para financiar esporte de fim de semana nessas quadras de 30 milhões de pessoas, dizem, que batem bola e fazem pelada. A preocupação dele é corretíssima, ou seja, se esse dinheiro chegaria à ponta ou não chegaria, e como é que seriam escolhidas as entidades. Tanto que eu recuei no projeto.

Mas é importante que essas entidades descubram que existem coisas fora do setor profissional. A sua entidade faz isso, e eu sei que ela está preocupada com educação. Eu quero aqui manifestar o meu apoio – ao Raí também quero manifestar a minha simpatia e o meu apoio – a isso.

Esporte é muito mais do que aquilo que a gente faz nas atividades de alto rendimento, como se costuma chamar. E alto rendimento é claro que termina exigindo profissionalização; a boa profissionalização para o alto rendimento. O ruim é a gente não cuidar da base para que o alto rendimento já pegue atletas que já vêm de boas atividades na sua infância e adolescência.

Agradeço a todos vocês. Espero que o público que vai ver, pela televisão – para os que não viram agora, isso passa em cadeia depois, gravado –, perceba que há algo em debate no Brasil hoje, que é como republicanizar as entidades que nós temos do esporte e como transformar os cartolas em dirigentes, porque talvez a diferença entre o cartola e o dirigente é que o cartola é o dirigente permanente. Se ele não fosse permanente, ninguém o chamava de cartola.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada a reunião.

Eu convoco imediatamente outra daqui a alguns minutos, para discutirmos as nossas emendas ao Orçamento. Mas vocês todos, se quiseram ficar, muito bem, mas não estão obrigados a isso.

Muito obrigado.

Está encerrada esta audiência.

(Iniciada às 10 horas e 57 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 38 minutos.)

ATA DA 55ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE NOVEMBRO DE 2012

EMENDAS AO ORÇAMENTO 2013

Às doze horas e cinquenta e seis minutos do dia vinte e oito de novembro de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, **sob a Presidência Eventual do Senhor Senador Cristovam Buarque**, e com a presença dos Senhores Senadores Wellington Dias, Ângela Portela, Paulo Paim, Inácio Arruda, Romero Jucá, João Alberto Souza, Waldemir Moka, Cássio Cunha Lima, Paulo Bauer, Anibal Diniz, Vanessa Grazziotin, João Capiberibe, Valdir Raupp, Cícero Lucena e Eduardo Amorim, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer, os Senhores Senadores Walter Pinheiro, Ana Rita, Lídice da Mata, Roberto Requião, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira, Ana Amélia, Ciro Nogueira, Cyro Miranda, Maria do Carmo Alves, José Agripino, Armando Monteiro, João Vicente Claudino, Magno Malta, João Ribeiro e Kátia Abreu. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente Eventual, Senador Cristovam Buarque, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, a Presidência informa que o objetivo da reunião é o de discutir e aprovar as emendas da Comissão de Educação, Cultura e Esporte à Lei Orçamentária Anual – LOA 2013. Neste momento, o Senhor Presidente Eventual, Senador Cristovam Buarque, passa a palavra ao Senhor Senador Paulo Paim, relator das Emendas ao Orçamento nesta Comissão, para proferir seu parecer. Prosseguindo, a Comissão analisa e aprova as seguintes emendas ao à **Lei Orçamentário Anual – LOA 2013**: **Emendas de Apropriação: Emenda n.º 1 – Educação – Educação Básica – "Apoio ao**

Desenvolvimento da Educação Básica", no valor de R$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, apresentada pelos Senadores Ana Amélia, Waldemir Moka, Ângela Portela, Ana Rita, Vanessa Grazziotin e João Costa. **Emenda n.º 2** – **Educação – Educação Profissional e Tecnológica – "Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica"**, no valor de R$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), para o Ministério da Educação, apresentada pelos Senadores Lídice da Mata, Cyro Miranda, Ana Amélia, Paulo Paim, Flexa Ribeiro, Romero Jucá, Vanessa Grazziotin, Ângela Portela e Ana Rita. **Emenda n.º 3** – **Cultura – "Administração da Unidade"**, no valor de R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), para a Fundação Biblioteca Nacional, apresentada pelo Senador Roberto Requião. **Emenda n.º 4** – **Esporte – "Preparação de Atletas e Capacitação de Recursos Humanos para o Esporte de Alto Rendimento"**, no valor de R$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), para o Ministério do Esporte, apresentada pelos Senadores Waldemir Moka, Paulo Paim, Ângela Portela, Romero Jucá, Ana Rita, Valdir Raupp, Ana Amélia, Vital do Rêgo, Cyro Miranda e Lídice da Mata. Finda a discussão e deliberação das Emendas da Comissão à Lei Orçamentário Anual – LOA 2013, a Presidência determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às treze horas e seis minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares,** Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, lavrasse a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual. – Senador **Cristovam Buarque,** Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Boa tarde a cada um e a cada uma!

Havendo número regimental, declaro aberta a 55ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, destinada a discutir e votar as emendas da Comissão à Lei Orçamentária Anual de 2013.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, bem como a sua aprovação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com a proposição permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

EMENDAS À LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA 2013

Discussão e Votação das Emendas da Comissão de Educação, Cultura e Esporte ao Projeto de Lei nº 24/2012-CN, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2013. (PLOA-2013)

Observações:

Relator: Senador Paulo Paim

Passo a palavra ao Relator, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Relatório.

No prazo estabelecido pela Comissão, foram oferecidas 110 propostas de emenda de apropriação ao Projeto de Lei nº 24, de 2012 – CN, que estima a receita e fixa as despesas da União para o exercício financeiro de 2013. A distribuição das propostas pelos órgãos foi a seguinte: 51 para o Ministério da Educação, 31 para o Ministério da Cultura e 28 para o Ministério do Esporte.

Conforme consta da Resolução nº 1, de 2006 – CN, esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte pode apresentar até quatro emendas de apropriação. Assim, muito embora consideremos meritórias todas as sugestões oferecidas, tivemos que escolher apenas quatro. Optamos por escolher duas propostas para a educação, uma para a cultura e uma para o esporte.

Procuramos dar preferência às proposições que receberam o maior número de apoios, com o maior alcance finalístico da ação governamental e a relevância do aporte de recursos com a finalidade contemplada.

Na educação, optamos por escolher uma iniciativa voltada para a educação básica e outra para o ensino profissional. No primeiro caso, decidimos reforçar com R$500 milhões a Ação 0509 – Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica, proposta pelos Senadores Vanessa Grazziotin, Waldemir Moka, Angela Portela, Ana Rita e Ana Amélia, na forma de emenda aglutinativa, que também contempla a proposta do Senador João Costa.

Para o ensino profissional, indicamos para aprovação sugestão oferecida pelos Senadores Paulo Paim, Vanessa Grazziotin, Angela Portela, Romero Jucá, Ana Rita, Ana Amélia, Flexa Ribeiro, Cyro Miranda e Lídice da Mata, na forma de uma emenda que aporta R$500 milhões para a Ação 20RG – Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica.

Aqui, para o esporte, havia dois entendimentos: o Ministério do Esporte prefere uma emenda do Senador Waldemir Moka, que entende que todos os Senadores poderiam assinar também para serem coautores da emenda. Essa emenda do Senador Waldemir

Moka aporta recursos para a preparação de atletas e capacitação de recursos humanos para o esporte de alto rendimento.

O Senador Waldemir Moka, num primeiro momento... Porque havia um número maior de Senadores que tinha um ponto de vista de apoiar uma outra emenda para o Ministério do Esporte, que era assinada inclusive por mim, por Ângela Portela, Romero Jucá, Ana Rita, Valdir Raupp, Ana Amélia, Vital do Rêgo e Cyro Miranda; contudo, houve um movimento muito grande de parte do Ministério do Esporte no sentido de que, no entendimento deles, a outra emenda seria de melhor aplicação e atenderia de forma mais significativa aquele Ministério, já que a Câmara teria aprovado uma emenda semelhante àquela de que, inclusive, eu era um dos signatários. De minha parte, não vi problema algum em migrarmos para a proposta do Senador Waldemir Moka.

Finalmente, na área da cultura, acatamos a proposta do Senador Roberto Requião. Foi um pedido do Presidente desta Comissão no sentido de que se reforçassem as dotações destinadas à Fundação Biblioteca Nacional, por meio de um aporte de R$50 milhões para a Ação 2000 – Administração de Unidade.

Enfim, o voto deste Relator.

Diante do exposto, votamos no sentido de que esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte delibere pela apresentação das emendas de apropriação ao Projeto de Lei Orçamentária para 2013 relacionadas a seguir:

a) "0509 – Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica", no valor de R$ 500 milhões, para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, do Ministério da Educação;

b) 20rg – Expansão e reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica, no valor de R$500 milhões para o Ministério da Educação.

c) [muda agora a redação, e fica sendo a redação do Senador Waldemir Moka] 20ya – Preparação de atletas e capacitação de recursos humanos para o esporte de alto rendimento;

d) 2000 – Administração da unidade, no valor de R$500 milhões, para a Fundação Biblioteca Nacional.

Esse é o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Em discussão. *(Pausa.)*

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, peço a palavra apenas para justificar.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS). O Ministério do Esporte, essa emenda, dá provimento às condições necessárias para a preparação de atletas em toda sua carreira esportiva, desde sua descoberta, formação, desenvolvimento, aprimoramento do alto nível de treinamento, fim de carreira esportiva, por meio de apoio, para aquisição de material e equipamento técnico-esportivo. Então, ainda tem aqui a implantação, modernização, adequação e manutenção de espaços físicos esportivos e aquisição de equipamentos e materiais laboratoriais esportivos para esses espaços. Eu entendo, Sr. Presidente, que essas emendas nacionais têm que ter certa sintonia com o Ministério a que elas se destinam, porque o Ministério é que vai operacionalizar esses recursos, de forma que eu estou apenas e tão somente sendo porta-voz daquilo que o Ministério do Esporte entendo como melhor para essa emenda nacional. Eu queria, de antemão, abrir mão dessa autoria e colocar todos os outros Senadores que estivessem comigo. A minha função aqui é ser porta-voz de uma emenda que me parece ser a mais adequada, segundo a visão do Ministério do Esporte.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Algum comentário dos demais Senadores? *(Pausa.)*

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Se não há nenhum comentário, a relatoria acabou acatando a emenda do Senador Waldemir Moka e, nesse sentido, que todos os outros Senadores que tinham apresentado emenda para o Ministério dos Esportes assinem também a mesma emenda.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Perfeito.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Senador Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Apenas para fazer um registro. Nós estamos acompanhando a aprovação de emendas, e a emenda que anteriormente estava prevista pelo Senador Paulo Paim, é uma emenda abrangente, que atende Estados e Municípios, melhora a infraestrutura, mas já houve uma emenda idêntica aprovada pela Câmara dos Deputados. Então, eu queria apenas que se registrasse em ata que nós, de certa forma, estamos corroborando a emenda da Câmara dos Deputados, para que seja uma emenda parceira das duas Casas, que conste que nós não estamos repetindo a emenda, porque já há uma emenda genérica, nacional, que pode atender a todos os segmentos. E aí, nós formamos também com a emenda do Senador Moka, o registro do Senador Moka, porque é um programa abrangente. Nós vamos descobrir valores para as Olimpíadas, ampliar a ques-

tão da capacitação nos Estados. A ideia do Ministro Aldo Rebelo é definir pelos Estados essa formação, descentralizar essa formação especializada pelos Estados, portanto, é uma emenda extremamente meritória.

Eu quero registrar a importância e a competência do Relatório do Senador Paulo Paim, do registro do Senador Moka e, até como Relator do Orçamento, fico feliz de receber emendas como essa, em que nós vamos poder trabalhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Não havendo mais quem queira se pronunciar, ponho em votação o Relatório do Senador Paim.

Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Está encerrada esta reunião.

(Iniciada às 12 horas e 56 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 06 minutos.)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 45ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 2012, TERÇA-FEIRA, ÀS 11H30, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SALA N° 7.

Às onze horas e quarenta e sete minutos do dia treze de novembro de dois mil e doze, na Ala Senador Alexandre Costa, sala nº 7, sob a Presidência do Senhor Senador **RODRIGO ROLLEMBERG**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **ANIBAL DINIZ, PEDRO TAQUES, RODRIGO ROLLEMBERG, EDUARDO BRAGA, JOSÉ AGRIPINO, DELCÍDIO DO AMARAL, VANESSA GRAZZIOTIN, TOMÁS CORREIA, ROMERO JUCÁ e FLEXA RIBEIRO**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores **ACIR GURGACZ, JORGE VIANA, LUIZ HENRIQUE, EUNÍCIO OLIVEIRA, SÉRGIO SOUZA, IVO CASSOL, ALOYSIO NUNES FERREIRA, ALVARO DIAS, GIM, JOÃO COSTA E RANDOLFE RODRIGUES**. A Presidência declara abertos os trabalhos e submete a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, informa o recebimento dos seguintes documentos: 1) Convite dirigido aos membros desta comissão pelo Presidente da Comissão de Direitos e Garantias do Senado da nação da Argentina, Senador Eugenio J. Artaza, para participar das "Jornadas Parlamentares de Direitos de Usuários e Consumidores do MERCOSUL", a realizarem-se nos dias 3 e 4 de dezembro deste ano, na sede da Universidad Nacional del Nordeste (UNNE), localizada na cidade de Corrientes, capital da província de Corrientes, Argentina; 2) Aviso nº 130/2012, do Ministério dos Transportes (MT), encaminhando memorando da Assessoria Especial de Controle Interno e nota técnica da Secretaria de Fomento para Ações de Transporte desse ministério, em resposta ao Requerimento de Informação nº 706/2012, de autoria da CMA, que requer informações acerca do cumprimento das determinações do acórdão nº 3.137/2011 do TCU decorrentes da auditoria de natureza operacional destinada a avaliar a sistemática de habilitação, concessão e investimentos realizados pelas empresas beneficiárias do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura – REIDI; 3) Ofício nº 172/2012, da Advocacia Geral da União (AGU), encaminhando nota e parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional em resposta ao Requerimento nº 710, DE 2012, de iniciativa desta comissão, que requer informações acerca do cumprimento de determinações do acórdão citado anteriormente. 4) Relatório Anual de 2011 da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). **LEITURA DE AVISOS**, em conformidade ao ato n° 02, de 2009 da comissão de meio ambiente, defesa do consumidor e fiscalização e controle do senado federal: Aviso nº 1291 – SESES – TCU – PLENÁRIO, de 10 de setembro de 2008, que encaminha, para conhecimento, Acórdão proferido pelo Plenário nos autos do Processo TC 020.281/2007-4, em resposta ao Requerimento nº 28/2008 – CMA, que solicita ao Tribunal de Contas da União cópia dos estudos técnicos, bem como das matrizes de dados correspondentes, acerca da dívida pública do Estado do Rio de Janeiro, refinanciada pela União ao abrigo da Lei nº 9.496/97 e da Medida Provisória nº 2.185-35/01; Aviso nº 1025 – GP/TCU, de 18 de setembro de 2008, que encaminha, para conhecimento, cópia dos processos TC-011.808/2006-0, TC-025.800/2006-3, TC-027.264/2006-7 e TC-027.732/2007-9, em resposta ao Requerimento nº 28/2008 – CMA, que solicita ao Tribunal de Contas da União cópia dos estudos técnicos, bem como das matrizes de dados correspondentes, acerca das dívidas públicas dos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, assim como do Município de São Paulo, refinanciadas pela União ao abrigo da Lei nº 9.496/97 e da Medida Provisória nº 2.185-35/01; Aviso nº 612 – GP/TCU, de 04 de junho de 2009, que encaminha, para conhecimento, cópia dos processos TC-016.480/2006-3, TC-013.299/2006-0, TC-027.429/2008-5, TC-020.122/2006-0, TC-020.123/2006-7 E TC-020.124/2006-4, em resposta ao Requerimen-

to nº 13/2009 – CMA, que solicita ao Tribunal de Contas da União cópia de processos instaurados com objetivo de avaliar concessões de diárias a colaboradores eventuais, convênios e contratos de repasse celebrados entre o INCRA no Distrito Federal, o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Ministério do Trabalho e Emprego com associação ligada ao Movimento de Libertação dos Sem-Terra, assim como possíveis irregularidades na aplicação de recursos repassados pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente à Associação Nacional de Apoio à Reforma Agrária; Aviso nº 1093 – SESES – TCU – PLENÁRIO, de 14 de julho de 2010, que encaminha, para conhecimento, Acórdão proferido pelo Plenário nos autos do processo nº TC 007.007/2007-0, instaurado em razão do Requerimento nº 12/2007 – CMA, que solicita ao Tribunal de Contas da União a realização de auditoria na Secretaria Municipal de Saúde de Salvador/BA, a fim de verificar a aplicação dos recursos do Sistema Único de Saúde nos anos de 2005 e 2006; e Aviso nº 1298 – SESES – TCU – PLENÁRIO, de 24 de agosto de 2011, que encaminha, para conhecimento, Acórdão proferido pelo Plenário nos autos do processo TC 000.831/2011-5, em resposta ao Requerimento nº 26/2009 – CMA, que solicita ao Tribunal de Contas da União a fiscalização e o acompanhamento da execução do programa Minha Casa, Minha Vida, enviando ao Senado Federal, para efeitos de controle, relatórios trimestrais desse acompanhamento. Conforme análise prévia, esses Avisos estarão à disposição dos Senhores Senadores pelo prazo de 7 (sete) dias na Secretaria da Comissão. Não havendo manifestação, serão arquivados. Passa-se à **PAUTA. 1ª PARTE. REUNIÃO DE TRABALHO.** É realizada reunião de trabalho para deliberar sobre a unificação da entrada de dados dos Portais de Transparência da Copa de 2014 do Senado Federal e da Controladoria-Geral da União. Encerrada a discussão e colocado em votação, o plenário da CMA aprova a unificação da entrada de dados dos Portais de Transparência da Copa de 2014 do Senado Federal e da Controladoria-Geral da União. **2ª PARTE. DELIBERAÇÃO DE MATÉRIAS. ITEM 1) REQUERIMENTO Nº , DE 2012**, que "Requeiro, nos termos do Art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle para debater sobre a atual crise de abastecimento de combustíveis no Estado do Amapá, com a presença dos seguintes convidados: Sra. Magda Maria de Regina Chambriard – Diretora-geral da Agência Nacional do Petróleo; Sr. José Lima de Andrade Neto – Presidente da Petrobrás Distribuidora; Sr. Leocádio Antunes Filho – Diretor superintendente da Ipiranga Produtos de Petróleo; Representante do Sindicato dos Postos de Combustíveis do Amapá; Sra. Maria das Graças Foster – Presidente da Petrobras. Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. Resultado: Retirado de Pauta pelo Autor. **ITEM 2) AVISO Nº 36, de 2012 – Não Terminativo**, que "Encaminha cópia de Recurso de Reconsideração, interposto pelo Banco Central do Brasil – Bacen, contra o Acórdão 7.706/2010 – TCU – 1ª Câmara, retificado pelo Acórdão 3.514/2011 – TCU – 1ª Câmara, acerca de Prestação de Contas do BACEN referente ao exercício de 2006 (TC 019.638/2007-2). Autoria: Tribunal de Contas da União. Relatoria: Senador Pedro Taques. Relatório: Para que a Comissão: I) conheça da matéria; II) avalie que a ação do Banco Central no sentido do acatamento do disposto no Acórdão nº 1448/2012-TCU-Plenário representa medida extremamente positiva sob os pontos de vista jurídico, administrativo e econômico, nos termos dos artigos 102-A, inciso I, alínea "d", e 102-C, ambos do RISF; III) encaminhe solicitação ao TCU, com fulcro no art. 102-A, inciso I, alínea "e", do RISF, de monitoramento do cumprimento do Acórdão nº 1448/2012-Plenário, informando periodicamente à CMA os resultados obtidos". Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pelo conhecimento da matéria, pela avaliação de que a ação do Banco Central pelo acatamento do disposto no Acórdão n° 1448/2012-TCU-Plenário representa medida extremamente positiva e pelo encaminhamento de solicitação ao TCU para o monitoramento do cumprimento do referido acórdão, informando periodicamente à CMA os resultados obtidos. **ITEM 3) AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS. E FISC. E CONTROLE Nº 6, de 2012 – Não Terminativo**, que "Copa do mundo de 2014. Determinação para realização de levantamento para avaliar o panorama das ações de governo para o Mundial nas áreas aeroportuária, mobilidade urbana, estádios e turismo. Autoria: Tribunal de Contas da União. Relatoria: Senador Blairo Maggi (Substituído por Ad Hoc). Relatoria Ad Hoc: Senador Anibal Diniz. Relatório: Pelo arquivamento. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pelo arquivamento da matéria. **ITEM 4) AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS. E FISC. E CONTROLE Nº 15, de 2012 – Não Terminativo**, que "Encaminha à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal cópia do Acórdão nº 1404, de 2012 – TCU – Plenário, referente ao processo de internalização, nas políticas públicas nacionais, dos objetivos e compromissos assumidos pelo Brasil em decorrência da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – Rio-

92 – (TC 034.633/2011-1)". Autoria: Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (PERMANENTE). Relatoria: Senador Pedro Taques. Relatório: Para que a Comissão: I) tome conhecimento do feito; II) aprove requerimentos de informações ao Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Pesca e Aquicultura; III) aprove requerimento de audiência pública; IV) remeta o processado ao arquivo. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pelo conhecimento e arquivamento da matéria, pela apresentação de Requerimentos de Informações ao Ministério do Meio Ambiente (RMA 98/2012) e ao Ministério da Pesca e Agricultura (RMA 99/2012) e um Requerimento de Audiência Pública (RMA 100/2012). **ITEM 5) AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS. E FISC. E CONTROLE Nº 17, de 2012 – Não Terminativo**, que "Encaminha à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, cópia do Acórdão nº 1977 de 2012 – TCU – Plenário, referente ao relatório de acompahamento destinado à avaliação do cumprimento do artigo 3º da Instrução Normativa TCU nº 62/2010, que disciplina a

inserção e atualização de dados e documentos no Portal de Acompanhamento deGastos para a Copa do Mundo de Futebol de 2014". Autoria: Tribunal de Contas da União. Relatoria: Senador Pedro Taques. Relatório: Para que a Comissão: I) tome conhecimento do feito; II)autorize o Presidente da CMA e da CMACOPOLIM a tomarem as medidas necessárias à melhoria da acessibilidade do sítio eletrônico da comissão para o cidadão e à racionalização da entrada de dados; III) autorize o Presidente da CMA e CMACOPOLIM a estabelecer novas parcerias com o TCU; IV) remeta o processado ao arquivo. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pelo conhecimento e arquivamento da matéria e pela autorização aos Presidentes da CMA e CMACOPOLIM para tomarem as medidas necessárias à melhoria da acessibilidade do sítio eletrônico da Comissão para o cidadão e à racionalização dos procedimentos de entrada de dados e para estabelecerem novas parcerias junto ao TCU**. ITEM 6) PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 8, de 2005 – Não Terminativo**, que "Propõe, nos termos do art. 49, inciso X, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso IX e com o artigo 102-B do Regimento Interno do Senado Federal, a abertura de procedimento investigatório para averiguar os resultados dos processos de intervenção e liquidação de instituições financeiras públicas e privadas no âmbito do PROER, do PROEF e do PROES". Autoria: Senador Pedro Simon. Relatoria: Senador Pedro Taques. Relatório: Pelo envio de cópia do processado à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e posterior arquivamento. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pelo envio de cópia da matéria à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e posterior arquivamento. **ITEM 7) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 118, de 2012 – Não Terminativo**, que "Altera os arts. 40, 55 e 99 e acrescenta o art. 98-A à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normaspara licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para prever, nas contratações que envolverem a execução de obras e serviços de engenharia, a obrigação do contratado de fornecer ao órgão ou entidade contratante, aos órgãos de controle interno e externo e ao Ministério Público os correspondentes estágios dos cronogramas físico e financeiro, e dá outras providências". Autoria: Senadora Lúcia Vânia. Relatoria: Senador Anibal Diniz. Relatório: Pela rejeição. Resultado: Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pela rejeição do projeto. **ITEM 14) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, de 2011 – Terminativo**, que "Acrescenta novo inciso ao art. 6º da Lei nº 6.938/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, criando o Selo Verde "Preservação da Amazônia" para produtos oriundos da Zona Franca de Manaus, e dá outras providências". Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatoria: Senador Cícero Lucena. Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo. Resultado: Retirado de Pauta pelo Relator. **ITEM 15) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 262, de 2011 – Terminativo**, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de receptores de cartões telefônicos usados e dá outras providências". Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatoria: Senador Tomás Correia. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Retirado de Pauta pelo Relator. **Ficam adiadas as demais matérias**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e oito minutos, lavrando eu, Leany Barreiro de Sousa Lemos, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Rodrigo Rollemberg,** Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

REGISTRO DE TAQUIGRAFIA DA REUNIÃO DE 13/11/2012

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 45ª Reunião Ordinária da Comissão de Meio Ambien-

te, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

Comunicados da Presidência.

Informo aos Srs. Senadores o recebimento de convite dirigido aos membros desta Comissão pelo Presidente da Comissão de Direitos e Garantias do Senado da Nação da Argentina, Senador Eugenio J. Artaza, para participar das "Jornadas Parlamentares de Direitos de Usuários e Consumidores do Mercosul", a realizarem-se nos dias 3 e 4 de dezembro deste ano, na sede da Universidad Nacional del Nordeste (UNNE), localizada na cidade de Corrientes, capital da Província de Corrientes, Argentina. O convite encontra-se à disposição dos membros na secretaria da Comissão.

Informo, ainda, o recebimento dos seguintes documentos, que se encontram à disposição dos membros na secretaria da Comissão:

Aviso nº 130, de 2012, do Ministério dos Transportes, encaminhando memorando da Assessoria Especial de Controle Interno e nota técnica da Secretaria de Fomento para Ações de Transporte desse Ministério, em resposta ao Requerimento de Informação nº 706, de 2012, de autoria da CMA, que requer informações acerca do cumprimento das determinações do Acórdão nº 3.137, de 2011, do Tribunal de Conta da União, decorrentes da auditoria de natureza operacional destinada a avaliar a sistemática de habilitação, concessão e investimentos realizados pelas empresas beneficiárias do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura;

Ofício nº 172, de 2012, da Advocacia Geral da União, encaminhando nota e parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em resposta ao Requerimento nº 710, de 2012, de iniciativa desta Comissão, que requer informações acerca do cumprimento de determinações do acórdão citado anteriormente;

Relatório anual de 2011 da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

Leitura de avisos.

Em conformidade ao Ato nº 2, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, informo que todos os avisos estão relacionados na pauta da reunião.

Conforme análise prévia, será designado Relator para a seguinte matéria...(*Pausa*.)

Os seguintes avisos serão arquivados – conforme análise prévia, esses avisos estarão à disposição dos Srs. Senadores pelo prazo de 15 dias na secretaria da Comissão. Não havendo manifestação, serão arquivados.

Aviso nº 1.412 TCU-Plenário;

Aviso nº 1.291, que encaminha, para conhecimento, acórdão proferido pelo Plenário nos autos do processo TC020.281/2007-4 , em resposta ao requerimento da CMA que solicita ao Tribunal de Contas da União cópia dos estudos técnicos, bem como das matrizes de dados correspondentes, acerca da dívida pública do Estado do Rio de Janeiro, refinanciada pela União ao abrigo da Lei nº 9.496, de 1997, e da Medida Provisória nº 2.185-35/01;

Aviso nº 1.025, de 18 de setembro de 2008, que encaminha, para conhecimento, cópia dos processos TC-011.808/2006-0; TC-025.800/2006-3; TC-027.264/2006-7; e TC-027.732/2007-9, em resposta ao Requerimento nº 28, de 2008, da CMA, que solicita ao Tribunal de Contas da União cópia dos estudos técnicos, bem como das matrizes de dados correspondentes, acerca das dívidas públicas dos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, assim como do Município de São Paulo, refinanciadas pela União ao abrigo da Medida Provisória nº 2.185-35/01;

Aviso nº 612-GP/TCU, de 4 de junho de 2009, que encaminha, para conhecimento, cópia dos processos TC-016.480/2006-3; TC-013.299/2006-0; TC-027.429/2008-5; TC-020.122/2006-0; TC-020.123/2006-7; e TC-020.124/2006-4, em resposta ao requerimento da CMA, que solicita ao Tribunal de Contas da União cópia de processos instaurados com objetivo de avaliar concessões de diárias a colaboradores eventuais, convênios e contratos de repasse celebrados entre o Incra no Distrito Federal, o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Ministério do Trabalho e Emprego, com associação ligada ao Movimento de Libertação dos Sem-Terra, assim como possíveis irregularidades na aplicação de recursos repassados pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente à Associação Nacional de Apoio à Reforma Agrária;

Aviso nº 1.093-TCU, de 14 de julho de 2010, que encaminha, para conhecimento, acórdão proferido pelo Plenário nos autos do Processo nº TC-007.007/2007-0, instaurado em razão do Requerimento nº 12, de 2007, que solicita ao Tribunal de Contas da União a realização de auditoria na Secretaria Municipal de Saúde de Salvador, a fim de verificar a aplicação dos recursos do Sistema Único de Saúde nos anos de 2005 e 2006.

Aviso nº 1.298, TCU/Plenário, de 24 de agosto de 2011, que encaminha, para conhecimento, acórdão proferido pelo Plenário, nos autos do Processo nº 831,

de 2011, em resposta ao Requerimento nº 26, de 2009, que solicita ao Tribunal de Contas da União a fiscalização e o acompanhamento da execução do Programa Minha Casa, Minha Vida, enviando ao Senado Federal, para efeitos de controle, relatórios trimestrais desse acompanhamento.

Essa reunião está dividida em duas partes. Passamos à primeira parte.

Reunião de trabalho, que tem por finalidade deliberar sobre a unificação da entrada de dados dos portais de transparência da Copa de 2014 do Senado Federal e da Controladoria-Geral da União.

Na semana passada, a Secretaria da CMA protocolou, junto aos Gabinetes dos Senadores membros da Comissão, o Ofício Circular nº 308, de 2012. Este ofício informa sobre a demanda de unificação da entrada de dados dos Portais Copa Transparente, criado pelo do Senado Federal, e do Copa 2014, da Controladoria-Geral da União, proposta pela última. Tal tema foi debatido na última reunião de trabalho, realizada em 16 de outubro de 2012, a qual contou com a presença de representantes do TCU e da CGU.

A proposta apresentada pela Controladoria-Geral da União seria a unificação de entrada de dados entre o seu portal e o do Senado, uma vez que ambos têm natureza federal. A demanda surgiu na Câmara Temática de Transparência, coordenada pela própria CGU, Advocacia-Geral da União e Ministério do Esporte, composta por representantes da União, Estados, Municípios, Distrito Federal e sociedade civil, em fins de 2011.

Com a unificação se tem por objetivo evitar o duplo trabalho de preenchimento de um mesmo conjunto de dados, em portais diferentes pelos gestores e garantir uniformidade de informações publicadas em ambos os portais.

É importante frisar que a proposta colocada pela CGU não defende a unificação de portais, mas uma entrada comum e compartilhada, desenvolvida e hospedada pela própria Controladoria, porém com a identificação clara do compartilhamento de dados entre ambas as instituições.

Assim, a proposta apresentada será de que ambos os portais serão alimentados uma única vez, competindo à CGU o recebimento dos dados e repasse destes ao Senado Federal.

Portanto, consulto os Senadores sobre a unificação da entrada de dados, e que a transmissão de dados pela CGU ao Senado dê-se automaticamente, sem qualquer filtro ou controle prévio.

Eu quero reforçar esse ponto, pois, segundo a metodologia adotada no portal da CGU, os dados enviados pelos gestores dos contratos são submetidos a um filtro prévio, que busca corrigir erros grosseiros de preenchimento ou outras inconsistências. O portal do Senado, desde a sua criação, busca a transparência dos repasses públicos, focando na responsabilidade do próprio gestor no preenchimento das informações.

Eu coloco em discussão esse...

Esse é o primeiro item da primeira parte.

Consulto os Senadores se há alguma objeção de que a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado juntamente com a Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara, que na origem também compartilhou da criação desse portal, promovam o compartilhamento da entrada de dados com o portal da CGU.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

Aprovada a unificação, será firmado um protocolo de intenções entre Senado, TCU, CGU e Câmara dos Deputados, no qual estarão especificados os parâmetros técnicos que garantam a independência dos portais e o acatamento da decisão desta Comissão.

Passamos à segunda parte.

Item 1. O item 1 foi retirado pelo autor.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº , DE 2012

Requeiro, nos termos do Art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle para debater sobre a atual crise de abastecimento de combustíveis no Estado do Amapá, com a presença dos seguintes convidados: Sra. Magda Maria de Regina Chambriard – Diretora-geral da Agência Nacional do Petróleo; Sr. José Lima de Andrade Neto – Presidente da Petrobrás Distribuidora; Sr. Leocádio Antunes Filho – Diretor superintendente da Ipiranga Produtos de Petróleo; Representante do Sindicato dos Postos de Combustíveis do Amapá; Sra. Maria das Graças Foster – Presidente da Petrobras.
Autoria: Senador Randolfe Rodrigues.)

ITEM 2

AVISO Nº 36, de 2012
– Não Terminativo –

Encaminha cópia de Recurso de Reconsideração, interposto pelo Banco Central do Brasil – Bacen, contra o Acórdão 7.706/2010 – TCU – 1ª Câmara, retificado pelo Acórdão 3.514/2011

– TCU – 1ª Câmara, acerca de Prestação de Contas do Bacen referente ao exercício de 2006 (TC 019.638/2007-2).

Autoria: Tribunal de Contas da União

Relatoria: Senador Pedro Taques

Relatório: Para que a Comissão:

conheça da matéria;

avalie que a ação do Banco Central, no sentido do acatamento do disposto no Acórdão nº 1448/2012-TCU-Plenário, representa medida extremamente positiva sob os pontos de vista jurídico, administrativo e econômico, nos termos dos artigos 102-A, inciso I, alínea "d", e 102-C, ambos do RISF; III) encaminhe solicitação ao TCU, com fulcro no art. 102-A, inciso I, alínea "e", do RISF, de monitoramento do cumprimento do Acórdão nº 1.448/2012-Plenário, informando periodicamente à CMA os resultados obtidos.

Com a palavra o Relator, Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, cidadãos que nos assistem pela TV Senado, o aviso dá conhecimento a esta Comissão do Acórdão 1.448/2012, do Tribunal de Contas da União, pelo qual o Tribunal informa e discute a manutenção pelo Banco Central do Brasil de execução financeira do Banco Central: a autoridade monetária mantém a execução de um fundo público, denominado "Redi-BC – Reserva para o Desenvolvimento Institucional do Banco Central", inteiramente fora do Orçamento Geral da União.

Tais recursos são provenientes do pagamento pelos bancos de "taxa de serviço" decorrente de determinados serviços de compensação bancária e foram recolhidos até 1995, permanecendo, desde então, um montante de mais de R$1,1 bilhão, em 2009; as despesas executadas com esses recursos alcançaram, em 2012, um total superior a R$75 milhões – as despesas. São recursos destinados a projetos de desenvolvimento do Banco, utilizados em todo tipo de ações administrativas selecionadas pela entidade.

Não obstante, tais recursos não se encontram inseridos no Orçamento Geral da União, e são executados de forma extra-orçamentária. O Acórdão determinou ao Banco Central que:

– não inicie projetos com esses recursos sem que sejam executados por meio do Orçamento Geral da União, ressalvados os contratos em vigor;

– adote providências para adequar a execução orçamentária dessas despesas por meio de orçamento;

– e para que os recursos remanescentes sejam transferidos ao Tesouro Nacional com identificação de fonte específica, de forma a se determinar a sua origem.

Apresentei à vista do Acórdão um relatório anterior em que expressei da forma mais enérgica possível a posição de que a execução dessas despesas fora do Orçamento da União era por si só absolutamente ilegal e inaceitável.

Posteriormente, recebi com grande alívio a única informação que seria capaz de modificar minha posição anterior. Pelo Ofício 1.547, de 2012, do Banco Central do Brasil, da Diretoria, de 18 de outubro de 2012, o Banco Central comunica que decidiu acatar integralmente as determinações do acórdão examinado, passando a incorporar tais valores ao Orçamento e demonstra as providências que adotou para seu cumprimento.

Assim, fica pacificada a situação, retornando essa importante questão ao seu adequado curso legal e constitucional. As providências até agora relatadas comprovam o efetivo cumprimento dos termos da decisão do Tribunal de Contas da União, Sr. Presidente.

Entendo que a correção de rumo que esta medida representa é tão importante para a credibilidade da instituição que deve ser objeto de manifestação explícita da Comissão no seu papel regimental de "avaliar as contas dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos"; no caso, uma avaliação de forma inequívoca positiva que reflita a constatação do avanço jurídico e econômico que a medida representa.

Assim, vejo com grande satisfação que a missão do controle externo foi cumprida neste caso, e as instituições econômicas viram-se fortalecidas.

É o breve relatório.

Passo ao voto, Sr. Presidente.

Voto.

Pelo exposto, voto:

1. Pelo conhecimento do Aviso nº 36, de 2012, do Tribunal de Contas da União, juntamente com os documentos que o acompanham, inclusive as manifestações do Banco Central do Brasil por meio do Ofício 1.547, de 2012;

2. Pela conclusão de mérito, com fundamento nos artigos 102-A, inc. I, alínea d, e 102-C, *caput*, do Regimento Interno desta Casa da Federação, no sentido de que esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle avalie que a ação do Banco Central do Brasil no sentido do acatamento integral no disposto no Acórdão do TCU precitado representa medida extremamente positiva sob os pontos de vista jurídico, administrativo e econômico, contribuindo para o fortalecimento da credibilidade da instituição.

3. Pela solicitação ao Tribunal de Contas da União, com fundamento no art. 102-A, inciso I, alínea e, do Regimento Interno desta Casa, no sentido de que monitore o cumprimento de seu Acórdão 1.448, de 2012,

informando periodicamente a esta Comissão os resultados desse monitoramento.

Sr. Presidente, em razão do meu voto neste parecer, recebi a visita aqui do diretor do Banco Central que trata do tema, expondo a correção de rumos que ele fez após a manifestação desta Comissão dando conta da necessidade do cumprimento do acórdão do Tribunal de Contas da União.

Quero dar conta disso a esta Comissão para que nós possamos entender, como V. Exª vem fazendo desde sua assunção à Presidência desta Comissão, que a fiscalização por parte do Legislativo é uma das funções mais importantes desta Casa. Um exemplo é este caso aqui.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Pedro Taques. Cumprimento V. Exª pelo trabalho criterioso que vem fazendo, contribuindo para que esta Comissão exerça seu papel de fiscalização.

Submeto ao Plenário o relatório do nobre Relator.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pelo conhecimento da matéria, pela avaliação de que a ação do Banco Central pelo acatamento do disposto no Acórdão nº 1.448, de 2012, representa medida extremamente positiva, e pelo encaminhamento de solicitação ao TCU para o monitoramento do cumprimento do referido acórdão, informando periodicamente à CMA os resultados obtidos.

ITEM 3

AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS. E FISC. E CONTROLE
Nº 6, de 2012
– Não Terminativo –

Copa do mundo de 2014. Determinação para realização de levantamento para avaliar o panorama das ações de governo para o Mundial nas áreas aeroportuária, mobilidade urbana, estádios e turismo.

Autoria: Tribunal de Contas da União

Relatoria: Senador Blairo Maggi (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria *Ad Hoc*: Senador Anibal Diniz

Relatório: Pelo arquivamento

Com a palavra o Relator Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Presidente Rollemberg.

Submetem-se ao conhecimento desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, CMA, as respostas aos Requerimentos de Informações nºs 483 a 486, de 2012, resultantes da aprovação do Parecer 573, de 2012, da Comissão de Meio Ambiente, sobre o Aviso da Comissão de Meio Ambiente (AMA) nº 6, de 2012, do Tribunal de Contas da União (nº 1.776-Seses-TCU-Plenário, de 30 de novembro de 2011, na origem).

Por aquele instrumento, o Tribunal de Contas da União dava conhecimento do relatório e voto contidos no Acórdão nº 3.134, de 2011, do Plenário daquela Corte, relativo a levantamento constante da Tomada de Contas 028.253/2011–6, onde constam recomendações e determinações de extrema relevância.

Por isso, opinamos, em nosso voto acatado pela Comissão de Meio Ambiente em 8 de maio de 2012, pelo encaminhamento de requerimentos de informações à Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República e aos Ministros do Esporte e do Turismo para que comunicassem se as determinações e recomendações constantes do Aviso haviam sido cumpridas.

Da análise.

O Requerimento de Informações nº 483, de 2012, foi respondido pelo Ministro de Estado do Esporte, Aldo Rebelo, com cópia de Nota Técnica da Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor, que respondeu a contento às perguntas contidas no requerimento encaminhado.

A Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Gleisi Hoffmann, em resposta ao Requerimento de Informações nº 484, de 2012, informa que o órgão que dispõe de competência para tratar da matéria é o Ministério do Esporte. Conforme dito acima, consideramos que o Ministério respondeu a contento as questões apresentadas.

Em resposta ao Requerimento nº 485, de 2012, o Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, Wagner Bittencourt de Oliveira, encaminhou cópia da CF nº 25.643/PR – 2012, da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), com as providências tomadas por aquela empresa em relação às recomendações feitas pelo TCU.

Por fim, o Ministro de Estado do Turismo, Gastão Dias Vieira, em resposta ao Requerimento nº 486, de 2012, encaminhou documentação que responde aos questionamentos feitos por esta Comissão.

Diante do exposto, apresentamos o nosso voto.

Julgamos, pois, que todos os questionamentos que restavam foram respondidos e opinamos pelo

arquivamento do Aviso nº 6, de 2012, do Tribunal de Contas da União, juntamente com os documentos que o acompanham, incluindo as respostas aos Requerimentos de Informações nºs 483 a 486, de 2012.

É como voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em discussão *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que concordam com o parecer do Relator, permaneçam como se encontram *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pelo arquivamento da matéria.

ITEM 4

AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS. E FISC. E CONTROLE Nº 15, de 2012 – Não Terminativo –

Encaminha à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal cópia do Acórdão nº 1.404, de 2012 – TCU – Plenário, referente ao processo de internalização, nas políticas públicas nacionais, dos objetivos e compromissos assumidos pelo Brasil em decorrência da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – Rio-92 – (TC 034.633/2011-1).

Autoria: Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Pedro Taques

Relatório: Para que a Comissão:

I) tome conhecimento do feito;

II) aprove requerimentos de informações ao Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Pesca e Aquicultura;

III) aprove requerimento de audiência pública;

IV) remeta o processado ao arquivo.

Com a palavra o nobre Relator.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, devido ao grande volume de informações contidas no relatório, peço licença para apresentar a síntese de seu conteúdo e voto, de forma bastante sucinta.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Está autorizado, Sr. Relator.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Aviso nº 15 dá ciência à Comissão do Acórdão nº 1.404, de 2012, do Tribunal de Contas da União, relativo à relatoria de levantamento de auditoria, abordando a internalização dos compromissos assumidos pelo País em todo conjunto de tratados e documentos celebrados em decorrência da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em 1992. Além disso – e repito a data, Sr. Presidente: 1992 –, apresenta um estudo de casos sobre gestão sustentável dos recursos pesqueiros.

Sendo competência desta CMA, nos termos do art. 102-A, do Regimento Interno, passamos a apreciar a matéria. Quanto à internalização, em termos de normas legais, o relatório do TCU descreve detalhadamente a produção normativa decorrente das diferentes convenções, não persistindo lacunas significativas nesta dimensão.

Em matéria administrativa, o relatório aponta necessidade de implementação mais acelerada dos planos setoriais de mitigação e adaptação à mudança de climas, já exigidos, Sr. Presidente, pela Lei nº 12.187, de 2009, que atualmente estão em fase de consulta pública.

Salienta também que a adesão das administrações públicas às medidas da chamada "Agenda 21" ainda está menor do que o desejável.

Como avaliação geral, o relatório constata uma contínua internalização dos compromissos assumidos com deficiências administrativas que ensejaram recomendações aos órgãos do Executivo.

No estudo de caso relativo à gestão da pesca, o Tribunal relata conflitos na interação entre duas instâncias normativas e de fiscalização: os Ministérios do Meio Ambiente e da Pesca.

O desenho institucional de gestão compartilhada, criada pela Lei nº 11.958, de 2009, ainda não saiu do papel. Relata ainda várias ocorrências pontuais de deficiências na fiscalização.

Destaco a saudável ousadia do Tribunal e da Comissão em abordar uma avaliação tão ampla e integrada de todo um conjunto de políticas ambientais.

Esse desafio é de natureza muito ampla, e ainda estamos em fase preliminar de sua abordagem. Precisamos, inicialmente, tomar conhecimento, em profundidade, das questões aqui abordadas, até para formar opinião fundamentada.

Assim, entendo que cabe à Comissão, neste momento, solicitar informação aos Ministérios respectivos sobre o tratamento das recomendações formuladas pelo TCU, bem como convidar para audiência pública os Ministérios do Meio Ambiente e da Pesca, tendo por objetivo discutir especificamente os problemas de coordenação entre essas agências na gestão dos recursos pesqueiros.

Passo ao voto, Sr. Presidente.

Considerando o exposto, voto por que esta Comissão:

I) Tome conhecimento do feito;

II) Aprove requerimentos de informações, cujo teor encontra-se em anexo a este Parecer, ao Ministério do Meio Ambiente e ao Ministério da Pesca e Aqüicultura sobre as recomendações e considerações do TCU;

III) Aprove requerimento de uma audiência pública, cujo teor encontra-se em anexo a este Parecer, para debater os problemas apontados pelo TCU, nos seguintes termos:

a) nas considerações do TCU contidas nos itens 9.2.1, 9.4.2, 9.3.1, 9.3.2 e 9.3.3 do Acórdão nº 1.404, de 2012;

b) nas dificuldades de coordenação intragovernamental das decisões relativamente a matérias de pesca, evidenciadas pelo TCU nos itens 259 a 263 e 325 do Relatório do Acórdão precitado; e

IV) Remeta o processado ao arquivo.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CMA, pelo conhecimento e arquivamento da matéria, pela apresentação de dois requerimentos de informações que estão anexos aos avulsos distribuídos e também o requerimento de audiência pública, que também está anexado aos avulsos.

ITEM 5

AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS. E FISC. E CONTROLE
Nº 17, de 2012
– Não Terminativo –

Encaminha à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, cópia do Acórdão nº 1977 de 2012 – TCU – Plenário, referente ao relatório de acompahamento destinado à avaliação do cumprimento do artigo 3º da Instrução Normativa TCU nº 62/2010, que disciplina a inserção e atualização de dados e documentos no Portal de Acompanhamento de Gastos para a Copa do Mundo de Futebol de 2014.

Autoria: Tribunal de Contas da União

Relatoria: Senador Pedro Taques

Relatório: Para que a Comissão:

I) tome conhecimento do feito;

II) autorize o Presidente da CMA e da CMACOPOLIM a tomarem as medidas necessárias à melhoria da acessibilidade do sítio eletrônico da comissão para o cidadão e à racionalização da entrada de dados;

III) autorize o Presidente da CMA e CMACOPOLIM a estabelecer novas parcerias com o TCU; IV) remeta o processado ao arquivo.

Com a palavra o Relator, Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, da mesma maneira, tendo em conta o volume de documentos de informações, faço um resumo do voto.

O presente Aviso dá conhecimento a esta Comissão do Acórdão 1977, de 2012, que trata do monitoramento da inserção e atualização dos dados e documentos no Portal de Acompanhamento de Gastos para a Copa do Mundo de Futebol de 2014, no sítio *Internet*, que está sob a responsabilidade do Senado Federal.

Em síntese, constatamos as seguintes deficiências nesse processo de suporte à transparência, Sr. Presidente:

a) não há designação específica de um responsável para cada ação prevista na matriz de responsabilidade;

b) não há, em alguns contratos da Caixa, cláusula obrigando o beneficiário do financiamento a inserir e atualizar no portal os dados e documentos respectivos;

c) esta Comissão recebe somente a listagem dos responsáveis pela inserção dos dados no Portal, sem que sejam especificados os responsáveis pelos contratos;

d) existem ações que não foram inseridas ou estão desatualizadas no Portal.

O Acórdão contém determinações a diversos órgãos responsáveis pelos contratos baseados na regulamentação já existente.

O tema, Sr. Presidente, como pudemos ver nos debates do dia 16 de outubro e de hoje, continua pendente. A alimentação desse Portal, como demonstra o monitoramento do Tribunal de Contas da União, continua com problemas.

Por outro lado, é fato que essa nossa página ainda necessita de melhorias para facilitar a acessibilidade do cidadão que a consulta e do gestor que a alimenta, sempre buscando o princípio da transparência e fazendo com que a República não esteja só na Constituição, mas também na vida do cidadão.

Esse gestor também tem a obrigação de alimentar outros sítios federais e estaduais com basicamente as mesmas informações, ficando desnecessariamente sobrecarregado.

Providências são necessárias, mas de natureza eminentemente administrativa, exigindo um trabalho minucioso de acompanhamento e negociação com os

gestores da execução das obras, os demais órgãos de controle e os serviços de tecnologia da informação.

A minúcia que envolve tais negociações exige uma interlocução direta e permanente do Presidente desta Comissão com instituições relevantes, o que já vem sendo feito e é bom que se ressalte. Nesse sentido, a eficácia administrativa recomenda uma delegação expressa a V. Exª, Sr. Presidente, para adotar as medidas necessárias na busca dos objetivos aqui fixados por esta Comissão.

Fico feliz em ressaltar que os debates de hoje confirmam esta minha convicção. V. Exª não apenas empenha-se de forma diligente em resolver estas questões, mas também submete as decisões relevantes ao debate amplo e transparente com os membros deste Colegiado.

Passo ao voto.

Isto posto, voto por que esta Comissão:

I) Tome conhecimento do feito;

II) Autorize ao Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal e ao Presidente da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016, a tomarem as medidas necessárias à melhoria da acessibilidade do sítio eletrônico da Comissão para o cidadão e à racionalização dos procedimentos de entrada de dados, mantidos os necessários requisitos de integridade da informação e rapidez de divulgação das informações lançadas;

III) Autorize o Presidente da CMA e o Presidente da Comissão de Acompanhamento a estabelecerem novas parcerias junto ao Tribunal de Contas da União, para verificação da quantidade e qualidade das informações alimentadas pelos gestores no sítio desta Comissão;

IV) Remeta o processado ao arquivo.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que concordam com o parecer do Relator permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, pelo conhecimento e arquivamento da matéria e pela autorização aos Presidentes da CMA e ao Presidente da Subcomissão de Acompanhamento das Obras da Copa e das Olimpíadas, para tomarem as medidas necessárias à melhoria da acessibilidade do sítio eletrônico da Comissão para o cidadão e à racionalização dos procedimentos de entrada de dados e para estabelecerem novas parcerias junto ao TCU e outros órgãos.

ITEM 6

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE
Nº 8, de 2005
– Não Terminativo –

Propõe, nos termos do art. 49, inciso X, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso IX e com o artigo 102-B do Regimento Interno do Senado Federal, a abertura de procedimento investigatório para averiguar os resultados dos processos de intervenção e liquidação de instituições financeiras públicas e privadas no âmbito do PROER, do PROEF e do PROES.

Autoria: Senador Pedro Simon

Relatoria: Senador Pedro Taques

Relatório: Pelo envio de cópia do processado à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e posterior arquivamento.

Com a palavra o nobre Relator.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o tempo faz a fruta apodrecer, faz a mulher ficar mais bonita, com o tempo; e o tempo é o senhor da razão. Há muito tempo ocorreram esses fatos aqui.

Eu vou – para não gastar tempo, porque segundo um filósofo católico é um espaço compreendido entre dois instantes – diretamente ao voto.

Em face do exposto e tendo em vista que foram cumpridas as finalidades da proposição nos termos do art. 102, alínea "a", do Regimento Interno, votamos pelo envio de cópia desse relatório e dos respectivos processados à Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 102, do Regimento Interno, e posterior arquivamento desta Proposta de Fiscalização e Controle, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Pedro Taques.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem deseja discutir, em votação.

Aqueles que concordam com o parecer do Senador Pedro Taques permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer de CMA pelo envio de cópia da matéria à Comissão de Assuntos Econômicos e posterior arquivamento.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 118, de 2012
– Não Terminativo –

Altera os arts. 40, 55 e 99 e acrescenta o art. 98-A à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI,

da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para prever, nas contratações que envolverem a execução de obras e serviços de engenharia, a obrigação do contratado de fornecer ao órgão ou entidade contratante, aos órgãos de controle interno e externo e ao Ministério Público os correspondentes estágios dos cronogramas físico e financeiro, e dá outras providências.
Autoria: Senadora Lúcia Vânia
Relatoria: Senador Anibal Diniz
Relatório: Pela rejeição

Com a palavra o Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Rollemberg.

O projeto de lei do Senado nº 118, de 2012, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, apresenta uma série de proposições de alteração à Lei das Licitações, Lei 8.666, de 1993, e todas estas alterações são propostas no sentido de fazer com que o acompanhamento das obras no serviço público tenha maior rigidez no que diz respeito ao acompanhamento, relatórios e cronogramas de ações. Então, ela faz uma série de proposições no sentido de que haja maior rigidez no acompanhamento das obras licitadas.

Indo direto para a análise, ocorre que a Lei nº 8.666, de 1993, já prevê medidas nesse sentido. O cronograma físico-financeiro, por exemplo, já deve constar do projeto básico, que deve acompanhar o edital. Isso está no art. 7º, § 2º, I, do art. 40, § 2º, inciso I, da referida Lei, e é parte constitutiva dele.

Além disso, a execução de cada contrato deve ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

E o art.65, inciso II, alínea c, veda a antecipação do pagamento com relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução da obra ou serviço.

Em face desses dispositivos, há inúmeras recomendações por parte do Tribunal de Contas da União com o objetivo de se manter a regularidade do cronograma físico-financeiro das obras e serviços de engenharia, documento em que estão previstas as etapas ou parcelas de execução da obra ou prestação de serviços, datas e o desembolso que a Administração deve fazer por ocasião das medições e efetivação dos pagamentos.

Segundo o Tribunal de Contas, a disponibilização de cronogramas físico-financeiros atualizados possibilita visualizar o acompanhamento da programação e a compatibilidade da execução contratual ao longo do prazo estipulado para o seu término, bem como facilitar a supervisão, em conformidade com o que está disposto nos arts. 6º, inciso IX, 8º e 67 da Lei 8.666, de 1993.

Ante o exposto, Sr. Presidente, o meu voto é pela rejeição do Projeto de Lei nº 118, de 2012.

É como voto, Sr. Presidente.

Acabo de apresentar o voto pela rejeição do PLS 118, de 2012, uma proposição da Senadora Lúcia Vânia.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que concordam com o parecer do Relator pela rejeição do projeto permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O parecer foi aprovado pela rejeição.

Aprovado o relatório que passa a constituir parecer da CMA, pela rejeição do projeto.

Os nossos demais itens ficam adiados porque são terminativos e não temos quórum para deliberar.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente Senador Rodrigo Rollemberg, eu pediria a V. Exª... Consultei o nobre Senador Pedro Taques, que é Relator do projeto de minha autoria, para pedirmos a V. Exª que agendasse a data para audiência pública, para discutirmos a questão do projeto que altera a categoria da unidade de conservação. É o Projeto de Lei do Senado 258, de 2009.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – É da Serra do Cachimbo?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – É.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Já existe requerimento aprovado aqui, na Comissão.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Já, desde 2011.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Perfeito. Vou determinar à Secretaria da Comissão que...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – O Senador Pedro Taques é favorável que se faça audiência para que possa...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – ...marque a audiência pública.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) -... concluir o parecer para a gente colocar em apreciação, discussão e votação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Perfeito, Senador Flexa.

Em comum acordo com a assessoria de V. Exª e do Senador Pedro Taques, nós vamos definir uma data para a audiência pública desse tema.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Nada mais havendo a tratar, agradecendo a presença de todos, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 11 horas e 47 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 28 minutos.)

ATA DA 46ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE NOVEMBRO DE 2012, TERÇA-FEIRA, ÀS 11H30, NA ALA SENADOR NILO COELHO, SALA N° 6.

Às doze horas e cinco minutos do dia vinte de novembro de dois mil e doze, na Ala Senador Alexandre Costa, sala nº 7, sob a Presidência do Senhor Senador **RODRIGO ROLLEMBERG**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **ANIBAL DINIZ, PEDRO TAQUES, RODRIGO ROLLEMBERG, LUIZ HENRIQUE, SÉRGIO SOUZA, EDUARDO BRAGA. IVO CASSOL, JOÃO COSTA, CRISTOVAM BUARQUE e ANTONIO CARLOS VALADARES**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores **ACIR GURGACZ, JORGE VIANA, EUNÍCIO OLIVEIRA, ALOYSIO NUNES FERREIRA, ALVARO DIAS, JOSÉ AGRIPINO. GIM e RANDOLFE RODRIGUES**. O Senhor Senador **FLEXA RIBEIRO** justificou a ausência, nos termos do Requerimento nº 886, de 2012. A Presidência declara abertos os trabalhos e submete a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, informa o recebimento dos seguintes documentos: – Carta enviada por Maria de Lourdes Nunes, Presidente do VII Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação (CBUC), solicitando o fortalecimento do Sistema Nacional de Unidades de Conservação –Snuc, criado pela Lei nº 9985/2000, e a realização de concurso público para suprir a falta de corpo técnico nas unidades de conservação brasileiras; -Convite enviado pela EMBRAPA, convidando para a solenidade em homenagem ao 38ª aniversário da "Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia", no dia 21 de novembro, às 15 horas, no parque estação biológica de Brasília; -Convite enviado pelo Ministério do Meio Ambiente para participação no 4º prêmio e 7º fórum da "A3P", que abordará o tema "Consumo sustentável e a gestão de resíduos na administração pública", a ser realizado nos dias 21 e 22 de novembro, no auditório da Universidade dos Correios, em Brasília; – Aviso TCU nº 1446/2012, de 8 de novembro de 2012, em resposta ao RMA nº 31/2012, de autoria do Senador Pedro Taques. O Acórdão encaminhado pelo aviso se refere a solicitação de fiscalização remetida ao TCU pela CMA, consubstanciada em requerimento, a fim de que fosse feita "auditoria tendo por objeto a regularidade da contratação nas áreas de saúde e segurança pública da administração pública federal, por dispensa de licitação por emergência, nos termos do art. 24, inciso iv, da Lei nº 8.666, DE 1993". Nele, o TCU veicula informações pertinentes ao requerimento mencionado. O Aviso está à disposição dos senadores membros para consulta na comissão. – Aviso TCU nº 1447, de 8 de novembro de 2012, em resposta ao RMA nº 27/2010, de autoria dos Senadores Mário Couto e Cícero Lucena. O Acórdão encaminhado pelo aviso é relativo a solicitação do Congresso Nacional, por meio da qual requereu-se ao TCU que analisasse os "indícios de irregularidades apontados em relatórios da Auditoria Geral do Estado do Pará (AGE/PA) em obras e convênios que recebem recursos federais". Ele dá ciência ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, ao INMETRO e ao Ministério dos Esportes da necessidade de se adotarem providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos casos apontados. O Aviso está à disposição dos senadores membros para consulta na secretaria da comissão; – Ofício 2203/2012-SF, e o aviso MF nº 431, de 13 de novembro de 2012, do Ministro de Estado da Fazenda, em resposta ao Requerimento de Informação nº 709/2012 (RMA nº 64/2012, na origem), de autoria do Senador Pedro Taques. Trata o requerimento de "avaliar a sistemática de habilitação, concessão e investimentos realizados pelas empresas beneficiárias do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura – REIDI". O aviso está à disposição dos senadores membros para consulta na secretaria da comissão; Ofício 2202/2012-SF, e o aviso MF nº 432, de 13 de novembro de 2012, do Ministro de Estado da Fazenda, em resposta ao Requerimento de Informação nº 711/2012 (RMA nº 66/2012), de autoria do Senador Pedro Taques. Trata o requerimento do "Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007". O aviso está à disposição dos senadores membros para consulta na secretaria da comissão. **LEITURA DE AVISOS**, em conformidade ao ato n° 02, de 2009 da comissão de meio ambiente, defesa do consumidor e fiscalização

e controle do senado federal: – Aviso nº 73 – SF, DE 31 DE OUTUBRO DE 2012. NA ORIGEM, TRATA-SE DO AVISO TCU Nº 1410/2012, QUE FOI LIDO EM PLENÁRIO NA DATA DE 8 DE OUTUBRO DE 2012. POSSUI CONTEÚDO IDÊNTICO AO AVISO Nº 1412/2012, RECEBIDO NESTA COMISSÃO EM 7 DE NOVEMBRO DE 2012. O ACÓRDÃO VEICULADO PELO AVISO CUIDA DE RELATÓRIO DE AUDITORIA OPERACIONAL NAS AÇÕES DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL E VEGETAL EXECUTADAS NA FRONTEIRA BRASILEIRA. ELE VEICULA DIVERSAS RECOMENDAÇÕES À SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, BEM COMO DÁ CIÊNCIA ACERCA DE DESCONFORMIDADE COM O MANUAL DE PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS DA VIGILÂNCIA AGROPECUÁRIA INTERNACIONAL. POR FIM, DÁ CIÊNCIA ÀQUELA SECRETARIA ACERCA DA NÃO IMPLEMENTAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DISPOSTAS NO ACÓRDÃO Nº 1318/2006-PLENÁRIO, QUE APRECIOU O PROCESSO DE AUDITORIA OPERACIONAL REALIZADA NO PROGRAMA VIGIAGRO, EM 2006. Enquadrado no Inciso III do Ato nº 2/2009-CMA. – AVISO Nº 1492 – TCU, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2012. O ACÓRDÃO VEICULADO PELO AVISO SE REFERE AO PROCESSO DE ACOMPANHAMENTO REALIZADO EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO Nº 3.134/2011-PLENÁRIO, CONSTITUÍDO COM O OBJETIVO DE APRESENTAR UM PAINEL DAS AÇÕES GOVERNAMENTAIS VOLTADAS À REALIZAÇÃO DA COPA DO MUNDO DE 2014, ESPECIFICAMENTE NAS ÁREAS AEROPORTUÁRIA, PORTUÁRIA, DE MOBILIDADE URBANA, DE ESTÁDIOS, DE TURISMO E DE SEGURANÇA, FONTES DE MAIOR IMPACTO NA REALIZAÇÃO DAQUELE MEGA EVENTO. CONTÉM DETERMINAÇÕES AOS SEGUINTES ÓRGÃOS: MINISTÉRIO DO ESPORTE; MINISTÉRIO DAS CIDADES; ANAC; INFRAERO E SECRETARIA ESPECIAL DOS PORTOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. CONTÉM AINDA ALERTAS AO MINISTÉRIO DAS CIDADES, AO MINISTÉRIO DO ESPORTE E AOS ESTADOS E MUNICÍPIOS-SEDE DA COPA DO MUNDO. POR FIM, CONTÉM RECOMENDAÇÕES À INFRAERO E AO MINISTÉRIO DO TURISMO. Enquadrado no Inciso III do Ato nº 2/2009-CMA. CONFORME ANÁLISE PRÉVIA, ESSES AVISOS SERÃO DISTRIBUÍDOS PARA RELATORIA. Passa-se à **PAUTA. DELIBERAÇÃO DE MATÉRIAS. ITEM 1) REQUERIMENTO DA COMISSÃO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONS., FISC. E CONTR Nº 101, de 2012**, que "Requeiro, na forma do disposto no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e nos arts. 90, II, e 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública por esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), com o objetivo de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 364, de 2012, que altera o Código Brasileiro de Aeronáutica para disciplinar a comercialização dos serviços de transporte aéreo de passageiros. Para participar da referida audiência sugiro que sejam convidados representantes da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias, da Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça e da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda". Autoria: Senador Anibal Diniz e outros. Resultado: Aprovado. **ITEM 3) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 606, de 2007 – Terminativo**, que "Acresce inciso VIII ao caput do art. 5º da Lei nº 7.797, de 11 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente, e dá outras providências". Autoria: Senador Valter Pereira. Relatoria: Senador Tomás Correia. Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo. Resultado: Retirado de Pauta em virtude do desligamento do Relator. **ITEM 7) TRAMITAÇÃO CONJUNTA DO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 113, de 2011 – Terminativo**, que "Acrescenta dispositivo à Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004". Autoria: Deputado Valtenir Pereira. **QUE TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 393, de 2011 – Terminativo**, que "Acrescenta § 2º ao art. 2º da Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004, que dispõe sobre a oferta e as formas de afixação de preços de produtos e serviços para o consumidor, para exigir que os fornecedores varejistas de produtos ofertados ao consumidor afixem o preço de venda do produto e o preço por unidade padrão de medida". Autoria: Senador Ciro Nogueira. Relatoria: Senador Anibal Diniz. Relatório: Pela aprovação do PLC nº 113/2011 nos termos do substitutivo, e pela rejeição do PLS 393/2011. Resultado: Lido o Relatório. Adiadas a discussão e a votação da matéria. **ITEM 8) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, de 2011 – Terminativo**, que "Acrescenta novo inciso ao art. 6º da Lei nº 6.938/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, criando o Selo Verde "Preservação da Amazônia" para produtos oriundos da Zona Franca de Manaus, e dá outras providências". Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatoria: Senador Cícero Lucena. Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo. Resultado: Retirado de Pauta pela Autora. **ITEM 9) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 262, de 2011 – Terminativo**, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de receptores de cartões telefônicos usados e dá outras providências". Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatoria: Senador Tomás Correia. Relatório: Pela aprovação. Resultado:

Retirado de Pauta pela Autora. **ITEM 10) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 271, de 2011 – Terminativo**, que "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, para prever a obrigatoriedade das empresas de comunicar ocorrências relativas à violação ou vulnerabilidade de seus sistemas de segurança que armazenam dados cadastrais dos consumidores". Autoria: Senador Ciro Nogueira. Relatoria: Senador Ivo Cassol. Relatório: Pela aprovação com uma emenda. Resultado: Retirado de Pauta atendendo solicitação da Secretaria Geral da Mesa para que passe a tramitar junto à Comissão de Modernização do Código de Defesa do Consumidor. **ITEM 12) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 444, de 2011 – Terminativo**, que "Altera a Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico e dá outras providências, para determinar a medição individualizada do consumo hídrico nas edificações condominiais". Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares. Relatoria: Senador Sérgio Souza. Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo. Resultado: Lido o Relatório. Adiadas a discussão e a votação da matéria. **ITEM 15) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 52, de 2012 – Terminativo**, que "Altera o art. 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para aprimorar o direito à informação sobre as condições de fruição dos serviços pré-pagos". Autoria: Senadora Lídice da Mata. Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Retirado de Pauta pela Relatora. **ITEM 17) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 90, de 2012 – Terminativo**, que "Altera a redação do § 1º do art. 26 da Lei n° 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para fixar o início do prazo decadencial do direito do consumidor de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação". Autoria: Senador Eduardo Amorim. Relatoria: Senador Gim. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Retirado de Pauta atendendo solicitação da Secretaria Geral da Mesa para que passe a tramitar junto à Comissão de Modernização do Código de Defesa do Consumidor. **Ficam adiadas as demais matérias**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e um minutos, lavrando eu, Leany Barreiro de Sousa Lemos, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Rodrigo Rollemberg,** Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.+

REGISTRO DE TAQUIGRAFIA DA REUNIÃO DE 20/11/2012

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 46ª Reunião Ordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Há comunicados da Presidência a fazer.

Comunico o recebimento dos seguintes documentos:

– Carta enviada por Maria de Lourdes Nunes, Presidente do VII Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação (CBUC), solicitando o fortalecimento do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), criado pela Lei nº 9.985, de 2000, e a realização de concurso público para suprir a falta de corpo técnico nas Unidades de Conservação brasileiras. Quero me solidarizar, desde já, com a carta da Srª Maria de Lourdes Nunes. Fiz pronunciamento, na semana passada, sobre isso. Sou relator de um projeto que cria cargos na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e que está pronto para ser apreciado. Vamos até solicitar ao Presidente da Comissão que o coloque em pauta.

– Convite enviado pela Embrapa, convidando para a solenidade em homenagem ao 38º aniversário da Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, no dia 21 de novembro, às 15 horas, no Parque Estação Biológica de Brasília.

– Convite enviado pelo Ministério do Meio de Ambiente para participação no 4º Prêmio e 7º Fórum da A3P, que abordará o tema "Consumo Sustentável e Gestão de Resíduos na Administração Pública", a serem realizados nos dias 21 e 22 de novembro, no auditório da Universidade dos Correios, em Brasília.

Foi encaminhado o Aviso TCU nº 1.446, de 8 de novembro de 2012, em resposta ao RMA nº 31, de 2012, de autoria do Senador Pedro Taques. O acórdão encaminhado pelo Aviso se refere à solicitação de fiscalização remetida ao TCU pela CMA, consubstanciada em requerimento, a fim de que fosse feita "auditoria tendo por objeto a regularidade da contratação nas áreas de saúde e de segurança pública da Administração Pública Federal, por dispensa de licitação por emergência, nos termos do art. 24, inciso IV, da Lei nº 8.666, de 1993". Nele, o TCU veicula informações pertinentes ao

requerimento mencionado. O Aviso está à disposição dos Senadores membros para consulta na Comissão.

Foi encaminhado o Aviso TCU nº 1.447, de 8 de novembro de 2012, em resposta ao RMA nº 27, de 2010, de autoria dos Senadores Mário Couto e Cícero Lucena. O acórdão encaminhado pelo Aviso é relativo à solicitação do Congresso Nacional por meio da qual se requereu ao TCU que analisasse os "indícios de irregularidade apontados em relatórios da Auditoria-Geral do Estado do Pará (AGE/PA) em obras e convênios que recebem recursos federais". Ele dá ciência ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, ao Inmetro e ao Ministério dos Esportes da necessidade de se adotarem providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento nos casos apontados. O Aviso está à disposição dos Senadores membros para consulta na Secretaria da Comissão.

Foi encaminhado, por meio do Ofício nº 2.203, de 2012 – SF, o Aviso MF nº 431, de 13 de novembro de 2012, do Ministério de Estado da Fazenda, em resposta ao Requerimento de Informação nº 709, de 2012 (RMA nº 64, de 2012, na origem), de autoria do Senador Pedro Taques. Trata o Requerimento de "avaliar a sistemática de habilitação, concessão e investimentos realizados pelas empresas beneficiárias do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi)". O Aviso está à disposição dos Senadores membros para consulta na Secretaria da Comissão.

Foi encaminhado, por meio do Ofício nº 2.202, de 2012 – SF, o Aviso MF nº 432, de 13 de novembro de 2012, do Ministério de Estado da Fazenda, em resposta ao Requerimento de Informação nº 711, de 2012 (RMA nº 66, de 2012), de autoria do Senador Pedro Taques. Trata o Requerimento do "Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi), instituído pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007". O Aviso está à disposição dos Senadores membros para consulta na Secretaria da Comissão.

Faço a leitura de avisos, em conformidade com o Ato nº 2, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal. Informo que todos os avisos estão relacionados na pauta da reunião.

Aviso nº 73 – SF, de 31 de outubro de 2012. Na origem, trata-se do Aviso TCU nº 1.410, de 2012, que foi lido em plenário na data de 8 de outubro de 2012. Possui conteúdo idêntico ao Aviso nº 1.412, de 2012, recebido nesta Comissão em 7 de novembro de 2012. O acórdão veiculado pelo Aviso cuida de relatório de auditoria operacional nas ações de defesa sanitária animal e vegetal executadas na fronteira brasileira. Ele veicula diversas recomendações à Secretaria de Defesa Agropecuária, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, bem como dá ciência acerca de desconformidade com o Manual de Procedimentos Operacionais da Vigilância Agropecuária Internacional. Por fim, dá ciência àquela Secretaria acerca da não implementação das recomendações dispostas no Acórdão nº 1.318, de 2006 – Plenário, que apreciou o processo de auditoria operacional realizado no programa Vigiagro, em 2006. Enquadrado no inciso III do Ato nº 2, de 2009.

Aviso Nº 1.492, do TCU, de 8 de novembro de 2012. O acórdão veiculado pelo aviso se refere ao processo de acompanhamento realizado em cumprimento ao Acórdão nº 3.134/2011-Plenário, constituído com o objetivo de apresentar um painel das ações governamentais voltadas à realização da Copa do Mundo de 2014, especificamente nas áreas aeroportuária, portuária, de mobilidade urbana, de estádios, de turismo e de segurança, fontes de maior impacto na realização daquele mega evento. Contém determinações aos seguintes órgãos: Ministério do Esporte; Ministério das Cidades; Anac; Infraero e Secretaria Especial dos Portos da Presidência da República. Contém ainda alertas ao Ministério das Cidades, ao Ministério do Esporte e aos Estados e Municípios-sede da Copa do Mundo. Por fim, contém recomendações à Infraero e ao Ministério do Turismo. Enquadrado no inciso III do Ato nº 2/2009 – CMA.

Conforme análise prévia, esses avisos serão distribuídos para relatoria.

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº , DE 2012

Requeiro, na forma do disposto no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e nos arts. 90, II, e 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública por esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), com o objetivo de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 364, de 2012, que altera o Código Brasileiro de Aeronáutica para disciplinar a comercialização dos serviços de transporte aéreo de passageiros.

Para participar da referida audiência sugiro que sejam convidados representantes da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias, da Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça e da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda.

Autoria: Senador Anibal Diniz

O Senador Rodrigo Rollemberg subscreve.

Em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Os nossos demais itens da pauta são itens terminativos, não há visivelmente quórum para deliberações terminativas.

Eu passo a palavra ao Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu solicito que seja convidado para audiência pública nesta Comissão o Sr. Dirceu Brás Aparecido Barbano, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), e o Sr. Luís Cláudio Meirelles, Gerente-Geral de Toxicologia (GGTOX) da Anvisa, para prestar esclarecimento a respeito das providências tomadas pela Anvisa com relação à concessão e cancelamento de registro.

Justificação.

É pública e notória a situação em que se encontra a Agência Nacional de Vigilância Sanitária. O problema, por sua magnitude e consequência, vem sendo noticiado pelos principais meios de comunicação do País. A morosidade na tramitação de processo da Anvisa tem influenciado de forma direta na capacidade de produção das empresas brasileiras ligadas ao setor de medicamento agrotóxico, o que demonstra a justificativa plenamente da convocação do Sr. Dirceu Barbano, Presidente da Anvisa, e do Sr. Luís Cláudio Meirelles, gerente da GGTOX – Anvisa, para o esclarecimento dos atos praticados e as providências a serem tomadas com relação a esse ato também para agilização na avaliação dos processos de registro daquele órgão.

Sr. Presidente, eu estou protocolando este requerimento e outro também:

Requer ao Sr. Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) informações completas relativas aos registros de medicamento e agrotóxico concedidos e os cancelados nos anos de 2011 e 2012.

Justificativa.

É muito importante que se tenha informações precisas com relação ao tempo de espera das empresas para obterem os seus registros de produtos.

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) tem sido alvo de várias críticas, tanto da imprensa quanto da maioria das empresas de médio e pequeno porte no País.

Recentemente, tornou-se público o cancelamento de alguns registros de agrotóxicos sem o cuidado do agente público em aplicar o chamado "devido processo legal", ou seja, as empresas não tiveram sequer oportunidade de ampla defesa e muito menos do contraditório, o que caracterizou o referido ato como uma demonstração de total ação arbitrária.

E não poderia deixar de dizer que a transparência dos atos públicos deve assegurar a imparcialidade no processo decisório, bem como resguardar os princípios da moralidade e legalidade.

Vale ressaltar, Sr. Presidente, que o cancelamento, principalmente de produtos ligados ao agronegócio, terá um impacto econômico com as empresas com importação logística, estrutura de recursos humanos e na distribuição dos produtos, bem como trará a queda da produtividade agrícola brasileira, principalmente nas culturas de soja e cana-de-açúcar.

Com relação aos medicamentos, foi veiculado, na imprensa nacional, que a expectativa de crescimento do setor de medicamentos, para o ano de 2012, é de 30%, e, na verdade, tivemos um acréscimo de apenas 16%, o que torna necessário que o presidente da Anvisa informe, a esta Casa legislativa, as razões de tal queda. O encaminhamento dos registros de medicamentos, como os cancelamentos, pode ser instrumento fundamental de avaliação dessa queda de produção.

Precisamos, Sr. Presidente, saber se a Anvisa tem cumprido o seu papel na forma eficaz, tanto na fiscalização quanto na concessão de registros, instrumento legal, fundamental para o desenvolvimento das empresas brasileiras.

Portanto, Sr. Presidente, estou protocolando, nesta Comissão, tanto o requerimento de pedido de informações, como protocolando também que seja convidado, em audiência pública, o Sr. Dirceu Brás Aparecido Barbano, diretor-presidente da Anvisa, e o gerente de Toxicologia , o Sr. Luiz Cláudio Meirelles

Então, estou protocolando agora, para fazer parte da outra reunião nossa da Comissão de Meio Ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Perfeito.

Então, a Mesa solicita que V. Exª encaminhe os requerimentos para que possamos incluí-los na próxima pauta.

Com a palavra o Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, eu sou Relator do Item 12 da pauta. É um item terminativo. Mesmo sabendo que não há quórum, eu consulto a Mesa se há possibilidade de nós pelo menos fazermos a leitura, hoje, para irmos adiantando a pauta.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Se houver concordância dos demais Senadores, eu passo a palavra a V. Exª, para que leia o relatório.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Vamos, então, ao Item 12.

ITEM 12

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 444, de 2011
– Terminativo –

Altera a Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico e dá outras providências, para determinar a medição individualizada do consumo hídrico nas edificações condominiais.
Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares
Relatoria: Senador Sérgio Souza
Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo
Matéria apreciada pela CDR, com parecer favorável ao projeto com as emendas nº 1 e 2-CDR.

Com a palavra o Relator.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, senhoras e senhores, trata-se do PLS nº 444, de 2011, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007,. que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico e dá outras providências para determinar a medição individualizada do consumo hídrico nas edificações em condomínios. .

O Relatório, Sr. Presidente.

Submete-se ao exame da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 444, de 2011, de autoria do Senador Antonio Carlos, para decisão terminativa.

O projeto, em seu art. 1º, altera o art. 29 da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, para acrescentar o § 3º, que determina que "as edificações condominiais adotarão padrões de sustentabilidade ambiental que incluam, entre outros procedimentos, a medição individualizada do consumo hídrico por unidade imobiliária, no prazo máximo de dois anos".

A proposição foi distribuída originalmente à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) e, para decisão terminativa, à Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor. Entretanto, em razão do Requerimento nº 1.360, de 2011, de autoria do Senador Ciro Nogueira, a matéria foi apensada ao PLS nº 179, de 2006, por disporem sobre matéria correlata. Os projetos foram então encaminhados à CDR, à CMA e à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), cabendo a decisão terminativa.

Na CDR, essas proposições receberam parecer pela aprovação do PLS 179, ficando prejudicado o 444, de 2011. Todavia, em razão do Requerimento 125, de 2012, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, o PLS 444 foi desapensado e passou a tramitar de forma autônoma em relação ao PLS 179, de 2006, para análise da CDR e, em decisão terminativa. da CMA.

Retornando à CDR, o PLS 444, de 2011, foi aprovado com duas emendas. A Emenda nº 1 – CDR corrige a redação do art. 1º da proposição que anteriormente indicava a inclusão de inciso. A Emenda nº 2 – também da CDR – amplia o prazo da transição de 2 para 5 anos, por meio da alteração do art. 2º, que trata da cláusula de vigência.

Na CMA não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

Passo, então, Sr. Presidente, à análise do presente projeto de lei.

Compete à CMA, nos termos do art. 102-A, inciso II, alínea *d,* do Regimento Interno do Senado Federal, apreciar o mérito das matérias relativas à conservação e ao gerenciamento dos recursos hídricos, no tocante ao desenvolvimento sustentável. Por se tratar de decisão terminativa, incumbe a este Colegiado apreciar também os aspectos de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa.

Em relação à constitucionalidade, note-se que o PLS nº 444, de 2011, cuida de matéria inserida na competência legislativa concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal. Cabe ao Congresso Nacional dispor sobre a matéria, e é legítima a iniciativa parlamentar, nos termos do art. 61 da Constituição Federal. Tampouco há norma constitucional que, no aspecto material, esteja em conflito com o teor da proposição em exame. A proposição também atende aos aspectos de juridicidade e regimentalidade.

Com relação ao mérito, o PLS nº 444, de 2011, segundo o autor, tem o sentido de promover o consumo sustentável de água. A proposição foi formulada para estabelecer uma correlação precisa entre a cobrança e o consumo dos serviços de água e esgoto em cada unidade imobiliária e, desse modo, contribuir para a diminuição do desperdício. A criação de incentivos para economia de água não apenas reduz a necessidade de captação da água pelas concessionárias do serviço, mas também estabelece critério mais justo de alocação de despesas entre os condôminos, ao evitar que uns paguem pela água consumida pelos outros. Outro efeito positivo da medida seria a redução dos custos gerais de provisão de água pelas concessionárias, o

que poderia resultar na redução das tarifas de água cobradas da população em geral.

Contudo, a implementação desse sistema exigirá obras de adaptação na maioria das edificações multifamiliares e imporá restrições de projeto às futuras edificações, que deverão ser fiscalizadas no âmbito dos órgãos municipais responsáveis pelo licenciamento urbanístico. Para que a medida seja individualizada, é necessária a instalação de colunas específicas com hidrômetros individualizados para cada unidade autônoma ou a implantação de hidrômetros em cada ramal das colunas existentes. No entanto, no caso de prédios com muitos pavimentos, a reforma a ser realizada é de grande escala para qualquer solução adotada.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. e Srªs Senadoras, vem a adoção de um subsídio, como objetivo de evitar a necessidade de obras onerosas, nos prédios já construídos.

Neste caso, deve ser estabelecido que a obrigação dos hidrômetros individuais seja imposta somente às novas edificações construídas, a partir da vigência desta Lei, e que se mantenha o prazo de 5 anos, já aprovados na CDR.

Compete também realizar alterações, para corrigir falhas identificadas, na redação da proposição e adequá-la ao estabelecido no art. 7º, da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

O voto, então, Sr. Presidente.

Em razão do exposto, é no sentido da aprovação do presente Projeto de Lei, na forma da Emenda como Substitutivo da CMA, distribuída aos Srs. Parlamentares, que altera, especificamente ou na amplitude, a questão de que os novos edifícios é que teriam a obrigatoriedade de instalar hidrômetros individuais, e não impõe essa obrigatoriedade aos edifícios já existentes.

Este é o relatório e o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Sérgio Souza.

Com a palavra, o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, trata-se de matéria da maior relevância. E quero cumprimentar o Senador Sérgio Souza, pela profundidade com que examinou essa matéria e pelo substitutivo que salva a proposição, porque estabelece a obrigação para as novas edificações. Evidentemente que fica um passivo grande, em relação às edificações condominiais já existentes, mas essa matéria pode ser regulada de outra forma, sem impor uma norma potestativa, em relação ao propósito deste projeto.

E é muito oportuno tratarmos desta matéria aqui, já que, para nossa grande alegria e satisfação, encontra-se, no plenário desta Comissão, o Prefeito eleito de Florianópolis, César Souza Júnior, e o suplente do Senador Paulo Bauer, César Souza, o pai – são dois políticos de primeira qualidade de Santa Catarina, digo sempre: pai, filho e espírito cívico, o que ambos representam. E quero saudar também a presença do Deputado Valdir Cobalchini, Secretário de Infraestrutra do Governo do Estado de Santa Catarina.

Assim, na oportunidade em que a matéria for à deliberação, já antecipo o meu voto: voto favoravelmente ao parecer do ilustre Senador Sérgio Souza, na forma do seu substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Luiz Henrique.

Também cumprimento o Senador Sérgio Souza, pelo seu substitutivo, pelo trabalho que vem realizando nesta Comissão, especialmente presidindo a Subcomissão da Água e na relatoria da Comissão de Mudança Climáticas.

Por falta de quórum para a deliberação, este Projeto segue em discussão, na próxima reunião.

Vou passar a palavra, consultando o Senador Anibal, se quer aproveitar e ler o seu parecer relativo ao Item 7 da pauta.

Vou sugerir que o Item 5 seja lido na reunião de votação, sabemos que é um tema polêmico e é importante que seja lido com a presença dos demais Senadores, se V. Exª concordar.

(É o seguinte o item adiado:

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 581, de 2009
– Terminativo –

Dispõe sobre a prevenção à degradação ambiental causada por pneus inservíveis e sua destinação final ambientalmente adequada, por fabricantes, reformadores e importadores.
Autoria: Senador Pedro Simon
Relatoria: Senador Anibal Diniz
Relatório: Pela rejeição do projeto e da emenda nº 1-CAS (Substitutivo).
Observações:
-Matéria apreciada pela CAS, com parecer favorável ao projeto com a emenda nº 1-CAS (Substitutivo)
-A matéria constou na pauta do dia 06/11/2012.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – O Item 7, se V. Exª quiser adiantar o

parecer, é a leitura do relatório e do parecer. V. Exª tem a palavra.

ITEM 7

TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 113, de 2011
– Terminativo –

Acrescenta dispositivo à Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004.
Autoria: Deputado Valtenir Pereira

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 393, de 2011
– Terminativo –

Acrescenta § 2º ao art. 2º da Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004, que dispõe sobre a oferta e as formas de afixação de preços de produtos e serviços para o consumidor, para exigir que os fornecedores varejistas de produtos ofertados ao consumidor afixem o preço de venda do produto e o preço por unidade padrão de medida.
Autoria: Senador Ciro Nogueira
Relatoria: Senador Anibal Diniz
Relatório: Pela aprovação do PLC nº 113/2011, nos termos do substitutivo, e pela rejeição do PLS nº 393/2011
Observações:
– As matérias constaram na pauta do dia 06/11/2012.

Com a palavra, o Relator Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Rodrigo Rollemberg.

Vamos ao relatório.

Esta Comissão examina, em decisão terminativa, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 113, de 2011 (PL nº 4.835, de 2009, na origem), de autoria do Deputado Valtenir Pereira, e o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 393, de 2011, do Senador Ciro Nogueira, os quais pretendem alterar a Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004.

O PLC nº 113, de 2011, acrescenta o art. 2º-A à Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004, que "dispõe sobre a oferta e as formas de afixação de preços de produtos e serviços para o consumidor", com a seguinte redação:

Art. 2º-A. Os supermercados, hipermercados, mercearias ou estabelecimentos comerciais onde o consumidor tenha acesso direto ao produto deverão informar, no mesmo espaço destinado à exposição do preço à vista do produto, também o preço à vista correspondente a 1 kg (um quilograma), 1 l (um litro) ou 1 m (um metro) do mesmo produto, conforme a unidade de medida informada na embalagem.

Na justificação, o autor menciona a iniciativa do Termo de Cooperação Técnica, firmado em 2009 por alguns supermercados perante o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro mediante a interveniência da Associação de Supermercados do Estado do Rio de Janeiro.

Na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei (PL) nº 4.835, de 2009, foi distribuído à Comissão de Defesa do Consumidor (CDC) e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Na CDC, a proposição foi aprovada, com Substitutivo. O parecer da CCJC foi pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do PL nº 4.835, de 2009, com emendas, e do Substitutivo da CDC, com subemenda substitutiva. Como, após a apreciação conclusiva da matéria, não houve interposição de recurso, foi dispensada a competência do Plenário para discussão e votação, de acordo com o disposto no art. 58, § 1º, combinado com o art. 132, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Com fundamento no art. 65, *caput*, da Constituição e no art. 134 do Regimento Comum, a matéria foi remetida a esta Casa, em 3 de novembro de 2011, passando a tramitar como Projeto de Lei da Câmara nº 113, de 2011.

Nos termos do art. 91, § 1º, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o PLC nº 113, de 2011, foi distribuído a esta Comissão, para decisão terminativa.

Análise.

Compete a esta Comissão pronunciar-se a respeito do mérito de matérias pertinentes à defesa do consumidor, por força do disposto no art. 102-A, inciso III, do RISF. Como se trata de decisão terminativa, esta Comissão deve opinar ainda sobre a constitucionalidade e juridicidade dos projetos de lei em análise.

Passemos ao exame de cada uma das proposições sob comento.

Em relação ao PLC nº 113, de 2011, assinale-se que o assunto está inserido na competência legislativa da União, cabendo ao Congresso Nacional sobre ela dispor, nos termos dos arts. 5º, XXXII; 22, I; 24, V; e 48 da Constituição Federal, e do art. 48 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Segundo o art. 61 da Carta Política de 1988, a iniciativa parlamentar é legítima, pois a matéria objeto da proposição não figura entre aquelas que a Constituição reserva à iniciativa privativa do Presidente da República.

No que tange à juridicidade, o PLC nº 113, de 2011, se afigura irretocável, porquanto *i*) o *meio* elei-

to para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado, *ii*) o assunto nele vertido *inova* o ordenamento jurídico, *iii*) possui o atributo da *generalidade*, *iv*) se afigura dotado de potencial *coercitividade* e *v*) se revela compatível com os *princípios diretores do sistema de direito pátrio*.

A proposta está redigida em consonância com a boa técnica legislativa, cabendo adequar a sua ementa, em razão do disposto no art. 5º da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que cuida da elaboração e alteração das leis, segundo o qual "a ementa será grafada por meio de caracteres que a realcem e explicitará, de modo conciso e sob a forma de título, o objeto da lei".

No mérito, o PLC nº 113, de 2011, está em sintonia com o sistema de proteção ao consumidor estabelecido pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, o Código de Defesa do Consumidor, especialmente com o disposto no inciso III do art. 6º, que institui como direito básico do consumidor "a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem".

É inegável que a medida proposta contribui para tornar melhor a orientação do consumidor no que concerne aos preços dos produtos que lhe são ofertados.

No tocante à constitucionalidade, o PLS nº 393, de 2011, cuida de assunto da competência legislativa da União e está de acordo com os preceitos constitucionais relativos às atribuições do Congresso Nacional (art. 48) e à legitimidade da iniciativa legislativa (art. 61). A proposta não contraria qualquer disposição do Texto Constitucional.

Em relação à juridicidade, a proposição cumpre os requisitos de inovação, efetividade, espécie normativa adequada, coercitividade e generalidade. Tampouco há vício de natureza regimental. O projeto de lei está vazado em boa técnica legislativa.

Para a avaliação de mérito, registre-se que a etiquetagem de preços de produtos e serviços é submetida ao regime da Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004, regulamentada pelo Decreto nº 5.903, de 20 de setembro de 2006; e que as relações de consumo são regidas pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, o Código de Defesa do Consumidor.

Saliente-se que a redução da quantidade ofertada com o intuito de encobrir a majoração dos preços é denominada de "maquiagem" de produtos, e que o autor do PLS nº 393, de 2011, pretende exatamente simplificar a comparação de preços entre os diversos produtos ofertados, de maneira a acabar com essa prática. Ao reprimir essa conduta inadequada dos fornecedores, a proposta sob comento restabelece o equilíbrio da relação de consumo.

Além disso, três dos princípios da Política Nacional das Relações de Consumo – prevista no art. 4º do Código de Defesa do Consumidor – são: o reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo (inciso I); a harmonização dos interesses dos participantes das relações de consumo, sempre com base na boa-fé e equilíbrio nas relações entre consumidores e fornecedores (inciso III); e a coibição e repressão eficientes de todos os abusos praticados no mercado de consumo que possam causar prejuízos aos consumidores (inciso VI). Como se depreende, o propósito do PLS nº 393, de 2011, guarda harmonia com essa Política.

No entanto, como apontado anteriormente, o objetivo das duas proposições é facilitar a comparação de preços entre os produtos ofertados.

Em razão da disposição do art. 260, inciso II, alínea "a", do Regimento Interno desta Casa legislativa, na tramitação em conjunto, terá precedência o projeto da Câmara sobre o do Senado.

Portanto, o PLS nº 393, de 2011, deve ser rejeitado.

Voto.

Pelos motivos expostos, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 113, de 2011, na forma do substitutivo a seguir apresentado, e pela rejeição do Projeto de Lei do Senado n° 393, de 2011.

É como voto, Sr. Presidente, tendo a emenda substitutiva seguindo o voto.

EMENDA Nº – CMA (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 113, DE 2011

Acrescenta dispositivo à Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004, que dispõe sobre a oferta e as formas de afixação de preços de produtos e serviços para o consumidor, para regular a exposição de preços de produtos nos supermercados, hipermercados e outros estabelecimentos comerciais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 2º-A:

Art. 2º-A. Os supermercados, hipermercados, mercearias ou estabelecimentos comerciais em que o consumidor tenha acesso direto ao produto deverão informar, no mesmo espaço destinado à exposição do preço à vista do

produto, também o preço à vista por unidade padrão de medida, a ser definida pelo órgão competente, com o fim de facilitar a comparação de preços entre os produtos ofertados.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor após decorridos trinta dias da data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Anibal Diniz.

Como não há quórum para deliberação terminativa, vamos continuar a discussão na próxima reunião.

Agradeço a V. Exª.

Agradeço a presença de todos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 12 horas e 05 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 41 minutos.)

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

ATA DA 59ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 31 DE OUTUBRO DE 2012, QUARTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, SALA 07, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e dezoito minutos do dia trinta e um de outubro de dois mil e doze, na sala 07, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do Senador (**Paulo Paim**), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Comparecem os senhores Senadores **Ana Rita, Lídice da Mata, Paulo Paim, Eduardo Suplicy e João Costa** e o não membro Senador **Tomás Correia.** Deixam de comparecer os demais senhores Senadores e Senadoras. O senhor Presidente declara aberta a presente reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte **Pauta. Item Único. Audiência Pública nos termos do Requerimento nº 94, de 2012 – CDH**, aprovado em 29/08/2012, de autoria do Senador Paulo Paim, para "para debater a questão racial na reforma do Código Penal". Convidados: Hédio Silva Júnior, Coordenador do Curso de Direito da Faculdade Zumbi dos Palmares; Dojival Vieira, Advogado, responsável pela Agência de Informação Multiétnica – AFROPRESS; Carlos Alberto de Sousa e Silva Junior, Ouvidor da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR; André Luiz Moreira, Advogado; Silvia Nascimento Cardoso dos Santos Cerqueira, Presidente da Comissão de Promoção da Igualdade da OAB Nacional; Eduardo Pereira da Silva, Presidente Da Comissão De Igualdade Racial OAB/SP; Lúcia Maria Ribeiro de Lima, Coordenadora do Comitê Gestor de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Prefeitura de Rio Branco; Renato Ferreira, Professor de Direitos Humanos do Instituto de Educação Superior de Brasília – IESB; Almiro Sena Soares Filho, Secretário de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Estado da Bahia; Sérgio São Bernardo, Coordenador do Instituto Pedra de Raio/ Professor UNEB-BA. O Senhor Presidente concede a palavra aos senhores Jorge Terra Procurador do Estado do Rio Grande do Sul; Rogério Gomes advogado e representante da OAB/RJ; e Daniel Teixeira, Advogado OAB/SP. Às dez horas e trinta e dois minutos o Senhor Presidente passa a presidência para a Senhora Vice-presidenta Senadora Ana Rita. Às dez horas e quarenta e seis minutos a Senhora Vice-Presidenta devolve a presidência para o Senhor Presidente. Fazem uso da palavra os senhores Senadores Paulo Paim, Ana Rita, Eduardo Suplicy e Tomás Correia. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e seis minutos, lavrando eu, ***Valter Simões dos Santos***, Secretário-Adjunto da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim,** Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 59ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a coloco em votação.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Audiência Pública.

Nos termos do Requerimento nº 94/2012/CDH, aprovado em 29/8/2012, de autoria deste Senador e de outros.

Objetivo: debater a questão racial na reforma do Código Penal.

Os convidados para esta audiência pública: Dr. Dojival Vieira, responsável pela Agência de Informação Multiétnica – Afropress. Já convido o Dr. Dojival Vieira para vir à mesa.

Dr. Carlos Alberto de Souza e Silva Junior, Ouvidor da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade

Racial – Seppir. Convido também o Dr. Carlos Alberto de Souza para que venha à mesa.

Dr. André Luiz Moreira, que é advogado dessas causas; Drª Silvia Nascimento Cardoso dos Santos Cerqueira, Presidente da Comissão Nacional de Promoção da Igualdade da OAB nacional. Também convido a Drª Silvia.

Dr. Eduardo Pereira da Silva, Presidente da Comissão da Igualdade Racial da OAB.

Vamos ver quantos convidados temos já na mesa. Depois teremos talvez que fazer uma segunda Mesa.

Teremos ainda, numa segunda Mesa, o Dr. Hédio Silva Júnior, Coordenador do Curso de Direito da Faculdade Zumbi dos Palmares; o Senador Pedro Taques, que foi também convidado, mas não registrou ainda a presença; Maria Bernadete Martins de Azevedo Figueiroa, Procuradora de Justiça do Estado de Pernambuco; Ministro do Superior Tribunal de Justiça, que não está também. Está presente também conosco a Drª Lúcia Maria Ribeiro de Lima, Coordenadora do Comitê Gestor de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Prefeitura de Rio Branco.

Quero destacar para todos que aqui não há diferença entre primeira e segunda Mesa. Apenas leio a ordem que recebi aqui.

Então, terminada esta Mesa, os convidados voltam ao plenário e assume a segunda Mesa. Às vezes, chego a dizer que os últimos serão os primeiros, porque quem fica na segunda Mesa é que acompanha o debate; os primeiros retornam para o plenário. E acabam, na verdade, as duas Mesas sendo importantes.

Teremos aqui, na abertura, um vídeo de 6 minutos que trata da reforma do Código Penal, realizado pela TV Senado.

Nós sempre fazemos uma pequena introdução, que a assessoria prepara, para que aqueles que nos estiverem assistindo pelo sistema de comunicação do Senado entendam bem o que vai se debater aqui. É claro que esta introdução que faço não é dona da verdade. Ela apenas aponta caminhos que os debatedores vão deixar bem claros para a Comissão e para aqueles que estiverem nos assistindo e nos ouvindo pela Rádio Senado entendam para onde este grupo considera que deva ir essa questão do Código Penal e a questão racial.

Enfim, uma rápida introdução.

Hoje, aqui na Comissão de Direitos Humanos, vamos debater a questão racial na reforma do Código Penal. O objetivo, com esta audiência, é de que passem a constar no novo Código de Processo Penal, cuja proposta consta do Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012, as demandas da população negra. Enfim, que fique bem claro o que a comunidade negra pensa do novo Código Penal.

A ideia é discutir o tema e apresentar sugestões e propostas por um grupo de trabalho da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial que visem ao fim da discriminação e ao combate de todo tipo de preconceito que possa existir no Brasil.

Resumo.

Quinze juristas sob a coordenação da Seppir elaboraram um documento intitulado Proposição de Alterações do Anteprojeto do Código Penal, em análise no Senado, quanto às questões raciais. O relatório traz emendas ao novo texto, as quais abordam o racismo no Brasil e a análise sobre o projeto no que tange a esta questão, ao sistema jurídico brasileiro para o enfrentamento da discriminação racial e à efetivação do direito da igualdade. Nossa população negra precisa ter o direito e as garantias adaptadas às necessidades individuais e coletivas.

Enfim, essa é a ideia para fazer o debate. Vocês, muito mais do que essa redação que li aqui apenas como introdução, é que vão dar o eixo, não é, Hédio? Eu disse que teremos duas Mesas. V. Exª está contemplado não pela ordem de chegada, mas pela forma como a Secretaria organizou aqui, na segunda Mesa. Ainda dizia que os últimos serão os primeiros, porque você estará na Mesa na hora do debate. Os outros estarão na primeira fila. Mas vamos de imediato iniciar, pessoal.

Quero apenas pedir desculpas, porque normalmente abro às 9 horas em ponto. Por que eu abri mais ou menos às 9h20? Porque sou membro titular da Comissão de Assuntos Sociais onde estavam alguns projetos dos quais sou autor e relator. Fui lá, dialoguei com o Presidente, expliquei que tinha este compromisso com os senhores aqui, o Presidente Jayme Campos entendeu e os meus projetos ficarão aguardando o momento em que eu estiver lá. Se eu não puder retornar hoje, ele os colocará em pauta para a semana que vem, porque entendo que esta reunião de hoje é fundamental para o interesse de todo o povo brasileiro, negros, brancos e índios, enfim, todas as etnias.

De imediato, pelo sorteio feito pela assessoria, é o vídeo. Ele me avisou. Eu ia passar para ele. E ele me disse baixinho no ouvido: "Senador, é o vídeo."

Então será o vídeo de 6 minutos.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse vídeo faz um pequeno resumo dos trabalhos do debate do Código aqui na Casa.

Conforme entendimento aqui na Mesa, o Dr. Hédio Silva Júnior, Coordenador do Curso de Direito da Faculdade Zumbi dos Palmares, que já veio para esta primeira Mesa, fará a exposição, será o primeiro

painelista sobre o tema. Depois vamos seguir a ordem que eu já havia anunciado e, em seguida, vamos para a segunda Mesa.

Dr. Hédio Silva Júnior com a palavra.

Normalmente, o tempo que oferecemos para os convidados é de 10 minutos mais 5. Se necessário for, concedemos mais 5. Estamos no momento ao vivo para todo o Brasil pela TV Senado, pela Rádio Senado e pela Internet, pelo canal 4.

Dr. Hédio com a palavra.

O SR. HÉDIO SILVA JÚNIOR – Bom dia, Senador Paulo Paim. Agradeço e parabenizo-o pela iniciativa que, dentre tantas outras, tem marcado a carreira de V. Exª nesta Casa e na Câmara.

O Senador Paulo Paim, não posso deixar de registrar que tem participação especial nos avanços legislativos que nosso País tem realizado no enfrentamento do racismo. É uma satisfação enorme estar nesta Casa novamente, a convite do Senador Paulo Paim, para discutir o tema da reforma do Código Penal.

Cumprimento o Ouvidor Carlos Alberto de Souza, aqui representando S. Exª a Ministra Luiza Bairros, Chefe da Secretaria de Estado de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, que acolheu uma iniciativa da sociedade civil no sentido de elaborar propostas com o objetivo de contribuir para o aperfeiçoamento do anteprojeto de Código Penal.

Cumprimento o jornalista e advogado Dr. Dojival Vieira. A rigor, a ideia desta iniciativa nasceu do advogado e jornalista Dojival Vieira. Nós aderimos à ideia dele e a Seppir acabou encampando essa iniciativa, uma iniciativa da sociedade civil que tem muito do vigor e do talento do Dr. Dojival Vieira.

Cumprimento a Drª Silvia Cerqueira, Superintendente de Pesca na Bahia, também um quadro destacado da advocacia brasileira; cumprimento o Dr. André Moreira, também advogado, que conosco integra o grupo que está discutindo o aperfeiçoamento do Código Penal, e todos os integrantes desse grupo que estão aqui. E aproveito para acrescentar que estou aqui na condição de dirigente do Ceert, uma ONG que luta contra o racismo há vinte anos, e é também nessa condição que participo deste debate.

Pretendo usar menos do que os 10 minutos, Senador Paim, para destacar alguns aspectos que me parecem importantes.

Primeiro, é preciso destacar que nós ainda não temos, no Brasil, uma cultura legal, o que os americanos chamam de cultura legal, um entendimento da gravidade que o problema do racismo apresenta na sociedade brasileira e da necessidade de respostas, por parte do Poder Judiciário, capazes de não só reprimir e garantir satisfação às vítimas, como também no sentido da implementação de políticas, muitas delas previstas em lei, cujo objetivo é evitar a ocorrência da discriminação.

A despeito da inexistência de uma cultura legal, nós precisamos reconhecer que, de certo ponto de vista, o Brasil avançou muito não só na produção de leis, nas últimas décadas, como também em termos de compreensão de uma parte considerável dos operadores do Direito, dos advogados, dos promotores de justiça, dos procuradores da República, dos juízes, nas diferentes instâncias do Judiciário, que hoje entendem a gravidade do problema.

Vale dizer, Senador Paim, que, em meados dos anos 90, nós fizemos, no Ceert, uma pesquisa para saber a efetividade da antiga Lei Afonso Arinos, que não existe mais. Muita gente ainda se refere à Lei Afonso Arinos, mas ela foi revogada em 5 de outubro de 1988, quando a Constituição passou a considerar racismo um crime, sendo que antes era mera contravenção penal.

Entre 1951 e 1995, quando nós concluímos essa pesquisa, portanto, no prazo de 40 anos, a Lei Caó foi aplicada 10 vezes em quatro dos principais Estados brasileiros: Rio Grande do Sul, Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo. Então, imaginemos que houve algo em torno de dois julgamentos por década, em quatro Estados da Federação. Com a Constituição de 1988, houve um avanço significativo.

Nós temos, no Ceert, um *site*, o Jusracial, em que compilamos a jurisprudência. E é muito alentador ver que, na área cível, por exemplo, há centenas de casos em que vítimas do racismo foram indenizadas, tiveram alguma forma de reparação. Na Justiça trabalhista, também nosso *site* Jusracial registra uma série de ações em que as vítimas foram, de alguma forma, reparadas. As ações afirmativas que estão em vigor, que começaram a entrar em vigor há doze anos, e nunca houve no País, mesmo antes da decisão histórica do Supremo Tribunal Federal, nunca houve uma decisão nos Estados que paralisasse a implementação das ações afirmativas. Tudo isso é positivo e revela que os advogados e as advogadas afrodescendentes, os advogados antirracistas, os advogados que se preocupam com esse tema têm obtido vitórias. Obviamente, o número de condenações na área cível ainda é muito pequeno em relação à frequência com que o problema acontece. Mas, se comparar, repito, com o regime de antes da Constituição de 1988, as vitórias são significativas. Isso também revela que os operadores do Direito não têm apenas se preocupado com a norma penal. Pelo contrário. Eu diria que os operadores do Direito usam a norma penal quando não é possível utilizar nenhum outro instrumento jurídico. É a área em que ainda enfrentamos maior resistência no Judi-

ciário brasileiro em relação à aplicação da lei, seja do crime racial, seja da lei da qual o Senador Paim foi o autor, que criou a figura da injúria, da ofensa à pessoa, a injúria qualificada por discriminação racial. É nesse contexto que se insere o anteprojeto, que tem avanços, Senador Paim, companheiros advogados, promotores, juízes, pessoas que nos ouvem pela Rádio Senado e pela TV Senado, que vou listar aqui.

Considerar racismo crime hediondo é um avanço? É um avanço. Considerar o racismo uma qualificadora do crime de homicídio é um avanço. Em São Paulo, houve um caso em que um jovem dentista, Flávio Santana, foi assassinado por maus policiais militares. E, com certeza, uma das motivações daquele homicídio foi o racismo. Isso hoje ainda não é punido. Agora, com essa previsão do Código Penal, da qualificadora, qualquer crime em que se prove que houve a motivação racial, em lesão corporal, em qualquer crime, vai haver um agravamento da pena se prevalecer a redação atual.

O racismo como circunstância elementar da tortura.

O anteprojeto reconhece que frequentemente a tortura é motivada por discriminação racial, além de fazer a previsão do *apartheid.* São avanços que nós reconhecemos. Mas há três problemas graves, gravíssimos, Senador, a nosso juízo, em que o Senado precisa intervir para que sejam ajustados.

Em primeiro lugar, a jurisprudência criminal vem adotando, nos últimos anos, a figura da insignificância, do crime insignificante. Isso começou com os crimes patrimoniais, especialmente o furto, crime sem violência, de um objeto sem relevante valor financeiro. Então, criou-se a figura do furto famélico e, a partir daí, a possibilidade de o juiz não punir alguém se o sujeito furta alguns gramas de mortadela para matar a fome. Agora querem positivar esse princípio da insignificância...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu desconto, naturalmente, do seu tempo. É só para me organizar aqui quanto ao encaminhamento da audiência. E há uma pergunta que vou lhe fazer. Está colocando muito bem, porque, além de fazer toda uma descrição da questão, você já entra apontando três problemas. Para mim, é fundamental que, na hora dos encaminhamentos, essas questões fiquem... Eu sei que vocês vão encaminhar para a Comissão, mas também que a Comissão de Direitos Humanos possa encaminhar...

O SR. HÉDIO SILVA JÚNIOR – Já trouxemos. O Ouvidor...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Fica comigo.

O SR. HÉDIO SILVA JÚNIOR – O Ouvidor Carlos Alberto Júnior já trouxe.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Fica comigo, para que fique uma... Só essa tranquilidade. Senão vou ter que anotar tudo, e não vou dar conta.

O SR. HÉDIO SILVA JÚNIOR – Não, ele já trouxe uma minuta, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está bom. Que essa seja também uma posição desta Comissão a partir desta audiência.

O SR. HÉDIO SILVA JÚNIOR – O.k.

Esse grupo instituído pela Seppir consolidou um conjunto de proposições com as emendas e com a justificativa, que será entregue a V. Exª em seguida.

Então, qual é a nossa preocupação?

Muita gente, no Brasil, Senador e companheiros, compreende que o problema do racismo é importante, mas também há muita gente que entende que isso não é algo relevante. E, lamentavelmente, há um número demasiado de operadores do Direito – especialmente de operadores do Direito – que entende que o problema do racismo não tem relevância. Então, essa positivação do princípio da insignificância para qualquer crime, em nosso juízo, é uma porta larga, aberta para a impunidade.

Qual é a proposição que nós estamos encaminhando? Se se entender que se mantém a positivação do princípio da insignificância, que se ressalva a impossibilidade da aplicação da insignificância para os crimes previstos em tratados internacionais, porque o racismo é crime previsto em tratado internacional... A Constituição refere-se, pelo menos em duas passagens do art. 109, aos crimes previstos em tratados internacionais. E nós entendemos que, se o crime está previsto em tratado internacional, não se pode deferir ao juiz a prerrogativa, o espaço, a rigor, a discricionariedade de punir ou não. Se o crime é de racismo, o juiz tem que enfrentar o mérito da questão: ou tem provas e condena ou não tem provas e não condena. Mas fazer uma avaliação subjetiva, um juízo absolutamente valorativo de que aquilo não maculou um bem jurídico importante, só quem é vítima de qualquer forma de discriminação é quem sabe o quanto isso é algo significativo na vida das pessoas.

O segundo problema é a criação, como chamamos na dogmática penal, da figura de tipo penal fechado. Qual é a regência hoje? A regência é a seguinte: o principal artigo da Lei Caó que é mais aplicado no cotidiano é o art. 20. O que diz ele? Praticar, induzir ou incitar à discriminação ou ao preconceito por cor, raça ou etnia.

Esse substantivo, esse verbo, praticar, significa que qualquer conduta, em qualquer circunstância, num salão de cabeleireiro, no transporte, no táxi, no avião,

no hospital, em qualquer lugar onde haja discriminação, ela pode ser punida.

Com a redação proposta pelo art. 472 e seguintes do anteprojeto se criaria a figura do tipo penal fechado de racismo: racismo no transporte, racismo na indústria... Mas a própria natureza do racismo torna inviável, impossível qualquer tentativa de descrição exaustiva de todas as circunstâncias em que ele possa ocorrer. Mais do que isso, a tecnologia, a *Internet* tem avanços todos os dias. Amanhã surge uma forma de comunicação nova e, portanto, um veículo novo, um novo espaço para manifestação da discriminação. E como vamos punir o racismo?

Então, nós somos contrários à criação de um tipo penal fechado, primeiro, porque entendemos que é inconstitucional. A Constituição utiliza "prática do racismo", que é um tipo aberto. Portanto não pode lei infraconstitucional tentar agora reduzir o campo de incidência da discriminação racial.

Defendemos, portanto, a manutenção de um tipo penal aberto.

E, por último, algo que eu tenho certeza de que tem um valor pessoal muito grande para o Senador Paulo Paim, porque, também por iniciativa do Senador Paulo Paim, não só foi criada a figura da injúria racial no final dos anos 90, como também, em 2010, o Senador foi responsável pela aprovação de uma lei que fez com que a vítima de injúria racial possa acionar o Ministério Público para que seja proposta ação penal que nós chamamos de crime de ação pública condicionada.

Como essa é a mesma figura prevista até então para a injúria praticada contra funcionário público, o Supremo, inclusive, já havia sumulado essa matéria com a Súmula nº 714. O que diz essa Súmula? Na hipótese de injúria, contra funcionário público ou essa injúria racial, a vítima propõe, ela própria, ação penal no prazo decadencial de 6 meses ou aciona o Ministério Público. Portanto, isso facilita muito a vida, Senador.

Quero dizer que a sua iniciativa, dentre tantas outras de relevância para o nosso País, ajudou muitas vítimas de discriminação a se defender, a buscar alguma forma de reparação.

Qual é a tentativa do novo anteprojeto? Retornar ao regime anterior à aprovação da sua lei, de maneira que a vítima de injúria racial teria que, ela própria, constituir advogado, pagar advogado e, no prazo de seis meses, ela própria arcar com a ação penal. Até nos parece um paradoxo, porque, se o próprio anteprojeto reconhece que o crime de racismo é hediondo, que é crime contra a humanidade, como pode um crime contra a humanidade não ser de ação penal pública? Ou seja, é um crime que lesa interesses de toda a humanidade, mas só se onera, só se responsabiliza a vítima por sua punição.

Portanto, essas três proposições do atual anteprojeto – o princípio da insignificância, o tipo penal fechado de racismo e a ação penal privada para injúria qualificada por racismo –, nós entendemos que requerem intervenção e precisam ser ajustadas.

Eu lhe agradeço, mais uma vez, Senador Paulo Paim, primeiro pela honra de esta aqui nesta Casa, ao seu lado e, segundo, pela oportunidade de relatar por esse grupo instituído pela Ministra Luiza Barros, que me concedeu o privilégio de ser o Relator do grupo que hoje consolidou as proposições que hoje nós apresentamos ao Senado. Quero dizer, Senador, que isso nós já fazemos há mais de 20 anos. Sempre que o Senador tiver alguma iniciativa, nesta Casa ou em qualquer outro lugar, terá em mim um soldado humilde que tem muito orgulho de tê-lo nos representando nesta Casa.

Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Por isso que ele é o Hédio.

O SR. HÉDIO SILVA JÚNIOR – Obrigado, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Permitam que eu diga: por isso ele é o Dr. Hédio Silva Júnior, Coordenador do curso de Direito da Faculdade Zumbi dos Palmares.

Quero, de público, aproveitando a sua presença, expressar as minhas desculpas, mais uma vez, porque fui convidado para estar lá na formatura daquela juventude, mandei documentos, mandei vídeos, fiz discurso na tribuna, citei o nome de cada um dos formandos, mas foi impossível estar lá naquela oportunidade. Mas eu me comprometo a estar lá na próxima, porque não comparecer na ocasião passada.

O SR. HÉDIO SILVA JÚNIOR – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Parabéns pela explanação.

Permita-me dizer, Hédio. Aqui, se alguém me chamar de Paim, não há problema algum. Essa história de Senador para cá... Quer chamar de Senador, chame; quer chamar de Paim, chame. Não há problema nenhum. O Hédio é daqueles companheiros... Não houve uma vez em que eu tenha solicitado a ele: "Hédio, precisamos de você aqui para dar uma visão no campo do Direito sobre essa questão e tal." e ele não dissesse: "Diga a hora e o dia que eu dou um jeito de ir". E eu dizia: "Mas estou com um problema de passagem". Ele respondia: "Diga a hora e o dia em que eu tenho que estar aí que eu vou, de qualquer jeito."

Então, eu quero pedir uma salva de palmas para o Hédio, se vocês me permitirem, não só pela sua disposição, mas também pela exposição que fez aqui. (*Palmas.*)

O SR. HÉDIO SILVA JÚNIOR – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Seguindo a nossa lista, vamos agora ao Dr. Dojival Vieira, advogado responsável pela Agência de Informação Multiétnica (Afropress).

O SR. DOJIVAL VIEIRA – Bom dia, Senador Paulo Paim. Saúdo V. Exª e agradeço-lhe mais uma vez o convite feito. Gostaria de saudar também os membros da Mesa, em especial o meu querido amigo e líder desse processo, relator desse grupo, o nosso querido Hédio Silva Júnior, nosso mestre...

O SR. HÉDIO SILVA JÚNIOR – Obrigado.

O SR. DOJIVAL VIEIRA – ...e referência para todos nós, advogados, estudantes de Direito e todos aqueles que lutam contra o racismo no Brasil e por um Brasil com igualdade.

Gostaria de saudar também o nosso querido Ouvidor, representando aqui a Ministra Chefe da Seppir, Dr. Carlos Alberto Silva Junior; a Drª Silvia Cerqueira, que tivemos o prazer de conhecer nos debates que antecederam esta audiência, realizados durante todo o dia de ontem, na sede da Seppir, Senador.

Gostaria de saudar o nosso querido e – como esperamos todos – futuro Presidente da OAB capibaxa, OAB do Espírito Santo, André Luiz Moreira, jovem advogado, um talento, uma liderança capixaba importantíssima.

E, mais uma vez, Senador, quero dizer que uma iniciativa sua resultou numa união inédita, uma articulação inédita dos advogados brasileiros. Aqui vejo o Dr. Eduardo Pereira da Silva, de São Paulo, o Dr. Renato Ferreira, o Dr. Sérgio São Bernardo, o Dr. Jorge Terra, o Dr. Rogério Gomes e o Dr. Daniel Teixeira, que, junto com outros colegas, do período de julho até aqui, se esforçaram para apresentar, sob a liderança do Dr. Hédio, propostas de reforma do Código Penal, anteprojeto do Código Penal, que nós consideramos ser de interesse da maioria da população brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Todos que estão aqui fazem parte dessa comissão?

O SR. DOJIVAL VIEIRA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eles deviam se levantar só para que nós pudéssemos vê-los.

Cite o nome de cada um de novo.

O SR. DOJIVAL VIEIRA – Dr. Eduardo Pereira da Silva, Presidente da Comissão da Igualdade Racial da OAB-SP.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

O SR. DOJIVAL VIEIRA – Drª Lúcia Ribeiro, do Acre; Dr. Sérgio São Bernardo, do Instituto Pedra de Raio da Bahia; Dr. Daniel Teixeira, do Ceert; Dr. Rogério Gomes, da Comissão da Igualdade da OAB-RJ; Dr. Jorge Terra, Procurador do Rio Grande do Sul.

Essa comissão, junto com outros colegas,...

O Dr. Renato Ferreira, que está ali, é Assessor Parlamentar da Seppir.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Renato, levante-se.

O SR. DOJIVAL VIEIRA – Drª Vilma, conterrânea lá do Estado de Sergipe; Drª Bernadete, que também esteve conosco, do Ministério Público de Pernambuco.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Permita-me solicitar uma salva de palmas a todos pelo trabalho realizado. (*Palmas.*)

A Comissão reúne-se com muito orgulho por vocês terem feito esse trabalho durante esse período e por virem aqui dialogar conosco e apresentar as propostas que sei que serão entregue à Presidência do Senado e também a esta Comissão de Direitos Humanos.

O SR. DOJIVAL VIEIRA – Perfeito.

Dr. Elizeu Lopes, de São Paulo, que não pôde estar aqui; e Dr. Marco Antonio Zito Alvarenga, do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado de São Paulo, que também não está aqui. Ambos participaram desse processo.

O SR. CARLOS ALBERTO DE SOUZA E SILVA JUNIOR – Dr. Daniel também.

O SR. DOJIVAL VIEIRA – Daniel Teixeira, já...

O SR. CARLOS ALBERTO DE SOUZA E SILVA JUNIOR – Dr. Daniel também.

O SR. DOJIVAL VIEIRA – Daniel Teixeira. Já registrei.

Então, Senador, a iniciativa desse grupo de advogados, sob a liderança do Dr. Hédio e sob a coordenação da Seppir – a Ministra Luiza Bairros prontamente atendeu a esse apelo, e o nosso Ouvidor, Carlos Alberto Silva Junior, coordenou esse processo –, na realidade, é resultado de uma sugestão sua.

Quando estive aqui, mais uma vez honrado com o seu convite, no dia 10 de maio, para discutirmos os crimes raciais, a questão da injúria racial, o senhor prontamente atendeu a um apelo nosso para que abríssemos uma discussão do contexto do anteprojeto do Código Penal, e nós achamos por bem fazer com que a sugestão se articulasse nacionalmente, sob a liderança do Dr. Hédio. E o resultado é que hoje temos, de fato, a presença de advogados negros e antirracistas nesse debate.

A Comissão de Juristas e Especialistas que elaborou o anteprojeto do Código Penal, respeitável, formada por ilustres advogados e juristas brasileiros, infelizmente não tinha, até então, tido um olhar especial sobre um tema especial no Brasil que interessa à maioria da população brasileira.

A questão do racismo, todos nós sabemos, não é um problema qualquer, não é um problema menor. O racismo no nosso País é um dos elementos estruturantes da desigualdade social brasileira e é disso que se trata. A lei penal neste País sempre foi dirigida a pobres e negros, ou seja, sempre foi voltada ao controle. As normas penais sempre estiveram dirigidas à punição de pobres e negros, e este País está mudando. E nós estamos, na verdade, neste debate, buscando ser protagonistas desse novo tempo.

Então, Senador, a discussão que se estabeleceu ao longo desses 6 meses, desses 5 meses, foi extremamente rica. O anteprojeto que o Dr. Hédio passará às mãos de V. Exª, na realidade, é o início de um processo muito mais amplo, é o início de um processo que não se esgota aqui, muito pelo contrário. Ele terá continuidade com esta audiência, porque os advogados negros e antirracistas têm uma contribuição decisiva para dar a essa discussão. Não é uma discussão menor, não é uma contribuição lateral; é uma contribuição central. É uma contribuição de quem se propõe a ser protagonista nesse debate e tem legitimidade para sê-lo.

Eu gostaria de abordar um aspecto que preocupa todos nós e que diz respeito à questão das penas, Senador, uma matéria de processo penal. Esse é um debate que obviamente terá continuidade, não é isso, Dr. Hédio?

Hoje nós vivemos no nosso País sob uma política criminal paleorepressiva. Há um senso comum na sociedade de que se pune com cadeia. Esse é o senso comum na sociedade. No caso dos crimes de racismo, essa é a nossa preocupação, porque a realidade nos mostra que as leis antirracistas têm sido ineficazes. A questão da eficácia é um problema gravíssimo. Aliás, já foi citada aqui por mim a pesquisa do Prof. Marcelo Paixão, que constatou que, nos crimes contra o racismo e de injúria racial, a maior parte dos casos são vencidos pelos réus e não pelas vítimas. Em 66,9% dos casos, os réus obtêm vitória nos tribunais, desde a primeira instância até os tribunais superiores.

Ora, essa é uma realidade que pode ser explicada de duas formas. A primeira delas é que, lamentavelmente, os operadores do Direito, especialmente no Poder Judiciário e também no Ministério Público – ainda que nós tenhamos a obrigação de registrar as exceções de praxe –, ainda não incorporaram a ideia do racismo como um crime inafiançável e imprescritível, uma conquista da Constituição de 1988. Há ainda uma visão, no Judiciário em especial, do racismo como uma contravenção penal, ou seja, trata-se como contravenção esse crime que, na realidade, era utilizado até a década de 50. O racismo era uma contravenção penal; nem crime era. A Lei Afonso Arinos, em 1951... Aliás, eu tenho sido surpreendido, porque autoridades, delegados de polícia, por exemplo, e até magistrados ainda não associaram, ainda não incorporaram a ideia de que o tratamento estipulado para os crimes de racismo não é mais o da década de 50. Trata-se de um crime de altíssimo potencial ofensivo, um crime inafiançável e imprescritível, que tem que ser tratado como tal.

Então, o Judiciário brasileiro precisa se abrir, precisa se tornar cada vez mais sensível, e já há muitos casos e exemplos nessa direção, para entender que o racismo não é um crime qualquer, não é um detalhe. É necessário que ele seja tratado conforme está estabelecido ou compatível com o tratamento recebido na Constituição Federal, que é o de um crime inafiançável e imprescritível.

No entanto, nós também sabemos que é preciso avançar para um novo modelo de política criminal que não se baseie no encarceramento ou naquilo que costumamos entender como fúria carcerária, ou seja, se alguém praticar um crime, vai para a prisão. Nós sabemos, todos também, que o sistema prisional brasileiro...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está falido.

O SR. DOJIVAL VIEIRA – ...está absolutamente falido. Há cerca de 500 mil presos no Brasil. E nós sabemos todos que as prisões no nosso País se tornaram escolas de crime, não têm qualquer papel ressocializador. O apenado sai das prisões muito pior do que entrou. Como pretendemos, então, trabalhar com a ideia de manter um crime, quer dizer, manter o *status* conferido ao crime de racismo na Constituição, que é o de um crime inafiançável e imprescritível, e, ao mesmo tempo, admitir penas mais compatíveis com uma política criminal moderna que não vá na contramão daquilo que hoje, no mundo inteiro, se entende como uma política criminal mais moderna?

Então, Senador, nós entendemos que é necessário avançar para tipos de penas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Se você me permitir...

O SR. DOJIVAL VIEIRA – Pois não, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu tenho sido provocado aqui na Comissão para tratar do sistema prisional no Brasil, do sistema carcerário.

Vejo com bons olhos essa luz que você lança aqui – eu não sou advogado –, no sentido de que não

basta enfiar a pessoa dentro de uma prisão, um em cima do outro, já que, às vezes, ela entra lá como um ladrão de galinha e sai como um profissional. Mesmo que aquele que entrou como ladrão de galinha e não devia estar lá não se submeta, digamos, à ordem criminosa dentro da prisão, quando voltar para a sociedade, ele não terá espaço, porque todos vão dizer que saiu de lá e voltou pior do que chegou, não dando espaço até para se recuperar.

O SR. DOJIVAL VIEIRA – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Então, eu acho interessante fazermos, a partir da atual conversa, um debate nessa linha. Eu não queria debater aqui o sistema prisional só na linha de aumentar ou não a prisão e melhorar a qualidade de vida do preso. Acho que o debate que você lança aqui vai além disso.

Como seria um sistema moderno na linha da recuperação? Mesmo que haja um presídio por bairro, não vai dar certo se a solução for apenas esta de jogar as pessoas dentro dos presídios.

O SR. DOJIVAL VIEIRA – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Por isso devemos fazer um debate sobre o sistema prisional brasileiro não só na linha dos direitos humanos; com uma nova visão de punição, sim, para os bandidos, mas também na linha de recuperação...

O SR. DOJIVAL VIEIRA – Sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – ...para que possamos entender que o caminho não é simplesmente jogar a pessoa dentro de uma prisão. Como eu disse esses dias – permita-me falar; depois desconto do seu tempo –, quando acontece um crime hediondo no Brasil, vocês não imaginam como vem a onda de se aprovar a pena de morte aqui no Congresso. E nós sabemos que não é essa a solução.

O SR. DOJIVAL VIEIRA – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Se acontecer um crime hediondo, vamos enfrentar o debate, vamos ver o que aconteceu e buscar a solução. Mas não venham querer aprovar a pena de morte no outro dia ou jogar a responsabilidade penal, daqui a pouco, para a criança de 10 anos.

O SR. DOJIVAL VIEIRA – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse seria um debate moderno que não discutiria somente a questão do presídio. Houve um caso no Rio Grande do Sul, e fomos denunciados até na ONU devido à situação dos presídios lá.

O SR. DOJIVAL VIEIRA – Sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Desculpe a interrupção.

O SR. DOJIVAL VIEIRA – Eu agradeço, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mas eu acho que esse é um bom debate.

O SR. DOJIVAL VIEIRA – Eu agradeço a sua contribuição e o seu entusiasmo por fazer esse debate.

Na realidade, nós precisamos avançar numa política criminal no Brasil que não coloque a ênfase no encarceramento, mas na indenização à vítima, nas penas alternativas, nas penas restritivas de direito, que de fato têm um papel ressocializador.

Percebemos claramente, e o senhor mencionava isso, que hoje há um debate na sociedade com relação à redução da maioridade penal. E nós sabemos que são setores conservadores que gostariam de retroagir ao período do escravismo, em que as penas eram... Inclusive a maioridade penal na época, se não me falha a memória, era de 14 anos, 9 anos. Chegou a 9 anos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pode interagir, viu?

O SR. HÉDIO SILVA JÚNIOR – Permita-me.

O SR. DOJIVAL VIEIRA – Pois não, pois não, Dr. Hédio.

O SR. HÉDIO SILVA JÚNIOR – Senador, algumas vezes eu ouço o sujeito dizendo que quer modernizar a Lei Penal diminuindo a maioridade penal. Na República, no Primeiro Código Penal Republicano, de 1890, a maioridade penal foi fixada em 7 anos no Brasil, 7 anos. O chamado Pai da Medicina Legal brasileira, um médico de triste memória, Raimundo Nina Rodrigues, escreveu um livro para criticar o Código Penal da República, porque entendia que o menino africano mereceria uma intervenção penal antes dos 7 anos.

Então, essa estória de dizer que rebaixamento de maioridade penal é isto que o Dr. Dojival está dizendo aqui: é retroagir ao período republicano. Dois anos depois da abolição, a maioridade penal foi fixada em 7 anos no Brasil.

Obrigado, Dr. Dojival.

O SR. DOJIVAL VIEIRA – Eu agradeço ao Dr. Hédio, mas, enfim, esse é um debate que precisa ser feito. E nós não podemos nos render a uma visão conservadora que gostaria de retroagir a esses tristes tempos. É necessário avançar para uma política criminal que ao mesmo tempo mantenha a gravidade do crime do racismo, está certo? Nós não abrimos mão disso. É uma conquista da sociedade e da população negra brasileira ter o racismo como um crime inafiançável e imprescritível, sendo o racismo um crime contra a humanidade, um dos elementos estruturantes da desigualdade social brasileira. É um dado fundamental, é uma conquista nossa, Senador, é um conquista do povo brasileiro.

Agora, é fundamental também avançar para um novo modelo de política criminal em que não se as-

socie a punição a este crime gravíssimo com necessariamente o encarceramento, tratando das coisas de uma forma muito concreta. Além de esta lei que trata do encarceramento ou da previsão do encarceramento não ser eficaz, que é o que está ocorrendo, o que aconteceria se fosse eficaz? O acusado do crime de racismo, o condenado pelo atual modelo criminal iria para a cadeia e cumpriria pena, 5 anos de pena. No modelo prisional que nós temos no Brasil, como sairia da cadeia este condenado por racismo? Eu tenho comentado com colegas que seguramente ele criaria um quadro para organizar a Ku Klux Klan brasileira, porque, como o modelo criminal brasileiro ao invés de recuperar piora, nós teríamos aí um inimigo assumidamente racista depois de passar alguns anos na cadeia.

Entendemos que não é essa a solução. Esse é um debate que está em aberto, é um debate que está começando agora, mas entendemos, Senador, que é muito mais importante que prestemos atenção e atendamos à vítima. E como atender à vítima num modelo de política criminal moderno? Primeiro, enfatizando a questão da indenização: praticou o crime de racismo, foi condenado, indeniza a vítima. Segundo, cumprir medidas alternativas, penas alternativas, prestação de serviços à comunidade, por exemplo. O senhor imagina alguém que é condenado por crime de racismo tendo que prestar serviço em programas às entidades negras, por exemplo, passar por cursos de reeducação?

Na realidade, quando falamos de racismo, nós estamos falando de uma patologia. E o sujeito que, no Brasil, nunca se assume... Nós temos no Brasil a modalidade de racismo mais camuflada, mais hipócrita que existe no planeta, porque aqui ninguém se assume racista. Então o sujeito que de fato tenha praticado e seja condenado pelo crime de racismo, nós entendemos que é muito mais eficaz para a vítima ser indenizada, que este apenado preste serviços à comunidade ou até penas restritivas de direito. Isso não exclui o status da gravidade do crime, de ser um crime inafiançável e imprescritível. Muito pelo contrário.

Nós estamos falando agora de política criminal em que, aí sim, entendemos que, ao mesmo tempo, a lei poderá se tornar muito mais eficaz, o que não acontece hoje. E nós estaremos possibilitando a este condenado por crime de racismo se ressocializar, reintegrar-se à sociedade. No caso, a política criminal cumprirá o seu papel.

A política criminal não pode ser associada, como ainda é hoje, a instrumento de vingança, porque ela não recupera, ela não ressocializa. Então essa é uma discussão, Senador, que esse grupo está lançando. E eu gostaria de encerrar a minha intervenção mais uma vez fazendo o registro do papel inédito que acontece hoje em nosso País desse grupo de advogados que, sob a liderança do Dr. Hédio, a convite da Seppir, sob a coordenação da Seppir e da Ministra Luiza Bairros, está se propondo a dar uma contribuição fundamental para que o Código Penal não seja um instrumento para punir pobres e negros, como historicamente tem acontecido no nosso País.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. (*Palmas.*)

Esse foi o Dr. Dojival Vieira, advogado responsável pela Agência Afropress. Parabéns pela intervenção. E fica, desde já, esse desafio de fazermos o debate do sistema prisional brasileiro com a presença dos senhores aqui.

De imediato, passamos para o Dr. Carlos Alberto de Souza e Silva Junior, que já esteve inúmeras vezes conosco, sempre dando uma grande contribuição. O Dr. Carlos Alberto é Ouvidor da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Seppir, e aqui representa, para alegria nossa, a Ministra Luiza Bairros.

O SR. CARLOS ALBERTO DE SOUSA E SILVA JUNIOR – Bom dia a todos. Muito obrigado pelo convite, Senador, a quem inicialmente eu agradeço pela honra de fazer parte desta Mesa com tão ilustres colegas advogados. E não poderia ser diferente da história que o Senador traça dentro do Congresso Nacional, sempre buscando a igualdade, o combate ao racismo e melhoria da população negra no Brasil. Então, inicialmente, quero agradecer.

Quero cumprimentar também Dr. Hédio Silva, nosso Relator, que investiu parte do seu tempo em sistematizar essa proposta de uma forma gratuita e de uma relevância social para a nossa população. E isso eu estendo aos demais membros do grupo. Sei que todos têm suas atividades laborais, os seus empregos formais, mas eles se dedicaram, Senador, de uma forma muito aguerrida, muito militante para contribuir com esse documento que já passarei às suas mãos.

Então, inicialmente, eu tenho que agradecer mesmo, e agradecer em nome da nossa Ministra, essa contribuição relevante. Eu não gosto de falar que a gente faz história, Dojival, mas a gente contribuiu com a história. Como diz o Presidente Lula, nunca na história deste País a gente conseguiu reunir advogados negros de todas as regiões do País para se dedicar ao sistema penal como um todo e contribuir mesmo para o aperfeiçoamento da legislação penal. Mas é preciso que a gente diga que uma das competências da Seppir também é a implementação e o aperfeiçoamento da legislação do Brasil voltada para a questão racial.

Quando houve essa proposta, que saiu daqui, dessa audiência, em que eu também estava presente,

Dr. Dojival, capitaneada pelo senhor e pelo Dr. Hédio, a Seppir se sentiu muito honrada em acolher esse grupo de advogados e formar um grupo de trabalho para contribuir com o aperfeiçoamento da legislação penal sobre as questões raciais. Infelizmente, a Seppir não pode convidar todos os especialistas. Vejo aqui o Dr. Almir Lucena, que é um grande especialista, nosso colega, Secretário de Justiça do Estado da Bahia. Não podemos contemplar todos. Existem diversos especialistas lá que tenho convicção de que poderiam dar uma contribuição muito grande ao grupo de trabalho, mas infelizmente tivemos que reunir apenas quinze. E já havia dois contemplados da Bahia. Tinha que ser uma questão nacional.

Quero remontar um pouco à história do Código Penal no Brasil. Isso é muito importante para definir o que foi o Estado brasileiro para a população negra.

Em 1890, foi editado, através do Decreto nº 847, o Código Penal da República dos Estados Unidos do Brasil. Pasmem, senhores, antes mesmo da Constituição! Existia um Código Penal antes mesmo da Constituição. Todos nós, juristas, advogados, estudantes de Direito, pessoas que nos assistem, podemos entender que a Constituição é a nossa lei maior e dela emanam todos os direitos, deveres, sugestões, obrigações do Estado, mas no Brasil foi diferente. No Brasil, primeiro, havia o modelo repressivo e, nesse modelo repressivo daquela época, havia capítulos.

Dr. Hédio, eu leio muito o que o senhor escreve. Os livros e os artigos do Dr. Hédio falam disso muito bem. E há alguns artigos também que escrevi, Dr. Hédio, um dos quais tratava de mendigos.

Naquela época, todos sabemos que havia acabado a escravidão, os mendigos eram, na sua maioria, senão na sua totalidade, negros e ainda se punia, por exemplo, a falta de emprego, ou seja, se você era colocado numa condição de desempregado, poderia ser preso por ser desempregado, porque eles puniam a vadiagem. E posso falar também de um decreto do mesmo ano de 1890 que impedia a entrada de negros africanos no Brasil.

Então, a história do Brasil, como costumo dizer, foi muito tenebrosa para a população negra, Senador. A Seppir não poderia se furtar – e não nos furtamos – a aperfeiçoar isso e perder a oportunidade de contribuir com esse debate do Código Penal, porque hoje, felizmente, já somos maioria, coisa que já vimos falando há muito tempo. Hoje, a população negra corresponde a 51% da sociedade e não consegue admitir, não aceita mais ser tratada como minoridade. Como bem disse o saudoso Abdias Nascimento, "não podemos admitir que o tipo penal seja negro". Não podemos admitir mais.

Reconheço e foi dito muito bem pelo nosso Relator que houve avanços no Código Penal. A agravante genérica é um dos avanços, a qualificadora do homicídio e da lesão corporal é outro avanço, mas não podemos permitir um retrocesso, que é o tipo fechado, que não contemplava a questão; não podemos permitir que os crimes de racismo na Internet não estejam previstos e não podemos permitir diversas outras coisas, Senador.

Sou um pouco agoniado e quero passar logo às mãos do senhor as nossas contribuições. (*Palmas.*)

Aqui estão as nossas contribuições. Queria chamar o Dojival, todos. É uma entrega que eu faço, mas não apenas em meu nome; faço-o em nome do grupo que se dedicou, nesses cinco meses, a produzir esta singela contribuição ao Código Penal.

Passo às mãos do senhor essa contribuição. São sete emendas que nós propomos, sobretudo no capítulo da questão racial, porque acreditamos que vão melhorar a vida da população negra e o combate ao racismo no Brasil, viu, Senador? (*Palmas.*)

A Seppir não podia admitir que isso passasse despercebido na sociedade. Então fizemos essa articulação, chamamos o grupo de trabalho, reunimo-nos durante cinco meses durante os quais todos esses advogados e advogadas investiram seu tempo nessa questão e houve esse resultado que eu, particularmente, considero excelente.

Para isso a Seppir vem desenvolvendo alguns trabalhos, sobretudo no combate ao racismo. Temos um acordo de cooperação técnica com a OAB, e a Dra. Silvia, que está aqui ao meu lado, é uma das coordenadoras desse grupo, no qual estamos tentando capacitar os operadores do Direito, sobretudo os advogados, na questão racial, ou seja, Senador, na questão do combate ao racismo e nas políticas afirmativas também.

Fechamos agora, em Alagoas, um acordo de cooperação para capacitar 50 operadores do Direito, Senador, principalmente juízes de Direito, promotores de Justiça e delegados de Polícia, porque uma das grandes questões... E o delegado de Polícia não entende que aquilo ali é racismo: "Ah, não, isso não é racismo, é uma brincadeira. Você o agrediu também. Isso é uma agressão mútua. Temos homicídios aqui para tratar, não vamos tratar dessa questão". Então, a Seppir vem intervindo também no Estado de Alagoas, fazendo esse acordo de cooperação, capacitando delegados de Polícia e defensores públicos.

Estabelecemos uma parceria com a OAB para fazer a capacitação também dos advogados das Escolas Superiores de Advocacia. Fizemos uma articulação junto ao Ministério Público, ao Conselho Nacional do Ministério Público, para fazer uma intervenção e dis-

so já saiu um seminário com todos os promotores que tratam da questão dos direitos humanos.

Estamos fazendo uma articulação com o Conselho Nacional de Justiça para que possa haver concurso público para magistrados com cotas, Senador. Acho que o senhor também pode defender essa bandeira. O Senado pode contribuir com esse debate, que é muito importante e muito caro para nós. Também estamos fazendo essa articulação lá.

Então, esse momento é propício não só para combater o racismo, mas também para promover a igualdade racial no País. Agora, com a sanção presidencial da Lei de Cotas... E o senhor é um dos que se empenharam aguerridamente para que fosse essa legislação sancionada pela nossa Presidenta. É um momento histórico de que nós estamos fazendo parte. E eu me sinto muito honrado em fazer parte desse momento, que é um avanço muito significativo para uma população que passou 350 anos escravizada e consegue ter hoje a reparação de seus direitos de uma forma mais contundente, de uma forma mais significativa, que ainda não conseguiu contemplar a sua totalidade, mas que vem avançando muito e de uma forma muito significativa para nós.

Portanto quero reforçar e comunicar que a nossa Ministra disse que esse grupo, apesar de ter esgotado a sua proposta inicial, não se desfaz, no sentido de que nós precisamos trabalhar e vamos usar a capacidade intelectual de todos aqui para contribuir para a questão das relações étnico-raciais, no aperfeiçoamento não só da normativa, mas também dessa capacitação que vimos fazendo de promoção da igualdade racial.

Senador, quero fazer um convite ao senhor para ser um dos protagonistas aqui, nessa trincheira do Senado, que sabemos ser uma trincheira muito difícil, na qual precisamos avançar também. Deixo aqui esse convite ao senhor, dizendo que a Seppir está e sempre esteve a sua disposição para avançarmos cada vez mais nesse debate que nos é muito caro.

Para finalizar mesmo, uma última parte, Senador, que é a proposição que fazemos aqui. Dr. Hédio explicou toda a nossa teoria de uma forma brilhante, mas há uma última parte em que colocamos as emendas, um trabalho que foi feito sobre de que forma gostaríamos de contribuir no Código. Então, na última parte do nosso documento, estão as propostas de emenda que encaminhamos ao anteprojeto

Com isso quero agradecer mais uma vez a oportunidade de contribuir para esse debate, Senador, e dizer que estamos sempre à disposição de V. Exª e do Senado para a parceria que já é peculiar na nossa relação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr. Carlos Alberto de Souza e Silva Jr., Ouvidor da Seppir, que representa na Mesa a Ministra Luiza Bairros.

Embora você não goste muito do termo história, a gente não gosta de repetir, porque fica meio carimbo, não é? Mas acho que a nossa geração, de fato, viveu no mínimo, nesses últimos anos, algo marcante mesmo. A própria criação da Seppir é da nossa geração, não é?

Para não entrar em detalhes, o Estatuto da Igualdade Racial... Eu, por exemplo, recebi da Consultoria do Senado um estudo detalhado. Da Consultoria do Senado, sem nenhuma influência nossa. Eles fazem uma bela exposição, com a visão que eles têm do que será o Estatuto da Igualdade Racial. E já é. E vou fazer na quinta-feira à tarde, quando tenho mais tempo. Estava lendo apenas uma minuta que eles mandaram, muito, muito interessante. E nós, essa geração nossa... Além da criação da Seppir, eu tive a alegria de relatar – e ganhamos por dois votos na época – para que ela tivesse status de ministério. Por dois votos ganhamos a votação. Trabalhei naquele plenário e ganhamos por dois votos. Eu me senti quase derrotado, mas a causa venceu. É isso que interessa.(*Palmas*) Foi importantíssima aquela decisão do Presidente Lula.

E a última vitória é inegável. A restrição da política de cotas, eu diria, no mundo, em grande parte do mundo... É claro que nós falamos dos países que aplicaram, mas grande parte não aplica. E agora temos uma lei mesmo que garante a política de cotas nas universidades. Muitos acharam que era só um sonho de todos nós. A nossa geração aprovou a política de cotas. E estamos vendo agora que o Governo percebeu que a sociedade assimilou bem. Tanto que agora a própria Presidenta, pelas informações que eu tenho, ou numa política do nosso governo, já aponta a possibilidade da política de cotas no serviço público. Isso é algo que está sendo debatido, discutido. Então a nossa geração de fato faz parte dessa história. E estou muito orgulhoso em dizer que sou um dos participantes.

O Dojival dizia antes que a iniciativa da formação dessa comissão... "Não, foi iniciativa do Senador."

Dojival, com todo o respeito, vamos dizer que foi nossa então, porque foi o grupo quem propôs e apontou para mim: "E daí, Paim? Tu apoias?" É claro que eu apoio.

Mas essa grandeza que está havendo entre nós em dizer que a iniciativa foi minha... Eu dizia aqui para ele: então diga que foi nossa pelo menos. Não diga que foi minha, porque a iniciativa foi do movimento, foi de vocês. Aqui na reunião, vocês levantaram, eu disse: ah, legal! Contem com o nosso apoio.

Acho que estamos vivendo um grande momento e esta audiência pública representa esse grande momento.

Então, parabéns para você, Carlos Aberto, e também para a Ministra pelo trabalho que estão fazendo na nossa Seppir.

Dr. André Luiz Moreira, advogado das causas sociais de negros, brancos e índios.

O SR. ANDRÉ LUIZ MOREIRA – Obrigado, Senador. Na sua pessoa, faço uma saudação a todos os colegas da Mesa e a todos os colegas que aqui estão. Quero aproveitar ao máximo o tempo para falar um pouquinho da minha posição em relação ao grupo, porque sou um desviante.

Eu digo que sou um desviante, porque sou a pessoa que colocou uma posição que eu sei que de certa forma os colegas entendem. Eu coloquei a posição de que entendia que não deveríamos aderir ao anteprojeto do Código Penal e expus os motivos numa carta que...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mas isso é bom. Se todo mundo aqui falar a mesma coisa... É bom ter essa...

O SR. ANDRÉ LUIZ MOREIRA – Sei que os colegas entenderam a minha posição, mas queria deixá-la marcada, uma vez que, na primeira intervenção que fiz no nosso grupo de trabalho, eu dizia o seguinte, Senador: o Código Penal, o Código de Processo Penal e todo o sistema de Justiça Penal não funcionam errado, não. Eles funcionam corretamente para aquilo que foram efetivamente criados. É porque a gente costuma fazer o dissenso entre o discurso e a realidade.

Na prática, o Código Penal e toda a legislação penal foram criados para estabelecer de forma silenciosa um *apartheid* em que...

Eu gosto muito da definição... Para mim é a melhor definição. Não há definição científica melhor do que aquela que o ex-Ministro Gilberto Gil e Caetano Velloso fizeram da questão racial no Brasil, quando disseram que nós nos definimos como pretos e quase pretos, brancos e quase brancos.

Essa sinuosidade da definição penal no Brasil, da definição racial no Brasil, ela nos diz que em determinados momentos nós somos pretos, em outros nós somos quase pretos e chegamos até a ser quase brancos. Mas brancos são só alguns.

Então o Caetano e o Gil dizem o seguinte: quando você for convidado para subir no átrio da Fundação Casa de Jorge Amado para ver uma fila de soldados pretos dando porrada na nuca de malandros pretos e de ladrões mulatos, ele está dizendo para a gente o seguinte: esse sistema foi criado para manter os pretos no seu lugar, a partir de quase pretos, e para permitir que eles sejam quase brancos. Ele diz depois o seguinte: isso é feito para mostrar aos quase brancos e quase pretos como os pretos e pobres são tratados.

Essa definição para mim é fundamental. Ela deveria ser colocada na escola. A música "Haiti" deveria ser tema de estudo das relações raciais no Brasil, porque ela mostra como essa sinuosidade da definição do negro é colocada nas relações sociais.

Senador, eu fui membro da OAB durante muito tempo. Hoje estou fora da estrutura da Ordem. Sou advogado, mas estou fora. E já me deparei com uma situação em que me diziam o seguinte: mas você não é preto. Enquanto eu me afirmava como preto, diziam: não, mas você não é preto. Eu dizia: eu sou preto, sim. Eu sou preto. "Não, mas você é claro. Você não é preto."

E quando eu ofendi – estou usando esta expressão e quero escrever alguma coisa sobre isso: não é ofensa no sentido ilícito –, quando criei qualquer tipo de ofensa à posição social em que algum dos membros da Casa – não todos obviamente –, determinados membros daquela organização, se colocava, quando eu ofendia, por exemplo, quando disputava espaço com ele, nas entrelinhas, na conversa fiada, na conversa de canto eu era negro: aquele negro está querendo tomar o meu lugar, aquele negro está me...

Então é assim que acontece. O mesmo sujeito que lhe diz que você não é negro, porque você se encontra numa posição econômica e social privilegiada, depois o chama de negro, quando você ofende a posição social em que ele se encontra.

A Senadora Ana Rita chega agora e eu deixo um beijo para ela...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Seja bem-vinda, Senadora Ana Rita, Vice-Presidente desta Comissão e Presidente da CPI da Violência contra as Mulheres. Está fazendo um belíssimo trabalho.

Uma salva de palmas para a nossa querida Senadora.(*Palmas*)

E a Senadora, além de vir aqui, naturalmente para prestigiar a Comissão, se colocou à disposição para que, se eu tiver que ir votar, enquanto isso ela ficará aqui. Eu vou até lá, voto e volto no momento em que for chamado.

Obrigado por ter vindo, Senadora, para prestigiar o debate, ficando à disposição se eu precisar votar.

O SR. ANDRÉ LUIZ MOREIRA – Senador, voltando, a questão é a seguinte: essa sinuosidade nos mostra a dificuldade que existe para se dar um tratamento penal ao racismo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Permita-me.

Senadora, disseram que só falta o meu voto lá. Então vou lá para votar enquanto a senhora preside aqui, porque inclusive sou autor desse projeto.

O SR. ANDRÉ LUIZ MOREIRA – Senadora, então voltamos...

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Pode continuar, Dr. André.

O SR. ANDRÉ LUIZ MOREIRA – Então, isso mostra como é difícil dar um tratamento penal à questão do racismo no Brasil, justamente porque essas técnicas de desqualificação do ato do racismo, a antiga tentativa de colocá-lo ou na retorsão, que é quando ofende outro por conta de ofensa anterior, ou então de qualificá-lo apenas como injúria... Agora já existe a injúria qualificada por motivo racial, mas antigamente, antes da alteração do Código feita pelo Senador Paim, isso se qualificava como injúria. A gente não tinha nenhum dado de que era uma injúria por motivo racial. Hoje pelo menos nós temos esse dado. Podemos dizer: existem tantos casos de injúria qualificada por motivo racial. Podemos saber, então, que esses casos já não são desqualificados pelo Judiciário, para que desaparecesse a marca do racismo.

Nesse sentido, o que eu coloco é que o sistema penal, de forma geral, funciona muito bem para manter negros no seu lugar e dizer-lhes o seguinte: o meu lugar é esse. E não vacila porque senão você está dentro do sistema penal. Não fique em condições suspeitas, porque o primeiro suspeito é você.

A gente conhece a velha prática de abordagem policial, que diz que quatro rapazes negros num carro significam situação suspeita. Isso é tratado como técnica de instrução dos policiais, quase todos pretos, como diriam Gil e Caetano.

Então, hoje me preocupo muito com a adesão a um Código que, por melhor que tenha sido a intenção da Comissão que o produziu, ainda está imbuído de uma noção patrimonialista, ainda está imbuído dessa construção social toda que o levou a um Código de repressão, a um modelo de repressão e a uma legislação aplicável especialmente aos negros e aos pobres.

Por isso destaco na minha manifestação que quando cheguei ao GT eu achava que nós estávamos sendo, talvez, extremamente pretensiosos ao pensar em fazer uma proposta de Código. Eu pensava: será que a gente tem fundamento para isso? Ouvi essa discussão, falava muito com Dojival, que é meu cliente numa ação em que ele critica um delegado em uma situação de racismo e vira réu numa ação de indenização. Então, eu tenho essa relação com Dojival. Eu dizia: será que a gente vai conseguir produzir um Código novo? Estou convencido de que não é uma questão de poder e uma questão de necessidade, porque o Código ainda é patrimonialista. Ele reduziu a pena para os crimes de furto e de apropriação indébita, mas numa proporção que não permite retirar negros e pobres da cadeia por conta desses crimes. Dois furtos cometidos elevariam a pena em até seis anos, e os negros e pobres continuariam indo, preferencialmente, para a cadeia por furto, um ato que talvez devesse ser descriminalizado ou reduzido para uma contravenção penal, porque são crimes praticados, obviamente, sem violência.

De apropriação indébita, eu gosto de dar um exemplo, que é o seguinte: se um funcionário retira do caixa da loja uma quantidade – R$200,00 ou R$300,00 –, e depois é preso por apropriação indébita, ele recebe essa pena do furto. Se for repetido e, talvez, com alguma qualificadora, ele vai chegar, daqui a pouco, a seis anos. Se essa prática for reiterada, ele vai chegar à pena de seis anos e vai para a cadeia, mas o proprietário da loja que glosa as horas extras e frauda os cartões para não pagar horas extras não comete crime nenhum; fica só no plano trabalhista.

Então, se a gente trata o patrão desse jeito, por que não tratar o empregado da mesma forma? Se nós tratamos os contratantes de planos coletivos de assistência médica, que, muitas vezes – a gente está vendo aí –, fraudam os planos para não garantir assistência, assim como as operadoras que agora estão fazendo cair ligações para cobrar mais dos usuários, se isso tudo não é tratado do ponto de vista penal, por que pequenos atos que não têm importância econômica, cujo processo para punição é mais caro do que o bem jurídico que foi objeto da eventual violação de direito, por que vamos continuar dando tratamento penal a isso?

Entendo que o Código vai mal nisso. Por exemplo: ele aumenta a pena do dano e qualifica esse dano quando é contra o patrimônio público. E me parece que isso é dirigido aos movimentos sociais, nas ocupações, naquelas situações em que há um embate entre os interesses da sociedade e os detentores do poder público. Daí a qualificação desses crimes. Ele reduz a pena dos crimes contra a economia popular e contra o sistema financeiro, dizendo que eles são desproporcionais. Eu não consigo entender isso. O Código, ao mesmo tempo em que diz que o dano deve ser punido com mais dureza, afirma que os crimes contra o sistema financeiro devem ser punidos com menor pena, porque há necessidade de ser mais proporcional.

E tem que ser proporcional mesmo. Eu sou um abolicionista penal, mas, se há o Código Penal, não posso achar que é proporcional alguém que comete gestão fraudulenta receber uma pena menor e alguém que comete dano receber uma pena maior. Eu não consigo entender essa lógica do Código. Então, a minha posição é a de que não deveríamos aderir a esse anteprojeto, que hoje já é um projeto.

Fica o meu registro disso.

Não quero ser incoerente, mas já que a decisão do nosso grupo de trabalho é a de aderir, eu queria colocar duas coisas que não contemplamos. E peço desculpas, porque ontem eu estava registrando minha inscrição para o Conselho da Ordem e não compareci à reunião conjunta aqui, mas eu queria sugerir e pedir ao grupo que deliberasse, se fosse possível, Presidente, sobre o seguinte: nós não contemplamos a questão da responsabilização da pessoa jurídica, que considero fundamental, porque lá há a previsão do crime de não dar emprego ou de demitir motivado por racismo. Nesse crime não podemos tocar só na pessoa que vai lá e assina o ato de demissão; nós temos que responsabilizar criminalmente a pessoa jurídica, a empresa que cometer esse tipo de crime de seleção de ingresso por motivos raciais e que demitir por esse motivo. Ela tem que receber uma pena. Então, eu pediria que a gente... Talvez depois a gente reduza esse texto a uma emenda. Esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto é o seguinte: as penas, nós deveremos somá-las nessa linha de que o Dojival fala: nós temos que pensar em penas diferentes do encarceramento, ou seja, aquelas penas que estão na Lei de Improbidade Administrativa: quem comete crime de racismo não pode contratar com o Estado. Isso é fundamental. Eu não posso ter empresas e pessoas naturais que contratem com o Estado, que recebam dinheiro público e sejam racistas. Quem comete crime de racismo não pode prestar concurso público nem continuar em cargo público. Então, seria uma forma de dar a esse tipo a grandeza que ele tem, sem ter que recorrer à velha prática do encarceramento, que tanto nos atinge, que, na verdade, nos atinge preferencialmente.

Então, eu queria somar essas duas propostas. Sei que faço isso extemporaneamente, mas, se o grupo permitir, serão essas as proposições que gostaria de submeter à apreciação dos senhores. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Muito obrigada, Dr. André Luiz Moreira.

Quero aproveitar para fazer um registro: eu me senti muito feliz ao vê-lo aqui conosco, um companheiro militante na área de direitos humanos, no Estado do Espírito Santo, que tem ajudado muito as entidades de direitos humanos. Que bom o senhor estar aqui, debatendo esse tema tão importante, trazendo contribuições para a reforma do Código Penal.

Obrigada pela sua presença.

Parabéns pela sua atuação. A OAB do Estado do Espírito Santo, realmente, com o seu trabalho, se sente muito honrada por ter em seus quadros profissionais comprometidos com a sociedade, comprometidos com os movimentos de direitos humanos. Isso é muito importante. Quem bom o senhor estar aqui hoje, fazendo parte desta Mesa juntamente com os demais convidados. É uma alegria ver tantas pessoas presentes aqui fazendo esse debate tão importante.

Obrigada pela sua presença.

O SR. ANDRÉ LUIZ MOREIRA – Senadora, a recíproca é verdadeira, porque o Estado do Espírito Santo passou, e ainda passa, durante muito tempo, por situações muito graves de violação de direitos humanos, e a Senadora Ana Rita é uma das vozes incansáveis nessa luta junto com a Deputada Iriny Lopes. Nós temos militantes à altura dos problemas do Estado do Espírito Santo.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Dr. André.

O SR. CARLOS ALBERTO SOUZA E SILVA JUNIOR – Senadora, V. Exª me permite?

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Sim.

O SR. CARLOS ALBERTO SOUZA E SILVA JUNIOR – Senadora, gostaria de entregar à senhora a proposição do nosso grupo de trabalho. Nós já entregamos uma cópia ao Senador Paulo Paim, mas fazemos questão de entregar, em nome do grupo que foi constituído lá na Seppir, a nossa proposta de alteração do anteprojeto do Código Penal.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Agradeço a contribuição que vocês nos trazem.

Faço parte também da Comissão do Código Penal. Nós estamos fazendo um debate interessante, internamente, no mandato, para oferecer contribuições do ponto de vista da mulher, considerando que o trabalho que estamos realizando através da CPMI tem nos ajudado a perceber que é preciso estar atento ao Código Penal, para que não haja retrocesso na Lei Maria da Penha.

Essa contribuição que estamos recebendo da Seppir vai somar, e muito, ao que estamos acumulando no mandato para contribuir na discussão do Código Penal. Muito obrigada pela contribuição da Seppir e obrigada pela presença de vocês.

Pelo que sei, vamos ouvir agora a Drª Silvia Nascimento Cardoso dos Santos Cerqueira, Presidente da Comissão de Promoção da Igualdade da OAB nacional, mas fiquei sabendo que também é Superintendente Federal de Pesca e Aquicultura do Estado da Bahia.

Parabéns pelo trabalho que a senhora faz e pelo espaço que ocupa hoje muito bem.

A SRª SILVIA NASCIMENTO CARDOSO DOS SANTOS CERQUEIRA – Obrigada, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Acho que são 10 minutos? (*Pausa.*)

Dez mais cinco. Está bem.

Doutora, pode continuar.

A SRª SILVIA NASCIMENTO CARDOSO DOS SANTOS CERQUEIRA – Não creio que utilize todo esse tempo.

Eu gostaria de dar bom-dia a todos e a todas.

Quero cumprimentar, ou melhor, cumprimento o Senador Paulo Paim por essa brilhante, agora representado pela Senadora Ana Rita...

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Só um minutinho. Vou retornar a Presidência ao Senador Paulo Paim, mas estarei aqui acompanhando toda a discussão, todo o debate.

Obrigada.

O SR PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Obrigado, Senadora Ana Rita. (*Palmas.*)

A SRª SILVIA NASCIMENTO CARDOSO DOS SANTOS CERQUEIRA – Gostaria de cumprimentar...

Senador, eu estava parabenizando-o pela brilhante iniciativa de trazer o tema para discussão na Comissão de Direitos Humanos, que o senhor preside, e, obviamente, pela sua trajetória, que todo o Brasil conhece, nessa luta incansável no combate ao racismo e a todo tipo de discriminação racial.

Quero cumprimentar ainda o nosso DD. Relator, o brilhante, ilustre mestre de todos nós, Prof. Hédio Silva, bem como o ilustre Dojival Vieira.

Quero fazer um cumprimento especialíssimo ao nosso Ouvidor, Carlos, que representa a nossa Ministra, que muito me honra, como mulher, como negra, por estar à frente desse Ministério, que tem feito uma verdadeira revolução no nosso País. Quero agradecer também, neste momento, à Ministra Luiza.

Quero ainda cumprimentar o colega André Moreira e o meu companheiro de Estado Sérgio São Bernardo, ilustre Advogado; cumprimentar o Dr. Almiro Sena, nosso Secretário de Justiça e também um grande batalhador, ou melhor, um dos iniciadores da Procuradoria de Combate ao Racismo no Estado da Bahia, e dizer que não irei repetir todas as coisas que já foram ditas, embora, Senador, a lógica da chamada aqui nesta Mesa não tenha me favorecido muito, porque estou falando por último, obviamente, após brilhantes discursos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mas isso foi tudo articulado. Nós fizemos o seguinte: quem é que vai encerrar a Mesa principal? Como as mulheres estão até na Presidência da República – isso é bom, minha querida Dilma –, tem que ser uma mulher para encerrar esta Mesa. Por isso a senhora está fechando a Mesa.

A SRª SILVIA NASCIMENTO CARDOSO DOS SANTOS CERQUEIRA – Muito bom. Até me senti fortalecida quando a Senadora Ana Rita se sentou aqui e está aqui na minha frente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Se a senhora quiser, vou para lá e ela vem para cá. (*Risos.*) Isso é para descontrair.

A SRª SILVIA NASCIMENTO CARDOSO DOS SANTOS CERQUEIRA – Mas, enfim, eu não posso deixar de, neste momento, registrar essa participação nossa, que tem muito a ver com a nossa militância no seio do Conselho Federal da Ordem dos Advogados, enquanto presidi a Comissão de Promoção da Igualdade do Conselho Federal, local que me possibilitou estabelecer bons convênios, importantes convênios, inclusive com a Seppir, quando fizemos algumas ações no sentido de promover esse debate não só no seio do Conselho Federal, mas também em todas as seccionais, levando esse tema para as escolas superiores de advocacia em todo o Estado.

Penso que foi uma chamada oportuna, até porque o Prof. Hédio colocou com muita propriedade – e outras pessoas da Mesa também se manifestaram nesse sentido – que há uma necessidade urgente de que nós, operadores do Direito, estejamos preparados para esse enfrentamento. Não bastam só as leis existirem; se não estivermos preparados e devidamente aparelhados para enfrentar as discussões, os fóruns e as cortes, vai ficar muito difícil. Então, eu penso que a chamada da Seppir para esse grupo de debates já nessa contribuição que traz ao Senado e está dando à Comissão, no sentido de encaminhamento dessas emendas. Esse já é um exercício, uma movimentação muito positiva para fazer com que a nossa atuação repercuta para todos os operadores de todo o Brasil, incorporando esse tema nas suas agendas diárias como prioridade nacional.

O racismo é um câncer que precisa ser extirpado de toda a sociedade. Ficamos felizes, Senador, porque nós sabemos que o que permeia, o que direciona o pensamento não só do nosso GT, como também da Comissão de Juristas e de Parlamentares com a incumbência de realizar essa missão está muito distante daqueles nossos clássicos, das escolas clássicas, das escolas antigas que permearam, a exemplo de Garófalo, do próprio Clóvis Bevilácqua, de Nina Rodrigues e tantos outros que fizeram com que tivéssemos hoje um Código extremamente racista e injusto.

Sabemos que o pensamento atual, a despeito de toda a nossa necessidade de fazer alterações substanciais para minimizar ou diminuir ou retirar as desigualdades que permeiam a nossa legislação, que é a função desse nosso grupo e de todos aqueles que advogam essa tese, está distanciado, em muito, deles.

Quero aproveitar a oportunidade para registrar a minha felicidade quando tivemos a notícia, dada pelo nosso querido Ouvidor, de que esse grupo irá permanecer mobilizado – e eu acho de extrema importância –, porque também já foi dito nessa Mesa que esse é o pontapé inicial. Nós teremos que permanecer mobilizados e articulados para que, efetivamente, possamos implementar não só o Código em sua inteireza, mas sobretudo naquilo que nós é afeto, que é a questão do combate ao racismo.

Nós já havíamos estabelecido com a Seppir, nesse acordo que firmamos na última Conferência Nacional da Ordem dos Advogados, com a Ministra Luiza, essa possibilidade de elaborar uma cartilha. Ontem eu senti que houve uma preocupação muito grande da Ministra, Senador, ao dizer, quanto a essa legislação – e ela diz de uma forma peculiar –, que nós temos uma linguagem que não é tão acessível para a nossa comunidade e que é necessário que as pessoas também se apropriem desse instrumental para que possam, efetivamente, combater todas essas práticas.

Como eu disse, não vou me estender, até porque o nosso relator já fez a condução e manifestou o espírito do grupo. Não há mais necessidade, a mensagem já foi passada. Contudo, quero tão somente agradecer a oportunidade de estarmos aqui e dizer que temos certeza de que o Senado será sensível aos nossos encaminhamentos, porque, sem sombra de dúvidas, nós estaremos mobilizados, mas também tenho certeza de que esse será um grande passo em prol da democracia da sociedade brasileira.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Drª Silvia Nascimento Cardoso dos Santos Cerqueira, Presidente da Comissão de Promoção da Igualdade da OAB nacional.Parabéns pela fala, que só veio enriquecer ainda mais o que foi dito até o momento.

Neste momento, pediria aos meus convidados que retornassem aqui, de preferência na primeira fila. E eu passo a montar a segunda Mesa.

De imediato, Dr. Eduardo Pereira da Silva, Presidente da Comissão de Igualdade Racial na OAB São Paulo; Drª Lúcia Maria Ribeiro de Lima, Coordenadora do Comitê Gestor de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Prefeitura de Rio Branco; Dr. Renato Ferreira, Professor de Direitos Humanos do Instituto de Educação Superior de Brasília; Dr. Almiro Sena Soares Filho, Secretário de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Estado da Bahia.

Então vamos à segunda Mesa, depois abriremos um espaço para que todos possam fazer as suas considerações finais. Vou seguir como fiz na primeira Mesa.

Sejam todos bem-vindos aqui.

Passo a palavra pela ordem que recebi da Secretaria da Comissão.

Passamos, de imediato, a palavra ao Dr. Eduardo Pereira da Silva, Presidente da Comissão da Igualdade Racial, OAB São Paulo.

Dr. Eduardo, com a palavra pelo tempo combinado no início dos trabalhos, que são 10 minutos, mais 5 minutos e mais cinco, se assim o convidado entender.

O SR. EDUARDO PEREIRA DA SILVA – Senhoras e senhores, bom dia! Senador Paulo Paim, é uma honra participar desta Mesa, participar desses trabalhos. Temos certeza absoluta de que o Brasil está crescendo, de que o Brasil está evoluindo sob o aspecto cultural. Essa constatação e essa certeza se veem de forma cristalina, de forma nítida, quando nos deparamos com o anteprojeto do Código Penal e, diante desse anteprojeto, construímos uma comissão de estudos que constatou, de todo o trabalho apresentado, sete emendas. Dessas sete emendas, apenas duas supressivas.

Essa constatação dá o entendimento de que a comissão do anteprojeto é absolutamente séria, é uma comissão voltada para o contemporâneo, trazendo a situação real da sociedade brasileira. E digo isso porque, quando nos deparamos com o Código anterior, que ainda está sendo aplicado, que previa pena ao capoeirista, que previa pena ao mendigo, que previa pena ao ébrio, por tudo isso se nota que o negro está sendo enxergado, está sendo visto de uma forma não tão igual, mas diferenciada. Pelo simples fato de sermos negros, nós tínhamos o que o querido André, futuro presidente capixaba da OAB... Torcemos por isso, André. Queremos que você seja efetivamente eleito pelos nossos colegas.

O fato de sermos negros e estarmos na condição de atitude suspeita, isso nos deixou, durante muitos anos, numa situação de reféns, de réus, na qual a dificuldade de provas cabia sempre a nós.

O querido Dojival nos disse que em 66,9% das ações o réu é beneficiado. E ele é beneficiado porque o produto prova no Estado de direito brasileiro é muito difícil.

O Dr. André colocou aqui a possibilidade de se criminalizar a pessoa jurídica nos delitos de racismo em relação à demissão e à admissão. Eu fico preocupado, porque como vamos constituir essa prova?

São coisas que nos vêm à tona, o que ocorre de forma até natural, porque lidamos com o Direito 24 horas por dia. Mas aqui, hoje, nós demos um passo, não porque estamos finalizando um trabalho, mas porque estamos iniciando outro. Sob a batuta do Dr. Hédio da Silva Jr., nós entendemos que essas sete emendas,

sendo três aditivas, duas modificativas e apenas duas supressivas, de certa forma modificarão esse anteprojeto de forma positiva, no intuito de abrigar a tão dolorosa e difícil condição de ser preto, quase preto, branco ou quase branco neste País.

Muito obrigado pela atenção, Senador, que vem mostrando essa luta aguerrida em face da dificuldade de todos nós, negros. Tivemos o privilégio de receber o senhor na OAB enquanto tramitava o Estatuto da Igualdade Racial. E a sua presença até hoje é marcante, porque foi um divisor de águas. Foi a partir da sua presença que a OAB de São Paulo passou a entender a necessidade das políticas de cotas e das ações afirmativas e a advogar em seu prol, em prol do seu trabalho sobre a necessidade de implantação do Estatuto da Igualdade Racial.

Obrigado por esta oportunidade. Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Agradeço ao Dr. Eduardo Pereira da Silva, Presidente da Comissão de Igualdade Racial da OAB São Paulo.

De fato, estive lá uma ou duas vezes e fui muito bem recebido. Fizemos um debate qualificado, tranquilo até com quem pensava diferente. Foi num nível belíssimo. Eu sei que acabei quase declamando uma poesia gauchesca lá, do César Passarinho, se não me engano, a respeito da história do negro. É uma canção que eu acabei declamando, mas não se preocupem porque não vou cantá-la aqui, não. Daí vocês saem todos da sala, dizendo: não, pelo amor de Deus!

O SR. EDUARDO PEREIRA DA SILVA – E a grande realidade, Senador, é que, na OAB de São Paulo, até aquela ocasião, nós tínhamos uma dificuldade em demonstrar para as autoridades constituídas daquele Estado e da própria OAB que a política de cotas não era nenhum favor; era realmente uma questão de reparação, era uma necessidade e uma necessidade com início, meio e fim. A sua presença lá pôs um fim nessa discussão. E, graças ao senhor, hoje temos lá um grupo homogêneo tratando dessas questões, não só através da nossa Comissão de Igualdade Racial, mas também através da Comissão de Direitos Humanos, através da Comissão de Ação Social e de outras. Nós temos 135 comissões, das quais algumas técnicas e algumas de cunho social. Sua presença deflagrou um movimento positivo em prol dos diminuídos, em prol dos esquecidos, em prol dos negros, em prol dos afrodescendentes. Enfim, só temos que agradecer a sua presença, não lá, mas aqui, fundamentalmente.

Muito obrigado.

(*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu agradeço.

Vou acionar o meu gabinete para que providencie aquela canção *Negro de 35*, do já falecido César Passarinho. Vocês todos conheceram, alguém aqui, o Dante Ramon Ledesma? Ele contava um episódio, sempre, do César Passarinho, que já faleceu, o negro cantor do Rio Grande do Sul que ganhou a maioria das Califórnias da Canção. E ele contou que, numa oportunidade, eles foram fazer um show no interior e, na hora de o César Passarinho subir, quem estava pagando o show disse: "Olha, temos um problema aí. Esse aí é negro, esse aí não pode subir aqui." Quando o Dante Ramon Ledesma conta, a gente se emociona muito. Estou segurando a emoção aqui, porque estou me lembrando de ele contar. Inclusive o Dante está doente. É um cantor sem fronteiras, um revolucionário, digamos, da América Latina. Ele disse que todos os outros cantores, brancos...

(*Pausa. Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – ...nenhum subiu ao palco. "Mas então não tem show. Se o César Passarinho não subir, não tem show." E, com esse gesto, eles mudaram a história do Município.

(*Pausa. Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Em resumo, o César Passarinho subiu e foi o mais aplaudido da noite. O cara era bom mesmo, muito bom. Morreu jovem. Se não me engano, com 47 anos.

Mas vamos lá. Deixando a emoção, para não tomar conta da razão, mas o coração tem que falar de vez em quando, não é? O coração diz, de vez em quando: "Me deixa falar um pouquinho, só falam vocês aí!"

Então, passamos a palavra, neste momento, depois da palestra brilhante do Dr. Eduardo, à Dra. Lúcia Maria Ribeiro de Lima, Coordenadora do Comitê Gestor de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Prefeitura de Rio Branco. Eu tive a alegria de – digo em público – assinar para ela o Estatuto da Igualdade Racial. Fiquei muito orgulhoso.

A SRª LÚCIA MARIA RIBEIRO DE LIMA – Bom dia a todos, bom dia a todas.

Senador Paim, é um prazer estar vivendo esta experiência neste momento, porque é uma pessoa que a gente admira muito. Tanto o então Deputado Federal Nilson Mourão quanto o Deputado Federal Sibá Machado já fizeram vários convites, mas até hoje o senhor ainda não foi ao Acre.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mas eu vou, eu vou.

A SRª LÚCIA MARIA RIBEIRO DE LIMA – Não estou lhe cobrando, estou lembrando (*risos*) que é para, um dia, o senhor comparecer ao Acre e fazer esse debate. A gente sabe da sua agenda, mas do seu domínio dessa discussão, da sua paixão e, por

essa razão mesmo, a gente gostaria que o senhor compartilhasse um pouco do seu conhecimento com a nossa população, com os nossos militantes, com os políticos do nosso Estado.

Então quero, primeiro, agradecer esse momento, mas reforçar esse convite que já foi feito pelo então Deputado Federal Nilson Mourão, que hoje é Secretário de Estado de Direitos Humanos, e pelo Deputado Federal Sibá Machado.

Gostaria também de cumprimentar, de maneira especial, o nosso ouvidor Carlos Alberto e agradecer a ele e à Ministra Luiza a oportunidade de fazer parte deste grupo. Não me considero, não sou uma especialista, mas assim me sinto desde ontem. O que vivenciamos na reunião, o que estamos vivenciando aqui, no almoço, no restaurante, tem sido melhor do que qualquer escola, principalmente escola de Direito. Agradeço por esta oportunidade, principalmente por saber que esse grupo vai continuar.

Gostaria também de cumprimentar e agradecer aos colegas advogados e advogadas por essa disposição de contribuir com todos, de compartilhar. E principalmente ao Dr. Hédio, que eu não conhecia, e fiquei encantada. Desde ontem, estou encantada com o Dr. Hédio, com o Dr. Dojival e com o Dr. André – o outro André, que estava no grupo ontem –, pela juventude e pela forma como foram feitas as falas, o que aconteceu.

Gostaria de aproveitar e já pedir para a Dra. Silvia, que eu também não conhecia. Estamos vivenciando, na OAB, o momento de eleição das seccionais. Na OAB do meu Estado, não temos uma comissão que trata da questão da igualdade racial, até porque as pessoas pensam que no Acre não há negros. Só que 72% da população do Estado, 72% da população do Município é composta de negros e negras, de acordo com o que está definido no Estatuto da Igualdade Racial: a autodeclaração. E eu gostaria de enfatizar, de reforçar todas as propostas, todas as falas que já foram feitas a respeito da contribuição.

Agradeço imensamente a oportunidade de fazer parte deste momento em que se constata, desde a criação da Seppir, principalmente, um grande avanço no enfrentamento das questões raciais no nosso País. Com a criação da Seppir e agora, com a constitucionalidade das cotas, com a lei, hoje, no meu Estado, está sendo discutida, na Universidade Federal do Acre, a adoção de 25% das cotas já para o vestibular deste ano. São os avanços que estamos constatando. E relembro a questão dos quilombolas também, os avanços que a temos tido nessas questões.

Gostaria, Senador e colegas, de reforçar um pouco do que foi passado no vídeo. Eu me senti feliz de ver contemplada, no vídeo, a população LGBT, as discriminações que vêm sofrendo, a população indígena. Neste momento, o que temos que fazer, como negros e negras, é apoiar a luta dos povos indígenas, porque eles devem ser os protagonistas da sua história, das suas conquistas, da defesa dos seus direitos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Permita-me dizer que amanhã a Comissão de Direitos Humanos vai fazer uma audiência pública. Estão convidadas diversas lideranças e autoridades do País para discutir a questão dos índios guarani-kaiowá, que ameaçaram, inclusive, um suicídio coletivo. E foi importante, porque esta Comissão – eu lhe pedi um aparte neste momento – cuida exatamente de todo o campo que a senhora retratou aqui, na sua fala.

Eu estava no interior do Rio Grande do Sul, em plena campanha – confesso –, quando soube do fato. De imediato liguei para cá, aprovamos o requerimento e convocamos todos os envolvidos.

A audiência pública será amanhã pela manhã. E felizmente, ontem, às cinco da tarde, se não me engano, a Justiça deu uma liminar mantendo a comunidade indígena na terra que é dela de direito. Então, parabéns, e parabéns à Justiça pela decisão da liminar. (*Palmas.*)

A SRª LÚCIA MARIA RIBEIRO DE LIMA – Com certeza.

É também importante destacar, do que vimos nesse vídeo de 6 minutos, a necessidade – como alguns colegas já falaram – de que esse não seja um Código Penal de punição da população negra do nosso País.

Agora, eu queria também falar sobre o que me preocupa. Eu vi o Dr. Luiz Flávio Gomes – imagine, quem sou eu para criticar o Dr. Luiz Flávio Gomes – falar das minorias.

Nós não somos minorias. Somos 97 milhões, compomos 97 milhões da população do nosso País. No meu Estado, nós somos 72%, a população negra. Então me preocupa termos um anteprojeto de Código Penal elaborado e ter na Comissão pessoas que pensam dessa forma, como se nós fôssemos uma minoria, e nós não somos minoria. Nós somos a maioria deste País, nós somos a maioria no meu Estado, nós somos a maioria no meu Município.

Com relação à questão das mulheres, eu queria cumprimentar a Senadora Ana Rita. Sou militante do movimento de mulheres também. Que se possa garantir que o Código Penal mantenha e avance nas conquistas das mulheres, principalmente na punição à violência doméstica, porque nós não podemos continuar com esse quadro que temos no nosso País, de mulheres que sofrem violência todos os dias, a cada hora, a cada minuto. É importante que todos nós possamos apoiar essa luta, que tem à frente o movimento de mulheres, para que não haja retrocesso.

Também com relação – estou falando enquanto militante do movimento de mulheres – às conquistas relativas à questão do aborto, não podemos permitir retrocesso quanto a isso. Temos de garantir que as conquistas das mulheres vão para frente. Temos que impedir que centenas e centenas de mulheres morram por conta de abortos malfeitos, abortos clandestinos, ou que tenhamos mulheres, na sua maioria pobres e negras, algemadas em camas de hospital por terem feito ou serem acusadas de fazer aborto ilegal.

Como estamos na Comissão de Direitos Humanos, estamos discutindo direitos humanos. As mulheres negras são as principais vítimas, e temos de acabar com isso no nosso País.

No mais, Senador, dizer que ontem, após a reunião, estive com o Senador Anibal Diniz, que é o Vice-Presidente desta Casa. Apresentei a ele as nossas propostas, mas não as entreguei, porque gostaria de deixar isso para o nosso Ouvidor – se for preciso também entrego. O Senador Anibal elogiou a sua participação e disse que o Senador Paim e poderá fazer tudo o que for possível. Disse ainda que está à disposição, como Senador, para tudo o que for preciso. Então o Senador Anibal Diniz, que é do meu Estado, Vice-Presidente desta Casa, colocou-se à disposição.

Também tive uma conversa com o Senador Jorge Viana, que é o Vice-Presidente da Comissão que trata do anteprojeto e, da mesma forma, o S. Exª se colocou à disposição. Está aberto para receber as propostas e designou o seu assessor, Paulo Emílio, para fazer o acompanhamento. Já passei os contatos também da Seppir, do Ouvidor, para que essas discussões e as nossas propostas possam ser aceitas. E, se for preciso mais apoio, com certeza eles estão à disposição, aqui no Senado, para contribuir conosco nessa discussão.

No mais, registro o avanço que estamos tendo no enfrentamento ao racismo. Como disse a Drª Silvia, é um câncer que precisa ser extirpado da nossa sociedade.

Enquanto não era advogada, eu era uma negra, como disse o doutor. Agora que virei advogada: "Não, você não é negra". Então é o seguinte: sou negra, sou mulher, sou militante e quero ver o racismo sendo combatido no nosso País. Quero chegar a uma delegacia, seja para fazer uma queixa, seja para acompanhar um cliente e que isso seja feito por um delegado e que ele possa registrar a queixa. Quero chegar ao Tribunal de Justiça do meu Estado, fazer a pesquisa e constatar quantos crimes de racismo foram julgados naquele ano, quem venceu e quem perdeu. Isso, até hoje, não é possível. Vamos às delegacias, e não encontramos às denúncias. Quando ligamos para o Ciosp – Centro Integrado de Operações em Segurança Pública, há uma denúncia, a polícia vai lá e a encaminha para a delegacia, mas, quando chega à delegacia, nada é feito. Vamos às varas criminais e lá, da mesma forma, o que diz uma secretária que trabalha há 8 anos numa vara criminal: "Olha, tive conhecimento de cinco casos. Uns foram arquivados, no outro o autor não apareceu e, no outro, foi feito um acordo com a vítima. E os juízes não dizem nada".

Nós precisamos mudar essa realidade jurídica para que possamos ter uma sociedade justa, onde as diferenças não sejam sinônimo de desigualdade, mas sim de enriquecimento do nosso País.

Muito obrigada, Senador.

Obrigada a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Drª Lúcia Maria Ribeiro de Lima, Coordenadora do Comitê Gestor de Política de Promoção da Igualdade Social de Rio Branco.

Quero aqui enfatizar que considero importante esse movimento que a senhora já fez, conversando com o Vice-Presidente desta Casa, Senador Anibal, e também com o Vice-Presidente da Comissão do Código Penal, Senador Jorge Viana. Pelo que percebi, teremos o apoio de ambos para que as propostas aqui apresentadas, e também a eles, sejam incluídas no próximo Código Penal. Parabéns pelo movimento feito.

De imediato, passo a palavra ao Dr. Renato Ferreira, Professor de Direitos Humanos do Instituto de Educação Superior de Brasília. O Dr. Renato está conosco, eu diria, de uma forma ou de outra, ajudando há muito tempo. Você veio a Brasília junto com o Thiago, não? Na mesma época?

O SR. RENATO FERREIRA – Um pouquinho antes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Um pouquinho antes. O Thiago veio trabalhar comigo e agora é um dos assessores diretos do Ministro Aloizio Mercadante.

Seja bem-vindo, Renato. É uma alegria ter convivido com vocês, com a força, com a garra da juventude. Eu me lembrei de vocês dois, que estiveram mais ligados diretamente a nós, mas são inúmeros os jovens da comunidade negra, não só da área do Direito, mas de outras, que se apresentam aqui como militantes da causa, de forma espontânea, tranquila e têm nos ajudado muito.

Renato, com a palavra.

O SR. RENATO FERREIRA – Bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – E tu tens outra coisa boa que eu vou elogiar aqui. Posso elogiar? É que o nome dele é Renato, e o meu é Paulo Renato. (*Palmas.*) Isso é só para descontrair a nossa audiência.

O SR. RENATO FERREIRA – Bom dia a todos e a todas.

Primeiramente, gostaria de agradecer imensamente o convite da Comissão para que eu possa aqui tecer algumas considerações sobre um tema tão caro para nós, brasileiros e brasileiras. Gostaria de agradecer imensamente o convite, Senador Paim, e dizer que é uma alegria muito grande participar deste evento. Gostaria de me congratular com os meus companheiros e companheiras de Mesa. É uma honra estar aqui, compartilhando este momento histórico com vocês. Gostaria de cumprimentar esta Casa, que nos brindou recentemente com a aprovação da Lei de Cotas e já neste momento gostaria de agradecer imensamente à Senadora Ana Rita, do PT do Espírito Santo (*Palmas*.), que relatou o projeto da lei de cotas, pelo esforço que fez, juntamente com sua assessoria – estou vendo ali o Penna Fort –, que foi fundamental para a aprovação na CCJ e, depois, no plenário.

A Lei de Cotas traz um impacto significativo para a população negra de maneira especial, mas para os brasileiros e as brasileiras de uma maneira geral. Para que tenhamos uma ideia do impacto dessa legislação, quando ela estiver sendo cumprida totalmente nas universidades públicas do Brasil, nós vamos ter em média cerca de 60 mil estudantes negros e negras ingressando nas universidades públicas federais por ano. Isso não é pouca coisa. Nós estamos tratando aqui de uma revolução importantíssima na educação superior. A Senadora Ana Rita foi fundamental nesse processo, e nós devemos muito ao seu trabalho. Eu gostaria de agradecer-lhe efusivamente por isso.

Uma outra questão que eu gostaria de compartilhar, Senador Paim, é que raras vezes...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Então anuncie que a Senadora Lídice da Mata veio aqui.

Ela é lutadora nossa. (*Palmas*.) Sempre, sempre na linha de frente. Grande baiana. Senadora da Bahia que não mede esforços para defender qualquer questão que vá pela linha de combate aos preconceitos.

O SR. RENATO FERREIRA – Obrigado, Senador.

Outra questão que eu gostaria de comentar, Senador, é que poucas vezes nós, que somos juristas e trabalhamos diretamente ligados à questão da promoção da igualdade racial e do enfrentamento do racismo, temos a possibilidade...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Dê-me uma licencinha, só um segundinho, porque eu gostaria de comunicar ao Senador Paim e de registrar a presença da suplente do Senador Walter Pinheiro, que é a nossa companheira Silvia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senadora. Eu não sabia. (*Palmas*.)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Senadora também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senadora.

Então vamos acabar com esta história de dizer que só existe um negro Senador. Há um negro e uma negra.

O SR. RENATO FERREIRA – Raramente nós temos a oportunidade – nós, juristas que trabalhamos diretamente com a questão racial – de nos encontrarmos e de raciocinarmos, debatermos, trazermos considerações importantes sobre esse tema.

Nós temos hoje uma rede de juristas, no Brasil, que trabalham combatendo o racismo, quer seja nos seus escritórios, quer seja nas OABs, quer seja na Defensoria Pública, no Ministério Público. E poucas vezes temos tempo de nos encontrar para refletir sobre essas questões comuns. Então o encontro que V. Exª está promovendo aqui, nesta audiência pública, também reforça esse movimento.

Eu me solidarizo muito com a fala do Dojival aqui na Mesa, que foi nesse sentido. Quer dizer, cada vez mais é importante que tenhamos este espaço de diálogo e que possamos contar com lideranças como V. Exª nesse processo.

A sua iniciativa é fundamental, não só pela questão tópica do novo Código, mas também porque V. Exª reforça o movimento que tem que se capilarizar, sobretudo após o impacto da decisão positiva do Supremo Tribunal Federal, que, por unanimidade, disse que as políticas de cotas raciais são constitucionais.

É fundamental que nós, juristas que trabalhamos com a promoção da igualdade racial e do enfrentamento ao racismo, tenhamos, a partir da decisão do Supremo, novos paradigmas de enfrentamento dessa questão. E eu digo isso nesta primeira fala.

Nós não estamos mais isolados, sob o ponto de vista da interpretação jurídica, sob o ponto de vista do movimento jurisdicional do enfrentamento ao racismo.

O Supremo falou sobre questão racial e falou alto, falou grosso, falou por unanimidade. E nós temos que refletir e nos debruçar sobre os impactos jurídicos dessa decisão, que é *erga omnes*. Isso não é pouca coisa. E nós, cada vez mais, temos que nos debruçar sobre os impactos dessa decisão.

A discussão aqui é outra. É sobre o novo Código Penal. Eu tenho algumas inquietações que já foram trazidas, de uma maneira geral, por vários juristas que passaram por aqui. E gostaria de tratar de algumas delas com as senhoras e os senhores.

A primeira é a seguinte: a minha fala vai ser muito pautada na questão da efetividade diante do racismo brasileiro. A efetividade – vai dizer o Luís Roberto Barroso – é a eficácia social da norma. Existe uma norma que se regula, coloca-se e se desdobra sobre um fato social, no caso o racismo. No momento em que o fato social racismo ocorre, então nós temos uma norma, nós temos uma legislação antirracista que vai tentar compor esse conflito. Está certo?

E qual é o desdobramento fático disso no aparelho judicial brasileiro? Via de regra, os operadores do Direito, de uma maneira muito especial, quando vão analisar essa questão, dizem que há um problema de efetividade no enfrentamento ao racismo brasileiro.

Não vou adiantar quais são as causas. Muitos pesquisadores já trataram sobre isso. O Afropress, vira e mexe, traz esse tema de maneira muito peculiar e, como sempre, como de costume, com muita qualidade no debate. Mas, de uma maneira geral, os juristas que trabalham – negros e não negros – com esse tema reclamam muito que as leis antirracistas no Brasil não têm a efetividade necessária.

E aqui é importante fazer um corte. Quando se fala de lei antirracista, trata-se de um campo maior, de um campo *lato* do Direito, que é o Direito contra a discriminação racial, que envolve não só as normas objetivas, *stricto sensu,* contra o racismo, como no caso da Lei Afonso Arinos, do próprio artigo da Constituição, da Lei Caó, que traz a regulamentação da Constituição, e do crime de injúria racial de que V. Exª foi autor, enfim, todo esse arcabouço jurídico normativo contra o racismo, como conduta criminosa. Esse é um aspecto do Direito contra a discriminação racial, mas nós não podemos esquecer outro aspecto, que são as políticas de ação afirmativa.

Todo marco legal de promoção da igualdade racial também compõe as normas antirracistas. E por quê? Porque elas derivam do enfrentamento ao racismo naquilo que diz respeito às desigualdades produzidas por ele. Então o Estatuto da Igualdade Racial, de que V. Exª foi autor, também compõe esse campo normativo imprescindível para a nossa luta. São, na verdade, os nossos instrumentos de trabalho cotidiano.

Quando advogava na OAB do Rio de Janeiro – e tenho orgulho de estar aqui com o companheiro Rogério, que veio representa-la –, conseguimos fazer um trabalho muito bacana, Senador, e criamos a Comissão de Igualdade Racial e Enfrentamento ao Racismo, cujo presidente é o nosso Marcelo Dias, que foi duas vezes Deputado Estadual, também do PT, do Partido dos Trabalhadores. Ele tem dado uma contribuição importante no nosso Estado. Mas o que eu queria focar é que há essa bifurcação quando se trata do Direito e das relações raciais.

Nós temos normas que vão combater a desigualdade racial e outras que vão enfrentar o racismo mais diretamente, como conduta criminosa. E quando se avalia, de uma maneira ou de outra – já tratando do impacto disso no Poder Judiciário –, há visões distintas.

Via de regra, o movimento negro sempre lamentou muito, sempre se queixou muito, sempre lutou muito contra o racismo institucional do Poder Judiciário.

Há muitas pesquisas. O Dr. Edson Silva Júnior, que estava aqui, também tem estudos maravilhosos sobre isso, em que, de certa forma, se denuncia a falta de efetividade da legislação antirracista.

Uma das causas importantes seria a baixa efetividade ou a baixa importância no aparelho jurisdicional, não só os juízes de uma maneira geral, na sentença, mas no aparelho como um todo. O aparelho jurisdicional como um todo, desde o escrivão da delegacia ao delegado, ao Ministério Público. Enfim, todo o encaminhamento feito para combater o racismo especificamente traz problemas. Quem já trabalhou em disque racismo sabe muito do que eu estou falando. Eu lembro, no Rio de Janeiro, a dificuldade de se registrar um boletim de ocorrência num caso clássico de racismo contra uma empregada doméstica, da patroa contra a empregada. Lembro-me de não conseguir registrar, de ter que, enfim, chamar todo o grupo da comissão e ir lá para fazer aquilo que é dever de ofício da autoridade policial. Nesse aspecto, temos essa crítica que acho que tem muita verdade.

Foi falado aqui, por mais de um interventor, que o Professor Marcelo Paixão – no estudo que fez, está até aqui, que é o Relatório das Desigualdades Raciais –, quando avalia o sistema judiciário brasileiro, diz que 65,9% das ações antirracistas são vencidas pelos réus. Esse é um dado muito significativo para o nosso enfrentamento. Quer dizer, as ações são intentadas na Justiça, mas, no momento em que as decisões saem, os réus não são condenados ou não são condenados devidamente. Esse é um fator significativamente importante.

Queria render uma homenagem ao Disque Racismo. Vou chamar de Disque Racismo de uma maneira geral, viu, Dojival? Entendo o Disque Racismo de uma maneira ampla, porque temos que nos solidarizar e lembrar sempre os companheiros e companheiras juristas, não juristas, psicólogos, cientistas sociais, historiadores que estão, Brasil afora, tentando enfrentar o racismo, dando assistência jurídica, muitas vezes gratuita, às vítimas de racismo no Brasil. (*Palmas.*)

O Instituto Ibase, em 2009, fez um levantamento de que tínhamos no Brasil cerca de 65 instituições

chamadas Disque Racismo, a maioria delas no Estado de São Paulo – acho que 24 instituições –, mas o que chamava mais a atenção é que a maioria era de instituições privadas, e não de instituições públicas. Sabemos que o racismo, todos nós temos que combater, mas o Estado tem o dever institucional republicano, Dojival, de combater o racismo. Então, cada vez mais é necessário que as instituições públicas tenham o Disque Racismo instituído no seu bojo. Não é possível que as ONGs, que a sociedade civil de uma maneira geral, tenham a maioria das iniciativas antirracistas do País.

As defensorias públicas, o Ministério Público, não de uma maneira geral, mas de uma maneira específica, há que haver núcleos de enfrentamento ao racismo e de promoção da igualdade racial. E isso deve ser um desdobramento, inclusive, da própria decisão do Supremo, como eu dizia aqui. Não dá para instituições sérias e importantes, republicanas, como essas que citei aqui, dentre outras, não terem, especificamente, um trabalho dirigido, núcleos voltados para essa situação. Isso é muito importante para a nossa luta, reforça a nossa luta. Necessitamos desse aparato.

O Disque Racismo, quando vamos entrevistar as pessoas que o coordenam, elas falam da dificuldade que é operar o sistema jurisdicional repressivo contra o racismo no Brasil. E novamente as teses corroboram tudo que o movimento negro vem dizendo, quer dizer, há aqui certo racismo institucional, como querem alguns doutos, que impede que a lei antirracista seja efetiva. Está certo?

Portanto, Senador, essa iniciativa – que não deve parar aqui, tenho certeza que vai continuar – deve ter um rumo, ter um norte significativo, no sentido de buscar um sistema repressivo antirracista no Brasil, um sistema, Senador, que contemple não só a alteração do novo Código, mas as alterações que são desdobramentos necessários para a efetividade dessas novas normas, como o Código de Processo Penal. Inclusive, acho que o grupo deveria se debruçar, tão logo termine esse primeiro trabalho, sobre as alterações que o Código de Processo Penal deve ter para que essas legislações sejam mais efetivas, e aí...

(*Soa a campainha*.)

O SR. RENATO FERREIRA – ...falamos de um sistema específico de prevenção, um sistema de repressão, portanto, e de um sistema de apoio às vítimas de racismo, também solidarizando-me com a fala do Dojival, quer dizer, de tratamento dos racistas, das pessoas que cometem discriminação. Há penas alternativas e outras que, como ele citou muito bem aqui, podem ajudar muito.

Temos que cumprir todo esse arco de instituição e acho que a política pública nesse sentido... A Seppir, evidentemente, está de olho nisso. Nosso Carlos Alberto está aqui e tem trabalhado nesse sentido, mas acho que temos que rumar para um sistema de prevenção, repressão e apoio às vítimas de racismo.

Agrada-me muito a ideia da Lei Maria da Penha, que foi mais ou menos nesse sentido. Se não temos essa noção de sistema, não vamos conseguir dar a efetividade que a legislação antirracista merece ter no nosso País.

Outra questão que vou tratar especificamente é ressaltar, algumas considerações que tenho sobre o novo Código.

Fiz rapidamente esse quadro comparativo que faz um cotejamento com o Código anterior. A legislação antirracista é mais do que o Código Penal anterior. A legislação antirracista que está em vigor e as propostas de alteração.

Coloquei em vermelho algumas coisas que considerei fundamentais para discutirmos, mas não tenho a pretensão de esgotar o tema, até porque o Hédio já fez isso com muita propriedade.

Queria render uma homenagem ao nosso decano Hédio Silva Júnior, porque, entre nós, juristas negros, é um orgulho tê-lo como um farol, como um coordenador desse debate no Brasil. Eu dizia para ele, ontem, Senador Paim, que – não vou citar o tempo –, quando comecei a estudar o Direito das Relações Raciais, era muito comum termos, nos textos dos historiadores, dos sociólogos, dos antropólogos, os debates mais candentes e os melhores textos sobre questão racial. Os artigos do Professor Hédio Silva Júnior já estavam lá, como uma referência jurídica fundamental para podermos nos especializar. Creio que ele, nesse debate, merece um reconhecimento especial, porque devemos a ele a introdução, de maneira digna, da matéria Direito de Relações Raciais no ordenamento jurídico brasileiro. Devemos isso a ele. (*Palmas*.) Ele é a pessoa que mais se tem dedicado a esse tema no Brasil. É, de longe, o que mais produziu sobre isso, o que mais atua sobre isso, o que mais faz defesas e sustentações sobre isso. Quem viu a sustentação dele no Supremo, na questão das cotas, vai entender bem por que estou rendendo essa homenagem especial ao Professor Hédio Silva Júnior.

Para começar, e já como último ponto da minha intervenção, a nossa legislação vai tratar, pela primeira vez, o crime de racismo como crime hediondo. Houve certa celeuma quando essa introdução, quando essa modificação foi colocada, mas acho que não há maiores dificuldades, porque, se o próprio Constituinte inaugura o Estado Democrático de Direito dizendo que a República Federativa do Brasil repudia o racismo, então o racismo não pode ser outra coisa se não

crime hediondo. Ele tem que ser crime hediondo, não há como não ser. Temos que ver os desdobramentos que o fato de essa conduta ser criminalizada dessa forma vai encerrar.

Vamos passar aqui rapidinho. Só coloquei, em vermelho, algumas, Senador. Vamos lá, vamos passando.

Esses são os crimes hediondos, que são insuscetíveis de fiança, anistia e graça, e continua. Vamos lá.

Isso é fundamental, porque todos os juristas, de uma maneira geral, que se debruçam sobre esse tema, e as pesquisas também, vão dizer que há uma questão ali, Senador, em que as autoridades não diligenciam de maneira correta a lei antirracista. Está certo? Isso é prevaricação, em direito. Quando o delegado deixa de cumprir o dever de ofício, isso é prevaricação. Eu até dizia que poderíamos ter uma circunstância agravante específica para o caso de prevaricação quando ficasse comprovado que a autoridade não diligenciou corretamente a situação de crime de racismo por entender que aquilo não foi racismo.

Aqui há, Senador, uma interpretação que chamo de interpretação eufêmica da Constituição, porque ela queria mais, queria o crime de racismo inafiançável. Aí veio o intérprete da Constituição – no caso, o delegado de polícia ou o próprio promotor – e desclassificou a conduta. Por exemplo: pega o crime de racismo e transforma em crime de injúria racial ou pega o crime de injúria racial e transforma no crime de injúria. Quer dizer, isso acontece muito...

(*Soa a campainha*.)

O SR. RENATO FERREIRA – ...no nosso ordenamento. (*Palmas*.). Isso tem acontecido cotidianamente. Talvez, com essa circunstância agravante que está sendo colocada no art. 77 do novo Código, tenhamos uma ferramenta, Dojival, para tentar frear um pouco essa assanha das autoridades judiciais em não promover corretamente os atos antirracistas.

A questão da injúria qualificada, Senador.

Cada vez mais a legislação antirracista no Brasil está sendo ampliada para, na verdade, deixar de ser uma legislação específica antirracista e se tornar uma legislação antidiscriminação de maneira ampla. Veja ali que há questão de identidade, opção sexual, idade, deficiência, condição física, religião ou origem. Quer dizer, está pegando um tipo penal amplo; outros grupos historicamente excluídos, como os homossexuais, também vão integrar, segundo o novo Código, essas figuras. Isso é um avanço significativo para o fenômeno de combate à discriminação no Brasil, tanto é que o novo Código, quando trata dessas questões, cria um capítulo que acho muito interessante dos crimes contra os direitos humanos. E é disso que estamos tratando aqui.

Pode passar.

E aqui, Senador, tem uma questão fundamental: nós que lecionamos em faculdades de Direito sabemos que a legislação antirracista é extravagante. Via de regra, os colegas professores, que têm que se debruçar sobre esse assunto, não tratam das legislações extravagantes, mas das principais, como a Lei Antidrogas,etc. Eu nunca vi, em uma faculdade, um professor tratar da legislação extravagante, como a Lei nº 7.716, por exemplo, com os alunos. Esse debate não vai para a sala de aula. Muitas vezes, o profissional do Direito só vai aprender sobre aquilo quando estiver exercendo a profissão.

E agora, quando compilamos tudo, como quer o novo Código, como crime contra os direitos humanos, isso vai para dentro do novo Código, quer dizer, passa a ser matéria específica de Direito Penal e Direito Processual Penal. Portanto não há mais como deixar de lecionar sobre isso, fazer de conta que isso não existe. É um avanço significativo que o novo Código trouxe.

Para encerrar, há ainda a questão da segregação e do *apartheid*, que foram um avanço, e a questão da tortura, que também é ampla, é a discriminação no sentido amplo.

E ali, Senador, em relação à Lei nº 7.716, o Hédio falou bem aqui, e eu gostaria de reforçar. A Lei nº 7.716 é um esforço significativo de tentar descobrir quais condutas brasileiras eram racistas. Estabelece ali: impedir ou obstar...

Vamos passando, por favor.

Quer dizer, tenta determinar várias situações jurídicas racistas que existem no Brasil. Mas o art. 20 nos dava o alento de abrir essa conduta, de trazer essa conduta racista para uma interpretação jurídica mais possível, para que pudéssemos dar mais efetividade à norma. Não há uma correlação no novo Código. O Hédio chamou a atenção disso aqui, e eu gostaria de reforçar, porque para nós isso é fundamental. Para nós, que somos juristas, é fundamental que haja a possibilidade de abertura, como há no Direito, por exemplo, tanto na Europa quanto na América Latina. Quer dizer, a interpretação que se faz é que esse tipo tem que ser aberto mesmo, porque o racismo se multiplica, é multifacetado. Conforme você vai criando mais obstáculos, ele vai saindo e vazando por outras condutas. E não temos como... Talvez falte à mente humana essa onisciência. Quer dizer, o que vai ser racismo daqui a 4, 5, 10 anos? Veja a questão da Internet agora. Se o crime continua como um tipo aberto nos facilita muito dar efetividade a essa questão.

Uma última observação que eu queria fazer: o novo Código deveria se debruçar mais sobre a questão de criminalizar as condutas contra as religiões de

matriz africana de maneira mais específica e também sobre a questão dos quilombolas. Vários advogados que trabalham com a questão quilombola me apontaram isso. Quer dizer, pessoas que invadem as propriedades quilombolas e cometem atrocidades contra essa população. Será que já não está na hora – é essa pergunta que deixo para a Comissão – de tentarmos, de alguma forma, criminalizar esse tipo de conduta, que é um fato social do nosso cotidiano? V. Exª fez várias audiências públicas, que eu acompanhei, e os quilombolas vêm aqui e dizem o que eles estão passando lá.

Então, Senador, era essa a contribuição que eu tinha para dar. Acho que o novo Código sinaliza, inicia um debate importante. A Seppir tem um protagonismo fundamental nesse debate e está exercendo isso com muita sabedoria e propriedade, haja vista a ideia de constituir o grupo, mas esse deve ser o início do debate. Devemos caminhar para a construção de um sistema de prevenção, de repressão e de apoio às vitimas de discriminação racial, sobretudo para que o Brasil não continue banalizando injustiças incompatíveis com o Estado democrático de direito.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr. Renato Ferreira, que é Professor de Direitos Humanos do Instituto de Educação Superior de Brasília. Tudo o que o Dr. Renato falou aqui foi importante, mas vou ficar só com a última frase.

O que tem me preocupado muito é a questão quilombola, Dr. Renato, porque até o decreto do Presidente Lula eles estão arguindo no Supremo para derrubar. E foi o pedido de vista que evitou, naquele momento, uma situação difícil para nós.

Na questão indígena, no meu entendimento, estamos avançando, mas a questão quilombola, da titularidade da terra efetiva, pelo número de companheiros quilombolas que recebo aqui na Comissão, está devagar, eu diria. Nós temos que trabalhar muito, muito nessa questão. Cheguei a fazer uma audiência pública no Rio Grande do Sul, numa situação dessas; levei a Comissão para lá. E havia um movimento muito, muito forte para não reconhecer a terra dos quilombolas. Enfim, já havia uma decisão de demarcação da terra, mas houve um movimento político acima, digamos, da decisão já tomada pela Justiça. E até hoje não houve a demarcação naquela região.

Acho que vamos tratar a questão quilombola, de fato, com muito, muito carinho para buscar soluções.

O SR. ANDRÉ LUIZ MOREIRA – Senador, pela ordem.

Na minha intervenção, foi bom que o senhor se ausentasse, porque a Senadora Ana Rita fez parte da Mesa...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Isso.

O SR. ANDRÉ LUIZ MOREIRA – ...mas foi ruim porque o senhor não conseguiu ouvir a minha preocupação, que tem a ver com a questão dos quilombolas. É que no restante do Código existem normas generalistas que, na prática, são utilizadas como forma de controle da população negra. Essa é a linha do que eu dizia.

O crime de esbulho, que imagino que não deveria ser mais crime, está lá tipificado e com uma qualificadora: quando ocorre a ocupação com várias pessoas em conjunto, em grupo. Isso atinge tanto os movimentos campesinos quanto os quilombolas, porque naquelas localidades onde há disputa de terra entre quilombolas e posseiros que se colocam na posição de donos ou de possuidores da terra, se qualifica o crime. Então aumenta a possibilidade de uma penalização do grupo de quilombolas ou do grupo de índios ou do grupo de campesinos quando eles estão, obviamente, em conjunto, ocupando uma terra. Por isso me preocupa muito não só tratarmos da legislação antirracista no Código, mas da filosofia do Código, que mantém esses crimes contra o patrimônio utilizados historicamente para a repressão dessa parcela da população.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Obrigado pela contribuição, doutor.

Como é praxe aqui na Comissão, os Senadores e Senadoras falam a qualquer momento. E, neste momento, a Senadora Ana Rita pediu a palavra.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – É rápido, Senador Paim. Eu quero apenas registrar duas coisas: primeiro, agradecer ao Dr. Renato Ferreira, que nos acompanhou em todo o processo de debate da Lei de Cotas. Muito nos alegra que o País inteiro esteja mobilizado para que essa lei realmente seja implementada no prazo de quatro anos, que ela consiga atingir a meta prevista de 50% das vagas reservadas para alunos que tenham cursado o ensino médio nas escolas públicas. Isso é muito bom. É um esforço conjunto dos movimentos sociais que, juntamente com Parlamentares que já passaram por esta Casa e também pela Câmara Federal, se empenharam para que o projeto realmente fosse aprovado.

Tive a alegria de ser a Relatora agora, na reta final, e de poder contribuir. Não foi fácil. O debate aqui foi muito intenso, a discussão não foi simples, mas tivemos a alegria de contar com a ajuda, com a participação, com o empenho também de colegas Senadores, entre eles o Senador Paim, o Senador Walter Pinheiro, a Senadora Lídice da Mata, a Senadora Marta Suplicy e outros que se empenharam para que o projeto realmente fosse aprovado.

Quero também aproveitar este momento, Senador Paim, para dizer que não dá para fazer a discussão, o debate do Código Penal – e é muito boa esta audiência pública, porque mostra como este Código é importante, pois trata de temas os mais variados – num curto espaço de tempo. Nós temos um prazo para apresentar as emendas, mas é preciso que tenhamos tempo suficiente para fazermos o debate aqui, nesta Casa. (*Palmas.*) Acho que o tempo proposto inicialmente pela Comissão Especial é muito pequeno. Tenho muito receio de começarmos a fazer um debate tão complexo, tão difícil e tão amplo como é o do Código Penal num prazo tão curto como foi estipulado inicialmente. São vários temas que precisam ser realmente debatidos. Não podemos fazer uma revisão do Código Penal, que existe há mais de 40 anos, em 40 dias ou em 4 meses. Nós precisamos ter um tempo maior. Acho que esse entendimento a Comissão Especial já está tendo.

Esperamos e acreditamos que o debate possa ser o melhor possível para que tenhamos um Código que realmente represente os interesses de toda a sociedade brasileira de forma muito efetiva, eficiente, atendendo prioritariamente quem sempre esteve excluído de leis que realmente possam trazer maior dignidade às pessoas. Essa é uma questão de que eu gostaria de fazer o registro.

Por último, Senador Paim, comunico que a Senadora Lídice da Mata se ausentou. Ela pediu que eu fizesse o registro, porque está havendo a reunião da CPMI do Cachoeira, com questões muito complexas a serem discutidas agora com relação ao prazo de prorrogação. E a presença dela como membro efetivo dessa comissão é essencial. Então, ela pediu para registrar a sua ausência, desculpando-se com os convidados pela sua saída.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senadora Ana Rita.

Se me permitirem, eu gostaria de destacar o trabalho de uma Senadora que não está mais no Senado – ela não concorreu novamente –, mas que cumpriu um papel fundamental também na relatoria deste projeto na CCJ. Nós sabemos o quanto ela – que foi até atacada – sustentou, enquanto esteve aqui, o relatório com muita convicção. É a Senadora Serys Slhessarenko, que não se encontra mais conosco. (*Palmas.*)

Faço questão de valorizar o trabalho que ela fez. E, naturalmente, a partir do momento em que ela não estava mais aqui, a nossa querida Vice-Presidente assumiu a relatoria naquela Comissão e fez um trabalho, permita-me dizer, tão brilhante quanto, para não dizer mais ou menos, o da Senadora Serys Slhessarenko, que contribuiu para a aprovação do projeto. Depois, tive a alegria de relatá-lo, em nome da Comissão de Educação, no Plenário, e da Comissão de Direitos Humanos na Comissão. Mas acompanhei na íntegra a produção feita pelo movimento social, pela nobre Senadora Serys e por V. Exª.

Que bom podermos dizer que hoje a política de cotas é uma realidade, inclusive com a possibilidade de ampliarmos para outras áreas, como é a disposição do Governo.

Se eu pudesse, homenagearia, neste momento, o conjunto do movimento negro, que foi o verdadeiro herói da política de cotas no Brasil. (*Palmas.*)

Nós fizemos o nosso papel como Senadores da República.

Passo a palavra ao Secretário de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Estado da Bahia, o Dr. Almiro Sena Soares Filho, que já esteve conosco em outra oportunidade, inclusive num dos outros projetos que apresentei, que ele pode até comentar. Está na CCJ.

Vamos ver, Senadora Ana Rita, se V. Exª consegue assumir a relatoria, porque na CCJ há algumas dificuldades. Nos projetos de mais peso para o movimento social e o combate aos preconceitos, há uma dificuldade enorme para se indicar os relatores. V. Exª conseguiu relatar naquela Comissão, que é muito importante, a política de cotas, mas esse projeto que está lá há um período não tem nem relator indicado ainda.

Dr. Almiro, com a palavra.

O SR. ALMIRO SENA SOARES FILHO – Exmo Sr. Senador Paulo Paim, Exma Srª Senadora Ana Rita, cumprimento V. Exªs e permita-me que, cumprimentando-os, faça homenagem aos grandes políticos, aos grandes homens e às grandes mulheres da política brasileira.

Temos de nos orgulhar muito dos nossos políticos, até porque um processo político que é capaz de produzir homens e mulheres como o Senador Paulo Paim, a Senadora Ana Rita, a Senadora Lídice da Mata e tantos outros citados representa uma grandeza muito grande. Então as nossas homenagens e a nossa empolgação em tê-los como exemplo.

Quero cumprimentar também os colegas de Mesa: o Dr. Eduardo Pereira da Silva, eminente Presidente da Comissão de Igualdade Racial da OAB de São Paulo – as nossas homenagens, Dr. Eduardo, pelo brilhante trabalho; a Drª Lúcia Maria Ribeiro, Coordenadora do Comitê Gestor de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Prefeitura de Rio Branco, também a nossa homenagem pelo trabalho brilhante; o Dr. Renato Ferreira, eminente professor e assessor parlamentar, pelo seu brilhante trabalho; igualmente o Dr. Sérgio São Bernardo, grande colega com quem tenho a alegria de compartilhar os trabalhos mais de perto, porque também é baiano.

Quero homenagear todos e todas no plenário, especialmente a minha colega com quem tenho a alegria de compartilhar mais o dia a dia, a Drª Silvia Cerqueira, eminente advogada, jurista, Senadora suplente – e quem sabe, em breve, em momento próximo, também Senadora efetiva, porque tem todos os méritos, ao lado do Senador Walter Pinheiro –, e o Dr. Dojival, eminente jurista em nome de quem cumprimento todos os colegas, se me permitem.

Por favor, pode voltar o primeiro eslaide antes de eu falar. São só três eslaides.

Primeiro, Senador Paulo Paim, eu queria registrar e até dizer ao Dr. Carlos Alberto, da Seppir, a quem quero homenagear também, na pessoa do Ouvidor-Geral, representando a Eminente Ministra Luiza Bairros, que o fato de o nosso nome não estar nesta comissão não fez falta alguma a ela. Além disso, foi por certo aspecto, Senador Paim, importante não estar formalmente na comissão, não ter contribuído.

Permitam-me, meus colegas e eminentes juristas, dizer do meu lugar, um lugar diferente do de integrante da comissão sobre esse anteprojeto, estabelecendo uma crítica, sendo submetida obviamente à análise de todos. Esse meu lugar é o de Promotor de Justiça do Ministério Público da Bahia há cerca de vinte anos, sendo que há doze anos exercito também a docência do ensino superior, inclusive para os colegas do Ministério Público e da magistratura. Depois vou dizer por que ressalto isso.

Circunstancialmente hoje, como Secretário de Justiça e Direitos Humanos da Bahia, quero homenagear também o nosso Governador Jaques Wagner, que entendo se enquadrar nesse rol de homens que dignificam a política brasileira e a gestão pública do Brasil. E é até por causa da confiança e do respaldo dele que me permitem estar aqui. Quero destacar que estou falando aqui também como Secretário de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos da Bahia, com a legitimidade que o Governador Jaques Wagner me confere para dizer – e pedir que se registre – que esse anteprojeto realmente merece os nossos encômios e o nosso aplauso e que eu, como colega de outro espaço, ainda que menos qualificado no conhecimento, no intelecto, por ocupar esse espaço, se eu pudesse fazer alguma contribuição, alguma crítica, não me caberia fazê-las, porque não há o que dizer.

Foi muito feliz a comissão em apresentar da forma como apresentou esse projeto, que eu li, estudei e busquei auferir os conhecimentos devidos. Realmente eu queria registrar, como Promotor de Justiça, como Professor de Direito e como Secretário de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos da Bahia, a importante contribuição que esse projeto encerra e ratificar, Senador Paulo Paim, se pudesse, o que está aqui assinalado.

Já me encaminhando do meio para o fim da minha fala, quero homenagear também o Dr. Hédio Silva. Inclusive, há um livro nosso *A Cor da Pele,* que quero deixar para ele. Não tenho mais exemplares para distribuir para todos os colegas. Já dei um ao Senador Paulo Paim, da outra vez que estive com S. Exª, e peço escusas a todos, mas vou deixar – e o Dr. Eduardo já está aqui folheando – para o Dr. Hédio, homenageando a todos e me incorporando nessa homenagem a ele.

Nesse livro, que decorreu da minha dissertação de mestrado em Desenvolvimento Humano e Responsabilidade Social, há um capítulo sobre a questão étnico-racial no Brasil. Eu procurei fazer esse livro, Senador, pensando – e volto a falar dos nossos juristas que não estão aqui – numa questão, dentre outras que o Dr. Renato Vieira levantou, que é a efetividade da lei.

Anatole France, um escritor francês, dizia: "Não receio leis ruins, desde que aplicadas por bons magistrados, porque a lei é letra morta; o magistrado é vivo". Então, ele, magistrado, tem uma grande superioridade sobre a lei.

Por que trago isso à baila? Porque efetivamente, quando se trata do racismo, como foi noticiado aqui... E falo com a experiência desses vinte anos de Ministério Público, com dois deles diretamente, como mencionou a Drª Silvia Cerqueira, na Promotoria de Combate ao Racismo e à Intolerância Religiosa da Bahia, que é uma promotoria pioneira no Brasil. E a Dr. Silvia, como advogada militante, atuante, muitas vezes me acompanhou em audiências, levando os casos e sempre defendendo os direitos da vítima. Passamos várias situações juntos, as agruras, não é, Doutora?

Qual é a grande dificuldade, mesmo com a legislação, meus colegas, eminente Senador e Senadora?

E me permita também fazer uma referência à minha amada, que é a Profª Rita Cristiane, grande companheira, e também às duas colegas que estão aqui, da Secretaria de Justiça, a Adriana e a Carla.

Bom, mas dizia eu: qual é a grande dificuldade? É que os nossos colegas juízes e promotores reconheçam a caracterização do crime já devidamente provado, porque, para eles, no olhar deles, a prova está incompleta, sempre incompleta. No discurso "intra", que temos entre os nossos iguais – e é outra peculiaridade da sociedade brasileira, os dois discursos: discurso público e discurso privado, que dá confiança, no qual nós nos revelamos –, o colega, às vezes promotor, juiz, chegava para mim: "Mas, Almiro, veja bem, o autor aqui, rapaz, ele não queria também…" E apelando, não é, interessante… E às vezes eu tenho que ser grosso – e você tem que ser grosso. "Ah, mas

Almiro, eu só estou aqui na confiança que eu tenho em você." Mas essa confiança ele está usando para burlar, burlar o processo.

Bom, então qual é a grande dificuldade? Que esses colegas juízes, que são formados em uma escola ideologicamente branca, entendam o que a lei diz. Se não, mesmo com a lei boa, eles vão aplicá-la mal. E, dentro disso, eu queria apresentar rapidamente o eslaide para fazer o encaminhamento e finalizar, trazendo o exemplo do uso de drogas no Brasil, até porque participei também de uma discussão sobre a lei de drogas na reforma do Código Penal.

Nós temos duas figuras no Brasil em relação às drogas: o usuário e o traficante. A mídia se encarregou, inclusive para nós, leigos, de dizer bem claro: o traficante é um monstro. A mídia prega isso. A mídia brasileira em grande parte diz que traficante é o símbolo do mal no Brasil. E o usuário é o símbolo da vítima. Independente de entrar no mérito de quem é vítima... E, obviamente, o usuário é uma vítima, mas não santo – é uma vítima, mas não é santo – e o traficante é um criminoso, mas não é o diabo. Então, quero deixar claro que a minha indignação é com o pensamento maniqueísta. O traficante é um criminoso, ponto, mas não é o diabo.

Muito bem. Independentemente de entrar no mérito, eu queria dizer o seguinte: o usuário no Brasil não está submetido à pena de cárcere privado. Inclusive, como Secretário de Estado, tenho, na Bahia, a atribuição de atender aos usuários, de estipular políticas para os usuários. E sou plenamente favorável, por várias razões. O traficante está, sim, submetido a penas graves, de 5 a 15 anos de cadeia. Correto. Agora, como diferenciar quem é usuário e traficante no Brasil, conforme a reforma do Código, que não altera muito essa diferenciação? Isso está previsto no art. 28 da lei. Aliás, perdoe-me, art.28, *caput*, se é usuário, mas vamos falar de quem traficante e quem é usuário.

O próximo, por favor, Cristiano.

O art. 33 diz quem é traficante. O usuário é quem porta, exporta, traz consigo para uso próprio. O traficante porta, exporta, remete ou fornece, ainda que gratuitamente, para terceiros ou vende etc. Um não recebe pena de prisão, e o outro recebe pena de 5 a 15 anos de cadeia, além do estigma.

Próximo eslaide, por favor.

Como se diferencia quem é usuário e quem é traficante? Está na lei, art. 28, § 2º: para determinar se a droga se destinava a consumo pessoal, o juiz atenderá à natureza, à quantidade, ao local, às condições, se social, pessoal, etc.

Vamos para um caso prático que eu cito no meu livro, vivenciado na esfera penal. Antes do juiz, quem vai determinar se se trata de usuário ou traficante? É o nosso soldado da Polícia Militar, que chegou no momento lá e o prendeu. Depois, quem vai identificar isso? O delegado de polícia, na delegacia. E, logo depois, o promotor, quando pegar o inquérito. E, por último, o juiz é quem vai definir.

Vamos analisar então exemplos da vida do Brasil. Como diz o nosso Prof. Hélio Santos, que temos sempre que homenageio, do Brasil de carne e osso, da realidade.

Joaquim é preso em um bairro da periferia de qualquer cidade brasileira. Joaquim é negro, de 19 ou 20 anos, está perto da sua casa, por volta das 22h da noite, fumando maconha. Ele é usuário e está em uma rodinha de amigos, namoradinha, dá um "pitoco", não sei o que lá. Chega a polícia. Qual é a primeira atitude de quem está na rodinha quando avista a viatura? Cair fora. Opa! Mas a polícia chega até Joaquim. Corre daqui, pega… prendeu! E Joaquim é pego apenas com 50 gramas de maconha, que é nada, Senador Paulo Paim. Cinquenta gramas de maconha, gente, não é nada.

Está bom. Ele é pego. Levam para a delegacia, tal, tal… Tráfico! Vai para o promotor: tráfico. Juiz: tráfico. Por quê? Vamos analisar o art. 28. Por que é tráfico?

Natureza e quantidade de substância. Natureza: maconha. Quantidade: muito pouca. Não dava para ser tráfico por aí. Ainda mais de maconha. Mas, todavia, entretanto, contudo, vamos lá. Local e condições. Local: em um bairro perigoso. Dizem. "Esse bairro que Joaquim mora, ah doutor, ah… lá a polícia só entra naquela base. Perigoso o local." Condições em que se desenvolveu a ação: chegou e o sujeito correu. Se não devia nada, por que correu? A gente sabe por que correu, não é Senador? A galera sabe por que correu. Mas o argumento que o juiz ouve, e eu, promotor, embranquecido, ouço tem lógica. Vamos continuar. Embranquecido. Desenvolver a ação. As circunstâncias sociais e pessoais de Joaquim. Sociais: Joaquim não trabalha, está faltando muito à escola, está no nível médio, 19 anos, falta há uma semana. Pessoais: rapaz problemático. Aí alguém vai noticiar nos autos: inclusive não tem passagem pela polícia, mas ele é tiro surdo. Eu conheço. Um agente vai dizer isso. Tiro surdo é aquele sujeito que não tem ficha criminal formal. (*Risos.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. *ALMIRO SENA SOARES FILHO* – Só muda o nome, mas em todo Brasil é assim, viu, Dr. Carlos? Aí, muito bem. Tráfico, doutor.

Agora vamos para o outro exemplo: Joaquim em um condomínio classe média, classe média alta, de qualquer grande centro. Ele é um rapaz de boas posses, só que entrou no tráfico porque gosta do perigo. Ele acha interessante. Branco. E até mesmo porque

muitas vezes, Senador, você entra para traficar, para manter o vício. Os pais de Joaquim são pessoas da sociedade, de dinheiro, mas Joaquim descobriu que a rede social permite que ele venda a droga sem maiores riscos. Tráfico. Está lá na rodinha, 1 kg de cocaína. Um quilo de cocaína é muita droga, gente. Chega a polícia. Primeiro, se a polícia chegar já é uma novidade. Para, pega e leva para a cadeia. Não é tráfico; não é uso. Aí chega o sistema das relações da nossa casa grande. Primeiro em cima do delegado, depois, também do promotor. E muitas vezes, Senadora Ana Rita, de forma até legítima. Um pai e uma mãe chegarem para um promotor ou juiz e fazerem um apelo, desde que sem intimidação, é algo legítimo, seja rico ou pobre ou classe média. Só que, obviamente, a receptividade – aí é que vai para o meu encaminhamento – do colega juiz ou do colega promotor para o apelo dos pais de Joaquim do bairro rico é outra, diferente da dos pais de Joaquim do bairro pobre. O do bairro pobre, muitas vezes não atende. Eu já vivenciei isso, de dizer: "Mas, Almiro, mãe de marginal é sempre…" Era mãe. Falou comigo e queria falar com o juiz. Mas mãe de marginal sempre tem razão. É santo para ela. Agora, mãe de universitário… porque traficante de bairro rico é universitário.

Aí vamos para as circunstâncias. Vamos lá. Natureza: cocaína. Local: um condomínio de respeitabilidade. Local onde mora o promotor, o juiz, o Senador, a Senadora. Pra provocar, pra provocar… Eu gosto de provocar. O professor… (*Risos.*)

Como é um condomínio desses? Sabe quem é meu vizinho? É o Senador Fulano, é o Dr. Sicrano. Em suma, não… Local muito bom, então não tem problema. Condições da ação: o rapaz não correu. Correr da polícia, para quê? Para que, não é? Ora, dialoga. Foi bem tratado. Circunstâncias sociais e pessoais: universitário. E aí, olha o menino – e aí vira menino, viu Senador? E usa o argumento que tem a ver também com a discussão que foi encaminhada aqui sobre o sistema penal: "O senhor vai botar um jovem desse nesse horror? Pense doutor, o senhor é pai."

Bom, finalizo minha historinha e vou para… Vou comentar. Aqui, o nosso Senador Eduardo Suplicy, nossa homenagem. (*Palmas.*)

Finalizo minha historinha e vou para os encaminhamentos dentro dessa ideia. O que eu queria colocar aqui, Senador, e pedir à Comissão e aos colegas juristas, e dizer que a Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos da Bahia está à disposição para ser parceira. Inclusive, eu estava dialogando com o Senador Paulo Paim a possibilidade de ele, em março, ir à Bahia e aí, quem sabe, a gente poderia fazer um grande evento, com apoio da Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, porque há uma transversalidade. (*Palmas.*)

É cidadania e direitos humanos. Questão racial sim, mas é muito mais do que questão racial, até por questões de estratégia. Isso também é importante para universalizar o discurso, a luta. Muito bem, podia ser feito um grande evento.

E qual é a ideia que eu coloco para vocês? Há necessidade de começarmos a falar para os nossos juízes e promotores. Eles precisam ouvir e ver os juristas que apresentaram essa proposta e precisam ver e ouvir o Senador Paulo Paim, a Senadora Ana Rita, o Senador Eduardo Suplicy, a Senadora Lídice da Mata, a Drª Silvia Cerqueira e tantos outros que têm o domínio de um assunto que eles não têm. Por que eu digo isso? Pela minha experiência.

Desde 2008, 2009, Senador, eu provoquei o Ministério Público Federal. Sim, como nós podemos falar para eles qual é o caminho? Nesse evento, lá na Bahia, por exemplo, eu posso ajudar muito, convocando a Associação dos Magistrados da Bahia, os juízes da Bahia e, no Brasil, a Associação dos Magistrados Brasileiros e a Associação Nacional dos Procuradores da República.

Consegui um espaço por dois anos consecutivos, falei para os procuradores da República, com a presença do Procurador-Geral, em dois grandes eventos na Bahia. No encontro nacional deles, Dr. André, eu pedi um espaço. Inclusive a Drª Gilda, que é a atual Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão, é quem coordena no Brasil e está aqui. Ela abriu o espaço e eu fiz uma palestra para eles.

Qual é o grande aspecto que nos empolga? Eles estão receptivos. Os colegas querem o melhor, mas são ignorantes. Eles desconhecem, como disse aqui em depoimento o Dr. Eduardo Pereira, a mudança de perspectiva que o discurso do Senador Paulo Paim possibilitou na OAB de São Paulo. Eu entro aqui, entre nós, iguais e companheiros de luta, com a autocrítica que tenho feito: nós temos falado muito para nós mesmos. É muito bom, Senador Paulo Paim, ouvi-lo, ouvir o Dr. Hédio Silva Júnior, mas é contraproducente. Precisamos falar agora para os outros e ter a capacidade de criar estratégias, de seduzi-los para virem, sentarem-se aí e nos ouvirem, além de também falarem.

Então, imagino que um evento com o peso da presença do Senador Paulo Paim, em qualquer parte do Brasil, da Senadora Ana Rita, do Senador Eduardo Suplicy e dos juristas que compõem essa comissão, pode muito bem mobilizar por segmento. Queremos discutir com vocês agora, neste momento, a reforma do Código Penal. Não é preciso especificar tanto que é só a questão racial. Elaboram-se três questões, in-

clusive essa estratégia da luta e, chegando lá, a gente foca para eles nos verem, com a coincidência – e aí eu peço a vocês – de que todos os juristas que vão falar sejam pessoas que tenham compromisso com o combate ao racismo, que é o que falta. O Luiz Flávio Gomes, grande jurista, e vários outros. Eu não tenho tempo para ouvir o Dr. Luiz Flávio Gomes, mas tenho tempo para ouvir o Dr. Hédio Silva Júnior, com todo o respeito que eu tenho pelo Flávio Gomes. (*Palmas.*) Por que, Senador Suplicy? Porque ele não tem o conhecimento necessário de muitos pontos que um analista do Direito precisa.

Entro no encaminhamento final, mais uma vez homenageando o Senador Paulo Paim e o Thiago. Há dois anos, mais ou menos, eu fui provocado pelo Tiago a encaminhar uma ideia, o esboço de um projeto de lei, para que se torne obrigatório, nas faculdades de Direito do Brasil, o ensino da disciplina Direitos Humanos sob a Perspectiva Étnico-racial. Esse é um desses projetos, Senadora, que estão na Comissão de Constituição e Justiça e precisa de um relator, precisa caminhar. Qual é a ideia, Senadora Ana Rita? É justamente corrigir essa nossa ignorância.

Quero concluir, então, a minha fala, para exemplificar bem, convidando os colegas – pedindo escusas por convidar tão em cima –, porque, no dia 6 de novembro, na Bahia, vamos promover o Seminário Luís Gama de Cidadania e Direitos Humanos, o célebre Luís Gonzaga Pinto da Gama. Não é que Luís Gama foi um jurista negro bacana?! Ele foi um gênio. Qualquer povo que produzir um Luís Gama é um povo diferenciado. Sabe quando é que eu fui conhecer o Luís Gama? Já na pós, como autodidata. Por quê? Pela ignorância. Na faculdade de Direito nos é sonegada essa informação. Então esse projeto torna obrigatório esse ensino que vai resgatar.

Estou para apresentar a minha tese, a minha proposta de projeto para tentar o doutorado e a minha tese...

(*Intervenção* f*ora do microfone.*)

O SR. *ALMIRO SENA SOARES FILHO* – A pesquisa, o meu trabalho de pesquisa. Obrigado, meu professor.

A pesquisa é justamente para verificar e aprofundar como está isso hoje no cenário brasileiro. Eu já adianto para vocês que, na pesquisa inicial, de cinquenta universidades, faculdades de Direito pesquisadas no Brasil, só uma aborda direitos humanos na perspectiva étnico-racial. De todas as outras 49, 30 abordam direitos humanos. Mas em que perspectiva? Universalista, maravilhosa, não é? E aí não resolve.

Então, quero concluir esta fala, fazendo uma saudação ao Luís Gonzaga Pinto da Gama e dizendo que é graças a homens como Luís Gama e Tobias Barreto que estamos aqui. Quero concluir com uma frase de Tobias Barreto, um grande jurista do Século XIX e, como todos aqui sabemos... Nós sabemos; os que estão lá fora não sabem, os que estão lá fora não compartilham dessa luta e precisam saber. Mas eu só quero que essa fala dele, Senador, seja entendida não como uma fala de encerramento minha, individual, mas de todos nós aqui. Acho que ela retrata muito o que nós vivemos com Luís Gama.

Antes disso, só uma coisa da emoção. O Senador Paulo Paim se emocionou neste momento, e eu quero dizer a V. Exª que também sou muito guiado pela emoção e até, como Promotor de Justiça, Senadora Ana Rita, vivencio uma situação, porque há um problema na questão do racismo: a lesão psicológica, moral, que é complicada. Na promotoria, não havia essa estrutura para atender à vítima, para amparà-la. Encaminhava-se. Então chegou uma situação lá, chegou uma moça, uma jovem cujo visual é afro, com cabelo afro, bem afro mesmo. Ela chegou e o primeiro contato que teve foi com a minha secretária. Ela estava muito traumatizada, porque a agressão foi a seguinte: andando, num dia comum, passou um carro com três estúpidos, para dizer o mínimo, que fizeram referências ofensivas ao cabelo dela, desqualificando-a e fazendo ofensa racial. Ela chegou lá, mas chegou, antes de tudo, se sentindo machucada, e foi atendida pela secretária, que já havia me dito. Ela chegou à audiência comigo, entrou e eu fiz uma coisa, Senadora Ana Rita, que não é muito ortodoxa, mas é da emoção. Quando vi o problema, eu me deixei levar pela emoção e disse a ela o seguinte: "Eu queria lhe dizer uma coisa. Você me permita, mas eu preciso lhe dizer uma coisa". "Pois não, doutor." "Você é muito bonita". Ela olhou assim como quem diz: "O senhor está sendo gentil, não é?" "Mas você não entendeu. Realmente você, com todo o respeito, é uma jovem muito bonita." E, como a emoção só contagia quando você realmente a sente, ela entendeu e o semblante dela mudou. Senadora, eu não evoluí daí para nenhuma outra situação, pelo amor de Deus, até porque a minha mulher está ali. (*Risos.*) Mas o que eu quero dizer é que essa fala, que a minha secretária corroborou – ela estava na hora e viu que era verdadeira –, teve o dom de talvez resgatar algo que você não tinha como, porque ela estava, antes de tudo, Senador, achando-se feia. A autoestima dela estava baixa, e isso é algo que viola muito a todos nós. E menciono no meu livro a questão da agressão da estética racista. Ninguém veio aqui para ser feio. Todos nós somos bonitos, e muito bonitos, cada um de nós, e únicos. E não é possível se admitir... Uma coisa é, no campo das relações subjetivas, você ter o direito de

dizer: "Ah, eu acho fulano feio". Isso é outra situação, feio ou bonito, mas a mídia – e eu quero concluir com essa fala – estabelecer, como no Brasil estabeleceu, um padrão de estética racista é algo absurdo, é algo que nos viola, que viola a mim, que viola a minha filha, que viola meu filho e que causa sequelas muito graves, porque, por mais que você ganhe dinheiro, por mais que você tenha poder, continua a ser o "patinho feio da estória", o quase branco. Não é isso, doutor? No belo poema música "Haiti", de Gilberto Gil.

Quero agora citar essa frase de Tobias, porque ele incorpora algo do poema, do 33, do 35 também, que acho que se aplica a todos nós. E, com essa fala, eu queria também mandar uma mensagem para toda essa elite brasileira que ainda continua muito embranquecida, mas essa elite brasileira embranquecida, que já não tem o poder da república, porque o poder da república é de uma mulher não embranquecida, mas admirável, tanto que consegue junto ao Congresso Nacional – Presidenta Dilma, permitam-me render essa homenagem a ela – aprovar uma lei fundamental para nós, que é a Lei de Cotas na universidade (*Palmas.*), 54% do Enem, dos inscritos no Enem, pela primeira vez, já são da população negra. Só depois da aprovação dessa lei, mas ainda parte das elites brasileiras racistas. Então, quero concluir com essa fala de Tobias, que, permita-me dizer, Senador, seria de todos nós.

Disse Tobias Barreto:

Não me sinto com disposição de ser simplesmente uma cifra a mais de um número deste ou daquele rebanho, limitando-me a expelir os termos balidos da humilhação e da baixeza. Não aceito isso. Bem conheço quanta audácia há nesse propósito e quanto perigo há nessa audácia, mas obedeço à lógica e aceito as consequências.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Parabéns ao Almiro Sena Soares Filho, Secretário de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Estado da Bahia.

Não é a primeira vez que o Secretário vem aqui, sempre brilhante, mas vocês me permitam dizer o seguinte: ao mesmo tempo... (*Palmas.*)

Com essa declaração de amor pelo gesto, já dizia Gandhi, mais vale um gesto que mil discursos. E o gesto dela é para o Brasil todo, pela TV Senado.

Ele disse que nós temos que ter o cuidado de não falar para nós mesmos. Quero dizer que esse gesto, essa declaração de amor à sua esposa não é para nós mesmos, não, é para todo o Brasil. Temos no mínimo 1 milhão, 2 milhões de pessoas assistindo a esse debate.

E eu queria também fazer uma pequena homenagem pessoal ao Secretário de Estado do Governo da Bahia, do nosso Governador Jaques Wagner: tomara que outros governadores do Brasil tenham também secretários de Estado negros. Isso vai ser muito bom. (*Palmas.*)

Homenagem ao Jaques Wagner.

(*Manifestação fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pois não.

O SR. DOJIVAL VIEIRA – Na sua trajetória de referência a todos nós, ao povo brasileiro, que é multiétnico, multirracial, a cara do Brasil, a linda cara do Brasil não é branca; é branca, é indígena, é oriental, é negra, enfim. Não posso deixar de fazer um registro aqui, porque, no dia em que surgiu a ideia de reunirmos os juristas negros para discutir a reforma do Código Penal, a Senadora Ana Rita, a quem rendo minhas homenagens, fez na Comissão o alerta de que o projeto das cotas estava parado, infelizmente, na Casa Civil. E hoje estamos aqui, Senadora, com muita alegria para celebrar essa vitória, a sensibilidade que a Presidente Dilma teve. Este Senado, o Senado da República, o Senador Paulo Paim, foi importante, mas o seu protagonismo nesta luta foi fundamental. Creio que todo o povo brasileiro, negros e não negros, a homenageia pela firmeza, pela persistência. Eu me lembro exatamente, no dia em que estávamos na audiência, de a senhora alertar: "Olha, o projeto das cotas está na Casa Civil e precisa sair de lá." E nós estamos aqui, hoje, celebrando. E nada mais oportuno do que lembrar o seu papel.

E também lembrar, Senador, a presença e o nosso aliado de sempre, o Senador Eduardo Suplicy, de São Paulo, que tem sido, ao longo de sua história de vida, um aliado fundamental na luta pela igualdade no Brasil.

Senador, nós precisamos muito de homens como o senhor e de mulheres como a Senadora Ana Rita, porque a luta do povo brasileiro por igualdade é a agenda do Século XXI. Nós só teremos uma república de fato, um País verdadeiramente democrático quando negros e não negros, todo o povo brasileiro, tiverem direitos e oportunidades iguais.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Para você, que é de São Paulo, é importante lembrar então que o Senador Eduardo Suplicy é candidato à reeleição agora, em 2014. Se eu pudesse, iria lá para votar nele. Não tenho dúvida. A Senadora Ana Rita é candidata também, em 2014, não sei se a Senadora ou a Governadora. Se puder, vou lá votar também.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – V. Exª agora me obriga a dar uma palavra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Exª é uma figura, aqui no Senado, de quem não queremos abrir mão, nem para ser candidato a Governador de São Paulo. E você depende de nós.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – V. Exª sabe que ontem fiquei um pouco preocupado, porque li uma declaração no jornal de que o Presidente Rui Falcão mencionou que, para a próxima eleição, o PT vai abrir mão da candidatura ao Senado para uma composição, e na vaga do Senador Suplicy, em 2014.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Acho que quem escreveu se enganou.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Não, mas ele confirmou que disse isso mesmo. Então, fiquei pensando, elaborando. Quero até dialogar com amigos como os que estão aqui presentes, porque fiquei pensando: nada melhor se pudéssemos fazer uma grande consulta, porque eu tinha dito outro dia que gostaria de saber dos eleitores de São Paulo o que avaliam como melhor: se eu devo ser candidato ao Senado ou se posso ser candidato a outro posto. E gostaria que o Partido se envolvesse nisso. Mas daí li uma declaração dele, dizendo que eu poderia, quer dizer, que o PT abriria mão para que, na composição com outros partidos, eu pudesse...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mas, Senador, é porque acho que estão querendo que o senhor seja candidato a governador. É isso? É isso?

O SR. EDUARDO PEREIRA DA SILVA – Peço a palavra, um minutinho.

Senador, ele não conhece o eleitorado paulista para dizer o que falou.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Mas ele é Deputado da Assembleia Legislativa.

O SR. EDUARDO PEREIRA DA SILVA – Não deve conhecer, não deve conhecer o seu eleitorado. V. Exª se pronuncia hoje, um posicionamento de que é candidato à reeleição na próxima. Com certeza já está eleito. E eu digo isso porque a sua história me credibiliza a fazer essa afirmação.

Agora, se o senhor eventualmente quiser um Executivo, é provavelmente nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – E vai para a disputa interna. Mas para o Senado está garantido.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Presidente Paulo Paim, estou considerando escrever uma carta aberta ao Presidente Rui Falcão, quem sabe de hoje para amanhã, pensando alto nessas coisas, porque eu gostaria justamente de propor ao PT que fizesse um aperfeiçoamento do sistema de escolha de nossos candidatos a prefeito, a governador, a presidente, ao Senado e até ao legislativo, que ampliasse o sistema de previas para considerar não apenas os filiados, mas também os eleitores que se dissessem favoráveis aos objetivos do PT, que seriam convidados para participar de prévias. Se o Presidente Rui Falcão, por exemplo, avalia que seria interessante termos outros possíveis candidatos ao Senado dos partidos coligados, Presidente Paulo Paim, estou imaginando até propor, então, que façamos uma grande prévia onde os possíveis outros candidatos poderiam disputar, por exemplo, comigo e com outros candidatos do PT, porque há uns três, quatro, cinco ou mais que querem disputar a vaga do Senado. Então, vamos abrir ao povo a possibilidade de escolher. Eu faria debates e prévias e daí um processo mais legítimo de escolha.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Fiz uma votação simbólica aqui, olhei para todos. E se tornou unanimidade o seu nome. Então, aqui já não tem nada de prévia.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Não, eu sou a favor da prévia. Eu me disponho a...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mas pode ser unanimidade também, não pode?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Ah, bom, aí é outra coisa. Mas aproveito a oportunidade, até porque saiu hoje um artigo meu na *Folha de S.Paulo*, "A perspectiva da renda básica de cidadania". Sugeriria que todos lessem, mas até pergunto ao Secretário Almiro Soares Filho: acredito que conheça bem a primeira Juíza e hoje Desembargadora negra no Brasil, que é Luislinda dos Santos. E eu e o Senador Paulo Paim nos tornamos amigos dela, não é? Mas queria até...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Por seu intermédio. V. Exª a trouxe ao meu convívio, e eu fiquei muito feliz.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Quero lhe passar às mãos – vou pedir para buscar – a carta que a Juíza Luislinda Dias de Valois Santos encaminhou, dia 1º de maio do ano passado, à Presidenta Dilma Rousseff. Ela disse que considera muito relevante a lei que institui a renda básica de cidadania, que diz que será por etapas, mas gostaria que a Presidenta Dilma acelerasse os passos para torná-la uma realidade no Brasil.

Como V. Exª nos convidou para um dia ir à Bahia e dialogar, gostaria de inclusive aceitar esse convite. (*Palmas*)

Sugiro que, nesse dia, convide também para participar da Mesa a Desembargadora Luislinda, que é nossa amiga. Ela já disse que gostaria que um dia eu e o Paulo Paim estivéssemos lá com ela. Quem sabe

seja essa a oportunidade. Aceito, portanto, seu convite. É só marcar um dia adequado, porque Paulo Paim tem uma agenda por toda parte do Brasil, muito intensa, e eu também tenho. Precisamos coordenar as agendas para que possamos efetivar isso.

Muito obrigado! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Eduardo Suplicy!

Queria registrar a presença conosco do Senador Tomás Correia.

O Senador Tomás Correia tem uma história bonita. Ele contou da tribuna. Permita-me que eu diga, Senador. Ele disse que começou, quando jovem, quando menino, lavando os carros aqui e hoje é Senador da República. (*Palmas.*)

Falo isso com satisfação, porque acho bonita a sua caminhada.

A palavra está a sua disposição. Depois daremos a palavra ao último convidado aqui da Mesa.

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO) – Desculpe, Sr. Presidente. É só para registrar que é uma honra. Realmente até brinco e digo que, quando comecei a lavar carro aqui, o carro mais bonito que eu lavava era do Presidente Sarney. E meu sonho era ser motorista desse carro. (*Risos.*)

Mas Deus fez mais.

Obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos, Senador.

Passamos a palavra ao Sr. Sérgio São Bernardo, que é Coordenador do Instituto Pedra de Raio e Professor da UnB.

O SR. SÉRGIO SÃO BERNARDO – Dr. Eduardo Pereira, Dr. Almiro Sena...

Inclusive quero fazer aqui um registro.

Tenho dito e quero repetir aqui, de público, que o Dr. Almiro Sena tem tornado a Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos da Bahia, reputo, a secretaria mais negra da Bahia, porque ele, efetivamente, tem conseguido. E olha que nem sequer é a competência exclusiva do Secretário, Sr. Senador, mas, ainda assim, o Dr. Almiro consegue implementar uma política do Estado da Bahia, fazendo o que reivindicávamos historicamente: a transversalidade dos direitos humanos com a questão da igualdade racial.

É importante registrar aqui, porque essa tem sido a marca da gestão do Dr. Almiro à frente da Secretaria da Justiça.

Drª Lúcia Lima, nossa colega do GT, Dr. Renato Ferreira, que também está aqui conosco, um grande jurista, nossa grande amiga Silvia Cerqueira, que sabe o quanto a respeito, tenho maior admiração e também pretendo vê-la aqui na Casa, Senador Eduardo Suplicy, Senadora Ana Rita, enfim, queria já iniciar, Senador Paulo Paim, porque tive o prazer de trabalhar na Câmara dos Deputados. Fui assessor do Núcleo dos Parlamentares Negros. Tínhamos dificuldade justamente de fazer discussões no âmbito do Senado Federal. Naquela época, tínhamos um único Senador da República que acompanhava as discussões raciais no Congresso Nacional, que era o Senador Paulo Paim. Lembro-me bem, Paulo Paim, de o senhor, desde a Câmara dos Deputados, iniciar a discussão do Estatuto da Igualdade Racial. Quero só fazer o registro de que parte das proposições que estamos apresentando para aperfeiçoar ou fazer modificações ao Código Penal pretende tornar o Estatuto mais efetivo. Então, na verdade, estamos continuando uma obra do Senador e nossa, do movimento negro em especial.

Gosto também de entender que boa parte dos dispositivos do Estatuto... Todo mundo à época dizia que o Estatuto não iria pegar, porque era um Estatuto que não teria eficácia jurídica. Ali mesmo, o legislador, à época, propunha indicações inclusive para impedir, para coibir e para que houvesse desenvolvimento de políticas públicas que pudessem ser efetivadas.

Agora é como se, para parte dessas proposições, Senador, na verdade, tivéssemos que dar a imperatividade, a cogência, a coercibilidade para uma norma que precisa fazer valer. Então é algo que a gente precisa pensar.

Outra coisa: um código penal, quando é pensado, tem sempre o atributo de ser algo único, de ser um projeto sistêmico.

Temos uma dificuldade no Brasil. O Código Penal do Brasil é confuso, conflituoso. Temos uma grande dificuldade, principalmente para aqueles que chamo do grupo subalternizado. A população negra é a que mais sofre com esse Código, da forma como ele existe. Hoje, na Câmara dos Deputados, estão tramitando várias matérias que tratam da questão penal que inclusive podem ser aprovadas contra possíveis emendas que estão sendo feitas ao anteprojeto. Observamos que, nos últimos anos, reiteradamente, se aprova uma lei penal anualmente. Temos uma lei penal que todo ano se modifica, Senador. Acabei de ouvir a apresentação do nosso Secretário de Justiça. Aquele mesmo texto das circunstâncias da individuação das penas também está no art. 59 do Código Penal, e o anteprojeto extinguiu.

O que penso, e queria dialogar com os colegas, é que normas foram extintas, institutos foram extintos no Código Penal, mas podem trazer prejuízos principalmente à população negra. Queria mencionar, em especial, o instituto da individuação da pena, mas poderia também mencionar a extinção do regime aberto

e o aparecimento de novos institutos penais sobre os quais não dialogamos. Precisamos pensar.

Nesse novo projeto há o instituto da barganha judicial, parecido com o modelo americano, em que acredito que vamos instituir no Brasil algo parecido com o que se chama transação penal, mas não é transação penal. Essa barganha é uma possibilidade de advogados, partes e promotores negociarem a pena. Quero que a gente pense na repercussão que isso tem em uma situação de quase informalidade que vivemos nas delegacias de polícia e no Poder Judiciário, principalmente na área penal. Como viria a funcionar do ponto de vista do que se chama de seletividade penal que o Brasil vive?

O instituto da perturbação do sossego. Mais recentemente, vários projetos de lei, inclusive aqui no Congresso Nacional, tratam do abate religioso de animais.

Então, estamos observando que novos institutos aparecem e como isso repercute. Estamos tentando preservar alguns institutos, e institutos novos aparecem com o signo do aperfeiçoamento, com o signo da modernização, mas, na verdade, continuam uma obra secular, que é a obra de escravização, de seletivização do Direito. (*Pausa.*)

É importante pensar para não entender que apenas estamos trazendo novas proposições enquanto outros do outro lado estão fazendo também novas proposições e de certo modo retirando direitos que já conseguimos avançar.

Não quero me demorar muito. Fui bastante contemplado, enfim. Mas só para dizer que hoje é importante. Estou aqui relatando uma experiência do instituto do qual participo, inclusive, Senador Suplicy, com a Desembargadora Luislinda, que foi madrinha desse projeto que a gente chamava de mediação de conflitos raciais. O que seria? Com relação a determinados crimes, principalmente aqueles relacionados a crimes raciais de âmbito coletivo, pensávamos que não ajudava muito nem essa história do encarceramento nem essa história da indenização pecuniária. Temos, praticamente, essas duas vias. E quero fazer um parêntese: esse mesmo anteprojeto também aventa a possibilidade de reversão de pena de multa para prisão. E temos esse instituto de pena de multa no caso de indenização.

Quero observar que, em alguns casos, quando configurar como injúria, alguém pode acabar querendo pagar fiança ou não pagar fiança e converter em prisão. Essa é uma discussão que precisávamos fazer em relação à questão da injúria racial, que, enfim, estamos ainda debatendo.

Mas o que queria observar é que o instituto das penas alternativas poderia ser pensado, no caso de crimes raciais, para se tornar eficaz, para se tornar possível conter o conteúdo imperativo, mas também um conteúdo pedagógico, no sentido de superarmos o limite da ignorância, o limite que parte do que chamamos de operadores do Direito, parte do que chamamos da inteligência brasileira, que não conhece o racismo brasileiro, e o enfrenta com o senso comum. Então temos várias emendas sendo formuladas, Senador Suplicy, com o senso comum de que o racismo é apenas quando você, ostensiva ou diretamente, impede um negro de ir ou vir. E conhecemos a sofisticação do racismo brasileiro, que impõe o aparecimento de novos institutos.

A pena alternativa, tenho afirmado, vem politizar a vítima, politizar o réu e o Poder Judiciário, no sentido de compreendermos qual deve ser o futuro da aplicação da norma do ponto de vista dessa inovação.

Então, queria só, mais uma vez, Senador, dizer que esse GT vai ter uma continuidade. Temos a boa notícia da Seppir de que esse GT vai continuar. Quero registrar também uma boa iniciativa do nosso grande Dojival, porque foi, por causa dele que começamos a experiência de fazer essa discussão no âmbito institucional de Governo. Mas a continuidade desse GT é a confirmação de algo que já havia no Século XIX, quando um grupo de advogados negros discutia a abolição, e, depois de disso, esse grupo sumiu. Inclusive, um dos grandes advogados que era o Montezuma, do Instituto de Advogado, que se tornou Presidente da Ordem dos Advogados. E ninguém sabe que o primeiro Presidente da Ordem foi um homem negro, porque não foi revelado. Ninguém homenageia o nosso grande Montezuma. Mas o que eu queria revelar é que aquela cultura jurídica do final do Século XIX está sendo retomada, e não quero ser presunçoso.

Queria finalizar dizendo isso. Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Sr. Sérgio São Bernardo, Coordenador do Instituto Pedra de Raio e Professor da UnB.

Confesso que não ia dar 1 minuto a cada um, mas, quando vi, gaúcho, resolvi abrir mão. Isso é bairrismo demais, não é? É brincadeira. Com muito carinho, recebemos o pedido de dois amigos do plenário de 1 minuto para cada um. São o Jorge Terra, da Rede Afrogaúcha de Profissionais do Direito, e o Rogério Gomes, Secretário-Geral da Comissão da Igualdade Racial, da OAB do Rio de Janeiro. Os dois terão o minuto que pediram. Como só os dois pediram, vou dar para eles.

Começamos, então, com o Jorge Terra.

O SR. JORGE TERRA – Sr. Presidente, perdão, mas, antes de o colega falar, poderia aumentar o tempo de 1 minuto?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – De 1 minuto para 2 minutos, pronto. Cem por cento de tolerância.

O SR. JORGE TERRA – Então, primeiramente, agradeço o convite que recebi do Sr. Dojival e a iniciativa, Senador Paulo Paim, da realização deste evento. Na faculdade, sempre aprendemos que o Direito Penal é a *ultima ratio*. Sempre ouvi, na graduação e no mestrado também, que o Direito Penal seria *ultima ratio*. Mas aqui, neste grupo, ficou bem claro para mim o que é a *ultima ratio*: quando todos outros já falharam ou quando os outros não alcançaram os seus objetivos.

O Senador, ao revelar a sua história de vida, traz uma coisa que sempre digo, que sempre penso: não sabemos onde está o talento, por isso não devemos impedir as pessoas de ter oportunidade. Vejo essas questões por outro lado, como uma questão institucional.

V. Exª se referiu ao fato de eu pertencer à Rede Afrogaúcha de Profissionais do Direito, mas também sou Procurador do Estado do Rio Grande do Sul. Aliás sou um dos 50% dos Procuradores negros do Estado do Rio Grande do Sul. Temos um promotor de justiça e dois membros da magistratura gaúcha. Então, estou falando em cinco profissionais de um universo de mais de 2.000 profissionais. Mas o que me causou o maior agrado – e agora, uma expressão que se usa muito, em razão da Copa –, o maior legado dessa atividade que estamos fazendo não é nem o texto, Senador, que pode vir a ser aprovado ou não; é sabermos que podemos nos sentar e conversar, que podemos pensar diferentemente, que podemos nos respeitar. Gosto de uma frase da cultura árabe que diz: "Eu não gosto do meu irmão, mas me uno com o meu irmão para combater o meu primo." Com isso não estou pregando o ódio. Simplesmente estou dizendo que as pessoas não precisam se sentar com os iguais. Como disse o Secretário, temos que nos sentar com os diferentes e tentar construir consensos, tentar construir pautas únicas. É isso que me agrada muito nessa atividade.

Só para finalizar, outra questão que vem, antes até dessa questão penal, a meu ver, é a regulamentação do Estatuto da Igualdade Racial, que tem várias inserções no campo da educação, da pesquisa, do mercado de trabalho, que pende há mais de dois anos, e a efetivação do art. 26-A, da LDB. Esses são, a meu ver, instrumentos, junto da economia, até muito mais eficazes do que a lei penal. A lei penal é essa que não tem sido eficaz, como já falaram os colegas aqui, mas foi reproduzida, ou seja, uma lei que não tem surtido efeito, uma vez que 66% têm sido absolvidos e algumas pessoas conseguem a suspensão condicional do processo, porque a pena mínima é de um ano e simplesmente foi reproduzido.

Muito obrigado. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Sr. Jorge Terra, da Rede Afrogaúcha de Profissionais do Direito, conforme a informação que nos chegou aqui na Mesa.

Agora passo a palavra, pelo mesmo tempo, já que um se transformou em 2 minutos, e os 2 minutos se tornaram 4 ou mais de 100%. É porque ele advogou bem, daí fui cedendo. Ganhou 200%.

Sr. Rogério Gomes, Secretário-Geral da Comissão de Igualdade Racial, OAB do Rio de Janeiro.

O SR. ROGÉRIO GOMES – Boa tarde a todos. Muito me honra, representar o nosso querido Estado do Rio de Janeiro.

Excelentíssimo Sr. Senador da República Paulo Paim, demais companheiros da Mesa que nos prestigiam, como a Secretaria de Políticas de Promoção de Igualdade Racial da Presidência da República – Seppir, eminente Senador Eduardo Suplicy e – perdoe-me o ato falho da memória – o outro ilustre Senador presente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Tomás Correia.

O SR. ROGÉRIO GOMES – Senador Tomás Correia, eminente Senador Eduardo Suplicy e Senador Paulo Paim, que nos abrilhantou, foi homenageado na Câmara Municipal do nosso querido Estado do Rio de Janeiro, acho que foi no ano passado. Quero, desde já, deixar o convite para V. Exª, como o Sr. Renato Ferreira muito bem lembrou, da nossa Comissão de Igualdade Racial da OAB do Estado do Rio de Janeiro. E, desde já, mando um caloroso abraço para o senhor.

Chamo atenção para a questão colocada e faço eco em alguns pontos, de forma bem sucinta. O Sr. Renato citou algumas aflições que são minhas também e acho que da grande maioria da população afrodescendente negra, étnica e racial. E o Dojival muito bem lembrou que é um processo de reeducação do ofensor nos crimes de injúria e de racismo.

A iniciativa da Seppir, de reuni eminentes juristas, colegas que honram com a sua contribuição, trouxe-nos alguma preocupação. O eminente Relator, Dr. Hédio da Silva Júnior, lembrou um caso em São Paulo, de cunho eminente racista, de um dentista que foi assassinado. E eu me lembro de um caso mais grave, do qual os colegas talvez possam se recordar. Foi uma jovem angolana, no Estado de São Paulo, Dr. Eduardo Pereira, meu amigo de São Paulo, e eminente Senador Eduardo Suplicy. Ela era estudante no curso de doutorado e foi assassinada. Então, de forma bem objetiva – e me diz o ilustre ouvidor que se tratava de Zumira Borges –, esse foi um caso que teve cunho de eminente xenofobia.

Esta Casa da República é um espaço ideal para trazer essas questões. E não podemos nos furtar de tantos outros casos recorrentes pelo Brasil afora. A Ordem dos Advogados do Brasil, como bem lembrou Renato Ferreira, tem uma trajetória de vanguarda contra a violação dos direitos humanos e, quando da criação da Comissão de Igualdade Racial em nosso Estado – acho que a Lúcia Maria, nossa colega, falou lá do Acre, e tem que provocar –, tem de haver esse debate.

O Estatuto de Igualdade Racial, como bem lembrado pelo nosso colega Dr. Jorge Terra, precisa ser regulamentado, e atende ao que disse o Dr. Almiro, Secretário de Justiça da Bahia, para falar para os nossos representantes, Poder Judiciário e Ministério Público.

Nessa ordem, efetivamente, de forma sincera e franca, agradeço a oportunidade e deixo um caloroso abraço do Estado do Rio de Janeiro. Meu amigo Renato Ferreira está ali, meio atento, porque é um sofredor do nosso querido rubronegro, do time do Flamengo, mas estamos nos recuperando. (*Risos.*)

Um abraço a todos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr. Rogério Gomes, Secretário-Geral da Comissão de Igualdade Racial do Rio de Janeiro.

Pode saber, Dr. Rogério, que jamais esquecerei aquela atividade no seu Estado, quando recebi o título de cidadão do Rio de Janeiro. Falo isso com muito orgulho por onde ando pelo Brasil. (*Palmas.*)

Foi uma atividade belíssima! Lembro-me de que a Bené estava presente. Enfim, foi um momento que jamais vou esquecer. Pode ter certeza.

Passamos a palavra agora ao Dr. Daniel Teixeira, Advogado e Coordenador de Projetos do CEERT.

O SR. DANIEL TEIXEIRA – Primeiramente, eu gostaria de cumprimentar a Mesa na figura do Senador Paulo Paim e todos os companheiros do GT, grupo de trabalho, e de dizer que nossas proposições não poderiam estar em melhores mãos – do Senador Paulo Paim, da Senadora Ana Rita e, agora, dos Senadores Eduardo Suplicy e Tomás Correia.

Enfim, sendo um advogado jovem, há pouco tempo militando na área jurídica, é assustador ver o horizonte do atual projeto do Código Penal, dessa formulação do anteprojeto, por mais que haja esses avanços que já foram mencionados, em relação, principalmente, à não reprodução da dicção do art. 20. Quem milita nesta área, enfim, dos casos de discriminação racial na Justiça Criminal sabe o quanto é complicado não termos essa dicção, inclusive para quem hoje responde em processos de discriminação racial. Isso é algo que não discutimos profundamente, mas, obviamente, haveria repercussão para quem hoje está respondendo se esse texto deixar de configurar um crime de tipo penal aberto, como já conversamos.

Além disso, é uma formulação que vai na contramão da história. Vivemos hoje conforme um voto, uma decisão, como se disse da Mesa, em que o Supremo afirmou, por unanimidade, a constitucionalidade das quotas. Vivemos uma lei federal que estabelece as quotas nas universidades públicas federais. E trazer uma formulação como essa seria inegavelmente um retrocesso, principalmente essa questão da positivação do princípio da insignificância.

Eu advogo por um Direito Penal de intervenção mínima, a *ultima ratio*, como foi colocado aqui pelo Jorge Terra, mas é realmente complicado. E temos que testemunhar e enfatizar que já há o princípio da insignificância para crimes raciais vigendo no Brasil. Basta fazer uma denúncia para ver a insignificância com que ela é tratada. Justamente esse princípio precisa ter a sua incidência excluída dos crimes raciais. Há um capítulo nesse anteprojeto sobre os crimes de direitos humanos. Na verdade, é o título XVI, em que há a necessidade de se prever que esse princípio não se aplique aos crimes que lá estão contemplados.

Finalmente, queria dizer, aproveitando a presença do Senador Eduardo Suplicy – eu, que sou de São Paulo, sou de uma organização negra de São Paulo –, da importância, neste momento, de nós termos uma ação contra a Universidade de São Paulo, para um vestibular mais inclusivo, com ações afirmativas, que vai ser julgada em breve pelo Tribunal de Justiça. Espero poder contar, desde já, com a sua parceria sempre, um aliado histórico das nossas questões de igualdade. E, finalmente, quero dizer que esse grupo de trabalho é um ponto de partida. E a gente começa muito bem. Vamos precisar de mais aprofundamento em várias questões que foram colocadas aqui.

Obrigado.(*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr. Daniel Teixeira, advogado e Coordenador de Projetos do CEERT.

Eu disse que não ia judiar de vocês, mas vou ler "O Negro de Trinta e Cinco", sim. Vou ler, porque eu gosto mesmo de César Passarinho. Ele tem "Outro Guri" e "Que Homens São Esses?". E, numa do Guri, ele disse: "Eu quero ser...". Essa eu não lembro. Vou ler esta, que está mais fácil. Se eu quiser lembrar a outra, não vai sair nenhuma daqui. O que diz a letra? É bem rápido. "O Negro de Trinta e Cinco". Então, ele dizia, na época – vou começar:

A negritude trazia a marca da escravidão
Quem tinha a pele polianga vivia na escuridão
Desgarrado e acorrentado, sem ter direto a razão
Castrado de seus direitos não tinha casta nem grei

Nos idos de trinta e cinco, quando o caudilho era o rei

E o branco determinava, fazia e ditava a lei

Apesar de racional, vivia o negro na encerra

E adagas furavam palas, ensanguentando esta terra

Da solidão das senzalas tiraram o negro pra guerra

[Ele diz, aqui, ele mais enfatizava:]

Peleia, negro, peleia pela tua independência

Semeia, negro, semeia teus direitos na querência

Deixar o trabalho escravo, seguir destino campeiro

As promessas de igualdade aos filhos no cativeiro

E buscando liberdade o negro se fez guerreiro

O tempo nas suas andanças viajou nas asas do vento

Fez-se a paz, voltou a confiança, renovaram pensamentos

A razão venceu a lança e apagou ressentimentos

Veio o Estatuto da Igualdade Racial cultivando outras verdades

Trouxe a semente do amor para uma safra de igualdade

Porque o amor não tem cor, sem cor é a fraternidade

[E ele terminava, sempre, dizendo, e eu vou repetir:]

Peleia, negro, peleia com as armas da inteligência

Semeia, negro, semeia teus direitos na querência

César Passarinho. (*Palmas.*)

Com certeza absoluta, estou aqui, com muita alegria, entregando para o Dr. Eduardo "O Negro de Trinta e Cinco". Ali, onde eu li Estatuto, na época, estava lei Afonso Arinos.

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO) – Presidente, só para colocar uma questão rapidinho, 1 minuto só.

Eu sou membro também da Comissão do Código Penal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO) – Estou vendo aqui algumas sugestões que são muito interessantes e me proponho a estudá-las. Sugeri à Comissão essas propostas, até pela entidade que apresenta. Ainda ontem eu fiz um pronunciamento no Senado, dizendo exatamente isso: que precisaríamos abrir uma discussão nacional, uma discussão ampla. Nós não podemos fazer um Código Penal de afogadilho, correndo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.(*Palmas.*)

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO) – Recebi correspondências de juristas, inclusive, dentre eles, destaco o Dr. Dotti, que era membro inicial da Comissão de Juristas que elaborou o Código Penal, pedindo exatamente isso. As críticas feitas, algumas são procedentes, outras, não, mas a grande reclamação da OAB, dos institutos que tratam dessa matéria é exatamente que se abra espaço, oportunidade para um grande debate nacional.

Ontem nos reunimos na Comissão do Código Penal e já ampliamos até dezembro os prazos para a emenda. Apresentei um requerimento pedindo que suspendessem os prazos para emendas até que fossem realizadas diversas audiências públicas com várias entidades: entidades religiosas, entidades do movimento negro, entidades sindicais, sociais e do Direito Penal, para que debatêssemos o assunto e encontrássemos uma nova fórmula para a elaboração de um Código Penal efetivamente de interesse nacional.

Na verdade o Código Penal é de interesse de todo mundo. Não há um brasileiro que não tenha interesse nesse assunto, uns porque querem a garantia da impunidade para cometer delitos, outros porque querem aqueles que transgredirem as leis de acordo com as regras estabelecidas, mas que sejam feitas de forma justa, de forma que se tenham oportunidade de fazer um Código Penal adequado.

Digamos que há 70 anos esteja vigente o atual Código Penal. Não precisa tanta pressa. Se esperamos 70 anos, acho que podemos esperar mais um pouco, mais um ano ou dois para fazer um debate e um diploma enxuto, que possa durar mais 70 anos.

Esse é o problema.

Então, quero me colocar à disposição de todos aqui presentes. Vou ler as sugestões feitas e, dentro das possibilidades, aproveitarei algumas delas. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Tomás Correia.

Agora, para encerrar a nossa atividade, parece que eles querem passar um vídeo de 2 minutinhos.

Se pudesse apagar um pouco as luzes só para melhorar o vídeo.

Eu fiz uma passeata de Canoas a Porto Alegre. Eram 30 quilômetros que eu fiz com 20 com um metalúrgico. Perguntaram quantos quilômetros. Eu disse: são 15. Na verdade eram 30. (*Risos*)

Chegamos lá todos felizes.(*Risos*) Por isso deixem nós dois. Já estamos todos cansados. Vamos lá. Pessoal, é Cesar Passarinho de novo.

(*Procede-se à exibição de vídeo*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Aquela última frase, se puder fixar para terminarmos. Diz ali: "Aprendemos a voar como pássaros e a nadar

como peixes, mas não aprendemos a conviver como irmãos". Martin Luther King.

Está encerrada a nossa reunião.

(Iniciada às 9 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 6 minutos.)

ATA DA 60ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 1º DE NOVEMBRO DE 2012, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, SALA 06, DA ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às nove horas do dia primeiro de novembro de dois mil e doze, na sala 06, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência do Senador (**Paulo Paim**), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Comparecem os senhores Senadores **Paulo Paim, Cristovam Buarque, Eduardo Suplicy, João Costa, Randolfe Rodrigues e** os não membros Senadores **Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Tomás Correia, João Capiberibe e os Deputados Federais Pedro Chaves e Janete Capiberibe.** Deixam de comparecer os demais senhores Senadores e Senadoras. O senhor Presidente declara aberta a presente reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte **Pauta. Item Único. Audiência Pública nos termos do Requerimento nº 124, de 2012 – CDH**, aprovado em 29/10/2012, de autoria do Senador Paulo Paim, para "debater o suposto suicídio coletivo dos índios Guarani-Kaiowá, no Mato Grosso do Sul". Convidados: Marco Antonio Delfino, Procurador da República no Município de Dourados, em representação do Vice-Procurador-Geral da República, a Subprocuradora Geral da República Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira; Marta Maria do Amaral Azevedo, Presidente da Fundação Nacional do Índio – FUNAI; Cléber César Buzatto, Filósofo, Secretário Executivo do Conselho Indigenista Missionário – CIMI, em representação de Dom Erwin Krautler; Eliseu Lopes Kaiowá, Representante do Conselho Atyguasu e APIB; Tonico Benites, Antropólogo da Etnia Kaiowá. Às onze horas e trinta e cinco minutos o Senhor Presidente passa a presidência para o não membro Senador Delcídio do Amaral. O Senhor Presidente, Delcídio do Amaral, concede a palavra para algumas lideranças indígenas presentes no plenário da Comissão. Fazem uso da palavra os senhores Senadores **Paulo Paim, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Cristovam Buarque, Randolfe Rodrigues, Tomás Correia, João Capiberibe, Eduardo Suplicy e a Deputada Federal Janete Capiberibe**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e seis minutos, lavrando eu, ***Valter Simões dos Santos***, Secretário-Adjunto da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim,** Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 60ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a coloco em votação.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Audiência pública, nos termos do Requerimento nº 124, de 2012, aprovado em 29/10/2012, de autoria deste Senador e outros, para debater o suposto suicídio coletivo dos índios guarani-kaiowá de Mato Grosso do Sul.

São convidados para este evento:

– Marco Antonio Delfino, Procurador da República do Município de Dourados, representante da Vice-Procuradora-Geral da República Deborah Duprat;

– Marta Maria do Amaral Azevedo, Presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai);

– Tânia Mara Garib, Secretária de Estado do Trabalho e Assistência Social de Mato Grosso do Sul, que aqui vai representar o Governador André Puccinelli;

– Eduardo Corrêa Riedel, Presidente da Federação de Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul;

– Cléber César Buzatto, Secretário Executivo do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), representante de Dom Erwin Krautler;

– Eliseu Lopes Kaiowá, representante do Conselho Aty Guasu e da Apib – Articulação dos Povos Indígenas do Brasil;

– Tonico Benites, antropólogo – etnia kaiowá;

– José Aparecido Barcello de Lima, Procurador do Estado de Mato Grosso do Sul;

– Dom Raymundo Damasceno Assis, Presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Eu li os nomes dos que foram convidados. A partir do momento em que eles forem chegando, nós anunciaremos como será a primeira Mesa.

Abrindo os trabalhos, vamos, primeiro, situar todos aqueles que estão nos assistindo pelo sistema de

comunicação do Senado, Internet, rádio e TV sobre o debate que vamos realizar no dia de hoje.

Além da introdução com esse documento, teremos também um documentário, que falarei num segundo momento, que vai também anteceder o debate dos convidados.

Hoje, aqui na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, vamos debater a situação dos índios guarani-kaiowá que ocupam, desde o final do ano passado, a Fazenda Cambará, no Município de Iguatemi, Mato Grosso do Sul.

No final de setembro, o Tribunal Regional Federal, da 3ª Região, determinou a reintegração de posse da terra a Osmar Luis Bonamigo, conforme documento, proprietário da fazenda. Na última terça-feira, a Desembargadora Cecília Mello, do TRF, proferiu nova sentença, dessa vez favorável aos povos indígenas.

Por que essa audiência pública que vamos realizar no dia de hoje?

Recebi nesta Comissão uma carta dos povos indígenas e entidades que apoiam esse movimento.

Vou ler o documento a partir do qual marcamos esta reunião. E também a Câmara já marcou, no dia de ontem, aproveitando a vinda das lideranças para esta reunião, um debate, que se realizou lá.

Faremos um trabalho integrado com a Câmara. Não haverá aqui duas posições. Faremos uma integração entre a Comissão de Direitos Humanos da Câmara com a do Senado no acompanhamento dessa situação.

Carta aberta endereçada ao Governo e à Justiça brasileira por membro da etnia guarani-kaiowá na semana passada, mostrando a preocupação da população indígena que resiste à tomada das terras por eles ocupadas.

Os índios ameaçaram cometer suicídio coletivo, caso fossem obrigados a abandonar o local. A situação, naturalmente, criou impacto em todo o Brasil. Esse foi um dos motivos desta nossa audiência pública. O caso comoveu todos os brasileiros e brasileiras. Nossa apreensão naquele momento foi de que, na Fazenda Cambará, pudesse haver uma matança coletiva, um assassinato coletivo, enfim, genocídio dos povos indígenas.

A questão de regulamentação e distribuição de terras em nosso País é algo muito sério e que preocupa a todos. Sem-terras, quilombolas, indígenas ainda lutam por um espaço em que possam viver no seu ambiente natural, eu diria, e mais: sobreviver. No caso dos índios guarani-kaiowá, a situação continua sob impasse, apesar da liminar que evitou a desocupação. Mas é preciso que o Governo e as autoridades brasileiras ajam em favor daqueles que demandam o uso e ocupação da terra.

É fundamental que todos, Governo, os três Poderes – Legislativo, Executivo e Judiciário –, movam-se na busca de uma solução definitiva. E a busca da solução passa pela carta que eu passo a ler, na íntegra, dos índios guarani-kaiowá.

Carta da Comunidade Guarani-Kaiowá de Pyelito Kue/Mbarakay-Iguatemi (*MS*) *para o Governo e Justiça do Brasil*

Nós (*50 homens, 50 mulheres e 70 crianças*) *comunidades guarani-kaiowá originárias de tekoha Pyelito Kue/Mbarakay, viemos, através desta carta, apresentar a nossa situação histórica e decisão definitiva diante da ordem de despacho expressada pela Justiça Federal de Naviraí* (*MS*)*, conforme o Processo nº 0000032-87.2012.4.03.6006, do dia 29 de setembro de 2012. Recebemos a informação de que nossa comunidade logo será atacada, violentada e expulsa da margem do rio pela própria Justiça Federal de Naviraí* (*MS*).

Assim, fica evidente para nós [dizem eles na carta] *que a própria ação da Justiça Federal gera e aumenta as violências contra as nossa vidas, ignorando os nossos direitos de sobreviver à margem do Rio Hovy e próximo de nosso território tradicional Pyelito Kue/Mbarakay. Entendemos claramente que essa decisão da Justiça Federal de Naviraí* (*MS*) *é parte da ação de genocídio e extermínio histórico ao povo indígena nativo e autóctone do Mato Grosso do Sul, isto é, a própria ação da Justiça Federal está violentando e exterminando as nossa vidas. Queremos deixar evidente ao Governo e à Justiça Federal que, por fim, já perdemos a esperança de sobreviver dignamente e sem violência em nosso território antigo. Não acreditamos mais na Justiça brasileira. A quem vamos denunciar as violências praticadas contra nossas vidas? Para qual Justiça do Brasil, se a própria Justiça Federal está gerando e alimentando violências contra nós? Nós já avaliamos a nossa situação atual e concluímos que vamos morrer todos mesmo em pouco tempo, não temos nem teremos perspectiva de vida digna e justa tanto aqui na margem do rio, quanto longe daqui. Estamos aqui acampados a 50 metros do Rio Hovy, onde já ocorreram quatro mortes, sendo duas por meio de suicídio e duas em decorrência de espancamento e tortura de pistoleiros das fazendas.*

Moramos na margem do Rio Hovy há mais de um ano e estamos sem nenhuma assistência, isolados, cercados de pistoleiros, e resistimos

até hoje. Comemos comida uma vez por dia. Passamos tudo isso para recuperar o nosso território antigo Pyelito Kue/Mbarakay. De fato, sabemos muito bem que, no centro desse nosso território antigo, estão enterrados vários dos nossos avôs, avós, bisavôs e bisavós. Ali estão os cemitérios de todos os nossos antepassados.

*Cientes desse fato histórico, nós já vamos e queremos ser mortos e enterrados junto aos nossos antepassados aqui mesmo onde estamos hoje. Por isso, pedimos ao Governo e à Justiça Federal para não decretar a ordem de despejo/expulsão, mas solicitamos para decretar a nossa morte coletiva e para enterrar nós todo*s aqui.

Pedimos, de uma vez por todas, para decretar a nossa dizimação e extinção total, além de enviar vários tratores para cavar um grande buraco para jogar e enterrar os nossos corpos. Esse é nosso pedido aos juízes federais. Já aguardamos esta decisão da Justiça Federal. Decretem a nossa morte coletiva Guarani e Kaiowá de Pyelito Kue/Mbarakay e enterrem-nos aqui. Visto que decidimos integralmente a não sairmos daqui com vida e nem mortos. Sabemos que não temos mais chance em sobreviver dignamente aqui em nosso território antigo, já sofremos muito e estamos todos massacrados e morrendo em ritmo acelerado. Sabemos que seremos expulsos daqui da margem do rio pela Justiça, porém não vamos sair da margem do rio. Como um povo nativo e indígena histórico, decidimos meramente em sermos mortos coletivamente aqui. Não temos outra opção esta é a nossa última decisão unânime diante do despacho da Justiça Federal de Naviraí-MS.

Atenciosamente, Guarani-Kaiowá de Pyelito Kue/Mbarakay

Essa é a carta que recebemos. Comprometemo-nos de lê-la aqui, na abertura, e assim o fizemos.

Antes mesmo de montar a Mesa, resolvemos, aqui na Comissão, passar um pequeno documentário que fala sobre a vida do povo indígena nessa região.

Vamos passar agora o documentário À Sombra de um Delírio Verde, que foi o grande vencedor do prêmio Margarida de Prata, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), na categoria média-metragem. O filme trata da exploração desumana de indígenas guarani-kaiowá no Mato Grosso do Sul, em plantação de cana, incidente sobre terras indígenas, e as consequências para o seu povo.

As Canções, documentário de longa-metragem de Eduardo Coutinho; Diário de uma Busca, documentário do longa-metragem de Flávia Castro; e A Música Segundo Tom Jobim, documentário de longa-metragem de Nelson Pereira dos Santos, foram os outros vencedores do troféu.

Um dos diretores de À Sombra de um Delírio Verde é o jornalista Cristiano Navarro, que, entre 2000 e 2006, foi editor do jornal indigenista Porantim, sendo que depois, até meados de 2009, foi missionário do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), período em que gestou e produziu o filme.

Como nós vamos fazer duas Mesas, convido já para a primeira Mesa, e daí eles assistem daqui já o filme que vamos passar, Marco Antonio Delfino, Procurador da República do Município de Dourados, que aqui representa a Vice-Procuradora-Geral da República Deborah Duprat. Seja bem-vindo à Mesa.

Convidamos Marta Maria do Amaral Azevedo, Presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai). Uma salva de palmas para a nossa Presidenta. (*Palmas.*)

Olha que eu presido esta Comissão aqui há quatro anos – é o segundo mandato, vai terminar agora – e é a primeira vez que uma presidente ou presidente da Funai vem para uma audiência pública da Comissão de Direitos Humanos. Então, seja bem-vinda. Em quatro anos de mandato, é a primeira vez, embora eu tenha convidado centenas de vezes, que um presidente da Funai vem à Comissão de Direitos Humanos do Senado. Ou não vinha, ou nem mandava representante. Por isso, as minhas palmas, merecidas, a nossa Presidente da Fundação Nacional do Índio .

Convidamos Cléber César Buzatto, Secretário Executivo do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), representante de Dom Erwin Krautler.

E convidamos ainda para esta Mesa Eliseu Lopes Kaiowá , representante do Conselho Aty Guasu e Apib.

Já está presente também Tonico Benites, antropólogo da etnia kaiowá, a quem também convidamos para a Mesa.

Com a montagem da Mesa, nós vamos, de imediato, passar o documentário À Sombra de um Delírio Verde.

Quero dizer a todos que a nossa audiência pública está sendo transmitida ao vivo pela Internet, não é, Roberto?, pelos canais 2, 6 e 7, pelo canal digital da TV Senado e, também, pela TV digital pelo canal 51,3. Então, quem quiser assistir à transmissão ao vivo poderá fazê-lo pela TV digital, canal 51,3, para todo o Brasil, pela Internet, canais 2, 6 e 7, e, ainda, com a participação da Agência Senado e Rádio Senado.

Eu solicito, conforme combinamos, que o primeiro vídeo seja passado neste momento. Repito, é o

documentário À Sombra de um Delírio Verde, que foi o grande vencedor do prêmio Margarida de Prata, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

(*Procede-se à exibição de vídeo*.)

(*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o documentário À Sombra de um Delírio Verde, grande vencedor do prêmio Margarida de Prata, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Vamos, agora, iniciar os nossos trabalhos.

Quero, primeiro, registrar a presença conosco do Senador Rodrigo Rollemberg, que me ligou para tratar também desse assunto; do Senador Eduardo Suplicy, que também me ligou com a mesma preocupação e leu inclusive a carta que acabei lendo na abertura do plenário do Senado. O Senador Rodrigo Rollemberg também leu. Li hoje aqui a carta porque a achei importantíssima.

Queria, de pronto, cumprimentar os Senadores e Deputados que têm compromisso com a causa, na figura do Rollemberg e do Senador Eduardo Suplicy.

Está também aqui o Senador Delcídio do Amaral.

Peço uma salva de palmas para os três. (*Palmas*.)

O Senador Waldemir Moka Miranda de Britto pediu para informar que, embora não estando aqui, também se dispõe a caminhar junto na busca de uma solução concreta para essa questão.

O Senador Delcídio comentou uma solução ontem no plenário e eu entendi adequada. O Waldemir Moka também apontou no mesmo sentido. O nosso Procurador aqui na mesa, Procurador da República, inclusive está encaminhando, vai encaminhar a todos uma carta nesse sentido. Combinei com ele de eu ler essa carta já na abertura, porque ela pode ser eixo para o debate, pois a minha preocupação é que a gente não faça mais uma audiência pública, só monte mais uma comissão para discutir e discutir e discutir e não tenha uma solução. Quero torcer para que a gente possa fazer uma sintonia inclusive com a Comissão de Direitos Humanos da Câmara para que a gente avance na linha de buscar uma solução.

O Ministério Público, e vi aqui nosso Procurador Marco Antonio, trouxe carta inclusive para entregar a todos. Acertamos que eu lerei a carta e, depois, ele faz a devida introdução do comentário.

Diz a carta que ele nos passa às mãos e pediu que a entregue a todos os Senadores:

> Ministério Público Federal
>
> Procuradoria da República do Município de Dourados/MS
>
> O Estado de Mato Grosso do Sul[1] possui aproximadamente 73.295 indígenas autodeclarados, numerário que representa 3% da população do Estado de Mato Grosso do Sul e 9% da população indígena do País. Ainda, o Estado comporta a segunda maior população indígena do Brasil.
>
> Especificamente no que tange aos Guarany e Kaiowá, compõem o numerário de 45 mil indígenas e ocupam pouco mais de 30 mil hectares no Estado – o que corresponde a 0,1% do território sul-mato-grossense[2].

Apesar de reivindicarem 38 terras indígenas, apenas 11 delas se encontram regularizadas e em posse dos indígenas, as demais, apesar de identificadas, declaradas ou em processo de identificação, já que os estudos comprobatórios de sua tradicionalidade, estão obstruídas pelos portadores de títulos dominiais, o que corrobora a instabilidade jurídica e social, fortalecendo a zona conflituosa instalada entre índios e fazendeiros.

> *Dessas 11 terras indígenas, apenas 02* (*duas*) *delas foram regularizadas após a Constituição de 1988.*
>
> *Nesse contexto de exiguidade de espaço e alta densidade demográfica, fatores sociais negativos vêm à tona. Desde o ano de 2000, foram 555 suicídios, 98% deles por enforcamento, 70% cometidos por homens e, em sua maioria, cometidos na faixa de 15 aos 29 anos*[3]
> [ou seja, na força da sua juventude].
>
> *Somente na Reserva Indígena de Dourados, nos últimos 02 anos, foram registrados 75 assassinatos, dentre eles, duas crianças indígenas. Desse total, 22 mortes perfizeram-se somente de janeiro de setembro de 2012. A taxa de mortalidade infantil entre a etnia guarani e kaiowá é de 38 para cada mil nascidos vivos, enquanto a média nacional é de 25 mortes por mil nascimentos. Já a taxa de assassinatos – 100 por cem mil habitantes – é quatro vezes maior que a média nacional. A média é de 8,8*[4].

Aqui, vem uma das propostas que vamos, a partir do documento da Procuradoria, também discutir aqui.

Uma das possíveis soluções postas em debate restou estampada no Parecer nº 136/2010, da Consultoria Jurídica do Ministério da Justiça, o qual aduz:

> *"Ementa.*
>
> *I – Análise da possibilidade de serem indenizados os possuidores e os proprietários das terras posteriormente demarcadas como indígenas,*

1 Censo IBGE 2010.

2 Revista Tekoha – 3ª edição. Disponível em <http://www.prms.mpf.gov.br/servicos/sala-de-imprensa/publicações/tekoha-3-dia-do-indio-2012-mpf-ms/Tekoha-III-MPFMS.pdf>. Acessado aos 31.10.2012.

3 Idem.

4 Idem.

tendo em vista que adquiriram a posse plena e justa ou a propriedade da terra de boa-fé, por escritura pública outorgada pela União que comprove a posse em decorrência de erro da Administração Pública Federal.

(...)

III – É possível [sim] *o pagamento de indenização, no valor da terra nua, desde que restem atendidos os seguintes requisitos: a*) *terra supostamente dominical tenha sido transferida onerosa ou gratuitamente pela União Federal a terceiro, por meio de escritura pública ou outro documento público idôneo que comprove a posse plena, justa e de boa-fé; b*) *a propriedade alienada em momento posterior seja demarcada e homologada pelo Presidente da República como terra indígena, nos termos do art. 19 da Lei nº 6.001/73 e dos arts. 5º e 6º do Decreto nº 1.775/96."*

Para que esse entendimento aufira caráter vinculante, se faz necessário sua submissão à Consultoria-Geral da União, após a manifestação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a fim de que aquele órgão, caso acorde, consolide o entendimento e submeta-o à chancela da Excelentíssima Senhora Presidenta da República.

Paralelamente a isso, objetivando concretizar o entendimento já esposado pelo órgão consultivo da União Federal, o Ministério Público Federal em Dourados, em outubro de 2012, propôs ação civil pública, em trâmite perante a Justiça Federal, em Naviraí, a qual tem por objetivo a nulidade dos títulos dos imóveis incidentes na terra indígena Yvy Katu (*Município de Japorã/MS*) *e a consequente indenização desses proprietários pela União Federal, haja vista a conferência por esse ente de títulos sabidamente nulos quando da criação do Projeto Integrado de Colonização de Iguatemi* (*Decreto nº 67.870, de 17 de dezembro de 1970*).[5]

Por fim, para que essa segunda possível solução seja implementada com a maior brevidade possível para os Guarani Kaiowá, basta que a União, por intermédio da sua Advocacia-Geral, reconheça a procedência dos pedidos vinculados na ação civil pública sobredita.

Esse é o documento que foi nos apresentado pelo Procurador Marco Antonio Delfino. De pronto, vou passar a palavra para ele fazer a sua exposição e, depois, para os outros convidados. Os Senadores usarão a palavra no momento em que entenderem mais adequado. Por uma questão de justiça, eu quero dizer que o Senador Waldemir Moka, ontem, já que ele não podia estar aqui, falou comigo e disse que concorda com esse eixo do documento apresentado pelo Procurador da República de Dourados. E ele me disse que entendia que nós todos poderíamos – e vamos ouvir os Senadores – caminhar na linha de buscar na própria peça orçamentária caminhos que ajudem a resolver essa questão.

Isso tudo é debate. Eu apenas trouxe aqui as informações que eu recebi até o momento.

O Senador Delcídio fez um longo discurso ontem, no plenário do Senado, apontando caminhos também para uma possível saída do conflito, o que eu quero que ele exponha aqui também, porque vai ser muito importante. Eu fiquei muito entusiasmado com o seu pronunciamento ontem, no plenário. Muito mais de eu passar só uma mensagem, nós vamos ouvir V. Exª como vamos ouvir os outros Senadores.

De pronto, eu passo a palavra para o Procurador da República do Município de Dourados, Dr. Marco Antonio Delfino.

O SR. MARCO ANTONIO DELFINO DE ALMEIDA – Bom dia a todos e a todas.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pois não.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Desculpe-me.

É só para pedir que V. Exª peça para a Secretaria da Comissão distribuir esse documento para os Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – De pronto. A Secretaria distribui, de imediato, o documento para todos os Senadores, que passou aqui para a Presidência o Procurador Marco Antonio Delfino.

Se precisar de mais cópia, eles tiram. Não há problema algum.

Dr. Marco Antonio, por favor.

O SR. MARCO ANTONIO DELFINO – Mais uma vez, bom dia a todos. Cumprimento os Senadores aqui presentes, Senador Paulo Paim, Senador Delcídio, Senador Rollemberg, Senador Eduardo Suplicy. Agradeço imensamente este espaço. E nós esperamos – os dados falam por si –, nós esperamos que os encaminhamentos efetivos possam surgir, já que há por parte, tanto da Câmara dos Deputados quanto do Senado Federal, um ambiente favorável para que uma solução seja construída.

5 Autos n. 0001503-41.2012.4.03.6006

Ainda que tenha havido por parte da União, do Governo Federal, um anúncio da demarcação do território de que é objeto esta audiência, a realidade deve ser dita. Infelizmente, isso não representará mudança significativa para os guarani-kaiowá. Nós últimos dez anos, como foi apontado, apenas dois mil hectares foram efetivamente ocupados pelos guarani-kaiowá. Apenas duas terras indígenas foram ocupadas nos últimos dez anos. Então, ainda que tenha havido um processo de demarcação, esse processo de demarcação acaba sendo judicializado e impede que ocorra qualquer avanço na ocupação efetiva desses territórios.

Outro dado: nenhuma ação judicial foi julgada também nos últimos dez anos em primeira instância, em face do volume dos processos, da questão pericial envolvida. Ou seja, nem na Justiça e muito menos administrativamente há um avanço na questão. Então, a proposta aqui rapidamente colocada é que a União reconheça o papel dela, que teve, ativo, no processo de colonização em Mato Grosso do Sul. Especificamente, só em Mato Groso do Sul, eu posso nominar: Projeto Integrado de Colonização de Sete Quedas, que deu origem a Sete Quedas; o Projeto Integrado de Colonização de Iguatemi; Colônia Agrícola Nacional de Dourados. Todos eles, posteriormente, a União reconheceu, nessas áreas, nas quais já havia titulado territórios indígenas. Somente o reconhecimento desse parecer possibilitaria a ocupação imediata pelos guarani-kaiowá de aproximadamente 10 mil hectares. Isso representaria, em termos absolutos, um incremento de 30% no território por eles atualmente ocupados. Ou seja, algo que equivaleria a cinco vezes o que foi conseguido nos últimos 10 anos.

Além disso, se nós ainda acrescermos a esses números os títulos que a União ratificou em faixa de fronteira... Ou seja, a União, como os títulos ali na faixa de fronteira, para que eles tenham validade, é necessário que a União ratifique por meio agora do Conselho de Defesa Nacional, mas na época do Conselho de Segurança Nacional, se também esses títulos forem acrescidos, os números são ainda mais substanciais.

Então, é possível que, mediante essa indenização, mediante a adoção desse procedimento e mediante a adoção não de uma solução, digamos assim, em apenas um ano, mas que seja escalonada a colocação de recursos orçamentários talvez num prazo de 10 anos, isso permitiria um acréscimo significativo e a solução definitiva dessa questão.

Por exemplo, R$1 bilhão poderia efetivar a indenização de aproximadamente 100 mil hectares. Ao longo de 10 anos, esse montante sendo colocado no orçamento permitiria que a totalidade dos territórios reivindicados pelos guarani-kaiowá fosse integralmente atendidos. Isso promoveria a distensão e igualmente permitiria que as mortes, que continuam ocorrendo... No próprio vídeo que acabamos de ver, Amilton Lopes, uma das lideranças, está morto. Outra pessoa que também participou do vídeo, Prof. Brand, morreu também este ano, infelizmente.

Então, as pessoas estão morrendo, e as soluções, infelizmente, não estão surgindo. Cada ano, historicamente, a cada dois anos, uma liderança indígena é assassinada.

Há uma tensão elevada e a única solução é que a União reconheça esse erro histórico que ela cometeu e promova a reparação devida.

Igualmente, posso detalhar um segundo momento. Há, igualmente, possibilidade também de conversão desses territórios em fase de litígio em cota de reserva ambiental.

Essas cotas de reserva ambiental podem ser adquiridas por investidores, que também seria outro caminho que também permitiria o distensionamento, ou seja, há soluções, há possibilidade fora da solução que foi posta, que, ainda que venha a atender de forma...

Não vai aí nenhuma crítica ao Governo Federal, à Drª Marta, aqui presente.

Infelizmente, a demarcação pura e simples apenas provoca, como já foi colocado no CDDPH, o acirramento das tensões e, infelizmente, não acarreta para os guarani-kaiowá qualquer alteração alternativa na sua situação.

Agradeço imensamente a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr. Marco Antonio Delfino, abrindo os trabalhos como nosso convidado, Procurador da República no Município de Dourados.

Como eu disse aqui que os Senadores falam em qualquer momento. O, os Senadores conhecem o tema, principalmente o Senador Delcídio que é daquele Estado, não e, Delcídio? V. Exª falou com muita propriedade ontem no plenário..

O Senador Rodrigo Rollemberg já pediu a palavra. O Senador Delcídio também pediu.

Com a palavra o Senador Rodrigo Rollemberg e, em seguida, V. Exª.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Senador Paulo Paim, quero cumprimentar V. Exª e cumprimentar também a Drª Marta Maria do Amaral Azevedo, Presidente da Funai; o Sr. Cleber Buzatto, representante do Cimi; Marco Antonio Delfino, Procurador da República, e, de forma muito especial, Eliseu Kaiowá, representante do Conselho Aty Guasu, e o Tonico Mendes, também Kaiowá.

Peço desculpas, Sr. Presidente. Logo que eu soube desse episódio, fui à tribuna do Senado, há duas

semanas, e li o manifesto dos guaranis e liguei para V. Exª, que tem sido exemplar na defesa dos direitos das minorias, das populações mais desassistidas. Imediatamente V. Exª me disse que já havia apresentado um requerimento a esta Comissão e eu, embora eu não faça parte dela, disse do meu interesse em me associar a essa convocação.

Infelizmente, Sr. Presidente – por isso pedi a palavra –, eu já tinha uma viagem marcada há alguns dias e vou ter que me ausentar. Por isso pedi para fazer uso da palavra.

Quero iniciar cumprimentando V. Exª por estar fazendo esta audiência pública e estar buscando alternativas concretas para resolvermos definitivamente o problema dos guaranis.

Eu tive oportunidade, também, de conversar rapidamente com o Senador Delcídio, que defendeu essa tese de que, em razão de essas terras que são reivindicadas pelos guarani-kaiowá serem de seus antepassados, como elas foram tituladas no passado e hoje pertencem a fazendeiros, que haja esse processo efetivamente de demarcação das terras dos guarani-kaiowá e de indenização desses proprietários, para que possamos resolver definitivamente essa questão.

No meu entendimento não há outra alternativa, Senador Paulo Paim. É preciso que haja o processo de demarcação não apenas das terras dos guarani-kaiowá, mas também de outras etnias indígenas que ainda não tiveram as suas reservas demarcadas, porque, efetivamente, essa é a solução definitiva para esse problema.

Já tive oportunidade de visitar duas reservas, a do Parque nacional do Xingu, onde estive recentemente, na cerimônia do Kuarup, e pude perceber o quão acertado foi o trabalho desenvolvido naquela ocasião pelos irmãos Villas-Boas, que permitiu a demarcação das terras, onde hoje vivem diversas etnias, como os Iaulapitis, os Cuicuros, os Kalapalos. Diversas etnias, embora o entorno do Parque Nacional do Xingu já receba uma pressão muito grande das atividades do agronegócio, conseguem viver, mantendo suas tradições culturais com boa qualidade de vida. Eu tive oportunidade de perceber isso, como também já estive na reserva dos Kraôs em Tocantins, próximo a itacajá, onde também eles mantêm as suas tradições culturais. Portanto, essa é a alternativa.

O Congresso primeiro precisa fazer a sua parte. O que estiver à altura do Congresso Nacional nós devemos fazer e devemos também buscar essas soluções, como propõe o procurador, que são as soluções de intermediação mas que resolvam definitivamente essa questão. O fato é que precisamos fazer com que as diversas etnias brasileiras tenham as suas terras reconhecidas e demarcadas.

Eu gosto sempre de citar, Senador Suplicy, sei que V. Exa. tem amizade com ele, mas, recentemente, e me chamou a atenção este dado de que temos 45 mil indígenas da etnia guarani-kaiowá no Estado do Mato Grosso do Sul ocupando apenas 30 mil hectares no Estado. Muitas vezes, e o Dr. Professor Dalmo de Abreu Dallari levanta esta questão de que parte da elite brasileira argumenta que é muita terra para pouco índio. E a gente percebe que é uma população que não chega a ter nem 1 hectare por habitante, enquanto que nós temos no nosso Brasil ainda muitas vezes propriedades improdutivas ou não em que apenas um proprietário tem mais que 30 mil hectares. Portanto, se parte da elite diz que é muita terra para pouco índio, isso nos daria também o direito de dizer que é muita terra para pouco branco.

Eu entendo que é mais do que justa e necessária esta ação da Comissão de Direitos Humanos, como V. Exª disse, o Senador Delcídio do Amaral é do Estado, tem profundo conhecimento da questão, e nós precisamos buscar as alternativas jurídicas e definitivas para garantir aquilo que é essencial: a terra indígena para que a população possa viver mantendo suas tradições, viver com dignidade e em harmonia com a natureza.

Era isso que eu queria dizer, me colocando inteiramente à disposição dos guarani-kaiowá, da Procuradoria, do Funai, do Cimi, colocando meu gabinete também à disposição para fazer o que for necessário para buscar uma solução para essa questão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, esse foi o Senador Rodrigo Rollemberg.

De fato, confirmo a informação que V. Exª passou. Eu estava no Estado quando soube do fato e de imediato mandei aprontar o requerimento e o submeti a votação logo que cheguei em Brasília. V. Exª me ligou no mesmo período perguntando qual era o procedimento e se eu havia encaminhado. Eu informei que faríamos uma audiência pública e V. Exª, de pronto, se somou, como foi o caso também do Senador Delcídio do Amaral e do Senador Eduardo Suplicy.

Senador Delcídio do Amaral com a palavra.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Queria cumprimentar o Presidente Senador Paulo Paim, que tem desenvolvido um grande trabalho à frente da Comissão de Direitos Humanos do Senado.

Cumprimento Tonico, Eliseu, nosso procurador Marco Antonio Delfino, de Dourados, e, em nome de S. Exª, todos os procuradores e subprocuradores, Drª Gilda, Dr. Pedro, que têm trabalhado intensamente, discutindo essa questão que é crucial para o nosso

Estado e – por que não dizer – também para o Brasil. Estamos trabalhando uma solução que pode vir a ser adotada em vários Estados brasileiros, guardadas as diferenças que efetivamente existem na nossa Federação.

Cumprimento a Drª Marta, Presidente da Funai, a Funai comandada por uma indigenista, uma pessoa que conhece muito bem o Mato Grosso do Sul; portanto, tem legitimidade para defender e implementar a política indigenista no País.

Cumprimento o Dr. Cleber César Buzatto, do Cimi, que também tem uma presença muito marcante no nosso Estado.

Meu caro Senador Paim, esse assunto já vem se arrastando há algum tempo. Nós trabalhamos aqui, no Senado, em várias comissões e subcomissões que discutiram esse tema, analisando experiências ou realidades de outros Estados também. Eu registro Raposa Serra do Sol e a demarcação contínua das terras. Nós andamos também no Amazonas. Fomos a Rondônia, à Reserva do Roosevelt, dos cintas-largas, de João Bravo. Estivemos em Mato Grosso e no nosso Estado, Mato Grosso do Sul. Fomos ao Sul, ao Estado de V. Exª. Evidentemente, cada unidade da Federação tem uma realidade, tem uma especificidade. Nós procuramos acompanhar as experiências de vários Estados brasileiros.

É importante registrar, como já foi dito aqui, muito bem apresentado nesse ofício pelo nosso Procurador, Dr. Marco Antonio, que Mato Grosso do Sul, como o Rio Grande do Sul, de certa maneira também, e outros Estados, passou por um processo de colonização há 40, 50, 60 anos ou até mais. Foi um processo com ações de interiorização, buscando levar a população para o interior do País e guardar as nossas fronteiras. Enfim, foram políticas adotadas pelo Governo Federal – à época, o Presidente era Getúlio Vargas. Muitas dessas áreas são áreas onde os produtores se encontram, onde trabalharam e criaram suas famílias, e, em muitas dessas áreas, inadvertidamente, que o Governo Federal disponibilizou, há muitas delas com tradicionalidade indígena. Hoje, estamos diante de um impasse. Se, por um lado, essas áreas são indígenas, por outro lado, os atuais proprietários têm títulos dessas áreas.

Eu conversei com o Dr. Marco Antonio, com a Drª Gilda, com o Dr. Pedro, lá de Ponta Porã também. No meu Partido, no nosso Partido, esse tema sempre foi muito discutido, debatido. A conclusão a que chegamos é que, sem ferir o art. 231... E existem projetos no sentido de alterar o art. 231, que é uma grande conquista das etnias indígenas, os nossos irmãos e irmãs indígenas. E eu falo isso, porque, no meu Estado – o Dr. Marco Antonio sabe disso, ele é nascido numa cidade vizinha minha, Ladário, e eu sou de Corumbá, lá do Pantanal, lá dos Guatós –, todos nós temos sangue guarani ou tem a maioria das pessoas que lá nasceram, pelo menos na minha época. Agora, há muito mais gente nova, veio gente do Sul do Brasil e de outros Estados brasileiros. A melhor solução que nós encontramos está refletida neste documento distribuído pelo Dr. Marco Antonio, ou seja, mantido o art. 231, a União precisa reconhecer que se equivocou. Então, mantemos o art. 231 para indenizar as benfeitorias e a União assume o erro e indeniza a terra nua. É uma proposta que pode ser questionada? Sim. Nós entendemos isso. Mas nós precisamos encerrar esses conflitos. Nós não podemos mais conviver com essa realidade não só no que se refere à preservação, à cultura, à história dos nossos irmãos e irmãs indígenas, cuja história se mistura não só à história do nosso País, evidentemente, mas especialmente em Mato Grosso do Sul, especialmente em Mato Grosso do Sul, e ao mesmo tempo também trazer tranquilidade no campo. Porque nós precisamos de uma decisão.

Foi agora votada na Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul uma lei cirando um fundo, só que é um fundo que não tem dinheiro. Portanto, se a gente cria um fundo e não tem dinheiro no orçamento, apesar de ser uma lei no meu ponto de vista bastante razoável, não há recursos. Isso, de certa maneira, reflete um pouco o que foi votado no Rio Grande do Sul. A Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul tem uma legislação específica tratando também dessa questão.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, convidados, eu entendo que esse é o encaminhamento, no meu ponto de vista, depois de tudo o que vi, o que discuti, o que ouvi e de todas as pessoas com quem eu efetivamente conversei e debati e este tema, eu acho que essa é a saída refletida nesse ofício do Procurador Marco Antonio. Sem dúvida nenhuma.

Tive oportunidade de discutir com a Drª Marta há algumas semanas. Falamos exatamente sobre este tema.

E, meu caro Presidente, Senador Paim, conversamos com a Drª Marta para que Funai e o Ministério da Justiça produzam um estudo sobre o valor, pelo menos já iniciando uma caminhada, como disse aqui o Dr. Marco Antonio, iniciando uma caminhada que contemple essa tese aqui defendida inclusive pela Mesa para que, no Orçamento de 2013, que nós vamos discutir e aprovar até o final do ano, nós venhamos a contemplar os recursos que venham a antecipar ações no sentido de resolver definitivamente esses conflitos.

A Drª Marta, com a sua equipe técnica, trabalha nesse sentido. Nós agora temos as discussões setoriais do orçamento. E a ideia é conversar, no Palácio do Planalto, com o Governo, conversar com o Ministério do

Planejamento, responsável pelo Orçamento, conversar com o Ministério da Justiça para que esses recursos, sendo aprovados no Orçamento, eles não venham a ser contingenciados ou cortados. No meu ponto de vista, na leitura que foi aqui colocada pelo Dr. Marco Antonio, essa é a solução. Agora, nós precisamos ter orçamento. Nós precisamos combinar as coisas com o Governo para que nós não venhamos a perder esses recursos. Essas iniciativas já foram tomadas anteriormente, e, no meio do caminho, cortaram. Portanto, eu acho que esse é um ponto crucial que vai depender de uma ação articulada de todos nós.

O segundo ponto de que eu queria também falar. Nós temos uma questão que é a demarcação de terras indígenas. Mas nós temos que ter recursos para implementar políticas nas aldeias, nas áreas indígenas. Hoje nós temos áreas indígenas que são verdadeiros guetos, porque não têm estrutura. Nós somos a segunda população indígena do Brasil e não temos áreas compatíveis com a população, mais de 73 mil índios no nosso Estado.

Portanto, nós temos, além de resolver a questão da demarcação de terras indígenas, nós temos que resolver as políticas aplicadas. Eu acompanho muito de perto. A área da saúde nas aldeias era conduzida pela Funasa. Foi um parto até que a gente conseguisse criar uma secretaria voltada para a saúde indígena. Difícil. Hoje ela é uma realidade. Mas foi muito difícil convencer o governo que era fundamental ter uma política de saúde voltada especificamente para as etnias indígenas.

Então, a Dra. Marta precisa de recursos, precisa de estrutura. A Funai precisa de estrutura para cumprir o seu papel. Eu vejo inclusive o interesse da Dra. Marta de trabalhar no sentido de não só garantir esses recursos, mas também consolidar as políticas do Governo Federal com relação às etnias, olhar os quadros da Funai, prestigiar os quadros da Funai para que efetivamente nós tenhamos uma política vigorosa numa área que é fundamental. Acima de tudo, essas políticas representam cidadania para um País como o Brasil que busca, principalmente, igualdade de direitos, respeito e uma vida melhor.

Portanto, é muito feliz a iniciativa de V. Exa., meu caro Senador Paulo Paim.

Quero acrescentar que sou favorável a essas ações e sou favorável a um diálogo harmônico com o Governo Federal por meio do Ministério da Justiça e com a Funai, com as etnias indígenas não só os kaiowás, mas as etnias indígenas, que representam essa força e esta honra que temos de ser um País que apesar das dificuldades avançou. Se avançamos pouco, ao longo do tempo, sem dúvida nenhuma, o propósito aqui de todos é reconquistar o tempo perdido, mas inegavelmente construir um País melhor, um País em que as minorias venham a ser respeitadas e tenham o mesmo tratamento.

Quero, Senador Paim, mais uma vez, enfatizar que precisamos estabelecer um diálogo profícuo e acho que o Senado pode cumprir muito bem esse papel. A comissão de V. Exa. pode cumprir muito bem esse papel com o Governo Federal, com o Ministério da Justiça, com a Funai, com a Justiça, com o Ministério Público, com a Justiça do meu Estado, especialmente com as etnias e os produtores, que são os principais atores desse processo. Por meio do diálogo, por meio dessas soluções e com a mobilização política exigida para buscar o cumprimento dessa proposta, vamos finalmente encontrar uma luz no final do túnel. Talvez não seja a solução definitiva, mas uma solução que mitigue esses conflitos e represente um avanço, principalmente na implementação de políticas indigenistas no nosso País.

Quero, Senador Paulo Paim, mais uma vez, registrar aqui a oportunidade. Lamentar, o Senador Moka talvez tivesse outro compromisso e não pode estar aqui, o Senador Antonio Russo também pediu para cumprimentar as nossas etnias, os representantes de todas as entidades aqui presentes, ele teve há pouco tempo um problema de saúde, está em franca recuperação, mas ainda exige muito cuidados médicos. Mas quero dizer, e eu posso falar também pela Câmara dos Deputados, pelos Deputados Federais de Mato Grosso do Sul, que estaremos empenhados porque precisamos buscar uma solução definitiva e importante também.

Esse conflito está trazendo insegurança jurídica ao nosso Estado. Portanto, quem quer investir em Mato Grosso do Sul está fugindo do Estado porque, quando ele vê insegurança e uma não solução desses conflitos, ele, ilegitimamente, vai procurar outros lugares para fazer seus investimentos, para gerar emprego, enfim, para gerar renda. Então, é fundamental que encontremos uma solução porque muita gente hoje tem insegurança em função desses conflitos. Precisamos botar um ponto final nisso e acho que chegou a hora, com muito sofrimento. Infelizmente, na vida, a gente não aprende as coisas com amor, é sempre na dor. E eu acho que o momento é esse para serenar os ânimos em Mato Grosso do Sul e para que a gente tenha tranquilidade para preservar as nossas etnias e também para trabalhar, para produzir para o nosso País e para o nosso futuro.

Por isso, queria fazer este registro, meu caro Senador Paulo Paim, e agradecer a oportunidade que V. Exª me dá para participar de uma audiência tão importante como esta. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Delcídio do Amaral, que falou em seu nome e também citou os três Senadores do Estado, dizendo que todos estão com compromisso de nós construirmos juntos uma solução para essa questão.

Eu quero também registrar a presença, além dos Senadores, do Nelson Fraga, que está aqui representando o Senador Waldemir Moka, e, para alegria nossa, do Deputado Pedro Chaves, PMDB de Goiás, e da Deputada Janete Capiberibe, PSB do Amapá.

Eu queria dizer que todos terão direito à palavra, Deputados, Senadores, Senadoras e Deputadas que estiverem aqui.

Senador Capiberibe aqui também já conosco, Senador Tomás Correia... Hoje, pela manhã, eu o encontrei e ele disse: "Olha, eu tenho uma viagem, mas não deixarei de ir lá".

Eu queria neste momento cumprimentar todos os Deputados e Senadores.

Comentei aqui que a Câmara fez uma reunião ontem, debatendo o tema, e que depois você poderá comentar, se assim entender, mas percebo que há uma união de Deputados e Senadores na busca de uma solução definitiva.

Então, vamos aqui cumprimentar simbolicamente os Senadores e Deputados que estão aqui com esse compromisso. (*Palmas.*)

Senador Cristovam, como sempre, presente aqui também na Comissão. Os outros Senadores eu já havia citado.

Eu repito que os Senadores usarão a palavra no momento em que entenderem mais adequado – o Senador Capiberibe eu já havia registrado, é do PSB do Amapá –, como também os Deputados e Deputadas aqui presentes.

Nós vamos, enquanto os Parlamentares não se inscrevem, passando a palavra para a Mesa.

Então, vamos passar a palavra neste momento para a Drª Marta Maria do Amaral Azevedo, Presidente da Funai, que é importante. Em seguida, está inscrito o Senador Cristovam.

A SRª MARTA MARIA DO AMARAL AZEVEDO – Bom dia a todas e a todos. Bom dia, Senador Paulo Paim, em nome de quem cumprimento os Senadores, as Senadoras, os Deputados, as Deputadas e demais convidados aqui presentes.

Cumprimento também as lideranças guaranis, representantes da Aty Guasu. Cumprimento representantes das entidades também presentes, os antropólogos presentes, a ABA.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer o convite para participar desta audiência pública, já lamentando o que o senhor comentou, no início desta audiência, sobre nunca nenhum Presidente ter vindo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Desde que eu presido – o Cristovam, eu não sei –, fiz convite e hoje, para alegria minha, a senhora está aqui com a gente num momento tão importante. (*Palmas.*)

Para mim, isso é fundamental.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Pela ordem, Senador Paim. Somente Drª Marta, para registrar.

Eu disse à Drª Marta que era mais fácil falar com o Presidente ou com a Presidenta do que com alguns dos Presidentes da Funai.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com certeza absoluta.

A SRª MARTA MARIA DO AMARAL AZEVEDO – Eu acho que é extremamente importante este espaço aqui, esta Comissão dos Direitos Humanos do Senado, para que a gente possa discutir, refletir e realmente ir encaminhando soluções para todos os conflitos que a gente tem com os povos indígenas no Brasil de uma maneira geral.

Especificamente no que diz respeito aos guarani-kaiowá, aos povos guarani-kaiowá, no Mato Grosso do Sul... Acho que muitos já sabem que trabalhei e morei nesse Estado, desde o final da década de 70, anos 80, de maneira que eu conheço um pouco da situação desses povos, dessas comunidades da região. Presenciei, no final dos anos 70 e durante os anos 80, o despejo dessas comunidades dos fundos das fazendas. No momento em que o Estado foi dividido, em 1978, em Mato Grosso do Sul e Mato Grosso do Norte, eu estava lá morando numa aldeia. Naquele tempo, eram oito terras antigas demarcadas, já, pelo Rondon, no início do século XX. Quando Rondon passa a linha telegráfica, ele demarca oito terras indígenas, chamadas, hoje, de reservas, e, para essas terras indígenas, eram, então, levadas as famílias que eram expulsas das fazendas que estavam começando a ser abertas, porque, efetivamente, quando o Mato Grosso do Sul foi criado, deu-se um grande desenvolvimento: abertura das fazendas de soja, no início; depois, criação de gado também, e, agora, com os biocombustíveis, com a questão do etanol. Então, presenciei muitas expulsões, queima de casas e víamos essas famílias chegando nessas reservas antigas, expropriadas de suas terras tradicionais, de seus *tekohas* tradicionais. Realmente conheço essa situação.

Quando fui chamada para assumir a Funai, falei que iria dar prioridade para tentarmos avançar um pouco. Sabemos que não é uma solução fácil. Sabemos que é uma situação complexa, e, portanto, exige muita cautela, muita calma, muita reflexão, muitos aliados,

muito diálogo, para que possamos avançar na melhoria da qualidade de vida, no acesso efetivo à terra, para esses povos guarani-kaiowá.

Gostaria de dizer que, com relação a Pyelito Kue – que foi essa carta que o Senador leu, aqui, no início da audiência pública –, a Funai, o Ministério da Justiça, o Governo Federal, tomou três providências imediatas: entramos com uma medida na Justiça, pedindo a suspensão da sentença. O que nós conseguimos? Conseguimos manter aquela comunidade no lugar que ela está ocupando, no pequeno espaço que ela está ocupando, no seu território tradicional, que é, hoje, titulada para uma fazenda. Claro que isso também é uma solução temporária, mas tomamos imediatamente essa providência e conseguimos isso.

No que tange à questão da segurança, para prevenir e proteger os indígenas e prevenir conflitos fundiários, elaboramos um plano de segurança. A Força Nacional já estava lá desde agosto, quando houve aquele conflito em Arroio Korá, já havíamos começado a elaborar esse plano de segurança e a Força Nacional já havia sido enviada para lá. Não podemos, obviamente, por questões de segurança, justamente, divulgar o efetivo, divulgar como esse plano de segurança vem sendo implementado, mas ele já está em campo; e, inclusive, segurança para as lideranças indígenas que estão no Programa Defensores dos Direitos Humanos. Isso foi feito em conjunto com a Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, Ministério da Justiça, Secretaria-Geral da Presidência e Funai.

Além disso, tivemos, então, o apoio do Ministro e da Presidenta da República para acelerar a demarcação dessa terra de Pyelito Kue, comprometendo-nos a publicar o primeiro passo do processo de regularização dessas terras indígenas em estudo, que é a publicação do relatório circunstanciado, que é um despacho que a Funai faz, eu assino e abrimos um diálogo com o Estado, abre um diálogo para o contraditório. Vai para outra fase do processo de regularização fundiária.

Nesse Estado do Mato Grosso do Sul, nessa região Cone Sul, a região dos guarani-kaiowá, temos, como já foi mencionado aqui, tanto pelo Procurador, pelo Senador Delcídio, que também conhece bem a região, diferentes situações de terra. Temos essas oito áreas antigas, que estão superpovoadas, onde a qualidade de vida é péssima. É uma situação de emergência, uma situação realmente que exige atenção dessa Comissão também.

Temos outra situação que são terras que já estão demarcadas, já estão aprovadas. Há portaria do Ministro da Justiça, mas foram judicializadas. Essa portaria do Ministro foi suspensa na Justiça. E temos terras que já estão, inclusive, homologadas, decretadas pela Presidência da República como terras indígenas, que estão também com a sua homologação suspensa pela Justiça.

Então temos muitos casos de terras indígenas que depois justamente da Constituinte, depois de 1988, começaram a ser demarcadas, mas que estão judicializadas e não estão na posse efetiva desses povos guarani-kaiowá. O que vem acontecendo é que os povos guarani-kaiowá, com essa situação de superpovoamento dessas oito reservas antigas, estão voltando a ocupar esses territórios tradicionais de onde eles foram expulsos nas décadas de 70 e 80.

O que a Funai tem feito nos últimos anos? A Funai tem tido uma presença mais efetiva na região. Quer dizer, a partir do Governo Lula, a Funai tem tido realmente uma presença melhor na região, tem estruturado os escritórios regionais na região. Na última gestão, do ex-Presidente Márcio, ele abriu concurso, a Funai fez dois concursos. Só para os senhores terem uma ideia, a Funai passou mais de 20 anos sem fazer concurso. A Funai ficou um órgão completamente desvalorizado pelo Governo Federal e é o único órgão do Governo Federal que efetivamente trabalha na ponta, lá nas aldeias, que atende lá nas terras indígenas. A partir do Governo Lula, foram abertos dois concursos. Então houve o começo da renovação dos quadros da Funai, mas, mesmo assim, ainda são insuficientes.

Na última gestão do ex-Presidente, que eu substitui na Funai, ele abriu um concurso e estruturou as coordenações regionais no Mato Grosso do Sul, fortaleceu a presença nossa lá com as coordenações técnicas locais e a gente tem começado um diálogo lá, porque, eu concordo, a situação dos guarani-kaiowá passa por uma pactuação social não só da Funai, mas também de toda a sociedade do Brasil como um todo. Para se ter uma solução pacífica, a gente tem que chegar a ter espaços de diálogo, espaços de concertação, espaços de tratamento desses conflitos.

Eu ainda fiquei pensando: existem hoje em dia profissionais de intermediações de conflito. Quando se trata de situação extrema de guerra, de situação de extrema violência, a gente tem metodologias para fazer isso. Por isso esta Comissão, esta Casa, o Congresso são espaços absolutamente fundamentais para que a gente possa dar passos efetivos para encontrarmos a solução disso.

Ainda na última gestão da Funai do ex-Presidente Márcio Meira, ele abriu esse diálogo e fez inclusive um diálogo com produtores de biocombustíveis, tendo assinado, ainda em sua gestão, e eu assinei como testemunha, um acordo de colaboração com a Raízen, que é uma produtora de biocombustíveis – a Shell faz parte dessa nossa empresa Raízen. Nesse acordo, a Raízen

se compromete a não comprar cana-de-açúcar oriunda de terras indígenas ou de terras que estão em estudo como terras indígenas e de trabalho indígena. Nesse sentido, a gente tem dado passos para o diálogo, tem dado passos para que a gente possa efetivamente ir chegando a soluções para que os povos guarani-kaiowá tenham acesso efetivo à terra e possam manter o seu *tekoha* e *reko*, enfim, o seu jeito de ser.

Sobre essa questão do reconhecimento de que o Governo Federal titulou terras ou de que promoveu projetos de colonização em terras posteriormente reconhecidas como terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas temos começado a discutir no Governo Federal. Obviamente que temos que conversar com o Ministério da Justiça, com a Advocacia-Geral da União. Então, eu não posso trazer aqui uma posição, uma decisão, porque inclusive não cabe a mim, mas eu estou me comprometendo, assim como já me comprometi, a abrir esse diálogo no Governo Federal, para que possamos ir devagar, buscando soluções para esses conflitos.

Quero dizer também é que, do ponto de vista do Governo Estadual, é extremamente importante que o Governo Estadual também tenha uma vontade política, para participar desse processo, digamos assim, de pacificação, de melhoria, inclusive, para o seu próprio desenvolvimento, para que o próprio Estado do Mato Grosso do Sul possa melhorar a qualidade de vida de todos os seus habitantes, melhorar o Estado de violência permanente dessas cidades do cone sul do Mato Grosso do Sul.

Nesse sentido, temos buscado um diálogo com o Estado – assinamos um termo de colaboração com o Governo, para implementar uma polícia comunitária, na terra indígena de Dourados. Não foi possível essa implementação. O Governo do Estado tem muita dificuldade com esse diálogo. Então, peço ajuda a esta Casa, para que consigamos fazer esse diálogo, porque o Governo Federal tem um papel extremamente importante, inclusive no que diz respeito ao atendimento de todas as questões. Por exemplo, a questão das escolas, já que muitas escolas indígenas são estaduais; a questão dos atendimentos nos hospitais; existem os polos-base e os postos de saúde nessas áreas, mas, quando os indígenas ficam mais doentes e precisam de um atendimento hospitalar, vão para os hospitais que também são estaduais. Então, precisamos do Governo Estadual também envolvido nessa pactuação.

O Senador Delcídio mencionou o Estado, a Assembleia Legislativa estadual promulgou uma lei que cria esse fundo, que, infelizmente, está sem fundos. Mas é um fundo estadual, a exemplo do Estado do Senador Paulo Paim, quer dizer, a exemplo do Rio Grande do Sul, que já vem tendo essa prática de reconhecer quando titula terras que estão em terras indígenas e de quilombolas, exatamente. Então, o Governo Estadual também precisa reconhecer que titulou terras e que terras são terras indígenas, terras que estão sendo reconhecidas ou que já foram reconhecidas como terras indígenas.

Então, nesse sentido, quero pedir ajuda para essa Comissão, porque esse diálogo precisa ser feito também com o Governo estadual. A Funai tem tido diálogos com outros Governos Estaduais, como do Amazonas, Acre, Bahia – temos tido muito sucesso nessas parcerias. É preciso também que o Governo do Mato Grosso do Sul estabeleça essa ponte, essa colaboração, conosco e que saiamos dessa situação de mútuas acusações, como ao dizer: "Não, é a Funai que é culpada. Não, é o Estado que é culpado".

Acho que somos todas instituições do Brasil, fazemos parte desse País, temos que ter o orgulho, e temos que saber que é um privilégio para nós termos, no nosso território, cerca de 300 povos indígenas, dos quais todos somos devedores, porque, desde a nossa língua portuguesa, até o nosso jeito de ser tem muito dos povos indígenas. Herdamos e ainda praticamos muitos costumes, muitos valores, que os povos indígenas nos ensinaram e devem continuar nos ensinando, se deixarmos.

Acho que pensar em melhorar a qualidade de vida, inclusive, de todos os cidadãos brasileiros passa por um diálogo com os povos indígenas, passa por, inclusive, pensarmos que o desenvolvimento e o agronegócio não é contra os índios, e os índios não são contra o desenvolvimento. Eles têm outros jeitos de pensar um bem viver, uma qualidade de vida. A qualidade de vida, o bem viver, não precisa, necessariamente, ser medida pelo PIB ou pelas exportações, podemos bem viver de outras maneiras. Podemos ter outras experiências de vida feliz, de vida saudável, sem necessariamente pensar em exportações, mas uma coisa também não é contra a outra.

Então, acho que era isso que tinha que dizer, por enquanto.

Mais uma vez eu me comprometo. A minha equipe está toda aqui presente. Estamos à disposição e querendo participar deste diálogo e desse processo.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Drª Marta Maria Amaral Azevedo, Presidente da Funai, que deu seu depoimento e apontando o mesmo caminho da fala do Senador Delcídio Amaral com uma proposta concreta e no diálogo buscando uma solução.

Passamos a palavra como orador inscrito, neste momento, ao Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Srª Deputada Janete que muito nos honra aqui e outros deputados, quero dizer que concordo com alguns aspectos da fala do Senador Delcídio, mostra equilíbrio mostra um cuidado de procurar uma solução definitiva.

Entendo a preocupação do Senador com certo susto, desencanto, e instabilidade daqueles que querem ir ao Mato do Sul para investir e que temem que seus investimentos não possam ser levados adiantes. Mas isto não pode tirar a importância de resolvermos o problema hoje, Senador, essa crise que nós vivemos, até porque, se nos continuarmos deixando o que está acontecendo, serão os investidores estrangeiros que não virão para um país que mata índios, porque eles se suicidam, porque eles morrem de fome ou porque eles são assassinados. O documento m que eu recebi mostra o índice de assassinato que é quatro vezes maior que a média brasileira, que já é uma das maiores do mundo.

Dizendo isso, eu quero cobrar que, além do cuidado específico e rápido, mesmo que se tenha que pagar para desapropriar pessoas que ali investiram – e isso termina não sendo muito diante da riqueza brasileira e diante do custo que pesa sobre o Brasil de deixar que isso continue –, nós temos que apressar. Estou vendo aqui que, desde 1988, só duas áreas foram regularizadas.

E eu estava pensado aqui, Sr Presidente, sobre uma hipocrisia grande que nós costumamos ter nosso País. Por exemplo, nós temos – e eu defendi e defendo cotas para índios entrarem na universidade – e não damos cota de terra para o índio sobreviver. Ou seja, nós somos capazes de beneficiar um ou dois índios a cada ano que conseguem fazer o ensino médio, conseguem passar o vestibular e adquirem o direito a uma vaga graças as quotas, um, dois, três; agora, do povo indígena, no seu conjunto, a gente não cuida, não dá a quota de uma terra que já foi deles. Não é só aí. Nós damos cotas, uma, duas, três, cinco, pouco mais de que os índios aos negros, mas não alfabetizamos o povo negro, que é o onde está concentrado o maior índice de analfabetismo no Brasil.

Quando é para beneficiar um ou dois nós comemoramos como um grande feito. Agora, quando é para beneficiar a massa, o povo, o coletivo, a gente recua. Não é possível que continuemos vendendo a ideia de um país que tem cotas para pagar uma dívida com os negros e os índios e que nos neguemos a alfabetizar os negros e a dar terra para os índios do tamanho que for preciso, porque eles não vão querer mais do aquilo que é para sobreviver em um regime de relação deles com a natureza, que é muito maior do que quem trator, que é muito maior do que quem agrotóxico, que é muito maior do que quem tem engenharia genética fazendo com que um hectare produza muito mais do que com as técnicas primitivas dos povos indígenas ou quase primitivas hoje em dia.

Esta Comissão tem um papel muito importante de ser um elemento de equilíbrio,, como o Senador Delcídio na sua fala mostra, mas também um elemento de cobrança imediata, para que nós, brasileiros – e quem age por nós é o governo brasileiro –, em relação com o governo local tratemos de resolver esse problema e ao mesmo tempo resolver todos os outros.

Eu li aqui também que já há um parecer do Ministério da Justiça propondo pagar aos que hoje ocupam esta terra. No mínimo tem-se que pagar as benfeitorias que fizeram, disso eu não tenho a menor dúvida, mas até mesmo a terra, o que significa um passo atrás em relação ao que fizemos com a libertação dos escravos, pois muitos queriam que eles fossem comprados antes de serem liberados, libertados, e a Princesa – não foi nenhuma republicana – teve a força de dizer: "não vamos pagar por algo que não devia existir, que é a escravidão de um ser humano". E não pagou. Ainda houve ameaça de se cobrar isso depois. E Ruy Barbosa cometeu um ato até contra a história, mas correto, do ponto de vista social, de queimar os documentos, para não existir prova de que alguém foi dono de escravo.

Então, nós temos isso. É outro tempo. A riqueza é maior. Vamos desapropriar, se for preciso, aquilo que foi desapropriado já há algum tempo, porque no começo isso era dos índios. Nós – não vamos botar a culpa em nenhum fazendeiro –, brancos, desapropriamos aquela terra; ou melhor, nos apropriamos daquela terra. Está na hora de se apropriar dela outra vez, em nome de todo o povo brasileiro, para que não aconteça coisa desse tipo.

E eu proponho, como função de esta comissão ser o elemento de equilíbrio e, ao mesmo tempo, o elemento de pressão, que nós fiquemos – não sei se é possível regimentalmente – em uma audiência permanente, ainda que simbolicamente, para dizer: nós não estamos fechando os olhos para a tragédia que está vivendo o povo indígena, em alguns lugares. E não é só lá. É uma espécie de audiência permanente, por algum tempo, para dizer: nós estamos ativos.

E o nosso Presidente, Senador Paulo Paim, está ligado no assunto e nos consultando no que for preciso.

Essa é a proposta que eu faço, com a angústia de ver um país que, primeiro, não faz o que devia pelo seu povo mais excluído – negros e índios –; e, segundo, que tenta vender a ideia de que faz, com esse instrumento

correto – e o senhor sabe que eu sempre fui defensor das cotas para a universidade, o que vai beneficiar um ou outro –, e não faz o que é preciso para beneficiar todos, a coletividade, o povo, que é cota de terra para índio e a alfabetização dos negros.

É isso, Presidente Paim. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Cristovam Buarque, preciso como sempre.

A sua proposta será encaminhada. E eu não vejo problema nenhum em ficarmos em audiência permanente na busca de uma solução para os povos indígenas.

Passamos a palavra, neste momento, ao nosso convidado Cléber César Buzatto, que é Secretário Executivo do Conselho Indigenista Missionário, Cimi, e que representa aqui também o Dom Erwin Kräutler.

O SR. CLÉBER CÉSAR BUZATTO – Obrigado, Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só quero dizer, permita-me, que, pela importância do evento, e assim o Senado entendeu, nós, desde hoje pela manhã, estamos ao vivo pela TV Senado para todo o Brasil, pela Rádio Senado, para todo o Brasil; pela Internet, para todo o Brasil; pelos canais 2, 6 e 7; e ainda os canais digitais 51.3 e 51.1.

O SR. CLÉBER CÉSAR BUZATTO – Obrigado, novamente, Senador Paulo Paim. Cumprimento também as lideranças indígenas, Procurador, Presidente da Funai, demais Senadores, Deputados e todas as pessoas que estão aqui, prestigiando esta importante audiência pública, bem como todos que estão acompanhando por meio dessas mídias, em todo o Brasil.

Aqui não vou ocupar mais tempo para tratar da responsabilidade do Estado brasileiro em processo de retirada dos guarani-kaiowá e de tantos outros povos dos seus territórios, nem do processo de omissão do Estado em relação à volta dos povos às suas terras.

Mas é importante salientar, e aí inicio, manifestando apoio, sim, a essa proposta, que volta agora com mais força, em relação à indenização, pelo Governo Federal, das terras tituladas pelo Governo Federal.

Acho que esse é um caminho que a Constituição, no nosso ponto de vista, permite, como permite também a indenização, pelos Estados federados, dos títulos concedidos pelos estados federados. Isso é importante que se diga, para rebater a tese de que os ocupantes não indígenas de terras que são reconhecidas e demarcadas como terras indígenas teriam de sair com uma mão na frente e outra atrás.

Não. A legislação brasileira ela é bastante clara nesse sentido. O Decreto nº 1775 determina, inclusive, que as benfeitorias todas sejam indenizadas devidamente aos ocupantes de boa fé, todos os ocupantes de boa-fé, bem como todos os ocupantes que se enquadram nos critérios da reforma agrária devem ser reassentados nos moldes da reforma agrária e tem prioridade, inclusive, nesse processo de reforma agrária.

Além disso, como foi dito, nós também entendemos que é possível, sim, a indenização pela terra de acordo com esses critérios: terras tituladas concedidas pelo Poder Federal podem ser indenizadas diretamente pelo Poder Federal, e devem, se for o caso, para facilitar processos como esses. E também governos estaduais, os Estados federados devem também assumir as suas responsabilidades neste processo, indenizando quando se tratar de terras tituladas pelos Estados federados.

Isso é viável, é possível, sob algumas condições. E uma delas, condição fundamental, é o reconhecimento da tradicionalidade dessas terras, o que é feito por meio de um processo de demarcação, que também é regulamentado pelas normas, no caso o Decreto nº 1775 e a Portaria nº 14 do Ministério da Justiça estabelecem todos os passos, digamos assim, necessários ao procedimento administrativo que o Estado brasileiro no momento usa para fazer o reconhecimento do direito dos povos indígenas.

Para isso, nós entendemos também – queremos aqui reforçar e acho que é uma questão que o Senado tem muito a contribuir, esta comissão em especial, todo o Senado – que é necessário que o Estado federado tenha as suas estruturas aptas para proceder a este reconhecimento. No caso do Brasil, atualmente o órgão que é responsável por esse processo – principalmente a parte inicial – é a Funai, que, no nosso entendimento, infelizmente, está ainda bastante deficitária tanto em termos de pessoal quanto em termos de recursos orçamentários disponibilizados ao órgão indigenista.

Nós não podemos admitir mais, Sr. Presidente, por exemplo, de a Funai ou o Governo brasileiro, o Estado brasileiro colocar como rubrica para a demarcação de terras indígenas, em 2 anos, a soma irrisória de R$29 milhões, como aconteceu nos anos 2010 e 2011, dados esses estão no *site* do próprio Senado. Essa rubrica se gastou ao longo de 2 anos, somando os gastos menos de R$30 milhões. Isso infelizmente não resolve e não vai resolver a situação dentro dos guarani-kaiowá e muito menos dos outros povos nas próximas dezenas de anos.

Então nós precisamos mudar essa relação, fortalecer, fazer concursos específicos para quadros da Funai e prover a Funai e os outros órgãos do Estado com recursos suficientes para viabilizar, agilizar os procedimentos de demarcação de terras indígenas,que, infelizmente, no nosso ponto de vista, estão ainda andando de forma muito lenta, muito aquém do que

seria necessário. E isso acaba sim, no nosso ponto de vista também, potencializando os conflitos. Então,uma maior agilidade nos procedimentos de reconhecimento de demarcação de terras indígenas tende a solucionar os problemas e, portanto, dirimir e superar os conflitos que envolvam os pobres indígenas.

Há outro elemento que também foi citado pela presidente da Funai que nós gostaríamos de salientar e para o qual também o Senado e esta Comissão podem contribuir: a superação de algumas decisões do Poder Judiciário, do Estado brasileiro, que impedem o andamento de procedimentos administrativos que já estão numa fase mais avançada. Nós temos processos, por exemplo, dos arroio-korá, cerro marangatu, nhanderu, potrero-guaçu, que estão, em termos do procedimento administrativo, numa fase já bastante avançada, mas que estão com decisões – inclusive uma delas do Ministro Gilmar Mendes, de 2009, ainda – que impedem que pelo menos parte desses territórios sejam efetivamente "devolvidos", entre aspas, aos guarani-kaiwoá. Então, nós precisamos superar esse gargalo, que também está presente, infelizmente, nesse Poder do Estado brasileiro.

Eu acho que é importante uma ação efetiva no sentido de sensibilizar também essas instâncias do Poder Judiciário, não somente do Poder Executivo, para que esses procedimentos avancem e prover, como disse antes, aí sim, as estruturas do Poder Executivo para efetivamente fazer com que essas terras sejam, de uma vez por todas, devolvidas aos guarani-kaiowá.

Nós também salientamos como importante manifestar que, no caso específico dos guarani-kaiowá, é preciso superar o processo histórico de violência que é cometido contra esse povo. Esse processo vem desde a retirada do povo das suas terras e continua ocorrendo nas reservas diminutas em que eles foram colocados, em que vivem, infelizmente, muitas situações de extrema vulnerabilidade social. Já foi citado aqui o caso de Dourados, onde há uma área de 3.500 hectares, onde vivem aproximadamente 15 mil pessoas. Todos temos plena consciência que não é possível, não é viável. Essas condições não tornam possível atender o critério constitucional de terras suficientes para a sobrevivência física e cultural dos povos do Brasil, então precisamos superar isso.

E a violência também continua acontecendo, recorrentemente, nos casos em que os grupos que foram levados para essas reservas, para inclusive buscar uma condição mais adequada de existência, buscam o retorno às terras das quais eles foram retirados. Aí, ou sofrem a violência própria, característica de acampamentos, que são quase permanentes em beiras de rodovias, ou sofrem a violência física, o ataque sistemático, patrocinado por jagunços de fazendeiros, como tem acontecido de forma recorrente no Mato Grosso do Sul.

Nós podemos, nesse sentido, lembrar somente os dois últimos casos mais emblemáticos: o caso do Nísio Gomes, que agora, dia 18 de novembro, completa um ano que foi atacado, e o corpo continua sumido. Nós temos aqui uma liderança, do Tekoha Guaiviry, que é filho do Nísio Gomes, que continua em busca, fazendo cobranças, para que se encontre o corpo do pai dele, dessa liderança, que até o momento...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Quem é o filho do Nísio? Levante-se, para fazermos um registro de solidariedade. (*Palmas.*)

O SR. CLÉBER CÉSAR BUZATTO – E agora, no mês de agosto, novamente, uma liderança foi levada pelos jagunços lá no arroio-korá.

Então, esse processo de violência precisa ser superado e, para que isso aconteça, ela precisa ser combatida. Nós não acreditamos que os próprios fazendeiros paralisem esse processo. No nosso entendimento, isso já é uma parte de uma cultura de violência que está meio que na cabeça dessas pessoas que entendem como legítima a prática dessas violências.

Portanto, precisamos de que o Estado assuma a responsabilidade de ter contribuído na constituição e na construção dessa cultura e agora aja no sentido de demonstrar que essa violência é ilegítima e que não deve continuar acontecendo. Para isso, o Estado precisa agir por meio de suas instituições, precisa ter essa ação efetiva.

Senador Paim e demais senhores, nós, do Cimi, não acreditamos na boa vontade do Governo do Estado do Mato Grosso do Sul. Isso aumenta a responsabilidade, e acho que é uma função do Governo Federal ter também a clareza de que o Governo do Mato Grosso do Sul não tem interesse – e tem demonstrado constantemente isso – em resolver, pelas boas vias, a questão vivida pelos guarani-kaiowá e outros povos do Mato Grosso do Sul, que vivem no Mato Grosso do Sul. Por isso, nós entendemos que a ação do Governo Federal tem que ser mais efetiva, que tem uma responsabilidade maior, porque o ente federado não tem – e tem demonstrado isso recorrentemente – essa intenção, essa boa vontade de contribuir no processo de superação dessa situação. Nós defendemos, portanto – inclusive falamos na época em que houve o ataque ao Nísio, o Cimi divulgou uma nota – a tese da intervenção federal.

Então, é uma questão que precisa ser considerada, não sei se ao nível de uma intervenção federal. Mas o Governo Federal tem que ter essa clareza de que não pode continuar esperando que o Estado do Mato

Grosso do Sul contribua efetivamente nesse processo. É preciso que o Governo Federal, a União, tenha uma ação mais efetiva para avançar de forma mais rápida na solução dos problemas enfrentados pelos guarani-kaiowá e por outros povos no Mato Grosso do Sul.

Para finalizar, é importante salientar também que essa questão vivida pelos guarani-kaiowá e outros povos no Mato Grosso do Sul não é uma questão isolada. Infelizmente, no Brasil, essa questão da violência contra os povos indígenas tem sido recorrente e inclusive tem aumentado nos últimos anos. Nós temos dito que a opção do Governo brasileiro por um modelo de desenvolvimento muito fundado na questão da exportação de matérias primas tem potencializado a disputa pelo território e isso tem favorecido de certa forma um maior poder de barganha do agronegócio e dos representantes, inclusive, do agronegócio no Congresso Nacional.

Portanto, entendemos que esta Comissão também tem uma função importante no sentido, por exemplo, de impedir que a PEC nº 038, que tramita aqui, assim como outras matérias, mas especialmente essa PEC, tenha seguimento nesta Casa. Nós sabemos de toda a força política e a pressão que é feita no sentido de que se coloque em votação essa proposição legislativa no plenário do Senado, porque ela já está, segundo informações, pronta para ser votada. É uma matéria que, no nosso entendimento, em vez de resolver ou colocar condição de resolução dos problemas, terá como consequência a potencialização dos problemas, dos conflitos e das violências. Portanto, pelo que entendemos, a PEC nº 038 não soluciona e não pode ser aprovada pelo Senado.

Na Câmara Federal também a Bancada ruralista trabalha fortemente para aprovar a PEC nº 215. No nosso entendimento, essa PEC não contribui para a solução dessas situações e, portanto, nós entendemos que também não deve ser aprovada. Precisamos que os Deputados e Senadores que tenham esse entendimento estejam sempre atentos para combater, junto com as organizações indígenas, juntamente com as comunidades e povos indígenas e entidades de apoio, essas proposições legislativas que se somam e que, enfim, têm causado bastante preocupação em todos nós.

Para finalizar – o caso não é isolado –, quero citar, como já citei outras vezes, o caso awá guajá, no Maranhão, que está passando por sérias dificuldades. Nesse território, grupos isolados vivem sendo constantemente invadidos, correndo sérios riscos. Na próxima semana, vem para Brasília uma delegação grande, já está confirmado. A princípio, trata-se de uma delegação de mais de 200 lideranças indígenas do Maranhão, entre awá guajá, guajajara e outros povos. Então, é importante.

Os povos estão se movimentando também em reação a outra iniciativa dentro desse processo de ataque em que, como temos dito, os povos indígenas e seus direitos têm sofrido. Junto com essa questão da PEC nº 038 e da PEC nº 215, há a Portaria nº 303, que tanta preocupação e tantas ações causaram por parte dos povos indígenas, entre elas uma ação dos indígenas do Maranhão. Por consequência, eles estão vindo a Brasília para tratar disso.

Ontem, inclusive, essa portaria suscitou uma questão sobre o Judiciário, sobre o Supremo. Estava, inclusive, na pauta do Supremo ontem, mas acabou não sendo votado por falta de tempo. Há os embargos de declaração da Petição nº 3.388, que trata ainda do caso Raposa Serra do Sol, de todas as condicionantes. Sob o nosso ponto de vista, a interpretação dada pelo Executivo por meio da AGU, por meio da portaria nº 313, é totalmente equivocada, não corresponde à intenção do Supremo, dos Ministros do Supremo. Esperamos que essa portaria seja deslegitimada por ocasião do julgamento desses embargos de declaração pelo Supremo Tribunal Federal.

Então, cremos que isso deverá acontecer. Não é possível acreditar que o Executivo ou a própria AGU entenda que procedimentos administrativos, inclusive procedimentos administrativos de demarcação de terras indígenas já finalizados e, portanto, situações já pacificadas nas diferentes regiões sejam revistos e adequados àquelas condicionantes. Isso, no nosso entendimento, potencializaria, criaria situações já superadas de conflitos, trazendo-as novamente para o foco de conflito. Então, no nosso entendimento, isso tem que ser superado.

Então, é um pouco isso. Ficamos, então, com essa gratidão para com a Comissão por trazer essa temática novamente à tona, contamos sempre com o apoio desta Comissão nesses diferentes campos de atuação, que são necessários para superar os conflitos, para superar as violências que são praticadas contra os povos indígenas, em especial o caso dos guarani-kaiowá, no Mato Grosso do Sul.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Cléber César Buzatto, Secretário Executivo do Conselho Indigenista Missionário. Pode contar, tenho certeza, não só com a Presidência, mas com os membros desta Comissão, que vai ficar em alerta acerca das questões que você levantou aí na linha de defender o interesse dos povos indígenas.

Eu só destaco que estiveram aqui, que acompanham este debate: o Senador Cristovam Buarque, que

já usou a palavra; o Senador Delcídio do Amaral, que já usou a palavra; Senador Rodrigo Rollemberg, que já usou a palavra. Inscritos, ainda, há o Senador Eduardo Suplicy, o Senado João Capiberibe, o Senador Tomás Correia, que usarão a palavra no momento que entenderem adequado. Também pediu a Deputada Janete Capiberibe. Quem pediu a palavra neste momento foi o Senador Randolfe Rodrigues. Em seguida, ouviremos as lideranças indígenas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, colegas Senadores, Srª Deputada Janete, senhores membros da Mesa, representantes dos guarani-kaiowá, eu queria só comunicar que protocolizei agora um requerimento solicitando que esta Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal constitua uma diligência externa para ir à terra guarani-kaiowá acompanhar de perto, para reunir com o Governo do Estado do Mato Grosso do Sul para saber de perto e diretamente as consequências e ver esse drama que os povos guarani-kaiowá estão sofrendo, as ameaças que estão recebendo. É lógico que estamos em uma audiência pública, não poderemos apreciar o requerimento em audiência pública, mas está protocolizado. Eu sugiro a V. Exª, que é proprietário da pauta...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Claro, eu farei na primeira reunião da semana.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Na próxima semana.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Considero importante, até com a presença dos parlamentares aqui presentes. É até uma sugestão de delegação desta Comissão para acompanhar de perto essa situação.

O que me chamou a atenção – principalmente no depoimento agora do Cleber, e está presente na nota que vimos ser emitida pelo Cimi – é que este é um drama, esta é uma situação que mobilizou a opinião pública, lamentavelmente, só agora. Mas é um drama que os povos guaranis sofrem há muito tempo e que tem diretamente a responsabilidade do Poder Público, notadamente, como foi dito agora há pouco pelo Cleber, do Governo do Estado do Mato Grosso do Sul. Portanto, não basta – embora nesta semana os povos guarani-kaiowá terem tido a esta boa notícia – a concessão do liminar sobre a questão das suas terras. Parece-me claramente que não basta isso.

A concessão dessa liminar não resolve o problema. É necessário um acompanhamento de perto – no meu entender, e V. Exª, Presidente, assim está fazendo – desta Comissão de Direitos Humanos do Senado federal a partir desta audiência pública. É necessário um diálogo permanente com as instituições, com a Funai, com o Ministério da Justiça, com o Governo do Estado do Mato Grosso do Sul, porque essa situação não pode ser episódica e eventual. Não podemos... É decorrência de um conflito, há uma decisão judicial, há uma decisão favorável, há uma decisão contrária, resolve-se e o problema é esquecido. Pelas informações que temos, pelo que aqui foi relatado e pelo que esta audiência pública nos deixa claro, é que este não é um problema de agora, este é um problema de anos que esses povos estão sofrendo e necessita, exige um acompanhamento mais detido de passo a passo dessa situação por parte do Congresso Nacional brasileiro, especificamente, por parte desta Comissão de Direitos Humanos.

Nesse sentido, considero importante uma diligência desta Comissão para dialogar com os povos indígenas, dialogar mais de perto com o Cimi, dialogar com as autoridades, procurar o Ministério da Justiça.

Em especial – é isso que é importante que aqui seja chamada a atenção –, aqui mesmo no Congresso Nacional pairam ameaças sobre os direitos dos povos indígenas. Foi citado pelo Cleber pelo menos três propostas de emenda constitucional eivadas da Bancada ruralista na Câmara dos Deputados, mas também há representantes aqui no Senado. São três propostas de emenda constitucional que, na verdade, deformam a conquista obtida na Constituição de 1988 em relação aos povos indígenas. O que nós conquistamos na Constituição de 1988 em relação aos povos indígenas é um avanço civilizatório, que não pode ter retrocesso, que não pode ser ameaçado. Então, é importante, além da situação específica em relação aos povos e ao acompanhamento por parte desta Comissão de Direitos Humanos, através de uma diligência pública, é fundamental uma mobilização constante aqui para que não paire nenhuma das ameaças que tramitam aqui no Congresso Nacional.

As propostas de emenda à Constituição que aqui tramitam, em respeito aos povos indígenas, em respeito às populações originárias, só podem ter um destino: o arquivo do Congresso Nacional, nada diferente disso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Senador Randolfe Rodrigues. O seu requerimento será votado na segunda-feira.

Vamos ouvir, num segundo momento, também a Deputada Janete, porque percebi pela audiência que foi realizada lá, que também lá foi criada uma Comissão. Eu penso, se assim vocês entenderem, que a gente não deve criar duas comissões, uma aqui e outra lá. Que a gente faça um trabalho coletivo, Deputados e Senadores, com o mesmo objetivo.

No momento adequado, o Deputado, eu entendo, vai expor o seu ponto de vista.

Passamos a palavra, neste momento, ao Sr. Eliseu Lopes Kaiowá, representante Aty Guasu, e membro do Conselho e da APIB – Articulação dos Povos Indígenas do Brasil.

O SR. ELISEU LOPES KAIOWÁ – Primeiramente, bom dia a todos e a todas.

Sou representante da Grande Assembleia dos Guarani-kaiowá Aty Guasu e da APIB, uma organização indigenista do Brasil.

Neste momento, primeiramente, agradeço esta oportunidade que nós, principalmente os guarani-kaiowá, temos de relatar a nossa situação precária, situação que vimos sofrendo há mais de cem anos.

Gostaria principalmente que o Governo ouvisse o que os guarani-kaiowá vêm relatando durante esta semana, pela delegação que veio a Brasília, a questão de despejo que estava tendo lá no Pyelito Kue.

Recebemos essa liminar que foi derrubada, para que não seja despejada essa Comunidade Pyelito Kue e principalmente a liderança que está aqui e que representa a aldeia, a comunidade de lá, o líder Lopes.

Com essa liminar, a comunidade não pode mais ser despejada. Só que, para nós, da Aty Guasu, Srs. Senadores, principalmente Sr. Presidente, isso não resolve, porque foi decidido que a comunidade ficasse lá com um hectare de terra para 200 pessoas. Isso, para nós, não resolve. Esse, para nós, não é um resultado positivo. Nós não ficamos ainda contentes com essa decisão, ou seja, com esse resultado que estamos tendo.

Enquanto o Governo está se preparando, a Aty Guasu vem decretando aqui para o Senado que nós vamos continuar a retomar o que é nosso. Nós já vimos esperando há mais de cem anos. Não aguentamos mais viver debaixo de uma lona preta, com as crianças tomando água suja, sem ter condições de ter vida digna com suas famílias. Os guarani-kaiowá vêm morrendo de atropelamento na beira da estrada, de ataque de pistoleiro, todos os dias, matando nossas lideranças. Não aguentamos mais isso.

A Aty Guasu vem decretar aqui que já retomamos algumas áreas que são nossas. Já morremos muito e vamos continuar retomando o que é nosso, porque, enquanto o Governo está se organizando – nós não recebemos ainda quando se vai iniciar essa demarcação física para nós – a nossa comunidade está morrendo, estamos sendo atacados. Estão sendo levados os corpos de nossas lideranças, dos professores, e não sabemos para onde levaram. Principalmente, não estão sendo punidos os mandantes que mandaram matar nossas lideranças. Tudo isso estão sofrendo os guarani-kaiowá, principalmente em Mato Grosso do Sul.

Mas também, como o Cleber citou aqui, no Brasil, nós avaliamos – e a APIB também avalia – que não é só o guarani-kaiowá que vêm passando tudo isso. Alguns outros parentes no Brasil também vêm sofrendo. Por exemplo, na semana retrasada, veio uma delegação do Acre, de Rondônia, de índios que está na mesma situação, sendo expulsos das suas terras. Agora, nós, guarani-kaiowá, já há muitos anos temos sido expulsos, muitos já morreram, e isso não aguentamos mais. E ainda continuam os fazendeiros, as organizações dos fazendeiros, pistoleiros atacando e matando nossas lideranças. As lideranças que ainda estão em pé, que continuam lutando, buscando, denunciando estão sendo ameaçadas e, em qualquer momento, estamos sendo ameaçados de morte, porque nunca houve punição.

Então, Presidente, vimos dizer isso, porque nós sofremos, nós passamos dia a dia embaixo de uma lona. Então, é uma vergonha para nós esse tipo de decisão do Governo, que vem deixando 200 pessoas ficarem em um hectare só. E o que as comunidades vão produzir em um hectare? É uma vergonha para nós.

Por isso, estamos decretando aqui que a Aty Guasu vai continuar fazer a retomada, porque nós não sabemos mais onde a gente vai denunciar, onde a gente vai buscar solucionar esse problema.

Eu fico um pouco assim... Eu ouço, por exemplo, o Senador Delcídio, junto com pessoas dos Direitos Humanos. Ouvimos já que, durante esta semana, vai se buscar solucionar esse problema na nossa região principalmente. Mas esperamos que aconteça em breve, porque isso é urgente. Não é mais para esperar dois, três, quatro, cinco anos, dez anos. Para nós, não é mais palavra de ouvir muito... Já ouvimos muito discurso bonito, muitas promessas. Cesta básica não resolve. Então, nós queremos a demarcação do nosso território, porque isso... Se acontecer essa demarcação do nosso território, pelo menos vai minimizar essa violência que estamos sofrendo. A Aty Guasu vem colocando isso para o Governo, principalmente aqui na Casa, isso.

Outro ponto que eu também gostaria de deixar aqui é a questão de segurança, porque todas as lideranças que estão lutando pela demarcação do território estão sendo ameaçadas. Por exemplo, temos a Polícia, a Força Nacional, que está lá para proteger as lideranças, para que não haja mais esse conflito, mas só que, até agora, também não estão ouvindo a liderança da Aty Guasu. Também esta parte a gente vem deixar: até agora, não estão sendo punidos os mandantes.

Então, nós queremos essa investigação, porque mataram as nossas lideranças. E também é preciso buscar, principalmente, por exemplo, a liderança do Nísio, Prof. Rolindo.

Recentemente, levaram Eduardo Pires lá no Arroio Korá. Então, nós queremos essa busca. Não só isso. Perdemos nossas lideranças, desde o Marçal, Dorvalino Rocha, Marcos Veron, Xurites Lopes, Ortiz Lopes e várias outras lideranças que mataram até agora. Não sei como é que está o processo, mas queremos essa investigação, porque essas lideranças que foram mortas, o processo deles, o encaminhamento da investigação, está tudo parado. Então, isso nós queremos que continue e que pelo menos alguém seja punido, porque isso continua fortalecendo os pistoleiros, os fazendeiros, a organização e continuam ameaçando. E não têm mais vergonha de dizer na frente de uma câmera que vão derramar mais sangue dos guarani-kaiowá, que o Paraguai fica perto de lá e que, do Paraguai, eles têm condições de contratar para matar os guarani-kaiowá.

Isso também não nos intimida porque o território é nosso e vamos continuar lá. Nós já morremos muito, como já falei. Nós não temos armas como eles têm para enfrentar, mas estamos lá, como Pyelito Kue está lá, no Arroio Korá, waimiri, no Kurusu Ambá, e várias aldeias que estão lá ocuparam essas terras. E nós vamos continuar ocupando. Nós vamos continuar a ocupar porque isto é uma verdade que a gente vem repassando: a Aty Guasu já não tem mais esperança de esperar por mais 20, 15, 40 anos. Isso para nós é uma promessa que nós não queremos mais.

Outro ponto também que eu gostaria de deixar aqui é que sempre a organização dos fazendeiros, Presidente, vem barrando para que não seja concluído o trabalho do Governo lá no nosso Estado. Sempre vem barrando, entra com advogado, derruba liminar, não deixa os antropólogos entrar para concluir os trabalhos. Continua acontecendo isso. É por isso que essa demarcação, a publicação no *Diário Oficial*, ou seja, a publicação do relatório também não está saindo. É por causa disso. Para falar a verdade, eles têm como barrar porque têm advogado, têm dinheiro. Agora, nós não, não é? O que sobra para nós é apenas ocupar o nosso território.

Mas também quero dizer que nós estamos acompanhando várias organizações regionais e várias delegações de lideranças indígenas em nível do Brasil, em nível do País, do nosso Estado. A Apib está acompanhando várias situações que vêm de cada delegação, de cada regional, principalmente contra, por exemplo, como o Cléber está colocando aqui, a Portaria 215, a Portaria 303, essa portaria que virou lei principalmente lá no nosso Estado. Isso virou lei mesmo. Os fazendeiros estão usando como lei e estão ameaçando ainda mais as lideranças, estão matando, atacando os acampamentos. Então, tudo isso para eles já é uma lei para o nosso Estado.

Então, nós queremos, para essa parte também, Presidente, pedimos apoio, principalmente para que não seja aprovada, porque diz respeito a nossa Constituição, ao art. 231.

Então, principalmente a questão indígena, em nível do Brasil, vem se manifestando, por exemplo, contra essa Portaria 303. Vários indígenas estão se manifestando contra essa Portaria da AGU. Para nós também só apenas a suspensão dessa Portaria não é resultado positivo. Nós queremos que seja apagada essa Portaria. Isto é o que nós queremos: principalmente deixar aqui essa mensagem e continuar, porque, com certeza, todos os Senadores que estão aqui buscam essa solução para nós. Então, esse é o nosso pedido, porque nós, como já falei, mais uma vez relato aqui, vamos continuar já retomando, porque nós não aguentamos mais esperar.

Nós não temos mais como esperar, porque nós não vimos ainda quando vai começar essa demarcação física. Só está acontecendo despejo, apenas despejo da nossa comunidade de suas terras tradicionais. Por exemplo, não só os guarani-kaiowá estão passando por isso, mas até mesmo, por exemplo, o kadiwéu, que estão na mesma situação. E nós estamos organizando, junto com a Arpipan, que é a Organização do Pantanal, a qualquer momento, de estarmos retomando junto os nossos territórios. Não só os guarani–kaiowá de Mato Grosso do Sul estão se organizando junto com os parentes nossos. Com os nossos parentes também do Paraguai e Bolívia nós temos uma organização de grandes povos indígenas em nível da América Latina, grandes povos guaranis. Estamos nos organizando, estamos tendo esse contato. Nós temos essa organização em nível de outros países vizinhos como o Paraguai, porque são o mesmo povo os guaranis, que estão lá.

Então, até aqui gostaria de deixar essa mensagem.

Agradeço a oportunidade (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, meu caro Eliseu Lopes Kaiowá.

Quero mais uma vez perguntar se os Senadores, a Deputada Janete, o Senador Suplicy, o Senador Capiberibe, o Senador Tomás Correia desejam falar. Se não, passo já a palavra.

Senador Tomás Correia.

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO) – Senador, eu gostaria só de fazer uma pequena indagação, se possível, ao nosso Procurador, Dr. Marco Antonio Delfino, porque estou vendo aqui alguns dados com relação a suicídios, a assassinatos, mas eu não tenho informação. Esses assassinatos, Dr. Marco Antonio, nessa proporção de 100 por 100 mil habitan-

tes, quatro vezes maior que a média nacional, que já é muito alta, e 12, 13 vezes maior que média mundial, decorrem exatamente de quê? Como é? São assassinatos comuns, na rua, entre índio e índios, índios e brancos? Como isso ocorre?

O SR. MARCO ANTONIO DELFINO DE ALMEIDA – Senador, esses assassinatos ocorrem majoritariamente nessas áreas que o Governo Federal reservou aos indígenas, que hoje constituem, não retoricamente, mas efetivamente, campos de concentração. Estão superpovoados. Por exemplo, em Dourados, temos 12 mil indígenas; em Amambaí, 10 mil; em Caarapó, 5 mil; em Porto Lindo, mais 5 mil indígenas. Então, são áreas muito pequenas, com uma quantidade elevada de indígenas e não guardam relação com essas áreas tradicionais. Então, todos os conflitos internos que eram resolvidos quando o território era mais amplo, agora não têm mais oportunidade de ser resolvidos. E como elemento complicador desse processo, ainda há por parte do Governo do Estado a recusa no atendimento emergencial a essas populações.

Então, hoje, ouso dizer que, em Mato Grosso do Sul, infelizmente, nós temos um caso de *apartheid* porque temos a negação de atendimento de segurança pública de 45 mil indígenas, cercas invisíveis separam essas pessoas do resto da população. Então, se um indígena hoje ligar para o 190, um direito que todo o cidadão brasileiro tem, ele não será atendido em Mato Grosso do Sul. E isso também acaba fazendo com que esses índices sejam elevadíssimos, muito acima da média nacional.

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO) – Eu gostaria ainda de fazer uma pergunta a V. Exª ou talvez ao Presidente eventual da Mesa, Senador Delcídio do Amaral. Estou ouvindo muitas críticas ao Governo do Estado de Mato Grosso com relação à questão indígena. E eu fico a me perguntar aqui, considerando que a questão indígena é realmente uma questão das autoridades federais, que fato justifica as críticas que estou ouvindo com relação ao Governo do Estado de Mato Grosso, já que as matérias que dizem respeito à saúde, à segurança, à demarcação de terras se referem evidentemente ao Governo Federal e vêm de muitos e muitos anos, como eu também ouvi aqui dizer. Então, eu só queria ter um melhor aclaramento dessa questão para que pudesse me informar melhor, porque a questão é atinente ao Governo Federal no que diz respeito à política indígena. Estou ouvindo críticas praticamente de todos que falaram, reclamando do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul. Então, eu queria só me informar melhor sobre essa questão.

O SR. MARCO ANTONIO DELFINO DE ALMEIDA – Sim, Senador. Nós avaliamos que o indígena é, na verdade, um cidadão municipal, estadual e federal. Então, na esfera das suas competências, todos os entes federados têm ali a sua esfera de atribuição.

Por exemplo, a educação, ainda que seja uma atribuição estadual, é executada pelos Municípios. A questão da segurança pública é uma atribuição estadual. O atendimento em saúde é apenas um atendimento, digamos assim, de baixa complexidade, um atendimento básico feito pelo Governo Federal. O atendimento de média e alta complexidade é feito pelos Municípios e pelo governo do Estado, o que gera alguns problemas. Por exemplo, quando um indígena tem que se deslocar para um hospital num caso de gravidade, é exigido que ele seja deslocado numa viatura da Sesai; se ele é um cidadão municipal, estadual, ele tem que se deslocar na mesma ambulância que outro cidadão que tiver direito a esse serviço.

Então, nós entendemos que o cidadão indígena, com a devida vênia, não teria essa divisão, embora tenha acesso aos mesmos direitos que os demais. Apenas determinados assuntos acabam sendo federalizados, mas, majoritariamente, os assuntos são resolvidos pelo governo do Estado, como no caso da construção de casas. A própria execução de saneamento básico nas aldeias indígenas está sendo efetivada mediante convênio com o governo do Estado. Na verdade, há uma atribuição aí...

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO) – Interligada.

O SR. MARCO ANTONIO DELFINO DE ALMEIDA – Interligada.

Obrigado.

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO) – Obrigado, Sr. Procurador.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Sr. Presidente, V. Exª me permite?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Aproveitando a linha introduzida pelo Senador Tomás Correia, eu queria saber também sobre crimes de mando, de pistolagem e sobre os assassinatos de lideranças indígenas mencionados pelo Eliseu Lopes.

O SR. MARCO ANTONIO DELFINO DE ALMEIDA – Infelizmente, Senador Capiberibe, nos últimos 10, 15 anos, historicamente a cada 2 anos, em média, uma liderança indígena é assassinada.

Alguns homicídios, infelizmente, ainda não foram apurados, e, igualmente, o Poder Judiciário acaba não tendo a celeridade compatível com a gravidade dessa questão.

Infelizmente, julgamos, efetivamente, o primeiro caso no ano passado, mesmo assim foi o dos pistolei-

ros. Refiro-me ao assassinato do Líder Marcos Veron. Em relação aos mandantes desse crime, o processo ainda se arrasta no Poder Judiciário, mas talvez com um ponto de inflexão. Ocorreu, pela primeira vez neste ano, a prisão dos mandantes. Ainda que temporária, nós tivemos a prisão tanto dos mandantes quanto dos executores do líder indígena Anísio. Os mandantes, por força de *habeas corpus*, foram libertados, mas os executores ainda permanecem custodiados, dez pessoas permanecem presas. Mas, infelizmente, é uma realidade no Estado, gerada por esse clima de tensão e que acaba não tendo, infelizmente, do Poder Judiciário uma resposta mais célere – esse talvez seja o termo melhor.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu vou passar a palavra ao antropólogo, da etnia kaiowá, Tonico Benites.

Eu só gostaria, meu caro Senador Tomás Correia, de esclarecer algumas coisas. As questões indígenas no meu Estado viraram um embate político. É um Estado conservador. Ao contrário de se buscarem soluções, exploraram-se politicamente os conflitos, prejudicando muito nosso Estado. Apesar do próprio posicionamento de Parlamentares da Bancada e de providências que Parlamentares da Bancada tomam em desacordo com essa realidade, os conflitos em Mato Grosso do Sul têm um pano de fundo político intenso. É por causa disso que, hoje, nós convivemos com essas dificuldades e com esse sofrimento, mas espero que isso mude, porque nós não podemos conviver com posturas como essas aqui detalhadas pelo Procurador, Dr. Marco Antonio, que conhece muito bem isso e tem uma militância muito forte na questão indígena. Mas a realidade é esta: há uma visão conservadora do papel dos indígenas e essa visão não pode persistir mais, com um pano de fundo político intenso, entre o bem e o mal, entre o partido do Governo e o partido de oposição, coisa lamentável quando falamos de direitos humanos. É duro falar isso para mim, porque sou nascido lá, vivo lá, minha família é de lá, represento meu Estado. Como eu disse aqui inicialmente, a nossa origem é índia. A maioria das pessoas que lá nasceram tem sangue índio. Então, eu não poderia deixar de esclarecer esse quadro aqui tão bem relatado pelo Dr. Marco Antonio e por todos aqui também que o antecederam.

Tonico.

O SR. TONICO BENITES – Bom dia a todos e a todas.

Eu preparei um pequeno eslaide e gostaria que mostrassem.

A princípio, eu gostaria aqui de apenas contribuir com a situação vivida historicamente pelo meu povo, na linha de que, a partir dessa minha apresentação, se buscassem soluções possíveis, já anunciadas aqui pelos Senadores e autoridades presentes.

A realidade existe e é antiga também. Não só a de Puelyto. Eu quero explicitar aqui, na condição de indígena guarani-kaiowá e também como pesquisador de uma universidade. Na condição de pesquisador, eu quero apresentar os dados históricos e, ao mesmo tempo, pensar, junto com autoridades, Senadores e demais autoridades do Executivo, soluções possíveis. Há várias. Então, nesse sentido, eu queria apresentar as realidades atuais.

Antes disso, eu gostaria de relembrar, sobre os guarani-kaiowá, o que está no arquivo histórico do Brasil. Em 1600, eram mais de dois milhões. Uns chegaram a dizer que havia cinco milhões. E hoje temos 45 mil. Isso significa que foram mortos mais de dois milhões de guarani-kaiowá. Isso precisa ser considerado. E nós estamos continuando a morrer. Isso é um fato, escrito. Há várias teses. Então, isso o Estado deve assumir que aconteceu de fato. Não é uma narrativa inventada. É um fato real que aconteceu durante cinco séculos. Senhoras autoridades, é preciso aceitar isso. Isso está acontecendo e continua a acontecer ao longo do século. E vai continuar acontecendo. Então, é com isso que quero contribuir.

Aqui tirei algumas principais fotos. Situação atual dos guarani-kaiowá no Mato Grosso do Sul: o fato já e considerado de genocídio no século XXI. Sobre isso, senhores e senhoras, deve-se refletir. E frente ao pós-moderno, ao povo civilizado, diante de avanços dessa modernidade, avanços tecnológicos e outros tipos de empreendimentos atuais, diante desse fato, no século XXI, anunciado por vários pesquisadores do mundo e do Brasil como ato de genocídio, precisamos discutir o nosso caso guarani-kaiowá como processo de genocídio do século XXI.

Então, gostaria de começar. Expulsão dos territórios, ameaça, matança, despejo. O que isso significa? Estão matando o povo, estão acabando. Isso é muito bem provado, porque há vários relatos tanto daqui como de fora do Brasil de que, em 1500, havia mais de mil etnias. Hoje são 240, 230, isso varia. Não há relato. Havia mais de 800 línguas. Hoje temos 180. Então, há dados recentes, da década de 80, do processo de genocídio. E isso continua, não é?

Estou querendo mostrar o que dia a dia acontece no Mato Grosso do Sul. Isso já foi dito aqui, mas eu quero mostrar foto da situação.

O que isso significa para autoridade brasileira? É genocídio? É extermínio? É coisa boa? Estão tranquilos?

Então, é esta a pergunta que eu elaborei ali: como podemos impedir o que está acontecendo? A pergunta é: como? Há ainda soluções possíveis? Como vão fazer? Como o Senador falou, deve-se criar uma comissão, ir lá, observar diretamente, percorrer cada acampamento. Qual seria...? Então, a pergunta eu lanço para nós aqui. Com certeza vai ser respondida ao longo dos séculos. Quem é responsável: nós guarani-kaiowá, o governo anterior, a ditadura? Quem? Sistema anterior? Legislações, legisladores, agronegócio? Quem seria responsável nesse contexto? Então, é a minha pergunta que também lanço aqui para nós e para posteriores discussões, para ficar no ar: como reverter? Como resolver esse avanço de genocídio guarani-kaiowá? Quando nós vamos resolver? Em que momento? Há vontade ou apenas discurso? Então, essas são as minhas perguntas que eu lanço aqui.

Diante deste ato, não há dúvida: cientista brasileiro, cientista de todo o mundo já considera genocídio de guarani-kaiowá. E o Estado, como Estado e como País, deve assumir ou combater ou tentar resolver.

Já existe no mundo, no Planeta, extinção de povo. Já existe, já aconteceu. Então, é possível isso acontecer, como está acontecendo conosco. E todo o tipo de ação institucional sempre leva à violência contra o povo – legislações, ordem de despejo, pistolagem, tudo isso leva o povo à morte.

Pode passar, por favor.

Quero registrar aqui que hoje, dia 1º de novembro, faz três anos que Rolindo e Genivaldo Verá morreram, em Paranhos.

Então eu gostaria de fazer um minuto de silêncio para esses professores que faleceram no dia 1º de outubro. Um minuto de silêncio no modo do não indígena.

(*Faz-se 1 minuto de silêncio.*)

O SR. TONICO BENITES – Obrigado. (*Palmas.*)

Hoje completaram três anos.

No dia 1º de novembro de 2009, depois de muito tempo de reivindicação dos territórios Tekoha e Ipoí, após décadas reivindicando, décadas pressionando a Funai, mandando documentos, aguardando pacientemente – a princípio, guarani-kaiowá é um povo paciente, isso é importante ser considerado, passa década aguardando, reivindicando –, depois de décadas, com o Rolindo, com sua família, com sua comunidade, cansados de esperar, decidiram reocupar uma parte do território antigo. Isso aconteceu no dia 1º de novembro de 2009. Aquele professor que está lá na imagem junto com o estudante que estava cursando a universidade sempre dizia: "Eu não pertenço à reserva, eu sou do território Ipoí, algum dia vou retornar e dar aula lá. Eu sou professor. Eu não pertenço à reserva Pirajuí". Isso ele sempre dizia ao longo da vida. O que aconteceu no dia 1º de novembro e que hoje completa 3 anos? O corpo está lá. Estão vendo onde foi jogado?

Pior ainda para nós: a Polícia Federal, que investigou, disse que, por falta de prova, não tem como indiciar os mandantes nem os autores. Imaginem! Está lá. O Rolindo Verá está lá no córrego. A bala lá no meio. Estão vendo lá no meio, onde entrou e saiu bala? E a Polícia federal falou publicamente, através de relatório oficial, que não tem prova suficiente para indiciar, no momento em que o Ministério Público de Ponta Porã rejeitou e não concordou. Quando avançou a investigação... Até agora continuam impunes os autores e mandantes dessa tragédia. Esse é um dos fatos, apenas para ilustrar. Rolindo continua com o corpo desaparecido. Com certeza, está também no córrego o seu osso. Está em algum lugar. Nós também estamos aguardando o corpo. Então hoje completa...

Pode passar.

Isso já aconteceu diretamente desde 70, praticamente, o que já foi falado, começando do Marçal de Souza.

Eu quero apenas ler esses trechos. Na década de oitenta... Há relatório oficial da CPI, há vários relatórios oficiais mostrando que, ainda na ditadura, fazendeiro assentado, aliado ao poder político da região, com a ditadura então em vigor, começava a expulsar, assassinar, dispersar os guaranis do seu território.

Outra parte importante é que a Funai, na época da ditadura... A comunidade guarani de Guaimbé foi transferida pela Funai a mando do fazendeiro. Isso também está registrado. No dia 25 de novembro, vai completar mais de 20 anos, o líder Marçal, por falar, por denunciar, por lutar por justiça, foi assassinado, com eu e como o Eliseu também estamos no mesmo caminho. Se o Estado não tomar providências, na próxima audiência, com muita sorte, a gente retorna aqui para falar. Eu sou uma pessoa ameaçada. Eliseu, Nísio, Genito, a liderança toda que está aqui está ameaçada, está na mira, perseguida. Isso é um fato. Mas por quê? Só porque está lutando pela recuperação do território. Não de todo o território, como foi anunciado; de uma parte do território, de onde saiu na década de 1950. Então essa parte é importante registrar aqui.

Aí vem outro relato. Em 1985, jagunço invadiu e expulsou índio, humilhado, violentado, na década de 1980.

Pode passar, por favor.

Posso deixar aí depois. Dia 18/1/2000: 50 jagunços armados vestidos de roupas invadem local a fim de expulsão sumária. Enfim, todos esses relatos são fatos que aconteceram, vêm acontecendo, continuam acontecendo. Neste momento, a gente está aqui discutindo propostas, soluções possíveis, mas está lá o

pistoleiro atirando sobre Arroyo Korá. Estão lá armados. E quando a Força Nacional vai para outro lugar, ele vai para outro lugar, uma tática de guerra na fronteira.

Pode passar, por favor.

E o resultado disso. A falta de demarcação, a falta de identificação e devolução de parte do território o que gera? Assassinato de liderança, mulher sem esposo, crianças sem pai, e miséria. Esse fato tem que ser, na linha do que o Senador falou, averiguado de perto. Têm que ir lá, acompanhar.

Aquela mulher que está lá do lado direito é a esposa do Rolindo, está esperando o Rolindo todo dia. O filho do Rolindo pergunta: "Cadê o pai, cadê ele? Ele não vai dar aula para nós podermos comer?" Porque o pai era professor. E estão sem benefício, não recebem nada. Quando procuram o INSS, falam que não podem receber o benefício porque falta o óbito, não foi o corpo encontrado. Então toda essa argumentação é para deixar a criança nesse estado de miséria.

Pode passar.

A comunidade guarani expulsa, isso já foi citado pelo Eliseu, onde se encontra? Tem mapeamento? Autoridade, Senadora, Senador, há mapeamento aqui? Vocês têm um mapeamento oficial? Eu acho que não, não é? Mas precisa ser feito. Em 1 hectare, como é que vão viver em 1 hectare por século, por década? Isso precisa ser resolvido.

Pode passar.

Na margem da estrada, ano passado, aconteceram três acidentes, atropelamento. Morreram. Nada aconteceu.

Pode passar.

Isso é só para ilustrar o que já foi falado. Em torno do acampamento, o que acontece? Em toda área degradada, em nome do tal avanço, desenvolvimento, modernidade, etc., acabam detonando não só o povo guarani-kaiowá, mas, de modo geral, ecossistema, meio ambiente, cabeceira do córrego ou rio, o que, posteriormente, futuramente, os próprios netos e netas não indígenas também deveriam ver. Mas se continuar assim, dentro de 50 ou 60 anos, esta nova geração brasileira não terá mais oportunidade de observar recursos naturais.

Pode passar.

Mesmo assim, os guarani-kaiowá vêm lutando para sobreviver. Nísio uma vez me falou: "Eu vou morrer para que você viva, eu vou morrer para que as crianças continuem vivendo". Então ele morre por nós guarani-kaiowá. Rolindo e Genivaldo morreram para que nós guaranis continuássemos como povo. O Genito está aí e eu também... Eu vou morrer pelo meu povo para que ele continue a viver. Meu filho vai continuar vivendo. Eu vou morrer. Podem me matar a qualquer momento. Eu estou aqui denunciando, conversando. Podem me matar. Quero registrar isso. Mas morrerei para que meu povo continue vivendo. Isso não é suicídio, não pode ser entendido como suicídio. Eu sei que, no sistema católico, nessa igreja, quem pode morrer é só Deus, que morreu pelo todo, mas os guarani-kaiowá, não. A própria liderança tem que morrer para salvar a nova geração. Essa é a nossa filosofia que está aí anunciada há mais de um século.

Pode passar.

Esse é o altar sagrado que o Cleonisio construiu antes de ser atacado, no dia 18. Fez suporte da terra, construiu, rezou aí uma semana na linha de esfriar o espírito, o clima. Mas uma semana... Bem ali, eu vi muito sangue quando fui visitar depois de um dia. Bem ali. Esse aqui foi passado, pisoteado por várias caminhonetes quebrando tudo. É uma forma de, realmente, genocídio. Não tem outro termo, não consigo achar outro termo.

Pode passar.

Hoje como está a situação? Como sobreviver? Como o Senador falou, tem que haver uma política de reparação? Desse território deve ser devolvida para nós uma parte. Como resolver? Então, essa é a situação do Estado, do território. Ali tinha guavira, ali tinha caça, pesca, ali tinha frutíferas, plantas medicinais e como está hoje?

Pode passar.

Sempre foi assim. Até a década de cinquenta, sessenta era assim. Tinha ainda recurso e hoje não há mais. Então, a condição era diferente. Nós não precisávamos nos humilhar para o Estado, para o Governo, pedindo cesta básica nas ruas. Não precisávamos. Tínhamos tudo, todos os recursos.

Pode passar.

Ali estão os territórios que, há a décadas – esse amarelinho foi demarcado em 80, 90 –, a liderança guarani-kaiowá reivindicava na década de 80, ainda no sistema da ditadura militar, que se concluiu só em 90. Todas as áreas, todos os territórios reivindicados na pós-democratização do Brasil, ou seja, nesse País de Estado democrático de direito, nenhuma está nas mãos do meu povo. Nenhuma. Tudo o que começou no Fernando Collor de Mello, na sequencia vem FHC, Lula e Dilma, todos os territórios não estão nas mãos do meu povo, estão na margem. Por exemplo, Arroyo Korá começou ainda na década de 90, final de 80. Foi concluído e assinado – quem concluiu foi o Presidente Lula –, mas não pode ser ocupado porque está judicializado. Marangatu começou ainda na década de 90 todo o processo. E quem finalizou foi o Presidente Lula, mas não pode ser ocupado porque está judicializado. Todos os territórios em que começaram

o processo na década de 90, nenhum está ocupado por meus parentes. Continuam nas mãos dos que se dizem proprietários.

Esse é o fato que eu queria passar para vocês. Como resolver isso? Como? E a Drª Marta anunciou aqui que vai começar a identificação agora. Se continuar nesse sistema, só daqui a 20 anos, porque vai parar no Supremo Tribunal, vai ser judicializado.

Então, ninguém tem essa vontade, na minha visão, de resolver definitivamente, porque toda essa área que começou a ser demarcada na ditadura ainda não está nas mãos dos guarani-kaiowá. Isso tem que ser repensado. Mas toda área que começou na ditadura hoje está regularizada. Por que isso? É importante se observar e se tentar buscar soluções razoáveis e possíveis. Precisam ainda criar legislações, etc., etc.? Precisam? Para nós, como o Eliseu já falou, já passou e a paciência acabou. Passaram trinta anos, as pessoas estão morrendo dia a dia e, nesse contexto, o que acontece é a tal de retomada considerada como invasão de terra.

Nós somos considerados, pela mídia local, como invasores, como pessoas temidas, como pessoas que criam bagunça, desordem, enfim, mas isso por conta dessas... Nós queremos sobreviver. Isto toda autoridade devia entender: queremos sobreviver! Porque nós estamos morrendo! É isso que quero registrar aqui. É isso que é a voz do meu povo guarani-kaiowá.

Pode passar.

Essa é a situação, hoje, devolvida para nós, em parte, alguma parte. Ali é preciso outro tipo de política de produção, porque devolveram dessa maneira, dessa forma, não com a floresta, como eles pegaram quando eles se apropriaram. Quando devolveram, foi nessa condição. Precisa haver outros tipos de projetos.

Pode passar.

O fato histórico, que marcou muito a nossa vida, foi a CPI do Governo do Estado, que já foi todo narrado. Ele que foi um dos responsáveis e, na sequência, a Funai, ainda na ditadura, e associado à recente marcação de fronteira, que também...

Pode passar.

Isso já foi falado, não vou repetir.

E ali é importante um aparte. Após a guerra do Brasil-Paraguai começou a nossa vida guarani-kaiowá. Tudo começou a partir dessa guerra, quando demarcaram a fronteira, a faixa de fronteira. E até a companhia Mate Laranjeiras havia poucos conflitos, até a criação da fazenda; mas, quando começaram a criar a fazenda e expulsar indígenas do seu território, começou o conflito que perdura até hoje. Importante ser entendida cada etapa, cada situação, para que a própria autoridade possa pensar em soluções possíveis, não tão antigas como quando foi expulso na década de 70, quando se formou a fazenda e o próprio indígena foi usado para a formação de fazenda.

Pode passar.

Aqui, nesse relatório, queria dizer porque há continuidade – hoje é chefe de posto, mas, na época, chamavam também de agente do posto, como é na Funai, hoje –, nesse tipo de relatório que, tenho certeza, está chegando à mão da Drª Marta, Presidente da Funai hoje – esse ofício foi elaborado, redigido em 12 de outubro de 1949 –, esse Chefe enviado era o Joaquim Fausto Prado e, lá no fundo, quem assinou foi Dayem Pereira dos Santos, que era funcionário da CPI – não sei se continua vivo, mas sei que ele assinou –, narrou exatamente o que está acontecendo hoje.

Quero ler aqui junto – acho que dá para ver – vou ler rápido para vocês o que o teor desse documento trazia para a autoridade:

Venho trazer ao vosso conhecimento o seguinte fato: no lugar denominado Botelha nas margens do Rio "Iguatemy" [justamente próximo a Pyelito]*, existe um grupo de indios, com suas moradias, suas lavouras, e suas criações domésticas, em cujo local residem há mais de 20 anos, no momento o número é superior a 80 almas. Agora estes índios foram de lá expulsos com toda violência, por um grupo de civilizados [*um grupo de civilizados fazia isso*], todos armados a armas compridas* (*fuzis e mosquetões*) [*não sei o que é isso, nunca vi, mas o que entendi é que é arma pesada] *alegando eles que ditas terras estão reservadas para uma colônia agrícola* (*não sei se isso é exato*)*. Segundo as declarações do índio capitão Severino Cubas* [que era indígena kaiowá]*, a este posto, o grupo que os expulsou das terras era composto dos seguintes indivíduos* [aí citou quem foi atacar e expulsar]*: Adão Martins que se encontrava armado com um fuzil; Jacinto Benites, com um fuzil além de ser estrangeiro pois é paraguaio* [também do Arroyo Korá]*, Laudelino Roza, com um mosquetão ou fuzil, Mariano Fraga com um fuzil, Geremias de tal, Norberto Fraga também possuidores e armados com fuzil. Quanto ao paraguaio Jacinto Benites, afirma o índio Cubas possuir o mesmo dois fuzis. Estes foram os indivíduos que expulsaram os índios de suas moradias. Os índios assustados abandonaram suas moradias, uma parte foi para a propriedade do Sr. Silverio Saldanha, homem direito e probo, que os recebeu e os acomodou. Outra parte se dispersou pelas cercanias em ervais e fazendas, e o capitão Severino Cubas dirigiu-se a esse posto pedindo providências e justiça* [como nós estamos pedindo hoje].

Naquela época, 1949, a liderança já pedia providência e justiça, e, hoje, reafirmo que isso que nós estamos fazendo aqui, o capitão fez – na época era

denominado capitão, porque não era liderança, mas mesmo a liderança era conhecida por capitão. Em 1949, procurou o chefe do posto da Funai, na época da CPI, pedindo providência e justiça. Isso eu quero destacar, porque como nós estamos fazendo hoje, amanhã pode fazer meu filho, depois meu neto, meu bisneto. É o mesmo, o tema é justiça, é a providência.

Este posto já tentou várias soluções por meio da autoridade policial local [isso falava para o chefe]*, mas encontra pouca vontade da mesma para agir com energia em defesa dos interesses dos índios.*

Isso já falava na época, e hoje não é tão diferente. Não mudou nada se você comparar o que está acontecendo hoje, se comparar esse relatório com hoje. Eles já falaram com polícia local. Não há vontade. Não tem isso. "Ah, é índio, mata logo, fim; puxa vida, é índio". Então, na época, já relatavam isso. Esse é um documento oficial, está no arquivo, está no Museu Nacional, está no Museu do Índio. Em qualquer lugar, você acha esse documento. Então, isso é uma prova de como éramos tratados ainda naquela época, e continua hoje, em outro sistema, já na democracia. A forma de nos tratar continua a mesma, não mudou nada.

Seria de grande necessidade essa Inspetoria Regional mandar abrir um rigoroso inquérito [essa era a sugestão do chefe]*, por um funcionário de categoria, e que fosse levado ao conhecimento das autoridades federais* [já se falava à época, como hoje está-se falando aqui e era federal essa autoridade que deveria levar à frente]*, o abuso que estes indivíduos vêm cometendo em possuírem armas da união, e ainda com as mesmas praticarem violências contra os indefesos índios estes indivíduos para conseguir os seus intentos e fins até de funcionários do S.P.I. se intitulam, para com isso amedrontar os índios. O local onde se desenrolam estes acontecimentos é situado próximo ao "Porto I de Outubro" no rio "Iguatemy",* [fica próximo do Pyelito, fica próximo de Yvi Katu, onde o conflito continua] *e existe uma estrada de automóveis até lá e que foi construída pela comissão de limites* [já falei que era quem abria fronteira então, ele descrevia e abria estrada e já tinha registrado]*, no Ministério da Relações Exteriores aguardo as providências dessa inspetoria e conto com a colaboração para a defesa dos nossos índios* [falavam que nossa proteção pertencia ao Governo Federal na época, mas até agora pouco, nada foi feito para que mude esse quadro violento contra nós, que eu chamei aqui de genocídio]*, digno de melhores sorte dentro da fronteira de nosso grande e querido Brasil.*

Então, esse funcionário patriota, brasileiros, está lá, mas esteve diante dessa situação, em 1949. Eu duvido de que a Presidenta Marta não tenha recebido esse tipo de relatório quando tudo aconteceu com Pyelito. Duvido de que o Ministério Público Federal não esteja recebendo uma carta similar a essa neste contexto hoje.

Então, é isso que eu quero trazer, a partir desse arquivo, que é tão importante para autoridade atuais e futuras autoridades compreenderem a nossa trajetória, em que contexto fomos submetidos. E nós colaboramos, sempre colaboramos com esse tal desenvolvimento introduzido no nosso território. Nunca violentamos, morremos muitos, mas não matamos. Isso é importante dizer. Colaboramos. Quando falaram: vamos derrubar o mato! Nós fomos usados. De modo violento, mas fomos usados. Vamos cortar cana? Fomos. De qualquer forma, estamos lá, de um jeito ou de outro, estávamos contribuindo, usados, escravizados, mas estávamos lá.

Pode passar, por favor, para finalizar.

Essa parte já foi, já li.

Com o Aty Guasu, como o Eliseu já falou, diante desse contexto, o que aconteceu? O Aty Guasu se reuniu, líderes pegaram suas armas. A arma é aquela lá, aquele maracá, a mulher está com o tacuá. E uma das armas também é rezar para que se esfrie o estado do espírito maléfico, que é como a gente chama o espírito de violência contra nós, que os rezadores tentam, através de rituais, amenizar, ou seja, esfriar. Mas está difícil.

Pode passar.

Isso é bem comum acontecer na região. O jornal está falando isso o tempo todo. É bem comum acontecer, desde 80, até hoje, amanhã, e, com certeza, vai perdurar por muito tempo se autoridades daqui presentes não levarem seriamente a nossa história, a nossa memória, a nossa situação.

Pode passar.

Essa também é outra forma que já foi citada aqui, a ordem de despejo via judicial. O resultado também é extremamente violento, diante da situação em que vivemos. Aí mostra o dia 15 de dezembro, quando foi expulso Nhaderu Marangatu. Naquele momento, a gente só ficava rezando diante da situação.

Pode passar.

Essa é a situação em que recuperamos a área. Como já falei, é preciso repensar uma política de reparação, pensar muito bem, porque nós, quando recuperamos um pedacinho, não recuperamos mais como era antes toda essa pastagem.

Pode passar.

Essa é a situação hoje na margem das estradas: crianças sem pais, fome, miséria, o que perdura dia a dia e não sabemos até quando continuaremos a ver se não formos extintos logo. Por isso a carta do Pyelito é tão importante quando fala: "Já que estamos assim,

então matem todos nós, matem logo; assumam logo o genocídio, matem todos nós, enterrem-nos aqui. Manda trator".

Diante disso, diante dessa situação, eu pergunto para cada autoridade superior, aos Senadores: eu tenho certeza que nenhum neto dos senhores e das senhoras gostaria desta condição, eu tenho certeza. Então, por isso contamos com o apoio, com a compreensão. Não importa se têm posição contrária, mas nós somos humanos. Mesmo sendo considerados, até 88, como relativamente humanos, ou seja, subumanos, isso já está superado. Juridicamente o termo de índio não ser humano já foi superado; historicamente, via teórica, via jurídica, então precisa ser aplicado.

Uma vez, conversando com um professor de direitos humanos, ele falou que antes de 88, até mesmo no começo do século, não podia aplicar os direitos humanos para os indígenas, porque eles não eram humanos. Então o direito humano valia para quem era humano. Hoje, somos juridicamente humanos, então exigimos que sejam aplicados esses direitos humanos. Essa é outra reivindicação. Já está superado que índio não é humano, que índio é quase bicho, animal, bugre, etc. Isso já está superado juridicamente. Índio podem matar.

Acho que, no Mato Grosso do Sul, é preciso superar muito ainda, porque os que classificam ainda o índio como não sendo humano continuam lá. As instituições, etc., continuam achando que não sou humano. Podem mandar carro para cima, podem matar, podem contratar pistoleiros, são índios.

E outras coisas presenciei em Arroyo Korá. No dia 7 de setembro, estava lá com um funcionário da Funai, um branco – por isso que estamos pedindo aqui para o branco esse apoio –, e o branco estava lá todo armado, pronto para atacar. Apareceu um branco no meio; aí, recuou – "o branco está com o índio, então, não podemos atacar". Recuou. Quer dizer, se fosse só o índio, poderia; se fosse só o guarani-kaiowá, poderia atacar, poderia matar, poderia jogar no rio, poderia enterrar, poderia fazer qualquer coisa; mas, estando o branco junto, o pistoleiro recua e o fazendeiro fala: "Não, não; branco, não". Isso pode ser considerado racismo dependendo do termo que estiver aí.

Então, a nossa salvação é isto: falei isso à galera que chamei do Facebook, e ela está nos salvando neste momento, porque são cidadãos, cidadãs falando que o guarani-kaiowá não pode acabar. Está falando não índio, está, em rede, fazendo movimento. Se só nós indígenas falamos: "Só índios poderiam matar, são inválidos, não são totalmente humanos". Isso precisa ser superado para que possamos sair desse estado em que vivemos.

Pode passar, só para fechar.

Já mostrei essa situação, pode passar.

E hoje como está o Aty Guasu? A justiça está aí. Aí está o nosso rezador, o intelectual, o que está morrendo. Vou pegar maracá e pedir a força para o Tupã e Ñandejara para que intervenha na cabeça de autoridade que tem poder para ver, para buscar soluções possíveis. A Justiça Federal, do outro lado, está no mesmo nível. Ali o nosso rezador, nossos intelectuais e futuras gerações.

Finalizando, quero ler esse trecho: "Apesar das situações adversas, ameaças, assassinatos e difíceis genocídios em que sobrevivemos dia a dia, mas acreditamos ainda no Governo".

Podemos fazer isso, por conta deste exemplo, desta audiência. Dou o exemplo, porque algumas autoridades realmente estão preocupadas ainda com a nossa situação, estão puxando como pauta nacional. Então, vamos acreditar ainda! Vamos continuar acreditando na justiça! Estamos prontos para conversar, para que possamos todos sobreviver em paz e felizes, como sempre fomos.

Como é que vamos sobreviver de modo cultural, de modo físico? Não há como viver nessa condição. O pistoleiro está lá. É o contexto de que já falei. Imagina: você acha que, nesse contexto, é possível acionar rituais, acionar práticas culturais? Quase impossível!

A luta do guarani-kaiowá continua, pela devolução da nossa terra. Estamos pedindo só uma parte, isso é que tem que ficar claro para o sul-matogrossense. Quando ele divulga que esse índio vai pegar todo o Estado de Mato Grosso do Sul, é mentira, porque estamos apenas lutando por uma área que não chega nem a 3% do Estado. O Estado é muito grande. Então, esse tipo de divulgação – via institucional ou através de autoridade, Governador e outro tipo de autoridade –, quando falam isso, estão falando uma coisa que não condiz com a nossa reivindicação.

Estamos reivindicando: Arroyo Korá, 12 mil hectares; Pyelito, 15 mil hectares. Somando, não é aquilo que é divulgado na mídia – isso é importante ser levando em conta, porque me parece que a mídia coloca contra nós a sociedade, que entende pouco a nossa história, a nossa situação, nos deixando nessa posição pior ainda de passar: "Esses índios vão invadir o centro urbano". Não há nenhuma reivindicação até agora que tenha constatado isso, não há movimento reivindicando centro urbano. Mas a mídia fala, tenta incriminar, tenta fazer toda a imagem negativa sobre nós, guarani-kaiowá, o que é forte no Mato Grosso do Sul. Então, isso tem que ser superado também pela mídia, pela ciência de comunicação.

Pode passar, vou finalizar.

Estamos naquela situação ali. Acreditamos também no documento, na carta, quando aquela menina pegou, para que pelo menos chegasse até a autoridade, que pelo menos lesse uma parte das nossas... Já que aqui foi solicitado que indígena precisa estudar. Estudamos. Temos capacidade. Então, temos essa capacidade de escrever minimamente essa situação via papel e chegar até a autoridade para que saiba, para que pelo menos conheça, mesmo que não vai resolver, mas pelo menos saiba o que nós estamos passando.

Então, o papel também é outro tipo de instrumento nosso. Rezas. Conversas. Está lá o pessoal conversando "como é que nós vamos sair da situação". "Será que se ficarmos na beira rio resolve?" "Como é que é?" Então, em nenhum momento não vi ainda as pessoas falando: "Vamos pegar arma, como pistoleiro. Vamos comprar arma do Paraguai; vamos contratar pistoleiro poderoso para atacar". Isso nunca, até agora, não ouvi entre as lideranças religiosas nem política, mas, sim, apenas falando: "Vamos rezar. Vamos pegar nosso baraká, crianças contra a violência". "Mesmo que eu morra – falava Anísio e outras lideranças –, mas a gente não pode reagir como eles, porque eles são violentos, eles são perigosos, eles têm arma pesada". Então, a classificação que a gente tem é essa. Então, nós somos um povo que luta dessa maneira.

A agora o guarani-kaiowá ainda não tem essa articulação como tem o fazendeiro como disseram: "Não, o Paraguai está aí – tráfego de arma –, armamos rapidinho todo mundo para atacar". Então, é mentira quando falam que "esses índios estão armados".

Outra coisa que ele falou que eu quero falar aqui, é que aqueles que conhecem essa região desde criança, hoje já idosos, arma eles sempre tiveram e têm ainda. Não é que ele vai comprar, ele sempre tem. Lá é livre, Senador, lá ele usa, assim, durante o trabalho de atividade pecuária, ele carrega arma tranquilamente. Então, não é a questão, porque na mídia ele vai usar ainda comprar, ele vai usar ainda. Mas eles têm lá uma rede de articulação, que já foi presenciado pela pessoa idosa dos guarani-kaiowá.

Pode passar.

Então, nós estamos assim, como estou aqui e agora, passando não indígena... Contamos. Esse foi atropelado, a liderança. O que eu vinha fazendo aqui, ele vinha fazendo, ele fez, mas foi atropelado na estrada e faleceu no dia 02 de julho de 2012.

Então, ele também falava: "Eu vou morrer para que o nosso povo continue vivo, os guarani-kaiowá". Isso não é suicídio, é morrer como forma de salvar o nosso povo. "Eu vou morrer porque eu preciso salvar o meu povo. Se eu não morrer não vou chamar a atenção, então, eu vou lá, alguém me mata, lutando. Só assim eu posso salvar". Isso a voz que contradiz muito o suicídio. Então, esse suicídio não contra a liderança, porque são intelectuais, são pessoas detentoras de saberes, memórias. "Então, eu vou morrer por vocês, para que as crianças continuem".

Então, isso é o que está acontecendo em Mato Grosso do Sul.

Contamos muito com as soluções reais, práticas.

Como Eliseu aqui já falou e outras pessoas, é um discurso, muitas vezes, puro discurso, bonito, só que na prática jamais vai acontecer.

Então, isso que nós queremos chamar a atenção para aquela...

Quando o Senador disse, eu não me lembro o nome dele, mas ele falou que poderia criar uma comissão e ir lá, visitar, ver, porque, muitas vezes, também nós, indígenas, outra situação que vivemos, nós somos mentirosos. "Os índios estão mentindo. Eles são mentirosos". "É mentira deles". Então, é isso.

Mas quando uma equipe, preocupada como cidadão, como humanos tem compromisso com o País, quer resolver com certeza vai resolver. Mas quando autoridade não quer resolver, não vai resolver. Mas acreditamos aquela pessoa, aquela autoridade que tem essa capacidade, que tem esse poder, se realmente quiser resolver, vai resolver porque é simples. Nós não dificultamos nenhum tipo de trabalho, por exemplo, indenização, que foi falada muito pelo Senador Delcídio, tudo bem, mas entre quem expropriou, quem entregou para quem, era coisa do outro, entre eles, entre essas pessoas. Porque nós não falávamos, naquela época, para aquela autoridade: "vendam nossas terras". Não falávamos. Não autorizamos, nem eles têm autorização, mas, simplesmente, preocupados com a faixa de fronteira, etc., acabaram levando à venda o território, considerado como terra devoluta, enfim.

Então, que se acerte entre essas pessoas, mas não nos ataquem mais por conta disso, porque nós estamos reivindicando, não no sentido de prejudicar o agronegócio total, essas linhas teóricas que estão no mundo. Nós apenas queremos aquela parte de onde saímos nas décadas de 40, 50, em que fomos expulsos. É só essa parte que estamos reivindicando.

E outras coisas, para finalizar mesmo, eu queria comparar outro povo do Brasil, os Ianomâmis, outro tipo de povo, têm milhões de hectares regularizados, território, enquanto nós, guarani-kaiowá, temos 1 hectare, 2 hectares. Ali nós temos que viver anos, anos.

Então, os parentes ainda estão com essa sorte – eu chamaria de sorte – por ter essa dimensão, essa quantidade de território regularizado via Governo, que está lá protegido. Eles têm outro tipo de problema, garimpagem, etc.

Só que nós, guarani-kaiowá, temos outra situação, bem específica, porque nós não temos mais nada, estamos em 1 hectare. Então é preciso ser resolvido.

É isso.

Eu quero sair daqui e contar lá para o meu povo, como qualquer liderança que está aí, e falar que existe, sim, uma equipe de Senadores preocupados com a nossa situação, que vão nos visitar, vão ver a nossa situação, eles vão fazer algumas coisas. Então, é isso o que eu quero, com muita alegria, chegar lá e dizer para o meu povo. Já estou alegre por estar aqui, por contar o que nós estamos passando, eu já me sinto um pouquinho alegre.

Então, é isso o que eu quero deixar aqui registrado.

Muito obrigado.

Estamos prontos para conversar, nós não somos violentos, não temos armas, estamos prontos para conversar, de modo muito religioso, como Guarani. É isso o que quero deixar aqui.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Então, vamos ao concreto e fundamental depois dessa explicação.

Eu tenho aqui a Constituição brasileira e, no Capítulo VIII, art. 231, é muito claro: "São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre [suas] terras (...)."

Eu pergunto: aqui, alguém tem dúvida, depois do que nós vimos, que essas terras pertencem aos guarani-kaiowá? Tenho convicção de que não. Nós temos certeza, Senador Delcídio do Amaral, que é do Mato Grosso do Sul, os Senadores aqui presentes, o Presidente da Comissão, a Deputada Janete, todos nós testemunhamos, aqueles que nos ouvem e nos assistem pela TV Senado.

Nós vimos o Ofício nº 1, endereçado a Joaquim Fausto Prado, no dia 12 de outubro de 1949, relatando a expulsão, pela força das armas, de indígenas da localidade de Botelho, às margens do Rio Iguatemi. Então, o processo de exclusão, de expulsão foi sistemático.

Mas a Constituição de 1988, o Estado brasileiro garantiu o direito à recuperação de suas terras.

Então, eu sei que o Brasil, o Estado republicano brasileiro, foi organizado por poucos e para poucos. É assim com os povos indígenas, é assim com os pobres deste imenso País. Nas nossas cidades, a urbanização atinge o miolo das grandes cidades, e os pobres habitam e ocupam as periferias.

Mas o Brasil avançou. A democracia é um regime exigente, e temos de incluir o conjunto da população brasileira. Pelo que eu vi e ouvi, há judicialização dos processos de regularização das terras indígenas, o que me parece legítimo. Acho que todos têm o direito de recorrer à Justiça. Agora, o que é ilegítimo é a lentidão da decisão do Judiciário. Olha, a Justiça que tarda não é justiça; é injustiça.

O que eu pude observar me leva a propor a esta Comissão, Sr. Presidente, que nós façamos um levantamento de todos os processos judiciais, nas três instâncias, relativas às terras indígenas. Nós temos de fazer esse levantamento minucioso, identificando os litigantes e as áreas onde esses processos incidem, observando as datas das petições iniciais, para que nós possamos tomar algumas providências aqui, no Senado.

O que não é mais possível continuar acontecendo é que nós legislemos, e a legislação não seja cumprida pelo Poder Judiciário, porque na hora em que se engavetam esses processos, que esses processos não avançam, no Judiciário, está sendo descumprida a vontade do legislador. E nós precisamos dessas informações para sugerirmos algumas propostas e avançarmos no julgamento desses processos.

Essa é uma questão fundamental que tenhamos em mão para discutirmos na Comissão de Direitos Humanos e propormos algumas medidas para que esses processos avancem. Não é possível que o Estado demarque as terras, as homologue e fique pendente em algumas das instâncias judiciais, e essas populações permaneçam em estado de conflito, como estamos vendo aí.

Acho que o Judiciário tem responsabilidade e precisamos responsabilizá-lo por isto: pelo descumprimento da legislação. Porque, se não há julgamento, se a Justiça tarda, é porque não está cumprindo o seu papel, a sua função.

E também requerer ao Ministério da Justiça e aos Ministérios Públicos, Federal e Estadual, que informem sobre os inquéritos policiais em andamento relativos a assassinatos de lideranças indígenas dos guarani-kaiowá, para que possamos fazer o acompanhamento daqui. Nós sabemos que no Pará existe. Também sabemos que a CPT e o Cimi têm esse levantamento –, que nos seja encaminhado o levantamento dos inquéritos policiais que tampouco andam em função dessas divergências políticas nos Estados e que fazem com que não se investigue como tem de ser feito.

Portanto, seriam essas as sugestões que eu teria a fazer. E lhes digo que eu lamento profundamen-

te que o Brasil, um Estado que se pretende moderno, possa conviver com tamanha violência relativa aos povos indígenas e mais, pois não é apenas com os povos indígenas, mas também com os extrativistas, com os ribeirinhos, ambientalistas, enfim, com pessoas que lutam para preservar o meio ambiente que são assassinadas e os seus assassinos permanecem na impunidade, os mandantes permanecem na impunidade. Eu confesso que não compreendo como podemos conviver com uma situação tão absurda como essa que acabamos de assistir neste momento.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.(*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Capiberibe.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PR – RS) – Senador Delcídio, só um segundo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PR – RS) – Senador, eu recebi, por meio de mensagem – essa é uma máquina –, o questionamento de o porquê eu haver saído da presidência. E eu quero dizer o porquê. Eu posso dizer?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Absolutamente. Até porque V. Exª é o Presidente desta Comissão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PR – RS) – Eu tenho o maior orgulho em presidir esta Comissão, mas queria que vocês também entendessem que, para mim, mais vale um gesto do que mil palavras.

O Senador Delcídio do Amaral é do Estado onde está instalado o conflito. Eu tenho confiança em S. Exª, na sua liderança política e o quanto o Senador Delcídio do Amaral poderá ajudar na busca da solução do conflito. Sou do Rio Grande do Sul e estarei ao lado de V. Exª, e esta Comissão também estará, permanentemente. Mas eu fiz questão, Senador Delcídio, embora o protocolo sequer permita...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Até porque não sou membro desta Comissão também.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PR – RS) –... mas, para mim, tem uma simbologia, porque temos que resolver esta questão. Por isso pedi que V. Exª assumisse como um quadro político que tem ligação não só com o nosso Partido, mas V. Exª tem uma ligação muito grande em todo o Congresso Nacional. V. Exª tem o respeito, tenho certeza, do Governo Federal. Por isso que, simbolicamente, eu fiz questão que V. Exª presidisse a reunião. Estou convicto de que sairemos daqui com caminhos para a solução. Claro que não é aqui nesta reunião que vamos resolver, mas faremos esse caminho, faremos a Comissão, faremos um trabalho integrado com a Câmara dos Deputados, para que, de uma vez por todas, esses quadros a que assistimos aqui não vejam mais em nenhuma parte do Brasil e em nenhuma parte do mundo.

Viva a nação indígena!

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Parabéns, Presidente! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Quero agradecer, Senador Paim, a V. Exª que é um paladino dos direitos humanos no nosso País e que honra o Partido dos Trabalhadores pelo seu trabalho incansável pelas grandes causas, pelos movimentos sociais e, acima de tudo, porque é um homem generoso. É um homem que é parceiro, que é companheiro dos seus amigos, dos seus colegas Senadores e Senadoras, e para todos nós, do PT, é uma grande honra compartilhar com V. Exª os nossos mandatos.

V. Exª hora o Brasil e o seu Estado, o Rio Grande do Sul. (*Palmas.*)

Com a palavra a Deputada Janete; depois o Senador Eduardo Suplicy.

A SRª JANETE CAPIBERIBE (PSB – AP) – Saúdo o Senador Delcídio do Amaral, Presidente em exercício, que, em conjunto com o Senador Paulo Paim, conduzem esta audiência pública da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal; saúdo os membros da Mesa, já estivemos reunidos na terça-feira, só não com a Marta, Presidente da Funai, na Câmara Federal, na Comissão de Direitos Humanos; Senador Randolfe, do Amapá; Senador Suplicy; lideranças indígenas que fazem parte deste plenário; Elizeu Lopes, caminhamos, desde terça-feira, juntos, quero relatar isso, Senador Paulo Paim, para que fortaleçamos mais essa ligação com os índios guarani-kaiowá na busca de caminhos para a liberdade e para a devolução da terra para os índios; Cleber, do Cimi, fizemos essa caminhada juntos; Dr. Marco Antônio Delfino do Ministério Público; o Procurador do Município de Dourados, Tonico Benites, e quem me dirijo, porque foi muito forte a sua participação nessa reunião de audiência pública no Senado Federal na manhã de hoje.

A Comissão de Direitos Humanos da Câmara reuniu-se, na terça-feira desta semana, com as lideranças que aqui estão, lá Câmara Federal, para deliberar sobre os caminhos que se deve trilhar na busca de uma solução tão esperada, esperada desde o ano de 1949, ano em que eu nasci, portanto, são 80 anos dessa luta. O penúltimo documento que você leu, Tonico, ficará nesta audiência como um marco histórico dessa luta de resistência frente ao genocídio que é cometido com o povo guarani-kaiowá. E, na manhã de ontem, na Comissão de Direitos Humanos da Câmara,

no Conselho Federal de Psicologia, em uma coletiva de imprensa que foi muito importante estar presente, para que o que se debate aqui esteja presente e não cesse, como o Senador Cristovam colocou, eu não voto na Comissão, Senador Paim, mas eu acho que é uma vigília que tem de acontecer daqui para frente, porque já são mais de 80 anos desde aquele primeiro massacre, ataque aos índios ali no Mato Grosso do Sul.

O Conselho Federal de Psicologia, mulheres em sua maioria, são aliadas importantes nessa luta dos guarani-kaiowá, eu pude constatar isso desde a terça-feira e também ontem, e, na sequência, nós aprovamos o requerimento da criação da comissão externa da Câmara para acompanhar de perto a situação dos guarani-kaiowá, Tonico, esse seu apelo aí, e que nós vamos juntar...

O PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Permita-me, Deputada, é exatamente nessa linha.

A SRª JANETE CAPIBERIBE (PSB – AP) – Com certeza.

O PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – A gente nomeia uma comissão mista de 3 ou 4 Senadores e Deputados...

A SRª JANETE CAPIBERIBE (PSB – AP) – Exatamente!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Fazer uma comissão mista, Câmara e Senado. E os resultado serão bem melhores.

A SRª JANETE CAPIBERIBE (PSB – AP) – Eu também creio. Com certeza absoluta. E essa comissão externa para estar lá na área e estarmos aqui no debate, estarmos na mídia dando visibilidade para o que acontece nesse momento com o povo aqui nosso País. E isso que acontece é de uma gravidade tão grande que nos enche de vergonha. Sinceramente. É vontade de chorar assistindo o depoimento, ouvindo o depoimento do Tonico e do seu povo que diz não é suicídio o que o guarani-kaiowá quer praticar. Não. É uma luta pacífica, porém de resistência pelas gerações futuras. É resistindo na terra até a morte. Não é suicídio isso. Então é muito louvável, válido, Tonico, a luta do teu povo.

Ontem ainda, a Comissão de Direitos Humanos, depois da coletiva de imprensa conjunta com a maioria dos membros desta Mesa, também nos integramos à marcha dos brancos – como diz o Tonico, se tem branco eles vão olhar muito mais –, e nós fizemos a Esplanada dos Ministérios até o Congresso Nacional, estávamos o Senador Capiberibe, o Deputado Padre Ton e eu, além de uma juventude fantástica que, em poucas horas, se mobilizaram para estar ali encampando a campanha, campanha que sugiro que o Senado a encampe também Senador Paulo Paim, Senador Delcídio, somos tomos guarani-kaiowá. Eu sou guarani-kaiowá. Isso é muito importante, porque nós nos somamos, os milhões de brasileiros, os milhões de votos que nós representamos no Congresso Nacional, a esse povo e na sua luta.

E eu vou apresentar, se for necessário Senador Paulo Paim, um requerimento na quarta-feira próxima, mais por uma questão regimental, na Comissão de Direitos Humanos da Câmara, para que nós caminhemos em conjunto em todas as ações daqui para frente para a solução.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu quero passar agora...

O PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador, me permita, antes de o Senador Suplicy encerrar, para dizer que eu tinha uma missão na Mesa, e eu não gosto de prometer e não fazer, o Senador Wellington Dias, que é índio assumido, é o único índio nesta Casa, conversou comigo, ontem, muito sobre esse tema, e, pelo fato de ele não poder estar aqui hoje, ele pediu-me que lesse aqui algumas palavras que ele deixou para a comunidade indígena.

Diz o Senador Wellington Dias:

> Senador, infelizmente quando a audiência pública foi marcada, para o debate sobre essa questão do suicídio coletivo dos índios da etnia Guarani-kaiowá, de Mato Grosso do Sul, já me encontrava comprometido num outro evento no meu Estado. Não poderia [isso para mim é o importante], no entanto, na condição de descendente indígena, deixar de manifestar meu incondicional e irrestrito apoio à causa dos Guaranis-kaiowás.
>
> Hoje, estamos esclarecidos de que os termos da carta, interpretados como ameaça de um suicídio coletivo são, na realidade, a expressão da indignação de um povo guerreiro, o povo Guarani-kaiowá, cansado de sofrer com a miséria e o descaso das autoridades com a sua situação.
>
> A demarcação e a posse das terras indígenas são fundamentais para, com o apoio de um conjunto de políticas públicas, gerar as condições necessárias à sobrevivência física, cultural e espiritual dos povos indígenas do nosso País.
>
> Saúdo os participantes desta audiência, reafirmando a confiança de que somente com o diálogo franco seremos capazes de superar essa e outras crises para garantir os direitos dos povos originais.

Que seja dado ao povo Guarani-kaiowá o que lhe é de direito, e a terra é deles.

(*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral.Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Paim.

É o ofício deixado pelo Senador Wellington Dias, que não pôde estar presente aqui, mas o próprio ofício que ele encaminhou ao Senador Paim diz tudo o que ele pensa e, acima de tudo, ele é um representante legitimamente indígena aqui no Senado Federal.

Meu caro Senador Eduardo Suplicy, para encerrar esta reunião.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Prezado Senador Delcídio do Amaral, Presidente em exercício, e querido Presidente Paulo Paim, forças se juntaram muito especialmente nos últimos dias para que tivéssemos aqui presentes o Senador Delcídio do Amaral, do Mato Grosso do Sul, Rodrigo Rollemberg, que foi um dos que tomou a iniciativa, e o Senador Paulo Paim, que convocou esta audiência.

Eu recebi a manifestação do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e fiz um pronunciamento anteontem, e ontem o reiterei, para juntar-me a essa força toda, e é tão bom que o Senador Randolfe Rodrigues, João Capiberibe e a Deputada Janete Capiberibe estejam aqui.

Quero, de pronto, dizer vou atender o apelo do Presidente Paulo Paim, de V. Exª, do Senador Randolfe Rodrigues a sugestão de que possamos – atendendo o convite do Tonico Benites, do Eliseu Lopes Kaiowá –, de fato, fazer a visita, quem sabe contando até com a presença da Presidenta Marta Maria do Amaral Azevedo, da Funai, que, felizmente, atendeu o convite, hoje, do Presidente Paulo Paim, e veio aqui com tanta boa vontade para, no espírito que mencionou o Presidente, Senador Delcídio do Amaral, pudéssemos chegar a sugestões de um melhor entendimento, inclusive levando em conta todas as manifestações do Procurador Marco Antonio Delfino, que nos historiou tão bem as dificuldades por que passam os índios guarani-kaiowá nas últimas décadas, ainda com o agravamento – conforme salientaram o Eliseu e o Tonico – de não terem sido resolvidos os problemas que, em 1949, foram descritos pelo documento que ele aqui mostrou.

Mas, Srs. Eliseu Lopes Kaiowá e Tonico Benites, ambos são cidadãos brasileiros, cidadãos do Mato Grosso do Sul. Eu gostaria de lhes perguntar se, juntamente com a comunidade de índios guarani-kaiowá que estão aqui presentes, tiveram já oportunidade de expressar, o que hoje nos disseram, ao Governador André Puccinelli. Se ele, em algum momento, como Governador, resolveu ouvi-los, como hoje aqui expressaram a suas histórias, as suas dificuldades, os seus sentimentos. Já houve essa oportunidade? Ele já lhes concedeu uma audiência ou foi até lá, no Município de Iguatemi, para ouvi-los?

Essa é uma pergunta que eu tenho e acho que é importante. Se ele ainda não o fez, eu gostaria de aqui sugerir. Tenho a convicção de que tantas pessoas estarão no seu Estado, quem sabe no Palácio do Governo, nos ouvindo. Então, eu queria fazer a sugestão ao Governador André Puccinelli: se ele não foi até lá, quem sabe possa se juntar à nossa Comissão, num dia apropriado. Vamos hoje à tarde coordenar os esforços para ver que data, porque todos nós somos chamados a tantos lugares, mas eu quero dar prioridade, sim, a coordenar as nossas agendas para irmos e quem sabe como Cimi e a Presidenta da Funai. Se o Governador quiser ir...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Os três Senadores de Mato Grosso são membros natos da Comissão e os Deputados Federais...

O SR. OTONIEL GUARANI RICARDO – Presidente Delcídio, me permite?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Fala, meu irmão.

O SR. OTONIEL GUARANI RICARDO – Respondendo ao Senador, o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral.Bloco/PT – MS) – Gostaria que todos que falassem aqui dessem o nome, até para a gente registrar.

O SR. OTONIEL GUARANI RICARDO – Meu nome é Otoniel Guarani Ricardo, de Mato Grosso do Sul, faço parte do Conselho Aty Guasu e do Conselho Continental da Nação Guarani, grande povo, são quatro países...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Otoniel, fale ao microfone, é melhor para gravar.

O SR. OTONIEL GUARANI RICARDO – Então, está. Eu gosto de ficar em pé.

Srs. Senadores que estão presentes aqui, já respondendo a sua pergunta, mas, antes de ir à pergunta, nós tivemos, no ano passado, o grande encontro pela mobilização pelo CNJ. Inclusive, o Sr. Senador comparou, naquela época, o nosso povo indígena como dinossauros – o Governador, o Governador!

E naquela época foi levantado um grupo do Conselho da organização CNJ, do qual faz parte o Anastácio Peralta, que foi escolhido. Mas eu tenho certeza que, a partir de hoje, deste diálogo tão lindo dos Senadores e Deputados, que tinham que intermediar para participar dessa visita.

Eu gostaria de complementar e falar da segurança. A nossa preocupação: a gente está vindo, desde segunda-feira para cá, falando um monte de coisa. Sabemos que aqui, estou registrando isso porque a

minha pessoa, diretamente, também está no foco de, a qualquer momento, estar morto.

Aqui estão todas as lideranças. E eu preciso registrar aqui que todas as vezes que a gente vem para cá, falar as nossas reivindicações, os nossos direitos, a nossa voz, o nosso voto, como dizia o Tonico, às vezes, a gente retorna para lá com muito medo de chegar lá no aeroporto e não ter mais vida, como se diz, e contar aos nossos filhos e nossos parentes que estão nos esperando.

É exatamente hoje: hoje, amanhã e depois de amanhã, temos a grande assembleia dos professores guarani-kaiowá junto com as lideranças, reunidos, no Município de Antônio João, onde foi morto o nosso grande, o início e primeiro caminho pela nossa luta pela terra, Marçal de Souza Tupã-Y.

E também, do dia 28 de novembro – já estou fazendo um convite, pensando sobre isso – ao dia 02 de dezembro, nós vamos fazer a grande assembleia Aty Guasu, no Município de Douradina. E se vocês estiverem pensando em visitar aquele local, aquela região, estão convidados imediatamente. Sr. Senador Delcídio, nós agradecemos muito, nunca tivemos oportunidade de expressar, os guarani-kaiowá, como expressado pelos parentes do Tonico aqui. Ele falou bem claro aqui. E a gente nunca teve a oportunidade de ter expressado do jeito como está conversado, com diálogo frente a frente do Governador com os cidadãos. A gente nunca foi recebido assim. Ao invés de nos receber, eles corriam de nós.

Eu gostaria de deixar essa minha reclamação – não é reclamação, é um pedido – de dois jeitos. Uma é: ouvir o nosso povo indígena como nós somos legítimos brasileiros, legítimos historiadores, que estamos até hoje vivos. Segundo: nós queremos respeito como cidadãos, porque nós sabemos votar, sabemos que no Município é o nosso povo indígena que decide a eleição. Nem isso foi considerado.

E é preciso imediatamente resolver isso. E apoiar e intermediar por meios de vocês, como políticos, junto com o Estado, para se resolver imediatamente a nossa situação. É demarcar a terra e, a partir daí, nós queremos construir autonomia e sustentabilidade e mostrar ao País que nós somos também legítimos e que podemos dominar a tecnologia que hoje estamos dominando também, junto com vocês.

É isso que nós reivindicamos aqui perante a Comissão de Direitos Humanos do Senado. A minha fala é essa e nós aguardamos e nós vamos esperar a visita de vocês para verem como estamos vivendo. Tenho aqui uma gravação da tekohá Pyelito Kue, do dia em que estivemos lá. Se alguém quiser pegar depois, pode pegar que está aqui no meu celular, está aqui na câmera qual é a nossa situação hoje.

Muito obrigado pela oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu queria registrar que o Otoniel faz parte da primeira turma de professores indígenas formados pela Universidade Federal da Grande Dourados. Nós tivemos a honra de formar a primeira turma de professores indígenas e nós respeitamos muito o Otoniel pela militância, pela liderança e pelos seus irmãos e irmãs indígenas.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Posso completar, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – O Tonico, para responder à pergunta do Senador Eduardo Suplicy.

O SR. TONICO BENITES – Nós últimos tempos há essa dificuldade de manter diálogos por conta de posição contrária. E isso para nós, para qualquer cidadão, para qualquer autoridade, ser contra a demarcação indígena não resolve. O que resolve é tentar, como está acontecendo aqui. Isso eu acho que resolve, é o caminho.

Mas o Governador, por conta de situação lá, em princípio, ele tem uma posição contrária: "Eu sou contra a demarcação da terra indígena." E isso não resolve. Então, deveria dialogar como resolver, como buscar fazer uma conversa. Em princípio, fala que isso é bobeira. Nunca demonstrou interesse em resolver. Mas sempre demonstrou interesse em contrariar, ou seja, dificultar a vida de quem está tentando resolver.

Eu acho que o nosso problema – como já falei antes – é tentar resolver, buscar o caminho, soluções possíveis. Isso é repensar.

O senhor, pessoa comum, ou autoridade eleito, quando se posicionam contra a demarcação de terra indígena Guarani-Kaiowá, não está propondo uma solução nenhuma. Ele está simplesmente falando, não está indicando, com esse discurso, nenhuma solução. Mas, mesmo que tenha essa posição contrária, tem que sentar e conversar, como deveria fazer. Mas quando, como já falei antes, o professor foi morto e atacado e o corpo foi jogado no córrego, ele divulgou e falou: "Isso não é problema, porque índio se mata mesmo. Não tem problema nenhum." Isso acaba demonstrando uma postura contrária. Muitas vezes, chamam índio de vagabundos, invasores, pessoas inúteis. Então, com esse discurso, não avança na busca da solução.

Eu acho que a autoridade, quando realmente quer resolver, procura manter diálogo, perguntar, conversar, como buscar uma solução, mesmo que tenha essa posição contrária à demarcação. Mas como resolver, porque é um fato que está lá.

Como o Sr. Senador Delcídio está aqui, que está tentando entender como buscar soluções possíveis, repensar, refletir: será que a solução seria mais... Essa deveria ser a atitude do Governador. Mas, até agora, já está no segundo mandado – parece – e acho que nunca tentou assumir essa posição. Mas gostaríamos muito que ele assumisse, mas agora está nessa trajetória sempre falando que é contra a demarcação de terra. Só isso. Mas, com esse discurso, ele não está buscando nenhum tipo de solução. Só está falando o tempo todo, o tempo todo, enfim...

Era isso.

E a outra coisa que eu queria reforçar é que Aty Guasu, a assembleia geral, em que se reúnem várias lideranças, vai acontecer no dia 28. Então, já estão convidadas todas as autoridades, do dia 28 ao dia 02 de dezembro, em Panambi, Município de Douradina. Estarão presentes mais ou menos 500 lideranças, já estão convidadas para continuar conversando a respeito.

É isso.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Muito bem.

Fica aqui, então, Presidente, a minha sugestão abertamente feita ao Governador André Puccinelli, em que pesem as posições registradas aqui pelos guarani-kaiowá, que ele possa efetivamente considerar os índios guarani-kaiowá também como cidadãos plenos do Mato Grosso do Sul, como qualquer um que precisa ser ouvido com todo respeito como ele faz com os demais habitantes do Mato Grosso do Sul. É a sugestão que eu formulo a ele e gostaria que, inclusive, talvez nessa data entre 28 de novembro e 2 de dezembro – depois vamos conversar com V. Exªs sobre qual é a melhor maneira de chegar lá –, se precisaríamos ter um ou dois dias, para fazer o trabalho bem feito da Comissão ...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – O ideal seriam dois dias, para podermos fazer um bom trabalho com tempo suficiente e, depois, V. Exªs retornarem.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Quem sabe coordenar com a Srª Marta Maria do Amaral Azevedo.

Eu queria também lhe fazer uma pergunta, também mencionada, acho que pelo Tonico Benites, pelo Eliseu Lopes Kaiowá e também pelo Senador João Capiberibe, sobre questão relativa à Portaria nº 303 da Advogado-Geral da União. O Prof. Dalmo de Abreu Dallari escreveu um texto onde mostra que esta Portaria, de alguma maneira, fere a Constituição. E, pelo texto a Deputada Janete Capiberibe e o Senador João Capiberibe aqui distribuído, ela teria sido suspensa desde setembro em seus efeitos que resultariam a partir de dezembro.

Eu agradeceria, porque imagino que a Presidenta da Funai, a Srª Marta Maria do Amaral Azevedo, o próprio Ministro da Justiça, José Eduardo Martins Cardoso, possam dialogar com o Advogado-Geral da União, Luís Adams, a respeito de que modificação poderá haver numa eventual outra orientação, ou portaria, ou o que seja, de maneira a melhor contribuir para a resolução da problemática.

Também se a senhora tiver alguma sugestão à nossa Comissão, que vai lá, com as presenças dos Senadores do Mato Grosso do Sul, possivelmente, e Deputados, que sugestões a senhora nos daria, para que possamos contribuir para resolver o problema, inclusive com as sugestões que o Sr. Cléber César Buzatto, do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), aqui nos propos.

Quero muito cumprimentá-la.

Senador Paulo Paim, esta audiência pública, historicamente, entre todas tão boas que V. Exª tem realizado, foi a de maior importância – repito – entre todas que também foram boas, das quais eu tenho participado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Suplicy.

Com a palavra a Drª Marta, Presidenta da Funai.

A SRª MARIA DO AMARAL AZEVEDO – Respondendo rapidamente à pergunta, Senador Suplicy, a Portaria nº 303, do Ministro Luís Adams teve como intenção dar uma segurança jurídica, porque esses processos de terras, que estão judicializados, tem se utilizado de argumentos que estão nas condições da sentença da terra indígena Raposa Serra do Sol.

Então, foram condições que ficaram pendentes naquela sentença, que são afetas àquela sentença, mas que ficaram pendentes se a interpretação deveria ser estendida para todos os processos judiciais que envolvem as terras indígenas ou não. Portanto, existe, no entendimento dele, uma insegurança jurídica. E, justamente, essa foi a intenção dele quando soltou a portaria.

Mas na visão nossa, nós, claro, começamos um diálogo com ele imediatamente no dia seguinte. Pedimos a suspensão por um tempo, ele suspendeu até setembro. Nesse diálogo, nós o fizemos ver que essa portaria geraria mais insegurança, geraria uma situação muito difícil para os povos indígenas em todo o Brasil. De maneira que a portaria foi suspensa até o julgamento dos embargos de declaração, que são justamente os embargos que tratam dessas condicionantes pelo Supremo. Então, a gente está aguardando o julgamento,

pelo Supremo, desses embargos, que achamos ser a esfera adequada para tratar desse tema.

É isso.

Com relação a sugestões e tal, penso que é excelente – já disse no início – a iniciativa de manter esta Comissão, digamos assim, em alerta permanente, manter uma Comissão que esteja vigilante da situação dos guarani-kaiowá.

A gente, na Funai, tem absoluta certeza de que essa situação dos guarani-Kaiowá é única e é a mais preocupante em todo o Brasil. A gente tem certeza de que é preciso um pacto social, porque a Funai sozinha não dá conta.

O processo administrativo de demarcação é longo, é demorado e envolve diferentes atores. Por isso, realmente, a gente precisa, sim, dessa vigilância constante, porque a situação lá é realmente muito, muito grave. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado.

Tem a palavra Eliseu Lopes Kaiowá.

O SR. ELISEU LOPES KAIOWÁ – Na questão da visita dos Senadores, eu gostaria, como a gente já tem experiência, por exemplo, várias autoridades, muitas vezes, quando vão nos visitar, acontece que eles vão até a capital, ou nas cidades, e depois voltam e falam que depois visita as aldeias.

Então, nós, como Aty Guasu, queremos que assim que a Comissão for informada da visita... Por exemplo, estamos convidando para Aty Guasu, onde terá uma grande assembleia nossa lá, que nós queremos seja pautada para ser visitada, ou seja, para irem até lá. Além disso, para visitarem o acampamento que está na beira da estrada e o acampamento que está dentro das fazendas. Então, isso é muito importante, por exemplo, para os casos que lá existem, pelo menos que visitassem duas ou três áreas.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Por isso dois dias, não é Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Por dois dias.

Agora, Eliseu, vamos combinar direitinho com vocês essa visita.

O que o Eliseu está dizendo é correto: vai-se na aldeia rapidamente, porque tem de voltar, e aí se perde uma excelente oportunidade no deslocamento de autoridades a essas aldeias.

Então, eu acho absolutamente pertinente. Nós vamos combinar com você, Eliseu, para fazermos uma visita em que tenhamos condições de continuar esse debate.

A solução para esse conflito é o diálogo. Como foi dito aqui, as soluções estão apontadas, e nós precisamos de uma articulação forte, não só da bancada, mas dos Senadores, dos Deputados, das duas Comissões, que farão um trabalho conjunto, do Governo Federal, através da Funai, do Ministério do Planejamento, do Palácio do Planalto, para que inclusive a gente ajuste essa solução ao Orçamento do ano que vem também, e dê a atenção devida a essa questão dos guarani-kaiowá que, como disse aqui muito bem a Drª Marta, talvez seja o maior foco hoje do Governo Federal. E eu não tenho dúvida alguma: é a maior preocupação no que se refere ao nosso País. As etnias indígenas têm de ser respeitadas. Então, nós temos, mais do que nunca, de nos empenharmos junto aos nossos irmãos e irmãs que são os nossos guarani-kaiowá, inclusive mobilizando o Governador também, porque o Governador é parte fundamental nesse processo, como o Judiciário e o Ministério Público também o são.

Eu acho que nesse clima de harmonia, nesse clima de diálogo é que nós vamos encontrar uma solução, todos nós, e também com os produtores, trazendo tranquilidade para que não só Mato Grosso do Sul, mas que, a partir dessa solução, talvez essa solução seja encampada por outros Estados da nossa Federação.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – E, certamente, o Ministro José Eduardo Martins Cardoso estará envolvido na coordenação desse esforço.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Sem dúvida nenhuma, porque acompanha muito de perto essas questões.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não havendo quem queira...

O SR. CARLOS PANKARARU – Senador, Senador, eu quero dar só uma palavrinha.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu só pediria que fosse muito rapidamente, porque já existem várias pessoas aqui que têm compromissos.

O SR. CARLOS PANKARARU – É rápido. É um minuto.

Eu sou da tribo Pankararu. Sou Presidente da Associação Pankararu. Sou do Movimento Indígena também e quero trazer a nossa solidariedade aos nossos irmãos guarani-kaiowá. E quero dizer para todos que aqui se encontram que seja, realmente, a partir de agora, tomada uma medida séria. Porque o caso deles não são problemas que o Governo, a Justiça brasileira não possa resolver.

Eu sou de uma região, a Região Nordeste, em que existem várias hidrelétricas. Quando se constrói uma hidrelétrica, indenizam fazendeiros, indenizam cidades, indenizam ribeirinhos e tudo o que existe na

beira daquele rio, digamos assim. E eu tenho a certeza de que com a questão guarani-kaiowá não se gastará tantos recursos como os que são gastos para fazer a hidrelétrica de Belo Monte; não se gastam tantos recursos como para fazer a transposição, por exemplo, do Rio São Francisco. Quando quer fazer se faz, assim como fizeram com a questão dos arrozeiros em Raposa Serra do Sol, que, tenho certeza, são situações muito mais novas de que a situação dos guarani-kaiowá. O que falta é empenho, vontade de fazer a coisa se resolver. Sabemos também que o que esses territórios oferecem para o nosso País é coisa que talvez o território lá do Mato Grosso do Sul não ofereça para o País. Lá em Raposa Serra do Sol todos sabemos que é onde estão as maiores jazidas de nióbio, de tantalita, de ouro... Não é de graça, não é porque índio é bonitinho que se tiraram os arrozeiros das terras deles não. Tenho a certeza disso. Como também sabemos que, seja para a hidrelétrica de Belo Monte ou para outras hidrelétricas, os valores, os recursos que são mandados para o País, até mesmo para os investidores de fora, são imensos. Por isso há o empenho para resolver o problema deles. Como os nossos irmãos não têm isso para oferecer para aos governantes, para os grandes empresários, digamos não só nacional, mas do mundo, por isso que as coisas são lentas. Mas só que a vida é muito mais importante do que qualquer riqueza, do que qualquer dinheiro.

São essas as minhas palavras.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Só queria que você dissesse o seu nome para registrar aqui.

O SR. CARLOS PANKARARU – Eu sou Carlos Pankararu, Presidente da Associação Pankararu.

Obrigado.

O SR. ASHANINKA – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Peço-lhe que seja breve, porque os Senadores e a Presidenta da Funai têm compromissos.

O SR. ASHANINKA – Meu nome é Ashaninka, sou da etnia lá do Alto Javari, onde também a questão dos direitos humanos tem de ser observada. Porque, realmente, nós também estamos morrendo lá por causa dos madeireiros, coisa que não aparece nessa mídia. Essa mídia tem de começar a falar das coisas que são interessantes para os direitos humanos. Não só o consumo, como bota a novela aí para todo mundo só consumir, sabe? Mas tem de respeitar a nossa cultura e não discriminar e criminalizar a nossa ritualidade.

Então, quero fazer um convite a todos; que digam "ajajá", para que essa comissão que está sendo formada aqui tenha uma força de agilidade, juntamente com a Funai, que também tem de ter agilidade em demarcação de terra. A questão do levantamento de laudo da terra tem de ser agora, e não levar 3 anos como costuma ser.

Então, agradeço a todos desta Comissão, e que o grande espírito esteja no coração de vocês, e que abra e quebre essa burocracia que neste País existe, porque passa por um, por outro, por outro, por outro e leva anos para ser concluído.

Então, peço agilidade ao Congresso, aos Deputados, da Câmara. Peço e convido a todos os cidadãos do Brasil que estejam ligados aos direitos humanos.

Nós todos somos humanos e a terra precisa de nós, porque a terra é natureza, nos dá água, nos dá fruto, então vamos respeitar ela também.

Então, todos dizemos: "Ajajá!"

(*Manifestação do Plenário: "Ajajá!"*)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado a todos.

A reunião está encerrada.

(Iniciada às 9 horas, a reunião é encerrada às 13 horas e 26 minutos.)

ATA DA 61ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 05 DE NOVEMBRO DE 2012, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, SALA 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e dezoito minutos do dia cinco de novembro de dois mil e doze, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência do Senador (**Paulo Paim**), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Comparece o senhor Senador **Paulo Paim**. Deixam de comparecer os demais senhores Senadores e Senadoras. O senhor Presidente declara aberta a presente reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte **Pauta, em duas partes. Primeira Parte. Item Único. Audiência Pública nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 104, de 2012**, aprovado em 06/09/2012, de autoria do Senador Paulo Paim, para "debater a questão dos quilombolas". Convidados: Iris Cary, Diretora do Filme: Por um Fio; Lilian Cristina Bernardo Gomes, Professora Universitária nas áreas de Ciência Política, História e Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG; Alexandro Reis, Diretor do Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro da Fundação

Cultural Palmares, em representação ao Senhor Eloi Ferreira de Araujo, Presidente; Leandro Mitidieri, Procurador da República da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, em representação a Excelentíssima Senhora Déborah Duprat, Vice-Procuradora Geral da República; José Antonio Ventura, Coordenador da Frente Nacional em Defesa dos Territórios Quilombolas; César Augusto Baldi, Mestre em Direito da Universidade Luterana do Brasil – ULBRA; Denildo Rodrigues Moraes, Coordenador Nacional das Comunidades Quilombolas – CONAQ; e Silvany Euclênio, Secretária de Políticas para Comunidades Tradicionais da SEPPIR, em representação, da Senhora Luiza Helena Bairros, Ministra de Estado, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR/PR. **Segunda Parte. Deliberativa. Item 1. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 129, de 2012**, que requer a realização de audiência pública para debater "o fim do Fator Previdenciário, o aumento real aos aposentados e pensionistas, a desoneração da folha de pagamento e a decadência do direito à revisão de benefício previdenciário". Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **aprovado**. **Item 2. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 130, de 2012**, que requer a realização de audiência pública para debater "o sistema prisional brasileiro, na linha dos direitos humanos". Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **aprovado**. **Extrapauta**. **Item 3. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 131, de 2012**, que requer, nos termos do Art. 90, inciso XIII, combinado com o art. 142, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa na cidade de Iguatemi, Estado do Mato Grosso do Sul, com a finalidade de averiguar a situação vivida pelos índios da etnia Guarani – Kaiowá, que se encontram resistindo à ameaça de expulsão do território que ocupam tradicionalmente naquele município. Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. Resultado: **aprovado**. **Item 4. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 132, de 2012**, que requer a realização de audiência pública para debater a exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil. Autoria do Projeto: Senador Cristovam Buarque. Resultado: **aprovado**. Faz uso da palavra o Senhor Presidente. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e cinco minutos, lavrando eu, ***Altair Gonçalves Soares***, Secretário da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Senador **Eduardo Suplicy**

Presidente eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 61ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a coloco em votação.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Audiência pública, nos termos do Requerimento nº 104, aprovado em 6/9/2012, de autoria deste Senador, com o objetivo de debater a questão dos quilombolas.

Dos convidados presentes, solicitamos já que venha à mesa: Leandro Mitidieri, Procurador da República, da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, em representação da Srª Déborah Duprat, Subprocuradora Geral da República; Alexandro Reis, Diretor do Departamento de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro da Fundação Cultural Palmares, representando aqui o Presidente Eloi Ferreira de Araujo; Lilian Cristina Bernardo Gomes, Professora universitária nas áreas de Ciência Política, História e Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais; Iris Cary, Diretora do filme Por um Fio – convidamos a Iris também a vir para a mesa.

Nós vamos iniciar nossa atividade de hoje, num primeiro momento, assistindo o documentário Por um Fio, sobre a comunidade remanescente de Quilombo de Pombal, Goiás, dirigido pela jornalista Iris Cary, que está conosco aqui, do Núcleo de Documentário de Projetos Especiais da TV NBR.

O filme traz alerta sobre as dificuldades apresentadas pelos jovens quilombolas. Sem acesso a escola e trabalho, eles vão para a cidade em busca de oportunidades. A migração coloca em risco a existência das comunidades remanescentes de quilombos. Foram nove meses de trabalho. A Iris vai, depois do filme, naturalmente, na sua fala, comentar.

Vamos fazer aqui uma pequena introdução, já que estamos ao vivo para o Brasil, pela TV Senado, pela Rádio Senado, pela Agência Senado e ainda pelos Canais 1 a 8 da nossa Internet.

Então, hoje, a Comissão de Direitos Humanos vai debater a situação dos quilombolas no Brasil. A principal demanda dessa população, que ultrapassa o número de mais de um milhão de indivíduos, é o direito à terra e a regulamentação dos territórios, na verdade,

a busca também de infraestrutura. Todos querem que, na área quilombola, haja educação, lazer, saúde, estrutura que outros setores da sociedade já conseguiram.

Sabemos que no nosso País o acesso à terra é uma questão complexa, dadas as ameaças de grileiros, de fazendeiros, que travam constantes combates com os quilombolas. Enfim, há essa questão.

Lembro-me de um caso, no Rio Grande do Sul, em que os agricultores, segundo eles relatam, estão lá há 60 anos. E os quilombolas, por sua vez, estão lá há centenas de anos, eu diria, instalados na terra. E o caminho, eu estive lá, seria então que o governo, que permitiu a ocupação indevida, indenize os quilombolas para que tenham direito a ficar na terra, como é o caso de que estamos tratando agora, do Mato Grosso do Sul, onde há uma situação semelhante com os povos indígenas.

Na audiência que fizemos na quinta-feira, a recomendação unânime que saiu daqui, tanto dos indígenas como dos representantes do Mato Grosso do Sul e também dos representantes do Governo, foi que o governo, que deu os títulos aos agricultores, na época ainda de Getúlio, para que ficassem naquela região indenizasse e que a terra seja mantida na mão da comunidade indígena. Que se faça a mesma coisa com as comunidades quilombolas. O governo que indenize a quem entender que tem direito, mas que a terra fique na mão dos quilombolas.

Enfim, são muitas as barreiras que dificultam o acesso dos quilombolas aos princípios democráticos inclusivos, para ter direito à terra e à infraestrutura.

Em relação ao acesso ao saneamento básico, 76% das comunidades quilombolas não o tem. Quando falamos em educação, devemos nos lembrar de que a taxa de analfabetismo dos quilombolas e descendentes ultrapassa 23%, quando o percentual geral de analfabetos no Brasil gira em torno de 9%. É mais de 100% maior a taxa de analfabetismo na comunidade quilombola em relação às outras regiões.

Para reduzir esse índice, torna-se necessário investir na demarcação das terras e instalação de infraestrutura, como, por exemplo, em escolas, capacitação de professores, ampliação de oferta de educação nas comunidades espalhadas pelos 24 Estados brasileiros.

Outro quesito importante é facilitar o acesso ao crédito para que as famílias quilombolas, que são autossustentáveis, possam produzir. As demandas, é claro, são inúmeras, e nossos quilombolas vivem, na grande maioria, marginalizados, refletindo o sistema escravista e cruel que dominou o nosso País por séculos, outro tipo de escravidão. A escravidão não acabou.

É claro que reverter esse quadro de injustiça é um processo que leva nós todos a um grande desafio. Não se pode jamais deixar de enfrentá-lo e de construir alternativas para suprir as demandas desse povo sofrido, que, em 80% dos casos, vive à margem, na pobreza e na miséria.

Esses são alguns dados que foram construídos pela assessoria.

Vamos de imediato, então – peço a assessoria do Christiano –, passar o filme Por um Fio.

(*Procede-se à apresentação do filme Por um Fio.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o documentário do filme Por um Fio, sobre a Comunidade Remanescente do Quilombo de Pombal, Goiás. Foi dirigido pelo jornalista Iris Cary, que está aqui conosco. Ela vai ser a primeira a usar da palavra e poderá comentar o filme.

Eu queria, de pronto, registrar a presença da nossa Ministra de Estado Luiza Helena de Bairros, da Seppir. *(Palmas.)*

De imediato, passamos a palavra, então, à Drª Iris, Diretora do filme Por um Fio, por 10 minutos prorrogáveis por mais 5.

A SRª IRIS CARY – Bom dia a todos.

Senador Paim, eu agradeço muito o convite e já esclareço que gosto de trabalhar atrás das câmaras. Estar na frente não é uma posição muito confortável, mas vou tentar falar algumas coisas sobre esse processo que culminou com esse filme, feito na TV NBR, que é a tevê do Governo Federal.

Eu só queria esclarecer – apesar do som, de termos dificuldade de entender muita coisa, por isso perdemos muitos diálogos – que a proposta de trabalho não era fazer entrevista, mas, sim, captar cenas do cotidiano que traduzissem esta mensagem que é a migração de jovens por falta de oportunidade nos seus territórios. Queria esclarecer que a ideia do filme não foi esgotar o tema.

A gente pode abordar os problemas dos Quilombolas sob vários aspectos, e escolhi um desses, que é a juventude de repente convivendo com o *funk,* porque vê na televisão, perdendo algumas habilidades ancestralmente cultivadas na comunidade. Na verdade, a ideia é apenas fazer uma provocação, uma reflexão sobre se as políticas públicas desenhadas pelos Governos estão chegando às comunidades. Eu acho que esse é o principal questionamento.

Como jornalista, a título de curiosidade, hoje pela manhã, antes de vir para cá, eu falei com a minha heroína, a Naílde, para saber como estavam as coisas. Ela deu um relato bastante otimista. Falou que, a partir do filme, por exemplo, houve capacitação para fazer projetos. Foi criada na cidadezinha dela um órgão específico de promoção da igualdade racial. Ela, inclusive, ocupa o cargo de Secretária de Igualdade Racial

no Município. E têm chegado projetos importantes, via parcerias com empresas. Ela questionou o fato de o Brasil Quilombola não ter chegado na ponta, não ter chegado a Pombal.

Era só essa a minha contribuição. (*Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Parabéns à diretora do filme Por um Fio.

Vamos, de imediato, passar a palavra à Ministra para que ela possa fazer a sua exposição pelo tempo que achar necessário. Depois ela terá de se retirar, porque tem outro compromisso, mas ficará conosco até 11 horas, não é, Ministra? Então, com a palavra a nossa querida Ministra Luiza Helena Bairros, Ministra de Estado da Secretaria de Política de Promoção da Igualdade Racial (Seppir*)*.

A SRª LUIZA HELENA BAIRROS – Bom dia a todas e a todos. Queria cumprimentar toda a Mesa, todos os presentes na pessoa do Senador Paim, que propôs esta audiência, que é mais um momento que temos para compartilhar um pouco o trabalho que vem sendo feito em relação às comunidades quilombolas.

Queria, antes de mais nada, registrar o fato de que estamos, de certa forma, abrindo o nosso calendário de atividades do mês de novembro, o mês da consciência negra. E é muito bom que comecemos, pelo menos nós, na Seppir, com uma audiência que discute esse tema, porque ele tem tudo a ver, inclusive, com a simbologia do mês de novembro, tem tudo a ver com a simbologia do 20 de novembro, porque foi efetivamente a partir da instituição dessa data, que é uma das poucas datas históricas no Brasil que foram construídas de baixo para cima, vamos dizer assim, na medida em que ela resultou de toda uma construção, de uma narrativa que foi feita pelo Movimento Negro ao longo dos anos e resulta nisso que vivemos hoje, que é ter Zumbi entronizado no panteão dos heróis nacionais e ter o 20 de novembro consignado como uma efeméride nacional, mas, antes de mais nada, como uma data celebrada pela sociedade brasileira, em primeiro lugar, e pelas instituições depois... E é muito bom que comecemos as nossas atividades falando sobre esse tema dos quilombos, que tem tudo a ver com a experiência do Quilombo dos Palmares, que é representativa, digamos assim, de todo o processo de luta que se estabeleceu na sociedade brasileira para que constituíssemos o Brasil como ele é hoje.

Além de mim, estão presentes aqui a Silvany Euclenio, que é a Secretária Nacional de Políticas para Comunidades Tradicionais da Seppir, e o nosso assessor parlamentar, o Artur Antônio. Na verdade, a Silvany, pela função que tem na Seppir, seria a pessoa mais indicada para trabalhar em todos os detalhes essa apresentação que vou fazer. No entanto, podemos, no momento do debate, aproveitar a presença dela, caso queiramos aprofundar um pouco mais algumas das informações que serão aqui trazidas.

Bom, como vocês sabem, o Programa Brasil Quilombola foi um dos primeiros, se não o primeiro, estruturado, constituído na Seppir já desde os primeiros anos de existência do Ministério. Esse Programa Brasil Quilombola existe há 8 anos, foi criado em 2004, e engloba políticas públicas que estão agrupadas dentro de quatro principais eixos temáticos: acesso à terra, infraestrutura e qualidade de vida, desenvolvimento local e inclusão produtiva e direitos de cidadania.

Para dar uma ideia de a quantas andamos em termos desse Programa, devo dizer que estamos, hoje, na Seppir, a partir de uma colaboração com o IBGE e com todos os órgãos, no Governo Federal, que trabalham com a questão, buscando constituir aquilo que chamamos de um senso quilombola, porque, na verdade, temos, ao longo dos anos, trabalhado com esse segmento da população sem ter uma estimativa muito segura de qual é efetivamente o seu tamanho. Desse esforço de dimensionar o que é a população quilombola no Brasil tem participado também a Fundação Cultural Palmares, que está aqui representada pelo Alexandre Reis.

Então, uma boa parte desses números são ainda provisórios, vamos dizer assim, dão conta de uma população quilombola estimada que se baseia fundamentalmente nos dados de certificação dessas comunidades através da Fundação Cultural Palmares, somados a outros trazidos pelo Incra e pelo MDS através do programa Brasil sem Miséria.

Fundamentalmente, temos, hoje, esses números que vocês vêem aí na tela: 1.948 comunidades reconhecidas pelo Estado, 1.834 delas já foram certificadas pela Fundação Palmares, e 1.167 processos abertos para titulação de terra no Incra. Ao longo dos anos, isso resultou em 193 comunidades tituladas numa área de 988.600 hectares.

Além disso, é importante notarmos nesse levantamento que a maior parte das comunidades certificadas se encontram no Nordeste brasileiro. Cerca de 64% das comunidades estão nessa Região, o que não significa que não haja uma presença também bastante forte em outras Regiões brasileiras, especialmente no Sudeste, que aparece aí com quase 14% das comunidades que já foram até então certificadas.

Em relação a alguns números, temos uma estimativa de 214 mil famílias em todo o Brasil, uma população de 1,17 milhão de quilombolas.

Desde que foi, inclusive por sugestão da Seppir, incluída no Cadastro Único do Ministério do Desenvolvimento Social essa identificação das famílias que

são cadastradas como famílias quilombolas, isso nos permitiu uma aproximação maior, com a presença, digamos assim, dessas comunidades dentro desse fenômeno mais geral de comunidades empobrecidas no Brasil. Então, já temos 72 mil famílias no Cadastro Único – obviamente, são famílias que, do ponto de vista socioeconômico, encontram-se em situação de pobreza ou de extrema pobreza.

É importante também que analisemos, do ponto de vista dessas condições, que um domicílio quilombola se caracteriza, de uma maneira geral, no quadro dos domicílios de famílias despossuídas do Brasil, o que dá também, para nós, uma dimensão muito forte de que já foi totalmente absorvido pelo Ministério do Desenvolvimento Social o fato de que, naquilo que se refere à pobreza rural, principalmente, só vamos poder superar ou mitigar a situação se tivermos um foco muito definido de trabalho com comunidades quilombolas. E é exatamente nessa direção, nesse sentido que trabalhamos, ao longo deste ano de 2012, junto com o MDS e o MMA, exatamente no sentido de fazer que essas comunidades pudessem ser alvo de iniciativas que são importantes, a nosso ver, para que essa situação de pobreza seja efetivamente superada.

Você pula duas? Pode passar. Adiante.

Bom, em cada um dos quatro eixos que mencionei do Programa Brasil Quilombola, eu gostaria de destacar algumas coisas. No eixo de acesso à terra, estamos, no momento, fazendo um trabalho no sentido de envolver não apenas o Incra, que sempre esteve dentro disso, e a SPU, mas, principalmente, os institutos de terra dos Estados, porque, ao longo do tempo, essa questão do acesso dos quilombolas à terra ficou sendo vista muito mais especificamente como uma atribuição do Incra, e, do ponto de vista do Governo Federal, faltava uma articulação mais sistemática com os institutos de terra dos Estados, no sentido de fazer andar com mais rapidez determinados processos de regularização fundiária que dizem respeito aos Governos estaduais, porque temos uma grande quantidade ainda não completamente mapeada ou conhecida de comunidades tradicionais que se situam em terras devolutas do Estado.

Então, fazendo um trabalho mais dialogado entre o Incra e esses institutos de terra, esperamos criar uma agilidade maior no sentido da titulação das terras. Para isso, teremos, ainda em dezembro deste ano, um encontro entre essas instituições. A partir desse encontro, pretendemos efetivamente criar uma metodologia, um procedimento no qual essa relação Incra-institutos de terra fique mais bem evidenciada, para que possamos também dimensionar um pouco melhor quais são as necessidades, especialmente de recursos financeiros, dos institutos de terra, porque estas têm sido as queixas muito grandes desses institutos: a falta de estrutura, a falta de recursos para poder dar conta mais rapidamente da titulação daquelas terras que, inclusive, não se encontram sob disputa com outros supostos proprietários. Portanto, não haveria desculpas, digamos assim, para que nós, do ponto de vista dos governos, não fizéssemos acontecer essas titulações com uma rapidez maior.

Destaco também, na questão da infraestrutura e da qualidade de vida, que é o próximo eslaide, a questão do programa Luz para Todos, que tem sido, de uma maneira geral, no Brasil, um programa bem sucedido. E isso se revela também numa boa parte das comunidades quilombolas no Brasil.

Temos agora, como diz o eslaide, que mapear melhor quais são essas comunidades que ainda não foram atingidas. Uma questão que nós já localizamos com relação a isso, a essa não cobertura do Luz Para Todos em comunidades quilombolas, é algo que tem uma relação muito estreita com a ausência dessa questão nos comitês estaduais do Programa. Até em função disso, adianto que uma das mudanças que procuramos fazer, e temos caminhado nessa direção, no ano de 2011 e no ano de 2012, é dar ao Programa Brasil Quilombola a dimensão estadual que ele sempre deveria ter tido. Quando eu digo dimensão estadual não é no sentido de que, ao longo da existência do Programa, os governos estaduais e municipais não tenham de algum modo se envolvido. Eles se envolveram sim. O que pretendemos é trabalhar com o Programa Brasil Quilombola, mas sob a égide, vamos dizer assim, de um sistema nacional de promoção da igualdade racial, que é o sistema em que a Seppir tem trabalhado exatamente para pensar a política pública de igualdade racial em todas as suas dimensões, pensada sistemicamente assim como preconiza o Estatuto da Igualdade Racial.

Quando o Estatuto colocou como uma obrigação nossa, do Estado, criar esse sistema, que é o chamado Sinapir, foi exatamente no sentido de dar à política de igualdade racial as condições de estabelecer competências muito bem definidas entre a União, os Estados e os Municípios, de maneira que ações como essas do Programa Brasil Quilombola não sejam apenas iniciativas às quais os governos aderem ou não, a depender da chamada vontade política do governante. Mas que isso passe a fazer parte de obrigações efetivas que os Estados tenham no sentido de responder a essas demandas de inclusão racial e de inclusão das comunidades.

Desde 2011, nós temos também trabalhado no sentido de ampliar a cobertura do saneamento. Foram

421 comunidades atendidas, o que resulta em 42 mil famílias beneficiadas – isso em relação a 2011 apenas.

O programa Água para Todos também tem sido privilegiado por nós e já temos uma conversa bastante adiantada com o Ministério da Integração Nacional no sentido de fazer com que, a partir de 2013, consigamos desenhar uma atuação mais dirigida e mais específica para essas comunidades, o que está sendo trabalhado também no âmbito do programa Brasil Sem Miséria.

Não vou me deter em todos os programas que temos por uma questão de tempo e para que nós possamos explorar isso um pouco mais nas discussões.

O terceiro eixo do Programa, que é a inclusão produtiva e desenvolvimento local, foi reforçado, ao longo do ano passado, através dessa ação iniciada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, que foi uma chamada feita às organizações que trabalham com assistência técnica e extensão rural para que fizéssemos uma intervenção mais dirigida para as comunidades quilombolas, que, conforme sabemos, merecem uma atenção muito especial naquilo que se refere às ações de até então, considerando principalmente o fato de que o histórico bastante robusto de trabalho que temos no Brasil com assistência técnica e extensão rural foi todo dirigido para um trabalho feito com propriedades individuais, vamos dizer assim, um trabalho todo feito nos moldes de como operam os agricultores familiares. A nossa expectativa é que, a partir dessas chamadas, da vinda dessas organizações que têm essa especialidade, possamos desenvolver processos de trabalho voltados para a comunidade quilombola que levem em conta o fato de que essa assistência técnica está sendo dirigida para comunidades que trabalham uma noção de propriedade coletiva e uma noção de produção compartilhada, coletiva.

Então, só para vocês terem uma ideia, o duplo desafio que temos nesse sentido é exatamente o de, ao mobilizar esses recursos que ao longo do tempo o Estado brasileiro e a sociedade foram criando para o trabalho no campo, de algum modo, requalificarmos esse trabalho para que, quando chegar a essas comunidades quilombolas, cheguem com a capacidade de reconhecer o que há de específico do ponto de vista histórico e cultural nessas comunidades.

Uma parte importante do problema ou das dificuldades que tínhamos para fazer chegar esses projetos de inclusão produtiva nas comunidades tinha a ver com o fato de a maioria delas não terem a DAP, documento que as habilita para essas ações de agricultura familiar no Brasil. Havia certa indefinição, digamos assim, de quem deveria propiciar, fazer com que esse documento chegasse até as comunidades, e agora já há uma definição – não é, Alexandre? – para que a Fundação Cultural Palmares emita a DAP para as comunidades quilombolas. Obviamente, a partir disso, nós teremos condições bem melhores de avançar nessa questão da inclusão produtiva.

O quarto eixo do Programa é direitos e cidadania. O que podemos falar sobre isso aqui, o que seria de responsabilidade do governo ou dos governos, é muito pouco, digamos assim, se formos pensar em relação àquilo que as próprias comunidades quilombolas já fizeram para avançar na questão dos direitos e da cidadania. Então, a parte maior disso se deve ao próprio processo de organização política que as comunidades quilombolas experimentaram ao longo desses anos, especialmente no sentido de se constituírem como interlocutores políticos dentro da agenda de política pública do Estado brasileiro.

Nós trabalhamos, na Seppir, dentro de uma perspectiva de que essas comunidades quilombolas efetivamente constituem o elemento ou segmento que modifica o processo mesmo de discussão fundiária no Brasil, o que traz para a questão fundiária brasileira outras complexidades que não estavam colocadas até o surgimento desses atores. Em relação a isso, a essa dimensão mais ampla dos direitos e cidadania das comunidades quilombolas, nós fomos inclusive introduzindo algumas mudanças na nossa própria forma de trabalhar e de estabelecer diálogos com essas comunidades.

Então, além de essa representação política dos quilombolas participar do Conselho Nacional de Promoção de Igualdade Racial, o CNPIR, até mesmo por sugestão desse Conselho, nós passaremos, a partir de 2013, a incorporar no comitê gestor do Programa Brasil Quilombola também uma representação dos quilombos.

No que diz respeito mais especificamente ao que seriam propostas que contribuem para reforçar essa dimensão cidadã dos quilombolas, destacam-se aí os projetos que foram realizados, as iniciativas que foram levadas até as comunidades quilombolas nas áreas de educação e de saúde, principalmente.

O que eu queria levantar como problema com relação a isso? A complexidade do Programa, pelo fato de envolver um número muito grande de ministérios. Quer dizer, se fôssemos tratar de todas as questões que o Programa abarca ao mesmo tempo, teríamos pelo menos 23 ministérios envolvidos. Isso é parte da complexidade da ação do Estado, uma parte sobre a qual você não tem governabilidade porque diz respeito a como a estrutura do Estado é concebida, extremamente setorializada. Na medida em que você faz, em relação a determinada comunidade, uma abordagem mais totalizante, isso implica mexer ao mesmo tempo

com diferentes áreas do Governo. O que isso traz para nós de problema? É como nós criarmos um sistema para monitorar o que efetivamente tem sido feito com e para as comunidades quilombolas, porque isso implica criar, do ponto de vista do próprio PBQ, um tipo de informação que seja compatível com as diferentes formas que cada ministério tem de abordar essa questão, de colocar isso no seu orçamento, de fazer com que isso, efetivamente, chegue até as comunidades.

Então, com relação a essa questão da saúde, por exemplo, nós ainda não fechamos uma forma de monitorar exatamente se todos esses Municípios que registram a existência de equipes de saúde da família e de equipes de saúde bucal estão, efetivamente, fazendo com que esses serviços cheguem até as comunidades.

Além disso, o que nós ouvimos, por exemplo, das comunidades não corresponde exatamente a esses dados que temos registrados no Ministério da Saúde ou os dados que tenhamos registrados no Ministério da Educação. Porque essa questão da constituição de equipes para comunidades quilombolas significa a possibilidade de o Município ter acesso a recursos extras, para poder fazer com que isso se realize. Então, estamos nos devendo com relação a isso uma forma de monitorar mais exatamente essa chegada.

Mais uma vez, aí entra a questão dos Estados. Obviamente, esse é um monitoramento que poderemos fazer na medida em que ganharmos uma adesão mais comprometida e mais ativa dos governos estaduais nessa gestão, que pretendemos federativa, do Programa Brasil Quilombola.

Quando falo dessa forma, pode dar um pouco a impressão de que nada disso, na verdade, é problema. Mas é. É problema por quê? Porque a política de promoção da igualdade racial, de uma maneira geral, e a questão quilombola, de maneira mais específica, o que tem feito no Brasil, nos últimos anos, do ponto de vista das instituições, é colocar, na verdade, em contradição a maneira como o Estado sempre se organizou para dar resposta a determinadas questões que são constituídas na sociedade.

Um Programa como esse, por exemplo, exige um grau – muito mais do que o que a palavra articulação pode dizer – de colaboração extremamente profundo para que ele se realize. Isso não é parte das culturas institucionais, de uma maneira geral. Então nós, na Seppir, em muitos sentidos, andamos na contramão dessa cultura para poder estabelecer uma forma de trabalho cooperado, de trabalho colaborativo, que assegure a chegada desses programas nas comunidades, efetivamente.

Nós estamos hoje, desse ponto de vista, trabalhando com um tipo de cultura no qual, historicamente, especialmente as prefeituras municipais, sempre operaram no sentido de ignorar completamente a existência dessas comunidades quilombolas. Até por isso tem levado tanto tempo para nós dimensionarmos exatamente o tamanho desse fenômeno no Brasil, com a consequência que isso traz, que é trabalhar com uma política pública sem saber exatamente qual é a dimensão desse fenômeno que se quer abarcar no conjunto da sociedade.

Como eu mostrei com aqueles dados iniciais, estamos, cada vez mais, nos aproximando da magnitude desse problema. Agora, paralelamente a esse dimensionamento, temos que fazer uma mudança de mentalidade muito profunda.

O exemplo que eu sempre repito: houve um tempo em que a luz, a fiação, passava por cima da comunidade, mas não iluminava a comunidade. E isso era fruto de decisões, de escolhas de gestão da coisa pública – escolhas de gestão da coisa pública. Não é que isso passava lá por cima por que ninguém sabia que existia – não é verdade?

Esse sentido da menor valia da pessoa negra se materializa e se materializou nas comunidades quilombolas, eu acredito, na sua forma mais perversa, de operação do racismo no Brasil.

Então, nós trabalhamos, ao longo de 2011 e 2012, com esses Estados que estão listados aqui no quadro, exatamente no sentido de estabelecer com eles planos de trabalho de maneira que possamos definir melhor as competências do Estado e as nossas competências, como Governo Federal, dentro da execução desse programa.

Os desafios para a implementação desses comitês estaduais têm a ver com a maior visibilidade do programa mesmo para os próprios quilombolas, de maneira que possamos ampliar esse controle social, que já existe por parte das comunidades, para que essas comunidades aprendam também o caminho dos governos do Estado. Porque, na medida em que a pressão sobre os governos estaduais aumenta, também aumenta a nossa possibilidade de fazer com que esses planos de trabalho estaduais sejam, efetivamente, elaborados e, portanto, as responsabilidades sejam mais bem divididas entre as esferas de governo. Isso implica, para os governos estaduais, criação de grupos intersetoriais, que envolvem não apenas as secretarias estaduais, mas também outras instituições, como é o caso de Defensoria Pública, Ministério Público e outras.

A questão da pactuação desses planos estaduais junto aos ministérios. Como vocês bem sabem, uma das questões mais polêmicas no processo de discussão do Estatuto da Igualdade Racial foi exatamente a questão relativa à existência ou não de um fundo de

promoção da igualdade racial que pudesse possibilitar a execução da política de igualdade racial.

Ao longo do processo de discussão, não foram reunidas as condições políticas de que precisávamos para que esse fundo fosse aprovado. Então, hoje, nós operamos na política de igualdade racial e também dentro da política quilombola com essa ausência, vamos dizer assim. Não se tem um conjunto de recursos previamente definidos para aplicação nessas iniciativas, nessas ações. Portanto, tudo o que é feito para poder realizar nos Estados aquilo que o Brasil Quilombola prevê depende de costuras e de negociações que, a cada caso, a Seppir faça dentro do Governo Federal com os diferentes ministérios. Isso, obviamente, provoca sobre o programa uma demanda excessiva, porque para cada Estado com o qual você fecha um conjunto de ações implica uma nova negociação com os diferentes ministérios. Isso deixa obviamente a capacidade política, digamos assim, prejudicada por essa falta de agilidade de você ter de recorrer a fundos específicos na pactuação com os Estados. Era bom que isso pudesse ser automaticamente repassado.

Então, é um pouco essa a ideia geral que gostaria de dar a respeito do programa. Temos, obviamente, algo que sempre faço questão de mencionar porque nossa consciência, na Seppir, em relação a isso, é extremamente grande. Por mais que nós façamos, sob o ponto de vista de fazer chegar às comunidades quilombolas as políticas públicas, os programas nas várias áreas, nos vários setores, a avaliação que as comunidades fazem da nossa atuação como Governo não passa por isso, por incrível que pareça. Passa por nossa capacidade, maior ou menor, de dar conta da questão fundiária. Essa é que é, do ponto de vista das comunidades quilombolas, a questão central. Essa também é a área, digamos assim, o eixo da nossa intervenção em que tem sido mais difícil, sob o ponto de vista político, trabalhar porque, como disse, isso se insere nas outras grandes complexidades da questão fundiária no Brasil. Em função disso, obviamente, a par de ampliar a cobertura das políticas sociais que têm sido, para nós, um caminho extremamente importante para seguir, para perseguir, faz com que essa questão fundiária registre avanços mais significativos.

Deixo, então, para o momento do debate, se for o caso, aprofundarmos um pouco mais o que seriam os caminhos possíveis para que nós possamos avançar mais na questão do acesso à terra.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Essa foi a Ministra Luiza Helena Bairros, que fez uma exposição sobre o trabalho da Seppir, mostrando as dificuldades, principalmente no campo financeiro. É importante nós interagirmos na peça orçamentária – nós também, aqui no Congresso –, para apontarmos, alavancarmos, recursos que possam contribuir para o trabalho da Seppir.

Passamos a palavra, de imediato, à Professora universitária nas áreas de Ciência Política, História e Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais, que também tem trabalhos nessa área. Com a palavra a Profª Lilian Cristina Bernardo Gomes.

A SRª LILIAN CRISTINA BERNARDO GOMES – Gostaria de começar agradecendo pela oportunidade de estar aqui, principalmente a V. Exª, Senador Paulo Paim. Dentro da perspectiva que tenho trabalhado – pois trabalho na área de Ciência Política –, é possível perceber todo o empenho que tem sido feito por mais de 10 anos, em todos os seus mandatos, no sentido de efetivar os direitos de cunhos raciais, étnico-raciais, e para as populações quilombolas. Gostaria, de modo também especial, de cumprimentar a Mesa na pessoa da Ministra Luiza Bairros porque, acompanhando o seu trabalho, percebemos como tem conseguido efetivar uma política dentro da Seppir para essa questão.

Quero, então, contextualizar que sou da Ciência Política. Desenvolvi minha tese sobre o direito quilombola ao território. Chama-se "Justiça seja feita: direito quilombola ao território". Tenho desenvolvido um trabalho de pós-doutorado, agora, também, na mesma área. Justamente por estar na área da Ciência Política é que gostaria de manter o foco na questão do que nós pensamos quando refletimos sobre a democracia no Brasil. Ou seja, muitas vezes, quando se discute a questão da democracia, discute-se da perspectiva da representação eleitoral, como se os mecanismos de representação eleitoral fossem suficientes para dar conta daquilo que se passa na realidade das sociedades.

E eu gostaria de trazer aqui uma reflexão que tem sido fruto justamente dessa pesquisa de que, quando nós pensamos no aprofundamento democrático, no Brasil, nós temos que pensar na perspectiva do que a democracia pode fazer para dar conta daquilo que se passa na realidade da sociedade. Ou seja, a democracia, no Brasil, só se aprofundará na medida em que ela for capaz de refletir, de espelhar, o que se passa na sociedade.

E de modo especial, aqui, eu gostaria de me referir – que é um desafio para que essa democracia de fato espelhe essa sociedade – à questão do direito quilombola. É nessa perspectiva que eu vou desenvolver a minha reflexão, indicando que o desafio dessa democracia é efetivar esse direito justamente entendendo que ele tem uma perspectiva de um direito coletivo, de um direito que tem um cunho étnico-racial e que, portanto, também está ligado a toda a luta con-

tra o racismo no Brasil e pensado na perspectiva de que são comunidades que têm, como no filme – acho que isso fica muito bem espelhado –, formas próprias de criar, fazer e viver que, talvez, não estejam sendo potencializadas em todos os seus vieses, exatamente pela ausência dessas políticas públicas.

Mas o foco que eu gostaria, então, de manter é esse da questão do acesso à terra, que a Ministra já tratou. Eu não vou repassar... Peço, primeiro de tudo, desculpas porque os meus eslaides ficaram com a letra muito pequena, mas, de qualquer forma, eles vão servir apenas como uma base para que discutamos depois. Mas ali estão todos os marcos legais que foram criados desde a Constituição de 1988: o art. 68 do ADCT, Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, é muito importante; somando-se aos arts. 215 e 216, que falam exatamente que essas comunidades estão ligadas a um patrimônio histórico e cultural de toda a população brasileira.

Ali eu poderia citar vários, mas eu acho que o mais importante a que eu gostaria de fazer referência aqui é do Decreto nº 4.887, que reconhece o direito dessas comunidades à autoatribuição e reconhece-as como comunidades que têm questões territoriais específicas.

Eu vou fazer um levantamento prévio sobre todas as legislações que já tramitaram, tanto na Câmara Federal quanto no Senado Federal, e que estiveram especificamente ligadas à questão do direito quilombola à terra, à titulação territorial. Eu faço isso exatamente porque, como a Ministra Luiza Bairros falou, a demanda principal, se nós estamos falando de uma comunidade que tem a sua identidade ligada à terra, é exatamente essa.

Eu fiz a pergunta: "Como é que tem agido o Legislativo brasileiro no sentido de buscar a efetivação desse direito?". A partir daí, eu fiz um levantamento desde as primeiras propostas na Câmara Federal. Inclusive, é muito importante que se diga que, embora eu entenda que existe um grande desafio do Parlamento brasileiro para efetivar esse direito, nós podemos dizer que já passaram por aqui pessoas muito importantes no sentido de luta e de visibilidade, desde o processo constituinte, como Benedita da Silva, Carlos Alberto Caó, como eu já salientei o Senador e ex-Deputado Paulo Paim, também Luiz Alberto, Alcides Modesto, Domingos Dutra e tantos outros que nós poderíamos citar aqui e que têm desempenhado uma luta importante nisso. E aí eu peguei, então, todas as leis que já tramitaram, inclusive a primeira vez que o Estatuto da Igualdade Racial tramitou, com a Lei 3.198, que, depois, foi apensada a outros projetos. Eu não coloquei os outros projetos porque eles não estavam especificamente ligados à questão quilombola, mas foram apensados à PL 6.912, posteriormente.

Enfim, o que eu gostaria de mostrar é que, até por volta do ano 2000, os projetos de lei que tramitaram na Câmara Federal tinham uma tendência, como o do Deputado Alcides Modesto e o do Deputado Luiz Alberto, de tentar regulamentar o art. 68. No entanto, após 2001, e sobretudo 2007, se nós repassarmos todos os projetos que vêm depois – inclusive a PEC nº 215/2000, que é um grande desafio para todos que trabalham com essa questão, que foi aprovada agora na Comissão de Constituição e Justiça, em 21 de março, e que tem preocupado a todos porque passa para o Congresso Nacional a atribuição de titulação das comunidades quilombolas, indígenas e reservas ambientais –, podemos notar que existe uma tendência à restrição do direito quilombola, excetuando-se o último do Vicentinho, ao qual eu teria algumas ponderações a fazer, mas que eu acho que não é o caso aqui.

No Senado, o que percebemos é que também houve importantes projetos, inclusive o PLS nº 203, de 2003, que novamente coloca a questão do Estatuto da Igualdade Racial. Então, das onze propostas que tramitaram na Câmara, sete delas são restritivas ao direito quilombola; e das quatro propostas que tramitaram, até hoje, ligadas de algum modo à questão quilombola, no Senado, poderíamos fazer a ponderação de que a do Lúcio Alcântara também passava para o Congresso atribuição de titulação.

Ou seja, o que eu gostaria de salientar é que nós poderíamos identificar pelo menos algumas restrições que esses projetos fazem ao direito quilombola. Eu acho importante dizer que as leis que estão tramitando que são contrárias ao direito quilombola, na verdade, não são contrárias – essa leitura é importante de se fazer, elas são restritivas do direito quilombola. Se nós citarmos, por exemplo, o PL nº 1.836/2011, ele faz uma leitura de matriz individual do direito coletivo étnico-racial. Se alguém ler *en passant*, dá ideia de que o que essa PL quer é efetivar, regulamentar o direito quilombola, mas, se nós olharmos nas entrelinhas...

Vejam o que diz o art. 3: "Ao remanescente das comunidades de quilombos". Ao remanescente.

Art. 4º A emissão do título de propriedade, a que se refere o art. 3º, far-se-á por processo administrativo, instaurado pelo órgão público competente, a pedido da parte interessada [...]

[Prossegue o parágrafo.]

§1º O título de propriedade definitiva será concedido ao remanescente das comunidades de quilombos, observados os seguintes requisitos:

I – que o beneficiário comprove suas referências culturais que possam caracterizá-lo como remanescente de comunidade quilombola;

Eu acho que isso é uma artimanha e um perigo muito grande, exatamente porque aqui se introduz a matriz individual e não a matriz coletiva, ou seja, desfaz-se tudo o que foi uma luta, inclusive do próprio Estatuto da Igualdade Racial. Nós sabemos que, quando o Estatuto saiu, depois de tramitar aqui no Senado, ele tinha o Capítulo VI, que dizia: "Do direito dos remanescentes das comunidades dos quilombos, das suas terras...", na grande luta que o Senador Paulo Paim implementou aqui para a instauração e a tramitação desse projeto.

O art. 39 dizia:

Art. 39. O direito à propriedade definitiva das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, assegurado pelo art. 68, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, se exerce de acordo com o disposto nesta Lei.

[E mais importante ainda:]

§1º Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins desta lei, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autodefinição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

Se esse parágrafo, esse artigo tivesse tramitado na Câmara e tivesse sido aprovado, nós estaríamos assegurados na luta que nós estamos vendo no Supremo Tribunal Federal em relação ao Decreto nº 4.887.

Por quê?

Porque o grande temor daqueles que querem restringir o direito quilombola é exatamente todos os elementos que estão presentes aí: a luta contra o racismo; está presente aí a questão do direito coletivo à territorialidade; o respeito à história, aos modos de criar, de fazer e de viver; e o fato de que são grupos étnicos raciais. É muito importante que lutemos por isso e que preservemos isso.

Mas nós sabemos que o que foi aprovado na Lei nº 12.288, de 2010, é o Capítulo IV, intitulado: "Do Acesso à Terra e à Moradia Adequada". E, nesse capítulo, simplesmente, repete-se o art. 68, do Ato de Disposições Constitucionais Transitórias, algo que nós poderíamos dizer completamente irrelevante uma vez que isso já está na Constituição.

O que realmente eu gostaria de trazer aqui é que toda a luta que já foi desempenhada até hoje aqui no Legislativo, sabemos, por poucos Parlamentares, entendemos que seria muito importante que outros Parlamentares pudessem compreendê-la não apenas como uma luta da justiça social. Eu acho que é muito importante que consigamos trabalhar na sociedade brasileira e no Parlamento a ideia de patrimônio histórico e cultural. Nós estamos falando de formas de criar, de fazer e de viver. O nosso desafio é fazer diferente daquilo que já foi feito pelas outras nações, que simplesmente destruíram a pluralidade e têm um único modo de ser, muito bem retratado no filme pelo quilombola em frente à televisão, trocando os canais.

O que temos que saber é que tipo de sociedade nós queremos construir? Uma sociedade plural? Uma sociedade em que consigamos viajar e ver as diversas cores, as diversas raças, a pluralidade étnico-racial? Ou queremos ir de ponta a ponta deste País e ver o mesmo modo de ser?

Quando eu digo que é importante aprofundarmos no processo democrático, é exatamente nestas duas perspectivas: na perspectiva da justiça e na perspectiva também do patrimônio, que não é dos quilombolas só, histórico-cultural de todo o povo brasileiro.

O etnocídio que tem sido feito em muitas comunidades, não apenas indígenas, mas quilombolas, é nosso mesmo, do nosso povo brasileiro, que está perdendo. Quando não vemos outra forma de viver, de criar e de fazer, quem sabe na convivência e na preservação dessas comunidades nós encontraríamos esse outro modo de ser e de encontrar a pluralidade que está aqui, presente neste País. Só basta que realmente a desvelemos como um tesouro.

Não sei se eu tenho mais tempo, mas eu coloquei um trecho final que eu acho que tem sido uma inspiração muito grande de todos os que lutam contra o racismo e pela instauração de uma democracia de fato efetiva neste País.

Trouxe este trecho do quilombismo do Abdias que diz:

O negro tragou até à última gota os venenos da submissão imposta pelo escravismo, perpetuada pela estrutura do racismo psicossociocultural que se mantém atuando até os dias de hoje.

Os negros têm, como projeto coletivo, a ereção de uma sociedade fundada na justiça, na igualdade e no respeito a todos os seres humanos, na liberdade. Uma sociedade cuja natureza intrínseca torne impossível a exploração econômica e o racismo. Uma democracia autêntica, fundada pelos destituídos e deserdados deste País, aos quais não interessa a simples restauração de tipos e formas caducas de instituições políticas, sociais e econômicas, as quais serviram unicamente para procrastinar o advento de nossa emancipação total e definitiva, que somente pode vir com a transformação radical das estruturas vigentes.

De fato, é a superação de estruturas políticas caducas que ainda têm exatamente instaurado a questão

da terra, como se fosse natural que apenas o branco fosse o natural detentor da terra. Nós temos justamente que instaurar outro projeto político que entenda que todas essas comunidades que estão na terra já estão naquela terra e têm o direito de tê-la como um direito efetivado e que já está na Constituição, além do direito a sua pluralidade e a todas as outras políticas a que a Ministra já se referiu.

Então, conclamo este Parlamento a justamente trabalhar. Acho que é trazer mesmo de volta esse artigo que caiu, quando tramitou na Câmara dos Deputados, e trazer essa questão para o centro, para que realmente possamos construir a democracia autêntica que Abdias do Nascimento nos dizia.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos à Professora universitária das áreas de Ciência Política, História e Sociologia, da Universidade Federal de Minas, Professora Lilian Cristina Bernardo Gomes.

A Profª Lilian me procurou, dizendo que queria ser convidada para uma audiência para falar sobre esse tema. Digo: já está convidada! A partir do momento em que ela começou a expor o seu ponto de vista, o trabalho que faz, lá na universidade, eu disse: não se preocupe que, na primeira audiência, você vai ser convidada.

Quero dizer-lhe que, de pronto, não vejo por que mesmo não reapresentar, inclusive. Vou reapresentar o projeto, pela sua sugestão. Gosto de dar mérito à fonte. Você está propondo que busquemos, de novo, aquela redação originária do Estatuto da Igualdade. E a Ministra foi muito feliz em relação a isso. Infelizmente, as forças políticas do momento não permitiram que aprovássemos o que gostaríamos, mas estava lá e tínhamos aprovado no Senado. Se o Senado aprovou, não há por que o Senador não aprovar de novo a mesma redação e fazermos o embate lá na Câmara dos Deputados.

Peço à minha assessoria que providencie para que eu apresente, ainda nesta semana – não há mistério algum, está pronto na tela –, o projeto nos moldes como já havia apresentado e caiu na Câmara dos Deputados há alguns anos.

A SRª LUIZA HELENA BAIRROS – Essa proposta, na verdade, seria retomar a redação que temos no 4.887, não é isso? Que é o que pretendemos, efetivamente, instituir. Acho que seria muito bom.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Há consenso, aqui entre nós, fruto desta audiência – cuja provocação foi, inclusive, por iniciativa da Seppir. Reapresentemos, então, aqui no Senado, esta proposta. O.k.?

Vamos em frente.

Já há uma decisão da primeira reunião, Ministra, aqui, no mês de novembro.

Passamos a palavra, neste momento, ao Alexandro Reis, Diretor do Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro da Fundação Cultural Palmares, que aqui representa o Presidente Eloi Ferreira de Araujo.

Pessoal, a Ministra vai ter que sair, então a melhor forma de cumprimentá-la, já que não pode cumprimentar um por um, é darmos uma grande salva de palmas para ela. (*Palmas.*).

E cumprimentá-la pelo trabalho que vem fazendo na Seppir.

O SR. ALEXANDRO REIS – Bom dia a todas as pessoas que estão presentes nesta audiência. Queria saudar inicialmente o Senador Paulo Paim, patrono dessa atividade, aqui, que tem uma luta importante para a consagração dos direitos da população negra no Brasil, em especial das comunidades quilombola; a nossa jornalista Íris Caren; o Dr. Leandro, a Drª Lilian Cristina. Também queria saudar o nosso companheiro Edenildo, o Bico, da Conaq, que representou a Coordenação Nacional de Comunidades Quilombolas; Sr. Ventura; e o Padre Ari, da CNBB, que é uma das organizações que fazem parte do arco de aliança de defesa das comunidades quilombolas no Brasil, principalmente no embate jurídico que se estabelece no STF. (*Palmas.*)

Também queria fazer uma saudação ao nosso Presidente Eloi Ferreira, que não comparece a esta atividade exatamente porque está voltando do Rio de Janeiro e, de imediato, teve também uma audiência com a Ministra Marta Suplicy. Por esse motivo, ele não está aqui presente.

Inicialmente, aqui, vou falar do Quilombo-Cultural, ação que a Palmares traz – vou fazer também um panorama rápido. Queria aproveitar também e fazer meus comentários sobre o que a professora Lilian trouxe aqui, somente para registrar o contexto daquele momento.

O entendimento jurídico em relação à definição do que seja "quilombo" e "quilombola", o entendimento da consulta à Advocacia-Geral da União, é o de que o art. 68 da Constituição Federação é autoaplicável. Então, ele não precisava de uma lei que regulasse esse artigo. Ele precisava ser regulamentado, mas quem regulamenta é um ato administrativo próprio da administração do Executivo, que é o Decreto nº 4.887.

Então, por esse motivo, a estratégia estabelecida, considerando o ambiente adverso, aqui no Congresso, era exatamente de se manter o mais importante, a regulamentação do decreto, como estabelecida no Decreto nº 4.887, e também a aprovação do Estatuto,

a fim de que fossem escoradas as condições para o fortalecimento.

Esse é o registro. Acho importante a decisão aqui tomada pelo Senador e pela sugestão da professora, só para contextualizar.

A Fundação Cultural Palmares é o órgão primeiro, constituído na esfera governamental, no âmbito federal, para atuar na promoção de políticas sociais na comunidade negra. A partir de 2003, com o advento do Decreto nº 4.887, cabe à Fundação Palmares o papel exatamente de reconhecer as comunidades Quilombolas, como determina o instrumento citado, bem como articular, no âmbito do Ministério da Cultura, política para promoção e preservação do patrimônio cultural quilombola.

Também é nosso papel a defesa dos quilombolas, no âmbito judicial. Onde há conflitos de interesse, a Fundação Palmares tem o papel de atuar em relação a isso. Somos também o órgão de acompanhamento junto ao Incra, à Seppir, na implementação de políticas públicas, especialmente na titulação de terra de quilombo.

Também determinada pela Instrução Normativa nº 184 e, depois, pela Portaria Interministerial nº 419, a Fundação Palmares é o órgão do Governo Federal que se manifesta em relação a empreendimentos em áreas de quilombo. Então, no que diz respeito a hidrelétricas, rodovias, ferrovias, parques eólicos, grandes empreendimentos do Brasil que atingem áreas quilombolas, a Fundação Palmares se manifesta, a fim de garantir a proteção, o patrimônio, o controle, a mitigação e a compensação de impactos nessas comunidades.

São mais de 500 comunidades impactadas, hoje, no Brasil, onde temos atuação. Atualmente, a Palmares acompanha mais de 150 processos judiciais na área para atender em quilombo. Também temos, no âmbito do Governo Federal, na estratégia de combate à miséria, principalmente no atendimento emergencial das famílias que estão em segurança alimentar, de realizar a distribuição de cestas de alimentos para essas comunidades.

São mais de 35 mil famílias quilombolas atendidas pela Fundação Cultural Palmares, em articulação com o Ministério do Desenvolvimento Social. Hoje, buscamos garantir que essas famílias sejam incluídas no cadastro único do MDS, e haja outros programas, para que elas não precisem apenas dessa colaboração do Governo Federal.

Outra questão importante: a Fundação Cultural Palmares, no âmbito do Ministério da Cultura, busca dialogar com o que está estabelecido na sistemática do Ministério de prover políticas públicas na área cultural. Um primeiro instrumento importante é o Plano Nacional de Cultura e suas Metas, em que também há metas definidas para atender às comunidades tradicionais e quilombolas.

Então, no âmbito do Ministério da Cultura, a Ministra anterior e a atual buscam articular todas as secretarias vinculadas ao Ministério para o atendimento às comunidades quilombolas. Nesse sentido, trabalhamos dentro desse sistema, no Sistema Nacional de Indicadores e Informações Culturais, para que os Estados e Municípios, com secretarias de culturas, com órgãos de cultura, implementem também a política pública voltada para essa sistemática de quilombo.

Aqui, a Ministra Luiza Bairros, a quem faço uma saudação, junto à nossa Secretária Silvany Euclenio, coloca essa parte da Palmares de certificar as comunidades quilombolas, que é um papel importante, e também de distribuir a Declaração de Aptidão ao Pronaf.

A Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) é um instrumento constituído pelo Governo Federal, a fim de reconhecer aqueles agricultores familiares e dar as condições de acesso a crédito e a uma série de outras políticas públicas.

Então, a Fundação Palmares, desde 2008, já tinha a incumbência de atender a essas comunidades. Buscamos, junto à ACP, à MDA e ao Incra, ampliar e garantir maior capilaridade, a fim de facilitar esse trabalho, no sentido de que as próprias associações de quilombo, aquelas, inclusive, certificadas pela Palmares, com a responsabilidade de receber o título do Incra, possam também estar capacitadas para a emissão das DAPs, que é um instrumento importante, tanto para acesso do quilombola, como também para aposentadoria, para o programa Minha Casa, Minha Vida e para uma série de outras políticas públicas, outras ações importantes que atendem à comunidade quilombola, para assinar convênio, como determina a Portaria nº 507.

Assim, a data é um instrumento importante. Estamos agora garantindo essa amplitude, assim como outra janela, outra possibilidade, de os quilombolas acessarem essa ação. Estamos buscando, com a Seppir e a Conaq, fazer essa capacitação e dar esse entendimento.

Em 2011, quando assumimos a gestão da Fundação Cultural Palmares – como vocês sabem, a Palmares é o órgão do Governo Federal com menor orçamento para atender a essa política –, buscamos complementar esse orçamento, através de emenda parlamentar, bem como através do Fundo Nacional de Cultura (FNC).

No FNC, conseguimos, pela primeira vez, garantir recursos para as comunidades quilombolas. Esses recursos foram destacados para a Fundação Cultural Palmares, e estabelecemos uma parceria, um convênio, com a Universidade Estadual do Rio de

Janeiro (Uerj), a fim de realizar um projeto importante, chamado Quilombo-Cultural, que tem por objetivo, primeiro, realizar estudos e sistematizar informações acerca do patrimônio cultural quilombola, relacionados a bens, documentos, saberes, formas de expressões, celebrações e lugares constituintes desse patrimônio.

Então, essa foi uma primeira tarefa importante. Por quê? Onde há comunidade impactada por empreendimento, essa informação é fundamental para mitigar, garantir uma convivência e uma relação de dignidade com essas comunidades.

Portanto, a Palmares precisava ter essas informações, mapear esses dados, fazer um melhor refinanciamento dessas áreas. Esse é um importante papel da Palmares, inclusive em articulação com o Iphan, a fim de garantir uma das questões, art. 16, da Constituição Federal.

Outra meta importante era exatamente a capacitação e qualificação de assistência técnica. Para associações e empreendedores quilombolas, queremos que eles sejam inseridos no escopo do Plano Brasil Criativo, na economia criativa, de maneira que os quilombolas tenham acesso a crédito orientado, aos programas que o Banco do Brasil, o BNDES, o Banco do Nordeste e outros bancos oferecem e que essas comunidades tenham condições de produzir o seu artesanato, assim como todas as suas atividades culturais, também gerando economia e uma movimentação importante na comunidade.

Isso é importante, desde o ponto de vista de se regularizar a situação jurídica das comunidades até também para tratar crises fiscais, crises contábeis que há, às vezes, nessas associações.

A partir de agora, estamos trabalhando com 30 associações, já identificadas, a fim de dar esses tratamentos. Essas associações também apresentaram esses empreendedores para, nesse primeiro processo, nesse trabalho piloto, conseguirmos atingir essa meta.

Evidentemente, isso é importante pelo número de comunidades certificadas que a Palmares tem. Temos um arquivo bastante qualificado, com informações qualificadas, com as comunidades quilombolas, que, muitas vezes, nem empreendimentos, nem pessoas que tratam desse tema sabem exatamente onde estão localizadas, o que produzem, como elas vivem. Isso é um orientador importante de produção, de política pública, principalmente na área da cultura.

Então, este é um primeiro instrumento que estamos buscando garantir: atender às comunidades quilombolas, com fomento à produção e ao consumo de bens culturais das comunidades quilombolas. A partir dessa ação, inclusive, buscamos convencer parlamentares de que isso precisava atingir todo o País, garantindo um maior número de comunidades e de empreendedores quilombolas envolvidos.

Nesse sentido, há um esforço do próprio Deputado Domingos Dutra nessa linha, lá no Maranhão; no Amapá, o Deputado Evandro Milhomen também aportou emenda nesse sentido; o Deputado Luiz Alberto, na Bahia.

Estamos, a partir disso, firmando convênios com universidades, que são órgãos públicos, para buscar realizar essa ação, que evidentemente combina com a assistência técnica rural, com a ação que a Seppir desenvolve, no sentido de articular a política pública, mas principalmente no sentido de fortalecer institucionalmente as comunidades quilombolas e de garantir que o MinC não só realize ações através da Fundação Cultural Palmares, mas de suas outras Secretarias vinculadas, garantindo outras políticas, desde a produção de livro, de ponto de cultura e de outras importantes que o MinC realiza, inseridas no escopo do Brasil quilombola.

Nesse sentido, agradeço esta oportunidade de dar essa informação aqui, a fim de garantir mais transparência. Isso é importante. Embora a informação esteja no nosso *site*, é importante que haja uma audiência, a fim de garantir a transparência e a informação para as pessoas, mas também a fim de guardar a colaboração para melhorar a nossa gestão e as ações que a Fundação Cultural Palmares precisa efetivamente realizar, para garantir a cidadania e o respeito das comunidades quilombolas no Brasil.

Muito obrigado. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Alexandro Reis falou pela Fundação Cultural Palmares, representando o Presidente Eloi Ferreira de Araujo.

É bom destacar que o Presidente Eloi sempre está conosco, quando convidado. Só mesmo, num motivo de força maior como este, é que ele não está aqui para debater esse tema.

Antes de passar a palavra ao último convidado desta Mesa, quero dizer que recebemos aqui o seguinte convite:

Convidamos os representantes do povo quilombola, dentro do possível, para participarem hoje, a partir das 11 horas, no Auditório Petrônio Portella, de um Culto Evangélico, em homenagem ao povo quilombola.

Acho bonita a iniciativa do convite que nos chega aqui. A luta dos quilombolas está acima de uma ou outra religião específica. Que bom que todos estejam rezando! Depois, acho que alguém aqui vai falar sobre o decreto que está no Supremo. Se não fosse por um pedido de vista, poderíamos ter tido problema, mas o quadro mudou. Acredito que vamos ser vitoriosos.

Acredito que o próximo orador talvez já possa falar desse tema.

Passo a palavra ao Procurador da República da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, em representação à Srª Deborah Duprat, Subprocuradora-Geral da República, que também esteve conosco aqui inúmeras vezes, sempre com uma postura avançada, progressista, apontando para uma vida melhor para todos.

Leve meu abraço muito querido para a nossa Deborah Duprat.

O SR. LEANDRO MITIDIERI – Exmo Sr. Senador Paulo Paim, na pessoa de quem cumprimento o representante da Seppir, Alexandro Reis, a Professora Lilian Cristina Gomes, da UFMG, e a Diretora do Documentário, que gostaria de parabenizar, pois também estudei cinema no Rio de Janeiro.

Então, de cineasta para cineasta, dou os meus parabéns. (*Palmas.*) Até estou fazendo um documentário sobre a questão indígena no interior de Pernambuco. Depois, queria passar para a senhora também.

Com todo respeito à fala dos guerreiros dessas entidades parceiras nessa questão quilombola – a Seppir e a Fundação Cultural Palmares –, o Ministério Público Federal vê com muita preocupação como essa questão vem sendo tratada pelo Estado brasileiro como um todo – União, Estados e Municípios.

Antes de tudo, gostaria de explicar que o Ministério Público Federal, os Procuradores da República atuam em cada Procuradoria com independência, tratando de casos específicos, de territórios quilombolas específicos, e a 6ª Câmara é um órgão da Procuradoria-Geral da República que faz uma coordenação disso e tem um grupo de trabalho específico para a questão quilombola.

Esse grupo faz um acompanhamento e está muito ativo. É um dos grupos mais ativos do Ministério Público Federal hoje, fazendo inúmeras reuniões. Fizemos reuniões no Palácio do Planalto recentemente, até o companheiro participou, falando da questão do orçamento. Depois, houve também reuniões com o Presidente do Incra, se não me engano, na semana retrasada, e também uma reunião com a Receita Federal de um tema que até gostaria muito de abordar aqui: a questão de tributação de territórios quilombolas.

Mas, a nossa preocupação é porque – até a Ministra colocou alguns números atualizados para 2012 –, até 2011, tínhamos apenas 110 territórios quilombolas efetivamente titulados. Esse processo de titulação passa por diversas fases, mas, ao final, realmente, nós tínhamos o título de propriedade – isso mudou um pouco mais para 123 –, apenas 110, o que corresponde aproximadamente a apenas 6% dos territórios reivindicados.

Então, tomamos como base o advento da Constituição da República, de 1988 até agora, o que inseriu esse art. 68, abordado pela professora, um artigo até revolucionário – o Senador Paulo Paim até participou desse momento –, inserindo essa ideia de reconhecimento de território também para comunidades descendentes de quilombos, além do que já existia para regularização de terras indígenas.

Mas, de lá para cá, ouso dizer, com todo respeito, a questão quilombola ainda não aconteceu, como também a questão de outras comunidades tradicionais, sem elogiar outra área em que atuamos muito: a questão indígena, que deixa muito a desejar.

Porém, a questão quilombola deixa muito a desejar, e, no âmbito federal, porque todos os entes podem regularizar territórios quilombolas – e quem recebeu essa incumbência foi o Incra –, dessas terras tituladas que eu mencionei, 110, ele titulou apenas 27%. Os Estados ficaram com 73%. Em 2011, uma só titulação.

Para os casos em que é necessária a desapropriação, porque havia um decreto anteriormente, de 44 decretos, somente 3 resultaram, ao final, em titulação – o que já mostra um obstáculo que a questão encontra no Judiciário também, quando a questão precisa ir para uma ação de desapropriação.

Então, debatemos a questão aqui da audiência. Ela é muito ampla. São vários outros pontos que até renderiam uma reunião só para tratar deles, mas o Incra vem tentando resolver a questão com contratação agora. Já há 20 antropólogos do quadro do Incra, que resolveu, agora, contratar empresas para fazer o relatório antropológico. Mas, sobre essas empresas, estamos também refletindo se teriam essa capacidade de realizar esse trabalho. Já adiantando que, na verdade, essas empresas, na última iniciativa do Incra, seriam o primeiro passo apenas, porque, depois, nós temos todos os outros passos que deságuam na operabilidade do Incra. E sendo interessante ressaltar que, quando o grupo de trabalho começou a abordar o assunto, veio logo a questão do orçamento, de que não haveria recursos suficientes para o enfrentamento dessa questão.

Na verdade, descobrimos que não se trata disso. O orçamento de 2012, por exemplo, previu ao todo, somando a rubrica de indenização e de situação, R$56 milhões, o que é pouco. Mas desses R$56 milhões, foram executados mesmo apenas R$3 milhões. E inicialmente também se aventou a hipótese de um contingenciamento, mas na reunião do Palácio do Planalto ficou claro que, tecnicamente, esse contingenciamento é feito de acordo com a operabilidade do órgão. Se o

órgão estiver operando, ele reivindica e recebe essa disponibilidade financeira, ou seja, recebe o dinheiro. Se estiver utilizando, recebe o dinheiro.

É preocupante ver que não é nem a questão da previsão orçamentária, mas, sim, uma questão de operação. Eu gostaria até, já imaginando... A questão quilombola enfrenta dois pontos que são cruciais no nosso País: de um lado, a questão racial; de outro, a questão da terra. Um dos maiores problemas nossos é a concentração de terra.

Já atuei muito em questão de reforma agrária, em questões indígenas, mas, quando se mexe com a questão de terra no Brasil, vamos encontrar uma série de obstáculos. E a questão quilombola tem uma especial complexidade, porque ela junta estas duas questões: a questão da terra conjugada com a questão da discriminação racial.

Talvez o que devamos refletir é que um dos problemas especiais dessa questão faz com que, em minha opinião, ela avance menos do que, como disse anteriormente, a questão indígena, por exemplo.

Assim, nesta audiência na Casa Legislativa, seria muito interessante abordarmos a questão para pinçar um assunto, entre tantos assuntos complexos, que me parece absurdo, em relação ao qual já estamos, no âmbito do Ministério Público Federal, partindo para medidas judiciais. Portanto, seria muito interessante a Casa Legislativa abordar.

Hoje, os territórios quilombolas, por incrível que pareça, são tributados. Após a titulação, o Estado brasileiro, tanto União quanto os Estados Federados, tributam com ITR e IPTU essas áreas. Isso nos pareceu inconstitucional. Há um parecer de um colega dizendo que, partindo da Constituição essa obrigação do Estado de realizar esse direito fundamental ao reconhecimento desses territórios, não poderia haver uma tributação inviabilizando esse direito.

E também no estudo dessa questão, levantamos o problema de outra questão muito similar: a reforma agrária. Já temos lei prevendo uma isenção específica. A Lei nº 9.393, de 1996, já prevê uma isenção para aquela parcela referente à reforma agrária. E quando se trata de território quilombola, que tem muito mais razão, não se aplica essa isenção. Entendo até que a regularização quilombola não deixa de ser, em última análise, uma reforma agrária. Porque reforma agrária é se pegar a nossa área rural concentrada com grilagens mil e dá-la a quem de direito, reconhecendo-a, como a professora colocou muito bem aqui, não só numa questão de justiça social e racial da dívida histórica que temos, mas também como uma preservação do patrimônio histórico-cultural, bem previsto no art. 216 da Constituição da República.

Eu até entendo – não foi muito essa tese que prevaleceu – que já haveria subsídios, já haveria fundamento legal para a Receita deixar de cobrar ITR, hoje, o que parece uma questão boba, mas há território quilombola, aí, que já soma dívidas de milhões.

É uma questão urgente, porque também, não estando quite com a Receita Federal, aquele território, aquela comunidade passa a não poder usufruir de alguns outros direitos. Então, não é uma coisa assim tão simples, de apenas "não paguem". Não, há uma questão que mereça um tratamento, e nós fizemos uma reunião que não foi muito boa, na minha opinião. Há quem tenha saído da reunião achando que foi... Eu não senti uma... A Receita Federal saiu dizendo que ia estudar a questão para, no âmbito administrativo, fazer um parecer vinculante, porque eles podem, para orientar o auditor a não cobrar. Mas eu achei isso pouco. Foi, obviamente, aventada ali a hipótese de que corrigiria, definitivamente, a questão, que é a proposta legislativa, ou uma emenda constitucional, porque, aí, trataria tanto de ITR, como de IPTU, ou uma lei federal isentando pelo menos de ITR imediatamente, porque é uma questão das mais absurdas.

Uma outra questão que eu citaria, em relação a qual nós já até tivemos de tomar uma medida, é que muitas das ... Estou citando questões que partem do próprio Estado brasileiro, porque, vamos dizer, o grande inimigo nessa questão seria o latifundiário, o grileiro, que se opõe, vai-se opor a perder a sua propriedade rural. Mas uma outra questão que está dentro do Estado brasileiro são, às vezes, contenciosos de órgãos e entidades da própria estrutura do Estado brasileiro.

Nós temos os casos emblemáticos, como Marambaia, em que o território não é regularizado porque há uma disputa com a Marinha afirmando se tratar de uma área de segurança nacional; a mesma coisa Alcântara, que é uma disputa com a Aeronáutica; e várias outras em que coincide a questão de a política ambiental conflitar com a regularização tanto quilombola, como indígena, que também faz com que esses processos não andem. Emperram no âmbito da própria administração pública federal.

Para isso, nós fizemos uma recomendação, o Ministério Público Federal acabou de fazer, ao Consultor-Geral da União, para que ele simplesmente faça o seguinte: ou ele promove o acordo natural que essas câmaras se propõem a fazer entre os representantes desses órgãos e entidades presentes, ou, então, age como é previsto na regulamentação dessas câmaras. Não havendo acordo, que é o que está acontecendo, ele deve fazer o parecer arbitrando a questão. Porque o que vem acontecendo é a demanda permanecer *ad eternum* com a notícia – e até não há muita transparên-

cia em relação a isso; você não consegue acompanhar muito bem esses processos da câmara, apesar da Lei de Acesso à Informação. Agora, talvez isso mude – de que, simplesmente, os órgãos e entidades não chegaram a um acordo. Isso é um tremendo absurdo, porque a duração razoável do processo, aprovada, agora, a emenda constitucional que exige a duração razoável de qualquer processo, se aplica a processos judiciais e também a processos administrativos.

Então, não pode demorar tanto tempo assim, e também deve haver alguma decisão, porque pelo menos com uma decisão, favorável ou não, nós temos até como nos posicionar. Essa indefinição é ruim para todos os aspectos.

Eu também gostaria de abordar uma questão que até eu acredito que avançou muito no âmbito do Ministério Público Federal e que também passa por essa questão dos órgãos e entidades conflitando: a questão ambiental *versus...* Esse suposto conflito entre questão quilombola e questão ambiental.

Na verdade, eu tenho para mim que esse conflito não existe. Se você observar, você verá que as áreas hoje preservadas, curiosamente, coincidem justamente com as áreas ocupadas por população tradicional.

Então, hoje, chega-se à conclusão, como o ICMBio fazia em vários processos, de que se trata de uma Unidade de Conservação de proteção integral, aquela em que não pode haver presença humana, se é que isso lá é possível, porque há trabalhos antropológicos que dizem que esse é um grande mito. É o mito da natureza intocada. Nas áreas com as espécies mais raras, se se fizer um trabalho arqueológico, encontram-se vestígios de presença humana anterior.

Mas, sem entrar nessa questão, juridicamente falando, esse conflito não existiria. E seria injusto, após esse período todo em que a população tradicional foi um fator de preservação, chegar à conclusão de que essa é uma área de proteção integral e de que aquela população tradicional deve sair dali. É o que acontece em alguns casos: o ICMBio determina a saída, a retirada dessas populações.

Para resumir uma questão jurídica complexa, os dois direitos têm foro constitucional. São dois direitos. Tanto o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado quanto o direito ao reconhecimento dos territórios indígenas e quilombolas têm foro na Constituição. São direitos de mesma hierarquia.

Há uma lei, sim, do SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação – que, no art. 42, fala claramente que, não podendo conciliar, essa população tem de sair. Mas o Brasil já assinou um documento internacional, a Convenção nº 169, da Organização Internacional do Trabalho, e o Supremo já disse que, quando se tratar de documento internacional que veicule direitos humanos, esse documento ingressa no nosso ordenamento jurídico acima da lei, não acima da Constituição, não no âmbito da Constituição, porque, nesse caso, é preciso aprovar nas duas Casas e seguir o mesmo procedimento da PEC. Mas ele é, sim, como o Ministro Gilmar Mendes chamou, um documento supralegal, está abaixo da Constituição, mas acima da lei, ou seja, acima da lei do SNUC. Diz esse documento internacional, no art. 16, que, em nenhuma hipótese, poderá haver relocação de população tradicional – isso vale para as populações quilombola e indígena e para outras comunidades tradicionais – sem o consentimento da própria população. É a ideia da consulta prévia. E, havendo um acordo dessa população, ela pode sair.

Então, no âmbito do MPF, até no último encontro da outra Câmara que trata de questão ambiental, nós fechamos a ideia de que o Ministério Público deve, sim, reivindicar isso, deve lutar pela obediência a esse documento internacional e não permitir, tomando todas as medidas cabíveis, relocação de população tradicional. Esse foi um avanço, mas também é algo a ser refletido no âmbito da Administração Federal, porque ainda não está bem assentado.

Por fim, para concluir – a Professora e outros que me antecederam estavam colocando aqui os projetos de lei, e o Senador até já se posicionou –, quero dizer que, na verdade, nós vivemos um momento em que os avanços legislativos que obtivemos sofrem sério ataque por grupos contrários. Foi citada aqui a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) contra o Decreto nº 4.887. O representante da Fundação Cultural Palmares, o Alexandre, falou muito bem que foi construída – inclusive, eu era da AGU na época ainda, eu não era do Ministério Público Federal – essa ideia de que é, sim, um artigo autoaplicável. Agora, sem dúvida alguma, a segurança jurídica de uma lei, que foi tentada – esta ideia foi construída quando a lei não passou –, é muito maior.

Mas, hoje, o momento é de nos preocuparmos em perder o que já existe. Eu acho que um projeto novo é sempre bem-vindo. Há até esse projeto que eu citei, tratando da questão tributária. Mas, hoje, nós temos que tomar muito cuidado com essa Ação Direta de Inconstitucionalidade tramitando no Supremo. A Drª Deborah Duprat, Subprocuradora-Geral da República, e o Dr. Roberto Gurgel acompanham e combatem essa iniciativa. Existe também o Projeto de Lei nº 1.836, que, vamos dizer, seria um desastre, caso aprovado, porque é um retrocesso absurdo. E há uma novidade, para a qual temos de estar atentos, também uma nova medida que vem sendo tomada e que até

agora não surtiu efeito, que é, nos casos de desapropriação... Eu acho que isso ainda não foi tentado na questão indígena, mas já foi tentado duas vezes na questão quilombola. Dois decretos expropriatórios da Presidência da República sofreram um ataque, por via de um projeto de decreto legislativo na Câmara, de constitucionalidade questionável. Eu entendo até que não cabe, é um ato... Quem define o que é interesse social para fins de desapropriação é o Presidente da República, é a Presidenta da República. O Legislativo não entra nessa questão, mas foi tentado, via projeto de decreto legislativo, já duas vezes, tornar sem efeito esses decretos presidenciais.

Esses dois decretos, na Comissão de Direitos Humanos da Câmara, por iniciativa do Deputado Chico Alencar, acabaram, por unanimidade, sendo rejeitados. Mas um foi aprovado na Comissão de Agricultura. Então, é algo que eu acho que também vale para ser refletido aqui na Casa Legislativa.

Por fim, eu só queria dizer que essa luta da Seppir envolve, às vezes, igualdade e diferença. Há igualdade quando a diferença inferioriza. Mas no caso do território quilombola, é o direito à diferença. É ter aquele território, aquela área, vivendo de forma diferente, a sociedade envolvida. Se quiser se integrar é outra questão. Mas é o direito de ter aquele modo, como a Professora falou, de fazer, viver e criar diferenciado. Para citar o filósofo português Boaventura de Sousa Santos, é a diferença quando a igualdade descaracteriza.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Esse foi o Dr. Leandro Mitidieri, Procurador da República da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, que aqui representou a Drª Deborah Duprat, Subprocuradora-Geral da República.

Dr. Leandro, meus cumprimentos pela exposição muito clara para todos os que estão nos assistindo pela TV Senado, pela Internet e, naturalmente, para quem está aqui no plenário.

Não adianta nós fazermos uma audiência pública como esta e dizer que está tudo bem. E o Dr. Leandro diz que não está tudo bem não. Nós temos que agir, há situações delicadas, e por isso estamos realizando esta audiência. Se não, não haveria motivo sequer de fazer a audiência. E, claro, nós somos daquela linha que também entende que tem de haver uma participação mais forte do Estado, do Governo, no sentido de viabilizar a regulamentação definitiva da terra dos quilombolas, como também da própria infraestrutura.

Mas, assim mesmo, Dr. Leandro, nós vamos olhar com muito carinho suas propostas. Eu sei que aqui é demorado. E sei também que este é um momento delicado não só na questão quilombola e na questão indígena, mas, eu diria mais, até nos direitos básicos dos trabalhadores. Há uma série de iniciativas, principalmente na Câmara – o Senado também não fica fora –, na linha de precarizar direitos básicos dos trabalhadores, como aquela ideia de que acima da lei está o negociante entre as partes. E nós sabemos que o negociante entre as partes... A parte mais fraca, no caso aqui, é o quilombola ou é o povo indígena ou é o assalariado, e, na hora de fazer um acordo na empresa, vão dizer para ele, como eu sempre digo, que nem o Fundo de Garantia, que o Fundo de Garantia é uma opção. Opção coisa nenhuma! Se você não assinar que concorda com o Fundo, você não é empregado. Essas questões, de fato...

Aqui o Procurador da República alerta que o momento é de resistir para não perder, mas eu acho que também o contra-ataque ajuda no sentido de você... Inclusive pegando duas sugestões suas, que a minha assessoria tomou nota, no campo dos tributos, para que a gente possa apresentar até uma PEC ou um projeto, com o mesmo objetivo. Aí eu vou pedir o auxílio de alguns documentos seus que apontam...

Eu achei muito interessante aquela questão que já existe para efeito de reforma agrária, mas não existe para efeito quilombola. O mínimo, o mínimo de... Se para o sem-terra existe, por que não para o quilombola, não é? Em tese, eu estou levantando aqui. O Movimento Sem Terra existe, por que não pode acontecer também para o quilombola, que não deixa de ser um sem-terra, só que com direitos assegurados? Porque as terras dos seus antepassados estavam lá e eram um direito dele, e que os governos na época... Existem muitos casos no Brasil em que deram título de propriedade em cima da terra dos quilombolas. Existem inúmeros casos.

Nós tivemos aqui, noutro dia, um debate de uma questão no Mato Grosso do Sul, mas do povo indígena. Os representantes dos agricultores, no caso específico: "Não, mas nós temos o título de propriedade que nos foi concedido na era do Getúlio. Como é que faz agora, então?" A terra é indígena e há também quilombola. Só há uma saída: quem deu o título que indenize, então. Para garantir, como foi dito aqui com todas as letras, que os quilombolas e o povo indígena possam ficar na terra. E que aqueles que foram iludidos pelos governos da época possam ter a indenização que lhes cabe.

Mas eu chamaria agora os nossos convidados para voltarem para a primeira fila para eu montar a segunda Mesa. Depois nós vamos às considerações finais e ao debate.

Para esta Mesa, convido José Antônio Ventura, Coordenador da Frente Nacional em Defesa dos Ter-

ritórios Quilombolas; convido o César Augusto Baldi, Mestre em Direito da Universidade Luterana do Brasil – Ulbra; o Denildo Rodrigues Moraes, Coordenador Nacional da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – Conaq. E convido também – ajude-me agora – a Silvany Euclenio, que está aqui na Mesa, representante, nesta última Mesa, da própria Ministra e que poderá responder alguns questionamentos ou também, nas considerações finais, dar a sua opinião sobre tudo o que foi colocado até o momento.

Então, de imediato, eu vou passar a palavra, pela ordem que está aqui, ao José Antônio Ventura, Coordenador da Frente Nacional em Defesa dos Territórios Quilombolas.

O SR. JOSÉ ANTONIO VENTURA – Bom dia a todos.

Gostaria de cumprimentar o nobre Senador Paim, que está nesta luta quilombola, há muito tempo, com a gente; a Silvany, minha amiga da Seppir; o Bico, companheiro irmão, da Conaq; e o outro componente da Mesa. A todos, o meu bom-dia.

O motivo de nós estarmos aqui – das comunidades quilombolas – é trazer uma outra imagem dos quilombolas. Os quilombolas que, se não lutarem rapidamente, vão ficar no quilombo virtual. Porque essas políticas públicas que nos mostram estão como aquelas máquinas de assar frango: a gente olha, olha, olha, corre atrás e não vê.

A gente pede o empenho de toda a comunidade brasileira, porque os quilombos estão sendo atacados de norte a sul.

Em Minas Gerais, as políticas que foram para os quilombos nunca chegaram às nossas mãos. Rio Grande do Sul, a mesma coisa; Bahia também.

Nós temos dados, um dossiê nacional para ser entregue ao Senador Paim, em que o sítio arqueológico identificado pelo Iphan, há dois anos, está sendo destruído com vacas. Isso já foi notificado ao Procurador Federal em Patos de Minas. Há 90 dias que não conseguimos contato com ele. A Defensoria Pública de Minas, há dois anos. Mesmo tendo havido cursos de defensores quilombolas, a gente não consegue contato com a Drª Giêdra. E nós já fomos à Seppir, à Drª Luiza Bairros, e a gente vai e volta de mãos vazias.

A gente não consegue ter apoio municipal, federal, em lugar nenhum. Nós somos quilombolas da estrada da Picada de Goiás. Trezentos anos de história. O segundo maior quilombo do Brasil. A Palmares não tem um documentário dessa comunidade. Nós tentamos, há dois anos, fazer o encontro dos grileiros. Éramos 20 grileiros na região. Já morreram oito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só para dizer que o Alexandre, da Palmares, retornou agora. Seria bom você repetir, porque, depois, ele vai ter que responder. Repita esse último dado.

O SR. JOSÉ ANTONIO VENTURA – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Você já deu uma pegada! Vai ter que responder.

O SR. JOSÉ ANTONIO VENTURA – Eu busco parceiro e apoio.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vamos dar uma descontraída, mas queremos solução.

O SR. JOSÉ ANTONIO VENTURA – O próprio Alexandre sabe que há um ano estou atrás dele para fazer um encontro. Ele me falou: "Ventura, você vai conseguir". Era por 20 de novembro do ano passado.

Por quê? Se somos seguidores de Zumbi, Minas Gerais tem o segundo maior quilombo do Brasil, mas a Palmares não tem um documentário desse segundo quilombo. Parece que nega a história do Quilombo do Ambrósio.

Estou aqui com a minha cunhada de 75 anos, cujos parentes são pertencentes desse Quilombo do Ambrósio. A Leonilda.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Levante-se. Só para que a gente possa registrar sua presença. (*Palmas*.)

Como é o nome dela?

O SR. JOSÉ ANTONIO VENTURA – Leonilda.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Leonilda. Setenta e cinco anos!

O SR. JOSÉ ANTONIO VENTURA – Leonilda é da família Ventura. Ela é das "negras de tabuleiro" de Minas Gerais.

Ela conta a história da tia dela, a Pratinha, que criou os filhos na labuta de vender, na época, para os grandes fazendeiros, que foram chegando, como o Senador falou, com os documentos da época da ditadura Vargas consolidados na ditadura militar. Os negros ficavam dentro da terra, e os documentos, da terra, passavam para os invasores, que criaram as prefeituras em cima das nossas terras. Foi fácil criar as prefeituras.

Já convidamos o Alessandro – a gente vai fazer esse convite de novo – para estar na Serra do Salitre. Patos de Minas e Patrocínio eram um Município só, onde existe a maior cultura do congado de Minas gerais. Até hoje não houve um investimento para a cultura do congado.

Eu tenho uma carta de um capitão de congado que, se você ler, você chora! Porque eles vendem galinha, fazem de tudo para fazer a festa do congado, mas não têm apoio de cultura.

Essa estrada da Picada de Goiás que nós falamos, a história dos quilombos é a história da estrada real.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Você pode deixar a carta para registro da Comissão.

O SR. JOSÉ ANTONIO VENTURA – Eu vou deixar com o senhor. Eu trouxe tudo para deixar tudo documentado, inclusive do sítio arqueológico tombado pelo Iphan. Há dois anos, nós, negros, sabemos que os fazendeiros usam o gado para apagar os rastros de quilombo. E lá há um gado dentro da cerca.

O Procurador Público de Patos de Minas esteve lá com Domingos Dutra. Domingos Dutra fez o parecer, que foi encaminhado ao Ministério Público. Ontem, a pesquisadora do Iphan esteve lá, mandou o relatório, que diz que vão construir casas em volta do sítio arqueológico e destruir o sítio. Esse é um parecer dela, que vou passar ao Senador.

A Seppir, Palmares e Incra têm que tomar atitudes drásticas para conservar a cultura quilombola, porque, enquanto a gente está pensando que as culturas estão chegando aos quilombos, até hoje, que eu saiba, não está chegando aos Kalungas, não está chegando a Conceição do Mato Dentro, não está chegando ao Salitre, não está chegando a Morro Alto.

A gente sabe que há vários quilombos cuja história é outra. É a essa mesa de quilombos que queremos nos sentar com a Seppir, com Palmares, com o Incra, Senado Federal, Câmara, porque é o outro lado dos quilombolas para o qual não estão chegando recursos. E são muitos!

Há quilombolas em Conceição do Mato Dentro que, por não terem certificação – estão lá há 200 anos –, estão sendo tirados de lá na marra, e isso não está sendo divulgado. Eu tenho relatórios que vieram das comunidades.

Por isso a gente tem que sentar para tentar negociar com a Defensoria, com o Ministério Público, com os órgãos que nos representam aqui na esfera federal, para tentar uma solução para os nossos irmãos que estão sendo expulsos. Se não têm acesso a políticas públicas, esses quilombos vão desaparecer. Se certificados e titulados, não estão conseguindo tirar os fazendeiros; imaginem uma comunidade que se autoidentifica como quilombola sem apoio nenhum.

A gente tem que tentar criar – e esse é um dos meus pontos – uma comissão verdadeira, reunindo Frente Nacional, Conaq... E, além de tudo, nós não estamos aqui com ideologias. Assim, pode ser MNU, pode ser Conen, pode ser Conaq etc.. O que nós queremos é o bem dos irmãos quilombolas, e, para isso, nós temos que fazer essa caminhada juntos. E a gente espera, com o apoio do Senador Paim, trazer de volta o que nos tiraram do nosso Estatuto, e, com humildade, temos de reconhecer onde está a dificuldade dos nossos quilombos.

Nós temos um dossiê, que será entregue ao Senador Paim, onde ele verá todas as notificações do Ministério Público Federal e onde o Deputado Domingos Dutra diz que era para ir até a Serra do Salitre, porque o prefeito estava destruindo mangueiras de 200 anos e destruindo patrimônio quilombola, e que ele, o prefeito, não sabia o que era direito quilombola. Isso está no relatório do Deputado Domingos Dutra.

Então, há que ter um trabalho para que nós possamos avançar, porque, se demorar um mês, quando chegarmos à Serra do Salitre, o maior patrimônio quilombola dos negros de Minas, tudo vai estar destruído. Lá existe, até hoje, a telha feita nas cochas, o maior patrimônio artesanal do negro no Brasil, e está sendo destruído e jogado em todas as barragens que existem por ali.

Então, espero que a gente possa avançar e criar um diálogo. Eu consegui com o Dr. Alexandre o passe da minha "Encontro de Grilhões", uma homenagem que eu quero fazer aos negros de Minas Gerais, a Ambrósio, que foi um grande seguidor de Zumbi nessa luta pela igualdade; e em Ventura Mina, onde houve a maior revolta escrava de Minas, como a de Palmares também, sobre a qual não há um livro que fala da revolta de Minas Gerais, a maior revolta dos escravos de Minas gerais, no dia 13 de maio de 1883. Essa revolta precisa ser documentada, filmada e enaltecida pelos negros do Brasil.

Muito obrigado. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o José Antonio Ventura, Coordenador da Frente Nacional em Defesa dos Territórios Quilombolas.

Audiência pública é para isso: cada um vem aqui e fala o que está acontecendo, dá a sua visão e a gente tenta construir ou caminhar no rumo da construção de uma solução o mais rápido possível.

Parabéns pela sua fala franca, honesta, verdadeira e bem transparente, dando uma contribuição enorme para o filme que nós vimos aqui. O filme mostra isso.

Passamos a palavra, agora, ao Sr. César Augusto Baldi, Mestre em Direito pela Universidade Luterana do Brasil (Ulbra).

O SR. CÉSAR AUGUSTO BALDI – Bom dia, quase boa tarde a todos!

Obrigado pelo convite, Senador Paim. Já é a segunda vez que participo de uma audiência pública aqui. Da outra oportunidade, o tema envolvido era Raposa Serra do Sol, sobre os povos indígenas.

Estamos perto do dia 20 de novembro, consequentemente um momento para repensar essas questões.

Fico também muito contente por ter havido não somente a questão do documentário, mas o depoimento do José Ventura, o que dá uma densidade, demonstra de forma diferenciada as angústias e os problemas que as pessoas e as comunidades estão vivenciando. É diferente de alguém da universidade ou do Ministério Público comentar determinados problemas; outra coisa são os próprios representantes das comunidades estarem presentes e demonstrarem quais são os problemas vivenciados,

Pretendo não fazer uma fala demasiadamente longa, mas eu vou tocar alguns problemas que já foram tocados tanto pela Lilian Gomes quanto pelo Procurador Leandro Mitidiero, destacando não só essa necessidade de reconhecer a questão quilombola como um direito fundamental, o que está previsto no art. 68 da ADCT, mas também nos direitos culturais, arts 215 e 216, como apareceu na tela da Lílian e, consequentemente, uma necessidade de reconhecer direitos fundamentais da mesma forma que os direitos indígenas ambientais e, por consequência, relacionados com todos os demais direitos: saúde, educação, trabalho, direitos civis, direitos políticos, direitos de cidadania. Até me causou estranheza que a CPIR selecione, como esses, o acesos á terra, infraestrutura e qualidade de vida, inclusão produtiva, mas os direitos de cidadania como se não fossem relacionados aos outros três eixos. Causou-me curiosidade, digamos assim. Esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto é também destacar que a luta quilombola envolve uma luta por propriedade coletiva. Quando a Lílian destacou os projetos e a necessidade de combater determinados projetos que vinculam a propriedade individual, temos que justamente fazer a defesa dessa propriedade coletiva, dessa noção de territorialidade, que é uma territorialidade de reprodução social, cultural, não somente como reprodução econômica dentro de uma linha de mercado. Consequentemente, vale destacar uma linha de pluralidade de propriedades, ou seja, reconhecermos que não temos somente propriedade privada, mas, sim, outros tipos de propriedade convivendo no mesmo espaço territorial brasileiro e, como aparecia no documentário, de produção compartilhada dos produtos. Esse é o segundo ponto.

O terceiro ponto é salientar um aspecto da noção cultural, uma noção cultural mais ampliada, não somente vinculada ao passado. O documentário mostra bem isto: as comunidades têm diversos conflitos, inclusive os intergeracionais. Vamos ter comunidades com população mais jovem e uma população mais velha com conflitos causados por diferença de anseios, diferença de questões. Isso também deve ser objeto de políticas públicas. As políticas públicas também têm que olhar essa questão não somente salientando cultura como se fosse uma questão congelada, frigorificada, em que s tem que reproduzir determinados caracteres, determinados rituais. Esse é um trabalho que a antropologia vai ter que também fazer. Como ela vai trabalhar essas questões para não congelar as comunidades e procurar destacar a mutabilidade?

O quarto ponto que eu destacaria, e que ficou aqui evidente, é que se tenho um resquício colonial que envolve a apropriação de terras e um racismo institucional – eu diria, não somente um racismo geral da sociedade, mas um racismo institucional, porque permeia as próprias instituições do Estado –, tenho uma luta por igualdade que é uma luta histórica, social e cognitiva por igualdade e justiça. Temos também que reconhecer que essas comunidades são produtoras de conhecimento e não somente objeto de conhecimento. Elas não são objeto de políticas públicas; elas são sujeito de políticas públicas.

Outro ponto também que a Ministra havia destacado é o fato de que havia muita invisibilidade do próprio trabalho dessas comunidades e também da CPIR. O que temos justamente? Temos uma dificuldade de trabalhar políticas públicas de forma transversal. A gente sempre trabalha de maneira setorializada. Então, temos dificuldades de estabelecer políticas públicas que tenham determinados requisitos para questão de gênero, para questão racial e para questões que não sejam absolutamente temáticas dentro daquelas linhas dos Ministérios. Consequentemente, o trabalho da CPIR é um trabalho bem complicado de coordenar. A Ministra salientava que havia 23 ministérios, no mínimo, envolvidos.

Outro ponto que foi salientado em outras falas aqui é a eventual colisão de direitos. A gente vai ter que trabalhar alguns pontos, tanto no Judiciário, no MP, nas próprias instituições do Poder Público, da falsa colisão entre direitos ambientais e direitos indígenas e direitos quilombolas. Temos dados de que 75% das terras conservadas, de maior biodiversidade do País, estão localizadas em terras indígenas, quilombolas ou comunidades tradicionais. Consequentemente, temos todo um conhecimento tradicional associado ...e uma conservação que foge daquela noção da natureza intocada, não preservada.

No âmbito jurídico, a gente tem também a disputa envolvendo a questão da Adin no Supremo. E aqui eu colocaria outro ponto que a gente não salientou: o papel do Senado também com relação às próprias nomeações para o STF. Vamos ter mais duas nomeações no STF. Acho que o Senado pode pressionar no sentido de que os novos ministros tenham uma vincu-

lação com a questão de direitos humanos ou, talvez, o próprio Executivo altere o critério de nomeações e pluralize essas audiências, talvez com audiências anteriores, independente da questão do Senado. A gente também pode estabelecer audiências públicas com os eventuais candidatos ao Supremo Tribunal Federal e também um embate legal: o Procurador da República Leandro Mitidieri salientou a questão do IPTU e do ITR, que são problemas em várias comunidades. Por exemplo, da Família Silva está sendo cobrado o IPTU; o Quilombo Oriximiná, no Pará, tem quase 15 milhões em dívida de ITR...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Família Silva é lá em Porto Alegre?

O SR. CÉSAR AUGUSTO BALDI – Família Silva é em Porto Alegre.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Estive lá na...

O SR. CÉSAR AUGUSTO BALDI – Isso. Oriximiná, no Pará, está devendo aproximadamente 15 milhões de ITR.

Teria que pensar se a melhor alternativa, talvez, fosse tentar uma PEC, em que se poderiam tratar das duas questões, do IPTU e do ITR, mas isso não impede que se apresente o que até constava no painel da Seppir, entre as iniciativas de inclusão produtiva e desenvolvimento local. A Ministra colocou lá bem em baixo – dizia assim – isenção do ITR.

Então, talvez fosse... a pressão em cima da Seppir e dos outros ministérios envolvidos, para essa questão, pelo menos, da isenção do ITR, como a inclusão de mais de um artigo.

E um último ponto que ainda não foi salientado na Mesa, mas que é muito importante: a questão dos planos de aceleração de crescimento.

As comunidades tanto indígenas quanto quilombolas vêm sendo profundamente impactadas com relação à questão dos planos de crescimento. Consequentemente, dá uma tensão, talvez, se o Senado e a Câmara cobrarem também essa questão da necessidade da consulta prévia, do consentimento envolvendo as comunidades, porque vão passando estradas, vão passando determinadas situações que vão impactando profundamente as comunidades, e fica uma situação, como se as comunidades nunca tivessem existido e tivessem aparecido agora.

Essa necessidade de fiscalização, de maior controle social em cima dessas obras de aceleração de crescimento e de necessidade de consulta das comunidades com relação a esses projetos é um ponto que acho que o Congresso tem de fiscalizar de forma mais acentuada.

Acho que minha fala vai por aí.

Obrigado pela oportunidade. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, César Augusto Baldi, Mestre em Direito da Universidade Luterana do Brasil, Ulbra, que fortalece o que foi dito até o momento, na linha inclusive de avançarmos na legislação e na cobrança dos ministérios.

Eu lembro o Quilombo Silva: foi uma batalha enorme, e estive lá inclusive com a Comissão em duas audiências públicas, uma na comunidade e outra na assembleia legislativa. Agora, você me diz inclusive que estão cobrando deles.

O SR. CÉSAR AUGUSTO BALDI – E ainda há a questão do governo estadual anterior, envolvendo a Brigada Militar, que fazia policiamento ostensivo, justamente em cima da comunidade. Com isso, pressionava as crianças, que acabavam não indo às escolas, porque se sentiam intimidadas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Quilombo Silva é um quilombo no centro de Porto Alegre, uma área nobre, onde o Ministério Público foi fundamental para a gente chegar...

O SR. CÉSAR AUGUSTO BALDI – Morro Alto também tem complicação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Morro Alto eu estou acompanhando. Estivemos em Morro Alto, em uma audiência pública, em Morro Alto, e tivemos uma na assembleia para discutir essa questão, com a Seppir, com a Fundação Palmares, com o Ministério Público, tentando buscar um caminho.

Bom, passamos a palavra neste momento ao Coordenador Nacional da Coordenação Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ, Denildo Rodrigues Moraes.

O SR. DENILDO RODRIGUES MORAES – Bom dia a todos e a todas.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao Senador Paim e a todos os aqui presentes, como também ao meu companheiro César aqui à Mesa, companheiro Ventura, a Silvany Euclenio. Gostaria de reforçar meus parabéns ao Senador Paulo Paim pela iniciativa, pois não é a primeira. Não é a primeira, Senador, porque ao longo deste ano a gente já teve várias vezes aqui, neste plenário. E, nesse sentido, gostaria de parabenizá-lo, porque nós entramos em um mês bastante simbólico, um mês que retrata um pouco e faz com que nossa sociedade repense sobre alguma postura quanto à questão da consciência negra. Mas é muito bom a gente lembrar.

E nesse sentido eu parabenizo V. Exª, Senador, pois o senhor já fez várias audiências ao longo do ano e não é como alguns setores que somente no mês de novembro se lembram da existência do negro neste

País. No mês da consciência negra é que é bonito todo mundo falar sobre a questão racial neste Brasil. Há muitos setores governamentais que neste período, seja prefeitura, seja assembleia legislativa nos Estados, aproveitam este mês para lembrar que a população negra existe neste País.

No entanto, Senador, os índices mostram o contrário. Os índices mostram o contrário, porque a gente vê nossa juventude sendo assassinada, a gente vê um País onde se vive em uma democracia – entre aspas – "racial", em uma democracia de direitos em que 70% da população, dos que estão na miséria, é negra. E ela já vem de um passado que não começou agora; ela já vem de um passado bem distante.

Nesse sentido, Senador, gostaria de parabenizá-lo por esta iniciativa e por outras que o senhor vem tomando no sentido de reforçar a nossa identidade e a importância de a gente discutir a questão do negro dentro do Parlamento, pois nós somos parte desta sociedade também. Nós fazemos parte desta sociedade e, como tal, o Estado brasileiro tem uma dívida com esse povo.

Já que a gente está conversando sobre o Estado brasileiro, um pouco nesse sentido, os negros neste Brasil foram os primeiros sem-terra. Todas as leis que o Estado brasileiro fez, desde o começo... Se a gente for pegar a Lei Áurea, se a gente for pegar a Lei do Ventre Livre, a Lei do Sexagenário. A Lei do Ventre Livre dizia que o negrinho, após certa idade, estaria livre, mas não dizia na lei que, muitas vezes, o senhor de escravo não queria ficar com o negrinho na senzala porque era prejuízo para ele. Ou, muitas vezes, quando ficava com ele na senzala, ele tinha de pagar o criame dele na lavoura. Depois, veio a Lei do Sexagenário, que dizia que, após certa idade – muitos negros não chegavam a essa idade e, quando chegavam, já estavam totalmente cansados após uma vida longa de trabalhos pesados –, ou o senhor de escravos deixava o escravo na senzala, encostado, ou o mandava para a rua.

Então, o mendigo e o menor abandonado já começaram lá atrás. Assim como a Lei Áurea, que também nos deixou sem terra. A Alei que nos "aboliu" – entre aspas, porque, se a gente for pegar uma abolição que nos tirou da chibata e se a gente for pegar os índices até hoje, ainda há escravidão, ela ainda acontece em nosso Brasil, tanto que foi aprovada no Congresso a PEC sobre o trabalho escravo.

Então, se a gente for pegar esses índices...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Falta aprovar ainda.

Aprovou aqui, foi para lá, foi alterada, veio para cá. Nós não conseguimos, até o momento, sequer indicar o relator na CCJ.

O SR. DENILDO RODRIGUES MORAES – Tanto que essa questão é muito emblemática. E, quando se trata... Nós fomos os primeiros sem-terra. Se for pegar a lei de terra de 1850, antes da Lei Áurea, já havia cláusulas que proibiam que nós, negros, tivéssemos acesso à terra. "Primeiro, vamos assegurar uma lei de terra de forma que os negros não tenham acesso à terra. Depois vamos dar a abolição da escravatura."

Cem anos depois – cem anos depois! –, veio a Constituição de 1988, que foi uma luta do movimento negro brasileiro, juntamente com os parlamentares comprometidos com a luta, uma luta que tínhamos naquela época e que conseguiu retratar na Constituição o direito aos povos da comunidade quilombola. Cem anos depois!

Com isso dá para ver como o Estado brasileiro...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está vazando por aí que tenho muito orgulho de dizer que eu estava lá. Fui Constituinte de 1988, e só havia quatro parlamentares negros: Caó, Benedita, Edmilson e Paim. Quatro! Mas conseguimos. Gostei da sua lembrança.

O SR. DENILDO RODRIGUES MORAES – Com isso dá para ver como o Estado brasileiro trata a questão racial e a questão quilombola neste Brasil. Com isso dá para ver que, num Brasil onde se estima que haja mais de 5 mil comunidades quilombolas, num País em que, desses 5 mil, apenas 193 comunidades são tituladas, nós vivemos num País democrático ou vivemos no racismo institucional, como disse nosso companheiro?

Se a gente for pegar os índices lembrados pelo companheiro Leandro aqui; entre os setores, se somente pegar três setores na questão da terra – indígena, assentado de reforma agrária e quilombola –, os quilombolas são os que estão lá embaixo.

A quantidade de terra das comunidades quilombolas regularizada até agora não chega a 1 milhão de hectares. A dos indígenas chega a 200 milhões, a da reforma agrária chega a 80 milhões, enquanto a das comunidades quilombolas não chega a 1 milhão de hectares de terra regularizada.

Dá para a gente pegar um índice... O Governo tem uma proposta central para acabar com a miséria e com a fome neste País, que é o índice para acabar com a miséria e a fome neste País. Dá para a gente ver a importância que o Governo dá a esse setor, principalmente com relação aos direitos das comunidades quilombolas: no PPA, até 2015, são 239 milhões para trabalhar a regularização nos territórios quilombolas e para o fomento de desenvolvimento, somente isso. Se você pega outros setores, há bilhões e bilhões de reais.

Então, nessa pauta ainda, dentro do Governo, há certa resistência de trabalhar essa problemática, essa questão das comunidades quilombolas, porque, sobre esse direito do acesso à terra das comunidades quilombolas, o principal violador do direito das comunidades quilombolas é o próprio Estado brasileiro, uma vez que o próprio Estado brasileiro não cumpre aquilo que está na Constituição. E outra: o próprio Estado brasileiro flexibiliza as leis, para que os territórios quilombolas sejam ocupados por terceiros ou por fazendeiros, ou seja, ocupados pelo empreendimento que o próprio Governo tem dentro do PAC, dentro de suas medidas para crescimento futuro.

Então, são medidas que a gente tem que tomar e que a gente tem que ver. É preciso ser coerente com aquilo que a gente coloca dentro das nossas propostas.

Do público que está na miséria, 70% são quilombolas. Acabar com a miséria nas comunidades quilombolas, para nós, passa necessariamente pela regularização dos territórios. Isso vem em primeiro lugar. A regularização dos territórios quilombolas vem em primeiro lugar, mas há certa resistência por parte de setores dentro do Estado, que não reconhecem e não titulam os territórios quilombolas. Há essa resistência devido à questão racial, que ainda existe, que ainda está entranhada no seio da nossa sociedade, resquício da escravidão ainda, resquício da sociedade escravagista que está entranhado no Judiciário e no Legislativo.

A gente vê vários levantes, não são poucos... Se a gente pegar o Decreto nº 4.887 e a Adin que questiona esse decreto, verá que nunca se teve no País um partido político se manifestando contra o decreto, era sempre o deputado de tal partido que se manifestava, o parlamentar de tal partido. Mas, no caso da Adin quilombola, foi o partido que se manifestou. Então, esse partido representa uma parcela da sociedade. É bom a gente lembrar isto: esse partido não entrou somente com a questão quilombola, ele entrou contra a cota, ele entrou contra o ProUni. Isto é evidente, é evidente que a gente tem ainda dentro do Parlamento segmentos, pessoas que representam alguns segmentos ainda dessa sociedade escravagista contra a qual lutamos.

Quando a gente fala que o próprio Estado às vezes é o principal violador, quando não respeita a Constituição ou quando vem com seus empreendimentos... Basta a gente pegar exemplos básicos sobre a questão: Rio dos Macacos, na Bahia, onde a base militar da Marinha se instalou – se sobrepôs à comunidade quilombola, inclusive impedindo a comunidade quilombola de gozar de alguns acessos, do direito de ir e vir, direito de reformar sua moradia, direito de ir à escola, de poder buscar saúde no posto de saúde mais próximo. A gente ainda vê isso num País que faz toda força para entrar no Conselho de Segurança da ONU; a gente vê violações sendo cometidas por quem deveria proteger esse povo. São ações muito contraditórias que a gente vê.

Por outro lado, a gente vê uma questão. Aqui em Minas Gerais – o companheiro Ventura é lá de Minas Gerais – temos cinco quilombolas presos em Brejo dos Crioulos simplesmente por ocuparem aquilo que é deles de direito –, o Estado brasileiro, a Presidência da República já decretou a área como sendo de interesse social, mas a morosidade na regularização e na retirada dos fazendeiros dos territórios quilombolas ameaça a segurança das famílias quilombolas.

E os conflitos tendem a se acirrar, porque as fronteiras agrícolas estão se sobrepondo ao nosso território. Se a gente pegar o agronegócio, verá que ele está vindo com uma voracidade... As flexibilizações no Código Florestal e na Amazônia Legal vêm fazendo com que essas fronteiras agrícolas avancem sobre duas resistências de etnia que ainda existem neste País, que são sobre os territórios indígenas e sobre os territórios quilombolas.

Então, isso nos coloca muito preocupados. Nós queremos dizer que a Conaq vem trabalhando, em nível nacional, e até mesmo estamos nos articulando dentro do Parlamento, no Executivo, para que os nossos direitos, os direitos das comunidades quilombolas sejam respeitados.

Pegamos essa morosidade de apenas 193 comunidades tituladas no decorrer de 24 anos. Será que vamos chegar em 2034 para reconhecer mais 193? Será que o Estado brasileiro vai chegar a isso?

Nós costumamos dizer, e isso é verídico, que, dentro da estrutura do Estado, o Estado não quer dar terra para preto. O Estado tem resistência de trabalhar para dar terra para preto, terra que é legítima dele, terra que é legítima dos seus ancestrais, que estão ali há muito tempo.

Para as comunidades quilombolas, o território é sagrado: é onde está o umbigo seu enterrado, é onde está toda a história dos seus antepassados – ela está ali em cima desse território.

Então, quando se reafirma: as políticas públicas que estão ali são boas, são necessárias? Sim, elas são necessárias. Mas o território quilombola é o eixo central da sobrevivência e da resistência desse povo. A questão da sua terra é onde se enxerga com seus iguais e onde tem a sua projeção de futuro para aquilo que quer do seu território.

Então, Senador, ficamos muito contentes de ver essa iniciativa do seu mandato, dando sequência, porque não é a primeira e também não é a última vez que

nos encontramos aqui. E gostaríamos de dizer que a PEC 215, que está tramitando e que foi aprovada na CCJ, é uma ameaça para os direitos das comunidades quilombolas, dos povos indígenas, e é um retrocesso dos direitos que até então conquistamos.

Antigamente, lutávamos para conquistar mais direitos. Hoje, o Estado vem flexibilizando para o capital, o que faz com que tenhamos que lutar para defender o pouquinho de direitos que conseguimos na Constituição. E esses direitos que conseguimos na Constituição, como o art. 68, o art. 215, o art. 216, e vários outros direitos, entre eles a Convenção 169 da OIT, que é primordial, estão sendo violados dia após dia, seja por fazendeiros ocupando terra das comunidades quilombolas, seja por mineradoras perfurando o subsolo desses territórios, deixando-os como queijo suíço e deixando-os improdutivos.

Há necessidade clara de se tomar uma posição de Estado e de governo com relação a isso, porque, com 239 milhões, no PPA, para 2015, jamais vamos conseguir regularizar território quilombola, jamais vamos conseguir acabar com essa parcela de pessoas que está em vulnerabilidade, que se encontra no Programa Brasil sem Miséria.

Esse recurso é uma miséria. Esse recurso que está no programa Brasil sem Miséria para trabalhar o PPA até 2015 é uma miséria para regularizar os territórios quilombolas; dentro da dimensão que se tem, é muito pouco.

Temos muito essa preocupação. E acreditamos que esse governo, assim como o do Presidente Lula, tem todo um compromisso com a questão quilombola, mas esse compromisso tem que passar da vontade, tem que ir para a prática e para a concretude, para a regularização desses territórios. Porque, se formos pegar de 2003 para cá, foram muito poucos territórios quilombolas regularizados.

Então, a gente tem que trabalhar dentro dessa linha. O Decreto nº 4.887 é uma ferramenta importante para que esses territórios sejam de fato regularizados. Mas não basta somente o Decreto nº 4.887: tem que haver vontade política também do Estado brasileiro em fazer com que essa política se efetive na prática e na concretude, a fim de que esses direitos, até então básicos e que foram negados aos nossos antepassados, sejam reconhecidos para as futuras gerações das comunidades quilombolas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem! Parabéns à fala do Denildo Rodrigues Moraes, Coordenador Nacional da Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas, o qual usou os vinte minutos, mas foi objetivo, não foi, em nenhum momento, repetitivo e mostrou a realidade do povo quilombola. E o objetivo da reunião é esse.

Agora, nós vamos para as considerações finais, dando três minutos para cada um dos nossos convidados.

A Silvany Euclenio, que é Secretária de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, que representa aqui a Ministra, fará, então, a fala final.

De imediato, passo a palavra, para as suas considerações finais, a Iris Cary, diretora do filme Por um Fio.

Vou pedir, se possível, três minutos para cada um.

A SRª IRIS CARY – Senador, desculpe-me. Vou economizar o tempo, porque eu acho que as pessoas têm coisas muito mais importantes para encaminhar.

A minha colaboração é só esta mesmo: fico detrás das câmeras, torcendo para que se tenha uma solução rápida para os nossos irmãos quilombolas. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem! Essa foi a Srª Iris Cary, diretora do filme Por um Fio.

Passamos a palavra à Drª Lilian Cristina Bernardo Gomes, Professora universitária das áreas de Ciências Políticas, História e Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais.

A SRª LILIAN CRISTINA BERNARDO GOMES – Eu também gostaria de dizer que concordo plenamente com aquilo que o Alexandre disse, que o Decreto nº 4.887 é muito importante. Mas eu penso que, se nós tivermos também, no âmbito do Legislativo central, a efetivação de um projeto que também reitere o que já está garantido no decreto, nós somaremos uma segurança jurídica no sentido de efetivar esse direito. Então, essa é uma consideração que eu gostaria de fazer.

E também me coloco à inteira disposição deste mandato para que eu possa contribuir no sentido de que a gente trabalhe, pense nessas questões. Estou à inteira disposição.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Drª Lilian Cristina Bernardo Gomes, Professora universitária da Universidade Federal de Minas Gerais. Parabéns pela ...

A SRª LILIAN CRISTINA BERNARDO GOMES – Eu até gostaria até de fazer uma ponderação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pois não.

A SRª LILIAN CRISTINA BERNARDO GOMES – Eu sou pós-doutoranda pela Universidade Federal e dou aula junto com outros professores, mas eu não sou concursada da universidade.

Eu só queria deixar essa colocação, esse esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esclarecimento feito, mas, pela competência da palestra, tenho certeza de que a universidade gostaria de tê-la em todas as áreas, concursada ou não.

Meus cumprimentos!

A SRª LILIAN CRISTINA BERNARDO GOMES – Que bom! Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passo a palavra agora ao Dr. Alexandro Reis, diretor do Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro da Fundação Cultural Palmares, que representa aqui o Presidente Eloi Ferreira de Araujo.

Alexandro Reis, por favor.

O SR. ALEXANDRO REIS – Senador, primeiro quero responder aqui à cobrança do Sr. Ventura, que tem correspondência. Nós temos dificuldade exatamente de executar ações que garantam mais atendimento à promoção da cultura das comunidades quilombolas. Isso é uma realidade. Nosso orçamento hoje, de 2011 e de 2012, foi de R$1 milhão para atender todo o Brasil. Então, os recursos são muito poucos para atender essas comunidades. Nós temos essa dificuldade. E há também outro imperativo, que é atender as determinações dos instrumentos legais à execução orçamentária.

Hoje nós somos regidos aí pela Portaria 408, que diz o seguinte: só se pode fazer repasse e apoio às entidades, através da transferência voluntária, as entidades que comprovem capacidade técnica e operacional com o Governo Federal. Isso, Sr. Ventura, tem criado uma dificuldade muito grande para a execução orçamentária dos órgãos que fazem transferência voluntária para atender à comunidade quilombola, indígenas, ciganas. Isso é uma questão, inclusive, Senador, que eu acho interessante puxar um debate a respeito, porque parte significativa de orçamento para comunidade quilombola é transferência voluntária de custeio. E isso tem dificultado por demais, porque para se fazer com universidades, está havendo a maior dificuldade: com universidade federal, com universidades estaduais também, com prefeituras nós podemos... Então, há de se buscar outros mecanismos. E o Senado, a comunidade interessada precisa debater sobre isso, porque propostas já foram feitas no âmbito do Governo Federal para melhorar e atender... Hoje já há dados objetivos de onde estão as comunidades quilombolas e quais são as suas necessidades.

Então, esse mecanismo que nós estamos utilizando, de descentralizar recursos, talvez não seja o melhor para se executar e atender bem às comunidades quilombolas.

E, por fim, eu queria agradecer a oportunidade, parabenizar a iniciativa do Senador e de todas as pessoas e órgãos que estão aqui presentes.

(Soa a campainha.)

O SR. ALEXANDRO REIS – Nós estamos à disposição para atender a qualquer pedido, qualquer informação e apoiar a realização desse tipo de atitude, de procedimentos político-institucionais, que precisam avançar para atender às comunidades quilombolas no Brasil. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr. Alexandro Reis, da Fundação Cultural Palmares, que falou em nome do Presidente Eloi Ferreira de Araujo.

Passamos, de imediato, a palavra ao Dr. Leandro Mitidieri, Procurador da República, da 6ª Câmara, que aqui representa, inclusive, a Exma Srª Déborah Duprat, Subprocuradora-Geral da República.

O SR. LEANDRO MITIDIERI – Em considerações finais eu não poderia deixar de falar sobre o que colocou aqui o nosso Coordenador Nacional sobre a questão do Brejo do Crioulo, onde alguns integrantes daquela comunidade foram presos.

Nós tivemos uma reunião até sobre essa questão, em que conversamos com o Ministério Público estadual para que pedisse o livramento imediatamente. Por quê? Porque, hoje, no Brasil, pelos menos desde o entendimento já emblemático do ex-Procurador-Geral da República Claudio Fonteles, tratando da criminalização de integrantes do Movimento dos Sem-Terra, naquelas ocupações, em que se tentava a configuração de um crime de invasão, essa questão chegou ao Supremo. E o então Procurador-Geral colocou bem claramente: isso não é crime. Essa luta pela terra, uma ocupação ou ações nessa seara não configuram crime.

Então, tratar com Direito Penal esse tipo de atividade é um retrocesso, é um absurdo! E nós esperamos que o Ministério Público estadual, nesse caso, não havendo crime, peça o livramento.

Era só isso que eu queria colocar em considerações finais.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr. Leandro Mitidieri, Procurador da 6ª Câmara e que aqui representou a Srª Déborah Duprat, Subprocuradora-Geral a República.

Passamos a palavra agora, para as considerações finais, ao Sr. José Antonio Ventura, Coordenador da Frente Nacional em Defesa dos Territórios Quilombolas. (*Pausa.*)

Ele deu uma saidinha...

Dr. César Augusto Baldi, Mestre em Direito, da Universidade Luterana do Brasil.

O SR. CÉSAR AUGUSTO BALDI – Nas considerações finais, eu só vou salientar primeiro essa questão da criminalização do protesto. Na realidade, é um

fenômeno que tem sido frequente em toda a América Latina, não é só no Brasil. Mas eu acho que a gente vai ter que dedicar um pouquinho mais de atenção a isso nos próximos anos, porque, por exemplo, o Peru e Bolívia, que são dois países bem próximos daqui, têm utilizado leis antiterroristas justamente contra indígenas e populações tradicionais. Esse é o primeiro ponto.

Segundo ponto. Da mesma forma que a atuação da Seppir envolve 23 ministérios, nossa luta também vai ter de envolver várias atuações do MP, dos ministérios e também pressões junto ao Judiciário. A ADI 3239 é um exemplo bem típico: apesar das mudanças, com a provável saída de três ministros, vamos ter de ter uma atuação bem forte porque só tem um voto. E o voto envolvendo a ADI é um voto contrário. Então, consequentemente, vamos ter de fazer uma pressão bem grande com relação a isso.

Terceiro ponto. Também há uma pressão bem grande com relação à questão do reconhecimento à consulta prévia e ao consentimento dessas populações nesses projetos de crescimento, de aceleração do crescimento.

Por fim, também um reconhecimento dessa necessidade de atuação em outras áreas sobre a questão do racismo, como talvez uma política, a gente trabalhar dentro do MP, dentro do Judiciário, nessas instituições públicas. Às vezes, a própria atuação do Judiciário tem sido bem complicada nesses pontos.

Por último, nessa atuação legislativa, a gente vai ter de dar uma atenção privilegiada...

(Soa a campainha.)

O SR. CÉSAR AUGUSTO BALDI – Só encerrando: ...a combater a PEC nº 215 simultaneamente com essas propostas de isenção de uma atuação mais forte de isenção do ITR e do IPTU e, talvez, a reapresentação desse projeto sobre a questão quilombola, que, eu acho, foi mais um menos um consenso nesta audiência pública.

Era só isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr. César Augusto Baldi, que, inclusive, deu o resumo dos encaminhamentos. Nossa assessoria já tomou nota e vamos fazer com que aconteçam de fato. Todos os procedimentos serão encaminhados.

Passo a palavra ao Dr. Denildo Rodrigues Moraes, Coordenador Nacional da Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas, um doutor no assunto, com certeza absoluta.

O SR. DENILDO RODRIGUES MORAES – Obrigado, Senador.

Eu gostaria de agradecer pela oportunidade, em nome da Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas, de estar aqui discutindo esse tema.

É um tema que não é fácil. Temos várias complexidades e comunidades que se encontram em realidades totalmente diferentes umas das outras. Há comunidades que já têm todo o seu território em seu domínio; comunidades que ainda não estão certificadas; outras que estão em fase de reconhecimento e outras que estão ainda em fase de inclusão, em vários processos. Mas a gente tem um desafio muito grande, e o Estado brasileiro também tem um desafio muito grande. O Estado brasileiro tem um desafio muito grande de reparar os danos causados e esse povo, de reparar os danos causados a essa etnia.

Nós temos uma demanda muito maior, uma demanda crescente. A população quilombola hoje, segundo os dados da Seppir, encontra-se maior do que a população indígena. São dados ainda meio imprecisos, mas o número, segundo o movimento, é muito maior. É muito maior e a gente tem uma demanda muito grande. Esses povos, até então, estão excluídos, à margem da sociedade no que diz respeito aos seus direitos. Cem anos para ter o primeiro direito na Constituição, depois, quinze anos para termos o Decreto nº 4.887, que regulamenta a questão da terra das comunidades quilombolas.

Dá para ver o desafio e a responsabilidade que o Estado tem para regularizar esse território quilombola. A gente precisa, sim, fazer com que o Estado assuma esse compromisso de regularizar esses territórios quilombolas. A gente precisa, sim, que o Estado adote as suas estruturas, que mexa na pasta com recursos e com forças físicas suficientes para dar conta dessa demanda. O recurso, mais uma vez, dotado no PPA até 2015 para regularização dos territórios quilombolas, duzentos e trinta e poucos milhões é muito pouco. É muito pouco!

Se o eixo central do programa do Governo é acabar com a miséria e com a fome, e se nesses 70% da população negra que está na miséria e com fome é quilombola também, o Governo tem que rever um pouco a medida orçamentária e dar linha política para que isso aconteça.

(Soa a campainha.)

O SR DENILDO RODRIGUES MORAES – No mais, obrigado. A gente agradece.

A gente sabe que outras demandas de sobreposições de territórios com relação à unidade de conservação é uma visão de conceito. De conceito, até porque as comunidades quilombolas foram as que preservaram. Só é parque por que alguém preservou. Então, não há essa questão de conflito. Se ninguém tivesse preservado, não teria o parque aí. É uma visão muito de conceito, e a gente espera trabalhar junto para que isso seja resolvido o mais breve possível.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr. Denildo Rodrigues Moraes, Coordenador Nacional das Comunidades Quilombolas.

Passamos a palavra também ao nosso querido amigo e doutor no tema, José Antonio Ventura, Coordenador da Frente Nacional em Defesa dos Territórios Quilombolas.

Seus três minutos.

O SR. JOSÉ ANTONIO VENTURA – Quero agradecer ao Senador Paim pela oportunidade de continuar essa luta e convocar nossos irmãos, guerreiros, filhos de Zumbi – todos que estão aqui é porque estão nessa luta junto conosco –, para que a gente olhe de perto, com carinho, a realidade das comunidades quilombolas.

Eu falo da Pedra do Sal, do Quilombo dos Silva. Inclusive, no Programa Brasil Quilombola temos problemas de INSS, aposentadoria dos quilombolas. O Lorico, Presidente do Quilombo dos Silva, teve um derrame e se encontra até com dificuldades financeiras. Então, quero fazer essa saudação aos irmãos do Quilombo dos Silva.

Também quero chamar para a luta todos os que estão na Defensoria, no Ministério Público, para que olhem com carinho os irmãos quilombolas ameaçados de morte, que estão fora do seu domicílio. E que também tenhamos como buscar essas políticas públicas de geração de renda.

Estou ali com a minha irmã Kalunga, a Lucilene. A gente não quer ficar na tutela do Governo a vida inteira. Nós queremos produzir. Para isso, a gente tem que ter a terra como patrimônio. E ela está sendo dilapidada. Nós estamos há 50 anos brigando com a Vale pelo nosso território.

Hoje, Serra do Salitre, Patos de Minas e Patrocínio são grandes cidades, mas era o grande Quilombo do Ambrósio. Há 20 anos, desde que saí de Patos, há destruição de monjolos, há destruição de grutas. Onde é Três Marias havia a Comunidade de Andrequicé, que era Ventura. Onde era Areado, que hoje é a represa, havia o Quilombo de Ventura. E onde é Abadia dos Dourados havia o Quilombo de Ventura. Fomos deslocados e Minas Gerais nunca falou sobre isso. Hoje, o que sobrou a Vale está nos tirando. E há o maior patrimônio cultural do Congado, do Moçambique, e a Palmares tem que ir lá.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ ANTÔNIO VENTURA – A gente não está pedindo; a gente está convocando para ir lá cuidar e preservar o patrimônio afro-brasileiro, que está sendo destruído.

A gente vai entregar um dossiê ao Senador Paim e vai torcer que a emenda que o Demóstenes tirou do nosso estatuto volte com glória para o povo negro brasileiro.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr. José Antônio Ventura, Coordenador da Frente Nacional em Defesa dos Territórios Quilombolas.

Antes de passar a palavra à Drª Silvany, recebi do Ministro da Justiça:

> Prezado Sr. Paulo Paim,
>
> Em nome do Ministro da Justiça, agradeço o convite para a audiência pública na Comissão de Direitos Humanos do Senado, para debater a questão dos quilombolas.
>
> Na oportunidade, o Ministro de Estado da Justiça José Eduardo Cardozo solicita transmitir os seus cumprimentos e informa que, em razão de compromissos previamente assumidos, não foi possível seu comparecimento ao evento, para o qual desejo êxito.
>
> Atenciosamente.

Está feito o informe.

Passamos a palavra à Drª Silvany Euclenio, Secretária de Política de Promoção da Igualdade Racial, que é aqui representa a Ministra Luiza Bairros.

A SRª SILVANY EUCLENIO SILVA – Obrigada, Senador.

Boa tarde a todos, boa tarde a todas.

Eu compreendo a dimensão do passivo que o Estado brasileiro tem com a população negra e com a população quilombola inclusive. Acho que esta atividade aqui é uma mostra do que nós precisamos efetivamente fazer para reduzir esse passivo.

O problema do racismo e da população negra no Brasil não pode ser o problema do negro; tem que ser um problema da sociedade brasileira. Então, de repente, a gente encontrar aqui o Legislativo, o Ministério Público, a academia, a sociedade civil, o Executivo nesse esforço de debater e buscar alternativas é exatamente o que nós precisamos neste País para ter condições de reverter esse passivo, colocado muito bem aqui pelo Denildo, pelo Sr. Ventura.

É sempre bom lembrar que a institucionalização da luta contra o racismo e da luta pela promoção da igualdade racial no Brasil é muito recente. A despeito da Constituição, a gente sempre tem que lembrar que temos aí basicamente 10 anos de criação de um ministério voltado para isso, de criação de normativos legais para a questão da regularização fundiária do território quilombola. E é sempre bom lembrar esse atraso com que o Estado passou a nos enxergar. Você tem a política indígena, embora problemática, como o Dr. Le-

andro colocou, institucionalizada há quase um século; você tem a política voltada para a questão da reforma agrária, que, com todas as limitações e dificuldades, praticamente ganha uma nova força com o processo de democratização do País, e a pauta da questão racial, que o Estado brasileiro sempre fez questão de negar, que está sendo institucionalizada e construída. Não somos ingênuos: nós sabemos que, dentro de um Governo de coalizão como o nosso, existem forças, não só do Legislativo, mas também do Executivo, contrárias ao avanço das políticas de promoção de igualdade racial e das políticas voltadas para a comunidade quilombola.

A dívida é muito grande. Acho importantíssimo que o movimento social quilombola, o movimento negro se fortaleça cada vez mais, porque o Estado caminha à medida que é empurrado. Nós tivemos uma preocupação muito grande este ano em ver como contribuir para o fortalecimento institucional das organizações quilombolas, das organizações de terreiro.

Esse Governo passa, nós podemos nem estar aí amanhã, mas o movimento social tem que estar preparado para dar sequência ao embate, que foi uma preocupação muito grande que a gente teve: o edital da Seppir, este ano, que foi voltado para quilombolas; um acordo com a Ecid, que possibilitou trabalhar formação de juventude quilombola. Vamos ter, no final do ano, uma atividade para 70 lideranças jovens. Ao mesmo tempo, a gente tem a Conac articulando o I Encontro de Jovens Quilombolas, porque obviamente há que se preparar para o que vem pela frente.

Como foi dito, a violência incidente sobre as comunidades tem aumentado muito. Hoje eu digo o seguinte: basta uma comunidade se autoidentificar para que a violência sobre ela comece a incidir de maneira maior, porque, a partir do momento em que ela se autoidentifica, o grileiro, ou seja lá quem for, diz: "Bom, aqui ou eu vou agir já ou, então, esse território vai ser quilombola". É quilombola, e ele não quer, obviamente, que seja reconhecido.

Não temos dúvidas das limitações do trabalho que realizamos. Não temos dúvidas de que o Ministério, da dimensão que é a Seppir, um ministério minúsculo comparado com qualquer outro na Esplanada, cuja tarefa é coordenar o conjunto das políticas públicas. Entretanto, aquilo que o professor colocou a gente sabe ser verdadeiro, que é o racismo institucional, que permeia as instituições no País, que permeia todos os entes federativos. Daí a dificuldade que a Ministra colocou, por exemplo, de muitas vezes você ter verba para executar uma obra na comunidade e você não conseguir que o governo estadual, que o governo municipal faça a parte dele na relação federativa com o Governo Federal. E a gente o tempo todo lutando para que as coisas caminhem.

Eu queria, rapidamente, até porque não há ninguém do Incra aqui, Dr. Leandro, dizer que sabemos as limitações imensas do Incra. Sabemos que o Incra herdou essa pauta quilombola, mas não veio acompanhado de uma estruturação adequada para esse trabalho. Quero dizer do esforço, em 2011, da nossa companheira Gilvânia, que coordena a cota quilombola no Incra, para garantir a execução total do orçamento, que era minúsculo e foi executado até o último centavo. E eu estive há poucos dias com o Guedes, o atual Presidente do Incra, e ele me dizia que esse valor que eles têm estariam empenhando, todo ele, antes do final de novembro.

Então, a gente torce para que o Incra consiga executar. O orçamento é pequeno, sim. Na questão dos RTIDs, que a gente sabe que é uma peça essencial, para dar sequência à questão e titulação dos RTIDs contratados, terceirizados, o Incra perdeu grande parte da verba que seria para pagar esses RTIDs, que foi contingenciada. A Seppir, no seu orçamento minúsculo, conseguiu juntar, aqui e acolá, e repassar R$1,02 milhão para o Incra poder fazer frente a esse passivo – é um valor minúsculo, a gente sabe que R$1,02 milhão não é...

Então, eu acho que é importante, sim, a gente continuar vendo essa questão do orçamento, e o Edenildo colocou aqui que é seriíssimo você ter R$230 milhões até o final do PPA 2015, quando o passivo hoje, para regularizar as comunidades que já estão encaminhadas, não é menor do que R$300 milhões – eu não tenho o valor exato, Alexandro, mas não é menor que R$300 milhões –, só as comunidades que já estão em condições de serem desentrosadas, de indenizar os proprietários e assim por diante. Aí, até 2015, há esse valor.

Então, há, sim, um problema de orçamento, que tem que ser discutido, pensado, atacado, não tenham dúvida sobre isso.

Sei que tenho que encerrar. Mas há algumas considerações que a gente deveria comentar rapidamente. Não há dúvida de que há uma falsa contradição quando ICMbio, Ibama, Ministério do Meio Ambiente acham que comunidade tradicional e preservação ambiental não combinam. Essa é uma discussão que estamos tendo e em relação a qual estamos caminhando até muito bem. O ICMbio meio que reconheceu essas questões e está com a gente, com a Palmares, com o MDA na construção do plano quilombo sustentável, um plano que vai inserir a pauta quilombola numa série de direitos que já são garantidos às comunidades indígenas e que vai nos possibilitar também garantir que haja um plano de manejo para a comunidade titulada, que está à própria sorte. Imagino que esse plano deve ser lançado agora em novembro – pelo menos estamos negociando para isso.

A preocupação imensa em relação aos impostos que têm sobrecarregado as comunidades quilombolas é uma discussão também que a gente está fazendo dentro do Governo. Recebemos, com muita alegria, o chamado do Ministério Público para dialogar sobre isso, porque essa medida nos ajuda na negociação interna do Governo também. Já há um projeto de lei que está em tramitação no Congresso, e a gente já procurou o parlamentar – não me lembro quem, o Artur está aqui e depois ele pode dar essa informação –, a gente já propôs a alteração que garantirá a isenção para as comunidades quilombolas. Ele aceitou essa alteração e agora é questão de a gente contar com o Senador Paim, sempre dedicado, e outros para a gente tentar acelerar a aprovação desse projeto de lei – vou pedir ao Artur que depois passe qual é o projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Quero só dizer que, se eu abrir a palavra, meia dúzia gostaria de falar, o que, eu entendo, é legítimo.

Peço àqueles que me pediram a palavra, como, por exemplo, o Alex Paniago, que é colaborador de São Paulo e que eu atendo depois, que me passem as informações. Tanto o Alex como o... Ok?

A SRª SILVANY EUCLENIO SILVA – Vou encerrar porque as questões que a gente tem aqui levariam dias. Acho que a gente tem, sim, que acelerar a discussão sobre essa contradição interna de um Estado que garante a terra quilombola, mas que, muitas vezes, não segue os procedimentos que deve seguir no processo dos seus grandes empreendimentos. É algo que tem, sim, que ser discutido: a contradição entre segurança nacional, comunidade tradicional também, que é grande. Então, é muita coisa. Eu acho que é a questão sobre a qual o Denildo falou, Senador: devemos discutir isso o ano inteiro para termos condições de avançar no processo.

Agradeço muito e parabenizo mais uma vez o Senador por estar sempre comprometido, sempre na luta dos nossos direitos. Chamo, Senador, tanto o Legislativo como o Ministério Público para nos ajudar no processo de discussão de outro problema que tem incidido violentamente sobre a população negra, que é o problema do desrespeito à ancestralidade africana no Brasil, que a gente chama de intolerância – não chamo porque não quero ser tolerada. O crescendo dessa violência precisa de uma atenção especial. E, aí, já aproveito, porque vamos fazer um ato público em novembro – não tenho a data ainda, mas vai ser aqui, nesta Casa –, para mobilizá-los também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Já fizemos duas audiências públicas com esse objetivo, mas vamos estar juntos no próximo.

A SRª SILVANY EUCLENIO SILVA – Este foi um ano em que o grau de violência sobre essas comunidades chegou a um nível exacerbado de invasão de casas, de assassinatos, de destruição de patrimônio. E acho que temos que agir já, porque não dá!

Agradeço muito e nos colocamos à disposição para a continuidade do diálogo.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Essa foi a Drª Silvany Euclenio, Secretária de Políticas para Comunidades Tradicionais da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial – Seppir.

Faremos todos os encaminhamentos da forma que foi anunciada, a partir das anotações que a assessoria já fez, mas vamos ter que encerrar esta primeira parte da reunião de hoje porque, agora, vou entrar numa segunda parte.

Então, os meus convidados estão todos liberados. Agradeço a todos. Acho que foi uma audiência rica, que contribuiu muito para se falar a verdade da situação do povo quilombola. É isso que tenho visto na caminhada que tenho feito pelo Rio Grande do Sul e pelo Brasil: é uma situação de fato muito, muito preocupante.

Por isso, o debate é esse mesmo. Vamos nos somar para buscar soluções.

Está encerrada esta primeira parte. Meus convidados estão liberados, e vou para uma segunda parte.

Segunda parte, deliberativa.

ITEM 1:

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 129, DE 2012

Requeiro a realização de audiência pública para debater "o fim do Fator Previdenciário, o aumento real aos aposentados e pensionistas, a desoneração da folha de pagamento e a decadência do direito à revisão de benefício previdenciário".

Autoria do Projeto: Senador Paulo Paim.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 2

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 130, DE 2012

Requeiro a realização de audiência pública para debater "o sistema prisional brasileiro, na linha dos direitos humanos".

Autoria do Projeto: Senador Paulo Paim.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos à votação.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Item 3, extrapauta:

ITEM EXTRAPAUTA

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 131, DE 2012

Requeiro, nos termos do art. 90, inc. XIII, combinado com o art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa desta Comissão de Direitos Humanos e Cidadania na Cidade de Iguatemi, Estado do Mato Grosso do Sul, com a finalidade de averiguar a situação vivida pelos índios da etnia Guarani-Kaiowá, que se encontram resistindo à ameaça de expulsão do território que ocupam tradicionalmente naquele município.

Autoria do Projeto: Senador Randolfe Rodrigues.

Este requerimento é fruto de uma audiência pública.

Aqueles que concordam com o extrapauta permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

Em discussão a matéria. (*Pausa*.)

Aqueles que querem discutir se posicionem.

Não havendo quem queira discutir, vamos, então, à votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

O Senador Cristovam Buarque pediu também que eu colocasse em votação – e eu assumo o requerimento e assinarei pela não presença dele – para discutir a questão da exploração sexual de crianças desde 8, 9, 10, 11 anos, enfim, a nossa adolescência, conforme matéria publicada recentemente pela imprensa brasileira.

Quem concorda com esse requerimento extrapauta permaneça como se encontra. (*Pausa*.)

Aprovado.

Em discussão o tema "Exploração de Criança e Adolescente". Aqueles que querem discutir a matéria se posicionem. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, vamos à votação.

Aqueles que concordam com o teor do requerimento assinado por este Presidente e pelo Senador Cristovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

(É o seguinte o requerimento aprovado*:*

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 132, de 2012

Requeiro a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa CDH, destinada a debater a exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil.

Autoria do Projeto: Senador Cristovam Buarque.)

Muito obrigado a todos.

Os encaminhamentos serão feitos de acordo com os procedimentos que aqui foram formulados pelos painelistas e acatados por esta Comissão.

Está encerrada a reunião do dia de hoje.

ATA DA 62ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 6 DE NOVEMBRO DE 2012, TERÇA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, SALA 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e um minuto do dia seis de novembro de dois mil e doze, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência do Senador (**Paulo Paim**), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Comparecem os senhores Senadores **Lídice da Mata, Paulo Paim, Magno Malta e João Costa.** Deixam de comparecer os demais senhores Senadores e Senadoras. O senhor Presidente declara aberta a presente reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte **Pauta. Item Único. Audiência Pública nos termos do Requerimento nº 115, de 2012 – CDH**, aprovado em 18/10/2012, de autoria do Senador Paulo Paim, "para debater as atitudes suspeitas de juízes em processos relâmpagos de adoção de crianças, conforme matéria veiculada no programa "Fantástico", da Rede Globo, em 14/10/2012". Convidados: Sandra Amaral, Presidente do Grupo de Apoio a Adoção de Volta para Casa; Edilson Teodoro, Advogado; Fabiana Gadelha, Membro do Grupo de Apoio a Adoção Aconchego de Brasília; Janete Aparecida Silva Oliveira, Grupo de Apoio a Adoção de Volta para Casa; Maria José Coelho Rios, Avó Adotiva; Carlos José e Silva Fortes, Promotor de Justiça da Curadoria da Infância e da Juventude em Divinópolis; Juliene Fátima Alves, mãe adotante de Passos – MG. O senhor Senador Magno Malta sugere a criação de uma comissão

para reestudar a Lei de adoção. O Senhor Presidente acata a sugestão e informa que irá debater a questão com a finalidade de reestudar alterações na Lei de adoção. Fazem uso da palavra os senhores Senadores **Paulo Paim, Magno Malta, João Costa**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quinze minutos, lavrando eu, ***Altair Gonçalves Soares***, Secretário da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim,** Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental 62ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, e a coloco em votação.

Aqueles que a aprovam, queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Nos termos do Requerimento nº 115/2012, aqui da CDH, aprovado em 18/10/2012, de autoria deste Senador e de outros, para debater atitudes suspeitas de juízes em processos relâmpagos de adoção de crianças, conforme matéria vinculada no programa Fantástico.

Foram convidados Sandra Amaral, Presidente do Grupo de Apoio a Adoção de Volta para Casa; Edilson Teodoro, Advogado; Fabiana Gadelha, Membro do Grupo de Apoio a Adoção Aconchego de Brasília; Carlos José e Silva Fortes, Promotor de Justiça – Curadoria da Infância e da Juventude em Divinópolis; Janete Aparecida Silva Oliveira, do Grupo de Apoio a Adoção de Volta para Casa; e Maria José Coelho Rios, avó adotiva.

Antes de montar a Mesa para começarmos a dialogar sobre o tema, nós temos um vídeo, que vamos passar, e vamos fazer uma pequena introdução para situar as pessoas que estão nos assistindo pela Internet e pelos canais de 02 a 06, TV digital 51.03, em Rádio Senador e Internet.

Enfim, hoje aqui na Comissão de Direitos Humanos vamos debater as atitudes suspeitas de juízes em processos relâmpagos de adoção de crianças, conforme matéria veiculada no programa Fantástico, em 14/10/2012.

A reportagem que vocês verão daqui a pouco denuncia a adoção irregular de cinco crianças, todas pertencentes a mesma família do sertão baiano.

As crianças foram adotadas por indivíduos que moram no Estado de São Paulo, em curtíssimo espaço de tempo, fugindo aos padrões até então considerados referenciais.

Os pais adotantes não teriam seguido, conforme mostra a reportagem, os trâmites legais do processo de adoção. E o pior, durante o processo de adoção não teria havido o consentimento dos pais biológicos das cinco crianças.

O processo de adoção no Brasil envolve regras básicas. Um dos pré-requisitos ao interessado, com idade igual ou superior a 18 anos, é encaminhar-se a uma Vara da Infância e Juventude e preencher um cadastro com informações e documentos pessoais, antecedentes criminais e judiciais. Depois de colhidas as informações e os dados relativos ao pretendente pela adoção, o juiz analisa o pedido e verifica se os pré-requisitos para a adoção da criança foram atendidos ou não.

A partir daí, os candidatos em potencial a assumirem a paternidade das crianças serão convocados pelo Juizado da Infância, de acordo com a ordem de classificação na pré-seleção e o perfil do adotado.

O prazo razoável para o processo de adoção de uma criança – por informações que nos chegam – é de um ano. Se os pais biológicos concordam com a adoção, o trâmite é mais rápido. Ao contrário, se o processo é considerado contencioso, há mais burocracia.

Adotar é algo louvável, admirável. Mas, durante o processo de adoção não pode haver, jamais, irregularidades e atos que violem os direitos humanos, não só dos adotantes como dos adotados.

Hoje, aqui na Comissão de Direitos Humanos, vamos debater essa questão.

Eu peço à assessoria que passe o vídeo, e depois do vídeo montamos a Mesa e vamos ao debate.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Uma das assessoras aqui do Congresso me disse que, neste mesmo momento, está abrindo lá no Petrônio Portella a 5ª Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz, infância e paz. Acho que, se nós tivéssemos feito um trabalho integrado, teria sido uma maravilha. Inclusive estão pedindo que eu vá até lá. Mas, como não há como ir até lá, vamos ter que... Quem sabe mais tarde eu passo lá. Eu agradeço o convite.

Vamos começar chamando à mesa a Sandra Amaral, que é Presidente do Grupo de Apoio à Adoção "De Volta pra Casa", e o Edilson Teodoro, que é advogado. Serão os dois primeiros que farão uso da palavra. Depois, na sequência, vamos montando, para que outros também possam usar da palavra.

Neste momento, nós começaremos com a Sandra, que já esteve conosco num outro momento discutindo este tema. É presidente, repito, do Grupo de Apoio à Adoção de Volta para Casa. E, em seguida, fala o Dr. Edilson Teodoro, que é advogado e especialista também nessa área.

Sandra com a palavra.

A SRª SANDRA AMARAL – Bom dia, Senador Paim.

Agradeço pela oportunidade. Nós dos grupos de apoio à adoção estamos indignados – não só nós, como todo o Brasil –, porque já é um crime concluído, só faltam as punições. Espero que não acabe em *pizza* e que o pobre, só porque é pobre... Ele ama o filho. Nós temos funcionários em Minas, da Bahia, que, por miséria... Mas são pessoas idôneas, honestas, um casal sofrido. Agora, o senhor imagina depois de um ano para esse casal chegar aqui, se há pessoas muito mais instruídas, com condições financeiras e nem conseguem isso.

Então, o tanto que esse casal sofreu e aquela advogada ainda falando: "Será que é o melhor para a criança?" ou será que é o melhor para ela ou para os outros as crianças ficarem onde estão? Porque o primeiro lugar é a família biológica, a adoção é o último lugar. E os grupos de apoio à adoção, Senador Paim, lutam. Nós já pegamos o último estágio, quando não há mais jeito. Então, a gente já luta por aquilo que não tem mais volta, que não tem mais recurso. Nós ficamos muito indignadas, porque com tanta criança para ser adotada, com os abrigos lotados, eles terem que ir lá roubar filhos de pobre, que são amados, que são desejados. A dor daquele casal passa para a gente com muita força. Eu acho que se o próprio juiz já disse da criminalidade – e o Senador Magno sempre falou das denúncias aqui de tráfico de crianças, de tráfico de órgãos – eu acho que não há nem mais o que pensar. Isso é um caso que, para mim, para nós dos grupos de apoio à adoção, para a ANGAAD, para a Drª Bárbara, já é um caso isolado, resolvido, no qual só falta punir as pessoas, que devem ser muitas, que estão nessa rede, e devolver as crianças sim, porque elas têm pai, elas têm mãe, elas não foram tiradas por nenhum dos motivos pelos quais são tiradas as crianças: por um abuso emocional, por um abuso físico, por um abandono, maus-tratos, ou por colocar as crianças no trabalho infantil. Esses são os motivos. Então, não há nenhum motivo, já está provado que é um crime, só falta punir.

A gente quer aproveitar esta reunião, esta audiência, que é de suma importância, para falar daqueles meninos que estão lá esquecidos, varridos para debaixo de um tapete. Para que roubar, se os abrigos estão cheios de crianças para serem adotadas? Se você chega... Não estou vendo ninguém da Frente Parlamentar aqui da qual participei com os Senadores Aécio e Lindbergh. Depois de uma audiência no Rio, nós fomos a um abrigo. Foi maravilhoso, eles viram aquilo que a gente vê todos os dias, os meninos agarravam na calça do Senador Lindbergh pedindo que os levassem para casa: "O senhor veio arrumar uma família para mim?" Os Senadores choraram, isso é o que a gente vive todos os dias, que a gente vê todos os dias. Tirar uma criança de um casal à força é crime, não tem que esperar mais nada, já é um caso totalmente definido e vergonhoso. Só por que é um juiz não se pode fazer nada com ele? Eu sinto nojo, eu sinto vergonha de uma lei tão fraca, tão suja de pessoa que estudou, que tinha que estar lá para defender a criança e a coloca em último lugar. O casal adotante também é muito importante, porque, sem ele, as crianças não vão ter famílias, mas aquele casal que está cadastrado, que está habilitado. Os grupos lutaram tanto para que houvesse essa habilitação, para que houvesse esse curso, que está atrapalhando, porque muitas cidades do interior, Senador, não sabem nem como fazer o curso, demoram a fazer o curso, está atrasando mais a adoção. Nosso grupo não tem suporte, Minas ainda está fraca nos grupos de adoção. Lançamos um agora em Santa Luzia, que não dá conta do preparo. As equipes técnicas não têm também tanto preparo quanto os grupos, porque nós investimos muito, nós corremos atrás e acho que eles tinham que ter uma preparação maior ainda, porque estão lidando com vidas. E essas crianças, como não dão dinheiro, como não dão nada, ficam muito esquecidas. Se se faz outra audiência, as salas lotam. Se se vai falar de adoção, não, porque adoção tem que estar dentro do nosso coração; não é qualquer pessoa que vai adotar. Não se pode pedir ninguém para adotar uma criança e, quando ela deseja adotar uma criança, os grupos fazem uma adoção, preparam o casal para fazer uma adoção legal, segura e para sempre.

Então, essas adoções, e essas adoções necessárias, precisam ser preparadas por alguém, mas alguém que tenha capacidade, não só técnica, mas emocional, que esteja voltada, que tenha amor em seu coração, que resolvam. E que os juízes que estão ali não tenham medo de mudar uma história, porque aquelas crianças que já foram para o abrigo já chegaram, pelo menos deveriam já ter passado por todos os estágios necessários. Se chegaram até o abrigo, e abrigo tem que ser o mais rápido possível, coisa que não está acontecendo, nem com a mudança da nova lei, Senador. A Angaad está cheia de denúncias: lugares que dão seis meses, promotores que não vão aos abrigos, porque têm de ir lá de 3 em 3 meses e não

estão indo, não estão conhecendo as histórias. Daí, completou 2 anos, que não podia ficar mais no abrigo, o que acontece em alguns lugares? O aperto é tanto, porque ficou esquecido de novo – ah, então, vamos dar uma chance para a família –, volta para, depois, essa família voltar para o abrigo, começando tudo de novo.

Então, são coisas graves que têm de ser verificadas, que a gente está cansada de gritar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Drª Sandra, eu a deixaria falar, mas a senhora usou um termo aí que eu acabei percebendo... Exatamente, vou pegar uma frase que a senhora soltou, assim, de forma tranquila. As audiências aqui normalmente são lotadas. Veja bem. Olha a frase que a senhora usou, porque conhece o tema: "Mas, quando vai tratar de adoção, parece que são os filhos que ninguém..." Ninguém tem nada a ver, e nós fizemos convites...

A SRª SANDRA AMARAL – Muitos convites...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Do tema adoção parece que ninguém quer saber. Quer dizer, nós usamos o brilhante trabalho feito aqui pela TV, pelo programa Fantástico, e hoje tínhamos a impressão de que pela grandeza do tema... São os filhos do Brasil, que estão lá, na verdade, sem pai e sem mãe. É claro, tiveram pai biológico, mas, no momento, estão sem pai e sem mãe. E convidamos muita gente, posso passar toda a relação aqui. A maioria não veio: "Não, é um tema que não me interessa".

Por isso, meus cumprimentos a vocês. Sei que vieram lá de Minas, para discutir esse tema, pela importância desse tema. Porque são, na verdade, os nossos filhos.

A SRª SANDRA AMARAL – Os nossos filhos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – E alguns não se sensibilizam: "Ah, eu não posso, eu não posso, eu não posso, eu não posso". Eu fiquei perplexo quando vi a forma como os filhos foram roubados, eu diria, de casa e, muitas vezes, são vendidos até para o tráfico de órgãos. Crianças. E é um tema sobre o qual o Congresso tem que se debruçar, terá que debater e tem que discutir. É tão grave quanto a exploração sexual de adolescentes, de mulheres, enfim, todo esse sistema que nós aqui enfrentamos, debatemos, trabalho escravo, todas as áreas, mas parece que os filhos do Brasil, que estão jogados ao vento e ao tempo; parece que não querem olhar, parte da sociedade não quer olhar.

Então, parabéns a vocês pelo trabalho que vêm fazendo.

A SRª SANDRA AMARAL – Muito obrigada.

E a gente fica muito triste com isso porque o descaso é muito grande, principalmente dos atores responsáveis, que podiam fazer isso. Esse curso, que é preparatório, que parece ser cansativo ou não, mas é essencial, porque a adoção é uma coisa muito séria. É necessário planejar para adotar, como qualquer outra coisa na vida.

Senador Paim, quando chega um casal ao grupo e que me procura, eles vão ao grupo de adoção como o último lugar a que se vai. Eles procuram primeiro de todas as formas ter o filho biológico. Então, quando chegam, eles já vão afoitos, porque já tentaram de tudo. Aquilo ali é a última, já vão com aquela euforia. Com o despreparo, eles chegam ao foro, pedem o perfil de uma criança parecida com eles, porque é normal. Ele não está preparado, não sabe o que é adoção; ele está procurando. Ele acha que vai ser alguém igual a ele. Ele não conhece a realidade daquelas crianças que estão lá precisando de um pai e de uma mãe, e nem o que é uma adoção. É esse o trabalho que os grupos fazem, de mostrar que a adoção é você investir a sua vida na vida de outra pessoa, sem querer nada em troca, nada.

Muita gente fala que o filho é ingrato. A ingratidão é um sentimento do ser humano, adotado ou não. Eu até sou uma filha biológica adotada, porque os meus pais biológicos me adotaram; eles me amaram, cuidaram de mim. Isso é uma adoção. Eu sou uma filha biológica adotada pelos meus pais.

E há um problema mais grave que a maioria dos juízes nega: que o abrigo seja visitado. A maioria, se o senhor perguntar, não entra em abrigo.

Por que será que não pode entrar? O que tem lá que ninguém pode ver? Denúncias? São muitas. Nós temos um filme aqui gravíssimo, que o Altair sabe, de abrigo, contando o que fazem com as crianças dentro do abrigo, com a cara limpa, nomes – pesado, muito pesado. Passamos para o Magno, que quer fazer uma CPI dos maus-tratos. Gravíssimo, de onde vão sair coisas assim que só a gente que já está lá é que está sabendo o que está acontecendo.

Fico triste com isso que o senhor está vendo, porque isso aqui é uma emoção muito grande. Falo que o pai adotivo não é melhor do que ninguém, mas somos diferentes, porque temos um dom maior de amar ao outro tanto quanto aos nossos. E esse dom de amar o outro não é fácil; é o maior dom da lei de Deus. Então, ele não nos torna melhor do que ninguém, mas nos torna diferentes de muita gente. Talvez seja por isso que muita gente não vai, porque não tem esse dom de amar, esse dom de se dar sem nada em troca. Hoje tudo é trocado, para tudo o que você vai fazer é perguntado: o que será que ela está ganhando com aquilo?

Então a gente sente vergonha.

Esse caso, Senador Paim, acho que é caso claro de punição de roubo. Não tem o que definir. Acho que

o maior importante é definir aqueles que estão lá dentro, presos, que agarram na roupa da gente e falam: "Tia Sandra, você já arrumou uma família para mim?" Porque a busca ativa é importantíssima.

O nosso grupo fez um encontro de uma criança que tinha problemas neurológicos graves – o próprio promotor ligou para o grupo de adoção pedindo que a gente encontrasse uma família para essa criança, de dois anos e meio – de tanta droga que a mãe dava para ele; a mãe dava *crack* para o bebê. Eu também não sabia que só de inalar a criança já ficava com problemas neurológicos. Essa criança foi adotada e está bem, está super bem. Esse promotor sempre está nos agradecendo e esse casal que adotou o Artur está sempre mandando foto, mandando tudo do Artur.

Tudo isso faz com que a gente fique muito feliz e veja que está no caminho.

Mais ainda feliz eu fico com o senhor, por ser um ser humano tão sensível, como nem todas as pessoas que ocupam esse lugar que o senhor está e que é um lugar privilegiado, um lugar escolhido para defender a gente, defender os meninos que estão lá, varridos, esquecidos debaixo de um tapete.

Se todo juiz e todo promotor tivessem noção do poder deles e de onde Deus os colocou, para que fossem justos e humanos... Eu acho também que a infância deveria ter um juiz só para essa área e profissionais realmente comprometidos, porque para fazer carreira ou simplesmente estar lá...! Não. Ou bandido nesse lugar? Não. São vidas. Os grupos de adoção convidam esse pessoal para que morem no abrigo, não seis meses, dois anos, mas pelo menos um dia, que viva na pele dessas pessoas.

Quero agradecer a oportunidade de falar o que a Angaad – Associação Nacional dos Grupos de Apoio à Adoção pensa, o que nós dos grupos de adoção pensamos: que esse é um caso resolvido, definido, de punição rápida por esses atores que fizeram um crime desse e que pensem mais nas crianças que estão lá, para ajudar e facilitar, porque pais para adotar têm muitos, tem muito casal esperando, até mais do que criança, e que não venha com esse discurso de loirinho, de olhos azuis, porque a gente está cansado disso. Isso é coisa de quem não resolve e fica arrumando uma desculpa.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem! Drª Sandra Amaral, Presidente do Grupo de Apoio a Adoção de Volta para Casa.

Apenas eu gostaria de informar que há uma lista de 18 convidados para falar sobre o tema, e poucos foram aqueles que aceitaram; a Drª Sandra Amaral, que está aqui, o Dr. Edilson Teodoro, Advogado...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ah, muito bem! Então, eu queria convidar a Drª Fabiana Gadelha para a Mesa, membro do Grupo de Apoio a Adoção Aconchego de Brasília.

Depois, na outra Mesa, teremos então a Janete Aparecida Silva Oliveira, do Grupo de Apoio a Adoção de Volta para Casa, e Maria José Coelho Rios, avó adotiva.

Então, neste momento, passamos a palavra de imediato – obrigado, doutora, por ter vindo – ao Advogado Edilson Teodoro.

O SR. EDILSON TEODORO – Meu bom dia a todos. Eu queria cumprimentar o Senador Paulo Paim pela atuação nesse projeto dessas pequenas pessoas, desses pequenos seres humanos que dependem de um Deus aqui na terra para acompanhá-los, dirigi-los para que alimentem o sonho de um dia terem uma vida melhor.

Eu já participei desta Comissão por uma vez e nessa minha participação eu relatei sobre a necessidade de uma fiscalização maior em torno dos abrigos, porque haviam crianças ali e muitas das vezes alguns abrigos estariam com interesses financeiros de se manterem e as crianças permanecerem naquele abrigo sem isso adiantar o processo de adoção.

Fiquei decepcionado com essa reportagem e indignado por existirem profissionais que não são humanos, profissionais que talvez se dirigem por um livro, por um código, por uma carreira, por qualquer motivo, menos aquele motivo de que qualquer juiz, qualquer bacharel em Direito, qualquer advogado que, quando se forma numa faculdade, faz a promessa e o juramento de lutar por uma justiça.

Infelizmente, muitos desses que prometem fazem da boca para fora, como diz o ditado popular; e poucos se honram em vestir-se dessa promessa e estar aqui hoje, como o Senador está, lutando por essas pessoas que precisam de um Deus aqui na terra.

Eu comentar sobre a atitude desse juiz seria um desperdício da atitude profissional, porque, pelo que foi demonstrado, o processo foi um processo sumário, sem precedentes, sem técnica, sem lógica, sem rumo, sem norte, sem nada. Acho que tudo que acontece em nossas carreiras jurídicas a gente tem que tentar administrar de forma que não possa acontecer e assegurar a outras pessoas.

Por isso, a nova Lei de Adoção, no seu art. 1, §1º:

Art. 1º. Esta Lei dispõe sobre...

§1º. A intervenção estatal, em observância ao disposto no caput do art. 226 da Constituição Federal, será prioritariamente voltada à orientação, apoio e promoção social da família natural, junto à qual a

criança e o adolescente devem permanecer, ressalvada absoluta impossibilidade, demonstrada por decisão judicial fundamentada.

O que não houve.

Então, esse mecanismo da lei que se tem de uma guarda provisória, que o juiz pode lançar mão disso, eu vou conceder a guarda provisória, para uma pessoa, de uma criança que não foi institucionalizada, da qual o pátrio poder não foi destituído, que a família, segundo aqui o art. 1º e o §1º da nova Lei de Adoção, Lei 12.010, esse mecanismo tem que ser cercado, tem que ser cerceado para que nenhum juiz se utilize desse mecanismo para prejudicar, como foi o caso ocorrido em Monte Santo, na Bahia.

Eu tenho aqui um comentário de lei do Ministério Público de Goiás, que fala que:

Observamos atualmente que o Ministério Público em geral tem sido omisso no dever de ajuizar ações de destituição do poder familiar, deixando tal encargo à própria família interessada na adoção. A função do promotor deveria, cumprindo o princípio da prioridade absoluta, ser a de identificar os casos de crianças e adolescentes que vivem risco social, buscar, primeiramente, mecanismos de fomentar políticas de apoio à conveniência familiar, e, em segundo lugar, ajuizar ação de destituição familiar. E após o trânsito da decisão favorável, bastaria à família de adotantes ajuizar ação de adoção.

Então, lá em Monte Santo, o Ministério Público fomentou políticas para que não acontecesse esse tipo de ação, de famílias sujeitas à perda de seus filhos?

A sugestão está na lei, mas que não combina com a fórmula atual de justiça. Ao meu entender, nenhuma criança poderia ser dada a guarda provisória de uma faixa etária, sem a sua destituição do pátrio poder, porque na destituição do pátrio poder existe a presença do Ministério Público, do curador, da família, de todos que possam intervir e fundamentar a decisão naquela sentença desse processo. E nesse processo, até mesmo por questão de economia. Porque o Sr. Senador teve informação, aqui, da duração de um processo de adoção em torno de um ano. Eu, na prática, como advogado, tenho conhecimento de processo de 12 anos, de 8 anos. Então, muitos pais adotivos vivem naquela angústia, mesmo sabendo que a criança foi dada a guarda provisória, que não tem condição nenhuma dessa pessoa voltar à família biológica, mas ele fica naquela angústia, ele sofre tanto e tanto tempo que dure esse processo. Afasta muitas pessoas que têm condições, que têm vontade de ser pai adotivo, de entrar nesse processo tão prolongado.

Esse mecanismo que está dentro da lei, que deveria fazer-se valer da destituição do pátrio poder para facilitar o processo de adoção, não está sendo cumprido. Pode fiscalizar os abrigos hoje. Crianças que vão para lá com 2, com 4, com 6 anos de idade ficam ali paralisadas, e o Ministério Público não toma a providência de fazer a destituição do pátrio poder. E aí vem a família, para depois enfrentar a família biológica, dentro do próprio processo, o pedido de destituição, para que ele conseguisse um pai adotivo.

Volto a dizer o que eu já disse nesta Comissão: precisamos de fiscalização, precisamos alterar, precisamos fazer essa destituição para que dê segurança, facilite os processos de adoção.

Com relação...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Permita-me, doutor. Quem quiser perguntar ou interagir pode interagir, para a gente perceber a gravidade da situação em que estão as crianças, eu diria, praticamente abandonadas.

V. Exª falava da atitude suspeita de juízes em processos relâmpagos de adoção de crianças. Então, por um lado – veja a gravidade da situação das crianças –, processos relâmpagos, em que os filhos são praticamente sequestrados dos pais, acontecem em meses, enquanto que o processo legal demora 12, 10 anos, como o senhor coloca muito bem aqui. Quero cumprimentá-lo até pela denúncia.

Um casal que está habilitado e que cumpriu todo o ritual, espera dez, doze anos, pelo outro lado a gente vê esta questão absurda de crianças praticamente sequestradas dos pais, e alguém leva embora de casa e não se sabe para quê.

O SR. EDILSON TEODORO – Eu ponderei aqui sobre a fiscalização. Esses processos de adoção são feitos na confiança da capacidade do juiz, da fiscalização do Ministério Público, e depois são arquivados. A gente não sabe a dimensão do problema que possa haver em cima do exemplo dessa reportagem, desse fato acontecido lá em Monte Santo. Quantos processos que possam ter acontecido, terem tido o mesmo caminho que teve esse, estão ali arquivados, até que se arrume um mecanismo para essa fiscalização para sempre. Então, esconderam a história, furtaram-se da verdade, do caminho correto, sem essa fiscalização, sem essa ponderação.

Então, esse norte da destituição é porque na destituição existe uma participação maior, existe uma fiscalização maior que impede esse ato simples. É como se fosse uma liminar, um caráter, uma decisão que vai ser tomada ali. Eu não poderia usar como exemplo, mas uma medida provisória do Governo, um ato, e faz aquilo de momento, sem que as coisas sejam discutidas, fundamentadas, seguras, com relação a isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Esse foi o Dr. Edilson Teodoro, advogado, que tem experiência de muitos anos nessa área, condenando o que eu chamaria o sequestro-relâmpago de crianças, mas, ao mesmo tempo, também dizendo que é grave a situação da burocracia. Às vezes demora 12, 13 anos, para que você possa adotar uma criança.

Mas vamos ouvir agora, nessa mesma linha, a Drª Fabiana Gadelha, membro do Grupo de Apoio à Adoção Aconchego, de Brasília.

Doutora, nós estamos debatendo aqui, como eixo – vou ler aqui –, as atitudes suspeitas de juízes em processos relâmpagos de adoção de crianças, conforme matéria veiculada no programa Fantástico, da Rede Globo, em 14/10/2012.

A SRª FABIANA GADELHA – Bom dia. Quero cumprimentar a Mesa, na pessoa do Senador Paulo Paim, que traz a discussão para o Legislativo, para que ela possa realmente ser alicerçada fora da rede de TV e que se tenha uma proposta eficaz de como vamos resolver isso.

A adoção, historicamente, sempre foi um instituto que traz para o filho uma segunda categoria. Então, ao longo do tempo, sempre eram adotadas as crianças que não tinham seus pais, que eram abandonadas, que eram rejeitadas, que eram tidas como espúrias por aqueles pais que queriam adotar – historicamente, a gente tinha essa figura de filho de criação –, até que veio JK e reconheceu esse filho com os mesmos direitos de qualquer outro filho. Veio a Constituição de 1988, junto com o ECA, e estabeleceu esse filho na mesma condição de qualquer filho natural.

O ECA traz na sua essência a preservação da família natural como a prioridade da vida dessa criança. Ele continua trazendo o instituto da adoção como um exceção, ou seja, quando tudo dá errado na vida dessa criança, quando tudo dá errado na vida dessa família, ela vai poder buscar a adoção. Só que a lei não tem o poder de mudar uma realidade, de mudar uma cultura. Por mais que a Lei nº 12.010 tenha sido discutida amplamente, como sabemos que foi, pela sociedade civil, pelo Executivo, pelo Legislativo, não convidou a população para essa realidade.

Há 15 anos, era muito comum se pegar a criança de uma gestante que estava interessada em integrar e homologar aquilo na Justiça. Essa era a forma. As pessoas queriam resolver de pronto o seu problema. Não consigo ter filhos. Logo, quero buscar um filho o mais rápido possível. Mas não se convidava essa gestante para que ela pudesse refletir sobre aquela situação.

A Lei nº 12.010 trouxe uma longa lista de exigência tanto para os postulantes de adoção como para o próprio processo de destituição definindo um marco mínimo de 120 dias para que fosse instaurado e concluído, mas não conseguiu propor reflexão no Judiciário, na sociedade e nas pessoas que estavam envolvidas nessa questão.

Não adianta, então, querermos endemoniar essa situação que acontece na Bahia, porque não é isolada. Não é única. Acontece todos os dias pela cultura do imediatismo, do "eu quero um filho agora; logo, vou ter um filho agora", "não quero uma criança pobre; logo, vou dar uma família de classe média para essa criança pobre". Não posso resolver o problema da pobreza com a adoção.

Não quero julgar as pessoas que estão envolvidas. Todos são culpados. Esse pai, essa mãe, por adoção, que tentaram ter um filho e que buscaram um meio rápido para ter, por que não conseguem buscar um filho na sua comarca, em São Paulo ou no Rio ou em Belém ou em outro lugar? Por que têm que ir para o interior, se aproveitar da situação de miséria em que as pessoas vivem? Por que ainda existe uma miséria capaz de uma mãe... O caso da senhora que perdeu seus filhos foi um caso realmente de sequestro, mas há outra situação em que a senhora entregou o seu filho mediante uma promessa de uma reforma na sua casa. Ela vendeu esse filho. Esse filho não foi tomado dela. Ela entregou.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Concordando com a senhora, esses dias, vi um programa de televisão em que os repórteres filmaram um mãe vendendo um filho, me parece, por meia dúzia de cruzeiros.

A SRª FABIANA GADELHA – Isso. Elas vendem. Genitoras que são usuárias de drogas, é comum que elas vendam por uma trouxa de droga, por uma coisa de comida.

Então, a gente fica muito chocada com uma coisa que sai em um jornal importante de domingo achando que é o fim do mundo, e não é! É a coisa mais comum que tem. Não tenho que endemoniar esse juiz, esse pai por adoção ou aquela intermediadora que comercializou. Foi ela a ponta. Ela que fez com que esses pais fossem até esse juiz. Não sei que motivos levaram esse juiz a efetivar essa adoção. Não sei se na cabeça dele estava a perversidade de quem realmente quer cometer um ilícito ou, então, a vontade de querer que cinco crianças saiam da pobreza no interior da Bahia. Não sei o que se passa na cabeça dele. O que se sabe é que foi um ato ilícito. Ele contrariou as normas legais de adoção. Ele contrariou a fila de adoção – não vem falar de fila, vou falar de cadastro, porque fila quem tem é banco – mas de cadastro.

Aquele perfil... Ninguém tira uma criança de dois meses do braço de uma mãe! Não tem condição. Agora, por que ele fez isso? Não nos cabe tentar endemoniar essas partes e imaginar que, porque aconteceu, ele tem que perder a carreira dele e o Ministério Público tem que ser penalizado. Não adianta penalizar! O que a gente tem é que propor e mostrar para a sociedade como construir uma relação de filiação, como garantir que o melhor interesse da criança seja atendido.

A Lei nº 12.010 veio no sentido de dizer o quê? Que, para você adotar, tem que se habilitar, tem que apresentar documentos, tem que fazer um curso. Esses cursos que são oferecidos pelos grupos de apoio no Brasil inteiro, pelo Judiciário, servem para isso.

É claro que ninguém, quando engravida, tem que fazer um curso de como vou ser mãe e vou ser pai, mas não é seguro, para quem está começando uma relação de filiação de adoção... Para que eu saiba os detalhes, para que eu me sinta empoderado, para que eu possa esperar, para que eu possa refletir sobre uma adoção tardia, uma adoção com deficiência, esse curso serve para isso. Se esses postulantes à adoção tivessem passado pelo curso proposto, não teriam saído de sua comarca para buscar filhos à revelia do que eles queriam. Se esse juiz tivesse consciência de que uma adoção não se faz em um mês, em dois dias, em três dias, que não é retirando o filho de uma situação de pobreza que vou resolver o problema da miséria, não teria feito isso. A gente sabe que a burocracia nos rouba a vida, nos rouba um tempo. Um mês para nós não é nada, mas um mês para uma criança é muito.

Infelizmente, o sistema de Justiça não é preparado para compartilhar responsabilidade. O sistema de Justiça acha que tem que resolver tudo sozinho, dentro do gabinete do juiz, com a equipe técnica do juiz, e que é aquilo pronto e acabou. Não é! Uma lei só vai fazer sentido se a gente convencer o povo de que aquela lei é legítima. Não adianta, infelizmente, somente os Deputados, Senadores, Vereadores que estão legitimados para isso mudarem uma lei. Se o povo não for consciente de que isso é bom para ele, não vai mudar essa cultura.

Então, estamos hoje, no movimento dos direitos humanos e convivência familiar e comunitária, nós, do grupo de apoio, da sociedade civil, os acadêmicos, cada vez mais envolvidos dizendo que a adoção é, sim, possível, é para sempre, mas tem que ser feita de maneira correta. Adoção não é instrumento para tirar filho de pobre. Adoção não é instrumento para que eu possa servir uma família que não possa gerar seus filhos. Adoção é um instrumento para eu buscar uma família para uma criança que não a tem. Tenho que constatar que essa criança não tenha condições de ser criada em sua família, de viver em sua família e, ao mesmo tempo, tenho que agir rápido, porque não posso também ficar cinco anos esperando essa família resolver se quer essa criança ou não. A lei já fala que são 120 dias o prazo para a destituição. Então, tem que ser concluída nesse prazo.

Então, o que propomos, nos cursos – não é, Sandra? – que fazemos, na conscientização desses postulantes de adoção, nas palestras públicas que temos, é que vamos refletir como vai se dar essa convivência familiar e comunitária. Simplesmente, eleger um caso como vilão ou como mártir não vai resolver. Casos como o dessa senhora que perdeu os seus cinco filhos acontecem todos os dias. Casos como o dessa família, dessas quatro famílias...

Imaginem que tem uma bebezinha que, com dois meses, foi retirada do colo de sua mãe e está com essa família. Como vai acontecer? Essa nenê não reconhece sua família natural. Ela foi acostumada, durante um ano da sua vida, a estar em uma família por adoção. "Ah, mas foi uma fraude que levou essa criança para essa família." Tudo bem, e vamos observar a letra da lei ou vamos observar o melhor interesse da criança? Qual é o melhor interesse da criança? É diferente de uma criança de oito anos que passa um ano fora. Ela tem toda uma história. São oito anos de vivência junto a sua família. Por isso, esse novo juiz que assumiu a comarca pediu esse tempo para poder refletir para que ele possa não somente aplicar a lei, mas trabalhar o interesse da criança.

Dentro de todos os trabalhos que os grupos de apoio fazem, acredito que precisamos unir para cuidar, que foi a proposta do Enapa, onde o Judiciário não possa estar sozinho. Ele não dá conta de julgar. Não que outras partes façam o trabalho do Judiciário, mas ele pode compartilhar responsabilidades, pode fazer parcerias com grupos de apoio para que possamos orientar essas pessoas que estão chegando à adoção.

Já recebi, depois desse caso do Fantástico, uma ligação de uma mãe, de uma genitora dizendo que queria entregar um filho para a adoção e que tinha um casal para entregar. "Como eu faço?" Eu falei: "Não, você não vai procurar um casal. Você tem que procurar a Vara da Infância. Você vai tomar todas as medidas para se garantir de que esse casal realmente seja habilitado, seja uma família fidedigna para receber o seu filho." E ela: "Se eu me arrepender, como eu faço?" "Se você se arrepender, você vai ter um tempo, que é o período da destituição do poder familiar, para que você possa reaver essa criança. Mas você tem que refletir, então, reflita agora." Você não vai entregar na Vara da Infância e depois refletir. Não. "Reflita agora, procure a sua família, veja se não recebe apoio." Esse

é o papel de um grupo de apoio à adoção. A gente não quer que aconteça a adoção. A gente quer que essa criança viva em família e que seja uma adoção segura, porque não adianta eu incentivar essa genitora a entregar o seu filho de uma forma legal se depois ela vai se arrepender e reaver essa criança.

Da mesma forma, eu recebi, no escritório da ONG, uma família desesperada por um filho, porque queria muito adotar, porque há dez anos está tentando ter filho e não consegue. Ela disse: "Fabiana, eu já sou habilitada. Como que eu faço? Eu ia ao interior buscar uma criança. E se acontecer comigo o que aconteceu com essa família da Bahia?" Eu falei: "É um risco; é um risco. Então, o que eu lhe aconselho é permaneça na sua comarca. Espere a Justiça da sua comarca fazer o trâmite correto. Você não precisa sair desesperada à busca de uma criança, porque, com certeza, a emoção vai lhe furtar o bom senso e isso pode, às vezes, lhe trazer um prejuízo emocional."

Então, para finalizar, a proposta que nós, grupo de apoio temos, é que se possa criar uma situação, uma metodologia em que os processos de adoção possam ser trabalhados de uma forma compartilhada, não só saindo do gabinete do juiz e indo para o gabinete do Ministério Público e para a sala da equipe técnica de adoção, mas que a gente possa, de alguma forma, compartilhar.

O Cadastro Nacional precisa ser mais transparente. Do jeito que é hoje ele não serve, não atende ao fim que se propôs, que é de pessoas de um Estado procurarem crianças de outro Estado, você não consegue isso, você só tem a indicação da idade e do Estado. "Tá, tem cinco crianças de 5 anos no Estado do Paraná." Tá bom, mas onde? Quando? Como que eu vou buscar? Ele não consegue ser eficaz naquilo que se propõe.

Que a gente faça dessa triste história não um exemplo daquilo que não deve acontecer, mas um motivo para que a gente possa refletir em que essa é uma situação real, rotineira, que acontece debaixo dos nossos olhos. Aqui na Rodoviária de Brasília, a gente tem casos de mães de usuários de drogas que, vendo seus filhos, a gente tem que imaginar uma forma de que isso não só penalize quem faça o malfeito, mas que isso possa fazer com que a sociedade reflita sobre como é a constituição de um filho, como é garantir que essa criança viva em família e principalmente que o sistema de justiça possa reconhecer que ele não está dando conta, não adianta ele falar que tem pouco juiz, ele falar que tem pouco técnico, porque esses pais de São Paulo que buscaram esses filhos na Bahia assim o fizeram porque eles já estavam esperando. Eles não acreditam no sistema de justiça da sua comarca. Então, foi um ato de desespero que os levou a fazer aquilo.

Da mesma forma, essas crianças foram as grandes vítimas de tudo isso. Não foi só aquela mãe que perdeu seus filhos; mas foram essas crianças que tiveram as suas vidas furtadas, os seus nomes roubados, as suas histórias roubadas. Elas vão ter um nó na cabeça: "Como assim? Eu vivia na minha família, eu tenho 1 ano aqui e agora eu vou voltar para onde? Eu vou voltar para lá ou para cá?"

Então, cada um de nós pode dar, sim, a sua contrapartida. Como? Orientando. Eu tenho certeza de que, em algum dia, em algum momento, chegou alguém dizendo que queria adotar. "Eu quero adotar. Como é que eu faço? Conhece alguém que pode acelerar?" Não, não tem jeito de acelerar. "Olha, conheço uma gestante que quer entregar o filho para adoção. Você conhece alguém que quer?", como um cachorrinho que pariu e querem arrumar um dono para aquele cachorrinho. Não, não é assim. Então, a gente pode orientar e fazer nascer uma nova cultura não só de adoção, mas uma cultura de filiação legal e para sempre.

Queria agradecer a participação aqui nesta Mesa. Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Drª Fabiana Gadelha, que participa do Grupo de Apoio à Adoção Aconchego de Brasília, que fez aqui uma bela exposição.

Queria dizer, antes de passar para a Drª Sandra – em seguida, mais duas convidadas irão usar a palavra e me parece que chegaram mais três pessoas ainda –, que estão chegando inúmeras perguntas. Vou dividindo aqui as perguntas, mas uma delas eu me dou o direito de responder. Não sei se vocês concordam com a minha resposta, porque eu não sou especialista na área.

A pergunta diz o seguinte: "A preferência para adoção continua sendo por crianças brancas e as crianças negras continuam preteridas?" Eu responderia que infelizmente é isso mesmo. É quase que uma afirmação. Vocês que me digam se procede ou não.

A SRª FABIANA GADELHA – Na verdade, isso é um quase mito. Ninguém deixa de adotar uma criança porque ela é negra. Deixa de adotar porque ela tem 3 anos. Nós temos hoje pessoas que... A questão da adoção entre raças é muito delicada; não é só uma questão de preconceito. Eu falo isso porque eu tenho um filho negro, mas negro mesmo. O pessoal fala: "Não, ele é moreninho." Não, ele não é; ele é negro mesmo. Eu já sofri alguns constrangimentos no dia a dia e não fui eu que constrangi meu filho, foram as outras pessoas que o constrangeram. Às vezes, a pessoa não está motivada a ficar discutindo: "Ah, é seu filho? Você adotou? É

seu filho de criação?" Se for uma criança branca com um pai branco, não tem esse problema, não é?

Agora, é fato: existe um número muito pequeno de pais postulantes à adoção que são negros ou pardos. É pequeno esse percentual. E, ao contrário, é muito grande o número de crianças pardas ou negras. Então, nos grupos de apoio as pessoas estão refletindo, e a necessidade de querer ter um filho tem mudado isso. Por isso que eu digo: não é um mito, mas também não é uma verdade absoluta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não, eu achei interessante, até porque eu tinha esse entendimento e você me mostra que existe, mas não é bem assim da forma que eu coloquei. Isso é bom para quem está assistindo pela tevê, pois eu, negro que sou, tinha a visão, a tendência de achar que quem adota – vou fazer uma reflexão com vocês, isso é um aprendizado para mim e, tenho certeza, para quem está assistindo ao programa neste momento – tem um mínimo de poder aquisitivo; um mínimo, eu diria, não é pobre, pobre, pobre. E os negros, os casais negros, infelizmente, aí sim são dados, estão na base da pirâmide, em sua ampla maioria. Como dizem, a pobreza tem cor no Brasil: é preta. Então, a tendência dos casais adotantes, cuja maioria, pelo menos o maior percentual é branco, é procurarem crianças brancas, e não crianças negras. Isso é fato, é real.

Mas você disse – e é importante a sua afirmação – que é mais ou menos isso, mas também não é bem assim, que tem muita gente que não fica brigando pela cor.

A SRª FABIANA GADELHA – É, existe um processo de reflexão. Como a maioria das pessoas que procura adoção é branca, seja família ou não, é natural que ela busque alguém parecido com ela para que não tenha que ficar explicando. Agora, com o tempo e quando ela faz um curso de capacitação para adoção e ela é convidada a refletir sobre isso, ela vê histórias e acaba mudando.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Gostei da resposta.

A SRª FABIANA GADELHA – Tanto que nós temos hoje... Por exemplo, se tiver uma criança loira, do olho azul, de 5 anos e um bebê de até 1 ano, negro, com certeza esse bebê vai ser adotado mais rápido do que essa criança loira, do olho azul, com 5 anos. A idade, sim, é um fator de exclusão de perfil. A condição étnica, não.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pode falar.

A SRª SANDRA AMARAL – Quando os casais procuram os grupos de apoio à adoção eles mudam muito o perfil, não é, Fabiana?, porque eles começam a entender o que é uma adoção.

Adoção é você procurar um filho e um filho precisar muito de uma família. Então, aquela criança abrigada precisa muito de uma família. Então, se dá aquele encontro: eu quero muito um filho e aquela criança precisa muito de uma família. Os grupos promovem esse encontro. A Fabiana sabe o trabalho que a gente faz. A gente não pode exigir que ninguém fique com aquela... porque adoção é sério. Adoção é para sempre, como um grupo de irmãos. Eu acho que eles já perderam o mais precioso, que era o pai e a mãe, então esse negócio de não separá-los...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Assessoria, por favor.

Só um minutinho que eu já vou lhe atender. Deixe a painelista falar.

Roberto, acompanhe-o.

Sente aqui, meu amigo, que, em seguida, nós vamos lhe atender, o.k.?

Pode continuar.

A SRª SANDRA AMARAL – Por mais que seja o amor, nós, irmãos, por exemplo, nossos mesmos, nós moramos em cidades diferentes, Estados diferentes, até países diferentes e temos o mesmo amor. Então, às vezes, eles perdem uma oportunidade porque passa lá um grupo de irmãos, um com doze, um com oito, um com um, um com três. Então, aquela criança que está ali começando já perdeu a oportunidade de ter uma família por causa do outro de doze.

Também a adoção tem que ser feita com maturidade, responsabilidade e planejamento em todos os sentidos, inclusive o financeiro, porque não é só levar. Tem uma história. Tem um colégio. Tem um plano de saúde. Tem uma estrutura. Então, tem que adotar com maturidade, com responsabilidade, com planejamento. Essas crianças que, às vezes, podem ser separadas, podem ter todas essas oportunidades para ter uma família e nada mudar o amor um pela outra, porque podem se encontrar. Hoje a adoção é muito clara, é muito aberta.

Nesse casal da Bahia, a responsabilidade do juiz é tão grande, Fabiana, porque a revolta deles... Eles vão saber a história deles. O dia em que eles souberem que foram roubados dos pais, vão tomar ódio dessa família que adotou, porque como você vai ser feliz com um filho se você está fazendo a dor de outra mãe que foi roubada? Não tem como ser feliz com a dor do outro.

A SRª FABIANA GADELHA – Nenhuma relação pode começar com uma fraude.

A SRª SANDRA AMARAL – Não tem como. A hora em que eles forem... Porque a adoção é aberta, é franca. Como você vai contar para o seu filho que

ele foi roubado dos pais dele? É uma história que está sendo nacional. Ele nunca vai perdoar esse pai que fez isso. Que amor é esse que você vai lá e rouba? Não existe uma coisa dessa!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Vamos passar a palavra, agora, para a Drª Janete e, depois, para a Drª Maria José Coelho Rios.

Chamo de doutora todo mundo, pessoal, porque quem vem aqui, para mim, é entendido no tema. Não é o diploma universitário.

Já está conosco, e queria até que déssemos uma salva de palmas, o Senador Magno Malta, que veio prestigiar nossa Comissão e nosso debate. *(Palmas.)*

Seja bem-vindo!

Ele dedica grande parte da sua vida para esse tema. Ajudou inclusive na convocação de pessoas para falar sobre essa situação.

Drª Janete Aparecida Silva Oliveira, Grupo de Apoio à Adoção de Volta pra Casa.

A SRª JANETE APARECIDA SILVA OLIVEIRA – Bom dia a todos os presentes.

Para mim, é uma satisfação estar aqui no meio desse seleto grupo, um grupo que eu não diria tão pequeno, porque é o número de pessoas interessadas. Estar interessada em um tema como a adoção não é, às vezes, porque a pessoa não quer, mas porque a pessoa tem vergonha de mostrar a casa. Infelizmente, as pessoas, até hoje, que são pais adotivos ainda escondem esse fato dos próprios filhos. Essa é uma situação que nós, do Grupo de Adoção de todo o Brasil, estamos tentando mudar, porque todo filho tem que saber a origem de sua família de todas as formas.

Uma coisa que a gente tem que deixar bem clara, pelo Grupo de Apoio, é que não somos pessoas irracionais e sem coração e que não queremos tirar filho de família nenhuma para dar para aquela família que não conseguiu ser pai e mãe. Não temos essa intenção de retirar filho de família. Pelo contrário, a criança, em primeiro lugar, deve permanecer com o seu familiar natural, deve permanecer com seus pais biológicos. Ela só deve ser retirada, só deve ser retirada para adoção se os pais biológicos não tiverem realmente condição. É uma condição de extrema pobreza que realmente não dê condição de criar aquela criança. Não ter condições psicológicas. Temos vários casos de crianças que são extremamente maltratadas. São essas condições que levam à retirada da família natural. São essas crianças que temos que ter para serem dadas à adoção.

Não podemos ser coniventes com o caso como o que aconteceu na Bahia, em que, vergonhosamente, as crianças foram retiradas dos seus pais sem o devido processo legal. Discordo da advogada das famílias adotantes, que falou que houve o processo legal. As crianças não foram assistidas pelos assistentes sociais da maneira legal. A própria diretora confirmou a presença da criança na escola. Os vizinhos confirmaram que as crianças eram bem tratadas. As crianças não estavam passando necessidade, não estavam passando fome. Então, não existia maneira nenhuma. Hora nenhuma houve processo naquele caso.

Sabemos – também somos de Minas – que temos uma pobreza muito grande no Vale do Jequitinhonha e que temos várias adoções ilegais, principalmente naquela região. Sofri uma intervenção de uma mãe que me propôs pagar a ela R$1 mil para me dar a criança de dois meses. Eu fiz a denúncia para o Promotor de Justiça e a denúncia não foi sequer averiguada. Dentro de 15 dias essa criança tinha desaparecido. E eles não procuraram nem saber para onde essa criança tinha sido levada. Uma criança de apenas 2 meses e 15 dias. Então, isso é muito mais próximo de nós do que imaginamos: crianças adotadas de forma ilegal.

Nós sabemos que a Constituição e o ECA dão para a criança o direito como cidadão. Não estamos aqui para discutir a tristeza nos olhos daquele pai e daquela mãe da Bahia, não. O que nós temos que pensar é numa carinha que a gente não viu. E a cara da criança que foi tirada do seu pai e da sua mãe? Que agarrou na barra da saia da mãe e falou assim: "Me esconde, não deixa me levar não, que eu quero ficar é com meu pai e minha mãe!" Essa carinha a gente não viu, não. E são essas carinhas escondidas que nós estamos representando aqui, hoje.

Nós, do grupo de adoção, na verdade só somos vozes de pessoas que não podem falar por elas. Nós não estamos lutando pelas mães que não podem ter filhos. Pelo contrário. Vários de nós aqui que temos filhos adotivos somos também pais biológicos. Nós estamos lutando para que a criança tenha a condição de conviver em família e não ser enfiada em abrigo e ficar ali até os seus 18 anos, porque é isso que acontece com muita criança. Elas não são adotadas, mas vivem em abrigos até a maioridade. E abrigo não é lugar de criar criança.

O Dr. Sávio, que é uma pessoa maravilhosa, sempre diz que nós deveríamos ficar abrigados para saber o que é estar abrigada uma criança. Se nós ficássemos uma semana dentro do abrigo, aí a gente conseguiria mudar rapidinho o tempo que as crianças ficam dentro de abrigo.

Eu não sou contra o abrigo, não. Eu sou a favor do abrigo, desde que seja cumprida a lei de forma integral em tempo hábil, que é de no máximo 2 anos para cada criança ficar ali dentro, o que já é muito, porque

se a cada 6 meses o promotor fizesse seu trabalho, o juiz fizesse seu trabalho e visse que a criança não tem condição de voltar para sua família biológica – há fila enorme! – nós já poderíamos ter essas crianças de volta às suas famílias que já estivessem em condição de recebê-las, ou dadas para aquelas famílias que estão esperando e preparadas através do cadastro.

Então, eu queria dizer somente isso. Nós precisamos realmente nos conscientizar que não podemos de forma nenhuma deixar a criança sem voz. E nós, do grupo de adoção, não somos voz das famílias que querem adotar, somos voz das crianças que precisam ser adotadas. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Essa é a advogada Janete Aparecida Silva Oliveira, do Grupo de Apoio à Adoção de Volta pra Casa.

Eu queria, antes de passar a palavra para os próximos, registrar com alegria a presença do jovem Senador na Casa, mas já está aqui conosco, Senador João Costa. *(Palmas.)*

Já está aqui na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. É uma alegria enorme recebê-lo aqui, V. Exª que é membro da Comissão e veio prestigiar esse debate tão importante – eu diria – para os filhos do Brasil.

A SRª JANETE APARECIDA SILVA OLIVEIRA – Senador, eu gostaria de me retirar da mesa e passar o meu lugar para o Senador Magno Malta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – De minha parte não há problema nenhum.

Muito bem. Então, houve um entendimento entre ambos, aqui. Eu sou democrata. Comigo não há problema nenhum.

A SRª SANDRA AMARAL – Eu queria lembrar à Janete que essa criança que ela denunciou, e a gente a orientou, na época, que procurasse o promotor e fizesse a denúncia, essa criança que ela falou que foi procurada, essa criança foi vendida numa cidade próxima. A mãe trocou a criança por uma pedra de crack. O grupo de adoção ficou sabendo. Nós ligamos para o promotor, que disse: "Ah, agora já é problema da outra comarca".

Quer dizer, então, o que adiantou você ir lá, relatar, viver aquilo se quem está ali para defender a criança não fez nada? Poderiam ter matado o menino. A mãe gostava tanto que o trocou por uma pedrinha de crack.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos a palavra, agora, para a Srª Maria José Coelho Rios, avó adotiva e, consequentemente, doutora do tema pelo convívio, sendo avó adotiva.

A SRª MARIA JOSÉ COELHO RIOS – Bom dia a todos os senhores e as senhoras. Eu cumprimento o Senador Paulo Paim. E posso falar o meu amigo Magno Malta, porque já o recebemos tanto, lá em Divinópolis.

Eu tenho o prazer de ser avó adotiva. Eu tenho netos biológicos e tenho a minha Maria Teresa. Eu trouxe aqui... Essa foi a mensagem que eu escrevi na hora em que ela chegou, mas, ontem à noite no hotel, lendo e lendo, a gente sempre acaba fazendo algo e coloca alguma coisa.

> O melhor presente: Maria Teresa.
>
> Deus enviou a nossa família um ser pequenino: você, para nos ensinar a deixar as tristezas de lado e a abrir o caminho da esperança e da felicidade.
>
> Você veio com tanto amor que hoje é o centro de tudo e de todos. Deus nos deu você para que nós enxergássemos o amor de Deus e nos mantivéssemos fortes para mostrar como a vida com você é outra.
>
> Você veio partilhar de nossos corações, de nossas almas e trazer coragem e esperança, ensinando-nos o significado do amor incondicional. Você nos fez entender como vencer dificuldades e é um ser maravilhoso em nossas vidas.
>
> Você veio nos ajudar a crescer, a fortalecer nossos espíritos, a clarear nossos pensamentos e a sonhar esperanças e realizá-las.
>
> Hoje somos muito felizes, como você mesma fala [a mãe dela fala, desde que estava com poucos meses, que ela havia nascido no coração dela] que: 'Vovó, você nasceu no meu coração'.

Então, é o que ela passa para mim.

Eu tenho, hoje, uma denúncia muito triste para fazer. Ela já vai fazer cinco anos e minha filha continuou na lista para pegar o segundo. Ela continuou na lista, fez o curso e recebeu diploma, mas uma amiga dela falou: "Renata, eu fui onde eu estou e seu nome não consta na lista." Ela falou: "Mas, como? Se eu já estou habilitada com diploma e com tudo, por que eu não estou na lista?" Foi lá, conversou e procurou todo o pessoal, mas o processo estava arquivado desde que Maria Teresa chegou. O que aconteceu? Ela, como advogada, disse: "Eu vou procurar meus meios, porque eu não poderia..." Ela teria de ter descido na lista. A menina vai fazer cinco anos e ela deveria estar lá pelo décimo, não sei o lugar, mas ela teria de estar na lista e quase chegando a hora. Voltou novamente e viu que está na lista no último lugar. Por isso, ela reclamou e está vigiando.

Complementando o que o Dr. Edilson falou, essa adoção saiu em um mês, e é por isso que a gente está

tão emocionada. A adoção de Maria Teresa teve guarda rápida, tudo bem, mas a certidão levou quase quatro anos para sair. O plano de saúde, a escola da menina, o médico, tudo era com o nome que a mãe registrou. Até a idade de quatro anos, praticamente, a menina convivia com dois nomes. Chegava à escola com a matrícula ostentando um nome e a professora tratava a menina por Maria Teresa. O que eu achei bonitinho é que falei a ela que eu viria a Brasília e contei o que eu iria fazer. Ela me pediu um presente. Só que eu sei que ninguém aqui irá adivinhar o que ela me pediu. Ela me pediu que levasse – e a Janete até está sorrindo porque já sabe – uma bandeira nacional para ela. Ela queria uma bandeira, porque ela sempre desenha a bandeira. Eles não têm contato com a bandeira. Ela falou: "Vovó, você vai a Brasília, traga uma bandeira para mim?"

Muito obrigada, é o que eu queria falar. Eu sou muito feliz! Tenho os biológicos e não sei separar o amor pelos três.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, essa foi a Drª Maria José Coelho Rios, avó adotiva.

Está inscrito agora o Senador Magno Malta, a quem passo a palavra.

Lembro que os Senadores falam no momento que entendem ser adequado sobre o tema em debate.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Senador Paim, quero cumprimentá-lo, cumprimentar a Comissão, cumprimentar o nosso nobre colega Senador João Costa, suplente do Senador Vicentinho, figura importante, cumprimentar a Mesa, o Dr. Edilson, com quem tenho ligações pessoais, a Drª Fabiana Gadelha – vou na onda de Paim aqui com essa história de "doutor"; não sei quem é doutor, quem não é, mas são tão dedicados ao assunto que podem ser considerados assim, já que doutor é quem se dedica a alguma coisa. Quero cumprimentar a Drª Sandra, que é tão dedicada, tão abnegada, é uma sacerdotisa dessa luta, dessa lida, dessa causa das mais nobres, das mais significativas, que é a causa da vida, a causa da criança; a Drª Janete e a Drª Maria José Coelho, esse povo de Divinópolis com quem tenho uma ligação muito próxima.

Eu me iludi com esta audiência pública aqui hoje, eu achei que esta seria uma audiência pública disputada. Eu não gosto de me enganar, mas às vezes eu tento me enganar para ver se dá certo. Eu vi tantos nomes na lista que desejei: "Tomara, Deus!". É como sessão solene... Mas se isto aqui fosse uma briga entre PT e PSDB, estava lotado de repórteres, de tudo aí, e um estaria jogando pedra no outro. Se fosse a discussão de uma coisa sem causa, uma coisa de interesses pessoais, talvez aqui estivessem muitos repórteres, muita gente estaria pedindo a palavra, muita gente estaria querendo falar, a televisão estaria mostrando ao vivo. Mas quando se trata da vida...

Eu presidi a CPI da Pedofilia e me lembro da dificuldade para chamar a atenção deste País e da mídia para um dos crimes mais bárbaros, a própria degradação da vida, a degradação humana que é o abuso de crianças, mas foi difícil, foi muito difícil. Aliás, como é difícil!

Eu achei que esta reunião... E falo com a alma de pai adotivo, porque sou pai adotivo, não sou um qualquer que, porque sou do Senado, vim aqui prestigiar porque fiquei com pena de ver o Senador Paim aqui sozinho. Sou desta Comissão de Direitos Humanos, sou pai adotivo e sou sacerdote dessa luta também.

E queria me desculpar com a Fabiana, com o Edilson, com a Sandra, com Janete, com Maria José, com os outros que vieram, que estão aqui, Senador, por esse quórum tão pífio, tão desinteressado, tanto por parte da mídia quanto por parte dos próprios Senadores da Comissão. Se fosse para debater aqui homofobia, PL nº122, quem é contra casamento homossexual, aborto, estava lotado aqui, mas a vida... É como você chamar um engenheiro para discutir se tem de fazer alicerce bom ou ruim e ele não se interessar por isso. Aí, faz-se o alicerce de qualquer jeito e vêm as paredes tortas, o telhado cai. O alicerce da vida é a criança, e esse número significativo de adolescentes na sociedade cometendo crimes absurdos – uma sociedade completamente alienada, vulnerável, problemática, violenta – é decorrência de a base ter sido muito ruim; são paredes tortas, porque a base foi muito ruim, porque a infância foi desprezada. E quando você debate um dos temas mais importantes para um país onde há mais gente querendo adotar do que criança para ser adotada... E nós discutindo esse problema aqui, em alguns vieses discutindo o sexo dos anjos, porque acho que há muita idiotice nesse negócio.

Essa fila, por exemplo, a fila para adoção: não tem jeito de esse trem entrar na minha cabeça! Fila para adoção? Você discute o interesse do casal, não o da criança. Esse negócio de fila é para proteger o interesse do casal que se inscreveu, não o da criança. Quer dizer, eu estou aqui em Minas Gerais, descubro uma criança num abrigo, me apaixono por ela e ela se apaixona por mim, a minha alma a chama de filha e a dela me chama de pai, mas eu não posso adotá-la porque apareceu um comunicado dizendo que ela pertence a um casal da Paraíba que nunca a viu, que nunca a beijou, que nunca a abraçou, mas que é a hora deles na fila. Que história é essa? Fila para adoção é para proteger o interesse do casal, não o da criança.

Para mim isso é o fim do mundo, isso não entra na minha cabeça.

Aí esse casal da Paraíba vem porque o direito é dele, ele é que está na frente da fila. Chegando lá, eles, que são descendentes de italianos, dão de cara com um neguinho: "Ah, não é bem o tipo que nós queríamos". Aí voltam para a Paraíba, já mutilaram o interesse, já quebram uma relação... Sei lá, posso até estar errado – às vezes penso que eu nasci no tempo errado –, posso estar mesmo, mas há coisas que dificilmente entram na minha cabeça e essa é uma delas. Essa fila de adoção é para proteger o interesse de quem se inscreveu, não o da criança.

Na verdade, quem quer adotar não fica esperando em fila. O problema é que a nossa legislação está errada. Tem de haver um princípio para a adoção, um só: amor, amor, amor e amor, as demais coisas serão acrescentadas. O problema é que a exceção é que vale, não é a regra que vale nesse caso.

Eu adotei uma criança, sou pai adotivo. Passei um ano convivendo com uma assistente social que vinha para saber o tamanho do quarto que eu tinha para a menina morar – e a menina no orfanato, dormindo em treliche, uma criancinha deste tamanhozinho, sem ter o que comer direito. Queriam saber o tamanho da cozinha da minha casa, se eu tinha espaço para essa criança correr, qual seria a metragem do guarda-roupa da criança. Isso é uma piada de mau gosto! Tudo o que a criança precisava eu tinha: amor, amor, amor. Tudo o que ela precisava, eu tinha, eu queria ser pai dela. E tudo de que eu precisava ela queria, ela queria ser minha filha. Mas a assistente social se enchia, empinava o nariz, dizia que estava lá em nome do doutor juiz.

Esse doutor juiz brincou comigo, debochou de mim, eu precisei tomar... A menina foi para mim porque o Tribunal de Justiça me entregou a criança. Esse doutor juiz foi denunciado pelo Tribunal de Justiça, suspenso de suas atribuições e deve ser expulso. Depois eu fui entender o porquê desse ano de mutilação em cima da minha família para que nós abríssemos mão da criança: porque as outras três crianças, irmãs dessa menininha, já haviam sido entregues para uns italianos. É porque os italianos queriam os quatro, não só os três. E, ao me entregar a criança, ele me disse: "Olha, o senhor adotou aqui. Eles deixam de ser irmãos agora. Eles não podem se ver...". E eu, indouto no assunto: "Como não podem se ver?". "Não, não podem mais. Ela não pode saber o endereço, eles não podem saber o endereço". Há três irmãos na Itália e uma no Brasil.

Esse doutor juiz, que não está vivendo seus dias de turbulência... Ele foi descoberto, como tantos outros doutores juízes – onde há trigo há joio, e no Poder Judiciário não é diferente. Quando falamos do Ministério Público, dificilmente... Como em toda profissão, você tem pessoas que são sacerdotes e vão porque são da causa... Virou promotor porque é vocação... Mas você tem concurseiros... Ele fez concurso para os Correios e não passou; concurso para a Caixa e não passou; fez concurso da Polícia Civil e não passou. Aí, virou promotor, passou, mas não tem compromisso com a causa, só queria um emprego público para se aposentar.

E aí vêm estes casos: "Ah, não é mais com a minha comarca, não posso fazer nada. Eu tenho que conversar com o juiz". Tem que conversar com o juiz? O promotor tem de cumprir o papel dele, o juiz que cumpra o dele, não tem que combinar nada. E aí vem Fernandinho Beira-Mar, que tem mais direitos do que uma criança que está num abrigo, porque ele pode ter 22 advogados. Uma criança que está num abrigo não tem advogado, ninguém advoga nada para ela. Ela é uma bicicleta velha, e o juiz, no Natal, diz o que ela faz e o que ela não faz: "Pode levar. Libera para receber presente na igreja; libera para ficar com um casal no sábado, mas tem de voltar segunda-feira para o abrigo." É como bicicleta velha, eles fazem o que querem, porque ninguém advoga a sua causa.

Está tudo errado! Acho que nós precisamos rever a lei. A adoção tem um pilar... Infelizmente, a Ministra dos Direitos Humanos tem umas ideias que não cabem na minha cabeça; aliás, acho que não cabem na cabeça de ninguém, só na dela. Uma criança que está com uma mãe drogada, viciada em crack, com o cérebro carcomido, com células nervosas mortas, sem retorno, e ela diz o seguinte: "Primeiro você tem que recuperar essa família, recuperar essa mãe. Primeiro você tem que arrumar um emprego para essa mãe, botar ela de volta na sociedade. Se você não conseguir isso em dois três anos é que se toma uma atitude com relação à criança". Certos casos, irmão, estão na cara, não tem como, e a criança não pode pagar. Eu sou pai de uma criança cuja mãe está presa em Tucum até hoje, está num presídio feminino até hoje – tráfico de drogas, drogada, viciada coitada; aliás, ela nem conhece essa filha. Certos casos não têm jeito...

Então, há crianças pagando aí em abrigos, e algumas que vão se prostituir depois dos 12, 13 anos de idade porque não aguentam mais – saltam o muro do abrigo, vão para a rua e não voltam, dizem que a rua é o lugar delas. Estão roubando e assaltando, estão pagando o preço desse tipo de raciocínio, raciocínio de quem tem o poder e podia facilitar as coisas, mas não faz isso. Infelizmente, aqui é o Legislativo, e nós só podemos legislar. Nós não temos a caneta, nós não temos o operacional, o fazer acontecer.

Mas uma coisa é certa, Senador Paim: nada é tão bom que não precise de mudança. Essa lei da adoção

precisa ser mudada, nós precisamos facilitar a vida das crianças, não a dos casais. Nós precisamos facilitar a vida dos casais nacionais e tapar o buraco do rato – o buraco do rato é a adoção internacional, para a qual precisamos criar dificuldades. Não é para que a criança não seja adotada não, mas para que sejam estabelecidos critérios, o que se exige do nacional.

Amigo, o casal vem para cá, passa 20 ou 30 dias num hotel, a criança convive com ele num hotel. Qual é a criança que não quer conviver num hotel, irmão, com piscina, com sauna, com tudo dentro do quarto? Eles não comeram ainda um quilo de sal com essas crianças. Correndo no carpete do quarto enorme... Eles vêm do exterior, todas as crianças gostam disso; até os nossos filhos, que são mais bestas, de repente nos largam e vão embora. Aí nós precisamos criar dificuldades, fechar portas para juízes safados, promotores bandidos, assistentes sociais que cometem crimes, que formam cartéis e quadrilhas para auferir lucro em cima de quem não tem como se defender.

Eu acho que nós precisamos criar uma discussão em torno disso. Quero sugerir a V. Exª que esta Comissão sugira ao Presidente Sarney que nós criemos uma comissão na Casa – podemos fazer isso a partir da nossa própria Comissão – para reestudar a lei de adoção no Brasil. Nós precisamos fazer isso – é uma barbaridade! – e discutir com quem está na ponta essa história de fila. Fila quase nunca reflete sentimento, quase nunca reflete sentimento.

Essa minha palavra, eu não tenho qualquer interesse que alguém concorde ou deixe de concordar com ela, mas é o meu sentimento, é o sentimento de quem já lidou, e lida, com o crime de venda de crianças, de quem viu crianças violentadas, de quem está nesse embate todos os dias, de quem está há 33 anos tirando drogados da rua – e grande parte dos drogados que eu tiro da rua são crianças que saltaram o muro do abrigo porque não lhes foram dadas oportunidades. E isso acontece num país em que se registra mais gente querendo adotar do que criança para ser adotada: nós não podíamos estar convivendo com esse problema de jeito nenhum!

Então, eu quero, ao final da minha fala, mais uma vez, desculpar-me, em nome da Comissão – achei que esta seria uma reunião concorrida, de gente fazendo coro, porque criança não é o futuro de nada. Criança é o presente. Se não cuidarmos do presente, não haverá futuro. É preciso cuidar do presente para existir futuro. E, se não tomarmos essa providência, vou me decepcionar muito com esta audiência pública.

Mais uma vez, reitero minha admiração ao Presidente Paim pela sua luta em favor dos direitos humanos e, tantas outras vezes, de temas que julgamos não tão importantes como este, mas importantes para quem está dentro da briga. E ele está aqui sozinho na quinta-feira com essas pessoas, e vocês todos que militam nessa causa.

Parabéns a quem entendeu que adoção é a única chance que um homem tem de dar à luz. E as pessoas que adotaram são justamente as pessoas que entenderam que o coração tem útero.

Para que continuemos e que não seja tão somente uma simples audiência publica, faço a sugestão – escreverei e entrarei com requerimento – de criarmos uma comissão para reestudar a Lei de Adoção no Brasil, porque essa que está aí hoje, se fosse boa... Nada é tão bom que não mereça ser mudado, mas não é boa. Não é boa. É muito ruim. Um dos relatores foi Aloizio Mercadante, que pensa como a Ministra dos Direitos Humanos, uma posição absolutamente radical. Com todo o respeito a ela, mas o que ela pensa sobre alguns temas, eu... O sujeito mais douto do mundo tem dificuldade de entender o que ela está querendo.

Então, acho que é hora de a gente rediscutir isso e trazer para dentro da sociedade, não com meia dúzia de Senadores e meia dúzia de Deputados, mas com aqueles que estão na ponta, que militam e que são sacerdotes dessa luta; que nós os ouçamos para poder colocar no texto da lei de maneira a facilitar a vida das crianças, e não a vida de adultos, porque o que se mudou com essa história de fila é para facilitar a vida de adulto, e não a vida de criança.

Parabéns a todos.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Senador Magno Malta faz sua exposição e propôs que a gente crie até mesmo, no espaço de uma das subcomissões, um debate interno sobre a Lei de Adoção.

Tenho uma relação muito respeitosa com a Ministra Maria do Rosário. É uma Ministra que sempre vem aqui quando convidada e, quem sabe, numa dessas reuniões para debater o tema, ela venha. Tenho certeza de que virá para expressar o seu ponto de vista e eu tenho certeza de que há de contribuir, porque a intenção de nós todos sempre é a melhor, mas nem sempre a gente, pensando que está fazendo o melhor... Sempre digo quando eu penso que a minha verdade é uma verdade absoluta, eu já errei. Por isso, no debate, haveremos de construir uma proposta que vai aprimorar a Lei e, quem sabe, o próprio Aloizio Mercadante, que foi Relator da Lei, possa vir ao debate.

Então, a Presidência acata a sua sugestão: que a gente crie esses espaço e convide os especialistas no tema. Naturalmente, o Senador Magno Malta pode até coordenar essa comissão, porque outro dia foi indi-

cado a coordenar uma subcomissão que trata de tema correlato. Poderíamos, ali mesmo, fazer o espaço para discutir a Lei de Adoção.

Parabéns pela sugestão.

Agora, temos aqui na mesa algumas perguntas que encaminhei. Queria ver se a Drª Fabiana poderia ler a primeira pergunta e respondê-la.

A SRª FABIANA GADELHA – Bom, é uma pergunta do arquiteto Pedro Rogério, do Rio de Janeiro, que quer saber qual é o processo de adoção para casais homoafetivos e se já existe lei.

Bom, embora não haja uma lei que fale pontualmente, literalmente, que casais homoafetivos podem adotar, se for interpretado que são, sim, pessoas capazes de serem postulantes da adoção independentemente da sua orientação sexual, então, o processo é o mesmo. Ninguém vai deixar de adotar porque é separado, porque é viúvo, porque é solteiro, porque é homossexual.

Então, é preciso buscar a vara da infância, habilitar-se, igualmente, como qualquer outro postulante, e passar pelos mesmos critérios, pelos mesmos crivos. O Judiciário busca uma família para uma criança. Um processo de adoção não é o momento de se discutirem questões ideológicas, não é o momento de se discutirem questões morais que vão aferir se aquela pessoa, seja ele de qualquer orientação, de qualquer estado civil, tem condições de criar uma criança, de ser pai, ser mãe dessa criança. Tanto que, antes, o Judiciário tinha o pudor de colocar o nome de duas pessoas do mesmo sexo na certidão de nascimento. Havia essa dificuldade porque, antigamente, na certidão de nascimento era "pai e mãe". Como, então, se colocaria no lugar de "mãe" o nome de um homem? E, aí, o CNJ, em 2009, mudou a certidão de nascimento e passou constar somente "filiação". Então, tanto o homem como a mulher podem adotar sozinhos ou em dupla para que se possa garantir àquela criança todos os direitos sucessórios, patrimoniais, de pensão alimentícia em caso de dissolução daquela sociedade ou de falecimento de um deles.

Antes, só uma pessoa podia adotar, o outro ficava em guarda. Nesse caso, quando um morria ou se separavam, a criança acabava refém da situação e não tinha direito ao patrimônio ou ao direito sucessório, de nome e de patrimônio, do outro. Então, qualquer pessoa que se interesse pela adoção pode procurar a Vara da Infância e se habilitar. Ela não vai deixar de ser pai, se ser mãe por sua orientação sexual.

A outra pergunta do telespectador: quanto uma criança é diagnosticada com algum tipo de deficiência, é comunicada aos pais adotivos? Como fica a adoção de crianças com deficiência, visto que muitas vezes não se tem esse diagnóstico precoce? Bom, qualquer ser humano está sujeito a ter um problema de saúde, uma doença, uma deficiência. Assim que ele é institucionalizado, normalmente, os abrigos procuram o serviço de saúde para averiguar a situação da criança. Nesse momento, afere-se a condição de saúde dela. Tão logo tenha diagnosticado essa situação, isso é colocado no seu prontuário, na sua pasta especial, e ela é cadastrada para adoção, tão logo foi destituída, com todas as características que lhe compõem a personalidade. Agora, há situações que a medicina não consegue diagnosticar, de pronto, principalmente em se tratando de crianças filhas de usuários de drogas, em que as sequelas vão aparecer muito mais para frente.

Tivemos um caso de uma adoção que foi feita pela lei de Adoção, super formalizado, de um bebê de 3 meses, e, com 1 ano de idade, descobriu-se que ele tinha uma paralisia cerebral que lhe afetou o cognitivo e a fala. E, em algum momento, os pais quiseram devolver essa criança, dizendo "olha, recebemos uma criança saudável, e ela não é saudável." Não houve jeito: a Justiça não aceitou que devolvessem, a condição de uma criança, a peculiaridade de sua vida não está sujeita a um termo de garantia como se se tratasse de um eletrodoméstico. Quando se assume o encargo de ser pai ou de ser mãe, tem-se que se comprometer com as adversidades que a vida lhe impõe. Você pode adotar uma criança saudável hoje, e ela cair no parquinho e ficar tetraplégica ou se afogar em uma piscina.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – A senhora me permite?

A SRª FABIANA GADELHA – Claro.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – É isso que discuto. Tem que se adotar por amor.

A SRª FABIANA GADELHA – Sim, você adota por amor, mas, às vezes, não se está preparado, não é?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Mas quem vai por amor...o sujeito que vai, pega uma ficha, lê perfil, saúde etc, realmente vai reclamar no Procon depois. Vai virar eletrodoméstico mesmo. Porque quem vai lá e adota por amor... é como você está falando: a criança cai no parquinho, acontece alguma coisa. Tenho uma tia que adotou crianças com síndrome de Down, sabendo do que se tratava. Do contrário, perde-se muito; é como botar o meio eletrônico para ver se foi ou não pênalti. Vai se perder a paixão do futebol, vai perder a graça, porque a graça está em discutir se foi ou não pênalti, foi roubado, que o Atlético não foi campeão porque o juiz protegeu foi o Cruzeiro e não sei o quê. Quando a criança tem perfil, tem ficha, tem não sei o que, vai ser adotada, tem que se saber, então, que ela tem um probleminha com a língua, essa

aqui já tem um defeitinho de fábrica, não sei o quê. E as crianças com defeito de fábrica vão ficar no abrigo?

A SRª FABIANA GADELHA – Não, o que se tem certo é que se vai colocar na ficha toda a situação peculiar dessa criança, e esse postulante vai ter conhecimento daquilo que é possível. Agora, é papel do grupo de apoio à adoção também propor essa reflexão porque, se engravido do meu marido e se, no parto, a criança nascer com paralisia cerebral, não vou devolvê-la para a barriga ou para Deus porque deu errado. Na adoção, não é diferente. A gente tem de passar para o postulante que a adversidade faz parte da vida. É importante que o postulante tenha conhecimento disso. Acreditamos que o amor é fundamental, mas ele não basta. Se não houver um preparo de consciência, se a pessoa não souber quanto custa... É preciso saber se a pessoa tem condição, se ela tem ritmo de vida, se ela tem dedicação à criança, principalmente quando se trata de criança com deficiência.

Digo isso, porque sou mãe de uma criança com síndrome de Down. Eu a adotei sabendo o que isso era. Em alguns momentos, a gente sabe que, por mais que seja uma criança, ela vai lhe dar o mesmo trabalho. Tenho três filhos e sei que cada um me dá um trabalho diferente, mas a minha dedicação, a minha capacidade de amor e o meu preparo são os mesmos. Mas há pessoas que não se sentem preparadas para isso, tanto que entregam filhos com síndrome de Down para adoção. A gente viu um caso no Rio de Janeiro, no ano passado, em que uma família de classe alta abandonou o bebê com síndrome de Down na maternidade. Aquela família não tinha preparo para ficar com aquela criança, que acabou ficando com a avó. Salvo engano, a avó pediu a guarda, não é a mãe que cuida da criança.

Então, quanto ao postulante, essa questão do perfil é muito discutida. A gente orienta as Varas de Infância no sentido de que esse perfil seja traçado após a capacitação para a adoção, porque aí se entra numa discussão, numa reflexão em que se aprimora o perfil, em que se reflete sobre a idade. Não é indispensável que seja um bebê, pois posso adotar uma criança mais velha. Uma criança com deficiência pode, sim, ser uma alternativa, como também uma criança com problema de saúde grave. Há crianças cardiopatas em estado gravíssimo que não são adotadas por conta da cardiopatia. E a gente sabe que ninguém hoje morre do coração, pois a Medicina é muito evoluída.

Então, falta, às vezes, informação, falta dar segurança para o pai. Sabemos que, hoje, há crianças com câncer na fila, e os pais têm medo de adotá-las, porque elas vão morrer. Por que vou adotar um filho se sei que ele vai morrer? Mas você pode ser levado a refletir que é uma situação que pode acontecer ao longo de uma vida. Não posso adquirir câncer aos 30 anos de idade? Se eu já sei disso e preparo esse pai para esse ônus... Ser pai e mãe não é só lidar com o bonitinho, com festinhas de aniversário, com reuniões na escola. Há adversidades e sofrimento, e ser pai e mãe também é sofrer um pouquinho.

Então, o papel do grupo é o de amadurecer o postulante, para que ele possa refletir que, mesmo diagnosticando uma deficiência, ele pode estar preparado para, de repente, adotar uma criança com deficiência. Se, no caso, ele adotar uma criança saudável e se, ao longo do tempo, ela adquirir uma deficiência, ele poderá estar preparado também para assumir isso, como qualquer pai e qualquer mãe assumem a condição de vida do seu filho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

O Dr. Edilson também tem, se não me engano, duas ou três perguntas a responder.

O SR. EDILSON TEODORO – Respondo à pergunta do Flávio Figueiredo. Ele pergunta se uma pessoa solteira pode adotar uma criança e quais são os procedimentos. A resposta é "sim". Isso está no art. 42 da lei. Os procedimentos compreendem a apresentação dos documentos necessários para a habilitação no processo, o que também se insere no art. 197-A da nova Lei de Adoção.

Com relação à pergunta da Prof. Sandra Câmara, de São Paulo, se a lei brasileira permite que crianças brasileiras sejam adotadas por estrangeiros, quero dizer que "sim". Isso está no art. 52 da nova Lei, que trata da adoção internacional. E pergunta se há o acompanhamento por parte de brasileiros no exterior de como essa criança é tratada fora do País. Existem, perante o mecanismo da lei, convênios com organismos internacionais que acatam essa supervisão da criança e passam relatórios para a Polícia Federal sobre o acompanhamento dessa criança no estrangeiro. Isso está no art. 52.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem! O Dr. Edilson respondeu às perguntas.

A Drª Sandra recebeu duas perguntas, que, pelo que ela me disse, já estão... A senhora poderia somente citar os nomes das pessoas.

A SRª SANDRA AMARAL – A Prof. Rosângela Amorim pergunta se a preferência continua por crianças brancas ou negras. É o que eu já tinha falado: às vezes, a pessoa vai tão afoita e, de imediato, procura aquilo que a biologia negou para ela, o que é claro, mas ela começa a frequentar os grupos de apoio à adoção. Esses grupos ensinam e contam o que é uma adoção, a realidade, a busca do filho, e o filho espe-

rando o pai, quais são as crianças reais, porque, muitas vezes, a pessoa cria uma imagem irreal de quem está para adotar. Ela imagina aquela criança, idealiza e fica buscando aquela criança que não existe. A criança é irreal. A criança real é muito diferente. É por isso que nós, do grupo, de volta para casa – e outros grupos também, eu sei – defendemos muito, Senador Magno – e eu já te passei isto, a luta pelas crianças, e não por nós – que os abrigos possam ser visitados pelos casais interessados, porque não há como você se apaixonar por alguém que você não vê. Como que você vai se encantar por algo que você não conhece?

O casal que procura o grupo idealiza uma criança. Ele vai te falando, e a gente fala assim: "A gente promove o encontro junto com o juiz. Ele passa uma relação de crianças que estão disponíveis, geralmente a partir de quatro, cinco anos". A gente só promove o encontro, mas, às vezes, a gente nem está interagindo com eles. O promotor e o juiz é que fazem esse trabalho.

Então, a gente precisava muito da ajuda de vocês para isso. Por quê? O casal interessado não vai conhecer. Como ele vai saber da criança real que está lá para ser adotada? Como ele vai se apaixonar pela criança?

Nós tivemos no grupo um casal que queria adotar criança de até dois anos. Adotou uma menina de sete, que foi devolvida duas vezes. A menina havia sido devolvida duas vezes. O juiz nos procurou e falou: "Ela vai ter um choque muito grande, porque ela já foi devolvida duas vezes".

Você tem um casal que está preparado, que foi acompanhado, que está disponível para adotar uma criança, uma menina de sete anos. Buscamos e encontramos. A criança já está há cinco anos com esse casal, porque era um casal que estava maduro, preparado, disposto a doar a vida dele para a vida daquela criança. Isso é adoção. Se você não estiver disposto a doar sua vida, a investir sua vida na vida de outra pessoa, sem querer nada em troca, não há como dar certo, porque o filho vem; o outro você busca. Então, o amor é até maior.

Quando minha filha deu uma entrevista, Fabiana, no Aconchego, no evento, que foi o Unidos para Cuidar, a repórter ficou muito assustada, porque ela está muito madura e lida muito bem com a adoção. E fala comigo: "Mãe, você tem que lutar por aqueles meninos. Quem é que vai falar por eles? Abrigo é horrível"! Então, quando ela perguntou, a Stéfani falava de tudo, que era supernormal, supertranquilo, que inclusive ela estuda na escola de inglês que os meus filhos estudaram, porque eu fiz questão de colocá-la sempre nas mesmas escolas. Tudo. Era a mesma coisa. No final, ela falou para a repórter: "Só há uma coisa diferente – até eu assustei, pensei: 'o que será que é diferente?' –, e ela falou para ela: nós somos muito mais amados".

Quer dizer, como ela vê o sentimento, como ela sente o amor da gente. E, realmente, eu acho que sim. Eu tenho os meus biológicos, eu tenho dois filhos biológicos, a Stéfani é adotiva. Adotei a minha filha sem conhecê-la. Não quis conhecê-la. Pedi uma menina de dois a três anos. Não pedi cor, não pedi nada. Eu queria muito ser mãe de uma menina, porque eu já tinha dois filhos homens. Eu sabia que havia alguma filha que precisava muito de uma mãe. Então, eu sempre fui muito consciente, muito madura para isso.

Quando eles falaram comigo: "Você foi louca!" A minha filha é parda. Muita gente achava ela escura. "...que eu era doida, que deveria ter procurado uma menina parecida com os meus." Eu não sabia. "Gente, para que parecer com os meus? Ela não nasceu da minha barriga. Ela nasceu no meu coração. Ela foi um desejo. Eu a busquei". Eu quis muito ser mãe de uma menina, de uma filha que precisava muito de uma mãe, que era o caso da minha filha, porque ela chegou muito debilitada, muito judiada. Ela chegou à minha casa com dois anos e meio, pesando nove quilos. Ela não tinha força para parar em pé. Ela chegou carequinha, raspada na máquina zero. De tanto piolho e ferida, no abrigo, acharam melhor raspar para ficar mais fácil cuidar.

Então, eu nunca imaginei adotar uma criança do jeito que eu adotei a minha. Hoje, eu entendo os desígnios de Deus, porque, se eu não tivesse pegado a Stéfani, nas condições em que ela estava, talvez eu não tivesse tanta força para lutar tanto por outros, porque são tantos os obstáculos, são tantas as coisas para negar que você continue que, se não fosse eu vivenciar aquilo ali, eu ver a transformação que o amor pode fazer na vida de alguém... E quando você quer fazer, quando você quer investir em alguém, você quer deixar uma história, mudar a história da vida de uma pessoa. Isso é lógico. Isso pode acontecer. Então, tudo isso me faz mover, me faz ter força. O Senador Magno sabe de todas as nossas histórias, de todas as nossas lutas, porque vai muito à nossa cidade, inclusive foi na abertura do nosso grupo, há quatro anos.

Então, se não fosse por isso, eu talvez não estivesse onde estou hoje, lutando tanto pelas outras que estão lá, como ela estava, com a chance mínima de ser adotada. Todos acreditavam que ela teria algum problema mental por estar subnutrida. Graças a Deus, ela é muito inteligente. Ela me dá o trabalho normal de uma criança. É uma menina obediente, muito carinhosa, muito carismática, o olhinho brilha, é uma menina que chora, é uma menina que tem sentimento, é uma menina que chora de emoção, uma menina que

emociona. Ela é bem parecida conosco. Ela se acha a cara do pai, e não tem nada a ver com o pai. Mas ela se acha tão filha que, por meus filhos se parecerem muito comigo fisicamente, a saída dela, eu acho, é sempre dizer: "O Juninho e o Marcelo são a cara da minha mãe; agora, eu sou a cara do meu pai". Então, é o amor que ela tem. Ela se sente igual.

A SRª MARIA JOSÉ COELHO RIOS – Eu só queria que a Sandra fizesse um comentário. Quando a minha netinha chegou, a Sandra foi visitar a Maria Tereza e a levou. Eu gostaria que você falasse o que sua filha falou para nós lá.

A SRª SANDRA AMARAL – Pode falar.

A SRª MARIA JOSÉ COELHO RIOS – Ela olhou bem... Colocamos a Maria Tereza nos braços dela, ela olhou para mim e para a Sandra e falou: "Ó, mamãe, ela não vai sofrer em um abrigo como eu sofri!". Ela tinha 8 anos.

A SRª SANDRA AMARAL – Porque a Maria Tereza veio bebê.

A SRª MARIA JOSÉ COELHO RIOS – Ela veio bebezinho. Então, na hora em que nós tiramos a foto dela com a Maria Tereza nos braços, ela olhou bem para a Sandra, olhou para mim, e falou: "Ó, mamãe, esta não vai sofrer o que eu sofri". Então, assim, podemos ver como o abrigo marca mesmo. Sabemos que...

A SRª SANDRA AMARAL – E quem quiser ver minha filha e ver essa história, está no www.devoltaparacasa.org.br. Está lá o meu depoimento, filmado pela TV Candides, a Stefanie chorando, falando da família, falando que ela se emociona muito. E ela veste a camisa... Ela se produz, viu Magno? Ela se produz toda. Ela se acha com um *look* maravilhoso. Tem camisa de todas as cores, põe tudo combinando, vai a todos os depoimentos. Ela é super feliz. Esses dias, ela deu entrevista para a Globo, a moça perguntou para ela um monte de coisas, e ela falou para a moça: "Eu nunca paguei mico por ser adotiva. Pelo contrário, minha mãe – eu sou até privilegiada – me buscou". Então, é muito bom isso tudo. Ficamos muito felizes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

O SR. JOÃO COSTA (Bloco/PPL – TO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador João Costa com a palavra.

O SR. JOÃO COSTA (Bloco/PPL – TO) – Eu peço licença para me ausentar porque estou sendo chamado na Comissão de Educação para deliberação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador.

O SR. JOÃO COSTA (Bloco/PPL – TO) – Agradeço o motivo de estar aqui, de ouvi-los, agradeço também a presença de todos. O tema é extremamente interessante, assim como a sugestão do Senador Magno Malta. Espero reencontrá-los em outro momento para continuarmos esta conversa, este debate. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador. Obrigado pela presença. *(Palmas.)*

Eu estava aguardando ansiosamente, e chegou agora, o Dr. Carlos. Todos que confirmaram, de fato, estão aqui. Dr. Carlos José e Silva Fortes, Promotor de Justiça da Curadoria da Infância e da Juventude em Divinópolis.

Convido V. Exª para vir à mesa para fazer uso da palavra como o último painelista convidado.

Com a palavra o Dr. Carlos, Promotor de Justiça.

Dr. Carlos, para situar as pessoas que estão assistindo pela TV Senado, pela Internet e acompanhando pela Rádio Senado, nós estamos debatendo atitudes suspeitas de juízes em processos relâmpagos de adoção de crianças, conforme matéria vinculada no programa Fantástico, da Rede Globo, em 14/10/2012.

Esse é o mote. Naturalmente, estamos discutindo toda a questão da adoção.

O SR. CARLOS JOSÉ E SILVA FORTES – Bom dia a todos. Meus cumprimentos ao Senador Paulo Paim, meus cumprimentos ao Senador Magno Malta, nas pessoas de quem eu cumprimento as autoridades todas.

É um prazer estar aqui falando deste assunto. Quero deixar um abraço muito especial a todos os meus amigos aqui, especialmente os de Divinópolis, do Grupo de Apoio à Adoção de Volta pra Casa; um abraço especial ao Senador Magno Malta, não só pelo seu trabalho junto ao instituto da adoção, mas também por ter iniciado, ainda em 2008, a campanha Todos Contra a Pedofilia, que tem prestado serviços relevantes, ao longo desse tempo, em todo o nosso País.

Eu não posso deixar de iniciar ressaltando o que eu sempre ressalto e de que nunca vou me cansar de falar: não existe nada mais importante do que criança. Essa é uma questão que extrapola a lei e é uma questão que, além de ser social, religiosa, moral, é até biológica.

A nossa Constituição, no seu art. 227, estabelece a garantia dos direitos da criança e do adolescente como dever do Estado, da família e da sociedade. E é a única vez que a nossa Constituição, a Lei Maior do País, usa o termo "absoluta prioridade", justamente reforçando que a criança e o adolescente são, de fato, a parcela mais importante da nossa sociedade.

Dentre aqueles direitos que estão bem enumerados ali no art. 227, nós temos o direito à convivência familiar. E esse é um direito que é preponderante em

relação aos demais. E uma criança, um adolescente que esteja inserido em uma família responsável, evidentemente, essa pessoa em desenvolvimento terá dessa família a garantia de todos os demais direitos.

A adoção é um instituto que existe para garantir esse direito à criança e ao adolescente. É um instituto que é dirigido para o bem da criança, para o bem do adolescente, da pessoa que é adotada. Acho que essa é a visão que nós devemos ter.

Com a nova Lei de Adoção, que contou com muitas contribuições, inclusive contribuições nossas, de Divinópolis, através do Senador Magno Malta, vieram muitos avanços e também alguns institutos que, acredito, precisam ser repensados para terem um implemento melhor, para serem mais efetivos.

Permita-me, Senador, faço aqui, até por minha conta e risco, uma observação. Nós vemos na Constituição uma prioridade absoluta para a criança e o adolescente, mas, muitas vezes, não vemos na realidade. Em todos os níveis, estadual, municipal e federal. Até mesmo dentro do Poder Judiciário, até mesmo dentro do Ministério Público.

Eu vejo, por exemplo, com muito orgulho, que o Brasil é uma referência no direito eleitoral. Nós temos um sistema de eleições excelente, moderno, com funcionários capacitados, equipamentos modernos e eficientes, e isso é importante e, como já disse, motivo de orgulho para o Brasil. Entretanto, não vemos investimentos dessa natureza, ou seja, importantes assim na área da infância e da juventude. Acho importante ressaltar isso porque as próprias promotorias e varas da infância e da juventude espalhadas pelo Brasil todo não contam com o mesmo investimento, com a mesma capacitação de profissionais, o mesmo número de profissionais, os mesmos incentivos de todas as formas que, por exemplo, o Direito Eleitoral conta. No entanto, a prioridade é a infância e a juventude. Essa é só uma comparação que eu faço, porque, embora a nossa lei atual de adoção, que modificou o Estatuto da Criança e do Adolescente, traga pontos muito importantes e muito relevantes, ela, para sua implementação, carece dessa infraestrutura que a maioria das comarcas do País não tem, o que, evidentemente, facilita, permite que aconteçam casos como alguns que já foram aqui hoje debatidos e como outros que ocorrem.

Eu, hoje mesmo, estou trazendo – está aqui na minha mão, eu vou levar e protocolar junto ao CNJ – uma reclamação exatamente nesse sentido. Acho que Deus faz as coisas assim. Nesses dias, aconteceu. Eu terminei a representação e viria aqui, como vim, para essa audiência pública. E também era o momento de fazer a representação no CNJ, justamente porque são profissionais de Direito, no caso um juiz de Direito que permitiu que outras pessoas – a ação principal foi dessas pessoas – subvertessem a ordem, burlassem o sistema legal. E é claro que não estou fazendo juízo de valor. Estou pedindo uma investigação e, evidentemente, a verificação da situação em favor da criança.

O caso, se me permite, vou resumir aqui, é de uma criança nascida na Comarca de Divinópolis, Minas Gerais, onde eu trabalho. Aliás, antes mesmo que ela nascesse – a mãe, usuária de droga, já estava grávida –, uma pessoa teve uma conversa com a avó da criança que iria nascer, a mãe dessa moça que estava grávida, e a mãe dela disse o seguinte: "Minha filha não tem condição, não quer criar essa criança, não". A outra falou assim: "Ah, eu sei de uma pessoa que vai querer". E esse casal foi do Estado do Rio de Janeiro para a cidade de Divinópolis, acompanhou a gravidez, fazendo as despesas – e só o que eu tenho até então –, até chegar o momento em que a criança nasceu, quando foi registrada e imediatamente entregue a esse casal, que sequer é inscrito junto ao CNJ. Esse casal simplesmente pegou essa criança, levou para o Estado do Rio de Janeiro, de forma irregular, porque sequer tinha a guarda, e lá conseguiu uma guarda provisória. Enquanto isso, 27 casais que estariam interessados na adoção dessa criança, legalmente cadastrados, que passaram pelo curso e por todos os trâmites que a lei atual manda, foram burlados. E o pior: a criança foi entregue para uma pessoa que não passou pelos crivos pelos quais passam as pessoas que querem adotar de acordo com a lei.

Bem, diante disso, assim que eu tive conhecimento da situação, que foi no dia em que a criança nasceu, requeri a investigação. Foi verificado, 2 dias depois, que a criança já não se encontrava na comarca, já havia sido levada, já existia até notícia na Internet: "Já chegou aqui a minha criança". As pessoas que fizeram isso – repito – não tinham cadastro junto ao CNJ, não eram da comarca, não entraram com os trâmites legais que a lei manda, nada disso. Simplesmente foram ao interior de Minas Gerais, pegaram a criança e levaram para sua comarca. Pedi a busca e apreensão para que a criança não ficasse em abrigo, mas que fosse imediatamente entregue a um dos 27 casais cadastrados que atendiam ao perfil dela, de imediato. E essa busca e apreensão dada pelo juiz da Comarca de Divinópolis foi negada pelo juiz do Rio de Janeiro. Isso é andar na contramão da lei atual. É andar na contramão.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Essa lei atual é muito ruim.

O SR. CARLOS JOSÉ E SILVA FORTES – Como?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – A lei é ruim.

O SR. CARLOS JOSÉ E SILVA FORTES – Eu a critico. Eu fui uma das primeiras pessoas a criticar.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Eu não acredito nisso, não, porque, se esse casal deu amor na barriga, estava junto na barriga, com amor na barriga, esteve junto o tempo inteiro, foi honesto o tempo inteiro... Há momentos na vida, doutor, em que a graça é maior que a lei. E esse é o momento em que a graça tem que superar a lei. A lei, por ser a lei, nem sempre é boa, e essa tem que mudar. Essa é muito ruim.

O SR. CARLOS JOSÉ E SILVA FORTES – Senador, o senhor está lembrado...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Esses 27 casais estão absolutamente distantes do ponto de vista emocional que estava este que acompanhou desde a barriga. Então, é isso que eu discuto.

O SR. CARLOS JOSÉ E SILVA FORTES – Eu acho que a lei pode mudar nesse sentido, Senador.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Não, deve. É muito ruim.

O SR. CARLOS JOSÉ E SILVA FORTES – Eu fui uma das primeiras pessoas a criticá-la antes mesmo que ela fosse votada, na época em que o senhor me deu a oportunidade de falar sobre ela. O senhor está lembrado disso. A frase que eu usei está gravada, está registrada lá, é a seguinte: a lei não é um fim em si mesmo, a lei existe para atingir um objetivo que é a justiça, que é muito maior que qualquer lei. Mas também acredito na democracia, também acredito que a lei vigente deve ser respeitada.

Essas pessoas que estavam esperando lá, Senador – com todo o respeito, evidentemente, o senhor sabe o tanto que eu admiro e respeito a sua opinião, estou aqui por sua causa, por causa da Sandra, por causa de todo mundo –, acreditaram na proposta que saiu aqui desta Casa, seguiram todos os trâmites. Não foram lá e ficaram junto da barriga, porque isso não lhes foi permitido pela lei, não por mim ou por ninguém, mas pela lei. E essas outras pessoas simplesmente chegaram e ultrapassaram todos esses que acreditaram no sistema, não é?

Então, o que eu digo é que podemos mudar o sistema. Acho que é possível se fazer um mecanismo nesse sentido, mas dentro do sistema atual houve uma subversão da ordem – houve. E o principal aí não é nem mesmo o direito dessas pessoas que estavam lá esperando, que fizeram o curso, etc., é o direito da criança.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Doutor, é porque a minha fala...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Magno Malta, eu só queria dizer que o debate é bom. Eu só queria incentivar, porque o debate é bom.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Eu falei antes. Você não ouviu a minha fala. A minha fala foi exatamente nessa direção, entendeu? A minha fala foi nessa direção. E você tocou no ponto que foi o ponto de partida da minha fala. A lei é para beneficiar o adulto, não é a criança.

O SR. CARLOS JOSÉ E SILVA FORTES – É exatamente. Essa lei que se chama Nova Lei de Adoção podia muito bem se chamar Nova Lei do Poder Familiar, que era o antigo pátrio poder, porque ela, em vez de olhar a prioridade que é a criança, muitas vezes olha o interesse dos adultos, dos pais. A gente fica lá custando...

Olha só os casos que eu já enfrentei, já contei para o senhor, inclusive. A mãe que não tinha a mínima condição, nunca cuidou da filha. Havia vários casais querendo adotar essa criança. A pessoa chega lá. Eu entro com uma ação de destituição de poder familiar, mas sempre peço para ouvir, para conversar com a pessoa, para dizer para ela o seguinte: "A senhora nunca cuidou mesmo. Por favor, renuncie ao poder familiar para que essa criança possa logo ser adotada e a gente não tenha que enfrentar 1 ou 2 anos de processo. Vamos, faça isso". E a pessoa que nunca cuidou do seu filho chega lá e fala assim: "Não, não vou renunciar não, porque o filho é meu, fui eu que tive". Num ato de egoísmo que, nesse ponto, com toda a certeza, foi o que Senador Magno Malta falou agora, e foi exatamente o que eu disse na época: a lei não deveria chamar Lei de Adoção, deveria chamar Lei do Poder Familiar, porque ela olha mais desse lado. Ela tem que olhar o lado da criança.

É o que eu falei no começo. A adoção existe como instituto para garantir o direito à convivência familiar. Ela existe para a gente conseguir famílias para crianças e adolescentes que precisam de família, e não para conseguir filhos para quem não conseguiu por outras maneiras, ou para quem quer ter um filho. A lei tem que ser olhada, entendo eu, e interpretada não só por questão constitucional, mas por questão moral. Ela tem que ser olhada do lado do interesse da criança, porque a criança é o que há de mais importante.

Nesse caso que eu estava relatando aqui, eu vou pedir que seja apurado, porque fere a lei, não porque fere os 27 casais que estão esperando, que tinham o direito que é relevante, sim, que deve ser levado em conta. Não será por causa disso, mas principalmente por causa do direito da criança.

Eu não sei e não houve como saber a qualidade dessas pessoas que, simplesmente, já demonstraram, pelo menos, que não estão respeitando a ordem, porque passaram na frente de todo mundo, ignoraram as outras pessoas, saíram de um Estado e foram para

outro, simplesmente pinçaram lá uma criança e levaram embora. Não é assim que se faz, claro! Como que essa criança está hoje? Ela está bem? Espero que sim, mas é nosso dever verificar isso.

A SRª JANETE APARECIDA SILVA OLIVEIRA – Doutor, eu só queria fazer uma pergunta que é a seguinte: Nós temos cadastros das famílias para serem adotadas, mas não existe, no Brasil – eu já vi, já li que isso existe, em outros países, quando a adolescente engravida e não tem realmente condição de levar essa gravidez à frente ou a família tem um usuário de droga que engravida e coisa e tal e a mãe quer dar essa criança para adoção – um local, um lugar onde essas mães possam colocar a situação em que elas se encontram, para essa criança ser adotada. Se nós tivéssemos esse processo aqui no Brasil, essas pessoas que querem realmente adotar e têm amor o suficiente para adotar...

O SR. CARLOS JOSÉ E SILVA FORTES – Já acompanharia mesmo durante a gravidez.

A SRª JANETE APARECIDA SILVA OLIVEIRA – Acompanharia a gravidez da mesma forma...

O SR. CARLOS JOSÉ E SILVA FORTES – Concordo.

A SRª JANETE APARECIDA SILVA OLIVEIRA – ...que esse casal clandestinamente acompanhou. Seria uma maneira legal de a gente fazer.

Então, fica aqui a minha colocação de que essa deveria ser uma forma também de adoção em nosso País.

O SR. CARLOS JOSÉ E SILVA FORTES – Também acho que essa forma é útil. Existe em outros países, mas não foi contemplada no nosso, justamente por causa desse foco da lei no poder familiar. Exatamente o que eu estava falando aqui: temos que olhar a lei do lado do interesse da criança e não do interesse dos pais ou de quem quer adotar, que são interesses relevantes, mas têm que ficar em segundo plano, porque a prioridade tem que ser a criança. Um sistema desse tipo existe nos Estados Unidos, onde, por exemplo, desde a gravidez, a pessoa já declara que não tem interesse em ficar com aquela criança, em criá-la e tal, dentro dos conformes legais.

Por que a gente tem que acompanhar isso, a lei tem que acompanhar, o Ministério Público tem que fiscalizar, o Poder Judiciário tem que atuar? Para evitar que aconteça, por exemplo, como acontece, compra de crianças. Porque criança, evidentemente, não é uma coisa a ser negociada. Se não há essa fiscalização do Ministério Público e do Poder Judiciário, vamos facilitar esse tipo de coisa. Vamos facilitar ações ilegais e até piores. Crianças que podem ser adotadas e levadas, como o Senador Magno Malta já citou, e infelizmente eu tive a oportunidade de comprovar, com segundas intenções gravíssimas. Só para citar, não estou citando nenhum caso especial, tivemos conhecimento de redes de tráfico de órgãos, de empregados e de pedofilia. Isso existe, infelizmente.

A SRª FABIANA GADELHA – Complementando isso que o promotor colocou, nós acreditamos que a habilitação para adoção é fundamental para que o processo aconteça, embora a minha opinião, que é independente do que o grupo acredita e o movimento leva...

Essa fila, dentro da comarca, é definida de acordo com o perfil. Então, se temos 400 pessoas querendo um bebê recém-nascido, não poderia ser diferente: aquele que se interessa primeiro, que procurou a lei em primeiro lugar, deveria ser atendido primeiramente mesmo. Agora, esse que já é habilitado – e há uma lacuna na lei – tem um certificado, a sentença de habilitação. Ele, então, vai a outra comarca e busca uma criança que é fora do perfil. É perfeitamente possível que ele possa adotar. Foi o que aconteceu com o meu filho. Eu já estava habilitada. Busquei o Miguel em outra comarca, num Estado, numa cidade em que ninguém queria adotar uma criança com síndrome de Down. Ele estava cadastrado no Cadastro Nacional de Adoção. Aquele juiz fez um movimento de divulgar o perfil dele. Ele extrapolou as funções dele como juiz e, atendendo ao interesse da criança, mandou para diversos grupos de apoio, para diversos juízes, até que chegou até mim, através de uma rede social. Então, o meu filho veio por uma rede social, graças a um movimento de uma pessoa que queria realmente cumprir o seu papel. A partir do momento em que o Miguel foi destituído – ele foi destituído em seis meses –, teve deferida a guarda em um mês. Sete meses depois eu estava com a certidão de nascimento. Então, foi um processo super-rápido e dentro do trâmite legal. Ele estava destituído e eu estava habilitada, ponto e acabou. Mas se o Miguel não estivesse destituído e se ele não tivesse síndrome de Down? Essa família habilitada não conseguiria adotá-lo manejando uma ação de guarda, sob a alegação de que ela está em processo de destituição e que, quando for destituída, estará no interesse das famílias que têm aquele perfil.

Essa é uma questão que eu coloco em jogo, porque o Judiciário – Judiciário, quando eu digo, é todo o sistema, que são os juízes, o Ministério Público, a equipe de adoção – coloca um pudor em destituir uma criança antes de uma família se interessar por adoção, mas como vou saber se aquela criança é passível de adoção se ela não é destituída? E aí vira um círculo vicioso.

Nós temos hoje crianças com oito anos, com processo de destituição correndo há oito anos, que não

são destituídas porque o juiz, o Ministério Público dizem: "Olha, eu não vou destituir, porque eu vou tirar o nome da família biológica. Ele vai ser filho de ninguém [porque se exclui], e ninguém vai querer uma criança de oito anos." Mas quer sim! Nós já temos casos de pessoas que adotaram meninos de 16 anos. Aqui em Brasília nós temos um caso desse, e o menino está muito bem, obrigado. Tem 20 anos hoje. Então, eu não posso dizer que uma criança é inadotável. Por maior que seja sua idade, por mais difícil que seja sua condição de saúde, sempre vai haver alguém que vai olhar aquela criança além do estereótipo de ser uma criança negra, de ser uma criança doente, de ser uma criança com deficiência, de ser uma criança mais velha. Conheço várias pessoas que adotaram criança com deficiência. Elas olham a criança, não olham a deficiência. "Eu não estou adotando um cego. Estou adotando um filho, eu quero um filho." E aí a pessoa se desprende. É isso que o amor é capaz de fazer, mas também, junto com amor, é preciso preparo.

Nesse ponto, coloco em questão uma dúvida que os grupos de apoio têm, que os operadores, que os advogados, que os defensores públicos têm. Essa pessoa que já é habilitada... Eu não vou nem tirar a questão de quem não é, mas só pela questão do amor, porque a questão da paixão... Pode acontecer de você, no dia a dia, se apaixonar no abrigo. Quando o menino vai para sua casa, pode acontecer de você não se apaixonar, e temos casos de devolução hoje, muitos casos de pessoas...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª FABIANA GADELHA – Então, quando você já é habilitado, você cumpre o requisito da lei, você passa por todo aquele processo, mas, se vai para outra comarca buscar uma criança que está em destituição, ou seja, ela não está disponível, como é que é esse direito de preferência, se eu estou lutando por aquela criança específica? Eu não quero o primeiro que vai vir. Eu quero fulaninho que tem tanto de idade, que tem uma história de vida, que tem toda uma peculiaridade. Os juízes, se não há ninguém naquela comarca, deferem a adoção, como aconteceu com o Miguel, mas, se há uma busca, um interesse por aquele perfil... Ele não busca a pessoa, a criança, ele olha o perfil: "É um menino de três anos que não está destituído." Essa família não vai ter seu intento deferido. Vai ter que acabar dando a preferência para a lista. E eu acho que não. Na minha opinião, não é pensando que é de quem buscou primeiro. Não! Nesse movimento dessa pessoa que buscou a Justiça, que se habilitou, que foi para outras comarcas e que se interessou por uma criança que está em processo de destituição, tem que se olhar a destituição dela para ver se realmente ela não tem chance de ser reintegrada. Nesse caso, sim, ela pode ser considerada um pai por adoção. Ela não tem que ir para a fila, porque, muitas vezes, esse postulante acaba movimentando o processo de destituição e acaba aquela criança não indo para ele que buscou, mas para o primeiro da fila, e isso seria uma critério extremamente frio, extremamente matemático e cronológico.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só um minuto, só uma informação que chega aqui das pessoas que estão assistindo pela TV Senado, pela Internet. Diz aqui que a Casa de Caridade das Irmãs Franciscanas de Mato Grosso cumprimenta a CDH pelo tema dessa audiência pública, e sei que o Senador Magno Malta sempre incentivou esse debate. "A diretora informa que há muitas crianças entre três e cinco anos à espera de adoção."

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Isso. A Casa de Caridade das Irmãs Franciscanas.

O Dr. Edilson também estava querendo entrar nesse debate.

O SR. CARLOS JOSÉ E SILVA FORTES – Permite, Edilson, só para eu falar enquanto a Fabiana está falando. Só dizer a minha interpretação quanto ao que foi dito.

Fabiana, eu não acho que deva ser assim: só fazer a destituição de poder familiar quando existe alguém já em vista. Não! Destituição de poder familiar ocorre porque os pais não são dignos daquela criança. Antes ficar sem ninguém, do que ficar lá com nome de pais incompetentes, pais criminosos. Então, sinceramente, a nossa interpretação não é essa que você enfrentou em algum determinado momento.

Mais do que isso: acho até mesmo – e nós temos colocado isso prática na nossa comarca – que sequer é preciso a destituição, quando tudo já leva a crer que isso vai acontecer, mas é preciso casais devidamente cadastrados, porque a lei hoje em dia exige isso. Há exceções muito bem definidas no art. 50, §13, I, II e III. São três exceções que permitem o não cadastramento. É possível, então, já se iniciar o processo de adoção concomitante com a destituição do poder familiar e, desde o começo, se pedir e se conseguir uma guarda incidental, ou seja, na prática, a criança já vai para a casa da pessoa e o processo fica rolando. Ele pode até demorar. Não tem problema, porque processo é papel. O importante é que a criança esteja dentro de uma casa, com uma família, sendo assistida. Isso não é fácil de fazer, mas é a interpretação que nós fazemos pensando daquele jeito que eu estava falando aqui agora, que o interesse principal é o da criança e, repito, não o dos pais biológicos, não o dos adotantes. O

principal é o da criança. Então, o que eu quero, o que eu vou buscar dentro do processo, como Promotor de Justiça da Infância e Juventude? Vou buscar garantir àquela criança o direito de convivência familiar, o mais rápido possível, porque para a criança, uma semana faz diferença, um ano, nem se fala.

Desculpa, eu queria falar isso porque eu sei que você deve ter enfrentado essa interpretação, mas não é, por exemplo, a que eu tenho e a que a gente tem aplicado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

A SRª FABIANA GADELHA – Só para...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Dr. Edilson...

A SRª FABIANA GADELHA – Só para complementar, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – ...está há horas esperando para poder falar.

A SRª FABIANA GADELHA – É só para complementar essa... Eu fico muito feliz...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É sinal que o debate está bom.

A SRª FABIANA GADELHA – É.

Eu fico muito feliz de saber que realmente há algumas interpretações. É isto que nos deixa inseguros: a lei não é pontual, ela tem que ser interpretada, e, da mesma forma que a lei é interpretada em benefício de alguém, ela pode ser também interpretada em malefício de alguém.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª FABIANA GADELHA – A gente sabe que algumas comarcas, alguns promotores, alguns juízes já têm interpretado nesse sentido, mas não é o que se vê. O que se percebe – e isso foi inclusive discutido no congresso do IBDFAM que teve agora esse mês – é que existe um melindre muito grande. O processo da destituição até está em trâmite, mas ele só é concluído quando, junto com ele, é feita também a adoção. Então, dificilmente uma criança ou um adolescente tem destituído o seu processo, tanto é que nós temos hoje, segundo o CNJ – um dado que é propagado –, 37 mil crianças institucionalizadas e somente 5 mil cadastradas. O que acontece com essas 32 mil? Elas estão no espeto, esperando uma definição de alguém que as adote. Eu até creio que elas estejam em processo de destituição. Alguém ajuizou esse processo de destituição, mas não teve ainda alguém que tivesse a coragem de definir a situação jurídica dela, para que ela pudesse ter a chance de ser adotada. Hoje eu só posso adotar 5 mil, mas eu tenho 32 mil que vivem no limbo, e é graças a essa interpretação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Quantas?

A SRª FABIANA GADELHA – São 37 mil acolhidas, mas só 5 mil cadastradas para adoção. Tenho 32 mil no limbo jurídico, que são crianças que estão vivendo, amanhecendo e anoitecendo nos abrigos até a maioridade, esperando a reintegração familiar ou alguém que se interesse por esse movimento de buscar a destituição, que até está em andamento, mas ela só é sabatinada, concluída, quando o sistema de justiça entende que vai tirar o sobrenome desse pai biológico, mas que a criança vai para alguém. Então, existe aí esse falso moralismo de achar que está resolvendo.

A SRª SANDRA AMARAL – Mas isso é muito verídico...

O SR. CARLOS JOSÉ E SILVA FORTES – Isso é um absurdo.

A SRª FABIANA GADELHA – É um absurdo, mas é real.

A SRª SANDRA AMARAL – Nós temos promotores e juízes que são parceiros do grupo, que passam para a gente a relação de crianças e que falam comigo: "Sandra, assim que você tiver uma família, nós vamos providenciar a destituição; antes, não". Eu até já falei para ele que é um absurdo. Você não concorda, mas eles fazem assim. É até um crime.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Dr. Edilson está tentando entrar no tema.

O SR. CARLOS JOSÉ E SILVA FORTES – Desculpa, Edilson.

Meu amigo Edilson está aqui e eu estou atrapalhando.

O SR. EDILSON TEODORO – Dr. Carlos, também, como diz o nosso Senador Magno Malta ali, a princípio, eu tenho aqui um comentário do Ministério Público, da escola do Ministério Público do Estado de Goiás, com relação à necessidade de que o Ministério Público cumpra o prazo de 120 dias para fazer o processo de destituição. Defendi que seja destituído o mais rápido possível para economia processual, em benefício da própria criança e das pessoas que estão adotando. O Senhor está lá do lado do Ministério Público; eu, do lado do advogado. A gente presencia o pai e a mãe naquele sofrimento durante dois anos, como no caso da minha filha adotiva. O processo dela durou dois anos, mas existem processos com 10, 12 anos na Justiça. É uma insegurança. Até o casal que pode, às vezes, tirar mais uma nova criança do abrigo, fala: "Nossa, mas eu gastei 10 anos para resolver o processo de um. Vou resolver esse primeiro, porque, se der errado, como é que eu vou entrar com outro?" Então, a agilidade processual, nesse caso, beneficia tanto à

criança como àquelas pessoas que são pais adotivos e que têm condições e querem adotar outras crianças.

É um comentário ao qual me adaptei aqui. E eu acho que isso tinha que ser cumprido por vários fatores.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDILSON TEODORO – Depois eu vou dar a palavra, só um minutinho.

E, inclusive, eu recebi uma pergunta, aqui, do Marcelo Fontes de Matos, de São Paulo: "Um casal, após adotar uma criança, poderá devolvê-la à instituição de onde foi adotada?" Eu vou contar uma história pequena que aconteceu.

Uma senhora me procurou na intenção de devolver uma criança a um abrigo, porque ela e o marido tinham adotado essa criança, mas o marido morreu – ele era mais apegado à filha – e ela queria devolver essa criança para o abrigo. A princípio essa senhora procurou a pessoa errada, porque ela procurou um pai adotivo. Ela teve de ouvir muitas coisas, dentre elas, o questionamento de por que ela não procura uma solução conjunta de um problema, porque era dela, mãe adotiva, e da filha adotiva. Essa senhora, durante essa entrevista, recebeu um telefonema. A filha havia acabado de tomar veneno. A mulher levantou da cadeira e perdeu completamente o rumo. Saiu às pressas, desesperada, atrás da filha adotiva. Levou para o médico, que fez a lavagem, e a menina sobreviveu. A mulher resolveu escutar os conselhos: procurou uma psicóloga, um tratamento conjunto, familiar. Seis meses depois, essa mulher voltou para agradecer.

Então, respondendo essa pergunta do Marcelo, existir, existe, porque, se uma pessoa não está preparada para ser pai, ele não pode castigar um filho eternamente, não pode obrigar uma pessoa a viver ali por obrigação, mas a pessoa responde por esse ato, como um abandono de incapaz, e por vários outros aspectos jurídicos, porque…

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu diria: abandono do filho.

O SR. EDILSON TEODORO – Adoção não é brincadeira.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Cria toda uma expectativa. Tem que ter muito carinho.

O SR. CARLOS JOSÉ E SILVA FORTES – Na verdade, quando se adota, a criança ou o adolescente passa a ser filho daquela pessoa. Filho, ponto. Não existe filho adotivo não. E eu pergunto: a pessoa acha que, porque adotou uma criança e não quer, vai devolver para o abrigo? Eu pergunto: se você tem um filho, depois você vai devolver para a barriga da mãe? Porque é a mesma coisa. É seu filho e ponto final. Não tem esse negócio de devolver para o abrigo. O que pode acontecer é que, nesse caso, vai ter que haver uma ação de destituição de poder familiar, em relação a essa pessoa que adotou e tornou aquele outro seu filho. Ele também vai responder por todos os delitos que por acaso tenha praticado nesse processo. Se adotou, é filho. Não existe diferenciação entre filho biológico e filho adotivo. Não existe esse negócio de "vou devolver". "Eu tive um filho, aqui, nasceu, mas não quero mais não. Vou devolver." Devolver para quem? Não tem para quem devolver.

O SR. EDILSON TEODORO – Eu falo, Dr. Carlos José, essa história que eu estou contando aqui, aproveitando a pergunta do Marcelo…

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A história foi muito forte.

O SR. EDILSON TEODORO – ...porque, às vezes, também, existem pessoas que vão adotar que não estão preparadas para a adoção.

O SR. CARLOS JOSÉ E SILVA FORTES – Daí a necessidade dos cuidados prévios, não é?

O SR. EDILSON TEODORO – Exatamente. Existe pessoa que, às vezes, não é pai, nunca foi pai, nem foi mãe. Então, ele não está preparado para assumir essa responsabilidade, mas ele tem que buscar primeiro uma ajuda com um psicólogo para ele entender essa nova situação na qual ele se colocou. A responsabilidade nasce da educação. Então, você tem que buscar esse novo comportamento social de ser um pai e de ser uma mãe, com toda a estrutura que o Estado lhe oferece também. Hoje, com a nova lei, nós temos esse amparo, esse preparo, os cursos, e tudo. Na lei anterior, a gente não tinha essa estrutura.

O SR. CARLOS JOSÉ E SILVA FORTES – E as pessoas, para se cadastrar, têm que passar por essas fases. Por isso eu acho importante isso. Isso foi uma coisa boa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Dr. Carlos José, nós temos ainda o depoimento da Srª Juliene Fátima Alves, mãe adotante. Se os senhores concordarem – sei que o debate está bom – que a gente permita agora o depoimento dela, após, cada um faz aqui suas considerações finais.

Para o próprio pessoal da Taquigrafia – lembrando que o debate é bom –, seria bom que eu citasse o nome de cada um dos debatedores, mas se perderia o foco do debate. Eu prefiro deixar que a Mesa vá fluindo e aprofunde o debate.

Mas agora vamos passar a palavra para a nossa convidada, a mãe adotante Juliene Fátima Alves.

A SRª JULIENE FÁTIMA ALVES – Bom dia.

Minha história começou no dia 27 de maio de 2010. Eu estava até viajando, porque eu sou vendedora de roupa, e, enquanto eu não me encontrava na minha cidade – eu moro em Passos –, deixaram uma crian-

ça aos cuidados da minha mãe até que eu chegasse. Meu marido me ligou e falou: "Olha, Juliene, chegou uma criança com um dia de vida e está aqui." Eu fiz o enxoval dela inteirinho, sem saber como ela era, se tinha algum problema, se não tinha. Cuidei dela como se fosse... Quer dizer, como se fosse não, eu a considero minha filha. Na hora em que me entregaram…

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Só um minutinho. Eu queria que você a escutasse, porque deve ser um caso igual.

A SRª JULIENE FÁTIMA ALVES – Quando ela me foi entregue, não me falaram assim: "Oh, você vai só alimentar, trocar; você não vai dar amor." Não falaram isso para mim, não falaram para eu não amá-la. E simplesmente eu cuidei dela como eu cuidei dos meus três filhos, porque eu tenho três filhos. Nesse período, não houve visita, não foram saber como ela estava. Ela veio com abstinência de droga, porque a mãe dela era usuária. O médico pediu uma alimentação para ela, porque, como ela veio de uma gravidez sem estrutura nenhuma, ela veio com uns problemas. E a gente cuidou. Mas, com 1 ano e 1 mês, foram à minha casa e disseram que ela iria para a adoção, porque eu não estava cadastrada. Na época, eu falei: "Não, mas eu quero ficar com ela." "Não, você não está no cadastro." Eu falei: "Não, mas eu faço." Tentei conversar com o juiz da minha cidade. Ele não teve a dignidade de me escutar. Até hoje nem promotor, nem juiz, ninguém me escutou. Na hora em que a tiraram de mim, eu falei: "Pelo amor de Deus." E ele falou assim para mim: "Oh, está vendo essa moça [na época, era secretária dele]? Ela faz 1 mês que está aqui. Eu já me apeguei a ela." Eu falei: "Mas o senhor está comparando o amor por um filho com amor por uma secretária?" Ele falou assim: "Você não tem direito a ela, porque você não está cadastrada." Fui, fiz o cadastro. Entrei, fiz o curso. Ele não aceitou minha habilitação. Passados 3 meses que ele já tinha levado, ligaram na minha casa falando que ela estava doente e chorava dia e noite. Como esses processos correm em segredo de justiça, eu não sabia por quem ela tinha sido levada. E antes disso, também, antes que eles a levassem de mim, falaram assim: "Não se preocupe, não, porque, para onde ela vai, ela não vai precisar de nada". Aí eu perguntei para o juiz: "Mas no dia em que você a levou para a minha casa, o senhor perguntou se eu precisava de alguma coisa?" Ninguém fez essa pergunta para mim. Não deixaram que ela levasse nem a chupeta, nem os presentes de aniversário, porque eu fiz a festa dela um dia antes. Nem os presentes deixaram que ela abrisse. Aí eu falei assim: "Não, mas ela tem alimentação... Ela tem que tomar Nan com mais... um leite lá que ela devia tomar." "Não, não se preocupe, não, porque, para onde ela vai, ela não vai precisar de nada." Com dois, três meses que a levaram, me ligaram: "Você é a mãe que estava com essa criança? Oh, ela chora dia e noite. Ela está doente." Quando falaram isso, o chão parece que abriu. Eu, desesperada, montei na moto... me deram o endereço direitinho. Fui até a casa. Cheguei à casa, apertei o interfone, a pessoa não saiu. Demorou acho que uns 15 minutos, aí o moço falou assim: "Não..." Tiraram o interfone do gancho para escutar quem estava do lado de fora, porque acho que a pessoa que ligou se arrependeu de ter ligado. Tiraram o interfone do gancho para eu escutar lá fora. E eu escutei essa menina chorar, mas ela chorava, mas ela chorava que eu cheguei a passar mal na rua. O meu advogado foi lá e me buscou, porque eu não aguentava dirigir, e me levou na frente do juiz. Aí o juiz falou assim: "Oh..." Ele não quis me olhar de novo nem quis me atender. Falou assim que eu não era uma pessoa de confiança, por ter exposto o caso dela na mídia.

No meu ato de desespero, o que eu fiz? Procurei o jornal da minha cidade, procurei o EPTV Sul de Minas. Então, assim, foi um ato de desespero. Eu não queria colocá-la em situação constrangedora. Foi o meu de expor o meu caso, porque assim...

Quando foram pegar a criança na minha casa, chegaram lá e falaram assim para mim: "Eu posso tirar uma foto dela? Porque a pessoa que quer a criança não quer uma criança negra." Aí tinha uma moça que estava do lado da assistente social que pegou e falou assim: "Mas você pode dar o direito de querer ou não deixar tirar essa foto". Aí eu falei: "Mas como vocês vão dar para uma pessoa que não quer uma criança negra? Quando a gente quer dar amor a uma criança, independe de cor, de raça. Você quer dar amor a uma criança. Ela não foi gerada de você. Como você quer que ela pareça com você?" Então, assim, eu achei... Eu falei: "Não, não vai tirar foto." Aí foi, passaram dois dias, mandaram a assistente social lá de novo. Falei: "Então, eu vou escolher a foto." Aí mandei a foto. Ela passou por quatro casais até chegar a esse com quem ela está.

Então, assim, eu luto por ela, eu vou até onde a justiça de Deus e a dos homens permitir, porque eu quero essa criança, ela é minha filha. Ela já me chamava de mãe, chamava o meu esposo de pai. Os meus filhos... Eu tenho um filho que tem que fazer tratamento com psicólogo, porque do jeito que ela foi tirada com busca e apreensão, porque eu não queria entregá-la, ele ficou – como é que eu falo –, não dormia à noite, chorava o tempo todo, tudo. Até hoje, você vai falar com ele, ele chora.

Então, assim, do jeito que foi feita a situação, traumatizou tanto a ela, porque hoje eles falam que ela

está bem. Eu falei: mas depois de certo tempo tem que estar bem, porque ela tem que se adaptar. Mas eu...

Essa é a minha história.

E o que eu acho de errado também é que lá, na mesma comarca da minha cidade, tem o mesmo caso, igualzinho ao meu, e eles não tiraram porque a moça trabalha na Promotoria. Então assim... Só porque eu não sou ninguém? Tem um ano que tiraram.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Digam-me uma coisa, vocês que estão acompanhando o caso: onde é que esse juiz errou? Porque é o seguinte: a lei é muito importante quando o sujeito precisa usá-la na sua conveniência. Então a lei tem que ser a lei.

Lembro que, na CPI do Narcotráfico, Senador Paim, eu cheguei do Mato Grosso e tinham soltado uma traficante chamada Branca. A Branca é uma das maiores narcotraficantes de Mato Grosso. Ela tem sido presa com três aeronaves e muitos tonéis de éter para refinar cocaína, muita granada, muita arma, muita coisa mesmo. E, no dia em que nós chegamos lá no Mato Grosso, a Branca foi solta. Eu achei aquilo um aviltamento contra a presença da CPI e pedi audiência ao Presidente do Tribunal. Ele não me deu. E eu fui ao Tribunal assim mesmo. Chamei a imprensa e fui andando para lá. E ele teve que me receber.

Sabe o que ele falou para mim? A diferença desses grandes traficantes, Senador – era Deputado Federal V. Exª –, é que eles contratam bons advogados e sempre encontram filigrana na lei. A filigrana da lei, ela existe para favorecer bandido, ela é encontrada para favorecer interesses, mas a filigrana da lei, ela nunca existe, ninguém a encontra para favorecer os menores, os desfavorecidos. Tinha gente lá no presídio dele apodrecendo porque roubou um toca-fitas há cinco, dez anos, que não tem filigrana da lei para soltar. Mas acharam uma filigrana na lei para soltar a Branca.

Então, quando as pessoas reclamam e falam... Você vê a angústia de uma pessoa ao dizer assim: tem um caso igual ao meu. E a pessoa não foi... Está tudo certo, porque a pessoa trabalha na Promotoria. Cada qual reclama de onde está doendo.

Para vocês que estão acompanhando, o grupo de apoio e adoção lá de Minas Gerais, de Divinópolis, que está acompanhando o caso dela, que a trouxeram até aqui, e vocês minimamente conhecem a lei, essa lei ruim que está aí, mas é a lei que está aí, que é usada e interpretada na medida do interesse de cada um, onde é que esse juiz errou? Se ele errou, alguém tem que denunciá-lo ao CNJ e pode ser eu, é só me dar. Me dêem.

O SR. CARLOS JOSÉ E SILVA FORTES – Posso fazer uma observação, Senador? Exatamente sobre como é que... Como é o nome da senhora?

A SRª JULIENE FÁTIMA ALVES – Juliene.

O SR. CARLOS JOSÉ E SILVA FORTES – Do que ela acabou de contar agora, eu acho que a interpretação... É o que eu falei várias vezes aqui: a interpretação tem que ser dada em favor da criança. Se a criança está com ela há mais de ano e criou um laço de afinidade, isso é muito mais importante do que ordem matemática e cadastro. É evidente que é. A gente vive dizendo isso. Acho que a interpretação que não é feita do ponto de vista do interesse da criança está errada, está enganada. Tanto que já acompanhamos casos parecidos com esse. Você está lembrada, não é, Sandra? Casos parecidos com esse, em que a criança...

O que é o principal? Que a criança esteja bem. Está bem com ela? É possível resolver a situação. O cadastro, a ordem do cadastro existe ali como uma maneira subsidiária de se decidirem questões. Ou seja, se não têm afinidade, se estão todos em igualdade de condições, vai pela ordem. Agora, se existe uma afinidade, tanto que a criança sentiu isso e demonstrou, se isso é facilmente provável – provável que eu digo significa demonstrado nos autos através de prova –, então, evidentemente... Estou falando, é claro, com base no que ela acabou de relatar. Se existe essa afinidade é do interesse da criança permanecer com ela, mais do que do interesse dela, que também é relevante. Repito: também é relevante. Mas em primeiro lugar vem o interesse da criança.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Promotor Carlos José.

A Taquigrafia está cobrando que eu diga o nome de cada um que fala.

Deixem-me encaminhar agora os nossos trabalhos, primeiro respondendo ao estudante de Ciências Políticas Gabriel Passos do Amaral uma pergunta que ele dirige a mim, aqui na mesa: "Afinal, qual a opinião sobre a lei da adoção no Brasil e o que deve mudar?"

Acho que o Senador Magno Malta foi feliz ao responder ao Passos de Amaral quando reafirmou, ele que é um estudioso do assunto, que a lei de fato não é boa. E o Senador propôs – estou respondendo ao Gabriel – que a gente inclusive forme, aqui na Comissão de Direitos Humanos, uma subcomissão para estudar a lei e alterá-la, corrigindo-a nos seus defeitos. Claro que eu aqui não vou dizer exatamente onde tem que se mexer. Esse grupo que vai se reunir é que vai alterar a lei, mas, pelo que percebi aqui, caminha em dois eixos: diminuir a burocracia e manter uma fiscalização adequada. E aí, naturalmente, os senhores podem complementar a resposta se assim entenderem. Se o Senador Magno Malta quiser complementar a resposta ou ficamos por aqui... *(Pausa.)*

Farei o seguinte encaminhamento para os nossos trabalhos: darei 3 minutos para cada um, para as considerações finais.

Começo com o Promotor de Justiça, Dr. Carlos José e Silva Fortes, para as suas considerações finais, por 3 minutos.

O SR. CARLOS JOSÉ E SILVA FORTES – Vou ser breve. Se o senhor me permite, respondendo essa pergunta, a lei é grande, tem vários artigos e já cheguei, antes mesmo que ela fosse apresentada, a fazer algumas críticas, assim como o nosso amigo também, o Promotor de Justiça Sávio Bittencourt, fez algumas críticas. No geral, acho que poderíamos resumir da seguinte maneira: temos que ter uma lei da adoção que vise ao interesse da criança, na garantia especialmente do direito de convivência familiar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não, nisso tudo bem. O que ele está querendo dizer aqui é que vocês são contra a lei. A provocação positiva é essa. E o que deve mudar? Ele quer saber quais os artigos e onde. O que nós estamos respondendo? A proposta do Senador Magno Malta é que a gente tenha uma subcomissão, que vai aprofundar a lei, tendo esse eixo.

O SR. CARLOS JOSÉ E SILVA FORTES – Certo. Só estou dando como se fosse, no meu entendimento, a diretriz básica dessas modificações, que são muitas, porque a lei é complexa e tem vários artigos.

É que a lei tem um enfoque que busca o direito da criança. No caso, eu entendo que a lei trouxe muitas coisas boas, mas trouxe muitos problemas também, porque ela tem um enfoque que olha o direito dos pais. E acho que, em primeiro lugar, está o direito das crianças e dos adolescentes a serem adotados, porque a adoção tem que ser um meio de garantia de direito de convivência familiar. Acho que é esse o objetivo da adoção. Até porque relembro, já encerrando aqui as minhas considerações, que a prioridade absoluta no Brasil, pela lei, é a garantia dos direitos da criança e do adolescente e isso a gente tem que colocar na prática, efetivar, em todos os campos, especialmente nesse caso, porque a garantia do direito à convivência familiar é preponderante para a garantia de todos os demais direitos.

Agradeço pela oportunidade de participar e fico muito feliz por este fato estar sendo discutido então. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Foi o Dr. Carlos José, que é Promotor e atua nessa área.

De imediato, a Drª Fabiana Gadelha.

A SRª FABIANA GADELHA – Colaboro com as indicações do Dr. Carlos Fortes e acrescento aquilo que falei no início. Só uma lei não tem o condão de mudar uma triste realidade. Se a gente tivesse... Não é o remédio que tira uma dor, não é uma cirurgia que tira um câncer; existe a necessidade de uma reflexão. Existem hoje políticas públicas que falam de convivência familiar e comunitária; existem protocolos que estão andando no Executivo, em favor disso, mas não há uma comunicação entre quem faz a lei, entre quem executa a lei e entre quem é autor e vítima dessa lei. Então, há uma falta de conexão nisso.

Uma das coisas que a lei poderia prever é justamente isto: uma maior mobilização, o empoderamento da sociedade civil organizada, não só dos grupos de apoio, mas que trabalham pela militância, para que eles possam também colaborar com o sistema de justiça. É muito fácil ficar reclamando que tem pouco juiz, que tem pouco servidor e que tem juízes ganhando R$30 mil. E aí? Vamos dividir no meio isso? Vamos contratar mais gente? Vamos destinar mais verbas, vamos tirar verbas dali que está sobrando e vamos colocar para o Judiciário, que é onde precisa. Porque a questão da morosidade da Justiça não é um problema só da adoção, mas uma celeuma que envolve o Judiciário, todos os processos.

Então, isso que a gente fala aqui em favor da criança e do adolescente, de tirar um pouco esse foco, não só da lei, mas de se promover uma reflexão a partir dos casos tristes que vem sendo noticiados todos os dias para que se faça uma política de verdade, para que se faça uma política de atenção à criança, de verdade, que não se fique preso em casuísmos – o caso do fulano, do beltrano, do sicrano –, mas que se possa olhar o caso em verdade e ver realmente qual é o interesse, se essa família está habilitada ou não. E hoje as pessoas têm usado a lei em favor do interesse próprio. Nós temos tido vários casos de adoção à brasileira, que não é só ir ao cartório registrar, mas que estão aí justamente utilizando a lei em benefício próprio.

Então, a minha proposta é que haja uma maior união, para que a gente possa cuidar mais das crianças e dos adolescentes. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Drª Fabiana Gadelha.

Dr. Edilson Teodoro.

O SR. EDILSON TEODORO – Queria agradecer pela oportunidade de estar aqui presente – pela segunda vez, recebi o convite, com muita honra – e poder participar desse projeto que, acho, tem de ser permanente, porque as necessidades são permanentes e vamos mudar essa lei em prol do futuro do País, que são essas crianças que estão lá no abrigo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Dr. Edilson.

Agora passamos para a Drª Janete Aparecida Silva Oliveira.

O SR. JANETE APARECIDA SILVA OLIVEIRA – Eu queria agradecer a esta Casa por esta oportunidade de novamente estarmos aqui discutindo um assunto que é de importância enorme, uma vez que, como disse o Senador Magno Malta, falar de adoção é falar do presente, é falar da nossa criança agora, que não adianta falar que a criança é o futuro. Para resolver o futuro, temos de resolver o problema dessas crianças imediatamente.

Gostaria de propor a esta Casa o que eu já havia falado antes, a respeito de as mães terem, sim, onde procurar, aquelas que realmente não têm condições de ficar com o filho, para a gente poder acompanhar a gravidez dessas mães com esses casais que estão propostos a adotar as crianças recém-nascidas.

Precisamos também resolver os casos de adoções tardias, que são os de maior número, crianças acima de 3 anos, com problemas de deficiências, tanto física quanto... há o caso de síndrome de Down. Então, nós precisamos trabalhar mais com as famílias para que possam aceitar esses casos de adoção tardia. Precisamos também nos conscientizar, todos nós, de que a adoção não é um caso isolado, é um caso para o Brasil tratar. Tratar as nossas crianças como propriedade nossa, porque é isso que fala a nossa lei. Temos que cuidar daquilo que é nosso, e as crianças são nossas.

O que me preocupa muito no caso da adoção é que estamos acostumados a abrasileirar a lei. Então, realmente, se a lei não está boa, a gente não tem que abrasileirar a lei, não. A gente tem que consertar o que está errado, fazer leis que sejam cumpridas, mas que tenham condições de serem cumpridas.

A Juliene, que foi o caso que aconteceu aqui, cujo relato emocionante ouvimos, não tenho dó nenhuma da Juliene. Eu tenho dó da menina dela, que, com um ano e um mês, teve uma festa maravilhosa, em cujas fotos vimos a alegria da menina, e não pôde abrir um presente porque não deixaram. Eu tenho dó de acontecer isso com uma criança que, na hora de ser retirada de sua casa, diz para a mãe que não quer ir. Mesmo assim, eles não tiveram um pingo de decência de deixar essa criança junto com sua família, porque ela já chamava de pai e de mãe.

Então, nesse caso, foi burlado não o direito da mãe nem do pai, mas o da criança, de conviver com a família que ela já amava. Temos de ter o cuidado para não tirar da criança o amor que ela já tem pelo próximo.

São esses casos que temos que realmente olhar e não deixar acontecer. Obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Drª Janete Aparecida Silva Oliveira.

Passamos a palavra, agora, à Srª Maria José Coelho Rios, mãe adotiva, para seus 3 minutos.

A SRª MARIA JOSÉ COELHO RIOS – Avó adotiva.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Avó adotiva. Mãe adotiva é a Juliene, que vai falar, vai ter seus 3 minutos também.

A SRª MARIA JOSÉ COELHO RIOS – Quero agradecer por estar participando aqui. Foi através do Casé, Promotor, que ganhei este presente de Deus, que é a Maria Tereza. É o presente, é o nosso presente. Foi ele que acompanhou todo o caso. E é a Sandra, porque faço parte do grupo, e estou com ela desde quando a Stefany chegou. Então, uma acompanhando a outra. E a todos muito obrigada. Senador, que sempre está lá conosco, presente.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Avó adotiva, Maria José Coelho Rios.

Passamos à mãe adotante, Juliene Fátima Alves. Três minutos também.

A SRª JULIENE FÁTIMA ALVES – Quero agradecer pela participação, a convite da Sandra. Eu a conheci pela Internet porque meu desespero era tanto que eu tinha, como eu disse, que achar alguém que me desse uma luz no fim do túnel, porque... Igual a ontem, quando a gente vinha para cá ela disse: você traz tudo o que tiver dela, tudo. E cada processo que eu mando... que alguém pede para ver, mando tirar a foto dela de novo.

Quando cheguei ao lugar que tira... no fotógrafo e comecei a ver todas as fotos dela de novo. A moça falou assim: o que você tem, moça? Eu disse: esta aqui é meu anjo da guarda. Mas ela falou: mas você está tirando foto dela? Ela não faleceu? Eu falei: não. Quando a pessoa falece, você sabe onde ela está e vai lá para rezar. Não. Ela está lá na outra casa e tiraram ela de mim. Ela falou: então por que você está nesse sofrimento? Eu falei para ela: eu não estou sofrendo, estou lutando por ela. E tenho fé em Deus que eu ainda vou conseguir minha Vitória de volta.

Eu tenho só a agradecer a vocês a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. *(Palmas.)*

Essa foi a mãe adotante, D. Fátima Alves.

Eu ia permitir que você fizesse o encerramento, como presente ao Grupo de Apoio à Adoção Volta pra Casa.

A SRª SANDRA AMARAL – Obrigada, pelo carinho.

Respondendo ao Senador Magno Malta, a Juliene, se entende apadrinhamento e erros. E é difícil entender a cabeça dos juízes, cada um vê de um jeito,

a lei é uma, mas cada um interpreta de uma maneira diferente. Nunca olham muito o interesse da criança.

O que temos notado nos casos chocantes – e não são todos, temos que ser claros: não são todos os profissionais que fazem isso, mas bastantes.

Se errou no apadrinhamento, por que vai dar um bebê para uma família apadrinhar? Já está errado. Se errou no apadrinhamento, se errou e já tem um ano e dois meses, que corrigisse esse erro, passando para a menina, porque a menina já a chamava de mãe, e que mudasse a forma de apadrinhamento.

Mas há pessoas que se consideram não reis e, sim, deuses; não se consideram seres humanos, simplesmente se formaram, passaram em um concurso e se consideram verdadeiros deuses. Mas esses deuses não são abençoados pelo mesmo Deus que a gente serve, deve ser por outro deus, tenho certeza, porque só fazem maldade e ruindade. E não têm humildade de reconhecer que erram, porque promotores e juízes são seres humanos, com defeitos como nós, que também erramos muito, todos nós. Portanto, se erraram, acho que deveriam corrigir desse jeito.

Um recado para essa mãe que está com ela: será que ela é uma verdadeira mãe? Acho que quando você é uma verdadeira mãe, não quer que seu filho sofra. Se você viu a sua filhinha chorando tanto pela outra família, pela outra mãe, que mãe é esta? Se ela realmente amasse essa menina, ela mesma a devolveria.

Esses casais da Bahia. Se esses pais que adotaram as crianças que foram roubadas, se essas mães adotivas tiverem amor no coração e se amam de verdade esses filhos – eu acho que não – se amassem verdadeiramente o filho e visse a dor daquela mãe implorando seu filho de volta... Eu devolveria, porque o meu amor pelo meu filho seria maior.

Assim, acredito que são mães adotivas que não amam tanto os filhos, é mais por vaidade de mostrar que tem um filho. Mas o preço que se paga depois é alto.

Outro caso que houve na minha cidade foi o da adoção internacional de uma menina que foi tirada de uma forma brusca, depois de... uma adoção tardia, com problemas de fala. Foram muitas coisas; arrancaram essa menina à força, ameaçaram a mãe e mandaram a criança para o abrigo... Se ela quisesse adotar os cinco irmãos... Falaram que eles seriam mandados para a Itália.

Realmente essas crianças foram para a Itália, mas cada um separadamente. Olhem o tanto que essa mulher sofreu. E essa menina gritava, gritava e gritava. Quando íamos no abrigo, essa menina estava sempre aos berros.

Quem vai entender a cabeça do juiz? Uma adoção tardia, uma criança negra – não tem problema ser negro ou branco –, mas a adoção... A pessoa não escolheu o perfil. Era uma criança com problemas, ela tinha problemas, ela fazia tratamento, mesmo assim arrancaram por vaidade, para mostrar que quem manda é o juiz. Parece que é dessa forma.

Então, a gente não consegue entender certos profissionais. Não são todos, mas são bastantes, inclusive você sabe, Magno, você passou por isso, com um desses profissionais. Nós lá tivemos tantos outros casos, como o dela lá no grupo está cheio, mas eu a trouxe, fiz questão, porque a gente faz um trabalho sério em todo o Brasil e temos bastantes parcerias. Graças a Deus, somos considerados de confiança de muita gente. Achei o caso dela, da Juliene, e trouxe, Magno, para que você ajudasse a olhar e a resolver. Você me perguntou o que eu acho. Eu acho que foi um apadrinhamento de uma forma completamente errada, mas a pessoa não teve, os profissionais, a humildade de saber que também erra, que é gente, para resolver olhando só o lado da criança. Quis olhar a vaidade dele para dizer que quem manda são eles.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Ninguém está acima do bem e do mal. A sociedade precisa acabar com essa história de ter medo de promotor e ter medo de juiz. Acho que a criação desses dois conselhos – o Conselho Nacional do Ministério Público e o Conselho Nacional de Justiça – veio para dar um fim a esse terror. É uma mística que tem no País. Prefeito morre de medo de promotor. Se você não está errado, não tem que ter medo de ninguém. Se acha que o sujeito cometeu um crime contra você, denuncie. Se acha que o promotor está errado, faça ele constituir advogado igual a você. Vem aqui ao Tribunal, vem ao Conselho e o denuncie, e ele vai constituir um advogado para se defender, igual a você. Deixe-o sem dormir, igual a você. Se você está certo...

Por isso, perguntei: "Em que o juiz errou no caso dela?" Porque, para trazer juiz para o CNJ, eles vão julgar em que ele errou, com base na lei. Essas questões emocionais eles não vão tratar. Eles não vão tratar, e está certo. Eles não têm que tratar as questões emocionais. Eles têm que tratar realmente é quando o cara... Um sujeito que é guardião da lei, o juiz, tem que cumprir a lei. Se ele burla a lei para poder fazer os seus interesses, ele tem que ser denunciado. Por isso, perguntei: "Ele burlou a lei?" Ele pode não ter tido coração, não ter tido sentimento, um monte de coisas, mas o CNJ não tratará disso, vai tratar em que ponto ele burlou a lei, em que ele... É isso que quero saber, porque, se esse cara atropelou a lei, eu não tenho problema nenhum, não.

A SRª JANETE APARECIDA SILVA OLIVEIRA – Ele deixou a criança com ela com um dia de vida até fazer um ano e um mês, sem nenhuma visita.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Foi o juiz que deixou?

A SRª JANETE APARECIDA SILVA OLIVEIRA – O Conselho Tutelar.

A SRª JULIENE FÁTIMA ALVES – Foi o Conselho Tutelar.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Depois de um ano e...

A SRª JULIENE FÁTIMA ALVES – Um ano e dois meses sem nenhuma visita...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Com um ano e meio, ele mandou tirar.

A SRª JULIENE FÁTIMA ALVES – ...sem nenhuma visita, sem nenhum...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – É, aí tem que ver.

Eu acho o seguinte: se eu tiver certo e a Justiça estiver do meu lado, eu viro um bicho, mas, sem isso, eu fico caladinho. Por isso, eu estou perguntando. Se eu denunciar alguém, para se denunciar alguém em um conselho desse, é preciso que o cara tenha atropelado a lei que ele é obrigado a cumprir. O juiz tem que fazer cumprir a lei. Ele não tem que estar atropelando nada, e nós sabemos que tem juiz que faz isso. Tem promotor que faz isso. Tem desembargador e "desembargador", tem promotor e "promotor", tem médico e "médico", tem político e "político" – não é? –, tem religioso e "religioso". Tem gente safada em tudo que é lugar. Então, o meu medo é que, se se fizer uma denúncia, o juiz tem que tratar com o CNJ, tem que se discutir as emoções do juiz e a emoção da mãe...

A SRª SANDRA AMARAL – Por isso que ela trouxe todos os documentos.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – ...mas eles não vão tratar disso.

Então é o seguinte: em que o juiz violou a lei? Eu quero esse ponto. Assim, eu vou fazer discurso na tribuna do Senado e denunciar que ele violou a lei para favorecer uma família, esquecendo os direitos da criança. O CNJ vai ter de tratar com isso, como qualquer denúncia no Conselho Nacional do Ministério Público também. Não sei se vocês estão me entendendo.

A SRª SANDRA AMARAL – Sim, por isso, ela veio.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Se a gente falar sobre emoção – a mãe já estava, a mãe fez uma festa –, o CNJ vai rir de nós, com toda a razão, porque ele não vai tratar disso. O juiz violou? Se ele violou, nós vamos para cima, porque o CNJ tem obrigação de fazer isso. Então, é um ponto. Emocionalmente, sou seu parceiro no emocional, no choro, na dor, porque realmente a nossa discussão aqui é a criança.

A SRª JULIENE FÁTIMA ALVES – Mas toda criança que é apadrinhada tem visitas de psicólogos, de serviço social. O promotor manda rever o caso.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – E durante um ano não aconteceu nada? Nunca foi visitada?

A SRª SANDRA AMARAL – Apadrinhar bebê? Tem tanto casal querendo adotar bebê. Por que deixar o bebê numa família para apadrinhar se sabe que vai criar um vínculo? Para a criança, é pior ainda.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Um ano é vínculo para caramba.

A SRª JULIENE FÁTIMA ALVES – Eles falaram para mim que ela não tinha vínculo nenhum. Tenho tudo dela ali, foto, tudo dela. Até a assistente social, no dia em que foi a minha casa para tirar a criança, falou que o vínculo já estava criado, não tinha como tirar, tanto que entramos...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Eu hoje já vou conduzir a senhora ao CNJ para que a senhora seja ouvida lá, por um Conselheiro do CNJ. Leve tudo que a senhora tem.

A SRª SANDRA AMARAL – Pedi para ela trazer todos os documentos, porque só fala não adianta. Tem que ter documento provando.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Acho que está encaminhado a partir da resposta do Senador Magno Malta.

Só queria ainda que a senhora respondesse a pergunta que eu passei.

A SRª SANDRA AMARAL – A psicóloga Terezinha Baher, de Brasília, pergunta se para a criança adotada seria aconselhável um acompanhamento psicológico? Claro que sim, principalmente na adoção tardia, até que de bebê não. Apesar de a minha filha ter sido tão judiada com uma adoção tardia de dois anos e meio, eu não a levei para psicólogo. Mas cada caso é um caso. Acho que sim, porque para ela é uma nova história, é um novo começo e tudo tem que ser bem tranquilo na cabecinha dela, tem que se trabalhar algumas coisas que ficaram no passado. Não com você, mas coisas que ficaram no passado de maus tratos, abandono...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Mas tem que se tratar caso a caso. Tem criança que não precisa disso. A gente enche de tanta coisa uma criança que foi adotada que, daqui a pouco, ela vai achar que é doida, que é um ser de outro planeta. Cada caso é um caso. Somente se tiver necessidade. Tem gente grande precisando disso, não é?

A SRª SANDRA AMARAL – A minha não precisou. Meu marido, na época, eu ainda falei com ele: "Bem, você acha que a gente deve levá-la?"

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Daqui a pouco, vai ter que se fazer uma lei dizendo que a toda criança adotada é obrigado o Estado pagar uma psicóloga para acompanhar. A gente começa a arrumar emprego para um monte gente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Drª Sandra Amaral pela sua conclusão.

Para concluir, quero dizer que essa audiência atingiu seus objetivos, que era debater, inclusive com um exemplo dado pela mãe que aqui deu depoimento, a atuação de alguns juízes em processos relâmpagos de adoção de crianças, conforme matéria vinculada no programa Fantástico. O Dr. Edilson disse, no entanto, que algumas adoções demoram doze, treze anos.

Por fim, entendo que essa audiência, além do encaminhamento que o Senador Magno Malta vai fazer, no caso específico da mãe que aqui deu o depoimento, que chocou a todos, atendeu a quatro questões básicas: primeiro, conforme sugestão do Senador, nós formaremos um grupo de trabalho, uma subcomissão para discutir, melhorar, aperfeiçoar a lei, que é burocrática, demorada e não está atingindo os objetivos; segundo, conforme observação do Promotor e do Senador Magno Malta, que também, desde o início, foi na mesma linha, a lei deve refletir o interesse das crianças e não dos adotantes, e acho que isso é unanimidade aqui na Mesa; filho é filho, adotado ou biológico, é filho e ponto, como aqui foi dito pelos especialistas; e, a última expressão, a adoção tem que ser por amor, e repito sua frase, "por amor, por amor e por amor".

Assim, encerramos a audiência pública.

Agradeço a todos os convidados, todos foram brilhantes.

Aprendi muito aqui sobre esse tema, e tenho certeza que o Brasil, o nosso povo também tomou conhecimento da importância da adoção pela forma que aqui foi dita: "com amor, com amor e com amor".

Esta encerrada a audiência pública.

ATA DA 63ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 08 DE NOVEMBRO DE 2012, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, SALA 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e dois minutos do dia oito de novembro de dois mil e doze, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência do Senador (**Paulo Paim**), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Comparecem os seguintes senhores Senadores **Lídice da Mata, Paulo Paim, Wellington Dias, Cristovam Buarque, João Costa e Eduardo Lopes**. Deixam de comparecer os demais senhores Senadores e Senadoras. O senhor Presidente declara aberta a presente reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte **Pauta, em duas partes. Primeira Parte. Item Único. Audiência Pública nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 120, de 2012**, aprovado em 29/10/2012, de autoria do Senador Paulo Paim, para "debater a situação do Fundo de Previdência Complementar dos Portuários – PORTUS". Convidados: Vilson Balthar Arsênio, Presidente da União Nacional das Associações dos Participantes do Portus – UNAPPORTUS; Mário Lima Junior, Secretaria de Portos da Presidência da República; Renato Barco, Presidente da Companhia Docas do Estado de São Paulo; Dagomar Alécio Anhê, Coordenador-Geral de Regimes Especiais da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, em representação ao Diretor-Superintendente José Maria Rabelo; Eduardo Lírio Guterra, Presidente da Federação Nacional dos Portuários; Hugo Amboss Merçon, Diretor de Infraestrutura e Operações da CODESA, Porto de Vitória, representante do Presidente Clóvis Lascosque; Deputado Federal Paulo Ferreira – PT/RS; Deputada Federal Fátima Bezerra – PT/RN. O Senhor Presidente franqueia a palavra para diversas lideranças portuárias presentes no plenário da CDH: Ulisses Souza Oliveira Júnior, Presidente do Sindicato dos Portuários da Bahia; Odair Augusto de Oliveira, Presidente da Associação de Participantes da Portus; Nildes Sampaio da Silva, Diretora do Sindicato dos Portuários do Estado do Rio de Janeiro; Ernani Pereira Pinto, Presidente do Sindicato Unificado da Orla Portuária do Estado do Espírito Santo; Sérgio Magalhães Giannetto Sindicato dos Portuários do Estado do Rio de Janeiro. **Segunda Parte. Deliberativa. Item 1. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 133, de 2012**, que requer a realização de audiência pública para debater "o Estatuto da Pessoa com Deficiência e o Dia Internacional da Pessoa com Deficiência". Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **aprovado**. **Extrapauta**. **Item 2. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 134, de 2012**, que requer a realização de audiência pública para debater "a defesa da CLT e os direitos trabalhistas". Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **aprovado**. . **Item 3. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos**

e Legislação Participativa nº 135, de 2012, que requer a realização de audiência pública para debater "a situação dos povos ROM, Calon e Sinti, os assim chamados ciganos". Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **aprovado**. Faz uso da palavra o Senhor Presidente. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dezessete minutos, lavrando eu, ***Altair Gonçalves Soares***, Secretário da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim,** Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 63ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a coloco em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Essa nossa audiência de hoje vai se dividida em duas partes. A segunda é a aprovação de requerimento de outras audiências públicas que teremos.

A nossa: audiência pública, nos termos do Requerimento nº 120, de 2012, aprovada em 29/10, de autoria deste Senador, para debater a situação do Fundo de Previdência Complementar dos Portuários (Portus).

Convidados:

Eduardo Lirio Guterra, Presidente da Federação Nacional dos Portuários, que já convido para a mesa. Seja bem-vindo, Eduardo. *(Palmas.)*

Vilson Balthar Arsênio, Presidente da União Nacional das Associações dos Participantes do Portus. *(Palmas.)*

Dagomar Alécio Anhê, Coordenador-Geral de Regimes Especiais da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), em representação ao Diretor Superintendente, José Maria Rabelo.

Esses são os nossos convidados. *(Palmas.)*

Vamos dar os encaminhamentos e apenas informar a todos que, como queríamos fazer a audiência pública ainda este ano, e o espaço da Comissão é muito disputado, porque há uma demanda de todo o movimento sindical, social brasileiro para as audiências – estou fazendo audiência quase todos os dias –, pela importância que se construiu a partir principalmente de vocês que são os líderes dos movimentos, o debate aqui construído e a repercussão pela própria Agência, Rádio e TV Senado, pelos canais da Internet. Por isso, também o auditório Petrônio Portella é muito disputado. Nós conseguimos de outra vez, mas, desta vez, nós não conseguimos; assim mesmo quero agradecer à direção da Casa que colocou à nossa disposição três salas com telão para que todos possam ficar bem acomodados. Se quiserem ficar aqui, não há problema nenhum, mas naturalmente as pessoas, como é uma audiência dura normalmente 2, 3 até 4 horas, que preferirem assistir sentados, temos a sala 2, que é esta, a sala 3 e a sala 19, todas neste corredor à disposição dos nossos convidados.

Tenho certeza de que vocês todos entendem a importância deste movimento, articulado pela Federação Nacional dos Portuários.

Antes de passarmos a palavra, repetimos que, além desta audiência ser reproduzida em outros momentos em âmbito nacional pela TV Senado, pela Internet e pelos canais da Agência, hoje nós estamos ao vivo para quem quiser assistir pela TV Senado Digital, canal 51.2.

Como hoje tudo envolve celular, quem quiser passar para os amigos, enfim, para as entidades, estamos ao vivo pela TV Digital, canal 51.2 e também pela Internet, para todo o Brasil, pelos canais 3 e 7.

Como é de praxe, vamos fazer uma pequena introdução somente para situar àqueles que estão nos assistindo pela Internet, pela TV Senado o motivo desta audiência.

É só uma introdução. O debate aqui é que vai dar o norte.

Eu apenas pergunto: o Deputado Paulo Ferreira, que estava também convidado, não confirmou a presença? O Roberto me disse que ele havia confirmado. Para mim, ele disse que estava confirmada a presença do Deputado Federal Paulo Ferreira...

Meus amigos e minhas amigas, hoje, aqui na Comissão de Direitos Humanos, vamos debater a situação do Fundo de Previdência Complementar dos Portuários. O Portus atende diretamente, segundo o Instituto de Previdência Complementar, cerca de 11 mil pessoas, dentre trabalhadores ativos e pensionistas.

Os dados que estou colocando aqui foram construídos pela Assessoria. Qualquer um dos convidados e mesmo o plenário pode informar algum dado que não estiver correto.

O número de assistidos pode chegar a 30 mil quando consideramos os dependentes diretos dos nossos aposentados e pensionistas.

O Fundo Portus passa por intervenção do Governo Federal devido à inadimplência das empresas patrocinadoras e do próprio Governo. Não tem ainda caixa suficiente para arcar com os benefícios devidos

aos associados. Por causa disso, tem-se desfeito de parte do patrimônio.

Segundo Eduardo Guterra, Presidente da Federação Nacional dos Portuários, caso o Governo Federal não repasse recursos até dezembro desse ano, não haverá como pagar o 13º salário dos beneficiários – estava cobrando aqui, ao vivo, de todo o Brasil. Cadê o Deputado Paulo Ferreira? Ele havia se comprometido comigo que viria. Disseram-me que não viria. Eu disse aqui: "Ele vai vir". Está aí. Ele veio. (*Palmas.*)

Enfim, há dificuldades para pagar o 13º salário e corre o risco até da liquidação, que, esperamos, não aconteça. Hoje, aqui na Comissão, vamos debater a situação dos trabalhadores ativos e pensionistas em relação a esse momento pelo qual passa o fundo Portus.

Está iniciada a reunião.

Segundo o entendimento da Mesa, o Sr. Vilson Balthar Arsênio, Presidente da União Nacional das Associações dos Participantes do Portus, será o primeiro usar da palavra.

Estão aqui todos os convidados, conforme entendimento feito, e passo, de imediato, ao Sr. Vilson para que use o tempo que entender adequado. O normal aqui é 10 minutos mais 5, mas se necessário mais 5. No limite de 20.

(*Fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Convidamos os dois a sentarem aqui à mesa; convidamos o Dr. Mário Lima Junior, Secretário-Executivo da Secretaria dos Portos, ligado à Presidência da República. Seja bem-vindo. *(Palmas.)*

Seja bem-vindo, Dr. Mário Lima Júnior. (*Pausa.*)

Com alegria, também está conosco, da Secretaria dos Portos, o Presidente Renato Ferreira Barco que também vai falar. (*Palmas.*)

A mesa está pronta. Dr. Vilson.

O SR. VILSON BALTHAR ARSÊNIO – Obrigado, Senador.

Bom dia a todos. Cumprimentando o Senador Paim e o agradecendo por mais essa oportunidade de abrir as portas desta Casa para os portuários do Brasil, considero saudadas e cumprimentadas todas as autoridades e os componentes desta Mesa, principalmente todos os portuários que se deslocaram dos seus Estados, com sacrifício para estarmos aqui, mais uma vez, nessa luta incessante pela recuperação do nosso fundo de pensão.

Vou ser breve, mas não podia deixar de agradecer de coração ao Senador Paim por estar sempre nos atendendo.

Em 2008, Senador, o senhor abriu as portas desta Casa para nós numa audiência pública, nós conseguimos sensibilizar o governo – na época o Presidente Lula – e, por determinação daquele Presidente, o nosso fundo de pensão ficou, através de um decreto de lei, para receber R$400 milhões como parte do pagamento da dívida do governo. É bom a gente ressaltar isso porque todas as patrocinadoras do nosso fundo de pensão são companhias docas, empresas estatais do Governo Federal. Todos esses trabalhadores que aqui estão, e os que não vieram, Senador, estão rigorosamente em dia com as suas contribuições. (*Palmas.*). O nosso vem descontado no nosso contracheque, no nosso holerite. Infelizmente, de um período para cá essa situação foi-se agravando, as patrocinadoras não honrando com a sua parte e o nosso fundo de pensão chegou a esse ponto que todos aqui conhecemos, e o Senador e a grande maioria das pessoas que compõem esta mesa conhecem o ponto a que chegou a dificuldade, chegando a mais uma intervenção no nosso fundo de pensão.

O companheiro Eduardo Guterra, um batalhador a quem eu quero parabenizar por essa luta incessante pelo saneamento do nosso fundo de pensão, irá falar, com certeza, com mais propriedade sobre outras questões, mas eu vou fazer questão de frisar o seguinte: primeiro, a dívida, o buraco que existe no nosso fundo de pensão é em torno de R$4 bilhões – R$4 bilhões! –, e aí há uma composição de reserva de tempo de serviço anterior, Portobras, etc e tal; mas, nesse montante aí gira em torno de R$4 bilhões.

O Presidente Lula determinou que fossem repassados, através de algumas patrocinadoras, como pagamento de parte das suas dívidas, R$400 milhões. Repassaram R$250 milhões. Os outros R$150 milhões, estamos há dois anos esperando que viesse esse repasse desses R$150 milhões para minimizar o nosso sofrimento, para dar um oxigênio para que a gente respirasse. A dívida maior pode ser equacionada e paga parceladamente. Nós não queremos esse dinheiro todo no fundo de pensão hoje, o governo pode parcelar a médio ou a longo prazo esse pagamento. O importante é assumir e honrar o compromisso com os trabalhadores.

Mas hoje, Senador, eu estou aqui com a incumbência de pedir que todos – todos! –, inclusive nós, com o nosso movimento, com a nossa disposição de luta, demos os braços uns aos outros para que os outros R$150 milhões cheguem. Porque senão, Senador, daqui a dois meses, nós, que honramos com o nosso pagamento, não teremos, ou melhor, o nosso fundo de pensão não terá caixa para pagar o 13º dos aposentados que passaram a vida inteira contribuindo com o fundo de pensão. E essas palavras não são minhas não, são do próprio interventor que sinalizou que não há dinheiro para pagar até o fim do ano. E há R$150

milhões parados, não sei onde, do Governo Federal, que precisa vir urgentemente para os cofres dos portos, porque esse dinheiro é nosso, determinado pelo Presidente Lula.

Nós estamos muito preocupados com a situação do nosso fundo de pensão. Seria a coisa mais injusta que eu iria assistir ao longo dos meus 72 anos de vida; ser cometida a liquidação de um fundo de pensão em que os seus trabalhadores estão rigorosamente em dia e em que o patrocinador, que são as empresas estatais, por consequência o Governo Federal, não vem honrando com a parte dele. Será a coisa mais absurda a gente assistir à liquidação do nosso fundo de pensão.

Então, Senador, como aquele evento organizado por V. Exª, pelas entidades sindicais, pela federação e Unapportus deu fruto, tenho certeza de que esse também dará. Tenho certeza de que essa vez o Governo vai se sensibilizar e vai resolver, de uma vez por todas, a questão do nosso fundo de pensão.

Nós não podemos é nos afastar um dos outros. Temos que estar unidos. Esse problema é nosso. Estamos vendo, neste momento, o Governo Federal incentivando os funcionários públicos para que eles optem por um fundo de pensão. Será que é para ter esse mesmo destino lá na frente? Nós podíamos estar usando este discurso contra esse movimento da criação do fundo de pensão para os funcionários públicos.

Minha gente, quero mais uma vez agradecer ao Senador Paulo Paim por essa disposição que tem em ajudar os trabalhadores – e nós conhecemos essa garra que o Senador com relação aos aposentados e aos trabalhadores de uma forma geral –; agradecer as pessoas presentes, que vieram prestigiar e nos honrar com a sua participação; agradecer o Dr. Mário, Secretário...

Queria fazer uma solicitação aqui, no ar, ao Dr. Mário e a todas autoridades: o Governo Federal criou um grupo de trabalho para acompanhar todo esse trabalho que vem sendo feito pela interventoria. Desse grupo faz parte eu, o companheiro Guterra e o companheiro Odair dos Santos, Dr. Mário Lima e representante da Previc, representante da Casa Civil, etc. De um período para cá, essas reuniões deixaram de acontecer, e eu estou pedindo aqui, no ar, Dr. Mário, que a gente retome essas reuniões, para que tenhamos maior conhecimento e maior participação nessa situação dos portos.

No mais, parabenizar todos companheiros e companheiras que se deslocaram de seus Estados, para virem aqui cuidar da questão que estamos atravessando, e dizer que vocês são verdadeiros guerreiros, principalmente essas senhoras. Tem gente aqui, Senador, do Pará, vindo em um ônibus provavelmente sem conforto, por falta de dinheiro, mas está vindo aqui para tentar defender os seus interesses.

Então, de coração, agradeço, mais uma vez, a V. Exª e o parabenizo por esse movimento. Um grande braço para todos os companheiros portuários do Brasil.*(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Esse foi Dr. Vilson Balthar Arsênio, Presidente da União Nacional das Associações dos Participantes do Portus.

Quero dizer que a nossa mesa está completa. Só para situar quem está assistindo pelos canais de comunicação do Senado, está na mesa conosco, representando a Câmara dos Deputados, o Deputado Federal Paulo Ferreira – PT, Rio Grande do Sul; está o Sr. Eduardo Lirio Guterra, Presidente da Federação Nacional dos Portuários; está conosco, e já usou da palavra, o Dr. Vilson Balthar Arsênio, Presidente da União Nacional das Associações dos Participantes do Portus; está o Sr. Dagomar Alécio Anhê, Coordenador-Geral de Regimes Especiais da Superintendência Nacional de Previdência Complementar, representando o Diretor Superintendente, José Maria Rabelo; está conosco também o Sr. Renato Barco, Presidente da Companhia Docas do Estado de São Paulo; está conosco também – todos usaram da palavra – o Sr. Mário Lima Júnior, da Secretaria de Portos da Presidência da República; estão conosco, nas três salas que estão praticamente lotadas, em torno de 300 trabalhadores aposentados e pensionistas que se deslocaram dos seus Estados, como disse aqui muito bem o Sr. Vilson, para acompanhar esse debate.

Espero que a audiência pública atinja os mesmos objetivos que nós conseguimos atingir, por iniciativa dos senhores. Eu e o Paulo Ferreira representamos no caso aqui no Parlamento, mas a iniciativa, o movimento e o pleito justo, no meu entendimento, com mérito, é todo de vocês pela mobilização. Por isso, sejam bem vindos. Vamos fazer uma grande audiência pública. Vamos, naturalmente, acreditar! Eu acredito que a palavra do Presidente Lula será cumprida. Eu acompanhei o Presidente Lula, como Senador – quando ele chegou à Presidência, eu cheguei ao Senado – e ele sempre ele disse: "Isso dá, isso não dá". Muitas vezes ele me disse não, e eu tive que entender também quando ele me disse não, mas tudo o que ele me disse sim foi cumprido, e espero que não seja diferente no caso de vocês. *(Palmas.)*

Passamos a palavra, neste momento, ao Sr. Mário Lima Júnior, Secretário-Executivo da Secretaria de Portos da Presidência da República.

O SR. MÁRIO LIMA JÚNIOR – Sr. Presidente da reunião, Senador Paulo Paim, meus cumprimentos, extensivos do Deputado Federal Paulo Ferreira e aos demais membros que compõem esta Mesa: Eduardo Guterra, meu caro Vilson Balthar, meu caro colega Dagomar ,da Previc; minha saudação especial aos meus colegas portuários – falo colegas pelo fato de eu ser realmente portuário, desde 1975. Sou contribuinte do Portus há mais de 30 anos e permaneço contribuindo e confio no Portus. Acredito no Portus desde o início, quando entrei como entidade portuária que sou, de beira de cais.

Neste momento, ouvindo aqui os colegas, lembrava-me do meu tempo de início de carreira, mas me sinto muito á vontade neste ambiente aqui. Nos últimos anos da minha carreira em que me encontro agora, eu fui guindado à posição de Secretário-Executivo da Secretaria de Portos, que trata de política portuária. Para mim, foi um orgulho muito grande quando, em abril do ano passado, o voltei a Brasília para tratar da questão da política portuária dos portos nacionais, assessorando o Ministro Leônidas Cristino. Então me sinto muito bem e espero, nesse período que passar em Brasília, contribuir efetivamente para a missão a qual fui convidado e dar o melhor de mim por esse sistema portuário, do qual os senhores fazem parte.

Desde o ano passado, tomamos conhecimento de que, quando se está distante – como temos aqui gente do Pará, do Ceará, Rio Grande do Sul, Bahia – a gente não fica tão próximo da situação do Portus como um todo, porque a maioria das pessoas simplesmente recolhe, aquele recolhimento do Portus, passa a ser uma rotina e, no nosso dia a dia, muitos não se envolvem na questão do Portus, mas o fato é que ano passado comecei a ter, pela primeira vez, um contato mais efetivo com essa situação. Vi um quadro de desequilíbrio bastante grave, como todos sabemos, mas, desde o início, senti e sinto uma vontade política muito grande do salvamento, do saneamento do Portus. Faço isso e comungo disso como parte do Governo do qual faço parte, o Governo da Presidente Dilma, do Ministro Leônidas, de toda essa equipe de Governo que está aqui.

Então, de lá para cá, procurei eticamente separar minha posição de contribuinte, na condição de engenheiro da Companhia Docas do Ceará, da função de Secretário-Executivo e trabalhar objetivamente no que pudesse fazer na direção desse saneamento dentro da convicção, confiança e certeza de que o Governo pretende sanear e recuperar o Portus.

Observarmos também, fazendo um pouco de história, que chegou um momento em que o Governo para cumprir esse mister de recuperação do Portus, de saneamento do Portus — quando se vê valores da ordem dos que são colocados aí –, como executivo, como gerenciador de recursos públicos... Para esses executivos do Governo tomarem essas providências que envolvem recursos precisam também se arvorar de condições técnicas, dentro das rotinas da legislação que cerca o setor financeiro do País. Cercam-se de medidas que têm de ser tomadas para que os gestores possam tomar as medidas corretas no tempo correto. Também por essa passagem que temos por Brasília, nenhum de nós pretende ou deseja – ao sair dessa fase por que passamos – ter problemas, depois, junto aos tribunais, com respeito aos assuntos desses recursos.

Então, nessa direção, o Governo resolveu pela intervenção. Era o caminho para dar condições de o Governo instrumentalizar a forma do saneamento. Essa intervenção foi feita. Foi feita uma reunião prévia. O Ministro Leônidas esteve com o nosso Presidente – Eduardo Lirio Guterra – para comunicá-lo da decisão do Governo antes que ela fosse divulgada. As federações de trabalhadores foram as primeiras a serem comunicadas sobre esse tema e, então, foi feita a intervenção.

Durante a intervenção, foi feita uma radiografia – está sendo feita uma radiografia – completa desse processo. Meu colega Dagomar, da Previc, do Ministério da Previdência Social, vai falar sobre isso. Foi feito esse levantamento todo da instituição. No caso da intervenção, houve situações em que a Diretoria do Portus, também, em função de serem diretores do Portus, teve também algumas restrições em função de a lei determinar que haja restrições. Isso é uma questão deles, digo com relação à própria condição pela qual os nossos colegas estão passando ou já passaram por conta da questão da intervenção. Como ex-diretores ficam com restrições que nós temos aí, que a lei determina. Não pelas pessoas deles, são pessoas absolutamente corretas, honestas e fizeram um grande trabalho no Portus. Então, esse levantamento continua sendo feito. Dentro dessas articulações, os portos foram chamados a colaborar e colaboraram através da Associação Brasileira das Entidades Portuárias – Abep. Através dela, foi oferecido um trabalho, também, para a Previc, para o interventor com uma radiografia de compromissos, um balanço de dívidas do sistema para com o Portus. A própria Abep custeou esse trabalho, que foi feito pelo órgão da maior credibilidade que temos aqui, a Fundação Getúlio Vargas. Esse trabalho foi o mais completo que já se fez em nível de Portus devido ao seu detalhamento, à profundidade dos levantamentos que foram realizados nessa questão dos trabalhos do Portus. Foi um trabalho feito, também, a toque de caixa. Naturalmente, precisamos ter esse resultado. Esse trabalho foi finalizado há uma semana

e já está na posse do Governo. Por que isso? Para a própria equação do dinheiro, do restante dos R$150 milhões; as autoridades financeiras, para fazerem essa liberação, precisam desses dados finais. Então, essa análise está sendo feita e essa questão está sendo colocada tecnicamente, porque a liberação de recursos envolve essas avaliações finais.

Como eu falei, existe essa questão de política de governo que caminha na direção do saneamento, e isso, naturalmente, são detalhes que precisam ser feitos porque o sistema exige, a legislação financeira do País exige que os dirigentes tomem conhecimento desses dados, e eu espero que essa decisão, como colocou o nosso Presidente Vilson, se dê de forma mais rápida.

Entendo – como portuário, e amanhã estarei no local de vocês como aposentados – a angústia. E durante todas as reuniões que fizemos de acompanhamento foi manifestado isso. Entendo, participo e comungo da angústia dos portuários, mas tenho absoluta confiança e certeza no sistema e no desejo político de saneamento e recuperação do Portus.

Então, Senador, era isso o que gostaríamos de colocar em nossa visão lá...

Muito obrigado pela oportunidade.

Eu queria, mais uma vez, cumprimentar os colegas que estão aqui pela presença, pelo esforço e pela dedicação pela causa portuária.

Muito bom dia. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Sr. Mário Lima Júnior, Secretário de Portos da Presidência da República, que, na sua fala, aponta que está na expectativa de que iremos resolver a questão, e esse é o objetivo desta audiência pública.

De imediato, passamos a palavra para o Presidente da Companhia Docas do Estado de São Paulo, Sr. Renato Barco.

O SR. RENATO BARCO – Muito bom dia a todos.

Eu gostaria, primeiramente, de saudar o Senador Paulo Paim, o Deputado Paulo Ferreira, o Sr. Dagomar, o Sr. Vilson, o companheiro Guterra e o Dr. Mário Lima, Secretário-Executivo da Secretaria de Portos.

Qual não é a minha alegria e satisfação em olhar para essa plateia e constatar, além de todas as pessoas que vêm do Brasil como um todo, os meus amigos do porto de Santos, meus colegas desde a minha época de doqueiro, desde 1974, em que sempre tive a honra e o orgulho de trabalhar com todos vocês.

Entendo perfeitamente a situação aflitiva por que todos passam e, agora, na qualidade de Presidente da Codesp – e para mim é uma grande honra ocupar um lugar como esse –, digo, sem fazer qualquer tipo de campanha ou demagogia, que vocês sempre tenham um aliado na diretoria de Codesp. Que vocês tenham certeza da dedicação de todos para que o problema do Portus seja resolvido.

Nesta semana ainda, eu tive a oportunidade de participar de uma reunião na Abep, no Rio de Janeiro, e o assunto sempre vem à baila. Existe uma preocupação frequente não só da minha parte, mas de todos os meus colegas dirigentes da outras Companhias Docas, e a nossa expectativa em função desses estudos foram elaborados pela Fundação Getúlio Vargas e que já se encontram concluídos e entregues à Comissão, conforme foi mencionado, é que o assunto de vez seja resolvido.

Tenho mantido contatos, através do Odair, com a APP, com todas as pessoas, e as portas estão sempre abertas para tudo que vocês precisarem e para nós continuarmos com esse diálogo sadio para solucionar de vez esse problema que aflige toda a categoria de portuários.

Eu gostaria de deixar essa mensagem. A Codesp sempre vai colaborar naquilo que for possível. Já manifestamos isso na APP para que todos tenham essa tranquilidade e que o assunto seja resolvido de uma maneira bastante satisfatória para todos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco//PT – RS) – Muito bem, esse foi Renato Bastos, Presidente da Companhia Docas do Estado de São Paulo colocando-se também à disposição na busca de construirmos uma saída que atenda aos interesses dos aposentados e pensionistas desse fundo.

Passamos a palavra, neste momento, ao Sr. Coordenador-Geral de Regimes Especiais da Superintendência Nacional de Previdência Complementar que representa aqui o Diretor Superintendente José Maria Rabelo, o Sr. Dagomar Alécio Anhê, que está com a palavra.

O SR. DAGOMAR ALÉCIO ANHÊ– Bom dia a todos.

Quero, em nome da Previc, agradecer ao Senador Paim o convite para participar desta discussão sobre a situação do Portus.

Quero, em primeiro lugar, deixar uma posição com relação às medidas que foram sendo tomadas pela Previc ao longo do tempo. Nós discutimos a situação do portos desde 2000. Desde a época da Emenda nº 20, quando foi instituída a paridade das contribuições, que a situação do Portus vem se deteriorando ao longo do tempo.

Em 2008, o presidente da República, por intermédio da Casa Civil, determinou a criação de um grupo de trabalho para discutir a situação do Portus. deste grupo, participaram a Previc, a SEP, a Secretaria de

Tesouro, a própria Casa Civil, o Dest – nesse grupo, na época, havia representantes da própria entidade, que era o grande subsidiador das nossas informações.

Na época, também o Presidente Lula determinou que se aportasse na entidade os recursos necessários para pagar as contribuições que eram até então o valor informado como o devido pelas patrocinadoras, que eram os R$ 400 milhões.

A estratégia do pessoal foi dividir esse aporte em algumas parcelas, ficou definido para três anos, para também cobrar da entidade uma série de medidas que já tinham sido traçadas em 2003, quando encerrou uma administração especial que havia lá, na tentativa de se achar uma solução para o Portus.

Então, foi exigida uma série de providencias: fechar o plano, porque, embora não houvesse mais adesão de participantes, de empregados das Companhias Docas, o Portus tinha um problema e ali poderia haver ainda uma sangria maior dos recursos do plano.

Então se determinou que se fechasse o plano, que se equacionasse o plano, estabeleceu-se também como meta a divisão do plano, porque o plano hoje é único. Existem 14 patrocinadores para um plano só, assim, se nós pegarmos o peso que a Codesp, o peso que tem a CDRJ dentro do plano, se elas mantiverem o pagamento, isso corresponde a quase 60% dos recursos necessários. Então, as demais não pagando vai se gerando um problema, pois se toca o plano com a parte dos recursos e os demais recursos não entram, fica sendo postergado o pagamento e chega na situação em que nós estamos hoje: existe uma dívida muito grande das patrocinadoras, pelo menos que pela avaliação que foi feita existe uma dívida em torno de 1,1 bilhão, mais ou menos, que ela é oriunda, na grande maioria, da falta de repasse de recursos.

Além disso, foi estabelecido que deveria ser criado um novo plano para que se tentasse trazer para o Portus os empregados das Companhias Docas que até hoje não têm plano de benefícios.

Essas medidas, além de uma outra série de medidas foram sendo traçadas ao longo do tempo, não foram sendo atendidas a contento.

Então, em 2010, foi definido pelo grupo que a melhor medida a se tomar naquela época seria a própria intervenção, por conta da falta de andamento do processo em si. Ele estava totalmente travado.

Além disso, a situação do Portus tinha-se deteriorado muito até aquela época. Para vocês terem uma ideia, quando nós propusemos a intervenção, a entidade tinha R$217 milhões em patrimônio e um compromisso de R$2,2 bilhões. Havia uma insuficiência, naquela época, em 2010, de R$1,9 bilhão.

Os recursos disponíveis no plano de R$200 milhões eram e continuam sendo insuficientes para bancar os benefícios de vocês, porque hoje a folha de vocês está em torno de R$12 milhões, mas o custo mensal da entidade, que foi reduzido por causa da ação do próprio interventor que lá se encontra, gira em torno de R$1 milhão hoje ainda.

Não há como se sustentar o plano na situação em que ele se encontra. Hoje, o plano tem somente R$69 milhões em recursos disponíveis, de um patrimônio de R$200 milhões. Ele paga esses R$13 milhões de despesa, mas, entre o que ele arrecada das patrocinadoras e o que rendem os investimentos, há um desencaixe mensal em torno de R$8 milhões. Então se percebe que o consumo dos R$8 milhões, em comparação aos R$69 milhões, é muito rápido.

As medidas que o interventor tomou, ao longo desse um ano e pouco em que ele está lá dentro: foram renegociados todos os contratos, quer seja de advocacia, de locação, de assessoria jurídica, todos eles com redução de valores; foi feito o início de um processo de reformulação da área de tecnologia da entidade, o programa tecnológico de lá era muito defasado, Existe um custo para se implantar isso, e ele vai ser implantado ao longo do tempo, não vai ser somente pela intervenção. Com certeza, vão sobrar medidas a serem implantadas pelos próprios diretores que virão a suceder a intervenção no futuro. Está sendo feito um novo recadastramento dos participantes; está sendo feita uma recuperação de valores, pois havia muito valor depositado em recursos, em depósitos judiciais, e está sendo feita uma recuperação desses valores como forma de tentar reforçar o caixa do plano de benefício.

Hoje, o Portus tem uma insuficiência de R$3 bilhões. Esse é número o que é necessário para que o plano volte a se reequilibrar novamente. É necessário frisar também que existe um reflexo e alguma coisa em torno de R$300 milhões, que foi proveniente da redução da taxa de juros. Hoje é quase impossível, sem que você parta para um risco muito grande, conseguir um retorno de 6%. Então, essa taxa de juros foi reduzida para 5%.

Como já foi citado aqui pelo Dr. Mário e pelo Dr. Renato, a FGV foi contratada pela Abep e pela Codesp para realizar um trabalho de auditoria. Foi pedida a auditoria da avaliação atuarial que foi feita em dezembro de 2011; foi pedida a auditoria da dívida das patrocinadoras – quando houve a decisão do Presidente Lula de aportar os R$400 milhões, esse foi o valor informado como sendo a dívida das patrocinadoras, e esse valor chegou hoje a R$1,1 bilhão. Então, existe um descasamento desses valores que precisa ser checado –, foi contratado o cálculo da reserva de serviços passados,

porque lá nunca foram pagos os serviços passados, dentro do plano; e também foi encomendado um trabalho para avaliar o custo da retirada da Portobras, porque, quando a Portobras foi extinta, em 1991, pura e simplesmente os participantes, tanto os ativos, que na época existiam – permanecem alguns até hoje, a grande maioria foi transferida para as docas –, e os demais aposentados deixaram de ter a contraparte da patrocinadora com relação às contribuições.

Esse relatório está pronto, foi entregue na Previc no final do mês de outubro. Para o grupo de trabalho, que foi constituído em 2008, que é ativo até hoje, foi definido que haveria duas semanas de prazo para que todos os órgãos envolvidos, a SEP, a Previc, o Dest e a Secretaria do Tesouro, se manifestem sobre esse relatório. Após esse prazo, vai ser feita uma nova reunião desse grupo para se definir, dentro dos cálculos efetuados, o procedimento que vai se adotar com relação ao Portus.

Nós, da Previc, no momento, estamos na fase de espera porque, dependendo da decisão que esse grupo venha a tomar com relação ao relatório da FGV é que nós vamos nos movimentar. Estamos preparados, nós, Previc, assim como a intervenção, para implantar o plano de recuperação que venha a ser proposto. Então, estamos também, embora numa situação – desculpando – um pouco mais confortável do que vocês, porque vocês estão numa certa angústia, aguardando a decisão desse grupo, lógico que é uma decisão do Governo, para o tratamento que vamos dar ao Portus.

É isso o que eu queria trazer, Senador.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Sr. Dagomar Alécio Anhê, Coordenador-Geral de Regimes Especiais da PREVIC, que informa que há um grupo debatendo o tema. Ele entende a angústia de todos os senhores e senhoras – uma angústia legítima, eu também estaria muito angustiado –, mas ele está na busca de soluções.

Vamos continuar com o nosso debate, agora passando a palavra ao Presidente da Federação Nacional dos Portuários, Sr. Eduardo Lírio Guterra.

O SR. EDUARDO LIRIO GUTERRA – Companheiros, bom dia! Quero saudar a Mesa e todos os presentes, Dr. Mário Lima, Dr. Barco, Deputado Paulo Ferreira, companheiro...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Presidente, permita-me, isso é quebra do protocolo, eles quebram, eu também quebro, eu também me dou o direito. Mas quero registrar a presença conosco aqui do Deputado Federal Lauro, do Rio de Janeiro, que veio aqui dar todo o apoio e vai poder usar a palavra no momento em que entender adequado. *(Palmas.)*

Quero dizer também que o Walter Pinheiro, que é Líder do Partido dos Trabalhadores, me ligou se colocando à disposição para ajudar em tudo o que for necessário. *(Palmas.)*

A Senadora Lídice da Mata, do PSB também, esteve aqui e disse que voltará. Nossos cumprimentos à Lídice da Mata. *(Palmas.)*

E também ao Senador João Costa, do Partido Pátria Livre, que esteve aqui, foi à Comissão de Economia e volta dando apoio ao movimento. *(Palmas.)*

Devolvo a palavra agora ao nosso Presidente.

O SR. EDUARDO LÍRIO GUTERRA – Primeiro, quero cumprimentar todas as pessoas da Mesa, Dr. Mário Lima, companheiro Vilson, Dr. Hugo, nosso Diretor da empresa da qual sou empregado, que está sentado aqui com a gente.

Na verdade, tem tudo a ver o que estamos fazendo aqui com esta Comissão. Nós poderíamos ter buscado uma discussão na Comissão de Previdência Social, mas estamos tratando de vidas, estamos tratando de direito de pessoas que, ao longo de suas vidas, contribuíram na esperança de ter qualidade de vida. Como eu vou mostrar para vocês, muitas pessoas, quando falam em portuário, acham que o portuário tem uma boa vida, vamos dizer assim. Nós temos a certeza do que nós somos, em que trabalhamos, e a importância do que nós fazemos para o Brasil. Não somos nem nunca fomos privilegiados.

Então, vou fazer uma apresentação rápida para esta Casa – sei que muitos colegas que estão aqui já conhecem isso, porque militam nisso – para que os Senadores desta Comissão e o nosso Presidente, o Senador Paulo Paim, entendam o que é o nosso maior problema. Mas antes é importante a gente dizer, e não é demérito nenhum afirmar aqui que essa dívida com o Portus é uma dívida que foi construída no passado e vem-se acumulando ao longo dos anos. Mas, a partir de 2008, quando o Lula criou a Secretaria de Portos, a orientação e a determinação foi a de que nenhuma empresa mais atrasasse as contribuições. E nós que fiscalizamos sabemos que isso vem sendo praticado. Uma vez ou outra alguma empresa atrasa, mas a vigília que nós fazemos é tão grande que já caímos em cima.

O nosso problema nosso é essa dívida atrasada; é essa a questão. Eu tenho colocado que é como se fosse um fantasma que ronda os nossos portos. É mais um fantasma do processo de privatização que aconteceu nos governos anteriores ao do Presidente Lula – isso tem de ficar bem claro, porque foi durante o governo do Presidente Lula que, depois de muitos anos, entrou um dinheiro novo nos Portus. Essa é uma questão que nós temos de colocar. Sangue novo, dinheiro novo no Portus. E isso também nos ajudou, nós

que estamos nessa discussão desde 2010, a chegar até aqui, num grande esforço.

Então, vou fazer uma apresentação rapidamente para vocês sobre o nosso Fundo.

Pode passar, colega.

Obviamente que o Portus é uma entidade de previdência complementar, claro, multipratocinada, sem fins lucrativos. É a instituição de administração de plano de previdência do trabalhador portuário. Como foi colocado aqui, realmente nós temos 14 patrocinadores para administrar um plano de benefício.

Ele foi aprovado em 1978 – obviamente, que não é como foi a PREVIC, porque ela é mais recente –, e iniciou as suas atividades em 1979.

Pode passar.

Então, nós temos hoje, no Portus – e são dados do próprio instituto – 2.225 companheiros que estão na ativa; e assistidos, 5.706; mais os pensionistas.

Quer dizer, o Portus é um plano maduro. Nós temos, de 10.900 pessoas, 8.700 que já estão recebendo o benefício; e das outras 2.225, quase 80% ou 90% já estão em período de se aposentar.

Então, se levar em consideração que os companheiros que recebem o benefício dos Portus, se considerarmos isso um direito adquirido, os que estão pagando e estão prestes a se aposentar, os que já podem se aposentar, também teriam direito garantido, segundo o nosso entendimento e o do nosso jurídico.

Pode passar.

Nós temos 14 empresas patrocinadoras do Portus, inclusive o Portus, porque ofereceu plano aos seus funcionários.

Nós temos: a Empresa Codomar, que está em extinção. Ela não administra um porto. Ela tem pessoal próprio, despesa, mas essa empresa transferiu o direito de gestar o porto do Maranhão para o Estado. Então, é um porto que não tem uma operação em si; a CDC, que é uma empresa federal; a Codern, uma empresa federal; a CDP, federal; a Codeba, federal; a Codesa, federal; o CDRJ e a Codesp; o SPI, que é um órgão que atua no porto de Itajaí; temos gente no porto de Itajaí; a Emap, que é a empresa que administra o porto do Maranhão; a SNPH, em Manaus; o porto de Recife é um porto que está na mão do governo do Estado; e a Docas, da Paraíba, que está na mão do Governo do Estado também.

Então, esses são os nossos 14 patrocinadores.

Pode passar.

Obviamente que o fundo de pensão, não querendo dar aula ou ensinar, funciona com contribuição de patrocinador, de participante e contribuição dos assistidos e pensionistas que, mesmo tendo pago para receberem o benefício, ainda continuam pagando 10% do que recebem para o fundo de pensão.

Pode passar.

A lógica de como funciona isso é que dos recursos que arrecadamos ou que tínhamos de arrecadar: seriam feitos investimentos no mercado de ações, naquelas ações que as pessoas que mexem com isso sabem que são rentáveis e que são as melhores oportunidades de negócios.

Pode passar.

Este é o nosso problema. Nós temos três tipos de dívidas que foram levantadas pelo Portus, que foram apresentadas pelo Portus, que foram aprovados nas instâncias de gestão do Portus e que, mesmo assim, foram alvo de questionamento – obviamente que isso é natural – e que já passaram por duas auditagens: uma foi a Deloitte, que fez a auditagem nesses números, principalmente na RTSA, que eu vou explicar, e, agora, a Fundação Getúlio Vargas.

A notícia que temos, extraoficialmente, é a de que os números que nós vamos falar aqui para vocês estão próximos do que eles acharam. Quer dizer, pode ter uma coisa de 10% ou 15% para mais ou para menos, mas o que sabemos é que os números são de acordo com o que vamos colocar.

Volta só um pouquinho, meu amigo.

Nesses três tipos de dívidas, as contribuições normais são aquelas que são feitas todo mês; aquela que nós fazemos, mas a nossa pega do nosso contracheque – e não temos nem como dizer que não queremos pagar – e das contribuições normais das patrocinadoras.

Num passado, essas dívidas não foram feitas de acordo com o regulamento do Portus, que dizia que, se não pagasse até tal dia, teria juros de tantos por cento. Então, isso foi levantado. Essa é dívida de contribuição normal.

Como funciona a RTSA? É o tempo de previdência que um trabalhador tem antes de entrar em uma empresa e antes de entrar em um plano de previdência complementar, no caso, o Portus. E esse tempo tem que ser calculado e tem que ser transformado em um aporte para o caixa do Portus, do fundo de pensão. No caso do Portus, não foi feito em várias empresas em que o trabalhador entrava e tinha um tempo atrás e, quando dava o tempo dele, se aposentava sem ter contribuído por esse tempo. E, obviamente, a retirada da Portobras, porque o governo liquidou a Portobras, mas, na própria medida provisória, ele colocou que a sucessória da Portobras era a própria União.

O Portus, nesse assunto, em todos esses três temas de dívidas – para os companheiros ficarem tranquilos, entre aspas –, ajuizou ações cobrando na Justi-

ça os valores referentes a esses três tipos de dívidas, sendo que, quanto à dívida da retirada da Portobras, nós tivemos uma sentença, condenando a União em R$1,2 bilhão em junho do ano passado.

Pode passar.

A dívida normal de contribuição, segundo relatório do próprio Portus, giraria em torno de R$1,09 bilhão, sendo que as duas maiores devedoras, obviamente, seriam a Codesp, de Santos, e a CDRJ, que representariam 84% da dívida, segundo esses dados.

Pode passar.

A RTSA também é isso, R$1.761.977,00, que o Dr. Barco deve estar aqui se arrepiando, mas não foi ele quem fez essa dívida. Ele sabe disso, sabe do que estou falando. (*Risos.*)

Pode passar.

Aí é um percentual dessas dívidas que estamos colocando como valor aproximado, que é a contribuição mais a RTSA. Não está a Portobras. Só para a gente ter uma noção do que estamos dizendo.

Pode passar.

Chegamos já com esses valores e falamos: "Nossa! R$4 bilhões!", mas se nós formos ver – e eu chamo a atenção para isso, que é muito importante –, quando se fala em R$4bilhões, a gente se assusta, mas o nosso Dr. Dagomar já colocou ali que, para resolver o problema do Portus, nós precisamos de menos R$1 bilhão do que está aí, que seria em torno de R$3bilhões, isso levando em consideração essa mudança que foi feita na taxa de juros, que teve de acrescentar os R$300 milhões.

Isso não precisa ser um aporte que tem que ser feito hoje. Nós podemos discutir. Eu não tenho um número exato, mas as pessoas já falaram em fazer um acordo de 16 a 20 anos, para que isso seja honrado . Então é uma coisa que a gente precisa discutir, mais no final eu vou falar um pouco como é que a gente pode buscar isso.

Isso é o que nós perdermos por não ter recebido esse dinheiro na época certa. Ano a ano, de 2003 a 2011 onde é a meta mínima atuarial e INPC mais 6% que é a regra para os fundos de pensão, é o rendimento que todos eles estabelecem, isso faz parte de regras econômicas. Então, a meta dava um ganho para a gente. Vamos dizer que recebemos mil. Se nós tivéssemos recebido mil, a nossa meta era 181% em cima de mil, mas a rentabilidade que foi feito neste ano, os fundos de pensão que tinham esses mil que nós não tivemos tiveram 332% de ganho em cima de mil reais; e nós não tivemos nem o 181%, nem os 332% e nem o mil. Isso para ver o prejuízo que o Portus levou nesses anos todos.

Como foi falado aqui, nós tivemos uma divergência com relação a essa discussão do cálculo da dívida com Portus que nós defendíamos, como também, graças a Deus, a PREVIC, o Ministério da Previdência e alguns técnicos da Casa Civil, de que qualquer estudo que fosse feito com Portus tinha que ser respeitado o regulamento, ou seja, se você não pagou no dia 30, pagou no dia 15, você teria que pagar os juros do dia 30 ao dia 15, que é o que acontece com a gente quando vai pagar o nosso talão de luz ou o talão de água. Se não paga no dia, acontece o quê? Juros.

Graças a Deus a maioria dos técnicos do Governo, o próprio interventor dos Portus, Dr. Crespo, defendeu isso – defendeu corretamente – e o que prevaleceu foi o estatuto do nosso fundo de pensão, porque tinha uma vertente nessa discussão, que não era uma vertente oficial, mas se buscou um número. Simplesmente, é mil? Eu não quero pagar mil. Você se vira e tira 50% disso sem critério, sem nada que nos convencesse. E nós estamos até velhinhos para tomar um chapéu desses.

Então, isso foi uma coisa que a gente fez numa época em que estava essa disputa, mas graças a Deus essa coisa do estudo encomendado pela Codesp e também o Dr. Mário Lima, a informação que a gente tem, também colaborou para que fosse feito o trabalho do jeito que tinha que ser. Por isso que tínhamos essa lâmina para colocar, mas, com essa decisão da fundação, o trabalho foi feito recentemente, eu acho que isso é só para a gente ficar sabendo a disputa que nós fizemos, que era importante.

Pode passar:

Na verdade, eu acho que é importante a gente colocar aqui para os Senadores, para os colegas da Mesa, para o Senador Paulo Paim e para os companheiros, de que em todas as conversas que nós tivemos com o Governo, todas – Ministra Gleisi, Gilberto Carvalho, Ministério da Previdência, PREVIC, Ministro Leônidas Cristino e todas as pessoas que nos receberam por ocasião da intervenção no Portus – houve a garantia de que essa liquidação não é igual às outras, porque essa não é a primeira, para os companheiros ficarem sabendo, eu acho que essa é a terceira intervenção que tem no Portus, para resolver, porque nas anteriores fizeram relatório, mas, se alguém leu, eu não sei. As medidas que foram apontadas nos relatórios não foram cumpridas. A última dizia que, se não aportasse, em dois anos, recursos no Portus, o Portus ia entrar numa situação que exigia uma medida mais dura. É claro isso.

Então nós conversamos com todas essas pessoas, obviamente que não ouvimos pessoalmente da Presidente Dilma, mas uma das questões que fez com

que o próprio Ministro Leônidas Cristino nos chamasse para conversar pessoalmente sobre isso é que ele teria ouvido da boca da Presidente que nós tínhamos que achar uma saída para o Portus.

Coloco isso porque faço parte dessa comissão de acompanhamento que o Vilson colocou, e está chegando numa hora, essa hora que estamos vivendo agora, em que o Governo precisa tomar uma decisão.

Pode passar, amigo.

Eram essas as informações que eu queria passar para vocês. Como sugestão, vou falar isso aqui, alguém pode achar que é pecado falar isso no momento econômico, porque nós vivemos, no mundo e no Brasil, um momento de austeridade. Precisamos sim. Precisamos ter competitividade dos nossos portos? Precisamos sim. Precisamos modernizar os nossos portos? Precisamos sim. E nós nunca fomos contra isso, não é isso, companheira? Não é? Ninguém aqui é contra modernizar os portos, mas nós precisamos cobrar o olhar social em cima do nosso Portus. Não é só obra. Não é só investimento em infraestrutura. (*Palmas.*)

(*Fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO LIRIO GUTERRA – Tudo bem, tudo bem.

O BNDES arruma dinheiro para os empresários a juros subsidiados. Por que não podemos discutir isso? Letras do Tesouro Nacional; por que não podemos discutir isso? Um adicional de tarifa portuária. Alguém precisa pagar essa conta. Se a União não quer pagar, e eu já paguei, quem vai pagar? Talvez seja quem se beneficiou com o processo de privatização dos portos.

Eu tinha colocado aqui um projeto de lei e eu até tinha conversado com o Senador Paim sobre isso, e falei: "Guterra, não adianta eu entrar com um projeto de lei aqui sobre essa questão do Portus se não houver um acordo com o Governo. É preciso fazer um acordo." E se vocês observarem, em momento nenhum nós cometemos – quando eu falo nós, falo do movimento sindical, das associações, a Unapportus – um erro nessa discussão. Porque, em determinado momento, alguém esperou que nós entrássemos na Justiça por causa disso, justamente para falar assim: "Vocês não entraram na Justiça? Agora esperem; agora morram." Mas nós não fizemos isso. E nós não fizemos até hoje algumas coisas que acontecem aqui nesta Casa – e o Senador sabe – que é: entra um assunto aqui que não tem nada a ver, o cara vai lá e coloca uma emenda, porque ele quer colocar uma emenda... Nós nunca fizemos isso aqui. Nós podíamos ter feito, como um monte de medidas provisórias que entraram aí. Não quer dizer que nós não vamos fazer, mas até hoje nós não fizemos.

Eu havia proposto um projeto de lei para que autorizasse a União a aportar recursos no Portus, porque a Constituição impedia. Mas agora não. O Governo agora é patrocinador do fundo de pensão dos servidores públicos. Então, se ele é patrocinador do fundo de pensão dos servidores públicos, também pode ser do nosso, porque é o acionista majoritário das Companhias Vale.

Então eram essas informações que eu queria passar para vocês, e eu não tenho dúvida, Senador, de que se nós não resolvermos isso, essa questão do Portus, não vai ser uma derrota para nós, vai ser uma derrota para o sistema portuário nacional. E isso nós não podemos admitir.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Sr. Eduardo Lirio Guterra, Presidente da Federação Nacional dos Portuários.

Por indicação do próprio Eduardo, neste momento – já está na mesa conosco –, eu passo a palavra para o Diretor de Infraestrutura e Operações da Codesa, Porto de Vitória, representante do Presidente Clovis, o Sr. Hugo Amboss Merçon. (*Palmas.)*

O SR. HUGO AMBOSS MERÇON – Bom dia. Eu queria cumprimentar o Senador Paulo Paim, demais Deputados, nosso Secretário, Dr. Mário Lima, e nossos colegas aqui presentes – vejo vários tanto do Porto de Vitória como da Codesa, o próprio Adrei. Nós trabalhamos muito tempo em várias iniciativas, justamente buscando resgatar toda essa capacidade econômica e financeira do Portus.

Eu sou empregado da Codesa, entrei na década de 80 como estagiário, sou associado do Portus e, no momento, estou no exercício deste cargo de Diretor de Infraestrutura e Operações.

Então, é um momento ímpar para nós que estamos lá dentro do Portus, há muito tempo, buscando justamente encontrar uma saída que faça com que nosso instituto se torne autossuficiente.

Essa iniciativa do Senador é extremamente positiva. Não é a primeira, eu já participei de uma iniciativa anterior, aqui inclusive, no Senado. E eu não vou me estender, até porque o próprio Presidente da Federação, Dr. Eduardo, já abriu vários comentários a respeito do assunto.

Quero agradecer, mais uma vez, e dizer a todos que estamos juntos; a Codesa vem cumprindo religiosamente a ordem da Secretaria de Portos, as nossas contribuições vêm sendo pagas em dia. Então, quero agradecer e torcer para que, de fato, possamos aqui sair com um encaminhamento bem positivo para o nosso instituto Portus.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Dr. Hugo falou pela Codesa. Como vimos, o próprio Hugo fortalece as negociações como também o Presidente Eduardo Lirio Guterra, que apresentou uma série de propostas de encaminhamentos que poderíamos construir juntos.

Claro que concordo, Eduardo, que simplesmente apresentar um projeto não resolve. Isso eu fiz no caso do Aerus, uma situação muito difícil também. Pediram para que eu apresentasse uma proposta nessa linha. Não resolveu, porque não houve acordo com o governo, e o projeto está emperrado ainda aqui no Senado. Por isso, a estratégia usada por vocês até o momento foi correta, deu resultado positivo a negociação com o Presidente Lula, e esperamos que agora possamos avançar, deixando para última possibilidade a questão de um projeto, até porque o projeto só é autorizativo. Simbolicamente podemos votar, mas é autorizativo e não vai resolver se o Governo não assim entender.

Neste momento, passamos a palavra, como último orador da Mesa, ao Deputado Federal Paulo Ferreira, que aqui representa a Câmara dos Deputados.

O SR. PAULO FERREIRA (PT – RS) – Quero dar o meu muito bom-dia a todos e a todas que vieram de tantos Estados para participar dessa audiência pública e saudar o Guterra, amigo e companheiro, lutador das questões de direito, os outros representantes da Mesa, Secretário e o meu Senador do Rio Grande do Sul, que conheço há mais de 25 anos, Senador Paulo Paim, sempre acompanhando as questões de interesse geral.

Queria agradecer, Senador Paim, o convite para estar aqui debatendo a situação do Portus, fazendo dois ou três comentários, mas me colocando à disposição para ajudar na solução do Portus, porque é sobretudo uma questão de direito.

Independente das situações que foram criadas ao longo dos anos, desde a criação conforme exposição do Guterra, há uma questão que preside o debate, que é uma questão de direito. As idas e vindas – vou chamar assim, Guterra –, os descompromissos que foram sendo feitos ao longo do tempo não podem, ao final da história, onerar aqueles que dedicaram a vida, que tiveram toda a sua atividade voltada, que contribuíram e continuam contribuindo.

Vamos atuar no sentido de negociar evidentemente, mas orientados por um valor na negociação, que é um valor de lado, senão não estaríamos aqui. Nós, eu, o Paim, e os outros representantes que se colocam à disposição, nesse debate, temos lado, nesse debate vamos atuar, negociar, no sentido de preservar os direitos e atuar para solucionar o problema. (*Palmas.*)

Contem conosco, sabendo, evidentemente, que tem limitações legais, sabendo que tem um processo longo, sabendo que a situação é complexa, mas o fundamental é termos, neste momento, a lucidez e a nitidez de perceber qual é o valor fundamental.

Eu queria fazer dois comentários: primeiro, a situação do Portus, talvez como a situação do Aerus, Paim, é uma situação completamente diferente da grande maioria dos fundos – o Secretário da PREVIC que me corrija. Fundo de pensão hoje no Brasil e no mundo é fonte de rendimento, de investimento e de distribuição de bens. Isso é fundo de pensão. Não vamos falar aqui, por ser desnecessário, dos grandes exemplos dos fundos de pensão no Brasil – da Previ, da Petros e tal. Quer dizer, a Previ chega à situação, no final do exercício, como vocês sabem, de devolver dinheiro para o Banco do Brasil, chega à situação de não cobrar mais dos beneficiários a cotização mensal, porque ela tem tanto rendimento e porque não precisa.

Então, a situação que o Portus vive é uma situação atípica, completamente avessa à lógica dos fundos de pensão não só no Brasil, mas no mundo inteiro. Quer dizer, nós temos hoje a participação dos fundos na economia brasileira, em todos os ramos, de uma maneira decisiva. Os fundos são parte da estratégia de desenvolvimento nacional. Então, a situação que vocês enfrentam é uma situação, além das questões que envolvem os direitos que falei antes, que envolve a ausência do Portus numa estratégia de desenvolvimento para o País. Essa é a situação que temos que ver se tem viabilidade, se tem solução, para que o Portus não figure mais na lista do menos e passe a figurar na lista do mais. Eu acho que essa situação pode nos iluminar para perseguir uma situação mais confortável, na realidade, para o Portus.

Segundo, tem a ver com a atividade portuária em si. Eu e o Guterra temos participado de alguns fóruns e de algumas questões que envolvem as medidas que o Governo pensou e vai provavelmente enviar ao Congresso Nacional proximamente. Há uma notícia de jornal que diz que a Presidenta Dilma deve enviar uma medida provisória, um decreto, alguma situação, Paim, para cá, para nós discutirmos o novo marco regulatório de portos. Essa é uma situação que interessa a todos nós, porque vai mexer não só com a questão da mão de obra nos portos, mas com o encadeamento de todos aqueles agentes econômicos que têm, na atividade portuária, um elemento fundamental.

E aí, eu acho, Guterra, que nós temos que recuperar e talvez fazer a pergunta... Eu não sou especialista em fundos de pensão, minha área está mais para generalista e para opinião do que para especialista, mas há uma situação que me parece importante aqui

nesta audiência pública, que é a seguinte: quem é o responsável final pela situação do Portus? Quem é o responsável final?

(*Fora do microfone.*)

O SR. PAULO FERREIRA (PT – RS) – Certo. Então esse diálogo, essa dedução é uma dedução fundamental. Nós temos que encontrar uma solução a partir de perguntas diretas, porque não adianta ficarmos numa situação que não tenha solução. Vocês estão aqui, trezentas pessoas que vieram de vários Estados brasileiros, e têm de ouvir aquilo que têm de ouvir. Não podemos aqui, Paim, e somos diretos nisso, estar numa situação de postergação. Quem é o responsável e qual a pressão necessária que tem que ser feita para resolver? É isso. (*Palmas.*)

(Fora do microfone.)

O SR. PAULO FERREIRA (PT – RS) – Exatamente. O que eu acho que tínhamos que perseguir? A atividade portuária hoje no Brasil é uma atividade dinâmica, certo? Os portos no Brasil hoje apresentam um nível de produtividade, de rentabilidade, não é, Guterra? Portanto, dizer que os portos, no Brasil, hoje, são entraves ou são gargalos, como a gente vê em artigo de jornal, etc... Quem conhece a atividade portuária no Brasil hoje sabe que o nível de exportações, como vocês dizem aqui, a quantidade de carga embarcada, a modernização que foi feita colocam os portos brasileiros hoje num nível de excelência internacional. *(Palmas.)*

Então, o processo modelar de concessão pública que foi feito é um processo vitorioso. Nós temos que afirmar. O Estado tem o controle sobre a atividade portuária, que é uma atividade milenar. Portanto, se depender de nós aqui, nós não apoiaremos nenhuma medida que seja no sentido de desorganizar aquilo que está dando certo. *(Palmas.)*

E vocês sabem que há interesses gigantescos que querem a liberalização. Nós não vamos atuar nesse sentido; nós vamos atuar para manter os direitos, manter quem está trabalhando bem, manter a produtividade, etc.

Então, no sentido de ajudar, de colaborar, eu queria me colocar à disposição de vocês aqui e dizer que nós temos uma audiência agendada – eu, o Guterra e outros companheiros; Senador Paim, se puder estar junto conosco – para o dia 14, próxima quarta-feira, às 11 horas, com o Ministro Secretário-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, para tratarmos do tema das medidas que o Governo trará aqui e o lugar de trabalho dessas medidas.

Esse é o nosso... *(Palmas.)*

Eu consultei aqui o Guterra, por livre e espontânea arbitrariedade... Vou pedir aos companheiros que articularam conosco essa agenda com o Ministro Gilberto Carvalho que um dos temas, de que vocês já trataram com ele mais de uma vez, seja a situação do Fundo Portus, que o Fundo Portus também seja tema da pauta dessa reunião do dia 14. *(Palmas.)*

Não... *(Pausa.)*

Ele me lembrou aqui, mas já estava anotado aqui.

Acho que tem uma situação emergencial, Senador Paim, que é o problema da sobrevivência e do atendimento aos beneficiários. Nós temos que fazer aqui um movimento muito rápido para aquele compromisso do Presidente Lula dos R$400 milhões e dos R$150 milhões que faltam, para fazermos uma pressão para liberar imediatamente. *(Palmas.)*

Então, com estas palavras, agradecendo ao meu amigo e meu irmão Senador Paim, eu queria agradecer o convite para estar aqui.

Obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Esse foi o Deputado Federal Paulo Ferreira, que, de forma direta e objetiva, apresentou a sua visão, a sua posição e, ao mesmo tempo, já indica que tomou a liberdade, dialogando, naturalmente, com o Eduardo Guterra, para marcar essa audiência, que eu achei importantíssima, para tratar do tema, no dia 14, às 11 horas.

Meus cumprimentos.

Agora, nossa audiência vai para a parte final. E aqui, na parte final, é praxe que a gente abra, no mínimo, duas falas para o plenário. Aí você articula para que dois companheiros...

Pessoal, nós vamos tentar organizar aqui. Eu sei que botei, como diz o outro, o pepino na mão dele, porque inúmeros já levantaram a mão e ele vai ter que orientar. Mas, como vocês viajaram dos Estados para esta atividade, eu entendo que a nossa audiência está indo bem e já saindo com proposta concreta.

Então, vamos abrir a palavra para três companheiros do plenário, vamos ampliar para três, mas esses três, pessoal, têm que entrar numa linha do encaminhamento, uma linha construtiva. Às vezes eu digo que não só adianta pegar a palavra para marcar uma posição. Não vai resolver nada, não vai ajudar em nada. Tem que entrar numa linha construtiva. Esses três que falarem em nome do plenário têm que apontar o caminho, e o caminho é o da solução, e não só o de marcar a posição da sua indignação, que é legítima. Nós poderíamos falar, se quiséssemos, quanto à indignação, duas, três, quatro, cinco, seis horas. Mas nossa intenção aqui é sair daqui com um resultado positivo. Esta sala está lotada e tem mais duas salas com dezenas

e dezenas de companheiros que estão na expectativa do resultado final. Depois que vocês três falarem, ainda volta para a Mesa para as considerações finais.

Quem são os três? (*Pausa.*)

Fale.

O SR. EDUARDO LIRIO GUTERRA – Eu queria fazer uma proposta já que o senhor está deixando esse abacaxi para a gente...

Acho que a gente poderia fazer assim: os líderes sindicais... Não dá para todo mundo falar. A gente poderia pegar um representante de cada Região – Região Norte, Região Nordeste, Região Sudeste e Região Sul; não sei se da Região Sul há algum presidente aqui. Então, nós usaríamos da palavra e também um representante, um companheiro... Na verdade, não seriam três. Nós usaríamos da palavra seis vezes, sendo três minutos cada um.

Está bom assim, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – De três, ele já me ganhou 100%, virou seis. Negociar com sindicalista é...

O SR. EDUARDO LIRIO GUTERRA – A ideia é a seguinte: quatro companheiros de cada Região, uma mulher – a companheira Nildes. Eu acho que deve ter uma mulher, não é, Senador? *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É isso.

O SR. EDUARDO LIRIO GUTERRA – O companheiro Odair, de Santos, da APP. Então, seria, pela ordem: Ulisses, falando pelo Nordeste. Pode ser, pessoal?

(Manifestação do Plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Você vai me dar o primeiro nome de cada um.

O SR. EDUARDO LIRIO GUTERRA – O primeiro nome é Ulisses.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Outro.

O SR. EDUARDO LIRIO GUTERRA – Companheiro Odair, que está aqui, da APP de Santos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Odair.

O SR. EDUARDO LIRIO GUTERRA – A companheira Nildes, que é Diretora para Assunto da Mulher Portuária da nossa Federação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nildes.

O SR. EDUARDO LIRIO GUTERRA – Ernani e o companheiro Sérgio Giannetto.

Está bom assim?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ernani e Sérgio.

O SR. EDUARDO LIRIO GUTERRA – Sendo que pelo Porto de Santos, nessa questão do Portus, falaria o companheiro Odair. Ok? Pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ok, pessoal. Vamos lá, então.

O SR. EDUARDO LIRIO GUTERRA – Três minutos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu vou pedir o seguinte: cada um deles, vamos aproveitar esse microfone e, quando for falar, a primeira coisa deve ser dizer o nome para ficar registrado nos Anais.

O primeiro será Ulisses, que terá três minutos.

O SR. ULISSES SOUZA OLIVEIRA JUNIOR – Bom dia!

Em primeiro lugar, quero agradecer ao pessoal do Nordeste, que aceitou a indicação de meu nome para representar a Região; em segundo lugar, quero cumprimentar a Mesa na pessoa do Senador Paulo Paim, e também agradecer, em nome dos nordestinos, esta audiência pública e esta oportunidade que a gente tem aqui de, mais uma vez, falar sobre nosso instituto.

Em nome do Senador, eu espero ter-me dirigido a todos.

A gente falou aqui em tudo, mas acho que as responsabilidades não podem ser esquecidas. Aqui alguém falou no Senador Collor. Eu devia... Eu vou um pouco atrás, aqui deveria estar o Senador José Sarney, porque na época dele foi permitida uma verdadeira ingerência política dentro do Portus, que virou um cabide político de empregos. Deveria estar aqui também o Senador Collor de Mello, que é responsável, porque acabou a Portobras e não assumiu as dívidas na época, achou que o portuário era um lixo, que poderia ser jogado em baixo do tapete. Hoje estamos na situação em que estamos.

Nós aqui estamos, os únicos que cumpriram com suas obrigações, os únicos.

Agora quero partir um pouco para o futuro, futuro do Portus. Se nós deixarmos o melhor plano que se possa escrever – aí eu falo mais diretamente para o Dr. Dagomar, da PREVIC, por melhor que seja, o mais moderno, o mais adequado à situação dos portuários hoje, se ficar limitado unicamente, daqui para o futuro, só os portuários vinculados às Companhias Docas, ele tende a ser um plano pequeno e ter um futuro pequeno.

Eu, pelo menos, acho que o Portus tem de ser aberto aos portuários de maneira geral, incluindo avulsos e empregados de operadoras portuárias privadas, que é o grande futuro do porto brasileiro, o arrendamento de áreas, a privatização de áreas.

A tendência das Companhias Docas, infelizmente – essa não a ideia dos trabalhadores, porque nós

consideramos um patrimônio nacional as Companhias Docas –, é diminuir o seu quadro funcional.

Está aqui o Dr. Mário Lima que está me olhando e sabe muito bem do que estou falando, porque a estratégia de Governo hoje é, cada vez mais, tirar o Estado da questão operacional portuária e ficar apenas com a administração – vamos dizer – do patrimônio.

Então, temos que pensar no Portus abrindo para os portuários de forma geral, tanto nós empregados das Companhias Docas – avulsos –, como o pessoal privado. Aí, sim, Deputado Paulo, haverá um fundo de pensão que vai gerar riqueza para a sociedade.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Ulisses. Meus cumprimentos.

O SR. ULISSES SOUZA OLIVEIRA JUNIOR – Meu nome é Ulisses Júnior – não vou falar o nome todo, porque é grande – e estou Presidente, atualmente, do Sindicato dos Portuários da Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos ao Ulisses, porque ele foi objetivo, marcou com clareza a sua visão, apontou o futuro e usou 3 minutos.

Meus parabéns, Ulisses!

Eu passo a palavra ao Odair.

O SR. ODAIR AUGUSTO DE OLIVEIRA – Cumprimentando o Senador Paulo Paim, estendo a saudação a toda a Mesa e a todos os portuários aqui presentes sem distinção, norte-sul, leste-oeste. Todos são sofredores do nosso fundo de pensão.

Meu nome é Odair Augusto de Oliveira. Estou Presidente da Associação de Participantes do Portus, que conta com 3,2 mil associados, todos participantes.

Eu não vou me alongar e talvez não use nem 2 minutos. Eu só me limitaria a fazer um comentário.

Aqui se falou muito em futuro, em medidas que se tomariam para o futuro. Gente, a situação é emergente! Nós não temos dinheiro para pagar o 13º. É preciso que isso fique muito bem claro aqui dentro. (*Palmas.*)

Segundo ponto. E aí vou fazer uma pergunta direta, primeiro, ao Dr. Mário Lima. Eu quero reforçar, Dr. Mário Lima, o pedido do companheiro Vilson. Nós não sabemos por que motivo, há um prazo muito longo, nós não fazemos aquelas reuniões de comissão de acompanhamento junto ao interventor. E o senhor sabe que essas reuniões são superimportantes, porque passam para nós fatos que estão acontecendo e que nós passamos para todo o nosso pessoal. Então, não esqueça isso. O Vilson foi muito feliz ao fazer essa cobrança. Eu tinha anotado isso e estou fazendo questão de dar uma reforçada.

Já estou terminando, Paulo Paim.

Dr. Dagoberto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Restam 2 minutos ainda.

O SR. ODAIR AUGUSTO DE OLIVEIRA – Dr. Dagoberto.

O SR. DAGOMAR ALÉCIO ANHÊ – Dagomar.

O SR. ODAIR AUGUSTO DE OLIVEIRA – Dr. Dagomar, desculpe-me.

O inquérito já terminou. Pelo menos, faz uma porção de tempo que não se ouvem os companheiros. Ninguém foi mais entrevistado, ninguém foi mais ouvido. Nós tivemos conhecimento de que ninguém foi culpado de nada, etc. e tal. (*Palmas.*)

Dr. Dagomar, já está mais do que na hora de se liberarem os bens que ficaram presos desse pessoal, porque até agora não ficou nada comprovado contra eles. Eu gostaria de que estivesse na mesa o Dr. Rabelo para que eu pudesse dizer isso a ele, mas, por favor, seja o portador, porque isso está causando uma injustiça terrível.

Temos certeza de que nós, portuários, não pusemos o bandido lá dentro. Nós pusemos gente que gosta do nosso fundo de pensão e que o trata com carinho.

Obrigado, gente!

Obrigado, Paulo Paim. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Odair.

O Odair falou dentro do tempo e ainda restaram 30 segundos. Parabéns!

Passamos a palavra para a Nildes.

A SRª NILDES SAMPAIO DA SILVA – Bom dia ou boa tarde a todos.

Meu nome é Nildes Sampaio da Silva. Eu sou portuária há mais de 30 anos. Eu estou no Sindicato dos Portuários do Rio de Janeiro e tenho a honra de ser Diretora junto com a nossa equipe, liderada pelo Sérgio Giannetto. Estou também, como Diretora, na Federação Nacional dos Portuários.

Eu sou uma militante política. Acredito neste Brasil. Acredito na D. Dilma, mas a nossa reivindicação aqui, o nosso encaminhamento possui dois pontos fundamentais.

O Collor e o Fernando Henrique nos colocaram, Deputado, nessa situação. A Previ também passou por dificuldades no passado e, hoje, é superavitária, porque o Governo consertou o que precisava ser consertado.

Não há culpados no Portus. Nós, portuários – contribuintes e pagadores –, não devemos. Quem deve ao Portus e aos trabalhadores é o Governo. Quem deveria estar com os bens sequestrados seria o Governo, que deixou de pagar porque confiou nos diretores das Docas e não no setor portuário e abandonou a atividade portuária. E nós trabalhadores sustentamos as colunas portuárias deste Brasil. Nós sustentamos os

portos e sustentamos o Portus, que era o nosso futuro com o passado, mês a mês, com a nossa contribuição. Então, o nosso encaminhamento aqui básico é: Governo, pague a dívida! Você é o acionista das Docas. É você o devedor! Eu pago as minhas contas ou, então, vou para o SPC. O Governo está com o nome sujo conosco, este Governo que eu elegi, por que nós brigamos. Tiramos o governo Fernando Henrique, tiramos o governo Collor, tiramos esse passado todo horrível que não acreditava no Brasil, votamos num governo democrático socialista, votamos num governo sério e estamos sendo punidos, todos os trabalhadores portuários punidos no seu fundo de pensão.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Tem um minuto.

A SRª NILDES SAMPAIO DA SILVA – E os colegas que emprestaram seu nome para a diretoria de Portus, para os conselhos também estão sendo punidos. Então, o encaminhamento básico é: libere o nome dos nossos companheiros, pague a dívida e acredite no setor portuário, abrindo os novos planos de pensão, os novos planos de contribuição também para os concursados.

E só mais um encaminhamento, que é pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está no seu tempo.

A SRª NILDES SAMPAIO DA SILVA – Acredito que nós não deveríamos mais, Guterra, permitir concurso público nessas empresas enquanto não se resolver esse problema. E mais: que haja a securitização dos contratos. É uma solução para buscar a verba dessa dívida do Governo, ok?

Muito obrigada. Boa tarde a todos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. A Nildes deixou ainda 9 segundos, de forma direta também, mostrando toda a força das mulheres.

A SRª NILDES SAMPAIO DA SILVA – Esqueci dizer que te adoro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Agora ela já vai ganhar mais 5 minutos.

(Fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu sei, eu sei. É o carinho e respeito pelo trabalho de todos nós.

Ernani.

O SR. ERNANI PEREIRA PINTO – Bom dia a todos e a todas.

Senador, é um prazer estar contigo porque, ao assumir a sua função parlamentar, o senhor manteve sempre a coerência e o lado. Então, quero parabenizá-lo e saudar toda a Mesa. E, com um portuário de 86 anos que está aqui, que caminhou conosco 20 horas, o Sr. Odelir Barros, saúdo todos os portuários do Brasil. *(Palmas.)*

Primeiramente, quero agradecer e dizer que nós temos que ser rápidos. E, como estamos na Comissão de Direitos Humanos, então, nós somos apaixonados, porque eu sou gente, gosto de gente, Deus gosta de gente. Por isso é que nós existimos. Então, não cabe esperarmos as coisas acontecerem. É importante esse aporte de R$150 milhões imediatamente para que o Portus possa respirar e caminhar para as propostas que já foram colocadas aqui.

É importante lembrar que as Companhias Docas já foram alimentadas de novos trabalhadores, os quais, embora muitos editais tenham aberto a possibilidade da previdência complementar, não podem acessar em razão da situação que hoje está. Seria também uma nova forma, um novo oxigênio para o Portus, para a visão do futuro.

Outra questão importante, Senador, demais senhores presentes e autoridades à Mesa: nós precisamos, ao conceder os portos para terceiros, para privados, dar a cota social, porque não se preocupou com isso. O projeto neoliberal dos anos 90 nos desgraçou, jogou trabalhadores na sarjeta e, hoje, querem jogar os nossos homens aposentados, que contribuíram, na miséria. E os companheiros e companheiras que caminharam ao longo dessa jornada não podem pagar uma conta desse projeto, que, mais uma vez, está se avizinhando. E aí nós, que somos ideológicos e fizemos a nossa cota social –e é nosso sangue –, não podemos pagar, e os portos serem entregues agora, como dizem os companheiros lá em Vitória, para os galegos, que vêm para cá apenas para explorar.

Então, quero agradecer esta oportunidade e dizer que é importante que o Portus tenha imediatamente esse aporte financeiro, que já foi autorizado pelo Governo. E o Estado brasileiro tem que ter palavra.

(Soa a campainha.)

O SR. ERNANI PEREIRA PINTO – Quero dizer, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Você tem mais um minuto ainda.

O SR. ERNANI PEREIRA PINTO – Quero dizer, Senador, que, quando o Presidente Lula abriu aquela possibilidade de reoxigenar o Portus para uma visão de reorganizar, nós tivemos a expectativa de ter o Portus saneado. Então, não podemos ficar no imbróglio político e tecnocrático na situação desses trabalhadores e trabalhadoras que vocês veem aí, muitos com mais de 70 anos de idade.

Essa é uma responsabilidade social que este Governo não pode levar, porque no passado colocaram o Portus na condição em que está.

Um bom dia a todos e muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Ernani.

Eu quero só registrar a presença da assessora jurídica da Federação Nacional dos Portuários, Drª Marcelise.

Uma salva de palmas para a Drª Marcelise, que está ali de pé. *(Palmas.)*

Já fui informado aqui do brilhantismo do seu trabalho e pode saber que fiquei muito feliz.

Passamos a palavra, neste momento, ao Sérgio.

O SR. SÉRGIO MAGALHÃES GIANETTO – Bom dia, Senador, bom dia, Deputado, em nome dos dois, eu saúdo a Mesa.

Quero parabenizar os nossos Paulos. Parabéns pelas colocações!

Vou ser breve, muito breve.

Eu queria dar o recado ao nosso companheiro Dagomar de que nós, trabalhadores e trabalhadoras, não estamos preocupados se a conta, se isso ou aquilo, porque a dívida é do Governo. Este Governo tem de pagar a dívida. O nosso querido companheiro Orlando, do Portus, costuma dizer que é uma dívida imoral. Não importa se é isso ou aquilo; o Governo deve, o Governo tem de pagar, em especial este Governo que nós portuários e portuárias ajudamos a eleger. Tenho certeza, Senador, de que, no Rio de Janeiro e nos demais Estados, 90% de nossos votos, nós, portuários, foram para a Presidenta Dilma, em função do trabalho dela, em função do antecessor Ministro dos Portos, que também fez um belo trabalho.

Além disso, eu queria pedir que libere esses companheiros, o Higino, o Camilo e o Clebinho, que estão numa situação vergonhosa, com seus bens retidos. Fizeram bem. A melhor administração do Portus que já houve foi a desses três companheiros, para quem eu peço uma salva de palmas. *(Palmas.)*

Por fim, a questão do "pacote" que está vindo aí. Eu queria falar sobre os avulsos, rapidamente, muito rapidamente, porque eu tenho o prazer de também ser o Presidente da Intersindical dos Portuários do Rio de Janeiro.

Lá no Rio de Janeiro, nos portos, está todo mundo ganhando dinheiro: o Governo Federal, o Governo do Estado, a Prefeitura, os trabalhadores com vínculo... Porque estão surgindo novos empregos. Não estou nem falando dos companheiros das Companhias Docas; estou falando de outro mercado. Mas, enquanto isso, os trabalhadores avulsos não estão deixando de ganhar, estão perdendo seu mercado de trabalho. Por que razão? Porque as grandes empresas, como a Libra, a Triunfo, no Rio, que trabalha para a Petrobras, não estão requisitando esses trabalhadores avulsos. No Rio, são mais de cinco mil famílias que estão ganhando, em média, R$600,00 ou R$700,00 por mês. Não paga a condução de casa para o trabalho. Eles não têm nenhum direito, não têm direito a saúde, não têm direito a vale-transporte... O direito básico dos trabalhadores e das trabalhadoras com vínculo esses trabalhadores avulsos não têm.

Então, vou encerrar minha fala lembrando que os trabalhadores avulsos montaram e fundaram, fizeram com que os nossos portos chegassem aonde chegaram.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

O Sérgio deixou um minuto e vinte e quatro segundos.

Quer doar para alguém, Sérgio?

Tem mais um minuto então. Aí nós fechamos o Plenário.

A SRª NILDES SAMPAIO DA SILVA – Então, vou aproveitar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está correndo lá. Um minuto.

A SRª NILDES SAMPAIO DA SILVA – Vou aproveitar para agradecer a todos, ao senhor, a todo o Congresso Nacional, realmente encaminhar um pedido à Presidenta Dilma, em quem a gente tem plena confiança, pela sensibilidade dela e pela seriedade com que ela toca as coisas e entender que o Portus é uma atividade não social, de caridade, não, mas um produto que nós compramos ao longo de nossas vidas profissionais e pela qual nós temos o direito de receber.

Então, o trabalho das Comissões, que, com todo respeito, eu conheço um pouco, para nós, que cumprimos com a nossa obrigação de pagar, é indiferente. O Governo deixou de pagar. Isso é fato, Depois que ele pagar, a gente analisa programas, projetos e tudo mais. Neste momento nossa urgência é o cumprimento da obrigação de pagar o que cada Companhia Docas deve, e o Governo, como acionista, é o nosso devedor neste momento. Não é isso, gente?

(*Manifestação do Plenário.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

A palavra volta, neste momento, para a Mesa para as considerações finais.

Vou começar pela lista aqui, invertendo.

Vou conceder a palavra pelo tempo que o orador entender necessário, mas espero que ninguém ultrapasse dois minutos.

O Dr. Dagomar vai responder agora.

Vamos, agora, passar a palavra para as considerações finais e, nas considerações finais, no tempo máximo de três minutos, tenho certeza de que eles vão responder.

O primeiro que vai falar para consideração final usará o tempo que entender necessário. Peço que seja, no máximo, três minutos. É claro que se houver uma pergunta importante e ele tiver que se alongar um pouco, a Mesa será tolerante.

Passamos a palavra ao Sr. Hugo Amboss Merçon, da Codesa, para suas considerações finais.

HUGO AMBOSS MERÇON – O assunto está bem encaminhado. Acredito que as alternativas colocadas aqui para esses encaminhamentos estão bem nítidas, bem objetivas, com relação atual do Portus, que precisa dessa alavancagem financeira para sua sobrevivência, em razão dos compromissos nos próximos meses.

A questão dos bens dessas pessoas que foram diretores do Portus, acho que isso também precisa ser revisto.

Essa questão do futuro, com relação a essas dívidas, com esse trabalho que a Abep contratou junto às Companhias Docas também, precisamos abrir isso agora e sentar com a Secretaria de Portos para, realmente, definir ações, logicamente com apoio do Governo Federal.

Obrigado a todos. (*Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Sr. Hugo Amboss Merçon, que falou pela Codesa.

De imediato, passamos a palavra ao Sr. Mário Lima Júnior, da Secretaria de Portos da Presidência da República.

O SR. MÁRIO LIMA JÚNIOR – Eu gostaria de dizer nesta reunião, Senador, que eu me senti muito à vontade e que eu gostei também da maneira com que os portuários colocaram esse tema do Portus.

Eu queria, também, reconhecer o trabalho magnífico do Senador Paim por essa iniciativa junto com nosso Presidente, Eduardo Lirio Guterra, e dizer que na semana que vem, mais precisamente no dia 14, vamos fazer nossa reunião interna. Na realidade, nós ficamos também na ânsia de fatos novos, fatos definitivos. Nós sempre ficamos aguardando, mas, independentemente disso, vamos fazer nossa reunião e tomar um posicionamento a respeito dessa conversa que nós tivemos, que, aliás, foi muito boa.

Nós vamos fazer a reunião no dia 14, em princípio, mas a gente volta a ver detalhe do horário.

Quero também manifestar, mais uma vez, o meu apreço, o meu carinho, e ressaltar o nível desta audiência.

Acho que todos nós estamos de parabéns pelo que alcançamos nesta manhã.

Senador, ficamos à disposição.

Vamos trabalhar arduamente pelo resultado que estamos esperando, que é o saneamento do Portus. (*Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

Esse foi o Sr. Mário Lima Júnior, Secretaria de Portos da Presidência da República.

Passamos a palavra, agora, ao Sr. Renato Barco, Presidente da Companhia Docas do Estado de São Paulo.

O SR. RENATO BARCO – Eu só queria deixar registrado, mais uma vez, o meu respeito a todos vocês e o agradecimento ao Senador Paim pela iniciativa de reunir tantas pessoas valorosas aqui nesta sala.

E eu saio daqui hoje bastante otimista por tudo que foi dito e pelo nível de entendimento está sendo alcançado. E há grande possibilidade de chegarmos a uma solução que seja do agrado de todos.

Muito obrigado. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Renato Barco, Presidente da Companhia Docas do Estado de São Paulo.

Agora, em nome da PREVIC, fala o Sr. Dagomar Alécio Anhê.

O SR. DAGOMAR ALÉCIO ANHÊ – Como a PREVIC foi citada várias vezes, deixem-me prestar alguns esclarecimentos, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pois não.

O SR. DAGOMAR ALÉCIO ANHÊ – Foi citado pelo Sr. Ulisses e pela Srª Nildes que se deve oferecer um plano para todos os portuários.

Essa é uma decisão que, num primeiro momento, não compete à PREVIC nem ao interventor. A intervenção em si é colocada lá dentro para tentar recuperar a entidade. Embora isso seja uma meta de futuro, não cabe passar agora, neste momento, por uma decisão. É lógico que é um pleito a ser levado adiante, quando se instalar uma nova diretoria, para que, como forma de sobrevivência, se cogite a possibilidade de um plano a ser criado e oferecido para todos.

Informo aos participantes que entraram nas Companhias Docas e que hoje ainda não têm plano de benefício que faz parte do projeto a criação de um plano CD, que passaria a ser oferecido para todos os participantes. Então, a solução, por enquanto, para os participantes não vinculados a regime de previdência complementar é essa.

O Sr. Odair perguntou sobre a questão da liberação dos bens.

A indisponibilidade dos bens não é um ato unilateral nosso, é forçado pela lei. A Lei Complementar nº 109 estabelece que todas as pessoas que ocuparam cargos diretivos nos últimos 12 meses anteriores à decretação da intervenção ou da liquidação, se for o caso, ficam com os seus bens indisponibilizados.

Quando será feita a liberação desses bens? Existe um passo antecedente. Qual é? Quando a comissão de inquérito fizer a ultimação da instrução, que seria, em termos, uma peça acusatória. Nessa ultimação da instrução, que é uma fase preliminar, as pessoas que, porventura, não estejam citadas podem pleitear a liberação dos seus bens se, por acaso, estiverem indisponibilizados.

A segunda fase é a do relatório final. Existe uma fase da ultimação em que os eventuais citados têm o direito de se manifestar novamente. Além de prestar depoimento para esclarecer algum ponto, a pessoa tem o direito de colocar no papel, vamos dizer assim, as suas considerações sobre o que lhe está sendo imputado. Isso é julgado pela própria comissão, e é feito um relatório final que vai ser submetido à apreciação da diretoria colegiada. Após a decisão da diretoria colegiada, toma-se outra medida para se liberarem os bens dos eventuais envolvidos que estariam com os seus bens retidos e que não têm mais culpa nenhuma. Então, nós não podemos fazer nada, infelizmente, enquanto não terminarem os trabalhos da comissão.

A comissão teve o prazo prorrogado por mais 90 dias. Saiu agora essa determinação, prorrogando o prazo desde o dia 13 ou 15 de outubro ou algo assim. Então, ela ainda tem mais 90 dias de prazo. A angústia, vamos dizer assim, foi prorrogada por mais 90 dias.

O Sérgio citou a questão da dívida.

A dívida é das patrocinadoras, está certo? A PREVIC, como órgão de fiscalização dos fundos de pensão, não tem ingerência sobre as patrocinadoras. A dívida é assumida pelas Companhias Docas, mas, devido à situação de as nossas Companhias Docas não terem capacidade de gerar recursos, está a cargo da União. A PREVIC não decide pela União o que tem que pagar ou não.

Como eu disse ao final de quando eu me pronunciei, a Fundação Getúlio Vargas apresentou seu relatório final. Nós temos um prazo de 2 semanas para nos manifestar sobre esse trabalho que vai ser submetido à apreciação de um grupo constituído pela Casa Civil, pela SEP, pela PREVIC, pela Secretaria do Tesouro Nacional, pelo Dest. Esses órgãos vão deliberar, com base nas suas opiniões sobre o relatório final, o caminho a ser tomado pelo Portus. Incluem-se aí dívida da patrocinadora; reserva de tempo de serviço anterior, que seria o serviço passado; e incumbe a parte proveniente dos custos da retirada de patrocínio da Portobras. Então, dentro da minha visão – lógico –, acho que esclareci as dúvidas de vocês.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sr. Dagomar, o Guterra quer te fazer uma pergunta, e o momento é este. Só um minutinho. Deixa o Guterra fazer a pergunta neste momento.

O SR. EDUARDO LIRIO GUTERRA – Eu acho que falta aqui uma questão que é importante. No começo desta audiência, o Senador foi muito feliz quando explicou por que estamos fazendo esta audiência em três salas e não em uma. Porque não podíamos deixar de fazer a audiência ainda este ano, ainda este mês, justamente o mês de novembro, pois o prazo da intervenção se expira agora no dia 30 de novembro, da última prorrogação que houve.

Então, talvez, o Dr. Dagomar possa nos dizer o que vai ser depois do dia 30, se vai ser prorrogado ou como vai ser isso. Precisamos sair daqui com a clareza sobre esse ponto. Ok, Dr. Dagomar?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Dr. Dagomar, eu vou permitir somente que o Odair complemente para fechar, mas não vou poder fazer o contraditório no Plenário, porque daí não terminamos nunca.

O SR. ODAIR AUGUSTO DE OLIVEIRA – Só para que ele possa dizer em que fase está a comissão de inquérito, porque não entendi bem. Em que fase está?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ok. Então, há duas perguntas para o senhor.

O SR. DAGOMAR ALÉCIO ANHÊ – Deixe-me responder ao Sr. Odair primeiro. Sr. Odair, a comissão de inquérito está na fase de busca de informações, ok? Ela está entrando em sua reta final da busca de informações e produzindo a ultimação de instrução. Essa ultimação de instrução, como já falei, é uma peça acusatória, que vai dar aos eventuais citados o direito de se defender, está certo? Então, ela está nessa fase de elaboração final da ultimação de instrução.

Guterra, a intervenção está com prazo de até 30 de novembro para que possa haver tempo de se discutir e decidir, até o final do mês, qual é a proposta que vai ser adotada para a recuperação do Portus. Esse prazo, com certeza, vai ser prorrogado. Ele tem de ser prorrogado. A meta com que se trabalha dentro na Previc é a seguinte: a intervenção só se encerra quando o Portus estiver com o seu caminho traçado. Não vamos suspender a intervenção antes que se chegue a um caminho traçado para o Portus. Por isso, ela está com esse prazo até 30 de novembro por enquanto, mas, com certeza, ele vai ser prorrogado, ok?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ok?

O SR. . DAGOMAR ALÉCIO ANHÊ – Só para finalizar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – E respondendo...

O SR. DAGOMAR ALÉCIO ANHÊ – Já respondi.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Por que eu não pude ouvir aqui? Porque chegou aqui a minha querida amiga, a Deputada Fátima Bezerra. Vou permitir que ela cumprimente aqui mesmo o nosso povo, ao vivo. *(Palmas.)*

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT – RN) – Ao vivo. Quero dar o meu bom-dia. Bom dia, pessoal! Enfim, saudar todos os integrantes da Mesa aqui e, mais uma vez, parabenizar aqui o nosso Senador pela atuação brilhante que tem em todas as áreas, especialmente e inclusive na defesa dos interesses dos trabalhadores brasileiros; saudar também aqui meu colega de Bancada na Câmara, o Deputado Paulo Ferreira. Um abraço muito especial a todos e todas vocês. Quem é da turma do Rio Grande do Norte? Há gente aqui do Rio Grande do Norte?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Há. Estão nas outras salas. São três salas.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT – RN) – E dizer para vocês, enfim: sejam bem-vindos. É muito importante a temática aqui de recuperação do fundo, enfim, toda uma temática, Paim, que vai na direção de valorização profissional, de valorização salarial. E dizer que estamos juntos nessa luta. Contem com a Deputada Fátima Bezerra!

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Deputada Fátima Bezerra, parabéns pela sua fala!

Volto a palavra ao representante da PREVIC para que faça as suas considerações finais.

O SR. DAGOMAR ALÉCIO ANHÊ – Nós apoiamos a iniciativa, é lógico. Não há como não apoiar. Nós também fazemos parte desse projeto de recuperação do Portus. Nós queríamos agradecer, mais uma vez, o convite.

Nas convocações que houver para a PREVIC, normalmente, com relação às entidades que são problemáticas, eu vou estar aqui... Eu não; o ocupante do cargo de Coordenador-Geral de Regimes Especiais, porque essa coordenação é a que nós chamamos, carinhosamente, dentro da PREVIC, de UTI. Todos os planos que estão com problemas passam para essa coordenação geral. Quero agradecer, mais uma vez, em nome da PREVIC, o convite para participar dos debates.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr. Dagomar Alécio Anhê.

É fato, é real que, toda vez que a gente o convidou, ele aqui esteve prestando os esclarecimentos. Pior são alguns que se negam a vir, às vezes nem justificam. Eu estou dizendo no geral, da área pública e da área privada. O Dr. Dagomar nunca se negou a participar do bom debate, como a gente fala.

Passo a palavra ao Sr. Vilson Balthar Arsênio, Presidente da União Nacional das Associações dos Participantes do Portus, Unapportus.

O SR. VILSON BALTHAR ARSÊNIO – Obrigado, Senador, obrigado a todos os presentes.

Eu, mais uma vez, agradeço e parabenizo todos os companheiros que se deslocaram para cá junto com a gente.

Vou sair daqui esperançoso, Senador.

Eu queria pedir permissão ao senhor para falar que o Deputado Federal Áureo esteve presente aqui e me pediu que...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Problema de voo, não é?

O SR. VILSON BALTHAR ARSÊNIO – É, ele estava com um problema de voo. Ele tinha um compromisso no Rio de Janeiro e me pediu que transmitisse a todos os companheiros que ele está e estará engajado conosco nessa luta. Ele é um amigo meu. Alguns companheiros sabem que sou um dos suplentes do Deputado Áureo e estou autorizado por ele a colocar que ele estará engajado.

Então, Senador e Deputado Paulo, por gentileza, qualquer encaminhamento desta luta o senhor pode encaminhar ao Deputado Áureo, que ele será um dos lutadores junto com a gente.

No mais, é agradecer ao Senador, parabenizá-lo por esta ação e dizer que estou saindo daqui esperançoso de que o nosso fundo de pensão não será liquidado. Hoje, eu ouvi tanto a palavra saneamento, que já saio esperançoso de que os R$150 milhões virão – viu, Nildes? – e que o restante dos desdobramentos sairá em longo prazo.

Muito obrigado e, mais uma vez, parabéns aos senhores pela iniciativa. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Sr. Vilson Balthar Arsênio, Presidente da Unapportus.

Então, vamos deixar que o Presidente da Federação Nacional dos Portuários, o Eduardo Lirio Guterra, encerre a audiência pública. Por isto, neste momento, passo a palavra ao Deputado Federal Paulo Ferreira.

O SR. PAULO FERREIRA (PT – RS) – Eu queria, mais uma vez, agradecer ao meu amigo Senador Paulo Paim e a todos que participaram do debate até este momento e deixar registrada só uma questão. Eu acho que nós tínhamos que fazer um debate sobre o

futuro dos portos no País. Eu e o Guterra temos participado, como eu disse, de algumas mesas e a situação presente, conjuntural, do Portus tem o nosso apoio. Quer dizer, o Natal e o Ano Novo, Paim, têm que ser um Natal e um Ano Novo com décimo terceiro e com outros... *(Palmas.)*

Eu estava falando com o Guterra aqui para ver onde está trancado o tema dos R$150 milhões, onde ele está parado, e vamos fazer uns convites aqui, eu e o Paim...

(Fora do microfone.)

O SR. PAULO FERREIRA (PT – RS) – Está bem.

Então, nós vamos atrás e precisamos da ajuda de vocês.

Eu queria fazer um convite aqui a todos e a todas para uma representação do Portus, Paim, para um seminário que nós estamos organizando na Câmara dos Deputados, em que o Guterra será um dos painelistas, sobre o novo marco regulatório dos portos. Será um seminário com participação e experiências de gestão dos principais portos do mundo. Nós estamos convidando representantes de Roterdã, representantes da Catalunha e outros representantes e estamos também fazendo convite à Ministra Gleisi. Vamos fazer um debate de alto nível sobre o futuro dos portos no Brasil. Vai ser nos dias 4 e 5 de dezembro – o Senador Paim está convidado –, aqui na Câmara. Então, nós vamos querer discutir, entre outras questões, o lugar do trabalho no porto do futuro. Vocês são convidados. Acho que vai ser um bom debate para nós, acompanharmos, discutirmos e definirmos qual o modelo de porto, onde haja produtividade, onde haja capacidade, onde haja desenvolvimento, enfim, mas que haja também o respeito ao direito, o respeito ao trabalho.

Obrigado.

Agradeço.

Foi uma satisfação enorme estar com vocês aqui. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem! Esse foi o Deputado Federal Paulo Ferreira, que deu uma bela contribuição ao debate e também aos encaminhamentos, marcando já uma audiência pública junto ao Palácio para discutir essa questão e buscar uma solução, com rapidez, para essa questão.

Ele enfatizou, claro, a questão dos 150 milhões.

Passamos a palavra agora, para encerramento da nossa audiência pública, – eu tenho uma segunda parte em seguida – ao líder Eduardo Lirio Guterra, Presidente da Federação Nacional dos Portuários.

O SR. EDUARDO LIRIO GUTERRA – Eu acho que o nosso objetivo maior era recolocar o Portus numa pauta mais elevada.

Acho que, com as questões que foram colocadas por todos aqui da Mesa, ficou claro para a gente...

Nós estivemos aqui em 2008, demos um tempo, voltamos hoje e ainda temos uma atividade hoje à tarde, porque vamos fazer uma avaliação desse debate que tivemos aqui de uma forma mais democrática, em que todos vão poder participar.

Tenho certeza, pelo que conheço de vocês, pelo que pude ver ontem e hoje – ouviu, Senador? –, de que, se precisar, essa turma vai voltar aqui. Não vai, pessoal? (*Palmas.)*

(Manifestação do Plenário.)

O SR. EDUARDO LIRIO GUTERRA – A outra questão que eu me esqueci de falar na minha apresentação – eu acho muito importante que fique registrado aqui nesta Casa e está no nosso jornalzinho, que vocês têm aí, para que não haja dúvida – é que o Portus paga de benefício aos seus assistidos por invalidez uma média de R$1.086,00; por aposentadoria, uma média de R$1.599,00, e pensão por morte, R$678,00. Então, é um plano de benefício para atender coisas elementares, como remédio e outras mais, plano de saúde, e nós não podemos abrir mão disso.

Então, Senador Paulo Paim, mais uma vez, e Deputado Paulo Ferreira que nos tem ajudado muito, não pense os senhores que é fácil conquistar e conseguir pessoas que têm interesse na questão portuária, de frente. Às vezes têm para fazer uma indicação política para esse ou aquele cargo, mas para estar junto com a gente...

Eu tive a felicidade de começar articular política com ele. Os senhores tenham a certeza de que ele tem um compromisso conosco.

Então, eu agradeço ao Senador Paulo Paim, ao Deputado Paulo Ferreira e a todos vocês que estão aqui nesta sala e nas outras duas, pois, realmente, são a mola mestra dessa pressão, dessa pressão legítima e democrática dado o problema que estamos enfrentado.

Muito obrigado a vocês, por estarem presentes, e ao Senador Paulo Paim. (*Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

Quero cumprimentar todos que participaram desse evento. Não é preciso, outra vez, citar o nome de cada um, mas quero lhe dizer, Eduardo Guterra, que concordo com a sua fala, porque, às vezes, há muitos parlamentares no Brasil e no resto do mundo – que não sintam isso como uma crítica a esse ou àquele – que só cuidam da sua área eleitoral. Esse, para mim, não é um bom parlamentar; o bom parlamentar é aquele que defende causas, e as causas são do seu Estado e são também nacional, como a causa de vocês. A causa de

vocês é uma causa nacional, e todo parlamentar coerente, que tem compromisso com a questão pública, tem de defender uma causa como essa.

Por isso, estamos aqui. *(Palmas.)*

Meus cumprimentos a todos!

Eu também saio otimista desta reunião. Achei interessante, para não usar outro termo, e muito positiva a iniciativa do Deputado Paulo Ferreira, que veio para reunião para anunciar que ele já marcou uma reunião na Secretaria-Geral da Presidência da República, para que o tema caminhe com mais rapidez.

Todos os convidados apontaram nesse mesmo sentido.

Então, eu desejo a vocês que viajaram – eu sei que muitos percorreram até mais de mil quilômetros – que retornem aos seus Estados com otimismo. Eu sou daqueles que nunca, nunca jogam a toalha; nunca jogam a toalha. Eu prefiro pelear até o último o momento. Como falamos no Rio Grande, nem que fosse sob o cabo do facão, eu não me entregaria. O outro pode estar com a espada na mão, e eu com o cabo, mas eu continuo peleando.

E eu acredito que nós vamos resolver essa questão. Quando digo nós, refiro-me ao Governo brasileiro, ao Congresso Nacional, à força militante e corajosa de vocês que estão firmes nessa caminhada. E, como aqui disseram o Paulo e os outros, eu também não passarei um Natal feliz se souber que vocês não receberam sequer o 13º. (*Palmas.*)

Dói. Podem saber que dói. Nós, Parlamentares, naquela noite de Natal, com nossos filhos, nossos familiares, enfim, tendo um jantar, até pela nossa situação, bom, ficaremos tristes se soubermos que outros tantos brasileiros que tinham direito – não é um favor nem um presente – a receber o seu 13º não receberam. E aí a falha, eu diria, é nossa. Eu digo nossa, porque nós, querendo ou não, somos da Base do Governo. Eu sou da Base deste Governo. Eu não nego que sou da Base deste Governo, assim como o Paulo Ferreira. Então, nós temos responsabilidade. Vocês são mais do que elementos que falam pelo Governo. Vocês são aqueles que elegeram este Governo e que nos elegeram. Então, vocês não podem, em plena noite de Natal, dizer: "O nosso Governo não pagou o 13º". Isso não acontecerá. (*Palmas.*)

Muito obrigado a todos.

Está encerrada a primeira parte da nossa reunião. Eu agradeço a todos. Fiquem à vontade.

Eu vou, rapidamente, com o silêncio possível, passar para a segunda parte.

A segunda parte é deliberativa.

Item único.

ITEM 1

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 133, de 2012

Requeiro a realização de audiência pública para debater "o Estatuto da Pessoa com Deficiência e o Dia Internacional da Pessoa com Deficiência".

Autoria do Projeto: Senador Paulo Paim

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item extrapauta.

Aqueles que concordam com este requerimento extrapauta para discutir a defesa da CLT permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 134, de 2012

Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, requeiro a realização de audiência pública para debater "a defesa da CLT e os direitos trabalhistas". Os convidados serão enviados posteriormente para a secretaria da Comissão.

Autoria do Projeto: Senador Paulo Paim

Em votação a inclusão extrapauta do requerimento.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Aqueles que aprovam o mérito permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Também aprovado.

Mais um requerimento extrapauta.

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 135, de 2012

Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, requeiro a realização de audiência pública para debater "a situação dos povos ROM, Calon e Sinti, os assim chamados ciganos". Os convidados serão enviados posteriormente para a secretaria da Comissão.

Autoria do Projeto: Senador Paulo Paim.

Os ciganos vivem numa situação quase que invisível, sem ter acesso a nenhum direito básico.

Os que concordam com esse requerimento extrapauta permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Quanto ao mérito, os que concordam com que façamos uma audiência pública para garantir e, quem sabe, aprovar, a partir daí, o Estatuto dos Ciganos permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Agora, sim, está encerrada a nossa audiência pública.

Uma salva de palmas a todos vocês. (*Palmas.*)

(Iniciada às 9 horas e 2 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 17 minutos.)

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

ATA DA 29ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 31 DE OUTUBRO DE 2012, QUARTA-FEIRA, ÀS 14 HORAS, NO PLENÁRIO 13, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às catorze horas e quarenta e dois minutos, do dia trinta e um de outubro de dois mil e doze, no Plenário 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senadora **Lúcia Vânia**, Presidente desta Comissão de Serviços de Infraestrutura que se reúne com a presença dos Senadores **Delcídio do Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Acir Gurgacz, João Capiberibe, Inácio Arruda, Tomás Correia, Waldemir Moka, Eduardo Braga, Flexa Ribeiro, Cyro Miranda, Wilder Morais, Gim Argello, Marco Antônio Costa, José Pimentel, Vanessa Grazziotin, Clésio Andrade, Casildo Maldaner, Ivo Cassol, Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Armando Monteiro e João Costa**. Deixam de comparecer os demais Senadores. A Presidente declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. A Presidente, nos termos do artigo 89, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, comunica que o Senador **João Costa** foi designado para integrar, como Titular, a Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil e também, como Suplente, a Subcomissão Permanente para o Acompanhamento das Atividades da Eletrobrás Distribuição, em substituição ao Senador **Vicentinho Alves**. Comunica, também, que em Reunião realizada nesta data, às 9 horas, o Senador **João Costa** foi eleito Presidente da Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil. A Presidente comunica, ainda, o recebimento do Ofício nº 042/2012, do Presidente da Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento, José Carlos Barbosa, solicitando apoio para a celeridade aos procedimentos para acesso e desembolso dos recursos para combate à seca que assola os estados da Região Nordeste. A Presidente comunica, também, o recebimento do Aviso nº 1315/2012, do Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Ministro Augusto Nardes, encaminhando cópia do Acórdão que trata de relatório de auditoria operacional no Programa Nacional de Controle Eletrônico de Velocidade, conduzido pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes. A Presidente comunica, por fim, o recebimento do Aviso nº 1336/2012, do Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Benjamin Zymler, encaminhando cópia do Acórdão que trata de relatório de auditoria operacional, que teve como foco a fiscalização do cumprimento do compromisso de conteúdo local das concessionárias de exploração de petróleo e gás natural. A Presidente declara que, em cumprimento ao Ato nº 3, de 2012, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, os referidos Avisos do TCU serão encaminhados à Consultoria Legislativa, para análise e sugestão. A Comissão aprova inversão de pauta solicitada. Em seguida, passa-se à **PAUTA: ITEM 4 – REQUERIMENTO Nº 42, DE 2012,** de autoria do Senador Aécio Neves, que "REQUEIRO, nos termos do art. 50, caput, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Ministro Interino de Minas e Energia, Senhor Márcio Zimmermann, acompanhado do Diretor-Geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico, Senhor Hermes Chipp, a comparecerem nesta Comissão de Serviços de Infraestrutura, para prestarem esclarecimentos sobre as condições atuais do Sistema Elétrico Brasileiro, tendo em vista os recorrentes problemas de falhas no fornecimento de energia, com a ocorrência de apagões em diversas regiões brasileiras." Usam da palavra o Senador Aécio Neves e Flexa Ribeiro. O texto do Requerimento foi alterado, substituindo a expressão 'convocado' pela expressão 'convidado'. Aprovado. **ITEM 1 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 513, de 2011,** de autoria do Senador Vicentinho Alves, que "Estabelece normas gerais para a contratação de parceria público-privada para a construção e administração de estabelecimentos penais." Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer desta Comissão, pela aprovação do Projeto, com a Emenda nº 01 – CI. **ITEM 2 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 113, de 2011,** de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg, que "Altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, para determinar o embarque gratuito de bagagem que se enquadre em determinados parâmetros, no transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros." Lido o Relatório pelo Senador Cyro Miranda. Votação Adiada. **ITEM 3 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 68, de 2011,** de

autoria do Senador Ricardo Ferraço, que "Altera disposições da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, para incluir os Estados que integram a SUDENE e o prazo de vigência do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera– REPENEC." Foi designado Relator *ad hoc* o Senador João Capiberibe, que proferiu o Relatório. Votação adiada. **ITEM 5 – REQUERIMENTO Nº 43, DE 2012,** de autoria do Senador João Capiberibe, que "Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro audiência pública na Comissão de Serviços de Infraestrutura, para discutir a falta de combustíveis que vem atingindo o Estado do Amapá nas últimas semanas. A crise, que não tem previsão de término, tem gerado graves transtornos, principalmente nos municípios de Macapá e Santana. Apesar do reabastecimento em alguns postos, a demanda não acompanha a grande procura. Para tratar do assunto, sugerimos sejam convidadas as seguintes autoridades: 1. Ministro Dr. José Leônidas Cristino – Secretaria dos Portos; 2. Ministro Dr. Edison Lobão – Ministério de Minas e Energia; 3. Jorge Celestino Ramos – Gerente Executivo da Área de Operações da BR Distribuidora; 4. Dr. Dirceu Cardoso Amorelli – Superintendente de Abastecimentos da Agência Nacional do Petróleo ANP Região Norte; 5. Dr. José Augusto Nogueira – Diretor de Operações Ipiranga; 6. Dr. Alísio Vaz, Vice-Presidente do Sindicom – Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e de Lubrificantes." Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e doze minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pela Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Lúcia Vânia,** Presidente.

(*Texto com revisão.*)

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Declaro aberta a 29ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da 27ª Reunião.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, Senador Aécio.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Srª Presidente, na verdade, em função também de discussões que vamos tratar sobre tema correlato na instalação da Comissão que vai discutir a Medida Provisória nº 579, solicito a V. Exª que possa propor a inversão da ordem para que possamos votar o item 4, requerimento de minha autoria, à frente do primeiro item da pauta. E peço já vênia ao Relator, Senador Flexa Ribeiro, que aqui se encontra, que, certamente, não colocará – espero eu – obstáculos a essa inversão.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Nada a opor. Pelo contrário.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pois não.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – O Presidente tem prioridade. Pode falar.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Havendo concordância do Plenário, coloco em votação o item 4 da pauta.

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA Nº 42, de 2012

Nos termos do art. 50, caput, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado – por solicitação do Senador Aécio Neves, vamos trocar "convocado" por "convidado – o Ministro Interino de Minas e Energia, Senhor Márcio Zimmermann, acompanhado do Diretor-Geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico, Senhor Hermes Chipp, a comparecerem nesta Comissão de Serviços de Infraestrutura, para prestarem esclarecimentos sobre as condições atuais do Sistema Elétrico Brasileiro, tendo em vista os recorrentes problemas de falhas no fornecimento de energia, com a ocorrência de apagões em diversas regiões brasileiras.

Autoria do Projeto: Senador Aécio Neves

Observações:

O texto do Requerimento foi alterado, substituindo o termo convocado para o termo convidado.

Em discussão o requerimento.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Srª Presidente, obviamente eu não gastarei o tempo deste Plenário dizendo das razões que nos levaram a solicitar aqui a presença do Ministro das Minas e Energia. Os recorrentes apagões ocorridos nas últimas semanas – nem tanto meses, mas nas últimas semanas – preocupam não apenas a população diretamente atingida,

mas todos os brasileiros, que queremos saber, efetivamente, das condições hoje do nosso sistema.

Na verdade, a proposta, depois de discuti-la com os líderes do nosso Partido, o PSDB, era de convocação do Sr. Ministro. Solicitou-me o ilustre Líder do Governo nesta Casa, Senador Eduardo Braga, que pudéssemos, dentro de um entendimento, já garantindo a definição da data para esta audiência, transformar este requerimento em um convite. Nenhum problema da nossa parte, obviamente, desde que fosse marcada essa data.

Aqui, inclusive, com a presença de assessores do Ministério, antes do início desta reunião, ficou acordada a data – e, obviamente, já submetendo a V. Exª – do dia 20 próximo, do dia 20 de novembro, terça-feira, às 14 horas. Havia já a concordância do Ministério. Seria uma data também possível para o Ministro em exercício e atenderia a nossa demanda.

O que nós queremos é uma discussão profunda, ampla, clara e transparente para que o Brasil não fique, mais uma vez, sob o susto, enfim, a incerteza, que hoje, sobretudo na Região Nordeste do Brasil, é o sentimento mais forte, mais claro.

Portanto, o que nós queremos hoje é garantir já a presença do Sr. Ministro, seja por convocação ou por convite. Isso, no meu ponto de vista, é indiferente. Então, havendo essa concordância e atendendo à solicitação do Líder do Governo, transformo o requerimento em convite, mas já querendo a confirmação para que a presença dele no dia 20 esteja garantida a partir das 14 horas.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço, Senador Aécio Neves. Quero dizer, Senador, que esse requerimento de V. Exª transmite também o desejo de grande maioria desta Comissão, que também havia subscrito esse requerimento, em função das preocupações dos Senadores em relação a esses frequentes apagões. Portanto, quero cumprimentar V. Exª e quero dizer que a Comissão tomará todas as providências no sentido de marcar essa data para que o Ministro possa estar aqui.

Agradeço, mais uma vez, a V. Exª a compreensão e a delicadeza de fazer a permuta de convocação por convite, uma vez que o desejo de V. Exª é de que o Ministro esteja aqui. Uma vez garantido, acredito que todos nós concordamos com a posição de V. Exª.

Com a palavra, o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senadora Lúcia Vânia, Senador Aécio Neves, quero parabenizá-lo. Quero parabenizá-lo pela autoria do requerimento e conto com o apoio de todos os membros da CI, porque é um assunto da maior importância, que preocupa não só os membros do Senado Federal, mas todos os brasileiros.

A questão da energia é de vital importância para o crescimento do nosso País, e não podemos ficar à mercê dos apagões, ou seja, da deficiência no fornecimento de energia para a produção e mesmo para a vida dos cidadãos brasileiros.

Eu questiono só, Presidente, Senadora Lúcia Vânia, quanto ao nosso colega Ministro de Minas e Energia, Senador Edson Lobão. Ele – tenho a informação, falei com o Senador Lobão Filho – está em franca recuperação e deve retomar a pasta na próxima semana, se Deus quiser. Então, o convite é para o Ministro de Minas e Energia.

O Dr. Márcio Zimmermann, que é o Secretário Executivo, Ministro interino, tem, evidentemente, competência e vai estar conosco no dia 20. Mas espero em Deus que o Ministro Lobão esteja já no pleno exercício do Ministério.

Então, meu questionamento é se, no dia 20, o Ministro Lobão, como ministro, retornando à pasta, vai estar conosco na audiência, porque o convite é para o Ministro.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – V. Exª me permite, Senador Flexa?

O convite de V. Exª, de forma absolutamente adequada, mais uma vez, e oportuna, suscita essa dúvida, que é de muitos. O convite – é esta a intenção – é para que o Ministro de Estado de Minas e Energia possa estar aqui.

Obviamente que, estando o Ministro Lobão novamente – esperamos todos – em pleno estado de saúde, no exercício da função de Ministro, é a ele o convite. É importante que isso fique claro. Obviamente, se por alguma razão, ele ainda não estiver oficialmente no cargo de Ministro, vale para o Ministro Zimmermann, já que não podemos adiar, por mais tempo, essa audiência.

Portanto, acho que isto deveria ficar claro no requerimento, ilustre Presidente, querida Senadora Lúcia Vânia: o convite para o Ministro de Estado que estiver no exercício no próximo dia 20.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – No dia 20 de novembro.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Eu tomarei as providências, Senador Flexa Ribeiro, no sentido de levar ao conhecimento do Ministério essa posição de V. Exªs.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Todos nós queremos que o Ministro Lobão esteja já recuperado e na função no dia 20, para festejarmos, inclusive, a presença dele aqui conosco.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – E um último esclarecimento, para que fique aqui regis-

trado nos Anais: nós transformamos a convocação, até por solicitação dos Líderes do Governo e também de V. Exª, em convite, com este compromisso de que não passará do dia 20 a presença aqui do Ministro, porque senão iríamos no caminho anteriormente previsto.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço a V. Exª. Tenho certeza, Senador Aécio, de que o Ministério, aqui representado pelos seus representantes da área técnica, assumiu o compromisso conosco da presença. E acredito que poderemos fazer uma audiência pública extremamente produtiva, exatamente, já com a volta do Ministro.

Pergunto ao Senador Flexa se ainda tem alguma colocação a fazer.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Vamos votar. Aliás, temos votado só o que o Governo manda. Agora vamos votar o que o Presidente Aécio está nos pedindo.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Essa é a vantagem de ter pelo menos uma comissão da oposição.

Em votação o requerimento.

As Srª Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Agradeço a V. Exª, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pois não, obrigada.

Senador Flexa Ribeiro, V. Exª é o Relator.

Comunicados.

Nos termos do art. 89, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico que o Senador João Costa foi designado para integrar, como titular, a Subcomissão Temporária sobre Aviação Civil e também como suplente na Subcomissão Permanente para Acompanhamento das Atividades da Eletrobras Distribuição, em substituição ao Senador Vicentinho Alves.

Comunico também que em reunião realizada hoje, às 9 horas, o Senador João Costa foi eleito Presidente da Subcomissão Temporária sobre Aviação Civil.

Comunico ainda o recebimento do Ofício nº 042, de 2012, do Presidente da Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento, José Carlos Barbosa, solicitando apoio para a celeridade aos procedimentos para acesso ao desembolso dos recursos para combate à seca que assola os Estados da Região Nordeste.

Recebido o Aviso nº 1.315, de 2012, do Vice-Presidente no exercício da Presidência, Ministro Augusto Nardes, encaminhando cópia do acórdão que trata do relatório de auditoria operacional no Programa Nacional de Controle Eletrônico de Velocidade, conduzido pelo Departamento Nacional de Infraestrutura e de Transportes.

Recebido também o Aviso nº 1.336, de 2012, do Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Benjamim Zymler, encaminhando cópia do acórdão que trata do relatório de auditoria operacional que teve como foco a fiscalização do cumprimento do compromisso de Conteúdo Local das concessionárias de exploração de petróleo e gás natural.

Em cumprimento ao Ato nº 3, de 2012, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, os referidos avisos do TCU serão encaminhados à Consultoria Legislativa para análise e sugestão.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 513, de 2011
– Não Terminativo –

Estabelece normas gerais para a contratação de parceria público-privada para a construção e administração de estabelecimentos penais.
Autoria: Senador Vicentinho Alves
Relatoria: Senador Lobão Filho (Substituído por *Ad Hoc*)
Relatoria *Ad Hoc*: Senador Flexa Ribeiro
Relatório: Pela aprovação com uma emenda que apresenta.

Pergunto ao Senador se ele tem alguma sugestão a apresentar antes da votação.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Não, Presidenta. Tive a honra de fazer, como Relator *ad hoc*, a leitura do parecer do Senador Lobão Filho. Foi pedido vista e não há nenhuma alteração a ser feita, ou seja, não houve encaminhamento de nenhuma alteração. Assim, apenas mantenho o parecer do Senador Lobão Filho.

Se não houver discussão, V. Exª pode encaminhar para votação.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Gostaria de fazer as seguintes observações.

A matéria será apreciada pelas Comissões de Assuntos Econômicos e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa.

Em relação ao item 2, no dia 12 de setembro de 2012, foi lido o relatório e concedida vista coletiva.

Em relação ao item 3, a matéria constou da pauta do dia 29 de agosto de 2012 e 17 de outubro do mesmo ano.

Portanto, não havendo mais nenhuma observação a ser feita, coloco o projeto em votação.

As Srªs e o Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório.

Uma vez aprovado o relatório, passa a constituir parecer desta Comissão pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1 da Comissão de Infraestrutura.

O projeto vai à Comissão de Assuntos Econômicos para prosseguimento da sua tramitação.

Os itens 2 e 3 da pauta são terminativos.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 113, de 2011
– Terminativo –

Altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, para determinar o embarque gratuito de bagagem que se enquadre em determinados parâmetros, no transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros.

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg

Relatoria: Senador Cyro Miranda

Relatório: Pela aprovação do projeto com quatro emendas que apresenta.

Observação: Em 11/09/2012, o Relator encaminha novo relatório.

A matéria constou da pauta das reuniões dos dias 24 e 31/05/2012, 28/06/2012, 05/07/2012, 29/08/2012, 12/09/2012, 17/10/2012.

Lembro aos Srs. Senadores que o projeto é terminativo e exige quórum qualificado.

Concedo a palavra ao Senador Cyro Miranda para proferir seu relatório.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Obrigado, Srª Presidente desta Comissão, Senadora Lúcia Vânia, Srªs e Srs. Senadores, o objetivo do presente projeto de lei é para determinar o embarque gratuito de bagagem que se enquadre em determinados parâmetros, no transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros.

Embora a matéria já se encontre regulamentada por portaria, que, aliás, vem sendo descumprida, segundo o autor, é recomendável a sua regulamentação por lei, haja vista a relevância da matéria.

Não há qualquer óbice de ordem constitucional ou regimental à apresentação da presente propositura.

O mérito da proposição está no estímulo à difusão da bicicleta como meio de transporte sustentável. Pequenos aprimoramentos foram feitos. O primeiro deles consiste em evitar eventual obrigatoriedade de empresas de transporte acomodarem bagagens que excedam limites da segurança para a prestação do serviço. A segunda, em adequar a medida originariamente proposta em embalagens costumeiramente comercializadas. A terceira, última alteração, diz respeito à observância de preceitos da técnica legislativa.

Pelo exposto, votamos pela aprovação, com as emendas sugeridas.

EMENDA Nº – CI

Dê-se à ementa do PLS nº 113, de 2011, a seguinte redação:

"Altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que
dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de
Integração de Políticas de Transporte, a Agência
Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, e dá outras providências, para disciplinar
a franquia de bagagem no transporte interestadual e
internacional de passageiros."

EMENDA Nº – CI

Suprima-se o § 2º da redação proposta pelo art. 1º do PLS nº 113, de 2011, para o art. 42-A da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, renumerando-se os dispositivos subsequentes.

EMENDA Nº – CI

Dê-se ao inciso I do art.42-A, que o art.1º do PLS 113, de 2011, propõe acrescentar à Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, a seguinte redação:

" Art.1º .....
.....
'**Art.42-A**.....
I – no bagageiro, trinta quilos de peso total e volume máximo de trezentos e cinquenta decímetros cúbicos, limitada a maior dimensão de qualquer volume a um metro e trinta centímetros;'"

EMENDA Nº – CI

Dê-se a seguinte redação ao § 4º do art. 42-A que o art. 1º do PLS nº 113, de 2011, propõe aditar à Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001:

"**Art. 1º**.....
'**Art. 42-A**.....
§ 4º O regulamento definirá as cargas consideradas perigosas e proibidas, bem como o peso máximo das bagagens acima dos quais o transportador não está obrigado a embarcá-las.'"

Esse é o relatório, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço, Senador Cyro Miranda.

Não havendo quórum qualificado, suspendemos a votação para a próxima reunião.

Item 3 da pauta.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 68, de 2011
– Terminativo –

Altera disposições da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, para incluir os Estados que integram a SUDENE e o prazo de vigência do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera – REPENEC.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatoria: Senador Armando Monteiro (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria *Ad Hoc*: Senador João Capiberibe

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo apresentado.

Passarei a palavra ao Senador Capiberibe para ler o projeto como Relator *Ad Hoc*.

Senador Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Srª Presidente, vem para a análise desta Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2011, de autoria do Senador Ricardo Ferraço.

O projeto de lei foi inicialmente despachado à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, que, em 5 de maio de 2011, aprovou parecer favorável à proposição, nos termos da Emenda nº 01-CDR (Substitutivo), que introduz alguns reparos na técnica legislativa.

Em seguida, a matéria foi encaminhada para a Comissão de Serviços de Infraestrutura para decisão terminativa. O projeto, inicialmente distribuído para o Senador Antonio Carlos Valadares, foi devolvido para redistribuição em 20 de dezembro de 2011 em virtude de o Senador não mais integrar a Comissão.

Não foram apresentadas emendas.

Análise.

Como esta Comissão tem a incumbência de pronunciar-se de forma terminativa sobre o projeto, faz-se necessária a verificação de sua constitucionalidade. Legislar sobre o sistema tributário é competência do Congresso Nacional, nos termos do art. 48, I, da Carta Magna e, portanto, a proposição está adequada aos ditames constitucionais.

Por outro lado, compete à Comissão de Serviços de Infraestrutura, nos termos do art. 91, I, combinado com o art. 104, I, do Regimento Interno do Senado Federal, manifestar-se sobre o mérito do presente projeto de lei.

O Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera (Repenec) foi inicialmente introduzido pela Medida Provisória nº 472, de 2009. Em 11 de junho de 2010, a medida provisória foi convertida na Lei nº 12.249, de 2010. Desde então, ao conceder benefícios relativos a PIS/Pasep, Cofins e IPI, tem se revelado importante instrumento para implantar obras de infraestrutura nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, nos setores petroquímico, de refino de petróleo e de produção de amônia e ureia a partir do gás natural.

Dada a sua repercussão no desenvolvimento da infraestrutura no setor petrolífero, compreende-se perfeitamente a preocupação do Senador Ricardo Ferraço em estender o regime a projetos implantados em todos os Estados que integram a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Não há razão para que uma região, que historicamente vem sendo favorecida por estímulos destinados a reduzir as desigualdades regionais, seja excluída de benefícios com forte impacto no desenvolvimento econômico.

A ampliação do alcance do Repenec deve dinamizar as indústrias petrolíferas e de fertilizantes nos Estados que integram a Sudene.

O resultado deve ser um aumento na produção nacional e na geração de empregos. Como frisou o autor do projeto de lei em sua Justificação, "ao beneficiar toda a área de atuação da Sudene, o Repenec ampliará seu impacto e evitará certas injustiças hoje presentes".

Para que esses novos Estados possam fruir desse regime tributário favorecido, faz-se necessário ampliar o prazo para habilitação de novos projetos. Por essa razão, o Senador Ferraço estende a vigência do Repenec para quatro anos a partir da data de aprovação desta proposição.

Na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, a Senadora Ana Rita, relatora do projeto, não obstante concordar inteiramente com o mérito do PLS, identificou algumas deficiências na técnica legislativa.

Por essa razão, apresentou parecer pela aprovação do PLS nos termos de um substitutivo. Consideramos que o substitutivo da CDR de fato aperfeiçoou a proposição.

Acreditamos, contudo, que, o projeto ainda merece aprimoramentos, o que realizamos por meio de substitutivo que incorpora os avanços da CDR e realiza as seguintes alterações:

a) Propomos a extensão dos segmentos beneficiários do Repenec mediante inclusão de todos os seus produtos e subprodutos (amônia, ureia, melamina, metanol, ácido acético e ácido fórmico) referentes ao projeto do complexo gás-químico que está em fase de desenvolvimento no Estado do Espírito Santo.

b) como a proposição envolve concessão de incentivos e renúncia fiscal, convém assegurar a sua adequação financeira e orçamentária, à luz do art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Para tanto recomendamos a inclusão de artigo que prevê o cálculo, pelo Poder Executivo, do montante da renúncia fiscal decorrente do disposto no PLS nº 68, de 2011, bem como sua previsão na proposta orçamentária dos exercícios seguintes.

Voto.

Em decorrência do exposto, somos favoráveis à aprovação do PLS nº 68, de 2011, na forma do seguinte substitutivo. (*Pausa.*)

Aí vem o substitutivo.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Acho que não há necessidade, Senador Capiberibe, de ler o substitutivo, porque já foi distribuído várias vezes. Acho que basta V. Exª ler o voto.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Está ótimo. Então, o voto é esse.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Não havendo quorum qualificado, essa matéria também fica para a próxima reunião.

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 43, de 2012

Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro audiência pública na Comissão de Serviços de Infraestrutura, para discutir a falta de combustíveis que vem atingindo o Estado do Amapá nas últimas semanas.

A crise, que não tem previsão de término, tem gerado graves transtornos, principalmente nos municípios de Macapá e Santana. Apesar do reabastecimento em alguns postos, a demanda não acompanha a grande procura. Para tratar do assunto, sugerimos sejam convidadas as seguintes autoridades:1. Ministro Dr. José Leônidas Cristino – Secretaria dos Portos; 2. Ministro Dr. Edison Lobão – Ministério de Minas e Energia; 3. Sr. Jorge Celestino Ramos – Gerente Executivo da Área de Operação da BR; 4. Dr. Dirceu Cardoso Amorelli – Superintendente de Abastecimentos da Agência Nacional do Petróleo ANP Região Norte; 5. Dr. José Augusto Nogueira – Diretor de Operações Ipiranga.6. Sr. Alísio Vaz – Presidente do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e de Lubrificantes – SINDICOM.

Autoria do Projeto: Senador João Capiberibe

Em discussão o requerimento.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Srª Presidente, vivemos uma situação gravíssima de desabastecimento de gasolina, que durou quase 2 semanas. Temos que prevenir para que isso não volte a acontecer e precisamos saber as causas, porque até hoje ainda não temos um diagnóstico preciso das razões que nos levaram a essa crise da gasolina no Amapá, em todo o Estado.

Solicitaria substituir o Dr. Andurte de Barros Duarte Filho pelo Sr. Jorge Celestino Ramos, que é o gerente executivo da área de operações da BR e incluir o Sindicom, o Sindicato dos distribuidores, cujo Presidente é o Sr. Aluísio Vaz.

Era o que tinha a apresentar.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Capiberibe, vou tomar as providências para que essa audiência pública seja feita o mais rapidamente. Vou ordenar mais ou menos aqui os convidados, já que V. Exª deixou como sugestão, para montarmos uma audiência pública que seja mais ágil. Acredito que talvez fosse importante apenas a Presidente da Petrobras e os demais convidados.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Como trata-se de distribuição e não de produção, poderíamos dispensar a Presidente da Petrobras.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – O.k.

Ao analisar o requerimento, vou convidar V. Exª para discutirmos esses nomes e elaborar um formato para aproveitar bem e realizar a audiência no prazo mais rápido possível.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

ATA DA 30ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 7 DE NOVEMBRO DE 2012, QUARTA-FEIRA, ÀS 14 HORAS, NO PLENÁRIO 13 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às quatorze horas e vinte e dois minutos do dia sete de novembro de dois mil e doze, no Plenário 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência

do Senador João Capiberibe, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença dos **Senadores Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Tomás Correia, Flexa Ribeiro, Cyro Miranda, José Pimentel, Vanessa Grazziotin, Ivo Cassol e João Costa.** Registra-se a presença do **Senador não-membro Randolfe Rodrigues**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Passa-se à Pauta. O Presidente convida a tomarem assento à mesa os convidados: **Senhor Alísio Vaz,** Presidente do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e Lubrificantes – SINDICOM**; Senhor Jorge Celestino Ramos,** Gerente Executivo da Área de Operações da Petrobras Distribuidora – BR; **Senhor Guido Rogério Macedo Silveira Filho,** Gerente Geral do Jurídico da Ipiranga Produtos de Petróleo – IPIRANGA; e **Senhor Dirceu Cardoso Amorelli Junior,** Superintendente de Abastecimento da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP. O Presidente informa que a presente Reunião destina-se a discutir a falta de combustíveis que vem atingindo o Estado do Amapá nas últimas semanas, em atendimento ao Requerimento nº 43, de 2012–CI, de autoria do Senador **João Capiberibe**. O Presidente concede a palavra a cada um dos convidados. Usam a palavra os Senadores **Tomás Correia e Randolfe Rodrigues**. Os convidados respondem aos questionamentos. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e onze minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pela Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **João Capiberibe,** Presidente em exercício.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco/PSB – AP) – Muito boa tarde a todos e a todas!

Declaro aberta a 30ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Esta reunião tem um objetivo. Passo, imediatamente, a cumprir o objetivo de nossa audiência pública.

Convido, para que tome assento à mesa, os seguintes convidados: Sr. Alísio Vaz, Presidente do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e Lubrificantes (Sindicom); Sr. Jorge Celestino Ramos, Gerente-Executivo da Área de Operação da Petrobras Distribuidora – BR; Sr. Guido Rogério Macedo Silveira Filho, Gerente-Geral do Jurídico da Ipiranga Produtos de Petróleo, representando o Sr. José Augusto Nogueira; Sr. Dirceu Cardoso Amorelli Junior, Superintende de Abastecimento da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

A presente reunião destina-se a discutir a falta de combustíveis, em particular de gasolina, que vem atingindo o Estado do Amapá nas últimas semanas, em atendimento ao Requerimento nº43, de 2012, de nossa autoria.

Informo que, para acelerar o andamento dos nossos trabalhos, cada expositor terá 10 minutos, prorrogáveis, como sempre, por alguns minutos a mais, para que cada um possa expor e falar um pouco sobre essa dificuldade que o Amapá viveu durante duas semanas, enfrentando filas quilométricas por falta de gasolina nos postos de combustíveis.

Eu mesmo tentei, de várias maneiras, levantar as causas e identificar as razões dessa falta de gasolina no Amapá. Confesso que até hoje não estou muito certo das razões que levaram ao desabastecimento. Espero, no final desta nossa audiência pública, que não apenas eu, mas todos os presentes e todos aqueles que virão tomar conhecimento deste encontro, possam identificar as causas para que possamos prevenir o futuro. A idéia é que isso não mais se repita, que não volte a acontecer. Para isso a gente necessita identificar, com absoluta clareza, as razões que levaram ao desabastecimento. Essa é minha expectativa. Tenho certeza de que é a expectativa de todos os que vivem no Amapá e que aguardam uma explicação desta audiência pública.

Dando sequência, então, concedo a palavra ao Sr. Alísio Vaz, Presidente do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e Lubrificantes – Sindicom.

O SR. ALÍSIO VAZ – Muito obrigado, Senador Capiberibe.

Uma boa tarde a todos!

Agradeço a honra desse convite.

Com meus colegas, tanto da Petrobras Distribuidora quanto da Ipiranga, vamos tentar esclarecer a situação no Amapá. Antes, porém, gostaria de fazer uma pequena introdução sobre a situação geral do País com relação ao abastecimento.

Diria que a situação do Amapá foi grave, na medida em que houve essa dificuldade de abastecimento. Essa situação tem sido, digamos assim, em outras escalas, frequente em outras regiões do País. A gente gostaria de dar um esclarecimento geral para mostrar que a situação do Amapá está inserida num contexto de desafios para todo o sistema de abastecimento do País.

Inicialmente, quero falar do consumo de combustível. O consumo de combustível no País vem crescendo de forma surpreendente, digamos assim, sem precedentes na história, fruto de diversos motivos, consequência de uma melhoria da renda da população, do

acesso ao automóvel, do acesso ao crédito. Tudo isso, de alguma forma, se reflete no aumento do consumo.

Na medida em que o Governo dá incentivos para a compra de veículos, reduzindo o IPI e tomando uma série de medidas até para evitar que o Brasil entrasse na crise econômica mundial, faz com que a indústria automobilística seja alavancada. Hoje mesmo, os jornais disseram que foram batidos os recordes de venda de veículos, de novo, em outubro.

Isso faz com que você tenha um aumento de demanda por combustíveis em geral. Só para que os senhores tenham uma idéia, desde 2009 – e estamos falando em apenas 3 anos –, o consumo de gasolina cresceu 58%. Repito: de 58% foi o aumento do consumo de gasolina no País nos últimos três anos. Como disse, não há precedentes na história do País, na história recente, de um crescimento de demanda por gasolina dessa magnitude. O crescimento do consumo do diesel, não fica muito atrás: 27% nós últimos três anos. Também é um número muito expressivo.

Isso tudo é fruto de um desenvolvimento do País. E esse desenvolvimento ocorre com mais intensidade ainda justamente nas Regiões Norte e Nordeste, onde há um aumento proporcionalmente maior da renda das famílias, permitindo esse acesso a veículos, permitindo o acesso a combustíveis.

Então, cito alguns exemplos do aumento do consumo de gasolina, lembrando que, no Brasil, do ano passado para este ano – falei em 58% desde 2009 –, só de 2011 para 2012, temos um crescimento do consumo de gasolina de 12%. Para citar alguns exemplos: no Maranhão, cresceu 20%; no Piauí, cresceu 22%; no Ceará, cresceu 19%; no Pará, cresceu 18%; e, no Amapá, o consumo de gasolina cresceu 16% desde 2011. Isso constitui um desafio, como disse, para manter todas essas regiões abastecidas.

O consumo do diesel cresceu 6% do ano passado para este no Brasil. Cresceu, por exemplo, 10% só no Ceará, 14% no Piauí, 14% no Maranhão, 13% no Pará e 30% no Amapá. Repito: o consumo de diesel cresceu 30% no Amapá de 2011 para 2012. Nem a China sonha com esses níveis de crescimento do consumo de combustíveis.

Então, temos uma situação, nos concentrando no Amapá, de 16% de crescimento no consumo de gasolina do ano passado para este e de 30% do aumento do consumo de diesel do ano passado para este. Dezesseis por cento cresceu o consumo de gasolina de 2011 para 2012 e o consumo do Diesel cresceu 30%.

Certamente, todo esse volume crescente do consumo de combustíveis gera desafios, gera estresses. Todos sabemos que a infraestrutura de transportes no País não tem crescido nessa ordem de grandeza. Não aumentaram as estradas em 60% nos últimos três anos, não aumentaram as ferrovias, não aumentou a capacidade dos portos. Então, temos o que chamamos de gargalos logísticos. Para transportar todo esse combustível, você precisa de rodovias, de ferrovias e de portos. Essas infraestruturas não têm acontecido.

Para piorar um pouco mais a situação, a Petrobras precisou importar combustíveis para atender essa demanda excepcional. E essas importações de combustíveis se dão através de alguns polos, de algumas regiões do País, o que obriga as distribuidoras a deixarem ou complementarem as suas quotas de combustível indo buscar nessas novas fontes, ou seja, as distribuidoras estavam, normalmente, recebendo combustíveis diretamente, por duto, da refinaria. A refinaria não dá conta de toda a movimentação, por exemplo, a Regap, aqui em Minas, e a Refap, lá no Rio Grande do Sul. As refinarias não conseguem abastecer todo o volume. A Petrobras indica outro local para recebermos o combustível, normalmente importado. Para esse novo local, nós precisamos deslocar caminhões que vão buscar o combustível. E esse deslocamento de caminhões altera completamente a logística. Estamos acostumados a receber por dutos e passamos a receber por caminhões. Temos de contratar caminhões especializados para carga perigosa, motoristas muito bem treinados para fazer esse fluxo. E não existe um estoque de caminhões e motoristas habilitados, assim na prateleira, para, de uma hora para a outra, retirar. Então, isso gera estresse para conseguir todo esse suplemento, esse complemento.

As centrais termelétricas – tem sido noticiado recentemente – estão sendo disparadas. As centrais termelétricas demandam milhões. Uma central termelétrica demanda 1 milhão, 2 milhões de diesel por dia, dezenas e dezenas de caminhões para fazer o transporte para as centrais.

O crescimento do consumo do diesel traz consigo um crescimento do consumo do biodiesel. O biodiesel tem de ser coletado por caminhões, em dezenas de locais, em dezenas de unidades produtoras em todo o País. Tudo isso estou explicando para mostrar como é que é a demanda por infraestrutura, por transporte, tem sido alavancada por diversos fatores, até o diesel.

O novo Diesel S-50, um diesel de baixíssimo teor de enxofre, muito menos poluente, também não é ainda transportado pelos dutos da Petrobras, da Transpetro, nem por ferrovias. Ele demanda caminhões. Então, você precisa de mais caminhão, de mais estradas. Isso gera os chamados gargalos logísticos que estão afetando, que estão atrasando o abastecimento em locais como o Amapá e diversos outros do País.

Queria aproveitar para falar de mais uma infraestrutura: os portos. Os portos também, todo mundo sabe, no Brasil, são extremamente deficientes. Particularmente, as Regiões Norte e Nordeste são totalmente abastecidas por navios de combustível. Os navios da Petrobras entregam combustíveis nos portos das Regiões Norte e Nordeste. Esses portos não tiveram sua capacidade ampliada, eles têm um limite.

Chamo a atenção para o fato de que existem investimentos das distribuidoras na ampliação desses terminais de combustíveis, em portos, que estão retidos. Nós precisamos e queremos aumentar os investimentos, mas não podemos por causa da mudança que está sendo planejada no marco regulatório dos portos.

Está sendo discutido hoje, no Governo, no Executivo, um novo marco regulatório para portos. Isso parou toda a autorização para novos investimentos em portos, o que nos preocupa. E mais ainda por um motivo: estão sendo propostas e discutidas mudanças em todo o modelo e, Senador, não fomos convidados. Tentamos nos apresentar a essa comissão do Governo que está discutindo os portos que vão afetar Belém, Macapá e esse novo modelo, tentamos nos apresentar para essa comissão do Governo que está delineando essa nova política, mas não fomos ouvidos até agora.

Chamo a atenção para o fato de que um terminal portuário de combustível tem uma característica completamente diferente: não é uma atividade comercial. O terminal portuário de combustível é um elo importantíssimo em uma cadeia de abastecimento. Então, para qualquer mudança nesse modelo de exploração dos portos é preciso entender que esses terminais têm um papel fundamental, essencial no abastecimento de regiões como o Amapá. E qualquer decisão que seja tomada na mudança do modelo de exploração de portos precisa levar em consideração os terminais de combustível.

Então, não só nós temos hoje investimentos retidos no aumento da capacidade dos portos como nos paira sobre a cabeça uma lâmina de ameaça de, nesse novo modelo, de uma hora para outra, perdermos esses terminais por uma mudança do modelo de exploração. Gostaríamos muito de apresentar isso ao Governo Federal, mas até agora temos cartas enviadas a diversas autoridades e não fomos ouvidos ainda.

É importante distinguir um terminal de contêiner de um terminal de combustível. Nossa atividade faz parte de uma cadeia que não pode ser rompida. Temos um risco até de que essa mudança de modelo traga, digamos assim, uma ameaça para o abastecimento de combustível, não só uma ameaça para o abastecimento, mas, eventualmente, uma ameaça para o aumento de custos do combustível para o consumidor final.

Então, chamo a atenção para essa política de portos que está sendo definida pelo Governo Federal. Nós não fomos ouvidos. É preciso considerar os terminais portuários de combustíveis como um assunto bem diferenciado. É um apelo que faço aos Senadores.

Dentro desse contexto todo de gargalos, o que posso assegurar a todos é que as distribuidoras estão fazendo investimentos sem precedentes. Os investimentos em terminais de combustíveis, em geral, em todo o País, excedem, este ano, mais de R$1 bilhão e estão acontecendo neste instante. Posso assegurar a V. Exªs que ninguém quer perder essa onda de consumo, ninguém quer perder vendas e investimentos ainda maiores estão previstos para o ano que vem. Todas as distribuidoras do Sindicom estão mobilizadas fazendo grandes investimentos, parcerias com operadores logísticos que vão gerar mais eficiência, mais segurança para o transporte de combustível. É importante que todos sejam mobilizados. Precisamos de mais infraestrutura no País para permitir a movimentação de combustíveis.

Era esse o contexto que queria apresentar a todos os senhores da mobilização que existe neste momento face a esses desafios.

Para falar especificamente sobre a situação de Belém e Amapá, que são polos muito interligados, deixaria os meus colegas da BR, da Petrobras Distribuidora e da Ipiranga.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco/PSB – AP) – Muito obrigado pelas explicações. As perguntas certamente virão após a audição de todos os convidados.

Concedo a palavra ao Sr. Jorge Celestino Ramos, Gerente-Executivo da Área de Operações da Petrobras Distribuidora – BR.

O SR. JORGE CELESTINO RAMOS – Exmo Senador João Capiberibe, demais colegas da Mesa, demais participantes, a Petrobras agradece por poder estar aqui, nesta audiência pública, prestando esclarecimentos sobre o requerimento do Senador.

Gostaríamos de dar números à explanação do nosso colega Alísio.

A nossa ordem de apresentação será a seguinte: começaremos com a estrutura logística que a Petrobras Distribuidora tem para enfrentar esses desafios, vamos falar um pouco sobre a Região Norte, entrando particularmente no caso do problema do Amapá, e de ações de curto prazo e ações de mais longo prazo que iremos adotar.

Podemos ir? Visualizar tela cheia. Podemos passar a primeira?

Para dar números, essa é a infraestrutura logística que a Petrobras Distribuidora dispõe no País para enfrentar os desafios de colocar os combustíveis nos postos, nas fábricas, nos hospitais, nas empresas de transporte. Esse é o desafio que enfrentamos todos os dias. São oito mil embarques por dia. Contamos com uma frota de dez mil caminhões-tanque a serviço da Petrobras Distribuidora. Temos 12 mil motoristas credenciados, lidamos com 205 mil pedidos por mês, 30 mil clientes ativos, 520 mil tanques. Dispomos também de uma fábrica de lubrificantes, 19 depósitos de lubrificantes e 77 bases de distribuição. Essa é a infraestrutura logística que colocamos a serviço do País.

Próximo.

Como estamos na Região Norte? Contamos hoje com 12 bases de distribuição em Macapá – essas são as 12 bases de distribuição da BR Distribuidora –, onde operamos em regime de armazenagem conjunta com a Petrobras Ipiranga. Esse é o modelo de operação que temos em vários locais do País. Ou seja, para a redução de custos globais para a sociedade, temos uma operação conjunta.

Também vamos abordar quais são os nossos planos com relação a Macapá. Estamos construindo, neste momento, uma base em Cruzeiro do Sul e estamos com uma base em Porto Nacional. Na Região Norte, temos uma forte presença em investimentos. E vamos falar mais um pouco sobre os investimentos que ainda faremos.

Próximo.

O caso do suprimento de Macapá. Como se dá o suprimento de Macapá? O suprimento de gasolina de Macapá se da seguinte maneira: a gasolina A é recebida no nosso terminal de Belém por cabotagem – um navio vem e deixa o produto – e sobe por balsas até o terminal de Macapá. O álcool etanol anidro é coletado e transferido das usinas produtoras do Centro-Oeste. Havendo safra no Nordeste, alguma coisa no Nordeste também, normalmente não se consegue suprir toda a região. Assim, preponderantemente, subimos com o etanol anidro, que é descarregado também na base de Belém, colocado em balsas e vai até Macapá. Esse é o modelo de suprimento da gasolina.

A gasolina C é a mistura da gasolina A com o etanol anidro.

No caso particular do diesel, recebemos diretamente, por transbordos, em uma balsa ou em um navio, atualmente no que está atracado aqui no porto de Santana. A logística do diesel difere um pouco da logística da gasolina C.

Como são esses volumes e o que vem acontecendo no mercado de Macapá? Essas aqui são as vendas totais da BR. Se olharmos as vendas totais da BR, veremos que vêm tendo esse crescimento que o Alísio citou. E o produto mais demandado é o diesel para o segmento termelétrico. E aqui é importante fazermos essa colocação, porque o diesel termelétrico, por ser um produto cujas vendas totais gira em torno de 80% – essa aqui é a venda de gasolina –, tem um impacto enorme na logística de distribuição, na capacidade da base e há uma tendência, em 2014, com a entrada do linhão de Tucuruí, de esse volume ficar bastante reduzido e, assim, só as pequenas térmicas, mais do interior do Estado, estarão demandando diesel. Então, esse volume de diesel tende a ser bastante reduzido, reduzindo-se, inclusive, o custo de energia elétrica da região e aumentando sua competitividade. E esse elemento é importante quando discutimos o futuro do suprimento de Macapá, a forma de fazer o suprimento, porque os volumes têm influência na capacidade e na logística, o que abordaremos mais para frente.

Gasolina C. O crescimento que tivemos na gasolina C – estamos falando de outubro, quando houve um crescimento bastante elevado –, obviamente, na hora em que se fala em uma logística de etanol anidro vindo do Centro-Sul, isso estressa bastante essa logística. Eu estou falando de agosto, de setembro... E tudo em 2012. Esse é o aumento de vendas da BR em agosto, setembro e outubro de 2012 em Macapá. Esta aqui é a cidade de Macapá. Aliás, aqui é Amapá, ou seja, cidade de Macapá e demais cidades do interior. Isso tem influência bastante importante no suprimento da cidade.

Mais uma.

Aqui são as vendas de Belém. Se olhamos também as vendas de Belém, vemos que elas estão aumentando. Isso mostra que os sistemas logísticos estão altamente demandados e precisamos de ações de curto prazo e ações de médio e longo prazos para garantir as entregas nesses sistemas. Então, Belém também é uma região que está demandando... E Belém, como lembramos, supre de gasolina C o mercado de Macapá. Então, temos aqui um esforço logístico para garantir esse suprimento. Novamente, Belém é um local onde precisamos fazer investimentos, mas também há as questões lá da adaptação à Lei dos Portos.

Vamos à frente.

De uma forma global, queria mostrar aqui o que vimos investindo, em nível de País, e depois falar um pouco da região Norte, do que está sendo investido.

Petrobras Distribuidora. Esse aqui é o investimento em infraestrutura logística. Esses são dados públicos. Isso está no Plano de Negócios 2012-2016 da Petrobras. Os nossos investimentos em sistema logístico, neste ano, montam 538 milhões. Estamos falando em investimento, nos próximos 5 anos, só em infraestrutu-

ra logística, de 2,1 bilhões. Não é pouca coisa. Então, estamos nos preparando para garantir o suprimento, para garantir as entregas. A Petrobras Distribuidora tem esse desafio, e os empregados da Distribuidora e a alta direção da Petrobras têm comandado isso. E nós iremos realizá-lo. Neste ano, em novembro, já realizamos esses 538 milhões em investimentos.

Vamos. Mais uma.

E o que estamos falando, principalmente na Região Norte? Como já falamos, esta base aqui está em construção. Estamos falando em uma base em Vila do Conde, que está em estudo; estamos falando em uma base em Marabá, que também está em estudo; base em Pecém; e essa aqui, Porto Nacional, já estamos fazendo. Então, temos uma concentração grande de investimentos aqui. E estamos estudando também uma ampliação em Macapá, um estudo feito em sociedade com a Ipiranga.

Hoje as premissas para fazer esse investimento estão muito mais claras. Primeira questão: qual é o tamanho da base? Como eu dimensionaria minha capacidade de diesel? Hoje está claro que, entre o linhão de Tucuruí, essa demanda de diesel cai. Então, tenho as premissas necessárias para fazer esse investimento.

Outra discussão que tínhamos é com relação ao modal de transporte. A melhor forma de fazer o modal de transporte para Macapá é pelo modal marítimo, e não modal fluvial, a partir de Belém. Então, estamos estudando uma estrutura para ter uma entrega direta de navios e fazer uma estrutura aqui para que possamos receber diretamente os produtos em Macapá. Esse é um projeto que estamos estudando, possivelmente – está em estudo – tornando-se viável, dados os volumes que vamos ter aqui, falando em 2015.

E para esse intervalo? Para esse intervalo, a Petrobras está fazendo algo bastante relevante.

Pode passar para a próxima.

O que a Petrobras está fazendo? A Petrobras colocou um navio em Macapá, que hoje já opera com diesel. Todo ano tínhamos um estresse grande no suprimento de diesel por conta da maior geração das térmicas. Neste ano foi possível, com esse navio que já está lá servindo de cisterna, fazendo uma descarga para essas balsas, reduzirmos bastante. Praticamente garantimos o suprimento de Macapá. A partir do momento em que eu consiga o licenciamento ambiental para colocar gasolina nesse navio aqui também, eu ganho uma sobrevida enorme enquanto preparamos as estruturas fixas.

Então, no curto prazo, de imediato, o que estamos fazendo? Reforçando frota, reforçando estoque em Belém. No médio prazo, colocando uma estrutura provisória de suprimento de Macapá; e, no longo prazo, estamos estudando uma base que receberá pelo modal fluvial, liberando as estruturas de Belém para o suprimento de Belém, e Macapá passará a receber por navio.

Então, essas são as questões que estamos estudando. Cremos que com isso estamos sanando o problema.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco/PSB – AP) – Obrigado, Sr. Jorge Celestino Ramos, por suas explicações.

Seguimos adiante. Concedo a palavra ao Sr. Guido Rogério Macedo Silveira Filho, Gerente-Geral do Jurídico da Ipiranga Produtos de Petróleo.

O SR. GUIDO ROGÉRIO MACEDO SILVEIRA FILHO – Boa tarde.

Senador João Capiberibe, gostaria de agradecer, em nome da Ipiranga, a oportunidade de estar aqui, para explanar um pouco a nossa posição em relação à questão do Amapá. Agradeço a oportunidade.

Senhoras e senhores, na verdade, vou tentar reduzir um pouco a apresentação, porque senão vou ficar repetindo o que o João colocou. Vou falar um pouquinho da parte operacional do modal, da estrutura. Vou pular um pouco.

Isso é só para apresentar a base lá de Macapá, que é da Ipiranga agora, uma base de 1968. Na verdade, a Ipiranga só assumiu a operação dessa base lá em 2007.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco/PSB – AP) – De 1968?

O SR. GUIDO ROGÉRIO MACEDO SILVEIRA FILHO – Isso. E a Ipiranga só assumiu a operação dessa base lá em 2007, no momento em que a companhia adquiriu os ativos de distribuição de combustível da antiga Texaco, da Chevron Texaco no Brasil. A partir dessa data, a companhia assumiu essa base lá.

É bom que fique clara também a questão do suprimento de combustíveis naquela região. Deu para ver bem nas explanações feitas anteriormente que existe uma grande complexidade em relação a isso. Então, acho que esse é um ponto principal.

Eu pularia, para não ficar repetindo esse fluxo de suprimento, para o eslaide, deixe-me ver: um, dois, três, quatro, cinco, seis, para o eslaide sete. Senador, deixe-me passar a apresentação, para o senhor ficar com uma cópia. Eslaide sete. É só o fluxo. Na verdade, esse fluxo está repetindo basicamente o que o Jorge Celestino acabou de colocar. Esse eslaide mostra a movimentação total da base. Como é a Ipiranga que a administra, existe, obviamente, a atividade toda de distribuição tanto da BR quanto da Ipiranga. O eslaide mostra claramente que houve realmente um aumento de demanda bem grande, a partir de agosto, chegando

a um pico em outubro, e um aumento, especificamente da gasolina, chegando a 9 milhões de litros em outubro, o que mostra que houve realmente um excepcional aumento de demanda por combustíveis naquele mês.

Passando para o próximo eslaide – e aí acho que é interessante observar, também fazendo uma ligação com a apresentação do Jorge –, vê-se claramente que também houve um aumento grande do diesel. E por que não houve qualquer problema em relação ao diesel? Porque existe o navio cisterna, que foi apresentado aqui, uma providência adotada anteriormente. Na verdade, a Ipiranga e a BR têm colocado que seria uma alternativa de solução, para que haja o suprimento do Estado do Amapá sem nenhum problema dessa natureza. E é bom que fique claro também que esse fato ocorreu, na verdade, por uma conjunção de fatores.

Aí vamos para o próximo eslaide. Vamos falar da nossa capacidade de armazenamento, mostrando a capacidade total de armazenamento da base.

Essa base conta com 12 tanques de combustível e, no nosso entendimento, está bem adequada e dentro do que seria o necessário para atender à demanda do Estado do Amapá nessa configuração de tancagem.

Próximo, por favor.

Como mencionei anteriormente, aconteceu uma conjunção de fatores que levou aos fatos já mencionados pelo Senador. Em outubro, nós tivemos realmente uma restrição de oferta de gasolina C e tanto da gasolina A quanto do etanol anidro em alguns dias. Isso se deveu a uma irregularidade de fornecimento, a um aumento momentâneo da demanda, como já vimos, e a algumas questões do porto de Miramar, que também já foram abordadas, já que parte do produto que atende ao Estado do Amapá vem de Belém. Então ele é transferido, ele é transportado via balsa de Belém para o Amapá.

Próximo, por favor.

Além disso, ocorreu uma mudança na oferta dos biocombustíveis – aí estou falando, basicamente, do etanol que, naquele momento, por questão de safra, questão de produção, nós fomos obrigados a buscar em locais mais distantes, via caminhão, no Brasil, mas em locais mais distantes do que os normais. Na Região Norte só existe um produtor de etanol. Então a busca desse produto foi em locais mais distantes, além da escassez na oferta de caminhões– tanque, que é o que tem acontecido em razão do aumento da safra, do crescimento do País e do crescimento da demanda, que foi muito grande. De qualquer maneira, durante esse período, nós não deixamos de atender os revendedores, ainda que fora da normalidade, mas sempre buscando alternativa.

Próximo.

Quais as providências que já adotamos? Primeiro, a transferência emergencial de produtos de outras bases – São Luís, Manaus, Goiânia –, assumindo, obviamente, o custo dessa transferência do produto para não deixar o mercado desabastecido, a utilização de modais alternativos para agilizar o transporte e o suprimento do produto. A partir do dia 20, passamos a ter nossa rede completamente atendida no Estado, regularizando o atendimento.

Próximo.

Além disso, estamos adotando algumas providências alternativas, como a contratação de maior número de caminhões, direcionando a frota para a região, para que sejam dedicados ao atendimento do Estado, e também reforçando a solicitação de atendimento dos nossos fornecedores para entrega de gasolina em Macapá – aí estamos falando do exemplo do que já ocorre com o diesel, voltando ao exemplo do navio que já está lá em Macapá auxiliando no suprimento –, e elevando os níveis de estoque. Já elevamos o nível do estoque, em Belém, em mais 2,7 dias, lembrando que Belém é que atende, parte do produto, ao Estado do Amapá, mandando para lá parte do produto e também o aumento do estoque em Macapá. Também estamos reforçando o estoque de anidro em Belém.

Próximo.

Além disso – acho que é bom mencionar –, falando em longo prazo, a companhia faz um planejamento logístico, um planejamento de negócios com prazo de 5 a 10 anos e, dentro disso, temos um planejamento de aumento, um estudo, juntamente com a sócia da nossa base que é a BR, para aumento da capacidade e aumento da base em Macapá.

É bom lembrar que todos esses investimentos ainda dependem de algumas definições: definições de modelo logístico, definição e acompanhamento do crescimento da demanda no Amapá, além da questão da autorização dos órgãos envolvidos, licença para construção de bases e melhorias, aí entrando também, claramente, em função da necessidade da base lá em Belém, na questão do marco regulatório dos portos, em que existe a necessidade de uma definição desses contratos, para que seja dada às empresas maior tranquilidade na aplicação dos seus investimentos.

Próximo.

Por fim, essa é só uma amostra, logicamente, do que está em nosso planejamento estratégico de crescimento de tancagem e de investimento. Volto a dizer, Senador, que está tudo dependendo, obviamente, das definições mencionadas anteriormente para que esse investimento venha a se concretizar.

Próximo.

É isso.

Agradeço e reforço o compromisso que a Ipiranga tem de atender à sociedade, em especial à sociedade do Amapá, à sociedade do norte do País.

Fico à disposição para as perguntas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco/PSB – AP) – Muitíssimo obrigado.

Dando sequência à audiência pública, concedo a palavra ao Sr. Dirceu Cardoso Amorelli Junior, Superintendente de Abastecimento da ANP – Agência Nacional do Petróleo.

O SR. DIRCEU CARDOSO AMORELLI JUNIOR – Senhoras e senhores, boa tarde.

Senador João Capiberibe, obrigado pelo convite. Na pessoa do senhor, dou meu boa-tarde e agradeço, em nome da ANP também, a presença aqui.

Como nós vimos aqui, já foi explicado o que ocorreu e o Alísio fez uma preleção a respeito da estrutura do que está acontecendo, do estresse logístico, enfim. De qualquer forma, eu queria lembrar o seguinte: hoje, só para falar um pouco da estrutura, nós temos, no Brasil, 16 refinarias e 3 petroquímicas que realizam operações. Temos 38 pontos de fornecimento para 238 distribuidoras, 39.082 postos, 378 transportadores e revendedores retalhistas, 9.118 pontos de abastecimento, 409 usinas de etanol e 62 produtores de biodiesel. Todos esses movimentam os modais dutoviário, ferroviário, rodoviário, de cabotagem interior.

Eu gostaria de dizer também que a importação de produtos normalmente é feita para complementar e fazer o balanço entre oferta e demanda do produto.

Bom, essa estrutura, hoje, tem atendido regularmente o País, vem atendendo regularmente o País, embora eu concorde que o consumo de combustível vem se destacando durante todo o ano de 2012. Durante os três últimos anos, está crescendo de maneira bastante alta, 15%, 10% acima do PIB. De qualquer forma, essa estrutura que está aí vem atendendo. Mas precisamos olhar para o futuro. Ou seja, se continuarmos nesse ritmo, temos que fazer o dever de casa, não só o Governo, mas todos que estão presentes aqui. As distribuidoras também vão ter que fazer o seu dever de casa.

Algumas coisas que eu vou falar aqui de solução e do que aconteceu especificamente no Amapá podem também ser explodidas para o Brasil como um todo. Eu quis fazer essa preleção para mostrar que existe uma estrutura hoje e que ela vem atendendo, existem alguns pontos de gargalo, o consumo é real e está acontecendo acima do que estava previsto e bem acima do PIB. Entretanto, temos que continuar fornecendo esse combustível. É uma atividade de utilidade pública e ele precisa estar chegando ao seu destino, que é o consumidor.

Então, dentro disso, a estrutura logística tem, no curto prazo, uma forma de responder a esses gargalos. Então, a ANP vem tomando uma série de medidas para conseguir também induzir que as distribuidoras e o próprio produtor melhorem a sua estrutura de curto, médio e longo prazo.

Então, cito algumas dessas medidas. A ANP, por exemplo, já homologou o novo contrato de gasolina entre a Petrobras e as distribuidoras. Ora, isso melhora a previsibilidade. Então, algumas vezes você tem um problema pontual porque tem um erro de previsibilidade. Vamos nos concentrar agora no Amapá. Se nós temos ali, como o Dr. Guido falou, a capacidade de tancagem adequada, o que houve ali foi um aumento, um pico pontual de combustível e o estoque não era suficiente. Então, cito uma das formas de resolvermos esse problema no curto prazo. A ANP, através da homologação desses contratos entre a Petrobras e distribuidoras, o que aumenta a previsibilidade, já começa a forçar o distribuidor a se preocupar mais com a sua previsibilidade.

Além disso, a ANP também já está fazendo uma Resolução, revendo a Resolução nº 202, que também induz ao aumento de estoque dos distribuidores nos seus pontos de venda. Por que isso? Porque, embora o sistema logístico esteja estressado, temos algumas alternativas. E uma delas é aumentar o estoque nas pontas. Concordo que, em alguns momentos, essa estrutura vai estar estressada. Mas nós temos que aproveitar os momentos em que não temos demanda forte para aumentar esse estoque na ponta para nos prevenirmos contra oscilações muito fortes.

É claro que, no caso específico do Amapá, o mês de outubro foi além daquelas previsões em que o Estado vinha sendo atendido. Havia ali estoque para seis dias que podiam atender à demanda que já vinha crescente, em torno de 16%. No mês de outubro, ela teve uma demanda maior. Então, uma das soluções encontradas em curto prazo e que a ANP vem cobrando, e já mandou ofício às distribuidoras e à própria Petrobras, é que ela mande para a ANP a previsibilidade, qual a sua previsão de demanda e qual o estoque. Aí nós vamos analisar e estamos, junto com as distribuidoras, verificando qual seria o estoque não só no Amapá, mas em todos aqueles pontos em que há um possível gargalo, para conseguirmos aumentar esse estoque na ponta.

A Resolução nº 202 também é uma medida mais de médio prazo, mas, no curto prazo, a exigência seria essa.

A outra medida, no caso do Amapá, que a ANP já tomou foi mais punitiva. Ou seja, está apurando se houve aumento abusivo de preço. A Coordenadoria de Defesa da Concorrência, os fiscais da ANP foram lá quando aconteceu o problema para ver se houve alguma coisa. Está sendo apurado o que ocorreu para ver se existe a possibilidade, se existe alguma coisa que ficou fora da legislação, de forma a ser mais assertiva no sentido de punir quem teve o desvio.

Além disso, a ANP já preparou uma análise de risco da Região Norte. A Região Norte é muito complexa porque trabalha com todos os tipos de modais. Já está pronta a análise de risco e nós vamos começar a discuti-la num grupo de trabalho que vai ser coordenado na ANP já a partir do dia 13, para que sejam levantados todos esses pontos de suprimento que possam ter algum tipo de problema. E a análise de risco vai justamente apontar qual seria o estoque ideal ou o que deveria ser feito ali com a estrutura já existente para que não tenhamos sustos nem problemas de desabastecimento. No médio prazo, nós já vamos preparar essa análise de risco para o Brasil todo. E esse grupo de trabalho vai discutir permanentemente, a cada 15 dias, os fluxos logísticos e as estruturas. Vãos começar com aqueles que estão apresentando mais problemas para ver quais as soluções de curto, médio e longo prazo e depois vamos ampliar isso tudo para o Brasil.

Bom, eu acho que não tenho mais muito o que falar, mas, de qualquer forma, esse seria, vamos dizer, o trabalho que a ANP vem fazendo junto com as distribuidoras, é claro, monitorando muito de perto a questão do abastecimento e do estoque agora nos pontos críticos.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco/PSB – AP) – Muitíssimo obrigado.

Então, passamos a algumas perguntas pendentes.

A primeira eu gostaria de fazer só para nos situarmos. Qual o controle que a ANP tem dos estoques de combustíveis em nível dos Estados e em nível nacional?

O SR. DIRCEU CARDOSO AMORELLI JUNIOR – Pois é. Atualmente, a nova Resolução prevê um controle direto da ANP nesses estoques. Por enquanto, fazemos o monitoramento do estoque. Nós estamos colocando na nova Resolução da ANP a obrigação do estoque.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco/PSB – AP) – Correto. Mas essa informação tem que ficar entre nós aqui, porque essa é delicada.

O SR. DIRCEU CARDOSO AMORELLI JÚNIOR – Não, mas a ANP, no caso ali, apura os fatos. Se houve algum problema de...

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco/PSB – AP) – Se eu fizer uma segunda pergunta... Qual a garantia que eu tenho de que, em dezembro, quando cresce a demanda, eu não terei escassez?

O SR. DIRCEU CARDOSO AMORELLI JÚNIOR – A ANP já oficiou às distribuidoras, que vão mandar qual o nível de estoque. Nós vamos analisar e dizer para ela qual o estoque ideal, se aceitamos ou não esse estoque. A partir daí, nós temos, sim, mecanismos, não na Resolução atual, mas na lei. Então, nós vamos exigir que essas distribuidoras tenham um nível de estoque adequado para atendimento das regiões, de todas as regiões que estiverem com um polo crítico.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco/PSB – AP) – O problema das regiões periféricas surge quando nós temos qualquer estresse, como vocês estão qualificando, ou um aumento de demanda, porque essa escassez aconteceu em outras capitais do País e, naquele mesmo momento, eu tive notícia de que estava acontecendo em Porto Alegre e em outras cidades.

Eu gostaria de cumprimentar o Senador Tomás Correia, que compõe esta Comissão, e gostaria de lhe passar a palavra para que possa esclarecer cada vez mais essa questão estratégica nossa que é a do abastecimento de combustível.

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Senador João Capiberibe, senhores membros da Mesa, convidados, eu tenho uma preocupação. Eu vejo o Amapá. Faltou lá, recentemente, gasolina, combustível, e o argumento é de que houve um consumo superior ao previsto. Eu gostaria de saber que consumo tão extraordinário foi esse que levou ao esvaziamento de todo o estoque de combustível no Amapá. Se esse aumento de consumo não era previsível, se não era possível prever, não faltou aí um monitoramento maior, porque, na verdade, eu não imagino que o Amapá, de uma hora para outra, tenha tido um consumo de combustível de tal ordem que o deixou totalmente desfalcado desse combustível? Então, minha pergunta é nesse sentido.

O SR. DIRCEU CARDOSO AMORELLI JUNIOR – Na verdade, no caso do Amapá, a questão da previsão foi um conjunto de fatores. Ele teve restrição de oferta de entrada do produto, então, com o aumento da previsão. O consumo do Amapá, por exemplo, já vem a 16% ao ano, e a estrutura lá está sendo atendida. Então, o monitoramento é de que aquele estoque estava atendendo. Quando houve a restrição de oferta, a ANP entrou no circuito junto com as distribuidoras para entender o que estava acontecendo e exigir que fosse recolocada uma solução de curto prazo para que essa restrição de oferta não pudesse mais afetar. Então, na verdade, o que aconteceu ali foi um conjunto de fatores. A previsibilidade, nesse caso, ficou, vamos dizer assim, afetada por causa da restrição de

oferta que houve no momento ali. Mas o que se está exigindo agora...

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO) – O que aconteceu foi falta de produção, falta de transporte? Qual foi, enfim, a causa que levou a essa redução de oferta?

O SR. DIRCEU CARDOSO AMORELLI JUNIOR – As distribuidoras aqui acabaram de explicar que o conjunto de fatores – isso está nas transparências dele – foi transporte. Basicamente, o que nós estamos vendo ali foi uma restrição de transporte. E o estoque que já estava previsto para essa demanda superior, de 16%, acabou não atendendo. O que se está fazendo agora, o que se está exigindo agora das distribuidoras é que elas aumentem ainda mais esse estoque de forma que, como os senhores viram ali, tenham os estoques-meta. Então, é isso que nós estamos monitorando, e acreditamos que, com essa nova demanda, caso haja algum problema de restrição de oferta, com esses dias de estoque a mais, consigam resolver o problema.

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO) – Mas essa restrição de transporte as empresas não estavam também prevendo? Não era uma... Porque o aumento não é tão exagerado, eu acho que o aumento é perfeitamente compreensível. Agora, o que me causa...

O SR. DIRCEU CARDOSO AMORELLI JUNIOR – É, o aumento já está acontecendo – desculpe, Senador –, o aumento já está acontecendo no Brasil inteiro. Esse aumento já está previsto e o número de estoques também. Agora, a restrição de oferta é que não foi prevista, houve uma demanda extra – acho que as distribuidoras até podem falar melhor, dizer por que elas não esperavam que essa restrição de oferta ocorresse.

Agora, o que é importante dizer é que o monitoramento que estava sendo feito dava conta de que, pelas novas previsões e pelos picos de demanda que estavam acontecendo, o estoque atendia. Então, quando houve a restrição de oferta, ele passou a não atender. O que se está exigindo agora é que, dentro dessa análise de risco, nós comecemos, então, a avaliar outros fatores e exigir que esse estoque consiga contemplar também essas restrições de oferta.

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO) – O combustível, não há dúvida alguma, é uma questão estratégica. Não há dúvida quanto a isso, não é, Senador Capiberibe? É uma questão estratégica de fundamental importância, e há um colapso, um problema seriíssimo. Então, me pareceu, grosso modo, que faltou um planejamento estratégico. Como se comportar? Qual seria o comportamento da Agência Nacional de Petróleo com relação às distribuidoras?Há alguma medida disciplinar a ser tomada, alguma multa a ser adotada? Se há, por que não foi tomada? Qual é o procedimento nesse caso?

O SR. DIRCEU CARDOSO AMORELLI JUNIOR – As medidas disciplinares estão em curso, estão, todas elas, sendo tomadas, apuradas, dentro do processo, desde a situação do estoque até a situação do aumento de preço que porventura possa ter acontecido. Agora, o mais importante é que a ANP está trabalhando na causa e no risco, ou seja, para que você consiga avaliar melhor esse risco. Existia um componente dentro dessa demanda, ou dessa análise, que estava ocorrendo e que acabou extrapolando os amortecimentos de segurança que existiam para esses polos críticos. Isso está sendo revisto para que não ocorra mais.

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO) – Muito bem.

Aqui há uma matéria, publicada na *Folha de S. Paulo* – o senhor deve ter visto – no dia 4/11/2012, que tem o seguinte título: "Governo teme falta de combustível no país ainda neste ano". Algumas regiões do País estão sob ameaça de ficar sem combustível no fim deste ano. E aqui são mencionados alguns casos, providências emergenciais e tal.

Então, o que me pareceu é que não houve planejamento, faltou uma visão e uma política adotada para o abastecimento. O Governo está falando aqui em medidas emergenciais a curto prazo. Ora, traçar um plano de emergência para abastecimento de combustível, uma coisa que é perfeitamente previsível – a distribuição, o consumo também é previsível. E claro que a frota aumentou... Mas eu vejo tudo isso como situações perfeitamente previsíveis. Então, o que me pareceu aqui é que faltou um pouco de planejamento por parte dos órgãos responsáveis nesse setor tão estratégico, tão importante para o País, que é o abastecimento em várias regiões.

Aqui se fala na possível falta de combustível em alguns lugares, como, por exemplo, no Estado do Amazonas, em Belém, no Piauí – o Rio Grande do Sul também aparece aqui como uma possibilidade –, e em outros lugares. Então, o que me pareceu – na área de energia é a mesma coisa – é que não há um plano estratégico adequado, e que estão se socorrendo de medidas emergenciais, de correr atrás daquilo que já está acontecendo. Quer dizer, não há um plano antecipado, um plano programado, um plano previsto, um plano predeterminado para a distribuição de combustível no País. Parece que estão... "Faltou combustível! Vamos correr lá para socorrer o Amapá, que está agora em dificuldade". Daqui a alguns dias vai ser o Piauí, daqui a outros dias vai ser o Rio Grande do Sul, e assim por diante.

Estou falando do Amapá porque recentemente houve uma grave crise lá. O Senador Capiberibe se posicionou sobre essa questão várias vezes, e eu, embora seja de Rondônia, também da região amazônica, já morei no Amapá. Daí porque, com todo respeito ao meu nobre Senador Capiberibe, eu quero me sentir também um pouco amapaense – por isso estou aqui debatendo um assunto que certamente interessa muito ao seu Estado, que é o Estado do Amapá.

Eu vi aqui o desespero do Senador Capiberibe, correndo, ligando – numa sessão aqui ele foi até admoestado pelo Presidente porque estava ao telefone falando com autoridades do setor de combustível, pedindo socorro para o sufoco que seu Estado estava passando por falta de gasolina. De sorte que eu queria apenas fazer essas ponderações, Presidente, e dizer que realmente eu fico um pouco preocupado.

Aqui eu vejo também: foi colocado um navio-cisterna para suprir a falta de óleo diesel. Por que não fazer a mesma coisa com a gasolina? Não seria razoável ter feito a mesma coisa com a gasolina?

O SR. DIRCEU CARDOSO AMORELLI JUNIOR – Já está sendo providenciado isso. Depois vou falar...

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO) – Eu só peço desculpas, Presidente, porque cheguei um pouco atrasado, estava em outra comissão. De repente, o assunto até já foi debatido aqui e eu o estou repetindo.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco/PSB – AP) – V. Exª tem inteira razão: já foi levantada a questão, mas nós estamos... V. Exª fez a pergunta em bom momento, porque estamos precisando saber quando isso pode acontecer.

Há algo semelhante que aconteceu com o diesel, a Petrobras estacionou um navio-cisterna... Nós tínhamos muitos problemas com o diesel, porque o consumo de diesel é infinitamente superior ao da gasolina e, depois que a Petrobras colocou o navio-cisterna e criou um sistema de distribuição no Porto de Santana, resolveu o problema de combustível. Mas acho que o Jorge Celestino, que é o representante da BR, pode nos responder e pode até já nos adiantar a data em que esse navio vai chegar por lá.

O SR. JORGE CELESTINO RAMOS – O navio, na realidade, é o mesmo navio, o NT Itamonte, que já está no Porto de Santana. Na realidade, o que estamos precisando agora é do licenciamento ambiental para que possamos manusear gasolina também nesse navio. Então, isso está em curso, o Estado do Amapá certamente vai nos ajudar a obter esse licenciamento o mais rápido possível, e nós vamos colocar gasolina também nesse navio e aumentar os estoques da região.

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO) – Presidente, eu agradeço a gentileza, mas fico aqui apreensivo ao ver esta matéria que acabei de ler, da *Folha de S. Paulo*, cujo título fala exatamente isto: "Governo teme falta de combustível no país ainda neste ano".

Nós somos exportadores de combustível. Apesar de exportadores, nós somos... Estou enganado? Nós somos exportadores, embora em quantidade menor...

O SR. DIRCEU CARDOSO AMORELLI JUNIOR – Nós importamos derivados também. Exportamos e importamos, fazemos uma balança.

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO) – Podemos ter uma escassez interna do produto que exportamos?

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco/PSB – AP) – Senador, V. Exª levantou uma questão que eu gostaria muito de ver respondida. Nós estamos importando gasolina? Nós estamos importando álcool? Eu já ouvi falar disso. É assim ou não?

O SR. DIRCEU CARDOSO AMORELLI JUNIOR – Sim, atualmente em torno de 10%; sempre fazemos, para cobrir a oferta e a demanda, a importação de 10% da gasolina e em torno de 15% de diesel. Agora, essa importação vem, muitas vezes, para cobrir o perfil de refinarias – talvez alguém da Petrobras possa explicar melhor por que existe esse balanço. Embora nós exportemos também uma quantidade de produto, há um balanço aí por causa do tipo de petróleo, enfim, aspectos ligados ao perfil das refinarias.

Mas eu gostaria de voltar a um ponto para não deixar uma má impressão. É o seguinte. Existe, sim, um plano de abastecimento, e a ANP o acompanha e monitora através de sanções, punições e medidas administrativas. Mas o que eu quis colocar com a nova resolução é que, na nova resolução, a ANP vai passar a fazer exigências não só em relação à questão da falta, mas em relação também à previsibilidade e ao estoque. Então, o que nós vamos fazer...

Existe um plano de abastecimento, os casos que ocorreram no Rio Grande do Sul, por exemplo, foram uma questão completamente distinta do que ocorreu nas outras, porque foi a monoboia... O mar não deu condições de atracamento para o navio, o que normalmente acontece. Então, uma refinaria que tem um estoque de 15 dias, que é um estoque muito grande, viu esse estoque acabar. O polo alternativo Paulínia... Houve o deslocamento de caminhões de Paulínia para suprir o Rio Grande do Sul, mas até que se conseguisse atracar o navio e regularizar aquela situação. Isso é diferente do que aconteceu em outros polos.

Então, o que eu quis dizer aqui é que a ANP vai aumentar o rigor na questão do estoque na ponta, na previsibilidade do combustível. Já fez isso homologando os novos contratos que punem mais severamente as distribuidoras que não estiverem com sua previsibilida-

de... Ou seja, a distribuidora ia para a produtora, para a Petrobras, e pedia uma determinada quantidade de produto para se prevenir; o produtor se preparava e, depois, o distribuidor não buscava esse produto, o que acabava gerando aumento do combustível em alguns polos e diminuição em outros. Para regularizar isso, agora nós vamos ter, com esses novos contratos, um aumento de previsibilidade. Então, as distribuidoras vão ser mais apuradas naquilo que estão pedindo porque as punições vão ser mais severas.

Então, embora haja um conjunto... Pegaram vários problemas isolados que vêm acontecendo... Eu, como superintendente de abastecimento, enfrento questões pontuais o ano inteiro. Então, sei que nós não temos problema estrutural de abastecimento ou um desabastecimento, o País vem sendo abastecido regularmente. Agora, realmente, aconteceram alguns problemas pontuais.

No Piauí, por exemplo, houve o descarrilamento do trem que é responsável pela regularidade da entrega do combustível. Então, houve uma demanda maior de combustíveis na área rodoviária, o que fez com que os estoques ficassem um pouco mais baixos, mas depois eles foram regularizados. No Rio Grande do Sul houve um problema de tempo: o navio que era responsável pela complementação daquela refinaria não conseguiu atracar durante dez dias, e isso acabou trazendo um problema, pontual também. Houve também o problema no Amapá, que já foi bastante detalhado aqui.

Todo sistema logístico tem seus gargalos, e o que nós estamos fazendo agora é aprimorar o estudo e a análise de risco desses gargalos para exigir de quem quer que esteja na cadeia e, é claro, não só exigir, mas induzir e auxiliar naquilo que for possível auxiliar para que não ocorram nem esses problemas pontuais de desabastecimento que ocorreram.

Quando o pico de demanda sobe, alguns desses problemas podem vir à tona. Mas, friso: não existe nenhum problema estrutural de abastecimento no País.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco/PDB – AP) – E a capacidade de estoque? A sensação que me dá é que, como nós importamos aproximadamente 15% da gasolina...

O SR. DIRCEU CARDOSO AMORELLI JUNIOR – 10%.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco/PDB – AP) – A sensação que me dá – a partir de conversas com várias autoridades dessa área – é que os navios estão chegando e estão desembarcando direto para os postos de gasolina, parece que não há capacidade de estocagem.

Eu estive observando os dados do Amapá e vi o seguinte. Lá nós temos 2.083 metros cúbicos de capacidade de estocagem para gasolina e 5.573 para álcool. Esses 2.083 metros cúbicos são suficientes para atender cinco dias de consumo. Se houver um problema numa balsa, nós vamos ter dificuldade de novo.

O SR. DIRCEU CARDOSO AMORELLI JUNIOR – Só da Ipiranga...

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco/PDB – AP) – Me parece muito baixo esse número de cinco dias para um lugar tão isolado...

O SR. DIRCEU CARDOSO AMORELLI JUNIOR – Eu vou deixar as distribuidoras falarem, Senador...

O SR. JORGE CELESTINO RAMOS – Mas você está a três dias de Belém, não é? De Belém a Macapá são três dias.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco/PDB – AP) – Se der um problema na balsa...

O SR. JORGE CELESTINO RAMOS – Pois é, você tem três dias de Belém e 18 horas pelo modal rodofluvial.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco/PDB – AP) – Vamos fazer o seguinte. Dr. Jorge Celestino... A BR depende de licença ambiental para deslocar esse navio-cisterna. É isso? Eu quero entender bem.

O SR. JORGE CELESTINO RAMOS – O sistema Petrobras tem um navio hoje em Santana já com licença para operação com diesel e estamos buscando a licença para operar com gasolina.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco/PDB – AP) – Já está em tramitação o pedido?

O SR. JORGE CELESTINO RAMOS – Sim, já está em tramitação.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco/PDB – AP) – Então nós vamos fazer uma solicitação à Secretaria Estadual de Meio Ambiente para acelerar a análise. Eu acho que um dos nossos problemas... Eu não sou muito versado nessa área de estoques e de abastecimento, mas, pelos dados que tenho aqui, existe, de fato, um problema de estocagem. Está bem claro: se eu consumo 400 mil litros por dia, se eu tenho 2 milhões em estoque e se eu tenho uma distância grande a vencer – e há problema de navegabilidade –, há uma série de situações que podem ocorrer na hora de fazer o traslado desse combustível. Então, uma solução que me agradaria muito seria termos um estoque maior ou um navio-cisterna lá garantindo o abastecimento, como foi garantido o abastecimento de diesel. Com o diesel, nós tínhamos muitos problemas lá, eu lembro muito bem disso.

Eu teria uma última questão, só para fechar.

A BR Distribuidora e a Ipiranga, em tese, são concorrentes, não é? Eu ainda não entendi direito, porque os postos que primeiro fecharam as portas lá foram os da Ipiranga. Eu andei pela cidade... Você sabe como é,

nós, políticos, recebemos todo tipo de informação e, dos 100% das informações que recebemos, temos de eliminar 50%, porque os outros 50% vêm com outras intenções, o melhor mesmo é checar essas informações. Eu fui ver e, de fato, os postos da Ipiranga estavam praticamente fechados. A BR manteve, sustentou o abastecimento. Depois, a base é conjunta, é uma concorrência muito cordial, manter uma base conjunta já é algo muito surpreendente.

Pois não, presidente.

O SR. ALÍSIO VAZ – Acho que podemos ajudar a esclarecer: essas bases conjuntas existem em algumas regiões do País, é comum. Em nosso jargão, dizemos que é um *pool* de empresas operando. Mas é importante frisar o seguinte. A aquisição do combustível, ou seja, o planejamento e a compra do combustível, é feita de forma individual, cada empresa analisa os seus clientes, entende qual é o volume necessário – o planejamento a que o Senador Tomás se referiu –, faz seu planejamento de volumes de demanda, faz suas encomendas a seus fornecedores – ou seja, refinarias, usinas de etanol, produtores de biodiesel –, faz essas encomendas, faz contratos com esses fornecedores, tudo isso é feito de forma individual. Então, uma empresa pode trabalhar com estoque maior, outra com estoque menor, outra com uma previsão de crescimento de vendas de 15%, outra com 17%, outra com 3%, são avaliações individuais das empresas.

Na hora de armazenar aquele produto, cada um tem seu volume. Então, se eu comprei 10 e o outro comprou 5, temos ali: 10 são meus, 5 são seus. Então, é só na questão de armazenagem física, dando mais eficiência, mitigando questões de segurança – você não precisa construir em muitas áreas, trabalhar com combustíveis, que são produtos perigosos, inflamáveis, com algum risco ambiental sempre. Você mitiga tudo isso tendo uma armazenagem conjunta, mas o planejamento e a administração são individuais, de cada uma. Pode faltar produto para a Ipiranga e a BR ter produto, ou vice-versa.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco/PSB – AP) – Eu acho que foi o que aconteceu.

O SR. ALÍSIO VAZ – Uma pode ficar numa situação diferenciada: se um transportador da empresa A não cumpriu seus compromissos, não colocou seus caminhões à disposição, essa empresa A vai ter um atraso no seu fornecimento de combustível. Então, são fatores numa cadeia de suprimento, como colocamos aqui.

Por mais gasolina que haja à disposição em Macapá, essa gasolina tem de ser vendida com 20% de anidro. Não interessa, pode estar sobrando gasolina em Macapá, mas você não pode vender um litro sem que esteja misturado o etanol anidro. E esse etanol anidro vem do Mato Grosso, vem de Goiás. Qualquer interrupção, qualquer incidente no suprimento de etanol anidro vai comprometer o fornecimento de gasolina em Macapá mesmo que esteja sobrando gasolina pura, porque você tem de misturar. Dependendo dessa cadeia toda – como foi dito aqui, estressada –, de alguma forma, o País tem uma deficiência...

Eu chamaria a atenção do Senador Tomás Correia. Eu abri a minha apresentação, Senador, dizendo que o País cresce. O volume de gasolina cresceu, nos últimos 3 anos, 60%. Ninguém previa isso, nem a Petrobras.

A Petrobras exportava gasolina até 2009. O País está vendo a necessidade de importar gasolina. As rodovias do País não cresceram, e a infraestrutura de logística do País não cresceu nessa dimensão. Então, existem gargalos que precisam ser superados não só pelas distribuidoras, mas também por todos os agentes responsáveis por infraestrutura de logística do País, sejam rodovias, sejam ferrovias, sejam portos. Não depende só das distribuidoras. É preciso melhorar a infraestrutura do País.

O crescimento e o consumo de combustíveis superam, em muitas e muitas vezes, o crescimento da infraestrutura de logística. Nós não temos rodovias, não temos ferrovias e não temos portos para suportar esse aumento de demanda. Não adianta fazermos previsão, se não há como fazer esse combustível chegar ao local. Não há como descarregar combustível em Miramar; não há como descarregar caminhão em outras bases, porque a infraestrutura logística de estradas, ferrovias e portos está saturada no País. Isso é muito importante. Não adianta planejar só na previsão de compras. É preciso planejar também em infraestrutura.

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, só um esclarecimento a mais, se V. Exª me permitir.

Para acompanhar a alta da demanda interna [conforme o senhor está dizendo], a Petrobras vem importando gasolina cada vez mais. Até setembro, foram 2,4 bilhões de litros, quase o triplo do registrado no mesmo período de 2011, segundo cálculos do Centro Brasileiro de Infraestrutura.

Mas aqui também se diz que:

A Petrobras se empenha para produzir mais gasolina e amenizar o problema. Na apresentação dos resultados do terceiro trimestre, afirmou que suas refinarias já atingiram 98% da capacidade.

Eu quero só fazer aqui uma... Essa matéria, Dr. Alísio Vaz, diz o seguinte: "'Os encontros entre o governo e o setor serão permanentes até o fim do ano.

Estamos nos empenhando para evitar os problemas', disse Alísio Vaz, Presidente do Sindicom".

Então, realmente a preocupação é essa. Estamos vendo que a própria importação de gasolina não é uma coisa simples, não é uma coisa fácil e, como o senhor disse, às vezes, depende de logística, etc. e tal.

Mas eu volto a dizer que se trata de um assunto estratégico que depende de um maior planejamento do Governo, da Petrobrás, da distribuidora nessa área. Enfim, é preciso haver uma previsão estratégica, porque, quando falta combustível na cidade, é um caos. Não há realmente como controlar.

De sorte que eu queria, encerrando as minhas palavras, agradecer ao Presidente, Senador João Capiberibe, e aos convidados que estão aí.

Eu fiz questão de vir aqui pensando em Rondônia. Nós também estamos lá com a barba de molho, porque há só a BR-364 e o Rio Madeira. Então, já estamos com a barba de molho. Quando eu vi o caso do Amapá, eu fiquei pensando que, de repente, lá também nós poderemos passar por um problema semelhante. Daí o meu interesse de vir aqui debater esse assunto.

Agradeço a todos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco/PSB – AP) – Obrigado, Sr. Senador.

O SR. JORGE CELESTINO RAMOS – Senador.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco/PSB – AP) – Pois não.

O SR. JORGE CELESTINO RAMOS – Na realidade, o pior caso do Estado de Rondônia já passou.

E, para provar que as distribuidoras até têm um bom planejamento, de agosto a outubro, como o Rio Madeira chega a 2,5 metros, a 2,9 metros, o que impossibilita levar produtos de Manaus, elas levam produto de Paulínia.

O suprimento, por exemplo, da Termonorte I e Termonorte II, neste ano, foi suprido pela refinaria de Cubatão, porque os rios não estavam navegáveis. E a sociedade não sentiu isso. Esse foi um esforço das distribuidoras...

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO) – A sociedade só sente quando há a falta.

O SR. JORGE CELESTINO RAMOS – Quando há a falta. Exatamente.

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO) – (*Fora do microfone*) ninguém reclama nada.

O SR. JORGE CELESTINO RAMOS – Pois é. Então, existe um planejamento, que, todo ano, nós chamamos de plano verão. Existe uma preparação para garantir o suprimento do Estado de Rondônia e do Acre. Esse planejamento envolve mais de cem balsas, mais de 400 caminhões, e nós fazemos regularmente esse planejamento de agosto... E, neste ano, a seca não foi fácil, não.

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO) – É verdade.

O SR. JORGE CELESTINO RAMOS – Foi uma seca bastante... Levamos 5 mil metros cúbicos de gasolina de Paulínia para Rondônia e para o Acre neste ano.

O SR. DIRCEU CARDOSO AMORELLI JÚNIOR – Senador.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco/PSB – AP) – Dr. Dirceu, eu vou já lhe passar a palavra, mas, antes, eu queria acrescentar mais uma pergunta para que possa responder.

Quando nós inauguramos a última refinaria no País?

O SR. DIRCEU CARDOSO AMORELLI JÚNIOR – Eu não me lembro.

O SR. JORGE CELESTINO RAMOS – Em 1981.

O SR. DIRCEU CARDOSO AMORELLI JÚNIOR – Em 1981.

O SR. JORGE CELESTINO RAMOS – Revap. A última refinaria a entrar em operação no País foi a de Henrique Laje, no Vale do Paraíba. Depois disso, houve várias ampliações, como a ampliação da RLAM, da U-32 da RLAM. Há várias ampliações no País.

O SR. DIRCEU CARDOSO AMORELLI JUNIOR – Senador, o caso de Rondônia e do Acre é um caso bem típico de problemas que vinham ocorrendo por força maior da natureza, vamos dizer assim, mas foram contornados com base no planejamento – é claro que vem de Paulínia.

A ANP participou intensivamente de várias reuniões com as distribuidoras locais, buscando soluções para que não houvesse... Já passamos pelo pior lá, no caso do Acre e de Rondônia. Neste ano, por exemplo, não tivemos problema nenhum em Rondônia e no Acre, mas tivemos problemas em outros pontos que agora também estão sendo tratados de maneira global.

Então, é importante frisar, nesta reunião, que existe uma estrutura que hoje atende o abastecimento nacional, e ela está sendo atendida.

E o cálculo, Senador, é um pouco mais complexo. Não é só aquela tancagem. Há a tancagem, o estoque em transição. Quer dizer, existe uma série de polos alternativos. Há um cálculo bem complexo que está sendo aprimorado para que esses casos pontuais não venham a acontecer novamente.

Agora, é importante ficar claro – eu gostaria de encerrar aqui – que não existe problema estrutural de abastecimento. Pode haver um estresse na cadeia logística por conta de outras demandas ou fluxos não previstos, mas o abastecimento está regular no País todo.

O SR. GUIDO ROGÉRIO MACEDO SILVEIRA FILHO – Senador, só para terminar. Vou falar um pouquinho também em nome da Ipiranga.

A Ipiranga é uma empresa privada. É preciso deixar claro que não é nosso interesse, de maneira nenhuma, obviamente, que falte produto. Se faltar produto, é um problema enorme para nós, porque o senhor viu todos os investimentos que a empresa fez e que as empresas fazem. Quer dizer, se falta produto, eu não vendo a minha mercadoria, eu não tenho o meu negócio, eu não remunero todos os investimentos que nós fizemos. Então, o maior interesse que nós temos é que não falte o produto e que tenhamos estrutura e previsibilidade.

Existem, de fato, alguns pontos, e quero voltar ao ponto específico que o Alísio colocou sobre a estrutura logística. Falando especificamente nos portos, na questão dos contratos nos portos, esse assunto nos preocupa muito. Nós sabemos que o Governo está estudando isso há bastante tempo e que deve vir alguma definição em relação aos contratos nos portos. Acho que esse é um ponto importante.

Obviamente, pedindo auxílio aos Parlamentares, se nós pudéssemos estar mais próximos e pudéssemos colocar a nossa opinião e as nossas informações, seria muito importante, até para auxiliar, vamos dizer assim, na sistemática toda de abastecimento de combustível no País.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco/PSB – AP) – Fazer previsão em nosso País é algo muito complicado; só se houver aquela bola de cristal em que os videntes conseguem enxergar lá na frente.

No Amapá, há duas hidrelétricas em construção – a previsão é de que elas estejam em funcionamento dentro de 2 anos – e há o linhão de Tucuruí, que vai nos interligar ao sistema nacional.

O consumo de óleo *diesel* é de 5 mil metros cúbicos, aliás, a capacidade de estocagem.

Eu pergunto se esses tanques poderão ser convertidos para estocar gasolina.

O SR. JORGE CELESTINO RAMOS – Sim.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco/PSB – AP) – Podem?

O SR. JORGE CELESTINO RAMOS – Podem.

O SR. DIRCEU CARDOSO AMORELLI JUNIOR – E irão.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco/PSB – AP) – Então, já está no planejamento de vocês fazer essa conversão.

Os últimos investimentos em tanques de armazenamento foram feitos em 1968, há muitos anos.

O SR. ALÍSIO VAZ – Aquela foi a construção inicial.

Guido, fale aí, porque a base...

O SR. GUIDO ROGÉRIO MACEDO SILVEIRA FILHO – Ali ocorreu a construção da base.

O SR. ALÍSIO VAZ – Que já sofreu ampliações.

O SR. GUIDO ROGÉRIO MACEDO SILVEIRA FILHO – Sofreu ampliações, e existe um planejamento que as empresas fazem, dependendo obviamente desses pontos que nós mencionamos. Quer dizer, é preciso haver algumas definições, entre elas essa questão dos portos, para seguir com os investimentos que são planejados, obviamente acompanhando o crescimento da demanda no Estado e acompanhando as definições de estrutura logística.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco/PSB – AP) – Mas, com a liberação desses tanques de óleo *diesel*, eu acho que já criaria uma capacidade enorme de estocagem para a gasolina.

O SR. GUIDO ROGÉRIO MACEDO SILVEIRA FILHO – Sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco/PSB – AP) – Porque eu acho que o consumo de *diesel* vai baixar muitíssimo; deve cair em torno de 90%.

O SR. JORGE CELESTINO RAMOS – Sem dúvida, como o Guido está colocando, as premissas para fazer investimentos hoje estão muito mais claras para as distribuidoras. Hoje já se sabe qual vai ser o portfólio de produto, qual vai ser a demanda futura de produto, qual vai ser o modal de suprimentos em Macapá. Então, as premissas estão bem colocadas e bem estruturadas.

Com alguns ajustes, vamos poder definir claramente quais são os investimentos que faremos no Amapá, com relocação de tanques, com reconstrução ou não de algum duto, com interligação dessa base até o píer.

Então, nós da Ipiranga estamos aprofundando os estudos e, em breve, vamos definir e poder anunciar isso.

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO) – O grande problema, Presidente, é que, quando reduzir o consumo de *diesel*, também vai haver uma grande perda de receita no Estado. Não sabemos se comemoramos ou se lamentamos.

Em Rondônia, há agora duas grandes hidrelétricas: a de Jirau e a de Santo Antônio, sem contar a de Samuel. Com isso, estamos agora desativando o *diesel*. O baque na receita do Estado é enorme, e o pior é que a energia gerada no Estado de Rondônia é para São Paulo. Além disso, o ICMS é pago no Estado consumidor e não no Estado produtor. Então, nós perderemos receita do ICMS do *diesel* e vamos deixar de arrecadar ICMS, porque quem arrecada é São Paulo, Estado consumidor e não produtor. Portanto, há essas

distorções. Infelizmente, falta também uma política para equilibrar um pouco essas desigualdades regionais.

Apenas lembro a V. Exª que a comemoração da redução do consumo de *diesel*, com um estoque depois para a gasolina, não é tão saudável assim, porque haverá lá uma redução enorme do ICMS. Mas é um custo que nós temos que pagar, porque, afinal de contas, a energia limpa da hidrelétrica é bem melhor e mais confiável, atende melhor ao meio ambiente e é definitiva. Por outras maneiras, certamente o Estado recuperará esse enorme desfalque de ICMS que sofrerá em razão do combustível não utilizado.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco/PSB – AP) – Depois da interligação ao sistema nacional, haverá um pouco mais de garantia ao consumidor, melhorando a qualidade da distribuição. Enfim, acho que esse é um passo adiante.

Eu queria agradecer aos convidados e traçar um cenário de futuro do nosso próximo encontro aqui. Quando o Senador Tomás Correia perguntar pelo estoque de combustível de Rondônia, o representante da ANP vai pegar o seu *laptop* e vai-nos informar a quantidade que haverá em Rondônia, a quantidade que haverá no Amapá, e vamos obter também a apresentação dos estoques nacionais para que não tenhamos que dormir preocupados se no outro dia vamos para a fila.

Eu confesso que saio daqui com algumas preocupações. Uma delas é essa falta de controle dos estoques nacionais. Eu sugiro que a ANP... Sei das dificuldades que foram colocadas, inclusive a falta de recursos humanos, mas teríamos que fazer um esforço para poder obter, com clareza, a contabilidade desses estoques, porque a demanda vai continuar crescendo.

Neste ano, houve um crescimento econômico meio desacelerado. Eu não acredito muito, mas a expectativa é de que, no ano que vem, haja um melhor crescimento da economia. Se houver um melhor crescimento da economia, acho que vamos ter... Precisamos prever um pouco isso.

Acho que as distribuidoras... Não tenho a menor dúvida de que a Ipiranga e a BR Distribuidora querem vender combustível. A falta de combustível é o pior dos mundos, o pior cenário possível, porque não dá para remunerar o capital, não dá para remunerar os trabalhadores. Enfim, eu entendo isso. Mas por que isso está acontecendo, se todo mundo quer vender e há muita gente para comprar? Essa é uma questão que precisa ser equacionada. Eu acho que aí entra o papel definitivo da ANP, a quem cabe, por lei, garantir o abastecimento em todas as regiões do País. Na verdade, é a ANP que tem que dar as mais contundentes respostas em relação ao atendimento do abastecimento de combustível em todo o País.

Eu recomendaria que se fizesse um esforço no sentido de controlar, de monitorar e de ter, com muita clareza... Eu fico me perguntado, já que, em dezembro, haverá um crescimento no consumo: e se a licença ambiental demorar? E se esse navio não chegar? Nós corremos um risco iminente. Então, nós vamos fazer um esforço. Da nossa parte, disponho-me a ir lá e conversar com o Secretário Estadual do Meio Ambiente. Ajudaria se vocês pudessem me informar o número do protocolo dessa demanda para que a análise ambiental seja feita com mais presteza.

Eu tenho uma preocupação muito grande com o meio ambiente do meu País e, em particular, do meu Estado, que é muito preservado. Assusta-me muito quando fazem prospecção de petróleo.

É bom que todos nós saibamos que a costa atlântica, aquela costa norte, concentra os maiores bancos de pesca do mundo. Há uma grande concentração de pescado, de camarão, que alimenta milhões de pessoas.

Em função da descarga do Rio Amazonas – toda a água do Rio Amazonas avança mar adentro até 200 quilômetros –, ali na costa criou-se... Todo esse sedimento do rio vai para o fundo do mar, onde se dá a reprodução de centenas de espécies da vida marinha, juntamente com os mangues da costa do Amapá.

Eu até entrei em contato com as autoridades do Estado, porque lá ocorrem incêndios nas turfeiras do mangue da costa atlântica, o que causa um prejuízo inimaginável para a reprodução da vida marinha. Então, a costa do Amapá é realmente de uma riqueza fantástica – não só a do Amapá, mas também até a da Guiana Francesa.

Quando se fala em prospecção de petróleo, sabemos que isso é sempre muito arriscado. Temos acompanhado os desastres ambientais provocados pela exploração, pela produção de petróleo. Eu fico muito assustado com isso. Se fizermos um balanço do que a costa do Amapá produz de pescado, verificaremos que essa produção alimenta alguns milhões de pessoas, e não podemos trocar isso por nenhum petróleo do mundo. Primeiro, a comida, o alimento. E ali é um celeiro de alimentação fantástico.

Mas eu acredito que vamos poder planejar um pouco melhor, monitorar, acompanhar, fiscalizar, para que não haja graves prejuízos. E nós vamos fazer isso lá para ver se funcionará o nosso navio-cisterna para a gasolina do mesmo jeito que o do *diesel* está dando certo lá. Imagino que deve haver monitoramento ambiental. Já existe uma experiência com o navio de óleo *diesel*. Então, parece-me que não há necessidade de uma delonga, de uma espera tão grande para que possamos ter esse tanque permanente lá, e com estoque maior para que não haja nenhum problema.

Pergunto se há mais alguém que queira se despedir ou fazer alguma consideração.

O SR. DIRCEU CARDOSO AMORELLI JUNIOR – Só queria reafirmar o seguinte: a ANP tem o controle, tem todas as capacidades. A responsabilidade pelo estoque é das distribuidoras e dos agentes envolvidos. O monitoramento, todo ele, é feito, já está sendo feito – agora nós estamos aprimorando, inclusive, o monitoramento com a análise de risco.

O que eu gostaria de ressaltar é que o encontro com os setores – esse encontro que é feito com os setores, com os produtores, com os distribuidores, com a rede, com outros órgãos de governo – é feito mensalmente, esse controle já está sendo feito. É que, em momentos de pico de consumo, como é o caso de dezembro ou de fevereiro – em algumas áreas são diferentes essas datas, mas também têm momentos de pico –, nós intensificamos as nossas reuniões e as análises em relação aos problemas ali ocorridos. Então, isso aí já está sendo feito e nós estamos até fazendo um trabalho mais depurado.

Além disso, medidas já foram tomadas na questão do aumento de previsibilidade por parte da distribuidora, do aumento de estoque e do rigor em relação ao estoque. Só queria tranquilizar em relação a isso, dizer que realmente as medidas já estão sendo tomadas. Um exemplo bom é o exemplo de Rondônia, que não teve problema.

Então, as medidas já estão sendo tomadas, gostaria de tranquilizar a todos neste sentido: já estão sendo tomadas as medidas, nós temos o controle de todas as capacidades, ou seja, o que nós estamos fazendo é o ajuste fino, com uma análise de risco mais depurada, com normas que intensifiquem mais a questão da previsibilidade e da garantia do estoque ou do abastecimento.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco/PDB – AP) – Com certeza.

Só para situar, Senador: nós ouvimos o presidente do Sindicato de Distribuidoras de Combustíveis, o representante da BR, da Agência Nacional de Petróleo e também da Ipiranga, que fizeram um balanço e nos deram algumas notícias que agradam nossos ouvidos e algumas que agradam menos.

Passo-lhe a palavra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Senador Capiberibe, muito obrigado.

Eu queria primeiramente cumprimentá-lo. O Senador Capiberibe tem protagonizado a mobilização da nossa Bancada no Senado e na Câmara em decorrência da gravíssima crise de abastecimento de combustível cujo ápice, no Amapá, se deu há duas semanas.

Queria cumprimentar os senhores presentes nesta audiência, o representante da Petrobras, Dr. Jorge Celestino; o representante do Sindicato Nacional de Empresas Distribuidoras de Combustível e Lubrificantes, Dr. Alísio Vaz; o Superintendente de Abastecimento da ANP, Dr. Dirceu Cardoso; e o gerente geral da Ipiranga.

Eu quero, primeiro, me justificar: eu estava em audiência com a Ministra da Cultura acompanhando nosso prefeito eleito de Macapá, Clécio Luiz, em audiência com o Corregedor Nacional de Justiça. Mas fiz questão de aqui comparecer. Ainda bem que pude alcançar o fim desta audiência para realçar o que o Senador Capiberibe já deve ter apresentado aqui – ele, eu reitero, que tem nos mobilizado em função do drama que tem vivido a população do Estado do Amapá.

É perceptível, e os senhores já sabem disso... O Amapá é o único Estado da Federação que não tem ligação terrestre. Então, quando alguma coisa dá errado no abastecimento de combustível, a população do Amapá padece por semanas. Primeiro, porque tem de chegar ao Porto de Santana e a Macapá; depois, tem uma dificuldade enorme para chegar ao restante do Estado, aos demais Municípios do Estado. Então, qualquer falha no sistema de distribuição, qualquer imprevisto no sistema de distribuição, é o conjunto do Estado, é o conjunto da população do Estado que padece pelos transtornos.

Sei, temos aí as informações, que há um problema de abastecimento em todo o País por diferentes razões, um pouco, como já foi dito, são os dramas do crescimento, mas eu quero reiterar o que já foi dito pelo Senador Capiberibe – e reitero que ele tem nos conduzido e nos liderado nesse processo –, e peço em especial aos representantes da Petrobras e da Ipiranga e à fiscalização da ANP uma atenção e cuidado especial no abastecimento em relação ao Amapá. Não é por ser exceção, não é por ser *sui generis*, não é por ser privilegiado, é porque a geografia nos singulariza. Nós temos uma enorme barreira geográfica chamada Rio Amazonas. Então, qualquer imprevisto no programa de abastecimento são 700 mil pessoas, que é a população do nosso Estado, que padecem dos transtornos e do drama da ausência do abastecimento.

Como os senhores sabem, embora estejamos desenvolvendo novas tecnologias, embora o século XXI todos digam que não é o século do combustível fóssil, mas ainda vivemos o drama de uma sociedade que é dependente de um combustível fóssil. Então, qualquer drama de abastecimento de combustível causa transtornos enormes em qualquer sociedade contemporânea, ainda mais em uma sociedade como a nossa, que é, lamentavelmente, dependente como é do abastecimento de combustível.

Então, eu queria, ao concluir, parabenizar o Senador Capiberibe pela iniciativa e pela condução, pela iniciativa não só da audiência, mas pela condução política que tem dado a essa crise que tem vitimizado a população, em especial a população do Amapá. E peço, obviamente reitero os pedidos de atenção em especial por parte do órgão regulador, que é a ANP, e das duas distribuidoras que temos no Amapá.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco/PSB – AP) – Eu que agradeço. Obrigado, Senador, por suas palavras generosas.

Eu não iria me perdoar se saísse daqui sem uma pergunta. O que falta para que os navios transportando gasolina aportem diretamente em Santana? Quais são os obstáculos para que isso aconteça?

O SR. JORGE CELESTINO RAMOS – Perfeito. A Petrobras, a área de logística da Petrobras está tendo esses entendimentos para que a gente consiga o licenciamento das operações também de transbordo de gasolina no porto de Santana.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco/PSB – AP) – Também a questão é de licenciamento ambiental?

O SR. JORGE CELESTINO RAMOS – Licenciamento ambiental.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco/PSB – AP) – E tramita também lá na secretaria estadual esse pedido de autorização para que os navios...

O SR. JORGE CELESTINO RAMOS – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco/PSB – AP) – Em vez de descarregarem em Belém, levassem direto para Santana.

O SR. JORGE CELESTINO RAMOS – Exatamente. E dali transbordava para balsas que descarregariam no píer da Ipiranga.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco/PSB – AP) – Qual é a capacidade de um navio desse?

O SR. JORGE CELESTINO RAMOS – O navio que está lá, o NT Itamonte, é um navio de 40 mil metros cúbicos. Ele pode ficar com 20, 25 mil de diesel e 15, 10 mil de gasolina.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco/PSB – AP) – Então, o mesmo navio faria isso?

O SR. JORGE CELESTINO RAMOS – O mesmo navio faria isso.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco/PSB – AP) – E tudo é uma questão de licenciamento legal. Muito bem.

Mais alguém? Alguma questão? Estão todos satisfeitos.

Eu gostaria de agradecer por atenderem o nosso convite. É muito importante para nós, porque nós dependemos muito de informação qualificada para que possamos tomar as nossas decisões. E agradeço a todos os presentes, em especial ao Senador Tomás Correia, que esteve aqui conosco até ainda agora, e ao Senador Randolfe Rodrigues.

Está encerrada esta reunião.

Obrigado a todos.

(Iniciada às 14 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 11 minutos.)

ATA DA 31ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE NOVEMBRO DE 2012, QUARTA-FEIRA, ÀS 14 HORAS, NO PLENÁRIO 13 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às catorze horas e vinte e oito minutos do dia catorze de novembro de dois mil e doze, no Plenário treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senadora **Lúcia Vânia**, Presidente desta Comissão, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença dos Senadores **Lindbergh Farias, Delcídio do Amaral, Inácio Arruda, Tomás Correia, Waldemir Moka, Ricardo Ferraço, Flexa Ribeiro, José Pimentel, Eduardo Lopes, Rodrigo Rollemberg, Francisco Dornelles, Ivo Cassol, Alvaro Dias,** e **João Costa**. Deixam de comparecer os demais Senadores. A Presidente declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. A Presidente comunica o recebimento do convite do Presidente do ***Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio de Janeiro,*** Edivaldo Cabral, solicitando a indicação de um Senador da Comissão, representante do Estado do Rio de Janeiro, para participar da Semana do Arquiteto e Urbanista, como debatedor da Mesa Redonda com o tema "Contratação de Obras e Serviços Públicos", no dia 12/12/2012, na cidade do Rio de Janeiro. Comunica, também, o r***ecebimento do convite do Diretor de Regulação Econômica da Agência Nacional de Aviação Civil, Ricardo Bezerra, para participar do Seminário 10 anos de Liberdade Tarifária no Transporte Aéreo Doméstico, a realizar-se dia 21 de novembro de 2012, das 14 às 18 horas, na sede da ANAC em Brasília – DF.*** Em seguida, dá-se início à deliberação das matérias constantes da pauta. **ITEM 1 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 68, de 2011,** de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que "Altera disposições da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, para incluir os Estados que integram a SUDENE e o prazo de vigência do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera– REPENEC." Encerrada a discussão, a votação é adiada. **ITEM 2 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 113, de 2011,** de autoria do Senador

Rodrigo Rollemberg, que "Altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, para determinar o embarque gratuito de bagagem que se enquadre em determinados parâmetros, no transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros." Encerrada a discussão, a votação é adiada. **ITEM 3 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA Nº 44, DE 2012,** de autoria dos Senadores Walter Pinheiro e João Costa, que "Requeiro, nos termos do art. 39 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para participar, na qualidade de representante da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), da segunda edição do InfraBrasil Expo & Summit, cujo evento ocorrerá nos dias 28 e 29 de janeiro de 2013, no WTC Convention Center, na cidade de São Paulo, a convite da empresa Clarion Events. Informo, ainda, que além de reunir autoridades e executivos dos setores de aeroportos, ferrovias, portos, rodovias, saneamento e transportes urbanos, serão debatidos no evento, entre outros temas, os relacionados aos Desafios e Oportunidades de Investimentos nos Setores de Infraestrutura no Brasil, tais quais: – Balanço do PAC 1 e 2 ; – Os projetos de melhoria nas cidades-sede da Copa do Mundo 2014 e no Rio de Janeiro para as Olimpíadas 2016; – A falta de mão de obra qualificada e as medidas que estão sendo tomadas pelo governo e os setores; – O papel do legislativo no fomento de projetos de infraestrutura." Aprovado. **ITEM 4 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 45, DE 2012 – CI,** de autoria dos Senadores Ricardo Ferraço e João Costa, que "Requeiro nos termos do § 2º do art. 58, da Constituição Federal do Brasil e do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, para obter informações fundamentadas e debater sobre as atuais condições de abastecimento de combustíveis, especialmente a gasolina, para o consumidor brasileiro. Considerando o tema da Audiência Pública requerida, recomendo a presença das personalidades abaixo relacionadas para expor as informações e debater o objeto motivador ao requerimento: – Senhor **Marco Antônio Martins Almeida –** Secretário de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis do Ministério de Minas e Energia; – Senhor **Marcelo Perrupato e Silva** – Secretário de Política Nacional de Transportes do Ministério dos Transportes; – Senhor **Adriano Pires –** Diretor do Centro Brasileiro de Infra Estrutura (CBIE)." Aprovado. **ITEM 5 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 46, DE 2012 – CI,** de autoria do Senador João Costa, que "Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública conjunta, com a Comissão de Serviços de Infraestrutura e a Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil – CISTAC, com a finalidade de discutir os termos de concessões dos espaços aeroportuários e a maneira como o mesmo vem se realizando pela Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária, INFRAERO, especialmente em face da aviação geral, táxis aéreos e oficinas de manutenção, cujos contratos vêm sendo reajustados de sobremaneira e denunciados à revelia, segundo determinações do ato administrativo 3139/2012 da INFRAERO, que não acata o que determina a Resolução 113/2009 da ANAC e desobedece as determinações legais contidas na Lei 7565/86 (Código Brasileiro de Aeronáutica) em seus artigos 40, 175, 220 e outros. Para tanto, convidamos: – Dr. Gustavo do Vale – Presidente da INFRAERO; – Dr. Marcello Guaranys – Diretor Presidente da ANAC; – Sr. Ricardo Nogueira – Diretor Geral da ABAG (Associação Brasileira de Aviação Geral); – Cmte. José Afonso Assunção – Presidente do SNETA (Sindicato Nacional de Empresas de Táxis Aéreos); – Cmte. Milton Arantes Costa – Presidente da ABTAER (Associação Brasileira de Táxis Aéreos). Aprovado. **EXTRAPAUTA: ITEM 6 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 47, DE 2012,** de autoria dos Senadores Eduardo Braga, José Pimentel e Lúcia Vânia, que "Requeiro, nos termos regimentais, que seja convidado o Excelentíssimo Senhor Márcio Zimmermann, Ministro de Estado Interino de Minas e Energia, para debater, em reunião conjunta das Comissões de Assuntos Econômicos – CAE e de Serviços de Infraestrutura – CI, as condições atuais do Sistema Elétrico Brasileiro, tendo em vista os recorrentes problemas de falhas no fornecimento de energia, com a ocorrência de apagões em diversas regiões brasileiras." Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às catorze horas e quarenta minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pela Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Lúcia Vânia,** Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Boa tarde a todos e a todas aqui presentes.

Declaro aberta a 31ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das 29ª e 30ª Reuniões.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Comunicados.

Recebido o convite do Presidente do Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio de Janeiro, Edivaldo Cabral, solicitando a indicação de um Senador da Co-

missão representante do Estado do Rio de Janeiro para participar da Semana do Arquiteto e Urbanista, como debatedor da mesa redonda com o tema: "Contratação de Obras e Serviços Públicos", no dia 12/12/2012, na cidade do Rio de Janeiro.

Recebido o convite do Diretor de Regulação Econômica da Agência Nacional de Aviação Civil, Ricardo Bezerra, para participar do seminário de 10 anos de liberdade tarifária no transporte aéreo doméstico, a realizar-se no dia 21 de novembro de 2012, das 14h às 18h, na sede da Anac, em Brasília, Distrito Federal.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 68, de 2011
– Terminativo –

Altera disposições da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, para incluir os Estados que integram a SUDENE e o prazo de vigência do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera– REPENEC.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatoria: Senador Armando Monteiro (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria *Ad Hoc*: Senador João Capiberibe

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

Observações:

1) em 31/05/2011 a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo ofereceu Parecer favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 01-CDR (Substitutivo);

2) em 05/07/2012 o Relator apresentou nova minuta de Parecer; e

3) em 31/10/2012, sendo designado Relator ad hoc o Senador João Capiberibe, foi lido o Relatório e adiadas a discussão e votação da matéria.

Coloco a matéria em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, vamos para votação em outra oportunidade, uma vez que esse projeto é terminativo.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 113, de 2011
– Terminativo –

Altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, para determinar o embarque gratuito de bagagem que se enquadre em determinados parâmetros, no transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros.

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg

Relatoria: Senador Cyro Miranda

Relatório: Pela aprovação com quatro emendas que apresenta.

Observações:

1) em 11/09/2012 o Relator encaminha novo Relatório; e

2) em 31/10/2012 foi lido o Relatório e adiadas a discussão e votação da matéria.

Lembro aos Srs. Senadores que o projeto é terminativo e exige quórum qualificado.

Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Ele será colocado em votação no período oportuno, quando tivermos um quórum qualificado.

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 44, DE 2012

Requeiro, nos termos do art. 39 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para participar, na qualidade de representante da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), da segunda edição do InfraBrasil Expo & Summit, cujo evento ocorrerá nos dias 28 e 29 de janeiro de 2013, no WTC Convention Center, na cidade de São Paulo, a convite da empresa Clarion Events.

Informo, ainda, que além de reunir autoridades e executivos dos setores de aeroportos, ferrovias, portos, rodovias, saneamento e transportes urbanos, serão debatidos no evento, entre outros temas, os relacionados aos Desafios e Oportunidades de Investimentos nos Setores de Infraestrutura no Brasil, tais quais:

– Balanço do PAC 1 e 2 ;

– Os projetos de melhoria nas cidades-sede da Copa do Mundo 2014 e no Rio de Janeiro para as Olimpíadas 2016;

– A falta de mão de obra qualificada e as medidas que estão sendo tomadas pelo governo e os setores;

– O papel do legislativo no fomento de projetos de infraestrutura.

Autoria: Senador Walter Pinheiro e João Costa.

Em discussão o Requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o Requerimento permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 45, de 2012

Requeiro, nos termos do § 2º do art. 58, da Constituição Federal do Brasil e do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, para obter informações fundamentadas e debater sobre as atuais condições de abastecimento de combustíveis, especialmente a gasolina, para o consumidor brasileiro.

Considerando o tema da Audiência Pública requerida, recomendo a presença das personalidades abaixo relacionadas para expor as informações e debater o objeto motivador ao Requerimento:

– Senhor Marco Antônio Martins Almeida – Secretário de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis do Ministério de Minas e Energia;

– Senhor Marcelo Perrupato e Silva – Secretário de Política Nacional de

Transportes do Ministério dos Transportes;

– Senhor Adriano Pires – Diretor do Centro Brasileiro de Infra Estrutura (CBIE).

Autoria: Senador Ricardo Ferraço.

O Senador Ricardo Ferraço não está presente. Ele informou...

Em discussão o Requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o Requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O Requerimento foi subscrito pelo Senador João Costa.

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 46, DE 2012

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública conjunta, com a Comissão de Serviços de Infraestrutura e a Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil – CISTAC, com a finalidade de discutir os termos de concessões dos espaços aeroportuários e a maneira como o mesmo vem se realizando pela Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária, INFRAERO, especialmente em face da aviação geral, táxis aéreos e oficinas de manutenção, cujos contratos vêm sendo reajustados de sobremaneira e denunciados à revelia, segundo determinações do ato administrativo 3139/2012 da INFRAERO, que não acata o que determina a Resolução 113/2009 da ANAC e desobedece as determinações legais contidas na Lei 7565/86 (Código Brasileiro de Aeronáutica) em seus artigos 40, 175, 220 e outros. Para tanto, convidamos:

– Dr. Gustavo do Vale – Presidente da INFRAERO;

– Dr. Marcello Guaranys – Diretor Presidente da ANAC;

– Sr. Ricardo Nogueira – Diretor Geral da ABAG (Associação Brasileira de Aviação Geral);

– Cmte. José Afonso Assunção – Presidente do SNETA (Sindicato Nacional de Empresas de Táxis Aéreos);

– Cmte. Milton Arantes Costa – Presidente da ABTAER (Associação Brasileira de Táxis Aéreos).

Autoria: Senador João Costa.

Em discussão o Requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o Requerimento.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que aprovam o Requerimento permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

Requerimento:

EXTRAPAUTA

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 47, de 2012

Requeiro, nos termos regimentais, que seja convidado o Exmo Sr. Marcio Zimmermann, Ministro de Estado Interino das Minas e Energia para debater em reunião conjunta com a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) as condições atuais do sistema elétrico brasileiro, tendo em vista os recorrentes problemas de falha de fornecimento de energia com a ocorrência de apagões em diversas regiões.

Autoria: Senador Eduardo Braga.

Estou subscrevendo esse Requerimento e quero informar aos Srs. Senadores que essa reunião já foi

marcada, uma vez que foi votado o Requerimento de igual teor de autoria do Senador Aécio Neves. Portanto, queremos apenas a confirmação do Srs. Senadores para que façamos essa reunião conjunta, atendendo o Requerimento, com a Comissão de Assuntos Econômicos.

Já estão confirmados os convidados e será feita audiência pública para tratar dos apagões do setor elétrico exatamente no dia 20 de novembro, às 14 horas. Comunico isso aos Srs. Senadores. Essa audiência é de extrema importância para que a gente possa saber as causas dos freqüentes apagões, que têm trazido tanta inquietação à sociedade brasileira.

Em votação o Requerimento de reunião conjunta CAE e Comissão de Infraestrutura.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado o Requerimento.

Não havendo nada mais a tratar, agradeço aos Srs. Senadores a presença e declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 14 horas e 28 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 40 minutos.)

ATA DA 33ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM VINTE E DOIS DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E DOZE, QUINTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NO PLENÁRIO TREZE DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e onze minutos do dia vinte e dois de novembro de dois mil e doze, no Plenário treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senadora **Lúcia Vânia**, Presidente desta Comissão, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença dos Senadores **Jorge Viana, Walter Pinheiro, Acir Gurgacz, João Capiberibe, Waldemir Moka, Cyro Miranda, Wilder Morais, Gim, Humberto Costa, José Pimentel, Eduardo Lopes, Sérgio Souza, Ivo Cassol, Jayme Campos e João Costa**. Deixam de comparecer os demais Senadores. A Presidente declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. A Presidente comunica que foi aberto o prazo para apresentação de emendas nesta Comissão ao Projeto de Lei 24/2012 – CN, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2013. Abertura do prazo: dia 21 de novembro, quarta-feira. Encerramento: dia 27 de novembro, terça-feira, até às 18 horas, impreterivelmente. O Relator é o Senador Waldemir Moka e a Reunião para deliberação das Emendas será dia 28 de novembro, quarta-feira. Em seguida, dá-se início à deliberação das matérias constantes da pauta. **ITEM 1 – SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 229, de 1995**, de autoria da Câmara dos Deputados, que "Dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação; revoga as Leis nºs 6.662, de 25 de junho de 1979, 8.657, de 21 de maio de 1993, e os Decretos-Lei nºs 2.032, de 9 de junho de 1983, e 2.369, de 11 de novembro de 1987; e dá outras providências. A Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Sérgio Souza, para proferir o Relatório. Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer desta Comissão, pela aprovação do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 229, de 1995. **ITEM 2 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 259, de 2012**, de autoria do Senador Gim, que "Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, para instituir a prioridade na ocupação de assentos em aeronaves em favor das pessoas que especifica. É designado o Relator "ad hoc", o Senador Humberto Costa. Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer desta Comissão, pela aprovação do Projeto, com as Emendas nºs 01, 02 e 03 – CI. **ITEM 3 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 68, de 2011**, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que "Altera disposições da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, para incluir os Estados que integram a SUDENE e o prazo de vigência do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera– REPENEC. Adiado. **ITEM 4 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 113, de 2011**, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg, que "Altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, para determinar o embarque gratuito de bagagem que se enquadre em determinados parâmetros, no transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros. Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e dois minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pela Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Lúcia Vânia,** Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lucia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 33ª Reunião Ordinária da Comissão de Serviço de Infraestrutura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Comunicado:

Comunico que foi aberto o prazo para apresentação de emendas nesta Comissão ao Projeto de Lei

nº 24, de 2012, que estima a receita e fixa despesa da União para o exercício financeiro de 2013.

Abertura do prazo: dia 21 de novembro, quarta-feira.

Encerramento: dia 29 de novembro, terça-feira, até as 18h, impreterivelmente. *(Pausa.)*

Encerramento: dia 27 de novembro, terça-feira, até as 18h, impreterivelmente.

O Relator é o Senador Waldemir Moka.

A reunião para deliberação das emendas será no dia 28 de novembro, quarta-feira.

Passemos à pauta da reunião: Item 2 da pauta, decisão não terminativa.

ITEM 1

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 229, DE 1995
– Não Terminativo –

Dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação; revoga as Leis nºs 6.662, de 25 de junho de 1979, 8.657, de 21 de maio de 1993, e os Decretos-Lei nºs 2.032, de 9 de junho de 1983, e 2.369, de 11 de novembro de 1987; e dá outras providências.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Sérgio Souza

Relatório: Pela aprovação do substituto da Câmara dos Deputados.

Observações:

1) Em 07/08/2012, a Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle aprovou Parecer favorável ao substitutivo da Câmara dos Deputados com a Emenda nº 1-CMA de redação;

2) Em 20/11/2012, o Relator apresentou nova minuta de Parecer;

3) A matéria vai à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, ainda em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Relator Sérgio Souza, para proferir o seu relatório.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Srª Presidente, Srs. Senadores.

Vou direto à análise, uma vez que o relatório já é conhecido, da forma como foi colocado por V. Exª.

Inicialmente, cabe destacar que cumpre a esta Comissão opinar sobre obras públicas em geral e recursos geológicos, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal.

Com respeito ao mérito, cumpre destacar que, no início do século XXI, a superfície agrícola mundial correspondeu a 1,5 bilhão de hectares. Desse total, a agricultura não irrigada correspondeu a 1,3 bilhão de hectares e foi responsável por 56% do total colhido, enquanto a superfície agrícola irrigada (278 milhões de hectares), embora correspondendo a apenas 18,1% da área total sob produção agrícola, contribuiu 44% do total colhido na agricultura.

De acordo com dados de 2009 da Agência Nacional de Águas (ANA), desde 1960 até 1996, a área irrigada no país aumentou de 0,45 milhões de hectares para 3,1 milhões de hectares, sendo cerca de 90% dessas áreas irrigadas desenvolvidas pela iniciativa privada, e os 10% restantes por projetos públicos.

De um total de 29,5 milhões de hectares potencialmente irrigáveis, em 2006, a área irrigada no País atingiu apenas 4,45 milhões de hectares, conforme o Censo Agropecuário realizado nesse ano. Desta área irrigada, 35,6% está na Região Sudeste, 27,5% no Sul, 22,1% no Nordeste, 12,3% no Centro-Oeste e apenas 2,4% no Norte.

O Brasil ocupa hoje o 9º lugar entre os países com maior área irrigada, mas detém pouco mais de 1% da área total, sendo um dos países com menor relação área irrigada/área irrigável, o que parcialmente se justifica pela boa distribuição de chuvas em boa parte do território nacional, ao longo de determinadas épocas do ano.

Mesmo representando pouco mais de 5% da área plantada do Brasil, os cultivos irrigados produzem, aproximadamente, 16% do volume de alimentos e 35% do valor de produção.

Esses dados demonstram o enorme, e ainda pouquíssimo explorado, potencial da irrigação para o aumento da produtividade da agropecuária nacional. Daí decorre a importância da aprovação do presente projeto, como novo marco regulatório para as políticas públicas de incentivo à irrigação.

Outrossim, destaque-se que a irrigação na atividade agropecuária e florestal depende essencialmente da legislação e da gestão pública e privada dos recursos hídricos, uma vez que as fontes de captação de água são os rios, canais, subsolo (lençóis freáticos e artesianos), barragens e açudes, que atendem também a diversos outros usos, como abastecimento urbano, saneamento, indústria, turismo, navegação, energia, pesca e manutenção da biodiversidade.

Onde os recursos hídricos são escassos, a gestão eficaz de seu uso torna-se ainda mais importante. No caso particular da irrigação, esta limita fortemente a disponibilidade de água para os demais usos. Nesse sentido, o SCD, que é o presente projeto em análise, corretamente propõe, como um dos princípios da Política Nacional de Irrigação, o uso e manejo sustentável dos solos e dos recursos hídricos destinados à irrigação.

Especificamente, entre as competências desta Comissão está a análise de proposições que versem sobre a utilização de recursos geológicos, que incluem

os recursos hídricos. Nesse aspecto a proposição defende corretamente a integração da Política Nacional de Irrigação com as políticas setoriais de recursos hídricos, de meio ambiente, de energia, de saneamento ambiental, de crédito e seguro rural.

Cumpre destacar ainda, Srª Presidente, que o SCD prevê a elaboração de Planos de Irrigação, visando orientar o planejamento e a implementação da Política Nacional de Irrigação, em consonância com os Planos de Recursos Hídricos, previstos na Política Nacional de Recursos Hídricos, de que trata a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997.

Paralelamente, o Sistema Nacional de Informações sobre Irrigação, previsto no SCD, será destinado à coleta, processamento, armazenamento e recuperação de informações referentes à agricultura irrigada, e em especial sobre o inventário de recursos hídricos e as informações hidrológicas das bacias hidrográficas.

A Proposição dispõe ainda que a utilização de recursos hídricos por projeto de irrigação dependerá de prévia outorga do direito de uso de recursos hídricos, concedida por órgão federal, estadual ou do Distrito Federal. Tal outorga será condição necessária para a concessão de crédito rural para investimentos em irrigação, conforme o SCD.

No que tange às obras públicas, cuja análise também é de competência desta Comissão, os Projetos Públicos de Irrigação poderão ser custeados pela União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, quando considerados de interesse social, suas unidades parcelares serão destinadas majoritariamente a agricultores irrigantes familiares. Tais Projetos poderão ser implantados diretamente ou por permissão pelo poder público, mas também mediante a concessão de serviço público, precedida ou não da execução de obra pública, inclusive na forma de parceria público-privada, conforme preconiza a Proposição.

A amortização dos investimentos e as despesas de administração, operação, conservação e manutenção da infraestrutura de irrigação de uso comum e de apoio à produção em Projetos Públicos de Irrigação, serão objeto de pagamento periódico, rateado entre os agricultores irrigantes que explorem as unidades parcelares.

Porém, nos Projetos Públicos de Irrigação considerados de interesse social, os pagamentos devidos pelos agricultores irrigantes familiares referentes ao rateio mencionado poderão ser custeados total ou parcialmente pelo poder público, conforme prevê o SCD.

No caso de inviabilidade socioeconômica do Projeto Público de Irrigação, este poderá ser extinto e suas infraestruturas alienadas, mediante processo licitatório.

Na forma do regulamento o SCD autoriza ainda a transferência, para os agricultores irrigantes, da propriedade das infraestruturas de irrigação de uso comum e de apoio à produção dos Projetos Públicos de Irrigação, implantados até a data de publicação da Lei.

Destaque-se que será revogada a Lei nº 6.662, de 25 de junho de 1979, que trata da Política Nacional de Irrigação e cujas disposições encontram-se muito defasadas, e da Lei nº 8.657, de 21 de maio de 1993, que a altera. Também é revogado o Decreto-Lei nº 2.032, de 9 de junho de 1983, que prevê o ressarcimento, pelo Tesouro Nacional, de investimentos em projetos de irrigação localizados na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), e o Decreto-Lei nº 2.369, de 11 de novembro de 1987, que o altera.

Por fim, no que tange às competências regimentais desta Comissão, consideramos que as modificações propostas no Substitutivo da Câmara dos Deputados foram exaustivamente discutidas naquela Casa, trazendo inegáveis aperfeiçoamentos ao PLS nº 229 de 1995.

O voto, Srª Presidente, é pela aprovação do Substitutivo da Câmara dos Deputados (SCD) ao Projeto de Lei do Senado nº 229, de 1995, conforme o texto já aprovado nesta Casa Legislativa na Comissão anterior.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer desta Comissão, pela aprovação do substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto.

O projeto vai à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para prosseguimento de sua tramitação. *(Pausa.)*

Senador Humberto, V. Exª não estava presente, mas eu quero comunicá-lo de que a abertura do prazo para as emendas de Comissão ao orçamento da União começa dia 21 de novembro, quarta-feira, e encerra dia 27 de novembro, terça-feira, às 18h.

O Relator é o Senador Waldemir Moka.

A reunião para deliberação das emendas será no dia 28 de novembro, quarta-feira.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 259, de 2012
– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, para instituir a prioridade na ocupação de assentos em aeronaves em favor das pessoas que especifica.

Autoria: Senador Gim
Relatoria: Senador José Pimentel
Relatório: pela aprovação do Projeto com três emendas que apresenta
Observações:
1) a matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Humberto Costa para ler o relatório como Relator *ad hoc*.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Srª Presidente, Srs. Senadores, o projeto em análise propõe inserção de novo artigo na Lei nº 10.048, de 08 de novembro de 2000, que "dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica", para instituir a prioridade na ocupação de assentos em aeronaves em favor de passageiros com idade igual ou superior a 65 (sessenta e cinco) anos, doentes, pessoas com deficiência, gestantes ou lactantes, passageiros acompanhados de crianças e crianças desacompanhadas.

O início da vigência da lei proposta ocorrerá na data de sua publicação.

O autor fundamenta a iniciativa afirmando que, embora o transporte aéreo possua a vantagem intrínseca de possibilitar o deslocamento de pessoas em situação de fragilidade com o mínimo de desconforto, ainda é necessário garantir que essas pessoas tenham prioridade na ocupação de assentos nas primeiras filas do avião para que possam receber uma assistência mais próxima dos comissários de bordo.

A proposição foi distribuída para a Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) e para a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), cabendo a esta decisão terminativa. Não foram apresentadas emendas.

Análise.

Nos termos do art. 104 do Regimento Interno, compete à Comissão de Serviços de Infraestrutura opinar, entre outros temas, sobre "transportes de terra, mar e ar".

A matéria insere-se na competência da União para legislar privativamente sobre transportes, como prevê o inciso XI do art. 22 da Constituição Federal, não havendo reserva de iniciativa em favor do Poder Executivo.

No mérito, cumpre louvar as intenções do autor. Embora, como aponta a própria justificação do projeto, a prioridade de atendimento já esteja disciplinada na Portaria do Comando da Aeronáutica nº 676/GC-5, de 13 de novembro de 2000, que "aprova as Condições Gerais de Transporte", é conveniente que a proteção de direitos de parcelas da população em situação de fragilidade seja veiculada por lei.

Importa notar que a Seção VIII da referida portaria, intitulada "Do Transporte de Idosos, Doentes, Deficientes Físicos e Mentais, Menores Acompanhados e Desacompanhados", não menciona o direito a ocupar os assentos mais próximos à cabine, objeto principal do projeto de lei em análise.

Consideramos, entretanto, que a proposição deve ser aprimorada pela substituição da expressão "doentes" constante no art. 1º. Ocorre que a definição de doença é muito abrangente, o que pode causar dificuldade na caracterização do direito à prioridade. Além disso, nem toda doença deve ensejar tratamento prioritário. Optamos, portanto, pela referência a "pessoas com mobilidade reduzida" uma vez que essa condição, a par de impor uma necessidade mais clara de atendimento especial, já se encontra disposta no inciso II do art. 5º do decreto que regulamenta a Lei nº 10.048, de 2000.

Além disso, para tornar a lei consentânea com o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003), deve-se reduzir a idade mínima para o usufruto do direito de preferência para sessenta anos.

Outra alteração necessária na redação, esta em razão da exigência de clareza e precisão na elaboração de leis, refere-se a fazer constar da ementa o rol de beneficiados pela nova lei, no lugar da expressão imprecisa "pessoas que especifica".

Voto.

Ante o exposto, voto pela constitucionalidade e pela juridicidade da proposição e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 259, de 2012, com as emendas seguintes:

EMENDA Nº – CI

Substitua-se, na redação proposta pelo art. 1º do PLS nº 259, de 2012, para o art. 3-A da Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, a expressão "aos doentes" por "às pessoas com mobilidade reduzida".

EMENDA Nº – CI

Substitua-se, na redação proposta pelo art. 1º do PLS nº 259, de 2012, para o art. 3-A da Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, a expressão "passageiros com idade igual ou superior a 65 (sessenta e cinco) anos" por "idosos com idade igual ou superior a sessenta anos".

EMENDA Nº – CI

Dê-se à ementa do PLS nº 259, de 2012, a seguinte redação:

> "Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, para instituir a prioridade na ocupação de assentos em aeronaves

em favor de idosos, pessoas com mobilidade reduzida, pessoas com deficiência, gestantes ou lactantes, pessoas acompanhadas de crianças e crianças desacompanhadas."

Esse é o relatório.

O voto é favorável.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Em discussão, a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer desta Comissão pela aprovação do Projeto, com as Emendas de nº s 1, 2 e 3, da Comissão de Infraestrutura.

O Projeto vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para prosseguimento de sua tramitação.

O Item 3 da pauta é de decisão terminativa.

Não havendo quórum qualificado, vamos adiar a sua votação para a próxima reunião.

Agradecendo ao Senador Humberto Costa e não havendo nada mais a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 32 minutos.)

ATA DA 34ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE NOVEMBRO DE 2012, ÀS 14 HORAS, NO PLENÁRIO 13 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às catorze horas e quarenta e quatro minutos do dia vinte e oito de novembro de dois mil e doze, no Plenário desta Comissão, sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senadora **Lúcia Vânia**, Presidente desta Comissão, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença dos Senadores **Delcídio do Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, João Capiberibe, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Flexa Ribeiro, Cyro Miranda, Wilder Morais, Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Vanessa Grazziotin, Romero Jucá, Sérgio Souza, Clésio Andrade, Casildo Maldaner, Ivo Cassol, Alvaro Dias e Jayme Campos**. Deixam de comparecer os demais Senadores. A Presidente declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura da ata da 33ª Reunião, que é dada como lida e aprovada. Em seguida, dá-se início à deliberação da pauta: Emendas apresentadas pela Comissão de Serviços de Infraestrutura ao Projeto de Lei nº 24, de 2012 – CN, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício de 2013. A Presidente concede a palavra ao Relator, Senador **Waldemir Moka**. São aprovadas as seguintes Emendas de Remanejamento: **EMENDAS DE REMANEJAMENTO DE DESPESA: Emenda nº 2; UO**: 39252; **Título**: Construção da Ferroeste – EF 484 – CONSTRUÇÃO DE TRECHO FERROVIÁRIO – Trecho Cascavel(PR) – Chapecó(SC) – (DOURADOSMUNDO NOVO – MARACAJÚ – GUARAPUAVA – PARANAGUÁ – FOZ DO IGUAÇU – LARANJEIRAS) – Nacional; **Localidade**: Nacional-NA; **Valor do Acréscimo**: 175.000.000,00. **Emenda nº 5; UO**: 39253; **Título**: Construção de Trecho Ferroviário – Lucas do Rio Verde/MT – Cruzeiro do Sul/AC – Na EF-354 – Na Região Centro-Oeste – Construção de Trecho Ferroviário – Lucas do Rio Verde/MT,Vilhena/RO, Porto Velho/RO, Rio Branco/AC,Cruzeiro do Sul/AC – CONSTRUÇÃO DE TRECHO FERROVIÁRIO– Na Região Centro Oeste; **Localidade**: Região Centro-Oeste-CO; **Valor do Acréscimo**: 300.000.000,00. São aprovadas as seguintes Emendas de Apropriação: **EMENDAS DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA**: **Emenda nº 1; UO**: 32266; **Título**: Construção do Edifício Sede da ANEEL – No Distrito Federal; **Localidade**: Distrito Federal (UF); **Valor do Acréscimo**: 40.000.000,00. **Emenda nº 3; UO**: 39252; **Título**: Adequação da Navegabilidade da Hidrovia Tocantins-Araguaia – Na Região Norte; **Localidade**: Região Norte-NO; **Valor do Acréscimo**: 110.000.000,00. **Emenda nº 4; UO**: 39252; **Título**: Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes – Nacional; **Localidade**: Nacional-NA; **Valor do Acréscimo**: 200.000.000,00. **Emenda nº 6; UO**: 41101; **Título**: Fomento a Conteúdos Digitais Criativos – Apoio a Implementação de Arranjos Produtivos Locais para Conteúdos Digitais Criativos – Nacional; **Localidade**: Nacional-NA; **Valor do Acréscimo**: 40.000.000,00. Resultado: aprovadas. A Presidente propõe a dispensa da leitura da ata da presente Reunião, que é dada como lida e aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e cinco minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata, que será assinada pela Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Lúcia Vânia,** Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Boa tarde a todos e a todas aqui presentes.

Havendo número regimental, declaro aberta a 34ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As senhoras e os senhores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Item único da pauta.

APRECIAÇÃO DE EMENDAS AO PLOA 2013

Finalidade: *Reunião destinada a apreciação de emendas a serem apresentadas pela Comissão de Serviços de Infraestrutura ao Projeto de Lei nº 24, de 2012 – CN, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício de 2013.*

Autoria: Comissão de Infraestrutura

Relatoria: Senador Waldemir Moka

Concedo a palavra ao Senador Waldemir Moka para proferir seu relatório.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Primeiro, agradeço a confiança da Presidente desta Comissão, Senadora Lúcia Vânia, por ter me designado Relator de tão importante matéria.

Com base nos arts. 43 a 45 da Resolução nº 01/2006-CN, esta Comissão de Serviços de Infraestrutura reúne-se para deliberar sobre as emendas a apresentar ao Projeto de Lei Orçamentária para 2013 – PLOA 2013 (PLN nº 24/2012).

Foram apresentadas 68 emendas, sendo 66 de apropriação e 2 de remanejamento. As emendas estão listadas no quadro anexo, sendo referenciadas neste voto pelo seu número de ordem, ou seja, nós analisamos as primeiras emendas a serem apresentadas.

Voto do Relator.

Critérios de caráter geral na apreciação das emendas.

Srª Presidente, são 68 emendas. É preciso ter algum meio, senão deflagramos uma guerra interna aqui. Fomos por um critério em que os Srs. Parlamentares, às vezes, não foram contemplados, mas que entendemos o mais justo. Quero que entendam que foi o que o Relator tentou fazer.

Este Relator entende que, previamente à análise das emendas quanto ao mérito, deve fazer considerações quanto à admissibilidade das propostas de emendas apresentadas, de modo a maximizar a atuação desta Comissão na discussão da proposta de lei orçamentária para 2013.

Explicando: não adianta aprovarmos emenda, aqui, cujo Comitê de Admissibilidade de Emendas entenda que não sejam pertinentes. Aprovam-se aqui, mas não passam quando analisadas na Comissão do Orçamento pelo Comitê de Emendas. É um dos critérios adotados.

As emendas apresentadas ao PLOA 2013, inclusive as apresentadas por comissão permanente, são analisadas, quanto à sua admissibilidade, pelo Comitê de Admissibilidade de Emendas – que chamo, aqui, de CAE e que não é a Comissão de Assuntos Econômicos e, sim, Comitê de Admissibilidade de Emendas –, que divulgou diretrizes e orientações que devem ser seguidas nesse trabalho. Essas diretrizes e orientações pretendem integrar e preencher lacunas no conjunto de normas sobre o assunto, inclusive a Resolução nº 01/2006-CN e o Parecer Preliminar.

Todo ano, antes de ser apreciado o projeto de lei orçamentária, o PLOA, há um parecer preliminar que normatiza e orienta a apresentação dessas emendas.

São dois os principais critérios que devem nortear a análise da admissibilidade das emendas de comissão: o "caráter institucional" e o "interesse nacional" das mesmas, ambos os critérios previstos no art. 44, inciso II, da Resolução nº 01/2006-CN.

Quanto ao primeiro critério, o relatório do Comitê de Admissibilidade de Emendas dispõe que a emenda tem "caráter institucional" quando a ação proposta é compatível com as competências regimentais da comissão, correlacionadas com a programação dos órgãos de que tratam as subáreas do Anexo à Resolução nº 01/2006-CN, a saber: Ministério dos Transportes, Ministério das Minas e Energia, Ministério das Comunicações e Secretaria de Portos da Presidência da República.

Nós tivemos emenda aqui, Srª Presidente, que se referia ao Ministério das Cidades, quer dizer, não tem como se admitir esse tipo de emenda, porque a Comissão de Infraestrutura não se relaciona com esse Ministério. Nós não podemos apresentar, não é adequado, aliás, não é permitido.

Quanto ao segundo critério, o relatório do Comitê de Admissibilidade de Emendas dispõe que o "interesse nacional" se refere ao alcance dos benefícios decorrentes da ação proposta, devidamente demonstrado na justificação. Não há, portanto, critérios objetivos para essa avaliação, o que a torna, de certa forma, discricionária, complexa e polêmica.

Essa história de interesse nacional é muito subjetiva.

Não foram apresentadas emendas de texto e nem de cancelamento.

Emendas de Apropriação (acréscimo) – eu chamo a atenção para o critério que este Relator adotou.

Sobre essas emendas, incide o limite máximo de quatro emendas – a Comissão só pode fazer quatro emendas de apropriação – fixado pelo art. 44, §1º,

inciso II, combinado com o anexo da Resolução nº 01/2006-CN, conforme atualização constante do Anexo I do Parecer Preliminar ao PLOA 2013.

Esse Parecer Preliminar atualizou, novamente, isso.

Inicialmente, devo esclarecer que, em virtude do "critério institucional", exposto no item 2.1 deste relatório, afastei de pronto as Emendas nºs 2, 3, 8, 10, 11, 13, 15, 22, 45 e 68, tendo em vista que os órgãos responsáveis pelas ações alcançadas pelas emendas não estão incluídos entre aqueles passíveis de receberem emendas desta Comissão – aquilo a que já me referi anteriormente.

Em seguida, pela elevada probabilidade de inadmissão pelo Relator setorial desta área temática ou pelo Comitê de Admissibilidade de Emendas, e tendo em vista as dificuldades apontadas no item 2.1 quanto à aferição do critério "interesse nacional", afastei as emendas nºs 6, 17, 26, 30, 35, 36, 37, 38, 39, 40 e 42. Essas emendas destinavam recursos a ações de transporte rodoviário em um único Estado da Federação; portanto, não é uma emenda nacional. E, aí, o comitê de análise não deixa passar isso. Além disso, descarto a emenda nº 65, tendo em vista o disposto no art. 47, inciso II, da Resolução nº 01/2006-CN. É uma emenda que pretendia destinar recurso para todo o recapeamento de rodovia no País inteiro. Não tem jeito. É um critério que eu não consigo adequar.

Muito bem. Finalmente, a Emenda nº 59 foi considerada prejudicada por apresentar o mesmo conteúdo da Emenda nº 58. Na verdade, o autor dessa emenda a fez duplicada, é a mesma emenda. Então, eu afastei a Emenda nº 59 porque é exatamente a cópia da Emenda nº 58. Não sei se fui claro.

O quadro seguinte sintetiza a distribuição das emendas apresentadas e consideradas admissíveis em função das áreas de concentração da comissão, quais sejam: Transportes (distribuído entre os modais rodoviário, ferroviário e hidroviário), Minas e Energia e Comunicações. Entendo, tendo em vista o limite de quatro emendas, que devam ser acolhidas emendas em função da proporção daquelas apresentadas em cada área de concentração, respeitando assim as prioridades que a própria comissão escolheu em seu conjunto, observando ainda as ponderações expostas em seguida.

O que eu fiz, Srª Presidente, foi considerar... Nós tivemos 22 emendas na área de Transportes como um todo – rodovias, ferrovias, hidrovias e portos, nós tivemos 9 emendas na área de Minas e Energia e tivemos 12 na área de Comunicações, perfazendo um total de 43 emendas, porque eu afastei aquelas que eu julguei que são inadequadas.

Essas 43 emendas representam um percentual de 100%. Então, aqui, 51%, ou seja, 22 emendas, se referem a Transportes; 21%, Minas e Energia; e Comunicações, 28%. Como são 4 emendas, eu destinei 2 emendas na área de Transportes, uma emenda na área de Minas e Energia e uma emenda na área de Comunicações, me parecendo ser o critério mais justo e até matemático.

A leitura do quadro acima mostra uma distribuição equilibrada entre as três áreas de concentração da Comissão. Assim, proponho a aprovação de duas emendas da área de Transportes, uma da área de Minas e Energia e uma da área de Comunicações.

A área de Transportes apresenta uma diversidade de ações que deve ser mais bem estudada. Assim, o quadro seguinte detalha as emendas apresentadas nesta área, na área específica de Transportes.

Dentro do setor Transportes: Transportes (rodovias), 4 emendas; Transportes (estudos e projetos), 8 emendas; Transportes (ferrovias), 3; Transportes (portos e hidrovias), 7; perfazendo um total de 22 emendas na área concentração de Transportes – Transportes (rodovias), 18%; Transportes (estudos e projetos), 36%; Transportes (ferrovias), 14%; Transportes (portos e hidrovias), 32%.

Dentro desse critério, eu coloquei uma emenda na área de estudos e projetos, considerando que foi a maior concentração, e uma emenda na área de portos e hidrovias, que foi a segunda maior concentração.

A ação "Estudos e Projetos de Infraestrutura de Transportes" foi objeto de 8 emendas. É sabido que investimentos em transportes dependem de bons projetos, e o Congresso Nacional vem, ano após ano, insistindo que as irregularidades nas obras, os prejuízos aos cofres públicos e os atrasos de cronogramas têm como causa principal a inadequação de projetos e estudos prévios.

São projetos malfeitos, por absoluta falta de recurso mesmo. Eu já presidi a Comissão Mista de Orçamento, V. Exª se lembra dessa discussão no Comitê de Obras Irregulares. Na maioria das vezes, não há bons projetos. E aí atrasa cronograma, etc.

Essa ação, por outro lado, pode cobrir a contratação de projetos ambientais, de viabilidade econômica e de engenharia em qualquer dos três modais de transportes, razão pela qual pode apoiar as diversas demandas de obras feitas por meio das demais emendas. Assim, proponho acolher a Emenda nº 4 – registro primeiramente a Emenda nº 4, porque, conforme o critério adotado, foi a primeira emenda a ser apresentada –, o que implica acolher igualmente as Emendas nºs 12, 14, 24, 31, 52, 54 e 63, apresentadas pelos Senadores, na sequência, Romero Jucá, Flexa Ribeiro,

Wellington Dias, a nossa Presidente Lúcia Vânia, João Costa, Cyro Miranda e Marco Antônio Costa. Quanto ao valor, proponho que a Comissão deva manter o que foi proposto na primeira emenda, ou seja, R$200 milhões, valor solicitado na Emenda nº 4, entendendo que, ao acolher a Emenda nº 4, estou acolhendo todas essas Emendas e considerando todos eles como autores dessa Emenda.

Em seguida, devo analisar os três modais (rodoviário, ferroviário e hidroviário), com quatro, três e sete emendas, respectivamente. O critério da maioria quantitativa já sinaliza para o modal hidroviário como destino da emenda restante. Os projetos fluviais da eclusa de Lajeado e da adequação de navegabilidade da hidrovia Araguaia-Tocantins foram contemplados com igual número de propostas e têm por consequência a viabilização do tráfego fluvial de um canal de grande porte que vincula as três maiores regiões do País. Ambos também são passíveis de execução a curto e médio prazo: a eclusa, por encontrar-se paralisada a obra; e a adequação da hidrovia, por ser, em sua própria natureza, um conjunto de intervenções pequenas e médias ao longo de toda a calha dos rios (derrocamentos, pontos de sinalização, etc.) passíveis de desenvolvimento em curto prazo de tempo. Proponho, por seu maior alcance, o acolhimento da Emenda nº 33, "Adequação da navegabilidade da hidrovia Araguaia-Tocantins", no valor de R$110 milhões, o que implica acolher também as Emendas nº 62 e 67, apresentadas pelos Senadores João Costa, Marco Antônio Costa e Delcídio do Amaral.

Na área de Minas e Energia, proponho o acolhimento da Emenda nº 16, "Construção do edifício-sede da Aneel", que obteve o maior número de indicações, no valor de R$40 milhões. Assim, ficam acolhidas também as Emendas nºs 18 e 51. As emendas foram apresentadas pelos Senadores Delcídio do Amaral, Lúcia Vânia e Cyro Miranda.

Na área de comunicações, proponho o acolhimento da Emenda de nº 7, "Apoio à implementação de arranjos produtivos locais para conteúdos digitais criativos", que obteve o maior número de indicações, no valor de R$40 milhões. Assim, ficam acolhidas também as Emendas nºs 23, 43 e 53. As emendas foram apresentadas pelos Senadores Romero Jucá, Lúcia Vânia e Cyro Miranda.

Emendas de remanejamento.

Houve duas emendas de remanejamento.

Propomos a aprovação parcial da Emenda de Remanejamento nº 28, com o valor de R$175 milhões, e a aprovação integral da Emenda de Remanejamento nº 41, com o valor de R$300 milhões, sendo autores os Senadores Waldemir Moka e Valdir Raupp, respectivamente.

Conclusão.

Em razão do exposto, voto:

I) pela não apreciação, quanto ao mérito, em virtude da grande probabilidade de inadmissibilidade, tendo em vista a legislação pertinente, das Emendas de Apropriação nºs: 2, 3, 6, 8, 10, 11, 13, 15, 17, 22, 26, 30, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 42, 45, 65 e 68;

II) pelo acolhimento integral, no mérito, das Emendas de Apropriação nºs: 4, 33, 16, 7;

III) pela prejudicialidade da Emenda nº 59, por apresentar conteúdo idêntico ao da Emenda nº 58, do mesmo autor;

IV) pelo acolhimento integral, no mérito, da Emenda de Remanejamento nº 41, no valor de R$300 milhões, com os cancelamentos propostos pelo autor;

V) pelo acolhimento parcial no mérito da Emenda de Remanejamento nº 28, no valor de R$175 milhões, com os cancelamentos propostos pelo autor,

VI) pelo não acolhimento, no mérito, pelas considerações expostas neste relatório, das Emendas nºs 1, 5, 9, 19, 20, 21, 25, 27, 29, 32, 34, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 55, 56, 57, 58, 60, 61, 64 e 66.

Esse é o relatório, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Em discussão o relatório.

Perguntaria ao Senador Wilder se quer fazer alguma observação. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, quero cumprimentar o Senador Moka, dizer da satisfação de ver um relatório dessa envergadura, um relatório sério, um relatório que estabeleceu critérios e que procurou contemplar aquilo que é mais importante na área de infraestrutura. Portanto, receba, Senador Moka, os nossos cumprimentos. Quero, mais uma vez, reconhecer o mérito de sua ação, uma vez que já foi Relator-Geral do Orçamento, com experiência vasta nessa área. Isso justifica em parte, além da seriedade com que V. Exª conduz seu mandato, um relatório dessa envergadura.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Srª Presidente, quero dizer que o mérito desse relatório não é deste Senador e sim dos consultores, principalmente do consultor Marcelo e também o Luiz. Os dois estiveram juntos comigo. O relatório, quero dizer, pode ter algum erro do ponto de vista político, mas seguramente foi o critério mais isento e o mais imparcial que este Relator poderia fazer, Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Estendo meus cumprimentos aos consultores que também ajudaram a elaborar esse documento.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

O relatório passa a constituir parecer da Comissão. As emendas serão enviadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Em função da aprovação das emendas do Projeto de Lei nº 24, de 2002, informo que a ata desta reunião deve ser entregue à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO.

Assim, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata desta reunião.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovada.

Não havendo nada mais a tratar, está encerrada esta reunião, comunicando aos Srs. Senadores que vamos para a segunda reunião desta tarde.

(Iniciada às 14 horas e 44 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 05 minutos.)

ATA DA 35ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM VINTE E OITO DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E DOZE, QUARTA-FEIRA, ÀS CATORZE HORAS E TRINTA MINUTOS, NO PLENÁRIO TREZE DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às catorze horas e quarenta e quatro minutos do dia vinte e oito de novembro de dois mil e doze, no Plenário treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senadora **Lúcia Vânia**, Presidente desta Comissão, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença dos Senadores **Delcídio do Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, João Capiberibe, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Flexa Ribeiro, Cyro Miranda, Wilder Morais, Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Vanessa Grazziotin, Romero Jucá, Sérgio Souza, Clésio Andrade, Casildo Maldaner, Ivo Cassol, Alvaro Dias e Jayme Campos**. Deixam de comparecer os demais Senadores. A Presidente comunica o recebimento do Ofício nº 218/2012, do Consultor-Geral do Senado Federal, Paulo Fernando Mohn e Souza, que nos termos do Ato nº 3, de 2012 – CI, encaminha Nota Informativa nº 2.722, de 2012, referente ao Aviso nº 1315, de 2012, do Tribunal de Contas da União, sugerindo a esta Comissão realizar audiência pública com as autoridades do DNIT, da ANEEL e do Inmetro para prestar esclarecimentos quanto à lentidão na execução ou eventuais falhas de planejamento do Progama Nacional de Controle eletrônico de Velocidade. Recomenda-se também que a Comissão acompanhe a tramitação do PL nº 3.152, de 2012, que estabelece a caracterização da alta velocidade do veículo pela aferição da velocidade instantânea ou pelo cálculo da velocidade média do veículo. Aconselha-se, também, a realização de audiência pública com o Conselho Nacional de Trânsito e com especialistas no Código de Trânsito Brasileiro para debater a juridicidade da aplicação de multas por velocidade média com base em normas infralegais. A Presidente comunica também o recebimento do Ofício nº 222/2012, do Consultor-Geral do Senado Federal, Paulo Fernando Mohn e Souza, que nos termos do Ato nº 3, de 2012 – CI, encaminha Nota Informativa nº 2.723, de 2012, referente ao Aviso nº 1336, de 2012, do Tribunal de Contas da União, sugerindo que esta Comissão informe ao Poder Executivo Federal as falhas no planejamento e na operacionalização das atividades avaliadas e a necessidade da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP de receber recursos adicionais para desenvolver a atividade de fiscalização de Conteúdo Local. Ademais, salienta-se que o reforço do orçamento da Agência pode ser logrado no Congresso Nacional, na tramitação do PLOA. Os referidos documentos serão encaminhados as Senhoras Senadoras e aos Senhores Senadores. A Presidente comunica, ainda, o recebimento de convite do Secretário Executivo do Ministério de Minas e Energia, Márcio Zimmermann, para lançamentos, no Brasil, da Agência Internacional de Energia (AIE) que ocorrerão nos dias 17 e 18 de dezembro de 2012, no auditório do Bloco U da Esplanada dos Ministérios. Em seguida, dá-se início à deliberação das matérias constantes da pauta. **ITEM 1 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 68, de 2011,** de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que "Altera disposições da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, para incluir os Estados que integram a SUDENE e o prazo de vigência do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera– REPENEC." Adiado. **ITEM 2 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 113, de 2011,** de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg, que "Altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, para determinar o embarque gratuito de bagagem que se enquadre em determinados parâmetros, no transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros." Adiado. **ITEM 3 – REQUERIMENTO Nº 48, DE 2012,** de autoria do Senador Alvaro Dias, que requer, nos termos do inciso V, § 2º, art. 58, da Constituição Federal, c/c o inciso V, art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam convidados os Srs. MARCELO PACHECO DOS GUARANYS e RUBENS CARLOS VIEIRA, respectivamente Diretor-Presidente e Diretor

de Infraestrutura Aeroportuária da Agência Nacional de Aviação – ANAC, para prestarem esclarecimentos sobre as fraudes praticadas no âmbito dessa Agência Reguladora, conforme revelado pela denominada "Operação Porto Seguro" da Polícia Federal. Aprovado. **ITEM 4 – REQUERIMENTO Nº 49, DE 2012,** de autoria do Senador Alvaro Dias, que requer, nos termos do inciso V, § 2º, art. 58, da Constituição Federal, c/c o inciso V, art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam convidados os Srs. TIAGO PEREIRA LIMA, ÊNIO DIAS SOARES, GLAUCO ALVES CARDOSO MOREIRA e JAILSON SANTOS SOARES, respectivamente Diretor-Presidente em exercício, Chefe de Gabinete, Procurador-Geral e Ouvidor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – Antaq, para prestarem esclarecimentos sobre a denominada "Operação Porto Seguro" e as fraudes praticadas no âmbito dessa Agência Reguladora. Na discussão usam a palavra os Senadores Walter Pinheiro, Álvaro Dias e Vanessa Grazziotin. Rejeitado. **EXTRAPAUTA: ITEM 5 – REQUERIMENTO Nº 50, DE 2012,** de autoria do Senador Eduardo Braga, que requer, nos termos regimentais, que sejam convidados os Ministros da Justiça, José Eduardo Cardozo, e da Advocacia-Geral da União, Luis Inácio Lucena Adams, para prestarem informações, em reunião conjunta, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e de Fiscalização e Controle; e de Serviços de Infraestrutura, sobre a denominada "Operação Porto Seguro". Subscrito pelo Senador Walter Pinheiro. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e vinte e três minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pela Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Lúcia Vânia,** Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 35ª Reunião Extraordinária da Comissão de Infraestrutura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Comunicados.

Recebi o Ofício nº 218, de 2012, do Consultor-Geral do Senado, Paulo Fernando Mohn e Souza, que, nos termos do Ato nº 3, de 2012, encaminha Nota Informativa nº 2.722, de 2012, referente ao Aviso nº 1.315, de 2012, do Tribunal de Contas da União, sugerindo a esta Comissão realizar audiência pública com autoridades do DNIT, da ANEEL e do Inmetro, para prestar esclarecimento quanto à lentidão na execução de eventuais falhas de planejamento do Programa Nacional de Controle Eletrônico de Velocidade.

Recomenda-se, também, que a Comissão acompanhe a tramitação do PL nº 3.152, de 2012, que estabelece a caracterização de alta velocidade do veículo para aferição de velocidade instantânea ou pelo cálculo de velocidade média do veículo.

Aconselha-se, também, a realização de audiência pública com o Conselho Nacional de Trânsito e com especialistas em Código de Trânsito Brasileiro, para debater a juridicidade da aplicação de multas por velocidade média com base em normas infralegais.

Recebido o Ofício nº 222, de 2012, do Consultor-Geral do Senado Federal, Paulo Fernando Mohn e Souza, que, nos termos do Ato nº 3, de 2012, da Comissão de Infraestrutura, encaminha a Nota Informativa nº 2.723, de 2012, referente ao Aviso nº 1.336, de 2012, do Tribunal de Contas da União, sugerindo que esta Comissão informe ao Poder Executivo federal as falhas no planejamento e na operacionalização das atividades avaliadas e a necessidade de a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) receber recursos adicionais para desenvolver atividade de fiscalização de conteúdo local. Ademais, salienta-se que o reforço do orçamento da Agência pode ser logrado no Congresso Nacional na tramitação do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA).

Os referidos documentos serão encaminhados às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores.

Foi recebido o convite do Secretário Executivo do Ministério de Minas e Energia, Mário Zimmermann, para lançamentos no Brasil da Agência Internacional de Energia (AIE), que ocorrerão nos dias 17 e 18 de dezembro de 2012, no auditório do Bloco "U" da Esplanada dos Ministérios.

Passemos à pauta.

O item 1 e o item 2 da pauta tratam de projetos de decisão terminativa. Não há quórum qualificado. Esses dois projetos já foram lidos.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 113, de 2011
– Terminativo –

Altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, para determinar o embarque gratuito de bagagem que se enquadre em determinados parâmetros, no transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros.

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg.

Relatoria: Senador Cyro Miranda.

Relatório: pela aprovação, com quatro emendas que apresenta.

Observações:

1) em 11/09/2012, o Relator encaminha novo Relatório;

2) em 31/10/2012, foi lido o Relatório e adiadas a discussão e a votação da matéria;

3) em 14/11/2012, a discussão foi encerrada, e a votação da matéria, adiada;

4) a matéria constou também das pautas das reuniões dos dias 24 e 31/05, 28/06, 05/07, 29/08, 12/09, 17 e 31/10 e 22/11/2012.

Não havendo quórum qualificado, vamos passar, portanto, ao item 3 da pauta.

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 48, DE 2012

Requer, nos termos do inciso V, § 2º, art. 58, da Constituição Federal, c/c o inciso V, art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam convidados os Srs. Marcelo Pacheco dos Guaranys e Rubens Carlos Vieira, respectivamente Diretor-Presidente e Diretor de Infraestrutura Aeroportuária da Agência Nacional de Aviação (Anac), para prestarem esclarecimentos sobre as fraudes praticadas no âmbito dessa Agência Reguladora, conforme revelado pela denominada "Operação Porto Seguro" da Polícia Federal.

Autoria: Senador Alvaro Dias.

Em discussão o Requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 49, DE 2012

Requer, nos termos do inciso V, § 2º, art. 58, da Constituição Federal, c/c o inciso V, art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam convidados os Srs. Tiago Pereira Lima, Ênio Dias Soares, Glauco Alves Cardoso Moreira e Jailson Santos Soares, respectivamente Diretor-Presidente em exercício, Chefe de Gabinete, Procurador-Geral e Ouvidor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), para prestarem esclarecimentos sobre a denominada "Operação Porto Seguro" e as fraudes praticadas no âmbito dessa Agência Reguladora.

Autoria: Senador Alvaro Dias.

Em discussão o requerimento.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Para discutir, Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Para discutir, Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Srª Presidenta, quero, mais uma vez aqui, invocar inclusive o aspecto do próprio debate que essas matérias têm suscitado nos últimos dias, principalmente nesta Casa. Nossa intenção, desde a primeira hora em que o tema foi amplamente veiculado pelos órgãos de comunicação do País, foi, imediatamente, pelo menos com a participação das Lideranças, colocar a questão da necessidade de se trabalhar principalmente a vinda dos responsáveis por essa matéria, entendendo que não há por que a não participação.

Tanto é verdade isso que o Senador Eduardo Braga apresentou requerimento – que está como item extrapauta – em que nós solicitamos a vinda do Ministro, a vinda do Sr. Luís Adams, que é o nosso Procurador-Chefe da AGU, portanto, o Advogado-Chefe, no sentido de que possamos dialogar com essas pessoas. Assim como também trabalhamos a necessidade da vinda de diversas outras autoridades que hoje compõem o corpo de direção. É o caso inclusive das Agências que foram citadas. Já foram apresentados requerimentos em outras comissões com relação à Anac, em razão do caso específico dessa Agência, e à ANA, por conta também da participação desses citados.

Portanto, seria importante que essas pessoas pudessem aqui falar o que aconteceu ou o que se praticou no âmbito dessas Agências e até, no caso da AGU, especificamente no Ministério da Justiça, para que tivéssemos a oportunidade de atuar, como o Governo vem fazendo, buscando suspender os atos, buscando fiscalizar, buscando inclusive exonerar aqueles que efetivamente têm mandato. Far-se-á necessária a abertura de processo para que tenhamos a oportunidade de solicitar não só o afastamento temporário, mas a exoneração de dirigentes de agências que porventura estavam envolvidos. Eu acho que é importante isso. Todos sabem que os dirigentes de agências têm mandato. E uma vez com mandato, esse mandato só pode ser, eu diria, efetivamente cassado com um processo administrativo. Ainda que o processo seja aberto, essas pessoas não perdem o mandato enquanto esse processo não se desenvolve. Mas é necessária a abertura desse processo para que tenhamos a efetiva punição dos que estavam envolvidos.

Nesse sentido é que, no mesmo dia de ontem, eu fiz esse apelo ao Senador Alvaro Dias, para que, na Comissão de Educação, pudéssemos também ouvir os Ministros, os dirigentes de órgãos, os presidentes

das Agências, para que tivéssemos a oportunidade de, aí sim, fazer o nosso papel. Creio que é fundamental que isso seja feito, até para permitir que a outra parte continue sendo desempenhada, como vem sendo, de forma até muito eficiente, pela Polícia Federal, na medida em que identificou os responsáveis por todas essas movimentações, na medida em que teve a possibilidade de estabelecer todo esse caminho. E foi por meio dessa eficiente apuração que a Polícia Federal chegou a essas pessoas, o que aponta, pelo menos com os indícios coletados pela Polícia Federal, para tráfico de influência a utilização das estruturas públicas. Portanto, as pessoas se fizeram valer da ocupação de algum cargo.

Então, nós achamos que seria importante separar essas coisas. O que é a tarefa da Polícia Federal no sentido de continuar ouvindo ou tomar as providências para processos adiante no que diz respeito a essas figuras, que, volto a insistir, algumas delas, inclusive, já foram exoneradas, mas que devem responder criminalmente, devem responder em outras esferas o que se tem processado nessas estruturas.

E há os dirigentes, como os das agências, os dos ministérios. Portanto, nós não vemos problema nenhum. Pelo contrário, quero insistir: nós aceitamos já, de imediato, até porque o correto é isto: que esses ministros dirigentes de agências venham a esta Casa para prestar os devidos esclarecimentos e até para nos dizer quais as providências que estão sendo tomadas no âmbito interno, para buscar estancar, para buscar inclusive interromper atitudes que porventura essas figuras tenham patrocinado, no âmbito ou do ministério, ou da AGU, ou das agências.

Então, essa é a nossa posição. A gente se coloca contrário e quer, inclusive, colocar à Comissão a aprovação desse requerimento que foi apresentado pelo Líder do Governo, Eduardo Braga, a quem inclusive subscrevo esse requerimento, para que a gente tenha a oportunidade de apreciar essa matéria aqui.

Portanto, nesse sentido, nós encaminhamos contra esse requerimento da vinda das pessoas que aqui listadas foram, para que a gente possa fazer a audiência com verdadeiramente a participação daqueles que podem nos ajudar, inclusive para que a apuração e para que as coisas possam transcorrer normalmente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Continua em discussão.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – A nossa posição é contraponto à exposta aqui pelo Líder Walter Pinheiro.

Com todo o respeito a ele, nós entendemos que há uma estratégia do Governo, deliberada, com o objetivo de ganhar tempo e evitar que se investiguem as pessoas diretamente envolvidas nesse esquema de corrupção depois de a Polícia Federal ter denunciado essa quadrilha que assaltava os cofres públicos do País.

Enfim, nós não podemos ficar pacientemente aguardando soluções judiciárias porque há uma cobrança da sociedade, e o Congresso Nacional tem o dever de repercutir as apreensões da sociedade.

Transparência é essencial nessa hora. Quando há um julgamento histórico implacável no Supremo Tribunal Federal, oferecendo um exemplo de combate à impunidade, o Congresso Nacional não pode fugir à responsabilidade de, na esteira desse momento histórico proporcionado pelo Supremo, avançar na direção de combater a impunidade por todos os meios e formas.

Eu sei que, agora, é fato consumado: felizmente, conseguimos aprovar um requerimento e poderemos ouvir o Sr. Rubens Vieira, um dos envolvidos como integrante da quadrilha. Esse poderá ser ouvido porque já há um fato consumado: o requerimento foi aprovado.

Felizmente, nós que desejamos sempre a presença do Senador Walter Pinheiro, ficamos felizes pela ausência dele no primeiro momento, e foi possível aprovar esse requerimento.

Em relação a esse novo requerimento, certamente não teremos número para aprová-lo. E, em relação ao outro requerimento, que pediria votação extrapauta, Srª Presidente, deixo para a próxima reunião. Trata-se do requerimento que convida para depor na Comissão de Infraestrutura a Srª Rosemary Noronha, chefe do escritório da Presidência da República em São Paulo, que foi, sem dúvida nenhuma, uma estrela desse escândalo; uma das estrelas, talvez a principal estrela desse escândalo, sobretudo pela sua capacidade de influir, pelo poder de traficar influência, pela proximidade com o poder, pela intimidade com os detentores do poder.

Portanto, é essencial que ela venha ao Senado Federal, mas nós não submeteremos o requerimento no dia de hoje. Vamos aguardar, cumprindo o Regimento inclusive, porque protocolamos ontem, para que, na próxima reunião desta Comissão, possamos deliberar sobre esse requerimento.

Eu apenas faço um apelo a V. Exª para agilizar os procedimentos, a fim de que possamos ouvir, o mais rapidamente possível, o Sr. Rubens Carlos Vieira. Quem sabe ele possa trazer esclarecimentos que ainda não tivemos sobre a operação desse esquema de corrupção?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Antes de conceder-lhe a palavra pela ordem, Senadora, eu gostaria de agradecer ao Senador Alvaro Dias e cumprimentá-lo pela compreensão, por entender que eu não poderia colocar em votação um requerimento extrapauta, uma vez que o Regimento me obriga a colocar em pauta 24 horas antes da reunião qualquer que seja o requerimento aqui apresentado.

Seguindo essa orientação regimental, não podemos acatar o requerimento do Senador e Líder do meu Partido, Alvaro Dias.

Pela ordem, Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Era exatamente sobre isso que eu ia me referir. Porque aqui há um acordo e a gente tem, desde o início dos trabalhos desta Comissão, tão bem dirigida e coordenada por V. Exª, procurado seguir o rito, que V. Exª hoje faz cumprir da melhor forma. Então, eu me considero já contemplada com as suas palavras, Senadora Lúcia Vânia.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço, Senadora Vanessa. E pode ter certeza, Senadora, de que esta Presidência cuida de seguir, rigidamente, o Regimento.

Continua em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não mais havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Rejeitado o requerimento.

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA Nº 50, DE 2012

Requer, nos termos regimentais, que sejam convidados os Ministros da Justiça, José Eduardo Cardozo, e da Advocacia-Geral da União, Luis Inácio Lucena Adams, para prestarem informações, em reunião conjunta, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e de Fiscalização e Controle; e de Serviços de Infraestrutura, sobre a denominada "Operação Porto Seguro".

Autoria: Senador Eduardo Braga

Observações:

O Senador Walter Pinheiro subscreve o Requerimento.

Em discussão o Requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o Requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 14 horas e 44 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 23 minutos.)

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

ATA DA 26ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 1º DE NOVEMBRO DE 2012.

Às oito horas e trinta e dois minutos do dia primeiro de novembro de dois mil e doze, na Sala 15, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência, do Senador **ACIR GURGACZ**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes senadores: **DELCÍDIO DO AMARAL, RODRIGO ROLLEMBERG, CASILDO MALDANER, ANA AMÉLIA, BENEDITO DE LIRA, FLEXA RIBEIRO, CYRO MIRANDA, SÉRGIO SOUZA, EDUARDO SUPLICY e TOMÁS CORREIA.** Deixam de comparecer, os Senhores Senadores Zeze Perrella, Waldemir Moka, Ivo Cassol, Jayme Campos, Antonio Carlos Rodrigues e Sérgio Petecão. Deixa de comparecer por motivo justificado, o Senador Antonio Russo. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Acir Gurgacz, informa que a presente reunião se destina à apreciação de matérias, de acordo com a seguinte Pauta: **ITEM 1: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 626, de 2011 – Não Terminativo – Ementa:** Dispõe sobre o cultivo sustentável da cana-de-açúcar em áreas alteradas e nos biomas Cerrado e Campos Gerais situados na Amazônia Legal e dá outras providências. **Autoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Relatoria:** Senador Mozarildo Cavalcanti (Substituído por Ad Hoc). **Relatoria Ad Hoc**: Senador Antonio Russo. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 626, de 2011. **Observações:** 1. Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CDR. 2. A matéria foi apreciada pela CDR, tendo sido aprovado o Parecer pela aprovação do Projeto. 3. Na 9ª Reunião Extraordinária da CRA de 26/04/2012, a Comissão realizou Audiência Pública para instruir o PLS nº 626/2011. 4. Na 21ª Reunião Extraordinária da CRA realizada em 05/07/2012, o Senador Antonio Russo, Relator "ad hoc", profere a

leitura do relatório favorável ao PLS nº 626/2011. A Presidência encerra a discussão e adia a votação para a próxima reunião deliberativa. Projeto em fase de votação. 5. O Projeto constou também da Pauta da 19ª, 23ª, 24ª e 25ª Reunião Extraordinária da CRA realizadas em 28/06, 09 e 30/08, e 18/10/2012. 6. A matéria será apreciada pela CMA em decisão terminativa. **Resultado: Aprovado o parecer favorável ao PLS nº 626, de 2011. A Matéria será encaminhada à CMA, em decisão terminativa. ITEM 2: AVISO Nº 37, de 2011 – Não Terminativo – Ementa:** Encaminha cópia do Acórdão nº 552, de 2011, referente a indícios de irregularidades na execução de convênios firmados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, na Superintendência Regional do Estado de Tocantins (TC 024.516/2007-0). **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relatoria:** Senador Eduardo Suplicy. **Relatório:** Pelo arquivamento do AVS nº 37, de 2011. **Observações:** 1. Na 21ª Reunião Extraordinária realizada em 05/07/2012, o Senador Eduardo Suplicy profere a leitura do relatório pelo arquivamento do AVS nº 37/2011. A Presidência encerra a discussão e adia a votação para a próxima reunião deliberativa. Matéria em fase de votação. 2. A matéria constou também da Pauta da 19ª, 23ª, 24ª e 25ª Reunião Extraordinária da CRA realizadas em 28/06, 09 e 30/08, e 18/10/2012. 3. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. **Resultado: Aprovado o Parecer pelo arquivamento do AVS nº 37, de 2011. A Matéria será encaminhada à SGM. ITEM 3: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 438, de 2011 – Não Terminativo – Ementa:** Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989 e a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para criminalizar a venda ilegal de agrotóxicos e condutas correlatas. **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Relatoria:** Senador Cyro Miranda. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 438, de 2011, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS e com a Emenda nº3. **Observações:** 1. Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CAS. 2. Na 23ª Reunião Extraordinária da CRA realizada em 09/08/2012, o Senador Cyro Miranda profere a leitura do relatório favorável ao PLS nº 438/2011, com as Emendas nº 1 e 2-CAS e com a Emenda nº 3. 3. Na 24ª Reunião Extraordinária da CRA realizada em 30/08/2012, a Presidência. encerra a discussão e adia a votação para a próxima reunião deliberativa. Projeto em fase de votação. 4. O Projeto constou também da Pauta da 25ª Reunião Extraordinária da CRA realizada em 18/10/2012. 5. A matéria foi apreciada pela CAS, tendo sido aprovado o Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nº 1 e 2-CAS, e será ainda apreciada pela CCJ em decisão terminativa. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao PLS nº 438, de 2011, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS/CRA e Emenda nº 3-CRA. A Matéria será encaminhada à CCJ, em decisão terminativa. ITEM 4: PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 85, de 2011 – Terminativo – Ementa:** Determina que frigoríficos com registro no Serviço de Inspeção Federal – SIF informem, diariamente, ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento os preços, as quantidades e outras características dos bovinos adquiridos para abate. **Autoria:** Deputado Ronaldo Caiado **Relatoria:** Senadora Ana Amélia. **Relatório:** Pela aprovação do PLC nº 85, de 2011, nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). **Observações:** 1. Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CAE. 2. A matéria foi apreciada pela CAE, tendo sido aprovado o Parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). 3. Na 23ª Reunião Extraordinária da CRA realizada em 09/08/2012, a Senadora Ana Amélia profere a leitura do relatório favorável ao PLC nº 85/2011, nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). A Presidência adia a discussão para a próxima reunião deliberativa. Projeto em fase de discussão. 4. O Projeto constou também da Pauta da 24ª e 25ª Reunião Extraordinária da CRA realizadas em 30/08 e 18/10/2012. 5. Aprovado o Substitutivo, será ele submetido a turno suplementar, nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal. Na discussão do Projeto, não houve oradores inscritos. Colocada em votação, a Emenda nº 1-CAE/CRA (Substitutivo) foi aprovada. **Resultado: Aprovada a Emenda nº 1-CAE/CRA (Substitutivo). Nos termos do art. 300, XVI do RISF, aprovado o Substitutivo, fica prejudicado o Projeto. O Substitutivo será submetido a turno suplementar, nos termos do art. 282 do RISF. ITEM 5: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 396, de 2011 – Terminativo – Ementa:** Altera a Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, para autorizar a concessão de subvenção econômica para agricultores familiares e empreendedores familiares rurais que empreendam práticas de conservação ambiental. **Autoria:** Senadora Ana Rita. **Relatoria:** Senador Waldemir Moka. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 396, de 2011. **Observações:** 1. Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CMA. 2. A matéria foi apreciada pela CMA, tendo sido aprovado o Parecer pela aprovação do Projeto. 3. Na 15ª Reunião Extraordinária da CRA realizada em 31/05/2012, o Senador Waldemir Moka profere a leitura do relatório favorável ao PLS nº 396/2011. A Presidência adia a discussão para a próxima reunião deliberativa. Projeto em fase de discussão. 4. O Projeto constou também da Pauta da 19ª, 21ª, 23ª, 24ª e 25ª Reunião Extraordinária realizadas em 28/06, 05/07, 09 e 30/08, e 18/10/2012. 5. A matéria será encami-

nhada à Secretaria-Geral da Mesa. **Resultado**: **Adiado**. **ITEM 6: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 523, de 2007 – Terminativo – Ementa:** Dispõe sobre a Política Nacional de Sementes de Mudas. **Autoria:** Senador Marcelo Crivella. **Relatoria:** Senadora Ana Amélia. **Relatório:** Pela rejeição do PLS nº 523, de 2007. **Observações:** 1. Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CMA. 2. A matéria foi apreciada pela CMA, tendo sido aprovado o Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CMA, e pela CCT, tendo sido aprovado o Parecer pela rejeição do Projeto. 3. Na 24ª Reunião Extraordinária da CRA realizada em 30/08/2012, a Senadora Ana Amélia profere a leitura do relatório pela rejeição do PLS nº 523/2007. A Presidência adia a discussão para a próxima reunião deliberativa. Projeto em fase de discussão. 4. O Projeto constou também da Pauta da 25ª Reunião Extraordinária da CRA realizada em 18/10/2012. 5. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. Na discussão do Projeto, não houve oradores inscritos. Colocado em votação, o Projeto foi rejeitado. **Resultado: Rejeitado o PLS nº 523, de 2007. A Matéria será encaminhada à SGM. ITEM 7: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 212, de 2012 – Terminativo – Ementa:** Altera a Lei nº 6.894, de 16 de dezembro de 1980, para incluir os remineralizadores como uma categoria de insumo destinado à agricultura e dá outras providencias. **Autoria:** Senador Rodrigo Rollemberg. **Relatoria:** Senador Sérgio Souza **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 212, de 2012, com Emendas nºs 1 e 2. **Observações:** 1. Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CRA. 2. O Projeto constou da Pauta da 25ª Reunião Extraordinária da CRA realizada em 18/10/2012. 3. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. Iniciada a discussão do Projeto, depois da leitura do relatório pelo Senador Sérgio Souza, os Senadores Rodrigo Rollemberg e Ana Amélia fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre o assunto. **Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 1 e 2-CRA. A Matéria será encaminhada à SGM. ITEM 8: SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 163, de 2000 – Não Terminativo – Ementa:** Cria o Fundo de Apoio à Cultura do Caju – FUNCAJU. **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Benedito de Lira. **Relatório:** Pela aprovação do Substitutivo da Camâra dos Deputados ao PLS nº 163, de 2000. **Observações:** 1. A matéria foi apreciada pela CCJ, tendo sido aprovado o Parecer pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do SCD 163/2000, e pela CAE, tendo sido aprovado o Parecer favorável ao SCD 163/2000, rejeitando as alterações da Câmara sobre o texto da ementa e sobre a redação do art. 1º. 2. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. Iniciada a discussão do Projeto, depois da leitura do relatório pelo Senador Benedito de Lira, os Senadores Flexa Ribeiro, Tomás Correia e Ana Amélia fazem uso da palavra para tecerem considerações. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Substitutivo da Câmara dos Deputados ao PLS nº 163, de 2000. A Matéria será encaminhada à SGM. ITEM 9: TRAMITAÇÃO CONJUNTA – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 41, de 2009 – Não Terminativo – Ementa:** Acrescenta dispositivo à Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, para dispor sobre o arrendamento ou comodato de bens e direitos de empresa em processo de recuperação judicial, por cooperativa de empregados. **Autoria:** Deputado José Pimentel. **TRAMITA EM CONJUNTO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 168, de 2007 – Não Terminativo – Ementa:** Modifica o art. 55 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, que dispõe sobre o prazo para que os credores manifestem objeções ao plano de recuperação judicial. **Autoria:** Senador João Vicente Claudino. **TRAMITA EM CONJUNTO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 163, de 2009 – Não Terminativo – Ementa:** Altera o inciso III do art. 48 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, para diminuir, de oito para seis anos, o prazo mínimo para apresentação, pela microempresa ou empresa de pequeno porte, de novo plano especial de recuperação judicial. **Autoria:** Senador Papaléo Paes. **TRAMITA EM CONJUNTO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 219, de 2009 – Não Terminativo – Ementa:** Altera o art. 70 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, para permitir que as associações e as fundações possam requerer o plano especial de recuperação judicial, que abrangerá qualquer tipo de crédito e não implicará em falência do devedor em caso de seu descumprimento. **Autoria:** Senador Paulo Paim. **TRAMITA EM CONJUNTO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 325, de 2009 – Não Terminativo – Ementa:** Altera os arts. 54 e 68 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005. **Autoria:** Senador Gilberto Goellner. **TRAMITA EM CONJUNTO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 389, de 2009 – Não Terminativo – Ementa:** Altera a Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária. **Autoria:** Senador Valdir Raupp. **TRAMITA EM CONJUNTO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 390, de 2009 – Não Terminativo – Ementa:** Altera os arts. 57, 70 e 71 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da socie-

dade empresária, para facilitar as condições de concessão de plano de recuperação extrajudicial a devedor que seja microempresa ou empresa de pequeno porte. **Autoria:** Senador Valdir Raupp. **TRAMITA EM CONJUNTO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 392, de 2009 – Não Terminativo – Ementa:** Acrescenta art. 3º-A e altera o caput do art. 59 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, para permitir, no contrato social ou no estatuto da empresa, que se submetam a arbitragem as divergências decorrentes da aplicação da lei de recuperação de empresas, e dá outras providências. **Autoria:** Senador Valdir Raupp. **Relatoria:** Senador Ivo Cassol. **Relatório:** Pela aprovação do PLS Nº 168, de 2007, na forma da Emenda nº 1 (substitutiva), e pela prejudicialidade do PLC Nº 41, de 2009, e dos PLS Nº 163, 219, 325, 389, 390 e 392, de 2009. **Observações:** 1. As matérias serão apreciadas pela CAS, CAE e pela CCJ em decisão terminativa. **Resultado: Adiado**. **ITEM 10: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 591, de 2011 – Complementar – Não Terminativo – Ementa:** Altera a redação do § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências para vedar o contingenciamento de recursos orçamentários para sanidade animal e vegetal. **Autoria:** Senador Antonio Russo. **Relatoria:** Senador Jayme Campos. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei nº 591, de 2011 – Complementar. **Observações:** 1. A matéria foi apreciada pela CAS, tendo sido aprovado o Parecer pela aprovação do Projeto, e será ainda apreciada pela CAE. 2. O Projeto constou da Pauta da 25ª Reunião Extraordinária da CRA realizada em 18/10/2012. **Resultado: Adiado. ITEM 11: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, de 2012 – Não Terminativo – Ementa:** Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição para o PIS/PASEP, incidentes sobre a receita de venda no mercado interno de produtos oriundos da piscicultura. **Autoria:** Senador Ciro Nogueira. **Relatoria:** Senador Benedito de Lira. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 156, de 2012 com a Emenda nº 1. **Observações:** 1. Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CRA. 2. O Projeto constou da Pauta da 23ª, 24ª e 25ª Reunião Extraordinária da CRA realizadas em 09 e 30/08, e 18/10/2012. 3. A matéria será apreciada pela CAE em decisão terminativa. **Resultado: Retirado de Pauta**. **ITEM 12: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 45, de 2012 – Não Terminativo – Ementa:** Dispõe sobre o turismo rural e seu tratamento tributário, previdenciário e trabalhista, altera as Leis nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, nº 8.870, de 15 de abril de 1994, e nº 5.889, de 8 de junho de 1973. **Autoria:** Senador Lauro Antonio. **Relatoria:** Senadora Ana Amélia **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 45, de 2012, com as Emendas nºs 1 e 2. **Observações:** 1. Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CAS. 2. A matéria foi apreciada pela CAS, tendo sido aprovado o Parecer favorável ao Projeto, e será ainda apreciada pela CAE e posteriormente pela CDR em decisão terminativa. 3. O Projeto constou da Pauta da 25ª Reunião Extraordinária da CRA realizada em 18/10/2012. Iniciada a discussão do Projeto, depois da leitura do relatório pela Senadora Ana Amélia, não houve oradores inscritos. Passa-se à votação, ocasião em que o relatório da Senadora Ana Amélia foi aprovado. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao PLS nº 45, de 2012, com as Emendas nºs 1 e 2-CRA. A Matéria será encaminhada à CAE, e, posteriormente à CDR, em decisão terminativa. ITEM 13: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 204, de 2012 – Não Terminativo – Ementa:** Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para permitir a dedução integral das Áreas de Preservação Permanente, de Reserva Legal e de uso restrito da base de cálculo do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural. **Autoria:** Senador Vital do Rêgo. **Relatoria:** Senador Jayme Campos. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 204, de 2012. **Observações:** 1. Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CRA. 2. O Projeto constou também da Pauta da 25ª Reunião Extraordinária da CRA realizada em 18/10/2012. 3. A matéria será apreciada pela CMA e posteriormente pela CAE em decisão terminativa. **Resultado: Adiado. ITEM 14: AVISO Nº 18, de 2012 – Não Terminativo – Ementa:** Encaminha cópia do Acórdão nº 482, de 2012, bem como dos respectivos Relatórios e Voto que o fundamentam, referente à auditoria com enfoque na gestão da arrecadação de multas administrativas aplicadas por órgãos e entidades federais (TC 022.631/2009-0). **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relatoria:** Senador Ivo Cassol. **Relatório:** Pelo conhecimento e arquivamento do AVS nº 18, de 2012. e pelo oferecimento dos Requerimentos de Informações que apresenta. **Observações:** 1. A matéria constou da Pauta da 23ª, 24ª e 25ª Reunião Extraordinária da CRA realizadas em 09 e 30/08, e 18/10/2012. 2. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. **Resultado: Adiado. ITEM 15: AVISO Nº 15, de 2012 – Não Terminativo – Ementa:** Encaminha cópia do Acórdão nº 356, de 2012, bem como dos respectivos Relatório e Proposta de Deliberação que o fundamentam, referente à auditoria de conformidade realizada na Superin-

tendência Regional do Instituto Nacional de Reforma Agrária no Estado de Mato Grosso do Sul para verificar a regularidade da aplicação de recursos federais na implantação e operacionalização dos Assentamentos Itamarati I e II, em Ponta Porã (TC 020.918/2008-7). **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relatoria:** Senador Waldemir Moka. **Relatório:** Pelo conhecimento e arquivamento do AVS n.º15, de 2012. **Observações:** 1. A matéria constou da Pauta da 15ª Reunião Extraordinária da CRA realizada em 31/05/2012, ocasião em que o Projeto foi retirado de Pauta para reexame do Relator, Senador Waldemir Moka, que devolveu sem alteração do relatório. 2. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. **Resultado: Adiado. ITEM 16: RRA 30 , DE 2012** – **Assunto:** Requer, nos termos do art. 58, § 2º, 11e V, da Constituição Federal, e dos arts. 90, 11,e 93, 11,do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública conjunta, no âmbito das Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), para debater os problemas associados à safra de laranja 2012/2013, com a presença dos seguintes convidados: – Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mendes Ribeiro Filho; – Secretária de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo – Mônika Bergamaschi; – Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, CADE – Vinícius Marques de Carvalho, – Presidente da Associação Brasileira dos Citricultores, Associtrus Flávio de Carvalho Pinto Viegas; – Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo, Faesp – Fábio Meirelles; – Presidente da Associação Nacional dos Exportadores de Sucos Cítricos, CitrusBR – Christian Lohbauer. **Autoria:** Senador Eduardo Suplicy**. Resultado: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão. EXTRAPAUTA: ITEM 17: RRA 31 , DE 2012** – **Assunto:** Requer, nos termos regimentais, a realização de Ciclo de Debates e Palestras, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, com o objetivo de analisar a infraestrutura, conflitos, acompanhamento e assistência dos órgãos governamentais nos acampamentos e assentamentos que aguardam a regularização, bem como as perspectivas e entraves para desapropriação de novas áreas para fins de Reforma Agrária, a realizar-se no dia 30 de novembro de 2012, às 13 horas, na cidade de Presidente Médici, Estado de Rondônia. Participantes: Ouvidoria Agrária Nacional; Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária; Governo do Estado de Rondônia; Ministério do Desenvolvimento Agrário; Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Rondônia; Representante da Coordenação Estadual do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). **Autoria:** Senador Acir Gurgacz. **Resultado: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão. ITEM 18: RRA 32, DE 2012 – Assunto:** Requer, nos termos do art. 58, § 2°, II e V, da Constituição Federal, e dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, conjuntamente com as Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, para discutir a origem, consequências e ações de prevenção, controle e combate à doença Monilíase, que ameaça a cacauicultura brasileira, com os seguintes convidados: Jay Wallace da Silva e Mota – Diretor-Geral da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – CEPLAC; Enio Antonio Marques Pereira – Secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SDA/MAPA; Eduardo Salles – Secretário de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária, SEAGRI – BA e Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Estado de Agricultura – CONSEAGRI; Catarina Cotrim de Mattos Sobrinho – Fiscal Estadual Agropecuário da Agência de Defesa Agropecuária da Bahia – ADAB e Coordenadora Geral do Comitê Técnico de Prevenção a Monilíase do Cacaueiro – CTPMC; e Orlando Leite Ribeiro – Chefe da Divisão de Agricultura e Produtos de Base – DPB do Departamento Econômico da Subsecretaria-Geral de Assuntos Econômicos e Financeiros (SGEF) do Itamaraty. **Autoria:** Senadores Benedito de Lira, Lídice da Mata e Rodrigo Rollemberg. No encaminhamento, o Senador Benedito de Lira e o Senador Tomás Correia fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre o assunto. Passa-se à votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **Resultado: Aprovado, com adendo do Senador Tomás Correia, para inclusão de representante da Comissão Executiva do Plano de Lavoura Cacaueira de Rondônia-CEPLAC/RO. Será cumprida a deliberação da Comissão. ITEM 19: RRA 33, DE 2012** – **Assunto:** Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública da Comissão e Agricultura na Expodireto Cotrijal 2013 – Feira Internacional, que se realizará na cidade de Não-Me-Toque no Rio Grande do Sul, entre os dias 4 a 8 de março de 2013, com o seguinte tema: O Papel da Logística no Crescimento da Produção Agrícola Brasileira. O evento reúne produtores rurais de todo o país, além de propiciar com todas as cadeias produtivas, debates entre fornecedores de insumos, instituições financeiras e agricultores. Convidados: Bernardo Figueiredo – Presidente da Empresa de Planejamento e Logística (EPL); Rodrigo Otaviano Vilaça – Presiden-

te da Associação Brasileira de Logística (ASLOG); Luis Antonio Fayet – Economista e Consultor da Confederação Nacional da Agricultura (CNA); José Carlos Becker – Presidente da Associação Brasileira de Transportadores Internacionais (ABTI); Nei César Mânica – Presidente da Expodireto/Cotrijal. **Autoria:** Senadora Ana Amélia. No encaminhamento, a Senadora Ana Amélia e os Senadores Acir Gurgacz e Tomás Correia fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre o assunto. Passa-se à votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **Resultado: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e doze minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Acir Gurgacz,** Presidente da CRA

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Declaro aberta a 26ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, comunico o recebimento dos Ofícios nºs 17 e 18, de 2012, do Conselho Nacional de Secretários de Estado de Agricultura, subscrito pelo Sr. Eduardo Salles, Presidente do Conseagri e Secretário de Agricultura do Estado da Bahia, o qual manifesta preocupação com a questão da comercialização de milho pela Conab através do Programa Vendas em Balcão.

Passo a ler o Ofício recebido, no Senado, pelo Presidente José Sarney e designado para esta Comissão.

O texto diz o seguinte:

> Exmº Sr. Presidente, como é do conhecimento de V. Exª, os Estados situados na área de abrangência da Sudene atravessam um dos piores períodos de seca de sua história, que se agrava a cada dia, com resultados incalculáveis para a socioeconomia regional, sobretudo para o setor agropecuário, onde a perda de lavouras e de rebanhos atinge índices inimagináveis.
>
> Na pecuária, a situação é bastante crítica. As pastagens praticamente acabaram e grande parte dos produtores já não consegue alimentar seus animais.
>
> A dor e o desespero estão estampados na face dos pequenos criadores por verem seus rebanhos bovino, caprino e ovino sendo dizimados de forma lenta e agônica pela fome.
>
> O sertanejo sofre e muitos até adoecem não só pela perda econômica, mas também pela relação afetiva.
>
> Nesse contexto, a anunciada comercialização de milho pela Conab, através do Programa Vendas em Balcão, divulgada massivamente pelos Governos Federal e estaduais, tornou-se uma esperança para os criadores. Por consequência, a demanda pelo milho tem sido muito grande e a frustração maior ainda, devido às dificuldades operacionais encontradas pela Conab, que, apesar do seu reconhecido esforço, não consegue deslocar os estoques armazenados na Região Centro-Oeste para o Nordeste face à indisponibilidade de transporte.
>
> Ante o exposto, os Secretários de Agricultura dos Estados da área de abrangência da Sudene, após debates sobre a gravidade da situação, decidiram, através deste Ofício, solicitar a V. Exª o seu empenho para que seja emitida, urgentemente, medida provisória permitindo a aquisição, pela Conab, do milho produzido na própria Região Nordeste, ainda que a preços mais altos, de modo a viabilizar o Programa Vendas em Balcão, sob pena de a situação atingir o caos com o agravamento do processo de descapitalização que ora atinge o produtor, que tende a se tornar irreversível e com reflexos inevitáveis no aumento do êxodo rural, pela impossibilidade da continuidade da atividade pecuária em meio a tal adversidade.
>
> Na certeza de contar com a habitual sensibilidade de V. Exª para pleitos dessa natureza, aproveitamos o ensejo para reiterar votos de elevada consideração e apreço.

Quem assina é Eduardo Salles, Secretário de Agricultura do Estado da Bahia e Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Estado de Agricultura.

Sugiro que nós encaminhemos este Ofício ao Ministério da Agricultura e à Casa Civil, pedindo providências, com essa sugestão de medida provisória.

Encaminho para a nossa equipe técnica, para que faça o devido encaminhamento.

É com muita alegria e satisfação que retomo os trabalhos na Presidência na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária aqui no Senado, depois de um período de licença, em que acompanhei o processo eleitoral nos Municípios do Estado de Rondônia e também pude conversar com muitos agricultores e conhecer melhor as suas necessidades, ouvir suas reivindicações e tra-

zer algumas demandas, para discutirmos aqui, nesta Comissão, o que temos feito nos últimos dois anos.

Em Rondônia, o ritmo lento da regularização fundiária, a falta de assistência técnica para o pequeno produtor rural e a precária infraestrutura para o escoamento da produção estão entre as principais deficiências enfrentadas pelos agricultores. Entretanto, muita coisa boa está sendo feita pelo Governo do Estado, em parceria com o Governo Federal, para melhorar as condições dos produtores rurais.

Nesse sentido, aproveito o momento para comemorar o Plano Safra da Pesca e Aquicultura, lançado no último dia 25 de outubro, pela Presidenta Dilma e pelo Ministro da Pesca, Marcelo Crivella, em cerimônia no Palácio do Planalto. Na solenidade de lançamento do Plano, a Presidenta Dilma disse que as atividades ligadas à pesca e à aquicultura agora serão centrais para o País, tanto no âmbito econômico como no social. A meta é ampliar a produção nacional para dois milhões de toneladas de pecado ao ano, até 2014. Além de desonerar a cadeia produtiva da pesca, o Governo pretende, com o Plano, investir R$4,1 bilhões até 2014 em financiamentos para a produção pesqueira, por meio de diversos programas.

Com o Plano anunciado, o Governo pretende tornar o Brasil, até 2020, um exportador do tamanho do seu potencial, ampliando a renda e o trabalho de milhões de brasileiros.

Este ano, promovemos duas audiências públicas na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado para discutir com especialistas e com o Governo alternativas para estimular o desenvolvimento do setor pesqueiro, principalmente porque agora os pescadores e piscicultores terão o mesmo tratamento dos produtores rurais.

A piscicultura é atualmente uma das atividades mais rentáveis para a agricultura, desde que organizada a cadeia produtiva. Com este Plano, o agricultor familiar, organizado em associações e cooperativas, terá uma renda segura para sua propriedade. Com o aprimoramento da assistência técnica, conseguiremos atingir as metas propostas pela Presidenta Dilma.

Para atingir o objetivo, o Governo Federal, entre diversas frentes de ação, vai ajudar os produtores a reduzir o desperdício do manuseio. Só com essa frente, o Governo quer aumentar 40% a renda dos profissionais.

A ampliação das ações governamentais abrangerá também aprimoramento das técnicas de cultivo e manuseio, modernização de equipamentos, oferta de assistência técnica, investimento em pesquisa e mais estrutura à cadeia produtiva, além do crédito mais barato.

Rondônia produz, atualmente, 12 mil toneladas de pescado ao ano. É o terceiro maior produtor em quantidade de peixes capturados dos rios amazônicos, ficando atrás do Pará e do Amazonas. É o primeiro na produção de peixes em cativeiro.

A especialidade da piscicultura em Rondônia é a produção do tambaqui e do tucunaré, e tem avançado muito a produção de pirarucu, também em cativeiro, que, além de ser vendido nas feiras livres e supermercados do Estado, também abastece Manaus e outras capitais. É uma produção pequena, considerando o enorme potencial de crescimento, mas se levarmos em conta os projetos desenvolvidos pelo Governo do Estado, com o apoio das usinas hidrelétricas para o aproveitamento do lago das barragens e, agora, com este Plano Safra, específico para o setor, Rondônia poderá saltar, em breve, para uma produção de 80 mil toneladas ao ano, assumindo o topo do *ranking* nacional da produção do pescado.

Também aproveito a oportunidade para comemorar a inclusão de obras importantes de infraestrutura do meu Estado de Rondônia no Orçamento da União de 2013, tais como as travessias urbanas dos Municípios cortados pela BR-364, por meio do PAC 2 – estamos no fim, já –, além das obras de recuperação completa da rodovia, cujas ordens de serviço já foram emitidas para dois lotes, as travessias urbanas de Ouro Preto do Oeste, Presidente Médici, bem como as adequações das travessias de Candeias do Jamari, Vilhena, Jaru, agora estão com recursos assegurados para serem executados no próximo ano.

A relação das obras em Rondônia previstas no Programa de Aceleração do Crescimento, PAC 2, incluídas no Orçamento de 2013, foi divulgada ontem pelo Ministério do Planejamento. É evidente que obras ainda poderão ser incluídas por meio de emendas da bancada federal ou emendas individuais dos Parlamentares.

O importante é que, através do diálogo, de muita conversa com o diretor do DNIT, com a Ministra do Planejamento, Miriam Belchior, e o Ministro dos Transportes, Paulo Passos, já asseguramos essas obras e agora poderemos destinar as emendas para as obras dos Municípios.

Agradeço a atenção que o Governo Federal está dando ao Estado de Rondônia e destaco a união da bancada federal em torno desses projetos.

As obras das travessias urbanas nos Municípios da BR–364 estão previstas no projeto de recuperação completa da rodovia, mas serão licitadas de forma separada, como ocorreu com a travessia urbana de Ji-Paraná, obra que já está em fase bem adiantada e tem o segundo trecho já incluído no PAC 2 para posterior licitação, na sequência.

Obras incluídas no Orçamento da União para 2013: adequação de travessias urbanas em Candeias do Jamari, Vilhena, Ouro Preto do Oeste, Ji-Paraná, continuação; Ponte sobre o Rio Madeira, em Ponta do Abunã; Ponte sobre o Rio Mamoré, ligando Guajará-Mirim a Guayará Mirim; ponte sobre o Riozinho, em Pimenta Bueno; construção do contorno rodoviário Norte de Porto Velho, que é um anseio muito grande da população, para desviar todo o trânsito da produção agrícola do interior do Estado, produção agrícola do Estado do Mato Grosso, que hoje atravessa o centro da cidade de Porto Velho, produção que passará a ser desviada da cidade e a ir direto para o porto sem ter de atravessar o centro da nossa capital; a construção do terminal fluvial de Guajará Mirim também está incluída no PAC 2, e a conclusão da ponte sobre o Rio Madeira, em Porto Velho, também está incluída no PAC 2.

Cumprimento os nobres Senadores e Senadoras que aqui estão presentes na nossa reunião.

Para que possamos dar continuidade aos trabalhos, vamos inverter a pauta e, como extrapauta, vamos colocar um requerimento da Senadora Ana Amélia, de 2012, da CRA.

ITEM 19

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
Nº 33, de 2012
– Não Terminativo –

Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública da Comissão e Agricultura na Expodireto Cotrijal 2013 – Feira Internacional, que se realizará na cidade de Não-Me-Toque no Rio Grande do Sul, entre os dias 4 a 8 de março de 2013, com o seguinte tema: O Papel da Logística no Crescimento da Produção Agrícola Brasileira.

O evento reúne produtores rurais de todo o país, além de propiciar com todas as cadeias produtivas, debates entre fornecedores de insumos, instituições financeiras e agricultores. Convidados: Bernardo Figueiredo – Presidente da Empresa de Planejamento e Logística (EPL); Rodrigo Otaviano Vilaça – Presidente da Associação Brasileira de Logística (ASLOG); Luis Antonio Fayet – Economista e Consultor da Confederação Nacional da Agricultura (CNA); José Carlos Becker – Presidente da Associação Brasileira de Transportadores Internacionais (ABTI); Nei César Mânica – Presidente da Expodireto/Cotrijal.

Autoria: Senadora Ana Amélia

Com a palavra a Senadora Ana Amélia, a quem cumprimento e agradeço pela presença assídua em nossa comissão, dando vida aos nossos trabalhos.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, caro Presidente Acir Gurgacz, bom retorno a esta lida, que é de todos nós, a lida política, partidária, e a lida pelas ações tendo em vista nosso interesse pelos nossos respectivos Estados, o senhor pela sua Rondônia, como o Senador Tomás Correia, das Alagoas do nosso querido Benedito de Lira, e do meu Rio Grande do Sul.

Todos sabem, a Expodireto, Presidente, é uma das feiras mais importantes, porque ela é uma feira exclusiva de novas tecnologias na produção agropecuária, especialmente na de grãos, de maquinário, de tecnologia mesmo em todos esses campos. E eu penso que o Brasil, que está cada vez mais se projetando como grande protagonista internacional – pode superar até os Estados Unidos na produção de soja nesta próxima safra – tem necessidade urgente de montar um esquema logístico de maior eficiência e com melhores resultados.

Hoje, costuma-se dizer que o produtor rural brasileiro faz o dever de casa da porteira para dentro, mas, não da porteira para fora, que não é ele o responsável pela a estrada, pela ferrovia, pelo porto, pela rodovia, pela logística e, armazenagem. Então, vemos que a armazenagem hoje, no Brasil, é feita em caminhão e, por isso, os congestionamentos nos Portos de Santos, de Paranaguá ou mesmo no de Santa Catarina e no de Rio Grande.

O Dr. Bernardo Figueiredo, que foi nomeado pela Presidente para comandar a Empresa de Planejamento e Logística (EPL) chegou até lembrar que algumas soluções para quebrar esse – digamos – círculo vicioso e pernicioso da falta de logística, são iniciativas mais ou menos lógicas. Por exemplo, no meio do caminho, entre a zona de produção e o porto, um silo para colocar a soja que vai para o porto, em vez de ficar em cima do caminhão, que é gasto, cada hora que fica ali é gasto.

São essas coisas que nós queremos discutir porque a relação dos convidados é de pessoas profundamente conhecedoras de todo o modal do transporte e também da logística em todos os seus aspectos.

Por isso, eu gostaria de contar com o apoio dos senhores colegas Senadores para apoiar esse requerimento e essa iniciativa, lembrando que, no ano passado, a Comissão promoveu...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Este ano.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É, desculpe, este ano. Este ano, fizemos lá, em março, um debate com a presença inclusive do Vice-Presidente

do Banco do Brasil, nosso ex-colega Osmar Dias, debatendo a questão do seguro agrícola, que foi altamente, digamos, produtivo, do ponto de vista do que se alcançou como sugestão lá. Então, agora queremos discutir exatamente a logística, que penso ser o tema do momento em todos os debates que temos.

Quando se fala até na questão de energia da Medida Provisória nº 579, que está em discussão, esse tema é crucial. A Medida Provisória nº 576, que criou a EPL, também está na questão de logística.

Portanto, penso que é conveniente que façamos essa reunião, dentro daquele programa que V. Exª, com muita propriedade e oportunidade, criou, que são as audiências às sextas-feiras à tarde para debater temas de interesse, com a participação dos telespectadores que têm interesse. Isso tem dado um grande resultado e uma grande democratização no processo de interatividade com os produtores rurais do Brasil inteiro.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Em votação o requerimento.

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Cumprimento a Senadora Ana Amélia pela iniciativa de fazer essa audiência mais uma vez lá no Rio Grande do Sul.

Todas as audiências que nós fizemos, Senadora, trouxeram grandes informações e grandes alternativas de continuidade para os nossos trabalhos e soluções para os problemas que encontramos. Têm realmente surtido um grande efeito positivo as audiências públicas que nós realizamos, não só as audiências públicas oficiais, mas o ciclo de palestras e debates. Realmente, estamos debatendo problemas da agricultura e da pecuária em todo nosso País.

Essa questão dos modais é de fundamental importância. Precisamos avançar com relação às ferrovias no Brasil. Temos de diminuir a quantidade de caminhões transitando nas nossas estradas. Evidente que temos problemas quando chegam aos portos, mas as nossas BRs estão superlotadas de caminhões, e caminhões novos, com uma capacidade de carga muito superior ao que tinha na época, e as nossas estradas não evoluíram conforme evoluíram os caminhões. E a solução não é somente arrumar as estradas como está acontecendo em várias partes do País. O Governo Federal está investindo. Tenho acompanhado o empenho do Ministro Paulo Passos, da Ministra da Casa Civil, do Ministro do Planejamento, o DNIT, em regularizar as nossas estradas. Mas a solução não está apenas nas estradas, mas passa também pelas ferrovias. Precisamos, urgentemente, colocar em prática as ferrovias em nosso País.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – E hidrovia, também, onde for possível.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Sem dúvida, hidrovia onde for possível também.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente, agora, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Como fui a uma audiência em Ji-Paraná, na sua terra, agora quero o Senhor dê o prestígio de sua presença lá em Não-Me-Toque, que o senhor vai gostar muito desse evento também. Os demais Senadores estão todos convidados, mas o Presidente é importante.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Com certeza, estaremos lá, Senadora Ana Amélia, para acompanhar e verificar o potencial que, sabemos, é muito grande de produção agrícola e pecuária da Região Sul do País, especificamente no Estado do Rio Grande do Sul.

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pela ordem, o Senador Tomás Correia.

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, só para dizer a V. Exª e à Senadora Ana Amélia, que a Senadora é quase de Rondônia. Tivemos o maior prazer em recebê-la, quando ela foi a Ji-Paraná, e, certamente, a Comissão de Agricultura terá todo o prazer de também estar no Rio Grande do Sul, aprendendo, porque lá a tecnologia é muito moderna. O povo gaúcho, inclusive, tem colaborado bastante com a nossa pecuária, com a agricultura no Estado de Rondônia, modernizando– a. Por isso é importante que essa audiência pública seja realizada e, dentro das possibilidades, estaremos lá, não para ensinarmos, mas para aprendermos com os gaúchos a modernidade, a agricultura moderna, pois sabemos que eles têm um grande *know how* nesse campo.

Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Tomás Correia.

Aprovado o requerimento.

O próximo requerimento é do Senador Benedito de Lira, juntamente com a Senadora Lídice da Mata e o Senador Rodrigo Rollemberg.

ITEM 18

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
Nº 32, DE 2012
– Não Terminativo –

Requer, nos termos do art. 58, § 2°, II e V, da Constituição Federal, e dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a re-

alização de audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, conjuntamente com as Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, para discutir a origem, consequências e ações de prevenção, controle e combate à doença Monilíase, que ameaça a cacauicultura brasileira, com os seguintes convidados: Jay Wallace da Silva e Mota – Diretor-Geral da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – CEPLAC; Enio Antonio Marques Pereira – Secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SDA/MAPA; Eduardo Salles – Secretário de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária, SEAGRI – BA e Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Estado de Agricultura – CONSEAGRI; Catarina Cotrim de Mattos Sobrinho – Fiscal Estadual Agropecuário da Agência de Defesa Agropecuária da Bahia – ADAB e Coordenadora Geral do Comitê Técnico de Prevenção a Monilíase do Cacaueiro – CTPMC; e Orlando Leite Ribeiro – Chefe da Divisão de Agricultura e Produtos de Base – DPB do Departamento Econômico da Subsecretaria-Geral de Assuntos Econômicos e Financeiros (SGEF) do Itamaraty.

Autoria: Senador Benedito de Lira e outros

Com a palavra, o Senador Benedito de Lira, para expor o seu requerimento.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, cumprimento V. Exª pelo retorno, Srªs e Srs. Senadores, não tenho a menor dúvida de que foi bom passar um tempo mais diretamente ligado à Rondônia, mas sentimos a sua ausência.

Sr. Presidente, o cacau sempre foi, lá atrás, no começo desta República, a atividade agrícola que teve a maior importância. Na verdade, o cacau, naquela época, era como o café nos tempos de hoje. E, atualmente, a indústria sul cacaueira, que ocupa um espaço considerável, apesar das dificuldades por que passa o setor. Mas, em decorrência das pragas, logicamente que a produção cacaueira teve um declínio considerável, especialmente no Estado da Bahia, o berço do cacau brasileiro.

Em conversa com a Senadora Lídice da Mata, que é baiana e uma das entusiastas dessa atividade agrícola, resolvemos propor esse requerimento a esta Comissão para que, aqui, possamos discutir as formas, a maneira de que como podemos evitar isso junto ao Ministério da Agricultura para dar maior incremento no que diz respeito às ações técnicas, para que volte o cacau a ser exatamente aquele produto agrícola que sempre teve a grande visibilidade no País.

Por essa razão, Sr. Presidente, vamos receber aqui esses convidados e, logicamente, trataremos desse assunto e, nessa oportunidade, deverá surgir alguma informação para que o Ministério da Agricultura possa, cada vez mais, incrementar ações para evitar esse tipo de preocupação que está tomando conta dos produtores de cacau lá no Estado da Bahia, especialmente.

Este é o que requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem, Senador Bendito de Lira, meus cumprimentos pelo requerimento e pela sua preocupação com a produção de cacau, não só no seu Estado, mas em todo o País.

Também é o caso do nosso Estado de Rondônia, é um pequeno produtor de cacau, mas pretende avançar no plantio e tornar-se grande como é a Bahia também, e a Bahia voltar a ser aquele grande Estado produtor de cacau que foi no passado.

É um tema que o Ministério da Agricultura realmente tem de dar a devida importância.

Portanto, o parabenizo pelo requerimento.

Em votação o requerimento.

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, para encaminhar, Senador Tomás Correia.

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, é um requerimento muito interessante. V. Exª sabe que o nosso Estado, o Estado de Rondônia, já foi grande produtor de cacau, evidentemente que a Bahia é o primeiro colocado, mas de um tempo para cá temos sofrido bastante com essas doenças, sobretudo com a vassoura de bruxa. Hoje, desestimulados que estamos, produzimos menos, e o preço do cacau, nos últimos anos, tem sido muito atraente para o produtor rural, mas a doença do cacau, a vassoura de bruxa, e as condições fitossanitárias são realmente muito preocupantes, e nos precisamos ampliar.

Hoje a Ceplac, em Rondônia, tem feito um trabalho importante nessa área, mas precisamos ampliá-la. Precisamos fazer com que haja estímulo ao produtor, para que ele possa ter não só o preço, mas também capacidade de produção.

Eu também sou um pequeno produtor de cacau, tenho uma área de 10 hectares que está abandonada, porque exatamente não há estímulo nenhum, não há quem queira nem tocar o cacau, nem parceiros que queiram lidar com a agricultura, com essa fase da doença que dá no cacau, sobretudo a vassoura de bruxa.

Então, eu acho que esse debate é muito importante e seria bom que V. Exª, se possível, convidasse alguém de Rondônia, talvez a Ceplac, para participar desse debate aqui conosco, nessa audiência pública requerida pelo Senador Benedito de Lira.

Muito obrigado a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Tomás Correia.

Aprovado o requerimento.

Pergunto ao Senador Benedito de Lira qual seria a data que V. Exª acharia interessante, talvez em dezembro, nós nos programarmos para fazer no começo de dezembro.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Poder ser.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pode ser?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Pode ser dentro da agenda da própria Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Para nos organizarmos.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Perfeito. Que se faça inclusão, em atendimento ao Senador Tomás, pois será interessante a participação de Rondônia nesse debate que, acredito, vai ser muito interessante para todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Em votação o adendo do Senador Tomás Correia, convidando a Ceplac de Rondônia para participar dessa audiência pública a ser realizada.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O próximo requerimento é de minha autoria.

ITEM 17

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
Nº 31, de 2012
– Não Terminativo –

Requer, nos termos regimentais, a realização de Ciclo de Debates e Palestras, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, com o objetivo de analisar a infraestrutura, conflitos, acompanhamento e assistência dos órgãos governamentais nos acampamentos e assentamentos que aguardam a regularização, bem como as perspectivas e entraves para desapropriação de novas áreas para fins de Reforma Agrária, a realizar-se no dia 30 de novembro de 2012, às 13 horas, na cidade de Presidente Médici, Estado de Rondônia. Participantes: Ouvidoria Agrária Nacional; Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária; Governo do Estado de Rondônia; Ministério do Desenvolvimento Agrário; Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Rondônia; Representante da Coordenação Estadual do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), para podermos debater esse tema, que é da maior importância para todo o País, especialmente para o Estado de Rondônia, onde temos vários assentamentos, para as pessoas que precisam de uma definição sobre a questão da reforma agrária no Estado de Rondônia.

Autoria: Senador Acir Gurgacz

Por isso, o nosso pedido desse ciclo de palestras e debates em Presidente Médici, no Estado de Rondônia.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento do Senador Eduardo Suplicy:

ITEM 16

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
Nº 30, de 2012
– Não Terminativo –

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, e dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública conjunta, no âmbito das Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), para debater os problemas associados à safra de laranja 2012/2013. Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mendes Ribeiro Filho; Secretária de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo – Mônika Bergamaschi; Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) – Vinícius Marques de Carvalho; Presidente da Associação Brasileira dos Citricultores (Associtrus) – Flávio de Carvalho Pinto Viegas; Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (FAESP) – Fábio Meirelles; Presidente da Associação Nacional dos Exportadores de Sucos Cítricos (CitrusBR) – Christian Lohbauer.

Autoria: Senador Eduardo Suplicy

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, trata-se de requerimento para discussão da produção de laranja, do suco de laranja, da concentração na área de produção de suco de laranja, para que possa haver o dialogo entre o Ministério da Agricultura, o Cade, os representantes, por exemplo, da Associtrus, da Faesp – e queria fazer a correção, em vez de Fapaesp, é Faesp, pois o Sr. Fábio Meireles é Presidente da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo.

E o requerimento também foi apresentado na Comissão de Assuntos Econômicos, e por esta já aprovado na reunião desta última terça-feira. Mas avalio que se trata de assunto também da Comissão de Desenvolvimento e Reforma Agrária.

Eis por que gostaria que houvesse uma reunião conjunta da Comissão de Assuntos Econômicos com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, para discussão de tema tão relevante quanto o da produção de laranja, a estrutura de comercialização, de exportação e assim por diante, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy. Meus cumprimentos pelo requerimento.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Nós temos 16 itens na pauta. E vou dar preferência aos relatores que estão presentes.

Passo, então, para o item 7.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 212, de 2012
– Terminativo –

Altera a Lei nº 6.894, de 16 de dezembro de 1980, para incluir os remineralizadores como uma categoria de insumo destinado à agricultura e dá outras providências.

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg.

Relatoria: Senador Sérgio Souza.

Relatório: Pela aprovação do PLS nº 212, de 2012, com Emendas nºs 1 e 2.

Observações: 1. Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CRA.

2. O Projeto constou da Pauta da 25ª Reunião Extraordinária da CRA realizada em 18/10/2012.

3. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

Com a palavra o Relator, Senador Sérgio Souza, para proferir o relatório.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Obrigado.

Bom dia, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, chega a esta Comissão, para exame, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 212, de 2012, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg, que altera a Lei nº 6.894, de 16 de dezembro de 1980, para incluir os remineralizadores como uma categoria de insumo destinado à agricultura e dá outras providências.

Contendo dois artigos, a proposição altera os arts. 1º, 3º e 4º da Lei nº 6.894, de 1980, que dispõe sobre a inspeção e fiscalização da produção e do comércio de fertilizantes, corretivos, inoculantes, estimulantes ou biofertilizantes, destinados à agricultura, e dá outras providências, para incluir os remineralizadores entre os insumos tratados pela lei em questão.

Conforme a justificação que acompanha o PLS, o autor argumenta que, entre as fragilidades da agropecuária nacional, destaca-se a dependência na importação de insumos que compõem as formulações dos fertilizantes solúveis (NPK). Sugere, então, o uso de rochas moídas, ricas em macro e micronutrientes para alterar positivamente os índices de fertilidade dos solos brasileiros, conforme os pressupostos da tecnologia conhecida como rochagem.

A matéria foi distribuída à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), em decisão terminativa, e não foram oferecidas emendas no prazo regimental ao PLS nº 212, de 2012.

Passo à análise, Sr. Presidente.

Em face do caráter terminativo, cabe a esta Comissão se manifestar quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito.

Inicialmente, cabe destacar que compete a esta Comissão opinar sobre comercialização e fiscalização de insumos, uso e conservação do solo na agricultura (art. 104-B, incisos VI e VIII, do Regimento Interno do Senado Federal – RISF).

No que respeita à Constituição Federal (CF), observa-se como competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios proteger o meio ambiente e fomentar a produção agropecuária (art. 23, incisos VI e VIII, CF).

Adicionalmente, a União é competente para legislar a respeito da conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição (art. 24, VI, CF).

A matéria veiculada não é de iniciativa privativa do Presidente da República (art. 61, § 1º, da CF) e não está no rol das competências exclusivas do Congresso

Nacional ou de qualquer de suas Casas, expresso nos arts. 49, 51 e 52 da CF.

Quanto à espécie normativa a ser utilizada, verifica-se que a opção por um projeto de lei ordinária se revela correta, pois a matéria não está reservada pela Constituição Federal à lei complementar.

No tocante à juridicidade, a proposição também se afigura correta, pelos seguintes motivos: o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado; a matéria nele tratada inova o ordenamento jurídico; possui o atributo da generalidade; se revela compatível com os princípios diretores do sistema de direito pátrio; e se afigura dotado de potencial coercitividade.

Com respeito ao mérito, o projeto de lei reveste-se de significativa importância. A atividade agropecuária contribui para o empobrecimento da fertilidade química natural dos solos, pela exportação de nutrientes nos produtos agrícolas colhidos e pastagens consumidas pelos animais, o que gera uma demanda de reposição de nutrientes. Tal empobrecimento é mais crítico em solos mais antigos e pobres (em sua composição mineralógica de origem), como os que caracterizam a maior parte dos solos brasileiros.

Essa reposição de nutrientes tem-se dado histórica e principalmente pela adubação química com fertilizantes em geral sintéticos.

Assim, o consumo de fertilizantes sintéticos, no Brasil, aumentou significativamente durante a década de 90 e continua aumentando nas décadas seguintes.

Segundo dados fornecidos durante audiência pública realizada na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, em 7 de fevereiro de 2012, do total de nutrientes produzidos no mundo, 157 milhões de toneladas de nutrientes, conforme dados da revista *Safra*, em 2006, a China e a Índia consumiram 50%, ou seja, 67,8 milhões de toneladas destes nutrientes. Nesse ano o Brasil ocupou o 4º lugar no *ranking* mundial no consumo de fertilizantes, tendo consumido 5,7% do total – 8,9 milhões de toneladas – de nutrientes.

Mas o Brasil não é formador de preços, pois participa com apenas 2% da produção mundial: a China produz 97% dos seus fertilizantes; os Estados Unidos produzem 81% dos seus fertilizantes e o Brasil somente 35%.

Segundo dados fornecidos durante audiência na Comissão de Meio Ambiente, só na importação de potássio gastam-se no Brasil US$4 bilhões anuais, ao passo que uma fábrica custaria em torno de US$2,5 bilhões.

Conforme dados da Associação Nacional para Difusão de Adubos (Anda), de 2006 a 2010, as importações de matérias-primas para a produção de fertilizantes subiram de 21 milhões para 24,5 milhões de toneladas. Entretanto, uma série de fatores estruturais tende a tornar o mercado produtor de fertilizantes mais concentrado e concorrencialmente imperfeito.

No Brasil esse processo de concentração foi impulsionado na década de 90, com a venda das empresas estatais para o consórcio de empresas consumidoras dos produtos daqueles privatizados.

Em função desse cenário, os fertilizantes têm alcançado preços que comprometem o equilíbrio econômico do setor agropecuário brasileiro. A despeito dos investimentos previstos no setor de fertilizantes, o País precisa produzir pelo menos 80% da produção do seu fertilizante, para minimizar a dependência externa, e encontrar mecanismos e novas rotas tecnológicas que possam diminuir esta dependência do mercado internacional.

No Brasil a ampla distribuição geográfica de minerais e rochas contendo cálcio, magnésio, fósforo, potássio e turfa favorece o uso de recursos naturais regionais na rochagem e a diminuição do custo energético do transporte de nutrientes.

São diversos os benefícios da rochagem para as plantas. As culturas de ciclo longo, permanentes, apresentam melhor desempenho do que aquele obtido com a adubação convencional. A rochagem permite a recuperação dos solos degradados e sua conservação e o teor da umidade é maior em solos onde se adiciona o pó de rocha, devido à retenção de água pelas argilas.

O pH, que é a acidez, é elevado e torna-se mais alcalino, aumentando a disponibilização de alguns micronutrientes essenciais às plantas em diversos aspectos, e os efeitos no solo podem se estender por até 4 ou 5 anos seguidos, devido à liberação lenta, menor solubilidade dos nutrientes.

Por fim, os custos da aplicação do pó de rocha podem ser significativamente menores quando comparado com a adubação química. Para ilustrar a relevância do tema, em Brasília foi realizado, em setembro de 2009, o 1º Congresso Brasileiro de Rochagem, sob o patrocínio da Petrobras; Embrapa; Ministério de Minas e Energia – a Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral – e Ministério da Ciência e Tecnologia, através da Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico, Inovação e de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social e o CNPq.

A falta de normatização e a regulamentação da venda do pó de rocha ainda impõem restrições à sua comercialização. Atualmente não existe o enquadramento legal do pó de rocha. Daí a importância das inovações introduzidas pelo PLS nº 212, de 2012. No

entanto, alguns aspectos poderiam ser incluídos no sentido de aperfeiçoar a presente matéria legislativa.

Sugerimos adequar, na forma de uma emenda que ora apresentamos, a redação da alínea "e" do art. 3º, que muda a definição de remineralizadores.

Tais sugestões se devem ao fato de que as pesquisas recentes desenvolvidas apontam também que as rochas podem se constituir em condicionadores de solo a partir do conceito de rochagem, da mesma forma que se utiliza o calcário agrícola no processo da calagem.

Adicionalmente, algumas adequações à técnica legislativa são necessárias ao PLS e apresentamos na mesma emenda.

O principal objetivo da rochagem é melhorar as características físico-químicas do solo, por meio de sua mineralização, da mesma forma como ocorrem com os condicionadores do solo. O efeito mais significativo dos condicionadores ocorre com o processo de intemperismo dos mineradores silicáticos presentes nas rochas e a formação de novas fases minerais com elevada capacidade de troca catiônica e mudança do ponto de carga zero do solo. Ocorre um aumento da atividade microbiológica e da rizosfera, além de melhorar o aproveitamento dos nutrientes disponíveis.

Vários experimentos desenvolvidos no Brasil pela Embrapa e por institutos de Pesquisa das Universidades de Brasília (UnB) e Federal de Viçosa (UFV) mostram que algumas rochas silicáticas são fontes de macro e micronutrientes. Dentre essas citam-se os xistos, biotita xistos, kamafugitos, fonolitos, rochas ultramáficas, rochas calcissilicáticas, entre outras.

No entanto, conforme alertas científicos, é importante destacar que o uso de rochas como insumos agrícolas deve estar condicionado a estudos que garantam sua segurança. Para tanto, é necessário conhecer o tipo de rocha que se pretende utilizar, por meio de análises químicas e mineralógicas que indicarão a oferta de macro e micronutrientes presentes na rocha, bem como as características físicas e de fertilidade dos solos.

Além disso, deve ser destacado que não é toda rocha que pode ser utilizada para fins de rochagem. O excesso de elementos tóxicos ou contaminantes impede seu uso para fins agrícolas. Tais características são reveladas pelas análises acima mencionadas.

Destacamos ainda outra defasagem na Lei nº 6.894, de 1980, e que deve ser alvo de emenda ao PLS em análise. Trata-se da necessidade da inclusão também dos substratos para plantas entre as quatro categorias de insumos já tratadas na lei: fertilizantes, corretivos, inoculantes, e estimulantes ou biofertilizantes.

A categoria substrato de plantas figura somente no Decreto nº 4.954, de 14 de janeiro de 2004, que regulamenta a lei. Este decreto enquadra os substratos para plantas como um dos tipos de corretivo de solo.

Na Lei nº 6.894, de 1980, corretivo é "o material apto a corrigir uma ou mais características desfavoráveis do solo". Mas não é esse o objetivo dos substratos para plantas, um meio de crescimento de plantas.

Portanto, não deveriam ser enquadrados como corretivo pelo decreto citado, e não se enquadram nas categorias previstas na lei, publicada em uma época que os substratos para plantas ainda não faziam parte das cadeias produtivas do agronegócio. A esse aspecto, acrescente-se que, atualmente, a produção nacional de substratos para plantas é da ordem de 450 mil toneladas por ano.

Por fim, sugerimos uma segunda emenda, para a inclusão de artigo no PLS nº 212, de 2012, a fim de alterar a ementa da Lei nº 6.894, de 1980, para que nela também figurem os remineralizadores e substratos para plantas, atendendo, assim, os preceitos da boa técnica legislativa.

Sr. Presidente, passo, então, ao voto.

Pelos motivos expostos, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 212, de 2012, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg, com as emendas aqui sugeridas, cuja ementa segue em anexo à pauta de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Sérgio Souza, pelo seu brilhante relatório.

Gostaria de aproveitar o quórum para podermos votar, antes que percamos o quórum e a oportunidade para podermos avançar.

O Relator, o Senador Sérgio Souza, concluiu pela aprovação do Projeto de Lei nº 212, com as Emendas nº 1 e nº 2.

Peço aos nobres Senadores e Senadoras para incluirmos na votação as duas Emendas, para não fazermos separadamente, para adiantarmos o tempo.

Em discussão a matéria. (*Pausa*.)

Com a palavra o Senador Rodrigo Rollemberg, que é o autor do projeto. Entretanto, peço a S. Exª que possamos ser breves, para aproveitarmos o quórum.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Serei muito rápido, Sr. Presidente, apenas para agradecer ao Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, que já formula e reflete sobre esse tema há muito tempo, que me procurou, provocando o debate que deu origem a esse Projeto.

Fizemos uma audiência pública, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, e ficou muito clara a importância para a sustentabilidade da agricultura brasileira e para o aproveitamento de resíduos da mi-

neração no Brasil que passarão a ter uma utilização nobre na agricultura.

Quero cumprimentar o Relator Sérgio Souza que, com suas emendas, aperfeiçoa este Projeto.

Era apenas esse o registro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado.

Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Queria salientar que nos Anais do Congresso em que se discutiu a questão mostra uma experiência exitosa, no meu Estado, com a rochagem, em Ametista do Sul, que é uma região de exploração também de minerais, pedras semiprecisoas, usando este insumo como forma de enriquecer o solo, com bons resultados.

Mas acho que, quando discutimos essas matérias, precisamos reconhecer o empenho de algumas figuras. Recebi esse anuário da Drª Suzi Theodoro, acho que é da Petrobras, e a forma como ela convence sobre a relevância do assunto, para mim é muito importante matéria dessa natureza, que tem grande interesse.

Temos um grande solo com capacidade para aproveitar e enriquecer. Como foi dito, na análise do Relatório, importamos a maior parte dos fertilizantes que usamos, e é preciso que órgãos, como a Embrapa, como a própria Petrobras e outros organismos estatais ou privados, entrem nesse processo – temos condição, talento e criatividade para isso.

Mas queria fazer uma homenagem não só ao Senador Rodrigo Rollemberg, autor do projeto, ao Relator, mas, especialmente, ao homenagear a Drª Suzi Theodoro, homenageio todos os técnicos que trabalharam nesse processo.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem.

Continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Votação nominal.

Como vota o Senador Delcídio do Amaral?

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Senador Rodrigo Rollemberg, embora V. Exª seja o autor, para efeito de quórum, precisamos do seu voto.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Como vota a Senadora Ana Amélia?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com os dois, com o Relator e o Autor.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Senador Benedito de Lira?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Senador Flexa Ribeiro?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Senador Sérgio Souza, voto conhecido.

Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Senador Tomás Correia?

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, voto com o relator e também faço as minhas homenagens à Drª Suzi Theodoro e a toda a equipe da Embrapa, Petrobras, Ministério do Meio Ambiente, Ministério de Minas e Energia, que participaram desse excelente anuário que nos foi distribuído.

Portanto, o meu voto é com o relator e com as minhas homenagens tanto aos relator quanto ao autor, Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem.

Aprovado o projeto.

Consulto o Plenário, às Srªs e aos Srs. Senadores se poderíamos aproveitar a votação para incluirmos as Emendas nº 1 e nº 2 na mesma votação.

Se concordarem permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado também as emendas.

Aprovado o projeto, que é terminativo.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Antes de encerrar, eu gostaria de parabenizar a Drª Susi Theodoro pelo trabalho que ela vem fazendo em prol da rochagem no Brasil.

Impressionou-me muito a audiência pública que ocorreu na CMA, no início desse ano, e a partir dali, Senadora Ana Amélia, nós passamos a conversar muito. Inclusive o Senador Rodrigo Rollemberg quando propôs esse projeto, eu pedi para ser o Relator, porque entendo que nós temos que nos tornar, de certa forma, independentes em fertilizantes. E é uma forma, se nós não temos os outros microrganismos necessários suficiente para a agricultura brasileira, mas nós temos tecnologia para desenvolver outra forma de fertilizantes, a rochagem, que é fantástico.

E o meu o Estado, o Paraná, tem a maior jazida de xisto do Brasil. Então, nós poderemos, talvez, darmos finalidade para aquela jazida que até hoje não tinha nenhum tipo de fim econômico.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pegando a carona do que disse o Senador Sérgio Souza, que foi nosso competente relator, para dizer que também uma outra área que esta Comissão pode se debruçar é a questão do calcário, porque temos, no Rio Grande do Sul, grandes jazidas, e o calcário, para a correção do solo, que também é um ingrediente natural, barato e que pode ser aproveitado com grande valia para a produção agrícola, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem, Senadora Ana Amélia.

Vamos para o item 4.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 85, de 2011
– Terminativo –

Determina que frigoríficos com registro no Serviço de Inspeção Federal – SIF informem, diariamente, ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento os preços, as quantidades e outras características dos bovinos adquiridos para abate.

Autoria: Deputado Ronaldo Caiado.

Relatoria: Senadora Ana Amélia.

Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CAE.

A matéria foi apreciada pela CAE, tendo sido aprovado o parecer favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo).

Em reunião realizada em 9 de agosto do corrente ano, a Relatora, Senadora Ana Amélia, proferiu o seu relatório, que concluiu pela aprovação do PLC nº 85, de 2011, nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutiva).

Naquela oportunidade foi iniciada a discussão.

A matéria continua em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, vamos à votação.

Comunico que o presente projeto tem caráter terminativo exigindo votação nominal.

Como vota o Senador Delcídio do Amaral.?

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Como vota o Senador Rodrigo Rollemberg?

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Como vota a Senadora Ana Amélia? Voto conhecido, Relatora.

Como vota o Senador Benedito de Lira?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Voto com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Como vota o Senador Flexa Ribeiro?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Como vota o Senador Sérgio Souza?

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Como vota o Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco?PT – SP) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Como vota o Senador Tomás Correia?

O SR. TOMAS CORREIA (Bloco/PMDB – RO) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Dessa forma, em votação o substitutivo, que tem preferência nos termos do art. 300, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal.

Em votação o substitutivo, objeto da Emenda nº 1-CAE.

Aprovada a Emenda nº 1-CAE-CRA (Substitutivo), ficando prejudicado projeto, nos termos do art. 300, inciso XVI, do Regimento Interno do Senado Federal.

Aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar, nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

A matéria constará da pauta da próxima reunião.

Item 06:

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 523, de 2007
– Terminativo –

Dispõe sobre a Política Nacional de Sementes de Mudas.

Autoria: Senador Marcelo Crivella

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CMA.

A matéria foi apreciada pela CMA, tendo sido aprovado o parecer favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CMA, e pela CCT, com o parecer pela rejeição do projeto.

Em reunião realizada em 31 de agosto do corrente ano, a Senadora Ana Amélia proferiu a leitura do seu relatório, o qual concluiu pela rejeição do PLS nº 523, de 2007. Naquela oportunidade, foi iniciada a discussão.

Em discussão *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, vamos à votação, que é nominal.

Como vota o Senador Delcídio do Amaral?

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Voto sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Com a Relatora? Quem vota com a Relatora, vota não.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Voto com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Como vota o Senador Rodrigo Rollemberg?

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, deixe-me pedir a V. Exª para chamar os demais e me chamar ao final, pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pode ser.

Senadora Ana Amélia, voto conhecido.

Como vota o Senador Benedito de Lira?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Voto não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Como vota o Senador Flexa Ribeiro?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Como vota o Senador Sérgio Souza?

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Como vota o Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Como vota o Senador Tomás Correia?

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Como vota o Senador Rodrigo Rollemberg?

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – O Projeto foi rejeitado.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

O item 5 foi pedido para ser retirado.

(É o seguinte o item retirado:

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 396, de 2011
– Terminativo –

Altera a Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, para autorizar a concessão de subvenção econômica para agricultores familiares e empreendedores familiares rurais que empreendam práticas de conservação ambiental.
Autoria: Senadora Ana Rita
Relatoria: Senador Waldemir Moka)

Item 1:

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 626, de 2011
– Não Terminativo –

Dispõe sobre o cultivo sustentável da cana-de-açúcar em áreas alteradas e nos biomas Cerrado e Campos Gerais situados na Amazônia Legal e dá outras providências.
Autoria: Senador Flexa Ribeiro
Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti (Substituído por a*d hoc*)
Relatoria a*d hoc*: Senador Antonio Russo
Relatório: Pela aprovação do PLS nº 626, de 2011.

Resultado: Aprovado o parecer favorável ao PLS nº 626, de 2011.

A Matéria será encaminhada à CMA, em decisão terminativa.

Na 9ª Reunião Extraordinária da CRA, realizada dia 26/04/2012, a Comissão realizou audiência pública para instruir o presente projeto.

Na 21ª Reunião Extraordinária, realizada em 05/07/2012, o Senador Antonio Russo, Relator *ad hoc*, efetuou a leitura do relatório favorável ao PLS nº 626, de 2011.

Naquela reunião, foi encerrada a discussão. Portanto, a matéria está em votação. *(Pausa.)*

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório do Senador Antonio Russo, que passa a constituir o parecer da CRA favorável ao projeto.

A matéria será encaminhada à CMA em discussão terminativa.

Item 2:

ITEM 2

AVISO Nº 37, de 2011
– Não Terminativo –

Encaminha cópia do Acórdão nº 552, de 2011, referente a indícios de irregularidades na execução de convênios firmados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, na Superintendência Regional do Estado de Tocantins (TC 024.516/2007-0).
Autoria: Tribunal de Contas da União

Na 21ª Reunião desta Comissão, em 05 de julho corrente, o Senador Eduardo Suplicy, Relator da matéria, proferiu a leitura do relatório pelo arquivamento do Aviso nº 37, de 2011.

Naquela ocasião, foi iniciada e encerrada a discussão. A matéria está em votação.

As Srªs e Srs. Senadores que concordam com o Relator, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 3:

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 438, de 2011
– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989 e a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para criminalizar a venda ilegal de agrotóxicos e condutas correlatas.
Autoria: Senador Humberto Costa

Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CAS.

Em reunião realizada em 9 de agosto corrente, o Senador Cyro Miranda, Relator da matéria, proferiu a leitura do relatório. Naquela oportunidade, foi encerrada a discussão.

A matéria está em fase de votação.

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, do que trata esse projeto? Criminalizar a venda de agrotóxicos e o que mais?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Item 3: altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989 e a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para criminalizar a venda ilegal de agrotóxicos e condutas correlatas.

Vamos à votação.

As Srªs e Srs. Senadores que concordam com o Relator, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO) – Cabe ainda pedir vista nesse projeto, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Não, porque inclusive já foi encerrada a discussão, cabendo, portanto, somente a votação.

Os Srs. e as Srªs. Senadores que concordam com o Relator permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*.

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, meu voto é "não" porque eu não conheço bem a matéria; eu preferia estudá-la melhor. Por isso, voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem.

Aprovado com a rejeição do Senador Tomás Correia.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, pela ordem, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pela ordem, Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Estive aqui dando uma olhada nos meus projetos, nos itens 8 e 11.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – É o próximo item da votação o item 8.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – É o próximo?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Agora.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – É o que trata do caju?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Item 8:

ITEM 8

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
AO PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 163, de 2000
– Não Terminativo –

Cria o Fundo de Apoio à Cultura do Caju – FUNCAJU.
Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Benedito de Lira

A matéria foi apreciada pela CCJ, tendo sido aprovado o parecer pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do SCD nº 163, de 2000, e pela CAE, com parecer favorável ao SCD nº 163, de 2000, rejeitando as alterações da Câmara sobre o texto da ementa e sobre a redação do art. 1º.

Com a palavra o Relator, Senador Benedito de Lira, para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, Srª s e Srs. Senadores, essa matéria tem uma relevância muito importante para a Região Nordeste. Especialmente por se tratar da cultura do

caju, cultura que já vem sendo disseminada em três ou quatro Estados, mas precisa cresce mais ainda. Para isto, é preciso que haja incentivo e uma ação efetiva do Governo.

Passamos à análise, Sr. Presidente.

Nesta ocasião, cabe a esta Comissão manifestar-se precipuamente quanto aos aspectos de mérito da matéria, tendo em conta o disposto nos incisos X e XVI do Regimento Interno do Senado Federal, que dispõem sobre política de investimentos e financiamentos agropecuários, seguro rural e endividamento rural e política de desenvolvimento tecnológico da agropecuária, respectivamente.

Gostaríamos de ressaltar, inicialmente, que estamos de acordo com o teor do parecer da CCJ, da lavra do eminente Senador Eunício Oliveira, que concluiu pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade do PLS nº 163, de 2000. Por essa razão, entendemos adequado aderir ao posicionamento daquela Comissão especializada quanto aos aspectos mencionados.

Além disso, entendemos que a proposição está também vazada na boa técnica legislativa de que tratam as Leis Complementares nºs 95, de 26 de fevereiro de 1998, e 107, de 26 de abril de 2001.

Com respeito ao mérito, entendemos que a proposição contribui para a melhoria da gestão de financiamento da cultura do caju no Nordeste brasileiro, por criar condições equilibradas para o incentivo da expansão sustentável da cultura, com base em critérios econômicos eficientes.

Como destacado no parecer da Comissão de Assuntos Econômicos, do nobre Senador Wellington Dias, o fruto do caju apresenta importantes elementos nutricionais e pode se constituir em essencial fonte alimentar para Região. São de 156 mg a 387 mg de vitamina C; 14,70 mg de cálcio; 32,55 mg de fósforo; e 0,575 mg de ferro por 100 ml de suco.

Relativamente à importância econômica, destaca-se que parcela significativa é exportada, o que ajuda na manutenção da balança comercial brasileira.

Em 2011, os principais Estados produtores foram Ceará (48,7%), Rio Grande do Norte (23,1%), e Piauí (20%). Além disso, a cajucultura gerou empregos para mais de 130 mil trabalhadores rurais no Estado do Ceará e mais de 200 mil em todo o Nordeste.

Apesar dessa notória importância social e econômica, a cultura vem sofrendo uma séria crise nos últimos anos. Em 2006, a FAO indicava que o Brasil era o quarto maior produtor do mundo, com 236.140 toneladas, ou seja, 6,94% da produção mundial.

Em 2010, ano em que o País teve problemas produtivos, de acordo com a mesma fonte, o Brasil apresentou uma safra de 102.002 toneladas, ficando simplesmente na sétima posição mundial com 2,84% da produção mundial, o que faz com que a proposição mantenha-se superatual.

Estes dados indicam que o Brasil não só perdeu espaço para outros países como também teve sua produção reduzida drasticamente, o que demanda uma drástica mudança na política pública para o caju no País.

Paralelamente à organização da cadeia produtiva, à melhoria da infraestrutura e ao fomento a políticas estruturantes, uma solução que se vislumbra apropriada diz respeito à possibilidade de expansão do cajueiro, então precoce, que pode ajudar a melhorar a produtividade – que, no Estado do Ceará, por exemplo, encontra-se entre 280 a 350 kg/ha – para valores muito superiores, podendo chegar até 1.000 kg/ha.

Portanto, parece-nos bastante pertinente que o Brasil envide esforços para fomentar um processo de inovação, focado no aumento de produtividade do caju.

O País que caminha firmemente para ser a 5ª economia mundial ainda patina quando o critério é inovação, sobretudo industrial. Com investimentos de cerca de 1,2% do PIB em pesquisa e desenvolvimento, o País fica atrás da China, União Europeia, Estados Unidos da América, Coréia do Sul e Japão, para citar alguns exemplos. A consequência imediata é notada quando se observa que o Brasil, em 2011, é simplesmente o 53º no critério competitividade entre 144 países.

Assim, à luz dos argumentos expendidos, entendemos que a iniciativa do insigne Senador Luiz Pontes deve ser aprovada e, por certo, a criação do Funcaju contribuirá para o fortalecimento da cajucultura nacional.

É o voto, Sr. Presidente.

Do exposto, votamos pela aprovação do PLS nº 163, de 2000.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Aproveito a oportunidade, Sr. Presidente, para pedir a retirada de pauta do item 11, considerando algumas coisas para as quais o Governo chama a atenção, e eu gostaria de fazer uma melhor análise.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem.

Retirado de pauta, então, o item 11.

(É o seguinte o item retirado:

ITEM 11

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 156, de 2012
– Não Terminativo –

Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição para o PIS/PASEP,

incidentes sobre a receita de venda no mercado interno de produtos oriundos da piscicultura.
Autoria: Senador Ciro Nogueira
Relatoria: Senador Benedito de Lira)

O Relator concluiu pela aprovação do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao PLS nº 163, de 2000.

Vamos à votação.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Não é para discutir o mérito do projeto do Senador Luiz Pontes, que cria o Funcaju, aliás, muito bem relatado pelo Senador Benedito de Lira, apenas para fazer um comentário, Senadora Ana Amélia, pois chamou-me a atenção a morosidade na tramitação de projetos aqui no Congresso Nacional. Este projeto de lei é de 2000; estamos em 2012, portanto são 12 anos em tramitação. Vejam: ele não é terminativo e, sim, não-terminativo.

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO) – E não é polêmico.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – E não é polêmico.

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO) – V. Exª me permite um aparte, Senador Flexa Ribeiro?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com todo o prazer. Honra-me, Senador Tomás Correia.

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO) – Quero dizer a V. Exª que, ainda esta semana, fiz um pronunciamento reclamando da pressa na tramitação do Código Penal Brasileiro, nesta Casa, que tem diversos pontos polêmicos, como a questão relacionada ao aborto, à eutanásia, à droga, inclusive o plantio da maconha, portanto, um assunto complexo e muito difícil de se obter consenso. No entanto, percebemos certa agilidade. Ainda bem que o ilustre Presidente da Comissão do Código Especial, Senador Eunício Oliveira, juntamente com o Relator, o Senador Pedro Taques, e a Comissão reuniram-se para adiar o prazo para apresentação de emendas.

Penso que todo o corpo jurídico nacional quer debater esse assunto, as igrejas querem, enfim, todos querem discutir a questão. O Código Penal diz respeito e se relaciona diretamente aos interesses nacional, aos interesses de milhões de brasileiros. É um assunto complexo – repito –, mas que se tem dado certa velocidade à tramitação.

Vejam: este projeto é de 2000, de autoria do Senador pelo Ceará Luiz Pontes. O Ceará é um grande produtor de caju e, por isso, o Senador tinha essa preocupação, o ex-Senador pelo Estado do Ceará Luiz Pontes, de Massapé.

Então, eu queria ressalvar que um projeto como esse, simples, que não é polêmico, que é altamente importante para o País, está há 12 anos em tramitação na Casa, ao passo que querem dar ao Código Penal, com toda sua complexidade, velocidade incompatível com o interesse nacional, salvo melhor juízo.

Por isso, eu queria fazer esse registro e dizer que insisto ainda e debato permanentemente para que se abra uma discussão muito mais ampla sobre o Código Penal brasileiro. E o Senador Pedro Taques já demonstrou claramente que está totalmente aberto ao diálogo, ao entendimento e a ouvir toda a comunidade jurídica nacional sobre esse tema.

Era só esse registro, Senador Flexa Ribeiro, que eu queria fazer, pedindo a V. Exª desculpa por tê-lo interrompido.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Não, não é isso não. Agora, com a relatoria do Senador Benedito de Lira, e tendo sido aprovado pelo nosso Presidente Acir Gurgacz, o projeto vai para quê Comissão, Senador Acir Gurgacz?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Vai para a Secretaria-Geral da Mesa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Vai para a Câmara dos Deputados?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Não, não. Vai para votação em plenário e para sanção.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Já vai para sanção?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Exato.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Está ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – O projeto é terminativo aqui nesta Comissão.

A SRª. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não.

A SRª. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria apenas aduzir, também em apoio ao que disseram o Senador Flexa Ribeiro e o Senador Tomás Correia, porque, também nesta semana, terça-feira, votamos, na CAS, em caráter terminativo – felizmente – um projeto de grande alcance social, que estava sendo aguardado, que determina que os pacientes portadores de câncer no diagnóstico, tenham preferência no atendimento pelo SUS em até 60 dias.

Este projeto, Senador Acir Gurgacz e caros Senadores, data de 1997, de autoria do colega Osmar

Dias, que, à época, era Senador. Imaginem: 15 anos para tratar de matéria de alto alcance social, e só foi aprovado, em caráter terminativo, na terça-feira, na Comissão de Assuntos Sociais! Quinze anos em tramitação uma matéria que, digamos, logo se vê, é importante. Porque para o câncer, o quanto antes começar o tratamento melhor, porque as chances de cura são muito maiores. Hoje o SUS demora até 180 dias para o atendimento. Então, com a aprovação da lei, dará vida e sobrevida aos pacientes que tiveram diagnosticado câncer. É uma coisa, eu diria, singela até, apenas botar na fila de prioridades, porque as outras doenças não têm a mesma urgência no tratamento como tem o câncer. Então, veja só: 15 anos!

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Esse assunto, Sr. Presidente, que a Senadora Ana Amélia levanta é muito mais grave ainda, porque aí mexe com a vida humana. Quer dizer, de 1996 para cá, quantas vidas se perderam porque não foi aprovado um projeto da maior importância, do Senador Osmar Dias, que determina prioridade no tratamento. Não precisaria sequer existir tal projeto, não haveria necessidade, mas isso é uma realidade. Quantas pessoas chegam até nós pedindo interferência para que possa agilizar o atendimento. Você é atendido pelo SUS, diagnostica a doença, o câncer, e o atendimento é somente para daqui a 6 meses. Ou seja, é um atestado de óbito, porque daqui a 6 meses, a doença já pode ter tomado conta do organismo.

É lamentável! É lamentável a situação da saúde no nosso País!

Tenho um compromisso, Senadora Ana Amélia, preocupa-me, tira-me o sono, eu sou o relator setorial da saúde para o Orçamento de 2013, e vejo que como nós não temos força política, essa é a verdade, de aprovarmos a regulamentação que determina o limite de 10% de gastos da União na saúde a nível nacional, que a Emenda nº 29, que vai dar certo conforto o atendimento da saúde, isso, quando nós chegamos agora para relatar o orçamento da saúde da União, nós verificamos que o lençol não é curto não, ele mais do curto. Então, você tem que fazer escolhas na hora, que é o que faz o médico, lamentavelmente quem é que não vai ser atendido. Ou seja, quem é que vai ficar na fila para ser encaminhado para a vida superior. Mas é lamentável essa informação da Senadora Ana Amélia.

O caju é o caju, aqui o Senador Osmar Dias trata de vidas humanas.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado Senador Flexa Ribeiro, Senadora Ana Amélia e Senador Tomás Correia.

Eu iria fazer menção a essa questão de o projeto ser de 2000, mas quero lembrar que este projeto chegou nesta Comissão em 8 de agosto de 2012. Mas, mesmo em época de eleições, e é importante que coloquemos isso, ele não ficou parado na nossa Comissão. Aliás, não só nesta Comissão, mas essa nova Legislatura tem dado celeridade aos processos, aos projetos em todas as comissões. Tem havido um avanço muito grande. Nós estamos limpando a pauta de praticamente todos os projetos, não só aqui na CRA, mas eu tenho visto também nas outras comissões da mesma forma. É só para informação.

Em votação o item 8 do projeto.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o Relator permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aprovado o relatório do Senador Benedito de Lira pela aprovação do substitutivo da Câmara dos Deputados PLS nº 163 de 2000.

A matéria será encaminhada à Secretaria da Mesa.

Item 12:

ITEM 12

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 45, de 2012
– Não Terminativo –

Dispõe sobre o turismo rural e seu tratamento tributário, previdenciário e trabalhista, altera as Leis nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, nº 8.870, de 15 de abril de 1994, e nº 5.889, de 8 de junho de 1973.
Autoria: *Senador Lauro Antonio*
Relatoria: *Senadora Ana Amélia*
Relatório: *Pela aprovação do PLS nº 45, de 2012, com as Emendas nºs 1 e 2.*
Observações:
1. Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CAS.

Em 8/8/2012, a Comissão de Assuntos Sociais aprova parecer favorável à matéria.

Com palavra a Senadora Ana Amélia, Relatora, para proferir a leitura do seu relatório.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Presidente Acir Gurgacz, muito obrigada.

Para dar celeridade, já que estamos falando sobre isso, já vou direto à análise deste voto.

Dispensa comentários, mas vale lembrar que a importância do estímulo ao turismo rural em nosso território pode ser dada pelos números da Organização Mundial do Turismo (OMT), que afirma que cerca de 3% do total mundial de turistas orientam suas viagens em férias ou feriados para o turismo rural. Apesar de

não haver números oficiais sobre a atividade no Brasil, dados do Idestur (Instituto de Desenvolvimento do Turismo Rural) falam em menos de 1% do turismo nacional, basicamente concentrado nas Regiões Sul e Sudeste. O meu Estado é um deles, o Rio Grande do Sul.

Ademais, acreditamos que incentivar o turismo rural é também promover mais perspectivas de renda ao produtor rural de nosso País, cujas atividades são muitas vezes penalizadas pelas intempéries e pelas políticas agropecuárias nacionais. Falamos agora há pouco, o Senador Benedito de Lira, sobre o problema do milho lá em Alagoas e lá na Bahia também, que o secretário de Agricultura da Bahia acata que V. Exª também mencionou e também teve isso com o Rio Grande do Sul.

Não vemos óbices quanto à técnica legislativa. Tampouco há problemas de constitucionalidade ou juridicidade na proposição.

A redação do art. 2º, que define o que é turismo rural, entretanto, merece algum reparo.

Da forma como está redigido, o dispositivo exclui aqueles produtores que se localizam em regiões metropolitanas e que exerçam atividades classificadas como de turismo rural. Assim como vem acontecendo com muitas atividades tipicamente rurais, como a olericultura, propomos a substituição do termo "no meio rural" para "no imóvel rural".

Aqui, nas cercanias de Brasília, é um exemplo disso também.

Identificamos, ainda, a necessidade de alterar a redação do art. 7º, com a finalidade de corrigir um erro de concordância verbal.

Voto.

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 45, de 2012, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº 1– CRA

Dê-se ao art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 45, de 2012, a seguinte redação:

> ***Art. 2º*** *Para os efeitos desta Lei, entende-se por turismo rural o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no imóvel rural, que agregue valor a produtos e serviços, resgate e promova o patrimônio cultural e natural da comunidade.*

EMENDA Nº 2 – CRA (DE REDAÇÃO)

Dê-se ao art. 7º do Projeto de Lei do Senado nº 45, de 2012, a seguinte redação:

> ***Art. 7º*** *Às atividades de turismo rural aplica-se, no que couber, a legislação geral do turismo, especialmente a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008.*

Esse é o meu voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, nobre Relatora, Senadora Ana Amélia, pelo seu brilhante relatório.

A Relatora conclui pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 45, de 2012, com as Emendas nºs 1 e 2.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com a Relatora permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório da Senadora Ana Amélia, que passa a constituir o parecer da CRA, pela aprovação do PLS nº 45, de 2012, com as Emendas nºs 1 e 2, da CRA.

A matéria será encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos e, posteriormente, à CDR, em decisão terminativa.

Os demais itens 9, 10, 11 – pedido de retirada de pauta pelo Senador Benedito de Lira –, 13, 14 e 15 serão adiados, pela ausência dos Relatores, para a próxima reunião.

(São os seguintes os itens retirados:

ITEM 9

TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 41, de 2009
– Não Terminativo –

Acrescenta dispositivo à Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, para dispor sobre o arrendamento ou comodato de bens e direitos de empresa em processo de recuperação judicial, por cooperativa de empregados.
Autoria: Deputado José Pimentel

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 168, de 2007
– Não Terminativo –

Modifica o art. 55 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, que dispõe sobre o prazo para que os credores manifestem objeções ao plano de recuperação judicial.
Autoria: Senador João Vicente Claudino

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 163, de 2009
– Não Terminativo –

Altera o inciso III do art. 48 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, para diminuir, de oito para seis anos, o prazo mínimo para apresentação, pela microempresa ou empresa de pequeno porte, de novo plano especial de recuperação judicial.
Autoria: Senador Papaléo Paes

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 219, de 2009
– Não Terminativo –

Altera o art. 70 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, para permitir que as associações e as fundações possam requerer o plano especial de recuperação judicial, que abrangerá qualquer tipo de crédito e não implicará em falência do devedor em caso de seu descumprimento.
Autoria: Senador Paulo Paim

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 325, de 2009
– Não Terminativo –

Altera os arts. 54 e 68 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005.
Autoria: Senador Gilberto Goellner

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 389, de 2009
– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária.
Autoria: Senador Valdir Raupp

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 390, de 2009
– Não Terminativo –

Altera os arts. 57, 70 e 71 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, para facilitar as condições de concessão de plano de recuperação extrajudicial a devedor que seja microempresa ou empresa de pequeno porte.
Autoria: Senador Valdir Raupp

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 392, de 2009
– Não Terminativo –

Acrescenta art. 3º-A e altera o caput do art. 59 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, para permitir, no contrato social ou no estatuto da empresa, que se submetam a arbitragem as divergências decorrentes da aplicação da lei de recuperação de empresas, e dá outras providências.
Autoria: Senador Valdir Raupp
Relatoria: Senador Ivo Cassol
Relatório: Pela aprovação do PLS Nº 168, de 2007, na forma da Emenda nº 1 (substitutiva), e pela prejudicialidade do PLC Nº 41, de 2009, e dos PLS Nº 163, 219, 325, 389, 390 e 392, de 2009.

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 591, de 2011 – Complementar
– Não Terminativo –

Altera a redação do § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências para vedar o contigenciamento de recursos orçamentários para sanidade animal e vegetal.
Autoria: Senador Antonio Russo
Relatoria: Senador Jayme Campos

ITEM 11

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 156, de 2012
– Não Terminativo –

Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição para o PIS/PASEP, incidentes sobre a receita de venda no mercado interno de produtos oriundos da piscicultura.
Autoria: Senador Ciro Nogueira
Relatoria: Senador Benedito de Lira
São os seguintes os adiados:

ITEM 13

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 204, de 2012
– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para permitir a dedução integral das Áreas de Preservação Permanente, de Reserva Legal e de uso restrito da base de cálculo do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural.
Autoria: Senador Vital do Rêgo
Relatoria: Senador Jayme Campos

ITEM 14

AVISO Nº 18, de 2012
– Não Terminativo –

Encaminha cópia do Acórdão nº 482, de 2012, bem como dos respectivos Relatórios e Voto que o fundamentam, referente à auditoria com enfoque na gestão da arrecadação de multas administrativas aplicadas por órgãos e entidades federais (TC 022.631/2009-0).
Autoria: Tribunal de Contas da União
Relatoria: Senador Ivo Cassol

ITEM 15

AVISO Nº 15, de 2012
– Não Terminativo –

Encaminha cópia do Acórdão nº 356, de 2012, bem como dos respectivos Relatório e Proposta de Deliberação que o fundamentam, referente à auditoria de conformidade realizada na Superintendência Regional do Instituto Nacional de Reforma Agrária no Estado de Mato Grosso do Sul para verificar a regularidade da aplicação de recursos federais na implantação e operacionalização dos Assentamentos Itamarati I e II, em Ponta Porã (TC 020.918/2008-7).
Autoria: Tribunal de Contas da União
Relatoria: Senador Waldemir Moka)

Antes de encerrar, quero fazer uma menção ao item do Projeto de Lei do Senado nº 626, que dispõe sobre o cultivo sustentável da cana-de-açúcar em áreas alteradas e nos biomas Cerrado e Campos Gerais situados na Amazônia Legal.

Quero cumprimentar o Senador Flexa Ribeiro, que é o autor deste projeto, que é da maior importância para a nossa Região Amazônica, colocando viabilidade para o plantio de cana na Região Amazônica e no Cerrado, hoje proibido. Dessa forma, dando condições para que nós também possamos plantar cana-de-açúcar na nossa região, onde já foi feita a transformação de reserva de mata para área produtiva.

Meus cumprimentos ao Senador Flexa Ribeiro pela autoria do projeto, amplamente debatido, discutido nesta Comissão e, agora, felizmente, aprovado.

Aceito sua sugestão, e peço ao Senador Rodrigo Rollemberg, como membro da Comissão de Meio Ambiente, que possa me designar para eu fazer a relatoria deste projeto na CMA. Peço a nossa equipe que entre em contato com o Presidente Rodrigo Rollemberg, para que me encaminhamento, se possível, a relatoria deste projeto tão importante na CMA.

Para discutir o assunto, o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente, Senador Acir Gurgacz, quero, primeiro, agradecer aos meus pares, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, que aprovaram na reunião de hoje o projeto de lei que permite, como V. Exª bem colocou aqui, o cultivo da cana-de-açúcar nos biomas da Amazônia e do Pantanal nas áreas de campos naturais e áreas alteradas.

O projeto, como temos chamado a atenção desde o início, não altera as florestas, não derruba uma única árvore.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz Bloco/PDT – RO) – Para deixar claro, não há desmatamento. Vamos deixar bem claro, para que todos possam entender: não haverá desmatamento para o projeto.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Não derruba uma única árvore. Ele apenas permite que se utilizem as áreas que são, primeiro, naturais. Por exemplo, o Estado de Roraima. O Estado de Roraima tem 80% de campos naturais. A Ilha do Marajó, no meu Estado, tem metade de suas terras de campos naturais. Então, são áreas que têm que ter alguma utilidade: ou é a pecuária – e, no caso de Marajó, a pecuária é ostensiva, e está em decadência – ou, então, pode-se utilizar, se houver vocação para isso, o cultivo da cana, produção de etanol, de açúcar.

Hoje, tivemos aqui a alegria de vermos votada e aprovada, de forma não terminativa, mas vamos discutir o mérito dela, que era o que vínhamos debatendo na Comissão de Agricultura. Vamos discutir o mérito no Meio Ambiente. Queira Deus que tenhamos lá também a possibilidade de aprová-la e encaminhá-la à Câmara dos Deputados. Tenho a honra e a satisfação de V. Exª ter aceitado ser o Relator na Comissão de Meio Ambiente. V. Exª, com todo conhecimento e competência que tem no agronegócio, como Presidente da Comissão de Agricultura do Senado Federal, vai poder fazer o relatório e o debate elevado na Comissão do Meio Ambiente. Assim, teremos lá a oportunidade de debater com os nossos pares, na Comissão de Meio Ambiente, já que não vamos ter nenhum problema com a área ambiental. Muito pelo contrário. Vamos fazer parceria,

produzir de acordo com as questões ambientais, ou seja, respeitando as questões ambientais.

Então, vamos agora enfrentar a Comissão de Meio Ambiente para que possamos, ainda este ano, se Deus quiser, remeter o projeto para a Câmara Federal. Assim, poderemos, no próximo ano, ter na Câmara Federal a aprovação para que possa ir à sanção presidencial. Agradeço a V. Exª por ter aceitado a relatoria. Tenho certeza absoluta de que V. Exª se desempenhará com toda a competência e talento dessa função. Para mim é uma honra, como autor do projeto, tê-lo como Relator.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro. É minha a honra de poder relatar um projeto tão importante para o País, em especial, para a Amazônia e, em especial também, para o Estado de Rondônia.

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz Bloco/PDT – RO) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Tomás Correia.

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente, considero uma discriminação contra a Região Amazônica a proibição ou a restrição do plantio de cana. Estão falando até no plantio de maconha agora, e querem restringir a Região Norte, a Região Amazônica do plantio de cana, com o objetivo, segundo eu soube e presumo, de conter o desmatamento. Mas uma coisa não tem nada a ver com a outra, Senador Flexa Ribeiro. Quem vai plantar cana planta em área que já está desmatada, em área que pode até ser recuperada. De sorte que também faço esse registro aqui. Fico feliz em saber que V. Exª, que é do Estado de Rondônia, é da Região Norte e conhece bem essa questão, vai ser o relator desse importante projeto para o agronegócio nacional e para a Região Norte, a Região Amazônica. Desejo que esse projeto seja relatado e aprovado o mais rapidamente possível. Acho até, Senador Flexa Ribeiro, que seria até dispensável termos lei para isso. Tenho dúvida sobre se é constitucional alguém proibir alguém de praticar uma atividade econômica. Se o plantio de cana tem restrição, poderia ter também o plantio de café, a pecuária, o plantio de cacau.

Então, entendo até que seria desnecessário uma lei para isso, porque, na verdade, percebo que a autoridade pública não pode impor a alguém uma restrição para uma atividade econômica que não é objeto de nenhuma proibição. Não há nenhuma proibição legal, não há nenhuma lei dizendo que o plantio de cana na deva ocorrer só em regiões tais ou quais.

De sorte que entendo que essa lei é importante, porque, pelo menos, tira qualquer dúvida com relação a essa proibição que, a meu ver, é totalmente absurda.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Permita-me, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Por favor, Senador.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Senador Tomás Correia, tem-se várias formas de obstruir, impedir ou dificultar o desenvolvimento da Amazônia; tem-se barreiras ambientais, barreiras – eu diria – ideológicas e barreiras financeiras.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Econômicas são as mais...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Econômicas e financeiras.

Esse foi um decreto baixado pelo Presidente Lula. Como V. Exª disse, ele não pode proibir o plantio, ele proibiu o financiamento, que é a mesma coisa. Quer dizer, os bancos estão proibidos de financiar o plantio da cana na Amazônia. Então, quem não tem financiamento, não pode plantar. Nós temos que derrubar o decreto para que possamos voltar a ter o plantio.

Mas é importante e interessante – Senador Acir Gurgacz e Senadora Ana Amélia – que as restrições ao desenvolvimento da Amazônia se fazem. E aí, V. Exª, que é amazônida, a Senadora Ana Amélia, apesar de ser do Rio Grande do Sul, é amazônida de coração, nós temos lá um problema interessante, nós sofremos reação externa e interna. No caso da cana, nós temos reação interna também. O fator de produtividade nossa assusta os produtores de cana de outras regiões do Brasil. Eles trabalham, eles também trabalham para que nós não possamos plantar cana lá. Porque, quando nós pudermos plantar cana, nós vamos ter uma concorrência com eles lá. Eles terão uma concorrência conosco aqui na Amazônia, eles vão ter que vir, eles serão bem-vindos na Amazônia.

Então, o problema nosso – e o Senador Acir Gurgacz sabe bem disso – é que nós temos o problema externo que tem a figuração ambiental, o discurso ambiental, e nós temos o problema interno, que é um problema econômico de concorrência.

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO) – Inclusive, Senador Flexa Ribeiro, só uma parte a V. Exª, permita-me, Presidente. Assisti a uma palestra em Jaru, Estado de Rondônia, há um tempo, de alguém de São Paulo. A argumentação dele era de que não se deveria plantar cana na região amazônica, porque a cana depende de um choque térmico de calor para poder produzir açúcar e que a cana na nossa região seria pouco produtiva, portanto, economicamente inviável. Esse é o argumento dos paulistas.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado aos Senadores.

Quero aproveitar a oportunidade para fazer um agradecimento especial ao Senador Moka, que é o Vice-Presidente desta Comissão, que fez um grande trabalho na nossa ausência – e sempre o faz – defendendo sempre os interesses dos nossos agricultores. Então, portanto, meus cumprimentos ao Senador Moka pelo brilhante trabalho à frente desta Comissão nesses 120 dias em que nós estivemos ausentes.

Um agradecimento também aos Senadores presentes hoje pela manhã que proporcionaram a possibilidade de votarmos os temas terminativos nesta Comissão hoje: o Senador Delcídio do Amaral, o Senador Rodrigo Rollemberg e a Senadora Ana Amélia, sempre presente e apoiando esta Comissão, da mesma forma, o Senador Benedito de Lira, Senador Flexa Ribeiro, Senador Sérgio Souza, Senador Eduardo Suplicy e também o Senador Tomás Correia, desempenhando um excelente trabalho aqui no Senado Federal, Senador suplente do Senador Valdir Raupp, que está ausentado – como eu estive há pouco –, representando muito bem o Estado de Rondônia e também representando o Senador Raupp. Meus cumprimentos, Senador Tomás Correia, por sua brilhante atuação aqui no Senado, especialmente na nossa Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada esta reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 8 horas e 32 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 12 minutos.)

ATA DA 27ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 8 DE NOVEMBRO DE 2012.

Às oito horas e quarenta e três minutos do dia oito de novembro de dois mil e doze, no Plenário 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência, em exercício, do Senador **WALDEMIR MOKA**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes Senadores: **DELCÍDIO DO AMARAL, RODRIGO ROLLEMBERG, CASILDO MALDANER, SÉRGIO SOUZA, IVO CASSOL, BENEDITO DE LIRA, FLEXA RIBEIRO, CYRO MIRANDA, JAYME CAMPOS, ANTONIO CARLOS RODRIGUES, EDUARDO SUPLICY, TOMÁS CORREIA e WELLINGTON DIAS**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Zeze Perrella, Acir Gurcacz, Ana Amélia, Gim Argello e Sérgio Petecão. Deixa de comparecer por motivo justificado, o Senador Antonio Russo. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente informa que a presente reunião se destina à Audiência Pública, em cumprimento ao **Requerimento nº 29, de 2012 – CRA**, de autoria do Senador Waldemir Moka, com adendo da Senadora Ana Amélia, aprovado em 09.08.2012, com a finalidade de discutir a "Integração da Pesquisa e Extensão Rural", com a presença dos seguintes convidados: **Sr. Mendes Ribeiro Filho –** Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – **MAPA**; **Sr. Júlio Zoe –** Presidente da Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural – **ASBRAER**; **Sr. Maurício Antônio Lopes –** Presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – **EMBRAPA**; **Sr. Valter Bianchini –** Secretario de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário – **MDA** (em substituição ao Exmo Sr. Pepe Vargas, Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário); **Sr. Helinton José Rocha –** Diretor da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – **CEPLAC/MAPA**. Após a exposição dos Senhores convidados, fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados, os Senadores Waldemir Moka, Eduardo Suplicy, Tomás Correia e Casildo Maldaner. O Senhor Presidente, Senador Waldemir Moka, coloca em votação o seguinte requerimento: **EXTRAPAUTA: ITEM 1: Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 34, de 2012 – ASSUNTO:** Requeiro, em aditamento ao Requerimento n° 23/2012 – CRA, aprovado em 17 de maio de 2012, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II e V, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Presidente da União Brasileira do Biodiesel e Bioquerosene – Ubrabio, para participar da Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), destinada a debater o Setor Sucroalcooleiro no Brasil. **Autoria:** Senador Sérgio Souza. No encaminhamento, não houve oradores inscritos. Passa-se à votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **Resultado: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quinze minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Waldemir Moka,** Presidente, em exercício, da CRA.

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Declaro aberta a 27ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que, com anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se à audiência pública em cumprimento ao Requerimento nº 29, de 2012, de minha autoria, Senador Waldemir Moka, com a subscrição da Senadora Ana Amélia, aprovado em 9 de agosto do corrente ano, com a finalidade de discutirmos a "Integração da Pesquisa e Extensão Rural". Teremos a participação dos seguintes convidados: Helinton José Rocha, Diretor da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac). Helinton, com h – confesso que nunca vi. É o famoso Tom, do Ministério da Agricultura. Ele é do Mato Grosso do Sul, é um desses técnicos competentes, conheço-o, é meu amigo de longa data, em função da ligação que tenho, de muito tempo, com o setor. É do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o querido Mapa.

É convidado também o Sr. Valter Bianchini, Secretário de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

É importante a presença do Sr. Maurício Antônio Lopes, Diretor Presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

Dr. Maurício, essa é uma das coisas que acompanho desde pequeno. Já lhe disse que tenho um irmão que foi da extensão rural, da extinta Embrater. Muita gente confundia com a Embratel, mas já tivemos uma empresa nacional de extensão rural, a Embrater. O Senador Jayme Campos e o Senador Tomás Correia devem lembrar-se da antiga Embrater, empresa de extensão rural em plano nacional. Então, é muito importante. A Embrapa faz a pesquisa, mas esse sistema de extensão rural, aos poucos, foi desmantelado. Hoje, ressente-se muito da extensão rural. Melhorou já nos últimos tempos. Houve uma reação grande, o pessoal está mais organizado. Tanto na Câmara quanto no Senado, tem-se procurado fortalecer a extensão rural. Não adianta gerarmos pesquisa, se essa pesquisa não chega na ponta do sistema. Daí a motivação dessa discussão, a integração da pesquisa com a extensão rural, principalmente agora, com a agricultura familiar. O grande produtor, naturalmente, conhece, sabe, contrata técnicos, mas o pequeno produtor não tem essa facilidade.

Convidado ainda o Sr. Julio Zoé, Presidente da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (Asbraer).

Concedo a palavra, pela ordem aqui, ao meu amigo Helinton, que é Diretor da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira do Ministério da Agricultura, para que comece.

Com a palavra o Sr. Helinton José Rocha.

O SR. HELINTON JOSÉ ROCHA – Bom dia a todos!

Nós estamos presentes a esta audiência a pedido do Gabinete do Ministro. Para tanto, tenho uma apresentação que eu pediria, se possível, que fosse projetada.

Inicialmente, gostaria de agradecer ao meu amigo, Presidente em exercício da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Senador Waldemir Moka, cujo irmão é também um amigo, que trabalhou muito na montagem da extensão rural no meu Estado. Nós, de nossa parte, ajudamos na estruturação da antiga Inpaer, que foi a última versão que a Embrater teve e cujo modelo foi aplicado no Mato Grosso do Sul e no Mato Grosso. Depois, ela se tornou uma agência, hoje chamada Agraer, com uma figura jurídica bastante diferente da original. Essas cicatrizes mostram uma história difícil do sistema Embrater; uma história bastante importante.

Os desafios que temos hoje são bastante importantes. E esse é um debate que, na verdade, está acontecendo no mundo inteiro. Esse aqui é um *slide* de um debate, Senador, que aconteceu há um mês na Itália, onde se discutia exatamente isso, porque está acontecendo um "PAC" que está mexendo na estrutura econômica da União Europeia.

Há mais de 10 anos, a Itália usa a extensão rural e a assistência técnica apenas cooperativada. Lá há muitos subsídios para as cooperativas, o que permitiu que se organizasse a extensão rural a partir daquele modelo. E se vê lá uma evolução tecnológica bastante grande, com uma fruticultura que produz 90 toneladas de ameixa por hectare, quase três vezes mais o que a gente faz aqui.

E é um debate importante, porque, mesmo com todas essas crises que passaram, o Ministério do Desenvolvimento Agrário conseguiu orçamento e conseguiu suportar a extensão rural pública e gratuita para um público bastante importante, a agricultura familiar. No entanto, o estudo que foi encomendado...

Próximo *slide*, por favor. (*Pausa.*)

Obrigado.

A demanda em cima desse relacionamento já acontece historicamente. O Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária, liderado pela Embrapa e por outros, onde atuam várias organizações estaduais de pesquisa... No caso do Mato Grosso do Sul, ela é unida à Agraer e tem pesquisa e extensão juntas, o que, de certa maneira, facilita esse diálogo.

Mas, na verdade, a quantidade de informação tecnológica que se tem hoje é muito grande, e organizar essa fonte, esse relacionamento com o pessoal que presta assistência técnica é muito importante. Para isso, há que se saber qual a demanda do setor produtivo.

O Mapa tem um sistema de câmaras setoriais temáticas, em número de 27, divididas por culturas ou grupos de culturas, que mapeia as rotas de desenvolvimento tecnológico prioritário para a iniciativa privada. E a iniciativa privada é principalmente quem ordena isso aí.

A Embrapa tem os seus sistemas. Cada centro faz lá, à sua maneira, as consultas, de modo que a gente tem trabalhado um bocado essa questão e tem um diálogo entre a Embrapa, o Ministério da Agricultura e o Ministério da Ciência e Tecnologia, que tem orientado, por exemplo, os fundos setoriais. Porém, precisamos ampliar bastante isso; precisamos ter realmente uma definição estratégica, e o Presidente Maurício vem trabalhando nessa parte da inteligência de maneira brilhante dentro da Embrapa, de maneira que a gente consiga organizar isso.

Há um grupo de trabalho criado – e eu coordenei esse grupo – logo em 23 de julho, exatamente para estudar uma reestruturação institucional federal para esse trabalho. E participaram desse grupo a própria Embrapa, a Conab, a Ceplac, as secretarias e os órgãos internos do próprio Ministério, como as secretarias finalísticas.

Esse grupo foi apoiado por um grupo interno na Secretaria, nós fizemos um *workshop* com 35 líderes, e na sexta reunião fechamos os trabalhos. Baseamo-nos em um trabalho que a Associação Brasileira das Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural havia definido e conseguimos chegar inclusive à primeira minuta de um anteprojeto de lei propondo a organização de uma agência. Mas essa não é uma questão fechada. Hoje, estamos discutindo, sob a liderança do Ministro Pepe Vargas e do Ministro Mendes Ribeiro – e temos um relacionamento com o Secretário Bianchini –, no sentido de fazer uma proposta do Executivo que seja harmônica às duas Pastas e que possa servir... Porque, hoje, a assistência técnica, além de servir ao Ministério da Agricultura e ao do Desenvolvimento Agrário, serve ao do Meio Ambiente, que tem os povos da floresta e outras populações ligadas às questões de conservação da biodiversidade; serve ao MCTI, que tem seus importantes centros técnicos de radiação, e serve ao MEC, que tem os CEFETs e as universidades e que também tem orçamento de mais de R$50 milhões para fazer extensão rural. Então, precisamos ampliar o orçamento do Ministério da Agricultura para trabalhar com o médio e o produtor cooperado, que é um público que vamos ver logo em seguida.

Aqui, eu usei a imagem aqui de uma roda dentada de 60 anos a.C., que está em um museu da Grécia. Essa tecnologia não era utilizada, tornou-se comum depois do século XVIII. Façamos alguma coisa que seja pós-*mouse*, que hoje também já está começando a ser superado por outras tecnologias. Precisamos atualizar as demandas funcionais. Eu exagerei exatamente para dizer que precisamos atualizar as demandas funcionais desse sistema. É muito diferente. Não se trata de recriar a Embrater, porque a realidade hoje é completamente diferente. Uma empresa não tem mais capacidade, não pode mais realizar determinadas tarefas que julgamos importantes, como ter e preservar a conformidade do serviço em proteção do produtor rural, no sentido de que o produtor rural tenha um serviço cada vez de mais qualidade, que a assistência técnica tenha uma maneira metodológica previamente estabelecida, com conformidade definida.

Bom, hoje, as demandas em cima do agricultor são muito grandes. É muito diferente. Quando comecei minha carreira, eu fazia projetos para a Paulo/Centro e o Propec, que eram maneiras de ocupar o Cerrado no Mato Grosso do Sul. Fazíamos projetos de maneira muito livre, não havia legislação ambiental muito forte, não havia questões ou normas trabalhistas. Então, era muito confortável. Hoje, porém, estaria completamente fora da lei o trabalho que fazíamos naquela época. Hoje, existe uma demanda muito grande em relação a alimento seguro, a certificação e outras formas de signos que agreguem valor à produção, sistemas de produção, o que não havia àquela época.

O Programa ABC, por exemplo, tem nos mostrado que o grande gargalo é ter técnica e pessoal que faça projetos que parem em pé do ponto de vista tecnológico, do ponto de vista de gestão e do ponto de vista comercial, que são estratégias necessárias para enfrentar os grandes desafios colocados ao produtor rural. Entre eles, há muitos exemplos bons. O Brasil tem boas experiências que precisam ser irradiadas. O Balde Cheio, por exemplo, liderado pela Embrapa, consideramos um modelo que precisa ser trabalhado e ampliado para outras culturas e para a própria cultura do leite; e a produção orgânica, que tem uma rede de pesquisa liderada também pela Embrapa. E estamos desenvolvendo, por meio dos CEFETs, 90 núcleos novos de irradiação disso. Para isso, precisamos contar com novos instrumentos de comunicação e de capacitação à distância. Hoje, há métodos baratos para baixar palestras até em um celular.

São informações que precisam ser atualizadas. Na cadeia do frango, para os senhores terem uma

ideia, uma norma que muda na União Europeia, demora um ano e meio para chegar até o produtor. Isso é muito dinâmico e significa, às vezes, perder um mercado, ficar fora de um mercado. Então, são coisas muito estratégicas.

Num estudo de cenários feito a partir dos dados de 2006 do IBGE – são os únicos que temos –, encontraram-se vários recortes. Vamos ver aqui várias formas de recortes diferentes.

Dos 5,3 milhões de estabelecimentos rurais, 900 mil estabelecimentos não têm nenhuma produção. O Ministério da Agricultura não tem política para isso. Quem tem política para isso é o MDS, são outros Ministérios ligados muito mais à assistência social e à inclusão produtiva. Há o pessoal do Ministério do Trabalho. É preciso capacitá-los para serem também bons trabalhadores rurais, com alta produtividade.

Há uma fatia grande de 3,9 milhões de estabelecimentos, e 2,3 milhões desses estabelecimentos que produzem 13% do valor da produção bruta agropecuária brasileira... Olhem como é pequeno o valor da produção, mas é muito importante do ponto de vista social. Desses estabelecimentos, 2,3 milhões têm renda negativa. Nesse recorte, desses 500 mil produtores – aí se incluem o médio e o grande produtor –, 145 mil têm renda negativa declarada. Então, isso demonstra que não é só nem o médio... Esse grupo aí inclui os médios e os grandes. Está certo? Eles respondem por 86,7% do valor bruto da produção. Eles têm problemas também. E esses problemas, a gente os vê. A gente vê, por exemplo, o índice de calcário vendido no Brasil: para cada 700 quilos de calcário, vendem-se mil quilos de fertilizante. Nós, que somos agrônomos, vemos que essa é uma distorção. Num país de terras ácidas, não podia ser nem sequer a mesma proporção. Então, por que se está vendendo mais fertilizante? Porque, no caso do fertilizante, há comissão de venda. As cooperativas fazem metas de venda para os seus técnicos. Essa também é uma distorção, porque tira a isenção técnica do técnico que está trabalhando no departamento da cooperativa.

Há uma série de sintomas desses problemas, como o endividamento, as perdas por seca. Muitas vezes, são plantios fora da janela de menor risco. A assistência técnica e a tecnologia têm soluções muito importantes para isso, que não são as únicas. Aí há a contaminação também da questão da gestão, que é muito importante; da questão da gestão do risco da atividade agropecuária tanto climática, como mercadológica. Então, precisamos preparar melhor o produtor para enfrentar isso. Sempre haverá um pouco de gente com renda negativa, o que é inerente da atividade, mas não precisava ser quase um terço.

Em outro recorte, há uma fatia, que são os 800 mil produtores que estão no meio. É um recorte em que se tentou encontrar o médio produtor. É um trabalho da Fundação Getúlio Vargas e do Senar com base nos dados do IBGE. Oitocentos mil produtores respondem por 15% da produção nacional. Aí você encontra um recorte próximo do que a gente imagina que seja a caracterização do médio produtor, que está sem o colchão social que o Pronaf possibilita e sem a escala de produção.

Esses 300 mil produtores respondem por 75% da produção, e esse já é um recorte que pega um pouco mais o grande produtor, o produtor que tem escala. Se eles respondem por 75% da produção, eles têm escala. Então, eles se defendem no mercado sem política, pela questão da escala, mas eles também contam com uma assistência técnica muitas vezes contaminada pelo interesse comercial. Lamentavelmente, isso é verdade. Precisamos enfrentar isso.

Esse é um recorte que a gente já mostrou. Nós já falamos um pouco que esses 900 mil estabelecimentos são usuários do sistema de assistência técnica. A assistência técnica, em muitos Estados, em muitas regiões do Brasil, é o único braço que tem o Poder Público para intervir, para ajudar uma comunidade. Então, às vezes, a gente fica imaginando que o trabalho é só transferência de tecnologia, mas isso não é verdade. Ele está demandado para coisas como campanhas de saúde pública, como bolsa família. Ele está com uma pauta muito difícil de ser, muitas vezes, harmonizada e com pouco recurso. Então, precisamos fazer políticas estruturantes no nível federal que harmonizem essas demandas para a assistência técnica e para a extensão rural e que as fortaleçam, principalmente.

Aqui, esse recorte pega um pouco o médio e o pequeno produtor. De 3,9 milhões de estabelecimentos, há 2,3 milhões de estabelecimentos com renda negativa. Esse é um desafio muito importante que o Ministério do Desenvolvimento Agrário tem feito. E sem o esforço do Desenvolvimento Agrário, com certeza, o sistema de Ater hoje estaria basicamente acabado. Então, eles realmente tiveram um trabalho hercúleo de manter esse sistema funcionando, com muito esforço.

E há muitas oportunidades de melhoria na questão da gestão, na questão do acesso ao mercado. Então, isso é importante.

Essa fatia tem uma demanda por conformidade muito menor do que a do médio produtor e a do grande produtor. Demanda por conformidade que eu falo é em relação a segurança alimentar; ele é menos cobrado, ele tem determinadas políticas que o protegem sobre a própria legislação ambiental. Ele convive, às vezes, com uma incerteza fundiária. Ele tem políticas ali que não

exigem tanto a conformidade, mas há uma tendência como a que nós estamos vendo na cadeia das aves.

A cadeia das aves está sofrendo uma pressão para mudar para um tecnologia chamada *dark house*, que é uma tecnologia que já envolve uma pressão de escala muito importante e que já está sob uma pressão de conformidade relativa a segurança alimentar. Não se permite resíduo em aves, porque a gente perde mercado internacional, em 120 países.

Eu adiantei um pouquinho essa lâmina, mas é porque a gente vê que é muito importante rever essa questão da renda negativa. Estudando um pouquinho este assunto, nós vimos que, em primeiro lugar, está faltando profissionalização da gestão. Em muitos casos, o médio produtor, e até o grande, às vezes, confunde a sua contabilidade pessoal com a contabilidade da propriedade. Ele mistura aquilo, e esta gestão fica complicada. O cooperativismo, a organização socioeconômica da base produtiva, que são consórcios, condomínios, meios de fazer com que o produtor organizado tenha um pouco mais de gestão sobre a compra de insumos e a venda de seus produtos. Então, esse é um grande problema. Nós estamos vendo que muitas cadeias estão com problema de não ter mais margem, e ela tem que expandir a escala de produção, porque a margem é tão reduzida por volume de produto, que ela só tem uma solução. Então, hoje, os galpões de frango, por exemplo, estão sendo construídos para 40 mil frangos.

Eu fui produtor de frango, quer dizer, a minha família foi produtora de frango na década de 80 e nós tínhamos 1,6 mil cabeças. E vinha vizinho ver como se criavam 1,6 mil cabeças de frango juntas. Hoje são 40 mil. Está certo? Aqui em volta do DF, o Senador Rollemberg conhece produções nessa escala. São os novos estabelecimentos.

Os custos de produção precisam ser trabalhados com conformidade pré-definida. A questão da defesa agropecuária precisa estar mais inserida na questão da assistência técnica e extensão rural, porque é um diálogo construtivo maior, mais construtivo do que a defesa que se faz na defesa agropecuária estadual; ela é um instrumento mais policialesco, e a extensão rural não, ela é uma face que educa muito mais do que a outra.

Então, nós temos uma demanda por certificações, por sistemas que agreguem valor. A produção agropecuária brasileira é muita *commodity* e pouca agregação de valores. Esse discurso está em tudo que é lugar. E nós já temos políticas para isso, formuladas, como é o caso da produção integrada, como é o caso de uma série de boas práticas de produção, como é o caso do bem-estar animal. Certificações privadas, orgânicos, *fair trade*, indicações geográficas, marcas coletivas, são elementos novos que, por mais que o Ministério tenha feito – nós fizemos vários cursos a distância sobre isso, junto com Embrapa, com universidades –, nós precisamos sistematizar a maneira de levar esse conhecimento para a assistência técnica e extensão rural.

A agricultura de baixo carbono, que é focada principalmente no médio produtor, tem mostrado a necessidade absoluta de que nós temos que caminhar para um sistema que tenha conformidade.

Na verdade, nós perdemos muito da cultura, a inflação tomou de nós a capacidade de planejar no médio e longo prazo. E nós temos que fazer que um extensionista volte a ser capaz de defender um investimento que vai demorar 15 anos para ser pago e o banco aceitar isso, o produtor aceitar isso e o empreendedorismo absorver coisas como o investimento de volta para a agropecuária.

Eu estou terminando, Senador.

Estrutura de Ater. Nós fizemos um estudo sobre por que há baixa adoção de tecnologia. A árvore é bastante complexa, e não vou tomar o tempo dos senhores com isso, mas eu acho que, tomando-se essa parte vertical, por exemplo: tecnologia não validada para locais específicos; a rede de extensão rural ainda é insuficiente. Temos empresas fornecedoras que focam pouco em sustentabilidade. O conceito que a gente trabalha de sustentabilidade inclui o dinheiro que o produtor está colocando no bolso, a renda dele também.

Então, as redes cooperativas não estão concluídas, porque, por um processo histórico, nós temos boas cooperativas, de Minas para o Sul; há boas cooperativas até em Mato Grosso, mas, dali para cima, no Norte e Nordeste, o cooperativismo foi interrompido pela Constituição, que não deixou mais o Estado intervir dentro das cooperativas, e, historicamente, aquilo ficou estagnado. Nós precisamos de um programa para revitalizar as cooperativas.

Nós temos um programa no Ministério, mas ele não teve ainda o suporte orçamentário que esta Casa precisa dar para o Executivo fazer isso.

Bom, é um problema complexo, sem dúvida, e, com certeza, nós precisamos estabelecer um diálogo, construir um modelo, e a Presidente não apenas tem se mostrado bastante aberta, mas ela tem nos provocado, o MDA e o Mapa, no sentido de fazer uma proposta. E eu acho que é uma oportunidade imperdível de fazermos uma estrutura enxuta, eficaz, focada em resultados: resultados para o produtor rural, resultados para o consumidor, na segurança dos alimentos, enfim, para garantir a paz social e, principalmente, valorizar essa massa de recursos humanos importante que nós

temos. Temos uma massa de recursos humanos importante nas empresas de assistência técnica e extensão rural, como temos essa massa maravilhosa de recursos humanos que está na pesquisa liderada pela Embrapa, que aqui o Dr. Maurício muito bem representa.

Muito obrigado.

Eram essas as palavras.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – A finalidade desta audiência pública é discutirmos a integração da pesquisa e a extensão rural. Temos uma empresa, que é a Embrapa, respeitada internacionalmente em termos de pesquisa. Nós todos reconhecemos isso. Agora, temos uma dificuldade em fazer com que essas pesquisas cheguem até a ponta, sobretudo ao pequeno produtor, na chamada agricultura familiar, onde é mais difícil. Como o Helinton falou... Eu vou ter dificuldade de chamá-lo de Helinton, porque nós, em Mato Grosso do Sul, o chamamos de Tom há muito tempo. Então, como o Helinton disse, o chamado extensionista rural é muito mais do que a pessoa que vai difundir isso. Ele orienta. Na verdade, o pequeno produtor precisa de orientação até para ele lidar com o banco. São coisas fundamentais na chamada extensão rural, e, ao longo do tempo, essa extensão rural, infelizmente, chegou a ser desmantelada no País. Agora se reorganizou.

Eu me lembro, na Comissão de Agricultura, acho que fui até o relator de um projeto que reorganizou a extensão rural. Sou fã da extensão rural, como da Embrapa, porque entendo que gerar pesquisa é fundamental. Agora, para chegar essa pesquisa na ponta do sistema, aí é que realmente vamos ter de melhorar. É esse o sentido da audiência pública, e trouxemos aqui as pessoas, de certa forma, que mais entendem e que estão mais em contato com os assuntos de que estamos tratando. Não sei se fui claro, mas acho que fica mais fácil para que a gente possa entender.

Com a palavra – estava preso ali numa fila enorme – o Valter Bianchini, que é Secretário de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário, nosso MDA.

Chegou, e não deu tempo nem de descansar.

O SR. VALTER BIANCHINI – Bom dia a todos e a todas, Senador Waldemir Moka, demais Senadores, demais participantes, colegas aqui presentes. Quero parabenizar o Senado, a Comissão de Agricultura do Senado por esse tema, para nós e para a agricultura brasileira, bastante importante; cumprimentar os colegas Helinton; Maurício, da Embrapa; Zoé, da Asbraer, e pedir perdão pelo atraso. Confundi o horário e, depois, fiquei um pouquinho perdido internamente. Mas vamos em frente.

Sobre esse tema de articulação, pesquisa e extensão rural, é um pouco o que o Senador relatou: a gente teve um processo contínuo de fortalecimento do sistema de pesquisa agropecuária brasileiro, e a força da Embrapa, a força do nosso Consepa, com muitas entidades estaduais de pesquisa potentes, o que a Embrapa cresceu, principalmente nessa última década, ou nesses últimos anos, com o PAC Embrapa, enfim, nós temos uma trajetória de muito orgulho de desenvolvimento da pesquisa agropecuária brasileira. Mas a gente não pode falar o mesmo da política de extensão rural. Nós...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Vou interromper um pouquinho.

O Ministro fez questão de passar por aqui, é um Ministro muito querido, foi Deputado Federal conosco e teve a gentileza de passar aqui.

Sei dos seus compromissos, Ministro, sei que passou aqui rapidamente só para cumprimentar a Comissão de Agricultura. V. Exª poderia dizer algumas palavras depois. O Helinton já falou, representando V. Exª.

O Ministro vai ficar um pouco, ouvindo-nos.

O SR. VALTER BIANCHINI – Então, o mesmo nós não podemos falar da trajetória de parte do Governo Federal na política de extensão rural. Nós temos, na história da extensão, um pouco mais de 50 anos das iniciativas ainda no sistema das ACARs, da ABCAR, uma primeira tentativa de se organizar um sistema nacional de extensão rural através das instituições estaduais, das associações de crédito, assistência técnica em extensão rural, e o sistema brasileiro, que era a ABCAR. E essas instituições constituíam o Sistema Brasileiro de Extensão Rural, o antigo Siber, e depois houve o Sibrater.

Os primeiros decretos que tratam oficialmente da articulação pesquisa/extensão ainda datam de meados dos anos 60, quando se organizava uma política nacional de agricultura. Então, ainda com um departamento, uma direção de pesquisa agropecuária nacional e um sistema representado pela ABCAR, tivemos as primeiras formalidades de como articular os processos da pesquisa e os processos da extensão rural.

Em meados dos anos 70 – 1973, 1974 – nós temos, fruto dos PNDs e fruto do que se desenhava do potencial que se teria a política de agricultura no desenvolvimento social e econômico do Brasil, a decisão importante da criação da Embrapa, que muito orgulho nos dá hoje, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, e temos, quase que simultaneamente, a transformação do sistema ABCAR na Embrater. Aí nós tivemos, nos Estados, a transformação das ACARs em EMATERs, a criação de um conjunto de institutos estaduais também de pesquisa e tivemos, nos anos

70, um princípio de uma organização muito forte entre os dois sistemas (a Embrapa, as redes estaduais de pesquisa de um lado e, do outro lado, as EMATERs e a Embrater). Houve, ainda nesse período, basicamente de 1975, 1976 a 1981, uma primeira oficialização de uma coordenação, dentro do Ministério da Agricultura, que teria esse papel de articular esses dois polos importantes da prospecção de demanda de pesquisa, da geração de pesquisa, da adequação da pesquisa aos agricultores finais; essa unidade horizontal entre a extensão rural, a pesquisa e os agricultores e suas organizações. Esse sistema, também, essa coordenação nacional não deu frutos, também não conseguiu adequar, fazer essa importância que estamos discutindo, hoje, do tema de articulação pesquisa/extensão. Destituída a coordenação, tivemos ainda, durante os anos 80, a crise mundial, uma crise afetando internamente as políticas brasileiras e tivemos uma onda que se pode chamar de neoliberal, de enxugamento da máquina do Estado, em que a Embrater e as EMATERs foram as primeiras a serem afetadas.

Então, os anos 80 assistem a certo desmantelamento, certa desestruturação da política nacional de Ater, que, em 1991, culmina, entre o governo Sarney e o primeiro ano do governo Collor, com a extinção da Embrater e com uma fragilização, que já veio durante os anos 80, para um conjunto das nossas EMATERs nos Estados. Em alguns Estados mais consistentes, elas sobreviveram melhor, e em outros, elas se desestruturam. Nesses anos 90, tivemos, dentro do Ministério da Agricultura, uma série de reformulações, de reestruturações, mas, nunca mais, o que tínhamos na estrutura da Embrater voltamos a ter, dentro do Ministério da Agricultura, nesses anos.

Mesmo, em 1993, quando o governo Itamar cria o Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (Dater), esse Departamento não voltou a ter a força que precisava ter para estruturar, para coordenar um sistema nacional de Ater. Então, os anos 90 assistem, novamente, a uma continuidade da desestruturação da política nacional de Ater e à continuidade da política de apoio à pesquisa.

Em 2002, na transição do Governo Lula, com o crescimento e a importância que se tinha o Pronaf, as políticas da agricultura familiar e os assentamentos, acordamos, na transição do governo, e, depois, com o então Ministro Roberto Rodrigues, para a importância de se passar o Dater para o Ministério do Desenvolvimento Agrário e voltar a ter essa coordenação conjunta da Ater – Assistência Técnica e Extensão Rural, e o público-alvo das políticas agrícolas, que era a agricultura familiar e os assentamentos da reforma agrária.

Recriamos, em 2003, o Dater no MDA. Depois, com o apoio do Senado Federal, com o apoio do Congresso Nacional, conseguimos legalizar uma Política Nacional de Ater, um PNATER. Conseguimos ter, no Orçamento Geral da União, orçamentos crescentes. Hoje, o MDA tem por volta de R$500 milhões para desenhar uma coparticipação com os Estados, para que possamos ter, de fato, uma política mais abrangente de Ater.

Mas, mesmo com todos esses esforços, hoje, temos, aproximadamente, 1 milhão de agricultores, de um universo potencial entre 3 e 4 milhões de agricultores, que possam ser atendidos e ter um forte programa de inclusão socioprodutiva no cenário da agricultura brasileira. Ainda estamos muito longe de uma universalização dessa política de Ater. Então, os desafios que se colocam, hoje, para o Governo da Presidente Dilma, para o nosso Ministério, para o Ministério da Agricultura é como redesenharmos essa nova estrutura de Ater.

Hoje, para os Senadores entenderem, temos um universo importante de extensionistas nos Estados. Hoje, as nossas EMATERs agregam, mais ou menos, 15 mil extensionistas, muitos com a minha faixa etária, acima de 50 anos, acima de 30 anos de serviços de extensão. Então, precisamos de uma renovação desse serviço da EMATER, mas, enfim, é um contingente importante de mais de 15 mil extensionistas.

Temos, junto às prefeituras municipais... Pelo menos mais da metade das prefeituras municipais hoje, no Brasil, têm algum serviço de agricultura, algum serviço de extensão rural; são mais de 5 mil extensionistas. Temos, no sistema cooperativo mais consolidado da OCB, quadros, departamentos técnicos de mais de 6 mil extensionistas. Temos, pelo menos, 500 organizações não governamentais que têm um outro contingente de aproximadamente 5 mil extensionistas. Temos, nos Estados, um orçamento de mais de R$1,5 bilhão nas EMATERs. Então, há volume de recursos em nível nacional, há prioridade em nível nacional; o que precisamos, agora, é otimizar mais esse sistema brasileiro de assistência técnica e extensão rural e retomarmos, através deste sistema, essa articulação com o sistema nacional de pesquisa liderado pela Embrapa.

Hoje – Maurício vai colocar para nós isso de melhor forma –, das 47 estações da Embrapa, os Senadores conhecem, temos um conjunto muito grande de tecnologias e, mais que isso – está aqui o Diretor Waldyr, da Diretoria de Transferência de Tecnologia – temos um conjunto grande de metodologias, para que possamos disponibilizar ao nosso universo de extensionistas o conjunto dessas pesquisas.

Então, eu queria dizer, por último, para vocês que os dados do Censo Agropecuário mostram que, quan-

do podemos comparar o universo dos agricultores não assistidos, dos agricultores eventualmente assistidos e regularmente assistidos, a média, tanto para a agricultura empresarial como para a agricultura familiar, é de três, quatro, até cinco vezes, conforme a tipologia, a média de produtividade por hectare entre um produtor não assistido pela Ater, onde não chegam os frutos da pesquisa, e um agricultor regularmente assistido.

Então, baseado em dados comparativos da força que, quando se articulam pesquisa e assistência técnica, existe para os nossos produtores, o desenho é bastante otimista. Podemos, agora, com essas diretrizes nossas, com a integração entre os dois Ministérios, mais o da Educação, Ciência e Tecnologia, uma integração federal, com a reorganização desse sistema nacional – porque avançamos muito nesta década, mas temos que dar um novo salto nessa reestruturação de uma estrutura nacional de Ater –, com essa articulação com Estados e Municípios e com a iniciativa privada nesse sistema e uma boa proximidade com as estações da Embrapa, podemos inserir um universo de, pelo menos, 2 milhões de agricultores, que, hoje, estão numa certa base da pirâmide e da renda. Dois milhões. Não quero falar da universalização, mas, hoje, estamos prontos para atender perto de 3 milhões de agricultores e inserir, fortalecer uma nova classe média no campo em que possamos responder por uma continuidade de tranquilidade na segurança alimentar do mercado interno crescente, da oferta cada vez mais crescente às exportações, que possamos responder a esse desafio de agricultura e agroenergia e trabalhar uma agricultura não só do ponto de vista econômico e da produtividade, não só do ponto de vista da sustentabilidade com essas tecnologias, mas, principalmente, com a inclusão social.

Então, quero dizer que o MDA trabalhou bastante nesta última década. A diretriz da Presidente Dilma, como vocês viram, nos dois Planos Safra é de fortalecer, dar esse salto com uma nova estrutura. E estamos muito integrados na Asbraer, com os Estados, no Consepa, com as entidades de pesquisa, com o nosso Ministério da Agricultura e também com a nossa Embrapa, para que otimizemos esse sistema e faça, de fato, aquilo que ainda é um sonho, otimizar o potencial que se tem, a articulação pesquisa/extensão, que é o tema deste seminário.

Obrigado, Senador Waldemir, obrigado aos nossos Senadores por esta possibilidade.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Nós é que agradecemos ao Valter. Eu e o Valter já travamos alguns debates na Comissão de Agricultura, Rodrigo Rollemberg, mas sempre um debate de muito bom nível.

Quando eu cheguei aqui, havia um ranço ideológico – lembra daquilo, Valter? – na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Eu me lembro do finado Adão Pretto, que dizia "esses latifundiários lá do Mato Grosso do Sul", e o latifundiário do Mato Grosso do Sul era eu: "E vocês podem pegar todos esses sem-terra e levar para o Mato Grosso do Sul, que vocês não vão invadir nem a metade do que eu tenho..." E não tenho nada de terra, então eles podiam levar lá. Mas eu brincava com o finado Adão Pretto.

Terminamos o meu mandato como Presidente da Comissão de Agricultura numa parceria incrível entre o núcleo agrário, porque é fundamental, isso, Valter, essa integração da extensão rural, e acabarmos exatamente com isso – eu sonho exatamente isso –, com uma Embrapa produzindo, gerando pesquisa, e a extensão rural mais forte do que nunca, levando esses conhecimentos, não só levando, como orientando, Valter, porque o papel do extensionista é muito maior do que difundir a pesquisa e a assistência técnica. É muito, muito importante.

Antes de conceder a palavra ao Sr. Julio Zoé de Brito, eu ouço o Ministro da Agricultura, que passou aqui, numa gentileza muito grande. Eu acho que ele quis mostrar o novo visual dele aqui na Comissão de Agricultura, não é?

Com a palavra o nosso querido Ministro, meu amigo, Deputado Federal Mendes Ribeiro.

O SR. MENDES RIBEIRO FILHO – Presidente Moka, eu queria agradecer a oportunidade de estar aqui mais uma vez. Vir à Comissão de Agricultura do Senado, para mim, é uma honra, ainda mais quando presidida por V. Exª. Sei do seu talento, do seu comprometimento.

V. Exª se aproximou da agricultura, e foi um bem para a agricultura, Deputado Moka. E eu digo Deputado Moka porque V. Exª está emprestado para o Senado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MENDES RIBEIRO FILHO – Eu digo isso para ele. Depois de ter chegado ao céu...

Mas o Moka é um homem de extrema qualidade, que tem feito um grande trabalho e foi um artífice fundamental na questão do Código Florestal. E quero dizer do meu respeito, do meu carinho.

E dizer, Moka, que o meu novo visual é alguma coisa que se impõe. Agora, ele, impressionantemente, me faz mais forte, e tenho certeza que essa guerra eu vou ganhar; mesmo me olhando no espelho e me vendo diferente, tenho certeza de que forças não me faltarão, para que esse processo seja apenas mais uma mostra de que é possível, sim, vencer as barreiras daquelas dificuldades que nos são impostas.

Eu quero saudar o meu Presidente, o meu Presidente da Embrapa, o Maurício. Tenho tido ótima relação com o Maurício, acho o Maurício extremamente preparado.

Ontem, Maurício, sem a sua permissão – nós temos, segunda-feira, uma reunião, e vamos conversar –, eu tive uma reunião com a Presidente da Embrapa Solos, a Maria de Lourdes, que é uma das responsáveis pelas 47 EMBRAPAs. E o que se quer? Nós estamos fazendo um projeto onde nós estamos examinando todos os solos dos Estados brasileiros, para que possamos, no Fertiliza Brasil, buscar condições de retomarmos a capacidade produtiva do nosso solo. Quero dizer ao Valter Bianchini que tem sido uma experiência muito grande da minha assessoria, do meu secretário executivo, esse trabalho conjunto com o Ministério do Desenvolvimento Agrário. Não tenho dúvidas de que a nossa agência, a agência dos nossos sonhos, vai surgir e, por ser essa a agência de assistência técnica dos nossos sonhos, é que fiz questão de passar aqui hoje, na Comissão de Agricultura, e dizer que este debate é extremamente importante para nós, para os conselhos da área da agricultura, para os ministérios da área da agricultura, para os Senadores que aqui estão e que atuam na área da agricultura, a quem faço questão de saudar, assim como a todos os que trabalham na área da agricultura brasileira.

Moka, conte com o Ministério da Agricultura para auxiliar. Os debates estão extremamente avançados. Esse trabalho da Embrapa precisa chegar na ponta, e é fundamental que a assistência técnica volte a ter no Brasil o papel fundamental que teve e tem, nós sabemos que tem e precisa ter, sob o ponto de vista estatal.

Tenho outros compromissos, meu Senador, mas, repito, não poderia deixar de vir aqui transmitir a minha confiança. Eu sempre disse, desde que assumi, que vou ganhar outra menina dos olhos. Eu dizia que a menina dos meus olhos era a Embrapa. Pois vamos ter a assistência técnica para, quem sabe, ser a prima dessa menina e podermos fazer uma dupla extraordinária, minha diretora, em favor do produtor brasileiro.

Muito obrigado. Foi uma honra estar aqui com todos os Senhores.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Quero dizer, como médico, que o Ministro Mendes foi um dos primeiros amigos que fiz no Congresso. Eu chamo de Mendes com todo o respeito o nosso Ministro da Agricultura. Disse a ele: "Você tem que de dar uma passada aqui." Porque acho que ele vence uma quadra, uma luta da vida dele muito importante. E é exatamente fazendo isso que a gente vai vencer.

Todos nós aqui, sem exceção, ficamos muito felizes com o seu pronto restabelecimento. Vejo, por sua língua afiada, que V. Exª já está 100%.

Então, quero dizer ao Ministro Mendes Ribeiro que nada me deu mais alegria – sei da sua agenda –, do que o fato de ele ter passado aqui, o que demonstra o respeito que S. Exª tem pela Comissão de Agricultura. Não pela nossa amizade, mas pelo respeito que tem pelo Senador Sérgio Souza, pelo Senador Jayme Campos...

O SR. MENDES RIBEIRO FILHO – Grandes amigos.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – ... pelo nosso novo companheiro, Antonio Carlos Rodrigues, pelo Senador Cyro Miranda, pelo querido Senador Suplicy.

Sei que V. Exª tem compromissos. Quero dizer que o Helinton, com h, já o representou aqui, fez uma grande exposição, é um grande técnico que o ajuda lá, o nosso Tom.

Tom, você reassume o lugar do Ministro, que tem compromisso.

O SR. MENDES RIBEIRO FILHO – O Helinton tem um desafio bem sério agora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Com a palavra Julio Zoé de Brito, Presidente da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (Asbraer).

O SR. JULIO ZOÉ DE BRITO – Bom dia, Ministro, que já está de saída. Um abraço e boa sorte!

Bom dia, Senador Waldemir Moka. Cumprimento o meu amigo Valter Bianchini, Secretário de Agricultura Familiar; companheiro Helinton, do Mapa; Dr. Maurício, Presidente da Embrapa. Queria cumprimentar os demais Senadores por prestigiar esta audiência pública, pesquisadores e extensionistas que prestigiam esta solenidade. Quero dizer que nós, que representamos as 27 entidades estaduais de assistência técnica e extensão rural, temos uma satisfação muito grande em contribuir com esse debate, um debate extremamente importante, aonde se traz, neste novo momento, a discussão da importância da assistência técnica e extensão rural e de todo esse acervo de conhecimentos, de inovação tecnológica, que, durante tantos anos, tem sido desenvolvido pela Embrapa, por instituições como o Instituto Agronômico de Campinas, que tem mais de 100 anos; o IPA, de Pernambuco, que tem 77 anos; o Iapar, do Paraná; no passado, o IBC, na área de café; o Planalsucar, na área da cana-de-açúcar, só para citar entidades públicas, papel que também algumas entidades privadas tiveram, ou seja, um acervo de conhecimento e inovação que alavancou a agricultura do Brasil.

Hoje, a agricultura do Brasil é uma referência no mundo, na agricultura tropical. Mas, aí, o Dr. Helinton nos traz, com muita precisão, um perfil de que são muito poucos agricultores brasileiros que, hoje, estão acessando esse acervo de conhecimentos. E, quando falamos de conhecimentos, eu gosto de dar exemplos, para que tenhamos oportunidade de refletir, de mensurar. Por exemplo, o Brasil, só para citar três tecnologias, planta aproximadamente 28 milhões de hectares de soja e tem uma tecnologia que é a utilização de inoculantes, que é uma bactéria do gênero rizóbio, que pega o nitrogênio do ar e incorpora na planta. Os senhores imaginam a contribuição que uma tecnologia dessas tem dado à economia e ao meio ambiente? São 28 milhões de hectares em que não se utilizam fertilizantes nitrogenados na soja, utilizando uma tecnologia moderna, sustentável.

A questão do plantio direto, que transformou a agricultura, especialmente no nosso Planalto Central, o melhoramento vegetal, o melhoramento animal. Então, o conjunto de tecnologias que, hoje, aqueles agricultores que são colocados como mais dinâmicos têm tido acesso e que, portanto, transformaram a agricultura no Brasil. Basta olhar os dados. Nós, hoje, produzimos quase o dobro do que se produzia há 40 anos, na mesma área. Ou seja, o que houve foi conhecimento, foi tecnologia, foi melhoramento, foi genética, associados a outro conjunto de medidas.

Aí, nós precisamos, também, nos deparar com um dado. No segmento de agricultura familiar, se pegarmos os dados oficiais do IBGE, identificamos que, quanto àqueles agricultores familiares que não têm nenhuma assistência técnica e extensão rural, contra aqueles que têm assistência técnica e extensão rural, a renda por hectare é três a quatro vezes maior. Então, nós estamos falando de 3,9 milhões de agricultores em que dois terços poderiam estar com três a quatro vezes mais renda. Imaginem o que representaria isso no PIB nacional, na qualidade de vida, do ponto de vista social para o nosso País? Então, este é o retrato que nós precisamos olhar e refletir, e essa discussão pode nos trazer luz. Evidentemente, nós precisamos, também – e aqui eu faço questão de definir – não confundir extensão rural com assistência técnica.

Eu, quando recebo assistência técnica, não tenho que aprender. Se tenho uma TV em casa que está quebrada, parou de funcionar, eu chamo a assistência técnica. Ela vem lá, conserta, continua funcionando, eu estou contente, mas eu não aprendi nada. Se eu sou um grande produtor de melão, por exemplo, e aparece uma praga nova, eu chamo o melhor especialista, ele vem e faz o tratamento, resolveu, foi embora, eu tive assistência técnica. Extensão rural é esse conhecimento e um pouco mais.

Portanto, nós precisamos nos preocupar, porque, além de olharmos para o nosso País, também tem um mundo que nos compra e nos olha. Hoje ostentamos um dado preocupante, Senadores: nós somos os maiores consumidores *per capita* de agrotóxicos ou defensivos agrícolas do mundo. Cada um de nós, os nossos filhos, consome 5,2 quilos por ano. Isso representa US$9 bilhões que estamos utilizando nessa ferramenta.

E, aí, é muito comum a gente saber que, apesar de todo o acervo de conhecimento das nossas entidades de pesquisa, ainda se utiliza defensivo por calendário agrícola. Isso é jogar no lixo todo esse acervo de conhecimentos. Quantos jovens agrônomos são contratados e têm a sua remuneração com base na meta de venda? Nós estamos, portanto, construindo a contramão daquilo que o conhecimento, que a nossa Embrapa e que as universidades, que nossas entidades estão ensinando.

Então, evidentemente, isso precisa ser organizado, Dr. Bianchini. Isso precisa de um sistema brasileiro de assistência técnica e extensão rural que possa organizar, coordenar, qualificar, focar na formação dos extensionistas e nos agricultores, para que essa festa acabe.

Eu li uma tese, há alguns anos, desenvolvida numa região de irrigação no Vale do São Francisco, com a cultura do tomate. O estudante identificou que toda semana havia uma empresa apresentando um novo produto que era melhor do que o anterior, depois havia os comes e bebes, e na outra semana chegava outro, e ele começou a pesquisar os produtores. Só na cultura do tomate, naquele ciclo, havia 29 produtos diferentes sendo utilizados para o tomate. Desses, pelo menos 16 eram proibidos para a cultura de ciclo curto.

Então, esta é uma reflexão: tem que haver uma fiscalização nisso. Estamos dizendo que existe assistência técnica, mas qual o respeito que nós estamos tendo com a saúde do consumidor? Não adianta ter produtividade se nós estamos produzindo errado.

Então, mesmo aquele que tem um agrônomo que seja qualificado, mas, na hora que eu pego um jovem, que a remuneração dele é feita de acordo com a meta que ele venda daquele produto, nós estamos, do ponto de vista ético, colocando esse profissional, com tudo que ele aprendeu, com todo o juramento na lata do lixo. Então, precisamos ter esse olhar para que a assistência técnica seja também qualificada.

E, evidentemente, nós precisamos, Senadores, olhar para outros aspectos. Nós temos aqui um cenário, graças a Deus, graças ao discernimento da nossa Presidenta – Sua Excelência teve coragem, e come-

çou com o Presidente Lula – de não ter vergonha de enfrentar a miséria, de enfrentar a fome. Nós melhoramos muito, mas ainda temos 16 milhões de brasileiros abaixo da linha da miséria, 8 milhões estão no campo, metade está no campo. Mas é metade que nem sabe das políticas públicas que estão aí e que, de fato, só vai sair da miséria se tiver a assistência técnica e extensão rural.

Portanto, hoje, dos 4,2 milhões de agricultores, agricultores familiares – e aí eu me refiro àqueles que não podem pagar por esse serviço –, apenas 1,6 milhão recebem assistência técnica. Nós estamos falando, portanto, de 2,6 milhões. Muitos nunca viram um extensionista. Portanto, os 16 mil extensionistas que pertencem à rede da Asbraer só têm capacidade de atender razoavelmente 1,6 milhão.

Portanto, precisamos ter um projeto, precisamos sonhar com uma estratégia de chegar a todos – chegar a todos! –, senão com técnicos e com agrônomos, mas incluindo os agentes de extensão rural, como fazemos na saúde, para que se pense no médio e longo prazo ou, de preferência, no curto e médio prazo, com a universalização da extensão rural.

Porém, precisamos ter os pés no chão. Nós não podemos achar que com a integração, com a assistência técnica e a extensão rural sozinhas, nós vamos desenvolver a agricultura, vamos levar a vida digna para o campo. Nós ainda temos milhões de brasileiros, Senador, que não têm água para beber. É um drama que nós estamos vivendo agora no semiárido. Nós precisamos ter água para beber, ter água para produzir, para garantir algum nível de produção naquelas propriedades. A trafegabilidade: nós precisamos ter estradas. Se eu produzo e não tenho como escoar a minha produção, eu não estou fazendo nada. Mas estrada também não é só para escoar a produção. Quem vive no campo precisa ter acesso à educação, precisa ter acesso à saúde e precisa também ter acesso a lazer. Portanto, investimento em estradas para tirar as populações rurais do isolamento tem que estar na Ordem do Dia. Energia elétrica: Luz para Todos é outro programa que tem tudo a ver com isso, e eu colocaria ainda sinal de celular. Hoje é uma ferramenta simples de comunicação, quer seja por fala, quer seja por mensagem, para que a informação, a Internet também seja uma ferramenta, já pensando nas futuras gerações de agricultores.

Nós não vamos ter sustentabilidade na agricultura... Um filho de agricultor que vê o pai usando como tecnologia a enxada e a foice não vai querer continuar fazendo agricultura. Evidentemente, para esse jovem – e precisamos pensar na juventude rural – não ter que ir para as cidades de todo jeito, despreparado, precisamos construir políticas, construir modelos para que ele se sinta bem, confortável, com renda, vivendo no campo.

E aí, depois de tudo isso, começamos a pensar no foco principal daqui. Vamos construir a integração entre os resultados da pesquisa, os projetos de pesquisa com a assistência técnica e extensão rural. E aí, Presidente Maurício, aquele modelo – eu estou colocando "aquele", mas eu poderia botar "este" modelo, porque ele não está longe, não –, em que eu, como pesquisador, escrevo um projeto, faço minhas observações, tenho as minhas mensurações, chego a conclusões, publico em uma revista "A", indexada... Isso é muito bom para o meu Curriculum Lattes, mas e aí, depois eu vou chegar para o extensionista, que nada soube disso, "olha, eu tenho uma tecnologia maravilhosa"?

Essa integração tem que se dar na concepção do projeto, para que os extensionistas se sintam integrados desde o momento do planejamento, da identificação do problema, dos problemas do conjunto de agricultores, para que ele tenha oportunidade de participar das observações, para que ele tenha oportunidade de concluir junto, de avaliar junto aos agricultores. Aí nós vamos começar a dar os primeiros passos para integrar a pesquisa com a extensão, quando tivermos projetos em que o extensionista tenha tido a oportunidade de ser parte – não só com as mãos e os pés, mas também com seu cérebro – nas observações e também nas conclusões. E, aí, acho que estamos dando passo firme, porque fica muito mais fácil de ele saber traduzir para os agricultores esse conhecimento, os agricultores se apoderarem e estarmos colocando, firmemente, estacas para que esse conjunto de agricultores possa participar desse acervo de conhecimentos que temos hoje para a agricultura.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradecemos ao Sr. Julio Zoé.

O último orador é o nosso Presidente da Embrapa, Sr. Maurício Antônio Lopes, é o Diretor-Presidente. Antes, porém, Maurício, como extrapauta, há um requerimento do Senador Sérgio Souza que preciso aprovar aqui no Plenário.

EXTRAPAUTA

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 34, de 2012

Requeiro, em aditamento ao Requerimento n° 23/2012 – CRA, aprovado em 17 de maio de 2012, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II e V, e 93, II, do Regimento Interno do Sena-

do Federal, seja convidado o Presidente da União Brasileira do Biodiesel e Bioquerosene – Ubrabio, para participar da Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), destinada a debater o Setor Sucroalcooleiro no Brasil.

Autoria do Projeto: Senador Sérgio Souza.

Com a palavra o Senador, rapidamente, só para encaminhar o requerimento.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Teremos, no próximo dia 22, uma audiência pública aqui, nesta Comissão, para tratar sobre o marco regulatório dos biocombustíveis e, no requerimento aprovado, não havia a presença do biodiesel e do bioquerosene, então, é para complementar para que todos os setores sejam atendidos por essa audiência pública.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Coloco em votação o requerimento extrapauta, para que possamos fazer o aditamento, já para a próxima audiência pública.

V. Exª quer discutir...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Gostaria de dizer uma palavra de agradecimento após a votação do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pois não.

Encerrada a discussão e votação.

Os Srs. Senadores que concordam com a aprovação do requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Pois não, Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Presidente Waldemir Moka, quero cumprimentar os Srs. Valter Bianchini, Helinton José Rocha e Julio Zoé de Brito. E queria fazer um agradecimento especial ao Sr. Maurício Antônio Lopes, pois, ontem, recebi – acho que anteontem – da Srª Flávia Bessa um estudo muito bem feito da Embrapa sobre o café. Ontem, ainda, liguei e falei com o Sr. Jamilson dos Santos e o Sr. Lucas Tadeu, Gabriel Bartholo, Flávia Bessa, e todos me enviaram um complemento de informações. Quero até transmitir que hoje vou fazer um pronunciamento sobre a produção do café do Brasil, que chegou em nível recorde esse ano: 50,5 milhões de sacas. E mostrarei, graças a esse estudo, como é o que a Embrapa colaborou, ao longo desses anos, para que o Brasil alcançasse tamanho grau de produtividade. Até mesmo sem aumentar tanto a área, conseguiu aumentar. Então, queria cumprimentar a Embrapa.

É só isso, Sr. Presidente.

Mostrarei para o Presidente da Embrapa o pronunciamento. Farei hoje à tarde.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Obrigado.

Com a palavra o Diretor-Presidente da Embrapa, Sr. Maurício Antônio Lopes.

Logo em seguida, quero adiantar, na ordem de chegada aqui, o Senador Tomás Correia, madrugador – deve ser leiteiro, como falamos –; o Sr. Jayme Campos; Senador Antonio Carlos Rodrigues. Enfim, logo depois, passo a palavra diretamente aos Senadores inscritos, justificando a ausência da nossa querida Senadora Ana Amélia, que é coautora desse requerimento. Ela se dizia disfônica, mas hoje ela amanheceu afônica, porque não está conseguindo nem falar. É lamentável, para todos nós, a ausência da Senadora Ana Amélia.

O SR. MAURÍCIO ANTÔNIO LOPES – Eu gostaria de cumprimentar o Senador Waldemir Moka, Presidente em exercício da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, já parabenizando a Comissão pela organização desta audiência pública em tema tão importante e tão relevante: a integração da pesquisa e extensão. Cumprimento também os Senadores presentes; a Diretora de Administração e Finanças da Embrapa, Vania Castiglioni; nossos chefes de unidades que estão aqui; os caros colegas que participam desta audiência, Valter Bianchini, Helinton Rocha, meu caro Julio Zoé.

Tenho grande satisfação de estar aqui e também, Senador, ter tido a oportunidade de ouvir meu Ministro, Mendes Ribeiro, com quem tenho convivido relativamente há pouco tempo, mas devo dizer que já com grande sintonia e grande sinergia, o que me dá muita satisfação.

Eu gostaria, então, de seguir em frente, dando a contribuição aqui da pesquisa e da Embrapa a essa importante discussão, trazendo uma breve apresentação e tomando a liberdade de, antes de entrar especificamente no tema da pesquisa agropecuária e no fortalecimento da assistência técnica e extensão rural, expressar para os senhores realmente o que será o grande desafio, as grandes oportunidades para nossa agricultura, quais são os desafios no presente e quais serão os desafios no futuro.

Eu acho que discutir a assistência técnica e a extensão rural no Brasil passa também pela discussão da sustentabilidade, da competitividade da nossa agricultura. Se realmente não tivermos uma integração muito forte entre aqueles que produzem conhecimento, que produzem inovação e aqueles que fazem esse conhecimento e inovação chegar ao campo, chegar aos nossos produtores, nós não vamos, realmente, poder

almejar essa sustentabilidade e a competitividade de nossa agricultura no futuro.

Acho que está muito claro para todos nós que o mundo terá grandes desafios a superar nos próximos 50 anos. Eu tento elencar aqui cinco desafios que eu acho que ninguém disputa, ninguém diz que esses não são desafios grandes: a energia, a água, alimento, meio ambiente, pobreza. E acho também que ninguém discute que todos esses desafios têm uma conexão muito forte com a questão da segurança alimentar, da segurança nutricional, com nossa capacidade de produzir alimentos em qualidade, em quantidade, com segurança, não só para os brasileiros, mas para o mundo, já que o Brasil ganha grande visibilidade como um importante provedor de alimentos. Também se deve considerar a realidade que nós temos de encarar: o crescimento populacional. Acho que todas as estimativas de crescimento populacional mostram que vamos chegar ao ano de 2050 com cerca de 9 bilhões de pessoas; a população deve se estabilizar a partir do ano 2050, mas temos um desafio gigantesco até lá. Nós vamos ter mais 2,3 bilhões de pessoas no planeta para alimentar, nós vamos ter que aumentar a produção de alimentos, daqui para o ano 2050, em pelo menos 70%, e o Brasil vai ter um papel importante a cumprir nesse processo. O mundo espera que a gente assuma um protagonismo e uma liderança na produção de alimentos.

É importante também ressaltar que o crescimento populacional vai se dar em regiões que já não têm mais terra, já não têm mais como expandir sua agricultura. Então, nós podemos esperar também um futuro em que alimentos terão de ser mobilizados ao redor do mundo. E o Brasil será, certamente, um provedor importante. Nós temos de manter os ganhos aqui, os que tivemos, quanto à suficiência de alimentos, preços de alimentos, mas temos de pensar também que o Brasil vai ser cada vez mais pressionado a dar contribuições para enviar alimentos e matérias-primas para outras partes do globo, e aqui mostramos que serão regiões da América do Sul, América do Norte, partes da Europa e da Oceania que serão os provedores para aquelas regiões que não têm mais terra, que não têm como expandir sua agricultura, mas que terão suas populações crescentes.

Isso é uma pressão enorme para o mundo, que nos afeta. É bom que a gente fale dessa realidade, porque nos afetará e nos cobrará ações no sentido de que façamos uma agricultura cada vez mais eficiente, cada vez mais competitiva e cada vez mais sustentável.

Temos problemas, temos fragilidades, porque essas demandas todas vêm no momento em que emergem muitas fragilidades. Tentarei destacar algumas importantes que nós da pesquisa não podemos ignorar: a fragilidade das mudanças climáticas. Há controvérsias se temos ou não temos mudança climática, mas não podemos nos colocar, aqui, na posição de ignorar essa tendência. Nós temos de procurar nos antecipar a esses possíveis riscos e desafios que virão com as mudanças climáticas. Os estresses vão ser intensificados com as mudanças globais – estresses térmicos, hídricos, nutricionais. Temos de nos preparar para eles.

Há uma pressão muito forte para a descarbonização das economias. Isso não é... Todos sabem, o Brasil colocou uma meta em Copenhague para uma redução drástica na sua emissão de gases. A agricultura precisará dar contribuições, porque ainda temos uma agricultura carbonizada.

Cito aqui várias fontes de emissão de gases de efeito estufa na agricultura. Vamos ter de lidar com esse problema, desenvolvendo novos insumos, novas práticas, novos métodos, para que a nossa agricultura não seja penalizada no futuro, nos mercados internacionais, com protecionismo, grande desafio.

Aqui há um dado assustador, que foi publicado pela FAO recentemente: mais de um terço dos alimentos que são produzidos são perdidos ou desperdiçados. Com isso, com o alimento desperdiçado, vai também a energia. Cerca de 38% da energia consumida na agricultura se perde com o desperdício de alimentos. Então, a pesquisa tem um desafio enorme: como reduzir esse desperdício, como reduzir essa perda, que significa também reduzir a perda em energia.

Já foi dito aqui, o meu caro colega Zoé colocou o problema da água, que é um problema sério. Apesar de o Brasil ter 12% da água doce do planeta, ainda usamos, relativamente, pouca irrigação no Brasil, grande desafio para aprimorarmos os procedimentos e os equipamentos, para fazermos irrigação de uma forma mais eficiente.

Este outro quadro aqui mostra outra situação preocupante para o futuro: uma redução gradual nos ganhos de produtividade dos cultivos. Os métodos para melhorar cultivos importantes para a alimentação estão sendo menos e menos efetivos, mostrando que vamos ter de internalizar novos métodos e novas estratégias para promover os ganhos de produtividade e de eficiência na nossa agricultura, compatíveis com as demandas que vêm aí.

Vamos precisar de genômica, de biotecnologia. Não dá para pensarmos num futuro em que não lancemos mão de todo esse arsenal de conhecimentos e tecnologias.

A questão da segurança. A segurança biológica vai se tornar um problema muito sério no futuro, por quê? Alimentos vão ter de ser mobilizados ao redor

do mundo; a disseminação de contaminantes vai se tornar um problema sério. Então, temos de fortalecer o nosso sistema de defesa agropecuária, para que a nossa agricultura não seja penalizada em função de riscos, especialmente de segurança biológica.

Um dado também muito preocupante: a tendência, daqui para 2050, 2080, é de redução do número de subnutridos. Mas nós vamos ter problemas cada vez mais sérios com segurança nutricional. Vejam os dados com relação à obesidade, ao crescimento da obesidade.

Isso aqui se tornará um desafio muito grande para a agricultura, que terá de se preocupar não só com o volume, com a quantidade de alimentos, mas com a qualidade. Vamos ter de pensar em densidade nutricional, em novas funcionalidades.

O Senador Moka é médico e sabe muito bem do que estou falando aqui: este desafio de sairmos do paradigma da cura para o paradigma da prevenção, um grande desafio para a agricultura. Nós vamos ter de abraçar esse desafio, aumentar a densidade nutricional, aumentar a funcionalidade dos nossos alimentos, para reduzir os custos do sistema de seguridade social e do sistema de saúde, que estão em dificuldade em grande parte do mundo.

A população rural está em queda. Esta será uma norma no futuro: populações rurais cada vez menos densas, trabalhadores no campo cada vez mais raros. Nós vamos ter de trabalhar muito a automação, o aumento de eficiência do nosso trabalhador, a melhoria da qualidade de vida, das condições de trabalho e de eficiência do trabalhador no campo, porque não vamos ter uma legião de trabalhadores no campo mais.

Então, a automação, grande desafio para a pesquisa, para a transferência e para a assistência técnica no futuro, com esse processo de aceleração da urbanização.

Se posso sintetizar esses grandes desafios, acho que está claro para todos que alimentar o mundo nas próximas décadas vai ser um imenso desafio. Nós vamos precisar de uma nova onda de conhecimentos. Daí a importância desta Casa, do nosso Congresso, de o Governo brasileiro reconhecer, cada vez mais, que ciência e tecnologia são o motor do desenvolvimento e a saída para todos esses desafios e fragilidades que temos.

Nós temos de pensar em novas estratégias de cooperação e combinação de esforços.

O Julio falou da necessidade de se buscar a integração entre a pesquisa, a extensão, a pesquisa oficial – Embrapa –, a pesquisa dos Estados. Então, a cooperação e a sinergia terão que ser a norma no futuro.

Teremos que reforçar nossa capacidade também de provedores de alimentos, porque o mundo espera que possamos dar essa contribuição. Não há alimento em regiões muito densas em termos de população e vamos ter que ocupar cada vez mais esse espaço de provedores e exportadores. Para tanto, temos que ampliar o acesso à informação, ao conhecimento e à tecnologia. Não dá para superar um desafio deste de forma improvisada ou fazendo subinvestimento na área de inovação, ciência e tecnologia.

Ciência e tecnologia são os motores que vão nos fazer superar esses desafios. E ainda temos mudanças de contexto, de conceitos. Está vindo muito fortemente a questão da sustentabilidade, esse conceito de que crescimento e sustentabilidade não são conceitos antagonistas. No passado, com o ativismo e com a questão do ambientalismo ficou muito essa coisa de que crescimento e sustentabilidade são conceitos antagonistas. Não são! Não podemos considerá-los antagonistas; eles são complementares. É perfeitamente possível; temos tecnologia, conhecimento e inteligência para produzir prosperidade econômica com melhoria ambiental e social e para fazer com que o meio ambiente, a nossa base de recursos naturais, gere a riqueza e a capacidade de desenvolvimento que o nosso País precisa ter.

Temos que lançar um olhar inteligente para a questão do meio ambiente e da sustentabilidade. Por quê? Por tudo que eu disse antes, a agricultura vai ser cada vez mais pressionada na direção da multifuncionalidade. No futuro, não vamos ter mais uma agricultura que seja provedora só de alimento, fibras e energia. Como eu disse, a agricultura terá que dar uma contribuição na questão da saúde, da qualidade de vida das pessoas: integração alimento, nutrição e saúde. Isso vai se tornar uma norma no futuro; temos que nos preparar para isso.

A agricultura como um *driver* para redução de pobreza e remoção das limitações que temos para milhões de famílias brasileiras que não têm acesso ao conhecimento, à tecnologia. Se não for através da tecnologia da agricultura, muitas dessas famílias não sairão da pobreza. Temos que colocar isso no nosso mapa de prioridades.

A agricultura conectada com bem-estar, com cultura, com conhecimentos tradicionais. Quem viajou pelo interior da França e pelo interior da Itália pôde ver como os europeus fazem bem isto: conectar a cultura com o modo de vida local, com o alimento local, com o turismo, com qualidade de vida. O Brasil tem um campo enorme para seguir. Podemos fazer como os europeus, como os italianos e os franceses fazem. Temos uma cultura e uma diversidade riquíssimas. E conectar a

agricultura com o bem-estar, com conhecimento tradicional gera novas oportunidades para turismo, para inclusão, para renda. Ou seja, é um campo enorme para ser explorado.

A agricultura vai ter que colocar no seu rol de produção os serviços ambientais e os serviços ecossistêmicos. A agricultura será cada vez mais pressionada a devolver para o ambiente aqueles serviços que a floresta provia. A qualidade da água, a qualidade do ar. É perfeitamente possível fazer isto

Nosso plantio direto, por exemplo: saímos de 5 milhões de hectares de plantio direto, na ECO 92, e chegamos agora, na Rio+20, com mais de 30 milhões de hectares de plantio direto. E plantio direto é produtor de água limpa.

Temos que aprender a qualificar e identificar esse serviço ambiental e mostrar para a sociedade que a agricultura está provendo serviço ambiental, está devolvendo para a natureza aquilo que foi retirado quando se abriu o espaço para utilização da agricultura.

E uma coisa importantíssima que temos que colocar no mapa de prioridades do Brasil é a questão da tecnologia de biomassa. É perfeitamente possível que, num futuro não tão distante, a biomassa ocupe boa parte desse espaço que é ocupado pela indústria petroquímica. É possível destilar de biomassa grande parte das coisas que destilamos do petróleo.

Em relação aos biomateriais, o Brasil pode ter uma indústria química verde, pujante. Já temos exemplo disso no Brasil com indústrias que estão usando álcool – a alcoolquímica – para produzir substitutos de plásticos e outras coisas. Então, é um campo aberto para agricultura. E a agricultura do futuro será muito mais que uma provedora de alimento, fibra e energia; terá que prover muito mais para a sociedade. A pesquisa tem que se preparar para isso. A Embrapa tem que se preparar para isso. As instituições estaduais têm que se preparar para isso. E temos que ter uma grande sintonia com sistemas de assistência técnica e extensão rural para fazer isso acontecer no mundo real. Sem essa conexão, isso não acontecerá no mundo real.

Conseguimos avançar tremendamente nos últimos 40 anos. A agricultura brasileira fez o que nenhuma agricultura no mundo foi capaz de fazer. Nos anos 40 e 50, muita gente lá pelo norte, pelo hemisfério norte, dizia: "Fazer agricultura nos trópicos? Isso é loucura! O ambiente tropical é muito desafiador, vai custar muito caro, é impossível fazer."

O Brasil deu mostras de que não é impossível fazer. Nós fizemos em tempo recorde uma agricultura competitiva, uma agricultura que caminhou muito rapidamente na direção da sustentabilidade. Mas nós não podemos esquecer que, apesar de termos essa agricultura pujante, empresarial, reconhecidamente competitiva, que alcançou o mercado internacional, o Brasil ainda tem um contingente enorme de produtores que estão à margem do mercado. É uma agricultura carente, descapitalizada, que precisa ser incluída. Nós temos que reconhecer isso e dar um tratamento adequado a essa realidade.

Os colegas já falaram sobre esse enorme contingente de produtores no Brasil, cerca de 3,9 milhões de agricultores no Brasil que estão à margem do mercado – 86% da riqueza produzida pela agricultura no Brasil vêm de 500 mil produtores apenas, aqueles que realmente conseguiram acessar a tecnologia.

Este é um quadro interessante que mostra que, pelo Censo de 95/96, o que era importante para gerar riqueza na agricultura era trabalho e terra; quando você vê o Censo de 2006, trabalho e terra diminuíram em termos de importância e a tecnologia deu um salto. Ou seja, se vamos retirar os agricultores que estão à margem, que estão excluídos, da situação de pobreza e exclusão, será com investimento em conhecimento e tecnologia, não há outro caminho a seguir, essa terá que ser a norma se vamos enfrentar esse grande desafio.

Como a questão da terra é tremendamente importante, não só para a Embrapa, mas para todas as nossas instituições parceiras, os institutos estaduais, as universidades e os parceiros privados, é importante que nós apresentemos aqui também a nossa percepção de quais são os grandes desafios. Eu já estou terminando, Senador, mas eu gostaria de deixar algumas referências, algumas considerações para esta discussão importantíssima: como é que nós "linkamos" melhor a inovação agropecuária e a pesquisa com os sistemas de transferência?

Algumas considerações.

A integração entre a pesquisa e a assistência técnica no Brasil, apesar de todas as dificuldades que já foram amplamente discutidas aqui, foi um sucesso. Esses 500 mil produtores que produzem 86% da riqueza no Brasil se beneficiaram de um sistema que teve a sua eficiência. O sistema de Ater no Brasil ajudou a construir a moderna agricultura brasileira que alimenta o nosso País, gera excedente exportável, renda, emprego, imposto. Quer dizer, nós temos que reconhecer esse grande ganho, essa grande contribuição do sistema de Ater no Brasil. Quem se encontrava em condições ambientais favoráveis e estava amparado por uma boa estrutura de produção pôde, então, contar com assistência técnica, pôde acessar tecnologia, ciência, e hoje são os vencedores que nós vemos aí no campo, são aqueles que realmente alcançaram uma posição de inclusão e de construção de riqueza.

Mas a maioria dos agricultores brasileiros não teve essa condição: 3,9 milhões de estabelecimentos no Brasil estão à margem desse processo, grande parte deles está no Nordeste, a maioria deles tem menos de 100 hectares, são propriedades pequenas, convivem em condições ambientais, econômicas e de estrutura de produção muito restritivas. Não estamos falando aqui mais só de tecnologia, estamos falando de base e capacidade, tudo o que o colega Julio destacou tão bem: estradas, logística, crédito, capacitação. Esse é um problema que só vai poder ser resolvido com políticas públicas que reconheçam e removam essas limitações e também que criem condições para o fortalecimento dessa integração entre a pesquisa, assistência técnica e extensão rural, amparada, obviamente, por suporte do Estado, suporte sistemático – não podem ser suportes episódicos, porque muitos desses processos levam tempo para se consolidar. Outro problema das políticas é que elas, às vezes, são muito episódicas, você constrói e logo em seguida desconstrói, esse é um grande problema.

E nós temos que reconhecer também que o problema não é trivial. Nós não podemos pensar em soluções simplistas ou triviais. A nova Ater do Brasil terá que ter capacidade de lidar com múltiplas realidades. Há produtores que sempre vão depender da ajuda do Estado, há produtores que vão se tornar independentes desse apoio, há propriedades em condições ambientais que são tão restritivas que não vão conseguir alcançar uma situação de autossuficiência, nós temos que buscar outra opção de renda para esses produtores – temos de ser inteligentes e reconhecer isso. Há os que são apenas residentes rurais. Eles nasceram e vivem na zona rural e aspiram a outros destinos. Eles buscarão outros destinos. Para esses, muitas vezes, a solução é uma solução não agrícola.

Então, mapear exatamente a situação desses produtores e pensar em modelar um sistema coerente com essa realidade, com essa diversidade de realidades, é o caminho inteligente a seguir. Fico, às vezes, preocupado de lançarmos um olhar muito simplista. São 3 milhões de produtores, todos têm mais ou menos a mesma condição, e a realidade não é essa. Vivemos num País diverso, num País plural, e as soluções têm de levar isso em conta, têm de ser modeladas, levando em conta essa diversidade, essa pluralidade.

Para os produtores, é preciso que as políticas públicas superem as restrições econômicas e ambientais, é preciso haver irrigação, é preciso haver crédito, é preciso haver compra de safra. O crédito tem de ir além do custeio. Muitas vezes, de novo, há soluções simplistas que olham para a questão de custeio, mas não há investimento para criar as condições e a base de produção com um mínimo de solidez.

Um componente obviamente crítico é a oferta local de assessoramento técnico e social. É preciso trabalhar a organização dos produtores. Preocupa muito essa questão das cooperativas, do ganho em escala. Se haverá inclusão produtiva, não dá para imaginar que um pequeno agricultor, sozinho, conseguirá chegar lá e trabalhar fortemente o conceito de cooperativismo e de outras formas de integração. Esse tem de ser um esforço frequente e continuado, para atendermos a esse variado leque de realidades, que está presente em todas as microrregiões do Brasil.

Para terminar, eu gostaria de dizer que essa estratégia tem de estar conciliada, obviamente, com programas de transferência de renda do Governo, como o Brasil Sem Miséria, que poderia se beneficiar tremendamente de um sistema como esse, bem estruturado, e também com outras iniciativas de transferência de tecnologias e de conhecimentos não agrícolas. Não dá para pensar só na solução agrícola, porque grande parte dos problemas dessas comunidades tem natureza não agrícola.

O desafio, então, é desenvolver a produção rural, mas também lançar um olhar mais pragmático e buscar levar para o meio rural os benefícios que as populações das cidades têm. Temos de levar para lá bem-estar, qualidade de vida, acesso à educação, acesso à Internet, como foi dito aqui, celular. A norma, no futuro, vai ser a transmissão de conhecimento por essas plataformas. É preciso haver uma estratégia integrada, pensando na realização e no bem-estar das pessoas.

Acho que termino por aqui. Haveria mais dois ou três *slides* a apresentar, mas acho que estou excedendo muito o tempo.

Senador, posso seguir e terminar, então?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – É lógico!

O SR. MAURÍCIO ANTÔNIO LOPES – Então, vou passar mais dois ou três *slides*.

A mim preocupa bastante uma lógica que se consolidou no início do nosso sistema de Ater – que, de novo, reconheçamos, teve grande sucesso. Mas o colega Julio e também o Valter colocaram isso muito bem, e tenho a certeza de que também o Helinton o fez.

Houve um defeito na concepção inicial desse sistema. Chamo esse defeito de "eu faço, tu transferes, eles usam", concebendo o sistema a partir de compartimentos muitas vezes desconectados. Há aquela lógica de que o pesquisador está na instituição de pesquisa, sabe aquilo de que o mundo real precisa, produz as soluções – é a lógica do balcão – e coloca isso no balcão, e quem está do outro lado, assistência

técnica e extensão rural, pega a solução e vai para o próximo balcão, que é o do produtor. É um sistema que teve suas desconexões. Na verdade, esse sistema dos compartimentos, fora de uma visão de processo, gera problemas: custo de transação entre esses compartimentos, barreiras de comunicação e de entendimento do que são os reais desafios de se transferir e levar a inovação até quem dela precisa.

O colega Julio colocou a necessidade de haver os extensionistas ou os trabalhadores que estão próximos do mundo real, participando aqui, talvez, mais ativamente na concepção dos projetos de pesquisa, ajudando a aferir: é isso mesmo de que o mundo real precisa?

Então, o desafio que temos aqui é sair um pouco dessa visão dos compartimentos, muitas vezes isolados, e migrar, cada vez mais, para uma lógica de processo. Temos de sair da lógica do "eu faço, tu transferes, eles usam". Na verdade, é preciso haver um processo que olhe o problema, o desafio e a oportunidade e pense a solução e o impacto entregue no mundo real para o nosso produtor e para a nossa agricultura. Esse é um grande desafio.

Há novas formas de organizar e compartilhar a informação. Esse é um defeito em relação ao qual nós temos de fazer mea-culpa, as instituições de inovação, as universidades, a Embrapa, os institutos estaduais. Às vezes, temos uma concepção muito fragmentada da solução. Nós temos a cultivar, nós temos as publicações, nós temos os processos, mas, muitas vezes, faz-se pouco esforço no sentido de integrar essas soluções para que elas façam sentido para quem vai usar. E, nisso, eu vejo como uma estratégia poderosa as novas plataformas baseadas na *web*.

Nós, na Embrapa, estamos trabalhando esse conceito chamado WebAgritec, que é, na verdade, uma plataforma informatizada para a qual nós faremos convergir múltiplas tecnologias e informações, para que o usuário, acessando essa base, consiga, então, num espaço só, ter informações, por exemplo, da época ideal de plantio e da cultivar mais apropriada para os seus propósitos; da indicação de calagem e adubação para cada cultura; das previsões e tendências das condições climáticas, antes e depois do plantio e depois da própria safra; das doenças e das deficiências nutricionais que a cultura possivelmente vai enfrentar; do monitoramento da safra com estimativa de produtividade; do acompanhamento da safra numa agenda da propriedade.

Nós entendemos que, com o avanço das tecnologias da informação e da comunicação e com o avanço dos *smartphones*, com os novos aplicativos, plataformas como esta vão poder ser acessadas por via remota, com grande facilidade, seja pelo extensionista, seja pelo profissional da assistência técnica privada e até mesmo, no futuro, pelos próprios agricultores, que vão se informando, que vão se preparando, que vão entendendo e compreendendo como usar essas tecnologias e, de repente, começam a navegar nesse mundo da tecnologia com grande desenvoltura.

A Embrapa está fazendo um grande investimento no sentido de viabilizar essas plataformas. Senador, em função do Código Florestal, nós já estamos concebendo a plataforma WebAmbitec, para qual nós faremos convergir todas as tecnologias desenvolvidas, não só pela Embrapa, mas também pelas nossas instituições parceiras, que vão ser muito úteis na recuperação ambiental, na recuperação das áreas de proteção permanente, na recuperação das reservas legais. Então, tentando levar a tecnologia, conhecimento e informação de uma maneira mais ordenada, menos fragmentada, menos verticalizada. Nós entendemos que esse é um grande desafio de todo o sistema de assistência técnica e extensão rural para o futuro. E a gente realmente espera que a nova Ater, a Ater que está sendo modelada agora, abrace o desafio também do organizar e fazer fluir a informação de uma maneira cada vez mais planejada e de uma maneira cada vez mais eficiente.

Eu gostaria de terminar, Senador, parabenizando-o novamente e agradecendo à Comissão por ter trazido aqui esta discussão tão importante e, obviamente, o apoio da Casa e da própria Comissão à pesquisa, à inovação.

A nossa organização, a Embrapa, tem uma relação extremamente positiva e construtiva com esta Casa, com esta Comissão.

É a minha primeira oportunidade de aqui me manifestar. E, como Presidente da Embrapa, eu gostaria de colocar a nossa instituição à disposição.

A Embrapa é uma provedora importante de informação, que é um componente muito crítico na construção e na melhoria de políticas públicas para o agro no Brasil. E o nosso espírito é sempre o de contribuir e colaborar.

Mais uma vez, cumprimento o Senador Suplicy, os meus caros colegas aqui da Mesa. O Senador Suplicy mencionou a questão do café. Obviamente, Senador, nós estamos à disposição para prover quaisquer informações adicionais que forem necessárias.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Eu quero agradecer ao Diretor-Presidente da Embrapa, Dr. Maurício Antônio Lopes.

Maurício, pode ter certeza de que causou uma impressão muito boa. A gente percebe a compreensão

que tem sobre o tema, a forma como colocou, com enorme facilidade. E fico muito feliz por isso.

Mas quero também aqui registrar que o ex-Presidente Pedro Arraes foi um grande parceiro desta Comissão. Certamente, um grande técnico também, assim como V. Sª.

Aproveito até para agradecer a sua presença aqui, mas agradecer também a passagem do ex-Presidente Pedro Arraes. E disse a ele da minha preocupação, Senador Suplicy: eu, propositadamente, sou autor do requerimento, mas nós vamos discutir o Orçamento, e não há nada que ajude mais a extensão rural, a Embrapa, do que se colocarem no Orçamento da União recursos para extensão rural, para a Embrapa, para pesquisa. A palestra, aqui, a colocação mostra isso. Isso é factível.

Só precisamos estruturar isso, e a estrutura 1, claro, precisa de organização, de gestão, mas um dos fatores limitantes é recurso, é você dotar realmente, tanto o MDA, como o Ministério da Agricultura, e aqui temos as chamadas emendas de comissões.

Todo ano eu brigo para que a gente coloque recursos tanto para a Embrapa como para a extensão rural, porque vejo que isso é a forma de a gente realmente fazer com que a pesquisa chegue até a ponta.

E hoje, aqui, nessas explanações, me parece que ficou sobejamente claro para todo mundo como é importante este tema.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Waldemir Moka, quero cumprimentar o Sr. Valter Bianchini, Helinton José Rocha, Julio Zoé de Brito e Maurício Antônio Lopes pelas contribuições realizadas. Acho que é muito importante tenhamos essa perspectiva quanto aos estudos de pesquisa, extensão rural e apoio aos agricultores.

E, conforme o Presidente da Embrapa ressaltou, às vezes, os agricultores estão isolados. Na medida em que se puder estimulá-los a interagir mais e mais, inclusive nas formas cooperativas de produção, isso é muito significativo.

Tenho de votar, neste instante, em outra comissão, Sr. Presidente. Quero muito cumprimentá-lo pela iniciativa. Aprendi muito com a exposição dos senhores. Muito obrigado.

E vou falar hoje sobre o café, graças às informações que avaliei tão relevantes. Inclusive, outros Estados hoje estão à frente – Minas Gerais e Espírito Santo –, mas para São Paulo, ainda, o café é tão importante e significativo. Então, eu avaliei como importante trazer esses resultados. São muito bons os resultados para a agricultura na área do café, que neste ano estão acontecendo, muito graças ao trabalho de pesquisa de entidades como as que estão aqui presentes.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Uma coisa me chamou a atenção e me deixou muito preocupado.

Ouvi – parece-me que do Tom – que jovens agrônomos são contratados para fazer assistência técnica, mas o salário deles também está vinculado à produtividade da venda de agrotóxicos e defensivos. Eu acho que essa é uma preocupação. A fala é grave, a meu juízo, porque se nós temos jovens agrônomos, que têm um compromisso, assim como têm os médicos e todos nós, no exercício profissional... Eu não posso, num receituário agronômico, colocar defensivos a mais, agrotóxicos a mais, com o objetivo de ter um salário maior. Eu não sei se ouvi isso direito, mas é uma preocupação muito grande isso.

Aí, eu queria que o Tom e o que foi mais incisivo, o Zoé, eu gostaria de ouvi-lo especificamente, porque aí, a meu juízo, cabe uma legislação, porque eu acho que, se você constatar que alguém... Sendo prático, eu, produtor, estou colocando uma quantidade de agroquímico na minha propriedade, isso custa caro. Se eu estou colocando a mais... Eu já vi várias críticas aqui, sobretudo, do pessoal que defende a agricultura orgânica, que é o sonho de todo o mundo. Imagine você ter... O grande problema é a escala da agricultura orgânica, é um problema. Enquanto nós não temos isso, nós vamos ter sempre que usar. Agora, usar em demasia porque as empresas, ao contratarem profissionais que deveriam orientar tecnicamente ao uso do mínimo possível, do ideal, no receituário, transformarem isso em um complemento salarial... Eu fiquei muito preocupado. É a primeira vez que ouço isso, mas me soou como alarme. Eu quero isso formalizado, porque eu pretendo defender uma legislação severa contra esse tipo de comportamento.

Uma coisa é se dizer: "Ah, nós somos os maiores consumidores de agrotóxico", agora, nós também temos uma agricultura tropical, nós temos duas safras e essas estatísticas... Eu já vi compararem nossa estatística de uso de agrotóxico com países que têm outro tipo de clima, que têm uma única safra. É uma comparação que só serve para impressionar e até alardear... Eu fico sempre preocupado quando nós alardeamos, aqui no Brasil, coisas que podem nos prejudicar em nosso comércio externo. Eu fico muito preocupado com isso. Então, eu queria ouvir...

O SR. JULIO ZOÉ DE BRITO – Pois não. Eu gostaria de esclarecer que quando eu falo desses jovens profissionais, estou falando, Senador, daqueles profissionais que são contratados por empresas de insumos.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Não, mas eu entendi assim.

O SR. JULIO ZOÉ DE BRITO – Eu não estou falando desses servidores públicos. E isso...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Só um minutinho.

Eu não estou falando de servidor público. Eu entendi exatamente isso. E foi isso que me preocupou, porque é uma moeda...

O SR. JULIO ZOÉ DE BRITO – É exatamente desse jeito. Como há alguns locais, não sei se o senhor conhece, para tirar dos agrônomos... Por exemplo: é o mesmo que, em uma cidadezinha pequena, ter uma ótica que contrata um médico jovem para consultar pessoas, entendeu? Evidentemente que, quanto mais óculos forem receitados, melhor para aquela empresa. Não sei se aumenta o salário do médico ou não, mas essa é uma realidade. Inclusive um pai agrônomo deu esse depoimento, que se sentia extremamente triste de ver o filho...

E, aí, se você olhar a empresa, a empresa ganha mais quando vende mais e ela acha que o produto dela é bom. Quando contrata um agrônomo, ela dá uma meta: "Você vai ganhar isso se vender mais do que isso. É muito bom o meu produto. Você vai ganhar mais." Essa é uma realidade que basta colocar o termômetro e verificar, está presente na indústria de fertilizante, de agrotóxico e em todas as áreas. Não sei se na área de medicamento é assim, se os profissionais... Mas na área agronômica é uma realidade, que, de fato, merece a preocupação de todos nós brasileiros.

Igualmente grandes empresas que não monitoram, por exemplo, se a gente tem uma praga com nível de dano econômico, como se ensina nas universidades, e eu tenho um calendário de aplicação, chegou aquela data, já entram aplicando o defensivo.

Essa é a preocupação que a gente traz para esta discussão, porque não é a isso que nossas pesquisas, que o nosso conhecimento desenvolvido leva. Ter apropriação do conhecimento é respeitar essas questões. A gente coloca esses dados não para alardear, mas para que a gente faça uma reflexão e possa fazer agricultura com alto rendimento, mas com sustentabilidade, com respeito ao conhecimento que a sociedade paga tão caro para que seja produzido.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Zoé, eu insisto em dizer: sem dúvida nenhuma, você não está fazendo na forma de denúncia, mas eu fico preocupado. Eu gostaria... A tua fala é genérica, e nós precisamos, então, que ela seja em cima de alguma coisa mais técnica, que traga estatística. Porque quando você diz, quando você afirma isso... Por exemplo, eu não conheço oftalmologista que vá receitar óculos para quem não precisa. Eu acho que os médicos não fariam isso.

O SR. JULIO ZOÉ DE BRITO – Eu também não. Também acho que não.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Não conheço isso ao longo da minha vida. Agora, uma coisa é se dizer: "Você vai ganhar o salário em função da quantidade que você vender." Tudo bem, agora o cara não pode fazer um receituário falando que ele tem que colocar a mais do que ele precisa porque ele quer vender mais. São coisas diferentes.

Então, eu insisto nisso, acho que é preciso deixar claro. E, se tiver isso, eu mesmo me coloco à disposição para que a gente possa, com uma legislação, disciplinar o assunto. Agora, eu tenho que disciplinar isso em cima da estatística. Porque quando citam, e eu já vi citarem aqui, a quantidade de agrotóxico usada em nosso País, que tem um clima tropical e duas safras, comparada à utilizada em um país que tem outro clima e uma única safra, o qual passa a metade do ano com neve, gelado, e que não tem a mesma necessidade de agrotóxico...

Pediu para se manifestar o Valter também a respeito disso, eu imagino.

O SR. VALTER BIANCHINI – Eu queria falar sobre esse tema, mas, antes, permita-me, Senador, duas observações.

A primeira: permita-me pedir desculpas aqui, porque eu citei, além do Presidente Maurício e do Diretor Waldyr, a Diretora Vania, que antes de estar nessa função mais administrativa, mais interna, liderou o nosso Mais Alimentos e desenvolveu um importante trabalho neste processo que estamos debatendo aqui, de articulação, pesquisa e extensão. A nossa paranaense, a quem agradecemos o apoio que tem dado à Embrapa e hoje a essa nova composição.

A segunda: sobre o que o Ministro Mendes colocou, dessa nova estrutura de Ater, sobre a conversa do Ministro Mendes, do Ministro Pepe Vargas, no MDA, de instar hoje a responsabilidade política de Ater, eu queria só também dizer que estamos aguardando a liderança da Presidenta Dilma, e vai vir para o debate nesta Casa, como o Helinton colocou aqui – e será o momento oportuno para discutir – a composição dessa agência, o seu papel, onde ela vai estar centrada. Então, brincamos com o Ministro que é uma menina dos olhos, mas a gente espera que ela continue com o olhar privilegiado para a nossa agricultura familiar, para os pequenos e médios, embora, como o Maurício e o Helinton falaram, temos problemas com os grandes também.

Sobre o tema do uso adequado dos agroquímicos na agricultura, o Presidente Maurício colocou um dos

desafios, que é a gente caminhar para uma agricultura mais sustentável. Hoje, um dos trabalhos da Ater é que a gente use não só os aspectos do receituário, que o Senador Moka coloca, do acompanhamento, mas o que foi citado aqui da *web*, da informática... Eu falei que estive recentemente, Senador, em Pelotas e vi uma ideia interessante da Embrapa no manejo da mosca-das-frutas do pessegueiro: o uso do celular. Quer dizer, via mensagem, a gente vai acompanhando o clima, os níveis de infestação e orientando os agricultores sobre o momento de maior ou menor risco.

No Paraná, quando eu era Secretário da Agricultura, nós fizemos um convênio com o Crea do monitoramento *on-line* de todo o Receituário Agronômico. Em vez daquelas pilhas de receita, hoje podemos monitorar de uma forma *on-line* onde está a emissão do maior ou menor número de receituário e ir monitorando.

Eu acho que temos que estar atentos à sinalização que o companheiro Julio fala e, como o Maurício colocou, ir caminhando para uma agricultura que o cenário nacional e internacional pede, de menos impacto, de menos uso de agroquímico, que é responsabilidade de todos nós. E temos leis que disciplinam o solo, os agrotóxicos, receituário, uma série de questões.

Então, o alerta do companheiro Julio é importante, mas vamos colocar que há um consenso nosso: onde chega a Ater de uma forma mais eficiente, seja ela do Estado, seja privado, temos o risco menor desses impactos. O nosso esforço aqui, da Ater, tem também, como um de seus objetivos, caminhar para uma agricultura mais sustentável.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Ouço o Helinton Rocha.

O SR. HELINTON JOSÉ ROCHA – Esse é um assunto bastante importante para o Ministério da Agricultura. O José Guilherme, que hoje está na Emater, trabalhou na defesa da agropecuária e conhece um programa muito importante para nós, que é o monitoramento de resíduos. Quando olhamos o monitoramento de resíduos, vemos que o resultado não é tão grave. Quando vamos para um outro programa, o da produção integrada, ele mostra, sim, o uso intensivo de tecnologia no manejo de pragas. É um programa que tem mais de 12 anos no Ministério da Agricultura, é um programa muito pequeno, mas muito tecnicizado. Nós trabalhamos com mais de 40 cadeias e, nessas cadeias, nós vimos, sim, a possibilidade de redução do uso de agrotóxico. A produção integrada fica entre a convencional e a orgânica, ela usa agrotóxico.

Na Itália, por exemplo, mais de 90% da produção de frutas é nesse sistema e a nova PAC exige, e alguns países estão adotando, a adoção desse sistema com produção integrada em 100% da produção a partir de 2014, por exemplo.

Então, o Ministério da Agricultura tem um grande programa de monitoramento de resíduos que não confirma nenhuma tragédia nacional sobre a questão da segurança dos alimentos. Nós temos dados para demonstrar que não há problemas graves. Os problemas são pontuais. Quando a gente faz a conta entre o uso de agrotóxicos e divide pelo número de habitantes, cometemos aí uma pequena interpretação. Por exemplo, o herbicida. O herbicida não vem para a planta, não vem para a parte comestível, entende? Ele tem uma ação fora.

Os agrotóxicos, de maneira geral, têm evoluído muito nos últimos anos. Então, eles são muito menos agressivos à saúde pública do que eram, deixam muito menos resíduos. Agora, é claro que temos que avançar. Nossa preocupação não é efetivamente grave com a questão da saúde pública, mas, sim, com a questão econômica. O produtor pode reduzir 30%, 50% e até 100% do uso utilizando o potencial de redução que a produção integrada tem indicado por exemplo; uma das técnicas.

De qualquer maneira, a proposta que nós fizemos sobre uma agência reguladora e que está em debate entre o MDA e o Ministério da Agricultura, sob a coordenação dos dois Ministros, é exatamente no sentido de fortalecer o sistema, para que ele expresse esta grande característica e funcionalidade social, que é a racionalização do uso de insumos a bem, principalmente, da economia do produtor, mas que também tem reflexos, sim, na redução dos riscos à saúde pública, redução dos riscos ambientais.

Então, há necessidade melhorar, mas temos dados estatísticos, um grande programa está sendo conduzido. Nós temos, agora, o apoio do Ministério da Ciência e Tecnologia em um projeto chamado Sagres, em que estamos desenvolvendo metodologia para detecção de resíduos que ainda não estão no portfólio de resíduos monitorados dos nossos produtos. Nós temos 250 novos pós-doutorados que vão desenvolver metodologia de análise de balcão dos produtos agropecuários. Essa é uma questão muito importante e estratégica para o Brasil, principalmente, porque é um país que frequenta mais de 170 mercados mundiais.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – O primeiro inscrito... Aqui cabe uma explicação. Nós começamos a audiência com praticamente a maioria dos Senadores. É que nós aqui somos poucos e são várias as comissões, mas o Senador Tomás Correia foi o primeiro a chegar aqui.

Com a palavra o Senador Tomás Correia.

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Senador Waldemir Moka, senhores palestrantes, Dr. Helinton, a quem chamo de Tom José, Dr. Valter Bianchini, Dr. Maurício, Dr. Julio, Senador Casildo Maldaner, em primeiro lugar, peço desculpas por ter que me ausentar, porque a gente tem que fazer aqui igual àquele programa de televisão: tem que se virar nos 30. Estou aqui e na Comissão de Relações Exteriores e tive que votar e relatar um projeto lá, portanto, tive que correr para lá, correr para cá, assina em outra, vai a outra. Então, a ausência eventual nossa aqui, e de outros Senadores, não é nenhuma desconsideração aos palestrantes, que estão fazendo uma brilhante palestra. Lamentei muito perder parte delas, inclusive a do meu querido Presidente da Embrapa, Dr. Maurício Antônio Lopes, a quem gostaria muito de ter ouvido. Infelizmente, na hora exata em que V. Sª foi fazer a palestra, tive que me ausentar para ir para a Comissão de Relações Exteriores, mas eu queria, Presidente Moka, fazer aqui algumas colocações com relação, sobretudo, ao meu Estado de Rondônia.

Quero, em primeiro lugar, parabenizar a Embrapa e todas as entidades aqui presentes. A Embrapa é uma empresa de pesquisa muito séria, muito serena, muito importante para a agricultura do País.

Mas, veja bem, tenho aqui um decreto, o Decreto nº 6.961, de 17 de setembro de 2009, que aprova o zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar e determina ao Conselho Monetário Nacional o estabelecimento de normas para operações de financiamento ao setor sucroalcooleiro, nos termos do zoneamento que está no Decreto. Aqui diz que ficam excluídas desse zoneamento:

1. as terras com declividade superior a 12%, observando-se a premissa da colheita mecânica e sem queima para as áreas de expansão; 2. as áreas com cobertura vegetal nativa; 3. os biomas Amazônia e Pantanal e a Bacia do Alto Paraguai; 4. as áreas de proteção ambiental; 5. as terras indígenas; 4. remanescentes florestais [...]

Ora, no bioma Amazônia...

Sr. Presidente, temos hoje um Código Florestal que estabelece limites para desmatamento, estabelece uma política ambiental adequada de proteção ao meio ambiente. Já tínhamos antes, inclusive. Quando foi feito esse decreto já havia uma lei que determinava as proteções ambientais.

No meu Estado de Rondônia, e no Estado do Acre eu também tive oportunidade de ver, no Município de Cerejeiras, temos empresários que já estavam investindo na área de plantação de cana para indústria de álcool, investimentos inclusive elevados. Estou aqui com dados que pedi que fossem colhidos aqui na assessoria do Senado e tenho a informação de que já foram investidos nessa área por uma indústria, uma usina, em torno de R$18 bilhões. Foi um empresário que acreditou. Ele acreditou no programa, acreditou na expectativa de ter um plantio de cana em uma região que não tem problema de seca, Senador Casildo Maldaner, e, de repente, quando ele fez todos esses investimentos, quando já está em andamento, quando já está com toda uma estrutura que custou muito dinheiro, o Governo lança um decreto dizendo que ali não pode mais plantar cana, que não há mais incentivo nenhum para o plantio de cana na região.

Então, eu queria fazer uma consulta, sobretudo uma pergunta, ao Presidente da Embrapa sobre essa questão. Realmente, por quê? Qual é a razão? A região amazônica não tem nenhum problema, porque essas plantações de cana serão feitas em áreas já desmatadas, em áreas degradadas. Portanto, não tem nada a ver com o desmatamento, não tem nada a ver com essas questões de preservação, um pouco xiita, ambiental. Então, queria aqui saber se esse decreto... Qual a razão lógica para que uma região do Brasil, que tem pecuária, como Rondônia... Hoje temos 12 milhões de cabeças de gado no Estado de Rondônia. Somos grandes produtores de leite, a região de Rondônia. O meu Município, o Município de Jaru, é, inclusive, o principal Município, o primeiro produtor da Região Norte. Temos plantação de cacau. Temos plantação de café. Então, por que essa restrição ao plantio de cana, se ele está no contexto dessas outras culturas que, igualmente, se a questão é ambiental, trariam qualquer dano ao meio ambiente?

Mas, de qualquer sorte, o que volto a dizer é que temos já uma lei, o Código Florestal anterior e o atual, que protege. A plantação de cana, assim como a pecuária hoje, assim como esses plantios todos de café, de cacau, são utilizados hoje em áreas que já estão desmatadas. Então, não vai se desmatar coisa nova. Não vai se fazer um novo desmatamento para plantar cana. Então, eu gostaria de saber da Embrapa se há algum estudo que vede ou que impeça, tecnicamente, além da questão ambiental, o plantio de cana na Amazônia.

Essa é a pergunta que faço e gostaria de ouvir a resposta de V. Exª.

O SR. MAURÍCIO ANTÔNIO LOPES – Muito bem, Senador Tomás Correia. Obrigado pelas considerações e pela pergunta.

De fato, a Embrapa deu o suporte técnico para a definição do zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar. Na verdade, é um trabalho de pesquisa que deu suporte a uma política pública, a política pública que regula a expansão e a exploração da cana no contexto do setor sucroenergético no Brasil.

Normalmente, a construção dessa política tem, obviamente, algumas vertentes. Uma vertente importante é a vertente técnica, tecnológica, e a pergunta que nos é feita é: "Façam a modelagem definindo onde é possível se cultivar cana-de-açúcar de maneira econômica, de maneira segura e levando em conta questões como solo, clima e outras questões ambientais que possam ser restritivas ao cultivo da cana." No entanto, nesse caso, nos foram apresentados outros limites que não exclusivamente técnico ou tecnológico. Um limite que nos foi apresentado é: fora do bioma Amazônia. Outro limite que nos foi apresentado é: sem a necessidade de se fazer irrigação, salvo a necessidade de se fazer irrigação de salvamento, com aplicação de água até um limite de 50 milímetros. Quando está se estabelecendo o cultivo da cana, muitas vezes é necessária aquela irrigação de salvamento que vai viabilizar a cultura, mas uma restrição não técnica que foi colocada foi: sem irrigação.

Na verdade, essas não são escolhas da instituição de pesquisa. São escolhas de quem constrói a política pública. Nesse caso, foram feitas algumas escolhas: a escolha de não expansão do setor sucroenergético na região da Amazônia, não expansão da cana e do setor sucroenergético com o suporte do Estado em áreas que demandariam alta quantidade de água através de irrigação. Foram com esses parâmetros, Senador, que trabalhamos no sentido de aí dizer onde faz sentido apoiar o cultivo e a expansão da cana no Brasil. Não é exatamente a Embrapa que implementa essa política pública. Essa é uma política pública implementada através da liderança do nosso Ministério, Ministério da Agricultura. Somos os provedores do conhecimento e da informação de onde, naquelas áreas definidas como não restritivas do ponto de vista técnico e não técnico, faz sentido se plantar cana-de-açúcar.

Obviamente, Senador, em muitas dessas áreas, tecnicamente, é possível plantar cana-de-açúcar. O meu entendimento é que aquelas empresas ou aquelas instituições que se dispõem a fazê-lo sem o aporte de recursos do Estado ou sem o suporte de políticas do Estado podem fazê-lo, mas a restrição que o zoneamento impõe é que o Poder Público, as políticas públicas estabelecidas não podem, na verdade, entrar nessas áreas estabelecidas como restritivas.

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO) – Perfeito, Sr. Presidente, mas, veja V. Exª: há aqui um projeto do Senado Flexa Ribeiro que essa Comissão votou recentemente, não é, Senador Moka?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Vou pedir o seguinte. É claro que há interesse. O tema, é claro que é diferente. Só quero tranquilizá-lo no seguinte: essa é uma restrição muito mais comercial. Vamos ser sinceros aqui. Há grandes produtores, não vou citar os Estados, que estão muito preocupados em levar o plantio da cana-de-açúcar para outras regiões. A informação que tenho, e sou um humilde médico, é de que a cana é, de longe, a cultura que muito mais deixa no solo do que retira. Então, a cana... Pode ter certeza V. Exª: as restrições não são técnicas. Pode ter certeza que não são. Agora, temos que discutir, nesse projeto que V. Exª vai citar, exatamente... Já ouvi, não do Tom, mas do Ministério da Agricultura que, quando foi editado aquilo, havia muita coisa que hoje já mudou. Precisamos aprovar esse projeto e reverter esse tipo de limitação.

Só para ajudar no encaminhamento que faz V. Exª.

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO) – Agradeço a V. Exª, Senador Waldemir Moka.

Realmente, esse projeto do Senador Flexa Ribeiro que votamos na Casa, na semana passada ou no começo desta semana, resgata as diretrizes de proteção ao meio ambiente e de sua biodiversidade, coordenadas com a utilização racional dos recursos naturais, oferecendo a possibilidade de desenvolvimento econômico social da região por meio de produção sustentável da cana e de seus derivados energéticos. Então, é um projeto muito importante.

Acho também que é um pouco arbitrário um decreto do Poder Executivo simplesmente dizer onde pode plantar cana e onde não pode plantar cana. Veja V. Exª, Dr. Maurício, que estamos falando aqui, de acordo com a Comissão que está estudando o Código Penal, da qual faço parte... Estamos estudando até o plantio de maconha. Estamos falando aqui em autorizar o plantio de maconha e estamos proibindo ou, de certa forma, não incentivando... Na medida em que o Governo restringe créditos para o plantio de cana, está, praticamente, impossibilitando a atividade nessa região. O mais grave é que já existem indústrias instaladas, investimentos feitos, como é o caso do Acre. Passei no Acre um dia desses, indo para a fronteira, e vi uma indústria com plantio de cana pronta, uma indústria totalmente estabelecida sem poder inaugurar.

Mas eu queria só fazer outra pergunta, rapidamente.

Também aqui aprovamos, na Comissão de Agricultura... A matéria não esteja bem dentro do contexto, mas é uma oportunidade que tenho aqui, em que está a elite dos técnicos nacionais, é o momento que a gente tem para esclarecer e, como sou da região amazônica – sou de Rondônia –, não poderia deixar de fazer essa colocação, Senador Waldemir Moka, para que a gente possa ter alguma informação. Repercutiu tanto a aprovação desse projeto na Comissão de Agricultura, que já recebi uma comissão de Cerejeiras aqui,

representada por um Deputado da região, Ezequiel Neiva, pedindo apoio nesse projeto, porque a região quer desenvolver o plantio de cana.

Mas a minha dúvida, a outra, é a seguinte. Aqui também aprovamos, com o meu voto contrário, um projeto de lei criminalizando a venda de agrotóxicos sem receita do agrônomo. Alguém falou aqui em agrotóxico e gostaria de... Achei um pouco exagerado criminalizar porque, às vezes, o sujeito tem que comprar no interior e não tem um agrônomo disponível. Você precisa passar um Gramocil na porta de casa, alguma coisa... Se isso for crime, vamos correr o risco de, daqui a alguns dias, estarmos com uma grande parte da população brasileira respondendo a processo criminal por crime dessa natureza.

Então, gostaria de saber também dos ilustres palestrantes o que acham desse projeto, porque acho que é interessante aproveitar essa oportunidade, Sr. Presidente, para, em rápidas palavras, ouvir a opinião dos técnicos da área também.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Tomás, acabaram de explicar isso e V. Exª... Até instigado por mim, os três aqui falaram exatamente a respeito dessa preocupação do uso do agrotóxico, de às vezes os profissionais que ganham por produtividade...

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO) – Acabam receitando sem critérios.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – ... acabarem receitando a mais. Escolheria um dos técnicos, talvez o Zoé, para responder.

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO) – Porque o projeto visa criminalizar.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Sei.

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO) – Quem comprar sem receita responderia a um processo criminal e poderia ser preso em flagrante.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – É crime.

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO) – Acho muito grave isso para o cidadão. Queria só ouvir rapidamente a palavra de alguém sobre a matéria.

O SR. JULIO ZOÉ DE BRITO – Acredito que a pessoa mais adequada para responder isso é o companheiro Helinton, que é do Ministério da Agricultura, que regula essa questão. De qualquer maneira, é um assunto polêmico e merece uma reflexão.

Agora, vejam que hoje se vendem ainda alguns medicamentos sem receita médica. Então, isso precisa ter uma dosagem, talvez identificar que tipo de produto que de fato traria grandes danos à saúde e ao meio ambiente, mas eu acho que Helinton seria de fato a pessoa mais adequada para discutir sobre esse tema.

O SR. HELINTON JOSÉ ROCHA – Criminalizar ou não criminalizar é um assunto muito mais de cunho jurídico do que agronômico.

Nós somos defensores, sim, da manutenção do Receituário Agronômico como ele está. E ele tem evoluído. No Paraná, Bianchini foi um grande batalhador disso. Nós copiamos descaradamente a legislação sua. Eu sou fundador da primeira comissão que controlou essa questão, no Mato Grosso do Sul, e ali instalou o Receituário Agronômico. Por isso, eu fui diretor de Crea, orientador de ética do Crea do Mato Grosso do Sul, e acho que essa estrutura é, em minha opinião, suficiente. Se bem aplicada e bem fortalecida, é um instrumento importante.

Outro dia... Com o Receituário Agronômico nós estamos negociando um programa de apoio ao Programa ABC; e o Receituário Agronômico foi o nosso principal argumento para dizer que no Brasil não há o uso indiscriminado, porque em muitos países não existe o Receituário Agronômico. Agora, criminalizar o cidadão é realmente uma questão que precisa ser avaliada. Quem tem condição de fazer o peso da questão jurídica, da questão legal, de criminalizar ou não criminalizar... Realmente, não é uma questão apenas agronômica.

Eu digo que o Receituário é um excelente instrumento. A assistência técnica e a extensão rural usam isso com um bom grau de responsabilidade. Há, eventualmente, revendas, exceções. Há regiões onde isso está menos aplicado e outras onde está mais aplicado. E esse é um elemento importante dessa questão que estamos tratando. A isenção do profissional é muito importante não só para agrotóxico, mas também para fertilizantes, para uso das tecnologias, dos manejos. E isso envolve fortalecer as instituições de assistência técnica e extensão rural, e isso é um foco. Por isso tratamos disso aí.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Senador Moka, senhores convidados, Senador Tomás e caros colegas que estão aqui participando, claro que não me cabe indagar e não é esse o meu propósito também. Eu sei que o Ministro Mendes Ribeiro Filho já passou por aqui de manhã, já muita gente circulou e há pouco eu escutava, numa comissão daqui, o bater de palmas, quer dizer, já sendo aplaudido. E esta Casa é assim mesmo.

Eu estava escutando o Senador Tomás falando sobre a cana, da região, se é restrita ou não é. Não são de hoje esses debates que nós temos aí na Casa,

e muitas vezes eu acho que não é técnica mesmo, é mais política.

Ontem à noite, ainda, o Senador Moka me ligava. Eu estava numa concentração daquela rede feminina, porque foi a abertura. Depois, tínhamos outro debate com o pessoal do carvão. Aí, o pessoal do carvão dizia – só para recordar um pouco – como são polêmicas as circunstâncias, como a diversidade é grande.

Até a eleição americana agora comprovou que a diversidade é forte, pois até alguns estados começam a incentivar ou permitir a plantação da maconha; outros, não. Quer dizer, até na votação, agora, entrou isso: diversidade em tudo que é sentido. Nos Estados Unidos nós já sentimos isso agora, como o debate é... O critério eleitoral...

Então, essa noite é até do carvão. Aí, diz-se que no mundo 40% da energia é do carvão. Nós, no Brasil, estamos com aproximadamente 1% de energia do carvão. E as restrições. Aí vem o pessoal de Candiota, no Rio Grande do Sul; do meu Estado de Santa Catarina, que é a região do Sul, a carbonífera. Tem um potencial extraordinário, a tecnologia avançada. Fazia até um óleo diesel, uma espécie de óleo do carvão, que já existe. Mas hoje a política não permite avançar, Tomás. E chegaram à conclusão de que, no segundo turno, nas últimas eleições, houve um pacto de que, em função do que houve no mundo, na Dinamarca, se não me engano... E, num pacto do segundo turno estavam dizendo que não podia, e a Dilma concordou; e o pessoal da campanha, buscando a facção da Marina, não podia mexer na política do carvão por enquanto, seria preciso resguardar. E isso trouxeram ontem à noite. Para vermos como são as coisas. Então, chegou no carvão: segura, porque não dá agora. Segura. Não dá, porque foi feito um pacto em função do segundo turno. Isso circula também, para não mexer no carvão por enquanto.

Aí, entra o apagão, porque se está implantando nova política energética para mudar, baixa o preço e as empresas... Houve audiência pública também, aqui na Comissão de Assuntos Econômicos, com o Senador Delcídio, que participa muito disso. E os consumidores estão satisfeitos, mas as empresas, até as estatais de energia dizem que não é possível, porque, com o custo que foi empregado e a modernização, como farão isso? Aí há os apagões que houve no do Nordeste agora. Há os que dizem que com esse tipo de política estamos implantando a república dos vagalumes. A república dos vagalumes, se implantam isso, vêm os apagões. Aí, vem a turma do carvão e diz: "Viu como é que é?"

Em todo o caso, eu ainda assistia, ontem à noite ou agora pela manhã, se não me engano, em Paragominas... Foi um programa que vi, passou na televisão, da restauração de Paragominas. A diversidade. Reflorestamento, pecuária e agricultura. Áreas degradadas. Coisa linda, aquilo! Eu me encantei. Com aquilo, parece que a gente respira até novos ares. Degradaram a madeira. O pessoal do Sul foi, amigos nossos, compadres meus que estão naquela região, porque eu conheço muitos deles.

Hoje, fizeram um cadastro. Como é a pesquisa, a ciência, o avanço! Aí, a gente se encanta. E passou a reportagem. Aquilo me deixou assim... O reflorestamento agregado àquele tripé do reflorestamento, da agricultura e da pecuária. Aquele consorciado. E a gente vê as imagens e a restauração do meio ambiente, a sustentabilidade. Aí, veio o debate do Código Florestal. Como isso é diversificado! E exige um debate muito forte.

Aí, eu começo a lembrar que já se fala em produzir as 180 milhões de toneladas de grãos, no Brasil, coisa assim, 190 milhões de grãos. Aí eu recordo do tempo em que era Governador de Santa Catarina, nos anos 1989, 1990, 1991. Eu tinha um Secretário de Planejamento – hoje que Deus o tenha – que foi Deputado constituinte, o Paulo Macarini – devem ter conhecido –, extraordinário! Grande planejador! Ele era meu Secretário de Planejamento. E ele dizia, à época: "Governador Maldaner, se nós chegarmos, um dia..." Nós produzíamos 40 ou 50 milhões de toneladas e tínhamos uma população de 100 ou 110 milhões. Ele dizia: "Se chegarmos a produzir 1 tonelada por habitante, no Brasil, o mundo espera por nós para alimentá-lo. Com 1 tonelada de grãos nós vamos nos dar por satisfeitos. Esse Brasil vai encontrar o seu caminho." E vejam bem, eu começo a pensar, às vezes, naquela previsão de Paulo Macarini. Nós estamos aí, hoje, com 180 a 190 milhões de habitantes, mais ou menos. Por aí. Segundo o IBGE é algo assim. E a previsão é de, para o ano que vem, chegarmos também a produzir mais 180 a 190 milhões de toneladas de grãos. É possível isso. Quer dizer, estamos chegando nisso, apesar dos debates, da luta, de buscar o equilíbrio do meio ambiente.

Essas questões, na verdade, Tomás, são políticas. Nós precisamos debater, manter a sustentabilidade, ser economicamente viáveis. Eu acho que o debate vale a pena. A diversidade. Então, não quero lembrar para os senhores todos, aqui, pois conhecem bem, a irmandade com Santa Catarina, o minifúndio catarinense, a tecnologia que se implanta e se debate. Há longevidade, há vida. Hoje se pensa na longevidade com sustentabilidade. Há esse debate.

Eu quero cumprimentá-los, porque isso vai continuar cada vez mais: a busca da tecnologia e sua aplica-

ção, com saúde e com resultados. E vejam como vale a pena enfrentarmos todas essas questões!

Não quero questionar, mas quero dizer essas palavras, para dizer que participei um pouquinho, Moka! Mas a gente fica remoendo isso – como se diz na Serra Catarinense. A gente fica fazendo uma higiene mental nessas questões todas. Mas vale a pena.

V. Exª, embora médico, é um grande meditador dessas questões todas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. PMDB – MS) – Agradeço ao Senador Casildo Maldaner, ex-Governador de Santa Catarina, que é nosso parceiro aqui na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e um extraordinário homem público.

Eu quero agradecer a presença de cada um: do Zoé; do nosso Presidente, do Tom e do Valter; e dizer, para finalizar, encerrando a reunião, que, na minha avaliação, o mais moderno que pode existir é essa integração: a Embrapa e a extensão rural. O que nós precisamos, aqui na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, é trabalhar no fortalecimento da Embrapa e da extensão rural. E eu acredito que trabalhar no fortalecimento é dotar a Embrapa e a extensão rural de recursos orçamentários.

Nós vamos discutir, nesta Comissão, emendas de comissão. E um dos meus objetivos, ao trazer este debate para a Comissão, é mostrar a importância da Embrapa, da pesquisa, da extensão rural para o produtor, principalmente para o pequeno produtor, a chamada agricultura familiar, que muitas vezes produz sem nenhum técnico.

Um dos defeitos da antiga Empaer, hoje extinta, eu dizia para eles, lá no Mato Grosso do Sul. A Empaer era uma empresa que tinha uma cabeça enorme. Todo mundo queria ficar em Campo Grande, na sede. E os técnicos não iam para os Municípios. Eu disse que, no dia em que decidissem acabar com a Empaer, os Municípios não iriam nem sentir a falta dela. Porque, na verdade, é preciso, sim, ter o pesquisador aqui em Brasília ou em qualquer outro lugar. Mas é fundamental que aquilo que é gerado, que é pesquisado, chegue à ponta, porque lá está o produtor que não tem a informação. É exatamente ele que precisa ser orientado. Porque o grande produtor tem o agrônomo, o veterinário. Para essa agricultura familiar é necessário.

Eu tenho certeza – e aqui foi citado – que, se todos os nossos pequenos produtores tivessem essa assistência técnica, nós triplicaríamos a produção deles e a renda dessas famílias sem desmatar mais. E defendermos aqui... Mas nós estamos muito perto disso.

Sabe o que é? Há uma falácia quanto a nós, mas o Brasil é, de longe, o País que mais preservou. De longe! Nós temos mais de 60% da nossa biodiversidade intacta. Nós temos que sair desse discurso acuado e dizer que nós somos quem preservamos. E apesar de sermos os maiores preservadores, somos também os maiores produtores de grãos e de carne deste planeta. Esse é o discurso que nós e o Governo temos de adotar. Graças, exatamente, a esses que representam hoje, aqui, a Embrapa e a extensão rural.

Muito obrigado pela presença de cada um de vocês.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 8 horas e 43 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 15 minutos.)

ATA DA 28ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 21 DE NOVEMBRO DE 2012.

Às quatorze horas e trinta e cinco minutos do dia vinte e um de novembro de dois mil e doze, na Sala 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **ACIR GURGACZ**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes senadores: **RODRIGO ROLLEMBERG, WALDEMIR MOKA, SÉRGIO SOUZA, ANA AMÉLIA, IVO CASSOL, BENEDITO DE LIRA, JAYME CAMPOS, ANTONIO CARLOS RODRIGUES, ANTONIO CARLOS VALADARES, CIDINHO SANTOS e ROMERO JUCÁ.** Deixam de comparecer, os Senhores Senadores Delcídio do Amaral, Zezé Perrella, Casildo Maldaner, Cyro Miranda, Gim e Sérgio Petecão. Deixam de comparecer por motivo justificado, os Senadores Antonio Russo e Flexa Ribeiro. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente informa que a presente reunião se destina à apreciação de matérias, de acordo com a seguinte Pauta: **ITEM 1: TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 85, de 2011 – Terminativo – Ementa:** Determina que frigoríficos com registro no Serviço de Inspeção Federal – SIF informem, diariamente, ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento os preços, as quantidades e outras características dos bovinos adquiridos para abate. **Autoria do Projeto:** Deputado Ronaldo Caiado. **Relatoria:** Senadora Ana Amélia. **Observações:** 1. Na 26ª Reunião Extraordinária da CRA realizada em 01/11/2012, a Comissão aprovou a Emenda nº 1–CAE/CRA (Substitutivo) oferecida ao PLC nº 85/2011. O Projeto ficou prejudicado, em razão da aprovação do Substitutivo (art. 300, XVI – RISF). 2. O Substitutivo ao

PLC nº 85, de 2011, ora submetido a Turno Suplementar, poderá receber emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo integral (art. 282 – RISF). 3. Não sendo oferecidas emendas na discussão suplementar, o Substitutivo será dado como definitivamente adotado sem votação (art. 284 – RISF). **Resultado: O substituto ao PLC nº 85/2011 foi dado como definitivamente adotado sem votação, em razão de não terem sido oferecidas emendas na discussão suplementar (art. 284 do RISF). A matéria será encaminhada à SGM. ITEM 2: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 396, de 2011 – Terminativo – Ementa:** Altera a Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, para autorizar a concessão de subvenção econômica para agricultores familiares e empreendedores familiares rurais que empreendam práticas de conservação ambiental. **Autoria:** Senadora Ana Rita. **Relatoria:** Senador Waldemir Moka. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 396, de 2011. **Observações:** 1. Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CMA. 2. A matéria foi apreciada pela CMA, tendo sido aprovado o Parecer pela aprovação do Projeto. 3. Na 15ª Reunião Extraordinária da CRA realizada em 31/05/2012, o Senador Waldemir Moka profere a leitura do relatório favorável ao PLS nº 396/2011. A Presidência adia a discussão para a próxima reunião deliberativa. Projeto em fase de discussão. 4. O Projeto constou também da Pauta da 19ª, 21ª, 23ª, 24ª, 25ª e 26ª Reunião Extraordinária realizadas em 28/06, 05/07, 09 e 30/08, 18/10 e 01/11/2012. 5. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. **Resultado: Adiado. ITEM 3: PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 90, de 2012 – Não Terminativo – Ementa:** Prorroga o prazo para que sejam ratificadas as concessões e alienações de terras feitas pelos Estados em faixa de fronteira e dá outras providências. **Autoria:** Deputado Luis Carlos Heinze. **Relatoria:** Senador Acir Gurgacz. **Relatório:** Pela aprovação do PLC nº 90, de 2012. **Observações:** 1. Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CRA. 2. A matéria será apreciada pela CRE e posteriormente pela CCJ em decisão terminativa. Anunciada a matéria, o Senador Acir Gurgacz passa a Presidência ao Senador Waldemir Moka, nos termos do art. 89, § 1º do RISF, para proferir o relatório, discutir e votar o PLC nº 90, de 2012. **Resultado: Aprovado o Relatório do Senador Acir Gurgacz, que passa a constituir o Parecer da CRA, favorável ao PLC nº 90, de 2012. ITEM 4: TRAMITAÇÃO CONJUNTA – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 41, de 2009 – Não Terminativo – Ementa:** Acrescenta dispositivo à Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, para dispor sobre o arrendamento ou comodato de bens e direitos de empresa em processo de recuperação judicial, por cooperativa de empregados. **Autoria:** Deputado José Pimentel. **TRAMITA EM CONJUNTO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 168, de 2007 – Não Terminativo – Ementa:** Modifica o art. 55 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, que dispõe sobre o prazo para que os credores manifestem objeções ao plano de recuperação judicial. **Autoria:** Senador João Vicente Claudino. **TRAMITA EM CONJUNTO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 163, de 2009 – Não Terminativo – Ementa:** Altera o inciso III do art. 48 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, para diminuir, de oito para seis anos, o prazo mínimo para apresentação, pela microempresa ou empresa de pequeno porte, de novo plano especial de recuperação judicial. **Autoria:** Senador Papaléo Paes. **TRAMITA EM CONJUNTO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 219, de 2009 – Não Terminativo – Ementa:** Altera o art. 70 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, para permitir que as associações e as fundações possam requerer o plano especial de recuperação judicial, que abrangerá qualquer tipo de crédito e não implicará em falência do devedor em caso de seu descumprimento. **Autoria:** Senador Paulo Paim. **TRAMITA EM CONJUNTO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 325, de 2009 – Não Terminativo – Ementa:** Altera os arts. 54 e 68 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005. **Autoria:** Senador Gilberto Goellner. **TRAMITA EM CONJUNTO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 389, de 2009 – Não Terminativo – Ementa:** Altera a Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária. **Autoria:** Senador Valdir Raupp. **TRAMITA EM CONJUNTO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 390, de 2009 – Não Terminativo – Ementa:** Altera os arts. 57, 70 e 71 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, para facilitar as condições de concessão de plano de recuperação xtrajudicial a devedor que seja microempresa ou empresa de pequeno porte. **Autoria:** Senador Valdir Raupp. **TRAMITA EM CONJUNTO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 392, de 2009 – Não Terminativo – Ementa:** Acrescenta art. 3º-A e altera o caput do art. 59 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, para permitir, no contrato social ou no estatuto da empresa, que se submetam a arbitragem as divergências decorrentes da aplicação da lei de recuperação de empresas, e dá outras providências. **Autoria:** Senador

Valdir Raupp. **Relatoria:** Senador Ivo Cassol. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 168, de 2007, na forma da Emenda nº 1 (substitutiva), e pela prejudicialidade do PLC nº 41, de 2009, e dos PLS nº 163, 219, 325, 389, 390 e 392, de 2009. **Observações:** 1. Os Projetos constaram da Pauta da 26ª Reunião Extraordinária realizada em 01/11/2012. 2. As matérias serão apreciadas pela CAS, CAE e pela CCJ em decisão terminativa. Votado o relatório, após a leitura e discussão, o Senador Ivo Cassol procede à adequação na redação do texto do art. 2º do Substitutivo ao PLS nº 168/2007 que altera o art. 748 da Lei nº 5.869: no § 2º onde se lê "O plano de recuperação judicial preverá parcelamento em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais", leia-se: "48 (quarenta e oito) parcelas mensais" e, igualmente, onde se lê "corrigidas monetariamente e acrescidas de juros de 12% a.a (doze por cento ao ano)", leia-se "6% a.a (seis por cento ao ano)". **Resultado: Aprovado o Relatório do Senador Ivo Cassol, que passa a constituir Parecer da CRA, favorável ao PLS n.º 168, de 2007, na forma da Emenda nº 1-CRA (Substitutivo), e pela prejudicialidade do PLC nº 41, de 2009, e dos PLS nº 163, 219, 325, 389, 390 e 392, de 2009. ITEM 5: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 591, de 2011 – Complementar – Não Terminativo – Ementa:** Altera a redação do § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências para vedar o contigenciamento de recursos orçamentários para sanidade animal e vegetal. **Autoria:** Senador Antonio Russo. **Relatoria "ad hoc":** Senador Waldemir Moka. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei nº 591, de 2011 – Complementar. **Observações:** 1. A matéria foi apreciada pela CAS, tendo sido aprovado o Parecer pela aprovação do Projeto, e será ainda apreciada pela CAE. 2. O Projeto constou da Pauta da 25ª e 26ª Reunião Extraordinária da CRA realizadas em 18/10 e 01/11/2012. Anunciada a matéria, o Senador Acir Gurgacz, Presidente da CRA, designa o Senador Waldemir Moka relator "ad hoc" em substituição ao Senador Jayme Campos. Iniciada a discussão do Projeto, depois da leitura do relatório pelo Senador Waldemir Moka, os Senadores Ana Amélia, Ivo Cassol, Waldemir Moka e Sérgio Souza fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre o assunto. Colocado em votação, o relatório do Senador Waldemir Moka foi aprovado.**Resultado: Aprovado o Relatório do Senador Waldemir Moka, relator *ad hoc*, que passa a constituir Parecer da CRA, favorável ao PLS nº 591, de 2011. ITEM 6: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, de 2012 – Não Terminativo –** Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição para o PIS/PASEP, incidentes sobre a receita de venda no mercado interno de produtos oriundos da piscicultura. **Autoria:** Senador Ciro Nogueira. **Relatoria "ad hoc":** Senador Sérgio Souza. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 156, de 2012, com a Emenda nº 1. **Observações:** 1. Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CRA. 2. O Projeto constou da Pauta da 23ª, 24ª, 25ª e 26ª Reunião Extraordinária da CRA realizadas em 09 e 30/08, 18/10 e 01/11/2012. 3. A matéria será apreciada pela CAE em decisão terminativa. Anunciada a matéria, o Senador Acir Gurgacz, Presidente da CRA, designa o Senador Sérgio Souza relator "ad hoc" em substituição ao Senador Benedito de Lira. **Resultado: Aprovado o Relatório do Senador Sérgio Souza, relator *ad hoc*, que passa a constituir Parecer da CRA, favorável ao PLS nº 156, de 2012, com a Emenda nº 1-CRA. ITEM 7: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 204, de 2012 – Não Terminativo – Ementa:** Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para permitir a dedução integral das Áreas de Preservação Permanente, de Reserva Legal e de uso restrito da base de cálculo do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural. **Autoria:** Senador Vital do Rêgo. **Relatoria:** Senador Jayme Campos. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 204, de 2012. **Observações:** 1. Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CRA. 2. O Projeto constou da Pauta da 25ª e 26ª Reunião Extraordinária da CRA realizadas em 18/10 e 01/11/2012. 3. A matéria será apreciada pela CMA e posteriormente pela CAE em decisão terminativa. **Resultado: Aprovado o Relatório do Senador Jayme Campos, que passa a constituir Parecer da CRA, favorável ao PLS nº 204, de 2012. ITEM 8: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, de 2008 – Não Terminativo – Ementa:** Altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos. **Autoria:** CMESP – Mudanças Climáticas – 2007 (CMESP). **Relatoria:** Senador Sérgio Souza. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 32, de 2008, com a Emenda nº 1-CMA. **Observações:** 1. A matéria foi apreciada pela CMA, tendo sido aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CMA. 2. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. Anunciada a matéria, após a leitura do relatório do Senador Sérgio Souza, a Presidência concede vista do processo ao Senador Waldemir Moka, nos termos do art. 132, § 1º,

do Regimento Interno do Senado Federal. **Resultado: Concedida a Vista ao Senador Waldemir Moka, nos termos do art. 132, §1º, do RISF**. **ITEM 9: TRAMITAÇÃO CONJUNTA – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 130, de 2012 – Não Terminativo – Ementa:** Altera o art. 5º da Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, para limitar a jornada de trabalho dos empregados rurais, a quarenta horas semanais, e dá outras providências. **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **TRAMITA EM CONJUNTO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 208, de 2012 – Não Terminativo – Ementa:** Altera a Lei 5.889, de 08 de junho de 1973, que estatui normas reguladoras do trabalho rural, e a Lei 10.101, de 19 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa, visando a sua adequação e modernização. **Autoria:** Senador Blairo Maggi. **Relatoria:** Senador Sérgio Souza. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 208, de 2012, com a Emenda nº 1, e pela rejeição do PLS nº 130, de 2012. **Observações:** 1. Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CRA. 2. As matérias serão apreciadas pela CAS em decisão terminativa. **Resultado: Matéria retirada de pauta, em cumprimento ao Ofício nº 2225-SF, de 2012, subscrito pelo Senador José Sarney, Presidente do Senado Federal, em atendimento ao requerimento de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares de tramitação autônoma das matérias. ITEM 10: AVISO Nº 15, de 2012 – Não Terminativo – Ementa:** Encaminha cópia do Acórdão nº 356, de 2012, bem como dos respectivos Relatório e Proposta de Deliberação que o fundamentam, referente à auditoria de conformidade realizada na Superintendência Regional do Instituto Nacional de Reforma Agrária no Estado de Mato Grosso do Sul para verificar a regularidade da aplicação de recursos federais na implantação e operacionalização dos Assentamentos Itamarati I e II, em Ponta Porã (TC 020.918/2008-7). **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relatoria:** Senador Waldemir Moka. **Relatório:** Pelo conhecimento e arquivamento do AVS n.º15, de 2012. **Observações:** 1. A matéria constou da Pauta da 15ª Reunião Extraordinária da CRA realizada em 31/05/2012, ocasião em que o Projeto foi retirado de Pauta para reexame do Relator, Senador Waldemir Moka, que devolveu sem alteração do relatório. 2. O Aviso constou também da Pauta da 26ª Reunião Extraordinária realizada em 01/11/2012. 3. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. **Resultado: Aprovado o Relatório do Senador Waldemir Moka, que passa a constituir Parecer da CRA, pelo conhecimento e arquivamento do AVS nº 15/2012. ITEM 11: AVISO Nº 18, de 2012 – Não Terminativo – Ementa:** Encaminha cópia do Acórdão nº 482, de 2012, bem como dos respectivos Relatórios e Voto que o fundamentam, referente à auditoria com enfoque na gestão da arrecadação de multas administrativas aplicadas por órgãos e entidades federais (TC 022.631/2009-0). **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relatoria:** Senador Ivo Cassol. **Relatório:** Pelo conhecimento e arquivamento do AVS nº 18, de 2012, e pelo oferecimento dos Requerimentos de Informações que apresenta. **Observações:** 1. A matéria constou da Pauta da 23ª, 24ª, 25ª e 26ª Reunião Extraordinária da CRA. realizadas em 09 e 30/08, 18/10 e 01/11/2012. 2. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. **Resultado: Aprovado o Relatório do Senador Ivo Cassol, que passa a constituir Parecer da CRA, pelo conhecimento e arquivamento do AVS nº 18/2012 e pelo oferecimento dos Requerimentos nº 37, 38 e 39, de 2012 – CRA, de Informações ao Ministro de Estado da Fazenda, Presidente do Banco Central do Brasil e ao Advogado-Geral da União. EXTRAPAUTA: ITEM 12: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 35, de 2012 – Não Terminativo – Assunto:** Requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública Conjunta desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA com a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados, com a finalidade de discutir a Aquisição de Terras por Estrangeiros. **Autoria:** Senador Waldemir Moka. **Resultado: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comisão. ITEM 13: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 36, de 2012 – Não Terminativo – Assunto:** Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada, no âmbito desta Comissão, Audiência Pública com a finalidade de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 219, de 2010, que "Dispõe sobre a Política Nacional para os Biocombustíveis. Para tanto sugiro o convite das seguintes autoridades: Sra. Magda Maria de Regina Chambriard – Diretora Geral da ANP; Sr. Gilson Bittencourt – Secretário-Executivo Adjunto da Casa Civil; Sr. Antônio Henrique Pinheiro Silveira – Secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda – MF; Sr. Antônio de Pádua – Diretor Presidente Interino da ÚNICA; Sr. Juan Diego Ferrés – Presidente do Conselho de Administração da UBRABIO; Sr. Mauro Borges Lemos – Presidente da Associação Brasileira de Desenvolvimento Industrial – ABDI. **Autoria:** Senador Sérgio Souza. **Resultado: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e quarenta e dois minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Re-

forma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Acir Gurgacz,** Presidente da CRA

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Declaro aberta a 28ª Reunião Extraordinária da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, comunico o recebimento do Aviso nº 1.411, de 2012, datado de 31 de outubro corrente, subscrito pelo Ministro Benjamin Zymler, Presidente do Tribunal de Contas da União, o qual encaminha cópia dos autos do Processo nº TC 02655/2011-7, que trata de auditoria operacional na área de defesa sanitária, vegetal e animal exercida direta e indiretamente na faixa de fronteira brasileira pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Comunico, ainda, o recebimento do Relatório do Tribunal de Contas nº 033616/2012-6 do TCU/Fiscobras-2012, consolidação dos trabalhos de fiscalização realizados no âmbito do TCU, em obras públicas integrantes do Orçamento da União referentes ao exercício de 2012.

A Presidência da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal comunica a abertura dos prazos para a apresentação das emendas da CRA ao Projeto de Lei nº 24/2012-CN, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício de 2013, Mensagem nº 91/2012 (nº 387/2012, na origem). O prazo de abertura é dia 21 de novembro de 2012, quarta-feira, 8h30, e dia 26 de novembro de 2012, Senador Moka, às 18h, o encerramento para a entrega das emendas ao orçamento.

A referente reunião destina-se a deliberação de matérias.

Vamos, então, para o item 1. Turno suplementar...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Esses prazos, naturalmente, são para as emendas da Comissão de Agricultura.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – São especificamente da Comissão.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – O prazo se extingue...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Dia 29 lá na CMO. Aqui na Comissão será no dia 26, às 18 horas, para ficar mais fácil.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Já foi designado o Relator desse projeto?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Ainda não, depois nós vamos nos reunir para fazer a designação.

Vamos, então, para o item 1.

ITEM 1

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 85, de 2011
– Terminativo –

Ementa do Projeto: *Determina que frigoríficos com registro no Serviço de Inspeção Federal – SIF informem, diariamente, ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento os preços, as quantidades e outras características dos bovinos adquiridos para abate.*
Autoria do Projeto: Deputado Ronaldo Caiado
Relatoria do Projeto: Senadora Ana Amélia
Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

Na 26ª Reunião Extraordinária da CRA, realizada em 01/11/2012, a Comissão aprovou a Emenda nº 1 da CAE e da CRA, com um substitutivo oferecido ao PLC nº85/2011. O projeto ficou prejudicado em razão da aprovação do Substitutivo nº 300.

Informo que o substitutivo ao PLC nº85/2011, ora submetido ao turno suplementar, poderá receber emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo integral (art. 282).

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Dessa forma, não sendo oferecidas emendas na discussão suplementar, o substitutivo será dado como definitivamente adotado sem votação, conforme o art. 284.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Pela ordem.

Gostaria, ouvindo naturalmente o Plenário da Comissão, de fazer um requerimento extrapauta cuja

finalidade é que possamos promover, em conjunto com a Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, uma audiência pública para tratar do tema aquisição de terras por estrangeiros. É um assunto que, este ano inteirinho, o Governo ficou de resolver, de flexibilizar e até hoje nós não temos nenhuma novidade nesse sentido.

No meu Estado – e é evidente que outros Estados também devem ter esse tipo de problema – há investimentos importantes a serem feitos e estão condicionados à aquisição. Explico melhor, Sr. Presidente: vamos considerar que alguém vá colocar uma indústria de celulose. Ele não coloca a indústria se não tiver um mínimo de área de floresta capaz de, naturalmente, com aquela quantidade de floresta, fazer a sua planta rodar. Não há como, porque, do contrário, ele fica à mercê de terceiros.

A mesma coisa se aplica para a usina de álcool e açúcar. Se eles não tiverem uma quantidade de terra suficiente para plantar cana que minimamente permita a essa usina fazer a sua moagem, não virão. Hoje, a limitação é de 50 módulos para a pessoa física e de 100 para a jurídica. Quer dizer, a quantidade é muito pequena!

Eu gostaria, então, ouvindo o Plenário, que pudéssemos, primeiro, colocar extrapauta o requerimento. Informo a V. Exª que a Câmara dos Deputados, aliás fui demandado por eles, já aprovou esse requerimento, solicitando audiência pública em conjunto. É evidente que eles querem tratar de forma conjunta, porque é um assunto que interessa tanto à Câmara como ao Senado da República.

Encaminho a V. Exª o requerimento extrapauta, pedindo apoio. Não há nomes e nem data, porque, Sr. Presidente, vamos votar e em seguida, de comum acordo... O nome que eu gostaria de trazer, entre o de outras pessoas, é o do ex-Ministro Roberto Rodrigues, que me parece ser uma pessoa com isenção para tratar do assunto. É uma pessoa que conhece o setor e daria, na minha avaliação, um equilíbrio importante para essa discussão.

Naturalmente, temos que chamar gente do Governo. A minha sugestão é que a Ministra Gleisi, Chefe da Casa Civil, pudesse vir, porque era ela que vinha tratando desse assunto pelo Governo da Presidente Dilma.

Quanto à data e aos nomes, nós veríamos depois.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem.

Atendendo a um pedido do Senador Moka, nós temos dois pedidos extrapauta que nós deixaríamos para o final, mas vamos aproveitar a oportunidade, colocando em votação os dois agora.

Requerimento do Senador Moka, que será lido.

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 35, de 2012 – Não Terminativo –

Requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública Conjunta desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA com a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados, com a finalidade de discutir a Aquisição de Terras por Estrangeiros.

Autoria: Senador Waldemir Moka

O requerimento já foi defendido.

Em votação.

As Srªs e Srs. Senadores que concordam com o Requerimento permaneçam como se encontram (*Pausa*.)

Aprovado.

Requerimento extrapauta do Senador Sérgio Souza, que será lido.

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 36, de 2012 – Não Terminativo –

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada, no âmbito desta Comissão, Audiência Pública com a finalidade de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 219, de 2010, que "Dispõe sobre a Política Nacional para os Biocombustíveis". Para tanto sugiro o convite das seguintes autoridades: Sra. Magda Maria de Regina Chambriard – Diretora Geral da ANP; Sr. Gilson Bittencourt – Secretário-Executivo Adjunto da Casa Civil; Sr. Antônio Henrique Pinheiro Silveira – Secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda – MF; Sr. Antônio de Pádua – Diretor Presidente Interino da ÚNICA; Sr. Juan Diego Ferrés – Presidente do Conselho de Administração da UBRABIO; Sr. Mauro Borges Lemos – Presidente da Associação Brasileira de Desenvolvimento Industrial – ABDI.

Autoria: Senador Sérgio Souza

Com a palavra o Senador Sérgio Souza, para defender o seu Requerimento.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, na verdade, nós pretendemos, se possível,

votar ainda este ano o marco regulatório dos biocombustíveis aqui nesta Comissão, do qual sou o Relator.

Estou sugerindo a possibilidade de fazermos uma audiência pública para ouvirmos tanto o Governo, representado pela ANP, pela Casa Civil, e também pelo Ministério da Fazenda, que é quem nos desenha, nos diz que estão formando um conceito para os biocombustíveis para o próximo ano e também algumas diretrizes, como também ouvirmos as entidades. Então, nós sugerimos três nomes do Governo e três nomes de entidades que representam bem o setor. E peço o apoiamento dos meus pares aqui nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Em votação o Requerimento do Senador Sérgio Souza.

Os Srs. e Srªs Senadoras que concordam, permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

Item 2.

Nós precisamos de quórum qualificado para a votação, ainda não temos. Nós não conseguimos? Faltam três Senadores.

Passamos ao item 3.

Convido o Senador Moka para presidir os trabalhos, pois sou o Relator dessa matéria, que é o item 3.

Passo a Presidência dos trabalhos ao Senador Waldemir Moka, para que eu possa proferir o meu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Assumindo a Presidência, concedo a palavra ao Senador Presidente Acir Gurgacz. Aliás, Acir, eu já estava gostando da sua cadeira, quero lhe confessar isso.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 90, de 2012
– Não Terminativo –

Prorroga o prazo para que sejam ratificadas as concessões e alienações de terras feitas pelos Estados em faixa de fronteira e dá outras providências.

Autoria: Deputado Luis Carlos Heinze

Relatoria: Senador Acir Gurgacz

Relatório: Pela aprovação do PLC nº 90, de 2012.

Observações:

1. Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CRA.

2. A matéria será apreciada pela CRE e posteriormente pela CCJ em decisão terminativa.

A autoria é do Deputado Luis Carlos Heinze, grande Parlamentar do Rio Grande do Sul.

Com a palavra o Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Waldemir Moka. Agradeço os trabalhos que V. Exª realizou na nossa ausência. Tenho certeza de que foram muito bem conduzidos por V. Exª na nossa ausência.

É um prazer estar de volta para poder discutir e debater a agricultura brasileira.

Vou direto para a análise, para ganharmos um pouco de tempo, sobre essa questão que entendo muito importante também.

Inicialmente, cabe destacar que, conforme o art. 104-B, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre direito agrário, política fundiária e uso ou posse temporária da terra e regularização dominial de terras rurais e de sua ocupação.

Assim, com respeito ao mérito, entende-se o Projeto de Lei da Câmara muito oportuno e justo. A Lei nº 9.871, de 1999, em seu art. 1º, concedeu prazo de apenas 2 anos, até 1º de janeiro de 2001, para que o detentor de título de alienação ou concessão de terras feita pelos Estados na faixa de fronteira de até 150km, ainda não ratificado, requeira ao Incra a ratificação das alienações e concessões de terras já feitas pelos Estados na Faixa de Fronteiras (conforme disposto no §1º do art. 5º da Lei nº 4.957, de 1966) em consonância com a Lei nº 4.504, de 1964 (Estatuto da Terra).

O autor do projeto informa, adicionalmente, que o Incra não dispunha, e ainda não dispõe, de estrutura e pessoal para atender as mais de 25 mil solicitações de ratificação de alienações e concessões nos onze Estados brasileiros que fazem fronteira com outros países.

A situação é agravada pelo fato de a Lei nº 9.871, de 1999, determinar, em seu art. 1º, § 1º, que, decorrido o prazo estabelecido sem que tenha sido requerida a ratificação autorizada à União, o Incra deve declarar nulo o título de alienação ou concessão e promover a reversão à posse do Poder Público de terras de sua propriedade, indevidamente ocupadas e exploradas, a qualquer título, por terceiros (art. 17 do Estatuto da Terra).

O prazo para as ratificações de concessões e alienações de terras feitas pelos Estados na faixa de fronteira foi prorrogado pelas Leis nºs 10.164, de 27 de dezembro de 2000, e 10.363, de 28 de dezembro de 2001, e, por último, pela Lei nº 10.787, de 25 de novembro de 2003, para até 31 de dezembro de 2003.

O autor do PLC em análise, ciente da situação de grave ameaça à segurança jurídica e socioeconômica que se abateria sobre os produtores rurais atingidos pela proximidade do fim do prazo para os requerimen-

tos, apresentou o PL nº 2.742, em 10 de dezembro de 2003, na expectativa de que uma rápida aprovação permitisse a regularização da propriedade das terras que ocupam.

Opinamos pelo prazo, proposto no PLC, de 10 anos, a partir da publicação da lei, que desta vez será suficiente para que os produtores rurais providenciem a documentação exigida e para que o Incra consiga atender adequadamente todos os requerimentos apresentados.

Voto.

Pelos motivos expostos, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2012, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – O Relator concluiu, no seu parecer, pela aprovação.

Em discussão o parecer do Relator, Senador Acir Gurgacz. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação o parecer do Senador Acir Gurgacz.

O Srs. Senadores que concordam com o presente parecer permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

A matéria será apreciada pela Comissão de Relações Exteriores e, posteriormente, pela CCJ, em decisão terminativa.

Passo a Presidência para o Senador Acir Gurgacz.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Moka.

Dando sequência aos nossos trabalhos, vamos então ao Item 4 da pauta.

ITEM 4

TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 41, de 2009
– Não Terminativo –

Acrescenta dispositivo à Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, para dispor sobre o arrendamento ou comodato de bens e direitos de empresa em processo de recuperação judicial, por cooperativa de empregados.
*Autoria: Deputado J*osé Pimentel

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 168, de 2007
– Não Terminativo –

Modifica o art. 55 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, que dispõe sobre o prazo para que os credores manifestem objeções ao plano de recuperação judicial.
Autoria: *Senador João Vicente Claudino*

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 163, de 2009
– Não Terminativo –

Altera o inciso III do art. 48 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, para diminuir, de oito para seis anos, o prazo mínimo para apresentação, pela microempresa ou empresa de pequeno porte, de novo plano especial de recuperação judicial.
Autoria: *Senador Papaléo Paes*

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 219, de 2009
– Não Terminativo –

Altera o art. 70 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, para permitir que as associações e as fundações possam requerer o plano especial de recuperação judicial, que abrangerá qualquer tipo de crédito e não implicará em falência do devedor em caso de seu descumprimento.
Autoria: Senador Paulo Paim

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 325, de 2009
– Não Terminativo –

Altera os arts. 54 e 68 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005.
Autoria: Senador Gilberto Goellner

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 389, de 2009
– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária.
Autoria: Senador Valdir Raupp

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 390, de 2009
– Não Terminativo –

Altera os arts. 57, 70 e 71 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que regula a recu-

peração judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, para facilitar as condições de concessão de plano de recuperação extrajudicial a devedor que seja microempresa ou empresa de pequeno porte.
Autoria: Senador Valdir Raupp

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 392, de 2009
– Não Terminativo –

Acrescenta art. 3º-A e altera o caput do art. 59 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, para permitir, no contrato social ou no estatuto da empresa, que se submetam a arbitragem as divergências decorrentes da aplicação da lei de recuperação de empresas, e dá outras providências.
Autoria: Senador Valdir Raupp
Relatoria: Senador Ivo Cassol
Relatório: Pela aprovação do PLS nº 168, de 2007, na forma da Emenda nº 1 (substitutiva), e pela prejudicialidade do PLC nº 41, de 2009, e dos PLS nº 163, 219, 325, 389, 390 e 392, de 2009.

Com a palavra o Senador Relator, Senador Ivo Cassol, para proferir seu relatório.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Obrigado.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o parecer é extenso, mas eu queria aqui aproveitar, antes de ler o voto, para dizer que, nessas recuperações judiciais, tinham sido propostos juros anuais de 12%, mas, no meu relatório, estou aprovando, com voto favorável, 6% ao ano, uma vez que as empresas se encontram em dificuldades e uma vez proposta a recuperação judicial.

Doze por cento, por mais que seja um juro hoje aceitável no mercado por algumas pessoas, por algumas empresas, ainda é muito alto. Nós estamos assistindo, atualmente, ao Governo Federal lançando uma linha de crédito a 2,5% de juros ao ano, na compra de máquinas e equipamentos, veículos pesados. Enfim, tudo na linha de interesse da industrialização para que possa gerar emprego e gerar renda.

Nós não podemos aceitar que empresas com dificuldade de liquidação tenham, no seu aspecto jurídico e ao mesmo tempo de juros, um juro acima da média de mercado.

Portanto, no meu voto, quanto aos juros, considero excessivo o parcelamento proposto no montante de 60 parcelas. Adotamos posição intermediária entre o prazo previsto na lei atual e o prazo regido pelo PL nº 390, de 2009, assim, aumentando o prazo de financiamento do plano especial das micro e pequenas empresas, das empresas de pequeno porte de atuais 36 para 48 meses.

Quanto aos juros, afigura-se razoável a taxa de 6% ao ano.

Ao mesmo tempo, por todo o exposto, manifestamo-nos pela aprovação do PLS nº 168, de 2007, na forma do substitutivo; e pela prejudicialidade do PLC nº41, de 2009; e dos PLS nº 163, de 2009; PLS nº 219, de 2009; PLS nº 325, de 2009; PLS nº 389, de 2009; PLS nº 390, de 2009; PLS nº 392, de 2009.

Há uma emenda substitutiva ao Projeto de Lei que altera a Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que regula a recuperação judicial e extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresarial.

A lei, em 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil) dispõe sobre os planos de recuperação judicial nos casos mencionados.

O Congresso Nacional decreta que a Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, passe a vigorar com a seguinte alteração:

Art. 6º .....
.....
§ 7º O deferimento da recuperação judicial suspende os atos de alienação na execução fiscal pelo prazo improrrogável de 180 (*cento e oitenta*) *dias, contado do deferimento do processamento da recuperação judicial* [sem prejuízo regular dos efeitos produzidos pela concessão e parcelamentos, nos termos do Código Tributário].

Portanto, nós somos a favor.

Pelo exposto, nos manifestamos pela aprovação do PLS nº 168, de 2007.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Ivo Cassol, pelo seu relatório.

O Relator concluiu pela aprovação do PLS nº 168, de 2007, na forma da Emenda Substitutiva nº 1, e pela prejudicialidade do Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2009; PLS nº 163, de 2009; e o PLS nº 219, de 2009; PLS nº 325, de 2009; PLS nº 389, de 2009; PLS nº 390, de 2009; e PLS nº 392, de 2009.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, discussão encerrada.

Em votação a matéria.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam, que concordam com o Relator, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório.

A matéria será encaminhada à CAS, à CAE e à CCJ em decisão terminativa.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 591, de 2011 – Complementar
– Não Terminativo –

Altera a redação do § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências para vedar o contingenciamento de recursos orçamentários para sanidade animal e vegetal.

Autoria: Senador Antonio Russo

Relatoria: Senador Jayme Campos

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei nº 591, de 2011 – Complementar.

A matéria foi apreciada pela CAS, tendo sido aprovado parecer favorável ao projeto.

O Senador Jayme Campos é o Relator nesta Comissão. Como ele não está presente, e, na CAS, o Senador Waldemir Moka foi o Relator, peço para que o Senador Moka relate, como Relator *ad hoc*, essa matéria.

Com a palavra o Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, antes de começar a leitura do relatório do Senador Jayme Campos, eu queria lembrar que esse projeto é da autoria do Senador Antonio Russo, e eu tive oportunidade de relatar na Comissão de Assuntos Sociais. Eu conheço o projeto.

Eu queria desejar ao Senador Antonio Russo pronto restabelecimento. A informação que eu tenho é que ele melhora a cada dia e, brevemente – graças a Deus –, estará voltando aqui ao convívio e a esta Casa. Então, tenho certeza que falo em nome de todos os colegas aqui da Comissão de Agricultura.

Sr. Presidente, eu vou passar diretamente à análise do projeto.

A matéria se insere, fundamentalmente, no âmbito dos mecanismos instituídos pela Lei de Responsabilidade Fiscal que objetivam conferir flexibilidade ao Poder Executivo na execução orçamentária. A limitação de empenho e movimentação financeira, ou seja, o contingenciamento de despesa orçamentária, é uma das formas que o Executivo utiliza para exercer a discricionariedade.

Apesar da significativa utilidade que a Lei de Responsabilidade Fiscal vem demonstrando na gestão do dinheiro público, entendemos que, pela inexistência do orçamento impositivo em nosso ordenamento pátrio, devamos estabelecer ressalvas legislativas como esta que ora analisamos.

Assim, alinhamo-nos com o parecer adotado pela Comissão de Assuntos Sociais, concordando com o ilustre Senador Antonio Russo, quanto à necessidade – e aí vem o objetivo do projeto – de não permitirmos que a dotação orçamentária por nós aprovada no Parlamento venha a ser contingenciada pelo Poder Executivo, em detrimento de importantes ações no âmbito da defesa animal e vegetal no Brasil.

Não nos parece razoável, portanto, expor a segurança dessas ações à ameaça de eventuais equívocos na gestão fiscal. Cabe ressaltar que os riscos envolvidos em função das constantes limitações e cortes de recursos para a sanidade animal e vegetal, em nosso País, acabam, inevitavelmente, por refletir-se sobre as receitas da produção e a própria balança comercial brasileira.

Sr. Presidente, o projeto do Senador Antonio Russo impede que recursos aprovados no Orçamento para defesa sanitária animal e vegetal sejam objeto de contingenciamento. Isso tem uma explicação: esses recursos não podem ser liberados depois que entrou, por exemplo, a febre aftosa no Mato Grosso do Sul. Esses recursos têm que ser usados de forma preventiva. E outra, esse é um recurso do Governo Federal, mas grande parte dele são os governos estaduais que colocam. Isso aqui é uma pequena contribuição. Quando nós conseguimos colocar R$200 milhões no Orçamento para a defesa, estamos colocando muito recurso, o que é um equívoco também, porque só a questão da carne dá um superávit de R$5 bilhões para o Brasil e nós não conseguimos colocar, Senador Ivo Cassol, R$ 200 milhões para prevenirmos os nossos rebanhos ou a soja da ferrugem, enfim.

Então, a justificativa: eu acho que o projeto é excelente e, se conseguíssemos evitar o contingenciamento, sem dúvida nenhuma, nós estaríamos avançando na questão da segurança da defesa animal e vegetal.

Embora esteja até entusiasmado, sou um Relator *ad hoc*, mas acho que o projeto realmente é muito bom e muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Em discussão a matéria.

Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria, primeiramente, cumprimentar o Relator *ad hoc*, nosso Senador Moka, pela forma como fez a relatoria e deu a explicação pelo conhecimento que tem da causa.

Mas eu queria, de modo especial, Presidente Acir Gurgacz, fazer um registro do trabalho e da colaboração do Senador Antonio Russo, que nós todos desejamos que volte logo ao batente, com saúde e plenamente recuperado. É um Senador que assumiu na suplência e revelou uma produtividade exemplar.

Hoje, nesta tarde, há pouco, ali na Comissão de Desenvolvimento Regional, foi aprovado outro projeto também importante, tanto quanto esse relatado *ad hoc* pelo Senador Waldemir Moka, que teve a relatoria do Senador Rodrigo Rollemberg, que institui o benefício Garantia-Safra, destinado a agricultores familiares vitimados pela estiagem nas regiões, especialmente na Centro-Oeste, que é a área da representação do Senador Antonio Russo.

Eu queria, então, junto com esse projeto – eu tenho certeza porque o meu voto é favorável também – sobre a questão orçamentária, cumprimentar novamente o Senador Antonio Russo e desejar a ele plena e total recuperação e retorno, louvando-o novamente pela produtividade legislativa de qualidade, porque uma coisa é produzir leis e outra coisa é produzir leis específicas com qualidade e com exequibilidade prática. É o caso das duas propostas que foram aprovadas hoje, de iniciativa do Senador Antonio Russo.

Essa é a minha modesta contribuição, caro Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Continua em discussão. (*Pausa.*)

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Com a palavra, o Senador Ivo Cassol, para debater. Na sequência, Senador Sérgio Souza.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Obrigado, Sr. Presidente.

A gente tem discutido, aqui nesta Casa, também, as emendas dos parlamentares, especialmente as emendas de Bancada. Muitas vezes, a gente vê no Orçamento da União recursos vultosos, que se destinam a uma região ou se destinam a investimentos ou prevenção, especialmente esses que a gente tem nessa área da febre aftosa.

O Senador Moka, que é Relator *ad hoc*, tem razão. O Estado do Mato Grosso do Sul passou por momentos difíceis, anos atrás, quando a economia foi afetada, não só a do Mato Grosso, mas também a de toda aquela grande região do Brasil.

Os dados que nós temos do PIB, da balança comercial, que o Brasil tem trazido positivamente para ser muito grande, quando a gente percebe os investimentos, muitas vezes a gente vê muita propaganda e pouca... É por isso que, muitas vezes, o dinheiro é igual perna de cobra: todo mundo fala que tem, mas ninguém vê. Isso é difícil.

Então, isso vai dar uma condição melhor para que seja evitado o contingenciamento desse recurso, para que sejam, na verdade, respeitados não os interesses locais ou regionais, mas os interesses nacionais.

No caso, por exemplo, do Estado de Rondônia, nós temos um Estado fronteiriço com a Bolívia, com 1.470km. Temos o Estado do Mato Grosso de um lado, temos o Amazonas do outro, temos o Acre do outro e, porventura, se acontecer um foco como o desses dias, que balançou o Estado, quando houve uma suspeita no Município de Brasilândia e foi verificado que não era nada disso, a preocupação será de todos. Não é só o Estado que sai prejudicado, é o Brasil.

Então, esses recursos dessa área não podem ser contingenciados, têm de ser liberados, para que a gente possa fazer todo o trabalho preventivo.

Da mesma maneira, com certeza, na área da saúde, se houvesse mais investimentos para a área de prevenção na saúde, com certeza, nós diminuíríamos muitas dores por que muitos familiares passam no meio do caminho.

Portanto, sou a favor do Relator *ad hoc* desse projeto, para que nós possamos ter sucesso e êxito nesta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Ivo Cassol.

Com a palavra, o Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Meu caro Presidente, Srªs e Srs. Senadores, de fato, eu partilho da opinião, do relatório colocado pelo nobre Senador Waldemir Moka, enaltecendo, aqui, a iniciativa do Senador Antonio Russo.

Realmente, nós temos de trabalhar no preventivo, porque o curativo pode ser muito mais caro, e uma iniciativa como essa, em que você restringe a ação do Poder Executivo para não poder descontingenciar recursos que são aportados para essa natureza, que é a natureza da prevenção, seja para a sanidade vegetal ou para a sanidade animal, tem de ser enaltecida.

Se assim nós o fizermos, aprovando esse projeto, nós vamos garantir a melhoria da qualidade dos serviços e da economia, principalmente nas regiões de fronteira de nosso País, mas em todo o setor agropecuário.

Quero desejar ao Senador Antonio Russo melhoras no seu quadro de saúde e dizer que estamos com saudades. O Senador Antonio Russo sempre é muito animado, sempre prestativo, presente a esta Comissão,

um frequentador assíduo das comissões do Senado Federal, em especial da Comissão de Agricultura.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Sérgio Souza.

Continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o Relator permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Também cumprimento o Senador Antonio Russo pelo brilhante projeto, que é da maior importância para os criadores de bovinos brasileiros.

O nosso caso de Rondônia, Senador Moka, também é muito parecido com o caso do Mato Grosso e o Senador Russo sempre tem nos dado grandes sugestões, grandes ideias sobre como melhorarmos a produção pecuária brasileira.

Portanto, desejo um pronto restabelecimento, uma volta rápida do Senador Antonio Russo, para que ele possa continuar ajudando nós todos, aqui, a trabalhar na Comissão de Agricultura, ele que sempre esteve presente conosco, sempre dando apoio e participando dos debates, todos importantes. Ele sempre traz uma opinião específica e importante para os bons trabalhos desta Comissão.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 156, de 2012
– Não Terminativo –

Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (*Cofins*) *e da contribuição para o PIS/Pasep, incidentes sobre a receita de venda no mercado interno de produtos oriundos da piscicultura.*

Autoria: Senador Ciro Nogueira.

Relatoria: Senador Benedito de Lira (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria *Ad Hoc*: Senador Sérgio Souza

Relatório: Pela aprovação do PLS nº 156, de 2012, com a Emenda nº 1.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental pela CRA.

Com a palavra o Relator *ad hoc*, Senador Sérgio Souza, para proferir o relatório. Muito obrigado, Senador Sérgio.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o projeto, como já dito por V. Exª, é de autoria do Senador Ciro Nogueira e reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da contribuição para o PIS/Pasep, incidentes sobre a receita de venda no mercado interno de produtos oriundos da piscicultura.

Compete a esta Comissão, Sr. Presidente, nos termos do inciso V do art. 104-B do Regimento Interno do Senado Federal, opinar em assuntos correlatos à aquicultura e pesca.

A análise da matéria quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito caberá à CAE, em decorrência do caráter terminativo que terá o exame daquela Comissão.

Com respeito ao mérito, elemento central de nossa apreciação, entende-se que o projeto de lei é de significativa importância.

Segundo a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), em 2010, a produção mundial de pescados foi de 145,1 milhões de toneladas. Em 2008, o Brasil ocupou o humilde posto de 21º maior produtor mundial, participando com 1,2 milhão de toneladas de produtos pesqueiros e aquícolas, atrás de países como Vietnã, Tailândia, Mianmar, México, Taiwan e Islândia. Para efeito de comparação, naquele ano, a China foi o maior produtor mundial, com 57,8 milhões de toneladas, seguida da Indonésia, com 8,8 milhões de toneladas, e da Índia, com 7,5 milhões de toneladas.

Conforme informações prestadas pela então Ministra de Estado da Pesca e Aquicultura, Ideli Salvatti, durante audiência pública nesta Comissão, em 2011, o Brasil, que possui 8,5% da água doce do Planeta, pode produzir mais de 7,5 milhões de toneladas de pescado, quase seis vezes mais do que a atual produção nacional.

No País, há seis reservatórios de parques aquícolas continentais implementados. O Ministério da Pesca e Aquicultura prevê a implementação de mais 42 parques aquícolas, totalizando 28.500 hectares de lâmina d'água destinados ao cultivo de peixes, com uma produção total outorgada em torno de 269.569 toneladas por ano. Há ainda 14 novos parques aquícolas em estudo, com potencial para produção estimada em 182 mil toneladas anuais.

Portanto, há enorme potencial de crescimento para o setor piscícola, razão por que deve ser incentivado através de medidas como as propostas pelo PLS nº 156, de 2012.

Julgamos, então, Sr. Presidente, pertinente a proposição de apenas uma emenda, para especificar, na ementa do Projeto, que está sendo alterada a Lei nº 10.865, de 2004.

O voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 156/2012, com a emenda que se encontra distribuída aos Srs. e Srªs Senadoras.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Sérgio Souza, pela sua contribuição para que possamos limpar a pauta da Comissão e, assim, fazer com que o nosso trabalho renda bastante, aproveitando a presença das Srªs Senadoras e dos Srs. Senadores.

O Relator *ad hoc*, Senador Sérgio Souza, concluiu pela aprovação do PLS nº 156, com a Emenda nº 1.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. e as Srªs Senadoras que concordam com o Relator permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai para a CAE, para ser apreciada em decisão terminativa.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 204, de 2012
– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para permitir a dedução integral das Áreas de Preservação Permanente, de Reserva Legal e de uso restrito da base de cálculo do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural.

Autoria: Senador Vital do Rêgo.

Relatoria: Senador Jayme Campos

Relatório: Pela aprovação do PLS nº 204, de 2012.

Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CRA.

Com a palavra o Relator, Senador Jayme Campos, para proferir o seu relatório.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente, Senador Acir Gurgacz, Srªs e Srs. Senadores, temos aqui um projeto muito interessante.

Se me permite, Sr. Presidente, vou ler o relatório e a análise, com bastante eficiência e rapidez.

Vem ao exame desta Comissão, de autoria do Senador Vital do Rêgo, o Projeto de Lei do Senado nº 204, de 2012, que tem por objetivo a alteração da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para permitir a dedução integral das Áreas de Preservação Permanente, de Reserva Legal e de uso restrito da base de cálculo do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural.

O projeto é composto de dois artigos. O art. 1º materializa a referida permissão, por meio da alteração da redação da alínea "c" do inciso II do *caput* do art. 41 da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, de forma que os créditos gerados possam atingir o limite de 100% do imposto devido.

O art. 2º determina que a futura lei entre em vigor na data de sua publicação.

Na justificação, o autor se reporta à recente edição da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que ofereceu à sociedade brasileira um novo Código Florestal, antes embasado em diploma da década de 60 do século passado. Ele ressalta os méritos da nova norma, entre eles, a possibilidade de utilização de créditos tributários para redução do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural por parte de contribuintes comprometidos com programas oficiais de preservação ambiental, mas ressalva a necessidade de aprimoramento do texto no sentido de explicitar o direito do proprietário rural de abater a integralidade do imposto devido mediante a utilização desses mesmos créditos.

Apresentado em junho de 2012, o projeto foi distribuído às Comissões de Agricultura, Reforma Agrária, Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa.

Transcorrido o prazo regimental, não foram oferecidas emendas.

Análise.

A matéria é constitucional, porquanto cabe à União legislar sobre Direito Tributário, sistema tributário e proteção do meio ambiente, haja vista o disposto nos arts. 24, I e VI, e 48, I, todos da Constituição Federal. Além disso, trata-se de legislar a respeito de tributo de competência da União. A iniciativa parlamentar é amparada pelo art. 61 da mesma Carta.

O projeto também atende ao requisito de juridicidade, uma vez que o instrumento legislativo escolhido – normatização por meio de edição de lei – é adequado. A matéria inova o ordenamento jurídico, apresenta alcance geral e é compatível com os princípios que norteiam o Direito brasileiro. É também respeitada a boa técnica legislativa, conforme os preceitos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

A competência da CRA, da CMA e da CAE para deliberar sobre a proposição decorre, respectivamente, dos arts. 104-B, XI, 102-A, II, "f", e 99, IV, todos do Regimento Interno do Senado Federal.

No mérito, acreditamos não haver impedimento técnico-jurídico para a aprovação do PLS nº 204, de 2012, pelo Senado Federal. Embora, da leitura do texto original da referida alínea "c" do inciso II do *caput* do art. 41 da Lei nº 12.651, de 2012, seja plausível extrair interpretação no sentido de que os créditos tributários gerados pela dedução descrita já possam abranger a totalidade do imposto devido, consideramos admissível aprovar projeto de lei que explicite essa possibilidade, conferindo ao contribuinte de ITR participante de programas federais de apoio e incentivo à conservação

do meio ambiente o direito de abater a totalidade do imposto devido com os créditos gerados de acordo com o novo Código Florestal.

Voto.

Pelos motivos expostos, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 204, de 2012.

Este é meu voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDDT – RO) – Muito obrigado, Senador Jayme Campos.

O Relator, Senador Jayme Campos, concluiu pela aprovação do Projeto de Lei nº 204, de 2012.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. e as Srªs Senadoras que concordam com o Relator permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria será apreciada pela CMA e, posteriormente, pela CAE, em decisão terminativa.

Item 8.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDDT – RO) – Pela ordem.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Estou verificando aqui o Projeto de Lei nº 41. No relatório que teve voto favorável e uma emenda, quando se fala da Lei nº 11.101, fala-se da mudança dos juros de 12% para 6% ao ano; quando se fala de 36 parcelas, passou para 48 parcelas. Na Lei nº 5.869, Código Civil, ficou o juro de 12% e 36 parcelas. Então, eu queria fazer a retificação – de repente, foi um erro de digitação –, que também fica elevado de 36 para 48 parcelas e, ao mesmo tempo, o juro, de 12% ao ano, passa para 6% ao ano. Então, fica retificado o art. 2º da Lei nº 5.869, no seu art. 748, inciso II: "O plano de recuperação judicial preverá parcelamento em até 36 meses" – leia-se aí: "48 meses" – igualmente acrescido: "Corrigido monetariamente e acrescido de juros". Onde está escrito 12% é 6% ao ano.

Portanto, eu só queria fazer essa correção, que deve ter sido erro de digitação.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDDT – RO) – Muito bem, Senador Ivo Cassol.

Consultando a consultoria, eles me dizem que farão a observação e a correção devida com relação ao assunto, pois deve ter sido um erro de digitação da nossa equipe.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 32, de 2008
– Não Terminativo –

Altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.

Autoria: CMESP – Mudanças Climáticas – 2007 (CMESP)

Relatoria: Senador Sérgio Souza

Relatório: Pela aprovação do PLS nº 32, de 2008, com a Emenda nº 1-CMA.

A matéria foi apreciada pela CMA, tendo sido aprovado o parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1, da CMA.

Com a palavra o Senador Relator Sérgio Souza, para proferir seu relatório.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, só por uma questão de economia, já avisei para o Senador que vou pedir vista. Eu não sei se o Senador vai ler o parecer, mas...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDDT – RO) – Ele precisa ler, para, depois, V. Exª pedir vista do processo.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Sr. Presidente.

Compete a esta Comissão, nos termos do Regimento Interno, apreciar o mérito das matérias relativas ao planejamento, acompanhamento e execução da política agrícola, segurança alimentar, irrigação e drenagem e utilização e conservação dos recursos hídricos na agricultura.

Com relação ao mérito, cabe notar que o aquecimento global terá reflexos em setores diversos, como a disponibilidade de recursos hídricos, a produção de alimentos, os sistemas costeiros, a indústria e a saúde. As alterações no padrão de chuvas, com o aumento da frequência de eventos extremos, como secas prolongadas e inundações, terão reflexos diretos na produção agrícola.

Compete enfatizar que, devido à inércia dos sistemas climáticos, emissões já ocorridas continuarão a provocar o aumento da temperatura do Planeta. Assim, mesmo que se obtenha a redução das emissões de gases de efeito estufa, ainda se verificará um aumento significativo na temperatura média da Terra, o que impõe a necessidade de adaptação aos efeitos inevitáveis da mudança do clima.

Desse modo, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, os empreendimentos públicos e privados que possuem horizonte de operação longo deveriam considerar os efeitos dessas alterações na elaboração dos projetos. A medida prevista no PLS nº 32, de 2008, na forma da emenda aprovada pela Comissão de Meio

Ambiente, e que se refere à necessidade de adaptação aos efeitos da mudança do clima, torna-se uma necessidade, pois os parcos recursos públicos não devem ser gastos em empreendimentos que podem vir a ter seu desempenho e sua funcionalidade reduzidos em função de mudanças previsíveis nas condições ambientais para as quais foram projetados.

O voto, Sr. Presidente, é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, com a emenda aprovada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Sérgio Souza.

O Relator concluiu pela aprovação do PLS nº 32, de 2008, nos termos da Emenda nº 1, da CMA.

Com a palavra o Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Peço vista do projeto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Concedida vista ao Senador Moka.

ITEM 9

TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 130, de 2012
– Não Terminativo –

Altera o art. 5º da Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, para limitar a jornada de trabalho dos empregados rurais a quarenta horas semanais, e dá outras providências.
*Autoria: Senado*r Antonio Carlos Valadares.

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 208, de 2012
– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 5.889, de 08 de junho de 1973, que estatui normas reguladoras do trabalho rural, e a Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa, visando a sua adequação e modernização.
Autoria: *Senador Blairo Maggi*
Relatoria: *Senador Sérgio Souza*
Relatório: *Pela aprovação do PLS nº 208, de 2012, com a Emenda nº 1, e pela rejeição* do PLS nº 130, de 2012.

Comunico o recebimento do Ofício do Senado Federal nº 2.225, de 2012, datado de 20 de novembro corrente, subscrito pelo Senador José Sarney, Presidente do Senado Federal, solicitando a remessa do processo dos PLs nºs 130, de 2012, e 208, de 2012, que tramitam em conjunto, para atender requerimento de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares de tramitação autônoma das matérias.

Dessa forma, esta Presidência retira as matérias da pauta para encaminhá-las à Secretaria-Geral da Mesa.

ITEM 10

AVISO Nº 15, de 2012
– Não Terminativo –

Encaminha cópia do Acórdão nº 356, de 2012, bem como dos respectivos Relatório e Proposta de Deliberação que o fundamentam, referente à auditoria de conformidade realizada na Superintendência Regional do Instituto Nacional de Reforma Agrária no Estado de Mato Grosso do Sul para verificar a regularidade da aplicação de recursos federais na implantação e operacionalização dos Assentamentos Itamarati I e II, em Ponta Porã (*TC 020.918/2008-7*).
Autoria: Tribunal de Contas da União
Relatoria: Senador Waldemir Moka
Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento do AVS nº 15, de 2012

Com a palavra o Relator, Senador Waldemir Moka, para proferir o seu relatório.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, o relatório é extenso.

Na verdade, o Ministro Benjamin mandou o Acórdão em que ele aponta uma série de irregularidades já comunicadas ao Incra, no Mato Grosso do Sul, e ao Governo Federal, pedindo providências.

Agora, ao Senado, a nós aqui cabe exatamente tomar conhecimento desse Acórdão e pedir o arquivamento do mesmo. Quer dizer, o Senado não tem o que fazer a não ser pedir o arquivamento, a menos que alguém possa discordar.

Mas o relato do Ministro do Tribunal de Contas da União é no sentido de que o assentamento Itamarati apresenta uma série de irregularidades, e ele manda, num prazo de 180 dias, que o Incra do Mato Grosso do Sul tome providências, inclusive penaliza o superintendente à época. Isso já faz muito tempo. Essas providências já foram devidamente encaminhadas.

Se, evidentemente, houver alguma exigência, eu posso ler todo o Acórdão, mas o voto pede o arquivamento. Eu quero poupá-los disso, mas, evidentemente...

Voto.

Ante o exposto e com fundamento no art. 133, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, voto pelo conhecimento e arquivamento do Aviso nº 15, de 2012 (nº 159, de 15/02/2012, na origem), do Tribunal de Contas da União.

O Tribunal de Contas da União, como órgão auxiliar do Senado Federal, tem que mandar as providências e o que foi decidido por aquela egrégia Corte.

Não sei se eu fui claro, mas o voto é pelo conhecimento e arquivamento.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Moka.

O Relator concluir pelo conhecimento e arquivamento do Aviso nº 15, de 2012.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o Relator permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 11

AVISO Nº 18, de 2012
– Não Terminativo –

Encaminha cópia do Acórdão nº 482, de 2012, bem como dos respectivos Relatórios e Voto que o fundamentam, referente à auditoria com enfoque na gestão da arrecadação de multas administrativas aplicadas por órgãos e entidades federais (*TC 022.631/2009-0*).

Autoria: Tribunal de Contas da União

Relatoria: Senador Ivo Cassol

Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento do AVS nº 18, de 2012. e pelo oferecimento dos Requerimentos de Informações que apresenta.

Com a palavra o Relator, Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Sr. Presidente, eu vou fazer coro com as palavras do Senador Waldemir Moka, uma vez que o relatório também é extenso.

Pelo que informa o Tribunal de Contas da União, algo já foi feito, mas muito ainda é preciso fazer para aperfeiçoar a gestão da arrecadação de multas administrativas aplicadas por órgãos e entidades federais, notadamente no que toca a conferir mais efetividade a esse trabalho. É preciso sistematizar e uniformizar metodologias.

Vou direto ao voto.

À luz do exposto, opinamos pelo conhecimento também e pelo arquivamento do Aviso nº 18, de 2012, do Tribunal de Contas da União, juntamente com os documentos que o acompanham, bem como que, com espeque no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, sejam encaminhados os seguintes requerimentos de informação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Opinamos pelo conhecimento e arquivamento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Ivo Cassol.

O Relator concluiu pelo conhecimento e arquivamento do Aviso nº 18, de 2012, e pelo oferecimento dos requerimentos de informação que apresenta.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o Relator permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Antes de concluir a nossa reunião, lembro que, amanhã, dia 22, quinta-feira, nós realizaremos audiência pública em cumprimento ao Requerimento nº 23, de 2012, da CRA, de autoria do Senador Benedito de Lira, aprovado no dia 17/05/12, com a finalidade de debater o setor sucroalcooleiro do Brasil. Amanhã, às 8h30, realizaremos a nossa audiência pública.

Na sexta-feira, às 14 horas, faremos nosso ciclo de palestras e debates para avaliar e debater o tema Plano Safra da Pesca e Aquicultura do Ministério da Pesca, com o detalhamento das ações previstas, tais como: linhas especiais de crédito com juros menores, prazos de carência maiores, ampliação dos limites, assistência técnica e extensão rural, interação com programas em execução e outras intervenções previstas, com a presença de vários convidados.

Convido todos os Senadores e as Senadoras a participar pessoalmente. Aquelas pessoas que queiram participar pelas redes sociais poderão fazê-lo através de *e-mail*, do Twitter, da TV Senado, das redes sociais do Senado Federal.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada esta reunião.

(Iniciada às 14 horas e 35 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 42 minutos.)

ATA DA 29ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2012.

Às oito horas e trinta e sete minutos do dia vinte e dois de novembro de dois mil e doze, no Plenário 9, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senadores **ACIR GURGACZ e WALDEMIR MOKA**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes Senadores: **SÉRGIO SOUZA, IVO CASSOL, BENEDITO DE LIRA, CYRO MIRANDA, JAYME CAMPOS, ANTONIO CARLOS RODRIGUES, EDUARDO SUPLICY e WELLINGON DIAS**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Delcídio do Amaral, Zeze Perrella, Rodrigo Rollemberg, Casildo Maldaner, Gim e Sérgio Petecão. Deixam de

comparecer por motivo justificado, os Senhores Senadores Antonio Russo, Ana Amélia e Flexa Ribeiro. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente informa que a presente reunião se destina à Audiência Pública, em cumprimento ao **Requerimento nº 23, de 2012-CRA** de autoria do Senador Benedito de Lira, aprovado em 17.05.2012, e, em adendo, ao **Requerimento nº 34, de 2012-CRA**, de autoria do Senador Sérgio Souza, aprovado em 08.11.2012, com a finalidade de debater o Setor Sucroalcooleiro no Brasil, com a presença dos seguintes convidados: **Sr. Antônio de Pádua Rodrigues –** Diretor Presidente Interino da União da Indústria de Cana-de-açúcar – **ÚNICA**; **Sr. Luiz Custódio Cotta Martins –** Coordenador do Fórum Nacional Sucroenergético – **FNS**; **Sr. Pedro Robério de Melo Nogueira –** Presidente do Sindicato da Indústria do Açucar e do Álcool do Estado de Alagoas – **SINDAÇUCAR – AL**; **Srª Maria Christina C. G. Pacheco –** Vice-Presidente da Organização de Plantadores de Cana da Região Centro-Sul do Brasil – **ORPLANA-SP** (representante de: Sr. Ismael Perina Júnior); **Sr. Ricardo de Gusmão Dornelles –** Diretor do Departamento de Combustíveis Renováveis do Ministério de Minas e Energia – **DCR/MME** (representante de: Sr. Marco Antônio Martins Almeida); **Sr. José Gerardo Fontelles –** Secretário de Produção e Agroenergia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – **SPA/MAPA** (representante de: Sr. José Carlos Vaz). O Senhor Presidente Senador Acir Gurgacz comunica o envio do Ofício nº 245/2012–CRA à Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República Senhora Gleisi Hoffmann, com o seguinte teor: *Com referência aos Ofícios Circulares nºs 17 e 18/2012, subscrito pelo Sr. Eduardo Salles, Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Estado de Agricultura, recebido pelo Excelentíssimo Senhor Senador José Sarney, Presidente do Senado Federal, e despachado a esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, informamos que foi deliberado na Reunião da CRA, de 1/11/2012, pelo apoio ao pleito do CONSEAGRI, no sentido da edição de Medida Provisória permitindo a aquisição pela CONAB do milho produzido na Região Nordeste, de modo a viabilizar o Programa Venda em Balcão, conforme exposto nos referidos Ofícios em anexo.* Comunica também o recebimento da resposta subscrita pelo Senhor Luiz Alberto dos Santos, Subchefe da Casa Civil, com o seguinte teor: *Cumprimentando-o cordialmente, refiro-me ao Ofício nº 245/2012-CRA, por meio do qual V. Exª informa o apoio da CRA ao pleito do Conseagri de edição de Medida Provisória que permita a aquisição de milho produzido na Região Nordeste para o Programa Vendas em Balcão, para informá-lo que o referido Ofício foi remetido à análise e manifestação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, cuja resposta V. Exª deverá ser oportunamente informado.* O Senhor Presidente Senador Acir Gurgacz passa a palavra aos Senhores convidados para suas exposições, que ao final os Senhores Senadores Benedito de Lira, Sérgio Souza e Waldemir Moka fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e quatro minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Acir Gurgacz,** Presidente da CRA – Senador **Waldemir Moka,** Presidente da CRA em exercício.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Declaro aberta a 29ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a sua aprovação. *(Pausa.)*

Com a anuência do Plenário, a ata é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se à audiência pública, em cumprimento ao Requerimento nº 23, de 2002, da CRA, de autoria do Senador Bendito de Lira, aprovado em 17/05/2012, com adendo do Senador Sérgio Souza por meio do Requerimento nº 34, de 2012, aprovado em 08/11/2012, com a finalidade de debater o setor sucroalcooleiro no Brasil, com as presenças dos seguintes convidados: Sr. Antonio de Padua Rodrigues, Diretor-Presidente Interino – União da Indústria de Cana-de-açúcar (Unica); Sr. Luiz Custódio Cotta Martins Coordenador – Fórum Nacional Sucroenergético (FNS); Sr. Pedro Robério de Melo Nogueira, Presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar e do Álcool do Estado de Alagoas (Sindaçucar/AL); Srª Maria Christina Pacheco, Vice-Presidente da Organização de Plantadores de Cana da Região Centro-Sul do Brasil (Orplana/SP); Sr. Ricardo de Gusmão Dornelles, Diretor do Departamento de Combustíveis Renováveis do Ministério de Minas e Energia, seja bem-vindo! É um prazer tê-lo conosco. Sr. José Gerardo Fontelles, Secretário de Produção de Agroenergia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Seja bem-vindo!

Todos sejam bem-vindos à nossa audiência pública! Prazer tê-los conosco.

Srªs e Srs. Senadores, senhores convidados, é com satisfação que recebemos na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado os representantes do setor sucroalcooleiro – empresários, produtores de cana-de-açúcar e os formuladores de políticas públicas e gestores do Governo Federal – para analisar a situação do setor e discutir medidas que possam auxiliar seu desenvolvimento.

O bom desempenho do setor sucroalcooleiro, que representa 12% do PIB do agronegócio brasileiro e 2% do PIB nacional, é fundamental para a economia do País, para a segurança alimentar e para o equilíbrio da nossa política energética com a produção de biocombustíveis.

A cadeia produtiva do setor sucroalcooleiro é complexa e engloba desde a produção de sementes, fertilizantes e máquinas agrícolas, passando pela operação nas unidades agropecuárias de estudos e pesquisas, distribuição e comercialização dos produtos. O setor gera mais de 4,5 milhões de empregos e, atualmente, vive uma perspectiva positiva com a recuperação de canaviais – e estamos na expectativa de saber o quanto ele poderá crescer nos próximos anos.

Entre as mais competitivas do mundo, as usinas sucroalcooleiras do Brasil têm apontado a falta de subsídio e apoio como os principais fatores que inibem o crescimento dos seus negócios. Mesmo com altos custos de produção e de cultivo da terra e da competitividade internacional, o setor reúne muitas qualidades e grande capacidade de expansão. Isto porque, com a experiência acumulada na produção do etanol, o Brasil criou um programa de diversificação para a indústria sucroalcooleira, o que possibilitou a ampliação da área plantada de cana-de-açúcar e, por decorrência, a implantação de inúmeras destilarias de etanol anexas às usinas de açúcar.

O Brasil é pioneiro e líder nesse setor, mas, atualmente, sofre algumas ameaças externas, como a entrada das empresas multinacionais e o acirramento da competição com o mercado norte-americano.

Diante desse cenário, que será discutido em profundidade aqui nesta audiência, defendo uma estratégia de fortalecimento da produção e da indústria nacional, inclusive abertura para o cultivo de cana-de-açúcar nas áreas de Cerrados, nos Campos Gerais da Amazônia Legal, de acordo com o zoneamento agroecológico da região, conforme previsto no PLS nº 626, de 2011, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, do PSDB do Pará, aprovado recentemente nesta Comissão.

O plantio de cana-de-acúçar na Amazônia foi restringido pelo Decreto nº 6.961, de 2009, resultando em prejuízos e na possível paralisação de empreendimentos importantes, como as destilarias de álcool nos Municípios de Cerejeiras e Primavera, em Rondônia.

A usina de açúcar e álcool de Primavera (RO) foi implantada em 2004, com uma capacidade de moagem de 10 mil toneladas de cana/ano. Já a usina de Cerejeiras, entrou em operação em 2007, e após 2 anos em operação começou a passar por dificuldades por conta das restrições impostas pelo Decreto nº 6.961, de 2009. A continuar tal situação, mais de 300 funcionários perderão os seus empregos, e a economia da região será prejudica pela falta de investimentos no setor.

Alguns Estados da Amazônia, como Rondônia e Pará, têm tudo para ser grandes potencias agrícolas, sustentada em um zoneamento agroecológico que leva em conta a diversidade e as características de cada Estado. Nesse sentido, a produção de cana-de-açúcar, nas áreas já transformadas de Cerrado e nos Campos Gerais da Amazônia, pode ser mais uma alternativa de renda para os nossos agricultores, proporcionando um incremento importante na produção de biocombustível do nosso País.

Agradeço a presença, mais uma vez, dos nossos convidados e também o Senador Sérgio Souza aqui presente.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Recebi um comunicado especial da Senadora Ana Amélia, que nunca deixou de estar presente, mas, hoje, por motivo de força maior – um compromisso externo –, ela se faz ausente hoje, acredito que pela primeira vez, mas justificando aqui a sua ausência, pedindo desculpas aos nossos convidados, tendo em vista compromisso externo.

Pela ordem, o Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, quero agradecer a presença de todos os senhores que trabalham e fazem o etanol no Brasil.

Nós havíamos também feito um adendo a esse requerimento para que o Brasbio estivesse presente. No entanto, como esta é uma audiência especificamente do setor sucroalcooleiro, nós retiramos esse adendo e, ontem, aprovamos aqui na Comissão o requerimento para fazermos, na próxima quinta-feira, uma audiência pública exclusiva, Dornelles, para subsidiar os trabalhos quanto ao marco regulatórios dos biocombustíveis, que será no próximo dia 28 aqui nesta Comissão.

Obrigado, Sr. Presidente.

Bom trabalho a todos.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Obrigado, Senador Sérgio Souza.

Antes de passarmos a palavra aos nossos convidados, informamos que a CRA recebeu um pedido,

e o enviou para a Casa Civil, para a Ministra Gleisi Hoffmann, acerca de manifestação sobre a edição de Medida Provisória permitindo a aquisição pela Conab do milho produzido no Nordeste.

Passo a ler o Ofício aprovado por esta Comissão e enviado à Casa Civil:

Srª Ministra,

Com referência aos Ofícios Circulares nºs 17 e 18/2012, subscrito pelo Sr. Eduardo Salles, Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Estado de Agricultura, recebido pelo Exmo Sr. Senador José Sarney, Presidente do Senado, e despachado a esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, informamos que foi deliberado na reunião da CRA, de 01/11/2012, pelo apoio ao pleito do Conseagri, no sentido da edição de Medida Provisória permitindo à aquisição pela Conab do milho produzido na Região Nordeste, de modo a viabilizar o Programa Venda em Balcão, conforme exposto nos referidos Ofícios em anexo.

Informo que nós recebemos a resposta, também em Ofício da Casa Civil, que diz o seguinte:

> Exmo Senador,
>
> Cumprimentando-o cordialmente, refiro-me ao Ofício nº 245/2012-CRA, por meio do qual V. Exª informa o apoio da CRA ao pleito do Conseagri de edição de Medida Provisória que permita a aquisição de milho produzido na Região Nordeste para o Programa Vendas em Balcão, para informá-lo que o referido Ofício foi remetido à análise e manifestação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, cuja resposta V. Exª deverá ser oportunamente informado.
>
> Atenciosamente,
>
> Luiz Alberto dos Santos–Subchefe da Casa Civil.

Portanto, informamos V. Exªs a resposta, oportunidade em que agradecemos a presteza da Ministra Chefe da Casa Civil em manter-nos informados do despacho do nosso pedido.

Iniciamos, então, os nossos trabalhos.

Passo a palavra ao Dr. Antonio de Padua Rodrigues, Diretor-Presidente Interino da União da Indústria de Cana-de-açúcar (Unica).

O senhor tem 15 minutos para a sua explanação. Se precisar de mais tempos não há problema.

O SR. ANTONIO DE PADUA RODRIGUES – Está o.k. Vou precisar de um pouco mais de tempo sim.

Bom dia a todos e a todas.

Parabenizo a iniciativa da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, sob a Presidência do Senador Acir.

Agradeço a participação e o convite do Senador Sérgio Souza e demais Senadores e Deputados presentes.

A minha apresentação será para falar um pouco da situação atual do setor, de como ele está nesse momento, e um pouco sobre propostas de políticas públicas para resolver esse problema, especificamente no que diz respeito à questão do etanol em nível de País.

Próxima.

A primeira pergunta que se faz é, de fato, o que aconteceu com a produção dos últimos 4 anos, e qual é a situação atual da cadeia produtiva do etanol?

Próxima.

Procurando responder à pergunta, nós temos aí muito claro que no período 2000/2008, houve crescimento na oferta de cana da ordem de 10% ao ano. Evidentemente que esse crescimento foi impulsionado a partir de 2003 com o lançamento dos veículos *flex.*

Vê-se claramente que nós saímos, em 2000, com um pouco mais de 250 milhões de toneladas de cana, chegando, na safra 2008/2009, em mais de 500 milhões de toneladas de cana. Ou seja, o que o Brasil demorou em 500 anos, desde o Brasil Colônia, desde 1520, para chegar a 250 mil toneladas de cana, em uma década apenas o Brasil repete esse crescimento, chegando a esse patamar. E aí você vê claramente, a partir da safra 2009/2010, uma retração no crescimento da oferta de cana e até uma queda a partir da safra 2011/2012.

Próxima.

Isso, evidentemente, foi fruto de uma sinalização e de um ambiente positivo que havia no período 2003/2004 *(Pausa.)*

Vê-se claramente um ambiente positivo, favorável à ampliação da produção.

Vê-se que, em 2009, foram implantadas nove novas unidades produtoras, e iniciaram a moagem; em 2006, 19; em 2007, 25; 2008, 30; 2009, 21, e depois, a partir daí, você vê o fim da expansão, o fim da implantação de novas unidades produtoras. Então, nesse período, houve realmente em torno de 120 novas unidades produtoras, com uma capacidade de moagem na ordem de 3 milhões de toneladas de cana, com um investimento na ordem de US$100 por tonelada de cana. Então, houve um maciço investimento na aquisição de bens e capital, na aquisição de máquinas, tratores e implementos agrícolas, na geração de emprego, e isso proporcionou aquele grande crescimento de oferta de etanol. E a partir desse momento, nós não temos nenhuma nova atratividade. Se formos procurar as indústrias de bens de capital que estão centralizadas basicamente no Município de Piracicaba, no Estado de São Paulo, no Município de Sertãozinho

e no Município de Jaboticabal, nós vamos ver que as últimas encomendas de equipamentos de indústrias aconteceram antes de 2008. A partir de 2008/2009 não houve nenhum novo investimento, nenhuma nova encomenda de novas unidades produtoras. A partir de 2008, os investimentos detiveram-se na questão da diversificação. Aquelas usinas que não produziam açúcar passaram a colocar fábrica de açúcar para sobreviver. Aquelas usinas que não tinham cogeração de energia fizeram investimento na cogeração de energia. E aquelas usinas que não produziam anidro fizeram um investimento na produção de etanol anidro, mas não houve investimento.

Próxima.

Evidentemente vem um processo de dificuldade em que o endividamento vai crescendo, e o setor é uma atividade, porque tudo o que recebe, necessariamente tem-se de voltar à atividade. Ao acabar de fazer o corte de carregamento de transporte, se não se investir na soqueira, quer dizer, no surgimento da planta, não adubar, não cultivar, não terá cana no ano seguinte. Quando termina a safra, se você não colocar a usina no chão, desmontá-la e, de novo, fizer uma grande reforma para começar com uma boa indústria no próximo ano, você não tem máquina boa para fazer a moagem do ano seguinte. Ou seja, ela gera receita, mas, ao mesmo tempo, consome quase todo o faturamento no investimento e na manutenção das atividades.

Estas 41 unidades que fecharam, paralisaram a moagem a partir de 2005, evidentemente estavam com um nível de investimento cuja receita não era suficiente para manter a operação da atividade. E aí é que começa a consequência e a grande preocupação hoje do setor.

Próxima.

O setor hoje tem basicamente um sexto das unidades, algo próximo a 400 unidades que possuem uma dívida superior a R$100,00 por tonelada de cana processada. Ou seja, a dívida dessas unidades é igual ao seu faturamento e não há geração de caixa para renovar canavial, para fazer uma reforma da usina. Então, a melhor alternativa desse pessoal evidentemente foi paralisar a moagem. E se esse cenário não for revertido, provavelmente este ano nós vamos ter também, de novo, uma quantidade enorme de usinas que não vão manter essa atividade. Se já fecharam 41, acredito que, em 2013, um bom número de unidades vão paralisar a sua moagem se não for feita alguma correção rápida na questão da precificação dos produtos da cana.

Próxima.

Nestas 41 usinas que paralisaram, nós perdemos uma capacidade de moagem da ordem de 32 milhões de toneladas de cana, algo como 13 mil empregos diretos e 32 mil empregos indiretos. Além disso, 37 unidades produtoras estão em recuperação judicial, algumas delas em processo de moagem – essas não estão paradas –, e nós tivemos, nesse mesmo período, requerimento de falência de 9 unidades produtoras. Então, o quadro caracteriza bem que uma parte do setor está com grandes dificuldades. Outras nem tanto, mas um grande número, diria que mais de 20% ou quase um terço, está num processo de difícil salvação e difícil recuperação da atividade nessas unidades produtoras.

Próxima.

Isso eu basicamente comentei, sendo que o impacto maior é nas cidades que dependem da atividade industrial. Estas cidades, como Sertãozinho e Piracicaba, dependem muito da questão dos equipamentos.

O que precisa ficar muito claro é que na indústria de bens de capital que faz equipamento para o setor sucroalcooleiro pouca possibilidade de diversificação existe. Só compra moenda quem processa cana. Só compra destilaria de álcool quem faz etanol. Só compra fábrica de açúcar quem faz açúcar. Então, é uma indústria muito focada e muito dedicada à questão de equipamento para a produção, para o processamento, para a produção de açúcar e etanol.

É uma indústria genuinamente nacional, mais de 95% dos bens são de origem nacional e são mais de 1.300 empresas produtoras. E hoje mais da metade dessas indústrias de bem de capital estão paralisadas, estão fechadas pela falta de encomenda de novas unidades produtoras. Ou seja, operam com 50% de capacidade ociosa e uma queda expressiva no faturamento.

E essas empresas de bens de capital já desempregaram mais de 100 mil empregos diretos, trazendo problemas sérios aos prefeitos desses Municípios, que tentam, inclusive, dar apoio aos trabalhadores com saúde, com alimentação, em função do grande número de desemprego nesses Municípios bastante focados e dedicados à indústria de bens de capital.

E como eu havia comentado, não existem novas unidades para os próximos anos.

Próxima.

Na verdade, na safra passada, o consumo de cerca de 10 bilhões de litro de etanol foi, evidentemente, substituído pela gasolina. A partir do momento que você teve uma redução muito forte na oferta de etanol, e os proprietários de veículos *flex,* na falta de combustível, e aí o preço se eleva, a alternativa foi migrar para a gasolina.

Para cada litro de etanol consumido em média, nada mais, nada menos do que 1,7kg de CO_2 deixa de ser emitidos na atmosfera. Logo, nós tivemos a emissão de 20 milhões de toneladas de CO_2, mas poderiam ser

evitados se tivéssemos aí maior proporção da utilização do etanol na matriz de combustível do Ciclo Otto.

Próximo.

O que aconteceu com as margens do setor produtivo de etanol?

Próximo.

Na verdade um dos parâmetros é evidentemente o aumento dos custos de produção. Nós saímos aí, na safra 2005/2006, de um custo da ordem de R$40,00 por tonelada de cana. Este último, na safra 2011/2012, chega a R$72,00 por tonelada de cana, evidentemente deveria ser R$65,00 o normal. Os R$72,00 são por que a produtividade foi muito abaixo da média histórica. Enquanto nós temos a média histórica de 85 toneladas de cana por hectare, a produtividade da safra 2011/2012 foi da ordem de 70 toneladas. Então, corrigindo a questão da produtividade, hoje, o custo da safra 2011/2012, não da safra hoje em curso, seria naturalmente da ordem R$65,30 por tonelada de cana.

Próximo.

Evidentemente que os principais fatores de aumento de custo de produção nestes últimos 6 anos, sem dúvida alguma, o principal foi à questão do arrendamento de terra, a busca da expansão por novas áreas, por arrendamento, isso influência o mercado de locação de terra, além disso, uma concorrência muito forte com outras culturas – hoje muito forte na questão do crescimento –, como a soja e outros produtos; a questão da mecanização; a questão dos insumos e a questão da mão de obra.

O setor tem por característica todo ano uma negociação salarial em que, além da correção dos índices de inflação, tendo preço ou não, sempre há um aumento real para o trabalhador em todas as classes, seja na atividade agrícola, seja na atividade de motorista, alimentação, químicos, mas é uma forma de preservar um bom nível de remuneração à classe dos trabalhadores.

Próximo.

Muito se questiona que o setor faz mais açúcar e deixa de fazer etanol.

É evidente que o empresário vai procurar fazer uma melhor renda para tentar sobreviver. Na hora que o etanol está dando prejuízo, e ele ver que o açúcar está remunerador, ele vai procurar fazer mais açúcar, não tem como.

Na verdade, nos anos 2007, 2008, 2009, o preço do açúcar – é aquela última coluninha, a roxinha aqui – foi menor do que o preço do etanol; aqui foi o preço médio da cana; aqui o preço do açúcar, e os dois do meio é o preço do etanol. Nessa safra aqui você vê que o preço do açúcar é muito parecido com o preço do etanol.

Aqui começa um processo onde o preço do açúcar é maior do que o preço do etanol. Enquanto a cana para o etanol foi pago a R$40,00, para a cana do açúcar, R$52,00, e para o agricultor, R$46,00. Enquanto aqui o preço do açúcar, da cana para o açúcar, foi R$63,00, o preço da cana para açúcar foi R$50,00, proporcionou pagar ao agricultor R$57,00. Ou seja, o açúcar sobrevive, financiou o déficit de preços do etanol Quer dizer, se não fosse o açúcar, provavelmente, nós não teríamos nem essa oferta de cana que nós temos hoje. E muito mais claro aqui nesse processo.

Qual é a preocupação? A preocupação é que, nessa safra, o preço do açúcar, no mercado internacional, veio a patamares de US$0,20 por libra-peso, e não vai ter mais preço do açúcar para financiar preço de etanol, cana para etanol. Ou seja, é uma safra que começa com riscos de aumento de endividamento muito mais forte.

Uma das medidas que pode melhorar esse processo é efetivamente a volta da mistura dos 25% do etanol anidro, que está previsto para o início da próxima safra. É uma forma de diminuir a pressão que nós estamos sofrendo, hoje, pela falta de sinalização, no mercado internacional, de que nós vamos retomar a volta da mistura. Isso tem feito e pressionado uma queda violenta nos preços do açúcar.

Próxima.

Evidentemente um dos fatores que contribuiu, além do aumento de custo de produção, um dos fatores que permitiu aquele investimento, no período 2004/2005 até 2008, era uma política de preços que havia para a gasolina, em que o preço crescia, o preço da gasolina crescia, em nível de refinaria. Você vê claramente até este período aqui. A partir de 2006, o preço de faturamento da gasolina, na refinaria, para de crescer. Ou seja, o preço de venda ao consumidor – se não fosse aumento de margem da distribuidora, aumento do preço do anidro, aumento do preço da margem dos postos –, o preço da gasolina na bomba, hoje, seria exatamente o mesmo preço praticado em 2006. Ele só não é porque, além do preço da gasolina, na refinaria, você tem outros fatores que influenciam a formação de preço na bomba.

E uma das questões que o setor reclama é não ter tido um tratamento isonômico ao que aconteceu na refinaria. Se na refinaria houve uma forma de retirar a Cide, que representava R$0,28 por litro na gasolina A, que, hoje, não paga nada, e que esses R$0,28 passaram para cobrir o déficit de preço da gasolina para a Petrobras, que também houvesse um tratamento isonômico e paritário com o etanol. Quer dizer, para a gasolina achou-se uma solução de resolver o déficit de preço. Resolveu-se parcialmente o proble-

ma da Petrobras, mas sem dúvida alguma trouxe um problema enorme para o produto concorrente, que é o caso do etanol.

Próxima.

É basicamente esse gráfico. Hoje, a Cide, que era 14% do preço bomba, hoje é zero. E a Cide mais o PIS/Cofins, que eram 22%, hoje são 8%. No caso do PIS/Cofins, não há tratamento diferenciado entre a gasolina e o etanol. Ambos guardam certa relação; ambos têm parcela específica na formação de preço. Enquanto que, na gasolina A, essa parcela é de R$0,26, no etanol é de R$0,12. Isso significa, na gasolina, algo como 8% do preço de bomba, e, no caso do etanol, tem uma pequena vantagem, que estaria na casa aí de 7% do preço de bomba. Ou seja, nem a gasolina, nem o etanol pagam efetivamente a alíquota de 9,25 do PIS/Cofins. Ambos têm uma alíquota reduzida. Então, o PIS/Cofins não está trazendo nenhum desequilíbrio entre a formação de preço.

Próxima.

Evidentemente que o grande problema é o ICMS. O ICMS traz um diferencial enorme. O Estado de São Paulo, que é o primeiro item aqui, cuja alíquota é de 12%, e você vê que, a partir daqui, todas as alíquotas de ICMS do etanol, por quilômetro rodado, superam a gasolina. Ou seja, o consumidor brasileiro, na paridade de 70%, dado a carga de tributação hoje existente, paga mais tributo por quilômetro rodado utilizando o etanol do que utilizando a gasolina. E aí é que vem uma pergunta: o etanol tem ou não tem um valor por suas externalidades positivas, do ponto de vista ambiental, que possa levar a uma tributação diferenciada, em que se pague menos tributo do que para a gasolina, que é um combustível fóssil, combustível que polui?

Próxima.

Fizemos um projeto dentro de uma realidade atual, projeto em que se retoma a produtividade agrícola e industrial, em que se retoma a produção de 7,25 mil litros de etanol por hectare, ou seja, não estamos trabalhando com um cenário atual de menos de 6 mil litros por hectare, um projeto dedicado à produção de etanol anidro hidratado e geração de energia, em que você tem todos os parâmetros difíceis de serem alcançados, pois dificilmente você vai conseguir em 5 anos, 10 anos, ou 15 anos, indo para novos ambientes de produção, um projeto com essa produção e com essa produtividade.

Próxima.

E é necessário, para remunerar esse projeto, uma taxa de retorno da ordem de 12% de um preço, para o etanol hidratado ao produtor na porta da fábrica independentemente dos tributos, na casa de R$1,40.

Agora, a pergunta que faço: preciso disso para ter a coragem de investir e montar esse projeto?

Agora, qual é o preço oportunidade que tenho no mercado atual dado a tributação, dado a logística, dado a margem dos postos, dada a margem das distribuidoras, com que preço que o produtor consegue trabalhar?

Próxima.

O trabalho consegue R$1,03, com um preço desses, não há quem vá investir, não há quem vá ser remunerado. Não há projeto que se pague no curto prazo. E você vê, claramente, que o melhor preço oportunidade é em São Paulo, é R$1,07, partindo de uma premissa e de uma relação de 67% de preço de bomba do etanol *versus* a gasolina. E você vê claramente que hoje São Paulo está vendendo não a R$1,07, o produtor de São Paulo está vendendo para o mercado de São Paulo a R$1,12. Mas o consumidor não usa o etanol, o consumidor quer um preço mais vantajoso, o consumidor quer uma relação melhor ainda.

E aí há um ponto que tem que ser explorado: será que esses veículos se manterão com o consumo de etanol ainda alto, em relação à gasolina? Será que o projeto, a questão da indústria automobilística, nos próximos 10 anos ou 15 anos, vai manter uma relação ainda do etanol consumindo mais do que a gasolina, na relação de 70%? Porque também isso tem um efeito muito grande na questão do preço potencial, de um preço de oportunidade ao produtor.

Então, essa é a questão. Quer dizer: quanto mais se produz hoje, mais se vai perder dinheiro. Por quê? Porque você vai ofertar mais um mercado, o etanol é uma *commodity,* e aí fica nessa discussão. Quer dizer, produz hoje o etanol hidratado, infelizmente, porque não conseguem mais fazer açúcar, não conseguem mais fazer anidro e têm de fazer alguma coisa com o caldo. Mandar para as feiras livres, não há quem beba todo esse caldo. Então, o etanol é a alternativa. E é o item que precisa crescer e tem espaço para crescer. Não há espaço para crescer no açúcar, mas há um enorme espaço para crescer na produção do etanol hidratado.

Próxima.

E, terminando esse aspecto, o que deve acontecer com a matriz de combustível se nada for alterado?

Próxima.

Hoje, estamos participando em 15,7% da matriz de combustível – os produtos da cana. Já chegamos a participar com 18,2%.

Próxima.

A Petrobras teve de importar gasolina nesse período – agosto de 2011, agosto de 2012 – e, em alguns momentos, com prejuízo superior a R$0,50 por litro.

Em maio de 2012, o custo de internação da gasolina foi de R$1,72, e ela vendeu a R$1,17. Agora ela está vendendo a R$1,26, o preço da gasolina no mercado internacional caiu, e é evidente que os números caíram. Hoje provavelmente a defasagem deveria estar aí na faixa de R$0,15 a R$0,16 e não R$0,56, como aconteceu em maio de 2012.

Próxima.

E, neste período de 2011 a 2012, foram importados nada mais, nada menos do que 4 bilhões de litros, com prejuízo médio na faixa de R$0,26, nada mais, nada menos de R$1 bilhão.

E, mantida essa tendência no período 2006/2021 seria necessário importar nada mais, nada menos do que 85 bilhões de litros de gasolina, se mantiver o crescimento da demanda de combustível do Ciclo Otto nos ritmos atuais. E aí você imagina, se essa defasagem se mantiver em R$0,26 o tamanho do montante de prejuízo.

Próxima.

Esta que é a questão. Nós acreditamos piamente que virão políticas públicas, um novo plano de investimentos para o etanol, porque, sem dúvida alguma, o etanol é a solução. Você vê claramente, agora em 2012, um déficit da ordem de R$4 bilhões de litros de gasolina. Você não vê nenhum crescimento na oferta de gasolina na refinaria no curto e no médio prazo e você não vê a implantação de novas unidades produtoras. O que significa que essa rota tem que ser corrigida ou com investimentos na refinaria para produzir mais gasolina, ou com novos investimentos na planta de etanol, ou se a opção for continuar importando gasolina ou nafta para suprir aquele déficit de 20 bilhões de litros, o que deve acontecer por volta de 2021.

Nós acreditamos claramente que não existe nenhuma razão para que não haja uma retomada dos investimentos na produção dedicada ao etanol, voltada exclusivamente para o mercado interno carburante.

Próxima.

Quais seriam os benefícios dessa expansão?

Próxima.

Nada mais, nada menos, a implantação, se quiséssemos, quer dizer, quem vai definir quanto quer, não somos; é a sociedade brasileira e o Governo. Eu penso que isso é fundamental. Sendo 50%, que sejam 50%. Se não é para haver etanol, que não haja etanol. Se for para ser 60%, que sejam 60%. E, se fossem 50%, nós teríamos aí implantação até 2020/2021 o início de operação de novas unidades, encomendas da ordem R$100 milhões em bens de capital, uma geração de 630 mil empregos diretos, aumento da geração de energia, uma produção adicional de 27 bilhões de litros de etanol e todo um benefício ambiental.

Então, se gera emprego, é positivo ambientalmente, reduz o déficit da importação de gasolina, não teria razão por que não haver a criação de uma política pública que redirecionasse os investimentos na indústria de bens de capital.

Próxima.

O que precisa ser discutido?

Próxima.

Termino por aí.

Nós temos uma demanda que permanece sólida, um crescimento da frota de veículos, tanto moto como *float flex,* há a questão de novos produtos de novo uso, há a questão da ampliação do uso de etanol da indústria química, há o aumento do consumo mundial de etanol e não tenha dúvida de que há a expansão das exportações, mesmo que limitada, brasileiras de açúcar.

Próxima.

Existe um cenário altamente promissor. A gente não pode deixar de imaginar que o setor vai-se manter no patamar de 7,1 mil litros de etanol por hectare. A nossa questão é quem vai chegar lá em 2025 e conseguir sair de 7 mil e chegar a 14, 15, 16 ou 20 mil litros de etanol por hectare. Esse é o grande esforço do setor hoje, do Centro de Tecnologia Canavieira, pois o setor está investindo algo como R$100,00 por hectare na questão de pesquisa e desenvolvimento, tanto na questão do melhoramento genético, na cana transgênica, na questão agronômica, na questão de reengenharia industrial e no etanol de segunda geração.

O setor precisa é de alguma política de curto prazo que recupere a rentabilidade, que indique a retomada do investimento, porque, num segundo momento, essas políticas públicas provavelmente deixarão de ser necessárias no momento em que atingir um patamar não de 24, mas de 15, 16 mil litros por hectare.

A questão que fica é; quem vai sobreviver e quem vai viver o bônus desse cenário no futuro, e como é que será o tamanho desse setor no futuro?

Então, o potencial é enorme. A gente tem de acreditar piamente nisso. Não se resolve isso de uma safra para outra, mas existe um potencial enorme de ganhos efetivos de produtividade, de aumento de etanol por hectare, e isso vai implicar, efetivamente, redução de custo.

Fazer etanol de segunda geração, desde 1920, a Alemanha faz. Quer dizer, não é segredo nenhum fazer etanol de segunda geração. O que precisa é fazer a custo competitivo o etanol de primeira geração, o etanol oriundo da cana-de-açúcar, do caldo da cana-de-açúcar.

E a planta em que o setor investiu – e que nós acreditamos que vai ter o primeiro sucesso agora, em 2016 –, que está sendo coordenada pelo próprio se-

tor produtivo, é uma planta que não altera a planta inicial. Ela vai agregar a produção de etanol da segunda geração na primeira geração. E nós acreditamos que isso é o grande diferencial de qualquer planta de etanol celulose do mundo. Você aproveita 100% do processo produtivo do etanol de primeira geração.

Próxima.

Eu diria que esses são os pontos. Eu acho que nós precisamos definir claramente qual é o papel e qual é o volume de etanol na matriz de combustíveis. Acho que o setor precisa de três pontos, resumindo tudo o que eu falei:

1– recuperar a rentabilidade;

2– uma definição clara da participação do etanol na matriz de combustíveis e políticas públicas que permaneçam e que levem à manutenção dessa participação;

3– uma previsibilidade de quem vai investir.

Quem vai investir algo como R$1 bilhão, hoje, para começar a produzir em 2015, 2016, para remunerar esse investimento nos próximos 10 ou 12 anos, precisa conhecer essa regra.

E precisa haver uma regra que mantenha o etanol na matriz de combustíveis, independente da política de preços que o Governo queira fazer com a gasolina, independente da política de preços que vai acontecer com o petróleo no mercado internacional, mas que haja uma política consistente.

Com o petróleo lá em cima, precisa tributar o etanol? Tributa o etanol, tributa a gasolina. Com o petróleo lá embaixo, precisa de política pública, precisa de incentivo ou precisa de subsídio? Que haja isso. Que haja uma regra clara e que quem vá investir veja isso.

Eu brincava, agora há pouco, no carro – para concluir a minha apresentação –, que, em 1985, no auge de uma queda enorme do preço do petróleo no mercado internacional, havia uma regulação integral no mercado de combustíveis, na produção de cana, de açúcar, de etanol. Era um mercado altamente regulado. Todos os preços eram dados pelo Governo Federal. Naquela época eu trabalhava para a Orplana, que hoje, aqui, a Christina representa, que são os fornecedores de cana, e a maior ansiedade dos produtores – todos os agricultores, todas as usinas – era assistir ao Jornal Nacional, às 20 horas, para ver se o Governo ia anunciar um aumento de preços de gasolina. Se houvesse um aumento de preços de gasolina naquele dia, todo mundo sabia que, no dia seguinte, ia haver aumento de preço da cana, do açúcar e do álcool, que, naquela época, nós não chamávamos ainda de etanol. Isso porque naquele momento havia toda uma política pública de contenção da inflação em cima de tarifas públicas. Era isso com combustível, era isso com energia, era isso com telecomunicação. Tudo era dessa forma.

Ora, passamos para 2012. De 1995 para 2012, tudo foi liberado: preço da gasolina foi liberado, preço do açúcar foi liberado, preço do etanol foi liberado, tudo foi liberado. E ainda nós ficamos o tempo todo na expectativa: vai aumentar ou não vai aumentar o preço da gasolina? Ou seja, não mudou muita coisa. Mudou tudo e ao mesmo tempo não mudou nada.

Acho que é isso que precisamos corrigir para não criarmos, de novo, num primeiro momento, um novo ciclo de investimentos e, depois, passados 10 ou 15 anos, há de novo uma queda enorme ou uma mudança drástica nessa política e há de novo um buraco, um vácuo nesse processo.

Sempre costumo dizer que o carro é *flex*, mas a Petrobras não é *flex,* as usinas não são *flex.* E o Brasil não tem uma estrutura clara para financiar duas estruturas de logística de abastecimento: uma para 100% da gasolina; outra para 100% do etanol. Na hora em que há gasolina, todo mundo corre para a gasolina; na hora em que há etanol, todo mundo corre para o etanol. O Brasil não pode viver com essa volatilidade. Precisamos dividir claramente o espaço que tem para todo mundo, ou seja, para a gasolina e para o etanol.

Essas eram as minhas colocações.

Obrigado, Senador, e desculpe-me por haver ultrapassado demais o tempo, mas eu diria que esse tempo será compensado, uma vez que meus amigos pediram-me que eu fizesse uma explanação mais ampla, porque eles iriam enfocar a questão em cima do que eu apresentei. Assim, não vou atrapalhar o horário total da audiência.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. Antonio de Padua. A sua colocação foi muito importante para nós todos, Senadores, e as pessoas que nos acompanham.

Pergunto aos nobres Senadores se podemos ouvir todos os convidados e depois fazemos as perguntas, seria mais dinâmico. Pode ser? *(Pausa.)*

Faremos desta forma então.

Passamos a palavra ao Dr. Pedro Robério de Melo Nogueira, Presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar e do Álcool do Estado de Alagoas (Sindaçucar/AL)

O SR. PEDRO ROBÉRIO DE MELO NOGUEIRA – Exmº Senador Acir Gurgacz, Presidente desta Comissão e desta audiência pública; Exmº Senador Benedito de Lira, autor do requerimento para este encontro; Exmºs. Senadores presentes; técnicos; assessores e representante do Poder Executivo aqui presente, Dr. Gerardo Fontelles, Dr. Ricardo Dornelles e Srª Cristina Pacheco, que representa aqui os fornecedores de cana.

Nós realmente, meio que de última hora, fizemos uma concessão ao Pádua dado a quantidade de dados de que ele dispunha para fundamentar esta audiência e combinamos secundá-lo apenas.

Assim, farei a minha alocução de forma dirigida verbalmente, mas procurei refletir como melhor tratar esse tema de forma mais objetiva aqui nesta audiência, Presidente. Aí, dou dois passos atrás e trago aqui a motivação desta audiência.

O Senador Benedito de Lira, nos intervalos das vitoriosas eleições dele, ele pensa na cana-de-açúcar do Estado de Alagoas. Quando ele acaba de contar os votos, ele quer saber a produção de cana lá no Estado. Num desses intervalos, ele me questionou com uma pergunta que qualquer cidadão faria: "Pedro, o que está acontecendo? Eu tenho ouvido rumores nacionais e locais sobre uma trepidação além do normal que o setor sucroenergético nacional está vivendo?" Na verdade, na militância dele, muitas vezes aconteceram movimentos dessa natureza, e parece-me que agora ele tem uma intensidade maior. Na escala Richter ele está próximo do 7. Eu, muito rapidamente, expliquei, ele preocupou-se e disse: "Não, então vamos debater este assunto num ambiente um pouco maior". E aí, pensou nesta audiência pública, que combinou com o Senador Sérgio Souza, que é Relator de um projeto muito importante, que está em tramitação aqui na Casa, sobre o marco regulatório do setor, que é o PLS nº 219, de 2010, e esta audiência, inicialmente, foi cogitada de ser feita lá em Alagoas, mas problemas da agenda parlamentar impediram que isso acontecesse. E hoje ela está se realizando aqui. E agora, vou tentar responder, publicamente, ao questionamento que o Senador Benedito de Lira me fez.

Em 2005, o Senador Moka presidiu uma reunião da CRA sobre um tema parecido, sobre trepidações, na época, do setor sucroalcooleiro. As questões que foram levantadas em 2005, Senador Moka, diferem na espécie, mas não diferem no conteúdo daquelas de 2005.

Na apresentação do Pádua, verificou-se algo inusitado: de 2000 a 2009, pouco menos de uma década, o Brasil saiu de 250 milhões de toneladas de cana, grosso modo, para 600 milhões de toneladas de cana. Um crescimento desse tamanho, de 10% ao ano, diz o Prof. Goldemberg, o físico, que um crescimento de 10% ao ano só se verifica na gestação de uma mulher. Nada é mais acelerado. Não se conhece nada que cresça a essa velocidade, só um feto no útero da mãe, com essa velocidade, que, em 9 meses, ele sai do zero para ser um bebê. E, de repente, isso entra num processo de declínio. Por que isso acontece, ou por que isso aconteceu, especificamente?

Eu diria ao senhor o seguinte: primeiro nós temos que ter alguma clareza e traduzir algumas coisas que aconteceram e que não parecem claras para todo mundo. Esse grande crescimento que ocorreu capturou ou captou um momento muito importante que o mundo estava vivendo. Havia uma sobra de recursos no mundo inteiro, e os investidores são muito ágeis, ficam procurando onde colocar recursos.

Nessa ocasião, uma oportunidade de negócios que se apresentava era a produção de biocombustíveis no Brasil, porquanto o Presidente Lula percorria o mundo todo defendendo a introdução desse combustível como sendo uma alternativa para o mundo. Ele não só defendia o produto, como defendia o Brasil como sendo o local ideal para se ter a grande produção. Um investidor não só procura, muitas vezes, ele não faz muita conta, ele procura os ventos, não é? Então, naquele momento, um presidente, de um país importante, defendia um produto que, até então, não tinha uma defesa tão efusiva.

Então, houve uma massa extraordinária de recursos para a produção de biocombustíveis no Brasil. É nesse período que se identifica a presença de investidores estrangeiros em grande escala na produção nacional de cana-de-açúcar destinada ao etanol. Nesse mesmo momento, grupos tradicionais do Brasil, em menor escala evidentemente, procuraram também ampliar os seus negócios, racionalizar, fazendo fusões, incorporações.

O programa, então, começa a entrar numa fase acelerada de crescimento, mas temos, também, de reconhecer isto: não se identifica, Srs. Senadores, não se identifica, nesse período, nenhum programa governamental específico para patrocinar e empurrar essa expansão. O que existia, na verdade, era um discurso afirmativo e convidativo do Presidente Lula, mas o Governo como um todo produzia aquelas ferramentas corriqueiras, cotidianas, naturais, que qualquer setor agrícola precisaria. Mas não existiu nenhum programa por trás disso empurrando esse crescimento. Não existiu nenhuma medida governamental que a gente pudesse destacar nem tampouco algum programa que pudesse dar sustentação a isso.

Temos de reconhecer que São Pedro colaborou nesse período, as oscilações climáticas não foram muito relevantes nesse período, de forma que não se teve sustos climáticos importantes nesse período como os que ocorreram logo na sequência.

Nestes 10 anos também se verificaram preços próximos ao limiar do custo, só que os custos eram suportáveis e, basicamente, eram custeados também por esse capital externo, a um custo menor, e pela captação de recursos, a custo muito mais barato, nas

Bolsas, com a abertura de capital nas empresas. Então, havia aqui uma convivência pacífica entre preço e custo, fluxo de caixa. Na verdade, vivia-se com fluxo de caixa positivo, mas não necessariamente com a rentabilidade econômica positiva.

Esse cenário mudou rapidamente com a crise externa, que logo foi potencializada por um acidente, duas, quase três safras de acidentes climáticos relevantes. Aí, aconteceu esse quadro que estamos vivendo hoje, um quadro muito mais do que de incertezas, um quadro de desestímulo.

Eu diria, Srs. Senadores, que temos de fazer justiça ao seguinte. Eu tenho impressão, não convivo com os outros setores intensamente como convivo com o nosso, mas nunca se discutiu tanto, nunca se reuniu tanto, nunca se falou tanto. Não há uma quinzena em que não estejam reunidos o setor e o Governo para debater esse setor. Aqui estão presentes alguns desses atores, como o Dr. Fontelles, o Ricardo Dornelles, outros estão ausentes, o Dr. Marco Antônio, do Ministério de Minas e Energia, e não podemos ser culpados de tentar encontrar uma solução por falta de conversa. Agora, qual seria a melhor solução, traduzindo melhor o que o Dr. Pádua falou? Eu dividiria aqui em dois tempos. O primeiro tempo é um tempo a médio e longo prazos, usando uma palavra que está sempre em moda em qualquer atividade econômica, a presença do Estado se faz com o marco regulatório.

Em 2009, quando essa crise começou a se instalar, a Comissão de Infraestrutura do Senado resolveu debater o assunto e, sob a presidência do Senador Inácio Arruda, um subgrupo foi criado. Esse subgrupo ouviu vários elementos da cadeia produtiva, o que gerou um relatório e um Projeto de Lei de origem do Senado, da Comissão de Infraestrutura, que é o PLS nº 219, de 2010, que, naturalmente, pela dinâmica da crise, do tempo, vai precisar de alguns reparos. Eu diria que ele deverá ser o ponto de partida para a gente criar esse marco regulatório a médio e longo prazos sobre os biocombustíveis no Brasil. Ele já foi amplamente debatido. Precisamos continuar esse debate, que está sob a relatoria e nesse momento sob a presidência do Exmo. Senador Sérgio Souza.

Mas, para olharmos a médio e longo prazo, precisamos superar o curto prazo e ver qual o direcionamento que precisamos ter para ter investimentos e para os que já estão e não querem expandir continuarem o seu negócio. Por que, Senador? Porque temos de também fazer um divisor de águas que essa crise nos deixou. Hoje, 60% da produção de cana no Brasil são oriundas do que denominado produtores genuínos de cana-de-açúcar. São aqueles produtores que só cuidam de cana-de-açúcar, do açúcar e do etanol. Eles não têm outra atividade na vida, quer seja por herança familiar, quer seja por opção de negócio. Algo em torno de 40% da produção atual de cana do Brasil estão mitigadas. Grandes grupos estrangeiros, que cuidam de outras atividades mais relevantes, além de produzirem cana e etanol, como empreiteiras, *trading company,* exportadoras, distribuidoras de combustíveis, e por aí vai. Então, esses grupos se ocupam de outras atividades e, naturalmente, poderão ter – não é que eles não estejam passando pelo mesmo dilema – um suporte maior, porque eles têm outras variações de suporte, nessa crise. Os produtores genuínos de cana-de-açúcar só têm a cana para sobreviver. Eles são 60% da produção nacional. Alagoas e o Nordeste são 100%. Cem por cento são de produtores genuínos de cana-de-açúcar. Então, nós temos que entender, primeiro, isso. A solução tem que vir para esse segmento.

A segunda questão é que toda vez em que fala um Ministro, um Presidente da República, um líder importante do País em defesa do biocombustível, ou dos biocombustíveis, no caso específico do etanol, imediatamente você sai da crise para desenvolver um programa para abastecer o Brasil e o mundo. Logo, você sai do menos dez, para mil positivo. Nunca dá certo. Falta – para usar uma palavra que está muito em moda normalmente – uma dosimetria dessa intenção. É porque a palavra se aplica nesse caso.

O que está precisando, Senador, é que nós entendamos, em definitivo, que o etanol é um combustível alternativo. Ele não deve ser um combustível substituto à gasolina, tem que ser alternativo, até porque, em 2000, nós tínhamos uma reserva de petróleo que é a metade da que existe hoje. Com toda essa crise mundial de petróleo, as reservas aumentaram, e tendem a aumentar, porque nós não estamos considerando o pré-sal, não estamos considerando nada disso. As reservas de petróleo, a cada dia, estão aumentando. O petróleo não vai desaparecer, ele vai ficar mais caro, mas ele não vai desaparecer. Então, essa tese de que o Brasil tem que ficar rodando na base de etanol, e o mundo todo, essa tese é equivocada, porque senão vai exigir medidas que a sociedade brasileira não suportará. E nem sei se é racional nós termos um combustível único. Nós temos que ter o etanol como alternativa.

Dessa forma, eu encerraria, na esperança do debate, Senador, dizendo o seguinte: sobre o PLS nº 219, de 2010 – a gente tem a mania de, toda vez que tem um problema, cria logo outra situação –, nós já temos o ambiente institucional para debater, o PLS já está na Casa, ele tem pontos positivos. O início do debate com a sociedade brasileira tem que ser com esse projeto que já existe. Por que começar a inventar um novo? Então, esse é o primeiro apelo que eu deixaria aqui.

O segundo é que, antes de começar esse debate, que o Senado Federal, por meio da CRA, por meio da Comissão de Infraestrutura, enfim, no caminho que os senhores achem mais adequado, fizesse uma recomendação ao Poder Executivo, para as medidas de curto prazo, a reposição das perdas incorridas, que estão deixando o setor em pânico – o número de concordatas, concordatas se transformando em falência. No meu Estado, um dos maiores grupos está em processo de falência. Olhe que os que estão entrando em recuperação e falência não são pequenos grupos, são grandes grupos, com boa gestão no passado. Enfim, não é uma coisa para dizer que é irresponsabilidade. Não, a crise veio e está aí, está instalada.

Então, nós temos que, primeiro, estancar essa hemorragia. Imediatamente, o Senado requeira ou pleiteie que o Poder Executivo, com esses grupos que, com muita boa intenção, com muita boa vontade, mas reconhecendo a dificuldade, encontre uma solução, no curto prazo, para que nós nos detenhamos a debater o médio e o longo prazos, lembrando sempre do seguinte: não devemos inventar a roda. A discussão institucional: Senado Federal, PLS nº 219. No curto prazo, as perdas estão aí demonstradas, pelo Dr. Padua, e o Poder Executivo, no que pode e no que deve, deve começar a sinalizar a implantação. É claro que nós entendemos que não pode ser uma reposição imediata, mas a sinalização, muitas vezes, vale mais do que o ato propriamente dito. Um anúncio na televisão, às vezes, vale mais do que um decreto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Nós é que agradecemos, Dr. Pedro, pelas suas colocações.

Passamos a palavra ao Dr. Luiz Custódio Cotta Martins, Coordenador do Fórum Nacional Sucroenergético (FNS)

O SR. LUIZ CUSTÓDIO COTTA MARTINS – Bom dia para todos.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Presidente, Presidente, eu queria ouvir do Pedro...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Essa opinião de que, está inclusive com o Sérgio essa questão, é um...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Do PLS nº 219.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) –... consenso do setor? Claro que, como ponto de partida, nós estamos... Mas seria um consenso o início?

O SR. PEDRO ROBÉRIO DE MELO NOGUEIRA – (*Fora do microfone*.). O início do debate se estiver no prazo, sim.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Tá. Começo de cantiga é assobio, não é,Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Dr. Luiz Custódio com a palavra.

O SR. LUIZ CUSTÓDIO COTTA MARTINS – Boa tarde, Sr. Presidente Senador Acir Gurgacz; Senador Sérgio Souza; Senador Benedito de Lira; Senador Waldemir Moka; Senador Cyro Miranda; Senador Jayme Campos; Senador Antonio Carlos Valadares; Senador Eduardo Suplicy; senhores membros da Mesa; meus colegas aqui presentes; senhores técnicos e a imprensa em geral, os que me antecederam já deram um panorama aí sobre o setor. Eu vou me ater apenas a fazer um histórico do etanol e alguns comentários aí para a análise dos senhores.

O setor do etanol tem sido criticado por não ser capaz de suprir a demanda nacional do produto por conta do baixo crescimento da produtividade.

Na realidade, o setor vem sendo penalizado por uma política de *stop and go* que atrapalha a previsibilidade, inibindo o investimento e o crescimento da produtividade. Falta, então, um marco regulatório estável que defina uma política a longo prazo.

Quer dizer, o setor, hoje, precisa de um marco regulatório. Nós não podemos ficar hoje aí dependendo de governos que venham, através da caneta têm todas as condições, a aumentar a Cide, de tirar a Cide, taxar a exportação, proibir exportação de álcool e tudo. Então, tem que se passar por marco regulatório, aprovado por estas Casas do Congresso Nacional, porque, qualquer mudança voltaria a ter uma discussão mais democrática do processo que vivemos.

Após o primeiro choque de petróleo, no início da década de 70, a alta do preço dos combustíveis no mercado internacional levou o Brasil a uma crise em seu balanço de pagamentos. Como resposta, o Governo brasileiro lançou, em 1975, o Programa Nacional do Álcool, ou Pró-Álcool, com o objetivo de estimular a produção do etanol e, dessa forma, diminuir a necessidade de importação de petróleo e derivados.

Em sua primeira fase, que foi de 1975 a 1979, o Programa foi orientado para a produção de álcool anidro, para edição da mistura na gasolina, possibilitando a redução nas importações do derivado. Com o segundo choque do petróleo, de 1979 a 1980, o preço do barril do petróleo triplicou em relação ao observado no início da década, fazendo com que as importações de petróleo passassem a representar 46% da pauta de importações brasileiras em 1980.

Esse novo estrangulamento das contas externas brasileiras levou à adoção de um novo conjunto de medidas com o objetivo de incentivar o consumo do álcool. Foi criado o CNAL, o Conselho Nacional do Álcool, e a Comissão Executiva CNAL para agilizar a expansão do Programa, desenvolveu-se o carro movido puramente a álcool. A proporção de carros a álcool no total dos automóveis do Ciclo Otto produzido no País aumentou de 0,46%, em 1979, para 26,8%, em 1980, atingindo o teto de 76,1% em 1986.

A partir de 1986, com um contrachoque do petróleo, o preço do barril do óleo bruto caiu num patamar de US$30 a US$40 para o nível de US$12 a US$20. Essa nova realidade de preço baixo da gasolina provocou o abandono das políticas públicas que viabilizaram o Pró-Álcool e pôs fim ao programa de substituição de hidrocarbonetos fósseis.

O período de contrachoque do petróleo com a gasolina barata coincidiu com o período de alta no mercado internacional do açúcar, levando as empresas, para sua sobrevivência, a priorizar a produção desta *commodity* em detrimento do álcool, ocorrendo um desabastecimento de álcool no mercado doméstico. A submissão da política pública aos preços baixos do petróleo inviabilizou o programa do álcool, e o carro a álcool praticamente desaparece em meados nos anos 90.

Com o crescimento do preço do petróleo a partir da segunda metade dos anos 90 e a internalização desse aumento, de 1998 para frente, através de uma fórmula paramétrica que reajustava os preços dos combustíveis todo início do mês, além do crescimento da comercialização ambiental, ressuscitou o álcool como combustível, dessa vez batizado de etanol, no início da década de 2000.

Como a população ainda tinha sua memória de desabastecimento, a solução encontrada foi a introdução do carro *flex-fuel*. O mercado do etanol voltou a viver uma franca expansão desde a entrada do veículo *flex-fuel,* em 2003, até a crise econômica de 2008. Além da crise econômica que levou à falta de crédito, forçando as empresas a escoarem grandes volumes de etanol a preços baixos, para se capitalizarem, também o Governo anunciou a descoberta do chamado Pré-Sal. Esses dois eventos, em particular o anúncio do Pré-Sal, levaram o Governo a abandonar o projeto Arábia Saudita verde, e a adotar o Pré-Sal como a grande solução para os problemas energéticos brasileiros.

A partir daí, o preço da gasolina foi congelado na bomba, e se inicia o processo de competição desigual com o etanol. O volume de investimento em novas unidades produtoras, que era crescente, entrou em uma trajetória decrescente, conforme o Dr. Padua relatou essa queda de investimentos em seus gráficos.

Os anos 2009 e 2010 foram caracterizados por um intenso processo de fusões e aquisições no setor sucroalcooleiro brasileiro. Aquisições foram realizadas principalmente por grupos estrangeiros – Shell, British Petroleum, Bunge, Louis Dreyfus –, motivadas pela situação grave de financiamento dos usineiros e acreditando em uma retomada do consumo do etanol no mercado interno e no potencial do mercado externo. As empresas brasileiras encontravam-se fragilizadas, com alto endividamento, falta de recursos em caixa, safras ruins e falta de liquidez no mercado, o que favoreceu esse processo.

Hoje persiste o problema nas usinas, que se encontram em processo de recuperação judicial, que não estão conseguindo honrar seus planos de pagamento por conta da redução de sua capacidade de geração de caixa, já que as margens foram reduzidas pelos custos mais altos. Estima-se que empresas em recuperação judicial controlem atualmente 37 unidades industriais, o que equivale a 11% do total das usinas existentes no País.

A explicação para as duas crises pelas quais passou e passa o etanol é chamada política do *stop and go*, as idas e vindas, em particular os baixos preços da gasolina, que estão presentes em ambas as crises, tiveram previsibilidade do investidor, gerando custos e inviabilizando o aumento da produtividade. Portanto, se o crescimento do mercado do etanol tivesse sido contínuo, certamente estaríamos em outro patamar de produtividade. Segundo os dados da EPE – Empresa de Pesquisa Energética – e da EIA, no Brasil, nos últimos 5 anos, a produção de etanol de cana cresceu 29%, enquanto nos Estados Unidos o salto foi de 185% no etanol de milho. Em 2000, as usinas americanas fabricavam apenas 57% do volume das usinas brasileiras, enquanto que, em 2011, a produção de etanol americana apresentou mais que o dobro da produção brasileira, 230%. O baixo crescimento da produção, o Brasil foi ultrapassado pelos Estados Unidos na liderança do setor.

Qual a receita do sucesso americano? Previsibilidade. Até 2022, o governo americano se comprometeu, por lei, a comprar 136 bilhões de litros de etanol a um preço mínimo de US$1,07, reajustados anualmente.

A questão da produtividade do etanol torna-se ainda mais importante quando se observa o crescimento da demanda interna por combustíveis automotivos, que teve crescimento maior do que o PIB brasileiro. Em 2011, por exemplo, o PIB subiu 2,7%; e o consumo, 5,7%.

Estudo do próprio Governo concluiu que a elevação da importação de gasolina, nos próximos 10 anos, pode chegar a 671%, caso a produção de gasolina e etanol não cresça no mercado interno.

Não adianta cobrar produtividade do setor sem continuidade e política de longo prazo, submetendo o etanol a comportamento interno e externo do petróleo, e, o pior, subsidiando a gasolina no País.

Assim, é preciso que o Poder Público trabalhe no sentido de estabelecer mecanismos capazes de incentivar os investimentos e garantir a previsibilidade. Os mecanismos seriam, por exemplo, estabelecimento de metas de participação do etanol anidro e do hidratado na matriz de combustível, através de políticas públicas consistentes e que não se alterem quando ocorram mudanças de governo.

O etanol precisa de uma política de Estado e não de governo. Está na hora de o Governo dar previsibilidade ao setor de etanol e compreender que o etanol e gasolina não são combustíveis concorrentes e, sim, complementares. E o Brasil precisa de uma presença bem definida de ambos na matriz de combustível, para garantir a sua independência energética.

Quero colocar para os senhores a ECO 92 – os senhores se lembram. Na ECO 92, estava no auge o etanol, e todas as autoridades brasileiras e estrangeiras foram transportadas, aqui no Brasil, por veículos a etanol. E acabamos de ter, agora, a Rio+20, e todas as autoridades foram transportadas à gasolina. Quer dizer, alguma coisa está errada.

O Brasil foi a Copenhague e assumiu o compromisso da redução nas emissões de CO_2, e, também, o Governo, os Estados, os Municípios, tomaram também compromisso nas emissões de CO_2. Isso deverá ser internamente auditado pelo Tribunal de Contas, e acho que esse compromisso o Brasil vai ter que cumprir e, para isso, teria que ter uma nova retomada do etanol.

São esses os comentários.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradecendo ao Sr. Luiz Custódio Cotta Martins, Coordenador do Fórum Nacional do Sucroenergético (FNS), quero convidar e passar a palavra à Srª Maria Christina Pacheco, Vice-Presidente da Organização de Plantadores de Cana da Região Centro-Sul do Brasil (Orplana/SP).

A senhora tem a palavra.

A SRª MARIA CHRISTINA PACHECO – Obrigada.

Gostaria de agradecer, em nome dos produtores de cana, a oportunidade de estar aqui nesta audiência pública, a todos os Srs. Senadores que estão aqui presentes, nos ouvindo para buscarmos soluções para nós produtores.

Pode passar, por favor.

A Orplana é uma organização, na Região Centro-Sul do Brasil, de produtores independentes de cana. Temos 34 associados, sendo 25 em São Paulo, um no Mato Grosso, um no Mato Grosso do Sul, quatro em Minas e três em Goiás.

Somos 17 mil fornecedores de cana e produzimos 125 milhões de toneladas de cana.

Por favor.

Vendo um extrato desses fornecedores de cana, nós conseguimos analisar que a grande maioria, 85%, é de pequenos produtores, produtores que produzem até 6 mil toneladas de cana, com uma área média de 46 hectares. E é essa população, são esses produtores que nós vemos neste momento buscando soluções para não sair do setor. É uma reforma agrária ao contrário, em que vemos os pequenos produtores sendo obrigados ou a vender suas propriedades, ou a arrendar as suas terras para se manterem vivos e terem alguma comida para sua família.

Passa, por favor.

Esse é um gráfico em que podemos analisar a produção dos fornecedores de cana. E fica bem claro para o que escutamos até aqui neste momento, as crises. Olha aqui. Aqui tivemos uma crise, em 2000. E essa crise foi para o setor como um todo. E a produção do fornecedor de cana demorou alguns anos. Olha, viemos de 1999, e, para voltar a esse mesmo patamar, nós demoramos alguns anos.

Tivemos, juntamente com todo mundo uma onda de crescimento e estabilizamos nos últimos anos. E agora, a partir de 2011, a gente vê uma crise de produção. Claro que 2000 foi um ano especial, porque tivemos problemas climáticos, tivemos problemas com doenças. Realmente a produtividade do setor foi muito baixa. Isso nos causou um aumento de custo muito grande, uma busca de novos patamares, de novas variedades. Então, para o produtor, ele se sente extremamente afetado por essa situação do setor.

Por favor.

Custos. Nós temos os nossos patamares. De vez em quando o setor dá um pulo. Veja aqui, em 2011, nós demos outro pulo de custo. E isso afeta o produtor de uma maneira ímpar.

Próximo, por favor.

Fiz aqui umas continhas para ficar mais fácil. Nós viemos de um patamar histórico de média de 80 toneladas por hectare nos últimos 5 anos, mas estes últimos 2 anos, estamos perto de 70 toneladas por hectare, com uma quantidade de açúcar de 135 ATRs, muito abaixo da média histórica. Então, quando a gente fala

em custo histórico, é uma coisa. Agora, quando falamos do custo destas últimas duas safras, nós chegamos a R$74,00 por tonelada de cana a um preço de outubro. O que nós estamos recebendo hoje? Estamos recebendo R$64,00 por tonelada de cana, com 135 ATRs, que deve ser a média do açúcar nesta safra agora. Então, veja, é uma defasagem de R$10,00. E nós, fornecedores de cana, não temos de onde tirar, não somos uma multinacional que tem outras atividades.

O que acontece? O produtor, às vezes, deixa de cuidar da sua lavoura, põe menos adubo, menos herbicida e, com isso, a sua produtividade baixa.

Então, do que esse produtor precisa? De uma luz no final do túnel, de alguma coisa estável, de uma sinalização de ele que pode investir, de que ele pode tirar um financiamento. Existem inúmeros financiamentos. "Ah, ninguém tira" porque ele sabe que não tem condições de pagar. Com essa diferença aqui, ele não paga. Ele não paga nenhum financiamento. Então, como ele vai enfiar a propriedade dele, a vida dele, o futuro dele? Muitos, em algumas regiões, mudam de cultura, mas a grande maioria, na região de São Paulo, não tem condições de ficar mudando de cana para outra cultura.

Esse é um grande problema.

Próximo.

Aqui nós vemos um aumento enorme no custo de mão de obra. O setor passa, o produtor passa por uma grande mudança. Qual é essa grande mudança? Nós vimos um setor em que tínhamos a nossa cultura, a colheita manual. Nos últimos anos, estamos passando para uma colheita mecanizada. Isso muda totalmente o patamar da nossa mão de obra. O volume de cana cortada mecanicamente na nossa região é mais de 60%, bem perto de 70%. Isso é um aumento de custo que nós não podemos galgar. Até então, o produtor de cana tinha condições de ter a sua carregadeira, o seu caminhão e de levar a sua cana na usina. Hoje, ele tem de contratar, porque ele não tem condições de ter uma máquina, a não ser os grandes grupos, mas o pequeno, 85% a 90% dos nossos produtores não têm essa condição.

Por favor.

Já falei do custo de mecanização que, realmente, está interferindo enormemente nos nossos custos. Nós temos também custos ambientais; custos da NR-31, do georreferenciamento e, agora, APP e reserva legal. O custo APP e reserva legal não está computado ainda. O produtor é o responsável por replantar as suas APPs e reservas legais, tendo em vista que, na grande maioria, especialmente em São Paulo, não foi ele que tirou. Às vezes, ele foi pago pelo governo para tirar. Agora, os benefícios são da população brasileira, mas os custos são nossos e nós não temos condição de arcar com mais nenhum custo.

Outra coisa que está acontecendo em São Paulo, e que está nos dando uma dor de cabeça, e não sabemos o que fazer, são as ações do Ministério Público Federal, interferindo em São Paulo, com a legislação que temos de fim de queimada. Nós temos um protocolo com o Governo de terminar a queimada nas áreas mecanizadas até 2014 e, nas não mecanizadas, até 2017. Este ano, temos várias ações do Ministério Público que nos proíbem, de pronto, de queimar. O que significa isso? As áreas não estão preparadas. Como eu falei, 60% a 65% das áreas estão já preparadas, mas a maioria desses pequenos produtores tem pequenas propriedades que não estão sistematizadas e não podem usar a máquina. Então, tem de usar a mão de obra manual. Somente o custo a mais é quase R$10,00 a mais que ele tem de investir para poder tirar essa colheita, mas, de uma hora para outra – e ele fez um acordo com o Governo de São Paulo de que ele ia deixar de queimar, ele ia se programar –, o Ministério Público Federal nos obriga a deixar de queimar. Piracicaba, Jaú, Araraquara e, agora, outras regiões vão ter essa problemática.

Nós somos 27% da cana produzida, são 125 milhões de toneladas de cana – algumas "Austrálias" – e estamos sentindo que estamos sendo alijados, postos fora do setor.

É isso justo? Essa reforma agrária ao contrário que está acontecendo com aquele que, em todos esses anos, tem investido?

Eu acho que está na hora de esta Casa nos dar um rumo, de esta Casa dar um alento ao produtor, para que ele saiba o que vai acontecer no dia seguinte, para que ele possa investir, para que ele possa tirar dinheiro no banco, que ele vai pagar, e não perder a sua propriedade, porque se hoje ele tirar um financiamento, ele perde a propriedade, porque ele não tem condições de pagar. Essa é a grande verdade!

Por favor, o próximo.

Nós falamos aqui em alguns preços, e eu coloquei aqui uma tabelinha que tem os preços de açúcar de mercado interno, o VHP, mercado externo, álcool anidro e álcool hidratado.

Uma tonelada de cana com 135 ATL, que é a quantidade de açúcar que ela tem, para etanol, vale R$50,35, agora, em outubro. Se eu entregar essa cana em uma destilaria, é isso que eu recebo. Em uma usina que faz mercado interno, são 67. Em uma usina que exporta, são 76. Mas o meu custo é 74. Não importa se a minha cana é etanol, se é açúcar ou se é mercado externo. Quando vemos algumas indústrias investindo em produzir açúcar, é porque essa é a única solução

que ela tem para continuar viável. E, nós, fornecedores de cana, recebemos com base nos preços do açúcar e do etanol no mercado interno e no mercado externo. O nosso preço depende desses custos, e o etanol é o grande vilão nas nossas costas. O fim da Cide para a gasolina foi a última punhalada que recebemos, e uma punhalada que os deixa sem rumo. Será que é isso que o Brasil quer? Acabar com seus produtores independentes? Entregar as nossas usinas nas mãos de multinacionais, que têm dinheiro de outras atividades para continuar se mantendo? Ou será que temos que pensar nesses 60% que ainda detêm as indústrias, mantendo seus produtores trabalhando, produzindo, em condições de gerar riqueza?

Temos produzido 125 milhões de toneladas de cana, 27%! Será que não é hora de a gente ter uma meta? Quando é que vai subir a mistura? O que vai acontecer? Quanto preciso de álcool anidro, de álcool hidratado? Ter uma meta! Será que é tão complicado ter uma meta em um setor que tem trazido somente riquezas? O setor agrícola tem sustentado a balança comercial deste País. Será que esses agricultores não são os vilões, os destruidores do meio ambiente? Pelo contrário, temos feito acordos com a Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo, estamos buscando recuperar as nossas APPs, o que faz parte desse acordo. Estamos deixando de queimar, com um grande custo.

E, de vocês, senhores desta Casa, precisamos um olhar para o futuro. Dê-nos esse olhar para o futuro. Produzimos comida; não só combustíveis, produzimos comida. E é disto de que precisamos: um olhar de carinho para conosco.

Próximo.

Ai está meu *e-mail.* E esta é uma foto aérea da minha propriedade. Sou produtora rural, produzo 27 mil toneladas de cana nessa safra. A minha propriedade está preservada, as suas matas ciliares estão plantadas, desde 1991, a minha cana é certificada. Não somos destruidores do meio ambiente. Somos colaboradores e precisamos do olhar dos senhores.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka (Bloco/PMDB – MS) – Agradeço à Srª Maria Christina. Precisávamos tê-la mais vezes aqui para corrigir. Eu, particularmente, ando rouco de tanto falar as mesmas coisas.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, permita-me. Como a Srª Maria Christina Pacheco falou de aspectos tão relevantes, agradeço até porque temos conversado aqui, na nossa Comissão, inclusive quando falamos da questão relativa ao Cade e à citricultura, sobre a Consecitrus, que leva em consideração a experiência do Consecana. Eu agradeceria se houvesse, nem que fosse breve, uma opinião sobre como tem funcionado o Consecana na área da cana-de-açúcar.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka (Bloco/PMDB – MS) – Senador, vamos ouvir os outros convidados. Depois, V. Exª faz a solicitação.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Fica, então, registrada essa minha pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Com prazer.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Mas vou ter de me ausentar em instantes, por causa da reunião da CRE, onde sou titular. É necessário eu voltar lá. Então, desculpem-me!

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – O Senador Eduardo Suplicy vai lá e volta.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Entendo, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Eu entendo V. Exª, mas a Presidência vai continuar...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Nós vamos aguardar o senhor aqui até meio-dia e meia. Está bom? O debate vai longe.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Com a palavra, na sequência, o Sr. Ricardo de Gusmão Dornelles, Diretor do Departamento de Combustíveis Renováveis do Ministério de Minas e Energia.

O SR. RICARDO DE GUSMÃO DORNELLES – Bom dia!

Sr. Senador Waldemir Moka, o pessoal do Ministério vem a esta Comissão com muita felicidade.

Não fiz nenhuma combinação com o Pádua a exemplo de outros colegas do setor privado, mas queria dizer que vou me aproveitar muito do que ele falou, porque o diagnóstico apresentado pelo setor privado até agora é extremamente parecido com o diagnóstico que o Governo faz. Então, na questão do diagnóstico, não vejo grande diferença naquilo que foi dito até agora, e isso vai facilitar algumas coisas que vou comentar.

Não tenho total concordância com tudo o que foi falado pelo setor privado. Existem algumas colocações que o Governo entende como diferentes, e é natural que seja assim, porque as divergências de ideias e de opiniões é que fortalecem o debate e a busca por soluções mais inteligentes.

Pode passar ao próximo *slide*, por favor.

Fala-se e muito se falou da falta de planejamento, da falta de clareza, da falta de linha. O Governo vem fazendo, a cada ano, o Plano Decenal de Energia, olhando os 10 anos seguintes. Não é um Plano

obrigatório, é um Plano indicativo, que mostra, dentro do cenário que o Governo está avaliando, o que ele entende ser possível e viável de acontecer.

Nesse horizonte do último estudo que está em consulta pública... Aliás, esses estudos são elaborados pelo Governo. O Ministério de Minas e Energia publica isso, e quem executa os estudos é a Empresa de Pesquisa Energética, uma empresa vinculada ao Ministério. Esses estudos são colocados em consulta pública, de tal forma que toda a sociedade possa se manifestar. Depois da consulta pública, eles são alterados e corrigidos naquilo que for pertinente, para posterior publicação.

Então, esse é o cenário de 2012 a 2021, em que a gente vê um crescimento dos produtos derivados de cana: sua participação passa de 16% para 21%. Ali estão outras fontes. E o crescimento do total de renovável na matriz é de 43% para 45%, o que parece pouco, mas temos de lembrar que o Brasil é um País em desenvolvimento, que a demanda energética do País cresce muito mais do que a média mundial e que, portanto, só manter essa participação de energias renováveis significa basicamente, nesse horizonte de 10 anos, quase dobrar a oferta de energia. Então, se estamos aumentando a previsão de participação, temos de quase triplicar a oferta de energia dos derivados de cana. Essa é a visão do planejamento de médio prazo.

Pode passar ao próximo *slide*, por favor!

Na matriz de combustíveis, há essa *pizza* bastante conhecida. No Brasil, nós temos uma matriz de combustíveis veiculares altamente diversificada. Não se encontra isso ao redor do mundo, em nenhum país, em nenhuma localidade. O gráfico embaixo mostra o histórico de como isso tem acontecido. As duas cores embaixo representam o etanol anidro e o etanol hidratado. A gente observa o afunilamento da cor verde ali, que representa a perda de competitividade do álcool hidratado nos últimos anos.

Enfim, o que eu queria mostrar é que já temos uma matriz extremamente diversificada. Se nós olharmos os Estados Unidos, que têm sido citados comumente como exemplo a ser seguido, eles não possuem uma matriz diversificada como a nossa. Portanto, o que eles estão fazendo lá para colocar etanol na sua matriz, para diversificar a matriz energética americana, para diminuir a dependência de petróleo, nós já fazemos aqui há algum tempo, três décadas pelo menos.

Próxima, por favor.

No mundo, o biocombustível representa só 3%. E nós, biocombustíveis líquidos, 23%. Então, repito: a meta para a diversificação de matriz não somos nós que temos que liderar. Quem tem que liderar são aqueles países que até hoje não conseguiram criar um mecanismo capaz de diminuir a sua dependência de combustíveis fósseis.

Próxima, por favor.

Do ponto de vista de meio ambiente, que talvez não seja o principal fator que estimula os Estados Unidos a terem metas, mas certamente é o fator que mais estimula a Comissão Europeia a estabelecer diretrizes europeias para a diversificação de fontes de energia, está neste gráfico. O tamanho das bolinhas é a intensidade energética de cada país. Quanto mais alto, mais renovável é a matriz energética daquele país. Nós estamos lá em cima e aquela é a nossa bolinha. Nós somos a sexta, a sétima economia mundial. O que mostra que, do ponto de vista ambiental, já temos, no mercado de energia, um superávit muito grande, comparados àqueles que estão estabelecendo metas para ter uma matriz de energia mais renovável. Nosso compromisso assumido em Copenhague é um compromisso global. O setor energético brasileiro é um setor que contribui muito menos com as emissões do que outras atividades econômicas, porque temos características muito específicas que nos permitem ter uma geração de energia elétrica de base hidráulica muito forte; e nós temos a cana, que responde à segunda fonte de energia primária do País. Então, nós já temos um patamar em que as metas não têm o mesmo peso relativo que têm para esses outros países, essas outras comunidades, que vêm sendo sistematicamente colocadas como exemplo a ser seguido pelo Brasil. Pelo contrário, nós somos exemplo. A meta que países mais desenvolvidos e menos desenvolvidos devem alcançar nós alcançamos há muito tempo.

Próximo, por favor.

Fala-se muito também em marco regulatório estável. Nós fizemos, desde a desregulamentação do setor de combustíveis... À época do Pró-Álcool, era uma economia fechada, o Estado intervinha em tudo, decidia quanto vender, quanto produzir, para quem produzir, a quem vender, a que preço, havia cota, todo mês vinha todo o setor aqui para Brasília, para duas reuniões infindáveis, definir quanto cada um ia vender, para quem ia vender. Era um inferno, mas éramos felizes. Depois vimos que a felicidade era diferente, quando saiu daquele sistema de cota maluco que era implementado. Mas, desde a desregulamentação do setor, o setor agrícola especial do álcool efetivamente ficou muito desregulamentado. Para o setor de combustíveis, continuou regulamentado. A regulamentação não mudou drasticamente ao longo desse período. A política *stop and go*, que o Luiz Custódio citou e que muitos analistas, alguns analistas específicos, têm publicado com alguma frequência, não acho que seja uma verdade absoluta. Quando o Governo criou

o Pró-Álcool, ele estabeleceu uma série de medidas. A primeira, que os postos tinham que vender álcool. Essa medida caiu, mas todos os postos do Brasil têm uma bomba de álcool, e só 8% dos postos de fronteira não têm uma bomba de álcool. O Governo decidiu que o preço do álcool na bomba seria inferior ao preço da gasolina, à razão de 25% à época, e para isso concedeu subsídios. Ao longo de mais de 30 anos, o Governo forneceu subsídios para que essa política fosse estabelecida.

Nessa mesma linha, o Governo estabeleceu uma política tributária em que a carga tributária sobre o combustível fóssil era maior do que a carga tributária sobre combustível renovável, e essa política permanece até hoje.

Então, a grande mudança que houve no marco regulatório depois da desregulamentação de 1999/2000 foi que o biocombustível, na etapa de produção, passou a ser regulado também como são regulados os combustíveis. Ele passou a ser encarado, do ponto de vista do marco regulatório, como agente do mercado de energia, do mercado de combustíveis. Isso foi com a medida provisória que foi convertida na Lei nº 12.490, salvo engano, em que o setor produtivo de etanol e apenas a etapa industrial, e não a etapa agrícola, passaram a ser regulados pela Agência Nacional do Petróleo.

Pode passar, por favor.

Aqui é o histórico de preço. De fato, estamos vivendo um crescimento da demanda de energia muito descolada do PIB. Especificamente no caso do etanol, graças ao efeito renda, a migração das classes menos favorecidas para as classes mais favorecidas, com aumento de renda, fez com que a população adquirisse mais veículos. E quem compra carro não é para deixar na garagem. Ele quer rodar com o carro. Por isso estamos tendo crescimento de consumo de combustíveis muito acima do PIB.

Próximo, por favor.

Como eu disse, o planejamento do Governo é este. Esperamos um mercado de 60 bilhões de litros de etanol para 2011. Certamente isso não é estalar o dedo e baixar uma caneta para que isso chegue lá. Existem comprometimentos econômicos, macroeconômicos, sociais, ambientais para que isso seja alcançado.

Pode seguir, por favor.

Toda essa produção, o mercado interno é o principal *driver*. O mercado externo é uma alternativa interessante, mas é uma alternativa marginal. O Brasil, com a dimensão e com a economia que tem, deve olhar para o seu mercado interno como principal indutor de desenvolvimento do mercado.

Então, existe uma competição com matéria-prima de açúcar *versus* etanol. Isso foi abordado também pelo Padua. É natural que o setor privado tenha que buscar as alternativas que mais lhe deem renda. O Governo acredita piamente que o setor privado vá fazer isso, porque, se não fizer isso, ele não estará cumprindo com o papel do setor privado, que é gerar riqueza, gerar lucro.

Essa dicotomia, no caso do combustível renovável, a visão de quem está no mercado de energia tem que ser a de quem está no mercado de energia. Não é um mercado meramente com mote agrícola, em que eu posso de deixar de produzir ou reduzir a produção em um momento, e isso estará resolvido por uma mudança de consumo, de outra matéria-prima. Uma vez que se está no mercado de energia, são 365 dias por ano, 24 horas por dia e uma política do Governo brasileiro de oferta de energia a custos razoáveis para a sociedade. Um custo em que a sociedade possa efetivamente pagar, e esse custo de energia há de ser um custo justo, exequível, para que o País possa crescer, porque, com energia cara, nenhum país, nenhuma economia se desenvolve, se tiver custos energéticos caros.

Há um novo mercado aparecendo, que é o mercado alcoquímico. Diga-se de passagem, ele existiu no passado, também à guisa de subsídios. A alcoquímica teve subsídios durante um par de décadas. E o mercado de exportação. Hoje, nós estamos disputando esse mercado com os Estados Unidos.

O fato de os Estados Unidos terem ultrapassado o Brasil em volume de produção não é vantagem nenhuma. A economia dos Estados Unidos é algumas vezes maior que a nossa economia. Eles aumentaram e estão produzindo duas vezes e meia mais do que nós produzimos, mas não estão fazendo acho que nem sete lá nos Estados Unidos. Estamos com muito mais aqui.

O problema é que os Estados Unidos estão ganhando o mercado de exportação brasileiro. Então, vão acabar exportando mais etanol do que o Brasil e vão fazer isso porque estão competindo em preço, em custo, com o nosso etanol, para tornar isso viável.

Quando importamos etanol aqui no Brasil, as empresas que importaram fizeram o compromisso de importar para garantir abastecimento. A cada mês ou a cada quinzena, havia reunião no Ministério com grande parte do setor aqui presente, e todos esses números eram colocados. Houve o compromisso de importação e, efetivamente, a importação aconteceu; garantiu o suprimento do mercado duas safras atrás, mas aconteceu também porque havia uma janela econômica de importação. Quem importou não deixou de ganhar dinheiro quando importou. Houve uma janela positiva de importação. O custo do etanol nos Estados

Unidos sem subsídio conseguiu entrar no Brasil com o nosso custo aqui.

Portanto, como foi falado pelo Padua e pela Maria Christina – pode passar, por favor –, nós tivemos alguns problemas estruturais e muitos problemas conjunturais que fizeram com que a elevação do custo de produção no Brasil atingisse patamares altamente indesejáveis. Primeiro, pela crise financeira internacional de 2008, que sumiu com o crédito, pegou muitas empresas alavancadas. E essa dificuldade de crédito retratou..., está no baixo investimento de renovação de canavial, que jogou a produtividade lá para baixo.

Pode passar mais, por favor.

Nós tivemos eventos climáticos que também diminuíram a produtividade.

Pode passar.

E nós tivemos alguns aumentos de custo, como custo da terra, insumos, despesas trabalhistas, que também provocaram aumento de custo. E essa conjuntura de fatores levou basicamente a esse cenário que estamos vivendo hoje, de perda de competitividade do etanol, não só no mercado interno, como também no mercado externo.

Próximo, por favor.

Os custos elaborados pelo Pecege, da ESALQ, que é uma escola renomada de agricultura no Estado de São Paulo, da USP, apontam que o COT (Custo Operacional Total), sem incluir aí os custos de investimento e de remuneração de capital, apontam para patamares de custos da ordem de US$93,00 por barril de etanol.

Acho que aí reside, talvez, o maior problema que estamos enfrentando.

A solução passa por retomar os ganhos de produtividade, retomar a eficiência que esse setor apresentou ao longo da sua história, que saiu de um patamar de produção, quando foi criado o Pro-Álcool, da ordem de 3 mil litros por hectare, ou 2,8, 2,2 mil litros por hectare; para a média Brasil, 6 mil ou seis mil e pouco; São Paulo, 7 mil, e alguns locais com 7,5 mil, 8 mil litros por hectare.

O caminho que foi mostrado pelo Padua, que o CTC está desenvolvendo para se chegar àqueles 24 mil, certamente é um caminho vital para que esse setor recobre a importância que tem.

Pode passar, por favor.

Aqui, neste gráfico, mostro como tem sido a evolução dos custos, dos preços. O preço da gasolina...

Aqui, as barrinhas são o preço do etanol; aqui, o preço do petróleo; e, ali, o preço da gasolina na refinaria. Então, veja que, em alguns momentos, o preço da gasolina está acima do preço do álcool e, em alguns momentos, está abaixo.

E aqui, álcool anidro. Se for álcool hidratado, essa barrinha baixa mais um pouco. Estas áreas brancas aqui aumentam, e essas áreas verdes aqui acima, dando o preço da gasolina, diminuem.

Então, não é o preço da gasolina o único vilão da história, como tem se dito por várias vezes. Há um conjunto de fatores que estão levando a essa perda de competitividade. O preço da gasolina impede que o aumento de custos seja repassado para o preço final do produto, e alguns custos estruturais, como os aumentos dos custos trabalhistas e a momentânea perda de eficiência da implantação da renovação de canavial, certamente necessitam e necessitariam ser incorporados ao custo para refazer as margens.

Os custos conjunturais não podem ser tratados como custos estruturais. São necessárias medidas? São necessárias medidas para conter e compensar esses aumentos de custos estruturais. Várias delas estão sendo tomadas. Muitas foram solicitadas pelo setor, alguma coisa foi feita, outras ainda estão em avaliação e outras não serão feitas da forma como solicitadas.

Pode seguir, por favor.

Sobre os custos ainda, aqui é o preço da cana na esteira, desde 2008, no momento com 97%. Comparado com o IPCA, 29%; comparado com o petróleo, 44%; comparado com o custo de óleo de soja, 14%. Então, temos que nos debruçar fortemente na retomada da eficiência dos custos de produção. Sem isso, não vamos conseguir ganhar mercado, não vamos conseguir ganhar mercado internacional, vamos ter muita dificuldade de competir no mercado interno.

Pode seguir, por favor.

Da tributação, apesar da redução da Cide para zero, aqui é tributação federal. A tributação federal está transformada para uma eficiência de raios por 100 quilômetros, temos a tributação federal do etanol menor do que a tributação federal da gasolina. Aqui estão Cide, PIS/Cofins. Aqui, tenho que fazer uma observação. A Cide, por natureza, é um imposto regulatório, embora tenha trazido no passado uma arrecadação muito boa, precipuamente é um imposto regulatório, que deve ser usado e aplicado para ajustar as condições de mercado quando assim determinar. O PIS/Cofins é um imposto arrecadatório, é uma contribuição arrecadatória para a Previdência. A finalidade das duas contribuições é diversa: uma é regulatória e a outra é arrecadatória. No caso do etanol, a Cide é zero desde a sua criação. Então, o imposto regulatório aplicado ao etanol era 28% quando foi lançado na gasolina, depois abaixou para 26%, depois para 23% e foi abaixado para zero agora, com o intuito de regulação de mercado, de se evitar o aumento de preços à sociedade. O imposto

do etanol, que é só o PIS/Cofins, não é um imposto regulatório, portanto está inalterado até o momento.

Pode ser mexido? Pode. Essa é uma decisão que o Governo está avaliando. É fácil? Não é fácil. Entra toda a questão da eficiência fiscal do Governo, e a área econômica tem se desdobrado para atender os pleitos mais diversos que existem, mas dentro da coerência e da estabilidade monetária e fiscal do País.

Pode passar.

Aqui é a alíquota do ICMS dos Estados. Observamos que os Estados... Aqui é o preço das capitais dos Estados. Aqui é a carga tributária dos Estados produtores, normalmente menor do que a dos Estados não produtores. Por que isso? Porque a Cide e o PIS/Cofins são alíquotas em reais por metro cúbico, enquanto o ICMS é uma alíquota percentual. Portanto, quando aumenta o preço do combustível, aumenta a arrecadação do ICMS, porque é um percentual sobre o preço final de venda do produto. E o PIS, o Cofins e a Cide, que são os impostos federais, não são percentuais. Então, o aumento do preço do combustível não aumenta a carga tributária.

Da forma como está sendo feito, gradativamente, com o aumento de preços que tem sido verificado, não deixa de estar havendo uma desoneração, por parte da União, dos encargos sobre os combustíveis.

Próximo, por favor.

Aqui é a composição do total da tributação. De novo são esses Estados aqui – São Paulo, Paraná, Goiás, Bahia – que têm uma alíquota de ICMS menor, o que faz com que a carga tributária nesses Estados seja menor para o etanol e, nos demais Estados, para a gasolina.

Por favor, pode passar.

O que o Governo já fez? Parece que o Governo não tem feito muita coisa, pelo menos pelas falas e pelas notícias que se lêem. Primeiro, há um pacote de incentivo a investimentos na sustentação da produção, com taxas extremamente atrativas. O etanol está dentro do PSI do BNDES, com taxa de juro de 2,5% anuais, que nos parece ser bastante atrativa.

Não há tributos nesse capital. Não há IPI, o PIS/Cofins é recuperável, então já existe toda uma parte de desoneração de tributos, de bens de capital, que dá diretamente impacto nesse setor.

Ainda talvez seja possível pensar em um regime especial de PIS/Cofins para as unidades produtoras de etanol. Já existe para as unidades que têm cogeração de energia elétrica, mas ele não se estende à parte dos bens adquiridos para a produção de etanol. Essa é uma proposta que está colocada, mas está ainda em avaliação.

Os implementos agrícolas, tratores, caminhões, está tudo dentro do PSI, desonerado.

Foi feita uma linha de crédito para financiamento de estocagem. Está aqui. À época do lançamento, foi negociada com o setor. As bases lançadas à época foram discutidas e a sinalização era de que elas eram bastante atrativas, à época. Não houve uma tomada desse crédito do tamanho que se poderia, porque provavelmente os preços se mantiveram altos e não houve uma atratividade econômica para isso.

Mas, Luiz Custódio – já que você está cochichando aqui no meu ouvido –, a base da linha foi negociada com o setor privado. Nós chamamos o setor privado aos Ministérios, apresentamos quais eram os parâmetros da linha que estava sendo lançada, e então houve uma concordância com essa linha. Seis ou oito meses depois, na época da tomada, não se tomou todo o dinheiro, que está disponível lá para ser tomado.

A depreciação acelerada entrou no plano Brasil Maior; portanto, abrange o setor sucroalcooleiro – a depreciação acelerada dentro do Brasil Maior.

A linha de renovação de canaviais (Prorenova), uma linha que nunca existiu, pública, específica para a renovação de canavial, foi lançada no ano passado. Eu participei de uma discussão com o setor sobre a conveniência de se lançar essa linha, porque é a maneira mais fácil de aumentar a produção de cana no curto prazo. Então, essa linha foi lançada com R$4,5 bilhões disponíveis para a renovação de canavial. Parte dessa linha não foi tomada. Reclamou-se um pouco das condições do BNDES e me parece que as coisas caminharam, melhoraram; acertaram, tiraram algumas arestas. Agora, no princípio de dezembro, o BNDES está convocando vários atores para uma reunião para reavaliação do Prorenova, exatamente para facilitar a retomada do procedimento na safra que se inicia.

Quando houve a mudança da legislação e o etanol passou a ser regulado pela Agência Nacional de Petróleo, a ANP fez uma regulamentação – tentou-se fazer no passado, mas não era possível, porque um dos agentes contratados não era regulado pela Agência – que estabeleceu um mecanismo para estimular a contratação do etanol anidro para a safra. Era um pleito apresentado também pelo setor. Isso foi feito, não exatamente da forma como requerido, porque a regulação tem que atender a todos os segmentos que são envolvidos. A regulação não pode atender exclusivamente aos interesses de um segmento regulado.

Foi a primeira safra em que essa contratação aconteceu, essa safra que está terminando agora. Está se reavaliando melhoria nessa regulamentação para a próxima safra.

E a implementação de um mês de diálogo permanente, como já citei, para nos reunirmos com o setor privado mensalmente e, quinzenalmente, em períodos mais agudos, para termos uma avaliação das condições do setor, dos problemas, da garantia do abastecimento, dos compromissos de produção, dos compromissos de abastecimento.

Eu acho que esse diálogo, apesar de distribuidores de combustível e usinas conversarem e negociarem há mais de 30 anos, acho que foi uma oportunidade bastante interessante botá-los na mesma mesa para cada um falar um pouco dos seus problemas, das suas dificuldades, entender um pouco melhor o que foi feito.

Pode passar.

Por fim, uma consideração final: o efeito renda provocou uma demanda acelerada por combustíveis, o que é uma dor de cabeça boa, quer dizer que estamos crescendo. A perspectiva de aumento do etanol nos próximos dez anos é que talvez tenhamos que triplicar a produção e o Governo entende que essa é uma medida que deve ser buscada. Tanto assim que, no planejamento decenal, nós planejamos dessa forma. As tecnologias de segunda geração são importantes, porque vão aumentar a competitividade, aumentar a produtividade desse setor. Diga-se de passagem, foi lançado também o programa de sustentação e inovação do setor sucroalcooleiro, que está colocando recursos a fundo perdido, financiamentos de Finep, para projetos de inovação em segunda geração.

Eu não tenho de cabeça o número, mas é alguma coisa em torno de R$5 bilhões, se ao me falha a memória, que está nesse programa.

Nós tivemos uma significativa perda de competitividade por custo de produção – esse é o ponto principal que nós temos que atacar. A política de preços da gasolina não pode ser responsabilizada como a vilã, até porque, hoje, a defasagem de gasolina está da ordem de 20 centavos.

O setor apresentou aqui que precisa de 40 centavos para viver. Então, não é só o preço da gasolina que resolve esse problema. Esse problema se resolve por muitas outras medidas que precisam ser tomadas. E a clareza do entendimento da real situação do setor, para que a gente possa tomar as medidas conjunturais e estruturais no tamanho certo da necessidade.

Acho que é isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PDMB – MS) – Muito obrigado, Dr. Ricardo Dornelles.

De imediato, passo a palavra, como o último orador convidado, ao Sr. José Gerardo Fontelles, Secretário de Produção e Agroenergia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

O SR. JOSÉ GERARDO FONTELLES – Sr. Presidente da Comissão, Waldemir Moka, Srs. Senadores, demais participantes desta reunião.

Na realidade, dentro do contexto do Governo, nós somos responsáveis pela parte agrícola. O produto tem uma gama de destinos que tornam as relações bastante complexas, que a cana-de-açúcar – especificando um único produto – gera alimento, energia, combustíveis e, portanto, a interface dentro do Executivo tem que conduzir para um processo de convergência.

Qual é a nossa preocupação efetiva no contexto da produção? Primeiro, estabelecer um parâmetro no conceito de sustentabilidade para o geral. Ou seja, há um questionamento permanente de que não se pode em detrimento de alimentos, produzir energia e combustível. Então, o princípio que norteia a política agrícola, que é o tripé econômico, ambiental e social também vale para a área de combustível e bioenergia. Então, essa é a aplicação fundamental dentro do contexto da política agrícola. Esse é o fator que orienta a ação do Ministério da Agricultura na formulação da sua política agrícola, em equilíbrio com as destinações que serão geradas desses produtos.

Se consideramos o que se pretende dentro do contexto que se coloca na gestão total da relação do Poder Executivo com o setor e das necessidades da sociedade para isso, é preciso – e isso nós estamos fazendo – dar ao setor condição de ter disponíveis os meios para que ele possa induzir o crescimento dessa produção. Então, dentro desse contexto, o que fizemos? Vamos fazer um programa plurianual de produção de cana, tendo por princípio a recuperação do *status quo* existente em 2008, trabalhando basicamente dentro da linha de estabelecer a capacidade instalada existente, pois existe uma ociosidade.

Se nós considerarmos o que existir de demanda em 2008, o que estava previsto de instalação de usinas – e que parece que só uma foi instalada e mesmo assim operou –, essa era a preocupação.

Tem um programa plurianual que nós vamos fazer avaliação e tornar esses mecanismos permanentes de modo que o produtor possa disponibilizar esses mecanismos para alavancar as suas produções. Foi estabelecida essa meta e, fundamentalmente, independentemente da situação, é preciso verificar quais são as prioridades no sentido da pesquisa tecnológica, tanto para variedades de cana, como a organização principalmente dos fornecedores de cana – nós estamos fazendo um trabalho no Nordeste, que está sendo acompanhado pelo Alexandre – para tentar organizar esse setor. E fazer aquilo que o Governo é obrigado a ter como fundamento na área agrícola: ter os mecanismos permanentemente disponíveis e melhorar

a capacidade competitiva pela melhor adequação da produtividade no caso da cana-de-açúcar. E em cima desses instrumentos, haverá condição, trabalhando para aumentar a produtividade, para aumentar a competitividade do setor, estabelecer prioridades de variedades que devam ser pesquisadas, tanto na área de cana-de-açúcar, como na área de outras espécies vegetais para biodiesel.

Estamos estabelecendo esses fundamentos de modo a dar uma universalização de alternativa de espécies vegetais para biodiesel, porque hoje 86% de biodiesel são produzidos a partir do óleo de soja.

Estamos fazendo um trabalho extremo no sentido de proporcionar a esses produtores as condições mínimas de alavancagem da sua produção.

Outra coisa que fizemos em 2009: o mundo inteiro se volta contra o Brasil dizendo que estamos invadindo os biomas, que nós estamos plantando cana dentro da Amazônia e tal. Fizemos o zoneamento agroecológico da cana e da palma e temos condições... hoje nós ocupamos mais ou menos 8,5 milhões hectares com cana-de-açúcar. E o zoneamento agroecológico dá condição de aumentar isso em até 63 milhões de hectares sem comprometer a produção de alimentos. É nesse foco que nós estamos sempre trabalhando. E estamos fazendo questão de chegar onde vamos mostrar que o zoneamento não está afetando absolutamente nada no conceito de alimentos. Eu falei em óleo para produzir biodiesel, mas hoje basicamente nós não consumimos óleo de soja como alimento. E isso até ajuda um pouco porque gera farelo para a pecuária e dá condição de sobrevivência. Quando foi feito o zoneamento, houve uma exigência com relação aos biomas na Amazônia que existem em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, no Pantanal. O que nós estamos propondo? Já está negociado isso. Primeiro: irrigação plena, que não era permitida no Semiárido nordestino e isso nós estamos concordando. Estamos em convergência com o Ministério da Integração e esse documento já está circulando para que se possa permitir que os projetos que se desenvolvam no Semiárido possam ser plenos em irrigação.

A mesma coisa nós estamos fazendo para Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e na Amazônia, em que também não era permitido, de modo que onde já existia área devastada, onde se possa plantar cana, possam se instalar as usinas e isso permita que mantenha-se o nível de emprego, que é substancial na região nessas áreas; infelizmente, o zoneamento impediu isso, mas nós estamos restabelecendo isso e a coisa já está bastante evoluída nesses dois temas: para os biomas naquilo que foi devastado, onde já existe cana plantada; e no Semiárido nordestino. Atende, inclusive, um dos itens do requerimento que o Senador ou não sei quem foi que propôs.

Nós temos o zoneamento da palma. Houve um cuidado muito grande quando da elaboração do zoneamento, pois havia muita pressão e tal. Mas o que se verifica é que há condição de expansão, sem afetar o fato de produção nacional. Esse é o foco sobre o qual a agricultura está trabalhando. Primeiro: manter mecanismos permanentes de modo que, se o produtor resolver ampliar sua área, renovar canavial, como o Dornelles falou, vai estar sendo estudado no BNDES o mecanismo do Prorenova, de modo a que esteja disponível.

Nós temos conversado dentro do Governo no sentido de convergir os interesses em benefício da sociedade como um todo, quer sejam consumidores, quer sejam produtores. Esse é o fundamento que está norteando os trabalhos do Executivo na área da produção agrícola.

Era isso que eu queria informar para os senhores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Passo a palavra, como autor do requerimento, ao Senador Benedito de Lira. Em seguida, ao Senador Sérgio Souza, para que V. Exªs possam questionar e também a questão do encaminhamento. Vocês sabem que às vezes eu sou um crítico das audiências públicas porque eu acho que elas precisam existir, mas elas têm que terminar com um encaminhamento. Na maioria das vezes isso não ocorre e, como eu sou um tipo angustiado com isso, acho que a gente tem que discutir a coisa e, no final, tem que haver uma amarração disso para que haja continuidade. Se não a gente fica perdido.

Mas o assunto é importante. Acho que o Senador Benedito de Lira ao convocar a audiência pública, nós pudemos perceber aqui, sobretudo pela fala da Srª Maria Cristina, a dificuldade que há para o produtor de cana. Tudo bem, a indústria tem problema e tal, mas o produtor... E se não houver uma política e a gente não conseguir sinalizar que isso vai acontecer, que vai melhorar, o que nós vamos ter aqui, já, já é um desabastecimento, porque o produtor não vai continuar produzindo se ele tem um prejuízo de quase R$10,00, segundo colocou a Srª Christina.

Então, com a palavra, o Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, Senador Moka, meu caro colega Sérgio, queria cumprimentar os palestrantes na pessoa do companheiro do meu Estado Pedro Robério, no que diz respeito à iniciativa privada. Cumprimento os representantes do Governo na pessoa do Dr. Ricardo e do Dr. José Gerardo Fontelles.

Quando eu, em determinado momento, Presidente, conversava com o Senador Sérgio, considerando o Projeto 219, de 2010, do qual ele é relator, sobre o marco regulatório, nós discutíamos exatamente o caminho para que pudéssemos ter um encontro com o setor produtivo sucroalcooleiro do Brasil. O meu Estado, que eu vou tomar como referência, embora seja o penúltimo Estado da Federação, sempre foi ousado, tornou-se, por muito tempo, o segundo maior produtor de açúcar e de cana do Brasil, perdendo apenas para São Paulo. O tempo passou, foi despertado o interesse de outras regiões, começando por Minas Gerais, depois chegando ao Paraná e agora no Mato Grosso e em Mato Grosso do Sul.

Pois bem. No Estado de Alagoas, que, há algum tempo, tinha a sua base de sustentação econômica na cana-de-açúcar – era quem dava sustentação à economia do Estado e consequentemente à vida do Estado –, diversas unidades depois, com o tempo, foram se depreciando e fechando.

Eu ouvi, com muita atenção, o clamor, considero assim, Drª Maria Christina, porque isso nós temos ouvido também dos pequenos e médios produtores de cana do meu Estado, que praticamente estão em fase de extinção lá, porque, infelizmente... Eu achei interesse a posição do representante Dr. Ricardo Gusmão. Eu dizia para o Senador Sérgio que a coisa está boa. Acho que está havendo uma reclamação desprovida, porque o Governo está fazendo tudo e logicamente não sei como é que só agora eu me assustei quando o Antônio me falava que mais de 40 unidades industriais só na região de São Paulo fecharam. Dezenas de indústrias do setor estão na recuperação judicial. E o que é isso? É incapacidade? É incompetência dos que cuidam do setor ou é falta de política pública para o setor?

Falta de políticas que o Governo... Eu me lembro muito bem quando o Presidente Lula saiu – não ocupou o espaço, por exemplo, de embaixador – pelo mundo vendendo esta perspectiva: produção de etanol. Até dizíamos, naquela oportunidade, que aqui íamos virar o mundo do petróleo. A Opep... Teríamos que dar uma sigla para o etanol que nós íamos produzir, porque ninguém tinha mais capacidade de produção do que nós e com especialidade, com a faixa territorial que temos, capaz de produzir. E me assustou os dados que aqui vieram dos Estados Unidos, que produzem milho, não têm cana, que tiveram uma capacidade de produção extraordinária. Os Estados Unidos têm planejamento, planejam as coisas para elas acontecerem. O Brasil não planeja, não tem planejamento.

O setor sucroalcooleiro brasileiro tem tanta importância como qualquer outro setor industrial. Eu vejo, por exemplo, que frequentemente chega ao conhecimento do Congresso Nacional, e mais especificamente desta Casa, o Governo brasileiro, toda semana, aliás de dois em dois meses, renova os incentivos para preservar o emprego na indústria automobilística nacional e na indústria branca.

O setor sucroalcooleiro, no meu Estado, Dr. Ricardo, empregava mais de 200 mil pessoas; mais de 200 mil pessoas viviam do emprego da cana-de-açúcar. Hoje nós temos verdadeiros flagelos. A cidade de Maceió, por exemplo, que é a penúltima capital de República, é a quinta capital em residências faveladas. Por quê? Porque o homem do campo, o homem que vivia cortando cana lá na região da mata do meu Estado, migrou para os centros maiores, especialmente na capital, vivendo na favela, na miséria.

Eu conversava muito com o Pedro, um companheiro do meu Estado, em relação a essa preocupação que nós tínhamos com o setor. Eu não fazia a imagem do setor em São Paulo, considerando, Moka, a qualidade das terras, a melhor condição para o plantio da cana em relação ao Nordeste, por exemplo, onde se planta cana nas encostas, nos elevados e no tabuleiro, em terras de pouca qualidade. Realmente, os investimentos no setor, a meu ver, carecem muito de ação. Precisamos ter um projeto de Estado, e não de governo.

Mas eu lamento profundamente, meu querido Presidente Moka, dizer que não temos esse projeto nem de Estado nem de Governo. Algum tempo atrás, existia um subsídio para atender os pequenos produtores, subsídio esse que praticamente foi extinto, acabou, no governo do Presidente Lula, com aquela hipótese que não era para dar dinheiro a usineiro. Eu ouvi aqui o clamor da Maria Christina, que plantam, colhem, melhor dizendo, mais de 127 milhões de toneladas de cana. Será que essa parcela da população que produz, que gera emprego, que gera renda, que gera riqueza não merece nada?

O BNDES dá dinheiro para empréstimo – a senhora falou muito bem. Nós vivemos um clamor terrível com os pequenos produtores que estão perdendo as suas terras porque eu nunca ouvi dizer, só aqui no Brasil é que se faz agricultura, que se produz alimento com juros de mercado, e muitas vezes até juro maior do que de banco privado. Daí esse volume considerável de ações de execução. E a gente toda hora aqui pleiteia uma definição do Governo em relação aos pequenos produtores de feijão, de milho, de arroz, de batata, enfim, de produtos de primeira necessidade. Mas o Governo não tem como... Um dia desses, em uma reunião com o Ministro da Fazenda, praticamente disseram que o Governo está precisando de ajuda, porque ele contou uma história tão difícil, que não po-

dia fazer com que os pequenos produtores, que estavam com suas terras sendo executadas e perdendo 10, 15, 20 hectares de terra, muitas vezes, um oficial de justiça vai lá penhorar uma bicicleta, uma moto... Quer dizer, são essas coisas que a gente vê no setor primário do nosso País.

Diferente não tem sido no setor sucroalcooleiro, que era um setor pujante e hoje, na verdade, está em um processo de total declínio. Precisamos pedir a Deus para que, daqui mais uns anos, mais 40 indústrias em São Paulo ou em outros Estados... Agora mesmo, conversava com o Senador e perguntei-lhe sobre a situação no Paraná, que é um Estado pujante. Ele disse que quatro já fecharam. No meu Estado, já são mais de 20 fechadas, e muitas delas no caminho da recuperação judicial. Como acabou de dizer o Dr. Pedro, um grupo forte de Alagoas, que tinha mais de 50 anos, entrou em processo de recuperação judicial e recentemente foi decretada a sua falência. Cinco indústrias com mais de 40 mil empregados.

Então, eu pergunto: o setor está bom? O que é preciso ser feito? Como é que vamos...? Quais são os caminhos? O Governo que tem a responsabilidade de gerir o setor de energia, de energia alternativa, com o etanol, com o álcool, com o que for, infelizmente está passando por algumas dificuldades, dificuldades essas que precisam ser localizadas, definidas e encontrados os caminhos. "Ah, está tudo bem, está tudo ótimo!". Às vezes, dizem que o setor está querendo mais do que o que pode, que pede mais do que precisa. Não é por aí.

É como disse o Moka. Eu também, Moka, tenho sido muito reticente em relação às nossas audiências públicas. Nós fazemos as audiências públicas, aqui vêm as pessoas com a melhor boa vontade, fazem suas exposições, há interesse por parte de Senadores em relação às atividades produtivas do País, mas infelizmente as coisas não acontecem, não andam. Mas não andam por quê? Porque há uma série de entraves, uma série de entraves. E eu queria, nesta oportunidade, cumprimentar todos que aqui vieram.

Eu estava conversando aqui com o Senador Sérgio que é preciso – e ele está disposto a fazer isso, talvez até antes de encerrar o ano legislativo – fechar o relatório do marco regulatório do setor, para que a gente possa realmente ter uma política que atenda as necessidades do País. Eu imaginava, Moka, no momento em que surgiu o Pro-Álcool, o etanol, que nós iríamos ser exportadores, mas pelo caminho que estou vendo, vamos é importar. Aliás, já estamos importando não apenas a gasolina – e se dizia que éramos autossuficientes em petróleo –, mas, além de bilhões e bilhões de gasolina, também o etanol, quando se produz o etanol com o milho, com a beterraba. Nós temos essa vasta extensão territorial com capacidade de produzir bilhões de toneladas de cana-de-açúcar para produzir etanol com menos custo, mas o custo Brasil infelizmente é esse que vimos aqui.

Então, eu queria cumprimentar a senhora pela determinação e pela maneira como a senhora expôs, como se fosse um desabafo. É preciso, Dr. Ricardo, que o Ministério de Minas e Energia, que é o responsável por tudo isso, realmente, reveja os parâmetros de ação, para que a gente não possa, amanhã, ver o que está acontecendo: a cada dia, mais usinas fecham, a cada dia, mais empregados ou mais retirantes, com uma foice de cortar cana e o bornal nas costas, pelas estradas nas propriedades em direção às pequenas, às médias e às grandes cidades. Para quê? Para, amanhã, entrar no processo da marginalização, porque não tem como sobreviver nos grandes centros. Porque onde ele estava, infelizmente, não pôde continuar.

Quero dizer aqui aos senhores que vamos continuar lutando por isso. Vou continuar conversando com o Sérgio. Vou continuar conversando com o setor para que a gente possa cobrar do Governo ações efetivas que, na verdade, parem com essa – e vou dizer um termo bem... – desgraça que estamos vendo no setor sucroalcooleiro do País. Que seja dado um tratamento ao setor igual ao tratamento que é dado aos outros setores industriais. Se está sendo dado alguma coisa, que se dê mais, para manter o homem no campo, que é quem produz o alimento, e não podemos viver sem alimento. Nós, que vivemos na cidade, temos que depender de quem está lá no campo.

Queria agradecer e, inclusive, cumprimentar a todos por essas manifestações que fizeram aqui.

Confesso que, se for fazer formulação, é nunca terminar. Confesso: particularmente, não estou satisfeito com as ações que o Governo tem desenvolvido para atender o setor. Não estou! Ou, então, precisamos fazer uma reengenharia de tudo para ver onde está a incapacidade. Está em quem está quebrando ou fechando ou não tem ação do Governo para que as coisas aconteçam? Que evitemos que fechem as usinas, que quebrem, porque isso não é gasto, mas investimento. É o mesmo que dizer que não podemos investir muito em educação porque é gasto para o País. Não! Isso é investimento. É a mesma coisa. Manter o emprego na cidade é tão importante quanto manter o emprego na zona rural. É isso que estamos querendo que aconteça.

Meu querido Presidente Moka, V. Exª tem sido um dos guerreiros, um dos batalhadores nesse setor primário. Apesar da sua atividade, da sua profissão de médico, você é mais agrônomo, técnico agrícola, preocupado com a agricultura do que com a medicina. Se

estou falando inverdade, me corrijam, porque nunca vi você colocar tensiômetro no ouvido para atender aqui a ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Você vai me deixar mal com os meus colegas médicos do Mato Grosso do Sul.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Mas eu o vejo toda hora agarrado com a picareta, com a pá, com a estrovenga, cuidando da agricultura do meu País, que é, na verdade, a fonte de desenvolvimento, de alimento, de renda e de bem-estar.

Se a agricultura estiver bem, a população brasileira vai bem; se ela vai mal, as coisas não estão acontecendo da forma como precisávamos.

Por isso, faço um apelo a V. Exª, como representante do Ministério de Minas e Energia, porque se eu disse que está tudo bom aqui, que não está faltando mais nada, faça mais! Porque isso que está aí não atende, não está atendendo exatamente as necessidades do setor para que ele possa sobreviver.

Queria cumprimentá-los mais uma vez e agradecê-los pela presença.

Vamos continuar conversando: Ministério da Agricultura, Ministério de Minas e Energia, setores produtivos, para que a gente possa encontrar um caminho para evitar uma catástrofe mais à frente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Obrigado, Senador Benedito de Lira.

Com a palavra o Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Sr. Presidente.

Cumprimentar todos os convidados que compareceram. Isso demonstra claramente que há um interesse muito grande em acharmos uma solução; cumprimentar também o Presidente da Alcopar, que é a entidade que representa o setor no Paraná, meu amigo Miguel Tranin, que está aqui com a gente, e fazer uma breve reflexão sobre a nossa audiência, até mesmo, Senador Moka, para que a gente passe a direcioná-la para uma finalidade de resultado.

Dois pontos muitos claros que vi aqui é que o Governo manifesta uma necessidade de aumento da produção, inclusive triplicá-la nos próximos 10 anos, e o setor demonstra que isso é possível de acontecer, em especial pelo etanol de terceira geração, porque praticamente dobraríamos a produtividade somente com esse mecanismo. No entanto, para que isso aconteça, tem de haver atratividade econômica. É assim. Estão fechando usinas. No meu Estado, havia nove cooperativas do setor sucroalcooleiro, mas hoje só existem três cooperativas, pessoas que plantam, cultivam a própria cana e a industrializam. Mas é econômico. A partir do momento em que não há mais interesse econômico, que outra atividade agrícola possa ser mais rentável, Drª Maria Christina, vão migrar.

A soja hoje tem uma rentabilidade muito maior do que a cana. É fato isso. A competitividade aí, até mesmo pelo ciclo rápido da soja, que passa a ser mais viável, então, estamos vendo, no Estado do Paraná, em muitas regiões, a soja avançando e a cana indo para regiões, avançando sobre as áreas de pastagens. Por um lado, é bom, porque está havendo recuperação, principalmente pelo Plano ABC, o Prorenova tem ajudado muito nisso, o Plano ABC também tem ajudado; e agora, mais recentemente, no entendimento da AGU com a Casa Civil e o BNDES foi reescrito o parecer que falava da possibilidade de utilização de parcerias agrícolas, arrendamento para o Prorenova, principalmente para as empresas estrangeiras que têm se instalado no Brasil nesses últimos anos e que não tinham acesso a esse programa. Acredito que vamos aumentar consideravelmente a utilização dos recursos do Prorenova para recuperação de canaviais.

Mas, então, o fato é este: há uma evidente... O Brasil está crescendo. Somos hoje um País em desenvolvimento e vamos ser desenvolvidos amanhã. Então, está cada vez mais próxima essa questão de sermos um País desenvolvido.

O Senador Benedito de Lira falou uma coisa bastante certa: há um crescimento por vontade própria de cada um. Não há uma organização, uma linha, um planejamento dizendo que queremos triplicar a produção de etanol no Brasil para um consumo próprio, para uma sustentabilidade da economia e para regular até mesmo o mercado, mas como vamos fazer isso em um planejamento de longo prazo que seja uma linha reta subindo, e não esses gráficos que vimos aqui nas explanações, porque isso é temeroso. Realmente, a questão é de mercado.

Como encaminhamento, vamos ter, na próxima semana, quarta-feira, às 14 horas, aqui nesta Comissão, mais uma audiência, essa mais específica, para instruir o PLS que trata do marco regulatório do setor dos biocombustíveis. Nesta Mesa, estarão, Dornelles, além da ANP, a Fazenda, a Casa Civil, que são convidados, novamente o setor sucroalcooleiro e também o setor do biodiesel. Essa é a nossa intenção.

Queria sugerir e deixar a todos que participam dessa audiência, eu sou o Relator desse marco regulatório dos biocombustíveis. Sabemos que muito – o Dornelles já conversou comigo sobre isso – daquilo que está ali já foi atendido por algumas medidas provisórias, mas precisamos agora dar uma reformulada e entender as necessidades do setor, as possibilidades de Governo, mas planejar o nosso futuro. Quan-

do falamos em marco regulatório, estamos pensando não em 10 anos, mas em 30, 40, 50, talvez um século. Acho que precisamos, de fato, fazer isso. Não podemos perder a oportunidade. O momento é oportuno. São nas dificuldades que nascem as esperanças e as soluções para resolvermos os problemas.

Então, na semana que vem, temos mais uma audiência pública para tratar exclusivamente do PLS, que é o marco regulatório do setor e, logo em seguida, pretendemos apresentar o relatório e, se der tempo, votá-lo ainda esse ano.

Espero as sugestões tanto do Governo quanto do setor para que possamos fazer um Projeto que atenda de forma isonômica a todos.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado!

Parabéns pela audiência pública, Senador Benedito!

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Vejo que há apenas considerações, não há nenhuma no sentido de que... Evidentemente, vamos ouvir aqui pelo menos as considerações finais.

Quero apenas sugerir, se o requerente, Benedito de Lira, e V. Exªs concordarem, transformar isso aqui em documento. A mim me parece que, a curto prazo, de imediato, o que pode acontecer é o aumento do percentual que chamamos de mistura. Vamos fazer um apelo, porque acho que essa é uma questão que sinaliza para o setor. Aumentar o percentual sinaliza, porque significa que vamos ter que aumentar a produção. Ora, quem vai plantar cana já teria esse mercado garantido. Vamos sinalizar para isso – e o Dr. Dornelles poderia nos ajudar nesse encaminhamento – como prioridade. Enquanto isso, continuaremos a discussão.

Há algumas coisas aqui, mas até me permitam dizer que, no meu Estado, no Centro-Oeste, talvez a crise não seja tão aguda assim. Os senhores me permitam dizer. Conversei com o Roberto Hollanda, que é o nosso... E ele coloca isso de forma um pouco diferente. Acha que tem dificuldades e que precisamos conversar, que precisamos continuar conversando. É claro que o Mato Grosso do Sul é a última expansão e as condições são completamente diferentes. Mas penso que colocar um percentual, aumentar o percentual da chamada mistura é um caminho, a curto prazo, é uma sinalização do que vai ser feito. A gente daria a essa audiência pública, Senador Benedito de Lira, alguma coisa prática. Entre outras coisas que vamos continuar discutindo, achamos que, de imediato, o Governo precisa tomar a decisão, definir o aumento desse percentual, porque isso sinalizaria positivamente para o setor sucroalcooleiro. É uma sugestão.

No mais, fico realmente muito preocupado ao ouvir o desabafo. Drª Márcia, a senhora não sabe o esforço que foi para discutir essa questão do Código Florestal. Quando a gente fala dessa questão, novamente o Ministério Público Federal diz: "Não, não". O Ministério Público Federal fica, sim, em cima, colocando ações e penalizando não o grande produtor, mas o pequeno, porque o grande produtor tem advogado. Esse tipo de coisa é importante que seja falado aqui para a gente... "Já veem esses ruralistas, e não sei o quê". Não é verdade isso!

Há um acordo com a Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, mas o Ministério Público Federal, porque a legislação é federal, vai lá e ajuíza ação contra os pequenos produtores, que, muitas vezes, não têm nem alternativa para se defender daquilo. São essas coisas que precisamos... Aí vem as exigências: tem que mecanizar, não pode queimar. A hora que coloca isso daí, o custo de produção vai lá em cima. São essas coisas práticas...

Longe de mim defender alguma coisa que não seja de preservação. Sou de um Estado que em o Pantanal, e nós nos orgulhamos disso, porque 70% do Pantanal são preservados. E há quem vai lá e ainda acha alguma coisa de errado. Criamos boi lá há mais de 200 anos, e é, de longe, uma das áreas mais preservadas do País. E quem preserva isso? É o produtor rural.

São essas coisas que fazem com que se diga que o Moka é muito mais produtor que médico. É que a economia do meu Estado, como o seu, depende disso. Quando a agricultura e a pecuária vão bem, o mercado vai bem, o comércio vai bem. Quando o comércio vai bem, vende mais e contrata mais, e isso que faz girar a espiral da economia. É assim que há geração de emprego e renda.

Quero, ao agradecer, embora ainda vá conceder a palavra para as considerações finais, dizer que vejo dessa forma, meu caro amigo, Senador Benedito de Lira. Se me permitirem, a Comissão vai encaminhar à área do Governo que a forma mais prática de imediato – não vai resolver, mas vai amenizar, vai sinalizar positivamente – é que o Governo evolua para essa posição, é claro, ouvindo os técnicos. Ninguém está defendendo isso.

Na sequência, passemos às considerações finais. Peço que sejam breves, para a gente possa encerrar esta audiência pública.

Com a palavra o Sr. Antonio de Padua Rodrigues.

O SR. ANTONIO DE PADUA RODRIGUES – Obrigado, Senador Moka.

Eu teria apenas uma colocação. O senhor acabou de fazer uma colocação importantíssima: há custos de produção que são administráveis. O setor consegue

escolher uma boa variedade, fazer uma boa dosagem de adubação, comprar uma máquina adequada, tudo isso sempre buscando eficiência, redução de custo e otimização. Mas há itens de custos que são indiretos e que você não consegue... Você deixar de comprar óleo *diesel* quando aumenta o preço, ele influencia no seu custo. Você não vai conseguir reduzir o consumo de óleo *diesel* para reduzir o custo. Você também deixar de dar aumento para o trabalhador. Você tem que cumprir as normas ambientais, porque a questão das multas, das penalidades... O senhor não imagina o tamanho do passivo ambiental do Estado de São Paulo por causa da queima da cana-de-açúcar, sempre uma queima autorizada e uma queima controlada. Com tudo isso, não há ganhos de produtividade que faça com que o setor se mantenha competitivo.

Então, em parte, o setor poderia ter um menor custo de produção? Poderia. Mas eu diria para você, Dornelles, que 70% do problema ocorrem pela política de Governo. Se 30%, um terço, do problema é do setor, eu reconheço do setor, sim, mas eu diria que dois terços são pela questão da política.

Coloca-se que a Cide era um imposto regulatório. Podia ser regulatório, podia ser arrecadatório, não me importa muito se ele é regulatório ou arrecadatório, o que me importa é que, quando a Petrobras vendia e incidia R$0,28 no preço, ele chegava para o consumidor um pouco mais caro, e a simples retirada da Cide significou uma perda de R$0,17 de competitividade no preço do etanol hidratado.

Reconheço que o Governo tem que se preocupar com a inflação. Se fez isso por um bem maior, foi muito bem feito, mas eu não poderia ter esquecido do produto concorrente do outro lado.

Só para finalizar, quando você coloca o planejamento de Governo, que sai de 21,9 para 61,6 bilhões de litros de etanol, tem, realmente, capacidade – o Senador Benedito falou exatamente isso –, é só uma questão de sinalizar para ver quem é que vai investir. Você fazer um planejamento indicativo, ele pode ser indicativo. Agora, tem lá 16 usinas, em 2016, não sei quantas usinas, em 2017... Não tem nenhuma, porque ninguém foi ainda comprar essa usina de bens de capital e, do momento em que ele decide investir, demora 4 anos para começar a produzir. Então, o planejamento é indicativo, mas você mesmo comentou que ele não vai ser cumprido.

O segundo ponto, eu diria aqui: se o Governo criar uma política pública que, dentro dos princípios, recupere a rentabilidade do setor, que preserve a rentabilidade do setor... O setor tem o compromisso de reduzir custo, de investir, está investindo em logística, e o setor tem a responsabilidade e o compromisso da contrapartida. Se o Governo quiser a contrapartida, se quiser criar uma política pública pela qual vão ter o benefício àqueles que investirem na produção, àqueles que se comprometerem com o etanol hidratado, para tirar essa fobia, essa coisa de ir para o açúcar na hora em que o açúcar vai melhor e ir para o etanol na hora em que o açúcar não vai bem... Não, vamos fazer um programa de que quem entra no etanol fica no etanol, para que ele tenha rentabilidade, para que mantenha o rendimento, porque, com certeza, ele não vai se decepcionar.

O setor está preparado para assumir um compromisso desde que isso seja transparente e haja uma previsibilidade. O setor não tem medo de assumir o compromisso de um mandato de produção de etanol para dar essa garantia para o Governo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Obrigado, Sr. Antonio.

Com a palavra o Sr. Pedro.

O SR. PEDRO ROBÉRIO DE MELO NOGUEIRA – Presidente Waldemir Moka, ao final, o encaminhamento que V. Exª sugeriu não poderia ter premiado mais o esforço desse encontro. Duas coisas ficaram bem... Eu diria até que houve dois encaminhamentos muito importantes: um é a proposta objetiva que o senhor pretende levar para a Comissão, que é da elevação imediata da mistura, um processo que já vem se arrastando há muito tempo; o segundo, é a fala do Senador Benedito de Lira, que, de forma muito resumida, atacou os pontos que estão sem resposta.

É bem verdade que os sete pontos que o Dr. Dornelles colocou como ações do Governo, em nenhum momento, em nenhum fórum, em nenhuma ocasião vão desconhecer que eles existem. Agora, eles perderam ou perdem o brilho na medida em que o tema principal, que é a competitividade, não foi encarada. Não adianta conceder linha de crédito para quem não pode pagar.

Então, acho que esse esforço pontual – essas ações ele até se esqueceu de outras também relevantes – mostra que o Governo não tem ficado inerte. Agora, estamos aqui impacientes exatamente com o distanciamento do foco da questão, que é a competitividade.

Foi dito aqui que é possível haver, de forma incontroversa, R$0,20 de perda de competitividade, ao invés dos R$0,40 que o setor vem dizendo. Então, vamos começar com os R$0,20 e chegar aos R$0,40, agora, não são R$0,40, podem ser R$0,20, mas também não dá nada. Então, alguma coisa, do ponto de vista econômico, para que o agente econômico, primeiro para os que vão entrar para expandir e para os que já estão.

Não quero que o Governo se esqueça de quem já está. Precisa expandir, precisa dá conta desse mercado.

Agora, quem está vivendo há 400 anos isso, também precisa continuar, e aqueles que não têm capacidade de expansão ou não precisam expandir pelas fronteiras dos seus Estados.

De forma que, em nenhum momento, o Governo está parado. Agora, precisamos, com bem disse o Senador Benedito de Lira, mais. Não é mais, porque somos gananciosos não; é mais porque o assunto requer mais e não mais a mesma coisa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Obrigado, Sr. Pedro Robério de Melo Nogueira.

Quero passar, agora, a palavra, na sequência, ao Sr. Luiz Custódio Cota Martins, Coordenador do Fórum Nacional Sucroenergético.

O SR. LUIZ CUSTÓDIO COTA MARTINS – Senador Moka, os que me antecederam já colocaram bem claro, mas queria deixar aqui para o Dornelles que não estamos contra as medidas colocadas. Só vimos que elas chegaram um pouco atrasadas, porque, sem dúvida alguma, o problema da estocagem evoluiu muito, mas se elas tivessem sido feitas lá atrás, haveria outra resposta. Como há atraso, às vezes, na hora em que chegávamos, já não havia condições de fazer estoque.

O Pró-Renova foi um dos melhores planos feitos ultimamente. Mas, infelizmente, hoje, não só por problemas de não pagar o financiamento, mas pela deterioração das empresas, muitas não têm certidões para obter o financiamento, muitas não podem ir ao banco buscar o financiamento, porque já chegaram a um ponto em que não têm mais as suas certidões.

Quer dizer, acho necessária uma definição. Já que há esse plano de triplicar, de chegar a R$60 bilhões, que sejam bem claras as metas a serem alcançadas e que se resolva o problema maior, no caso, da competitividade. Se não se resolver esse problema da competitividade, ninguém vai investir.

Então, não vai haver indústria nova, na medida em que é colocada no mercado hoje, 3,7 milhões de veículos novos no mercado. Quer dizer, foi lançada uma lei de incentivos à indústria automobilística, com vários incentivos, mas não se preocuparam com o problema do combustível, tanto que estão trazendo combustível de fora, e isso está agravando cada vez mais. Se continuar do mesmo jeito, não vamos ter logística de trazer essa gasolina de fora aqui para dentro.

Penso que, trabalhando com o Governo, já tivemos o exemplo da comissão tripartite, em que nós – Governo e distribuidoras – trabalhamos todos esses anos, acertando o problema do abastecimento, cada um dando a sua contribuição. Temos aí essa ligação que poderemos discutir mais, para chegar a uma revitalização do etanol.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradeço também ao Sr. Luiz Custódio.

Passo a palavra à Srª Maria Christina Pacheco.

A SRª MARIA CHRISTINA PACHECO – Como representante dos produtores de cana independentes, eu gostaria de dizer que hoje temos 27% da produção de cana na Região Centro-Sul e queremos continuar produzindo. Temos toda a intenção, o conhecimento, o *know-how* e as nossas propriedades, mas precisamos ter uma luz de que isso vai ser possível.

Não é possível, como Vice-Presidente da Orplana, dizer ao produtor ir lá e pegar um financiamento. Os nossos preços estão caindo. Mês a mês, os preços estão caindo. Não posso dizer, porque tenho certeza de que, nas condições em que estamos hoje, ele não paga. E a propriedade dele ficará para o banco.

Não podemos deixar isso acontecer. Sentimos que ele está arrendando terra, saindo, indo para a cidade, virando marginal. Não é isso que queremos para o nosso País.

Como produtora de cana, nós queremos condições, queremos uma luz, para poder dizer ao produtor que ele pode pegar um financiamento que ele vai poder pagar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradeço à Srª Maria Christina.

Passo a palavra ao Sr. Ricardo de Gusmão Dornelles, Diretor do Departamento de Combustíveis Renováveis do Ministério de Minas e Energia.

O SR. RICARDO DE GUSMÃO DORNELLES – Senador, o Governo não está satisfeito com tudo que já fez. Tanto é assim, que estamos permanentemente discutindo com o setor, e em reuniões internas de governo, tentando achar os melhores caminhos. Eles não são fáceis, porque envolvem um conjunto de fatores macroeconômicos, balança comercial, uma série de coisas.

Na área técnica, entendemos que o retorno do etanol, para esse patamar que estamos colocando no planejamento, é a melhor solução para o País. Agora, não conseguimos alinhavar todas as posições. Existem conversas em vários níveis. Quer dizer, o nível técnico tem-se reunido com alguma frequência; o setor tem conversado com ministros, com secretários; estes secretários têm-se reunido, têm discutido, tentando achar as soluções.

Certamente, muito do que foi feito atendeu parcialmente aos interesses do setor. Muita coisa tem de ser feita ainda, e não estamos deitados em berço

esplêndido, de forma alguma, sobre isso. Cada vez mais, precisamos encontrar um caminho racional de fazer com que esse setor volte a crescer. Não é bem assim, porque, na verdade, este setor, ao longo trinta e poucos anos, teve duas ou três safras que foram menores que as do ano anterior. O setor tem crescido. Nas últimas três safras, ele está crescendo. A cana moída está crescendo; 540, 580 e deve ir para 600 e pouco agora na safra que vem. Ele não está crescendo o que precisaria. É preciso achar o remédio que o estimule a crescer além daquilo que está crescendo. Ele teve uma safra em que houve redução, mas nas duas seguintes ele já cresceu e deve crescer 8% -–se não me falha a memória – na próxima safra.

Para alguns problemas, devem ser tomadas medidas locais. A exemplo do subsídio específico para o fornecedor de cana, acho que houve uma renovação, se não me engano, Gerardo, são políticas que foram implementadas para atender algumas necessidades locais regionais, para que certamente num País com a nossa dimensão pode estar na média bem, mas tem um com a cabeça no forno e outro com o pé na geladeira.

Então, precisamos ter, para os que estão com o pé na geladeira, medidas de suporte diferentes da média nacional.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – O senhor teria dificuldade de que pudéssemos, aqui, por unanimidade, dizer que uma alternativa correta seria esse aumento do percentual da mistura. Queria ouvir, pelo menos, alguma coisa que você pudesse nos dizer.

O SR. RICARDO DE GUSMÃO DORNELLES – Senador, na área técnica, essa discussão vem acontecendo com o setor e com a área técnica do Governo há algum tempo.

Na área técnica, já há uma sinalização positiva da adoção da medida, no sentido de partir para a próxima safra. Isso está em discussão na hierarquia superior e passa por uma resolução do Conselho Ministerial do Açúcar e do Álcool, que é presidido pelo Ministério da Agricultura, que já tem a consulta formal aos Ministérios. Então esse é um processo que está em fase avançada. Claro que, se o Senado Federal, se a Comissão de Agricultura do Senado, manifestar uma posição de que isso é relevante, certamente isso ajudará a tomada da decisão definitiva, muito embora – repito – ela já está em andamento.

A forma mais adequada seria a Comissão fazer um ofício ou ligar diretamente para os quatro Ministros – o da Agricultura, o da Fazenda, o de Minas e Energia e o da Indústria e do Comércio – que têm de assinar essa resolução.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Penso que essa seria a grande tarefa, Senador Benedito: produzir um documento em que pudéssemos encaminhar a esses quatro Ministros que formam esse conselho, no sentido de agilizar essa decisão, que me parece tecnicamente madura – pelo menos é o que percebo da fala do representante do Ministério de Minas e Energia –, mas, vamos ouvir a área econômica, o Ministro da Fazenda, o da Agricultura e o Ministro realmente da área que seria o de Minas e Energia.

Acho que seria o papel do Senado como resultado prático desta audiência pública, no sentido de fazer com que essa medida seja acelerada.

Para encerrar, ouço com prazer, o meu amigo José Gerardo Fontelles.

O SR. JOSÉ GERARDO FONTELLES – Bem, a nossa posição na agricultura é estar preparado, se vencidos os obstáculos aqui externados, possamos atender à demanda que surgir da área agrícola sem sobressaltos – isso foi isso que abordei na minha fala -, porque temos de estar preparados com instrumentos permanentes.

Resolvidos os impasses aqui externados, estaremos prontos para atender as demandas que surgirem no setor agrícola.

Coloco-me à disposição da Comissão no que for necessário e agradeço o convite.

Estou totalmente à disposição dos senhores e do setor.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradeço a presença de todos.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar a presente audiência pública.

Muito obrigado.

(Iniciada às 8 horas e 37 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 44 minutos.)

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ATA DA 29ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE NOVEMBRO DE 2012.

Às nove horas e trinta e um minutos do dia vinte e oito de novembro de dois mil e doze, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência dos Senhores Senadores Eduardo Braga e Sérgio Souza, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e Presidente Eventual, respectivamente, com a presença dos Senhores

Senadores Ângela Portela, Walter Pinheiro, João Capiberibe, Rodrigo Rollemberg, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, Alfredo Nascimento, Delcídio do Amaral, Paulo Paim, Ivo Cassol e Cícero Lucena, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Aníbal Diniz, Lobão Filho, Ciro Nogueira, José Agripino, Gim e Marco Antônio Costa. O Senhor Presidente, Senador Eduardo Braga, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao **Requerimento n.º 24 de 2012-CCT**, de autoria do Senhor Senador Valdir Raupp, que requer "....a realização de audiência pública para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 440, de 2011, que "autoriza o Poder Executivo a criar empresa pública para gestão do licenciamento de pesquisa nos biomas brasileiros, estabelece o monopólio das patentes originadas dessas pesquisas, e dá outras providências," com os seguintes convidados: – Representante do Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI – Sra. Adriana Diaféria – Diretora Executiva da Associação de Indústrias Farmacêuticas de Capital Nacional e Pesquisas. – Representante Confederação Nacional da Indústria – CNI – Sr. Roberto Brandão, Presidente do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético – CGEN – Representante do Ministério de Ciência e Tecnologia – MCT – Representante do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA". Comparecem à reunião os senhores Adriana Diaféria, Diretora Executiva do Grupo Farmabrasil; José Alberto Machado, Coordenador de Sociedade, Ambiente e Saúde do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA; Júlio César Castelo Branco Reis Moreira, Diretor de Patentes do Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI; Mercedes Maria da Cunha Bustamante, Diretora do Departamento de Políticas e Programas Temáticos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI; Roberto Cavalcanti, Secretário de Biodiversidade e Florestas (SBF) do Ministério do Meio Ambiente – MMA; Diana Jungmanm, Especialista de Desenvolvimento Industrial da Confederação Nacional da Indústria – CNI. Finda a exposição, o Presidente franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Usam da palavra os Senhores Senadores Sérgio Souza, Rodrigo Rollemberg e Valdir Raupp. Prosseguindo, o Senhor Senador Eduardo Braga, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as notas taquigráficas sejam anexadas a esta ata para devida publicação. Nada havendo mais a tratar, a Presidência encerra a reunião, às onze horas e cinquenta e dois minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática,** lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Eduardo Braga,** Presidente da Comissão de Ciência,Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Srªs e Srs Senadores, declaro aberta a 29ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os trabalhos desta reunião, proponho a dispensa da leitura e a consequente aprovação da ata da última reunião.

As Srªs e Srs Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Abrindo os trabalhos da Comissão, realizaremos agora audiência pública que irá instruir o Projeto de Lei do Senado nº 440, de 2011, de autoria do Exmº Sr. Senador Sérgio Souza, que autoriza o Poder Executivo a criar empresa pública para gestão do licenciamento pesquisa nos biomas brasileiros, estabelece monopólio das patentes originadas dessas pesquisas e dá outras providências.

Esta audiência pública decorre do Requerimento nº 24, de 2012, apresentado pelo Exmº Sr. Senador Valdir Raupp, Relator da matéria, que foi aprovado pela comissão.

Temos a honra de convidar os debatedores e representantes de entidades que comporão a Mesa.

Convido a Srª Adriana Diaféria, Diretora Executiva da Associação Grupo Farmabrasil, Indústria Farmacêutica de Capital Nacional e de Pesquisa; o Sr. José Alberto Machado, Coordenador de Sociedade, Ambiente e Saúde do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – meu conterrâneo amazonense, Professor José Alberto; o Sr. Júlio César Castelo Branco Reis Moreira, Diretor de Patentes do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI); a Srª Mercedes Maria da Cunha Bustamante, Diretora do Departamento de Políticas e Programas Temáticos da Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação; o Sr. Roberto Cavalcanti, Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente; e, por fim, a Srª Diana Jungmann, especialista em desenvolvimento industrial da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Sejam todos bem-vindos à Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado Federal.

Importante tema será debatido em seguida.

É primordial chamarmos a atenção para a iniciativa do nobre Senador Valdir Raupp ao trazer a este plenário a discussão sobre a proteção aos nossos biomas e a propriedade intelectual das pesquisas desenvolvidas no nosso País.

Mais uma vez os assuntos pesquisa e desenvolvimento são debatidos pela Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado Federal, sendo que agora com um enfoque mais preciso sobre a biotecnologia.

Estima-se que o Brasil detenha, aproximadamente, um quinto de todo o patrimônio genético mundial, com atualmente cerca de 200 mil registros e espécies de plantas, animais e microrganismos. Esses números poderão chegar a 1.800 mil espécies, no futuro.

Com todo esse patrimônio biológico é necessário criarmos as condições para que haja uma utilização sustentável desses recursos, assim como as regras para a sua adequação, exploração comercial.

Nesta mesma linha de abordagem é de suma importância destacamos que a estratégia nacional de ciência, tecnologia e inovação trata a biotecnologia como uma das fronteiras do conhecimento e traça como uma das suas metas estabelecer condições para que a indústria brasileira seja competitiva neste setor, com desenvolvimento de produtos, processos e serviços a partir do uso sustentável da biodiversidade brasileira e da integração de novas tecnologias.

Esse é um movimento global com a biotecnologia sendo um dos pilares da matriz de ciência, tecnologia e inovação e uma das tecnologias-chave deste século, e o Brasil também não pode perder espaço.

As próprias indústrias farmacêuticas nacionais já vêm empreendendo o seu movimento próprio, com a recente criação do grupo Farmabrasil, que, segundo anunciado, irá representar os interesses dessas empresas e fazer a ponte com o Governo, para transformar o Brasil em um importante pólo de inovação neste setor.

Não podemos deixar de citar, por fim, que ainda deverá ser objeto de discussão por esta Comissão todo o processo de patentes e condições para a preservação da propriedade intelectual no País, e por isso é oportuno termos aqui a presença do diretor de patentes do INPI.

De nada adiantará criarmos mecanismos de proteção se, por outro lado, não tivermos acesso a um eficiente e célere instrumento para o registro da propriedade intelectual.

Feita essa breve exposição inicial, e em continuidade aos trabalhos, passarei então a palavra aos nossos convidados, iniciando pela ilustríssima Srª Adriana Diaféria, que representa a associação grupo Farmabrasil e terá a palavra pelo prazo de 10 minutos, prorrogáveis cinco minutos.

Passo a palavra, então, a Srª Adriana.

A SRª ADRIANA DIAFÉRIA – Bom dia a todos, bom dia, Senador Eduardo Braga.

Agradecemos, em nome do grupo Farmabrasil, Senador Raupp, a oportunidade de participar desta audiência publica para a discussão do PL nº 440, de 2011.

Como foi apresentado pelo Senador, o grupo Farmabrasil é uma associação recentemente criada por um grupo de empresas farmacêuticas, de capital nacional, que tem trabalhado no sentido de estabelecer, vamos dizer, políticas espelho às ações que o Governo tem promovido de apoio ao fortalecimento da indústria brasileira.

Esse tema é um dos temas que tem sido pauta da nossa agenda, não só porque diz respeito, relativamente, ao impacto para o desenvolvimento do mercado de fitoterápicos, mas principalmente porque tem uma discussão bastante relevante, importante, que já vem sendo travada ao longo dos últimos doze anos, que é com relação à revisão da legislação de acesso à biodiversidade.

Portanto, o grupo Farmabrasil entende que esse tema tem uma importância bastante estratégica para o desenvolvimento da indústria nacional. Temos feito bastantes esforços no sentido de gerar uma contribuição para esse debate no Brasil, de forma que esse tema passe a se tornar uma pauta, vamos dizer assim, positiva, uma pauta que olhe para o sentido do desenvolvimento sustentável.

Então, a minha apresentação hoje... Ao final a gente vai fazer algumas considerações específicas com relação ao PL nº 440, mas a gente optou por fazer uma exposição que de certa forma considerada a composição da Mesa. A gente entendeu que valeria à pena ter um suporte um pouco mais, vamos dizer assim, uma visão um pouco mais histórica da interseção de diversas políticas que têm sido promovidas ao longo desses últimos doze anos, desde a vigência da Medida Provisória nº 2.186, para justamente contextualizar o ponto em que se insere essa discussão do PL nº 440. Essa percepção é relevante porque, como todos nós sabemos, a Medida Provisória nº 2.186, na época, no início de 2001, veio com contornos bastante complexos. Essa medida provisória trouxe uma série de conceitos. Na época havia uma percepção do que seria o acesso à biodiversidade. Ao longo desses últimos doze anos, houve um amadurecimento bastante relevante e importante da atuação da indústria e da academia na sua relação com o acesso à biodiversidade. Isso,

portanto, tem que estar diretamente relacionado com qualquer discussão que envolva essa temática.

Pretendemos aqui fazer uma apresentação no que diz respeito a algumas políticas de desenvolvimento, as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento da biotecnologia; à evolução do marco legal em torno da biodiversidade e biotecnologia; a alguns dados em termos de mercado de fitoterápicos, para situar o porquê da nossa participação e a posição acerca do PL nº 440.

Por que a opção de se trazer uma retrospectiva histórica da evolução política de desenvolvimento?

A gente sabe que o grande marco internacional que tornou realidade a discussão em torno do acesso à biodiversidade no Brasil foi a Conferência Rio-92, que, na sua concepção, instalou um novo paradigma nas relações relacionadas ao direito ambiental, que é o paradigma do desenvolvimento sustentável. Esse paradigma surge mais ou menos na década de 90. O Brasil, nessa época, em função da expansão e da globalização da economia, tinha uma opção de não ter uma orientação de política industrial para o estímulo ao desenvolvimento da economia brasileira, mas, basicamente, a partir de 2004 até agora, em 2012, o Brasil, o Governo Federal tem estimulado a adoção de políticas industriais com foco na inovação e no estímulo à competitividade para o fortalecimento da indústria brasileira como um todo.

Isso é muito relevante porque traz uma dinâmica diferente para a economia brasileira e reflexos muito importantes na definição de marcos regulatórios que têm impacto nesse desenvolvimento, a começar pela Pitce, que foi uma política extremamente importante porque traça setores estratégicos para o fortalecimento da economia do País. A área de fármacos e medicamentos é colocada como uma área prioritária. No ano de 2008, a política de desenvolvimento produtivo favorece e fortalece esse movimento da Pitce, mantendo a área do complexo industrial da saúde, nessa nova fase, como um programa específico do Ministério da Saúde, que, portanto, faz um esforço bastante significativo para o fortalecimento da indústria nacional brasileira. Mais recentemente, em 2011, o Plano Brasil Maior, tem por objetivo abraçar esse conjunto de estratégias e planejamentos para apoio ao desenvolvimento da indústria. Em 2012, a gente também tem aqui a estratégia nacional de ciência, tecnologia e inovação, que, na verdade, se comunica com essa discussão porque tudo isso gira em torno do fortalecimento da inovação no território nacional.

Então, essa mudança de percepção acerca da evolução do desenvolvimento econômico brasileiro, passando o Estado a adotar uma postura de orientação e definição de diretrizes para que a economia estabeleça áreas desenvolvidas em nosso País, é um fator bastante relevante do ponto de vista da definição da regulação e dos controles que vão ser estabelecidos para poder orientar esse desenvolvimento. Mais do que isso, a gente precisa ter, no nosso regulatório, no nosso ambiente regulatório, uma visão sistêmica que siga em sintonia com o desenvolvimento do País. Ao mesmo tempo, como falei antes, na década de 90, teve a expansão da globalização da economia e o Brasil também entrava numa nova fase constitucional. Em 1988, a gente inaugurou no território nacional uma nova Constituição Federal. Esse conjunto de elementos, ao longo do tempo, acaba refletindo de forma bastante relevante na importância de se ter um ambiente regulatório que seja estimulador e que se comunique com as políticas públicas que hoje são estabelecidas para favorecer o desenvolvimento de toda Nação brasileira, em suas diversas dimensões, seja social, seja econômica, em todos os aspectos.

Aqui deixo na apresentação, como forma de contribuição, os dados relativos a essas políticas, como elas se estruturaram e o foco de direcionamento e apoio para o desenvolvimento da inovação.

Agora, trazendo um pouco, para fazer o alinhamento dessas duas linhas, das políticas públicas voltadas para questão da biotecnologia e o desenvolvimento da biodiversidade no Brasil.

Do ano que foi instituída a Medida Provisória nº 2.186 para agora, nós tivemos um conjunto de outras medidas que estão diretamente relacionadas com essas políticas de desenvolvimento e que trazem uma nova percepção do que seja o acesso à biodiversidade para o Brasil. A gente percebe – e isso foi um processo de amadurecimento ao longo desses últimos anos – que, com a lei da inovação, que passa a estimular a cooperação da indústria com as empresas para o desenvolvimento da pesquisa com foco na inovação, a lei do bem, a lei da biossegurança, que permite o desenvolvimento das atividades de engenharia genética no território nacional, o Decreto nº 6.041, que institui uma política nacional de apoio à bioindústria no Brasil e, mais recentemente, com o Protocolo de Nagoya, que agora passa por tramites e, ao tudo que se espera, vai ser internalizado no País, tem um conjunto de medidas que acabaram sendo novos marcos de referência nesse ambiente da legislação de acesso à biodiversidade e que, portanto, nos revelam a necessidade de revisão do regime jurídico de acesso à biodiversidade.

A gente tem aqui a atuação do Segen, com uma estrutura bastante ampla de atuação. Ele tem feito uma série de esforços muito importantes para tentar implementar a 2.186, que, devido as suas, vamos dizer, subjetividades conceituais, acabou gerando uma gestão

complexa desse processo. Se tudo der certo, se tudo correr bem, a gente vai ter, se Deus quiser, em 2013, uma nova legislação para tratar desse tema, com um modelo de gestão mais eficiente e que permita de fato com que o Brasil dê um passo nesse tema no País.

Então aqui é um pouco o contexto das leis. Hoje as barreiras que têm sido enfrentadas são bastante complexas do ponto de vista da operação prática dessa legislação, mas, como eu disse antes, a gente tem uma expectativa da revisão desse marco regulatório.

A partir desse amplo espectro de questões que eu trouxe e devido ao meu pouco tempo, vou direto para explicar os pontos que nós consideramos com relação ao PL nº 440.

Entendemos que a iniciativa é louvável. Sempre é importante ter iniciativas no sentido de estimular, vamos dizer assim, corresponder à expectativa da sociedade de forma geral. Todas as iniciativas que chegam aqui são lideradas pelo Legislativo, como um todo, e refletem alguma vontade, algum desejo da sociedade, mas a gente sempre tem que fazer a leitura dessas propostas de uma forma sistêmica, de forma que o fato de você abrir a possibilidade de atender um conjunto de interesses não fira ou não lese outro conjunto de interesses. De certa forma, a depender de como é feito esse encaminhamento, a gente pode atender um conjunto maior e de forma harmônica e integrada. Então, a gente acha que, talvez, o foco desse PL poderia muito mais caminhar no sentido de servir como estímulo à renovação da legislação de acesso à biodiversidade, porque esse hoje é o marco regulatório mais importante, no nosso ponto de vista, que diz respeito à questão do estímulo à inovação e à possibilidade de, de fato, implementar o princípio do desenvolvimento sustentável no País, quer dizer, de criar novas formas de relação econômica a partir do uso sustentável da biodiversidade, a partir do uso justo e equitativo na sua relação com as comunidades tradicionais, com os provedores desses recursos, mas dentro de uma ótica que reflita a atual realidade do País. O nosso Brasil amadureceu, cresceu economicamente e tem, hoje, outro estágio de amadurecimento para essas questões. Então, a gente tem que trabalhar de forma que se estimule a continuidade desse processo, obviamente sempre com os pontos de controle devidos, sempre com as medidas para garantir a transparência, a correção das atividades, porém de forma integrada, harmônica, porque é muito difícil lidar com uma política que estimula o desenvolvimento e ter medidas que cerceiam esse desenvolvimento, em função do grau de complexidade dos temas.

Só para finalizar a minha fala, a gente levanta aqui alguns pontos que, da forma como estão propostos, podem ter algumas dificuldades no seu trâmite de aprovação, não só no que diz respeito à questão dos princípios, mas ao conflito de competência com outros órgãos da Administração Pública. Fundamentalmente, é importante se avaliar essa necessidade de qualquer iniciativa ter uma correspondência sistêmica para que a gente não tenha ações dispersas que dificultem o avanço da indústria brasileira.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Drª Adriana.

De imediato passamos a palavra ao Sr. José Alberto Machado, pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia.

O SR. JOSÉ ALBERTO MACHADO – Cumprimento todos, em particular ao Presidente que nos dirige; registro também saudação ao Senador Eduardo Braga, Senador pelo meu Estado; cumprimento os demais membros da Mesa, em particular à Drª Mercedes, que representa o Instituto do qual o Inpa participa. Agradecemos o convite para o Instituto. Quero de início dizer que o Instituto é administrado diretamente, é parte da estrutura de administração direta do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. E a Drª Mercedes, como representante do Ministério, certamente terá uma posição mais de Governo, mais do Ministério, para expor, na sua participação. A nossa participação enfocará a posição Inpa, que decerto não é diferente da posição do próprio MCTI.

A nossa apresentação fará uma rápida contextualização da atuação do Inpa, de forma muito rápida, para poder justificar a posição que ele tem sobre o projeto, sobre o PL em discussão aqui.

O Inpa é o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia; portanto, é o braço executivo das ações de pesquisa para toda a Amazônia. É a presença, portanto, da vontade nacional, da vontade federal, do Governo Federal para toda a Amazônia e ele dispõe, tem presença em todos esses locais. A sede dele é Manaus, mas ele tem núcleos que atuam com pesquisa e pesquisadores no Acre, Roraima, Rondônia e em toda a Amazônia. Agora, no Amapá, nós atuamos através de projetos, mas estamos iniciando os trâmites para instalar um núcleo físico efetivamente; temos também em Santarém.

Além da presença física, o Inpa atua em toda a Amazônia por meio de projetos, estações experimentais e reservas e diversas outras ações típicas da área de pesquisa. O seu foco de pesquisa está centrado em quatro grandes áreas, quatro coordenações científicas, que nós chamamos de focos institucionais; uma que cuida da biodiversidade, com 26 grupos de pesquisa; uma da dinâmica ambiental, que basicamente busca o

entendimento das interações do ecossistema na Amazônia; e tem 11 grupos de pesquisa; uma coordenação que busca entender as dinâmicas de interação da sociedade com o ambiente e a saúde; são 11 grupos de pesquisa; e uma que trata especificamente de tecnologia e inovação, utilizando o conhecimento básico produzido nessas três áreas para gerar tecnologias capazes de serem apropriadas pelo setor produtivo. É dessa forma que a instituição atua na área de pesquisa.

De forma muito rápida, nesse tempo de existência, o Inpa se constitui numa das mais importantes fontes de conhecimento sobre a Amazônia, senão a mais relevante que o Brasil tem. E aqui algumas expressões do que significam suas coleções científicas, com essas expressões de 350 mil amostras de insetos, 2 milhões de invertebrados de maneira geral; em torno de 1.100 espécies com mais 26 mil lotes catalogados de peixes; 17 mil de répteis e anfíbios; 740 exemplares tombados de aves; 5.300 exemplares de mamíferos; herbário; carpoteca, e uma quantidade grande de coleções microbiológicas de interesse quanto médico quanto de agricultura, que fazem parte do acervo científico do Inpa.

Ela atua através de um conjunto de laboratórios temáticos, que são laboratórios compartilhados. Não estamos aqui nos referindo a laboratórios específicos de grupos de pesquisa, mas a laboratórios que são usados pelos diversos grupos de pesquisa e também pela sociedade do entorno, por outras instituições de pesquisa, destacando de forma bem particular o Biotério, que hoje produz animais para teste na Amazônia, com um nível tecnológico extremamente significativo e que hoje fornece para as outras instituições que demandam esse material para experimentos. E obviamente mais de 50 laboratórios específicos de grupos de pesquisa. Também temos 12 estações experimentais, reservas flutuantes que estão estabelecidas ao longo dos diversos rios amazônicos. Elas gerenciam uma quantidade grande de projetos científicos, mas nós destacamos os que nós chamamos de grandes projetos, que são projetos que têm uma extensão nacional e internacional, com um volume grande de recursos e com bastante relevância para o avanço do conhecimento científico, não apenas mundial, mas, em particular, do Bioma Amazônico. Destaco também a presença dos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia. O Inpa sedia quatro deles, que são estratégias que o Governo brasileiro tem para adensar a pesquisa em ciência e tecnologia. O Inpa sedia quatro desses grandes institutos.

Na área de pós-graduação, o Inpa tem 9 programas de mestrados e doutorados nessas áreas aqui de Ecologia, Entomologia, Florestas Tropicais, Biologia Genética, Clima Ambiente, etc. E nesses 38 anos, desde quando tivemos o nosso primeiro programa de pós-graduação instituído, o Inpa já formou mais de 1.500 mestres e doutores, dos quais mais de 70% estão instalados na Amazônia ou na Panamazônia, nos países que têm Bioma Amazônia no meio, participando.

Pois bem, na área de produção, ultimamente o Inpa tem-se movido para a área de inovação tecnológica, numa busca de parceria com o setor produtivo. Para isso nós andamos fazendo uma revisão bem intensa do que produzimos. E aqui uma ideia das publicações. Nós estamos falando aqui de publicações em base de dados reconhecidas internacionalmente. Nós temos aqui a forma como o Inpa se insere na discussão sobre a Amazônia, no mundo e no Brasil. Aqui nós podemos ver que a maior parte do conhecimento científico produzido sobre a Amazônia não é produzido no Brasil, é produzido no mundo. Nós temos aqui o total de publicações que foram feitas no mundo, um total de 12 mil publicações, entre 2000 e 2009. Dessas, somente essa parte aqui foi produzida no Brasil, para nós verificarmos a grande distância... O mundo conhece mais a Amazônia do que o Brasil conhece. E do que é produzido no Brasil, apenas essa parte é produzida no Norte e, do que é produzido no Norte, apenas essa parte é produzida pelo Inpa. Então, o conhecimento, o domínio cognitivo da Amazônia não está no Brasil. E esse é um item que valeria a pena obviamente ser bastante debatido, sobretudo no nosso Congresso, porque ter domínio sobre a Amazônia, ter controle sobre a Amazônia não é mais uma questão de ter simplesmente Forças Armadas ou domínio das fronteiras, mas é, sobretudo, ter domínio do conhecimento. A questão de soberania é soberania cognitiva. E à medida que as instituições de ciência e tecnologia, na região, diminuem de porte ou se fragilizam, esse domínio passa a não ser nosso. E é silenciosa essa transferência de domínio. Essas aqui são, portanto, pesquisas que mostram claramente onde estão sendo produzidas e, nos institutos que estão dentro da região, como é o caso do Inpa, aquilo que é produzido sobre a região é uma absolutamente insignificante. Comparando com outras instituições nacionais, a USP produz mais, muito mais do que o Inpa, como nós vemos aqui pela distribuição dessas instituições, como atuam na Amazônia através das suas diversas produções.

Aqui a movimentação em termos de patentes. O Inpa se movimentou nos últimos... Em 2012, nós estamos com 18 patentes, representando em torno também de 16 produtos diferentes. Aqui uma mostra de como estão os pedidos de registro de patente. Até 2012, acumulado, nós temos 80 pedidos de patentes. Obviamente a demora de concessão é um problema também. Aqui uma outra lâmina mostrando os estágios

em que os nossos pedidos de patente estão. Ou seja, os estágios de licenciamento. Esse azul são as patentes em negociação com indústria, com empresa, com o setor produtivo. Aqui os diversos setores em que as patentes são produzidas pelo Inpa.

Bom, nós estamos chegando ao final. Esse é o penúltimo eslaide. Nós fizemos essa rápida apresentação para mostrar o seguinte: o Inpa faz tudo isso com esta situação funcional: ele dispõe de 192 pessoas de trabalho, que estão ativas, e, na pesquisa, algo entre 233 pesquisadores tecnologistas, e 277 técnicos e auxiliares. Mas, mas – e esse é o grande drama – nos próximos 2 anos, desse total que nós dispomos, 223 se aposentarão. Ou seja, dentro de 2 anos o Inpa estará com quase metade da sua mão de obra, dos seus recursos humanos, aposentados. No caso de pesquisadores, isso é mais dramático, porque, nos próximos 2 anos, sairão 70 pesquisadores, doutores, que são líderes de pesquisa e que você não forma de uma hora para outra, porque você não perde apenas a mão de obra, você perde liderança, acesso aos grandes periódicos, protagonismo junto a editais, perde líder de pesquisa que você não forma, que você não substitui fazendo uma contratação para colocar um novo doutor. A formação de um líder, depois que ele tira um doutorado, é de, no mínimo, 10 anos. E o que eu estou mostrando com isso? Que nós estamos prestes a perder o fundamento de uma instituição que tem sido a grande estratégia brasileira de manter certa soberania cognitiva sobre a região. Então, esse é um drama da instituição, porque ela não renova os seus pesquisadores, não contrata, não tem concurso para resolver isso e isso é um grande drama.

Portanto, esse é o último eslaide para dizer o seguinte: Biobras em si. Em primeiro lugar há uma estratégia nacional de ciência e tecnologia e inovação que orienta, de forma sistêmica, as ações de pesquisa, apresentada aqui pela companheira que nos antecedeu. Há um conjunto de leis e rumos que estão sendo organizados sistemicamente, na tentativa de dar robustez a esse movimento nacional em busca de liderança científica para o Brasil. Daí nós entendemos que a Biobras deveria talvez buscar uma inserção dentro dessa matriz de reflexões que o Ministério vem fazendo, a fim de se harmonizar com esse conjunto de leis e de marcos legais que estão sendo debatidos, tanto no Legislativo quanto no âmbito do próprio Executivo.

Um segundo aspecto diz respeito a um conjunto de instâncias sobre as quais as pesquisas já atuam, já têm que enfrentar. Nós temos hoje um conjunto de siglas que interagem com a pesquisa: o CG, Ibama, Anvisa, Mapa, Funai, Iphan, Comitês de Ética. Fazer pesquisa, na Amazônia, hoje, é um drama – para sermos enfáticos -, um drama dramático. Você é surpreendido, no meio da reunião, com mosquitos que são aprisionados, no aeroporto de Rio Branco, pelo Ibama, porque não se tem uma autorização de passagem, ainda que seja um grupo de pesquisa do Inpa para fazer isso. Se você vai para uma área indígena, aí fica muito pior ainda.

Então, nós, hoje, temos que enfrentar um verdadeiro *via crucis* para fazer pesquisas, sob pena de não termos os pesquisadores processados e o diretor do Inpa processo também por terem feito algo considerado ilegal à luz dessa miríade de referências legais que trazem problema para a pesquisa.

Na Amazônia, os institutos enfrentam desafios que são mais primitivos, àquilo a que eu me referi há pouco, recursos humanos, recursos financeiros, recursos infraestruturais, que comprometem o futuro. Quer dizer, sem eles, sem resolver essas questões básicas, não adianta termos Biobras, não adianta termos... Isso porque o básico não está sendo conseguido ser feito. Por isso, nesse contexto, a posição do Inpa é respeitar a posição do MCTI, que é a instituição à qual nós nos filiamos. O mais adequado é tentar fortalecer aquilo que já existe e dar sistematização ao conjunto de marcos legais que interferem na pesquisa de uma forma muito dramática.

Essas foram as nossas considerações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Muito obrigado ao Sr. José Alberto Machado pela sua explanação.

Passo agora a palavra ao nome mais comprido desta Mesa – Júlio César Castelo Branco Reis Moreira, pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial.

O SR. JÚLIO CÉSAR CASTELO BRANCO REIS MOREIRA – Bom dia a todos! Obrigado, Senador, pelo convite.

Em nome do Presidente Jorge Ávila, eu agradeço por estar aqui falando para os senhores e para colocar a posição do INPI com relação ao projeto que está agora em andamento aqui nesta Casa.

Dessa forma, eu vou ser bem objetivo. Eu não vou explicar o que vem a ser o INPI, não vou falar sobre o andamento do INPI. Vou diretamente às questões que mais no nosso trabalho. O INPI, hoje, sofre de problemas para decidir os seus pedidos de patentes, para conceder as patentes legitimamente aos seus inventores. E isso está associado, na área da biotecnologia, exatamente como o Dr. José Carlos falou, com uma regulação clara e precisa, com a sistematização do processo de liberação do pesquisador para fazer a sua pesquisa, de geração de conhecimento, de permitir a apropriação desse conhecimento, que se tenha

a repartição adequada do conhecimento adquirido e que a empresa possa continuar investimento em desenvolvimentos futuros.

Esse é o nosso objetivo, essa é a meta que nos direciona para que nós possamos, de forma adequada, garantir que aquelas empresas, sejam nacionais ou multinacionais, que queiram investir na nossa biodiversidade, tenham as condições apropriadas para fazer isso e tenham um marco regulatório claro e confiável, para que o dinheiro investido tenha uma chance de retorno e permita que essas empresas continuem a se desenvolver e gerar mais conhecimento para o País.

Dessa forma, quando eu li a proposta do projeto, a primeira frase que me chamou a atenção foi, no art. 3ª, "a Biobras terá por finalidade a gestão do licenciamento de pesquisa dos biomas brasileiros." Sem nenhum problema. Do jeito que está o marco regulatório, hoje, ele não funciona. Então, a criação de uma empresa para nos ajudar na gestão do licenciamento é mais do que adequada na nossa visão.

Só que aí vem a segunda frase: "o monopólio das patentes originário dessas pesquisas." E ai, ao ler esse final de frase, eu me arrepiei. O que é que vinha a ser exatamente... Eu tentei entender, na minha leitura, o que viria a ser o monopólio das patentes originárias das pesquisas.

Seguindo mais adiante, nós temos que "o monopólio de patentes a que se refere o *caput* se dará por um prazo de 10 anos, podendo ser renovado por igual período." E aí eu me pergunto: quem deterá o monopólio? Por que 10 anos? E de que forma isso se processará?

No inciso II, "administrar o monopólio de patentes originárias em pesquisas realizadas nos biomas referidos no inciso I." Administrar, qual o sentido de administração? O órgão encarregado no Brasil, hoje, para a concessão de patentes, para examinar os pedidos de patentes é o INPI .De que forma se processará a interferência da Biobras na administração desse monopólio e que pertencerá a quem? De que forma isso se dará? São questões que, a nossa ver, precisam ser muito bem esclarecidas para evitar, no caso que o nosso colega do Inpa falou e da nossa colega, a Adriana Diaféria, a superposição, o conflito de interesses e o conflito de atribuições.

A justificativa, no projeto de lei do Senado, fala que é necessário para se ter um maior controle e um maior benéfico econômico. Sem problema nenhum. Nós achamos isso também necessário. Nós queremos que realmente o investimento e a proteção da nossa biodiversidade reflitam no benefício do nosso povo.

"E ainda que tais pesquisas sejam realizadas por ONGs, organismos internacionais ou outros". Nesses "outros" nós podemos colocar as empresas nacionais também, porque são as empresas que fazem pesquisa de desenvolvimento nessa área.

"Desse modo, com a institucionalização de uma empresa pública para tratar das patentes delas originárias, o interesse nacional estará bem melhor protegido." Sinceramente, eu não consegui identificar de que forma isso passaria a ocorrer. Do jeito que eu vislumbro é que eu pretendo explicar aos senhores.

A justificativa ainda continua no outro parágrafo ainda dizendo que "por finalidade, a gestão do licenciamento e o monopólio das patentes originárias dessas pesquisas [de novo], por um prazo de 10 anos, podendo ser renovado por igual período". E aí a gente entra na Constituição Federal do Brasil, no seu art. 5º, Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, dos Direitos e Garantias Fundamentais. Nós temos lá:

XXIX – a lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização, bem como a proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico econômico do País.

Ou seja, claramente a nossa Constituição protege os autores de invenções por sua pesquisa, por sua capacidade de gerar tecnologia a partir das informações disponíveis, não só na biodiversidade como em qualquer outro campo tecnológico do País.

Com relação à Lei da Propriedade Intelectual nós temos que a lei regula os direitos e as obrigações relativos à propriedade industrial. Está lá claramente que a proteção dos direitos relativos à propriedade industrial se dá com a concessão de patentes de dimensão e modelos de utilidade, ou seja, nós estamos em uma etapa em que o pesquisador acessou a biodiversidade brasileira, gerou conhecimento, conseguiu chegar a um produto, possivelmente um produto ou processo tecnológico, que pode ser levado à indústria. Aí ele chega às portas do INPI e pede que seu pedido de patente seja analisado, para que sejam verificados os seus critérios de novidade, atividade inventiva e aplicação industrial. Sendo isso satisfeito, o direito de propriedade é concedido pelo Estado e, em contrapartida, a pessoa que inventou ou a empresa que é titulada àquele invento, tem a obrigação de revelar para a sociedade o que foi feito por um período de 20 anos, não extensível. Após 20 anos, a tecnologia cai em domínio público e qualquer um pode se apropriar daquela tecnologia e inovar em cima dela.

No art. 3º, nós temos que o disposto nessa lei se aplica também ao pedido de patente ou de registro proveniente do exterior e depositado no País. Aí, tem um outro probleminha sobre o qual vou falar para vocês

mais na frente. Tem a ver com o fato de que se criar a Biobras para ter o monopólio das patentes no Brasil – e isso significar algum tipo de apropriação desse conhecimento que não seja através de um sistema de contrato pré-acordado entre as partes, justo e acordado entre as partes de maneira antecipativa, antes da pesquisa – pode levar a uma situação de indefinição e de não-resolução dos processos de análise de patentes no Brasil, de não garantia dos direitos dos indivíduos com relação à pesquisa e o desenvolvimento tecnológico no País, de não garantia, aos inventores, de que o dinheiro investido em pesquisa e desenvolvimento terá a chance de ter retribuição adequada ao se ter um título de propriedade intelectual atribuído pelo esforço que foi feito nessa pesquisa, nesse desenvolvimento. De novo, a lei da propriedade industrial, das patentes e da titularidade fala que ao autor de invenção ou modelo de utilidade será assegurado o direito de obter a patente que lhe garanta a propriedade. Ou seja, quando o inventor vai ao campo para fazer pesquisa e desenvolvimento, ao realizar o seu invento, tem o direito de obter a patente no seu nome. É o que o Estado garante para quem quer fazer pesquisa e desenvolvimento no Brasil. De novo, ainda, sobre a concessão e a vigência, temos lá que a patente de invenção vigorará por um prazo de 20 anos e de patentes e de modelo de utilidade por 15 anos.

Da proteção dos direitos.

Ela confere ao titular o direito de impedir terceiro, sem o seu consentimento, de produzir, usar, colocar à venda, vender ou importar com esses propósitos. Ao titular da patente é assegurado, ainda, o direito de impedir que terceiros contribuam para que outros pratiquem os atos referidos nesse artigo. Ou seja, estamos falando no direito de propriedade intelectual e especificamente no direito de propriedade industrial e do inventor, que está estabelecido na nossa Constituição Federal, de ser apropriar do esforço do seu trabalho e de conseguir a proteção do Estado, em contrapartida de revelar a sua invenção para a sociedade. Como exemplo específico...Esses aqui são somente exemplos ilustrativos, não se referem, em nenhum momento, à apologia de qualquer empresa. Temos a Stracta, uma empresa genuinamente brasileira, que trabalha básica e essencialmente, com extração de produtos naturais da nossa flora e da nossa fauna. A Stracta cria bancos de dados. É uma empresa e, como toda empresa, tem por objetivo ganhar dinheiro, fazer dinheiro com as suas pesquisas, com o seu desenvolvimento. Ela trabalha, basicamente, hoje, com a Amazônia. Tem um foco voltado para os fármacos. Todos nós sabemos hoje que a principal área de atuação no mundo com relação a medicamentos está nos biofármacos. É onde hoje se consegue gerar inovação, se consegue gerar conhecimentos novos. A gente sabe muito bem, hoje, que a parte da farmoquímica está em sua limiar, em seu limite de esgotamento de pesquisas. Não se conseguem gerar mais moléculas novas. O custo para gerar moléculas novas é muito alto. Então, o caminho, invariavelmente, passa pela geração de biofármacos. O País tem um potencial imenso de se apropriar desse conhecimento e de regular de forma adequada o que está sendo gerado e capitalizar para os eu povo o investimento que vai ser feito, não só por empresas brasileiras, como multinacionais, para que consigam, efetivamente, melhorar a condição de vida do nosso povo. Ao fazer isso, ao falar que a empresa Biobras pode, de alguma forma, ter o monopólio dos pedidos de patente ou das patentes concedidas, a única coisa que me vem à cabeça – e posso estar errado, peço desculpas aos senhores – é a expropriação do direito do indivíduo, o que, na minha visão, é algo completamente inadequado. O que nós temos de fazer é garantir que aquele inventor tenha um acesso, o mais claro possível, ao conhecimento, à pesquisa e que seja, de forma adequada pelo Governo brasileiro, feita a repartição dos benefícios, preferencialmente antes do início da pesquisa para que seja, realmente, possível capitalizar para o País o esforço que está sendo feito no desenvolvimento da tecnologia.

Isso se aplica, por exemplo, no caso da biotecnologia. O INPI, de forma recorrente, tem participado da Bio Convention, por quatro anos consecutivos. Essa Bio Convention apresenta mais de mil e cem empresas de quarenta países diferentes no mundo. O País, ano após ano, o estande do Brasil, é procurado por empresas estrangeiras querendo fazer investimentos no Brasil na área de biotecnologia. São empresas que querem seguir o marco regulatório, que querem saber exatamente como o País analisa e define os direitos nessa área para poder investir dinheiro em nosso País, para poder conseguir fazer pesquisa em nosso País e ter um retorno do que está sendo feito. Um dos aspectos principais é: como está o marco regulatório em relação à propriedade industrial? Qual é a segurança jurídica que tenho para investir o meu dinheiro no País e conseguir, dessa forma, ter um retorno do investimento que vou fazer, trazendo benefícios para o Brasil? Queremos fazer isso e hoje, de acordo com a visão da Presidente Dilma, com o investimento que nós estamos fazendo em inovação, é desejável. As empresas estão buscando o Brasil para fazer pesquisa em desenvolvimento. O Brasil está se capacitando. Nossas universidades estão fazendo pesquisa em desenvolvimento; o INPA está fazendo pesquisa em desenvolvimento; a Embrapa está fazendo pesquisas

em desenvolvimento, com altíssima qualidade. A gente precisa dar segurança para esses atores de que os direitos de propriedade deles serão preservados e de que vão ter a retribuição justa pelo esforço feito em pesquisa de desenvolvimento nessas áreas de biotecnologia no Brasil.

Um outro caso. É o caso da Natura. A Natura investiu em um processo para preparar um extrato de Jambu, que é um produto natural, e depositou essa patente nos Estados Unidos. Vem, então, mais uma questão. Essa patente foi depositada originalmente no Brasil e ela vai ser depositada nos Estados Unidos. O que acontece? Se nós interferirmos com o direito da Natura aqui no Brasil, qual é a segurança que ela vai ter para a proteção desse direito nos Estados Unidos, no Japão, na Europa e de conseguirmos exportar tecnologia, de conseguirmos agregar valor àquilo que está sendo gerado em termos de pesquisa de desenvolvimento em nosso Pais? Precisamos ter muita clareza para esse tipo de situação para não entrarmos em uma rota que acaba inviabilizando a pesquisa e o investimento de recursos na biodiversidade em nosso País. É uma área prioritária do nosso Governo, é uma área prioritária nas quais temos o potencial de crescer e de desenvolver tecnologia.

Isso significa o seguinte, somente para vocês pensarem. Uma empresa que venha ao Brasil e peça autorização à Biobras para pesquisar desenvolvimento é obrigada a gerar patente? É obrigada a gerar patente no Brasil? E se ela fizer pesquisa em desenvolvimento, botar a pasta debaixo do braço, voltar para o país dela e disser: "Não gerei patente." O que é que a Biobras poderá fazer? Essa empresa chega ao país dela e deposita a patente lá. Pelos acordos internacionais, depositando a patente em seu país, tem trinta meses para depositar a patente no Brasil, a mesmíssima patente resultante daquele acesso que ela fez. Qual é a intervenção que o Governo brasileiro poderá ter para dizer que aquela patente não vai ser concedida no Brasil? Que direito nós temos de dizer que a patente não vai ser concedida no Brasil? Nós temos que ter, novamente, mecanismos claros e bem definidos de como regular isso, mas de uma forma inteligente para não inibir investimentos e garantir que os recursos fiquem conosco e que a gente consiga desenvolver o nosso País.

Há três perguntas que gostaria de fazer aos senhores, que queria deixar em aberto para a Comissão. Qual a segurança jurídica que existirá no Brasil para a realização de investimentos nessas áreas se nós investirmos por essa rota de deixar o monopólio das patentes com uma empresa que será criada? Qual será a contrapartida para as empresas nacionais e estrangeiras investirem em pesquisa e desenvolvimento no Brasil, uma vez que a patente pertencerá ao monopólio, à Biobras, por um prazo de dez anos e de mais vinte anos? Como isso impacta a Lei de Propriedade Intelectual, onde o direito de propriedade é garantido ao inventor por vinte anos? Por que uma empresa investiria recursos humanos e dinheiro se não há retorno do investimento?

Para finalizar, gostaria de citar uma frase do maestro Tom Jobim, atribuída a ele, na verdade. Ele fala o seguinte: "O dinheiro não é tudo. Não se esqueça, também, do ouro, dos diamantes, da platina e das propriedades." Obviamente, aqui, ela fala de outros tipos de propriedade, mas perfeitamente se encaixa na propriedade intelectual. Nós temos de garantir um ambiente de segurança jurídica muito claro, muito forte, para as empresas no Brasil, de tal forma que se sintam incentivas e motivadas a fazer pesquisas de desenvolvimento para, dessa forma, conseguirmos desenvolver sócio e economicamente o nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Dr. Júlio César.

Passo a palavra à representante do MCTI, Drª Mercedes Maria da Cunha Bustamante, pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

A SRª MERCEDES MARIA DA CUNHA BUSTAMANTE – Bom dia a todos, bom dia Senador.

O MCTI agradece à Comissão de Ciência e Tecnologia pela oportunidade de participar deste debate porque ele traz três temas que são extremamente centrais para a atuação do Ministério, que são: o uso sustentável e conservação da biodiversidade, o gerenciamento e licenciamento de pesquisas e a questão da inovação tecnológica. Então, acho que nós temos um projeto que, na verdade, traz três temas que são, realmente, extremamente relevantes e atuais.

Basicamente, como foi colocado aqui pelos colegas que me antecederam, o Projeto de Lei nº 440/2011 aborda a questão da criação de uma empresa pública para o licenciamento de pesquisas nos biomas, nos ecossistemas brasileiros, e o monopólio das patentes nos produtos e processos oriundos da biodiversidade.

Aqui é importante fazer um contexto daquilo que o Ministério tem trabalhado como um programa de inovação com base na biodiversidade. O Brasil é caracterizado com um País megadiverso, ou seja, ele detém um enorme capital natural, que está entre a maior biodiversidade do planeta, cerca de 13% da biodiversidade mundial conhecida, e esse enorme capital natural traz uma série de oportunidades de exploração racional sustentada, especialmente nas áreas de fármacos –

como já colocado aqui –, mas também nas áreas de alimentos, cosméticos, defensivos, etc.

É importante, então, pensar em como aproveitar essas oportunidades geradas por esse capital natural. E aí é preciso construir um modelo que integre produção, consumo e conservação, por meio da valoração dos bens e serviços que são provenientes desses recursos naturais. E o mecanismo é exatamente a geração do conhecimento e de tecnologias inovadoras. Então, a estratégia nacional de ciência, tecnologia e inovação para o período de 2012–2015 projeta quatro grandes linhas norteadoras e ações transversais em biodiversidade e ecossistemas. E três delas – são as três primeiras, marcadas em azul – são centrais novamente para essa discussão, que são: fomento à estrutura para inovação com base na biodiversidade; conhecimento, conservação e monitoramento da biodiversidade brasileira; e o manejo e valoração dos bens e serviços fornecidos a partir da biodiversidade e ecossistemas.

Então, nesse Programa Nacional de Inovação com base na biodiversidade, como é que nós podemos avançar rapidamente? Aí nós temos dois eixos principais. O primeiro deles é organizar, modelar e tornar disponível a informação sobre a biodiversidade e os ecossistemas brasileiros. É o que o Ministério tem feito na estruturação do Sistema de Informação sobre a Biodiversidade Brasileira (SIBBR), que foi lançado inclusive aqui no Congresso Nacional, mas também é preciso avançar na transformação dessa informação e desse conhecimento em inovação tecnológica e, posteriormente, inserir essa inovação no mercado. E aí o Ministério vem trabalhando com os *habitats* de inovação com base na biodiversidade.

Um aspecto importante é que, apesar de nós termos décadas de pesquisa com a indicação desse enorme potencial da biodiversidade, nós temos também muitas evidências que sugerem, como já apontado aqui, que há muitas moléculas ainda para conhecer, com potencial de aplicação muito rápido. Então, qualquer esforço que venha a ser feito para explorar com êxito a diversidade química – só para pegar um dos exemplos que foi colocado aqui – depende basicamente de uma boa compreensão da biodiversidade. Nesse sentido, o papel de um sistema de ciência, tecnologia e inovação é exatamente esse: a expansão, sistematização e organização do conhecimento sobre a biodiversidade, da flora, da fauna e dos micro-organismos.

Então, as três linhas, como já foi colocado aqui, passam pelo conhecimento, manejo e gestão, ou seja, isso não pode ser visto de forma dissociada, é uma abordagem sistêmica. Isso eleva a valoração, seja através do extrativismo, da bioprospecção ou dos processos que resultam em serviços ambientais, e é preciso também avaliar impactos regionais e globais, ou diferentes cenários sobre esses recursos naturais.

Nesse sentido, o Ministério tem trabalhado em consolidar redes e programas de pesquisa em todos os biomas brasileiros, então hoje nós temos várias redes na Amazônia, no cerrado, no Pantanal, caatinga, Mata Atlântica, induzimos em 2011 uma rede nos campos sulinos e trabalhamos também na zona costeira e também no programa Pro-Antar brasileiro. Além disso, o Ministério apoia, em conjunto com o CNPq, uma extensa rede de sítios, que é o Programa Ecológico de Longa Duração no Brasil, que nos permite, então, ter avaliações de longo prazo do funcionamento e da integridade dos ecossistemas brasileiros. Todo esse conjunto de atividades também está, como já colocado aqui, alicerçado em um marco regulatório, que aborda, primeiro, o licenciamento de pesquisas.

Os dois principais marcos regulatórios são a Instrução Normativa nº 154, do Ibama, que dispõe sobre as normas para coleta de material biológico, realização de pesquisas em unidades de conservação. Isso é importante. Hoje nós já temos um marco regulatório do gerenciamento, do licenciamento de pesquisas nos biomas brasileiros, então para qualquer alteração é preciso considerar esse cenário, e a Medida Provisória nº 2.186-16/2001, que estabelece o acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado, que é uma discussão que nós não podemos dissociar do que vem sendo colocado por esse Projeto de Lei.

Então, voltando à Instrução Normativa do Ibama, ela institui o Sistema de Autorização e Informação da Biodiversidade (Sisbio), e tem bastante claros na sua regulamentação quais são os tópicos a serem abordados no caso de licenciamento de pesquisas. Como já colocado aqui, há ainda um enorme espaço para o aprimoramento do atual sistema de pesquisas, tornando-o mais ágil, mais amigável para os pesquisadores, de forma que a gente realmente consiga superar algumas das dificuldades que foram colocadas aqui pelo colega do Inpa. Em todo caso, é importante construir sobre essa base de conhecimento e essa experiência que já foi acumulada ao longo desses anos de funcionamento do Sisbio.

Um outro aspecto que é importante dentro desse marco regulatório é o arcabouço para inovação. Não podemos esquecer que o Governo Federal vem trabalhando fortemente e utilizando incentivos fiscais para alertar o setor privado da importância de investimentos na busca pela inovação, e ao mesmo tempo ele vem tentando aproximar as universidades das empresas, para diminuir o pagamento de *royalties* e *commodities* no exterior. Então, esse é um outro aspecto central. Nós estamos aí há alguns anos exatamente trabalhando no

sentido de aproximar a universidade e a empresa, de levar o pesquisador para dentro da empresa e fazer com que as empresas brasileiras criem seus centros de pesquisa e desenvolvimento.

Alguns aspectos importantes nesse sentido, como já foi colocado aqui, são a criação da Lei da Inovação Tecnológica, de 2004, regulamentada em 2005, que estimula a criação desses ambientes especializados, de cooperativas de inovação, estimula a participação das instituições científicas e tecnológicas no processo de inovação, estimula a inovação em empresas, estimula o inventor independente, como já colocado aqui pelo representante do INPI, e estimula a criação de fundos de investimento para a inovação. É a primeira Lei brasileira que realmente trata do relacionamento, por exemplo, das universidades e instituições de pesquisa com as empresas. Então, já existe todo um caminho trilhado no sentido de aproximar a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação do setor empresarial brasileiro.

Gostaria de destacar também a Lei do Bem, também já mencionada rapidamente pela representante da Farmabrasil, que trata dos incentivos fiscais à inovação tecnológica. Acho que esse é um outro marco extremamente importante, é um marco legal para apoio à inovação, através do qual o Governo criou uma série de instrumentos diversificados com o objetivo exatamente de incentivar a implementação, por parte das empresas, de uma cultura interna de inovação tecnológica. Então a gente deve ter um certo cuidado para não emitir sinais contraditórios. Ao mesmo tempo em que temos todo um marco e um arcabouço para a inovação na empresa, e trazer o setor privado para que ele faça uma expansão do sistema de P&D no Brasil, dá-se sinais de que certas áreas vão passar por um monopólio de patentes.

E um outro aspecto importante, que está extremamente relacionado à conservação e ao uso da biodiversidade, é o desenvolvimento da área de biotecnologia no Brasil, que também tem um ambiente regulatório. É importante, porque esse ambiente regulatório influencia diretamente o direcionamento da pesquisa biotecnológica, os tipos de pesquisa que serão comercialmente viáveis. Então, isso é extremamente importante para a atração de capital para pesquisa e desenvolvimento, e os custos de P&D.

Então, só lembrando, a gente tem a questão da biossegurança de organismos geneticamente modificados, novamente a lei de acesso, e a Lei nº 9.279, que estabelece normas referentes à propriedade industrial, abrangendo os produtos e processos derivados da biodiversidade.

Um outro aspecto ao qual eu gostaria de chamar a atenção é que tramita também nesta Casa, no Senado Federal, o Projeto de Lei nº 2.644/2011, que objetiva definir as diretrizes da política brasileira de ecologia molecular, para o uso sustentável da biodiversidade da Mata Atlântica, Zona Costeira e Marítima, Amazônia e outros biomas nacionais. A proposição tem exatamente objetivos que, de certa forma, parecem divergentes do que são colocados pelo processo aqui em discussão, que é incentivar a exploração econômica da biodiversidade dos biomas

brasileiros, promover a instalação de indústrias na área de biotecnologia, fomentar a pesquisa e capacitação tecnológica na área de biotecnologia e promover a inserção das comunidades tradicionais no processo produtivo da bioprospecção.

Isso é só para mostrar um panorama que precisa realmente ser estudado e harmonizado, a fim de que nós não tenhamos um marco legal extremamente confuso, que, na verdade, vai reprimir o investimento em ciência, tecnologia e inovação para uso sustentável da biodiversidade.

No panorama internacional, é relevante também destacar que, desde a década de 90, nós temos duas tendências muito importantes no desenvolvimento da proteção da propriedade intelectual internacionalmente.

Então, é importante discutir esses processos no Brasil, como já foi destacado pelo representante do INPI, também na esfera internacional, porque isso tem rebatimentos extremamente importantes.

Temos acordos da Organização Mundial do Comércio que consagram os princípios orientados para o mercado de proteção da propriedade intelectual e também toda uma discussão, no âmbito da conversão da diversidade biológica, da qual o Brasil é signatário, sobre os mecanismos de proteção, controle e acesso ao patrimônio genético, repartição de benefícios e proteção do conhecimento tradicional.

Portanto, basicamente hoje é preciso que haja um foco do impacto da discussão de patentes sobre a abertura da investigação científica, sobre a concorrência no campo da indústria e as implicações da internacionalização da proteção de patentes para o desenvolvimento internacional. E essa discussão sobre material biológico e genético é foco hoje de várias preocupações éticas, sociais e econômicas. É preciso, pois, ampliar esse debate, porque existem vários aspectos éticos e sociais que também têm que ser considerados.

Basicamente – só que meu tempo está esgotado – é preciso que se adote, na verdade, como eu disse, uma visão um pouco mais ampla de todo esse marco regulatório e que nós possamos ter uma abordagem mais baseada nas evidências e na análise da avaliação tanto da atividade patente como da questão do acesso ao conhecimento tradicional e à biodiversidade.

Portanto, há três questões principais que eu gostaria de abordar:

O que está acontecendo realmente em relação ao patenteamento do material biológico e genético e do conhecimento tradicional? Qual é o panorama hoje, no Brasil, internacionalmente? Quem está fazendo? O quê? Onde? Como?

Creio que são questões importantes para avançarmos. E como é que nós avaliamos as implicações dessas atividades para a sociedade, a ciência e a política?

É importante pensar que a aplicação de um único modelo de proteção da propriedade intelectual para diversas áreas da ciência e tecnologia é cada vez mais questionada tanto por organizações como pela comunidade científica, porque a ciência avança e se transforma muito rapidamente, sobretudo na área que vem sendo discutida aqui. Logo, é preciso definir qual é o papel apropriado no sistema de patentes para atingir os objetivos, ou seja, a conservação, o uso sustentável, a repartição de benefícios, desenvolvimento científico e tecnológico do País e quais são os modelos alternativos. Se os modelos atuais não são os adequados, quais são os modelos para desenvolver, promover ciência e inovação e que reconheçam os direitos humanos, os contextos éticos, sociais e econômicos, ambientais e legais dessa discussão?

Basicamente, eu penso que é necessário considerar uma avaliação da atividade de patente em relação à biodiversidade, aos conhecimentos tradicionais, mas isso, na verdade, requer uma abordagem mais integrada, baseada em evidências e que combine tanto uma análise quantitativa como uma análise qualitativa. Nesse sentido, o Ministério iniciou uma nova atividade em 2012, que é a estruturação de uma rede de pesquisa em ciência e tecnologia aplicada ao conhecimento tradicional e social dos recursos biológicos. O Ministério do Meio Ambiente também tem um projeto exatamente em pauta para ampliar essa discussão e trazer um pouco mais de análise, crítica sobre esse cenário – é importante considerar – e este deve ser o terreno sólido sobre o qual nós podemos propor harmonização desse marco regulatório.

Gostaria de deixar aqui talvez quatro recomendações: formação desses grupos de pesquisa ou grupos de trabalho interdisciplinares para conduzir e coordenar essas análises com base em evidências que nós temos hoje nesses diferentes cenários, refinar e melhorar esses métodos de investigação em biodiversidade, conhecimento tradicional e do sistema de patentes, de forma conjunta, desenvolver indicadores que possam informar à ciência, à sociedade e à política o funcionamento do sistema e ser capaz de promover o desenvolvimento de modelos alternativos, para fomentar ciência e inovação orientada para esses objetivos.

Então, de forma geral, parece-me que há necessidade de uma abordagem um pouco mais ampla para entender como um todo o marco regulatório, tanto no apoio à inovação, no respeito às convenções internacionais, das quais o Brasil é signatário, quanto no entendimento de como alterações no sistema de patentes no Brasil repercutem também nos nossos acordos de proteção intelectual internacionalmente também reconhecidos e de que forma nós podemos harmonizar inclusive as várias propostas que hoje estão em curso aqui, no Senado Federal.

Então, parece-me que a proposta da forma como está sugerida, na verdade, necessitaria de uma sustentação um pouco maior exatamente no reconhecimento da complexidade do que hoje já está em campo na área.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigada, Mercedes.

Passo a palavra ao Dr. Roberto Cavalcanti, Secretário de Biodiversidade e Floresta, do Ministério do Meio Ambiente.

O SR. ROBERTO CAVALCANTI – Senador Presidente da Mesa, Senadores presentes, Parlamentares, colegas palestrantes e distinto público:

Bom, Senador, eu penso que, se o senhor queria galvanizar a discussão para o seu PL, já conseguiu pelas apresentações feitas aqui. Realmente, eu queria cumprimentá-lo e também o Senador por essa classe de iniciativas, porque eu creio que evidentemente o Brasil, como já foi dito pelos palestrantes anteriores, tem um protagonismo na questão da biodiversidade. É sempre bom lembrar que a Convenção da Biodiversidade foi uma das famosas convenções do Rio, assinada em 1992, e que, desde então, o Brasil tem-se mostrado incansável realmente na questão de ser representativo no aspecto de acesso aos benefícios derivados da biodiversidade, bem como sua repartição.

Hoje, está frente ao Senado a ratificação do Protocolo de Nagoya, que só aconteceu pela ênfase da atuação do Governo brasileiro, tanto pelo Itamaraty como pelo Ministério do Meio Ambiente, há dois anos, em 2010. O Protocolo de Nagoya avança incrivelmente. Ele prevê o reconhecimento internacional do acesso aos benefícios e acesso a eles. Então, os países signatários do Protocolo reconhecem os direitos dos países sobre a biodiversidade e a obrigação de repartir benefícios não só no âmbito de países, mas – mais importante – entre países. Essa questão é fundamental.

O que nós vemos aqui na pauta dos Srs. Senadores é um conjunto de marcos legais e propostas de marco legal, do qual este é um, que visam realmente

que a sociedade brasileira, de fato, possa beneficiar-se dessas aspirações. Já, já eu começo com a minha apresentação, mas queria proferir umas palavras iniciais. E pode me cortar se eu estiver falando muito.

Mas, como foi dito pelos palestrantes anteriores, esta discussão hoje é teoricamente mais focada nas patentes, mas as patentes são de vários mecanismos de acesso, retorno econômico, repartição de benefícios e desenvolvimento da sociedade. Então, eles têm quatro focos: um – já foi citado – é a questão do conhecimento tradicional, que não é coberto pelo regime de patentes, mas é um elemento fundamental do acesso e benefício econômico da biodiversidade; o outro são processos industriais que não são necessariamente de patentes, mas, por exemplo, transformação de produtos naturais. A cadeia brasileira de cosméticos, em grande baseada em duas empresas nacionais de altíssimo destaque, são empresas que têm na base um forte uso de recursos naturais brasileiros. A indústria de cosméticos brasileiros – se não me engano – é a segunda do mundo. Ou seja, nós já temos demonstrações claras da importância da biodiversidade na cadeia produtiva brasileira, independentemente da questão de patentes.

A questão de pesquisa – já foi abordada muito claramente – o acesso ao conhecimento. Mesmo sem se transformar em patentes, o conhecimento é fundamental para o País subsidiar suas políticas, posicionar-se. E, finalmente, essa questão objeto particularmente aqui das patentes e todas essas áreas aí, todos esses marcos legais estão hoje em discussão de várias formas aqui, perante o Senado. O Protocolo de Nagoya, no Brasil, só vai rolar se o Senado assim decidir. Portanto, considero fundamental o entendimento dos Srs. Senadores, a posição do Senado brasileiro na questão da biodiversidade em seu *lato sensu*.

Queria registrar também que, no início do ano, houve aqui, no Senado, a discussão na Interlegis, com a Comunidade Europeia, sobre justamente as formas em que você pode ter o acesso internacional à biodiversidade brasileira. Ou seja, nós estamos detectando uma atitude extremamente pró-ativa do Legislativo nessa área.

Eu tenho uma apresentação que, certa forma, procura cumprir isto: quais são as diversas dimensões do acesso a benefícios e repartição deles.

Queria registrar, Sr. Presidente, que está presente a diretora e os gerentes do Departamento de Patrimônio Genético da Secretária da Biodiversidade e Florestas. É o pessoal que pilota o Segen. Temos conselheiros do Segen, representante do Ministério da Saúde, uma representante do Ibama, da área de fiscalização. Portanto, de certa forma, sabemos o tipo de pergunta que vai ser feita. Esta equipe toda não somente está à sua disposição, mas à de todos os membros da Mesa e do Senado, porque realmente consideramos esta questão da maior importância: o avanço e o aperfeiçoamento dos marcos legais relacionados a este tema.

Já foram abordados pelos outros palestrantes alguns aspectos da complexidade. Mas creio que a gente não deve abater-se muito com a questão de complexidade, porque – claro – você quer fazer acesso à biodiversidade natural. Se é uma espécie rara ou ameaçada, o órgão ambiental vai ter que se posicionar. Você entra numa terra indígena, não vai entrar sem perguntar para os indígenas. Se é uma área em que você tem uma comunidade tradicional que vem usando aqueles produtos há séculos ou há décadas, também algum acerto tem que ser feito com isso. Então, é intrinsecamente complexa essa questão de acesso à biodiversidade. Mas não é que se inventam dificuldades, é porque a gente tem que mapear mais ou menos como que esse acesso pode ser feito.

Por outro lado, todo o mundo está interessado em ter os benefícios. Então, além das dificuldades árduas, como dizem no jargão, as cenouras e os incentivos, se você perguntar principalmente – só citando os Estados dos Senadores que protagonizaram; eu estou protagonizando essa proposta – sobre a Amazônia, os Estados da Amazônia detêm grande parte da biodiversidade não só do Brasil, mas do mundo. E, no Estado do Paraná, além dessa questão como uma das grandes empresas está baseada lá na cadeia produtiva da biodiversidade, grandes atrativos do Estado estão relacionados à biodiversidade da Mata Atlântica, às paisagens, à produtividade agrícola relacionada ao turismo, por exemplo, Iguaçu. Digamos - não há por que tentar explicar para o Brasil o motivo pelo qual é importante a biodiversidade brasileira. Agora é importante saber que não é só no Brasil que apresenta altíssima a biodiversidade. E chamo atenção para a produção agrícola brasileira: muito da produção agrícola brasileira e da produção econômica vêm do intercâmbio de biodiversidades com outros lugares. Grande parte das culturas – arroz, batata, milho, soja – dependem de intercâmbios com outros países de produtos da biodiversidade, de melhoramento.

Então, tem que olhar para essa questão do acesso não só como provedor, mas também como elemento de intercâmbio também. Isso é fundamental. O Brasil é o número um, mas a Indonésia está lá encostada na gente. Por quê? Biodiversidade marinha. Na região da Indonésia, há de 700 espécies de coral; no Brasil, 35, 40 talvez.

Portanto, esse debate a gente tem que ter, entendendo que nós estamos num tabuleiro de xadrez: o

Brasil obviamente numa posição de altíssimo protagonismo, mas não único. Estados da Amazônia, a mesma coisa: todos os Estados da Amazônia têm fronteiras com os países vizinhos. Em uma estimativa, eu diria que, para qualquer Estado da Amazônia, o grau de sobreposição entre a biodiversidade daquele Estado brasileiro e do País vizinho, 70% no mínimo, como dizem nossos colegas, 100%. Ou seja, se o Brasil faz uma longa regulação sobre biodiversidade amazônica, o Suriname pode dizer: "Oh, eu também!" Então, existe no jargão esse jogo. Nós vamos ter que fazer um jogo de troca de figurinhas, entendendo que o Brasil está numa posição boa, tanto por parte do conhecimento científico quanto de detentor de alta biodiversidade.

Deixe-me correr com minha apresentação.

Bom, então, o objetivo seria esse.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ROBERTO CAVALCANTI – Nossa! Mas não são muitos eslaides. *(Risos.)*

Vamos lá!

Próximo.

Eu já dei o recado. Agora isto aqui é para documentar.

Bom, eu já falei da megadiversidade e do conhecimento tradicional, ou seja, a gente tem mais de 200 povos indígenas e mais de 200 comunidades tradicionais no Brasil. Isso já dá uma dimensão do conhecimento tradicional.

Eu não tinha visto a apresentação da Mercedes, mas, me parece, ela já falou disto: a questão da bioprospecção, etc. É muito importante.

Quem fez essa apresentação não fui eu. Foi a Francine e o Rogério. Qualquer pergunta é para eles.

Então, eu falei da Convenção da Biodiversidade e do Protocolo de Nagoya. Ou seja, o marco legal brasileiro tem que ser inserido nessas obrigações maiores, que também são oportunidades para o Brasil.

O elemento-chave, o grande avanço da CDB foi o reconhecimento dos direitos de cada país sobre a sua biodiversidade e a obrigação de repartir os benefícios não só dentro de países entre as comunidades, mas entre países.

Bom, este é um slide que nem eu entendo direito, mas que basicamente procura representar, de forma sintética, como que funcionaria um regime de repartição de benefícios internacional, como que cada país pega – isso fica registrado aí. E vai ser mais de um desses produtos, Senador, de todas essas ótimas apresentações.

O Protocolo de Nagoya justamente foi um apelo internacional para que se pudesse ter um regime bom de repartição e acesso em que cada país reconhecesse os direitos uns dos outros. Ele engloba não só patentes, mas pesquisas, desenvolvimento, compostos bioativos, toda a cadeia produtiva da biodiversidade.

Que bom! Eu já falei disso.

O conhecimento tradicional depende do acesso prévio e fundamentado. Isso daí é uma questão já particularmente social e diz respeito aos direitos individuais e de comunidades.

Daí aquele debate no Interlegis, Senador, a que fiz referência: o Protocolo de Nagoya requer que os países garantam certeza legal, clareza e transparência. Então, a bola está consigo e com as diversas comissões do Senado, que vão ter que realmente, junto com a Câmara e o Congresso em seu conjunto, organizar isto. Isto é uma obrigação do Brasil internacional. Aí eles preveem uma série de instrumentos, como certificado internacional de cumprimento, etc.

Eu sei que o senhor está indo para uma convenção internacional semana que vem, mas gostaríamos de ter sua presença e de outros Senadores nas reuniões da CDB, inclusive as reuniões técnicas.

Chamo a atenção também para o fato de que o atual Secretário Executivo da Convenção da Biodiversidade é o Bráulio Dias, ex-Secretário de Biodiversidade de Florestas, que está lá por um esforço e um reconhecimento do trabalho brasileiro nessa área. Ou seja, a gente está bem posicionado.

Bom, o Brasil tem que designar os pontos focais, as autoridades. Atualmente, como já foi citado por vários palestrantes, nós estamos sob o vigor de uma MP de dez anos atrás, que está francamente desatualizada, inclusive gerada na égide de uma preocupação extraordinária com a biopirataria. O Brasil avançou muito no conhecimento científico e na capacidade de rastrear, de mapear. O Brasil já fez ações bem-sucedidas internacionalmente para coibir biopirataria, cassar patentes ou pedidos de patentes. E, com o Protocolo de Nagoya, o quadro hoje já não é o de antibiopirataria, mas é o de construir uma indústria realmente nacional com base na biodiversidade.

Então, aqui uns detalhes técnicos explicando mais ou menos o que o Segen, com os conselheiros aqui presentes, o que o pessoal faz - o tempo está um pouco curto. Hoje todos os pedidos de acesso à biodiversidade brasileira passam pelo Segen ou órgãos credenciados associados. É um processo oneroso e há ambição e um novo marco legal, que está sendo proposto dentro da esfera do Executivo e que vai ter que ser trazido ao Legislativo, para racionalizar, desonerar. E é evidente, Senador, que isso vai ter que ser feito, e, quanto mais puder ser feito proximamente, já com o Legislativo, mais rápido e mais célere esperamos que seja a tramitação.

Então, essa é a medida que está em vigor até hoje, os principais resultados. E nós temos também presente aqui a representante do Ibama, como falei, para explicar mais ou menos como está funcionando, quantos contratos. E evidentemente o ideal seria multiplicarmos por dez, ou mesmo por cem esse tipo de resultado. Hoje, acho que temos condições, com base na qualidade da pesquisa científica brasileira, na sofisticação dos setores produtivos, no amadurecimento dos grupos tradicionais, na organização das comunidades indígenas, etc, de dar um salto qualitativo e quantitativo nessas estatísticas.

Bom, eu já estou me juntando à fila para dizer por que precisamos da atuação do Legislativo. Porque o atual marco legal precisa de muitas melhoras.

Esse eslaide eu não tinha visto, da Mercedes, dos colegas, mas vou entrar no bonde e dizer que temos um cenário desejado e que, idealmente, a legislação teria condições de fazer isto: conciliar a inovação, as várias fontes além de patentes de criação de cadeias produtivas, simplificar o sistema pela clareza do marco legal e promover realmente a repartição de benefícios com fonte de renda para povos e comunidades e transferência de tecnologia.

Eu queria também fazer um destaque não só para a Amazônia, mas para todas as regiões que detêm grande cobertura florestal, porque é fundamental realmente termos cadeias produtivas baseadas na biodiversidade. O Código Florestal atual prevê proteções significativas. Essa proteção tem que estar associada a políticas fortes de desenvolvimento. Se for para manter 80% da Amazônia na forma de cobertura florestal em pé, a sociedade brasileira tem obrigação de fornecer os meios para que haja uma produção sustentável nesse arranjo territorial. A mesma coisa para todos os Estados, a prioridade para recuperação do bioma Mata Atlântica, a conservação do Cerrado.

Muito obrigado, Senador.

Estamos à disposição. Todas as vezes que o senhor nos convidar, viremos na nossa comitiva.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado a você, Roberto. Você acordou muita gente que estava lá nos fundos. É sempre bom ouvir todas as opiniões.

Passo, de imediato, a palavra à nossa última palestrante, não menos importante, a Diana Jungmann, especialista em desenvolvimento industrial pela Confederação Nacional da Indústria.

A SRª DIANA JUNGMANN – Bom dia a todos. Gostaria de cumprimentar o Senador Sérgio Souza, que preside a nossa reunião, pela oportunidade que está dando à CNI de estarmos contribuindo com a visão de como podemos avançar neste marco legal tão importante que trata da biodiversidade. Gostaria de saudar o Senador Raupp, cumprimentar todos os membros da Mesa e todos os participantes desta reunião.

É vantagem falar por último, porque, obviamente, nossos colegas já tocaram em pontos comuns que fazem parte da reflexão. A CNI vem-se dedicando de forma muito particular a todas as questões que envolvem o acesso à biodiversidade, à pesquisa dentro do ambiente que tem a ver não só com o ambiente do bioma Amazônia, mas com o Brasil todo.

Eu gostaria de deixar com os senhores aqui da Mesa e com alguns membros que tiverem interesse um trabalho que foi promovido por nós, na CNI, em parceria com Harvard, sobre exatamente essa oportunidade que o Brasil tem hoje, no século XXI, com a indústria relacionada a ciências biológicas. Na nossa reflexão, o grande desafio, a grande conquista da humanidade no século XX esteve relacionada à indústria da tecnologia da informação. Hoje, entendemos que, no século XXI, a grande revolução estará associada às questões que envolvem a bioeconomia.

Então, a revolução e as oportunidades, não só para nosso país como para o Planeta, estão ligadas às tecnologias que têm a ver com o uso de todo o bioma, trazendo qualidade de vida, benefícios sociais e riquezas para as nações. Assim, o Brasil passa a ser protagonista, uma vez da sua importância nesse cenário mundial.

Então, acreditamos que essa é uma agenda em que precisamos avançar. É uma agenda de futuro para o nosso país. Temos uma janela de oportunidade. Essa colocação e as discussões não só deste projeto de lei, mas de outras políticas públicas que visam exatamente a estimular, obviamente na ótica da conservação, com a sustentabilidade do nosso meio ambiente, isso tudo nos coloca num momento muito propício de avançarmos com a ótica também da inovação e do crescimento do nosso país neste sentido.

Acreditamos que também temos a oportunidade agora, como país, como nação, de estabelecer metas. Aonde queremos chegar? Qual é o número de patentes que gostaríamos de ter em termos de tecnologias desenvolvidas nesse segmento? Investimentos, número de pesquisadores que precisamos alcançar. Porque, quando estabelecemos metas, temos condições de em alguns momentos avaliar se estamos conseguindo alcançar o que determinamos e se estamos no caminho certo.

Então nós acreditamos, a CNI acredita que isso seja uma oportunidade e um momento em que convergimos uma série de esforços, não só do Governo como da indústria, das empresas, da academia, das instituições de pesquisa. Todo mundo tem o interesse

de que isso ande e que transforme essa oportunidade em avanço e riqueza para o nosso país.

Esse material que eu distribui se refere exatamente a um fórum que fizemos em parceria com a Harvard Business Review do Brasil, em São Paulo, no mês passado, onde discutimos, e o nosso Roberto Cavalcanti nos deu o prazer de estar conosco em uma das discussões. O grande objetivo era ver o *status quo* da bioeconomia no mundo hoje, quais são as oportunidades que temos no Brasil e como devemos avançar na modernização do marco regulatório, transformando este ambiente num ambiente propício para investimentos e para desenvolvimento. E obviamente que essas discussões todas passam pela questão da apropriação daquilo que é desenvolvido. E aí a propriedade intelectual entra com uma parte muito importante dessa agenda.

No projeto de lei ora discutido e analisado aqui por esta audiência, vemos que o objetivo principal, que era a criação da empresa que seria Bio-Bras e depois foi denominada de Engebio, é fazer exatamente, como já foi colocado, a gestão do licenciamento de pesquisas no bioma brasileiro e estabelecer o monopólio da União nas questões das patentes originadas dessas pesquisas.

A CNI louva o interesse do Poder Legislativo em discutir essas questões. Isso significa que realmente o Legislativo está antenado com todos esses desafios que temos de combater a biopirataria, de protegermos esse patrimônio tão importante que temos no nosso país.

Então, eu gostaria de reiterar, Senador, a satisfação de sabermos na CNI de todo esse esforço que é feito também aqui nesta Casa.

Na análise feita pela CNI nós encontramos algumas limitações, que colocamos aqui, na proposta desse projeto de lei, exatamente que já foi reiterado pelo representante do INPA, uma vez que você não assegura o direito de propriedade intelectual – aí especificamente no caso da patente – a quem investe no desenvolvimento da tecnologia, daquele conhecimento. Acreditamos que, como foi bastante explicado por Júlio, isso é um mecanismo de troca, de se assegurar ao investimento, seja ele uma instituição de pesquisa, seja ele uma empresa. A propriedade intelectual transforma aquele conhecimento em um bem que pode ser transacionado no mercado. E, a partir disso, ele tem valor econômico. Então, na medida em que você não confere esse direito àquele que fez o investimento, entendemos que você cria um ambiente de desestímulo à geração de novas pesquisas. Porque, sem a garantia desse direito, realmente não temos segurança jurídica para estabelecer negócios.

Assim, dentro da análise feita pela CNI, entendemos que a proposta tem uma sobreposição com o próprio papel do CGEM, que é o responsável por fazer essas autorizações, e que precisamos inclusive tentar dar melhores condições para que o CGEM desempenhe cada vez melhor, de forma mais eficiente e eficaz, o seu papel. Acreditamos que isso é uma das limitações da proposta.

Dentro da análise de constitucionalidade feita pela CNI, o projeto é considerado inconstitucional, uma vez ser da competência privada da Presidência da República a criação desse tipo de empresa.

Reiterando também o que outros colegas já colocaram, vemos o desafio e a oportunidade que esta Casa tem de avançar conosco, a sociedade como um todo, sobre o uso sustentável da biodiversidade brasileira, no que tange à regulamentação que já foi colocada também por Roberto, da ratificação do Protocolo de Nagoya, que vai caber aqui ao nosso Congresso dar o ok ou não, ao Projeto de Lei nº 2.644, colocado também pelas pessoas que me antecederam. Entendemos que é uma oportunidade e um avanço. E obviamente discutir o Protocolo de Nagoya também dentro do âmbito da modernização do que entendemos como o marco regulatório de acesso à biodiversidade brasileira, aos recursos genéticos e à repartição de benefícios.

A CNI entende que essas são oportunidades que temos no momento também de avançar, de uma forma bastante significativa, trazendo benefícios muito importantes para o nosso país.

Hoje o paradigma que vivemos na sociedade do conhecimento, na economia do conhecimento, é de que, seja em que condições estejamos falando, existe um desafio e que você busca uma solução, você tem uma oportunidade para inovar. E quando você inova inexoravelmente você está gerando conhecimento novo. Esse conhecimento pode ser protegido pelo sistema de propriedade intelectual, inclusive patente, não só patente, mas inclusive patente, que é o foco do nosso debate, e que esta proteção então é que vai garantir a segurança jurídica e transformar todo esse conhecimento em um bem de valor econômico negociável, onde você pode ter todo um retorno para aqueles que investiram e para a sociedade com a disponibilização de novos produtos e processos que vão ser derivados desse esforço.

Para concluir, para ser bem breve, entendemos que a realidade no mundo dos negócios hoje está baseada realmente num direito de propriedade, aqui mais especificamente no direito de propriedade intelectual, porque, sem a segurança, sem a concessão e o respeito do direito de propriedade, você gera um ambiente de insegurança jurídica. Quando você tem

um ambiente de insegurança jurídica, você gera um ambiente em que você tem um desestímulo a investimento. Quando você não tem investimento, realmente você não tem inovação.

Então, temos que ler esse quadro ao contrário. Se realmente vemos a oportunidade que o nosso país tem para inovar nessa área das ciências biológicas, usando todo esse acervo que Deus nos deu, então precisamos realmente ser capazes de criar um ambiente favorável à atração de investimentos públicos e privados. Com isso, vamos garantir a segurança jurídica de todas essas relações e obviamente conceder os devidos direitos, como foi aqui colocado por Júlio, de propriedade, especificamente propriedade intelectual, e mais especificamente aí no caso da patente.

De uma forma geral, essas as considerações com as quais a CNI gostaria de contribuir. Obviamente nos colocamos, como sempre, à disposição do Senado para discutir como podemos contribuir e avançar nesse sentido.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Drª Daiana.

Antes de passar a palavra ao Senador Valdir Raupp, que é o Relator deste projeto, e ao Senador Rodrigo Rollemberg, frequentador assíduo desta Comissão, Presidente da nossa Comissão de Meio Ambiente, eu gostaria de tecer algumas considerações.

Sou o autor desse projeto e entendo que ele não é a perfeição. Acho que, no mínimo, podemos avançar a partir disso para uma discussão. E esse projeto gerou esta mesa de hoje, para que possamos sentar e ouvir todos os lados.

Tenho conversado com o Senador Valdir Raupp há algum tempo sobre este projeto e acho que podemos aprimorá-lo. Podemos evoluir para outras necessidades, outros pontos que foram colocados aqui por todos os palestrantes.

Há um dado que trouxe aqui o INPA que achei bastante interessante. Hoje os estudos ou as publicações são, na grande maioria, pela comunidade internacional. E a comunidade internacional também tem um grande interesse na Amazônia porque, como dito por todos, 13% da biodiversidade brasileira está no Brasil e grande parte disso na Amazônia, ou a maior parte disso na Amazônia.

E agora temos também, que foi colocada pela conferência sobre sustentabilidade, a Rio+20, a questão como ponto referencial das pesquisas em mares, a que chamamos de Amazônia Azul. E lá na Comissão de Ciência e Tecnologia nós aprovamos uma emenda ao orçamento da União para aportar recursos para pesquisas nesse sentido, como daqui a pouco nós faremos também as emendas e muitas delas aqui nesta comissão também dão incentivo à pesquisa e ao desenvolvimento. Mas traz uma preocupação, no momento em que vemos que grande parte das pesquisas, dos interesses é de uma comunidade internacional, que vem às vezes ao Brasil, que tem essa biodiversidade grandiosa, e que leva embora depois, de certa forma, essas riquezas que são do povo brasileiro.

E como proteger isso? Como agregar valor a isso? Não restringir, claro, o investimento em pesquisas pela comunidade estrangeira que são aqueles que fazem isso muito bem, principalmente os americanos que trabalham em cima de patentes. Eles registram milhares de vezes mais patentes que o Brasil faz normalmente. Agora, qual o mecanismo que eles utilizam para isso? Isso agrega valor aos seus produtos. Temos aí uma marca de refrigerante que é conhecida mundialmente, mas o ganho está muito mais numa patente americana do que no valor do custo da produção desse refrigerante. Sabemos o potencial das marcas que temos, e isso vem, lógico, a garantia de uma patente que está por trás.

Então, penso que temos que refletir um pouco sobre este tamanho da biodiversidade brasileira e da segurança desse patrimônio para o povo brasileiro. Qual é o melhor mecanismo? Até entendo, de repente, de um monopólio. Que tipo de monopólio? No projeto não foi intenção dizer: ah, é um monopólio exclusivamente do Brasil, mas um monopólio que o Brasil detenha um poder de absorver o valor daquela patente quando descoberta de um produto brasileiro. Tivemos alguns problemas, por exemplo, com comunidades internacionais. Aí o Governo brasileiro foi extremamente eficiente na quebra de patentes, como é o caso, por exemplo, do cupuaçu. Todos lembramos que o Japão registrou isso como...

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – E do açaí.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – O açaí também.

Então, preocupações como essa nós temos e vimos que o Brasil tem uma certa... Eu tenho dito que há quatro pontos em que precisamos avançar para o Brasil crescer ainda mais: temos que desburocratizar; temos que diminuir a questão do custo, principalmente aí inserida a questão dos impostos; temos que ter uma forma de comunicação, de pesquisa e desenvolvimento, sob uma forma mais acelerada, e temos que diminuir a corrupção no País. São quatro elementos que servem para o destravamento, para o impulsionamento, para que o Brasil seja amanhã um país desenvolvido e não fique eternamente sendo um país em desenvolvimento.

Entendo que a Amazônia, não na sua totalidade, não a legal, mas a Amazônia brasileira é um patrimônio do povo brasileiro. Como vamos proteger isso para agregar valor ao povo brasileiro? Lógico entendendo que vivemos num mundo globalizado e queremos que todo o Planeta tenha os benefícios da Amazônia, com reserva ao povo brasileiro.

Ainda antes de passar a palavra ao Senador Valdir Raupp, eu entendo que nós precisamos, de fato, fazer algo e vir a todas as palestras. Muitos falam: "olha, nós precisamos de um marco regulatório." Nós precisamos organizar a legislação. A MP que regula isso tem mais de 10 anos e está desatualizada. Então, acho que nós podemos avançar na sequência, se não com este texto, que, pelo que eu entendi dos expositores, a maioria ou a grande parte das suas exposições são no sentido de que ele precisa ser aprimorado e de uma forma inteligente. E essa reunião serve para isto: serve para instruir este projeto ou outro que venha a substituí-lo no decorrer, tendo em vista que este já foi até aprovado na Comissão de Meio Ambiente, mas com as sugestões de todos aqueles órgãos, organismos que pensam e se preocupam com a pesquisa e desenvolvimento.

Passo, então, a palavra ao Senador Valdir Raupp, representante da Amazônia Legal do Estado de Rondônia, para que possa indagar os senhores expositores.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Obrigado, Senador Sérgio Souza, que preside, neste momento, esta Comissão, e cumprimentar os convidados, muito obrigado pela presença de todas as senhoras, todos os senhores, que, com certeza, elucidaram muitas dúvidas tanto do autor do projeto, como do Relator, como dos membros desta Comissão.

E nenhum projeto nasce perfeito. A grande maioria dos projetos sofre inúmeras emendas, as medidas provisórias que vêm do Governo Federal, os projetos que vêm do Governo Federal, de qualquer parte de que sai o projeto, da Câmara, do Senado, do Governo, acabam sofrendo muitas emendas aqui nas comissões, e esse é mais um que a gente já vem discutindo há algum tempo, mas a ideia é boa, e acho que isto ficou muito claro aqui na palestra, aqui na apresentação dos convidados: que há, sem dúvida, a necessidade de um novo marco legal nesta área e também a necessidade de agilizar as concessões de patentes, regular de forma clara e adequada as pesquisas de desenvolvimento.

Também há problema de recursos humanos. Ficou muito clara aqui a necessidade de ampliar, de aumentar os técnicos nos nossos órgãos de pesquisa. O Dr. José Alberto Machado falou que estamos perdendo agora 70 pesquisadores – estão se aposentando –, e não há nenhum programa de renovação, e isso acontece – tem aumentado um pouco – nas nossas universidades federais. O Ministério da Ciência e Tecnologia tem se empenhado nesta área, mas ainda há uma deficiência muito grande nessa área da pesquisa científica no nosso País.

Eu queria deixar algumas perguntas aqui para os convidados, não vou direcionar, fica livre para quem quiser responder.

Em que medida o monopólio estatal das patentes pode influenciar a propensão das instituições públicas ou privadas à inovação tecnológica?

Que ações de comando e controle precisam ser aprimoradas pelo Brasil na repressão da biopirataria?

O exemplo que o Presidente Sérgio Souza falou de que recentemente, em 2006, se não me falha a memória, uma empresa japonesa patenteou o açaí e o cupuaçu, e deu um trabalho danado para o Brasil retomar novamente essas marcas originárias do Brasil para o nosso País.

Que instrumentos econômicos precisam ser criados ou aprimorados para auxiliar no combate à biopirataria?

Que estratégias o Governo brasileiro precisa adotar para estimular o investimento privado em pesquisa e desenvolvimento tecnológico?

Então seriam essas as perguntas que eu deixaria, e eu, como relator, já ouvi aqui por mais de duas horas as palestras dos nossos convidados, e tenho conversado com muita gente nesse sentido, e o Relator não é, nada mais, nada menos, que o mediador das partes. Eu já levei dois anos aqui numa matéria difícil –e que conseguimos aprovar com sucesso – que foram as parcerias público-privadas, que vêm ganhando força nos Municípios, nos Estados e na União, com projetos importantes de infraestrutura do nosso País, e foi um projeto que nós...

Quando eu recebi essa relatoria, o Antônio Carlos Magalhães, que era o Presidente da CCJ, disse: "Só vou dar para você, porque eu sei que você vai fazer esse projeto rápido." E não foi tão rápido assim, porque era muito complicado. Foram muitas audiências públicas, com várias entidades do setor da construção civil, do governo, dos governos estaduais. Nós conseguimos chegar num bom termo e aprovamos com sucesso esse projeto que está servindo ao País. Eu tenho certeza de que esse é mais um projeto, e nós vamos, de repente, pegar todas essas ideias e fazer algumas modificações. O Senador Eduardo Braga, que é Relator numa comissão, já mudou o nome inclusive do projeto, de Biobrás para Engebril, Engebil?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Já tem o registro. Ele já mudou o nome inclusive, mas

muitas outras coisas poderão ser mudadas, de acordo com o autor, com o relator e com todos os Senadores que vão trabalhar aqui nas comissões.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado Senador Raupp.

Com a palavra o Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Obrigado, Sr. Presidente, que preside esta audiência pública, Senador Sérgio Souza, quero cumprimentar também o Senador Valdir Raupp, que é o Relator dessa matéria, todos os convidados, que nos honram com suas presenças aqui na Comissão de Ciência e Tecnologia.

Primeiro, registrar, Senador Sérgio Souza, a importância de V. Exª estar provocando esse debate, independente. É claro que um projeto de lei sobre um tema tão complexo como esse merece e merecerá, e V. Exª tem demonstrado a sua preocupação e o seu espírito público ao promover esse debate e trazer aqui ao Senado todas – digamos assim – as entidades e instituições que têm uma contribuição a dar a esse debate.

Nós estamos falando de uma área que é fronteira do conhecimento, definida, assim, pela política industrial e tecnológica do País, junto com nanotecnologia, junto com biomassa. E não sei, infelizmente não pude ouvir a opinião dos convidados – porque estava na Comissão de Assuntos Sociais definindo as emendas ao orçamento –, especialmente, sobre a questão de uma empresa ter o monopólio, que me parece um pouco complicado do ponto de vista dessa área.

O que é fato é que o Senado Federal, o Congresso Nacional precisam dar a esse tema a importância que ele merece. Nós estamos falando de algo estratégico para o Brasil, em função das nossas características. O Brasil detém a maior biodiversidade do planeta. E hoje, se nós formos ver em que posição nós estamos na utilização dessa biodiversidade, através da biotecnologia, nós estamos muito atrasados, um lugar de muito pouco destaque.

Recentemente, nós lançamos na Comissão de Meio Ambiente, junto com o Ministério da Ciência e Tecnologia e junto com o Ministério do Meio Ambiente, o sistema de informações sobre a biodiversidade, fundamental para que tenhamos ali todas as informações de tudo que vem sendo desenvolvido no Brasil sobre a biodiversidade brasileira. E recentemente o Brasil passou também a integrar uma rede internacional, que é muito importante, sediada na Noruega, onde também nós vamos ter essas informações em relação ao mundo.

Eu diria o seguinte: hoje o nosso grande desafio é como facilitar, desburocratizar o acesso da pesquisa, o desenvolvimento da pesquisa aos recursos genéticos e como garantir a formação de recursos humanos, que nos permitam sustentar um desenvolvimento nessa área estratégica para o Brasil.

E nós estamos falando dum leque enorme de aplicações que a utilização dessa biodiversidade, através da biotecnologia, pode promover. Por exemplo, eu diria que a próxima fronteira da agricultura será na produção de nutracêuticos, na produção de alimentos funcionais, e nisso nós vamos ter um papel fundamental no acesso a essa biodiversidade.

O Eduardo Assad, que é um pesquisador da Embrapa – hoje ainda é Secretário no Ministério do Meio Ambiente? É? Não? Já saiu?

(*Inaudível*.)

Ele se refere – e aqui está professora Mercedes Bustamante, que é uma grande pesquisadora sobre o Cerrado – ao Cerrado como um dos maiores – e está o professor Roberto Cavalcante também, que é um grande especialista do Cerrado –, nós temos no Cerrado talvez um dos maiores laboratórios de genes do mundo. Nós temos aqui plantas adaptadas há milhões de anos que se adaptaram nesse período a grandes períodos de estiagem, a grandes mudanças de temperatura. E, num País com a vocação agrícola como o nosso, num ambiente de aquecimento global, pode estar exatamente nos genes dessas plantas adaptadas a sustentabilidade da nossa agricultura no futuro. Isso demanda o quê? Pesquisa, grandes investimentos em pesquisa, grandes investimentos em formação de recursos humanos e facilidade de acesso, por parte dos pesquisadores, aos recursos genéticos, o que não quer dizer que, ao facilitar o acesso, o Brasil não deve controlar, acompanhar, porque isso é uma riqueza nacional.

E temos que também – já que o Brasil é signatário de uma convenção internacional, inclusive que já foi encaminhada ao Congresso Nacional, o protocolo de Nagoia –, nós precisamos também discutir, aprofundar a discussão sobre a repartição dos benefícios dessa biodiversidade, porque também não podemos deixar de considerar que as populações tradicionais, especialmente as populações indígenas, são guardiãs historicamente dessa biodiversidade e elas precisam também obter algum benefício com a exploração dessa biodiversidade.

Portanto, eu quero cumprimentar V. Exª pelo tema que traz ao debate no Senado. Acho que esse tema precisa ser aprofundado no âmbito da Comissão de Ciência e Tecnologia, na Comissão de Meio Ambiente, na Comissão de Assuntos Econômicos, porque eu diria que talvez esteja na lista dos temas mais impor-

tantes para o Congresso Nacional se debruçar sobre ele nos próximos anos.

Parabéns a V. Exª e a todos os que nos honraram com suas presenças hoje na Comissão de Ciência e Tecnologia.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – RR) – Obrigado, Senador Rodrigo Rollemberg.

Só lembrando: eu sou o autor, o relator é o Senador Valdir Raupp, que foi, inclusive, o autor deste requerimento para esta audiência pública.

Eu vou passar a palavra novamente a todos vocês. Só peço a brevidade necessária pelo tempo, e nós temos mais algumas agendas ainda pela manhã aqui no Congresso Nacional. Um outra reunião aqui na Comissão de Ciência e Tecnologia para aprovarmos as emendas ao orçamento.

Então, na mesma ordem imposta anteriormente, passo a palavra à Adriana Diaféria.

A SRª ADRIANA DIAFÉRIA – Bom, assim, as exposições acho que deixaram bem clara a mensagem. A gente tem uma proposta de PL na mesa que, na verdade, de fundo, tem um tema que se mostra absolutamente relevante para o desenvolvimento do nosso País. Quer dizer, hoje, a economia brasileira já ganhou um grau de maturidade que permitiu a consolidação dessa indústria, colocando o Brasil na posição de um país emergente no mundo, com possibilidade de se tornar uma das grandes potências do mundo nos próximos anos, nos próximos 10, 15 anos. E eu acho que essa discussão que perpassa pela relação com o meio ambiente, ou seja, desde a Conferência Rio 92, que institui o princípio do desenvolvimento sustentável e que traz novos parâmetros para essa relação com o meio ambiente. Eu acho que essa discussão que há hoje na mesa se mostra fundamental para o avanço de uma nova forma de economia e uma nova forma de relações sociais.

Então, eu acho que, se for possível fazer a canalização desse debate realmente para uma revisão desse marco regulatório, em que se possibilite abarcar esse conjunto de medidas que hoje provavelmente já estão em trâmite nesta Casa e que tenham esse olhar de consolidar essas propostas, alinhado com as políticas públicas que hoje têm feito um esforço bastante importante para modernização dos seus sistemas de controle e ação no sentido da implementação dessa legislação, eu acho que isso vai trazer um benefício muito grande para toda a sociedade brasileira e, em especial, também para essa indústria e para os centros de pesquisa, que hoje estão muito focados para o desenvolvimento das inovações no território nacional.

Então, a gente parabeniza esta iniciativa, Senador. Pode contar conosco em tudo que for necessário nesse processo, porque a gente acredita e espera que, em 2013, a gente tenha uma nova realidade nesse tema no nosso País.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – RR) – Obrigado, Drª Adriana.

Com a palavra, Sr. José Alberto Machado, representante do Inpa.

SR. JOSÉ ALBERTO MACHADO – Nós também estamos de acordo com que as exposições, os debates – pelo menos no que diz respeito às três perguntas iniciadas, Senador Raupp – contêm um material de que os Senadores poderão tirar a essência, qual foi a ideia principal dos representantes aqui presentes.

Eu queria me referir à última pergunta, Senador, à última questão colocada, sobre estratégias que o governo brasileiro pode utilizar para aumentar o uso econômico das pesquisas que, a rigor, parece ser o pano de fundo da preocupação desse projeto, ou seja, como converter pesquisa em patentes que sejam úteis ao povo brasileiro e evitar que seja apropriado por outros agentes de fora do país. A Drª Mercedes apontou uma série de caminhos na busca de evidências mais analíticas de junção, sistematização, e nós focamos na necessidade de fortalecer as instituições de pesquisa, especialmente de biomas mais estratégicos, como é o caso da Amazônia.

É necessário registrar de forma bastante intensa, porque essa situação que o INPA vive não é diferente de outros institutos que têm na região, que estão atravessando isso. Mesmo que nós tenhamos previsão, nos próximos dois anos, de perder 70 pesquisadores, aqueles que ficam já estão numa unidade longeva, já não têm o mesmo ânimo de antes, e não é só na área. No Ministério de Ciência e Tecnologia, na área de pesquisa, tão importante quanto o pesquisador são os analistas de ciência e tecnologia, que são as pessoas que examinam estrategicamente o rumo da instituição. Inclusive, são as pessoas que debatem este assunto que estamos discutindo aqui, dado que o pesquisador em si tem um treinamento focado para o seu laboratório, para a sua bancada, e são os formuladores de estratégias, que pensam a instituição, que deveriam receber também uma grande atenção para fortalecimento das instituições. Então, acho que fortalecer as instituições com o compromisso associado à patente, à geração de tecnologia e apoio ao desenvolvimento, sistematizar o conjunto de marcos e propostas legais são caminhos que devem ser percorridos.

No caso, particularmente, da Amazônia, Senador Raupp, o INPA acabou de estabelecer, inclusive com a presença do Ministro da Ciência e Tecnologia, um protocolo, um memorando de entendimento, juntamente

com a Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus), pelo fato de uma ser uma instituição nacional voltada para a pesquisa e a outra ser uma instituição, uma agência de fomento ao desenvolvimento, voltada para a Amazônia ocidental, a fim de que os dois, juntos, possam ver como as pesquisas que o INPA faz podem se transformar em investimento, em empreendimentos concretamente estabelecidos através de vários tipos de focos temáticos centrados na biodiversidade, nos recursos naturais regionais. Se o Senhor tiver interesse, podemos vir aqui para falar somente disso, já que acreditamos ser isso uma grande novidade, uma vez que estamos associando pesquisa científica e setor produtivo, claramente focado com o tempo, com o marco temporal, etc.

Gostaria de aproveitar o ensejo, Sr. Presidente, para ler um documento que nos foi entregue pela Sociedade Brasileira de Projetos da Ciência, três ou quatro parágrafos, dado ser uma posição de uma Instituição, de uma Associação que representa os cientistas do Brasil, com a qual nos associamos, que foi publicada no seu órgão noticioso. Os representantes da sociedade estão aqui. Aproveitando que estamos à Mesa, peço permissão para fazer a leitura, são três ou quatro parágrafos, somente:

Sr. Presidente, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência foi surpreendida nesta semana com a notícia da proposta de criação de uma empresa pública para a gestão do licenciamento de pesquisas nos biomas brasileiros para estabelecer o monopólio das patentes originadas dessas pesquisas, entre outras providências, caso se aprove o PL 440, de autoria do Senador Sérgio Souza. Trata-se da empresa para gestão de licenciamento de pesquisa no bioma brasileiro. Pelo teor do PL, observamos que é uma proposta para administrar e estabelecer regras para o uso e a pesquisa dos biomas brasileiros, que representam o maior patrimônio natural da Nação brasileira e que, em hipótese alguma, poderão ser gerenciados por empresa estatal, a seguir regime jurídico próprio de empresas privadas, como sugere o PL. A justificativa de combate à biopirataria não é cabível, pois, embora não tenhamos dúvida de que essa deva ser inibida, não será a criação de uma empresa que irá resolver o problema. Como cientistas, acreditamos que a solução passa pelo estímulo à pesquisa científica que promova o conhecimento da biodiversidade que se quer proteger e estimule o seu uso sustentável. Isso implica o estabelecimento de políticas públicas e a definição de um marco legal a ser amplamente discutido com a sociedade, o que já vem ocorrendo em diversos fóruns técnicos e acadêmicos. Reivindicamos que a audiência pública que está sendo convocada para discutir o PL considere os nossos comentários e não aprove essa proposta que não atende em nada aos interesses da Nação no que tange à biodiversidade brasileira.

Atenciosamente, Helena Nader, Presidente da SBPC.

Então, passo às mãos do Sr. Presidente. Colocamo-nos à disposição para integrar a Comissão, para aprofundar os estudos, porque entendemos que o assunto é extremamente relevante e, certamente, com aportes novos, poderá ser aperfeiçoado ou dado outro direcionamento. Muito obrigado, portanto.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – RR) – Obrigado ao Sr. José Alberto Machado. Passo, então, a palavra ao Júlio César Castelo Branco, representante do INPI.

O SR. JÚLIO CÉSAR CASTELO BRANCO REIS MOREIRA – Em primeiro lugar, gostaria, sinceramente, de pedir desculpas aos Senhores pela minha ênfase nas palavras, mas, na verdade, no fim das contas, o INPI é o órgão do Executivo encarregado de fazer aquilo que os Senhores decidirem. Então, pode parecer, em alguns momentos, uma fala um pouco ansiosa, mas é justamente para evitar entendimentos errôneos e para que a gente consiga realmente estabelecer um marco regulatório claro e factível no Brasil com relação a essa área de propriedade industrial relacionada à biodiversidade.

Do nosso ponto de vista a ação é extremamente louvável, deve ser aprofundada, mas posso citar para vocês exemplos claros do porque da minha ansiedade. Se os Senhores efetivamente perguntarem a mim, como Diretor de Patentes do INPI, quantas patentes foram concedidas, relacionadas ao acesso da biodiversidade no Brasil, eu poderia dizer aos Senhores que o número é praticamente nulo. Eu, ao não conceder patentes porque o depositante não tem todos os mecanismos legais cumpridos, por incapacidade ou por diferentes razões, que não vem ao caso aqui, sou obrigado a arquivar o pedido de patente porque ele não cumpriu com os requisitos legais que eu sou obrigado a cumprir. Ao fazer isso, coloco nesse pacote as patentes do INPA, da pesquisa efetuada com recursos públicos do Brasil, do nosso povo, onde o INPI seria obrigado a arquivar, não conceder a patente caso elas preenchessem os critérios de patenteabilidade, por absoluta incapacidade do INPA de cumprir os requisitos legais para ter a patente concedida, uma vez que a lei me obriga a só conceder a patente se todos os requisitos anteriores tiverem sido cumpridos. Ao fazer isso, ao dizer: INPA, você me desculpe, porque vou arquivar os seus pedidos de patentes, vem o Ministério Público em cima do INPI e diz para conversarmos com ele porque esse dinheiro que o INPA investiu é muito suado, é um di-

nheiro tirado dos recursos do Brasil em pesquisas, em desenvolvimento da nossa biodiversidade, que deve ser protegido, e eu, por absoluta incapacidade, não consigo executar aquilo que me está sendo demandado. É necessário que aprofundemos a discussão para evitar mal entendidos.

Peço desculpas de novo aos Senhores e faço um esclarecimento. Quando falamos do cupuaçu e do açaí nós estamos falando de marcas, não estamos falando de patentes. É direito de propriedade intelectual, mas passa longe do sistema de patentes. Temos de ter claro na nossa cabeça o que queremos fazer. Quando falamos em cupuaçu e açaí, o INPI teve a sua atuação decisiva e fundamental, junto com o MRE, para derrubar essas duas marcas fora do país, porque elas estavam impedindo negócios de empresários brasileiros, de exportar o cupuaçu e o açaí para fora do país. Da mesma forma, o INPI teve uma atuação decidida, muito forte junto ao MRE, para derrubar a patente do cupuaçu, que era o chocolate cupuaçu que o Brasil estava fabricando e exportando, que uma empresa fora do Brasil começou a fazer o mesmo, depositou a patente fora do país, impedindo que os empresários nacionais exportassem o nosso produto para esse país. Dessa mesma forma, derrubamos essa patente.

Nós precisamos, como órgão do Executivo, ter um marco regulatório muito claro daquilo que precisamos fazer. Nós não podemos deixar dúvidas em relação ao que deve ser feito, senão acontece o que está acontecendo hoje, o INPI tem 160 mil pedidos de patentes parados, não concede patente na área de biotecnologia, e estamos mandando para os depositantes notificações de acesso a recursos genéricos para poder conceder ou não uma patente. Isso é inviável, se queremos investir em pesquisa em desenvolvimento, se queremos investir em inovação no país. Precisamos que os Senhores nos ajudem a deixar um marco regulatório muito claro daquilo que deve ser feito. Independentemente de que marco regulatório seja decidido que o país tome, que seja muito claro com relação às ações que devem ser tomadas para que a gente consiga, realmente, ajudar o país na inovação e garantir que a gente tenha, realmente, um benefício para o nosso povo resultante do desenvolvimento tecnológico nessas áreas.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – RR) – Obrigado, Júlio César.

Com a palavra a Dr. Mercedes Bustamante.

A SRª MERCEDES MARIA DA CUNHA BUSTAMANTE – Obrigada, Senador.

Antes de entrar nas quatro perguntas do Senador Raupp, gostaria de fazer alguns comentários. O primeiro deles é que, quando falamos em patente, patente é o primeiro passo, o passo maior vem depois da patente, que é colocar essa inovação efetivamente no mercado e que ela gere benefícios econômicos. Então, toda essa discussão do marco legal, não é nem criar outro, mas procurar harmonizar, aprimorar e modernizar o que já existe – isso é importante. O primeiro passo é realmente fazer uma análise transversal de todos os mecanismos hoje, de marcos regulatórios que existem, que perpassam, como já coloquei, incentivos para a inovação de empresas, etc.. Patente é o primeiro passo, ela pode ou não chegar ao mercado. Para isso, ela precisa depois ter escala, o problema das plataformas de escalonamento, como fazer a inserção desse produto no mercado, estabelecer uma cadeia produtiva, garantir a qualidade, o suprimento. Existe uma série de outros passos que precisam ser encaminhados após, por exemplo, o registro bem sucedido de uma patente. A gente não pode associar essa questão do que vem depois da patente, toda essa discussão de estímulo à inovação.

O segundo aspecto que gostaria de ressaltar, Senador, é a questão de colaboração internacional em ciência, o que é essencial. Acho que esse é um passo importante para que a ciência brasileira cresça. É diferente de a gente discutir um domínio, uma internacionalização no sentido de dominação na ciência do Brasil. Ela passa exatamente por emponderar a comunidade científica brasileira para garantir que ela possa participar em projetos internacionais de forma simétrica, que essa colaboração internacional seja simétrica. Mas ela é essencial para o desenvolvimento hoje, sobretudo numa era de globalização, onde a gente compartilha vários problemas, sobretudo na área ambiental, onde os problemas são trans-fronteiriços. É importante que a gente pondere neste debate que a questão de internacionalização da ciência tem um lado extremamente positivo, que faz com que a ciência avance rapidamente, mas a gente precisa garantir uma participação simétrica do Brasil nessa arena científica internacional.

Entrando um pouco na questão das quatro perguntas, Senador, acredito que, sobretudo nessa área, o monopólio de patentes não combina com a inovação que a gente quer, com o sustentável da biodiversidade. Então, acho que, realmente, é contraditório em tudo que já estamos trabalhando dentro do arcabouço, do incentivo à inovação, de trazer a empresa brasileira, a indústria brasileira, para a inovação tecnológica.

Foi citado aqui o caso dos Estados Unidos, em termos de comparação com o número de patentes. É talvez um país onde essa interação universidade/empresa, estudos de pesquisa/empresa, seja mais forte, sobretudo nas pequenas e médias empresas, que são

os grandes potenciais de inovação. Novamente, quando a gente olha esse arcabouço, é preciso considerar também a pequena e média empresa, como elas aparecem dentro desse cenário.

A questão de comando e controle da biopirataria, como várias outras questões, passa muito pelo controle do território brasileiro. Então, acho que, realmente, ela também precisa ser considerada no âmbito de todas aquelas medidas que fazem parte de como o Brasil controla, conhece o seu território. Isso passa exatamente por um entendimento, por um monitoramento do território brasileiro. Hoje, temos também várias ferramentas tecnológicas que podem ajudar a combater a biopirataria. Uma delas, por exemplo, é o código de barras (?), que é uma ferramenta que pode ajudar muito a identificar produtos que saem, contrabando de produtos da nossa biodiversidade e assim por diante.

Acho que, ao lado de mecanismos de comando e controle, a inovação tecnológica ajuda a combater também a biopirataria, o que é uma das ações do Ministério, que é investir numa rede de identificação molecular da biodiversidade exatamente para que a gente tenha o uso do código de barras, monitorar essa biodiversidade nas suas diferentes formas e produtos.

O outro aspecto que gostaria de frisar é o importantíssimo investimento privado em PID. Então, hoje, realmente, se a gente quiser, novamente, sair da escala da bancada e passar para a escala da indústria, essa interação com o setor privado é essencial. A gente realmente precisa ter isso para a biodiversidade, é importantíssimo. O setor público tem o papel fundamental de apoiar a pesquisa básica lá na frente, mas ele tem de ser um parceiro do setor privado, de dar escala a essa produção. Então, a minha preocupação nesta discussão é que a gente pensa no acesso, a gente pensa na patente, na segurança jurídica e tal, na proteção intelectual, mas o caminho mais difícil é o que vem depois do registro da patente. Tem a preocupação de não haver nenhuma patente registrada, mas muitas das que foram registradas efetivamente nunca viraram produtos ou processos que gerassem ganho econômico para o país. Então, essa segunda etapa precisa ser considerada também neste ano.

Novamente, gostaria de frisar que há a necessidade de uma análise muito crítica e muito profunda, o Ministério, como todas as outras entidades, se coloca à disposição do Legislativo para trazer essa discussão para que a gente possa ter uma abordagem sistêmica mais orgânica do processo, o que nos permitirá atingir o que acho que são os objetivos iniciais da proposta do Senador Sérgio Souza. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – RR) – Muito bem. Com a palavra o Dr. Roberto Cavalcanti, do Ministério do Meio Ambiente.

O SR. ROBERTO CAVALCANTI – O Senador Raupp nos fez uma tremenda provocação, questionamento, com sua defesa incansável dos interesses da Amazônia, com os quais, é claro, nos solidarizamos e compartilhamos inteiramente. Acho que, particularmente, a questão que se coloca para a Região Amazônica é o uso econômico da biodiversidade. Se comparado com outros usos econômicos mais convencionais, digamos, ainda está emergente.

Senador, queria registrar que a nossa Secretaria de Biodiversidade em Florestas também tem esse aspecto das florestas econômicas. Tive oportunidade de fazer uma apresentação no BNDES sobre estratégia florestal brasileira e uma das coisas que coloquei é que, na produção das florestas nativas hoje, na carteira de exportações, 6% da produção florestal brasileira hoje de madeira nativa é exportado. Eu disse: só 6%. E o pessoal do BNDES disse: não, não. Pelo contrário, isso é muito importante. Realmente, muitos dos usos econômicos, inclusive extrativos da biodiversidade, por serem numericamente pouco visíveis, são muito subestimados. Acho que, particularmente para a Região Amazônica, estamos naquela fase de crescimento exponencial porque há uma rarefação cada vez maior no mundo, globalmente, de recursos de biodiversidade nativa, não há como questionar.

A Amazônia é um dos quatro únicos blocos restantes de floresta tropical grande, o maior deles. Os outros três... Estive em Bornéu. Vocês não querem ir a Bornéu, que é um lugar fantástico, mas, praticamente mais de 95% de suas florestas de Bornéu já não estão em condições de produção, já foram convertidas. Então, o que se vê na Amazônia são estatísticas de encher os olhos, de engrandecer qualquer um, não só pela quantidade, mas pelo potencial econômico da área de biodiversidade.

A questão que se coloca aí, e vejo o desabafo do INPI, com o qual concordo inteiramente, Senador, é que não é uma questão de ter um monopólio estatal, mas precisa haver uma estratégia estatal de patentes na área da biodiversidade. Aí sim, Senador, o Senhor acertou inteiramente ao colocar esse assunto em pauta num PL. Qual é a estratégia brasileira para a concessão de patentes relativas à biodiversidade? E a apresentação do INPI, com seus dados dramáticos, mostra que não temos essa estratégia. Ele foi muito diplomático em não citar o Cegen, mas, como Presidente do Cegen, posso dizer que a consulta ao Cegen é um dos vários critérios para o qual o INPI tem de levar em conta. O Cegen, por sua vez, está amar-

rado às obrigações legais constantes daquela MP em vigor, que já fiz. Ou seja, temos um entrelaçamento muito importante. Queria registrar que os principais atores, se não estão aqui presentes, estão disponíveis e prontos a participar assim que o Senado nos colocar essa demanda.

Senador, acho que os outros elementos, as ações de comando e controle, como a |Mercedes falou, a gente tem de partir para um esquema de maior inteligência, de rastreabilidade, temos de mapear as cadeias produtivas, porque aí você saberá quem está fazendo o quê.

Um último comentário, eu tenho também essa mesma preocupação incansável do INPA sobre a produção científica amazônica brasileira. Anos atrás tive oportunid'ade de fazer um pós-Doutorado. Escolhi ir para Washington, para o magnífico prédio do Museu de História Natural, que fica na esplanada, a equivalente à Esplanada dos Ministérios, lá em Washington, um prédio de mármore branco com um gigantesco elefante africano, que é também a sede dos programas de biodiversidade do governo americano, que é a parceria com o INPI.

Então, eu passei um ano lá, vendo o lado de lá da questão. Hoje, embora essas estatísticas colocadas de que grande parte da produção científica sobre a Amazônia é publicada no exterior, é muito raro você não encontrar pesquisadores brasileiros como coautores desses *papers*. Quase todos os grandes trabalhos que saem nas revistas *Science* e *Nature* sobre a Amazônia brasileira têm, no mínimo, um, geralmente mais, coautor brasileiro. Não sei se o Sr. concorda, mas tem sido a minha experiência que, embora, numericamente, ainda conste como pesquisa internacional, a participação brasileira está aumentando, cada vez mais, e nós temos que reconhecer isso.

Finalmente, só para terminar, eu acho que as estratégias brasileiras de incentivo têm que passar, Senador, por isto, por organizar a questão das estratégias de patentes, mas sem descurar dos vários outros marcos legais que são fatores limitantes ou oportunidades, Senador Raupp.

O Senador Rollemberg também saiu, e eu ia fazer um comentário sobre a biodiversidade do cerrado, mas não cabe aqui, porque hoje estamos falando de outros assuntos.

Mas seria isso, realmente ter uma estratégia nacional que contemple as diversas dimensões, incluindo a questão de patentes de acesso à biodiversidade brasileira.

Obrigado, mais uma vez, pela oportunidade de a gente estar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Dr. Roberto.

Com a palavra, Diana Jungmann, que é representante da CNI.

A SRª DIANA JUNGMANN – Obrigada, Presidente. Gostaria apenas de acrescentar, uma vez que nossos colegas já fizeram tantas exposições, respondendo às perguntas do Senador Raupp, que, de acordo com o relatório de 2011, do Fórum Mundial de Economia, o Brasil foi considerado um país de economia em transição. O Brasil sai do foco da economia baseada em eficiência para uma economia focada em inovação. Quando a gente coloca isso nessa dimensão, isso significa dizer que a economia baseada na inovação é uma economia rica em conhecimento. E a capacidade que a gente tem de proteger todo o conhecimento, que é derivado do esforço de você inovar, passa a ser um ativo importantíssimo, para o nosso País, para as instituições e, obviamente, para as empresas.

Então, colocando isso como um reconhecimento, inclusive, de uma entidade como o Fórum Mundial, e respondendo à pergunta do Sr. sobre a estratégia do Governo nessa área, o que a gente pode fazer para aumentar o investimento, acho que vai de acordo com o que todos nós já somamos aqui, que a gente precisa realmente avançar no marco regulatório, a gente precisa modernizar, transformando o nosso País num ambiente cada vez mais propício para que exista o avanço das pesquisas, para que exista o interesse cada vez maior das empresas, como colocado pelo nosso companheiro do INPI, de fazer as parcerias com as instituições que estão produzindo essa ciência. Essa ciência ainda leva um tempo para se transformar em pesquisas aplicadas e um tempo ainda maior para se transformar em produtos que vão ser disponibilizados para a sociedade.

Então, eu acho que tudo o que vem a somar para que a gente crie esse ambiente, onde tanto as instituições de pesquisa quanto o ambiente empresarial em si, juntos, consigam avançar, acho que esse é o caminho. Aí, obviamente, várias coisas já estão colocadas na mesa. A gente tem muitas oportunidades de avançar em várias questões do marco regulatório.

Gostaria, também, aproveitando a oportunidade, de colocar o papel da CNI, dentro dessa agenda. A CNI, acredito que seja de conhecimento de todos, tem uma chamada Mobilização Empresarial pela Inovação (MEI), que é um fórum que reúne várias lideranças empresariais do País. Nesse fórum, foi feita, então, uma agenda, que seria a agenda propositiva, liderada pela CNI, no que tange à inovação. Lá, colocamos uma série de possibilidades em que devemos avançar. Isso está sendo tratado, em parceria com o Governo, e é um caminho que estamos construindo para que possamos avançar. A questão da propriedade intelec-

tual é o ponto número um da agenda da MEI. Então, eu acho que a gente fica à disposição, inclusive, para debater, se for o caso, como podemos detalhar isso.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Drª Diana. Eu consulto o Senador Raupp, que é o Relator, se está satisfeito com as explanações, há mais alguma consideração a fazer?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – ...chamar o quórum.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado. Agradeço a todos os palestrantes que atenderam, de pronto atendimento, o convite do Senado Federal, para debater esse tema, que é, de fato, de interesse da Nação brasileira.

Para finalizar, como autor desse projeto, eu sou suscetível e sensível às mudanças e ao aprimoramento que ele pode ter e que deve ter. Conto com a colaboração de todas as entidades, todos aqueles que querem que o Brasil realmente seja um dos grandes atores desse processo de patentes industriais, patentes da biodiversidade brasileira, porque entendo que é um patrimônio de toda a Nação brasileira.

Agradecendo mais uma vez a todos, declaro encerrada esta reunião.

(Iniciada às 9 horas e 31 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 52 minutos.)

ATA DA 30ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE NOVEMBRO DE 2012.

EMENDAS AO ORÇAMENTO 2013

Às onze horas e cinquenta e nove minutos do dia vinte e oito de novembro de dois mil e doze, na sala 13, Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Sérgio Souza, Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Ângela Portela, Walter Pinheiro, João Capiberibe, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, Gim, Alfredo Nascimento, Delcídio do Amaral, Paulo Paim, Ivo Cassol e Cícero Lucena, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os senhores Senadores Aníbal Diniz, Lobão Filho, Ciro Nogueira, José Agripino e Marco Antônio Costa. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. A Presidência dispensa a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, o Senhor Presidente Eventual informa que o objetivo da reunião é de discutir e aprovar as emendas da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, referentes ao Projeto de Lei n.º 24, de 2012 – CN, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2013". Neste momento o Senhor Presidente Eventual, passa a palavra ao Senador Valdir Raupp, relator das Emendas ao Orçamento nesta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, para proferir seu parecer. Prosseguindo, a Comissão analisa e aprova 3 (três) emendas de apropriação de despesa ao **Orçamento de 2013: Emenda n.º 01** – "Apoio a Projetos de Inclusão Digital" do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, no valor de R$ 100 milhões, com base nas propostas apresentadas pelos Senadores Valdir Raupp, Gim, Flexa Ribeiro, Cyro Miranda, Lídice da Mata, Cícero Lucena, Vital do Rêgo e Sérgio Souza. **Emenda n.º 02 –** "Formação, Capacitação e Fixação de Recursos Humanos Qualificados para C, T & I – nos nove Estados da Amazônia Legal Brasileira", do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, no valor de R$ 150 milhões, com base nas propostas apresentadas pelos Senadores João Capiberibe, Flexa Ribeiro e Eduardo Braga. **Emenda n.º 03** – "Aquisição de Blindados Guarani", do Comando do Exército, no valor de R$ 200 milhões, com base nas propostas apresentadas pelos Senadores Ângela Portela, Aníbal Diniz, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ricardo Ferraço, Flexa Ribeiro, Cyro Miranda e Lídice da Mata. Finda a discussão e deliberação das Emendas da Comissão ao Orçamento de 2013, o Senhor Presidente Eventual determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e seis minutos determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual e publicada, no Diário do Senado Federal. – Senador **Sérgio Souza,** Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Havendo número regimental, declaro aberta a 30ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura, que se realiza hoje, no dia 28 de novembro de 2012.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se a discussão e votação das

emendas da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática ao Projeto de Lei nº 24, de 2012, do Congresso Nacional, que estima receita e fixa despesa para a União, para o exercício de 2013.

A Comissão recebeu 58 emendas, e foi designado o Senador Valdir Raupp, como Relator.

Concedo, então, a palavra ao Relator, para fazer a leitura do seu parecer e para as suas considerações.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, de acordo com a Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, esta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática pode apresentar até três emendas de apropriação e três emendas de remanejamento. No prazo estabelecido pela Comissão, foram oferecidas 58 propostas de emenda ao Projeto de Lei nº 24, de 2012, do Congresso Nacional, que estima a receita e fixa a despesa da União, para o exercício financeiro de 2013.

Trata-se de proposta de emenda de apropriação a qual contempla ações dos seguintes órgãos: Ministério da Agricultura, Embrapa – três propostas direcionadas e duas ações; Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Administração Direta, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Indústrias Nucleares do Brasil S. A. (INB), Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – 27 propostas direcionadas a 13 ações; Ministério da Justiça, Fundação Nacional do Índio (Funai) – uma proposta; Ministério da Saúde, Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) – quatro propostas direcionadas a duas ações; Ministério das Comunicações, Administração Direta – duas propostas direcionadas a uma ação; e Ministério da Defesa, Administração Direta, Comando do Exército e Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar – 21 propostas, direcionadas a cinco ações.

Não se pode negar o mérito das propostas apresentadas pelos membros desta Comissão. Contudo, em decorrência da limitação quanto à quantidade de emendas que esta Comissão pode apresentar ao projeto de lei orçamentária, tivemos que escolher apenas três ações, dentre aquelas que foram objeto das propostas apresentadas, para que esta Comissão apresente suas emendas de apropriação.

Assim, propomos que sejam apresentadas emendas de apropriação destinadas a apoio a projetos de inclusão digital, com base nas propostas apresentadas pelos Senadores Valdir Raupp, Gim Argello, Flexa Ribeiro, Cyro Miranda, Lídice da Mata, Cícero Lucena, Vital do Rêgo e Sérgio Souza, propostas nº 16, nº 17, nº 19, nº 20, nº 27, nº 38, nº 47, nº 53 e nº 58.

Formação, capacitação de fixação de recursos humanos. Qualificação para ciência, tecnologia e inovação. Com base nas propostas apresentadas, Senadores João Capiberibe, Flexa Ribeiro e Eduardo Braga, propostas nº 3, nº 23 e nº 49.

Aquisição de blindados Guarani, com base nas propostas apresentadas pelos Senadores Angela Portela, Anibal Diniz, Rodrigo Rollemberg, Delcídio Amaral, Ricardo Ferraço, Flexa Ribeiro, Cyro Miranda e Lídice da Mata, propostas nº 1, nº 2, nº 7, nº 9, nº 12, nº 24, nº 29 e nº 40.

Do voto, Sr. Presidente. Diante do exposto, votamos no sentido de que esta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática delibere pela apresentação de três emendas de apropriação ao Projeto de Lei nº 24, de 2012, destinadas às seguintes ações e unidades orçamentárias:

1º – Apoio a projetos de inclusão digital do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, no valor de R$100 milhões;

2º – Formação, capacitação e fixação de recursos humanos, qualificados para ciência, tecnologia e inovação, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, no valor de R$150 milhões;

3º – Aquisição de blindados Guarani, do Comando do Exército, no valor de R$200 milhões.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Senador Raupp.

Em discussão, o presente projeto.

Só para parabenizar o Senador Raupp, pelo relatório, pela escolha, de forma inteligente, das emendas. Inclusive, uma delas, Senador Gim Argello, nós acabamos de debater, aqui, na audiência pública, realizada há instantes, nesta Comissão, que é a questão da necessidade de nós promovermos a capacitação de recursos humanos, para as pesquisas e o desenvolvimento, no Ministério da Ciência e Tecnologia. Então, parabenizo V. Exª, Senador Raupp, pelo seu relatório.

Consulto os demais Senadores. *(Pausa.)*

Continua em discussão, Senador Gim. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação.

Os Senadores que concordam com as emendas sugeridas pelo nobre Relator permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Nos termos do art. 87, combinado com o art. 44, inciso I, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, as Emendas deverão ser enviadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, juntamente com a ata da reunião que as aprovou. Nesse sentido, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião corrente, contendo as Emendas destacadas e aprovadas.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 11 horas e 59 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 06 minutos.)

ATA DA 31ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE DEZEMBRO DE 2012.

Às nove horas e quarenta minutos do dia cinco de dezembro de dois mil e doze, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Eduardo Braga, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Angela Portela, Rodrigo Rollemberg, Valdir Raupp, Lobão Filho, Eunício Oliveira, Cyro Miranda, Alfredo Nascimento, Marco Antônio Costa, Delcídio do Amaral, Paulo Paim, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, João Alberto Souza, Cícero Lucena e João Ribeiro reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Anibal Diniz, João Capiberibe, Vital do Rego, Ciro Nogueira, Flexa Ribeiro, José Agripino e Gim. Justificam as ausências os Senhores Senadores Sérgio Souza e Walter Pinheiro. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente Senador Eduardo Braga, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 1: Projeto de Lei do Senado n.º 255, de 2009**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Magno Malta , que "Define como crime a facilitação da exploração de jogo de azar por meio de rede de computadores, dispositivo de comunicação ou sistema informatizado, bem como a autorização para pagamento de crédito ou aposta relacionados ao referido jogo" que tramita em conjunto com o **Projeto de Lei do Senado n.º 121, de 2008**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, que "Proíbe as empresas de cartões de pagamento de autorizarem transações relacionadas com jogos de azar e pornografia infantil via rede mundial de computadores". O Presidente da Comissão, Senador Eduardo Braga, designa relatora ad hoc a Senadora Angela Portela. Após a leitura do relatório, a Senadora Lídice da Mata usa a palavra para discutir a matéria. O Presidente concede vista coletiva, pelo prazo regimental de 5 (cinco) dias. **Item 2: Requerimento**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador João Capiberibe, que "Nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que seja realizada audiência pública nesta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática para debater a Política Energética Brasileira para discutir os desafios e oportunidades para uso do petróleo e gás natural. Para tanto, sugiro convidar as seguintes autoridades: 1. Representante do Ministério de Minas e Energia; 2. Professor Ildo Luís Sauer – diretor do Instituto de Eletrotécnica e Energia – IEEUSP; 3. Dr. Luiz Pinguelli Rosa – Professor Titular do Instituto Luiz Alberto de Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia – COPPE/UFRJ; 4. Dr. Ricardo Pinto – especialista em gás natural – conjuntura e perspectivas no mercado nacional e internacional; 5. Dr. José Dílcio Rocha – pesquisador da Embrapa; 6. Consultor da Câmara dos Deputados. A deliberação do requerimento é adiada. **Item 3: Projeto de Decreto Legislativo n.º 278, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA SAMBÊ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Bonito, Estado do Rio de Janeiro". A relatora designada é a Senadora Ângela Portela e o projeto é aprovado por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 4: Projeto de Decreto Legislativo n.º 351, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ONG – INSTITUTO NOSSA SENHORA DE NAZARÉ DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER DE BARCARENA PARÁ – INSNEELB para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barcarena, Estado do Pará". A relatora designada é a Senadora Ângela Portela e o projeto é aprovado por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 5: Projeto de Decreto Legislativo n.º 426, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO ESTÚDIO "A" FM – ASCRE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Seringueiras, Estado de Rondônia". A relatora designada é a Senadora Ângela Portela e o projeto é aprovado por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 6: Projeto de Decreto Legislativo n.º 401, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada

à SOCIEDADE BARRENSE DE RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barra do Piraí, Estado do Rio de Janeiro". A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Lídice da Mata e o projeto é aprovado por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 7: Projeto de Decreto Legislativo n.º 402, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SOCIEDADE BENEFICÊNCIA VIDA NOVA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Novo Alegre, Estado do Tocantins". A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Lídice da Mata e o projeto é aprovado por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 8: Projeto de Decreto Legislativo n.º 473, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO CONTINENTAL LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Palotina, Estado do Paraná". A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Lídice da Mata e o projeto é aprovado por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 9: Projeto de Decreto Legislativo n.º 382, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à PORTAL COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sooretama, Estado do Espírito Santo". A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Ângela Portela e o projeto é aprovado por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo n.º 383, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à PORTAL COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itarana, Estado do Espírito Santo". A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Ângela Portela e o projeto é aprovado por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo n.º 386, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à MERCOM BRASÍLIA COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Guaraci, Estado de São Paulo". A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Ângela Portela e o projeto é aprovado por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo n.º 337, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à SUPER RÁDIO DEUS É AMOR LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Curitiba, Estado do Paraná". O relator designado é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo n.º 395, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à REDE UNIÃO DE RÁDIO E TELEVISÃO DO PARÁ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Baião, Estado do Pará". O relator designado é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo n.º 396, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO CLUBE DE ITARARÉ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Itararé, Estado de São Paulo". O relator designado é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo n.º 456, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA DE CAIÇARA DISTRITO DE CRUZ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cruz – Vila Caiçara, Estado do Ceará". O relator designado, ad hoc, é o Senador Lobão Filho e o projeto é aprovado por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo n.º 281, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à FUNDAÇÃO MARTINHO CANUTO DE MELO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Coivaras, Estado do Piauí". O relator designado, ad hoc, é o Senador Lobão Filho e o projeto é aprovado por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 17: Projeto de Decreto Legislativo n.º 448, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS APOSENTADOS, PENSIONISTAS, DEFICIENTES FÍSICOS E IDOSOS DO MUNICÍPIO DE TAIOBEIRAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Taiobeiras, Estado de Minas Gerais". O relator designado, ad hoc, é o Senador Lobão Filho e o projeto é

aprovado por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 18: Projeto de Decreto Legislativo n.º 446, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga concessão à TV STÚDIOS DE TEÓFILO OTONI S/C LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo". O relator designado, ad hoc, é o Senador João Ribeiro e o projeto é aprovado por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 19: Projeto de Decreto Legislativo n.º 454, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga concessão à MELLO E BRUNO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Paramoti, Estado do Ceará". O relator designado, ad hoc, é o Senador João Ribeiro e o projeto é aprovado por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 20: Projeto de Decreto Legislativo n.º 291, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à CAMPO GRANDE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Glória de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul". O relator designado, ad hoc, é o Senador João Ribeiro e o projeto é aprovado por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 21: Projeto de Decreto Legislativo n.º 391, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à FABIANE COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Verê, Estado do Paraná". O relator designado, ad hoc, é o Senador João Ribeiro e o projeto é aprovado por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 22: Projeto de Decreto Legislativo n.º 418, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO DIFUSORA UNIÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de União da Vitória, Estado do Paraná". O relator designado, ad hoc, é o Senador João Ribeiro e o projeto é aprovado por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 23: Projeto de Decreto Legislativo n.º 348, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga concessão à TOPSPORTS VENTURES S.A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Jaguarão, Estado do Rio Grande do Sul". O relator designado é o Senador Alfredo Nascimento e o projeto é aprovado por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 24: Projeto de Decreto Legislativo n.º 415, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CONTINENTAL DE CURITIBA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Curitiba, Estado do Paraná". O relator designado é o Senador Alfredo Nascimento e o projeto é aprovado por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 25: Projeto de Decreto Legislativo n.º 416, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à FUNDAÇÃO EDUCACIONAL UNIÃO DA SERRA para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Marau, Estado do Rio Grande do Sul". O relator designado é o Senador Alfredo Nascimento e o projeto é aprovado por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 26: Projeto de Decreto Legislativo n.º 417, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO E CULTURA KARISMA DE ROLANTE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rolante, Estado do Rio Grande do Sul". O relator designado é o Senador Alfredo Nascimento e o projeto é aprovado por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 27: Projeto de Decreto Legislativo n.º 406, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga concessão ao SISTEMA DE RÁDIO E TELEVISÃO VALE DO SUCURIÚ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Ribas do Rio Pardo, Estado de Mato Grosso do Sul". O relator designado é o Senador Cícero Lucena e o projeto é aprovado por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 28: Projeto de Decreto Legislativo n.º 407, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL E LAZER DE FLORESTA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Central de Minas, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Cícero Lucena e o projeto é aprovado por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 29: Projeto de Decreto Legislativo n.º 479, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSO-

CIAÇÃO RADIOFÔNICA COMUNITÁRIA DE ICONHA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Iconha, Estado do Espírito Santo". O relator designado é o Senador Cícero Lucena e o projeto é aprovado por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 30: Projeto de Decreto Legislativo n.º 357, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO JORNAL FM FERNANDOPÓLIS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Fernandopólis, Estado de São Paulo". O relator designado, ad hoc, é o Senador Delcídio do Amaral e o projeto é aprovado por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 31: Projeto de Decreto Legislativo n.º 434, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO DIFUSORA COROADOS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de São Fidélis, Estado do Rio de Janeiro". O relator designado, ad hoc, é o Senador Delcídio do Amaral e o projeto é aprovado por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 32: Projeto de Decreto Legislativo n.º 377, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à BURITIS COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Boa Vista, Estado de Roraima". O relator designado é o Senador Ricardo Ferraço e o relatório é favorável. A deliberação da matéria é adiada. **Item 33: Projeto de Decreto Legislativo n.º 380, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à P1 SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Corumbaíba, Estado de Goiás". O relator designado é o Senador Ricardo Ferraço e o relatório é favorável. A deliberação da matéria é adiada. **Item 34: Projeto de Decreto Legislativo n.º 384, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MIRACATU LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Viseu, Estado do Pará". O relator designado é o Senador Ricardo Ferraço e o relatório é favorável. A deliberação da matéria é adiada. **Item 35: Projeto de Decreto Legislativo n.º 373, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga concessão à SM – COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Baixo Guandu, Estado do Espírito Santo". A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Ângela Portela e o projeto é aprovado por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 36: Projeto de Decreto Legislativo n.º 375, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga concessão à RÁDIO ITAÚNA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Jacinto Machado, Estado de Santa Catarina". A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Ângela Portela e o projeto é aprovado por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 37: Projeto de Decreto Legislativo n.º 460, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à FUNDAÇÃO ARQUIDIOCESANA DE CULTURA para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Aracaju, Estado de Sergipe". A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Ângela Portela e o projeto é aprovado por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 38: Projeto de Decreto Legislativo n.º 430, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à SOCIEDADE VALE DE COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Piçarras, Estado de Santa Catarina". O relator designado, ad hoc, é o Senador Lobão Filho e o projeto é aprovado por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 39: Projeto de Decreto Legislativo n.º 431, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à SOCIEDADE RÁDIO VANGUARDA LIMITADA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barão de Melgaço, Estado de Mato Grosso". O relator designado, ad hoc, é o Senador Lobão Filho e o projeto é aprovado por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 40: Projeto de Decreto Legislativo n.º 503, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA A VOZ DE GRUSSAÍ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João da Barra, Estado do Rio de Janeiro". O relator designado, ad hoc, é o Senador Lobão Filho e o projeto é aprovado por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 41: Projeto de Decreto Legis-**

lativo n.º 345, de 2012, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à FUNDAÇÃO PADRE URBANO THIESEN para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Novo Hamburgo, Estado do Rio Grande do Sul". O relator designado, ad hoc, é o Senador Lobão Filho e o projeto é aprovado por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 42: Projeto de Decreto Legislativo n.º 421, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à FUNDAÇÃO MATER ET MAGISTRA DE LONDRINA para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas tropicais na cidade de Londrina, Estado do Paraná". O relator designado, ad hoc, é o Senador Lobão Filho e o projeto é aprovado por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 43: Projeto de Decreto Legislativo n.º 422, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO MARINGÁ FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Maringá, Estado do Paraná". O relator designado, ad hoc, é o Senador Lobão Filho e o projeto é aprovado por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 44: Projeto de Decreto Legislativo n.º 423, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO SOCIEDADE CERRO AZUL LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cerro Largo, Estado do Rio Grande do Sul". O relator designado, ad hoc, é o Senador Lobão Filho e o projeto é aprovado por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 45: Projeto de Decreto Legislativo n.º 408, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL GUARANÉSIA VIVA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guaranésia, Estado de Minas Gerais". A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Lídice da Mata e o projeto é aprovado por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 46: Projeto de Decreto Legislativo n.º 409, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO SARDOAENSE – COMUNITÁRIA, SOCIAL E CULTURAL SANTO ANTÔNIO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sardoá, Estado de Minas Gerais". A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Lídice da Mata e o projeto é aprovado por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 47: Projeto de Decreto Legislativo n.º 445, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA INTEIRA AÇÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo". A relatora designada é a Senadora Lídice da Mata e o projeto é aprovado por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 48: Projeto de Decreto Legislativo n.º 453, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO SÃO VICENTE DE PAULA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Farias Brito, Estado do Ceará". A relatora designada é a Senadora Lídice da Mata e o projeto é aprovado por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 49: Projeto de Decreto Legislativo n.º 438, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à CSR – CENTRAL SISTEMA DE RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Formosa, Estado de Goiás". O relator designado é o Senador Delcídio do Amaral e o projeto é aprovado por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 50: Projeto de Decreto Legislativo n.º 439, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à REDE BRASILEIRA DE ESPORTES COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Orizona, Estado de Goiás". O relator designado é o Senador Delcídio do Amaral e o projeto é aprovado por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 51: Projeto de Decreto Legislativo n.º 366, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO E TELEVISÃO CAMPINA GRANDE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba". O relator designado, ad hoc, é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 52: Projeto de Decreto Legislativo n.º 367, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à FUNDAÇÃO ALDO CARVALHO DE COMUNICAÇÃO

SOCIAL para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Belém, Estado do Pará". O relator designado, ad hoc, é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 53: Projeto de Decreto Legislativo n.º 368, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CLUBE DE MOCOCA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mococa, Estado de São Paulo". O relator designado, ad hoc, é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 54: Projeto de Decreto Legislativo n.º 369, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO E TELEVISÃO MATOZINHO FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Três Rios, Estado do Rio de Janeiro". O relator designado, ad hoc, é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 55: Projeto de Decreto Legislativo n.º 303, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO SENTINELA DO VALE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Gaspar, Estado de Santa Catarina". O relator designado, ad hoc, é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 56: Projeto de Decreto Legislativo n.º 359, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CULTURA DE ASTORGA S/C LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Astorga, Estado do Paraná". O relator designado, ad hoc, é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 57: Projeto de Decreto Legislativo n.º 399, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO RIO MAR LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Manaus, Estado do Amazonas". O relator designado, ad hoc, é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 58: Projeto de Decreto Legislativo n.º 413, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO PORTO BRASIL FM ESTEREO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porto Seguro, Estado da Bahia". O relator designado, ad hoc, é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 59: Projeto de Decreto Legislativo n.º 414, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à EMPRESA DE COMUNICAÇÃO CORREIO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Princesa Isabel, Estado da Paraíba". O relator designado, ad hoc, é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 60: Projeto de Decreto Legislativo n.º 475, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO CACIQUE DE CAPÃO BONITO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Capão Bonito, Estado de São Paulo". O relator designado, ad hoc, é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 61: Projeto de Decreto Legislativo n.º 481, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à REDE CENTRAL DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Recife, Estado de Pernambuco". O relator designado, ad hoc, é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 62: Projeto de Decreto Legislativo n.º 459, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à S.A. RÁDIO TUPI para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro". O relator designado, ad hoc, é o Senador João Ribeiro e o projeto é aprovado por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 63: Projeto de Decreto Legislativo n.º 466, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a conces-são outorgada à RÁDIO SERRA DA BOA ESPERANÇA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Boa Esperança, Estado de Minas Gerais". O relator designado, ad hoc, é o Senador João Ribeiro e o projeto é aprovado por 9 (nove) votos favoráveis. Nada mais havendo a tratar, a presidência

encerra a reunião, às dez horas e trinta e um minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática** lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Eduardo Braga,** Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Declaro aberta a 31ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Antes de iniciamos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunicados da Presidência.

Justificam as ausências os Exmºs Senadores Sérgio Souza e Walter Pinheiro, que se encontram em missão oficial.

Convite para participar do fórum das agências reguladoras que ocorrerá no dia 6 de dezembro, amanhã, no auditório da Agência Nacional de Águas (ANA). O fórum terá como tema Destaques e Perspectivas da Regulação em 2012 – Avanços da Regulação Brasileira.

Convite para participar das comemorações do 30º aniversário da Associação Brasileira de Energia Nuclear (Aben), ocasião em que se realizará também a sessão solene de posse da diretoria eleita para o biênio 2013/2014, dia 13 de dezembro, quinta-feira, no Clube de Engenharia, no Rio de Janeiro.

Conforme já anunciado em outras oportunidades, a CCT do Senado realizará, no dia 12 de dezembro próximo, em complemento à audiência realizada no dia 8 de agosto, audiência pública que terá como tema a situação e a qualidade do serviço móvel pessoal, a atuação e o investimento das operadoras de telefonia móvel e as medidas adotadas pela Anatel.

Já confirmaram presença o Sr. Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), João Batista de Rezende, e o Diretor-Executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (Sinditelebrasil), Sr. Eduardo Levy.

Na oportunidade, a Anatel informará a esta Casa os resultados apurados quanto aos planos de investimentos apresentados pelas operadoras de telefonia móvel e índices de qualidade.

A exemplo também da audiência de 8 de agosto do corrente ano, a Comissão de Ciência e Tecnologia, em parceria com o Alô Senado, abriu os canais de interação com a sociedade para que os cidadãos se manifestem e apresentem seus comentários, reforçando a missão desta Comissão.

Feitos os comunicados, vamos à pauta.

ITEM 1

TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 121, de 2008
– Não Terminativo –

Proíbe as empresas de cartões de pagamento de autorizarem transações relacionadas com jogos de azar e pornografia infantil via rede mundial de computadores.
Autoria: Senador Magno Malta.

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 255, de 2009
– Não Terminativo –

Define como crime a facilitação da exploração de jogo de azar por meio de rede de computadores, dispositivo de comunicação ou sistema informatizado, bem como a autorização para pagamento de crédito ou aposta relacionados ao referido jogo.
Autoria: Senador Garibaldi Alves Filho
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro.

A Secretária da Comissão informa que o Senador Flexa Ribeiro estaria chegando agora, às 9h40 em um voo aqui em Brasília. No entanto, esta matéria não é terminativa. Eu gostaria de pedir à Senadora Angela Portela que, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro, apresentasse o relatório.

Com a palavra a Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Vamos à leitura do relatório, Sr. Presidente.

Vêm a esta Comissão para análise, nos termos do art. 104-C, VIII, do Regimento Interno do Senado Federal, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 121, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta, e o Projeto de Lei do Senado nº 255, de 2009, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho. Tais proposições tramitam em conjunto por força da aprovação do Requerimento nº 854, de 2009, proposto pelo Senador Romero Jucá.

O PLS nº 121, de 2008, por sua vez, impõe às empresas de cartão de crédito a proibição de autorizar operações de crédito ou de débito em conta bancária decorrentes do uso da rede mundial de computadores ou Internet para participação em jogos ilícitos ou

para aquisição ou aluguel de filmes, textos, fotografias e demais bens e serviços postos à disposição por sítios que ofereçam material pornográfico envolvendo a participação de menores de 18 anos. Na esteira do que dispõe o Código de Defesa do Consumidor, tais lançamentos serão considerados cobranças indevidas.

O PLS nº 255, de 2009, reconhecidamente inspirado em legislação dos Estados Unidos da América, propõe criminalizar a conduta de quem permitir, assegurar ou facilitar a promoção ou a exploração de jogo de azar por meio de rede de computadores de dispositivo de comunicação de sistema informatizado. Também autorizar ou aceitar pagamento relativo à compra de créditos ou à participação em apostas de jogo de azar seria crime punido com detenção de um a três anos e multa.

Vamos agora à análise.

Preliminarmente, registramos não existirem vícios de constitucionalidade, injuridicidade ou regimentalidade nas proposições em exame. Os projetos cuidam da matéria inserida na competência legislativa da União. Cabe ao Congresso Nacional dispor sobre a matéria e é legítima a iniciativa parlamentar. Não há norma constitucional que, no aspecto material, esteja em conflito com o teor das proposições em exame.

Desse modo, instituindo-se a proibição do uso de cartões crédito emitidos no Brasil como meio de pagamento para apostas em jogos de azar e aquisição de pornografia infantil, torna-se desnecessária a criminalização das condutas preconizada pelo Projeto de Lei do Senado nº 255, em atenção ao princípio da subsidiariedade penal. O Direito Penal deve ser sempre a *ultima ratio*, reservada apenas às mais graves lesões a bens jurídicos, essa a razão pela qual indicamos a sua rejeição.

Demais disso, as penas que vinham sugeridas para condutas que em suma se referiam a meras hipóteses de facilitação do jogo de azar eram muitíssimo mais altas que as previstas para a própria exploração do jogo em si, conforme se depreende dos arts. 50 a 58 da Lei das Contravenções Penais (Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941).

Registre-se, que a rejeição do PLS nº 255, de 2009, em nada altera a persecução penal da facilitação da pornografia infantil que, em se tratando de conduta muito mais grave, envolvendo a prática de crimes hediondos até, continua severamente regulada pelo §1º do art. 241-A do Estatuto da Criança e do Adolescente

Também a Caixa Econômica Federal, em Nota Técnica que nos foi encaminhada, informou que o Sistema das Loterias Federais utilizam canais virtuais em seus serviços, os quais seriam afetados pela aprovação do PLS nº 255, de 2009. É, pois, imperativo evitar uso da Internet para a prática de ilícitos penais, sem que se afete a prestação virtual de serviços públicos importantes.

Já quanto às emendas propostas pelo Senador Ciro Nogueira, somos pela aprovação da Emenda nº 1, CCT, na forma de subemenda que apresentamos para deixar claro que os sujeitos de pedofilia não farão jus ao recebimento em dobro da cobrança indevida, mas tão somente as empresas de cartões de crédito ficarão sujeitas às penas previstas no art. 56 do Código de Defesa do Consumidor.

Mantém-se, contudo, a repetição do indébito para os jogos de azar.

A Emenda nº 2, da CCT, no entanto, deve ser rejeitada, não porque não tenha valor, mas porque instaura discussão sobre a viabilidade técnica de os provedores de Internet bloquearem o acesso de seus assinantes aos sítios suspeitos, matéria estranha ao objeto do PLS e que pode atrasar a tramitação do restante da proposição, que data de 2008.

Nesse sentido, portanto, contraria o art. 7º, inciso II, 2º, da Lei Complementar nº 95, de 1998, que estabelece que a lei não conterá matéria estranha ao seu objeto, no caso, o estabelecimento de proibições apenas às empresas de cartões de pagamento.

Voto.

Ante o exposto, somos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 255, de 2009, e pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 121, de 2008, devendo ser rejeitada a Emenda nº 2-CCT e aprovada a Emenda nº 1– CCT, na forma da subemenda a seguir, bem como as seguintes emendas do Relator:

SUBEMENDA Nº 1 – CCT

Acrescente-se ao art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 121, de 2008, parágrafo único com a seguinte redação:

> Parágrafo único. No caso do inciso II do art. 1º, as penalidades serão exclusivamente as previstas no art. 56 do Código de Defesa do Consumidor.

EMENDA Nº 3 – CCT

Dê-se ao inciso I do art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 121, de 2008, a seguinte redação :

> I – participação em jogos de azar ou loterias não autorizadas.

EMENDA Nº 4 – CCT

Dê-se ao inciso II do art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 121, de 2008, a seguinte redação:

II – pagamentos a sítios que apresentem, vendam, forneçam ou divulguem fotografias, cenas ou imagens com pornografia ou cenas de sexo explícito envolvendo criança ou adolescente.

EMENDA Nº 5 – CCT

Exclua-se o § 2º do texto do art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 121, de 2008, renomeando-se o §1º como Parágrafo único, com a seguinte redação:

Parágrafo único. A proibição constante do caput compreende todos os cartões de crédito, débito ou pagamento emitidos no Brasil.

Esse, Sr. Presidente, é o relatório do Senador Flexa Ribeiro.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Com a palavra, a Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, apesar da boa intenção dos autores, o projeto de lei como o próprio... São dois projetos de lei apensados, e o próprio Relator já rejeita um deles integralmente.

Essa rejeição, com a emenda aprovada, tornará completamente inócuo o segundo projeto, de forma que acho que o mais correto seria a rejeição integral do projeto. Então, proponho que o voto seja pela rejeição total, uma vez que o que temos aqui é uma rejeição parcial. Rejeitando-se o primeiro projeto, que é o projeto, se não me engano, do Senador Garibaldi... Não, do Senador Magno Malta... Não, o Projeto nº 255 é do Senador Garibaldi Alves, que define como crime de facilitação e exploração o jogo de azar, e o segundo projeto é o do Senador Magno Malta, que proíbe às empresas de cartão o pagamento autorizado de transações relacionadas com o jogo de azar e pornografia infantil.

A parte que diz respeito à pornografia infantil está completamente coberta pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, e o que resta está prejudicado pelo conjunto da rejeição do outro projeto e deste.

Portanto, acho que deveríamos conduzir à rejeição do projeto como um todo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Quero dizer a V. Exª que concordo com a opinião de V. Exª de que esse projeto deveria ser rejeitado na totalidade.

E acabamos de alcançar, portanto, o quórum para que pudéssemos deliberar matérias não terminativas.

Portanto, coloco em discussão... Não sei se a Senadora Angela Portela gostaria de discutir.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Eu gostaria, Sr. Presidente, de pedir vista desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Vista concedida, então, à Senadora Angela Portela, para que possamos analisar melhor...

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Analisar melhor, aprofundar o debate sobre esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – ... fazer o debate sobre esse importante projeto, que precisa, efetivamente, da reflexão dos Srs. Senadores e das Srªs Senadoras.

Como a Senadora Angela Portela apresentou o relatório *ad hoc*, eu solicitaria à Senadora Lídice que apoiasse o pedido de vista, para que...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sim, sim. Pois não. De vista coletiva, para que possa, no prazo definido, voltar...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Exatamente.

Então, vista concedida à Senadora Lídice da Mata e à Senadora Angela Portela, para que possamos, na próxima reunião, deliberar.

O item 2 da pauta é um requerimento. O autor do requerimento não está presente; então, aguardamos a chegada do nosso Senador.

Passamos aos itens 3, 4 e 5 da pauta.

ITEM 3

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 278, de 2012 – Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA SAMBÊ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Bonito, Estado do Rio de Janeiro.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senadora Angela Portela
Relatório: Pela aprovação

ITEM 4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 351, de 2012 – Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ONG – INSTITUTO NOSSA SENHORA DE NAZARÉ DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER DE BARCARENA PARÁ – INSNEELB para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barcarena, Estado do Pará.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senadora Angela Portela
Relatório: Pela aprovação

ITEM 5

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 426, de 2012
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO ESTÚDIO "A" FM – ASCRE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Seringueiras, Estado de Rondônia.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senadora Angela Portela
Relatório: Pela aprovação

Passo a palavra para a Senadora Angela Portela para relatar os itens 3, 4 e 5 da pauta do dia de hoje.

Com a palavra a Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Sr. Presidente, vamos à leitura do voto do Projeto de Decreto Legislativo (PDS) n° 278, de 2012, que aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Sambê, para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Rio Bonito, Estado do Rio de Janeiro.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS n° 278, de 2012, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos, quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Sambê, para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Rio Bonito, Estado do Rio de Janeiro, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Projeto de Decreto Legislativo nº 351, de 2012, que aprova o ato que outorga autorização à ONG – Instituto Nossa Senhora de Nazaré de Educação, Esporte e Lazer, de Barcarena, Pará, para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Barcarena, Estado do Pará.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos, quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à ONG – Instituto Nossa Senhora de Nazaré de Educação, Esporte e Lazer de Barcarena, Pará – INSNEELB, para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Barcarena, Estado do Pará, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Projeto de Decreto Legislativo nº 426, de 2012, da Câmara que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Estúdio "A" FM – Ascre, para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Seringueiras, Estado de Rondônia.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS n° 426, de 2012, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos, quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Estúdio "A" FM, para executar serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Seringueiras, Estado de Rondônia, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esses são os votos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço à Senadora Angela Portela.

Como procedemos, em todas as reuniões, vamos lendo, portanto, os relatórios, para que, ao cabo, possamos colocar em bloco os relatórios favoráveis e, porventura, os não favoráveis, para a votação nominal, de acordo com o que determina o Regimento em matérias terminativas.

Pediria à Senadora Lídice da Mata, para, como Relatora *ad hoc* de plenário, pudesse apresentar os relatório dos itens 6, 7 e 8 da pauta da Ordem do Dia de hoje.

ITEM 6

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 401, de 2012
– Terminativo –

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à SOCIEDADE BARRENSE DE RADIODIFUSÃO LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barra do Piraí, Estado do Rio de Janeiro.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro
Relatório: Pela aprovação

ITEM 7

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 402, de 2012
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SOCIEDADE BENEFICÊNCIA VIDA NOVA para executar serviço

de radiodifusão comunitária na cidade de Novo Alegre, Estado do Tocantins.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro
Relatório: Pela aprovação

ITEM 8

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 473, de 2012 – Terminativo –

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO CONTINENTAL LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Palotina, Estado do Paraná.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro
Relatório: Pela aprovação

Com palavra a Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, trata-se Projeto de Lei da Câmara dos Deputados que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Sociedade Barrense de Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Barra do Piraí, Estado do Rio de Janeiro. E, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 401, de 2012, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a permissão outorgada à Sociedade Barrense de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barra do Piraí, Estado do Rio de Janeiro, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Item 7, que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Sociedade Beneficência Vida Nova para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Novo Alegre, Estado do Tocantins. Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 402, de 2012, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária Sociedade Beneficência Vida Nova para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Novo Alegre, Estado do Tocantins, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Item 8, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Continental Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Palotina, Estado do Paraná. Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS n° 473, de 2012, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a concessão outorgada à Rádio Continental Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Palotina, Estado do Paraná, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu queria agradecer a nossa eminente Senadora Lídice da Mata, e eu pediria à Senadora Ângela Portela, para que, novamente como Relatora ad hoc de plenário, pudesse apresentar o parecer para os itens 9, 10 e 11 da pauta do dia de hoje.

Com a palavra a Senadora Ângela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) –

ITEM 9

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 382, de 2012 – Terminativo –

Aprova o ato que outorga permissão à PORTAL COMUNICAÇÕES LTDA. Para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sooretama, Estado do Espírito Santo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Ivo Cassol (Substituído por *Ad Hoc*)
Relatoria *Ad Hoc*: Senadora Angela Portela
Relatório: Pela aprovação

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS n° 382, de 2012, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Portal Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sooretama, Estado do Espírito Santo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

ITEM 10

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 383, de 2012
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga permissão à PORTAL COMUNICAÇÕES LTDA. Para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itarana, Estado do Espírito Santo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Ivo Cassol (Substituído por *Ad Hoc*)
Relatoria *Ad Hoc*: Senadora Angela Portela
Relatório: Pela aprovação

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS n° 383, de 2012, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Portal Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itarana, Estado do Espírito Santo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

ITEM 11

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 386, de 2012
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga permissão à MERCOM BRASÍLIA COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Guaraci, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Ivo Cassol (Substituído por *Ad Hoc*)
Relatoria *Ad Hoc*: Senadora Angela Portela
Relatório: Pela aprovação

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 386, de 2012, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Mercom Brasília Comunicação Ltda. para explorar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Guaraci, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara.

Esses são os votos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo à eminente Senadora Angela Portela, aproveito para registrar a presença do nosso Presidente em exercício da Câmara Municipal de Manaus, Vereador Marcel Alexandre; do nosso glorioso PMDB, Senador Lobão Filho, comparecendo à nossa reunião no dia de hoje.

Cumprimentando o nosso Vereador Marcel Alexandre, eu gostaria de pedir ao Senador Edison Lobão Filho que pudesse, como Senador *ad hoc* de Plenário, apresentar o Parecer para o item 15 da pauta, o PDS nº 456 – tudo bem, Senador? –, nº 456, e o item 16, PDS nº 281, e o item 17, PDS nº 448.

Passo a palavra, portanto, ao eminente Senador Edison Lobão Filho.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) –

ITEM 15

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 456, de 2012
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA DE CAIÇARA DISTRITO DE CRUZ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cruz – Vila Caiçara, Estado do Ceará.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Anibal Diniz (Substituído por *Ad Hoc*)
Relatoria *Ad Hoc*: Senador Lobão Filho
Relatório: Pela aprovação

Sr. Presidente, o voto.

Não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, o voto é pela aprovação do ato que outorga a autorização à Associação de Desenvolvimento Social e Comunicação Comunitária de Caiçara Distrito de Cruz para executar o referido serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cruz, Estado do Ceará, na forma do Projeto de Decreto Legislativo, originário da Câmara dos Deputados.

O próximo, além do 15, é o... (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – 16. E o 17.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) –

ITEM 16

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 281, de 2012
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à FUNDAÇÃO MARTINHO CANUTO DE MELO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Coivaras, Estado do Piauí.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador João Capiberibe (Substituído por *Ad Hoc*)
Relatoria *Ad Hoc*: Senador Lobão Filho
Relatório: Pela aprovação

Sr. Presidente, o voto.

Tendo em vista que pela documentação não foi evidenciada violação da legislação pertinente e não há reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, o voto é pela aprovação do ato que outorga autorização à Fundação Martinho Canuto de Melo para executar o serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Coivaras, no Estado do Piauí.

ITEM 17

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 448, de 2011
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS APOSENTADOS, PENSIONISTAS, DEFICIENTES FÍSICOS E IDOSOS DO MUNICÍPIO DE TAIOBEIRAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Taiobeiras, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador João Capiberibe (Substituído por *Ad Hoc*)
Relatoria *Ad Hoc*: Senador Lobão Filho
Relatório: Pela aprovação

O voto, Sr. Presidente.

Tendo em vista que o exame da documentação não evidenciou violação da legislação pertinente e não há reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, o voto é pela aprovação que outorga autorização à Associação dos Aposentados, Pensionistas, Deficientes Físicos e Idosos do Município de Taicheiras...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Taiobeiras, não é não?

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Ah, eu não sei, a letra é pequena.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Taiobeiras.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Taiobeiras.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Taiobeiras.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Taiobeiras, para executar o serviço de radiodifusão comunitária – é... – na cidade, no Estado de Minas Gerais.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo ao nosso eminente Senador Lobão Filho, eu pediria ao nosso querido Senador João Ribeiro aqui presente para que também contribuísse com a nossa Comissão como Relator de Plenário para os itens 18, 19 e 20 da pauta, PDS nº 446, de 2012, PDS nº 454 e PDS nº 291, de 2012. E pediria também ao eminente Senador que fizesse o PDS nº 391, que é o item 21, e o item 22. Assim, teríamos 4 projetos sendo relatados pelo nobre Senador João Ribeiro. Na realidade são 5, desculpem. Seriam os de nºs 446, 454, 291, 391 e 418.

Com a palavra o Senador João Ribeiro.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PR – TO) –

ITEM 18

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 446, de 2012
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga concessão à TV STÚDIOS DE TEÓFILO OTONI S/C LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Eduardo Lopes (Substituído por *Ad Hoc*)
Relatoria *Ad Hoc*: Senador João Ribeiro
Relatório: Pela aprovação

O voto é favorável, Sr. Presidente.

ITEM 19

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 454, de 2012
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga concessão à MELLO E BRUNO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Paramoti, Estado do Ceará.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Eduardo Lopes (Substituído por *Ad Hoc*)
Relatoria *Ad Hoc*: Senador João Ribeiro
Relatório: Pela aprovação

O voto também é favorável, Sr. Presidente.

ITEM 20

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 291, de 2012
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga permissão à CAMPO GRANDE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Glória de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Benedito de Lira (Substituído por *Ad Hoc*)
Relatoria *Ad Hoc*: Senador João Ribeiro
Relatório: Pela aprovação

O voto também é favorável, Sr. Presidente.

ITEM 21

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 391, de 2012
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga permissão à FABIANE COMUNICAÇÕES LTDA. Para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Verê, Estado do Paraná.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Benedito de Lira (Substituído por *Ad Hoc*)
Relatoria *Ad Hoc*: Senador João Ribeiro
Relatório: Pela aprovação

O voto é favorável, Sr. Presidente.

O item 22 também, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – O item 22 também.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PR – TO) – Se quiser eu continuo aqui mais, porque vou fazer rápido.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Está com disposição hoje.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PR – TO) –

ITEM 22

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 418, de 2012
– Terminativo –

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO DIFUSORA UNIÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de União da Vitória, Estado do Paraná.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Benedito de Lira (Substituído por *Ad Hoc*)
Relatoria *Ad Hoc*: Senador João Ribeiro
Relatório: Pela aprovação

Também o voto é favorável, Sr. Presidente.

Mais algum?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo a V. Exª, eu agora vou poupar V. Exª e vou pedir ao nosso eminente Senador Delcídio do Amaral, sempre competente e eficiente Senador, nosso Presidente da CAE, que também contribua com a nossa Comissão relatando o item 27 da pauta, bem como o item 28 e o item 29.

O Cícero está vindo? Está bem. Então são os itens 30 e 31 da pauta. Eu pediria a V. Exª, portanto, que relatasse os itens 30 e 31 da pauta, Senador Delcídio do Amaral.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PR – TO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Com a palavra o Senador João Ribeiro.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PR – TO) – Sr. Presidente, eu só queria fazer um comentário, quando for o momento oportuno, sobre a aprovação da Rádio Comunitária do Município de Novo Alegre, no Estado do Tocantins, por ser do meu Estado. E a gente não pode relatar item do próprio Estado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Com o maior prazer, Senador.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PR – TO) – No momento certo, eu queria fazer a fala. Eu acho que é o item 7.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Já foi relatado *ad hoc*, portanto, V. Exª...

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PR – TO) – Então eu posso falar neste momento?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Pode, claro.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PR – TO) – Eu queria apenas dizer que o Prefeito de Novo Alegre, Wilson, é um amigo e que o Município é pequeno, mas é um Município querido. E eu tenho cuidado muito de perto

e apoiado essa questão das rádios comunitárias. No meu querido Tocantins já há mais de setenta instaladas. São 139 Municípios. Eu acho muito importante essa questão da comunicação, porque, num Estado como o nosso, que tem muita dificuldade, problema de estrada, uma série de outras coisas, a rádio comunitária ajuda muito a população, sobretudo na questão da informação. Então, o Município de Novo Alegre já merecia essa nova rádio comunitária, como todos os Municípios. Alguns já têm duas, três. Portanto, a minha fala é só para dizer que eu venho aqui hoje no sentido de apoiar a aprovação.

Agradeço a Senadora Lídice da Mata, que relatou, de forma *ad hoc,* e que... Novo Alegre está ali dividindo com a Bahia, viu, Senadora? A cidade de Novo alegre é pertinho de Taguatinga, está ali próxima da região de Barreiras, está ali na divisa com a Bahia. Então, a cidade é quase baiana também. Deve haver muita gente da Bahia lá.

Então, é isso Sr. Presidente. Agradeço a Senadora Lídice, porque...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu que agradeço V. Exª, pedindo apenas ao nosso querido João Ribeiro que não deixe de permanecer na Comissão, porque nós estamos aguardando alguns Senadores para que possamos ter quórum para votar matérias terminativas.

Peço ao nosso eminente Senador Delcídio do Amaral que possa relatar os itens nºs 30 e 31 da pauta.

Com a palavra o Senador Delcídio do Amaral.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, o item 30 trata, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 357, de 2012 (nº 3.016, de 2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Radio Jornal FM Fernandópolis Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Fernandópolis, Estado de São Paulo.

Eu conheço muito Fernandópolis, Sr. Presidente, porque lá nós treinamos muita gente que trabalhou em Tucuruí, numa usina da Cesp chamada Água Vermelha, que fica ali próximo.

Eu vou logo, Sr. Presidente, ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 357, de 2012, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a permissão outorgada à Rádio Jornal FM Fernandópolis Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Fernandópolis, Estado de São Paulo, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Depois, o Parecer do item 31, também da Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 434, de 2012 (nº 344, de 2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Difusora Coroados Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de São Fidélis, Estado do Rio de Janeiro.

Eu vou direto ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 434, de 2012, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria e, não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a concessão outorgada à Rádio Difusora Coroados Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de São Fidélis, Estado do Rio de Janeiro, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

(São os seguintes os itens cujos relatórios foram apresentados:

ITEM 30

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 357, de 2012
– Terminativo –

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO JORNAL FM FERNANDOPÓLIS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Fernandopólis, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg

ITEM 31

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 434, de 2012
– Terminativo –

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO DIFUSORA COROADOS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de São Fidélis, Estado do Rio de Janeiro.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg.)

Sr. Presidente, se V. Exª e os demais Senadores assim entenderem, eu sou Relator também dos itens nºs 49 e 50. Se V. Exª me permitir...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Com a palavra, portanto, o nosso Senador Delcídio do Amaral para proferir o relatório dos itens nºs 49 e 50 da nossa pauta, na qualidade de Relator.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, estou pedindo essa antecipação, exatamente porque temos, concomitantemente, uma audiência pública, na Comissão de Assuntos Econômicos, solicitada, requerida, pela Senadora Ana Amélia, relativa à indústria automobilística, os incentivos à indústria automobilística no Brasil.

Portanto, Sr. Presidente, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 438, de 2012, e nº 2.971, de 2010, na Câmara dos Deputados, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à CSR – Central Sistema de Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, na cidade de Formosa, Estado de Goiás. E já vou ao voto, Sr. Presidente: tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS n° 438, de 2012, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria e não havendo reparos, quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a permissão outorgada à CSR – Central Sistema de Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Formosa, Estado de Goiás, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

E passo, agora, para o item nº 50, conforme determinação de V. Exª. Também em caráter terminativo o Projeto de Decreto Legislativo nº 439, de 2012, nº 38, de 2011, na Câmara dos Deputados, que aprova o ato que outorga permissão à Rede Brasileira de Esportes Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Orizona, Estado de Goiás. E vou direitamente ao voto: tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS n° 366, de 2012, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos, quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga a permissão à Rede Brasileira de Esportes Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Orizona, Estado de Goiás, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados, Sr. Presidente.

(São os seguintes os itens cujo relatórios foram apresentados:

ITEM 49

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 438, de 2012
– Terminativo –

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à CSR – CENTRAL SISTEMA DE RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Formosa, Estado de Goiás.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Delcídio do Amaral
Relatório: Pela aprovação

ITEM 50

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 439, de 2012
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga permissão à REDE BRASILEIRA DE ESPORTES COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Orizona, Estado de Goiás.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Delcídio do Amaral.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço ao nosso eminente e sempre competente Senador Delcídio do Amaral.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Pois não.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Se me permite, queria fazer uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Pois não.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Atingimos a metade exata dos projetos a serem relatados. Agora, daqui a 8 minutos, começa a minha Comissão juntamente com a do Senador Delcídio e a CCJ também. Sugeriria que pudéssemos votar, já que é terminativo, mas temos o quórum exatamente necessário, pelo menos essa metade e, depois, continuaríamos com a outra metade, para não correr riscos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Claro que a colocação de V. Exª é sempre muito pertinente. Gostaria apenas de – já chegaram ao plenário o Senador Cícero Lucena, que

é nosso Relator, o Senador Cyro Miranda, nosso Relator, o Senador Alfredo Nascimento – propor que pudéssemos, então, ouvir o relato desses pareceres e, logo em seguida, acataríamos a solicitação de V. Exª.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Pela ordem o Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – No meu caso, como os relatórios já foram distribuídos anteriormente, dou por lido e espero só a votação.

O SR. JOÃO ALBERTO DE SOUZA (Bloco/PMDB – MA) – Pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço a V. Exª, mas os terminativos, porque os terminativos de V. Exª ainda não foram lidos, apenas o não terminativo.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Mesmo o terminativo, por ter sido o relatório distribuído já anteriormente, então, considero como lido.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço a eficiência do nosso eminente Senador Cícero Lucena, que, assim, agiliza o nosso trabalho.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – O Sr. Presidente, pela ordem. Os meus processos são de 23 a 26, são terminativos, sou pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Apenas preciso ler o número dos processos, para que constem, na ata, os processos. Consulto ao Senador Cyro Miranda se também adotará o mesmo procedimento.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Ainda vou simplificar a sua fala, Sr. Presidente, relato os PDSs nº 337, nº 395 e nº 396, de 2012, todos pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Craque, como sempre, nosso eminente Senador...

(Intervenção fora do microfone.)(Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Nós poderíamos, inclusive adotando esse procedimento, tendo em vista que o relatório foi distribuído, citar todos os processos e colocar, em seguida, em votação, se os Srs. Senadores e Srªs Senadoras assim o permitirem.

Eu terei apenas de nominar um Senador como *ad hoc* para que eu possa fazê-lo.

Então, para que eu não perca o controle aqui, vamos estabelecer a seguinte ordem: Senador Cyro Miranda, Relator dos PDS nºs 337, 395, 396, com parecer favorável, dá como lido o seu parecer.

A seguir, o Senador Alfredo Nascimento dá como lidos os pareceres dos PDS nºs 348, 415, 416 e 417, de 2012, todos com parecer favorável.

O Senador Cícero Lucena dá como lidos os PDS nºs 406, 407, 479, todos de 2012.

Recebo aqui, à mesa, do Senador Ricardo Ferraço, pedido para retirar de pauta os PDS nºs 377, 380 e 384.

Retirados de pauta.

(São os seguintes os itens retirados:

ITEM 32

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 377, de 2012
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga permissão à BURITIS COMUNICAÇÕES LTDA. Para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Boa Vista, Estado de Roraima.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Ricardo Ferraço

ITEM 33

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 380, de 2012
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga permissão à P1 SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Corumbaíba, Estado de Goiás.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Ricardo Ferraço

ITEM 34

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 384, de 2012
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga permissão à EMPRESA DE RADIODIFUSÃO MIRACATU LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Viseu, Estado do Pará.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Ricardo Ferraço.)

Eu pediria para nomear a Senadora Angela Portela como Relatora *ad hoc* dos PDS nºs 373, 375, 460, todos com parecer favorável.

Também pediria permissão para designar como Relator *ad hoc* o Senador Lobão Filho para os PDS nºs 430, 431, 503 e 345, todos com parecer favorável.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – O Petecão, exatamente. Walter Pinheiro, todos. Petecão, nº 345, bem como nºs 421, 422 e 423, todos com parecer favorável e todos de 2012.

Peço permissão também ao Plenário para designar a Senadora Lídice da Mata para ser Relatora *ad hoc* dos PDS nºs 408 e 409, bem como Relatora do PDS nº 445 e 453, todos de 2012 e todos com parecer favorável.

Também, da mesma maneira, designo como Relator *ad hoc* o Senador Cyro Miranda para os PDS nºs 366, 367, 368 e 369, todos de 2012 e todos com parecer favorável.

Designo também o Senador Alfredo Nascimento... – tem um do Amazonas aqui no meio. Então, continuamos com o Senador Cyro Miranda para os PDS nºs 303, 359, 399, 413, 414, 475 e 481, todos de 2012, todos com parecer favorável, pela aprovação.

Designo ainda o Senador João Ribeiro para ser Relator *ad hoc* dos PDS nºs 459, 466, todos de 2012 e todos com parecer favorável.

Acabamos a leitura dos pareceres.

Vamos colocar em discussão.

Não havendo Senadores e Senadoras que queiram discutir a matéria, vamos à votação.

Como vota a Senadora Angela Portela?

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB – AM) – Como vota o Senador Delcídio do Amaral?

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Com os competentes Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB – AM) – Como vota a Senadora Lídice da Mata?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Com os Relatores, pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB – AM) – Como vota o Senador Lobão Filho?

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB – AM) – Como vota o Senador João Alberto?

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco/PMDB – MA) – Pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB – AM) – Como vota o Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com todos os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB – AM) – Como vota o Senador Cícero Lucena?

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Com todos os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB – AM) – Como vota o Senador Alfredo Nascimento?

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco/PR – AM) – Com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB – AM) – Como vota o Senador João Ribeiro?

O SR. JOÃO RIBEIRO (PR – TO) – Com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB – AM) – Os pareceres favoráveis apresentados na pauta de hoje todos foram aprovados com a votação unânime dos Srs. Senadores aqui nominados e presentes.

Lembro que os projetos todos são terminativos. Listamos todas as matérias já aprovadas.

Portanto, declaro aprovada a pauta.

(São os seguintes os itens apreciados:

ITEM 12

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 337, de 2012
– Terminativo –

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à SUPER RÁDIO DEUS É AMOR LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Cyro Miranda
Relatório: Pela aprovação.

ITEM 13

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 395, de 2012
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga permissão à REDE UNIÃO DE RÁDIO E TELEVISÃO DO PARÁ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Baião, Estado do Pará.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Cyro Miranda
Relatório: Pela aprovação.

ITEM 14

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 396, de 2012
– Terminativo –

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO CLUBE DE ITARARÉ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora

em ondas médias na cidade de Itararé, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Cyro Miranda
Relatório: Pela aprovação.

ITEM 23

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 348, de 2012
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga concessão à TOPSPORTS VENTURES S.A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Jaguarão, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Alfredo Nascimento
Relatório: Pela aprovação

ITEM 24

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 415, de 2012
– Terminativo –

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CONTINENTAL DE CURITIBA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Alfredo Nascimento
Relatório: Pela aprovação.

ITEM 25

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 416, de 2012
– Terminativo –

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à FUNDAÇÃO EDUCACIONAL UNIÃO DA SERRA para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Marau, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Alfredo Nascimento
Relatório: Pela aprovação.

ITEM 26

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 417, de 2012
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO E CULTURA KARISMA DE ROLANTE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rolante, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Alfredo Nascimento
Relatório: Pela aprovação.

ITEM 27

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 406, de 2012
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga concessão ao SISTEMA DE RÁDIO E TELEVISÃO VALE DO SUCURIÚ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Ribas do Rio Pardo, Estado de Mato Grosso do Sul.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Cícero Lucena
Relatório: Pela aprovação.

ITEM 28

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 407, de 2012
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL E LAZER DE FLORESTA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Central de Minas, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Cícero Lucena
Relatório: Pela aprovação.

ITEM 29

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 479, de 2012
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RADIOFÔNICA COMUNITÁRIA DE ICONHA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Iconha, Estado do Espírito Santo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Cícero Lucena
Relatório: Pela aprovação.

ITEM 35

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 373, de 2012
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga concessão à SM – COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Baixo Guandu, Estado do Espírito Santo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Sérgio Souza
Relatório: Pela aprovação.

ITEM 36

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 375, de 2012
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga concessão à RÁDIO ITAÚNA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Jacinto Machado, Estado de Santa Catarina.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Sérgio Souza
Relatório: Pela aprovação.

ITEM 37

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 460, de 2012
– Terminativo –

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à FUNDAÇÃO ARQUIDIOCESANA DE CULTURA para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Aracaju, Estado de Sergipe.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Sérgio Souza
Relatório: Pela aprovação.

ITEM 38

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 430, de 2012
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga permissão à SOCIEDADE VALE DE COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Piçarras, Estado de Santa Catarina.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Walter Pinheiro
Relatório: Pela aprovação.

ITEM 39

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 431, de 2012
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga permissão à SOCIEDADE RÁDIO VANGUARDA LIMITADA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barão de Melgaço, Estado de Mato Grosso.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Walter Pinheiro
Relatório: Pela aprovação.

ITEM 40

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 503, de 2012
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA A VOZ DE GRUSSAÍ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João da Barra, Estado do Rio de Janeiro.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Walter Pinheiro
Relatório: Pela aprovação.

ITEM 41

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 345, de 2012
– Terminativo –

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à FUNDAÇÃO PADRE URBANO THIESEN para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Novo Hamburgo, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Sérgio Petecão
Relatório: Pela aprovação.

ITEM 42

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 421, de 2012
– Terminativo –

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à FUNDAÇÃO MATER ET MAGISTRA DE LONDRINA para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas tropicais na cidade de Londrina, Estado do Paraná.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Sérgio Petecão
Relatório: Pela aprovação.

ITEM 43

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 422, de 2012
– Terminativo –

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO MARINGÁ FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Maringá, Estado do Paraná.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Sérgio Petecão
Relatório: Pela aprovação.

ITEM 44

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 423, de 2012
– Terminativo –

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO SOCIEDADE CERRO AZUL LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cerro Largo, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Sérgio Petecão
Relatório: Pela aprovação.

ITEM 45

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 408, de 2012
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL GUARANÉSIA VIVA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guaranésia, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senadora Maria do Carmo Alves
Relatório: Pela aprovação.

ITEM 46

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 409, de 2012
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO SARDOAENSE – COMUNITÁRIA, SOCIAL E CULTURAL SANTO ANTÔNIO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sardoá, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senadora Maria do Carmo Alves
Relatório: Pela aprovação.

ITEM 47

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 445, de 2012
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA INTEIRA AÇÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senadora Lídice da Mata
Relatório: Pela aprovação.

ITEM 48

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 453, de 2012
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO SÃO VICENTE DE PAULA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Farias Brito, Estado do Ceará.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senadora Lídice da Mata
Relatório: Pela aprovação.

ITEM 51

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 366, de 2012
– Terminativo –

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO E TELEVISÃO CAMPINA GRANDE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Ciro Nogueira
Relatório: Pela aprovação.

ITEM 52

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 367, de 2012
– Terminativo –

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à FUNDAÇÃO ALDO CARVALHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL para explorar serviço

de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Belém, Estado do Pará.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Ciro Nogueira
Relatório: Pela aprovação.

ITEM 53

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 368, de 2012
– Terminativo –

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CLUBE DE MOCOCA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mococa, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Ciro Nogueira
Relatório: Pela aprovação.

ITEM 54

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 369, de 2012
– Terminativo –

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO E TELEVISÃO MATOZINHO FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Três Rios, Estado do Rio de Janeiro.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Ciro Nogueira
Relatório: Pela aprovação.

ITEM 55

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 303, de 2012
– Terminativo –

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO SENTINELA DO VALE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Gaspar, Estado de Santa Catarina.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Gim
Relatório: Pela aprovação.

ITEM 56

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 359, de 2012
– Terminativo –

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CULTURA DE ASTORGA S/C LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Astorga, Estado do Paraná.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Gim
Relatório: Pela aprovação.

ITEM 57

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 399, de 2012
– Terminativo –

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO RIO MAR LTDA. Para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Manaus, Estado do Amazonas.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Gim
Relatório: Pela aprovação.

ITEM 58

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 413, de 2012
– Terminativo –

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO PORTO BRASIL FM ESTEREO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porto Seguro, Estado da Bahia.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Gim
Relatório: Pela aprovação.

ITEM 59

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 414, de 2012
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga permissão à EMPRESA DE COMUNICAÇÃO CORREIO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Princesa Isabel, Estado da Paraíba.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Gim
Relatório: Pela aprovação.

ITEM 60

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 475, de 2012
– Terminativo –

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO CACIQUE DE CAPÃO BONITO

LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Capão Bonito, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Gim
Relatório: Pela aprovação.

ITEM 61

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 481, de 2012
– Terminativo –

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à REDE CENTRAL DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Recife, Estado de Pernambuco.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Gim
Relatório: Pela aprovação.

ITEM 62

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 459, de 2012
– Terminativo –

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à S.A. RÁDIO TUPI para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Eunício Oliveira
Relatório: Pela aprovação.

ITEM 63

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 466, de 2012
– Terminativo –

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO SERRA DA BOA ESPERANÇA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Boa Esperança, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Eunício Oliveira
Relatório: Pela aprovação.)

Não havendo mais matérias a serem aprovadas, declaro encerrada a reunião, convocando uma nova reunião ordinária na próxima semana, no horário regimental.

(Iniciada às 9 horas e 40 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 31 minutos.)